MÁGICO FOLHETIM
LITERATURA E JORNALISMO
EM PORTUGAL

*

CRÓNICA JORNALÍSTICA
SÉCULO XIX

Título: *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*
Crónica Jornalística. Século XIX
Autor: Ernesto Rodrigues
Paginação: Rui Sousa e Luís da Cunha Pinheiro
Edição: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Impressão e Acabamento: ACDPrint
Lisboa, 2022

ISBN: 978-989-8916-96-9
Depósito legal: 504623/22

Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto "UIDB/00077/2020"

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

ERNESTO RODRIGUES

MÁGICO FOLHETIM
LITERATURA E JORNALISMO EM PORTUGAL

*

CRÓNICA JORNALÍSTICA
SÉCULO XIX

Lisboa, CLEPUL

OBRAS

II.6

Índice

Breve 15

PRIMEIRA PARTE
LITERATURA *vs.* JORNALISMO? 19
1. Ligações perigosas 19
1. 1. O moderno ponto de vista 21
2. No antigamente, nas origens 54
3. Uma velha polémica 57
4. *Cartas* vieirinas à luz do *Mercúrio Português* 75
5. Duas gazetas
5. 1. *Gazeta de Lisboa* (1715) 80
5. 2. *Gazeta Literária* (1761-1762) 82

SEGUNDA PARTE
IMPRENSA LITERÁRIA DO SÉCULO XIX 89
1. Movimento jornalístico 89
1. 1. 1807-1821 93
2. Da revista 117
3. Literatura geral 121
4. Construção da matriz 134
5. Revistas: 1833-1875 145
5. 1. Instrução e recreio 148
5. 2. Em francês e castelhano 156
5. 3. Restrição do literário 159
5. 3. 1. *Autores como cabeçalho* 160

5. 3. 2. *Publicações teatrais* 162
5. 3. 3. *Boletins bibliográficos* 166
5. 3. 4. *Paródicos* 167
5. 3. 5. *Fascículos e colecções de poesias inéditas* 169
5. 3. 6. *Romance em cadernos* 175
5. 3. 7. *Principais títulos literários* 178
6. Duas revistas em confronto: *O Panorama* e *Revista Universal Lisbonense* 221
7. Jornalismo feminino 228
8. Imprensa académica e estudantil 244
9. Outras revistas: 1876-1899 249
10. Portugal-Brasil na Imprensa portuguesa de Oitocentos 271
11. Literatura nas folhas periódicas 284
11. 1. Jornais a consultar 289
11. 2. Folhas na literatura 337

TERCEIRA PARTE
MÁGICO FOLHETIM 343
Resumo 345
Introdução
Razões 347
Proposição 367

I
1. A fortuna de um universo (1968-1993)
1.1. Na Imprensa escrita
1. 1. 1. *Em Portugal* 375
1. 1. 2. *Em Espanha* 392
1. 1. 3. *Em França* 400
2. O vaivém Imprensa-livro em Novecentos
2. 1. Depoimentos 403
2. 1. 1. *Na literatura portuguesa* 404
2. 1. 2. *Na literatura estrangeira* 415
3. Letras em papel de jornal 429

4. Nostalgia 430

II
1. A instauração folhetinesca
1. 1. Entrada de dicionário 433
1. 2. Origens e afirmação do género
1. 2. 1. *Enquadramento* 438
2. Paris, Julho de 1836 442
2. 1. Antecedentes 445
3. Estratégias 446
3. 1. Género dramático? 451
4. Intrusão 453
5. Necessidade 454
5. 1. Imagem social 456
6. Prazos 457
7. Honorários 458
8. Processos
8. 1. À linha 460
8. 2. Sumário e resumo 462
8. 2. 1. *Abertura* 463
8. 2. 2. *Final* 463
8. 2. 3. *Diálogo* 464
8. 3. Episódio 465
8. 4. Estrutura 467
9. Influência da escola francesa 468
10. Primeiros passos em Portugal 484
10. 1. Reflexões metafolhetinescas 490
10. 1. 1. *A falta de assunto* 493
10. 1. 2. *Interpelações* 495
10. 1. 3. *Protagonismos* 496
11. Sucedâneos 498
12. Portugueses no estrangeiro 499
13. Peso e estatuto do folhetinista 500
13. 1. Oficiais do mesmo ofício 500

13. 2. A inscrição do receptor 502
13. 3. Edição e leitura 509

III
1. Discurso
1. 1. As imposições de um género *in fieri* 511
2. Autor: Álvaro do Carvalhal 512
2. 1. *Os Canibais*
2. 1. 1. *História* 516
2. 1. 2. *Discurso* 518
3. "A Estátua Viva" 545
3. 1. Variantes 550
4. Aproximação aos traços folhetinescos mais relevantes 559
5. Expansão melo-operática e cinematográfica 561
6. Modalidades 563
7. Proposta de tipologia 568
A. FOLHETIM-CRÓNICA 570
1. *Viagens na Minha Terra* 572
2. A dupla sucessão de Júlio César Machado 580
2. 1. A vida *em* linguagem 590
2. 1. 1. *Língua solta* 591
2. 1. 2. *Alma presa* 594
B. FOLHETIM ROMANESCO
1. A. P. Lopes de Mendonça: a tragédia de um reinado 597
1. 1. *Memórias de Um Doido* 599
2. O primeiro Camilo 607
C. FOLHETIM-POEMA 611
D. FOLHETIM-CARTA 622
E. FOLHETIM TEATRAL 628
F. FOLHETIM ECLÉCTICO 633

IV
1. O peso do folhetim em Novecentos 639
1.1 Na Imprensa 641

1. 2 Na literatura
1. 2. 1. Ao serviço da República: Aquilino Ribeiro 652
1. 2. 2. Uma atmosfera revolucionária: *O Pão não Cai do Céu* 672
1. 2. 3. Natureza e cultura em Augusto Abelaira 703
1. 2. 4. *E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?* 709
1. 2. 5. Marginalidade e loucura: *A Fenda Erótica* 711
2. Descendências 717
3. *Continua* 734
4. *E... Quem É o Autor Desse Crime?* 742
5. Fim 745

CRÓNICA JORNALÍSTICA. SÉCULO XIX
Introdução 751

Antologia
Anónimo, *Crónica da Semana* 776
Anónimo, *Crónica Semanal* 781
Amália, *Bailes e Modas* 783
Z., *Romantismo* 787
Anónimo, *O Periodismo* 789
António Feliciano de Castilho, *Argumentos Vivos a Favor da Pena Capital* 795
António de Oliveira Marreca, *Aos Leitores* 801
Anónimo, *A Câmara Municipal de Lisboa* 805
Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra* 809
António Rodrigues Sampaio, *[Programa Real]* 813
Latino Coelho, *Lisboa no Inverno* 816
Anónimo, *Crónica* 822
Visconde de A***, *Crónica* 825
Ernesto Biester, *Crónica Semanal* 829
Anónimo, *Retrospecto* 834
José Félix Henriques Nogueira, *Os Novos Franciscanos* 839
A. Marques Pereira, *Crónica* 843
A. P. Lopes de Mendonça, *A Sociedade e os Bailes* 847

Anónimo, *O Orangotango* 852
Antero de Quental, *Revista Literária de Coimbra* 855
João de Deus, Os Lusíadas *e a Conversação Preambular* 861
Bernardino Martins da Silva, *Atchis!* 867
Benvinda Chagas, *Alerta, Sexo Feminino!* 870
Eduardo Coelho, *Elogio da Moeda de Dez Réis* 872
J. Vale, *Crónica* 875
Luciano, *Folhetim* 880
Eça de Queirós, *Crónica* 884
Santos Nazaré, *Revista da Semana* 891
P. M. da Silva Costa, *O Deputado* 897
Anónimo, *O Jornalismo no Ano 2000* 901
Ricardo Guimarães, *A Grã-Duquesa de Gerolstein* 904
Pinheiro Chagas, *Revista da Semana* 908
Manuel Roussado, *O Vinho* 914
Urbano Loureiro, *Tristezas para Rir* 918
Júlio César Machado, *Cartas Lisbonenses* 924
Gomes Leal, *Considerações sobre o Realismo* 928
Alexandre Herculano, *O Campo* 933
Luís Augusto Palmeirim, *O Barbeiro da Aldeia* 938
Camilo Castelo Branco, *Desgraçado Balzac!* 943
Alberto Pimentel, *César ou João Fernandes?* 947
Cristóvão de Sá, *A Moda* 951
Guilherme de Azevedo, *Crónica Ocidental* 955
João de Azevém, *Crónica Parlamentar* 959
Alexandre da Conceição, *O Sr. Camilo Castelo Branco e* A Corja . 967
Gervásio Lobato, *Crónica Ocidental* 972
Ramalho Ortigão, *Zé Povinho* 976
Lino de Macedo, *As Orelhas* 979
Beldemónio, *Crónicas do Chiado* 981
Rui, *A Semana* 984
Luís de Magalhães, *A Moderna Babilónia* 988
João Costa, *Crónica* 992
Fialho de Almeida, *A Boa-Hora Cómica* 996

Jaime Batalha Reis, *Revista Inglesa* 1002
Conde de Ficalho, *Cartas do Campo* 1007
Camilo Pessanha, *Crónicas da Alta* 1011
Mariano Pina, *A Pátria* 1013
Alves Correia, *O sr. Luciano e os Romancistas* 1017
Sá de Albergaria, *De Raspão* 1019
Alberto de Oliveira, *António Nobre* 1022
Pinto de Carvalho, *XIX* 1027
Viterbo, *A Vida Portuguesa na Realidade e à Superfície* 1033
Padre Sena Freitas, *Dreyfus* 1036
Agostinho Fortes, *Educação da Mulher* 1040
João da Câmara, *Crónica Ocidental* 1043

Bibliografia 1047

Índice de Jornais e Revistas 1065

À memória de
Jacinto Baptista
e Luís Amaro

Breve

Esta 2.ª edição, revista e aumentada, de *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal* (policópia, 1996; em livro, Editorial Notícias, 1998) acompanha-se da 3.ª edição, retocada, de *Crónica Jornalística. Século XIX* (Círculo de Leitores, 2004; e-manuscrito, 2017), a modos de ilustração do folhetim-crónica. Tendo saído num *círculo* fechado ao grande público, esta era grandemente desconhecida, mesmo de académicos; aquele transpôs fronteiras e foi reconhecido, sobretudo, no Brasil.

O meu primeiro artigo sobre estes assuntos foi "Introdução ao folhetim de Júlio César Machado n'*A Revolução de Setembro*" (*Sílex* [Lisboa], 2, Maio de 1980: 35-36). A partir do ano lectivo de 1988-1989, docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dediquei um terço dos dias a esta investigação. A Biblioteca Nacional era minha residência secundária, obrigado a manuscrever fichas, a debater-me com folhas em mau estado, a penar sobre microfilmes. O trabalho estava feito antes das facilidades do digital, que, a pouco e pouco, conquistou igualmente a Hemeroteca Municipal, terceira residência.

Muitos títulos aqui verbetados foram desenvolvidos em dissertações e teses, hoje, de fácil acesso, e que só raramente acrescento. O mesmo para a história da Imprensa periódica em localidades, distritos, regiões, com enorme desenvolvimento nas duas últimas décadas. Se foquei o segmento cultural, de alcance plurissignificante, e mais atento, ainda, ao período de 1626 a 1875, com breve extensão a 1900 e títulos maiores em Novecentos, há núcleos decisivos, como, para a historiografia, o de 1807-1821, antecâmara ao antologiado em *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)* (2008).

Passei muitas horas, desde os 14 anos, em tipografias, quando me estreava no jornalismo. Dos caixotins às linhas em chumbo, ainda quente da *linotype*, da fotocomposição à rapidez com que, hoje, redijo *newsletters* ou editamos *ebooks*, deu-se um salto pós-gutenberguiano impres-

sionante. O primeiro emprego remunerado foi de revisor de jornal, o que ainda agora faço, também como editor literário das minhas ou alheias criações. O sentimento do erro, sob forma de gralha, de linhas viúvas e órfãs, etc., fez-me desejoso de rigor, que já trazia de uma ética de vida. Quando esta, aos 24 anos, preferiu viver a sobreviver, optei pelo ensino, trocando a profissão de redactor em diário nacional (após estagiário e repórter) por vencimento condigno.

Se, em cinco anos de estrangeiro, o *flirt* se manteve, já, no regresso, foi um segundo namoro a manter-me sobrevivo, e à família. Sem o regresso às folhas, teria vivido pior ainda novo quinquénio. E, no entretempo, fui compondo estas páginas, assim conjugando dupla paixão em que assenta o historiador da cultura que busco ser.

Cuido, em *Cultura Literária Oitocentista* (Lello & Irmão – Editores, 1999) e em *Ensaios de Cultura* (Theya Editores, 2016), de outras formas mediáticas, com apontamentos de teoria da comunicação, que seria ocioso brandir aqui. Não devo escamotear, porém, o destino, enigmático (quando não problemático), que se anuncia para esta Imprensa. Sei que o meio e seus suportes são *também* a mensagem. Mais importante é que, neste e nos demais casos, um jornalismo limpo continue a imperar.

PRIMEIRA PARTE

LITERATURA *vs.* JORNALISMO?

1. Ligações perigosas

É história de amor suficientemente antiga e rica para, de um diálogo entre pacífico e tumultuoso, terem nascido formas que tiram ao pai ou à mãe. A ambos, também. Por força de um crescimento vário, homólogo do habitáculo (por exemplo, a interessada periodicidade) e sob caução institucional – que, por seu lado, contaminam –, geraram outras maneiras, donde dizer que há literatura e jornalismo porque existem géneros, *diferenças*, formas em processo de canonização ou num limbo ameaçador. Perdição não existe; o escancarado templo da Cultura vela, afinal, infiéis defuntos.

Proteico, autoritário, esquivo a patronatos e de farta descendência, o folhetim roça, de quando em vez, a morte clínica. Quando nas suas sete quintas, confirma as ligações como inevitavelmente perigosas e fontes de vida. Se, na discussão deste segmento cultural, optarmos pelo enfoque real/imaginário, estamos, ainda, a questionar famílias diversas do discurso jornalístico – Imprensa de referência e popular-sensacionalista, com gradações de informação, comentário e opinião – em que, com funções e finalidades distintas, intervém activamente o folhetim e seu universo de valores.

Há muito tempo, já, num folhetim de 8-VIII-1868, o lisboeta *União Nacional* (28-V/21-VI-1868, n.º 8; n.º 7) problematizava as relações entre "A historia, o romance e o jornal". Olhado «o jornal, pedra fundamental da moderna litteratura», L. Soromenho passava à tripla exigência:

> À historia cumpre-lhe dar instrucção, narrando os factos com commentarios philosophicos; procurar o heroe, quer no throno, quer entre as massas do povo, e cantar-lhe as acções, sem exagero nem mesquinhez.

> Ao romance [...] cumpre-lhe moralisar, nunca corromper os espíritos fracos, [...].
> Ao jornal, cumpre-lhe fallar a pura linguagem de franqueza, aconselhar convenientemente; [...].

Filhas de Proteu, todas as formas iriam «dar ao mesmo fim – ao verdadeiro progresso da intelligencia e da razão, e á propriedade geral». Não era pedir pouco – tão-só o desejável.

A abordagem contemplará a notícia e suas partes; a opinião e respectivas modalidades, onde a crónica; o *fait divers*, que se situa ao nível funcional do folhetim; a reportagem e a entrevista. Posições e depoimentos alheios acompanham percurso que destrinçará especificidades, mitigando excessivos entusiasmos.

O jornalista informa-se e informa, visando preparar mensagem facilmente entendida pelos leitores. Colocar 'o escritor' como sujeito da frase levaria a definição do literário que não é a minha. É, já, a diferença entre comunicar e exprimir. A questão do leitor – numérico ou selectivo – é, desde logo, vital, seja por necessidade a) comercial (tiragem, publicidade), b) de prestígio (os decisores), c) de projecto (simpatia). Teoricamente, a, b e c não são incompatíveis – no estatuto editorial, na estrutura da redacção, na opção pelo formato e linha gráfica, na faixa de audiência. Observa-se, todavia, que o sensacional (icónico e sintético) rouba margens ao fôlego informativo que se pretenda analítico e comentativo, enquanto o público-alvo de um projecto (singular, sob a cúpula de certos valores) tende a estabilizar e a decrescer gradualmente. À partida, a literatura nada perde em ser vista sob estes ângulos, que, de resto, qualquer editor equaciona. A crítica sabe reconhecer-se destinatária. Leitores reais e alguns distraídos potenciam encontros. O equívoco também compra e lê. A passagem de um texto por aqueles níveis, simultâneos ou desgarrados, é mesmo assim. Neste quadro comunicacional, a fortuna das mensagens dir-se-ia aleatória, se não houvesse, entretanto, um esforço construtivo a presidir.

O princípio da constrição cria limites e abre fronteiras num processo historicamente complexo e, a espaços, ambíguo. Os modernos debates

sobre tais relações não esclarecem por aí além. Felizmente, profissão e vocação não raro se congraçam. Dois vocábulos, note-se: vocação, profissão.

1. 1. O moderno ponto de vista

O suplemento 'Letras e Artes' do *Diário Popular* procurou, em 1978, responder a dilemas por que agora mareamos. Aperitivo foram declarações de Julio Cortázar, confessadamente leitor, na infância, de Verne, Dumas, Poe, sensível à ressonância das palavras, tantas incompreendidas, cuja sensualidade objectivava a sua vocação de escritor.

Para o autor de *Rayuela* – que desestrutura, no labirinto dos capítulos, a lógica da paginação em jornalismo –, este «é a História através do quotidiano» e, sendo bom, «uma forma superior de literatura, porque se radicaliza [radica] fora de qualquer imaginação. É o dado de facto; a procura sistemática de uma verdade global.» A literatura, em contraponto, seria «a verdade poliédrica, reflexos múltiplos de múltiplos espelhos». Com as seguintes consequências: «Se um escritor falha um livro, passa adiante e escreve outro livro. O jornalista, se falha uma reportagem, fica ligado, durante toda a vida, a esse falhanço.» (16-II--1978: I)

Esta conclusão explica diferenças de tempo, temperamento e temperatura que às duas actividades, e seus agentes, respeitam. Sente o profissional da tarimba como tudo urge e, sob a maior bonomia, a tensão rasga peça para o fecho de edição sempre iminente. Falhar, não, que a responsabilidade é colectiva e a concorrência espreita. Enquanto isso, na voragem do instante presente, sob um toque incendiário e conduzido por técnicas e regras mínimas, esvazia-se da memória do jornalismo. Não pode entrar em experimentalismos.

Ora, a memória da literatura, qual permanente dobre a finados, ressoa interminamente no, também por vezes frenético, espaço do texto. O livro – por extenso, a escrita – é menos falha que sedimento, acaso vidrilho de lustre imponente.

Descontemos a contingente graduação (*bom*, *superior*) para dar a contiguidade, mesmo coincidência, desses mesteres. Descuremos, também, a falsa oposição entre imaginação e sistemática. Por verdade global entende-se, talvez, essa objectividade, virtual, que resulta de os factos serem confirmadamente autênticos (o que é indiferente para um escritor) e exactamente reproduzidos. Mas o último advérbio conduz ao problemático: mais do que o visto, na por vezes idêntica referência, é o ponto de vista que determina. Pelas suas fissuras entra a arte de fazer História e o viperino dizer literário. Também, a *compreensão* do leitor, diferente em estado de jornal ou de factura literária. Além, não deve precisar de ler segunda vez; aqui, quantas mais vezes, melhor, e não por um sentido unívoco intrincado. Equivale essa 'verdade global' à velha verosimilhança, indiferente, em seus princípios constituintes, à imaginação?

Desaprovo, assim, que o jornalismo se desinsira da imaginação, metodologia para o profissional; que, a transvasar, isso o catapulte para supra-literatura, conformando-se esta a viver sem imaginação; que a não-imaginação colida com a verdade poliédrica; que o 'dado de facto', a 'verdade global', contradigam reflexos múltiplos de múltiplos espelhos. A simples definição de notícia – como da notícia, ou anedota, que um livro oferece podíamos falar – conjuga as dissensões entrevistas em Cortázar.

Eis a definição de notícia – um verdadeiro programa – de Augusto Delkáder:

> Los echos, los datos. La emoción rigurosa. Conturba nuestra vida. Acrecienta las pasiones y divide las opiniones. El echo rompe la ignorancia. Destruye la incomunicación. Iguala a los ciudadanos. Crisol de la sociedad plural. Frontera de la sociedad democrática. Objeto preciado para la manipulación. Tesoro interesado del poder. Materia sustantiva del oficio de periodista. Cuando sepas algo, intenta contarlo. Siempre que interese a todo el mundo. Al menos, piensa que es así[1].

[1] *El País* – Babelia (Madrid), 11-IX-1993: 9. Na página anterior, Carlos Fuentes

Mais sucinta, enquadrando a anterior sem dela tomar o alcance político, social, etc., é a de Ricardo Cardet: «Notícia é um facto actual com interesse geral.»[2]

Veja-se que não é um facto permanentemente *actualizado*, remitificado, como pede a literatura, por sua natureza clássica. Pressupõe-se, além, um facto verdadeiro, novo, facilmente comunicável segundo critérios de rigor e objectividade.

O conceito de actualidade varia com o tempo, a periodicidade informativa, a qualidade da recolha do material. Quando o *Diário de Notícias* de 24 de Março de 1865 dava, na primeira página, a crónica do dia, esclarecendo que «Em Macau havia socego á data de 30 de janeiro» (ou dizia: «Do Japão não ha novas importantes.»), é evidente que tal era notícia, porquanto o tempo da recolha na fonte seria recente (um navio chegara na véspera, por exemplo). Quando o mesmo jornal narrava eventos lisboetas de duas semanas antes, acaso requentados sobre a mesa da redacção, podia estar a fazer valer o interesse sobre a actualidade, se não era, simplesmente, a necessidade de preencher um buraco. A norma das 24 horas a que sobrevive a notícia, se se trata de um diário, é ideal nem sempre cumprível. Há muitos 'retirados' [peças que não couberam] de última hora ou textos que pacientemente aguardam vez. Não raro, esperam por acontecimentos súbitos que os façam emergir e funcionar como *background* da notícia. Em qualquer dos casos, há que dar, sempre, a volta ao texto, de modo a justificar uma inserção ainda que tardia.

Aí entra o duplo conceito de significação (do ponto de vista da notícia) e de interesse geral (para os leitores). Nos semanários, este aspecto é mais visível, quando, em vez de um qualquer desenvolvimento, a notícia já com *barbas*, sem deixar de ter a actualidade própria dos hebdomadários, só entra pela importância que, apesar de tudo, se lhe reconhece. O critério não é, pois, fazer a soma da semana; mas, tendo em conta a

contradiz, na defesa que opera da imaginação, J. Cortázar: «Adivinanza: sin ella, la información no se convierte en conocimiento, ni la experiencia en destino, ni la muerte en vida, ni el sexo en eros. Qué es? Imagina.»

[2] *Manual de Jornalismo*, Lisboa, Editorial Caminho, [2]1979: 38.

massa de leitores que não compra diários, facultar algo de verdadeiro que se considera simultaneamente importante, actual e com interesse.

O conceito de novidade actualiza a matéria. Podemos substituí-lo pelo de oportunidade, pois sabemos que este conceito rege (em demasia, na Imprensa sem autonomia) o quadro noticioso. Quando um vespertino dá o que os matutinos já trouxeram, apresenta algo de novo, mas não inédito; o mesmo se dirá dos matutinos concorrentes. Daí que se persiga o inédito, o exclusivo, a cacha. Interessa o menos provável, o que se tem por raro ou singular. É isso que desperta a curiosidade, faz-se útil e tem impacto. Toca-nos ao vivo se lembrarmos um conceito decisivo na Imprensa regional: o de proximidade.

Supostas estas condições, perguntamo-nos se tudo é comunicável. O jornalista torna-se decisor; conhece as suas defesas e os seus limites. Tem o direito a informar, mas não a deformar e difamar; há segredos que poderá revelar ou calar até melhor oportunidade; nunca deve ter a sensação de estar a fazer um *frete* ou ter consciência de ser manipulado. Só então, munido da objectividade possível (diversa da do historiador, que não obriga hora de fecho), se abalança à redacção da notícia. Trata-se de alguém que, ainda no estilo mais neutro, compromete uma subjectividade que previamente recolheu, seleccionou e valorizou os dados da observação e da experiência. Não se resguardará, assim, por norma, num pseudónimo, gentílico, nome paródico, abreviatura ou em asteriscos. Até que ponto, entretanto, se transforma a notícia em «emoção rigorosa»?

Os 'depoimentos de jornalistas' ao inquérito do *Diário Popular* correram no sentido da pergunta-título: «Quais os limites e as aproximações entre jornalismo e literatura?» Na frase, jornalismo precedia literatura, e com razão; o sentimento dos 'limites', apesar das 'aproximações', disjuntava a relação.

O lugar-comum é este: todo o escritor dos séculos XIX e XX foi, alguma vez, colaborador de jornais ou revistas, eventualmente assalariado, lucrando com, e favorecendo, ambas as partes.

Norberto Lopes, que inaugura o dossiê (20-IV-1978: VI-VII; gralhadamente, 1977), evoca Nemésio, Ferreira de Castro e Aquilino, que

começaram jornalistas, para assinalar essa não – coincidência vocacional: «Se é certo que um jornalista pode vir a ser um grande escritor, a inversa raras vezes se verifica.»

Corroboro Nemésio, aqui citado, quanto à conquista, no jornalismo, «de uma maior mobilidade intelectual e certamente de maior facilidade de expressão». Mas a regra não é geral, trate-se de outros oficiais ou de seus feitos: se a sintagmática *deste* discurso analítico corre directamente no ecrã, num impulso vizinho das milhentas peças jornalísticas que redigi, já a escrita de ficção pediria outras suspensões e o verso, acaso, teria de ser manuscrito. Compreendo, assim, os debates íntimos da adjectiva e nebulosa Imprensa de província, que perpassa na vontade de o sujeito – anónimo, nemesiano ou aquiliniano – se exprimir e, num certo momento, se educar na profissão para continuar (deixando falar os factos, enquanto se recria, por outros meios, na literatura) ou largar, com esporádicas aparições no contexto de afirmada vocação literária, sendo que aquelas se eximirão a géneros por excelência jornalísticos, optando, quase sempre, pela crónica ou variantes da opinião: o artigo de análise; o artigo de fundo propriamente dito, entediante e marcadamente político em Oitocentos, antecessor do editorial, com o qual pode ir a par; o comentário (em princípio, graficamente solto) do articulista ou editor da página, mas, também, de colaboradores regulares ou episódicos, desde que respeitem o estatuto editorial da folha. Conforme a mancha gráfica se reduz e ganha em densidade, pessoalização, crítica e humor, temos o apontamento, o bilhete, o eco. No colunismo, mais voltado para personalidades de fora, é mister referir o que desagua em crítica e crónica, com nascimento muito próximo nas suas origens periodísticas, enquanto devedoras do folhetim. Uma e outra variam quanto à matéria e sua formulação. Quanto à crítica, e na particularidade literária, falaríamos em mera impressão ou juízo de valor, em nota, recensão, ensaio, tratado, sistema. Há uma importância crescente nesta hierarquização, já com foros de revista literária e até universitária a partir da recensão; o ensaio também chega a ocupar as efémeras páginas de diário. Opinião é, ainda, citar parecer alheio (*e. g.*, citar outras publicações), mormente o correio do leitor, que, em alguns jornais, tem redactor da casa (independente

da direcção e administração) que exerce a autocrítica: trata-se do *ombusdman* ou provedor dos leitores. Enfim, modalidade forte na tradição nacional, a polémica. É o moderno quadro, saturadamente opinativo.

Lembra Norberto Lopes que o jornalista «não pode dar largas à fantasia», devendo, «numa linguagem acessível à média comum dos leitores»[3], funcionar social e pedagogicamente. Obriga-se a um «respeito absoluto pela verdade e pela ética profissional, ao passo que o escritor, sem compromisso que lhe condicione a criação literária, pode dar-se ao luxo de ter devaneios, de brincar com as ideias, de dar livre curso à sua imaginação». Não por acaso, aos múltiplos códigos estéticos nunca correspondeu, na literatura sem peias totalitárias, um definido código deontológico. O exemplo de Raul Brandão – «tenho sido em tudo quanto escrevo apenas jornalista» – serve a Norberto Lopes para substituir 'aproximações' por 'afinidades': não se pergunta, independentemente do dizer autoral, se o leitor vê jornalismo no melhor Brandão, embora coincidamos «no belo estilo de reportagem» de *Os Pescadores* e de *As Ilhas Desconhecidas*.

Afinidades dá, com efeito, a margem de uma relação frutuosa, e mais se complementar ou alternativa. Entraria aqui o liame da intencionalidade: escrever a pensar numa recolha em livro, o qual afirma um estatuto, e se mostra conveniente (por imposições editorais, financeiras, outras); escrever segundo um processo (pela facilidade; melhorado; a subverter num diferente espaço; como se fosse para vasto público, definido na sua indiscriminação); criar a diferença *suficiente*, como na montagem de notícias jornalísticas sobre a chacina de My Lai[4]. Mas, aos olhos de hoje, ainda não se esbate a compartimentação, que um Afonso Praça também questiona na contracapa de *Um Pouco de Ternura e Nada*

[3] Sem exclusão da elegância do estilo, Norberto Lopes defendia «os princípios da simplicidade e, sobretudo, da clareza. Nós escrevemos para uma grande massa de leitores, a quem não podemos impingir uma adjectivação intensa e incompreensível.» (*Tempo* – Magazine [Lisboa], 16-X-1980: 6) O sentimento de um grau zero estilístico torna mais legível o tarimbeiro que o esteta de um só dia.

[4] *Cf.* Erich Fried, *100 Poemas sem Pátria*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979, que recenseei no *Tempo*, 9-VIII-1979.

Mais[5], glosado das *Memórias* brandonianas: a memória da vida, feita de sucessão e intensidade paradigmatizadas no jornalismo, reduzir-se-ia a esses momentos de comunicação entre almas. Transcendido um livro de estilo[6] há muito interiorizado, aquele seria cada vez mais actualidade segundo artes de contar em que a notícia podia deixar de ser o oposto da ficção – transformar-se, por exemplo, em notícia-história, inapelavelmente comprometida. Faz essa demonstração, com 'Nota Preambular' de profissional que adere à ironia romântica, em *O Coronel Que Morreu de Sentido* (1996). Reflexões sobre o jargão jornalístico, literário e militar fundam breves avanços recapitulativos, em que divertido narrador se oferece apêndice com «versos de cego». É evidente, porém, que «a história dum bravo militar contada em prosa de jornal» confunde esta prosa desde o ar judicativo dos primeiros adjectivos. Já fora no mesmo tom *Galvez, Imperador do Acre*, de Márcio de Souza[7].

Na mesma edição, Manuel L. Rodrigues admite «que o jornalismo utilize ocasionalmente técnicas literárias, reforçando desse modo o seu impacte», não sem temer «que a missão de informar fique subordinada a efeitos estilísticos ou jogos verbais».

No número de 27-IV-1978, os depoimentos dizem: há «várias verdades jornalísticas», logo, nenhuma singular «objectividade» (Maria Antónia Fiadeiro); o público, «fundamental para o jornalista» – fazedor de jornais e com «um gosto insuperável do que é novo» –, seria «acidental» para o escritor, fazedor de livros posto perante «um acto de exorcismo inadiável» (Helena Vaz da Silva); diversos são, para Fernando Assis

[5] Lisboa, Editorial Notícias, 1995.

[6] Balanço destes temos em Francisco Belard, "Livros de redacção", *Expresso* – – Cartaz (Lisboa), 21-VII-2001: 50.

[7] Recenseei este divertimento (Livraria Bertrand, 1979) no *Tempo* de 13-XII-1979. O *editor* descobre, em Paris, curioso manuscrito de um deposto imperador das bananas, cavaleiro andante que, em fins de Oitocentos, era diplomata de carreira e de alcovas, e jornalista da secção internacional de um diário liberal no início da narração. Noctívago, poliglota, espanhol que escreve em português, o ambiente provinciano de Belém do Pará evolui na sua pena em jeito de memórias, pelos vistos, fantasistas, o que o editor do manuscrito corrige, para saturar, ainda, de fantasia. Ex-jornalista que não ignora o estilo da notícia, o *lead* resume, parodicamente, a obra: «Esta é uma história de aventuras onde o herói, no fim, morre na cama de velhice.»

Pacheco, o destinatário, a língua, certo tempo e a temperatura das redacções. De facto, só quem ignora o ambiente das empresas do sector olhará por alto as condições em que se cria uma obra literária, a qual, todavia, pode ser um permanente adiar e sem desaguar, forçosamente, no livro, como demonstra a multímoda experiência folhetinesca[8].

Na edição de 4-V-1978, Pacheco de Andrade só distingue entre o «galeriano das letras a quem é imposto escrever todos os dias» e o escritor, que «dispõe do tempo necessário para encontrar a disposição óptima e o tema que prefere, e para fixar a latitude que vai do começo ao termo do seu trabalho». Uma vez mais, com Chagas ou Camilo à frente, leva de folhetinistas divide-se pelas duas posições, o que remete para o caos originário de género também híbrido. Sobretudo, estariam agradecidos a Pacheco de Andrade, que os designa jornalistas se escritores, ou seja, conhecedores de «todos os ritmos» da palavra. O equívoco de agora era a verdade de então: «Qualidades de linguagem como a clareza, a sobriedade e a propriedade no uso verbal devem ser atributos comuns ao jornalista e ao escritor.»

Equívoco, explique-se, porque tal seria suficiente para gerar uns e outros, o que propiciaria lamentável indistinção; no campo dos princípios, e num tempo em que muitos de uma banda e da outra mal sabem escrever, é desejo salutar e terapêutico.

O texto forte cabe, entretanto, a Nuno Teixeira Neves, que apela à «parte mais genuína» da literatura, a poesia: atribui-lhe, face ao jornalismo, uma semelhança (atingir o lampejo do Instante) e uma diferença de nível, sendo que, por esta, se configuram «funções complementares do jogo da cultura», no que serei o primeiro a estar de acordo. A filosofia dessa relação, perante a incontornável morte, adensa parecer que, recorrendo aos fins últimos do Homem, não satisfaz à mais próxima convivialidade e prática diuturna dos nossos protagonistas. Apesar de longo, vale a pena excertar de "Jornalismo e poesia":

> Literatura e jornalismo não são dois sectores da cultura estaticamente delimitados mas, sobretudo se por literatura entendermos a

[8] *Cf.* entrevista por João Paulo Cotrim, "A fala do escriba", *Ler – Livros & Leitores* (Lisboa), n.º 26, Primavera de 1994: 42-51.

sua parte mais genuína, a poesia, dois pólos de um campo de tensões em que é sempre possível e necessário, porque faz parte do jogo, tanto que os extremos se aproximem entre si e, em certas zonas marginais, se confundam, como se repilam e hostilizem, ambos os géneros de operações sendo para serviço da renovação e redefinição de qualquer delas.

A literatura tende a extrair o que está fora do tempo daquilo que está no tempo e a cuja imagem restitui a vida; o jornalismo tende a arrancar a temporalidade à degradação da intemporalidade que obscurece a imagem palpitante dos acontecimentos. A literatura propõe-se surpreender a imobilidade profunda que sustenta o fluir da realidade; o jornalismo procura detectar, para lá das cristalizações mentais do habitual institucionalizado, os factos insólitos ou agressivos que constituem as roturas ou, pelo menos, os estímulos diários. Estas diferentes atitudes para com o tempo implicam, no entanto, em ambos os casos, a assumpção da integridade da dimensão temporal e um jogo igualmente corajoso, ainda que não pelos mesmos motivos, com a morte. Mas, ao passo que o escritor fixa a verdade imaginada da morte num momento final, a que vai arrancando, como a um espelho de lucidez progressiva, a verdade necessária da vida (verdade que, no entanto, aproveita apenas para uma comunicação diferida, que pressupõe uma sobrevivência do escritor na sua obra), o jornalista é obrigado a aceitar a sua morte todos os dias, arrancando-lhe o poder efémero de também todos os dias descobrir, e para cada um deles [...], a provisão possível da verdade da vida. Por outras palavras: o escritor aclara a vida pela morte em função da sobrevivência; o jornalista renuncia à sobrevivência porque deseja apenas aclarar a vida em função das possibilidades actuais e extensas de comunicação. [...]

Mas vida e sobrevivência podem ser nomes diferentes da mesma vida exaltada, e há apenas uma morte a oferecer-se à consciência dela. Uma renúncia à sobrevivência que não seja uma renúncia ao aprofundamento da vida poderá permitir ao jornalista surgir, dentro do próprio jornalismo, como escritor. Pela recusa do que é fuga à vida num desejo vicioso de sobrevivência ele atingiu esta, pela exploração (em profundidade) da comunicação diária ele atingiu a comunicação duradoura, talvez eterna. Dir-se-ia que ele se fez escritor porque demasiadamente se fez jornalista.

> A inversa também é possível, mas não propriamente para dar como obra de jornalismo qualquer obra literária, pois a ultrapassagem da temporalidade diária na literatura é irreversível. É possível sim, mas, por um lado, para fazer beneficiar a linguagem do jornalista das conquistas da linguagem literária, e, pelo outro, para fazer, um dia, ingressar na cultura de massas, pelo menos algumas das grandes obras da literatura erudita ou nessa cultura ou no jornalismo informativo, os mitos que essas obras recriam. [...]
> Não há, pois, entre literatura e jornalismo, apenas, nem principalmente, uma diferença de nível. Literatura e jornalismo relacionam-se, segundo a semelhança, como o que é mais e o que é menos, e, segundo a diferença, como funções complementares do jogo da cultura. Mas como a poesia se faz no processo libertador da degradação e alienação que a sociedade actual exerce sobre, entre outras linguagens, o jornalismo, torna-se fácil pensar o melhor deste como pretensão falhada de literatura e o pior como algo de oposto à literatura. [...]
> Seria mais fecundo sublinhar a diferença de funções. O jornalismo é um intermediário, nos dois sentidos, entre o escritor e o público. A literatura não funciona, nas sociedades modernas, apenas com as suas relações directas com o público. Estas são indirectamente proporcionadas pelo jornalista, que reelabora a cultura literária erudita e a serve, simplificada, diariamente, aos seus leitores, que assim se vão preparando para a assimilarem directamente. Em movimento inverso, o jornalista reelabora os dados recebidos do real e dos desejos populares e fornece-os ao escritor, que os utiliza nos seus livros, ainda que o escritor possa contactar directamente com o povo, [...].
> Nada, pois, entre a literatura e o jornalismo, separa que, em outro momento, não una. [...].

Os factos seleccionados e elaborados pelo jornalista pedem linguagem diversa, lembra Maria Antónia Palla (24-V-1974: VI), que vê aquele no presente do diálogo «entre governantes e governados» (o que é restritivo), enquanto dá o futuro ao escritor. Relembra o fascínio da notícia que morre no momento em que se imprime; e os mercúrios que, para a darem, morrem por ela. A emoção da cacha (notícia em primeira mão),

ou do exclusivo[9] – acrescento –, tornam-nos imperadores do efémero e, simultaneamente, reiteram a solidão da primeira mão; a ressonância no criador de situações fictícias é mais prolongada e, do mesmo pé, controlável, sendo também mortal: haja vista a ruína a que se entrega a linhagem flaubertiana.

Manuela de Azevedo (1-VI-1978: VI), por fim, questiona o juízo «radical, direi quase brutal e precipitado na sua radicalização», de Jacinto do Prado Coelho, cujo verbete 'Jornalismo' no *Dicionário de Literatura* abre assim:

> Em princípio, dir-se-á que o jornalismo, tal como hoje o entendemos, se define por uma expressão nua, directa, impessoal, *não literária*, e portanto que a literatura começa onde o jornalismo acaba. Todavia, a par do noticiário e da publicidade, os jornais continuam a incluir subgéneros literários, como a grande reportagem e a crónica, onde se afirma a personalidade dos autores, o seu estilo de visão e de expressão. Sem dúvida, trata-se duma literatura *sui generis*, que vive do imediato, do transitório, e procura captar o interesse do leitor apressado ou negligente; caracteriza-se pela brevidade, pela concisão, pela oportunidade, muitas vezes pelo atractivo do sensacional. Mas sucede que, mais tarde, crónicas ou reportagens coligidas em volume se mostram capazes de atravessar incólumes o tempo. E não valem só como descrição, valem também como juízo[10].

Como se viu, a moderna definição de notícia mudou um tanto no lapso de trinta anos que medeia até ao verbete. Foi contaminada, entretanto, pelo corrosivo *fait divers*, já a par dos iniciais caracteres impressos (na ficção medieval, coexistem o charro e o sobrenatural ou estranho), o qual disputa, em Setecentos, à monarquia absoluta, a capacidade de dirigir as fantasias dos cidadãos, constituindo-se, um século decorrido,

[9] Cacha vem de *cache* – «a folha intercalar, em branco, que se mete entre as folhas impressas para não repintarem» (*Grande Dicionário Francês-Português*, de Domingos Azevedo) –, por sua vez, de *cacher*, *esconder* a peça jornalística desejada um exclusivo.

[10] 2.º vol., Porto, Figueirinhas, [3]1979: 504. Manuela de Azevedo retoma a discussão em Raul Rêgo, Manuela de Azevedo, Jacinto Baptista, *Nosso Confrade Herculano*, Lisboa, Casa da Imprensa, 1983: 39 ss.

a matéria-prima de imaginosos ficcionistas. Aos poucos, os localistas mais sérios e tecnicamente informados apropriam-se dele, ora destacando a sua raridade em páginas nobres, ora remetendo-o para as últimas páginas pares, onde só um curioso se demora. Alicerce da Imprensa sensacionalista de Oitocentos, de destinação popular, o *fait divers* invadiu a televisão nacional, quando nascem as privadas (1991). À cabeça do alinhamento de muita informação *geral*, pelo dramático, intrigante e insólito que veicula, o seu particularismo *adormece* as consciências, inibindo projectos de destinação colectiva, mais grave em canais de serviço público. Manipula e inventa, se necessário: quando assim é, *notícia* é já, afinal, o jornal ou quem assina.

O *fait divers* exerce uma iniludível sedução sobre o repórter inquieto, ansioso de alargar o sentido e universo daquilo que enforma alguns dos nossos segredos e fantasmas mais recalcados. Isso é tanto mais sedutor quanto é um assunto fechado, *diverso*, mas igual a tantos outros. É muito diferente da *informação* e envolvimento que significa um assassínio de político, exemplo com que abre Roland Barthes, em "Structure du fait divers"[11]. Se for a morte de um qualquer, a *insignificância* remete essa morte para páginas interiores. Interessa aos sociólogos e ao romance policial.

Sim, interessava, enquanto não veio, em força, a Imprensa sensacionalista. O crime político continuou a ser «une information partielle»; mas o *fait divers* provou-se «une information totale, ou plus exactement, *immanente*, il contient en soi tout son savoir: point besoin de connaître rien du monde pour consommer un fait divers; il ne renvoie formellement à rien d'autre qu'à lui-même; bien sûr, son contenu n'est pas étranger au monde: [...].» E como seria, se o poder mediático virou *interpretação*, favor, disfarce, com tanta areia colada? Na sua estrutura rígida – que Barthes aparenta à novela e ao conto –, um e outro equivalem-se; a questão é que o consumo requereu a acumulação romanesca, exigindo-se novos tipos, e conteúdos afins, emocionalmente vivificados dentro de uma relação de causalidade e de espanto resultante de uma perturbação. Ora, em rodapé, negando aos «'gestes' des

[11] *Essais Critiques* [1962; em livro, 1964], Paris, Seuil, [2]1971: 188-197.

vedettes ou de personnalités» o título de *fait divers*, «parce que précisément ils [les 'gestes'] impliquent une structure à épisodes»[12], Barthes não faz a passagem das repetições, coincidências (e o que isso significa de Destino) e figurações da antítese para a narrativa longa, interminável. Estamos no limiar de género nobilíssimo – pelo menos, o mais completo. O folhetim, claro está.

Segundo Mário Mesquita[13], «Tal como na imprensa do último quartel do séc. XIX [já antes...], o folhetim e o "fait divers" contribuíam para diluir a fronteira entre o real e o imaginário, nas páginas da imprensa popular, também nos nossos dias a telenovela e as notícias de "crime e castigo" constituem o indispensável alimento espiritual do "grande público" consumidor do espectáculo televisivo». Elogio do incidental *fait divers*, a abrir e a fechar romance, é *Março Desavindo* (1987), de Mário Ventura, que aí ajusta contas com um estilo e método jornalísticos dos idos de 1975...[14]

Bastaria a arte do título, a plurivocidade publicitária, para denunciar envolvência não raro literariamente codificada. Após o título, recupera-se, contudo, uma certa normalidade, já pressentida no século XVIII[15], agora segundo a técnica da pirâmide invertida[16]: o mais importante vem

[12] *Ibid.*: 189. «Le polar infiltre toute la littérature avec le cheval de Troie du fait divers», anuncia artigo no dossiê sobre "Le polar aujourd'hui", *Le Magazine Littéraire* (Paris), 519, Mai 2012: 53-55.

[13] «'Crime ou castigo' no Telejornal», *Público* (Lisboa), 24-VII-1992: 16.

[14] Ver elucidativa entrevista de Eduardo Guerra Carneiro, no *Diário Popular* (Lisboa) de 22-XII-1987: 27.

[15] É um espantoso verso 12 em prólogo de *Eccos / Que o Clarim da Fama Dá: / / Postilhão / de Apollo, [...]*, por Joseph Maregelo de Osan, Lisboa, MDCCLXI, em que se diz da necessidade de aclarar «O *quis*, *quibus*, e *quid*, *quomodo*, e *quando*:».

[16] Dizer cedo e depressa o mais importante começa por ser uma imposição dos meios informativos, em especial do telégrafo, no tempo, com falhas sucessivas. Dele se serviram as primeiras agências noticiosas: a agência Havas, criada por Charles Havas, em 1835, à qual sucedeu a Agence France-Presse, 1944. A Associated Press é de 1848, fundada por seis diários. Seguiram-se a Reuter, em Londres, e a Wolff, em Berlim (1851). *Cf.* Marie-Ève Thérenty, "L'âge d'or des grandes agences", *Historia* (Paris), n.º 797, mai 2013: 55-57, 60. Outras: United Press, 1907; International News Service, 1909; Tass, 1918; Lusitânia, 1944. O primeiro telegrama da Havas em Portugal foi inserido no *Diário de Notícias* (Lisboa) de 10-III-1866. Charles-Louis Havas casou em Lisboa

à cabeça, contendo, preferencialmente e na ordem canónica da frase, o quem da acção [o quê], e, desta, localização [onde], temporalidade [quando], o como e porquê. São os seis elementos do *lead*, a clarificar ou desenvolver em parágrafos ulteriores.

Atenho-me à chamada 'AP form', da Associated Press, cuja técnica exige interesse decrescente na redacção que se alarga em corpo e memória (*background*). Na construção por blocos da Imprensa francesa, ao *lead* autónomo, espacial e graficamente destacado – entrada forte, ou *superlead*, embora esta designação conviesse ao *Diário Popular*, que transformava os antetítulos em verdadeiras entradas –, sucede bloco descritivo e explicativo em que a hierarquização dos cinco W (*who*, *what*, *when*, *where*, *why*) e do *how* perde importância. É evidente que não basta implicitar um destinatário, um canal e seus efeitos, efectivamente ausentes dessa pirâmide, a que provê o paradigma de [Harold] Lasswell: *Who say what to whom, in which channel, with what effects*[17]. No imediato, não deixo de considerar, todavia, útil para o escritor incipiente certas normas: entre 20 a 36 palavras (pormenor indicativo) numa só oração gramatical ou em parágrafo de duas frases, para melhor memorização da informação inaugural; vocábulos simples, bissílabos ou trissílabos, evitando bordões; o mais que se pontuará na abordagem das questões técnicas, ou estilísticas. Na agência Lusa, por exemplo, o parágrafo vai até às cinco linhas e o telegrama (que se pode continuar só por mais dois) procura não ultrapassar as 25 linhas.

Desenvolvendo: a notícia-tipo consta de 1) um título e uma entrada ou cabeça (*lead*), de 2) um corpo e, eventualmente, de 3) uma memória (*background*).

1) O título pode já conter tudo, ou quase tudo. É pensado em termos de equilíbrio gráfico da(s) página(s) e do texto que procura resumir ou para que alerta. Para lá da sua composição gráfica, deve dizer o máximo em poucas palavras e menos linhas ainda. Na Imprensa mais viva e/ou sensacionalista, joga com a equivocidade de fórmulas latentes na consciência e imaginário dos falantes, transmitindo, do mesmo

(4-II-1808).

[17] *In* Lyman Bryson, *The Communication of Ideas*, New York, Harper, 1948.

pé, uma opinião sobre "o quê" ou o "quem" da notícia. Os títulos, todavia, devem resumir-se à informação, evitando, por exemplo, frases interrogativas, dubitativas e sistematicamente negativas que possam dar a entender ser o jornalista parte interessada naquilo que narra. Quer-se, por isso, breve, afirmativo e contendo verbo (de preferência, explícito) no indicativo e na forma activa. Advérbios, sobretudo, em *-mente*, gerúndios e o relativo *que* podem estragar um título. O copulativo *ser* não comparece forçosamente: "O '*Independente*' [é] mais suíço"; partículas e artigos, ou dados indefinidos, são de evitar, bem como a repetição vocabular: "Tribunal alemão condena agressores de moçambicano", diz também o *Expresso* de 30-X-1993. E logo a seguir, na mesma coluna: "Chivukuvuku condena UNITA". Nesta edição, as doze notícias da primeira página contêm dez verbos no indicativo presente: "Presidente / / da UGT / demite-se"; "TAP: ministro minimiza / proposta da administração"; "PSD multa Álvaro Barreto"; [Surgem] "Novas acusações / / de corrupção / em Loures"; "João Soares deita / achas na fogueira"; sendo as demais formas: tem, iliba, condena, regressa, ganha. Em títulos com duas ou mais linhas, o verbo pesa mais na primeira. Nos antípodas, *O Independente*, pretendendo-se directo e opinativo / interpretativo, transforma os títulos em rótulos, por ausência do verbo, e geralmente com frases-feitas, lugares-comuns, etc., de sentido assumidamente dúbio ou dúplice: "Laranjas podres" significa problemas no PSD; a recente vitória dos ex-comunistas na Polónia deu "Regresso ao passado"; a candidata Antonieta Garcia, sucedendo ao marido autarca, favorece (até em termos perigosamente publicitários) "Casal Garcia"... Diferente, para pior, é a ambiguidade informativa nestas linhas do *Diário de Notícias*: "Principal revista cultural alemã / festeja 30 anos com apreensão". [Apreensão em relação ao futuro ou porque o número comemorativo foi apreendido?] O recurso à cultura cinematográfica ("A Grande Ilusão", "A Regra do Jogo"), literária ("Crime e Castigo") ou outra em muito pode ajudar o registo estilístico em que sabem primar muitos títulos.

Um título acompanha-se, às vezes, de antetítulo (que, menos largo, esclarece ou enquadra aquele) e de subtítulo (que desenvolve, porme-

noriza ou completa), quanto baste para termos a notícia completa: "100 contos // PSD multa Álvaro Barreto // … e vinte deputados 'revoltam-se' contra Duarte Lima". Já pouco feliz é o exemplo que nos propõe Silva Araújo, em *Vamos Falar de Jornalismo*, 1988: 88: "Conselho de Ministros // Iniciativas para normalizar / abastecimento de petróleo // // Governo readmite gestores / da empresa 'Notícias-Capital"'. Aqui, o subtítulo não *joga*.

Em textos longos, para amenizar a leitura ou constituir blocos de sentido, convém encaixar intertítulos (ou subtítulos, que sintetizam o que segue, que destacam através de citação, etc.). Jornais houve (*Diário Popular*) que transformaram o antetítulo e subtítulos, de tão desenvolvidos, em verdadeiros *superleads*.

O *lead*, cabeça ou síntese da notícia (já, por sua vez, resumido no título), é a entrada régia: destacada ou não, deve responder a seis perguntas relativas ao acontecimento, quando ali chegamos: quem? (agente, activo ou passivo, da acção), o quê? (o que aconteceu, acontece ou vai acontecer), quando?, onde?, como? (em que circunstâncias se deu o quê), porquê? (às vezes, com o sentido de "para quê?").

A Imprensa de província costuma abrir pelo "quando", se não é um qualquer *nariz de cera*, ignorando que quatro quintos das notícias das agências internacionais começam pelo "quem". Chegam ao cúmulo de redigir na primeira pessoa. Ou acrescentar inutilidades que só compreendemos num *Diário de Notícias* de 31-1-1865: «Dizem da Regoa que parece ter passado o inverno que flagellava ha muito tempo aquelles habitantes; o Douro já começou a baixar. // Muito estimamos.»

Sendo embora prática normal abrir com citação, é evidente que o discurso indirecto causa maior impacto e pode recuperar, a seguir, a citação, que ameniza o discurso do jornalista. Eis, segundo Daniel Ricardo (ob. cit.: 21), o *lead* «clássico», lançado pela Reuter: «Londres, 6 de Fevereiro – O Rei Jorge VI de Inglaterra morreu, esta madrugada, enquanto dormia, na sua casa de Sandrigham, devido a uma trombose coronária.»

O "quando" e o "onde" não comparecem nos casos mais óbvios ou se nada acrescentam à informação: «Os proprietários açorianos estão a

ser penalizados devido à crise dos lacticínios.»

2) O "como" e o "porquê", se também podem abrir *lead*, ou obrigar este a desdobrar-se num segundo parágrafo, são tidos por elementos secundários e, em geral, tratados no corpo da notícia, onde se retoma e alarga o que já fora condensado antes. É o lugar certo para intervalar episódios curiosos e integrar o discurso directo.

3) Os relacionamentos próximos e longínquos, as associações, a contextualização, em suma, concorrem na memória ou *background*: pensa-se no leitor menos adentrado no assunto e destila-se, aos poucos, informação que o situe, a qual também pode constituir peça à parte ou claramente separada de 2).

O teste da abertura pode sair reforçado se o derradeiro parágrafo da peça resistir na memória do leitor: em vez de, inconscientemente, debitar prosa (sabendo que alguém lha irá cortar), o jornalista que cumpre prazos e espaço concedido faz desaguar o texto numa ponta final memorável que a todos enriquece – desdogmatizando, assim, em termos de efeito, a técnica da pirâmide invertida.

Este exercício noticioso – fundamental – requer, como os demais géneros, um prévio trabalho de recolha (directa ou indirecta, sendo a directa, ainda, singular ou colectiva) e selecção do material. O local e regional assumem, então, um valor próprio, com laivos de universal, dado pela proximidade.

Melhor: Edward T. Hall lançou o conceito de proxémia, definida enquanto «conjunto das observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico»[18]. Decorrente dele, com exemplos que explora na fauna, está o de territorialidade, esse «comportamento característico adoptado por um organismo para tomar posse de um território, defendendo-o contra os membros da sua própria espécie» (p. 19). Este segundo conceito é positivo, ou seja, dialecticamente produtivo – se entrevirmos na discussão que uma sociedade exerce nas colunas do jornal, ou nas polémicas e vontade de ultrapassagem que um jornal alimenta em relação ao concorrente, a melhoria do espaço colectivo «enquanto produto cultural específico». Hall identifica

[18] *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água, 1986: 11.

os quatro tipos de distância que organizamos – íntima, pessoal, social e pública –, cada uma comportando duas modalidades, a próxima e a longínqua. Identificá-los no momento da recolha e selecção do material obvia a respostas e problemas mais ou menos graves.

Âmago do jornalismo, eis-nos longe de quaisquer veleidades literárias[19], ainda quando o ponto de vista do redactor focaliza o agente da acção de forma interessada (por exemplo, abrindo com a posição da entidade patronal ou com a dos trabalhadores).

Dito isto, e pene Manuela de Azevedo, 'a literatura começa onde o jornalismo acaba'. Mas é impróprio dizer 'subgéneros literários' a crónica e a grande reportagem, à frente, já 'literatura *sui generis*', que para a crónica não espera 'leitor apressado' e, quanto à reportagem, nada teria de breve e conciso.

A diferença na estruturação da peça noticiosa e de reportagem não é suficiente para negar, nesta, as condições daquela: a actualidade e o perfume da novidade, a oportunidade e a proximidade, a colagem ao facto, não indispensáveis à recriação literária. Se estas fossem razões suficientes, de pouco serviria a tradição portuguesa desde Quinhentos evocada por Prado Coelho. Como bem diz Manuela de Azevedo, nada de «confundir agulha com espeto». Uma vez mais, conúbio de eleição passa pelo folhetim.

O suplemento 'Leituras' do *Público* de 4-VI-1994 é explícito: "Jornalismo, Literatura / A Relação Ambígua". Jornalistas profissionais saíam dos prelos e as perguntas de Adelino Gomes eram pertinentes: «Disciplina menor da literatura? Género literário novo? Coisa distinta, ou arte irmã?»

Nesta «velha polémica de saber até que ponto jornalismo e literatura se interpenetram», Ramalho Ortigão, dito por Junqueiro «um repórter de génio», serve a Adelino Gomes (já antes a Manuela de Azevedo) como

[19] Se não é «o trabalho sobre o detalhe em busca da credibilidade e o esforço de permanente captação do interesse do leitor», que G. García Márquez diz serem postos às duas actividades (*Público*, 17-IX-1995: 48). Trata-se, todavia, de uma posição não-universal (porquê a empresa do pormenor? o que é isso de credibilidade?), embora consentânea com o ponto de vista do folhetim no tocante à segunda parte.

paradigma – mas, na mesma frase, não vêm *As Farpas* consideradas um «livro [?] de crónicas»? – de plêiade de jornalistas vencedores de prémios literários e outros favores públicos.

A ideia é que, «quando autênticas e profundas, a reportagem, a crónica e até o artigo se encontram na fronteira mesmo entre o jornalismo e a literatura. Jornalismo, porque é a actualidade quem os comanda; mas literatura também, enquanto expressão de uma personalidade literária, de um estilo.» O equívoco assenta nisto: o literário chega depois para revestir a actualidade. Imaginamos, de vinte jornalistas-escritores postos perante um acontecimento, vinte reportagens 'autênticas e profundas'? Como reagiria esse jurado capaz de as ler e avaliar?

Estar em [serviço de] reportagem significa contactar fontes, presenciar acontecimentos, recolher dados com que redigir uma peça, noticiosa ou outra. No primeiro caso, o trabalho do repórter é uma metodologia, uma diligência para se informar e passar a mensagem; no segundo, com outra preparação e tempo de espera, é um género específico.

Os nossos viajantes de Quinhentos são repórteres notáveis, que, amiúde, o Destino forçou; a descrição do ambiente que acompanhou o nascimento do futuro Filipe IV de Espanha, e as festas que seguiram até ao regresso à Pátria do narrador – Tomé Pinheiro da Veiga, tão anónimo como muitos estagiários que recolhem elementos para tarefa colectiva –, fazem da sua *Fastigínia*, com as respectivas datações no lugar de capítulos, o *onde* bem marcado, um monumento soberbo à arte de observar, anotar, memorizar, perguntar e envolver-se (com um olhar crítico) no quadro em movimento.

Já serviço de grande público, quando urge tornear o «consta-nos que», etc., chegado à Redacção por suspeitosas vias ou de fontes pouco seguras, só em Oitocentos. Datando a *reportage* francesa de 1865, os nossos dicionários dão 1899 para reportagem. No intervalo, encontrámos "Ultimas notas da reportage" em *Os Pontos nos ii* de 5-XI-1887: 250, e em Silva Gayo, *Um Anno de Chronica / 1888*, Lisboa, 1889: 335.

A definição do tema, que propomos ou nos é proposto, constitui o passo inaugural. Há assuntos que, não sendo de actualidade, podem 're-

bentar' a qualquer momento. A costela profética, que há cento e tal anos era vantagem de poetas e visionários, entrou agora nos sociólogos e profissionais afins, bem como, naturalmente, em jornalistas de campo...

Afirmado que o jornalismo não é a suposta «pura objectividade», a tese de Baptista-Bastos pode satisfazer os que dizem ser o jornalismo «uma disciplina superior da literatura [*cf.* Cortázar[20]] e os jornais um grande livro de ficções quotidianas»: escritor e jornalista usariam meios idênticos [já não linguagens diversas, segundo Assis Pacheco e M. A. Palla?] e fins semelhantes [?]: «Servem-se de matéria ficta – porque a

[20] No *Público* – Leituras de 28-V-1993: 10-11, Adelino Gomes reiterava esta obsessão: "Arte inferior, mas humana". Citava Pessoa, a propósito de *Repórteres e Reportagens de Primeira Página* (por Jacinto Baptista e António Valdemar, 2 vols. [1901-1910; 1910-1926], 1991, 1992): «O jornalismo, sendo literatura, dirige-se [...] ao homem imediato e ao que passa. Tem a força directa das artes inferiores mas humanas, como o canto e a dança; tem a força de ambiente das artes visuais; tem a força mental da literatura. Como, porém, o seu fim não é senão ser literatura naquele dia, ou em poucos dias, ou, quando muito, numa breve época ou curta geração, vive perfeitamente conforme os seus fins.» J. Baptista assinala a frequência inicial do vocábulo 'repórter' no *Dicionário* de Moraes só em 1890, convindo que «a prática, corrente até época recente, quase até aos nossos dias, [era a] da reportagem como tarefa colectiva, anónima, raramente identificada ou personalizada com a assinatura do repórter ou as dos repórteres que as fizeram» (1991: 7). De facto, este «noticiarista por excelência» (p. 8), pau para toda a colher, sem peso sindical, era pouco considerado na Redacção, fosse embora excelente escritor, da envergadura de um Raul Brandão, mesmo. Esta realidade (mutante desde os anos 80, com o nascimento do 'grande repórter') obriga a esbater o entusiasmo de Jacinto do Prado Coelho ao falar da reportagem, vista enquanto metodologia ou vista como género: na sua estrutura, a reportagem ideal (*cf.* José A. Benítez, 1971, em Daniel Ricardo, *Manual do Jornalista*, Lisboa, *O Jornal*, 1990: 29) daria insossa ficção:

«1. Apresentação do tema (*lead*): a) afirmação de carácter geral; b) exemplo específico; c) facto significativo.

2. Definição do tema num ou vários parágrafos, pormenorizando a afirmação geral, o exemplo específico ou o facto significativo através: a) da reiteração; b) do contraste; c) de um incidente concreto.

3. Aprofundamento do tema num número indeterminado de parágrafos, particularizando ou comprovando os seus pontos mais significativos.

4. Culminação do tema em dois ou três parágrafos, estabelecendo as conclusões, através: a) da indicação das consequências; b) da exploração de factos similares; c) da apresentação dos valores em causa.»

ficção da realidade é tão evanescente, tão verosímil, tão inverosímil e tão parcial como a realidade da ficção.»

Hegel vulgarizou o jornal como «la prière laïque du matin»[21] do homem moderno, filósofo ou burguesia sôfrega a afastar-se do divino; temo-lo, agora, qual livro de cabeceira de almas frenéticas e quase vazias. Se, pois, vivemos em estado de evanescência, como definir limites e saber o universo que habitamos? Como não perceber que, sem *outra* realidade (vizinha, oposta, epigonal…), a literatura não existe?

Vê Fernando Dacosta, por seu turno, uma «separação perversa» (como intitula o seu depoimento), e que «só aproveita ao poder» [reitera Baptista-Bastos], na divisão entre estas disciplinas. Os factos, para ele, «apenas dão dos acontecimentos e das pessoas o exterior, o acidental. Para lhes captar a alma é necessária a literatura, a poética.» Repete Pessoa, «Não há factos, há interpretação de factos», e ergue o mesmo pilar para a nossa literatura e o nosso jornalismo: a crónica. A mesma hierarquia, a mesma velocidade.

Em depoimento ao lado, o também jornalista e escritor João Mendes julga mais «pertinente interrogar a diversidade dos sujeitos de enunciação». O seu 'eu' ficcional «não é o que produz para a imprensa narrativas noticiosas, porque esse aceitou e lida diariamente com um sistema de constrangimentos, com modelos de construção do texto e objectivos de comunicação que só pontual e acidentalmente podem vir a desempenhar um papel recorrente num texto (meu) de ficção».

Baptista-Bastos, porém, em texto posterior, prefere a complementaridade («ambos são agentes culturais»; veja-se Nuno Teixeira Neves) ao indestrinçável. Reconhece ser de um tempo «em que o jornal era para ser lido; lia-se. Hoje, é para ser vendido; vende-se.» Não há, por conseguinte, interiorizadas no agente, distintas finalidades de uma e outra actividade? Que meios 'idênticos' podem ser, também, aqueles? Mais: se escreveu «quase sempre» assinado, porque não reuniria esse magma

[21] Cit. em François Archambault & Michel Ambault, *Un Journal pour 30 Centimes! Mythes et Réalités de la Presse Moderne*, Paris, Julliard, 1966: 71. Os edifícios das redacções são ditos «cathédrales des temps modernes».

em livro? Ou há uma diversa, se bem que equiparável, dignidade alheia ao pessoal conceito do literário?

Posta reflexão sobre a vida jornalística, cita quadra de Carlos Queiroz («Ver só com os olhos / é fácil e vão: / por dentro das coisas / é que as coisas são») para esclarecer as ditas relações:

> O escritor conta uma história. O jornalista desmonta-a. O escritor não tem de pesquisar o erro: tem de o assinalar, criando situações e fazendo inflectir essas situações nas personagens. O jornalista tem de investigar o porquê das coisas, para compreender o que acontece. Mas ambos, escritor e jornalista, trabalham com homens e para homens[22].

O sonho de Dacosta – com o mesmo livro de estilo de João Mendes – e de Baptista-Bastos é o meu. Sonho, pelos vistos, gritantemente parcial. Sobrevoarei o debate lá fora para, em síntese, articular o meu entendimento e descermos às origens históricas de tão singular história de amor.

Encontros de 'escritores e jornalistas', associações de jornalistas e homens de letras' (designação, esta, de sabor oitocentista), costumam ser mais talhantes que as reuniões de puros escritores debatendo tal relação. Mas suponhamos representantes de dois continentes e países com problemas específicos; espanhóis e mexicanos em polémica no segundo Encuentro Internacional de Escritores (México, Abril de 1981) relatado por *El País* (19-IV-1981).

Para os europeus, a criação literária «es un acto íntimo del escritor, que no tiene por qué reflejar ninguna realidad», seja, expressão de uma

[22] Baptista-Bastos, "Fragmentos da Idade da Construção", *O Escritor* (Lisboa), n.º 3, Março de 1994: 19. Em crónica do *Europeu* de 16-I-1989, tendo reconhecido as várias facturas – «singularidades culturais, psicológicas, ideológicas, idiossincráticas» de quem factura a notícia, define esta: «Notícia é uma história que se narra. Não é descrever: é narrar. Articular uma arquitectura de acções, de comportamentos, de sentimentos e de episódios e factos – mas sempre com personagens. Não há jornalismo sem pessoas, sem personagens; sem uma peculiar visão do mundo e sem a participação (por vezes subjectiva) do próprio jornalista.» Dentre as *nuances* em relação a 1993: o escritor, com narrar, seria *também* um descritor?

identidade para quem relação de factos ou compreensão leitoral – úteis em regime de comunicação – «carecen de sentido». O problema é se, num outro contexto, a exclusiva moral estética não é uma imoralidade: o mexicano Carlos Monsivais remeteu para antiga definição do jornalismo como 'literatura de emergência', que, no caso do seu país, «ha permitido una comprensión múltiple del proceso histórico nacional».

Esta vertente documental não basta, claro está; e fácil (também conveniente) seria distinguir as tomadas de posição ideológicas do homem civil das que assume o ente escritural. É nestes momentos que à tese sincrética ocorre citar a aventura do 'novo jornalismo', cristalizada em *In Cold Blood* (Janeiro de 1965), de Truman Capote, ex-repórter do *New Yorker*.

O método era este: fazer todos os contactos possíveis, na base da entrevista, em busca de uma objectividade «que sólo podía alcanzarse mediante una subjectividad bien intencionada»[23]. O que diremos da entrevista?

A entrevista é real ou fictícia, delas resultando, sempre, um retrato (ou auto-retrato, porque também há auto-entrevistas). A fictícia é uma composição da inteira responsabilidade do jornalista: com o 'entrevistado' geralmente morto, reúne o que dele tem por pertinente – respostas anteriores ou que se lhe põem na boca em função de cortes num texto corrido – e, assim, aviva um retrato ou define uma questão.

Integrei o retrato na reportagem porque este exige outra envolvência: como se chegou ao assunto, que 'luz' o envolve, por onde passa a 'moldura' deste rosto, etc. – isto é, demasiados elementos que, partindo de uma ou várias entrevistas, transcendem estas para implicar, igualmente, o repórter.

Este óbice é regularmente contornado por ligeiras notações devidas ao entrevistador, que assinala os risos, exclamações, pausas, sinalética do interlocutor no seu próprio teatro de gestos.

É um pouco a forma mista, depois que a entrevista sob forma narrativa se aproximou demasiado da reportagem junto de um sujeito, do qual só aqui e ali vai nascendo algum discurso directo. A entrevista que

[23] A. Bryce Echenique, "Qué fue del nuevo periodismo?", *El País*, 23-XI-1991: 11.

agora me interessa, como género, técnica e um fim em si, é a que surge sob forma predominantemente dialogada.

A clássica entrevista individual confronta duas visões (dizer duas personalidades não prevê o facto tão corrente de o jornal poder enviar dois e mais redactores ou de, mesmo, a outra parte aparecer multiplicada) definidas na alternância de perguntas e respostas. Cabe numa antiquíssima arte da conversação, com certos aspectos doutrinariamente estudados desde o século XVI.

A situação entre parêntesis no parágrafo anterior daria uma mesa-redonda se a parte inquirida não representasse um colectivo unitário. Sendo, pois, várias as cabeças e os sentimentos confrontados com um ou mais jornalistas à volta de uma mesa e de uma série de matérias, temos essa espécie de entrevista que mais espaço costuma ocupar, às vezes, dividido por várias edições.

Cabe aos anfitriões, quase sempre na própria Redacção, dirigir e moderar, jogando a favor da novidade as eventuais contradições e a geral controvérsia. Uma variante deste processo encontra-se no seminário académico, com apresentação de assunto seguida de debate.

Numa relação mais distanciada, com um ou mais porta-vozes e ombreados por jornalistas concorrentes, dá-se a conferência de Imprensa, que se distingue, ainda, por a iniciativa partir do exterior.

Variante desta, à partida mais importante e recente, é a *pool*, em que se sorteia (e até falseia) um conjunto de repórteres credenciados para espaço reduzido. Tornou-se usual em cenários de guerra e demais catástrofes.

Iniciativa de dentro ou de fora – e, neste caso, a rogo da Direcção – é a sondagem, que resulta numa série de quadros e gráficos, com leitura da Redacção. Baseia-se num universo definido de respondentes e numa bateria de perguntas breves e claras sob forma de inquérito.

Este, por seu turno, é uma pequena entrevista, também ao vivo (num frente-a-frente, por telefone) ou por escrito, a que vários entrevistados sucintamente respondem à mesma ou mesmas questões, destacadas graficamente do conjunto. O que há de discurso jornalístico na sondagem perde-se ou reduz-se aqui; o que, além, é demorada análise, interpreta-

ção, resumo, passa, aqui, a discurso directo; se aquela vive por si, este acompanha, muitas vezes, a actualidade mais premente e é menos 'politizado' – embora uma sondagem de opinião possa versar a infinidade de assuntos de que se faz a mesma opinião... Os objectivos e métodos é que devem ser explicados nos dois casos, desde logo porque o inquérito, apesar de hiper-selectivo, parte de mais fraca amostragem; aqui, as conclusões calham mais ao leitor.

Destas espécies, a conferência de Imprensa, aparentemente 'mexida', é a menos viva e, até, concorrida. Escolhe-se a hora em função da hora de fecho dos jornais, mas, desde a véspera, se não quer limitar-se ao *press release* ou a um discurso quase sempre formalizado em comunicado, o redactor já pode saber o que se vai passar num espaço dominado por quem convida – e que responde como entende ou sai quando lhe apetece.

A *pool* sofre destas pechas, embora aconteça mais em cima da hora e a sua natural selectividade e particular matéria justifiquem outra atenção e presença.

A preparação já é diferente quando a iniciativa cabe ao jornalista. Desta feita, mais do que ensaiar um tema multiplicado pelos vários ângulos informativos que o repórter vai encontrar, o entrevistador treina uma miríade de temas possíveis encadeados no discurso de uma só personalidade ou entidade. Em mesa-redonda, tudo cresce geometricamente.

Ideal é conjugar o peso da visão que o entrevistado possa facultar e o interesse do tema, deste modo acedendo à actualidade, se lhe não preexistia.

Uma entrevista, marcada com antecedência e reconfirmada, exige a anotação de perguntas ou pontos-base, *como se fossem avançados pelos diferentes tipos de leitores*.

A garantia de fidelidade ao que é dito *on* (e muito pode haver *off the record*) talvez peça gravação, o que as partes definirão, bem como saber se a peça já redigida é previamente conhecida, no essencial ou no todo, pelo entrevistado. O bom trato tudo resolve.

Da vintena de conselhos que nos dá Mário L. Erbolato[24], salientem-se os pontos de 6 a 20, com acrescentos meus entre rectos:

> 6 – Faça as perguntas de modo concreto [e sem considerandos], para obter informações seguras e completas.
>
> 7 – Não corte as respostas. Espere que cada uma delas termine, antes de formular a próxima pergunta. [Evite silêncios.]
>
> 8 – Se o entrevistado divagar e fugir do assunto, recoloque-o no roteiro previsto, na pergunta seguinte. [Os monólogos em nada ajudam; as respostas longas, de resto, terão de ser cindidas, o que pede respostas desdobradas aquando da redacção final.]
>
> 9 – Não discuta com a pessoa, se ela emitir uma opinião contrária ao seu ponto de vista. [A discordância mostra-se, serenamente, através de outra pergunta encadeada. Não deve, também, corrigir os erros linguísticos ou de estrutura frásica, o que fará, depois, na redacção. Sobretudo em texto corrido, qualquer erro significativo pede, imediatamente a seguir, entre parêntesis curvos, a partícula *sic*.]
>
> 10 – Procure mostrar interesse real em tudo quanto for dito. Se o entrevistado verificar que o repórter não está atento, abreviará a exposição e colocará ponto final na entrevista.
>
> 11 – Não emita a sua opinião, a menos que ela seja solicitada, e assim mesmo com modéstia e humildade.
>
> 12 – Ao fazer uma pergunta, tenha em vista a riqueza da resposta e não apenas uma afirmativa, ou negativa, ou um talvez. [Não deixe pairar as meias verdades e contradições.]
>
> 13 – Não seja agressivo. Demonstre franqueza e não astúcia. [Note-se que não está a tratar ninguém por *tu* ou, pelo menos, essa forma será excluída no produto final.]
>
> 14 – Faça as perguntas no mesmo nível de quem responde. Pode acontecer que a entrevista seja importante, por ter sido procurada uma pessoa que saiba bastante sobre algo que ocorreu, embora humilde. Se ela ficar amedrontada, negar-se-á a dar esclarecimentos preciosos para o jornal.

[24] *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, 1979: 148.

> 15 – Esgote cada área do assunto, antes de passar para outra.
>
> 16 – Se necessário, faça alguma pausa, para evitar que o entrevistado se canse. Procure imprimir um pouco de humor ao diálogo.
>
> 17 – Não se mostre super-entusiasmado se ouvir uma resposta-bomba, porque o entrevistado, diante da sua reacção, poderá pedir-lhe que suprima o que disse, temeroso pelas consequências.
>
> 18 – Prepare o terreno para cada pergunta. As coisas mais cruéis e indiscretas podem ser indagadas se o jornalista tiver o cuidado de se ir conduzindo com habilidade.
>
> 19 – Se estiver a entrevistar uma senhora não lhe pergunte a idade e o estado civil, a não ser que a matéria se relacione com esses esclarecimentos. [A mesma discrição é devida com as profissões de fé, religiosas, políticas, clubísticas e outras, se desnecessárias ao fulcro da conversa.]
>
> 20 – [...] Se a entrevista for feita na Redacção, as interrupções e chamadas ao telefone devem ser reduzidas ao mínimo. [Aconselha-se, aliás, uma sala completamente à parte ou um espaço exterior.]

As explicações do como e porquê (eventualmente, os demais elementos noticiosos) da entrevista, e um retrato abreviado, seja da matéria nos pontos mais fortes, seja do interlocutor, comparecem no limiar da peça, antes de se proceder à transcrição do diálogo com apresentação dos interlocutores (nome do jornal ou do entrevistador e entrevistado) por extenso e em corpo destacado, passando, logo, às iniciais, ainda separadas por ponto ou travessão. A frequência dos bons modelos de jornalismo (porque não o pingue-pongue de *P.* e *R.*?) aconselha a forma certa.

Do que todos comungam é da indispensável exactidão e autenticidade na reprodução do dito.

Se a entrevista vem em texto corrido, essas declarações, entre aspas e/ou em itálico, não devem ir muito além dos 200 caracteres, havendo o máximo cuidado em quebrar a monotonia dos verbos declarativos, cujo sentido varia muito: disse/precisou/acentuou, etc. ao *Diário de Notícias*, e menos: ao nosso jornal.

Incluirmos numa citação frase ou vocábulo da nossa lavra exige corpo distinto (redondo, por exemplo) e dentro de parêntesis rectos[25].

Nada de especial em relação à prática do jornalismo *tout court*, ou à perquisição de um Zola: qualquer informador ou informante pode ser útil para iluminar o sujeito ou objecto em causa, se se dispõe de capacidade (física, financeira...) e interesse. O repórter vagueia, anota (quase não grava), interpela gentes à partida insignificantes, vai construindo relato que a empresa suporta em ausências prolongadas, no que assenta o hoje dito 'jornalismo de investigação'. Na elaboração é que salta aquela 'subjectividade bem intencionada': a narrativa de uma crueldade prova a inocência dentro do mal; verbera, na impassibilidade do registo (*a sangue-frio*, nisto se irmanando protagonista e narrador), um puritanismo também jogado na pena de morte (a que foram condenados os assassinos de 1959 na granja do Kansas). Afinal, literatura de denúncia, bem no espírito dos anos 60: 'romance jornalístico' ou 'jornalismo romanceado' e 'imaginativo'?[26] Que a mecânica não se sobreponha aos mecanismos; a própria designação peritextual, *non fiction novel*, surtia no momento, já insuficiente para negar vindouramente ser todo o romance um 'romance-realidade' transfigurada e não só relatada. A dissemelhança podia começar aqui. Se quisermos, a primeira página de *The Bonfire of the Vanities*[27], do também guru Tom Wolfe, dir-nos-ia que a emotiva aposta nas onomatopeias só por acaso será, algum dia, jornalismo...

O 'português de gente' que se pede em jornalismo visa leitores dos 7 aos 77 anos. Ou estrangeiro ainda com dificuldades. Desde logo, a língua não é a mesma, porque se redige, no mínimo tempo possível e

[25] Para «*interview*», *entrevista*, *interviewar*, *entrevistar*, ver Eça de Queiroz, *Echos de Pariz*, Porto, Livraria Chardron, [4]1920: 178-179. Como processo e género, emergiu nos Estados Unidos, na década de 1860.

[26] Terminologia de *El País*, 27-VIII-1984: 17, em peça sobre a morte de Capote. As questões levantadas ao romance por este 'récit véridique' vêm tratadas em Jean Mouton, *Littérature et Sang-Froid*, Bruges, Desclée De Brouwer, 1967.

[27] Original de 1987, trad. de Ana Luísa Faria, *A Fogueira das Vaidades*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

num 'português fundamental' tantas vezes indigente, para um máximo de público indiscriminado cuja capacidade média de leitura aconselha o domínio de técnicas constantes de um 'livro de estilo', escrito ou apreendido – bem diferente do estilo dos livros literários. Registemos algumas, consensuais, e perguntemo-nos como, face a tal bateria de imposições, responderiam milhentas obras-primas conhecidas e a produzir:

1. Prefira a ordem canónica da frase: sujeito, predicado, complementos.

1. 1. Idealmente, os nomes devem prescindir de adjectivos, que subjectivizam e cortam ímpeto à informação. Quando indispensáveis, venham depois do substantivo, notando que um adjectivo descritivo (homem alto) é melhor que um valorativo (homem simpático).

1. 2. O verbo – de acção ou movimento, menos de estado – – deve apoiar-se (mesmo para o passado e futuro próximo) no presente do indicativo. Esquivar o modo condicional. Opte por formas simples e não compostas; pelas afirmativas; fale na voz activa.

2. Recuse orações intercalares: alongam as frases e prejudicam a fluência e memorização.

2. 1. O mais importante tem de vir logo no princípio.

3. Os termos concretos, mais frequentes no Português fundamental, têm vantagem sobre os abstractos, rebuscados e preciosos. O leitor não tem de recorrer ao dicionário.

4. Evite as repetições vocabulares, os ecos, as rimas e cacofonias, bem como perífrases, redundâncias, ambiguidades lexicais e sintácticas.

4. 1. Se uma palavra diz tudo, omitir segunda.

4. 2. Afaste pompas e superlativos.

5. O contexto dita o emprego do registo linguístico. Contrariar o calão, a gíria, plebeísmos, barbarismos, neologismos, arcaísmos. Chavões, lugares-comuns, bordões e frases feitas retiram força às frases e vivacidade aos assuntos.

5. 1. Num espaço de trânsito internacional, cuidar os estrangeirismos. O mesmo se dirá dos regionalismos.

6. A explicação de termos técnicos sucederá a estes, entre parêntesis, ou em remissão no final da coluna / artigo. O mesmo para as siglas.

7. Use frases de duas a três linhas. Faça do parágrafo uma unidade de sentido.

7. 1. Reduzir, esbater mesmo, a pontuação nos títulos e antetítulos. Atentar no perigo dos pontos de exclamação e de interrogação, além das reticências.

Recomenda-se uma peça jornalística concisa, sem ser monótona; simples e directa; rigorosa na selecção dos materiais; variada nos processos linguísticos e de composição. É fundamental dominar as categorias e regras gramaticais, pois só deste modo a comunicação resulta.

Esta linguagem, de procurado grau zero – autolimitada, denotativa –, sendo útil, ou padronizada no uso de caixas altas e baixas, de numerais e siglas, e nos modos de *identificação* (títulos de função, de estado, eclesiásticos...), não chega para comunicar literatura, que vive, ainda, de uma estruturação própria a que é alheia a nobilíssima profissão de escrever para administradores e indefinidos leitores num *outro* português de lei[28]. Refúgio em tempos censórios ou emergência possível, é evidente que o próprio conceito de literatura deriva destes contextos de crise: a reunião de crónicas metafóricas será a escrita de um tempo, inevitavelmente cuidadosa, todavia.

Ora, nada está contra nada. António Olinto fá-los comungar de igual matéria-prima, a palavra, mas as derivações de tal matéria podem ser infinitas. Para o diferente tipo de pressão que se sofre num e noutro lado só pode falar quem jogue nos dois campos: interior, menos funcional e menos esquemática, na literatura[29]. À interiorização, Vergílio Ferreira acrescentaria a lentidão, não forçosamente no escrever, mas na «intensidade», na «mobilização inteira do escritor e total concentração nisso que

[28] Concordo, aqui, com José Lechner, "Jornalismo e literatura no despontar da indústria cultural do século XIX", em AA. VV., *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, Vila Nova de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos, 1993: 19-27, já voluntarioso quando quer entrever afinidades nos «recursos da linguagem» – – que acabavam de ser contraditados, e base da diferença – e na «verdade do homem», como se esta fosse algo já existente que literatura e jornalismo perseguiriam. Não se nega, assim, a criatividade literária?

[29] Ver António Olinto, *Jornalismo e Literatura*, Rio de Janeiro, 1955.

escreve». Se não houver incompatibilidade entre ser escritor e jornalear habitualmente, haverá conflitualidade[30].

Cyril Connoly, reeditado em duas décadas de afirmação periódica, antes e após o maior cataclismo do século (1938, 1948), foi taxativo:

> La littérature est l'art d'écrire quelque chose qui sera lue deux fois; le journalisme, celui d'écrire ce qui sera saisi immédiatement: ils exigent tous deux des techniques bien distinctes. Dans le journalisme, il ne peut pas y avoir d'impact à retardement, de subtilités, de fioritures, ni d'hypothèse d'un lecteur oisif et fortuné; [...][31].

T. S. Eliot – para quem «A distinção entre jornalismo e literatura é completamente fútil, a não ser que estejamos a estabelecer um tão violento contraste como o que há entre a História de Gibson e o jornal da tarde de hoje.» [e se o conceito de História mudou? e se a ideia de vespertino se alterou? Nada é fútil, ou estaremos a desprezar o peso dos dias] – alinha nessa, afinal, distinção ao acrescentar: «Há um tipo de inteligência, e eu tenho por ela especial simpatia, que só logra escrever, ou só produz o seu melhor resultado sob o impulso de uma ocasião imediata; e este é o tipo de espírito que eu proponho que se chame jornalístico.»[32]

Viveremos, pois, e sempre, num qualquer regime de fronteira, com limites vistos quais aproximações ou afinidades, em que o jornalismo, historicamente, é suporte, passagem, alternativa...[33] Compulsão, a literatura é liberdade de aceder ou fugir à vocação; este, necessidade, nem várias mãos, que a composição literária não compreende[34].

[30] "Crónica sobre a crónica", *Expresso*, 21-II-1981: 24. Repete título de João Conde Veiga, n'*O Primeiro de Janeiro* (Porto), 13-VIII-1980.

[31] *Ce Qu'il Faut Faire pour ne plus Être Écrivain* [= *Enemies of Promise*], Paris, Fayard, 1992: 36. A p. 122 ss, contrapõe ritmo rápido *vs.* lento, impessoalização *vs.* pessoalização...

[32] T. S. Eliot, "Jornalismo e Literatura", *Diário de Lisboa* – Vida Literária, 17-IV-1958: 17.

[33] Entenda-se isto fora do conceito instrumentalizador patente na lógica leninista. *Cf.* V. I. Lenine, *Sobre a Imprensa e a Literatura*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

[34] Silva Costa, "Jornalismo português: 'literariedade' em excesso?", *in* AA. VV.,

Lembrando Barthes, notas de Jean Ricardou e gerais contribuições no colectivo *Que Pode a Literatura?*[35], podíamos relacionar escrevente [informador; informação = prosa, utilidade, mediação, transparência, colectivo / livro de estilo] e escritor [poesia = literatura, finalismo, opacidade, singular/estilo de *um* nome].

Referência (passível de ser, em ambos os casos, emotiva, fática e metalinguística) e comunicação, opõem-se, igualmente, no grau, qualidade e destino dos seus 'ruídos' e sons (formas de apresentação, capacidade evocativa, peso relativo ou absoluto do emissor, público-alvo, lixo ou conservação em espaço socializado como é uma biblioteca[36]). Transitivo e funcional, aquele, intransitivo e perseguidor de uma ontologia, este, podemos matizar os conceitos no, também barthesiano, «bâtard», esse tipo 'cruzado' do escritor escrevente que bem calha no folhetinismo.

O problema da 'identificação com', que elege a literatura espaço de intersubjectividade, distingue-a da informação: «[...] é uma outra verdade que se torna minha sem deixar de ser outra. Abdico do meu 'eu' [na literatura] em favor de quem fala e, no entanto, continuo a ser eu própria», diz Simone de Beauvoir (ob. cit.: 69). A «actualidade» subjectiva (que leva François Mauriac a conceber «le journalisme comme une sorte de journal à demi intime; – comme une transposition, à l'usage du grand public, des émotions et des pensées quotidiennes suscitées en

Jornalismo e Literatura, 1988: 53-61, lamenta responder afirmativamente, no que é um trabalho de nítida e justificada separação de águas. No que é, outrossim, peca visão da literatura, dizia Alberto Bessa, ouvido pelo candidato Aquilino Ribeiro, Obras Completas. *Um Escritor Confessa-se*, Amadora, Livraria Bertrand, 1974: 125-126: «– A literatura do jornal é uma literatura pataqueira. A filosofia para cá de nada serve... O importante para um repórter é ter umas unturas enciclopédicas de tudo... profanas, sobretudo profanas. E o indispensável é que escreva correctamente, com simplicidade e sem nefelibatismos...»

[35] Trad. de Urbano Tavares Rodrigues, Lisboa, Estampa, 1968.

[36] O caixote do lixo é pior, bem vistas as coisas, que «uma existência morta na estante *kitsch* do novo-rico», onde, pelo menos, há hipótese de ressurreição. (*Cf.* João Barrento, "Da Literatura, do Jornalismo e da Imortalidade – Sobre Kurt Tucholsky", *Diário Popular* – Letras. Artes, 27-IX-1979: I, XII [I])

nous par l'‘actualité’»[37]) só muito parcialmente convive em profissão de pendor *universal*, que foi sempre sujeito a articulados legislativos e deontológicos.

O texto não-literário é, por definição, o que se não reveste de dimensão estético-literária. Esta, entre outras condições, exige do criador uma *intenção*, uma *finalidade*, uma especificidade *técnico-artística*, conhecimento do *quadro institucional* e uma *autonomia* (diferente de *gratuitidade*) que, embora englobando valores sociológicos, políticos, etc., a eles se não submete. Daqui resulta uma capacidade multidiscursiva, com riqueza de propostas e sentidos dificilmente redutíveis ao unívoco. O texto não-literário, em contrapartida, é um modo de discurso denotativo, de sentido dirigido e funcional, prático, em que a comunicação se faz numa só via: mesmo que comporte índices estéticos, estes não podem ser determinantes. Acontece, entretanto, que os textos literários de um tempo, e que dominaram o cânone, passam de moda, são esquecidos; e, simultaneamente, outros, que viviam na periferia, acederam ao centro do literário. Nesta lógica, podíamos considerar não-literário o que não entra no cânone do momento, e que a crítica literária e a Universidade definem, quase sempre contra o gosto das maiorias; mas essa não é a melhor solução, quando certos artigos de jornal podem ser vividos por nós como a melhor literatura... Não espero encontrar uma receita médica (seja, na literatura médica) o prazer que me dão alguns poemas; mas uma lição sobre a química da água, ou do suor, por António Gedeão, obedecendo à prosódia mínima versificatória, torna-se um poema notável. Assim, e em resumo, tudo, em cada momento, pode ser e não ser literário: entre a defesa do específico que toca sensibilidades (não forçosamente maioritárias) e o aspecto prático e meramente comunicativo do discurso se decide do valor de um texto.

O jornalista-escritor dirá que ninguém o censura – naturalmente, se souber escrever peça de tantas linhas ou cumprir agenda e perceber, cla-

[37] «Sur ce plan [de l'‘actualité’], il arrive qu'une maladie ou une simple lecture prenne presque autant de valeur qu'une révolution: c'est leur retentissement dans notre vie intérieure qui mesure l'importance des événements.» “Avertissement”, *Journal*, Tome I, Paris, Éditions Bernard Grasset, 1944.

ramente, que o reino da verosimilhança não é para vender diariamente nas bancas; escritor-jornalista (não me refiro ao colaborador de Imprensa) é que já não existe, porque foi-se um tempo andrógino em que, contra o parecer hodierno, notícia e comentário se enlaçavam – nem de outro modo havia ironia romântica; em que, para aceder à via real, era recomendável estar em letra de forma, ter um romancelho para mostrar, como dirá Júlio César Machado – sendo que essa via, mais do que a actividade jornalística em si, era o cobiçado espaço do folhetim. Aí se fundiam, num exercício de *captura do leitor*, literatura e jornalismo[38].

2. No antigamente, nas origens

Ao lermos o primeiro *Diário de Notícias*, verificamos que o noticiário do país se recolhe na 'chronica', e que essa mesma, ou outra, matéria, quando articulada por uma subjectividade com assinatura no final de rodapé, identifica o folhetim, com que nascerá o moderno colunismo, na variante cronística.

Coisa diferente não fazem nomes de antanho. Assim Manuel Severim de Faria, cuja *Relação Vniversal* considero a matriz do jornalismo nacional. As duas *relações* – de Março de 1625 a Setembro de 1626 (Lisboa, 1626, reimpressa em Braga, e 1627; de Março de 1626 a Agosto de 1627, impressa em Évora em 1628) – querem-se anuais, com

[38] Devedor de muita informação aqui constante, saiu, entretanto, de Helena de Sousa Freitas, *Jornalismo e Literatura: Inimigos ou Amantes? Contribuições para o Estudo de Uma Relação Controversa*, Rhode Island, Peregrinação Publications, 2002. Seguiram-se outras dissertações universitárias na base de idênticas preocupações. No Brasil, ver Gustavo de Castro, Alex Galeno, orgs., *Jornalismo e Literatura. A Sedução da Palavra*, São Paulo, Escrituras Editora, 2002. De incidência italiana, com relevo para a terceira página dos diários, Alberto Papuzzi trouxe *Letteratura e Giornalismo*, Roma / / Bari, Laterza, 1998, e *Professione Giornalista. Tecniche e Regole di Un Mestiere*, nuova edizione, Roma, Donzelli editore, 2003. O contágio entre as matrizes mediática e literária está em Marie-Ève Thérenty, *La Littérature au Quotidien. Poétiques Journalistiques au XIX^e Siècle*, Paris, Seuil, 2007, sendo de acrescentar AA. VV., *Presse et Plumes. Journalisme et Littérature au XIX^e Siècle*, Paris, Nouveau Monde éd., 2011.

esse «carácter de periodicidade» que lhe negam os defensores da *Gazeta em que se relatam as nouas todas que ouue nesta Corte, [...]*, de 5 de Dezembro de 1641[39].

No espírito do tempo, em que pontifica a comunicação manuscrita – – não desaparecida em Oitocentos e, perto de nós, em jornais de parede de escolas e na China maoísta –, Tengarrinha (1989: 25) julga por bem abrir com «a primeira folha noticiosa manuscrita de que temos conhecimento», em duas páginas, datada de 19 de Outubro de 1588, intitulada *Notícia da Infelicidade da Armada* [Invencível] *de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina* (BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28). Quanto às ocasionais folhas noticiosas impressas, indica 32 entre 1555 e 1641[40], onde as de Severim de Faria, esquecendo, se de lógica noticio-

[39] Ver José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, [2]1989: 29, como a fechar a cúpula da opinião mais comum. Fora, já, a de Herculano n'*O Panorama* ("Origem das gazetas em Portugal", n.º 48, 31-III-1838); a de Inocêncio Francisco da Silva, no folhetim "Cartas Bibliographicas" da *Gazeta de Portugal*, 10-X-1863, o qual, porém, no tomo sexto do *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1862: 108), asseverara: «Esta especie de resenhas ou noticias periodicas dos successos do mundo, anteriores as *Gazetas* do tempo da acclamação de D. João IV, são ao que parece os papeis mais antigos d'esta classe que se nos deparam impressos em Portugal».

Ainda, Filomena Belo e Manuela Rocha, "Anatomia do primeiro periódico português", *Claro-Escuro. Revista de Estudos Barrocos*, 1, Lisboa, Novembro de 1988: 63-75; ou João L. de Moraes Rocha, *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM, 1998: 20: «O germe da imprensa periódica encontra-se nas *Relações* de Manuel Severim de Faria, [...]. Sendo indubitavelmente o primeiro noticiário nacional, a *Relação Universal* [...]. No entanto, a falta de periodicidade e continuidade das *Relações* de Severim de Faria, de que surgiram apenas duas, e quando acontecimentos importantes o justificaram, leva-nos a afastá-las da categoria dos periódicos, pautados pela continuidade e periodicidade.» Publicação *online*, na Biblioteca Nacional Digital. Transcrição em Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração: (1641-1648). Uma Revisão das Estratégias Diplomático-Militares Portuguesas*, Lisboa, Instituto Diplomático / / Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

[40] 33, desde 1552, na refundição de 1989, *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2013: 36.

sa manuscrita se trata, obras formidáveis que relevam da notícia continuada e da reportagem mais colorida.

A primeira é o *Memorial* de Pero Roiz Soares[41], "QVE CONTEM todos os cazos dinos de memoria acontesidos nesta Insigne Cidade de Lisboa. cabessa Primas das espanhas com outros acontesimentos notaueis noutros reinos muito para uer saber e ler comessados desda era. de mil e quinhentos sesenta e sinco por diante", até 1628, em que a vida política, social e familiar respira substantivamente – «o narrativo prevalece quase sempre sobre o exemplificativo» (p. VII) –, no propósito de aproveitar a vindouros. São 129 capítulos de prosa descarnada, confrontando posições numa formulação de estrutura diarística. Os desvarios nacionais, avisos do Céu e autênticos *faits divers* que deliciariam a Imprensa sensacionalista de hoje vêm secundados por uma resistência subterrânea a Castela feita de "papéis" que circulam ou de escritos pelas portas das igrejas e cartazes.

Já o grande repórter do tempo – da linhagem de viajantes maioritariamente freires –, presente nos lugares certos ou invocando fontes fidedignas, é Tomé Pinheiro da Veiga, cuja *Fastigínia* acompanha o nascimento (8 de Abril de 1605, às dez da noite, em Valladolid) do futuro Filipe IV de Espanha. Até 26 de Julho – quando regressa a penates –, num registo epistolar quase diário, esse correspondente vive e noticia as festas dentro e fora da Corte, os actos públicos e privados de uma sociedade que, anteposta à portuguesa, desencadeia longo discurso sobre o carácter dúplice do tenso rosto ibérico[42]. A profusão de cópias até 1841 e, necessariamente, de leitores homologa a vária criação de destinatários intradiegéticos[43].

Este Pinheiro da Veiga integra, com outra largueza e singularidade, a tradição das relações de sucessos, fossem naufrágios ou festas, que

[41] Cód. 938 do Fundo Geral de Mss. da BNL. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953.

[42] «Folhetim vivo da cidade, dos arruamentos e das praças, das personagens que às centenas cruzam o texto», etc., como bem entreviu Vítor Vladimiro Ferreira, *Tomé Pinheiro de Veiga* [*sic*], *Um Português em Valhadolid* [sep. de *IV Centenário da Morte de Frei Luís de Granada*], Lisboa, 1988: 53.

[43] Ver minha edição de Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, Lisboa, CLEPUL, 2011.

povoam a segunda metade de Quinhentos e entram às centenas por Seiscentos[44]. O entretenimento não é esquecido, pelo que muito varia o género noticioso, constituindo-se, mesmo, cada dia em informações frescas transmitidas via cartas, ficcionalmente organizadas.

Se, de novo na tradição impressão, voltarmos às personalidades – – melhor, à personalidade do redactor, alma e designação para um projecto que só no século XX perderá o forte odor a livro, da prosa à paginação –, a Severim de Faria e Manuel de Galhegos sucede António de Sousa Macedo, cujo *Mercurio / Portuguez* (1663-1667) anima os nossos na fase final da Restauração[45]. Sucede o, aqui de título resumido, *Mercvrio da Evropa* (Lisboa, 20-V-1689), seguido de um *Segvndo* (28--V) e *Terceiro Mercvrio da Evropa* (4-VI). Mas, pela dedicação de décadas – comparável à de António Rodrigues Sampaio e à dos profissionais de hoje – a um título, ou pela afirmação do jornalismo literário, duas gazetas se impõem, sequenciando, felizmente, esta cronologia histórica.

Uma é a *Gazeta de Lisboa*; outra, a *Gazeta Literária*. Já lá vamos. Retornemos a uma velha polémica.

3. Uma velha polémica

«Olimpicamente ignorado, até por algumas enciclopédias», lamentava Appio Sottomayor[46] – e pelo tão completo *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, no vol. 3, acrescentarei –, Francisco José da Rocha Martins (1879-1952) gozou de uma popularidade rara, não só

[44] *Cf.* Antonio Jesús Alías Bergel, "As relações de sucessos nas origens do jornalismo. Aproximação ao mercado informativo na Lisboa do século XVII", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n.º 14-15, Abril de 2004 – Abril de 2005: 211-238.

[45] Brito Aranha monografa esta publicação no tomo XVIII do *Diccionario* ainda dito de Inocêncio, 1906: 220-228. Publicação *online*, na Biblioteca Nacional Digital. *Cf.* Eurico Gomes Dias, *Olhares sobre o «Mercvrio Portvgvez» (1663-1667)*, Lisboa, INCM, 2010.

[46] *A Capital* (Lisboa), 6-V-2002.

enquanto jornalista, mas, sobretudo, como biógrafo e colorista de divulgação histórica, em moldes editoriais pouco adequados a um membro da Academia das Ciências.

Lembrarei o *ABC – Revista Portuguesa*, que dirigiu e anunciava a qualidade magazinesca, inclusive no regular mundanismo, de muitas publicações de hoje. Gritado por ardinas, o jornalista era reconhecido na rua: Luís de Oliveira Guimarães conta como, meses antes de falecer, o taxista que o conduzia a casa se recusou a receber, porque a corrida já estava paga «com os artigos que V. E.ª escreve»[47].

O historiador, útil em matéria do ante e pós-República imediato, pouco adianta agora às figuras e quadros anteriores – de facto, «folhetinista de um género de romance de capa e espada» de venda «em fascículos, de porta em porta, e [que] eram o pasto da imaginação do povo daquele tempo», seja, «nos primeiros anos de novecentos»[48] –, além de denunciar a redacção pesada que não raros lhe observaram, aquele «excesso de galas verbais que faziam da sua prosa uma feira exuberante de cores e tumultuária de vozes», segundo Aquilino Ribeiro[49]. Reynaldo Ferreira, no próprio *ABC* (n.º 296, 18-III-1926), referiu esse «estilo que é redemoinho de imagens, uma orgia de riquissimo vocabulario, sedas e joias, bandeiras de todos os estados da beleza e da Arte – Rocha Martins impõe-se, agita-se, convulsiona, comove, esmaga, e imobilisa-nos, por fim, numa hipnose poderosa».

Face à imagem do profissional já vedeta e do historiador agaloado, interessa-me o revisor do nosso jornalismo, simples e sucinto na forma, como pede o género, além de minimamente organizado (e mais se evocarmos, com Manuel Mendes, o «grande e confuso armazém de recordações e velharias»[50] que era o seu arquivo), fecundo, contestável – e, por isso, contestado. Recuperando a *Pequena História da Imprensa Por-*

[47] *Diário Popular*, 7-VII-1954.

[48] Manuel Mendes, *Retratos de Alguns Portugueses*, Lisboa, Edições António Ramos, 1977: 164.

[49] Citado no *Boletim [da] Associação Cultural Fialho de Almeida* (Cuba), 2, Setembro de 2000: 36.

[50] Ob. cit.: 163.

tuguesa[51], em que não poucos se apoiam, de Jacinto Baptista[52] a Maria Cecília Guirado[53], relanço a polémica das origens nacionais da mesma; questiono a sua tipologia em, e após, Oitocentos; retomo sonho de uma tendencialmente exaustiva *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, da qual Tengarrinha[54] mais se aproximou, como discurso corrido, também título, doravante indispensável, de José Manuel Motta de Sousa e Lúcia Maria Mariano Veloso, cujo subtítulo, *Subsídios para Uma Bibliografia*, atende a 1175 espécies. De estrutura modelar, Sousa e Veloso distribuem estas por sete apartados: repertórios bibliográficos, estudos gerais sobre jornalismo, sobre a Imprensa regional, sobre jornalismo por áreas temáticas, estudos relativos a um ou mais títulos, sobre jornalistas e índices publicados. Seguem-se quatro índices: onomástico, ideográfico, de títulos e geográfico[55].

[51] Lisboa, Editorial Inquérito, 1941. Para alguns, incorrectamente, 1942.

[52] *Um Jornal na Revolução. «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Seara Nova, 1966.

[53] *Relatos dos Descobrimentos do Brasil. As Primeiras Reportagens*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001. Escorrega em três parágrafos lamentáveis da p. 66: «Basta ler a *Relação Universal* para concluir que ela não pode ser considerada o primeiro jornal português.» E cita Rocha Martins, que secundarei, diferentemente da leitura unívoca feita por aquela: «Era uma resenha de largo período;», etc. Segundo: «A objetividade / / veracidade desta *Relação Universal* há que ser colocada em causa», como não devesse, afinal, ser colocado em causa todo o jornalismo e, desde logo, «o primeiro exemplar do jornalismo periódico em lusa-língua» (p. 67), que diz ser o *Mercúrio Português* (1663), de António de Sousa de Macedo… Terceiro parágrafo: a *Relação*… «funcionava mais como uma grande relatório de prestação de contas ao Rei», mas pobre rei, e pobre relatório, se não temos aí objectividade e veracidade, nem, claro, rei ou relatório. No que ficamos?

[54] A melhor síntese desta 2.ª edição está nas duas páginas de Carlos Pinto Santos, "O esperado regresso de um clássico", *Europeu* (Lisboa), 14-VI-1989.

[55] Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987. Em síntese preliminar, o primeiro trata "O significado actual da bibliografia" (corrigir nota 2 da p. 9), enquanto a segunda avança alguns "Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa", com relevo para a distribuição geográfica dos estudos e distribuição dos temas e quadros sobre o movimento anual da Imprensa entre 1897 e 1983 e também por décadas, de 1641 a 1980. Os subsídios fecham com o ano de 1985.

A tónica é posta em alíneas como "Legislação e liberdade de Imprensa", "Jornalismo e tipografia nos territórios ultramarinos", "Indústria tipográfica no Continente", ou "Associativismo dos jornalistas". Só imperfeitamente recolheram, como se dirá de

A *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, com gralhas ou pontuação aqui e ali deficiente, divide-se em dez capítulos. Promete, na Introdução, «relembrar as grandes figuras do jornalismo nacional nos seus quadros e ambientes, nas molduras históricas dos seus labores» (p. 7). A promessa vai pouco além de desejo: tal programa requer, necessariamente, um trabalho colectivo, ainda que o enfoque se limitasse às "grandes figuras". Perderíamos, contudo, o melhor desta actividade, tantas vezes anónima ou de difícil exegese e atribuição autoral.

No capítulo I, "Antepassados do Jornalismo: da Bíblia ao primeiro noticiarista português", emerge, logo, a questão polémica, ao escrever, tendo citado a *Gazette de France* de Théophraste Renaudot, de 1631:

> Cinco anos antes, publicara-se em Portugal um ensaio noticioso em forma de carta, dirigida a um desconhecido e que se intitulava: *Relação Universal [. . .]*.
> Era uma resenha de largo período; não podia considerar-se uma publicação de novidades frescas mas constituía, indubitàvelmente, um arquivo com propósitos de noticiário. (p. 13)

«Um ensaio noticioso» é impropriedade nos termos; e «forma de carta» não se vê, na ausência de índices de relação epistolar, cuja sugestão é mera diligência retórica da época. Ainda que assim não fosse, é

Tengarrinha, as poéticas da própria Imprensa, mormente ao longo do século XIX, em infindos folhetins e outros textos metajornalísticos. Também os balanços às empresas e títulos, às tiragens e públicos, falham por completo no que tange ao pós-25 de Abril.

Esquecimentos: Franquelim Neiva Soares, *António Rodrigues Sampaio (1806-1882)*, Lisboa, Câmara Municipal, 1982; vários artigos de António Valdemar no *Diário de Notícias* ("O *Braz Tizana* de Sousa Bandeira", 4-VIII-1983; etc.); Norberto Lopes está pouco representado: se não "O Jornalismo nos anos 20" (*Diário de Notícias*, 23-I--1979), porque não o útil prefácio ao primeiro tomo da igualmente excluída *Antologia do Jornalismo Português (1900-1909)*, org. de Frederico Cruz (Instituto de Angola, 1964)? Como seria bom ver citadas obras de ou sobre escritores enquanto jornalistas (Ramalho, Guilherme de Azevedo. . .), qual se faz para Herculano.

Pontuação, gralhas, apresentação uniforme dos títulos com artigo precedido de preposição, etc., exigem melhor revisão, sendo de acrescentar *O Chaveco Liberal* (nº 431) ao índice de títulos.

irrelevante: primeiro, lembra Roger Duchêne[56], «Tout au long du XVII^{e} siècle, la lettre reste un bon moyen d'annoncer des nouvelles»; depois, «Entre les lettres de nouvelles et la gazette, il n'y avait donc pas différence de nature, mais de public», entendendo-se por este, não um interlocutor privado, mas um grupo selecto. Era a fórmula das publicações confidenciais hodiernas, no sentido em que se dirigem exclusivamente a segmento preferencial. O director do *Arquivo Nacional* conhecia esses "propósitos de noticiário" e, claro está, não eram as "novidades frescas" que determinavam uma "publicação"; se assim fosse, ainda hoje, em que a velocidade física permite actualidade e frescura, milhares de títulos não seriam Imprensa. O "largo período", com os meios do tempo, não se deve estranhar, face aos descasos que pudéramos enumerar nos nossos dias, em termos de referência e data da respectiva comunicação. O conceito de actualidade é muito fluido; na resenha, ou síntese noticiosa e, a espaços, opinativa, vai uma selecção dirigida a "desconhecido" ideal, ou leitor-alvo. A discreta interlocução inicial, própria de quem visa captar a atenção, é típica do leitor de jornal, embora não só; e a relação[57] – *universal*, nos conteúdos e na procura do maior número, mesmo se retoricamente reduzida a um destinatário – que estabelece Manuel Severim de Faria, em 1626, hierarquizando tais conteúdos, mesmo com risco de acronia (qual se dará violentamente no século XIX), vai concorrer para o que será subtítulo programático de *Diário de Notícias* nascente: um *noticiário universal*. Onde está a diferença? Veja-se este programa inaugural:

> Pedeme vossa merce nouas do Reyno, Corte, & mudo, dizẽdo que todas ellas vẽ a parar nesta Cidade de Lisboa, praça geral do Vniuerso: breuemente apõto as q pude alcançar; para que a v. m. sobre os regalos desse entre Douro, & Minho, lhe não

[56] "Lettres et gazettes au XVII^{eme} siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XVIII, Paris, Armand Colin, octobre-décembre 1971: 494-495.

[57] … *Relation* se designou o primeiro jornal impresso, no Verão de 1605, em Estrasburgo, conforme provas reunidas pelo Museu Gutenberg, de Mainz. Em dossiê sobre "La Presse", todavia, a revista *Historia* (Paris), n.º 797, mai 2013: 33, refere-se a este primeiro «hebdomadaire» como *Communication de toutes les histoires importantes et mémorables*.

> falte cousa de aliuio, & de gosto." [Apesar da] "estreiteza desta Relação, porem (com abreidade [a brevidade] possiuel) darei de todas [as vitórias; mas vai além destas] bastante noticia, como quem descreue o Mundo em pequena Taboa. (fol. 1r)

Não estará este correspondente, conjugando falta de espaço e brevidade para tanto noticiário forçosamente rápido, sabedor de que é possível fundir o mundo noutras tábuas decalogais? Poderá concluir: «E com isto tenho satisfeito á coriosidade de vossa merce & á minha obrigação.» (fol. 16v)

Repito: o leitor de jornais oitocentistas verifica que o noticiário do país se recolhe na limiar 'chronica' anónima e que essa mesma, ou outra, matéria, quando articulada por uma subjectividade com assinatura no final de rodapé (ou nas colunas de revista), identifica o folhetim, melhor, a modalidade do folhetim-crónica[58], com que nasce a moderna cronística.

Coisa diferente não fazem, embora fora do processo folhetinístico, nomes de antanho, cronologicamente desarrumados no livro-suporte. Aí, o sentido de crónica ainda absorve o da linhagem dos séculos anteriores, sentido pátrio e aristocrático transmudado em pátrio e demoparlamentar no Garrett de *O Cronista* (1826). Depois, ninguém está imune ao juízo, ainda que tão raro, como o lançado sobre o duque de Lerma, «varão felicissimo» (fol. 131r), na hora da sua morte, em Valladolid. Mas a secura informativa – numerando, mesmo, as notícias, como ainda no séc. XIX se fará, e, hoje, em anúncios de província – – parece de norma, e com fontes seguras [«(que me contarão pessoas de credito)», fol. 5v]:

> Ao primeiro de Junho, se fez em Roma a Canonização da nossa Raynha Santa Isabel, [. . .]. (fol. 4r)

[58] Sirva, desde já, a caução camiliana, que oferece esta designação em "Chronica" d'*O Nacional* (Porto), 31-V-1858. Em 17-V, "O programa da chronica" e sua linguagem cristalizada, e noutra "Chronica" de 26-VII-1858, em que combate estas enquanto «aranzeis» ou «estiradas perlendas», já lhes define a «indole natural», que é «o chiste, o chasco, o epigramma, a allusão salgada, a ironia azeda, e o sarcasmo zombeteiro».

> 16. Em Março de 1625 faleceo Dõ Hieronymo d'Azeuedo, Visorey que foi da India; na prizão do Castello de Lisboa. (fol. 5r)
>
> Sahio o General Dom Manoel de Meneses, de Lisboa, a 21 de Nouembro, [fol. 7v] de 1624. cõ 22. vellas, como se auisou na Relação passada, [. . .]." (fol. 8r)
>
> 131. Este anno de 1625 ẽ Valhadolid, faleceo o Cardeal Duque de Lerma, varão felicissimo, pois de mais de gouernar a Monarchia d'Espanha 20. annos absolutamẽte, Para grandeza de sua casa; & familia, lhe concedeo nosso Se- [fol. 13r] nhor mais cõ̃co de vida retirada, Ecclesiastica, para se aparelhar para a morte, a qual teue ẽ cõpanhia de Religiosos de dezoito cõvẽtos q elle edifficara. (fol. 13v)

Veja-se, pois, no disfarçado Manuel Severim de Faria da, com título agora completo, *Relação Vniversal / Do Qve Svccedeo Em Portvgal, / / & mais Prouincias do Occidente, & Oriente desdo / mes de Março de 625. atê todo Setembro de 626. Contem muitas particularidades, & / coriosidades. // Ordenada por Francisco d'Abreu natural / da Cidade de Lisboa. /// Com todas as licenças necessarias. / Em Braga. / / Impressa por Fructuoso Lourenço de Basto, anno de 1627*[59], a matriz do jornalismo nacional. As licenças são de 14 de Abril a 2 de Outubro de 1826. Frei João Cardoso, em nome do inquisidor-geral, afiança que lhe «parece coriosa, & honesta».

Rocha Martins di-las «as fôlhas noticiosas mais antigas de Portugal» (p. 15) e, logo, «o primeiro noticiarista de Portugal» (p. 17), mas, de facto, ignoramos a autoria de inúmeras peças noticiosas mais antigas. Vem na peugada de Silva Pereira[60]: «Em 1625 já Portugal publicava folhas periódicas – ás quaes então se dava o nome de *papeis avulsos* ou *relações*.»

O que pretenderia significar Rocha Martins com "fôlhas noticiosas"? Porque, na página seguinte, já secunda a *Gazeta* de 1641 como «o primeiro periódico português», em razão do qual redactara o seu livrinho para o tricentenário. Quando julgava reforçar uma tese, Martins só

[59] BNL, RES. 2867 P. = F. 2639.

[60] *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa), n.º 57, 1890: 72.

vem complicar... Se conhecesse uma lei censória castelhana – segundo a qual «quedaba específicamente prohibida la publicación de cartas y relaciones, gacetas, periódicos y hojas sueltas sobre asuntos de estado sin autorización oficial previa»[61] –, talvez se fixasse (e, com ele, outros) no entendimento dessa década como origem da nossa Imprensa. A carta régia, de 26 de Janeiro de 1627, "Censura para a impressão da Gazeta", é clara:

> De alguns annos a esta parte se tem introduzido nessa Cidade a pratica de escrever e imprimir relações de novas geraes: e porque em algumas se falla com pouca certeza e menos consideração, e disso resultão graves inconvenientes, ordenareis que não se imprimão sem as licenças ordinarias, as quaes se não darão sem preceder cuidadosa revisão e exame.

Referida «a primeira folha noticiosa manuscrita», de 19 de Outubro de 1588, Tengarrinha apresenta outras. Antes, haviam surgido folhas noticiosas impressas não periódicas, sob títulos como *notícia*, *manifesto*, *cópia*, *carta* ou *relação*. A mais antiga seria uma *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição [...] a Qual se Perdeu nos Baixos de Pero dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, «impressa em Lisboa [...] possivelmente em 1556» (p. 29), ou em 1555, como já escrevera noutro artigo[62]; em 2013, recua a 1552. Referidas 32 [33, em 2013] relações até 1641, assinala as folhas volantes seiscentistas contra Castela e os pasquins. Já entre as publicações periódicas, mas sem carácter jornalístico, indica almanaques (1496), reportórios (1519; melhor, repertórios), calendários (1536) e prognósticos (1608). Catálogo[63] expõe, destes, 861 peças.

[61] John H. Elliot, em *Historia de España*, XXV: 404, di-la, erradamente, de 13-VI-1627. A carta régia que impõe a censura às gazetas, no Desembargo do Paço, é registada por Manuel Borges Carneiro no *Resumo Chronologico das Leis mais Uteis no Foro e Uso da Vida Civil*, tomo II, Lisboa, 1819: 421.

[62] "As relações: no início da Informação em Portugal", *Diário de Notícias*, 23-I--1979.

[63] Rosa Maria Galvão, coord., *Os Sucessores de Zacuto. O Almanaque na Biblioteca Nacional do Século XV ao XXI*, Lisboa, BNL, 2002.

Convém distinguir entre informação / notícias, publicações periódicas, jornalismo impresso. Tecnicamente, só no século XIX esta trindade converge. Mas, ainda aí, *notícia* pode não significar actualidade ou novidade, antes simples registo ou lembrança, como se dá com tanto jornal; nesta medida, mantém-se o sentido de vocábulo feliz a abrir – *Notícia de Fiadores* (1175) – um dos mais antigos textos em língua portuguesa.

Isto, quanto a notícias. Mas poderemos falar, com Rocha Martins, de um "primeiro noticiarista de Portugal" em 1626 e do "primeiro periódico português" em 1641, decerto noticioso, apesar de nem sempre guiado por condições que os seus defensores querem impor acolá?

Alfredo da Cunha, principal adversário de 1626, tentou dilucidar a aparente contradição daquele: «Recentemente, um articulista de relevante estilo, muito versado na história pátria, e nosso confrade ilustre, como que bipartiu o problema, distinguindo entre primeiro periodista e primeiro noticiarista. É um pouco difícil [...] achar periodistas que não fôssem noticiaristas.»[64]

Discordando do título atribuído ao chantre da Sé de Évora, vinha explicar, de novo[65], a não-primazia das suas *Relações*.

Primeiro, mostra quantas «curiosidades ou particularidades» houvera decénios antes, fosse em relações semelhantes, mas soltas (cuja sequência e outras qualidades não demonstra), fosse na mistura de versos da *Miscelânea* de Resende, em Pero Vaz de Caminha, Fernão Mendes Pinto, como já dissera do Padre Manuel Godinho, Francisco Manuel de Melo, etc., sem procurar sinalizar as distâncias estruturais e linguísticas de algumas dessas prosas muito posteriores. Ainda não conhecia o impresso do *Memorial* de Pero Roiz Soares (1953) e passavam-lhe ao lado os apontamentos de reportagem de *Fastigínia*... Deveria ter comparado a organização ou morfologia de textos que supõe pioneiros.

Depois, às notícias de âmbito vário identificadas além por Martins – – «militares, coloniais, eclesiásticas, políticas, necrológicas e até ele-

[64] *Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas*, Lisboa, 1942: 13. (= Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, Dezembro de 1941)

[65] Em 1942, retoma, até em citações, o essencial de "O Jornalismo", *in* Albino Forjaz de Sampaio, dir., *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, volume terceiro, Lisboa, Livraria Bertrand, 1932: 220-236.

gantes» (p. 16) –, contrapõe que Severim só nos «deu vélharias por novidades». Alfredo da Cunha gostaria de ver, em 1625, «um jornal moderno», de que a *primeira* relação[66] não era «o arremêdo sequer» (p. 17; cita 1932: 227): então que dizer de notícias com meses de atraso que oferecia o seu *Diário de Notícias* dois séculos e meio mais tarde? E da completa ausência de datas na maioria dos parágrafos da *Gazeta* de 1641? Ou, por atrasos de dois e três anos, a *Gazeta Literária* (1761--1762) do Padre Francisco Bernardo de Lima não merecia a honra de que goza?

Em 1932, Cunha avança conclusões sem resolvidas certezas: «Deviam provàvelmente estar incluídas»; «arrancados, ignoramos por que motivos especiais, da obscuridade e reserva dos manuscritos» – e demais subtilezas que não cabe analisar aqui. Aposta em jornalistas de nome feito, *autoridades* que não reconhece na outra barricada, a começar por Rocha Martins e outros oficiais. Por isso, é taxativo: «Não são, nem pela sua contextura, nem pelo propósito que os inspirou, periódicos ou jornais.» Martins falara em "propósitos de noticiário"; Cunha quererá dizer que não se justificava matar a ociosidade de «amigos ausentes», insistindo nessa «forma de cartas» (p. 222), que não explica.

Guarda para si esta vitória de Pirro, sarcasticamente declarada em 1942: «[...] parece-me poder concluir-se que, em Portugal, se está identificado o primeiro periódico, já assim não sucede com o primeiro periodista. E deve supor-se que o mais antigo noticiarista que se utilizou da imprensa, haja sido coevo da introdução desta no país, [...].» (p. 19)

Reitero: as relações de Manuel Severim de Faria procuram-se, clara e objectivamente, anuais (de vontade semestral?), com esse "carácter de periodicidade" que lhe negam os defensores da *Gazeta em que se relatam as nouas todas que ouue nesta Corte, e que uieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641*, de 5 de Dezembro de 1641 (até Setembro de 1647; ainda, com duas edições em Agosto e Setembro de 1704).

[66] Cursivo meu, porque, sabendo ter havido segunda, admite mesmo, em 1932, que Severim «houvesse feito imprimir uma ou outras» (p. 230), como implicitado vem naquela. Na p. 221, igualmente admite as *novas gerais* de 1626 como «único ponto de contacto [...] com os periódicos modernos».

Ou que lhes nega quem faz corresponder essas relações «aos alvores do jornalismo»[67]... Veja-se como assentam em boas fontes, diferente do "Dizem que" encontrável em 1641: «que derão Relação deste seu naufragio» (fol. 7v).

Repercutem, outrossim, uma regularidade: «& assii se dará, de tudo, mais particular Relação.» (fol. 7v). Internamente, esboça-se uma organização por grandes segmentos noticiosos, que são numerados, até 61. Por último, funciona um inesperado livro de estilo, quase só substantivo e privilegiando o *quando* dos acontecimentos. O reforço e presentificação jogam com dícticos pronominais («Este anno de 1625», etc.).

As falhas de 1626-1628 estão, para Cunha, em vários "predicados" (1932: 226; cito desta página, se não houver numeração contrária): na periodicidade, que além não haveria, aceitando, já distraidamente, as *Relações* «impressas de dois em dois, ou de três em três semestres» (p. 227) e concedendo, na p. 231, que possam ser consideradas "periódicos"; não teriam "frequência" e "continuidade", «porque não se sabe da existência, em forma de publicação impressa, senão das duas mencionadas, embora possa supor-se que mais alguma do mesmo autor houvesse antes daquelas» – como se viu em remissão já citada, que Cunha evita, dando outra semelhante na p. 230, pouco importando, agora, se eram impressas ou não. «Em terceiro lugar, não eram originàriamente destinadas ao público», etc., o que é desconhecer as estratégias da benevolência e da atracção do outro, ignorar os processos de edição e reprodução (bastaria pensar nas diferentes edições d'*Os Lusíadas* em 1572). «Em quarto lugar, não apresentavam a perfeita identidade de denominação ou título [...] entre a primeira – *Relação Universal*, etc. – e a Segunda – – *Relação do que succedeo*, etc.»: a *Gazeta de Lisboa* (1715) foi precedida de outro título e teria variadíssimos, até ao *Diário da República*; vicissitudes políticas, económicas ou de perfil editorial suspenderam, alteraram ou mudaram a denominação e orientação de muitos, pelo que o respectivo historial, sobretudo nos deficientemente grafados (caso de *O Oculto Instruído*, 1756-1757) ou homónimos, é uma questão de sensatez, que fugiu a Cunha. «Em quinto lugar, não havia identidade de lugar

[67] Nuno Rosado, *A Imprensa*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1966: 40.

de impressão, porque a primeira foi impressa em Lisboa, e reimpressa em Braga, e a segunda saíu do prélo em Évora.» Santo Deus, e pobre história da nossa Imprensa periódica, se isto fosse critério!... «Em sexto e último lugar, careciam de publicação oportuna, de actualidade nas informações, de aparecimento quási imediato aos sucessos, dêsse viço ou dessa frescura nas novidades, que é também uma das características essenciais dos jornais modernos, [...].» (p. 227) Não só, mas também, apeteceria responder a quem não percebeu o propósito ambivalente, *in texto*, da "brevidade" assumida como um "predicado" da redacção: dar muito em parco espaço e com a máxima brevidade.

Grosseiramente, Cunha aplica categorias do século XX a um *tempo* que não compreende. Associa malícia e jornalismo para «excluir da classe periodística o bondoso Chantre» (p. 227), o que nada abona a favor do mesmo jornalismo e de quem dirigiu matutino. Explorando «a brevidade e urgência na divulgação dos acontecimentos», julga dar xeque-mate numa penada: «Severim de Faria foi, pois, um memorialista, como hoje se diz, e não um periodista, como há quem o inculque.» (p. 227) Mal ele sabia que Karel Čapek convertera o jornal de ontem num... memorial[68]. Senti-lo não deve proibir-nos de tentar perceber as reais condições dos antepassados.

Silva Túlio, Silva Pereira, Alberto Bessa, José Carlos Rodrigues[69], a Associação de Jornalistas e Homens de Letras Porto[70], J. Leite de Vasconcelos[71], entre outros, reiteram a *Relação Universal* como «primeiro jornal ou Gazeta que se publicou em Portugal». Albino Lapa[72], irónico para com a *Pequena História...* de Rocha Martins (p. 11), que insinua preguiçosa e imprecisa, avança como razão o facto de «o noticiário

[68] Ver Jacinto Baptista, ob. cit.: 11, que dele refere tradução londrina de 1951.

[69] Citado no *Catálogo da Importante e Preciosissima Livraria Que Pertenceu aos Notaveis Escritores e Bibliofilos Condes de Azevedo e de Samodães, Redigido por José dos Santos*, Porto, 1922: 534.

[70] Defende tal matriz na sua mensal *Gazeta Literária* (ano I, n.º 1, Setembro de 1952; na 2.ª série, Julho de 1959/Janeiro-Junho de 1961, n.º 19-24, o folhetim até se torna o menos importante).

[71] *Estudos de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1961: 101.

[72] *A Palavra «Lisboa» na História do Jornalismo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1967.

quer do país quer do estrangeiro, não sofrer alteração quando no mesmo século se publica a chamada GAZETA de 1641» (p. 18).

Não menos investigadores pensam o contrário. Estão neste pé Artur Anselmo e José Tengarrinha[73], como a fechar cúpula de opinião mais comum, reforçada por Sousa Viterbo (1889), saudada por Heitor Martins, à volta do primeiro redactor da *Gazeta* de 1641.

No segundo capítulo de 1989 – "Os primórdios" –, elege, pois, Tengarrinha a *Gazeta* de 1641 como reunindo à informação as características de periodicidade e "continuidade ou encadeamento". Mensal e caríssima, tem circulação restrita. Há quem lembre a primazia de João Franco Barreto, com licença de 29 de Julho de 1642 para traduzir e imprimir as *Relações* de França e Suas *Gazetas*[74]. A *Relação Universal* tem inegável periodicidade; dentro desta, reimpressão, embora as distracções dos séculos XVII e XVIII fizessem crer numa reedição; circulação decerto restrita, como a do próprio livro, ao tempo, em cujo formato se veiculava[75]; percepção de "continuidade ou encadeamento", e, mais, explicitando essa consciência, ao remeter para relação anterior e futura, processo tão usual no moderno jornalismo; até a associação a um nome próprio – que, na melhor tradição, se identificará com, ou prolongará, o título – neste caso se verifica. Que mais se lhe pediria? Mesmo Frei João Cardoso, em nome do Inquisidor-Geral, diz que a primeira Relação lhe «parece coriosa, & honesta».

[73] Artur Anselmo, "Origens da Imprensa periódica: relações, gazetas e mercúrios", *Jornal de Notícias* [Suplemento; Porto], 1-VI-1988: «Apesar do carácter noticioso e circunstancial da maior parte dos textos incluídos nas Relações de Manuel Severim de Faria, [...], falta-lhes, de facto, carácter periódico. É certo que o estilo do autor é jornalístico [...].» J. Tengarrinha, em 2013: 36: «Trata-se de resenhas de acontecimentos feitas mais ao jeito de balanços históricos anuais, a que faltam o sentido de actualidade do noticiário, a continuidade, o encadeamento e a periodicidade que se exigem no jornalismo. Porém, por conter "muitas particularidades e curiosidade" e apresentar temas variados, ao contrário das anteriores [relações], podemos incluí-las na categoria dos impressos noticiosos, como que numa transição entre as relações e os jornais que se seguirão.»

[74] *Cf.* Pedro Correia Marques, "Técnicas de direcção, edição e preparação de Jornais", *in* AA. VV., *Curso de Jornalismo*, Lisboa, 1963: 22.

[75] A pouco e pouco, reduz-se o formato do livro, aumenta o do jornal, aproveitando ambos gravuras e vinhetas cada vez mais repetidas, dado o consumo crescente.

J. Tengarrinha transita pelo *Mercúrio Português* (1663-1667) e sucedâneos [em 2013]; vindo, logo, *Notícias do Estado do Mundo*, já *Gazeta de Lisboa* (1715) no segundo número [com que abre o Apêndice de 2013], «o mais antigo periódico português» (João Luís Lisboa, comunicação em *Arquivo e Historiografia*, Lisboa, INCM, 1988; não bibliografado), se considerarmos esta um «longínquo antepassado do actual *Diário da República*». A cronologia de Rocha Martins, no capítulo II, "A *Gazeta* e os *Mercúrios* (1641-1662)", claudica; o anunciado retrato das figuras envolventes é omisso ou diluído.

Nos restantes subcapítulos de Tengarrinha, 1989, discriminam-se e descrevem-se os periódicos setecentistas (criados 15 durante os 26 anos de Pombal [53 novos, entre 1740 e 1800: 2013: 79]), saudando os quotidianos, como o pioneiro *Diário Lisbonense*, em 1 de Maio de 1809. No capítulo sobre "Panfletos, volantes e pasquins", refere *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, que em várias cópias manuscritas circulou pelo país, constituindo um documento de grande valor para o estudo do século XVII (de 1662 a 1680). Múltiplas derivas – como esta – não são a melhor forma de apreender este objecto; assim, 1989 firma-se solidamente quando relaciona Imprensa e censura, em escaramuças sucessivas até 1910, limite da obra [reduzida à lei de 22-XII-1834, em 2013, Apêndice]. Seria de acrescentar um útil Laureano Carreira, *O Teatro e a Censura em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*[76].

O terceiro capítulo – "A imprensa romântica ou de opinião" – faz desta uma extensão da oratória parlamentar, o que significa a persistente ideia nos debates com (pró ou contra) o Poder. Sai diminuído o fundamental relacionamento com o público novelesco, mais interessado na actualidade via folhetim como pão nosso de cada dia. Ora, Tengarrinha somente trata este no quarto capítulo – sobre a fase industrial da Imprensa –, sob a égide do *Diário de Notícias*, apostado na informação a dez réis e farta carteira de anunciantes e vendedores. Será que só então, «no último quartel do século» (ou em 1865, se quisermos), se poderá falar no «retumbante sucesso que os folhetins alcançam nos jornais»? (p. 218) Será que, até então, reinou o folhetim-crónica e, a

[76] Lisboa, INCM, 1988.

partir daí, soltava-se o folhetim romanesco? De José-Augusto França (*O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974) a Maria de Lourdes Lima dos Santos (*Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988), muitos nomes havia aqui a bibliografar. Quando Júlio César Machado, ainda antes de Eduardo Coelho, faz aumentar a tiragem d'*A Revolução de Setembro* com o folhetim das terças-feiras, é que a relação criada com o público transcende a supracitada extensão parlamento-jornalismo[77].

[77] Ao inaugurar, com "Do *Diário Lisbonense* à Imprensa Romântica ou de Opinião", as Segundas Jornadas de História da Imprensa Olisiponense (Dezembro de 2013), parametrizei, de entrada, a questão. O século XIX português divide-se em duas décadas de absolutismo, até à revolução Liberal portuense de 24 de Agosto de 1820; 30 anos de convulsões da monarquia constitucional, incluindo as duas últimas guerras civis (1832--1834, 1846-1847) e acertos da Constituição em 1822, 1826 e 1838, até ao movimento político-militar da Regeneração (1851); normalização democrática, na base de um rotativismo partidário que, a partir de 1876, ficará entregue à alternância no poder entre Regeneradores e Progressistas, acossados por Republicanos. Aqueles mostram-se incapazes de um acertado desenvolvimento económico e cultural, enquanto as finanças públicas pouco retiram do alento africano dos anos 80 e, após o *Ultimatum*, mais se afundam, endividadas ao estrangeiro. Os três principais actores da cena política podem ajudar-nos na fixação de 1875 – data proposta pelos organizadores; quando também nasce o Partido Socialista –, como ano, já, de plena confirmação da Imprensa romântica ou de opinião, sendo que temos o paradoxo de, em literatura, estrear-se, na *Revista Ocidental*, *O Crime do Padre Amaro*, aquela e este avessos ao romantismo. Seria mais produtivo fixarmo-nos em 1868, quando morrem dois títulos vitais: *O Panorama*, desde 1837, e o *Arquivo Pitoresco*, desde 1857, que Pinheiro Chagas designou «o *Panorama* da segunda geração romântica». Como que encerramos era e década em que se percebeu, com uma das maiores polémicas nacionais (a Questão Coimbrã, 1865-1866), a importância de intervir nas folhas. Mais: o próprio movimento jornalístico assinala cumes de títulos novos na década de 60 (e na de 80, que já sai do nosso propósito) – 202 para o quinquénio de 1861-1865, 201 entre 1866-1870.

Face à dificuldade de delimitação cronológica do romantismo, J. do Prado Coelho propõe, no verbete do seu *Dicionário de Literatura*, considerar este e o ultra--romantismo «duas facetas paralelas, simultâneas, dum movimento único». E, sem esquecer «tentativas isoladas» desde 1825, conclui: «Rigorosamente, só depois de 1836, quando as feridas causadas pelas lutas entre miguelistas e liberais começam a cicatrizar, o Romantismo se constitui em Portugal, como escola com os seus adeptos menores, as suas revistas, o seu público.» Ora, *O Panorama* é disso exemplo. José-Augusto França elege a atmosfera política e cultural da *pax liberalis* de 1834-1835 como verdadeiro prólogo ao movimento. A guerrilha da juventude coimbrã de 1865 contra os bonzos da

Ler a leitura e a literatura do século XIX esquecendo o folhetim nas várias modalidades é como negar a hodierna pressão da telenovela[78]. Em 2013, Tengarrinha já lhe dedica atenção, abrindo embora com um parágrafo infeliz[79] e introduzindo-o «desde meados da década de 1830 [...] na imprensa periódica portuguesa» (p. 816), o que é impreciso.

Se, na passagem de 1965 à edição de 1989, temos mais 106 títulos bibliográficos, só a modéstia de autor muito citado explica a ausência de outros, como, sobre Sampaio, os incluídos em *História* (Lisboa, 56, 57, Junho e Julho de 1983) ou tese de Afonso Praça. Somar textos de *Jornalismo e Literatura* (Lisboa, Vega, 1988), *O Jornal Infantil Português Ilustrado no Século XIX* (ed. de A. J. Ferreira, 1988), o fac-símile do clássico de Venâncio Deslandes (Lisboa, INCM, 1988) e o nome de J. V. de Pina Martins. Não lobrigamos a *Revista Ocidental*, *A Renascença*, *Revista de Coimbra,* e só 2013 recupera a *Revista de Portugal*, a *Revista Peninsular*, *O Bardo*, *Revista Literária*, do Porto...

capital é coetânea da primeira exposição industrial internacional no Porto (desde 1864 ligado por comboio a Lisboa), e traz o positivismo para a área literária.

Na primeira fase, procede-se, como para o país, ao lançamento de alicerces editoriais vigorosos, não sendo de estranhar a longevidade dos projectos surgidos: pensemos n'*O Panorama*, n'*A Revolução de Setembro*, na *Revista Universal*, depois *Lisbonense*, exemplos, nos seus propósitos – enciclopédico; de combate diário, tantas vezes contraditório; tendencialmente literária –, com indissolúvel ligação a fortes personalidades (Herculano, Rodrigues Sampaio, Castilho), de um projecto que se deseja nacional, romântico.

Dentre o peso das limitações e estrangeiras influências algo se começa por aproveitar, como o folhetim, decisivo na sustentação financeira das empresas e formação do gosto (pelo menos, da leitura), que em si congraçava a força de uma assinatura face ao colunismo anónimo, e cumpliciava destinatários à espera de um conselho, de uma ponta de sonho ou emoção na história interminável, de um dito gracioso ou verrineiro. Este conceito de *opinião*, que veremos melhor no folhetim-crónica, diverso dos agressivos e maçudos artigos de fundo, preocupava Garrett já em 1822.

[78] Esse esquecimento está no excelente Alberto Manguel, *Uma História da Leitura*, Lisboa, Presença, [2]1999: 121-133 ("Leitura ouvida"), não em Georges Jean, *Le Roman*, Paris, Seuil, 1971: 15-56, útil para o caso francês.

[79] «Foi em *O Português* [...] que Garrett se pode considerar o verdadeiro criador do folhetim em Portugal, num notável escrito a propósito da ópera *Didone* de Mercadante, publicado a 28 de abril de 1827.» Seja: Portugal antecipava-se à França...

Sobre "A *Gazeta de Lisboa* e os periódicos seus conterrâneos [*sic*]" versa o capítulo III de Rocha Martins. São 118 anos confusamente apresentados. Cita poucos e pode citar mal, caso do afinal portuense *Zodíaco Lusitânico* (e não *Lusitano*), a primeira gazeta «de ar científico» que «viveu de Janeiro a Março de 1749» (p. 29). Não menos assevera Alfredo da Cunha, que Tengarrinha cita (p. 186), quando, na p. 44, só lhe atribuíra um número. Erra na datação de *O Lagarde Português*. Num raro momento, o autor faz apelo ao velho estilo, que deve ser lido no contexto salazarista, que combatia, quando nomeia o *Diário do Porto* (de 5 de Abril a 6 de Maio de 1809, sob inspiração do invasor napoleónico): «É obra infame e infecta dum português alacaiado» (p. 32), fulmina. Diligência de sistematização seria rastrear as mais sonantes gazetas, que também o fossem no título, por ordem cronológica. Teríamos, num desenvolvimento que falece a Rocha Martins, quando as aflora, algumas que já verbetei.

No capítulo IV de Martins, "Período romântico da Imprensa (1833--1850)", esperaríamos outra solidez dentro de lapso temporal cedo esquivado. Há erros de datas, comuns aos capítulos seguintes, que a tradição vem repetindo. Lista o "movimento da Imprensa portuguesa", num espaço, comparativamente excessivo, dedicado às "publicações jornalísticas católicas" e aos "periódicos populares".

Parece que Rocha Martins quer chegar depressa ao *seu* tempo, quando surgem as evocações e os ajustes de contas: além, do Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, antigo professor e adquirente do *Jornal do Comércio*; aqui, contra Silva Graça, que o obrigou, ao director da *Ilustração Portuguesa*, ao grande formato e ausência de fotografias e «cujos desenhos eram quási sempre maus» (p. 111). Revela-se na faceta de director do *Jornal da Noite* (1914), interessado em filiar uma 3.ª série na criação homónima de A. A. Teixeira de Vasconcelos; como director do *ABC* e *Arquivo Nacional*. Insinua conhecer as pessoas do Paço[80] que

[80] Ou «monarchicos com assento na Camara Alta» (João Paulo Freire, *O Livro de João Franco sobre El-Rei D. Carlos*, Porto, Livraria e Imprensa Civilisação, s. d.: 94; [2]1925).

informam o republicano *O Mundo*, «mas ainda é cedo para divulgar os seus autores» (p. 84).

Numa tipologia lassa, de terminologia indecisa, discrimina "os diários de carácter informativo e os jornais políticos e noticiosos"; avança pelas "fases da Imprensa republicana e doutrinária"; acrescenta "outras folhas de combate", qual o *Diário da Manhã*, «órgão do Estado Novo» (p. 93); refere "periódicos da província, Açôres, Madeira e Colónias", não sendo verdade que o primeiro da Madeira tivesse sido *Flôr do Oceano* (1828; p. 98). Aos "periódicos satíricos e de caricaturas", motivo de prosa sobre Rafael Bordalo Pinheiro, sucede o último capítulo, "Vários aspectos da Imprensa", em que cabem "os panfletos" – e recuamos a José Agostinho de Macedo, D. Frei Fortunato de São Boaventura, *As Farpas*, *Os Gatos*, igualmente ditos "livrinhos" –, "revistas, periódicos ilustrados, de modas e de desportos". Ameaços de particularização da Imprensa especializada ou temática estão longe de se cumprir minimamente – e a literária falha por inteiro, bem como autores que nela praticaram. Ora, com este meu livro, outros de José Carlos Seabra Pereira e Fernando Guimarães, e, para o século XX, Clara Rocha e Daniel Pires, a especialidade literária está suficientemente resolvida, por que também entra Tengarrinha, 2013.

Fontes indispensáveis para uma informação quase exaustiva e coerente não foram consultadas; a discussão do verdadeiro *casus belli* do nosso jornalismo não é aprofundada, ou desenvolvida a sua bela síntese; depois, sem um nexo, é a precipitação de fios perdidos, em que a emergência do profissional mal deixa respirar o historiador.

A leitura crítica aqui assomada, como requisito para melhorar revisão científica ainda comprometida por gralhas e pontuação deficiente, é um passo de admiração pela *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, também capaz de saudar Virgínia Quaresma, «a primeira senhora que exerceu a profissão de jornalista em Portugal na acepção que modernamente lhe compete» (p. 83), n'*A Capital* dos anos 10 de Novecentos, repórter aí muito considerada, e também dirigindo, em Lisboa, a Agência Telegráfica Americana.

4. *Cartas* vieirinas à luz do *Mercúrio Português*

Entre 1626 (carta ânua ao geral da Companhia de Jesus) e 1697, ano da sua morte, o Padre António Vieira escreveu mais de 700 cartas, entre epístolas (em que incluiríamos duas apologéticas), cartas familiares e outras de problemática definição genológica. Estará aqui, como pretendia L. A. Verney, o melhor Vieira?

O labor de João Lúcio de Azevedo, que as coordena e anota (Coimbra, 1925-1928; Lisboa, 1970, 1997), acompanhando-as de apêndices e índices alfabéticos, é sem aplauso suficiente. Desde a introdução às finas anotações, em prosa magnífica, aproxima-nos como poucos Autor já de si visual. O tomo II, inaugurando com o desterro e processo de Coimbra (1662-1668), justifica delongas sobre um Vieira informante no confronto com o *Mercúrio Português* e António de Sousa de Macedo.

O *Mercúrio Portuguez, / Com As Novas Da Guerra / entre Portugal, e Castella* (50 edições mensais e dois suplementos, de Janeiro de 1663 a Dezembro de 1666, por António de Sousa de Macedo; sete edições em 1667, sem nome de redactor) abarca, na vida do Jesuíta, o seu desterro e processo coimbrão (Setembro de 1662 a Fevereiro de 1668; II, 1997: 3-260).

É encarcerado em 1-X-1665. Desde 23-X-1667, abranda a pena e passa-se a Lisboa. Sob D. Afonso VI, alguns dos interlocutores – marquês de Gouveia e duque do Cadaval – também são desterrados. A D. Rodrigo de Meneses, terceiro destinatário mais procurado, cabe reger a justiça.

Se o jornal não lhe merece a mais leve simpatia[81], em alguns casos, todavia, as alusões vieirinas podem ser corroboradas pelo seu redactor, atento aos desenvolvimentos das guerras da Restauração e negociações.

[81] Nuno Rosado, ob. cit.: 47, vê o contrário: «[...] era um jornal bem redigido e bem conceituado. O próprio Padre António Vieira manifestava o seu apreço pelo estilo dos "Mercúrios", [...].»

Assim, a Carta I cita diligências de João Nunes da Cunha (9-IX--1662, p. 7), que o *Mercúrio...* (Fevereiro de 1663) retomará:

> O certo he, q̃ de ambas as partes se dezeja igualmente a paz. Por diuersas vias se começou a fallar nella; [...]. Finalmẽte em hũa tregoa de hũ mez q acordárão na Prouincia de Entre Douro & Minho & Galiza, cõ poderes bastãtes assentárão como artigos preliminares os põtos seguintes. [...]
> Em consequencia disto assi assentado nomeou elRey de Castella por seus Plenipotẽciarios o Arcebispo de S. Tiago, & D. Balthasar de Rojas Pantoja Gouernador das Armas de Galiza, & o dito D. Luis de Meneses. E logo elRey de Portugal nomeou por seus Plenipotenciarios o Conde de Prado Gouernador das Armas de Entre Douro & Minho, o Cõde de S. Ioão Gouernador das Armas de Tras os Mõtes, & Ioaõ Nunes da Cunha.
> Breuemente se deuem ajuntar todos, queira a diuina Magestade q̃ seja para bẽ, [...].

Mas a guerra continua.

Na Carta VI (19-XII-1663, p. 17), Vieira cita «amigo, que se não lembrou mais de ninguém depois que se viu em letra redonda», mas verdade seja que «promete ser melhor correspondente depois de cessar o estrépito da guerra». Pensa J. Lúcio de Azevedo tratar-se do mesmo João Nunes da Cunha, que, desse modo, seria o primeiro *vip* do jornalismo nacional. No Outubro anterior, Sousa de Macedo não se encolhia: «Devese tambem grande louvor a Ioão Nunes da Cunha, [...] que sẽpre acompanhou naquella primeira opinião, [...] assistiu às operaçõens das armas voluntariamente, sem que o obrigasse a comissão de S. Magestade [...].»

O próprio Lúcio de Azevedo casa, em rodapé estreito, local noticiosa e sugestão de Vieira (Carta XXI, 5-V-1664, p. 52: «Ainda as naus da Índia na altura do Cabo Verde não estarão [...]»). O texto daquela notícia, no número de Abril: "Aos 19. pella manhãa saìraõ deste Porto hũ galeão, e hũ bõ nauio para a India cõ o Capitão mòr Bernardo de Mirãda Hẽriques; leua õ [?] mais de seis cẽtos homẽs; mais de trezentos mil cruzados de mercadores, & quererá Deos darlhes boa viagẽ."

Nos rodapés à Carta XXIII (26-V-1664, p. 57), pudera Azevedo transcrever da edição de Maio, como faz para Junho:

> Dom Ioão da Áustria enganado, & desenganado, vendose com poder inferior, & com gente intimidada pella contraria fortuna que experimenta, não se atreveu a sair; o que os nossos ategora esperarão para terem parte certa em que o buscassem, com o que se poderia dar fim a esta guerra [...] chegou de Madrid nova de que o Chronista de Ioão de Áustria, por não ter façanhas suas para contar, se occupa em escrever contra o nosso Mercurio.

Também o padre não contém ironias (Carta IX, 2-I-1664, p. 24) ao desejar no novo ano a vitória das nossas armas, «para que *Mercúrio* tenha larga matéria de espraiar a eloquência». Breve espicaça de novo (Carta XI, 16-I-1664, p. 28) este mensário: «As novas que V. Ex.ª me dá das nossas armas da Beira não são boas para princípio do ano; e as que V. Ex.ª remete ao Mercúrio haverão mister toda a sua eloquência para que não façam o Janeiro funesto.» Por aqui se entende melhor a função propagandística da Imprensa recém-nascida.

Impiedoso, noutra missiva (Carta XVII, 19-III-1664, p. 42), Vieira joga dúplice, face ao que parecem ser pêsames de Macedo ao marquês de Gouveia: «Folguei de ver a epístola consolatória, sem o estilo de Mercúrio; mas não é de Séneca: devem de andar mais correntes na nossa Secretaria de Estado os decretos de pesares que as cartas de pêsames.»

E, na citada XXIII, lá volta ao «nosso desgraçado *Mercúrio*, tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz». Na Carta L (8-XII--1664, p. 104), eloquência veste-se de oração – e sobe todo o desprezo: «A oração de *Mercúrio* também deve de sair este mês; temos muito e bom latim para os estudantes das classes menores.»

Referências inamistosas ao "nosso *Mercúrio*" ou ao redactor sucedem-se: Cartas LXIII e LXIV, de 23-II-1665, p. 125 e 128; Carta LXIX, de 16-III-1665, p. 136; Carta XCVI, de 29-VI-1665, p. 184; Carta CCI, de 31-VIII-1665, p. 231. Uma indirecta é-lhe inspirada por balanço do duque do Cadaval (Carta XCVIII, 3-VII-1665, p. 188): «A relação que V. Ex.ª teve da batalha folguei muito de ver, porque são informações de vista, e de quem sabe entender e dizer o que se vê.»

Refere-se à «gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançó el Exercito delRey de Portugal» – como se lê em *Relacion verdadera, y pontval* (Lisboa, 1665) –, capitaneado por D. António Luís de Meneses, contra o castelhano, este pelo Marquês de Caracena, em 17 de Junho de 1665. O *Mercúrio Português* desse mês sente-se ultrapassado pelos acontecimentos, invocando, para a sua falha, "relações particulares" e tiragens de "especialidade":

> Em relaçoens particulares, por se dever especialidade a acçõens tão ilustres se contarão já os sucessos principais deste mez de Iunho na defesa da Villa-Viçosa, victoria de Mõtes Claros, & anolação de Sarça, & Ferreira. [...] Foi verdadeiramente gloriosissima para Portugal esta defesa pella fraqueza da praça com tão poucos soldados, pello grande poder, & furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados pella resistência pelejavão já pella reputação. [...] He verdade o sucesso se deveo principalmente a favor particular de N. S. da Conceição, cuja igreja [...] está naquella villa [...] o senhor Rey Dom Ioão IV [...] tomou N. S. da Conceição por protectora do Reyno.

Publicará, ainda, nesse número de Setembro, «copia da seguinte Carta que escreueo [aquele general castelhano] a ElRey» [Filipe IV], com artes de dizer que «en muertos y prisioneros faltan 4. mil infantes, y mil cauallos», mas sem confessar o desaire – a que, sibilinamente, se referirá a "relação" citada por Vieira na Carta CXV, de 17-VIII-1665, dirigida a D. Rodrigo de Meneses.

Síntese dessa relação, que filtra jogo de poderes entre os partidários afonsinos e os do irmão Pedro, percebe-se quando Vieira, na Carta CXVI, de 22-VIII-1665, toma o desejo do fim do jornal por realidade que o há-de enganar: «Eu lhe sofrera o estilo, com que Deus nos desse muitas ocasiões de escrever vitórias.» (p. 221) Macedo é, todavia, um estilista (não a pontuar), ou isso de si diz, em terceira pessoa anónima, já em Março de 1663, n.º 3: «Nesta grauissima Junta, o Secretario de Estado Antonio de Sousa de Macedo, propoz vocalmente de parte de S. Majestade em hua pratica de excellente estylo oratório, o sogeito, e intento pera que fora convocada, [...].»

Descontadas escaramuças, o epistológrafo aproveita informes do jornalista: na Carta XLIV (6-X-1664; «O haver saído Marcim, [...]», p. 92), serve-se do número do mês anterior, dias antes à luz:

> Aos 26 saiu de Badajoz o conde Marsim, que governou as armas, para retirar as artilharias, & o mais que ouvesse, lãca [lança] fama que tinha 9. mil infantes, & 5. mil cavallos, mas não lhe demos credito pello costume que Castella tem de acrescentar, & porque o que conheciamos de suas forças desmentia este fingimento. [...] Marsim está descontente com os castelhanos, & os castelhanos com elle.

Vemos, inclusive, Vieira juntando cópia do seguinte artigo mercuriano (recorte, por certo; Carta LXXI, 20-III-1665, ao duque do Cadaval, p. 139):

> Chegou nos de Madrid hũ papel intitulado, "Voto do Marquês de Carracena", que serve de loa para a guerra desta campanha, & representa ao vivo o corpo, & alma de todos os castelhanos em pallavras, arrogância, vaidade, & ódio, com que se destinam a vingança ao desterro, & à morte tudo o que de Portugal poderem alcançar.

Dá-se o caso, também, de o articulista responder aos desejos daquele, ou dos seus interlocutores, cortesãos como Macedo. A Carta XLVI, de 3-XI-1664, lembra «tempestades que por cá correram estes dias», o perigo da barra e a chegada iminente da frota (p. 95). O *Mercúrio Português* desse mês tranquiliza, num estilo sóbrio:

> Entre tanto nos dous dias de 19. & 20. chegou a este Porto a Frota do Brasil, com o seu General Iorge Furtado de Mendoça, trouxe trinta mil caxas de açucar, mais de doze mil quintaes de pao Brasil; do tabaco, & courama não se sabe ainda a quãtidade, q̃ he muita, alẽ de outras fazẽdas, & veio cõ ella outro nauio de guerra, [...].

Coincidem na perda de paciência (Carta CXII, 10-VIII-1665, p. 213) por Castela não se dar por derrotada; aquele atende a métodos

de contra-informação: «[...] perco a paciência em ver que a verdade dela não esteja metida em Castela por mil partes, e divulgada em todas as do mundo, onde Castela se não terá descuidado de dar as primeiras tintas, e espalhar a primeira fama, que sempre é a que mais se imprime nos ânimos, com tanta injúria da nossa glória.» Enquanto, no número de Setembro, ameaças de «uma poderosa armada» que aí vinha levam Macedo a concluir que «tudo quanto vai de Castella he uma mera ficção».

Por fim, é o jornal que corrige Vieira (Carta CXXXVIII, 25-IX--1665, p. 258), assente num «Dizem que morreu o irmão do imperador». O *Mercúrio Português* honra seus pergaminhos: «Aos 28. deste mez chegou aviso de aver falecimento de EL-Rey de Castella Dom Philippe IV, em quinta feira 17. pella manhã.» O fim da guerra estava próximo, «sẽdo a mayor culpa dos maos conselheiros», considera Macedo.

5. Duas gazetas

5. 1. *Gazeta de Lisboa* (1715)

Folha oficial, tem por título no 1.º número, de sábado, 10 de Agosto de 1715, *Noticias / do / Estado do Mundo*. Até 31-I-1760, é seu redactor José Freire Monterroio Mascarenhas – «[...] por privilegio de 3 de junho de 1752, lhe concedeu el-rei D. José, ser elle só que as fizesse [as gazetas] em quanto vivo fosse, com a declaração de não exceder uma folha por semana, que se publicava em todas as quintas feiras» (*Encyclopedia Litteraria* [Lisboa], vol. I, n.º 6, 20-VIII-1863) –, sucedendo-lhe Correia Garção entre 22-VII-1760 e 6-VII-1762, quando o privilégio para a publicação fora concedido aos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Suspensa pelo Marquês de Pombal[82], reaparece a 4-VIII-1778; em 4-XII-1807, Junot impõe as águias francesas em troca das armas reais portuguesas, que o semanário – suspenso

[82] "O eclipse da «Gazeta de Lisboa»", *Arquivo Nacional* (Lisboa), n.º 104, 5-I-1934: 826-827.

entre 24-VIII e 15-IX – retoma a 16-IX-1808, já diário a 14-VI-1809, mantendo-se até 30-XII-1820. A 1-I-1821, é *Diário do Governo*; de 12--II a 4-VII, *Diário da Regência*; de 5-VII-1821 a 4-VI-1823, *Diário do Governo*; pela última vez *Gazeta de Lisboa* (se bem que este título, já não órgão oficial, seja rastreável até 1914) de 5-VI-1823 a 24-VII-1833. O quotidiano da família real, intervenções da nobreza e do clero, noticiário comercial visando a burguesia, a nossa diplomacia no contexto da informação internacional, História Natural[83], alimentam papel de má qualidade onde, em 1-VIII-1716, saiu a que é, talvez, a primeira notícia ilustrada: dois recém-nascidos condenados a uma cintura e um só ventre[84]. Os locais de venda no séc. XVIII estão em Pinto de Carvalho[85].

[83] *Cf.* Rómulo de Carvalho, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, ICALP, 1987: 78-80.

[84] Bibliografia: Inocêncio F. da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. III, Lisboa, 1859: 139-141; Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, 1941: 67-101, 284-285; Albino Lapa, *A Palavra «Lisboa» na História do Jornalismo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1967: *passim*; Eduardo Mayonne Dias, "Notícias de Lisboa – Atrasadas apenas 247 anos", *Peregrinação* (Lisboa), 18, Out.-Dez. de 1987: 12-15 [sobre a *Gazeta de Lisboa Ocidental*, em 1740: também redigida por J. F. M. Mascarenhas, vai de 6-I-1718 a 31-VIII-1741]; João Luís Lisboa, "Os anúncios da *Gazeta de Lisboa*: fonte para uma sondagem sobre cultura e sociedade", *in* Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, eds., *Arquivo e Historiografia*. Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa, INCM, 1988: 307-315 [completado este trabalho com a pesquisa bibliográfica no *Jornal Encyclopedico* e no *Jornal de Coimbra*, João Luís Lisboa ultimou *Ciência e Política. Ler nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, INIC / Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992 – ou seja, ideias, livros e leituras entre 1780 e 1820]; José Tengarrinha, 1989: 43-44; 2013: *passim*; Ricardo Alves, "A *Gazeta de Lisboa* como fonte histórica (1746-1750)", *História* (Lisboa), ano XII, n.º 122, Nov. de 1989: 14-25; Ana Paula Menino, "Primórdios da Imprensa em Portugal: um exemplo – – 'A Gazeta de Lisboa"' [*sic*], *Diário de Lisboa* – Literário, 11-I-1990: 3-4; Joaquim Fernandes, "A 'Gazeta de Lisboa' (1715-1751) – uma folha oficial da Corte Joanina", *Revista de Ciências Históricas* (Porto), vol. 7, 1992: 93-111; André Belo, *As Gazetas e os Livros. A "Gazeta de Lisboa" e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*, Lisboa, ICS, 2001; João Luís Lisboa, "*Adições* às *Gazetas* (1736-1742)", *De Gutenberg ao Terceiro Milénio – Congresso Internacional de Comunicação. Actas*, Lisboa, UAL, 2001: 179-186; Júlio Vieira, *O Jornalismo Setecentista, a Inglaterra e a "Gazeta de Lisboa" (1715-1720)*, Lisboa, Palas Editores, 2001.

[85] *Lisboa d'Outros Tempos* [1899], II, Lisboa, Fenda Edições, 1991: 34-35.

5. 2. *Gazeta Literária* (1761-1762)

Elogia Diogo Barbosa Machado – em parecer que, junto com as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, antecede o n.º 1 do semanário (Porto, Julho de 1761) – o pioneirismo «neste genero de estudos» de Francisco Bernardo de Lima[86]. O seu projecto é «dar a conhecer a Portugal os melhores livros, ou ao menos as composiçoens modernas de maior fama» vindas a lume por essa Europa fora. Dedicando o número a obras recentes de um país, cada condensação, extracto, resumo ou sumário funciona como espelho dos avanços científicos, tecnológicos ou literários nacionais. Em mais de cem artigos, 19 dos quais traduzidos, distribuídos por 14 números semanais em 1761 e, mensais, seis em 1762 já impressos em Lisboa, aquele padre lança as bases da crítica entre nós – exercício de prudência e justiça que apura o bom gosto e faz aparecer a verdade –, lamentando, por exemplo, que Luís A. Verney, sobre ignorar as belezas de Camões, não soubesse disfarçar os erros do Épico...[87]

Esta *Gazeta Literaria / ou / Noticia Exacta dos Principaes / Escriptos, que modernamente se vaõ publicando na Europa. // Conforme a*

[86] J. Tengarrinha, 2013: 115, atribui essa primazia ao *Folheto Cotovia*, Lisboa, 1749, seguido de *Mercúrio Gramatical*, Lisboa, 1753.

[87] Periodico Artistico e Recreativo / Sob a Protecção de Suas Magestades e Alteza (indicação, esta, só no n.º 5), com o mesmo nome, sai na capital a 5-X-1867, até 16-V--1868, n.º 31 (dito continuação do *Operário*), redactado por P. M. da Silva Costa, que, até ao n.º 17 (8-II-1868), define interessantes "Typos Nacionaes", a preceder a *Galeria de Figuras Portugueses*, de Luís Augusto Palmeirim (1879; Lisboa, Perspectivas & Realidades, ^{2}1989). Temos, assim, o velho-rapaz, o cangalheiro, o deputado [Assinala duas classes de deputados: os janotas e os pés de boi. Aquele, até aos quarenta; este «parece mais velho que a patria» (n.º 4, 26-X-1867)], o carola, o cabo de polícia, o pretendente, o homem sem dinheiro, o agiota, o comparsa, o aspirante a literato, o namorador. Em quatro páginas atentas à instrução pública, ilustres do tempo: Gervásio Lobato, Gomes de Amorim, Ernesto Marecos, Luciano Cordeiro ("A critica em Portugal"), Luís de Araújo, Gomes Leal e Júlio César Machado, com "Segunda feira": «Para mim é o dia grave, o grande dia: á segunda feira escrevo eu, ha nove anos, o folhetim da terça!...» (N.º 10, 7-XII-1867) "O homem sem dinheiro" reaparece em *Opinião Nacional* (bissemanário, Lisboa, 11-IV-1867/2-I-1868, n.º 58; n.º 17, 16-VII-1867).

Analysis, que delles fazem os melhores Criticos, / e Diaristas das naçoens mais civilizadas é o primeiro esforço sério para nos colocar a par do jornalismo europeu[88] e da bibliografia europeia, a começar, aqui, por duas edições francesas, de três anos antes. Os números seguintes destacam as saídas em Inglaterra (1759, 1760), Itália (1758), Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia, Rússia e Espanha, Portugal (n.º 9, a propósito das *Obras de Luiz de Camões*, 3 tomos, Paris, 1759, em que belisca Verney: p. 135; e sobre a *Vida de Dom João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrada). Com o n.º 10, regressa à França, etc., dando, no n.º 14 (Outubro de 1761), com o pormenor da continuação no n.º 15, "Carta sobre a simplicidade do estilo".

Se privilegia os oratorianos contra os jesuítas, não deixa de ser contra a censura prévia da obra literária, ousadia a que invejas e o Marquês

A 6-I-1868, corre a semanal *Gazeta Litteraria do Porto*, 16 números por Camilo – parcialmente reproduzido em *Mosaico...* (1868) – e companhia: Ramalho ["Echos do Porto"], Castilho [traduzindo *Les Femmes Savantes*, *As Sabichonas*], Andrade Ferreira ["Eccos de Lisboa"], Pato, Chagas, J. Frederico Laranjo, etc. Gastão Vidal de Negreiros [Ana Plácido] assina o «romance original» *Regina* e analisa Tomás Ribeiro, Cândido de Figueiredo, Junqueiro.

Homónimas gazetas houve em Lisboa («revista semanal», 29-III-1888, com Amélia Janny); outra, de 15-VI, número programa, a 6-VII-1890, n.º 2, pela «formula naturalista», com poemas de Coelho Netto; e, explícita homenagem à primeira, a já citada do Porto: Setembro de 1952; 2.ª série, Julho de 1959 a Janeiro-Junho de 1961, n.º 19-24. Altos relevos desta série: Miguéis (ainda no n.º 7), Eugénio de Andrade, Torga; inédito de Irene Lisboa, tratada por Matilde Rosa Araújo, no n.º 2, e por Luísa Dacosta, no n.º 19-24; cartas inéditas de Pascoaes e Basílio Teles nos números 4 e 5, respectivamente; inédito de Guilherme Braga, no n.º 6, onde Joel Serrão discorre sobre "Sampaio Bruno e a filosofia portuguesa"; no n.º 8, Camus e Namora; no n.º 9, Rodrigues Sampaio e Ferreira de Castro, com, também, carta no n.º 10-11, onde igualmente comparece Urbano Tavares Rodrigues; M. Teixeira-Gomes e David Mourão-Ferreira, este sobre a poesia dos anos 50 em Portugal, no n.º 12; no n.º 13, João de Araújo Correia, Fernanda Botelho, Vergílio Ferreira e, como no n.º 14-15, António Gedeão.

[88] Algumas sugestões para esse enquadramento europeu setecentista da *Gazeta...* estão em António A. Banha de Andrade, "Jornalismo cultural de tempos antigos", *História* (Lisboa), n.º 8, Junho de 1979: 28-30. "La presse littéraire en Europe", subcapítulo de Georges Weill, *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, Éditions Albin Michel, 1934: 111-116, mostra, por defeito (seja, por não citar), como esta gazeta lusa acompanhava um ainda raro florescimento do revistismo literário.

porão cobro[89]. Conformando recensões, registos e notícias literárias, pode-se concluir, segundo as estatísticas elaboradas por Joaquim Fernandes[90], que as Ciências Naturais, a Medicina e a Literatura sobrelevam as também versadas História e Política. A tiragem rondaria 200 exemplares, porquanto, com a alteração de periodicidade e a mudança para a oficina lisboeta de Miguel Rodrigues, em Janeiro de 1672, são nomeados 197 subscritores, que, pelo cálculo do mesmo estudioso, se dividiriam assim: letrados, 18,3 por cento; nobreza, 19,3 por cento; clero, 20,3 por cento; e, significativo, burguesia, 42,1 por cento. A hipótese que deixo (por agora irresolúvel) é se, tendo aumentado, de um ano para o outro, os postos de distribuição – 1761: um em Lisboa, Porto, Coimbra; 1762: quatro em Lisboa, três no Porto, um em Coimbra –, aquela tiragem não terá sido largamente ultrapassada e representado, nos espíritos, uma revolução que não podemos ainda avaliar.

Essa figura de padre, "Conego Secular do Evangelista" que se queria sob protecção do Governador do Porto, brigadeiro João de Almada de Melo[91], é que, pelo seu exemplo hoje tão precisado, merece loas: Tengarrinha avança que o padre Francisco Bernardo de Lima (1727-1764? 1770?) «se pode considerar o primeiro folhetinista e crítico teatral português»[92]. Era o sentimento de Camilo, que mostra, também, como o

[89] Alfredo da Cunha, ob. cit.: 102-104, observa que, no último número, a *Gazeta* elogiou a *Recreação Filosófica*, do Padre Teodoro de Almeida, «uma das vítimas pombalinas». Ao «meu collega em lettras jornalisticas, o nosso padre Francisco Bernardo de Lima» (p. 145), dedicou Bruno o cap. V de *Portuenses Illustres*, t. I, Porto, 1907.

[90] Joaquim Fernandes, "*Gazeta Literária* (1761-62): reflexos e sombras de um jornal das 'Luzes"', *Revista da Faculdade de Letras* / História (Porto), II série, vol. X, 1993: 205-231. Antes, Giuseppe Carlo Rossi, *La* Gazeta Literaria *del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*, Pubblicazioni della Sezione Romanza dell'Istituto Universitario Orientali, Napoli, 1963 [= *Annali-Sezione Romanza*, fasc. III; IV, 1, e IV, 2, 1962], e recensão de Aníbal Pinto de Castro em *Revista de História Literária de Portugal*, I, Coimbra, 1962: 313-315, que lhe dedica artigo no *Jornal de Notícias* [Suplemento], 1-VI-1988.

[91] "Do Homem que deu o nome à Rua... do Almada" trata A. de Magalhães Basto n'*O Primeiro de Janeiro* de 27-X-1944. Bastas vezes se vira já evocado em A. A. Teixeira de Vasconcelos, *Lição ao Mestre*, 2 vols., Lisboa, 1875.

[92] 1989: 46. Repete Alfredo da Cunha. Em Tengarrinha, 2013, o primeiro será Garrett. A crer no *Zacuto Lusitano* / Jornal Semanal de Medicina e Sciencias Accessorias

espectáculo da sua literatura pode ser *montado* a partir de um antigo folhetim[93].

(Lisboa, 20-I/14-VII-1849, n.º 26), a outro cabe a primazia. No n.º 12 (7-IV-1849), "Um folhetim do seculo 18", assinado pelo Barbadinho X, já no-lo entremostra, o que se esclarece no n.º 14 (21-IV). Quem é esse Barbadinho X? «É o mais douto e sarcastico folhetinista portuguez do seculo passado. Com o pseudonymo de *Barbadinho Italiano* (não ha bom folhetinista sem pseudonymo) escreveu Luis Antonio Verney um livro incendiario, qual foi o *Novo Methodo de Estudar*, [...].» Ora, aquele primeiro folhetim fora extraído da carta sobre a medicina.

[93] *A Sereia* (1865; Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [6]1968: 30-33; Notas, p. 263--264) abre com a inauguração do teatro italiano no Porto, em 15 de Maio de 1762, feito devido ao governador-geral, João de Almada e Melo, também patrono, já saudado no frontispício, pelo padre Lima, que na sua *Gazeta* recenseou a récita *Il trascurato*. Eis a «mais antiga crítica de teatro lírico escrita pelo primeiro folhetinista» – antes, dito «patriarca dos folhetinistas em Portugal» –, que Camilo em parte cita. A inspiração para esta abertura (*cf.* p. 34) está no folhetim do Bibliophilo Joseph [José Gomes Monteiro], "O Theatro Italiano no Porto em 1762", inserto *n'O Nacional* / Jornal Litterario, Commercial e D'Annuncios (Porto), n.º 84, 11-IV-1851, transcrito em Notas (p. 266--277), sendo que, aí, deparamos com «o rev. [Rev., em 1851] folhetinista P. Francisco Bernardo de Lima» (p. 272). Camilo, descuidado – e, com ele, quem fixou o texto –, transcreve: «[...] por agora contento-me com lembrar aos nossos brilhantes folhetinistas modernos, que o primeiro folhetim teatral português foi escrito, há noventa anos, nesta nossa boa cidade do Porto, a qual, em boa consciência, não é tão exclusivamente dada às idolatrias utilitárias do arroz e da manteiga como alguns têm pretendido. Mas tornemos ao espectáculo.» (p. 273) No diário, temos: «por agora só lembrarei aos nossos [...] como alguns têm pretendido. Mas não mexamos muito com esta irritavel classe dos cavalleiros do folhetim, e tornemos ao espectaculo.»

SEGUNDA PARTE

IMPRENSA LITERÁRIA DO SÉCULO XIX

1. Movimento jornalístico

O período de afirmação da Imprensa em Portugal acontece entre os anos de 1836 a 1840.

Os títulos publicados desde 1627 ditavam o seguinte quadro: até 1697, quatro – contado Manuel Severim de Faria, e já incluindo três volumes do *Mercúrio da Europa* (Lisboa, 20, 27-V, 4-VI-1689; 16, 11, 12 páginas)[94]; de 1715 a 1800, 12; de 1801 a 1805, nove. São cômputos benignos, como se mostra nos lustros seguintes: segundo a *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (Coimbra, 1987), sob o influxo das invasões francesas, seriam 26: ora, sem registar 1806, considerei 42 em *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)*[95]; contra 16 entre 1811 e 1815, propus 14; e concordámos em 25 na véspera do movimento liberal.

A partir de 1821-1825, dá-se um salto cuja média pouco se altera até ao termo da guerra civil: 61 novos jornais, 81 para 1826-1830 e recaída em 66 no período mais difícil de 1831-1835. Ora, de súbito, sem que desapareça a opinião vencida de um absolutismo a espaços caceteiro[96],

[94] Reprodução do terceiro em Fernando Castelo Branco, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Livros Horizonte, [4]1990: 220, dentro de artigo-síntese sobre "A imprensa periódica", p. 216-224. Fernando Castelo-Branco hifenizado di-lo até 7 de Junho, em "O primeiro semanário lisboeta e português", *Revista Municipal* (Lisboa), 69, 1956: 19-25.

[95] Edição Ernesto Rodrigues, Lisboa, 2008.

[96] Ver *O Cacete* / Periodico Anti-Revolucionario (Lisboa), Na Impressão Regia, 1831, cristalino na epígrafe: «A Revolução he o Monstro mais abominavel do Universo.» À «cãozoada dos Malhados» contrapõe o rasgo de José Agostinho de Macedo, «Varão mais Benemerito no Orbe Litterario». O anónimo autor de *Verdades, / ou / Carapuças Talhadas / Para as / Cabeças, em que se virem*, Lisboa, 1833: 10, dedica-lhe quadra: «O Cacête, e a Trombeta / Erão dois papeis mui guapos; / Hum servia para méchas, / Outro para guardanapos.» Abaixo, e para dar uma ideia da qualidade do papel

reformula-se o corpo legislativo, cria-se uma osmose entre parlamento, facções e folhas periódicas – que se reequilibram –, o debate transvasa, forma-se opinião, perfila-se a democracia de cidadãos cujas falhas maiores residem na 'instrução', mas precisados, entretanto, do 'recreio' a que também aspira a burguesia.

No lapso de 1836 a 1840, saem 157 títulos (haveria 67 em 1836, 59 no ano seguinte[97]), o que é notável, se compararmos com as quebras dos quinquénios seguintes: 77, 105, 108, 136. Só 25 anos depois assistimos à retoma: 202 para 1861-65, 201 entre 1866-1870 e 74 em 1871-1872. Por cidades, no total: Lisboa, 901; Porto, 137; Coimbra, 85; Braga, 37, etc.[98]

---

de jornal, atira-se ao órgão oficioso: «A Gazeta do Governo / Era dos papeis bizarros; / / Nem se quer [*sic*] servia ao menos / Para fazer huns cigarros.» Ausente de *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. Coord. e org. de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998-2002.

[97] Mário de Almeida, "Os jornaes de Lisboa", *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, Rodrigues & C.ª – Livreiros Editores, 1917: 213-221: «Posto que, por volta de 1840, houvesse em todo o paiz perto de trinta e seis, proporcionalmente quatro vezes mais do que em Hespanha, [. . .].» (p. 216) Antes, n'*A Capital* (Lisboa), 10-XI-1916.

[98] Henrique de Carvalho Prostes, *Statistique de la Presse Périodique Portugaise. 1641 à 1872*, Lisboa, Lallemant Frères, 1873. O *Dicionário Jornalístico Português*, de A. X. da Silva Pereira (cota Manuscritos – 445 a 457, na Academia das Ciências), em 13 volumes e 6 135 folhas, com mais de cinco mil títulos até 1889 (morte de D. Luís, em 19-X), divide este curso em sete épocas, que José Tengarrinha sintetizou (ver "Uma Importante obra Inédita sobre o Jornalismo Português", *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV, 2, Lisboa [Fundação Calouste Gulbenkian], 1963: 342-352). O presente estudo arranca, em termos de balanço, na 5.ª época – cartistas contra setembristas, de 24-VII-1833 a 23-IV-1851 –, preenche a 6.ª – de 24-IV-1851, Regeneração, a 11-XI-1861, morte de D. Pedro V – e vai contornar ainda a última – do reinado de D. Luís, 12-I-1861, ao seu passamento.

Sempre laborioso, A. X. da Silva Pereira, após série de artigos n'*O Occidente* (início em 11-III-1887: 63) sobre as "Origens do Jornalismo em Portugal", facilita tarefas com *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, 1895, e *Os Jornaes Portuguezes. Sua Filiação e Metamorfoses*: «Esta "Noticia Alphabetica" contem os jornaes portuguezes publicados de 1625 até 19 de outubro de 1889, dia do fallecimento de el-rei o senhor D. Luiz I, abrangendo portanto o periodo de 364 anos.» Em *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa), n.º 66, 1891: 142-143, regista números de títulos que encetaram a publicação no decénio de 1881-1890: 144, 185, 204, 190, 241, 247, 206, 237, 232, 149, totalizando 2 035. Particulariza as estreias mensais de 1890: Janeiro,

com 22 jornais; Fevereiro, 21; Março, 21; Abril, 15; Maio, 16; Junho, 5; Julho, 12; Agosto, 4; Setembro, 9; Outubro, 9; Novembro, 8; Dezembro, 7. O «lapso que vae de 1894 a 1899» está no artigo "Periodicos" do *Diccionario Bibliographico Portuguez...*, tomo XVII, por Brito Aranha, Lisboa, 1894: 249-286 [249].

O período ante-liberal foi estudado por Irwin Stern, «A limbo of liberal thought: portuguese newspapers 1760-1820», em *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / / ICALP, 1990: 165-183. Resume, em três períodos, o escopo de cada título, citando os respectivos editores / directores. Algumas datas estão erradas ou são insuficientes. O local de edição é, quando não indicado, Lisboa. No primeiro (1760-1807), regista: *Gazeta de Lisboa* (1760-1762), por Correia Garção; *Hebdomadário Lisbonense* (1763-1767); *[O] Correio Mercantil e Económico de Portugal* (1794-1811); *Variedades* (1801-1804; de facto, *As Variedades*, 1802-1805, vol. 5, n.º 28); *Novidades Literárias, Filosóficas, Científicas, Poéticas e Mercantis* (1802); *O Redactor* (1803); *Biblioteca Universal* (1803-1805). No segundo (1807-1816), acrescenta*: Diário Lisbonense* (1-V-1809 / / 31-V-1813, n.º 119); *Jornal de Coimbra* (1812-1814); *O Investigador Português em Inglaterra* (Londres, 1811-1819); *Microscópio de Verdades* (Londres, 1814); *O Observador Lusitano* [*em Paris*] (1815); *Jornal de Belas Artes ou Mnemosine Lusitana* (1816-1817); *O Espectador Português* (1816-1818). No terceiro (1817-1820), dá: *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo* (Londres, Julho de 1819 / Junho de 1821, vol. 4, n.º 36); *O Padre Amaro, ou Sovela Política, Histórica, e Literária)* (Londres, 1820-1826); *Annaes das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris, 1818-1822); *O Contemporâneo Político e Literário* (Paris, 1820); *Jornal Enciclopédico de Lisboa* (1820); *Astro da Lusitânia* (Lisboa, 30-X-1820-1822 / 15-IV-1823, n.º 80). Sobre este, e além de Inocêncio (IV: 131), ver Ana Leonor Pereira, "O 'tradicionalismo' vintista e o *Astro da Lusitânia*", *Revista de História das Ideias* (Coimbra), 1, 1977: 179-204, e AA. VV., "*Astro da Lusitânia* – Um jornal ao serviço da revolução de 1820", *História* (Lisboa), 50, Dezembro de 1982: 79-85; José Augusto dos Santos Alves, *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*, Odivelas, Editora Media XXI, 2013: 223-376. O ante e pós-1820 exigem confronto nos títulos periódicos em que se apoia Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1992: 822-824; especificamente para o Antigo Regime, ver Eurico José Gomes Dias, *Representações da Idade Média na Imprensa Periódica Portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017. De Luís Reis Torgal, sobre a Imprensa vintista, *cf. Análise Social* (Lisboa), n.º 61-62, 1980: 279-292, e *Studium Generale* (Porto), 1, 1980: 45-73.

Os números de Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve...*, tome second, Paris, 1822: 100, são os seguintes: 1801, 4 periódicos; 1802, 2; 1803, 4; 1804, 6; 1805, 2; 1806, 6; 1807, 1; 1809, 7; 1811, 2; 1812, 2; 1813, 3; 1814, 2; 1815, 3; 1816, 6; 1817, 1; 1818, 4; 1819, 2. Total, 57. No apartado sobre "Journaux politiques et littéraires", há confusão bastante, atribuindo a *Gazeta Literá-*

Outra característica do período em causa – enquanto consciência de um momento singular que urge aproveitar, embora pense que, literariamente, só vem a explodir no quinquénio seguinte, sobretudo em 1843, com obras maiores de Garrett e Herculano – é a disseminação geográfica, mantendo-se o Porto – e, para as revistas, também Coimbra – – suficientemente a par de Lisboa.

Em terceiro lugar, procede-se, como para o país, ao lançamento de alicerces editoriais vigorosos, não sendo de estranhar a longevidade dos projectos surgidos: pensemos n'*O Panorama* / Jornal Litterario e Instructivo (1837-1868) ou n'*A Revolução de Setembro* (1840-1901), exemplos, nos seus propósitos – enciclopédico; de combate diário, tantas vezes contraditório – e indissolúvel ligação a forte personalidade (Herculano, António Rodrigues Sampaio)[99], de um projecto que se deseja nacional, romântico.

ria ao cirurgião Manoel Bezerra de Lima, «qui avait pour collaborateur un chanoine régulier de San-João Evangelista (Loyos)».

Lúcia Mariano Veloso, em "Elementos para a história da Imprensa periódica portuguesa", com José Manuel Motta de Sousa, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para Uma Bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987: 19-33 [p. 33], dá esse movimento por décadas, de 1641/1650 a 1971/1980. Seria preciso confrontar todos os balanços citados para obviar a alguns desfasamentos. Isso fiz em *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)*, Lisboa, 2008, à frente resumido.

Outros períodos específicos são estudados, como, de Joseph Conefrey, *Jornais, Séries e Periódicos Portugueses. 1826-1834 (Desde a Morte de D. João VI à Queda de D. Miguel)*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1999; de António Gomes Monteiro Varela, *Subsídios para a História da Imprensa Periódica Portuguesa nos Anos de 1845-1846*, tese de licenc., Faculdade de Letras de Lisboa, 1960, e, nomeadamente, um bem empreendido estudo de António do Carmo Reis, "O poder da Imprensa no Porto romântico", *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, 1989: 291--350. Regista os periódicos lançados no Porto entre 1840-1866, com quadros parciais sobre as tendências políticas e respectiva habilitação legal, ou não. Datas, editores (ou fiadores) e suas profissões também concorrem. *A Revolução de Setembro* de 22-V-1864 regista o nome das 35 folhas que então se publicavam em Lisboa.

Alberto Pimentel, "A propósito do jornalismo lisbonense", *Fotografias de Lisboa* [1874], Lisboa, Frenesi, 2005: 93-102, enumera títulos 'originais' ou divertidos de todo o País.

[99] O mesmo se diria – com a diferença de que, agora, a redacção lhes cabe por inteiro – para, entre muitos outros, o *Distrito de Évora* e Eça, a exemplo do anónimo autor d'*O*

Dentre o peso das limitações e estrangeiras influências algo se aproveitava, como a sorte do folhetim, quarto e decisivo aspecto, agora na sustentação financeira das empresas e formação do gosto (pelo menos, da leitura, entre outras virtualidades), que em si congraçava a força de uma assinatura – não desde o princípio, atenção – face ao colunismo anónimo, e cumpliciava destinatários à espera de um conselho, de uma ponta de sonho ou emoção na história interminável, de um dito gracioso ou verrineiro.

O *roman-feuilleton* nasce no parisiense Julho de 1836; *O Panorama* de 1838 acalenta o género, cuja revolução, todavia, só se fará sentir no rés-do-chão de jornal.

Algumas questões prévias têm, entretanto, cabimento: definição coetânea de revista; entendimento da literatura como sedimento-base de cultura.

Antes, balancemos o movimento jornalístico à sombra da corte luso-brasileira.

1. 1. 1807-1821

No bicentenário da chegada da Corte joanina ao Brasil, reuni textos significativos do jornalismo português que melhor nos informem das repercussões que teve, em Portugal e na emigração europeia (Londres, Paris), a transladação daquela. Que país ficou para trás? Como viu os acontecimentos, e quais, no outro lado atlântico? Quando, e por que razões, apela ao regresso do soberano? Que imagem favorece deste e da Família Real? Enquanto concorremos para a história do jornalismo, na

Romancista / Jornal de Recreio («duas vezes ao mez», Lisboa, 8-VI/28-XII-1839, n.º 16, 16 p.), esclarecendo na Introdução: «Quizemos escrever um Periodico, porque os periodicos são hoje quasi a leitura exclusiva dos Portuguezes.» Sobre A. R. Sampaio, três aproximações interessantes, entre inúmeras: a evocação de Ramalho n'*As Farpas*, III; Alberto Pimentel, *Vinte Annos de Vida Litteraria*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1890: 61-76; Franquelim Neiva Soares, *António Rodrigues Sampaio. 1806-1882 – – Antologia*, Lisboa, Câmara Municipal, 1982.

definição clara de um *corpus* a investigar, oferecemos aos historiadores e interessados quadros vívidos de uma época política e mental com zonas ainda na sombra. Poucos sabem que o Brasil, oito anos antes de ser Reino, declarou guerra a Napoleão. E como, ouvindo poetas, não rever a imagem depreciativa que o Liberalismo deu de Carlota Joaquina? Tratou-se, por conseguinte, de antologiar fontes primárias, cuja aproximação pede longa demora, à luz das quais se organiza um pensamento que procurará fugir à massa crescente de bibliografia secundária, repetitiva.

O primeiro passo foi proceder ao levantamento da Imprensa periódica portuguesa no referido período. D. João parte de Lisboa a 27 de Novembro de 1807 e das águas marítimas nacionais a 29, aí retornando, já D. João VI, em 3-VII-1821, com desembarque no dia seguinte. A dificuldade era tipificar dezenas de títulos ou afastá-los *como* jornalismo – caso de pasquins, folhetos, volantes, certas espécies polémicas –, face aos pareceres mais desencontrados. Afora alguns opúsculos referidos, confrontei-me com 209 títulos, que discuto, caso a caso, retendo 110 espécies jornalísticas, assim divididas pelos anos de 1807 a 1821: 6, 7, 25, 5, 1, 7, 2, 2, 2, 3, 0, 2, 1, 25, 22.

Olhei cada título em função de eventos relevantes e razões *jornalísticas*. Estas razões conjugam periodicidade, actualidade, oportunidade e, muitas vezes, propósito declarado. O conceito de *actualidade* é fundamental, mesmo se, ao tempo, a informação chegava com semanas, meses ou um ano de atraso. *A contrario*, não há jornalismo quando, passados anos, os títulos têm segunda edição – é o caso de vários de José Daniel Rodrigues da Costa –, ou o redactor anuncia publicação a prazo, em função do material disponível. Publicação periódica não significa, obrigatoriamente, *jornalismo*, e, no entanto, José Tengarrinha ([2]1989) reforça a confusão, mas pecando, ainda, por citar percentagem mínima da *edição* periódica. Para elaborar uma lista do período, deve o pesquisador olhar às seguintes fontes principais:

Catálogo das Publicações em Série. 1641-1833. Org. por Maria Helena Braga da Cruz e José Alberto Matos da Silva. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1985 [= BPMP].

Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império. Séculos XVII-XIX. Catálogo. Exposição Comemorativa do Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1941 [= BNL, 1941].

Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX. Vol. I, II. Coord. e org. de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998-2002 [= *Jornais e Revistas...*].

Pereira, A. X. da Silva, *O Jornalismo Português*. Lisboa, 1895 [= AXSP].

Publicações Periódicas Portuguesas Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1983 [= BGUC].

Num segundo momento, procedi ao rastreio e indexação da informação atinente às relações Portugal-Brasil em cada um dos títulos de Imprensa. Se alguns, como *Correio Brasiliense*, *O Investigador Português em Inglaterra*, *O Português, ou Mercúrio...* , *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, etc., estão já indexados e estudados[100], tornava-se evidente a importância de outros. Era o caso do *Jornal de Coimbra*, 16 volumes entre 1812 e 1820, fundado em Lisboa pelo brasileiro Ângelo Ferreira Dinis, Jerónimo Joaquim de Figueiredo e José Feliciano de Castilho (pai de António Feliciano de Castilho), um médico que também visitará o Brasil no nosso período. Nas *Memórias de Castilho*[101], escritas por Júlio de Castilho, referem-se as composições do poeta insertas no *Jornal de Coimbra*. Mas, na p. 148, informa terem saído nessa cidade, em 1818, *A Lanterna Mágica* e *A Trombeta*, títulos aqui não catalogados, por desconhecidos. Este tipo de fontes diz-nos que muitos estão inacessíveis, ou desapareceram, caso da *Gazeta Ministerial do Chile*, 1818.

Este levantamento é paralelo a outro, em quatro partes, aqui resumido ao século XIX: ordenação cronológica, por décadas, dos periódicos em cujo título, subtítulo ou lugar de publicação se perceba uma

[100] *Cf.* Sousa / Veloso, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para Uma Bibliografia*, 1987: 134-191.

[101] Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, [2]1926: 127-128.

remissão brasileira, incluindo referências às "colónias". Dentro desse projecto, especifiquei, numa segunda lista, também por décadas, o lugar de publicação, para o caso de alguns títulos brasileiros que circulavam em Portugal não se encontrarem além-Atlântico. Terceira lista dá-nos o conjunto por ordem alfabética. Numa quarta lista, recolhi títulos, indicações de propriedade ou de impressão em tipografias ditas luso-brasileiras de Lisboa e Porto. Retomo esta matéria no ponto 10. Para uso interno, cada título é seguido das respectivas cotas da Biblioteca Nacional ou outra, segundo mostrei na primeira lista-base publicada[102]. Agora, suprimi esta informação.

1807

Arquivo de Peças Divertidas e Cientificas. Lisboa, 1807. 2 folhas.

Câmara Óptica. Onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas. Lisboa, 1807-1808. [*Jornais. . .* , I: 136-137 = 1824.] 12 folhetos, entre 24 e 26 páginas, por José Daniel Rodrigues da Costa.

Correio das Modas. Lisboa, 1807. Com "dous Folhetos cada mez", constando cada um de "duas estampas iluminadas, e de dezeseis Paginas de Impressão" (p. 5) Cinco números, com 80 páginas.

Gazeta de Lisboa. Lisboa [n.º 2, 17-VIII-1715; no n.º 1, 10-VIII--1715, *Notícias do Estado do Mundo*], 1807 ss.

Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa. Lisboa, [1804] – 1825. 34 números.

Retratos e Elogios de Varões e Donas, *que ilustraram a Nação Portuguesa em virtudes, letras, armas e artes, assim nacionais como estranhos, tanto antigos como modernos. Oferecidos aos generosos portugueses*. Lisboa, [tomo I, 1807] – 1822.

Alguns acrescentam *Observador Português Histórico e Político de Lisboa desde o dia 27 de Novembro do ano de 1807, em que embarcou para o Brasil o Príncipe Regente Nosso Senhor e toda a Real Família. . .* Lisboa, 27-XI-1807/15-IX-1808. Ver 1809. Nuno Rosado cita *Tempo*

[102] Ernesto Rodrigues, "Imprensa portuguesa de oitocentos que interessa ao Brasil", *Navegações* (Porto Alegre), vol. 1, n.º 1, Março de 2008: 26-34.

Presente (1806-1807)[103]. AXSP inclui *Preços Correntes da Praça de Lisboa*. Lisboa, Janeiro de 1807. Folha comercial. De facto, é de 1820. José Tengarrinha escreve *Preços Correntes na Praça de Lisboa*, acrescentando outros que ainda caem em 1807, mas que nem *Jornais*... elenca[104]. O caso de *Colecção de Mentiras e Verdades*, Lisboa, que ora dão em [1796] – 1807, ou *Jornais*... em 1806-1807, é sintomático de tanta confusão: trata-se de uma "fabula do macaco e do burro", a p. 97-112 de volume que abre por "Divertimento Instructivo ou Collecção Escolhida de Novellas, Historias, Contos Moraes...", Lisboa, 1804. Os números 2, 3 e 4 são de 1805; o n.º 5, de 1806, seguindo-se quatro números da nossa "Collecção...", s. d.

1808

Correio Brasiliense ou Armazém Literário. Londres, Junho de 1808-Dezembro de 1822, vol. 29, n.º 175[105].

Gazeta do Porto. Porto, 6-VII-1808/30-VI-1810, n.º 26.

Gazeta do Rossio, Lisboa, 1808-1809. A *Colecção das Célebres Gazetas do Rocio, que para seu desenfado compôz certo Patusco* reúne Primeira, Segunda e Terceira Parte, com sete gazetas cada, logo, 21, no total. São 4 páginas "Com Privilegio do Desgoverno" (note-se ironia à *Gazeta de Lisboa*) ou "do Desengano". Atribuição a António Maria do Couto, por Martinho Augusto da Fonseca, *Subsidios para Um Diccionario de Pseudonimos [...]*, Lisboa, 1896: 183.

O Lagarde Português, ou Gazeta para Depois de Jantar. Lisboa, 21-XI/15-XII-1808, n.º 8 (e não «31 Dezembro 1808», segundo J. Tengarrinha, cit.: 61). No n.º 9, 19-XII, intitula-se *O Telégrafo Português ou Gazeta para Depois de Jantar*, até 31-XII-1814, n.º 105. Vários suplementos. Antifrancês.

O Leal Português. Porto, 27-VI-1808/28-I-1809. Com suplementos[106]. Redacção de José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda.

[103] Nuno Rosado, *A Imprensa*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1966: 56.

[104] José Tengarrinha, cit.: 52-53, 55.

[105] *Cf.* João Pedro Rosa Ferreira, *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no "Correio Braziliense" (1808-1822)*, Lisboa, INIC, 1992.

[106] O *Catalogo Metodico de Livros Antigos e Modernos em Diversas Linguas e Ma-*

Minerva Lusitana. Coimbra, 11-VII-1808/29-XII-1809, n.º 162. Com nove suplementos. Noticioso[107]. Redacção de José Bernardo de Vasconcelos Corte-Real, Joaquim Navarro de Andrade e Fr. Luís do Coração de Maria.

Semanário Patriótico, Traduzido do Espanhol. Lisboa, 1808, 2 tomos = 12 números. Noticioso.

Sai o minúsculo *Calendrier de Lisbonne pour l'an 1808 avec un grand nombre de curiosités.* Lisboa, 1808 = BPMP [1807? = BGUC]. *Cf.* n.º 12, 22-III-1808, da *Gazeta de Lisboa*: «On vient de publier Calendrier de *Lisbonne* de 1808, [...].» Anúncio também em português. Não deve integrar, contudo, o jornalismo, a exemplo dos seguintes: *Almanaque de Lisboa para o ano de 1807* até *1810, 1812, 1814, 1817, 1819, 1820*; *Almanaque da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1810; *Almanaque das Ordenanças.* Lisboa, 1815: é a continuação de *Lista Geral do Exército ou Almanaque Militar de Portugal*, sendo continuado por *Almanaque Militar ou Lista Geral dos Oficiais do Exército de Portugal*, Lisboa, Maio de 1817/Outubro de 1822. Mesmo se Imprensa periódica, são publicações não-jornalísticas. É o ano em que os jornais têm de concorrer com as inúmeras *relações fiéis e exactas da restauração de Portugal*, em que Napoleão é *tirano*, *falsário*, etc., de cujo nome nasce o vocábulo "napoleadas".

J. Tengarrinha, p. 61, acrescenta, mas não vemos onde se encontre, *Correio do Outro Mundo*, Lisboa, 1808; e, em nota da p. 62, inventa para 1808 um quinzenário da Figueira da Foz, *O Philarmonico Portuguez*, que é de... 1898[108].

nuscriptos (1870) pertencentes a Camilo Castelo Branco di-lo de 1808-1810, em 3 tomos. J. Tengarrinha, cit.: 61, corrobora: «*O Leal Português* (Porto, semanal) apareceu depois da saída dos franceses, em 27 de Julho de 1808; a entrada de Soult no Porto, em Março de 1809, obrigou à sua suspensão, tendo reaparecido após a retirada dos invasores, em 24 de Junho, prolongando-se até ao ano seguinte.» É impresso em Lisboa.

[107] Novas imprecisões em J. Tengarrinha, loc. cit.: «*A Minerva Lusitana* (Coimbra, 12 Julho 1808-6 Julho 1811, diário) teve tão grande procura que alguns números foram reimpressos mais de uma vez.» Em Nuno Rosado, cit.: 56, «de 11 de Julho de 1808 a 15 de Maio de 1811».

[108] No índice remissivo da *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Ori-*

1809

Abelha do Meio Dia. Lisboa, 31-VII-1809/29-III-1810. Trissemanário.

Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas. Londres, 1809-1810, n.º 4. = BPMP.

Correio da Península, ou Novo Telégrafo. Lisboa, 3-VII-1809/24--VII-1810, n.º 84, p. 432. Político e noticioso[109].

Correio da Tarde. Lisboa, 4-VI/28-VIII-1809, n.º 86, mas colecção incompleta. Político e noticioso. Direcção de Luís Caetano de Campos.

Diário de Badajoz. Lisboa, 8-VII-1809. Tradução.

Diário do Porto. Porto, 5-IV/6-V-1809, n.º 8. Folha oficial do governo francês.

Diário Lisbonense. Lisboa, 1-V-1809/31-V-1813. Noticioso. Fundado por Estêvão Brocardo.

Gazeta d'Almada ou O Telescópio Português. Lisboa, 7-VII--1809/16-II-1810, n.º 14. Semanário; com o n.º 11, bissemanal; n.º 31, 21-XI, somente *Telescopio Português*; em 12-I-1810, título anterior. Da *Gazeta d'Almada* manuscrita, de 25-VIII-1808, vemos fac-símile em J. Tengarrinha, cit.: 64.

Journal de Lisboa, ou Folha Diária. Lisboa, 1809. Noticioso. Vespertino, excepto aos domingos.

Lanterna Mágica, ou Relação das Notícias Oficiais extraídas de diversas folhas. Lisboa, Setembro-Outubro de 1809. Dois números de oito páginas cada. Ausente de *Jornais e Revistas*..., II. Mas, em BNL, 1941: H. G. 15 076 P.

gens a 1865, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2013, diz-se de Coimbra, o que foi ver mal a p. 164, onde merece um parágrafo.

[109] Termina em 25-VII-1810, segundo *Jornais e Revistas*...; em 2-VIII-1810, diz Maria Helena Carvalho dos Santos; em 9-VIII-1810, assevera AXSP. *Cf.* Maria Helena Carvalho dos Santos, "Jornalistas, poder e exílio nos princípios de Oitocentos", *O Jornalismo Português. Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Câmara Municipal / Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2004: 16-21. Tratava-se do «primeiro periódico de opinião, um jornal político, editado em Portugal» por João Bernardo da Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pereira Pato Moniz: «Iam explicando a substituição do conceito de súbdito pelo de cidadão e podiam pôr em confronto o conceito de Pátria ou mesmo de Nação por oposição ao Príncipe.» (p. 17)

Mapa Político. Lisboa, Agosto (e não Setembro, como em J. Tengarrinha, cit.: 62, se o n.º 5 é de 2-IX) / 9-X-1809. Sete números, os dois últimos como *Mappa Político, ou Admoestador Sincero*, extractando do *Diário de Badajoz*.

O Mensageiro. Lisboa, 1 e 2-IX-1809. Diário noticioso.

Notícias Oficiais Transcritas das Folhas Inglesas. Lisboa, 7-VIII--1809.

Novo Diário de Lisboa. Lisboa, 1-IX-1809. Noticioso.

Novo Suplemento Que Contém as Últimas Notícias Concernentes aos Novíssimos Sucessos da Espanha. Lisboa, Setembro de 1809.

Ordem do Dia, Lisboa, 7-III-1809/Março de 1835. Folha militar. Agora, em *Colecção das Ordens do Dia do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Guilherme Carr Beresford, comandante-em-chefe dos exércitos de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor*.

Reflexões sobre o Correio Brasiliense. Lisboa, 1809-1810. Continuado por *Reflexões Feitas em Abono da Verdade sobre os n.º VII, VIII e IX do "Correio Brasiliense"...*, 1810.

Semanário Lusitano. Lisboa, 3-V/28-XII-1809, n.º 36 (AXSP dá-o até Agosto de 1812). Político e noticioso. Vários suplementos.

Suplemento ao Correio de Londres. Lisboa. Resumo de uma folha de 18-IX-1809.

Suplemento às Notícias Espanholas. Lisboa, Setembro de 1809.

Suplemento Extraordinário ao Correio Inglês. Lisboa, 1809.

Tradução do Correio de Londres. Lisboa, 15-VII-1809/19-X-1810, n.º 45. (AXSP = *Correio de Londres*; J. Tengarrinha, p. 62, *O Correio de Londres*)

Tradução Fiel da Folha Inglesa. Lisboa, após 10-VIII-1809.

Tradução Fiel do Diário do Governo da Corunha. Lisboa, 3-VIII--1809. (AXSP = *Diário do Governo da Corunha*)

AXSP e J. Tengarrinha referem *Boletim*, Lisboa, Maio de 1809, noticioso, *Colecção de Trajes que usam todas as Nações do Mundo,* Lisboa, 1809-1810, *O Patriota ou Amigo da Independência de Portugal*, Lisboa, 1809, antifrancês (em J. Tengarrinha, p. 61, *O Patriota* ou o amigo da independência de Portugal), e *Postilhão de Lisboa*, Lisboa,

Julho de 1809, noticioso, que não achamos. José Tengarrinha, p. 62, acrescenta *Mentor da Moda*, Lisboa, 1809.

É na lista de "Folhetos" que Valentim Alexandre bibliografa *Semanário Patriótico, traduzido do Espanhol* (1808) e 13 títulos de 1809: *Diário de Badajoz*, *Mapa Político ou Amoestador Sincero*, três outros *Mapa Político...*, *Notícias Oficiais...*, *Novo Suplemento...*, *Relação do que vem de mais notável nas Gazetas de Londres...*, *Suplemento ao Correio de Londres*, *Suplemento Extraordinário ao Correio Inglês*, *Suplemento às Notícias Espanholas*, *Tradução fiel do Diário do Governo da Corunha*, *Tradução fiel da folha inglesa*[110].

Entre os episódicos, citemos, pela ligação a um título jornalístico, *Carta / Do Autor do Verdadeiro Telegrafo a um seu / Amigo de Lisboa*, de 9 de Julho, libelo contra Napoleão, que acumula desastres militares. Multiplicando-se, desde 1808, em escritos patrióticos, e *representação* das contraditas ante e pós-liberais, está a figura de José Acúrsio das Neves.

De quatro páginas, inumeradas em 1809, a duas colunas, reunido em oito volumes, o *Diário Lisbonense* é uma estreia absoluta nessa segunda-feira, 9 de Maio[111]. Imita-o a *Gazeta de Lisboa* na periodicidade a partir de 14 de Junho, entre outros. A assinatura mensal de 300 réis, incluindo suplementos, oferece as seguintes secções: Política: comentário sobre a actualidade política europeia; Comércio e Navegação, sobressaindo o do Brasil, enquanto os navios chegam a Lisboa sem complicações no mar (de Pernambuco, ainda são 57 dias de viagem); Continente: notícias europeias. Procura-se recuperar legislação pertinente provinda do Brasil. É uma catadupa de alvarás, decretos, despachos, editais, ofícios, cartas, cartas-circulares e cartas de lei, portarias, avisos, proclamações, ordens do dia, que Borges Carneiro vai sistematizar[112].

[110] *Os Sentidos do Império. [...]*, Porto, Edições Afrontamento, 1992: 824.

[111] O primeiro diário nasceu em Inglaterra: *Daily Courant*, 1702. Espanha, França e Estados Unidos tê-los-ão em 1758, 1777, 1784, respectivamente.

[112] Manuel Borges Carneiro, *Extracto das Leis, Avisos, Provisões, Assentos, e Editaes, e de Algumas Notaveis Proclamações, Acórdãos, e Tratados Publicados nas Cortes de Lisboa, e Rio de Janeiro desde a Epoca da Partida de El-Rei Nosso Senhor para o Brazil em 1807 até Julho de 1816*, 1816, seja, 180 páginas de material entre 26-XI-

1810

Apologia do Periódico que tem por título "Reflexões sobre o Correio Brasiliense", caluniosamente atacado pelo autor do mesmo "Correio" no seu núm. XIX. Lisboa, 1810. 2 números.

Correio Mercantil e Económico de Portugal. Lisboa, Janeiro de 1790/1810 [= BPMP, BGUC].

Exame dos Artigos Históricos e Políticos que se contêm na colecção periódica intitulada "Correio Brasiliense ou Armazém Literário" no que pertence somente ao Reino de Portugal. Lisboa, 1810-1811. 14 cartas.

Lira d'Euterpe. Jornal de Música para Guitarra. Lisboa, 1810.

Notícia Exacta do Acontecido na Praça de Cádis e Ilha de Leão, desde que o Exército Inimigo ocupou a Cidade de Sevilha. Lisboa, 1810. 2 números.

Colecção de Notícias acerca do Resgate dos Portugueses Cativos em Argel ajustado ao ano de 1810, título completo do só conhecido n.º 2, Lisboa, 1810-1811, sai em 1812, na tipografia da Academia das Ciências, em obediência a portaria régia de 13-XI-1811. Nomeia as subscrições voluntárias dos portugueses com aquele fim. Também opuscular, ou folheto de 18 páginas, mas não jornal (como quer J. Tengarrinha, p. 62), é *Microscópio Patriótico oferecido aos M. N. e M. L. Portugueses e Espanhóis*, por Bernardino Xavier de Quadros, Lisboa, 1810, interrogando: "Que vos acontece, Brutus-Bonaparte, quem vos inquieta?" (p. 10) É do mesmo teor a série lisboeta *Um Português aos Portugueses*, 8 páginas, 1810, *Um Português Segunda Vez aos Portugueses*, 2 páginas, 19-IX-1810, e *Um Português Terceira Vez aos Portugueses*, 1811 [1810-1814, diz a BPMP]. Estamos, compreensivelmente, em ano de

-1807 e 22-VII-1816. A confrontar com a *Gazeta do Rio de Janeiro* e os *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, descritos por Alfredo do Vale Cabral, *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, vol. 4, n.º 3, Porto Alegre, PUC, Dezembro de 1988. Dezenas de alvarás e outros documentos oficiais têm, hoje, um bem remunerado comércio avulso em alfarrabistas: trinta alvarás relativos aos anos de 1808-1809 constavam do *1.º Boletim Bibliográfico* da Livraria Antiquária do Calhariz, em Novembro de 2007; no *2.º Boletim...*, Maio de 2008, dezasseis, para o mesmo período.

folhetagem antinapoleónica e sebástica (desta, várias cartas polémicas, com precedentes: por exemplo, *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da vila de Santarém, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade ou incerteza da morte de El-Rei D. Sebastião, XVI rei de Portugal, na batalha de Alcácer Quibir, em África*, Lisboa, 1808), que esquiva os constrangimentos do jornalismo, localizável e perseguido. Não deve ser considerada, pois, jornalismo, como dizem alguns daqueles títulos. Os incidentes bélicos compõem o essencial de tais cadernos, mas não exclusivamente. Recupera-se, assim, datado do Rio de Janeiro, 19-VIII-1808, o antinapoléonico *Manifesto Dirigido aos Fiéis Vassalos de S. M. C., o rei das Espanhas e Índias, por S. A. R. a Senhora D. Carlota Joaquina, Infanta de Espanha, Princesa de Portugal e do Brasil*, Lisboa, 1810. Há, entretanto, notícias e relações que se desinteressam da continuidade que as arvoraria em jornalismo: *Notícias Autênticas dos Últimos Acontecimentos da Espanha*, Badajoz, 24--XII-1810; em Lisboa, entre inúmeras, números únicos e 4 ou 8 páginas, *Notícias do Continente, ou Relação dos Combates e Vitórias que os Portugueses e Espanhóis Têm Alcançado contra os Franceses em Badajoz, e Outros Sucessos, Extraídos das Gazetas de Espanha*; *As Notícias dos Combates da Espanha*; *Notícias Fidedignas do Combate da Cidade de Rodrigo, e Outros Acontecimentos da Espanha*; *Notícias Oficiais dos Combates da Espanha; Relação da Batalha Que Deram os Patriotas Espanhóis*...

1811

O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político, &c. Londres, Julho de 1811/Fevereiro de 1819, vol. 23.

O Economista, Lisboa, 1811, segundo AXSP ou J. Tengarrinha, p. 72, não se encontra; nem o por este citado, p. 73, *O Espião Patriota*.

Quanto às *Cartas do Doutor Manuel Mendes Fogaça a Um Seu Amigo Transmontano*, Lisboa [1811-1812 = BPMP), em dezenas de páginas cada uma, reúnem *Carta Escrita por Manoel Mendes Fogaça a Seu Amigo António Mendes Balea sobre uma farsa anónima, que lera impressa, e vira uma vez representar, intitulada Manoel Mendes*, 1811, *Carta Que Escreveu o Doutor Manoel Mendes Fogaça a Um Seu Amigo*

Transmontano, sobre uma comédia, que vira representar em Lisboa, 1811 – com reedição em 1818 e, no final, bibliografia de José Agostinho de Macedo, pois dele se trata –, e *Carta II do Doutor Manoel Mendes Fogaça, Escrita aos Seu Amigo Transmontano, sobre mais comédia*, 1812. Não há jornalismo, como nas sequentes *Carta de Manuel Mendes Fogaça, em resposta à que lhe dirigiu António Maria Couto, intitulada "O Doutor Haliday em Lisboa, impugnado até à evidência*", Lisboa, 1812, *Carta de Fogaça, ou História do Cerco de Saragoça*, *segundo o viu representar em uma comédia o Doutor Manoel Mendes Fogaça*, 1812, em que Macedo arremeda Fernão Mendes Pinto, ou *Considerações Mansas sobre o quarto tomo das "Obras Métricas" de Manoel Bocage, acrescentadas com a vida do mesmo*, 1813.

O mesmo quanto ao *Motim Literário em Forma de Solilóquios*, Lisboa, 1811, t. 6, n.º 37, e *Exame Crítico do "Motim Literário" de José Agostinho de Macedo por António Maria do Couto*. Lisboa, 1811 (ambos reunidos na melhor edição daquele, a 3.ª, 1841). Embora Macedo declare que «Desta Obra, inteiramente Original, se publicão duas folhas cada semana, que encerrão objectos separados, e independentes», e proponha uma assinatura de 3 600 réis para as 52 semanas, logo acrescenta algo que a denuncia como não-jornalismo: «E adverte-se que a Obra durará 4 anos, que para tanto ha manuscrito.» Ao nosso intento interessam picadas a Napoleão, que mandou «fazer uma vizita forçada por uma cáfila de salteadores (e ja tres vezes repetiu a doze)» (t. 1, n.º 3: 109), desde aquele «infausto dia de 29 de Novembro, quando a natureza envolta no luto de uma horrenda tempestade, vio entrar por essas ruas as primeiras manadas dos asseados de Marengo» (t. 1, n.º 1: 31).

Bastaria *O Investigador Português em Inglaterra* para honrar o ano. Editado por Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e José Liberato Freire de Carvalho, é uma espécie de jornal oficioso, de bem com a embaixada em Londres e com a Corte, que o subsidia, para concorrer com o *Correio Brasiliense*. Vem merecendo alguns estudos[113].

[113] Maria de Fátima Nunes *et alii*, *O Espírito de Cadiz em «O Investigador Português em Inglaterra»*, Universidade Nova de Lisboa, 1993; Adelaide Maria Muralha, Vieira

1812

Correio de Lisboa. Lisboa, 1-X/30-XI-1812, n.º 52. Noticioso. "Concedido por Ordem Superior", reza sob o título, era *diário da tarde*, excepto aos domingos e dias santos.

Disparates Literários. Lisboa, 1812-1813. = BPMP.

Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal. Lisboa, 7-I-1812/ /29-XII-1813, n.º 75. [*Jornais e Revistas*..., distraidamente, intercala o n.º 1 em 1-X-1811, como J. Tengarrinha, p. 72, que escreve *Gazeta da Agricultura*...)

Jornal de Coimbra. Lisboa, Janeiro de 1812-1820, vol. 16.

Jornal Poético ou Colecção das Melhores Composições em todo o género dos mais insignes Poetas tanto Estrangeiros como Nacionais. Lisboa, 1812. Dez números quinzenais.

Mercúrio Lusitano. Lisboa, 1-IX-1812/22-XII-1815, 7 vols. BNL, 1941 = 1813. Matutino, excepto aos domingos. Redacção de Teodoro José Biancardi.

Semanário de Instrução e Recreio. Lisboa, 2-IX-1812/25-VIII- -1813, n.º 52.

Em Novembro de 1812, o *Correio Brasiliense* (IX, n.º 54: 726) regista, como periódicos da Metrópole: *Gazeta de Lisboa*, *Telégrafo Português*, *Diário de Lisboa* (= *Lisbonense*), *Mercúrio Lusitano*, *Correio de Lisboa*, *Semanário de Instrução e Recreio*, *Jornal de Coimbra*; e anuncia (p. 727), em espanhol, o trissemanário *El Veridico*. Mais rigoroso, o *Jornal de Coimbra* (n.º X: 462) acrescentava a *Gazeta de Agricultura e Comércio*. De facto, não citam, nem se justifica dar, apanhados de notícias extraídas de gazetas inglesas relativas à campanha

Machado, "O *Investigador Português em Inglaterra, Jornal Literário, Político, &C*., nos primeiros anos de publicação (1811-1813) – Uma apresentação", *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, II série, vol. X, UNL, 1998: 473-489. A par destes, ver *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho* [1855], introd. de João Carlos Alvim, Lisboa, Assírio & Alvim, 1982. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro. 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008: 89, diz ao pai, em missiva de 29-X-1811: «Aqui tenho visto bons Papelinhos feitos em Londres, e de todos me agrada mais *O Investigador Português*; não sei se é verdade constar ser obra do Médico Abrantes; [...].»

da Rússia[114], ou a *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são vizinhas*, Lisboa, 1812-1825 [1812-1814 = BPMP], que a Academia das Ciência edita em 7 tomos, sendo primeiros os de 1812, 1813, 1825, vol. 3, tomo III: são textos de navegações, alguns traduzidos do italiano, com relevo para a parte II e última, contendo "Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia de Todos os Santos", de 1589. O mesmo se dirá da *Colecção de Opúsculos sobre a Vacina feitos pelos sócios da Academia Real das Ciência*s, Lisboa, 1812-1814, n.º 13. Mas também não se deve incluir *El Verídico Español*, Lisboa, 2-IX/21-XI-1812, n.º 9 – em J. Tengarrinha, 1989: 73, "*El Veridico* (Lisboa, 2 Novembro-30 Novembro 1812) –, que se apresenta, em rodapé, como "Un Periódico Español". Enfim, cita este, p. 73, *Jornal de Modinhas Patrióticas*, Lisboa, 1812, que se não encontra.

Importante, o *Jornal de Coimbra* tem as seguintes secções, desta forma ordenadas: Agricultura e Botânica; Artes e Indústria; Bibliografia; Química; Comércio; Economia Doméstica; Estabelecimentos Científicos; História e Política; Matemática; Medicina; Navegação; Física. No vol. II, acrescenta: Oratória; Pescarias; Poesia. No vol. III: Bellas Artes, Cadeas, Estudos Subsidiarios, Jurisprudencia; Mathematica; Medicina; Periodicos. No vol. IV: Hidraulica; Topographia. Desde o processo para conservar carnes aos preços dos géneros na praça de Lisboa, de legislação vária à poesia antiga escandinava, vai-se do prático ao requintado num virar de página. A partir do vol. VI, 1814, os índices das partes I e II são por ordem alfabética das matérias, extensíssimas. O jovem António Feliciano de Castilho comparece em epicédio na morte de D. Maria I (vol. IX, n.º L: II, 1817), avulsamente saído em 1816, e, na parte final, multiplicam-se odes à realeza.

1813

Espelho Político e Moral. Londres, 4-V-1813/1-II-1814, n.º 41, 328 páginas. Liberal. AXSP = 4-3-1813/1-2-1814.

[114] Agora, em *1812: A Campanha da Rússia. Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

Teatro Nacional (com os anúncios do Teatro da Rua dos Condes). Lisboa, 1813, 76 páginas. Mensário.

Não se justifica considerar o, impresso em Lisboa, *Suplemento Extraordinario á Gazeta de Londres de 9 de Janeiro de 1813. Manifesto, ou Declaração de S. A. R. o Principe Regente da Gram-Bretanha, a respeito das causas, e origem da guerra, que foi obrigado a sustentar contra o Governo dos Estados-Unidos*. O n.º 5 045 de *Jornais e Revistas*... dá *Trombeta Lusitana* em Londres, 1813, e Jan. 1863. É, afinal, Janeiro de 1836, onde se diz interrompida em 1822[115], com a prisão do redactor, por ser contra o manifesto de 24-VIII-1820 e a Constituição. Miguelista, ataca os *brasilistas*, ou defensores da princesa, futura D. Maria II; se esta dizia "nossa pátria", o redactor acrescentava: «(isto é ao Brasil)» (p. 37). À Câmara dos Deputados chamava Camarilha dos Depravados (p. 39)...

1814

Microscópio de Verdades, ou Óculo Singular, para o Povo Português ver puras e singelas verdades despidas dos caprichos e paixões particulares..., Londres, 1814-1815, n.º 8.

O Português, ou Mercúrio Político, Comercial e Literário. Londres, 30-IV-1814 (após um número-programa, ou prospecto) / 3-X-1826, vol. 15, n.º 88/89.

Gazeta Instrutiva, Lisboa, 1814, literária, segundo AXSP ou J. Tengarrinha, p. 73, não se encontra. *Tribunal da Razão*, Lisboa, 1814, diz AXSP, ou melhor, *Tribunal da Razão, onde he arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta: obra critica, alegre, e moral*, Parte I, 1814, consta de V partes (e temos edição com 1816 para a Parte I, 1814 para a Parte II e 1815 para a Parte III), sendo, desde aquele, assumidos "Folhetos" de 22 ou 32 páginas. Aliás, encontramos também *Revista dos Génios de Ambos os Sexos, passada em virtude da denúncia, que dele se*

[115] Luís Reis Torgal, "A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação", *Análise Social* (Lisboa), vol. XVI (61-62), 1980 – 1.º-2.º: 291, escreve «*Trombeta Lusitana*, surgida em Novembro» de 1822, quando, nesta data, é *A Trombeta Luzitania*.

deu, ou Segunda Parte do Tribunal da Razão, Lisboa, 1815, reed., 1837, V folhetos, seguida de *Última Revista dos Génios de Ambos os Sexos...*, 1839, 24 páginas. O seu autor, José Daniel Rodrigues da Costa, é useiro nesta fórmula. Nuno Rosado (ob. cit.: 56) afirma que *Variedade* (1802 [e não 1801]-1805) «reapareceria apenas com mais seis números, em 1814», o que não se confirma.

1815

Miscelânea Curiosa de várias poesias joviais e sérias, divertimento das horas vagas. Lisboa, 1815, 32 páginas.

O Observador Lusitano em Paris, ou Colecção Literária, Política e Comercial. Paris, Janeiro/Abril de 1815, tomo I, 4 cadernos, até p. 660[116].

Correio Geral do Comércio, Lisboa, 1815, segundo AXSP, não se vê. *Miscelânea Curiosa...*, com maioria de sonetos, é contada como jornalismo, embora se diga "obra periódica". Mas não *Recreio Domestico, ou Ramalhete de Novelas, Historias, Contos, &c*., Lisboa, s. d., com variante no título no n.º 2, 1815. E, notámos, exclui-se *Revista dos Génios de ambos os sexos*, que AXSP considerava.

1816

O Espectador Português: Jornal de Crítica e de Literatura. Lisboa, 1816-1818, n.º 26.

Jornal de Belas-Artes, ou Mnémosine Lusitana. Lisboa, 1816-1817, vol. 2, n.º 26.

O Negociante Perfeito, ou Jornal de Comércio e de Geografia. Lisboa, 1816, n.º 13, p. 108.

Roda da Fortuna onde gira toda a qualidade de gente bem ou mal segura: Obra crítica, moral e muito divertida, Lisboa, 1816-1817, consta de VI folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa e não se pretende jornalismo. Já entra neste *O Espectador...* de José Agostinho de Macedo, contra os pedreiros-livres, em geral, e particularmente contra o *Correio Brasiliense* e seu redactor, a par de intermináveis bicadas a Pato

[116] Várias transcrições em Maria Leonor Machado de Sousa, *Um Ano de Diplomacia Luso-Americana: Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*, Lisboa, INCM, 1988.

Moniz. Há um equívoco *de género*, mesmo no quadro da época, que Júlio Dantas impôs, por alguns reiterado: uma coisa é intitular "O Padre Lagosta" um «grande mestre que ensinou a arejar, a desarticular, a desenferrujar a prosa portuguesa», outra é, em palavras que se seguem, dizê-lo «o primeiro e o maior dos nossos jornalistas de todos os tempos»[117]. José Tengarrinha, p. 73, acrescenta *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, que só começa nos anos 20.

1817

É ano nulo de títulos. AXSP inscreve *Armazém Interessante*, Lisboa, 1817, mas deve confundir com homónimo e mais longo título de 1806, *Armazém Interessante e Recreativo…*, que José Tengarrinha, p. 50, data erradamente de 1807. Quanto a *Os Enjeitados da Fortuna Expostos na Roda do Tempo: Obra moral e muito divertida*, Lisboa, 1817--1818, é outra folhetagem de J. D. Rodrigues da Costa.

1818

Anais das Ciências, das Artes e das Letras. Paris, Julho de 1818/Abril de 1822, t. 16 = 8 vols.

Observador Português: Obra de Erudição e Recreio por Uma Sociedade de Literatos. Lisboa, Janeiro de 1818/Março de 1819, n.º 13.

A Abelha, Lisboa, 1818, político [= AXSP, J. Tengarrinha], e *Lanterna Mágica* (Coimbra, «manuscrito e clandestino» = J. Tengarrinha, p. 73) não achámos. *Jornal do Povo*, Lisboa, 1818 [= BNL, 1941; aliás, ausente de *Jornais e Revistas…*), é de 1838. *O Desaprovador*, Lisboa, 1818-1819, n.º 25+suplemento, p. 209 – seguindo-se catálogo das obras do redactor, J. A. de Macedo –, trata de um assunto polémico, essencialmente, em cada número. É de 1818 (até 1831, Lisboa, 17 vols.) uma compilação de notícias, factos e monumentos históricos, desde os Lusitanos até D. José I, intitulada *Gabinete Histórico que a Sua Magestade Fidelissima o senhor Rei D. João VI, Em o dia de seus felicissimos annos 13 de Maio de 1818, Offerece* Fr. Cláudio da Conceição.

[117] *Ao Ouvido de Mme. X*, Porto, Lelo & Irmão, 1915: 258. Com o mesmo título, "O «Padre Lagosta»", A. Álvaro Dória, em *A Tribuna* (Lisboa), 20-I-1980.

1819

O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo: Jornal Político, publicado todos os quinze dias [*publicado mensalmente*, n.º XXV, vol. III, Julho, 1820] *para advogar a causa e interesses de Portugal*. Londres, Julho de 1819/16-VI-1821, vol. 4, nº 36, p. 264.

Le Plénipotentiaire de la Raison, Hamburgo, Janeiro de 1819 [= = AXSP], nunca vimos. *O Espreitador do Mundo Novo*, que J. Tengarrinha, p. 73, inclui, é, afinal, a 2.ª ed. de mais uma "obra crítica, moral e divertida" de J. D. Rodrigues da Costa, estreada em 1802.

1820

O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade. Lisboa, 1-X-1820/11--VII-1821, vol. II, n.º 20, p. 250. Constitucional.

O Anuncio Constitucional. Lisboa, n.º 2, Novembro? Dezembro? 8 p. Constitucional.

Astro da Lusitânia. Lisboa, 30-X-1820/15-IV-1823, n.º 80. Constitucional.

Cidadão Artista Constitucional. Lisboa, 1820/15-I-1821, 2.º suplemento ao n.º 7.

O Contemporâneo, Político e Literário. Paris, Janeiro de 1820: tomo I, cadernos de 96 páginas = 432 páginas; t. II = *O Contemporâneo, Obra Política, e Literária*, 96 páginas.

Correio do Porto. Porto, 27-IX-1820/7-V-1834[118]. Absolutista.

Diário do Governo. Lisboa, 16-IX-1820/4-VI-1823, n.º 131. É o novo nome da *Gazeta de Lisboa*.

Diário Nacional: *com permissão da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino*. Porto, 26-8/5-9-1820, n.º 9.

Folha Mercantil da Cidade do Porto, 1820?-1832, n.º 50[119].

[118] E não 1832, como quer Nuno Rosado, cit.: 59.

[119] Vítor de Sá, "A Imprensa oitocentista até ao triunfo do Liberalismo", *Jornal de Notícias* [Suplemento], 1-VI-1988, di-la só *Folha Mercantil* [assim Maria Adelaide Meireles, em artigo seguinte], «Três meses depois» da Revolução Liberal. À frente, atribui a J. A. de Macedo jornal de 1821, *Cordão da Peste*, que não consideramos como tal.

Génio Constitucional. Porto[120], 2-X/30-XII-1820, n.º 77. Liberal.

Jornal Enciclopédico de Lisboa, Coordenado pelo P. J. A. de M. [Padre José Agostinho de Macedo]. Lisboa, Janeiro/Dezembro de 1820, n.º 12, 2 tomos, 448+428 páginas.

O Liberal. Lisboa, 28-IX-1820/29-VIII-1821, n.º 37.

Lysia Degenerada, Lisboa, 1820; n.º 2, 4-I-1821; n.º 3, 10-I; n.º 10, s. d. [AXSP = 2-XI-1820/8-2-1821]. Constitucional.

Manifesto da Razão. Sobre o Estado Presente das Cousas de Portugal, e Partido Que cada Um Deve Tomar... Coimbra, 1820, 2 números.

Minerva Constitucional. Lisboa, 11-XI/9-XII-1820, n.º 8.

Mnemósine Constitucional. Lisboa, 25-IX-1820/30-VI-1821, n.º 153.

Obras Constitucionais de Espanha e Nápoles... Lisboa, 1820.

O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária. Periódico Mensal. Londres, Janeiro de 1820/Maio de 1826, t. 2, n.º 66[121].

[120] E não Lisboa, como, confundindo decerto com *O Génio Constitucional*, Lisboa, 30-IX-1826, escreve Luís Reis Torgal, cit.: 286, nota 7. Nuno Rosado, cit.: 59, di-lo «de 1820 a 1830».

[121] Aos 12 volumes, acrescem seis de *Apêndice ao Padre Amaro* até 1830. O Padre Amaro era alcunha ou pseudónimo de Joaquim José Ferreira de Freitas, nascido no Funchal, em 1871, falecido em Londres, em 20 de Julho de 1831. Oferecendo serviços e pena aos poderosos do momento (Masséna, Beresford, duque de Palmela, imperador D. Pedro I do Brasil), de vida atrabiliária, perdulário, este franciscano depois secularizado (segundo uns, terá recebido ordens sacras, antes de abandonar convento) tem crónica escandalosa no *Dicionário...* de Inocêncio (IV: 77-79), que lhe atribui *A abolição da companhia da agricultura das vinhas do Alto Douro [...], pelo editor do Padre Amaro*, Londres, 1826, cuja 2.ª ed. já é dita de J. J. Ferreira de Moura (p. 388). De autoria indisputada é, porém, *Memória sobre a conspiração de Gomes Freire, [...]*, Londres, 1822, que assinou como Um Português, Amigo da Justiça e da Verdade, bem como *Biblioteca histórica, política e diplomática da nação portuguesa*, Londres, 1830. Inocêncio cita dois folhetos londrinos, que não conhece, e *The American Monitor*, 2 tomos também dos anos 20, contestando ser autor do opúsculo *O bota-fora do Catavento*, que o *Elucidário Madeirense* (vol. segundo, 1998: 23) lhe atribui. Brito Aranha, continuador do *Dicionário Bibliográfico Português* (XII: 36-37), nomeia-o, ainda, Joaquim Salustiano Ferreira de Freitas, completando bibliografia: *Coup d'œil sur l'état politique du Brésil*, 1824; *O Cruzeiro ou a Estrela constitucional dos portugueses* (Londres, 1-XI-1826/13-II-1827, n.º 12); *O Correio dos Açores* (Londres, n.º 3, Setembro de 1830).

O Padre Amaro é «Dedicado a Todos os Portugueses de Ambos os Mundos». Inau-

Parábolas Acrescentadas ao Portugal Regenerado. Lisboa, 1820 [até à VI parábola, 10-XII-1820]/6-I-1821, n.º 8.

O Patriota. Lisboa, 27-IX-1820/17-XII-1821, n.º 358. Constitucional. Redacção de João Pedro Norberto Fernandes e Henrique David Wencke; colaboração de António Luís Seabra e Manuel Ferreira de Seabra.

O Português Constitucional. Lisboa, 22-IX-1820/27-VII-1821, n.º 161. Redactor, Nuno Pato Moniz[122].

Preços Correntes em Lisboa. Lisboa, n.º 82, 1820/21-I-1824, vol. 2, n.º 20.

O Pregoeiro Lusitano. História Circunstanciada da Regeneração Portuguesa. Desde o Porto, Seu Ilustre Berço, até á Última Conclusão das Cortes... Lisboa, 20-IX-1820/17-IV-1821.

Regeneração de Portugal. Porto, 18/26 de Setembro de 1820. Se em BNL, 1941, ausente de *Jornais e Revistas...* Sucede ao *Diário Nacional*, que acabou com incêndio na tipografia. Sucede-lhe *Correio do Porto*, acima indicado.

---

gura, na secção 'Literatura', recensão a Alexandre Pope, *Ensaio sobre o Homem*, que traduz; atento ao Teatro de S. Carlos, preocupa-se mais com o que se passa no Brasil, entre legislação, sublevações de províncias e polémica com títulos concorrentes. Em 6 de Outubro de 1820, «Carta dirigida a El-Rei pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino estabelecida no Porto» (vol. III, n.º 1) pede o regresso do rei ou de alguém da Família Real. Quer mais do que costuma vir do Brasil: «*Do Brasil vem melaço, não vêm novas*, disse um grande poeta português. Oxalá que assim fora; porque o melaço é cousa doce, e o que de lá nos vem, de sete anos a esta parte, é fel e vinagre, entretanto que de cá se leva o que de lá vinha – prata e ouro. É o caso de dizer, o bom filho à casa torna.» (n.º 4, Abril de 1820) Se só «vínculos morais» podem reunir Portugal e Brasil, esses, considera, «nunca hão de estabelecer-se» (n.º 7, Julho de 1820).

Carta datada de Lisboa em 20 de Outubro de 1821, dirigida a *O Padre Amaro...* (vol. IV, n.º 22), esclarece a situação dos primeiros retornados da nossa História: «Enquanto a dinheiro, ainda se não pagou um vintém a pessoa nenhuma que veio do Rio de Janeiro, nem ao menos aos oficiais que pertenciam a este exército, de maneira que aqueles que não tinham parentes ou amigos a quem recorrer veem-se precisados a pedirem esmola, [...].»

[122] *Cf.* José Augusto dos Santos Alves, *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*, cit.: 112-166.

O Templo da Memória ou Observador Constitucional. Lisboa, 1820, n.º 10.

Não achei, nem em *Jornais e Revistas…*, *Amigo do Príncipe*, *Diálogo dos Cegos*, *Cidadão Astuto*, que J. Tengarrinha, p. 125, cita, a partir de Luz Soriano, como já haviam feito Alfredo da Cunha e Nuno Rosado[123]; ou, segundo AXSP, *O Homem Livre. Amigo do Povo e do Príncipe*, Lisboa, 28-XI-1820, constitucional; *O Mudo com Fala. Ou um Português Verdadeiro e Sincero,* Lisboa, 22-XII-1820; *A Nação e o Rei*, *ou Ideia Geral dos Deveres Que Uma Nação Está Obrigada a Praticar Consigo Mesma…* Lisboa, 15-X-1820. Em AXSP, *Nação e Rei…* BNL, 1941 = S. C. 10541/19 P. Hoje, a BNP [ex-BNL] considera monografia este anunciado quinzenário de 32 páginas com legislação de Direito Público extraída de Monsieur de Vattel, como informa no prólogo; por fim, AXSP cita *O Semanário de Oeiras*, Lisboa, 6/13-VIII-1820. *Comboio de Mentiras*, de J. D. Rodrigues da Costa, Lisboa, 1820, é outra 2.ª ed. 1801. *Lamentos Políticos de Um Pobrezinho Preguiçoso*, *que estava acostumado a manter-se à custa alheia*, Lisboa, 1820, consta de "Carta I, e se agrada não será a ultima", traduzida do espanhol, a que sucedem carta II e III. Suscita *Resposta de D. Servando Mazorra aos Lamentos Políticos do Pobrezinho Preguiçoso*, Lisboa, 1820 [= BPMP]. *A Voz da Razão,* Lisboa, 23-XII-1820, constitucional [= AXSP], deve ter sido confundido com título (1822) de José Anastácio da Cunha, que reaparecerá na *Collecção d'Epistolas Eroticas e Philosophicas*, Paris, 1834, onde, pela primeira vez, sai à luz a bocagiana "Pavorosa Ilusão da Eternidade".

1821

A Abelha Portuguesa. Lisboa, 8/28-I-1821, n.º 6. Noticioso.

Borboleta Constitucional. Porto, 12-V-1821/31-XII-1822, n.º 295 [14-II-1828 = AXSP: de facto, do n.º 2, em que se pretende diário, ao n.º 89, inclusive, ou seja, de 14-V a 25-VIII, intitula-se *A Borboleta dos Campos Constitucionais*; retoma o primeiro título no n.º 90, até ao

[123] Em *Relances sôbre os Três Séculos do Jornalismo Português*, Lisboa, 1941: 14-15, e *A Imprensa*, cit.: 59.

n.º 295; é continuado por *Borboleta Duriense*, 2/30-VI-1823, n.º 144, e este por *Borboleta*, 16-VII-1826/5-III-1829, suplemento ao n.º 90]. Partido Constituinte.

Campeão Lisbonense, Lisboa, 18-X-1821/7-IV-1823, n.º 184.

O Cidadão Literato: Periódico de Política e de Literatura. Lisboa, Janeiro/Abril de 1821, n.º 4.

O Compilador ou Miscelânea Universal. Lisboa, Novembro de 1821/Julho de 1822, n.º 9. AXSP = Dez. 1821 a Jul. 1822.

Contrariedades a Um Excelente e Novo Periódico Imaginado… Lisboa, 1821.

Correspondente Constitucional. Lisboa, 1821-1823, n.º 88. AXSP = *Correspondência…*

Despertador Nacional, ou Jornal de Educação, Agricultura, Comércio e Artes, etc., etc. Coimbra, Janeiro/Junho de 1821, n.º 6, p. 381.

Diário da Regência. Lisboa, 12-II-1821, n.º 37/4-VII-1821, n.º 156. Folha oficial. Redactores, António Campelo e Diogo de Andrade.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa, 27-I-1821/1839. AXSP, BNL, 1941 = *Diário da Câmara dos Deputados*.

Diário Extraordinário da Europa. Lisboa, 18/19-VII-1821, n.º 38/39. Noticioso. AXSP = Junho.

Gazeta de Goa. Nova Goa, 22-XII-1821/Agosto de 1826 = AXSP. Oficial. Redactor, António Leitão.

Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil, Lisboa, 1-V/31--XII-1821, n.º 198[124].

Indagador Constitucional. Lisboa, 12-II-1821, n.º 9.

O Independente. Lisboa, 22-XI-1821/30-III-1822, n.º 72. Político, noticioso. Textos de Manuel Fernandes Thomaz e José Joaquim Ferrei-

[124] Ver João Manuel de Rezendes Mendes Pinto, *Gazeta Universal. Um Periódico Conservador no Primeiro Liberalismo*, dissert. de mestr., UNL, 1994. Sobre o editor, Joaquim José Pedro Lopes, p. 6-18; sobre José Agostinho de Macedo, principal correspondente, p. 18-38; entre o mais, "A problemática da independência do Brasil", p. 65-80.

ra de Moura[125]. AXSP acrescenta um *Suplemento ao Independente*. Lisboa, 25-XI-1821/1822. Partido Constituinte.

A Navalha de Figaró ou A Palmatória de Padre Mestre Ignácio Administrada aos Seus Discípulos. Lisboa, 26-VII-1821. Anticonstitucional[126].

Notícia Histórica das Cortes Gerais e Extraordinárias da Monarquia Portuguesa. Lisboa, 1821, 3 números.

O Patriota Funchalense. Funchal, 2-VII-1821/8-II-1823, vol. 3, n.º 167[127]. Redactor, Nicolau Pitta.

Patriota Portuense. Porto, 1-I/31-XII-1821, n.º 307. Partido Constituinte.

O Português Constitucional Regenerado. Lisboa, 1-VIII-1821/30--III-1822[128], n.º 70. Continua o *Português Constitucional*. Liberal.

Sentinela Política. Porto, 1-VII-1821/17-IV-1823, n.º 25. AXSP dá-o até 16-IV-1822. Di-lo de Coimbra, mas "Redigido no Porto". No cabeçalho, está sempre Porto; é impresso em Coimbra.

O Velho Liberal. Lisboa, 3-II-1821/1826.

O Verdadeiro Liberal. Periódico Político, Filosófico e Literário. Lisboa, 1/17-III-1821, n.º 5. Político, filosófico e Literário; constitucional.

O Brás Corcunda [Lisboa, 1821-1823, absolutista. = AXSP] e sucedâneos – *O Brás Já sem Corcunda*, *Já Fui Corcunda ou a Zanga*

[125] Ver José Augusto dos Santos Alves, *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*, cit.: 31-110.

[126] *Cf.* Luís Reis Torgal, cit.: 287-288, considerado «jornal, por assim dizer clandestino, publicado sem data precisa e lugar de edição, mas que se pretendia fazer crer que era Londres (do que duvidamos)», em que, «Ao longo dos três números deste periódico, os únicos que conhecemos, são claras, na verdade, as suas intenções antiliberais e anticonstitucionais, bem como o apelo concreto a que os militares tomassem posições contra a ordem política vigente».

[127] *Cf.* José Augusto dos Santos Alves, "*O Patriota Funchalense*: ou o elogio do contrapoder", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, SRTCE / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989: 379-400.

[128] E não 26 de Março, segundo Nuno Rosado, cit.: 59. *Cf.* José Augusto dos Santos Alves, *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*, cit.: 169-220.

dos Periódicos – relevam da folhetagem; não encontrámos *Folheta dos Preço Correntes*, Lisboa, 1821, folha do comércio = AXSP, e *Folheta Mercantil*, Porto, 1821[129]; *Novo Mestre Periodiqueiro…* Lisboa, 1821. Sucederam-se *Resposta ao Novo Mestre Periodiqueiro…* e *Carta do Novo Mestre Periodiqueiro…*; *O Zurrague Político das Cortes Novas*, Londres, 20-III-1820, contra a Constituição de 20, diz AXSP.

O Acólito contra […] a Praga Periodiqueira (1821) diz da explosão jornalística com a revolução liberal. O mesmo os agostinheidos *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro* e *Exorcismos contra Periódicos e Outros Malefícios*, Lisboa, 1821, concluindo este, na p. 34: «Fugi de Periodicos.» Pior é a mania dos suplementos, pois só em dez dias, no Porto, não houve menos de 27 ou 28, e dias com cinco, com que se extorquia o povo, no dizer da *Sentinela Política* (n.º 2, 10-VII). Quanto aos extravios do idioma, defende as ordens e os frades, em quem reside a pureza da língua.

Vale tudo, de facto, e que nem sempre é jornalismo. *O Amigo da Ordem,* Coimbra, 1821, são dois números, com um texto cada, traduzidos do inglês. Estão nesse caso de não-jornalismo: *Carta do Compadre de Belém ao Redactor do "Astro da Lusitânia" Dada à Luz pelo Seu Compadre de Lisboa*, Lisboa, 1820, 20 páginas, *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belém*, Lisboa, 1821 [= BPMP], e *Carta Primeira, Escrita ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé…*, até à *Carta Sétima*, incompleta, entre 16 e 23 páginas, por José Agostinho de Macedo, Lisboa, Março/Maio de 1821; *Conversação Interessante em Forma de Diálogo…*, Lisboa, 1821 + 3 números da 2.ª colecção, 1823: além, 8 números formando colecção mensal, que «tratão dos objectos attendiveis, da nossa regeneração, desde o memoravel dia 15 de Setembro, até ao dia 20 de Novembro de 1820»; *Justificação dos Sebastianistas, Feitas pelo Autor do Ocidental*, Lisboa, 1821: 4 números = 16 diálogos. *A Verdade Defendida pela Razão contra o Despotismo, a favor da Religião, da Agricultura, das Artes, Ciências e Letras*, Lisboa, n.º 1, s. d. [1821], 16 páginas, constando embora de *Jornais*

[129] José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*, cit.: 377.

e Revistas … e outros, alimenta a fogueira das paixões enfolhetadas, qual *Resposta ao Amigo da Verdade por Um Inimigo da Impostura*, Lisboa, 1821, 24 páginas, e *O Triunfo dos Liberais, e o Arrependimento do Servilismo*, Lisboa, 1821, 8 páginas, apelando em soneto ao regresso do rei: «Vinde a quem por vós sempre chora».

2. Da revista

Cumpramos o prometido sobre definição coetânea de revista e entendimento da literatura como sedimento-base de cultura.

Os subtítulos são enganadores, porque é demasiado fluido o conceito de revista e o léxico dos títulos: jornal (tantos *sem data*, embora longe do sentido que lhe deu Fernando Namora; mas, desde F. Rodrigues Lobo, o lexema remete para *diário*[130]), gazeta, mercúrio, correio, correspondência, biblioteca… O mesmo para a respectiva apresentação – – folha, boletim, fascículo, folheto, papel, caderno, periódico – e subdivisões – semanário / semanal / hebdomadário, bimensal / quinzenário, etc.[131] –, quando o redactor, se distinto do administrador, editor ou publicador, impressor, responsável, não vota sobre a mancha e datas de saída da publicação, nem controla as locais de avisos, anúncios e afins.

É fácil concluir, todavia, da tendência para um mínimo de oito páginas a duas e três colunas, sobretudo no espírito magazinesco e divulgador, parcamente noticioso ou feito de 'breves' – grupo que visa a instrução e deleite –, enquanto a revista canónica, no sentido que ainda hoje conserva de pausada reflexão sobre o seu tempo histórico[132], corre

[130] Na "Égloga III", verso 248, refere-se centeio «Merecido a jornal no campo alheo» (*Églogas* [1605], Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1964: 72), seja, por féria, a dias.

[131] Para estas minudências, ver *O Anónimo. Journal Portugais du XVIIIe Siècle (1752--1754)*, lecture, introduction et notes de Marie-Helène Piwnik, Paris, FCG / CCP, 1979: 10-13.

[132] Na sua razão de ser, o revistismo a sério não privilegia a actualidade enquanto acontecido (há muitos jornais para isso); interpreta-a, contradi-la, mas, de facto, itemi

também a uma só coluna, favorecendo ligação à suposta perenidade do livro ou à ideia de um programa. Do que é exemplo superior – e fronteiro – a *Revista Ocidental* (Lisboa, 1875), onde estreia o anti-romântico *O Crime do Padre Amaro* e sobram castelhanos para frente ibérica que aborrecem Pinheiro Chagas, Tomás Ribeiro e multidão.

Atenta a aparição mínima semanal – único elemento que hoje se mantém –, torna-se fácil ver onde, na nossa "Literatura periodical"[133], há *revista*, assim evitando confusões que ainda reinavam em 16-X-1865.

No n.º 6 do portuense *Bocage*, que substitui o peritexto temporal – – quinzenário – por fórmula reunindo objecto e metodologia – Piparotes Litterarios –, vemos como, a propósito do *Almanach de Lembranças para 1866*, se criticam vários, entre os quais Camilo («que está muito longe de ser um escriptor escorreito de gallicismos»): «É inadmissivel o vocabulo *jornal* [já, porém, na *Miscelânea Curiosa e Proveitosa*, de 1779], visto que podemos chamar *diario* ou *periodico* ou *folha* á publicação diaria, *periodico* ou *folha* á que estiver subordinada a certa regularidade no seu apparecimento, e *folha* á que deixa de ser regular.» (p. 44-45)

A questão era mais do que linguística e vocabular. Menos de um ano depois, Carta-de-Lei de 17-V-1866, rubricada por D. Luís, sobre a Imprensa periódica, reza, no seu Art. 3.º:

> Entender-se-ha por periodico, para os effeitos d'esta lei, toda a estampa ou escripto, impresso ou lithografado, publicado não só em dias certos, mas tambem irregularmente, que contiver doutrinas de qualquer natureza, scientificas, religiosas ou politicas e

za a novidade, o que já é trans-epocal. Partícipe da 8ème Rencontre européenne des revues culturelles, que decorreu em Lisboa entre 20 e 23-X-1994, retiro da exposição de Mário Mesquita, "Les revues culturelles – un contre-pouvoir face aux médias?", o neologismo 'revistismo', tradução de 'revuisme', que ele bebe em, sobretudo, François Dosse, *Histoire du Structuralisme – I. Le Champ du Signe*, 1945-1966, Paris, Editions de la Découverte, 1991: 335.

[133] No artigo "Jornalismo litterario" (*Revista Academica*, Coimbra, n.º 13, 14-X--1845: 197), S. B. [será Silva Bruschy, depois, n' *A Semana*?], reconhecendo embora que «a nossa Literatura periodical» é fraca, insiste em que continuemos, exercitando, acima de tudo, a crítica literária, ainda difícil entre nós porque não separamos «a critica do escripto da pessoa do seu auctor».

> sociaes, ou se referir a actos da vida publica ou particular de qualquer pessoa, e que não exceder seis folhas de impressão, computadas pela marca de papel sellado que actualmente se usa nos processos forenses[134].

Que esta legislação pouco resolvia concluía-se desde Junho de 1837, quando se dava a *Revista Estrangeira* (n.º 3) como «um Folheto de 8.º de 100 páginas ou 6 folhas pelo menos» – seja, um mínimo de 48 páginas –, o que transcendia o conceito material de *revista*. Algumas complicavam, ou acabavam com as dúvidas, no cabeçalho[135], sem que,

[134] *Jornal de Jurisprudencia* (semanal, Coimbra, 16-III-1865/10-II-1870, a. 5, n.º 18, 16 p., redactor principal: José Dias Ferreira), 2.º ano, n.º 11, 26-V-1866, p. 167. A luta e denúncia políticas tinham extremos caricatos. *O Progressista* (semanário, Funchal, 4-IX-1851/15-V-1854, n.º 142) considerou «abuso escandaloso» (vol. II, n.º 49, 17-VII-1852) o aparecimento d'*O Baratissimo*, «que sob o caracter de litterario é inteiramente *politico* sem se ter habilitado, como é expresso na Lei do anno de 1837, e por isso está incurso nas penas que inflige a sobredita Lei aos contraventores». Reacendida a polémica, questiona se se trata de um periódico (n.º 53, 14-VIII-1852). Deve notar-se que, junto com o florescimento de folhas no pós-guerra civil, uma derivação do entretanto nobilitado 'periódico' – 'periodiqueiro' – antecipava, de algum modo, o pejorativo de pasquim/pasquinada. *Cf.* ataque d'*O Quinquilheiro* (Lisboa, 1835, seis números de 8 páginas a 1 coluna; n.º 5, p. 8) ao 'periodiqueiro' *O Tempo* (Lisboa, 4-III1835/24-VIII-1839, n.º 459) ou à «franja Periodiqueira» dos Malhados (*O Cacete*, Lisboa, n.º 3, 1832), afim de 'periodiquista', como se entende d'*O Açoute dos Periodiquistas* (Lisboa, 16/23-IX-1826, n.º 3). Já de 'gazeta' se fizera 'gazeteiro' (*cf.* D. Francisco Manuel de Melo [1650], *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, ed. de Joel Serrão, Lisboa, INCM, 1977: 539), e sobre as "Gazetas dos romanos" inicia estudo das gazetas Herculano, que não assina, n'*O Panorama*, vol. I, n.º 29, 18-XI-1837: 228--229, continuado em dois números: 40, 3-II-1838: 37, e 48, 31-III-1838: 101-102. A etimologia de "Pasquim" é explicada neste artigo d'*O Panorama*, vol. I, n.º 24, 14-X--1837: 190-191, misturando o afamado alfaiate romano Paschino – que, com os muitos empregados, motejava livremente sobre as acções dos grandes – e a pedra que, defronte à loja, ajudava os fregueses a atravessar um pequeno ribeiro. Retirada a pedra, «viu-se que era o costado d'uma estatua antiga de marmore, mutilada em parte, que encostaram ao palácio Pamphili», fronteiro, doravante designada Paschino e coberta de sátiras, remoques, etc., seja, pasquins ou pasquinadas. Mais desenvolvimentos em L. Mano, "Pasquins", *Diário de Notícias*, 9-I-1903; em volume, Manuel Emygdio da Silva (L. Mano), *Cousas & Lousas. Crónicas (1903-1910)*, I, Lisboa, 1958: 5-10.

[135] A *Revista Universal Lisbonense* dizia-se, em subtítulo, *jornal* [dos interesses físicos, morais e literários], o que, desde o Prólogo ao n.º 1 do tomo 2, de 6-I-1842,

em 1871, aquando d'*As Farpas* – assentes em 96 páginas alargáveis às 104 –, as diversas classificações então recebidas simplificassem as coisas, algo escamoteadas pela designação autoral de "chronica mensal da politica, das letras e dos costumes"[136].

Autoria, matéria, disposição, formato, pormenores de vinhetas e filetes, escolha de papel, periodicidade e reedição seriam alguns elementos a trazer a terreiro para melhor discriminação. Na época, e mais do que hoje, um só autor pode escrever jornal ou revista, onde entrasse a unidade do livro, igual disposição, papel até melhor, algumas embora parcas reedições. O livro reduz-se, já, ao formato de bolso e quer ser vendido em estações de caminho-de-ferro[137], como, agora, números de revistas se entronizam em livro de bolso. De certo modo, qualquer uma das quatro «características que diferenciam a revista do livro: a efemeridade, a excepcionalidade das reedições, o menor volume físico e o modo de produção em grupo»[138] podia ser questionada para o século XIX, e mais para os seus primórdios, em que a hesitação dos tipos móveis parece criar reedições, quando se trata de uma só *princeps*. No limite, e sabendo que o livro era, também, vendido por subscrição – por folhas

significava *periódico*, sem mais, entendido este como «uma meza redonda, onde podem, e vão, sentar-se convidados, ou não convidados, pagando ou não pagando, toda a qualidade de espiritos». Esta assembleia ou comunhão de bens, que justificava apelos aos leitores para colaboração que falecia, era distinta do jornal político, de puro recreio, de uma só especialidade (médico, jurídico, militar), mas, com os anos, a especialização desembocaria em revistas próprias (*Revista Politica* / Folha Semanal, Lisboa, 21-I-1864; responsável, D. A. M. de Noronha, semanário até ao n.º 11, 11-IV [erradamente, Março, como também em *Jornais e Revistas*...], onde Eduardo Coelho subscrevia 'Revista dos Espectaculos') ou de título branco: *Revista Semanal* / Periodico Litterario de Conhecimentos Uteis (Redactor principal, J. de Nóbrega Soares, Funchal, 2-VI-1861/10-VII-1862, 52 números).

[136] A problematização, hoje, atinge aspectos curiosos. Se um magazine anglo-americano não se questiona, ou aceitamos como revista de ideias *Le Débat* e *Esprit*, como de teoria literária *Littérature* ou *Poétique*, já se estranha 'journal' em revistas mensais (pela leveza do tom?) ou nos hebdomadários *L'Express* e *Le Nouvel Observateur*.

[137] *Cf.* Raymond Warnier, "La poésie du rail", *Colóquio. Revista de Artes e Letras* (Lisboa), 18, Maio de 1962: 57-61.

[138] Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa, INCM, 1985: 25.

ou fascículos, seja, era temporalizado como a Imprensa, ao contrário da colorida *dime novel* americana, com história completa –, pouco mais nos ficaria, nessa distinção, do que a maqueta da página, se a duas colunas... Resta, todavia, com ou sem variedade, um móbil precioso: o de estratégia[139]. A esta se reduzem grupos ou indivíduos e respectivos modos de produção; no caso vertente, para veicular um conceito ainda muito lato – 'literatura'.

3. Literatura geral

Interiorizou-se a definição da Academia, no prólogo ao tomo I das *Memorias de Litteratura Portugueza* (1792): «Saõ por conseguinte *a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações*, os dous objectos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza; objectos naõ só entre si analogos, mas tambem diversos, e separados de toda a outra erudiçaõ, [...].»[140]

Por extensão, foi-se à História universal e, para colmatar a peca imaginação pátria, recorreu-se a farta tradução. Onde estava o apelo da técnica e, mesmo, da ciência? Só difusamente era sentido; mas não de todo ausente, quando emergindo de sociedades particulares, como a das ciências médicas e de literatura do Porto (1834).

Antes de avançar, notemos que muitas designações 'literárias' ou programas 'científicos' de certas publicações eram a melhor maneira de esquivar ameaças futuras, quando rebeliões (e foram tantas nos anos 40)

[139] Fidelino de Figueiredo, "Sobre o genero bibliographico: REVISTA" [introdução à brochura *Revistas Portuguesas de Historia e Sciencias Correlativas*, Lisboa, 1915], *Estudos de Litteratura*, primeira série (1910-1916), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917: 241-247, fala em periodicidade, actualidade e associação de trabalho, o que, convenhamos, também calha ao jornal. Coloca a revista, todavia, entre a regularidade e ligeireza deste e a gravidade do livro, apesar de um livro não ser forçosamente grave... Data erradamente a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* e o *Arquivo Pitoresco*.

[140] Há índice dos oito tomos das *Memórias...*, 1792-1812, no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, VIII, n.º 4, 1967: 676-681.

chamavam ao Ministério do Reino poderes discricionários, com censura ou suspensão dos jornais, onde se exceptuavam os literários e científicos e os diários das Câmaras Legislativas e do Governo[141].

Por 1838, no seio de quinquénio tão jornalisticamente eruptivo, encontramos anónima "Definição de Litteratura" que joga, também, com o espírito multidisciplinar do revistismo:

> [...] A julgarmos por algumas obras recentes, a Litteratura de um paiz deve comprehender toda a poesia, toda a historia, todo o theatro, e toda a phylosophia: se ajuntarmos a isto as sciencias, que é só um passo mais, então a Litteratura vai comprehender tudo.
> [...] Alguns escriptores muito menos generosos, retractam todas estas concessões, e não querem admitir Litteratura senão onde ha poesia, e o que é mais arbitrario ainda *poesia rimada*. [...]
> A historia litteraria de uma nação é pois a historia do nascimento, do desenvolvimento, e dos meritos de todas as obras, em que a lingoagem serviu de ministra á imaginação. [...]
> A Litteratura de uma nação parece pois ser o total de tudo que a imaginação exprime pela lingoagem. [...]
> Desde que um estilo se faz notavel, podemos dizer que seu auctor entrou no circulo da Litteratura: mas é rigorosamente necessario que renuncie a abraçar a phylosophia e a historia; é necessario que fique no seu imperio, que habite o lindo Alcacer que os poetas lhe consagraram. Finalmente a Litteratura não é mais do que um ramo da philosophia geral, sciencia das sciencias, [...]. (*O Nacional*, Lisboa, 14-XI-1838)

A imaginação em grande estilo, sim – o que está para as revistas circunscritas ao objecto literariamente marfinado –, mas, antes, o sentimento de uma condicionada socialização, em vias de criar hábitos culturais e lançando pontes para outras formas 1. de impresso (livro, jornal, almanaque, guia de viajante), 2. de manuscrito (álbuns, livros íntimos)

[141] Leve amostra de sucessivas cartas-de-lei sobre esta matéria temos em Graça Franco, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, INCM, 1993, cujo objectivo de «análise sistemática da legislação sobre a liberdade de expressão e seus condicionamentos em Portugal» se reduz, afinal, ao «período compreendido entre 1910 e 1974» (p. 6).

ou 3. para objectos heteróclitos (leque, carteira). Com excepção das folhas de poesia – e, mesmo aqui, charadas, enigmas, advertências, sucinta publicidade, podem fechar a página –, as restantes publicações elencadas serão as *revistas de cultura* do tempo, inapelavelmente alicerçadas num particular conceito de literatura. No caso concreto da poesia, é indispensável correr pela alínea 1, de modo a vermos como, nas décadas aqui em apreço, se cumpre incisão no corpo do romantismo nacional sob o influxo das escolas elmanista e filintista.

Até, pelo menos, à introdução de Joaquim de Araújo n'*A Renascença* (1878) e ao parecer (abaixo registado) de Bruno, *O Panorama* é citado como exemplo maior nesse século que, «tão destruidor como creativo, matou a livraria, e poz em seu lugar o jornalismo», a crer no programa da *Revista Universal*: «Assim devia de ser, porque este seculo é popular. Os livros erão a muita sciencia para poucos homens; os jornaes são um pouco de sciencia para todos.» Destes,

> os periodicos populares e recreativos, os unicos que são ao mesmo tempo jornaes e livros, e cuja utilidade é incontestavel, parecem-nos ser dignos de larga e abençoada existencia.
> [...] Romances, historias, descripções de cidades, de paizes, de animaes, contos, anecdotas, poesias, charadas, eis o summario de quasi todos os seus haveres. (*A Revolução de Setembro*, 2-IX-1841)

Livro dos jornais e jornal dos livros, a *Revista Universal* (1-X-1841) inova desde o subtítulo: Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes, e Litterarios [em 21-VIII-1843, vol. III, Jornal dos Interesses Physicos, Intellectuaes, e Moraes]; sobe às 12 páginas a duas colunas, cura de maior profusão de vinhetas e multiplica os entretítulos góticos, numa bela paginação.

Definido o jornal como «grande apostolo do seculo» (Antero[142]) e, antes, a Imprensa como «a grande instituição moderna, a soberana

[142] Raimundo de Castromino [Antero de Quental], *A Revolução de Setembro*, 26-I-1862. Ver em Obra Completa. *Prosas da Época de Coimbra*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1973: 119. Em "Das revistas de Coimbra", folhetim de Vasco Vasques Vasqueannes no *Gremio Alemtejano* (Coimbra), n.º 4, 10-X-1861, assistimos à

instituição contemporânea»[143], ou, antes ainda, como a arena onde os escritores, ciosos de renovação social, travariam as batalhas intelectuais que o povo julgará (síntese de Herculano no programa do *Diário do Governo*, n.º 7, 8-I-1838[144]), baste lembrar, como balanço[145], Silva Pereira, "Os primeiros jornaes litterarios"[146], e, melhor, capítulo

demarcação anteriana em relação a Camilo e à «*crítica bem creada*» de J. C. Machado, com seu «xarope de dormideiras». ([Ed. cit.: 111] Elogio deste virá no folhetim do último número, 31, de 8-V-1862, pelo menos na colecção da BNP.) Vemos, também, um Antero de pé atrás no concernente à força dessa «grande egreja da sciencia em terceira mão – a imprensa», mais abaixo dita «tribuna da instrucção barata, ao alcance do povo – que não sabe ler – [...]».

[143] Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo. «O Distrito de Évora» (1867)*, vol. I, ed. cit.: 551 [n.º 5, 20-I-1867]. Logo no n.º 1, 6-I-1867, trata da missão do jornalismo (*cf.* ed. cit., vol. II: 299-304).

[144] *A Revolução de Setembro*, 14-X-1842: «A intelligencia diffunde-se rapidamente por meio destes jornaes, que vão proporcionando ás classes outr'ora estranhas ao progresso das artes e das sciencias as mais uteis noções sobre os seus direitos, os seus interesses, e as suas commodidades.» Em 28-X-1847, diz que a Imprensa «é e será sempre, em quanto as nações não aberrarem da civilização, o juiz dos individuos, dos interesses e dos principios». *A Imprensa* chega a ser título – primeiro, de diário da oposição cartista, em Lisboa, 15-I-1852/13-VIII-1853, n.º 467, tendo L. A. Rebelo da Silva como redactor principal, que explica: «O titulo, que adoptámos, é o symbolo da sociedade moderna. Hoje a IMPRENSA resume tudo! Vehiculo do pensamento humano na sua prodigiosa actividade; vulgarisadora incançavel de todos os progressos; e voz eloquente dos interesses elevados e dos queixumes geraes, formou de si mesma um poder de influencia, uma authoridade de idéas, [...].» Antes de "Um passeio de sete mil leguas / (Cartas a um amigo)", de Francisco Maria Bordalo, interessa João d'Aboim (que, no n.º 48, 13-III-1852, evoca Lopes de Mendonça folhetinista).

[145] Perguntas e exclamações da *Folha dos Curiosos* (Lisboa): «Em que seculo vivemos nós? Na idade de oiro, de prata ou de ferro? [...] Decididamente o que nós estamos é no seculo do papel e do annuncio. // Seculo de papel! que de jornaes!» (N.º 5, Janeiro de 1869: 3) Estes teriam assassinado o livro: «Assim como a imprensa matou com o livro a architectura monumental, [...] assim tambem ella propria, a imprensa, com o periodico matou o livro.» António Feliciano de Castilho, no Preâmbulo à *Revista da Instrucção Publica* (Lisboa), 1-VII-1857. Vencera-se Claude Frollo, de *Notre-Dame de Paris*: «Le livre tuera l'édifice.»

[146] *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa), n.º 57 e 58, 1890. Neste, dá primazia, segundo um 'literário' mal entendido, ao *Folheto de Ambas Lisboas*. Sucede-lhe *Amusement Périodique*, do Cavaleiro de Oliveira (Londres, 1751), que inspirou *O Anónimo* e *O Oculto Instruído*. Acrescenta três publicações morais e

de Sampaio Bruno sobre "As revistas literárias e o folhetim", naquelas descobrindo mazelas e virtudes indispensáveis ao movimento literário, com saliência para *O Panorama* – onde «se condensam todos os elementos, todos os dados para se interpretar a evolução sistemática do movimento romântico no nosso país»[147] –, os dois *Trovadores*, *A Península*, *A Grinalda*, *A Folha*. Nestes títulos, lemos: cultura, poesia e reflexão filosófico-científica (*A Península* convoca Amorim Viana e o órgão do comtismo, *O Positivismo* / Revista de Philosophia[148] dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, e colaborada por F. Adolfo Coelho, Teixeira Bastos, Consiglieri Pedroso, Alexandre da Conceição, entre os que nos interessam). Outros trabalhos definem e quantificam a vária Imprensa: operária, republicana e socialista, científica, militar, infantil, humorística, de educação e ensino, sobre História, católica, maçónica, protestante, tauromáquica, desportiva... Afora a teatral, feminina e académico-estudantil, descerei àquela multiplicidade só para rastrear alguma literatura, dedicando-lhe, com o folhetim – o que significa mudança de perspectiva –, a atenção que justifica. Fique um esboço de bibliografia passiva, que também interessa à literatura geral[149].

filosóficas, às quais, todavia, recusa «feição accentuadamente litteraria» (p. 78). Vem, enfim, a *Gazeta Literária*, seguindo-se o *Jornal Enciclopédico*, de Félix António Castrioto, *Memorial Histórico, Político e Literário* (1794-1797), *Tardes Divertidas*, do padre Francisco Manuel da Silveira, e *Variedades Literárias*. Primeira revista, *Jornal de Coimbra*; mas, propriamente literária, só a *Revista Estrangeira* (Coimbra, 1837), de José Pereira dos Reis, continuada *Revista Literária* (Porto, 1838). O primeiro adornado de estampas seria o semanário *O Porto Ilustrado*, 1833.

[147] Sampaio Bruno, *A Geração Nova (Ensaios Críticos). Os Novelistas* [1886], Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão – Editores, 1984: 65.

[148] *Cf.* António Ferrão, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal*, Lisboa, 1935; Fernando de Almeida Catroga, "Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político", *Revista de História das Ideias* (Coimbra), vol. I, 1977: 287-394 [para a revista, p. 329-330]. Recordaria, no primeiro volume (484 páginas), cujo n.º 1 é do Porto, Outubro-Novembro de 1879 [até vol. 4, 1882], Adolfo Coelho, "Materiaes para o estudo da origem e transmissão dos contos populares", p. 74-83; e, do segundo (524 páginas), 1880, Teófilo Braga, "Gil Vicente, ourives e poeta", p. 348-376. Não incluo esta revista na cronologia respectiva, como deixo de lado *O Pensamento Social* (Lisboa, Fevereiro de 1872/5-IV-1873, n.º 51), apesar de Antero, Fontana, Oliveira Martins. Para este, ver *História Crítica da Literatura Portuguesa*, VI: 101-104.

[149] Espécies e apontamentos bibliográficos sobre Imprensa não-literária, mas onde a

literatura é assunto, ainda que episódico (só por força de um comentário ou por constituir espécie nova, repito, ou acrescento, a recolha de José Manuel Motta de Sousa e Lúcia Maria Mariano Veloso, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para Uma Bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987, que recenseei na *Colóquio/Letras*, n.º 120, Abril-Junho de 1991: 189; bem assim Tengarrinha, 2013, que passou a discriminações semelhantes):

a) operária, anarquista, republicana e socialista

Paulo da Fonseca, "O jornalismo republicano em Lisboa", *O Jornal d'Estremoz* / / Semanario Politico-Imparcial, Litterario e Noticioso (26-III-1887/22-VI-1922, a. 37, n.º 1811), n.º 19, 30-VII-1887 [resenha periódicos de 1862 a 1886]; "Periodicos republicanos ou democraticos", *Archivo Democratico* / Publicação Mensal (Lisboa), n.º 2, Setembro de 1907; n.º 13, Janeiro de 1910; Victor de Sá, "A primeira imprensa socialista em Portugal", *Perspectivas do Século XIX* [1964], Porto, Limiar, ^{2}1976: 61-197; "A imprensa socialista de 1850", *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978: 256-259 [Índice de jornais e revistas nas p. 331-332]; Raul Rêgo, "Republicanos no parlamento monárquico", *Jornal de Notícias* (Porto), 9-XII-1980; "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa", *Análise Social*, n.º 67-68-69, 1981: 839-860; *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical. 1836-1986*, Lisboa, Caminho, 1991; César Oliveira, "Breve inventário da Imprensa operária e socialista no séc. XIX", anexo IV de *O Socialismo em Portugal. 1850-1900*, Porto, 1973: 393-401 [abre com o *Echo dos Operarios*, 1850. Nenhum inventário regista *A Bandeira dos Operarios* / Jornal dos Artistas, Lisboa, 15-III /23-VI-1856, n.º 7, redactor proprietário, J. Hermenegildo Correia; colecção em posse de António Ventura]; *Imprensa Operária no Portugal Oitocentista: de 1825 a 1905*, Lisboa, 1973 (sep. de *Análise Social*, n.º 39). Inaugura o inventário com *O Atheneu* (1850); *Antologia da Imprensa Operária Portuguesa. 1837-1936*, Lisboa, UGT / Perspectivas e Realidades, 1984; José Fernando Moreira da Cunha, "*O Sindicalista* – A Breve história de um semanário da classe trabalhadora (1910-1916)", *História*, n.º 9, Julho de 1979: 65-70; Maria Filomena Mónica, Luís Salgado de Matos, "Inventário da Imprensa operária portuguesa (1834-1934)", *Análise Social*, n.º 67-68-69, 1981: 1013-1078; Maria Filomena Mónica, *A Formação da Classe Operária Portuguesa – Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Assírio & Alvim, 1979; Jorge Carvalho Martins, "A Imprensa operária e a implantação da República", *História*, n.º 121, Outubro de 1989: 68-76; Joaquim Palminha Silva, "Uma revista operária de 1906. O discurso da radicalidade e da coerência", *História*, n.º 140, Maio de 1991: 54--71 [sobre *Novos Horisontes* / Publicação mensal Operaria de Propaganda e de Critica]; Francisco Canais Rocha, "Perfeito de Carvalho contra o monopólio Hinton" [subsídios para o semanário madeirense *Trabalho* e *União*, Funchal, 30-VIII-1917], *História*, n.º 144, Setembro de 1991: 49-61; José Augusto dos Santos Alves, *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio. «O Portuguez» (1814-1826)*, Lisboa, INIC, 1992 [sobre que

já se debruçara em 1986 e 1987 ("O Portuguez e o discurso do Saber / Poder", *Cultura – História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, INIC, 1987: 699-723), bem como Maria Helena Carvalho dos Santos, *História*, 53, 1983, e em "Imprensa periódica clandestina no século XIX: «O Portuguez» e a Constituição", *Análise Social*, vol. XVI, 61-62, 1980-1.º-2.º: 429-445]; João Mário Mascarenhas, coord., *O Socialismo em Portugal. Os Primeiros Ecos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1998; Maria Fernanda Casaca Ferreira, Margarida Luís, coord., *Imprensa Clandestina Portuguesa. 1926-1974*, Lisboa, BN, 1999; J. M. Tengarrinha, "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", *Análise Social*, n.º 67-68-69, 1981: 573-601, assinala, para os anos 70 e seguintes do século passado, as «obras literárias que apresentam o patrão como o oprimido e explorado pelos trabalhadores» (p. 599). Artigos no *Diário Popular* de 20 e 26-X, 3, 10 e 17-XI e 2-XII-1977; na revista *História*, n.º 24 (a Imprensa operária de Lourenço Marques, 1911-1927), n.º 99 (sobre o Primeiro de Maio), etc. Associemos Maria Goretti Matias, "Inventário da Imprensa patronal", *Análise Social*, n.º 99, 1987: 1019-1044. É curioso notar a sequência frásica «individuos puramente ociosos, proletarios» (*Revista Estrangeira*, Porto, 2.º ano, n.º 3, Março de 1838), que integravam as *marcas* (ou guardas) lançadas pelos setembristas. Note-se, entretanto, com Yves Olivier-Martin, *Histoire du Roman Populaire en France*, Paris, Albin Michel, 1980: 20: «Le grève, le syndicalisme, sont généralement exclus des feuilletons à succès, en raison même des exigences de la clientèle.» Abrangente – com publicações anarquistas, sindicalistas, corporativas, juvenis, culturais, educacionais, esperantistas, estrangeiras, outras –, para um período definido de Novecentos, consultar João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992: 387-397. Acrescentar *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista. 1933-1945*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996. Percurso fundamental: Manuela Rêgo e Luís Sá, *Jornais Republicanos: 1848-1926*, Lisboa: BNP, 2011.

b) democrata-cristã

Marie Christine Volovitch, "La presse de la démocratie chrétienne au Portugal de 1870 à 1913", *Clio* (Lisboa), vol. 2, 1980: 81-116; "Quelques aspects importants du catholicisme au Portugal entre 1890 et 1910", *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle. Actes du Colloque*, Paris, FCG / CCP, 1982: 207-257.

c) militar

Pioneiros: *Ordem do Dia* (Folha militar), Lisboa, 7-III-1809, desde Março de 1835 com o nome de *Ordem do Exercito; Noticia Official das operações do Exercito Libertador* (Folha militar constitucional), Porto e Lisboa, 10-VII-1832 / 8-IX-1833; *Ordens da Armada* (Publicação oficial militar), Porto, 22-VIII-1832 / 12-IX-1833 (desde 1835, em Lisboa; ausente de *Jornais e Revistas…*); *Jornal Militar*, Lisboa, 1-I/13-II-1841, n.º 4 [a este chama erradamente Brito Aranha, no tomo II: 190, do *Diccionario…* de Inocêncio, *Jornal do Exercito Portuguez*, citando introdução bastante diferente no original]; *Jornal dos Facultativos Militares*, Lisboa, 1-I-1843 / Junho de 1849, n.º 67 [o n.º 10, Outubro de 1843, traz, em folhetim, "Carta 2.ª / Sobre a Historia da Cirurgia. / Estudos

Cirurgicos pela Biblia."]; *Jornal Militar*, Lisboa, 1-XI-1845 / 1-IX-1846, 21 números; *Boletim do Exército de Operações* (Publicado pelo exército setembrista), Santarém, 1 / / 15-XII-1846; *Revista Militar*, Lisboa, 1849 / 1851 [*Diccionario…*, tomo XII: 151-154]; *Clamor Militar*, Porto, Janeiro de 1862 [folhetim, no n.º 407, de 2-I-1870, com a "Descrição das principaes operações da guerra dos Estados-Unidos d'America em 1861 a 1865", retirado d'*A Revolução de Setembro*, pela pena de um Sá Carneiro]; *Galeria Militar Contemporanea* / Publicação Quinzenal, Lisboa, 1-I/XII-1878, n.º 24.

d) religiosa

Jornal da Sociedade Catholica (Lisboa, 1844; o n.º 34 já traz 1845; colecção até ao n.º 42); *A Missão Portuguesa* / Jornal Religioso (quinzenário, Lisboa, 1-IV-1854/15--IX-1856, s. 2, n.º 48): J. H. Aguiar de Loureiro foi redactor até ao n.º 12; recensão violenta ao Herculano de *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*; contra A. P. Lopes de Mendonça; *Leituras Populares* / Semanario Religioso e Instructivo (Lisboa, Maio de 1861/1862; 3.ª reimpressão, 1864: contra os romances de W. Scott e E. Sue; até Abril de 1880, vol. 9, n.º 12); *A Reforma* / Folha Evangelica (Porto, 2-VIII-1877, com poema de Evaristo Basto, até 5-VIII-1888, t. 11, n.º 31). Os vários *O Católico* (Lisboa, 23-II-1842/8-IV-1843, n.º 58; 1851, 21-III-1851/10-III-1853; 1-I-1873/11-III-1876, n.º 154; Angra do Heroísmo, 1878?/28-IV-1885) e *O Católico Terceirense* (Angra do Heroísmo, 15-I-1857/15-X-1858, n.º 43).

Cf.: Rui Fernando Nunes de Sousa, "Catolicismo e liberalismo n'*O Patriota Funchalense* (1821-1823)", *Lusitania Sacra* (Lisboa), 2.ª série, t. III, 1991: 155-214; Joaquim Azevedo, José Ramos, "Inventário da Imprensa católica entre 1820 e 1910", *id.*: 215--264; José Esteves Pereira, "O periódico *O Christianismo* (1852)…", *Revista de História das Ideias*, 10, 1988; *Catolicismo e Liberalismo em Portugal (1820-1850)*, Lisboa, INCM, 2009; Alexandre Manuel, *Da Imprensa Regional da Igreja Católica. O Que É, Quem a Faz e Quem a Lê*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2013.

e) infantil

O Petiz / Semanario Litterario (Porto, 14-IX-1884). Curioso folhetim, "Viagem d'uma batata (Contada por ella mesma)" // Arthur R. Pereira. No n.º 18, Semanario Litterario e Noticioso, dirigido por Eduardo da Mota Ribeiro Júnior. No n.º 158, 4.º ano, 18-IX-1887, quando termina, Semanario Noticioso, Litterario e Charadistico, ainda com folhetim; *A Sciencia Infantil* / Quinzenario Honorifico (Porto, 1-IV-1886; n.º 4, 15-V-1886). Colaboração de Alberto de Oliveira; *O Petiz* / Pamphleto Illustrado de Instrucção e Recreio (Lisboa, 1896, 32 p., com poemas de, e homenagem a, João de Deus); *Jornal das Crianças* / Publicação Quinzenal (Lisboa, 1-XII-1898). Balanço pioneiro, com bibliografia, em Adolfo Simões Müller, "Responsabilidade do jornalismo infantil", *in* AA. VV., *Curso de Jornalismo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar; A. J. Ferreira, *O Jornal Infantil Português Ilustrado*, [2]1990 [de 1874 a 1975]. Compulsar, também, Maria Laura Bettencourt Pires, *História da Literatura Infantil Portuguesa*, Lisboa, Editorial Vega, 1979; Glória Bastos, *A Escrita para Crianças em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997; Natércia Rocha, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001. Maria de Lourdes

Castanheta Pelarigo, *Literatura para a Criança na Imprensa Portuguesa do Séc. XIX* (dissert. de mestr., Universidade Nova de Lisboa, 2008), vira descaso entre título e objecto de estudo – afinal, também para jovens –, já incapaz de ver a diferença entre folheto ou opúsculo e jornal / revista. Acompanha Maria Laura Bettencourt Pires e Natércia Rocha na primazia dada ao *Ramalhetinho de Puerícia* «como primeiro periódico para a criança». Projecto em fascículos desde 1854, é-lhes indiferente que o próprio Luís Filipe Leite fale em «livros»; por terem sido, «durante anos, publicados periodicamente», é razão bastante «para ser considerado o primeiro periódico infantil» (p. 12). Não: alguma vez um jornal de 1854 poderia ter sétima edição em 1859 e oitava em 1874, para mais, texto «Approvado pelo Conselho Geral de Instrucção Publica»? Segue-se *O Amigo da Infância* – Setembro de 1874 – continuado por *O Amigo da Verdade e da Infância*. A penúria em relação a estes (se não os considerarmos um só de 1874 a Maio de 1940) torna-se pungente, quando se conhece a mais completa descrição num simples mas longo verbete de A. Nóvoa, em *A Imprensa de Educação e Ensino. [. . .]*, 1994: 37-40, obra fundamental passada em branco, onde encontraria *A Ilustração da Infancia* / Jornal de Instrução e Recreio (Lisboa, 31-V / 7-VII-1877), p. 505-506. Se fôssemos para jovens e académicos, era um nunca mais parar. Sete linhas sobre *Recreação Familiar* (1896) questionam a metodologia: é para crianças por ter um conto «dedicado aos mais jovens»? Reitera-se o mau critério ao convocar *Branco e Negro* (1896), que *não* é semanário para crianças, nem *O Mundo em Casa* (1896), confessadamente «generalista» (p. 19). Não se entende o que fazem sete linhas sobre *Horas Dominicaes* / Leitura Christã para Portuguezes e Brazileiros (Lisboa, 1898) ou a razão para *O Traquinas*. Acrescente-se *A Infancia* / Pirilampo da Juventude (Elvas, 10-VII / 8-IX-1889), sendo embora de estudantes.

f) filosófica

Cf. Pedro Calafate, "Revistas filosóficas em Portugal", *Philosophica*, 2, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, 1993: 99-114.

g) pedagógica

Túlio Ramires Ferro, "Os problemas da educação na literatura portuguesa do século XIX", AA. VV., *Afecto às Letras*, Lisboa, INCM, 1984: 637-647; António Nóvoa, *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional, 1994.

h) estudantil

Vítor Ferreira, "Inventário analítico da Imprensa Estudantil Portuguesa em 1945--1967", *Análise Social*, n.º 25-26, 1969: 223-281; Manuel Alberto Carvalho Prata, coord., *Imprensa Estudantil de Coimbra.* Vol. I: *Repertório Analítico (Século XIX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

i) científica

Almerindo Leça, "A Imprensa científica", *in* AA. VV., *Curso de Jornalismo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963: 89-102; mormente, a Imprensa médica, com três datas essenciais: 1835-1836, com o *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa*; 1848--Maio de 1888, *Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias de Lisboa*; 7-I-1883/Jan.-

-Dez. de 1974, quando nasce, em Lisboa, *A Medicina Contemporânea* (p. 92, corrigindo títulos e datas). Mais completo é Zeferino F. Paulo, *Periódicos Portugueses de Medicina e Ciências Subsidiárias*, Lisboa, 1944. Quanto à Farmácia: *Exposição de Obras Antigas e Revistas Portuguesas de Farmácia*, Lisboa, BN, 1972; A. C. Correia da Silva, *Subsídios para a História da Imprensa Farmacêutica Portuguesa*, Coimbra, 1974 [sep. do *Boletim da Faculdade de Farmácia*, 34; com o mesmo título, desde 1836, em Alberto Carlos Correia da Silva, *Farmácia. História e Profissão*, Lisboa, Ordem dos Farmacêuticos / Edições Inapa, 1998: 173-235].

j) económica

Mosés B. Amzalak, "A *Revista Económica* publicada em 1846", *Boletim da Faculdade de Direito*, número especial, Coimbra, 1978: 601-639.

k) agrícola

Maria de Fátima Nunes, *Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1722-1852)*, Évora, 1994; Maria Carlos Radich, *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma Discreta Desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996: 158-159.

l) industrial e empresarial

João Moreira dos Santos, *Imprensa Empresarial. Da Informação à Comunicação*, Porto, Edições Asa, 1995. [Inclui "Fichas de publicações empresariais (1860-1990)", p. 303-350. O mesmo autor, comissariando a exposição "Imprensa Empresarial em Portugal. 1869-2014", na Biblioteca Nacional de Portugal, entre 6-X e 31-XII-2015, considera «primeiro espécime» em 1869, a que se seguem «cerca de 900 títulos nos últimos 145 anos».]

Maria Elvira Castanheira, *O "Jornal da Associação Industrial Portuense". Contributos para o Estudo do Publicismo no Século XIX*, Porto, 2000.

m) jurídica

Luís Bigotte Chorão, "Esboço de um catálogo dos periódicos jurídicos oitocentistas", *O Periodismo Jurídico Português do Século XIX*, Lisboa, INCM, 2002: 297-349. A BN editou catálogo da mostra bibliográfica *Periodismo Jurídico Português do Século XIX*, 2003.

n) tauromáquica e desportiva

Bibliografia Tauromáquica, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927; Francisco Pinheiro. *História da Imprensa Periódica Desportiva (1875-2000)* [tese], Évora, Universidade de Évora, 2009. [Analisa 940 publicações.]

Bibliografia por regiões, distritos, cidades, "províncias ultramarinas" e Brasil

[Confrontar com Jorge Peixoto, *Bibliografia Analítica das Bibliografias Portuguesas (… / 1974)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987: 112-138, 197, 303, 314, 357, 476, 507.]

1. Açores. Faial. "Jornalismo e jornalistas", *Anais do Município da Horta*, 1943: 525-536. Lista de jornais desde 10-I-1857; Elmiro Rocha, "Os primórdios da Imprensa na Horta", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, n.º 1-2-3, 1985 a 1988: 5--25; José Andrade, "A Imprensa açoriana do século XIX", *O Telégrafo*, Horta, 2-IX--1993 (no respectivo centenário; balanço para o distrito da Horta); Maria da Conceição

Vilhena, "Para a história da Imprensa nos Açores", *V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987). Colóquio [. . .]. Actas*, Lisboa, BN, 1992: 207-214.

2. África. Maria Fernanda Casaca Ferreira, org., *Catálogo das Publicações em Série Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, BN, 1988.

3. Algarve. Capitão Vieira Branco, *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia de 1833 aos Nossos Dias*, Faro, 1938.

3. 1. Olhão. Antero Nobre, *A Imprensa Periódia no Concelho de Olhão. 1883--1983*, Olhão, A Voz de Olhão, 1983.

4. Angola. A. Borges de Melo, *História da Imprensa de Angola*, Rio de Janeiro, 1993. Ver *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 586, 28-IX-1993.

5. Aveiro. Maria Luísa Saldanha Alcântara, "*O Povo de Aveiro" (1882-1941). Subsídios para a História de Um Jornal*, dissert. de mestr., Universidade de Aveiro, 1998.

6. Beira Baixa. António Tavares Proença, *Beira Baixa. Periódicos Religiosos, Artísticos, Informativos, Noticiosos, Literários, Científicos e Políticos (1500-2000)*, s. l., s. d. [2001].

7. Braga. Maria Helena R. Laranjeiro da Cunha, "Imprensa periódica minhota: subsídios para uma bibliografia", *Forum* (Braga), 1987: 57-75.

7. 1. A. Lopes de Oliveira, *Imprensa Bracarense*, Braga, Editora Pax, 1976.

7. 2. Fafe. A. Lopes de Oliveira, *Imprensa Fafense*, Braga, 1989.

7. 3. Vila Nova de Famalicão. Emília Nóvoa Faria, *A Imprensa Periódica Famalicense nos Séculos XIX e XX*, Ribeirão, Edições Húmus, 2014.

8. Bragança. [João Manuel Neto Jacob], *A Imprensa Periódica no Distrito de Bragança durante a Primeira República (1910-1926)*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1988; Francisco Manuel Alves (Reitor de Baçal), "Jornais e publicações periódicas do distrito de Bragança", *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo VII, *Os Notáveis*, Bragança, ^{3}2000: 688-698. [Balanços de Joaquim Manuel Rebelo, César Urbino, entre outros, estão compendiados nos volumes de Hirondino da Paixão Fernandes, *Bibliografia do Distrito de Bragança* (Série Escritores – Jornalistas – Artistas), Bragança, Câmara Municipal, 9 vols., em curso.]

9. Cabo Verde. João Nobre de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana. 1820-1975*, Lisboa, Fundação Macau, 1998.

10. Castelo Branco. João Mourato Grave, *A Imprensa no Distrito de Castelo Branco*, 1929.

11. Coimbra. A. Carneiro da Silva, *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra.* Edição actualizada e ampliada. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1947.

11. 1. Figueira da Foz. Joaquim Sousa, António Reis Caldeira, *Jornais e Revistas do Concelho da Figueira da Foz (1863-1985)*, Figueira da Foz, 1986.

12. Extremo Oriente. José Augusto dos Santos Alves, *A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente. De* O Português na China *(1839-1843) a* O Investigador Português em Bombaim *(1835-1837)*, Lisboa, BNP, 2017.

12. 1. Goa. Álvaro de Loyola Furtado, "Os primórdios da Imprensa e do Jornalismo em Goa e no resto da Índia", *Boletim do Instituto Menezes Bragança* (Bastorá),

n.º 100-104, 116, 1973-1974, 1977; Manuel Cadafaz de Matos, "Para uma análise sistémica [...]", *Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo – – Actas*, II, Lisboa, ICALP, 1983, sobretudo, p. 344-349; Ilídio Rocha, "Goa: 450 anos de Imprensa", *História*, n.º 128, Lisboa, Maio de 1990: 57-62.

12. 2. Macau. José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Macau – A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

12. 2. 1. *Idem*, *O Correio Macaense, ou O Efémero Panfletário como Cultura*, sep. de *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.ª série, vol. 9, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997: 107-135.

12. 2. 2. Hélder Garmes, "Poesia nas folhas de Macau: jornalismo e literatura", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n.º 2, Outubro de 1997 / Abril de 1998: 209-227.

13. Guarda. Pinharanda Gomes, *Dicionário de Escritores do Distrito da Guarda. Contribuição para o Inventário dos Homens de Letras do Distrito, Incluindo o Inventário da Imprensa Regional*, Guarda, 1969; António Sampaio, "A Imprensa guardense: do final da Monarquia à implantação da República", *Praça Velha* (Guarda), n.º 27, Junho de 2010: 133-149.

14. Lisboa.

14. 1. Manuel J. Gandra, coord., *Imprensa Periódica Mafrense*, Mafra, Câmara Municipal, 1998.

14. 2. Oeiras. Maria da Conceição Baptista Nobre, *Imprensa Periódica do Concelho de Oeiras. 1893-1991*, Oeiras, Câmara Municipal, 1992. [Desde *A Gazeta de Oeiras*, 30-IV-1883/24-X-1897, n.º 232]

14. 3. Sintra. Fernando Grave Moreira, "História da Imprensa periódica sintrense no tempo da monarquia (1836-1910)", *Vária Escrita* (Sintra), 2, 1995: 65-119.

14. 4. Vila Franca de Xira. Lino de Macedo, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992: 168-169.

15. Moçambique. Ilídio Rocha, *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriados de Moçambique. Da Introdução da Tipografia à Independência (1854-1975)*, Lisboa, Edições 70, 1985. Embora considere a *Revista Africana* «a primeira revista literária da Colónia» (p. 13), é evidente que não passa de Periodico Mensal de Instrucção e Recreio (Ilha de Moçambique, Março de 1881/1885/1887, seis números); António Aresta, *Imprensa Escolar em Moçambique. Subsídio Bibliográfico (1915-1975)*, Maputo, Escola Portuguesa de Moçambique, 2003.

16. Portalegre. António Ventura, *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, 1991.

16. 1. António José Torres de Carvalho, *Notas para a História do Jornalismo em Elvas*, Elvas, 1931-1932. [Dez fascículos]

17. Porto.

17. 1. AA. VV., *Imprensa Periódica Maiata. Roteiro*, Maia, 1984.

17. 2. Raul de Matos Fernandes, *Jornais do Porto (1896-1925)*, Coimbra, 1978.

17. 3. Póvoa de Varzim. Agostinho Araújo, "Periódicos poveiros na Biblioteca Pública Municipal do Porto", sep. de *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, 16 (1), 1977.

17. 4. Vila do Conde. Agostinho Araújo, "*O Correio do Ave*, primeiro jornal vilacondense", *Boletim Cultural do Ginásio Vilacondense*, 1, Maio de 1977: 25-36.

18. Santarém. Maria Helena Villas-Boas e Alvim, "Alguns aspectos da Imprensa scalabitana em meados do século XIX", *Colóquio sobre História Regional e Local de Santarém (1987). Actas*, Santarém, 1991: 669-682.

18. 1. Rio Maior. Luís Caraças, org., *Os Jornais de Rio Maior*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

18. 2. Tomar. Manuel Brás Venâncio, *Subsídios para a História da Imprensa Periódica no Concelho de Tomar* [vol. I, 1879-1900], Tomar, Instituto Politécnico, 1997.

19. Setúbal. Álvaro Arranja, "Primórdios da Censura na Ditadura. A suspensão do jornal *O Setubalense* em 1927", *História*, n.º 141, Junho de 1991: 64-69.

20. Viana do Castelo. A. Lopes de Oliveira, *Imprensa Vianense*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1996.

20. 1. Rui A. Faria Viana, António José Barroso, *Publicações Periódicas Vianenses*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 2009.

21. Vila Real.

21. 1. Montalegre. Jorge Fernandes Alves, *Os Jornais de Montalegre na 1.ª República*, Montalegre, 1981.

22. Viseu. Henrique Almeida, "A Imprensa e o desenvolvimento qualitativo das regiões", *Proviseu. Revista*, Ano 1, fasc. 1, 1.º semestre de 1997: 63-71. [Inclui "Imprensa periódica do distrito de Viseu"]

Maximiano d'Aragão, *A Imprensa no Districto de Vizeu. Fragmento Historico*, 2.ª ed., Viseu, 1900.

José Fernandes Vieira, *A Imprensa na Diocese de Viseu desde os Primórdios até ao 1.º Quartel do Séc. XX: Subsídios para Uma História*, Viseu, 2001.

Bibliografia em países de língua não-portuguesa

Maria Helena Carvalho dos Santos, "Jornais portugueses nos Estados Unidos da América (1880-1989)", *Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo – Actas*, II, Lisboa, ICALP, 1983: 513-534.

Joaquim Palminha Silva, *"Comunidades Portuguesas" e Sua Imprensa. Subsídios para Um Inventário*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1987.

Em 1863. João José de Sousa Teles, *Annuario Portuguez, Scientifico, Litterario e Artistico: Primeiro Anno 1863*, Lisboa, 1864.

Em 1871. Ana Maria Alves, *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971: 191-202 [lista segundo localidades e linha editorial].

4. Construção da matriz

Resposta, parcial, ao objecto dos periódicos literários é ler-se que devem «annunciar as obras modernas que se vão publicando nos Reinos estrangeiros» (*Repositório Literario*, n.º 1, 15-X-1834: 8). Era outra forma de ilustração; mas, sem espaço nas angustiosas colunas, muito se afastavam, entrementes, do espírito quase exclusivamente recenseador de textos nacionais e estrangeiros a que procedia o padre Francisco Bernardo de Lima na sua *Gazeta*.

Se a lição crítica desta vem regularmente ao de cima, não menos forte será a de um ilustre predecessor, *O Occulto Instruido Que Para Licito Divertimento, E honesta recreaçaõ se ha de publicar dividido em differentes partes* (Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1756--1757[150]). Sem o intento de escrever novidades, promete «compendioza noticia de Portugal, Espanha, França» e sobre matérias científicas: física, matemática, hidráulica, aerometria, astronomia, geografia, etc.; optando pelo estilo humilde, não deixará de «escrever com uma modesta critica, se a materia o pedir, de baixo de uns termos tam moderados, que de nenhum modo posam ofender, ou escandalizar aos Autores das obras citadas, ou a seus parciaes». É programa completo – de redacção[151] e função do objecto jornalístico, primeiro; crítico-literário, depois, com afirmação clara da utilidade do juízo valorativo corrente nos papéis volantes e anónimos, se prudente e sério:

> [...] porque todas as vezes, que o estilo critico pasa das obras a seus Autores, já isto é com razam sensurado, e iludido de todos. Outros cáem n'outra infelisidade, e vem a ser, que avendo de

[150] Título da 2.ª edição, talvez reimpressão: *O Oculto / Instruido / Que Para Lisito Divertimento, / e onesta recreaçam se-á de publicar dividido / em diferentes partes*.

[151] Para melhor compreensão das matérias expostas, o estilo humilde pode revestir-se da forma de diálogo: «Isto prinsipalmente terá lugar na Matematica, e Fizica, e conforme a materia o pedir. Este metodo é seguido de ómens de grande literatura.» (n.º 9: 7)

> criticar uma obra, poem todo o seu esforço em mostrar que o Autor errou n'aquillo, que nam era do seu asunto, quéro dizer, que, v. g. avendo de criticar alguma obra de Filozofia, todo o seu empenho é mostrar que o Autor nam sabia Ortografía, nem era bom latino, como se nam pudese aver um excelente Fizico, sem ser grande latino.

As subsequentes molduras histórico-geográficas dos países europeus[152] inspiram a linha de, por exemplo, *O Recreio* / Jornal das Familias (Lisboa, 1835-1842); mas esse carácter compendioso flexibiliza-se, reiterando os mesmos fins, com alguns títulos importantes, um que outro já nomeado em 1. 1:

1. *Miscellanea / Curioza, e Proveitoza* / ou / Compilaçaõ, / Tirada das melhores Obras das Naçoens / Estrangeiras; / Traduzida, e ordenada por *** C. J. [em alguns números subsequentes, C. I.] (Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 7 tomos, 1779-1785), em que brilham composições poéticas de árcades a fechar artigos de economia doméstica, agrícola, sobre o corpo humano, pensamentos, reflexões, etc., com apartados continuando-se nos volumes posteriores. Os primeiros capítulos são significativos: Da astrologia judiciária; Da magia; Dos sonhos; Das [*sic*] fantasmas, espectros e almas do outro mundo; Da feiticaria, feiticeiros, e feitiços... «Desta obra se publicará hum volume todos os seis mezes», reza o Prólogo do editor, mas notar-se-á que é anual. Odes, éclogas, sonetos, décimas, canções, epístolas, sátiras, idílios e retratos compõem a secção final de Poesias, escassamente assinadas[153]: Tomás

[152] No n.º 2, as grandezas de França, sobretudo Paris; no n.º 3, «Continua-Se a materia do antecedente, com a Serie Chronologica de todos os Soberanos da França; e suas principaes accoens.»; no n.º 4, «Historica, Geographica, e chronologicamente se dá noticia do Reino da Polonia, e seus Soberanos»; o mesmo para Dinamarca e Prússia no n.º 5; para o Reino da Sardenha e situação da Europa no n.º 6; no n.º 7, Império de Moscóvia; 8 e 9, sobre Roma, o que permite, nos seis números seguintes, continuar a cronologia dos papas, também começando, no n.º 15, a dos imperadores e reis de Roma, a concluir no n.º 16. Nos números 17 e 18, «Dase noticia do Imperio de Alemanha». No total, 144 páginas.

[153] Aqui aparecem, «entre 1779 e 1783, impressas pela vez primeira, ainda que anonimamente, composições de N. T. [Nicolau Tolentino] (facto este a que se não tem

Pinto Brandão e Francisco José Freire, no tomo III, 1781; quatro sonetos de Reis Quita no tomo V, 1783, em que Domingos Maximiano Torres dedica outro à morte do mesmo; e Manuel de Azevedo no tomo VI, 1784.

2. *Jornal Encyclopedico Dedicado Á Rainha N. Senhora* (Lisboa, Outubro de 1788): "caderno" de 160 páginas divididas por oito artigos-base multiplicados por várias matérias: História natural, física e química; Medicina, cirurgia e farmácia; Economia civil e rústica; Belas-Artes [sobre as artes da imitação]; Anedotas e miscelânea; Filosofia racional e moral; Produções literárias em todas as nações; Relações políticas dos diferentes estados do mundo. Continuados, onde fórmula interessante: «O resto no seguinte Jornal» (p. 19). O sétimo bem podia constituir modelo para a Imprensa de hoje: bibliografia da Inglaterra, Prússia e Dinamarca é dada, no original, com as referências devidas, seguindo-se breve nota. Segue catálogo de livros em Portugal, França e Inglaterra, bem como notícia de assembleias e programas académicos[154].

3. *Novidades Literarias, Scientificas, Poeticas, e Mercantis* (Por *** P. R., Lisboa, Na Officina Nunesiana, Anno M.DCCCII., tomo I, caderno I.º, pequeno formato in-8.º, em que o A. deseja com ardor e sinceridade «cooperar, quanto me he possivel, para a utilidade, e beneficio do Público», pelo que divide a obra em vários tomos, «e estes em Cadernos, para que o Público mais commodamente os possa adquirir [...]». Virão compreendidos «todos os conhecimentos, e descobertas das Nações mais cultas da Europa, nos differentes ramos de todas

prestado a devida atenção)», avisa David Mourão-Ferreira, no verbete sobre o poeta incluso no *Dicionário de Literatura*, dir. de J. do Prado Coelho.

[154] Agora, mais completo, Vitória Baptista, Isabel Correia, "Sobre o *Jornal Encyclopedico* (1779-1793)", *Cultura* (Lisboa), 14, 2002: 173-186; Fernando Egídio Reis, coord., *Felicidade, Utilidade e Instrução. A Divulgação Científica no «Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha». 1779; 1781-1793; 1801*, Porto, Porto Editora, 2005. A expressão «Senhores Jornalistas» comparece em missiva de leitor, de Março de 1789, propondo artigo.

as Sciencias, Artes, tratados com methodo, e brevidade», num propósito de «instrução, e deleite» (p. 4)[155].

4. *Bibliotheca Universal Extrahida de Muitos Jornaes, e das Obras dos Melhores Escriptores Antigos, e Modernos* (Pelo Author Das Viagens de Altina, Lisboa, Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, M.DCCCIII-M.DCCCV), desde o número I, de Janeiro, vendido, como o anterior, em cinco lojas. A Prefação é clara: «A Instrucção Pública, os Progressos das Sciencias, e a Industria Nacional, são os grandes objectos, que devem occupar a attenção de todo o Escritor, que emprehende huma obra periodica, com o designio de se tornar util aos seus Concidadãos.»

Propõe-se, assim, dar «huma noticia exacta de todas as descobertas novas nas Sciencias, e nas Artes, e huma escolha de conhecimentos nos principaes Ramos de Filosofia, de Moral, de Erudição, e de Litteratura», optando, nesta, por «o que me parecer mais digno de ser conhecido, sobre tudo a respeito das tres especies de Poesia, a Epica, a Dramatica, e a Lyrica». Duas particularidades: «A defensa das Mulheres, deste Sexo amavel ['sexo amável' é sintagma tornado lugar-comum no Romantismo e que aqui se me depara pela primeira vez], que a natureza dessinou para fazer a felicidade da Especie humana [décadas depois,

[155] Abre com 'Literatura Franceza', "Viagem á Costa Occidental d'Africa, feita nos annos de 1786, e 1787 por L. Degrandpré, Official d'Armada Franceza", p. 7-29; segue outra 'analyse literaria', agora do 'theatro comico alemão', sobre *Misantropia, e Arrependimento*, comédia de Kotz-Bué [de facto, August Friedrich von Kotzebue, 1761--1819, morte, por apunhalamento, repetida na *Gazeta de Lisboa*, n.º 90, 17-IV, e n.º 101, 30-IV-1819], cujo argumento se dá, p. 30-35; logo, longa epístola em verso, com epígrafe de Camões, p. 36-42; 'Varias Observações. / Sobre algumas obras interessantes, que se acabão de publicar em algumas nações, a fim de estimular a Mocidade nacional á sua leitura, pelo interessante que são as ditas Obras', relativas estas à filosofia (em alemão), à astronomia (em inglês), à história da fábula e à medicina (em francês), p. 43-48; sucedem 'Novas Invencões, e Descobertas' no campo da medicina, química, manufacturas, fabricação da farinha, p. 49-53; passa-se à 'Descripção do Commercio de importação, e exportação de Dinamarca com todas as Nações do Mundo', p. 54-65; enfim, 'Idéa Universal do Mundo descoberto, ou Noticia dos costumes, usos, Religião, Sciencias, Commercio, producções, e principalmente dos trajos, que actualmente usão todas as Nações do Mundo', p. 66-72, e, nesta página, sinalética decisiva para a fortuna do folhetim, que se nos depara pela primeira vez: 'Continuar-se-ha'.

esta subtil 'espécie humana' será grosseira e amiudadamente traduzida por 'homem', 'marido'], será discutida nesta Obra com toda a energia, de que forem susceptiveis as minhas forças. Darei além disto a Historia universal das mulheres», projecto esboçado «por huma sociedade de Senhoras», e, afinal, só há pouco concretizado. A segunda particularidade, menos novidade que consciência de revista, é metodológica: «[...] separar em Artigos os differentes assumptos, que fizerem o objecto de cada numero, continuando-os nos Numeros seguintes, quando a sua extensão não permitir que os trate em hum só.»[156]

5. *O Redactor, ou Ensaios Periodicos de Litteratura, e Conhecimentos Scientificos Destinados Para Illustrar A Nação Portugueza* (Lisboa, Na Impressão Regia, Setembro/Novembro de 1803, n.º 3), aproxima-nos da mais constante linha editorial pós-guerra civil. O elogio da Imprensa abre prefação:

> Os Jornaes tem sido considerados por todas as nações como os

[156] Realço o Artigo IIº, "Da Poesia", p. 98-118: «[...] A Poesia guiada pela sã Politica, póde desenvolver, e tornar efficaz o principio de grandeza, que encerra em si. Se as Artes se devem sugeitar todas aos principios, e aos preceitos da Politica, segundo a opinião de Aristoteles, a Poesia com sua Irmã a Eloquencia merecem toda a attenção dos Legisladores, por serem as mais importantes, e por occuparem um lugar distincto na ordem litteraria. [...] Quando os primeiros raios de luz da Poesia ensinárão a expôr verdades uteis debaixo de huma fórma agradavel, conheceo-se que além da medida, e da cadencia dos versos, era preciso animar as expressões com idéas interessantes, e com pensamentos sublimes, que cativassem a imaginação. N'uma palavra, aperfeiçoou-se a Lingoagem Poetica.» Historiada na Grécia, vem às diferenças entre poeta e orador, resumidas ao fim para que tendem: a linguagem daquele é mais sensível, reunindo coisas reais e imaginárias, a que dá «a apparencia da realidade», com menos ligação entre as suas ideias que no caso do orador. Se a expressão deste assenta na linguagem ordinária dos homens, a daquele é, ainda, transposta: «O objecto da Poesia, ou a matéria que ella trata, he toda representação da alma, assás clara para ser exprimida pelo discurso, e assás interessante para fazer impressões vivas no espirito dos Homens.» (p. 98-113) História e histórias, mormente de revolucionários franceses, romances, geografia, medicina, ensaio sobre a tragédia, tratados sobre a amizade, a gratidão, a política, o jogo da banca, a ópera e suas relações com a dança, a eloquência, o xadrez, curiosidades e amenidades literárias, análise da «zoonomania, ou leis da vida orgânica», antecipando Darwin, série de odes e, mesmo, versificado "Emprego das Musas" por Filinto Elísio (há muito exilado em Paris), convergem num sumário riquíssimo, em que pontifica aquela fórmula doravante afortunada 'Continuar-se-ha'.

> meios mais proprios não só para diffundir, como para aperfeiçoar os conhecimentos humanos. As Artes e as Sciencias, que diariamente dão passos, ficariam totalmente interceptadas na sua carreira sem o soccorro dos Jornaes: he por elles que as relações Litterarias se augmentão, e as descobertas se facilitão: he por elles que a moral dos póvos se aperfeiçoa, e que as virtudes sociaes cobrão energia: elles apurão o gosto, e formão a elegancia da lingoagem[157].

Sucede a descrição de cada número, com a primeira parte dedicada a «Ensaios, ou Tractados compendiosos sobre diversos assumptos como as virtudes moraes e sociaes, os costumes, etc. compostos originalmente em Portuguez. A estes seguem-se outros de semelhante natureza, traduzidos de differentes lingoas.» Enfim, visando «educação litteraria» ou o gosto pela leitura como fundamental na educação da mocidade, «Espalhar-se-hão pelo decurso da obra algumas anecdotas curiosas, novellas, e occasionalmente Extractos elegantes dos Classicos Portuguezes quer em prosa, quer em verso, cuja leitura está em desuso». Concomitantemente, é mister lançar um vasto olhar "Sobre o Estudo da Lingoa Portugueza", «quasi inteiramente abandonado entre nós» – queixa demasiado antiga –, não bastando, para tal, aprender a ler e escrever, quando urge estudar a gramática de língua mais afeiçoada ao verso que a francesa. João Pinheiro Freire da Cunha inaugurara, em 1772, a primeira Academia Ortográfica Portuguesa, destinada a nacionais e estrangeiros, que pagavam propina anual, excepcionalmente mensal (para os

[157] Como é que a literatura *vê* o jornalismo? Como é que o jornalismo *vê* a literatura? Já fiz esse rastreio em regime de folhetim; vim anotando, para autores vivos ou ainda na nossa memória, a relação que, nas suas obras, erigem. Quando a propósito (pareceres de Herculano, Antero…), mas sem carácter de sistematização, emergem notações a respeito. Seria necessário, porém, dedicar outra tese a uma apreciação *em geral*, que exporia nestes dois exemplos: *Ao de Leve*, de Brito Camacho (Lisboa, Guimarães & C.ª – Editores, 1913), arranca o melhor dos textos de epígrafe explicitamente retirada «(Dos jornaes)». Os *Poemas de Álvaro de Campos* (Série Menor da Edição Crítica de Fernando Pessoa, Lisboa, INCM, 1992: 224) disforizam sem peias o que, em 1803, era um cântico: «Ora porra! / Então a imprensa portuguesa / é que é a imprensa portuguesa? / Então é esta merda que temos / que beber com os olhos? / Filhos da puta! Não, que nem / há puta que os parisse.»

com mais dificuldades), gratuita para os indigentes. Na sala da Rua Nova do Almada, n.º 76, onde funcionava, podiam encontrar-se breves e úteis publicações que acompanhavam os cursos, a avaliar pelas *Memórias da Academia Orthográfica Portugueza* escritas por Francisco Pinheiro Freire da Cunha, Lisboa, M.D.CCCIV[158].

6. *Analecto de Recreaçaõ e Erudiçaõ* (Lisboa, Na Impressão Regia, M.DCCC.V). O número II contém apólogo oriental, ideias gerais (e falsas: dá o "Esclavonico" [eslavo] como língua da Hungria) sobre os idiomas do globo, poema com mote e glosa, questões comerciais, anedota moral, ditos, costumes.

7. *Jardim das Musas, e dos Sabios; ou Flores Poéticas Extrangeiras e Nacionais*: Colhidas por M. P. T. P. e A. (Lisboa, Na Impressão Regia, M. D. CCC.V). Seis 'ramilhetes' de 16 páginas (o último de 1806), com a presença nacional de Camões, Almeno, Bocage, e odes, epigramas, epístolas, liras, idílios, sonetos. Inaudita presença, exceptuado Anacreonte, de Pope, Lessing, Kleist.

8. *Minerva Lusitana* (Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade), com, no final do Núm. I, não datado, *Continuar-se-há*. O n.º 2, de 13-VII-1808, reflecte sobre o estado do país, mas, até ao n.º 162, e último, de 29-XII-1809, presta larga atenção ao estrangeiro.

Se tratadismo existe ("Da poesia", "Da origem da tragédia", etc.), impõe-se decisivamente a variedade; já encontramos notícias. Mais: a ideia, paradigmatizada em Herculano [perspectiva literária e política] e em Camilo [ponto de vista da profissionalização nas letras ou no jornalismo], do *escritor público* (do, para mim, escritor jornalista que se dá missão pátria[159]) emerge naquela citação da *Bibliotheca Universal*: «A

[158] Algumas publicações destinadas a estes cursos vêm coligidas em Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1500-1920)*, Porto, Faculdade de Letras, 1994. Novos informes em Maria Filomena Gonçalves, *As Ideias Ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa, FCG / FCT, 2003: 28-29, 50-54, 941-942.

[159] "O que deve ser um Periodista?" Responde *O Periodico dos Pobres* (Lisboa, 30-IX-1826), n.º 38, 2-12-1826: «O Periodista deve ser hum Escriptor Publico, a quem se confia a liberdade de poder divulgar seus pensamentos pela imprensa, a fim de instruir o Publico sobre o util e necessario para o bem estar da Nação. [...] Eis aqui temos o Periodista, considerado segundo o seu objecto, como hum *Pregador politico*; e por

Instrucção Pública, os Progressos das Sciencias, e a Industria Nacional, são os grandes objectos, que devem occupar a attenção de todo o Escritor, que emprehende huma Obra periodica, com o designio de se tornar util aos seus Concidadãos.»

O Redactor e o *Analecto* visam, no gosto pela leitura, a educação literária junto da mocidade, sendo condição necessária voltar aos clássicos e a estudos sobre o idioma.

Mais significativos, dois títulos prenunciam as folhas poéticas e os semanários que reúnem literatura, instrução e recreio:

9. *Jornal Poetico, ou Collecção das Melhores Composições, em todo o genero dos mais insignes Poetas tanto Estrangeiros como Nacionaes* (Lisboa, Impressão Regia, 1812). Iniciativa do livreiro Desidério Marques Leão, são dez números quinzenais num total de 314 páginas,

isso elle deve imitar proximamente o Pregador evangelico, pois ambos tem entre si de commum a obrigação de persuadir seus leitores e ouvintes a procurar o mais acertado caminho do seu bem.» É todo um programa de vida. Um quarto de século passado fala-se, ainda e particularmente, dos "Deveres do Escriptor Publico", jornalista atento ao bem comum, de que se faz representante (*O Pensamento* / Semanario Religioso, Litterario, Noticioso e Recreativo [Braga, 24-IV-1861; três curiosos artigos sobre "O romance, ou Sir Walter Scott"], n.º 6, e último, 30-V-1861. A identificação chã costuma ser, porém, «escriptor público, um jornalista»: como Cavour em França, «Em Portugal tambem Garrett, Rodrigo da Fonseca, Passos Manoel, Casal Ribeiro, Mendes Leal e tantos outros, iniciarão-se no jornalismo antes que o parlamento os recebesse por membros, ou a corôa os recebesse por ministros», considera J. B. da C. [José Bettencourt da Câmara] no artigo "Importancia da Imprensa", *O Crepúsculo*, Funchal, 15-V-1865: 50. Um dos 'typos" satirizados na *Gazeta Literária* (n.º 6, 1867) de P. M. da Silva Costa é "o aspirante a litterato", cuja caracterização pela negativa explicará melhor a diferença que procuro: trata-se de alguém «empertigado fumando um charuto maior do que elle, e com um rolo de papel na mão», que, mal faz o exame de instrução pública, já se alcunha «litterato», o mesmo é dizer «escritor publico». Espanta-se o interlocutor: «– É por isso que o genero abunda tanto. D'antes para ser litterato eram necessarios estudos superiores. // – É verdade: mas hoje, graças ao progresso, ninguem faz caso de similhantes bagatelas. Qualquer rapaz de escola está apto para ser collaborador d'um jornal. E o mais é que são encyclopedicos! Escrevem para os theatros, fazem versos, romances, originaes-traduzidos, e nas horas vagas até rabiscam o seu bocado de politica. // Com efeito. Bem se vê que estamos no seculo das Luzes.» Problematizada assim a questão, causa riso a mal virgulada definição de Torcato Sepúlveda: «[…] o escritor era "público", isto é era o público que o pagava.» ("O avô Camilo e outros mais", *Público* – – Leituras, 23-IX-1995: 5)

com sonetos, odes, epigramas, oitavas, elegias, hinos, décimas. Com Filinto maioritário, pululam árcades, anónimos, uma senhora. Alguns nomes: Domingos Caldas Barbosa, António Lobo de Carvalho, Manuel Inácio de Sousa Faialense, José Maria da Costa e Silva, Pedro Correia Garção, António Dinis da Cruz e Silva, Inácio José de Alvarenga. Tragédia de Bocage, "Ericia, ou a vestal", começa na p. 154 e última do n.º 5, abre o n.º 6, entrando pelo n.º 7, até à p. 208: é uma boa antecipação do que será o folhetim.

10. *Semanario de Instrucção, e Recreio* (Lisboa, Na Impressão Regia, 2-IX-1812: 2 tomos, 52 números, 438 + 415 páginas, seguidas de índices, até 25-VIII-1813). "N. B. O Editor, e Redactor deste Periodico Litterario he Joaquim José Pedro Lopes". 'Prospecto' anuncia quatro secções: Sciencias, e Artes; Commercio, e Agricultura; Bellas Artes, e Moral; Variedades. Alma de cada 16 páginas é, mais do que o editor, com odes à realeza passada ao Brasil, ou um terceiro colaborador – João Augusto da Cunha –, José Agostinho de Macedo, que poematiza e discorre longamente, atravessando números, sobre matérias díspares, seja "Apologia da Barba","Caffé" ou o interminável "Que cousa he hum Periodico?". A primeira secção vive, sobretudo, em todos os números, da geografia do império da Rússia. Releve-se ainda o ensaio "Sobre as Artes de imitação".

Nestes títulos-pilares[160] de era há pouco revoluta, e ainda aquém ou distraídos da litografia (1798[161]; a gravura sobre aço é de 1792, as primeiras em matriz de aço para ilustração de livros só em 1810[162] – artes

[160] A hesitação quanto a *O Anonymo, / Repartido pelas semanas, para divertimento, e / utilidade do publico*, fica resolvida com a transcrição do mesmo por Marie-Hélène Piwnik, *O Anónimo. Journal Portugais du XVIII^e Siècle (1752-1754)*, Paris, FCG, 1979, onde o género literário «de l'essai, de la lettre, du 'discours' d'inspiration philosophico-morale» (p. 9), de algum modo reduz a extrema variedade já detectada nos seguintes.

[161] *O Armazém Interessante*, com estampas litografadas em 1807, inaugura entre nós o periodismo ilustrado.

[162] Ver Maria da Graça Garcia, "Notas para a identificação da gravura no âmbito da catalogação: a técnica, a data, a edição; gravura e reprodução", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, 5 (2), Julho-Dezembro de 1990: 161-183.

sem as quais o Romantismo seria diferente), podíamos assentar a estratégia do revistismo literário. É também o caso de um importante título brasileiro, *Nitheroy*, que reconsidera este pecúlio iluminista; conhecê-lo é como *ver* as nossas revistas suas coetâneas[163].

[163] *Nitheroy, Revista Brasiliense* (tomo primeiro, n. 1 e n.º 2, Paris, 1836) viveu esta dificuldade: investir em projecto enciclopédico na cidade e no ano em que se iniciava a Imprensa de massas. Sem uma redacção de continuidade – que, a desejar-se mensal, teria de aumentar para lá dos seus mosqueteiros –, sem tipografia própria, longe do público-alvo, não iria longe nos bons propósitos epigráficos de «Tudo pelo Brasil, e para o Brasil», apesar da contribuição financeira de um negociante brasileiro. E, contudo, depois do *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (Londres, 1808-1822), esta revista dedicada às ciências, letras e artes, em folhas de 16 páginas in-8º, é notável, em particular, pelo "Ensaio sobre a Historia da Litteratura do Brasil", de Gonçalves de Magalhães, jovem diplomata.

Com formato e mancha de livro – havia sobre o Sena exemplos que perduram –, *Nitheroy* releva de fluxos de Setecentos firmando um caminho cientista, dentro do qual se afirmará um pensamento nacional movido pelo romantismo. No seu caloroso estilo de inversões, Magalhães associa tudo isso aos benefícios da «revolução famosa» de 1789, que, distraidamente, confunde com Napoleão, esse «Gigante da nossa idade» e «Arbitro dos Reis», figurado, já agora, num Junot invasor, causa próxima da independência brasileira. Daí, a máxima para francês ler: «Hoje o Brasil é filho da civilisação Francesa» (p. 149).

Inaugura-se com Astronomia, à volta "Dos cometas", balanço informativo e técnico, que marca distâncias em relação à superstição astrológica, logo, aponta tempos novos a uma autonomia recente; mas, dentro desse espírito, que, sobre nacionalizador, se desejaria democrático e abrangente, o discurso é avesso ao emergente jornalismo de instrução e recreio, aos «conhecimentos úteis» da melhor Imprensa francesa e inglesa que tinham sob os olhos. Diferentemente das aplicações a tirar de lição sobre "Physica industrial" e, na parte química, sobre destilação, estes textos poderiam caber em qualquer publicação europeia universitária ou afim. Já quando se trata de escravatura ou de letras, objectiva-se um escopo e faz-se escola, mesmo, *escola nacional*, nas remissões de autores e títulos românticos. Nessa convergência, lance patriótico (embora fugaz) nas artes e nas letras, e fruto (temporão embora) de um jornalismo em vias de ser abanado pelo folhetim, *Nitheroy* sinaliza uma época em perda; vinga, já, na assunção do que se entendia por literário, com evidente repercussão em Portugal.

É o caso que há muito se abandonara o entendimento da literatura segundo a definição da Academia. Pouco posterior às reivindicações de Gonçalves de Magalhães e de J. M. Pereira da Silva ("Estudos sobre a Literatura", no n.º 2), uma anónima "Definição de Litteratura" (*O Nacional*, Lisboa, 14-XI-1838) veio prever a multidisciplinaridade desta, que também é condição da revista. Veja-se no artigo de J. M. Pereira da Silva: «[...] a literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela lingua-

gem [...]» (p. 215). Há incómodas coincidências, para não se pensar em cópia mal disfarçada – que outros estudarão. Haverá melhor homenagem à *Nitheroy*?

O lado liberal, vencedor, deve ter sido importante em circunstanciais achegas, pois «Garretti» (*sic*; n.º 2: 238) – o nacionalizador, e, decerto, o do *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (dez anos antes, no *Parnaso Lusitano...*, e em Paris), onde já curava de brasileiros retomados em Magalhães – é uma referência europeia. Na *Chronica Constitucional de Lisboa* (n.º 152; n.º 77, 2-IV-1834: 317-318), propõe uma "Reforma geral dos estudos"; e, respondendo a amigos políticos na oposição, funda *O Portuguez Constitucional* (2-VII/31-X-1836, n.º 103). De facto, homenageando *O Portuguez* (1826-1827), bem estruturado empresarialmente e que só a perseguição política suspende, experimenta o dissabor de, sem censura política, mas também sem empresa sólida, morrer às mãos da Revolução de 9 de Setembro, para que contribuiu. O que se terá passado na comunidade brasileira em Paris?

No imediato, pudera ter sido outra referência o *Repositório Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* (1834-1835), em que pontificava Alexandre Herculano, o futuro recenseador (em carta de 6-XII-1856 ao Imperador amigo) de *A Confederação dos Tamoyos*, poema tardiamente celebrado entre nós pela juventude do semanário *O Attila* (Coimbra, 5-XII-1863/26-III-1864, n.º 14: 112).

Libertado o país, ansiavam os antigos emigrados em Londres e Paris «promover a diffusão da instrucção publica, base a mais solida e inconcussa em que aquellas podem assentar». Também aqui, as ciências médicas tomavam uma parte, a literatura segunda. Aquelas compreendiam «succinta noticia da constituição atmosferica e medica» (meteorologia, moléstias, terapêuticas), esta interessava-se pelos «differentes ramos do conhecimento, incluindo mesmo algum assumpto politico» de flagrante actualidade. Herculano discorre sobre matérias que igualmente preocupam aqueles dois articulistas, sobre literatura nacional.

Iniciativa mais pensada e afim da de Paris seria o efémero *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (1836). Colaboravam Herculano, António Feliciano de Castilho, António de Oliveira Marreca. Neste meio tempo, ninguém percebia a revolução parisiense de 1836. Os da *Nitheroy* deveriam saber como, na *Revue de Paris*, Véron já parcelava as novelas, onde impõe a fórmula 'la suite au prochain numéro'. E, por conseguinte, em 1 de Julho, a concorrência de Émile Girardin / *La Presse* e Dutacq / *Le Siècle* tudo relança, assentando em tripla premissa que aqueles desconhecem: redução da assinatura anual dos diários de 80 para 40 francos; carteira de publicidade; "variétés", nome da rubrica descendo em coluna e, desde 1838, no rodapé da primeira página daqueles, a qual antecede, para as ficções, a designação "feuilleton". Criada a fórmula, reforçada a emulação entre jornais e seus novelistas, já desaguavam propostas e soluções de leitores indiferentes à política, ou desta cansados; as tiragens disparavam. Qual a tiragem e preço de *Nitheroy* ou seus subscritores?

Na sua modalidade de crónica, porém, a felicidade do rodapé francês é cedo percebida no Rio de Janeiro, e primeiro que em Portugal. Ao filetar o rés-do-chão a três colunas do seu *O Chronista*, Justino José da Rocha elabora significativo metafolhetim,

5. Revistas: 1833-1875[164]

1. É neste espírito que surge o quinzenário *Museu Literario, Util, e Divertido* (Lisboa, Na Impressão Régia, 1-I/VII-1833), já ensaiando sobre a crítica literária, já sobre poesia clássica *versus* 'romancesca'. A par de um debate entre nós mal esboçado, merece a saudação inaugural. Redigido por Joaquim José Pedro Lopes, compõe volume de 13 números (416 páginas), com larga inspiração de José Agostinho de Macedo e loas a D. Miguel[165]. Projecto miscelanear – de traduções de novelas a aspectos da diplomacia europeia e à importância social da gravata –, relevo textos como "Da Critica Literaria, e do abuso que se costuma fazer della" (n.º III), aqui dita «a analyse filosófica das producções do engenho humano, e o juizo que se fórma dellas em virtude deste exame» (p.

colado à «primeira necessidade da civilização moderna – o desejo de ler» (5-X-1836), mas ler coisas de imaginação, e não matérias de administração, política, justiça, finanças, indústria, comércio, «assuntos de grande importância na verdade, mas que só dizem respeito ao material da vida, ao positivo da existência».

"Contornos de Napoles, Fragmento das notas da viagem de um artista", artigo no n.º 2 de *Nitheroy*, podia ir neste sentido, atrás de um pitoresco então na moda. Mas, num quadro empresarial, jornalístico e mental mal conjugado em capital europeia a reverter padrões de leitura, muito dificilmente vingaria o projecto desta revista. [Resume-se "Formas de sobreviver em 1836", *Niteroy. Revista Brasiliense*. Org. de Ana Beatriz Demarchi Barel. Coimbra, MinervaCoimbra, 2006: 9-18.]

[164] Sendo a parte mais trabalhosa, pode tornar-se, com a ajuda do índice onomástico, das mais úteis: centenas de autores são vistos para lá dos livros editados – se é que editaram, ou estão acessíveis, ou coincidem com o saído na Imprensa. Torna-se, porém, difícil – de momento, impossível – consultar títulos em que se adivinha algum interesse e que, assim, deixo nesta nota por sugestão do *Diccionario...* de Inocêncio: *Miscellanea Historica e Litteraria* (Porto, 1845; VI: 254; ausente de *Jornais e Revistas...*); *Pamphletos* (Lisboa, 1848; VI: 335: colaboração de A. P. Lopes de Mendonça, B. Pato); *Miscellanea Litteraria* (Porto, Janeiro de 1860 a Maio de 1861; VI: 255. Ver, também, "*Miscellanea Litteraria*", *O Commercio do Porto*, 23-XI-1860. Estas duas *Miscellaneas* estão ausentes de *Jornais e Revistas...*).

[165] Extraia-se, do n.º 2: 63, parte de "Cançoneta ou Hymno / Para cantar-se no tom do Hymno Real": «Nós themos no Throno / Legitimo Rei; / De Deus manda a Lei / Miguel defender» [refrão]; «D. Pedro imitando / O indigno Caim, / Terá igual fim, / Pois impio quer ser.»

91), para o que se exige domínio das matérias – História, Eloquência, Poesia… Em vez de críticos judiciosos, pululam "pedantes", «charlatães literarios que tudo mordem e censurão» (p. 93); são exemplos moderados «os bons criticos da antiguidade, o profundo Longino, o grave Quintilliano, o atilado Dionisio de Halicarnaso, o culto Horacio» (p. 95). O n.º VIII é assaz rico: "Sobre as traducções" (p. 240-245) e "Da poesia classica, e da romancesca" (p. 245-249). Poesia romântica, ou romancesca, «he a que, sem seguir as pizadas dos antigos [como faz a clássica], busca seus assumptos, e seus meios de interessar, na Idade média, pintando os costumes feudaes, ou cavalheirescos, e servindo se das tradições e fabulas populares como de huma nova mythologia, para excitar por este meio emoções fortes e recordações nacionaes» (p. 246). A poesia do "genero romanesco" peninsular, apoiada nas leis da razão e do bom gosto, «só se distingue da septentrional, em que esta he de ordinario mais melancolica, sombria, e entregue a meditações profundas, ou aliás occupada em pintar a violencia de arrebatadas e terriveis paixões» (p. 248). Rodapé esclarece:

> *Romantick* a chamão os Inglezes, e *Romantique* os Francezes, denominação tomada dos Allemães, que a derivárão impropriamente da lingua Romana, ou romance usado pelos Trovadores. As palavras *Romanesco*, ou *Romancesco* não correspondem exactamente a *Romantique*, dos Francezes, porém na falta de outra mais propria se tem adoptado geralmente na Peninsula.

Os bons exemplos estão de um lado e doutro: clássicos serão Homero, Camões, etc.; romancescos, Dante e Ariosto, "principaes Mestres desta nova Escóla", e não só: «O incomparavel Tasso, ainda que se accomodou ás leis do systema classico na composição do seu Poema, pertence tambem ao genero Romancesco pelo assumpto daquelle, pelos costumes cavalheirescos, e pelas maravilhosas ficções proprias daquelles tempos.»

Uma original "Descripção geografica do reino da Poesia" (n.º IX: 265-270) labora seus conteúdos e limites, vizinhos da eloquência, a leste, da pintura e escultura, a sul, e da música, a poente. As Costas do

Norte são banhadas pelo Oceano da *Erudição*. A região da Alta Poesia «he habitada por huma especie de gente grave, com ar de importancia, cara franzida», onde os homens são «de ordinario Heroes de Profissão»: «A Capital desta Provincia denomina-se a *Poesia Epica*: he edificada em hum terreno areento, e ingrato, que poucas pessoas tem procurado cultivar.» E sempre neste tom. O n.º XII: 375-378 comporta o que será, talvez, o primeiro dicionário de pseudónimos[166].

2. No campo vencedor, sentindo o peso da arquitectura moral e mental a erguer, coloca-se o *Repositório Literario da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto* (15-X-1834 / 1-X-1835, n.º 24). Restabelecidas as liberdades pátrias, cumpria «promover a diffusão da instrucção publica, base a mais solida e inconcussa em que aquellas podem assentar». Era lição que os emigrados portugueses em Paris e Londres há muito defendiam[167]. As matérias de ciências médicas tomavam uma parte, a literatura segunda. Aquelas compreendiam «succinta noticia da constituição atmosferica e medica» (de facto, meteorologia, moléstias, terapêuticas), esta abarcava os «differentes ramos do conhe-

[166] «Não me consta que até hoje tenha visto a luz da publicidade trabalho egual ao que emprehendi, a não ser uma pequena lista de *nomes suppostos* de que tem usado varios escriptores portuguezes, que anda impressa desde 1833 no *Museu Litterario*.» Martinho Augusto da Fonseca, *Subsidios para Um Diccionario de Pseudonymos, Iniciaes e Obras Anonymas de Escriptores Portuguezes. Contribuição para o Estudo da Litteratura Portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972 [reprodução fac-similada pela de 1896], p. VIII.

Outro *Museu Litterario*, efémero «Semanario de Instrucção e Recreio» (Lisboa, 14-V / 11-VI-1876, n.º 5) que se fundiria com a *Gazeta dos Theatros*, anunciava como colaboradores Bulhão Pato, Gervásio Lobato, Guilherme de Azevedo, Guimarães Fonseca, J. C. Machado, M. Pinheiro Chagas, Pereira Caldas, Tomás de Carvalho e Tomás de Melo, entre outros. Dedica larga atenção a *Vozes do Ermo*, de Maria Amália Vaz de Carvalho (n.º 3, 28-V-1876); sobretudo à 2.ª ed. de *O Prato de Arroz Doce*, de A. A. Teixeira de Vasconcelos, e a *Claridades do Sul*, de Gomes Leal, por J. C. Machado; convoca João de Lemos.

[167] Em 16-VII-1820, coligada a outra necessidade: «O estabelecimento de escolas, ea [*sic*] *Imprensa livre* saõ os principais motores por os quaes este adiantamento no estado social se concluirá, a naõ ser que o impio genio do mal o transtorne.» (*O Campeaõ Portuguez, ou O Amigo do Rei e do Povo.* / Jornal Politico Publicado mensalmente para advogar a causa, e interesses de Portugal, Londres, vol. III, n.º XXV, Julho de 1820: 48).

cimento, incluindo mesmo algum assumpto politico» que mexesse com a actualidade. Herculano, sobre traduções de poemas e investigação histórica, dá dois trabalhos fundamentais recolhidos nos *Opúsculos*: "Qual é o estado da nossa Literatura? – Qual é o trilho que ella hoje deve seguir?" (p. 4-6, 13-14) e "Poesia. Imitação-Bello-Unidade" (p. 53-56, 61-64, 84-88)[168].

5. 1. Instrução e recreio[169]

Atendamos, de entrada, à clara hierarquização dos assuntos, entre peças de fundo austeras ou ásperas e a versátil 'literatura amena'; biografias a rodos, turismo à volta da sala, modas, anedotas, máximas, charadas; ilustração cuidada, vinhetas e filetes.

Com intuito divulgador e de lazer, próximo do instrumental, o texto transitivo destas revistas culturais – num derrame enciclopédico, universal – alicia; centenas de nomes, pseudónimos, abreviaturas, asteriscos, estrelinhas, de tudo há na lista que, cronologicamente, segue:

[168] Poeta por conta própria e tradutor de versos alheios; redactor das actas da Sociedade; perquisidor da autoria da *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, ms. da Biblioteca do Porto, atribuída a Frei Bernardo da Cruz – um omnipresente Herculano tem ainda tempo para, sem assinatura, compulsar periódicos ingleses (p. 79-80) e, de passagem, homenagear o *Penny Magazine*. Estranhamente, ausente de *Jornais e Revistas*...

[169] No cap. 2, "A organização do mercado literário", de *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988, Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, antes de discorrer sobre o livro e o teatro, abalança-se à imprensa periódica (p. 165-198), considerando, na base de parcos títulos representativos, sem distinguir jornal e revista, 1) "Os jornais de recreio e a instrução", em que faz figurar *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*, quando, parece-me, a *dominante* – como dirão os Formalistas russos – aconselha outra classificação; 2) "O romance folhetinesco e o folhetim-crónica", breve e generalista, além de que o folhetim-crónica se implanta entre nós bem antes de 1846 (p. 177); 3) "Jornais literários, científicos e artísticos", de pouquíssimos cabeçalhos, ainda quando aí inclui a prática dos fascículos d'*O Trovador*, espécies teatrais e destinadas ao público feminino; 4) "Jornais sociais e políticos", que não refiro como princípio deste trabalho, a não ser indirectamente ou quando se trata de *revistas* de dominância literária, como *A Esmeralda* (1850) ou *A Península* (Porto, 1852-1853).

1. *O Recreio* / Jornal das Familias (Lisboa, Janeiro de 1835/Dezembro de 1842, oito tomos de oito páginas mensais cada).

2. *Bibliotheca Familiar e Recreativa* (quinzenal, Lisboa, 1835/ /1844)[170].

3. *O Museu* / Bi-mensal Musico, e Litterario (Lisboa, Maio de 1836/1838, n.º 5, p. 34). Estas revistas cuidam vinhetas ou filetes.

4. *Jornal Encyclopedico* (mensal, Lisboa, Novembro de 1836/Fevereiro de 1837, n.º 4). Género de títulos: Edificio da Batalha [com gravura], Observações sobre os terremotos de Lisboa, Os gemeos de Siam, Fraquezas de alguns homens celebres, Grande Muralha da China, Commercio, Economia rural, Emprego das folhas de vinha, Maneira de facilitar a marcha dos carros nas subidas, Anecdotas, Pensamentos, etc.

5. *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense* (Porto, 1837/1838). Afora discurso do presidente desta, Agostinho Albano da Silveira Pinto, no terceiro aniversário da primeira sociedade científica surgida após a Restauração da Pátria – cita-se, daquela, o *Repositório Literário* –, reúnem-se trabalhos sobre a gripe e enterros, as ruínas e antiguidades de Pompeia, o feto monstruoso exposto na casa da roda do Porto. Interessarão, acaso, a *Memória* de D. Francisco de S. Luís sobre a vida e escritos de Jacob de Castro Sarmento (p. 3-21, de que Herculano fora relator em 24-VII-1835) e oração sobre a morte de Agostinho José Freire.

6. *Archivo Popular* / Leituras de Instrucção e Recreio / Semmanario Pintoresco [ou Pinturesco] (Lisboa, 1-IV-1837/30-XII-1843, vol. 7, n.º 52). Oferece histórias (por vezes, em vários capítulos), lendas, artigos de divulgação científica, zoologia, odes anacreônticas, sonetos, madrigais – alguns poemas saltando para o número seguinte – e, no tomo V, página de 'Modas'.

7. *O Artilheiro* (Porto, 22-VIII-1835/14-VII-1837, n.º 154) transcreve sucessivamente *A Voz do Profeta*, enquanto ataca Garrett e o Setembrismo.

8. *O Ramalhete* / Jornal de Instrucção, e Recreio (semanário, Lisboa, 23-XI-1837/15-VI-1844, n.º 328, de oito páginas a duas colunas

[170] *Cf.* António Nóvoa, dir., *A Imprensa de Educação e Ensino*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993: 94-95.

cada, sete tomos, o último incompleto). Descrição do quadro, litografado, história natural, biografia, peças românticas, estudos históricos (série de 'génios portugueses': Frei Luís de Sousa, etc.), miscelânea, anedotas, charadas e poesia-homenagem a Francisco Manuel ou Manuel Maria (odes de J. M. da Costa e Silva, Francisco António Martins Bastos, Bocage; Pato Moniz traduzindo Horácio... Ausente de *Jornais e Revistas...*).

9. *O Recopilador / ou Semanario Recreativo*. / Jornal Litterario e Instructivo (Lisboa, 29-XI/27-XII-1837, n.º 5). Larga poesia de Mendes Leal. Publicação Encyclopedica, na série de 1842 (1844, vol. 4), assenta na tradução de romances pouco conhecidos, em dezenas de páginas, acrescentando 'biografias' nacionais (D. Maria I, Verney), 'heroínas portuguesas que floresceram em armas e em letras' e, sob epígrafe bocagiana, epístolas, anacreônticas, sonetos, liras, colcheias, cançonetas.

10. *O Biographo* (Lisboa, Julho de 1838/28-XII-1839, 16 números). Propósito: fazer chegar a todos, suave e pouco dispendiosamente, «a historia abreviada d'aquelles que se fizeram celebres, por genio, talentos, virtudes, crimes, armas, ou Lettras». Afonso de Albuquerque inaugura, seguido por Vasco da Gama, Sá de Miranda, Camões, D. Pedo V, Marquês de Pombal, entre os mais conhecidos.

11. *O Corsario* / Jornal de Litteratura, e Recreio (Lisboa, 2-IV/7--V-1838, n.º 5, p. 40). Lília, Anália, Marília conjugam soneto, poesia anacreôntica, lira. Estampado.

12. *O Museu Portuense* / Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Artes (Porto, 1-VIII-1838/15-I-1839, n.º 12). Quinzenário de 16 páginas, com excelentes gravuras em madeira, contos não assinados, entre a fórmula 'Concluir-se-ha' ou, tão rara, 'O final para outro numero'.

13. *O Pirata* / Jornal Recreativo Semanal (Lisboa, 4-VIII/6-X-1838, n.º 10). Odes e outros poemas ciciam ambientes arcádicos, com Marília, Nize, Fileno...

14. *O Recreativo* / Jornal Semanario (Lisboa, 1-II/28-XII-1838, n.º 48). Ciências e artes; variedades.

15. *O Mercurio* / Jornal de Recreio (semanário, Lisboa, 7-V/26-XI-1838, n.º 21). Crítica a Castilho, *A Noite do Castelo*, n.º 14, 8-X: 109-111.

16. *O Theatro Universal* / Jornal Litterario e Instructivo (Lisboa, 26-III/6-V-1839, n.º 7, p. 56). Desde o n.º 2, Jornal de Instrucção e Recreio. Procurou-se síntese da Imprensa de teatro que cito abaixo para 1837-1838, mas logo derivou para simples recreio.

17. *O Archivista* / Jornal Historico de Recreio (Lisboa, 6-VI-1839/6-X-1840, n.º 20, p. 112). Epístolas e odes anacreônticas, além de estampa que precipita 'romance', já anunciando o folhetim. No n.º 16, 31-X-1839, final de "Luzia de Lammermoor / Drama trágico em dois actos", regularmente citado no imaginário teatral do século.

18. *O Mosaico* / Jornal d'Instrucção e Recreio (Lisboa, 14-I-1839/1841, vol. 3, n.º 105). Com lucros a favor da infância desvalida, é revista popular típica: análise da estampa, biografia (de Camões, Rodrigues Lobo, Andrade de Caminha, Faria e Sousa...), romance, poesia neoclássica (um epicédio de José [Joseph] da Silva Mendes Leal Júnior, redactor), anedotas, máximas e pensamentos morais. Colaboram, ainda, Rebelo da Silva e Casal Ribeiro.

19. *O Romancista* / Jornal de Recreio (duas vezes ao mês, Lisboa, 8-VI/21-XII-1839, n.º 15, p. 260). «Quizemos escrever um Periodico, porque os Periodicos são hoje quasi a leitura exclusiva dos Portuguezes; [...].» ("Introducção") Contos, não assinados, um deles terminando no n.º 4. Maioria de odes anacreônticas, décima, e um soneto de José Basílio da Gama («O Chymico infernal drogas malditas»). Ausente de *Jornais e Revistas...*

20. *Universo Pittoresco* / Jornal d'Instrucção e Recreio (Lisboa, 1-I-1839/Dezembro de 1844, t. 3, n.º 24). Mais conhecido pelo prospecto anunciando as *Obras de J. B. de Almeida Garrett* (n.º 7, Julho de 1839: 111-112), e, já no 3.º tomo, fazendo a sua biografia, interessou-se pela língua portuguesa, por *Marion de Lorme* (n.º 16), etc.

21. *Observador Viajante* / Jornal d'Instrucção e Recreio (Lisboa, 1-IX/15-X-1840).

22. *O Beija-Flor* (Funchal, 7-IV/29-IX-1842, n.º 26; ausente de *Jornais e Revistas...*). Modelado pela *Revista Universal Lisbonense*, de que extrai artigos, interessa o artigo de Frederico Marryat, capitão de mar-e-guerra da Marinha inglesa, esperançado nos "Romances maritimos":

> Fruto dos esforços de alguns celebres escriptores, a *litteratura maritima* occupará no futuro o logar de preferencia que merece entre as producções do engenho. (p. 74)[171]

23. *A Minerva Lusitana* / Jornal / D'Instrucção e Recreio (Lisboa, Maio/Julho de 1842, n.º 3). 16 páginas de Biografia, Mulheres illustres [...] oriundas da cidade do Porto, Notícia do Imperio da China, Variedades, etc.

24. *Revista Recreativa* / Periodico Litterario e Instructivo (Lisboa, 1846, 36 números, 284 páginas).

25. *[O] Jardim Litterario* / Semanario de Instrucção e Recreio (Lisboa, 1847-1854, vol. 10, n.º 52)[172].

26. *Apollo* / Semanario Recreativo, Critico e Theatral (Lisboa, 1850).

[171] Exercício curioso, na multiplicidade de títulos que se plagiam a cada passo, é perguntar, por exemplo, se este artigo não terá sido extraído dos *Annaes Maritimos e Coloniaes* (mensário, Lisboa, Novembro de 1840/Abril de 1846, 6 tomos, o último incompleto), I, n.º 5: 236-243. Tem índice no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, II, 3, Jul./Set. de 1961: 440. Neste (estranhamente) raro domínio, descritivos e noticiosos, são os *Folhetins de Um Marinheiro*, de J. [oão] C. [de Carvalho] R. [Ribeiro] Vianna, Lisboa, 1870, que já valeria pela homenagem a Francisco Maria Bordalo, biografado a p. 177-195. Frederick Marryat (1792-1848) foi apreciado pelo menino James Joyce – e por José de Alencar –, que também admirava o Dantès dumasiano. (Informação de Marlyse Meyer, *Folhetim: Uma História*, São Paulo, Companhia das Letras, ^{2}2005: 16-17. Acrescenta que Graciliano Ramos e Robert Louis Stevenson se deleitavam com *Rocambole*.) Decerto por Jorge de Sena, que traduziu *Masterman Ready, or the Wreck of the Pacific* (1841), *História de Um Marinheiro*, 2 vols., Lisboa, Portugália Editora, s. d. [1945] – na Biblioteca dos Rapazes, onde já surgira outro Marryat, *The Pirate* (1836; *O Pirata*, 1944; a primeira tradução, porém, *Caim ou o Pirata*, é de 1875). Reeditou-se aquele em 1992, Lisboa, Vega, e, em versão de Ricardo Alberty, *The Children of the New Forest* (1847), *Os Rapazes da Nova Floresta*, Lisboa, Verbo, 1981.

[172] *Cf.* Inocêncio, *Diccionario...*, X: 120.

27. *O Iris* / Semanario Litterario de Instrucção e Recreio (Coimbra, 20-III/3-IV-1852, n.º 2[173]).

28. *Portugal Artistico* (Lisboa, 1853-1854, dez números, com tradução francesa; ausente de *Jornais e Revistas...*). Penas eminentes debruçam-se sobre monumentos, a vila de Sintra, figuras (varina) e costumes nacionais, além de Camões e Garrett.

29. *Flores Litterarias* / Publicadas por Mariano José Cabral (Ponta Delgada, 1854): biografias, romance, poesia, notícias curiosas; 64 páginas.

30. *O Archivo Lisbonense* / Periodico Recreativo / Redigido por / J. P. da F. Neves, e J. A. X. de Magalhães (Lisboa, 1-V/9-VIII-1855, n.º 8, p. 64).

31. *O Templo* / Jornal Religioso, Moral e Litterario (Ponta Delgada, 15-IX-1856/15-XII-1857, ano 2, n.º 7). Variedades, sobretudo, de F. M. Supico, secundado por Luís Filipe Leite e Tomás de Carvalho.

32. *O Cysne do Tejo* / Semanario d'Instrucção e Recreio (Lisboa, 22-IX-1856/19-I-1857, 18 números, 144 páginas). Redactor, Jerónimo Alves de Avelar Machado. Aqui se estreou Eduardo Coelho; presente, Júlio César Machado.

33. *Jornal Para Todos* / Leituras de Instrucção e Recreio (Lisboa, 24-IX-1859/1860, n.º 37, p. 296). O tom divide-se entre o folhetim "Viagem á roda de um vestido de folhos", variedades, logogrifos, etc., e versos de António Mendes Leal, Eduardo Augusto Vidal, Maria Rita Chiappe Cadet, Eduardo Coelho (que parece ser o redactor), ou prosas de Brito Aranha, Inocêncio, Graça Barreto. Este entendimento, onde parece bulir o criador do *Diário de Notícias*: «O que é a Imprensa? // É a mais sublime invenção humana.» (n.º 6, 29-X-1859: 44)

34. *Litteratura Illustrada* / Jornal para Todas as Classes (Coimbra, 1-I/25-III-1860, n.º 13, p. 104). Amélia Janny alimenta, aqui, já a virtude, já a mitologia da noite («Eu amo a noite [...]»), em poemas extensos.

[173] *Jornais e Revistas...* dá 11 números entre 20 de Maio de 1852 (I: 428) e 3 de Abril do mesmo ano, enquanto, na descrição das cotas, se temos 20 Mar., o n.º 11 tanto corresponde a 3 como a 31 de Abril (p. 429).

35. *Revista Semanal* / Periodico Litterario de Conhecimentos Uteis (Funchal, 2-VI-1861/10-VII-1862, 52 números; ausente de *Jornais e Revistas...*). Redactor, João de Nóbrega Soares, que assina várias pequenas ficções. De A. C. de Oliveira, sai o 'romance original' *Uma Noite Num Hotel*.

36. *Portugal Litterario* / Semanario Recreativo (Lisboa, 4-I--1862/Dezembro de 1864, vol. 4, n.º 8). Proprietários e redactores, J. B. de Matos Moreira[174] e J. M. da Cunha Moniz. Folhetim de Pierre Zaccone*, Ethel Van Dick*; no n.º 1 do vol. IV, Setembro de 1864, poema de Pinheiro Chagas.

37. *Duende* / Jornal Litterario, Burlesco, Illustrado e Musical (aos domingos, Lisboa, 15-II-1863/1866). Estampas de moda, partituras, algum 'feuilleton'. Já *O Duende*[175] enquanto "Periodico Litterario, Critico, Illustrado, Musical e de Modas" ao n.º 22, poderia justificar-se no apartado literário por um Chagas, pela comédia de J. C. Machado "O que as mulheres não fazem..." [reenvia para Camilo], sobretudo pela longa "analyse critica", por A. Lobo Alcoforado, ao *D. Jaime*, a partir do n.º 29 (pelo menos, doze partes – há números em falta –, até ao n.º 9 do II ano). Critica as repetições, os «conceitos repugnantes», a gramática e o dicionário "aos tombos" desse «pseudo-poema»... A avaliar pela publicidade ao n.º 43 (um dos que não vi em colecção a fechar com o n.º 38 do II ano, já em 1865; no n.º 31, 1865, A. Pusich), aí concorrem versos, romance, crítica, «uma linda walsa para piano», figurinos e modas de Paris – a par do reiterado 'Feuilleton', no lugar do modesto 'Folhetim' nacional –, caricaturas, anedotas. A partir de Janeiro de 1864, daria dois figurinos em vez de um e uma folha com desenhos de flores ou ornatos próprios para bordar.

38. *O Recreio* / Periodico Litterario. / Publicação quinzenal dos alunos do Liceu do Funchal (1-V-1863), contém as primícias de Luciano

[174] A actividade de João Baptista de Matos Moreira – «de quem tôda a Lisboa conhecia os dois últimos apelidos» –, enquanto lojista e tradutor, nomeadamente, de folhetinistas franceses, é evocada em Sanches de Frias, "Matos Moreira", *Memórias Literárias. Apreciações e Críticas*, Lisboa, 1907: 94-101 [94].

[175] Inicialmente, *Duende* / Jornal Litterario, Burlesco, Illustrado e Musical, Lisboa, n.º 2, 1863-1866.

Cordeiro, em verso e nos estudos sobre as artes no século XVI. O n.º 25, e último da colecção (13-VII: 191-192), mostra o jornal nas mãos das «mais infimas classes da sociedade»: «O jornalismo tem sido tudo: desde o contendor pacifico das theorias scientificas até á baixa condição de regateira apaixonada das praças publicas, [...].

O jornal é tudo – é o philosopho encartado, [...] o agricultor.»

39. *Encyclopedia Litteraria* / Jornal de Instrucção e Recreio / Publicação Semanal (Lisboa, 4-VI/20-VIII-1863, n.º 6).

40. *Ecco Litterario* / Hebdomadario Instructivo, Recreativo e Popular (Lisboa, 3/10-IX-1864), onde pontifica Carlos Borges, senhor, entre o mais, da 'chronica theatral'. Continuado em *Aurora Lisbonense* (Lisboa, n.º 3, 28-IX-1864).

41. *O Povo* / Jornal Bimensal Dedicado ás Classes Operarias (Coimbra, 1-VII/31-X-1866, n.º 6, p. 72). Directores, Joaquim Vale, Faustino Sarmento. Presença de J. Simões Dias, F. Guimarães Fonseca, António Maria Seabra de Albuquerque, Luís Jardim. De facto, revista de 12 páginas. Nos números 5 e 6: 54-57 e 64-66, "Everardo", conto de Álvaro do Carvalhal, incompleto (na edição dos *Contos*, será "O punhal de Rosaura").

42. *Repositorio Litterario* / Publicação Quinzenal (Coimbra, 15-I--1868; ausente de *Jornais e Revistas*...). Antologia extractos de autores nacionais, oferta décima inédita antifilipina, recolhe "A minha mãe", de João de Deus, e a assinatura de Rodrigues de Gusmão e Rodrigo Veloso.

43. *As Delicias da Vida* / Folha Mensal, Scientifica, Artistica, Moral e Recreativa (Lisboa, 1-X-1869/1-VIII-1870, n.º 11). Curiosidade de, a partir do n.º 5, dar o Canto I d'*Os Lusíadas*.

44. *Revista Semanal* / Folha Litteraria, Scientifica, Romantica e de Noticias, / Alheia a discussões politicas e pessoaes (Lisboa, 13-XI--1870). Proprietário e redactor, M. J. Cabral. Afora romance, máximas e conselhos, variedades, noticiário nacional e estrangeiro, pepita de J. C. Machado, "Os finados em Portugal".

45. *A Mocidade* / Folha Litteraria e Instructiva – Publicada por uma Sociedade (quinzenário, Lisboa, Abril de 1872/Maio de 1873, a. 2, n.º 14). Presença de Amélia Janny. Aumenta o formato no 2.º ano, Ja-

neiro de 1873, n.º 13, dando-se 'folha litteraria e recreativa', até ao n.º 22, Dezembro de 1873[176], p. 176. A propósito do folhetim "insipido" que lhe sai, acrescenta o articulista que aquele pode ser "lepido" (seja, «harmonioso, millifluo, suave e bello»), seja "frieirão", arrepiante.

46. *A Republica das Lettras* / Miscellanea de Litteratura e Recreio (Porto, 1873). Redactores, J. Gama, Azevedo Bastos e Ruy de Meneses. Poesia de álbum.

47. *Revista de Portugal e Brazil* / Sciencia, Arte, Industria e Commercio (Lisboa, Outubro de 1873/Setembro de 1874, n.º 12). Directores, Luciano Cordeiro, Rodrigo Afonso Pequito.

5. 2. Em francês e castelhano

Variante do número anterior, e de modo representativo até 1875, afloremos o recurso a traduções ou com aceitação de originais na língua dos colaboradores, se não é o próprio título[177]:

1. *A Abelha / L'Abeille* (Lisboa, Abril de 1836; Outubro de 1840/Maio de 1843)[178].

[176] *Jornais e Revistas...* fica pelo n.º 14, Maio de 1873.

[177] Casos de *La Grande Soirée* / Publicação Semanal de Musicas para Piano (Lisboa, 1877; n.º 79, 1879), *Le High-Life* / Journal Universel (Paris, 1879?/20-VI-1880, n.º 18; o n.º 2, de 20-VI-1880, tem propósito camoniano), *O Bijou* / Semanaria Litterario, Noticioso, Recreativo e Charadistico (Montemor-o-Novo, 25-VII-1883; com folhetim), *O Fauteuil* / Revista Mensal (Lisboa, Dezembro de 1884 / Fevereiro de 1885, n.º 3), *O Bijou* / Quinzenario Litterario, Instructivo e Moralista dedicado ás senhoras (Guimarães, 6-VI-1886; 24 números até 15-V-1887) e *High-Life* (Lisboa, 1888?), bom papel e um folhetim de M. Pinheiro Chagas, "Brios de adolescente / Episodios da vida de D. Nuno Alvares Pereira" (2.º ano, n.º 2, 1889).

[178] Álvaro Manuel Machado, *Les Romantismes au Portugal. Modèles Etrangers et Orientations Nationales*, FCG/CCP, 1986: 136-137, dedica larga atenção a órgão redigido, diz ele, por Pauline Flaugergues e colaborado por Castilho, que também arrasta folhetim de Dumas ou, a partir de 1-VIII-1842, *Les Mystères de Paris* em bilingue – – êxito desde 19-VI (até 15-X-1843 = 150 folhetins) no *Journal des Débats*. Ora, Flaugergues é bem menos importante do que se pensa; leia-se, a propósito, Rosa Esteves,

2. *Revista Estrangeira* / ou Collecção de Artigos Extrahidos dos Melhores Escriptos Periodicos Estrangeiros, Principalmente Inglezes e Francezes (Porto [impressa em Coimbra], Abril de 1837/Julho de 1838, n.º 6). Três secções: Literatura [História, Geografia, Eloquência, Poesia, Romances], Ciências e Artes, Miscelânea, cujas matérias – necessariamente novas e úteis – vêm traduzidas da melhor Imprensa europeia. Contra a União Ibérica (n.º 6, Setembro), a «ominoza revolução de 9 de setembro» (2.º ano, n.º 3, Março de 1838: 279) e a literatura francesa que nos invade; em defesa da "seita", numerosa mas "opprimida", dos "*fumistas*", de cigarro e cachimbo: «O typo do *fumista* é hoje indecifravel; com tudo duas grandes qualidades o distinguirão: a mansidão, e o esquecimento das injurias. [...] as perseguições que um fumista sofre na Inglaterra [houvera recente campanha do *Times*] formão um dos mais tristes capitulos da civilização moderna. Quando tudo é livre, até mesmo a estupidez e a estravagancia, ha de ser victima só o fumante?» (n.º 10, Janeiro de 1838: 44-45)[179]

3. *O Instructor Portuense*. / Periodico Mensal: / Contendo differentes artigos de Educação, Litteratura, Moral, Historia, Sciencias, e Artes; / Traduzidos de Várias Linguas, / e com estampas lithographadas / / por José Fernandes Ribeiro (Porto, Janeiro de 1844/Abril de 1845, n.º 16, 16 páginas a duas colunas).

4. *Revista Del Mediodía* / Periodico Literario (quinzenário, Lisboa, 1850-1851; n.º 9, 15-I/15-VI-1851, n.º 19, p. 264; em português e castelhano, como a *Revista Ocidental*). Fundada por Luiz de Rivera[180]. Di-

"Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal *L'Abeille* (1836 e 1840-53 [*sic*; é 43]", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º: 527-545. Coetâneo, da mesma investigadora, "Aspectos da sociabilidade oitocentista: o «jornal francês» *L'Abeille* (1840-1841)", *Revista de História das Ideias* (Coimbra), 8, 1986: 483-506.

[179] Recensão, a três colunas, à *Revista Estrangeira* [«fructo das fadigas litterarias do sr. Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto»], está no *Correio de Lisboa*, n.º 25, 18-XII-1837: 100. No seu *Diccionario...*, t. VII: 458, Inocêncio refere três tomos (Abril a Setembro, Outubro a Dezembro de 1837, Janeiro a Junho de 1838), sendo este já impresso no Porto.

[180] J. C. Machado di-lo Luiz Rivera nas suas evocações: *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, Lisboa, 1865: 114; *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, 1880:

rector proprietário, D. Joaquín Guillermo de Lima. Poesia de Augusto Lima, J. d'Aboim. Cinco 'revistas de Lisboa' de Raymundo Lullo, isto é, A. P. Lopes de Mendonça. Passa o romance histórico "O Visconde de Marmagne". Nos n.^{os} 12 e 13, 28-II e 15-III: 186-187, 203, artigo sobre "Alexandre Dumas". A par das fórmulas '(Continua)' e '(Continuar-se-ha)', também '(Se continuará)'.

5. *Le Lisbonnin* / Revue Dramatique et Littéraire (Lisboa, 10-XII-1856). Redactor, Victor Bichom. No n.º 5, de 20-I-1857, o herculaniano "De Jersey a Granville" em folhetim[181].

6. *Le Lutin* / Revue non Politique (Lisboa, 1856-1857; em francês, sobre o teatro da capital. Só n.º 15, 2^{e} année, 1 Avril 1857)[182].

7. *Boudoir* / Critica Theatros Musica Modas Noticias Caricaturas (Lisboa, 11-XII-1863/Julho de 1865, a. 2, n.º 77). Redactores, Luís de Araújo, Lorena Queirós. 'Sob a protecção de Sua Magestade El-Rei D. Fernando', compreende-se o rico leque de colaboradores, salientando-se Guilherme de Azevedo e, no folhetim, sem serem os mais quantiosos, Gomes Leal poeta ou contista do fantástico ("O cão preto", "O castello dezerto") e João de Deus lírico, dentro e fora do rodapé, incluindo um "Folhetim / Carta" em tercetos. Outros: Sena Freitas, Latino Coelho, Tomás Ribeiro, Francisco Palha, Ernesto Marecos, E. A. Vidal, J. C. Machado, Eduardo Garrido, Manuel Roussado, Machado de Assis, Leite Bastos, Eduardo Coelho, José Ignácio de Araújo, Mariano Fróis, Sousa Viterbo, Bulhão Pato, Estácio da Veiga, etc. Publicita-se na vária Imprensa[183]. Nos primeiros 14 números, até 24-III-1864, "Feuilleton" do Comte de Violon, em francês.

242-245.

[181] Ausente de *Jornais e Revistas*... Ver Albino Lapa, *A Palavra "Lisboa" na História do Jornalismo*, cit.: 94-95.

[182] Era seu director Mr. Puig, sendo redactor João Ferreira Alves. Nota bebida em Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa d'Outros Tempos*, I, Lisboa, Fenda, 1991: 21-22.

[183] «Publicaram-se os quatro primeiros numeros deste semanario contendo diversos artigos, folhetins em francez, poesias, musica, figurinos, etc. etc. // A musica do primeiro numero é uma walsa para recitar ao piano escripta pelo sr. A. Lamy, sendo a lettra do sr. Senna Freitas Junior. // O segundo numero contem caricaturas. // O quarto numero contem os ultimos figurinos e uma folha de debuxos em separado.»

8. *O Tejo* / Journal le plus occidental de l'Europe (Lisboa, 4/11-II/29-VII-1867, n.º 26). Editeur, François Lallement. Durou seis meses, maioritariamente escrito por J. C. Machado, que, se não faculta datas precisas, o evoca com humor em *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, Lisboa, 1880: 83-90.

9. *Miscelánea Ilustrada* / Periodico universal de ciencias, literatura y arte (Lisboa, 1874-1875). A avaliar pelo n.º 3, 7 de Enero-1875, seriam colaboradores Maria Amália Vaz de Carvalho, Pi y Margall, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Salomão Saragga... A *Revista Occidental* em potência. No n.º 11, de 7-III-1875, "Um Pensamiento del insigne poeta-filósofo Antero de Quental"[184].

5. 3. Restrição do literário

Mais importante, vejamos como se persegue o monotemático, se institui o referente literário, e individualiza, como se fabrica o produto. O entendimento do literário constringe-se e, dentro deste, um pessoal critério de qualidade, atentos os cânones do tempo filtrados por moderna sensibilidade. Assim, o ensaísmo de 1761-1762 é um exercício sobre matérias díspares, em que Camilo viu as primícias do folhetinismo inaugural: algo como balancear a ficção, linguística, filosofia (a 'prosa') e a poesia em publicações tipo *O Aristarco Português*, abaixo desenvolvido.

[184] Para outros títulos, afora as também citadas e abaixo tratadas *A Península*, *Revista Peninsular* e *Revista Occidental*, ver Manuel Burgos Madroñero, "Prensa española en Portugal. Siglos XIX y XX", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 1 (1-2), Jan.-Dez. de 1986: 197-215. Natural, assim, folhetim em castelhano.

5. 3. 1. *Autores como cabeçalho*

Personalidades há cujo nome é cabeçalho, em especial após 1875[185]. Antes, os mais ilustres serão *Gil Vicente* / Jornal dos Theatros e Litterario (Lisboa, 10-XI-1852/16-IV-1853, n.º 14) e *Luiz de Camões* / Semanario Instructivo Illustrado... (Porto, 1863/1864, n.º 52), enquanto *Bocage* / Piparotes Litterarios (Porto, 1-VIII-1865/1867, s. 2, n.º 6)[186] promete «rir á farta dos besouros litterarios, que por ahi enxameam as imprensas». Desanca em toda a gente – Camilo, A. A. Teixeira de Vasconcelos, Guilherme Braga, Antero, Chagas, Alexandre da Conceição, Carvalhal. Na 2.ª série, 16-II-1867, o articulista João Rocha transforma-se no verdadeiro Urbano Loureiro e sova Tomás Ribeiro, Manuel Roussado, outros, mais gozoso em "Uma estréa funebre ou d'Eça", neofolhetinista da *Gazeta de Portugal*: «E um homem chamado Eça está enterrado por sua natureza!»

O Camões / Revista Hebdomadaria (Lisboa, 11-X/1-XII-1860, n.º 5, p. 40) tem um Zaluar, nomeia Pato como colaborador (mas nada se vê dele); é fraco. Também no Porto, inspira homólogos, quatro em 1880 (um deles só *Camões*), outro em 1887, outro em 1894. Diversas personalidades transcendem o universo em que se movem: assim Garrett (a partir, mormente, d'*O Chronista* / Semanario de Politica, Litteratura, Sciencias e Artes [Lisboa, 1827]) –, que, entrementes, lançara bases sólidas à revista feminina (*O Toucador*, 1822), tipo de Imprensa especializada com picos já menos literários no *Periódico dos Pobres* (Lisboa, 1833-1834), n'*O Correio das Damas* (Lisboa, 1-I-1836/31-XII-1852, a. 16, t. 14, n.º 24), n'*O Beija-Flor* (Lisboa, 1838-1839; 2.ª série, 1842)

[185] Relevemos *Guttenberg* / Publicação Quinzenal Dedicada á Classe Typographica e Artes Correlativas (24-V-1882, número-programa, e 1-VIII-1882); *O Guilherme de Azevedo* / Periodico Semanal (Santarém, 19-IV-1888; número especial, 1889).

[186] *Jornais e Revistas...* insere cinco com Bocage no título, seguindo-se *Boccaccio* / / Publicação Tri-mensal de Contos Modernos (Porto, 1-III/19-V-1887, n.º 6). Nome alternativo, *O Elmano* setubalense (5-III-1893 / 19-III-1922, a. 23, n.º 1787), com folhetim e um que outro nome forte (por exemplo, João da Câmara, n.º 52, 8-III-1894).

e sucedâneos, com excepção do camiliano *O Mundo Elegante* (Porto, 24-XI-1858/Fevereiro de 1860, n.º 17), mais de literatura e teatros que de modas.

Este espanta-nos, igualmente, com dois semanários religiosos portuenses, *O Cristianismo* (3-I-1852) e *A Cruz* (1853-1860)[187], além d'*O Bico de Gás*, efémero[188], mas a ambivalência mantém-se. Parece que o *resto* é sempre literatura.

Garrett será nome de 'periodico quinzenal litterario, biographico e artistico' (Lisboa, 1-XI-1867, quatro números de 12 páginas cada e quatro retratos) dirigido por José César da Costa Noronha, colaborado por Júlio César Machado ou Rebelo da Silva.

Caso já singular, em que um pseudónimo é titular, oferece-se no mordaz *[O] Braz Tizana* (Porto, n.º 58, 6-IX-1851/15-IV-1869, a. 18, n.º 85), de José de Sousa Bandeira, que com aquele folhetinizara na segunda fase do *Periódico dos Pobres no Porto* (15-I-1834/31-X-1846; 2-VIII-1847/1-III-1858)[189]. *Julio Diniz* (Porto, 1882-1885) sofre de só

[187] *Cf.* Manuel Simões, "Camilo jornalista católico", *Brotéria*, vol. 127, n.º 6, Dez. de 1988: 495-510 [*in* AA. VV., *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, cit.: 135-145]. *A Cruz*, / Semanario Religioso. / Redigido / por / Camillo Castello-Branco – Augusto Soromenho (Porto, 8-I-1854/1859, v. 2, n.º 56), tem um quase exclusivo poder daquele, inclusive nos versos, alguns saídos n'*O Bardo*, que atraem outros de F. X. de Novais e J. J. da Silva Ferraz. Já começado n'*O Cristianismo*, o seu 'romance religioso' *Temor de Deus* [em livro, *Lágrimas Abençoadas*] é reposto, e de novo suspenso, agora no cap. XXXVII (2.º ano, vol. II, n.º 3, p. 20), quando Camilo deixa de colaborar.

[188] Número único de oito páginas, Maio de 1854. Comentário por Manuela de Azevedo, "Uma campanha triste", em *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, p. 7-12 [10-12].

[189] *Cf.* Pinto de Carvalho (Tinop), I: 63-67. Ainda, António Valdemar, "O Braz Tizana de Sousa Bandeira", *Diário de Notícias*, 4-VIII-1983: 15. Desconte-se o exagero terminal de dizer que «assinala as origens do folhetim em Portugal, nos órgãos de comunicação escrita». Para informação mais completa, o catálogo da mostra bibliográfica organizada pela Biblioteca Nacional, *José de Sousa Bandeira, 1789-1861*, Lisboa, 1989. Polemizado n'*O Ecco Popular* (Porto, 20-XI-1847); convocado em "Camilla", de Casimiro de Abreu, *As Primaveras* (1859), Porto, ^{7}s. d.: 263-264; ternamente, um ano antes de morrer, em Júlio César Machado, *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, 1880: 58-65. A colaboração do Camilo poeta é preciosa, ou a de Coelho Lousada, folhetinista.

conhecermos cinco números dispersos, desde o 38, 19-XI-1882. Acrescentado de "semanário portuense" no 126, aqui comparece Alberto Bramão, secundado por António Feijó no n.º 161, 3-V-1885. Parcos folhetins.

5. 3. 2. *Publicações teatrais*

As revistas de teatro – quando este era mais letra que espectáculo – – resolvem, de algum modo, o dilema, porquanto reforçam o espírito romântico (*Archivo Theatral*, Lisboa, 1838-1845[190]; centenar de peças francesas contemporâneas, e não só, em oito tomos[191]; concorrentes, o *Jornal de Comedias e Variedades* e *O Dramaturgo Portuguez / ou Collecção de Dramas Originaes Portuguezes*[192]) e dão, eventualmente, assento – entre a crítica e notícia de peças em cena, folhetins de actos ou de libretos de ópera, *troupes*, retrato de actores nacionais e estrangeiros,

[190] *Jornais e Revistas...* regista 7 tomos até 1844.

[191] J. C. Machado abre *Historias para Gente Moça*, Lisboa, 1863, com "Melchiades", caixeiro, soldado liberal gloriosamente ferido e, de novo, caixeiro, que tinha a «mania do theatro». «O seu entretimento de predilecção era ler as peças do *Archivo Theatral*, [...].» (p. 3) Não custa ver aí o próprio autor, que reconhece, em *Apontamentos de Um Folhetinista*, Porto, 1878: 198, ir, na adolescência estudiosa, ao ainda incipiente livreiro António Maria Pereira trocar Tito Lívio, Virgílio, Horácio ou um *Atlas* por volume do *Archivo Theatral*: «[...] e eu ia-me pela rua Augusta acima, livre e despachado do *Atlas*, todo ufano com uns folhetos que se chamavam *o Cabrito Montez*, *o Bergami*, *o Ramo de carvalho*, *a Freira sanguinaria*, *as Victimas da clausura*, *os Sete infantes de Lara*, *o Urso e o Pachá...*».

[192] O primeiro, «de formato mui portatil», começa em Junho de 1835, alternando, mensalmente, comédia e farsa, com acrescento de variedades, enigmas, adivinhas, anedotas, poesias – matéria que preenche, de resto, o n.º 2. Perfaz, ainda em 1836, cinco volumes e 20 números. Retorna, só *Jornal de Comedias*, em Janeiro de 1840, findando com o n.º 24, de Abril de 1841. Ausente de *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. Do segundo (Lisboa, Dezembro de 1841/Outubro de 1842, n.º 5), ver o n.º 3, Fevereiro de 1842, com drama de José Maria da Silva Leal. Apêndices com tabelas de colecções dramáticas e outras informações úteis para o século XIX teatral estão em José Guilherme Mora Filipe, *O Gosto Público Que Sustenta o Teatro. [...]*, tese de doutor., volume 2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017: 243-305.

etc. – a reputados literatos em outras áreas. Uma quinzena de títulos, entre 1838-1843, denuncia o interesse e fluxo teatrais, depois reiterado – – com prejuízo de outros títulos da especialidade – nos imensos folhetins da Imprensa diária:

1. *O Entre-Acto*, / Jornal dos Theatros (Lisboa, 17-V/2-VII-1837, 20 números, 84 páginas). Redactor, que não assina, A. Garrett. Trissemanário com os espectáculos da capital, que também recenseava, com alguma atenção a variedades e charadas, cedo refere *Lucia*, a «novissima opera de Donizetti», que fazia «grande effeito por todos os theatros de Italia» (n.º 2, 19-V: 11)[193]. Retorna, pela mão de José Carlos de Freitas Jácome[194], mensal e com novo *logo*, a 30-VIII-1840, dezasseis números acrescentados de poemas e notícias diversas do sector, até 13--XII-1840, p. 66.

2. *Atalaia Nacional dos Theatros* (bissemanal, Lisboa, 28-VI/26--VIII-1838, n.º 18, p. 72). A 16 e 19 de Agosto, embandeira com *Um Auto de Gil Vicente*. Percebe-se a sua combatividade, anticastiliano e anti-herculaniano, em polémica regular com o seguinte.

3. *O Desenjoativo Theatral*, / Jornal Recreativo, e Moral (Lisboa, 1838; sem datas, termina em Setembro, com o n.º 16, p. 164). Variedades, charadas, anedotas, um conto fantástico, parca crítica da especialidade, fragmento da *Fedra* raciniana, um Gregório de Matos e cançonetas anacreônticas, entre subidos elogios a Castilho.

[193] Faz nova convocatória ao apresentar "A noiva arraiana", *Romanceiro*, II, ed. de Fernando de Castro Pires de Lima, Lisboa, FNAT, 1963: 113-114. Subsídios para uma recepção desta ópera: *O Entre-Acto*, ainda, 12-IX-1840, 1-XI-1840; *O Desenjoativo Theatral,* n.º 7, 1838; *Revista Theatral* / Jornal d'Instrucção, e Recreio, 3-II-1839; *Revista Theatral*, / Semanario Critico-Litterario, 1840; *Revista Theatral*, / Semanario Theatral, n.º 1, 1-X-1843; n.º 12, 24-XII-1843; *Galeria Theatral*, n.º 15, 9-XII-1849; *Revista dos Espectaculos* (Lisboa, 1-III-1850/16-V-1857, a. 5, n.º 9), n.º 4, 1-VI-1850; n.º 8, 1-X-1850; série II, n.º 10, Junho de 1853; n.º 11, 15-VI-1855; *A Revolução de Setembro*, 8-XI-1867; *O Commercio do Porto*, 12-XI-1859; *Revista Theatral*, 31-I--1885.

[194] Confirmação do nome em Martinho Augusto da Fonseca, *Subsidios para Um Diccionario de Pseudonimos [. . .]*, Lisboa, 1896: 201.

4. *O Elenco* (Lisboa, 15-V/15-VII-1839, n.º 5). No n.º 2, 1-VI--1839, lista os periódicos lisboetas em 1838.

5. *Jornal do Conservatorio* (Lisboa, 1839-1840).

6. *Revista Theatral*, / Semanario Critico-Litterario (Lisboa, 1840; sem data, vê-se que o n.º 8, com que termina na p. 30, é de Setembro). Peças em cena. A *Lucia* no S. Carlos. É importante pelo seu folhetim. Já houvera uma *Revista Theatral*. / Jornal d'Instrucção, e Recreio (Lisboa, 3-II-1839): a cena da capital, variedades, poesia, charadas. Surgiria outra *Revista Theatral*, / Dedicada aos Amadores da Arte Dramatica (Lisboa, 1-X-1843/28-I-1844, n.º 16, p. 64).

7. *A Sentinella do Palco*, Semanario Theatral (Lisboa, 11-XI-1840/ /4-VII-1841, n.º 25). A aventura da cor – cada número recolorindo-se – – foi mais impressionante que a matéria em si?

8. *O Espelho do Palco*. / Jornal dos Theatros (semanário, Lisboa, 1-IX/24-XI-1842, n.º 13, p. 52).

9. *O Pirata*. / Semanario Theatral (Lisboa, 6-XI/27-XI-1842, n.º 4, p. 16).

10. *Revista do Conservatorio Real de Lisboa* (Junho de 1842/Dezembro de 1920).

11. *A Fama*. / Jornal de Litteratura e dos Theatros. / Revista das Sciencias e das Bellas-Artes (semanário, Lisboa, 8-I/2-IV-1843, n.º 12, p. 96). Editor, J. A. D. de Carvalho. Crítica, atenta e longa, de peças; biografia de dramaturgos; extractos de peças; crónica semanal; variedades. Notas sobre "A civilisação e o jornalismo", ou "Do romance", são passadas a favor de algo de singular: notícia dos teatros de província e do estrangeiro. Percebe-se a custo assinatura de um Mendes Leal e de L. A. Rebelo [da Silva].

12. *O Raio Theatral* (aos domingos, Lisboa, 8-X/31-XII-1843, n.º 9, seis páginas a duas colunas, para desfazer a norma das quatro ou oito).

13. *O Imparcial* / Chronica Theatral e Litteraria (aos sábados, Lisboa, 6-IV/22-VI-1844, n.º 12, 48 páginas). Teatros, anúncios, espectáculos. O "romance original" *Helena*, de José Lopes de Figueiredo e Quadros; ode em italiano.

14. *A Revista Theatral* / Chronica dos Theatros e Espectaculos Pu-

blicos (Lisboa, 21-XI-1847/1-I-1849, n.º 13, p. 52). Exemplo de folhetim, "Extracto do libreto da Opera / Joanna D'Arc".

15. *Revista dos Espectaculos* / Supplemento à *Revista Popular* (quinzenário, Lisboa, 1-III-1850; desde este ano, Periodico de Litteratura, Theatros e Variedades, até 16-V-1857, a. 5, n.º 9). Análise, por Andrade Ferreira e Ernesto Biester, da cena lisboeta[195].

16. *A Gazeta Theatral* / Jornal Litterario e Artistico (Lisboa, 1856, seis números). Cenas originais em folhetim.

17. *Theatro de Sala* (Lisboa, 1860). O primeiro número, de dez páginas a duas colunas, é o provérbio de Musset, traduzido por A. P. Lopes de Mendonça, *Uma Porta Deve Estar Aberta ou Fechada*. Revista-colecção, ignoro se teve continuidade.

18. *Chronica dos Theatros* / Jornal Artistico, Litterario e Theatral (quinzenário, Lisboa, 1-IX-1861/1869). Director, Eduardo Coelho (a partir do 2.º ano, José Maria Pereira Rodrigues). Principais nomes: Camilo, J. C. Machado, E. Biester, Eduardo Vidal, Manuel Roussado.

19. *Gazeta dos Theatros* / Revista Hebdomadaria Artistica, Litteraria e Musical (Porto, 1862-1863). Houve segunda, Publicação da Agencia Litteraria e Theatral (Lisboa, 21-IV-1875), dita, no 2.º ano, 4.ª série, n.º 23, 8-IV-1876, Revista dos Espectaculos, quando termina.

20. *Semana Theatral* / Publicação feita à segunda feira, e além d'esse dia, n'aquelles que convenha (Lisboa, 20-VIII/13-XI-1866, n.º 12). Balanço dos teatros e respectiva época. Carta aberta de Francisco Palha, poemas de M. Roussado, Álvares de Azevedo, e outros folhetins, não assinados, equilibram a vertente dramatúrgica.

21. *Rossi* / Hebdomadario Litterario e Scientifico (Lisboa, Março de 1869; ausente de *Jornais e Revistas...*). O n.º 2 é de Abril, o n.º 11 (último?) de Janeiro de 1870. Nome de célebre actor – podia integrar o apartado anterior –, congrega Ernesto Marecos, João de Deus, Leite Bastos, Eduardo Coelho, Costa Goodolphim[196].

[195] Corrijo, sem outros pormenores, erros do *Diccionario...* de Inocêncio, VII: 150. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, 4, Lisboa, Livros Horizonte, 1975: 777, nota 50, cita, para lá desta, mais 11 publicações de teatro entre 1849-1869.

[196] Doravante, Goodolfim.

22. *Revista Theatral* / Publicação Quinzenal Dedicada Á Litteratura Dramática (Lisboa, 21-IX / 12-X-1869, n.º 6). Com folhetim, um deles de J. C. Machado, "Os Caes do Sodré dos theatros". No n.º 2, 6-X, João de Deus e Luís de Araújo. No n.º 3, Bulhão Pato[197].

23. *Album Theatral* / Publicação de peças faceis de representar em sociedades particulares e em familia (1.ª série, n.º 4, Lisboa, 1872). Só lobriguei *Em Quanto Ladra o Tobias*, comédia em 1 acto, de Edmond About, traduzida por J. C. Machado.

24. *A Arte Musical* / Jornal Artistico, Critico e Litterario (Lisboa, 1-IX-1873/Dez. de 1875, a. 3, n.º 63; sai a 1, 10 e 20 do mês). Grande formato colaborado por Chagas, Joaquim de Vasconcelos, Biester, Vidal, etc. Um folhetim à medida, "A mocidade d'Haydn".

25. *A Platéa* / Folha Quinzenal (Lisboa, 30-VI-1875/20-IV-1876, n.º 25). No n.º 9, 30-VI-175, A. F. de Castilho.

Nos anos 50, existiu ainda, pelo menos, *Theatro e Sociedade*, fundado por Valdez, «com Firmino de Magalhães, hoje lente da Universidade, Bulhão Pato e José Avellar»[198].

5. 3. 3. *Boletins bibliográficos*

De teatro e edição percebemos, às vezes, muito mais à leitura de títulos de anúncios ou boletins de livrarias, com recensões paralelas nas melhores editoras, pós-1875[199]. Balanços periódicos da oferta livreira, são elementos indispensáveis para estudos de recepção. Alguns:

[197] Com o mesmo nome, conhece-se uma Publicação Quinzenal de Assumptos Theatraes (Lisboa, 15-I/31-III-1885, n.º 7, 16 páginas). J. C. Machado assina "Influencia amorosa do Fr. Luiz de Souza", p. 97-98. Na 2 ª série (Lisboa, 15-I/15-XII-1896, v. 2, n.º 48), Pinheiro Chagas, Eduardo Garrido, António Enes. Ainda, *A Revista Theatral, Illustrada Humoristica, de Critica Imparcial* (Lisboa, 1-IV-1899/7-XI-1900, n.º 3).

[198] Júlio César Machado, *Apontamentos de Um Folhetinista*, Porto, 1878: 299.

[199] Penso na *Bibliographia Portugueza e Estrangeira*, 'publicação mensal' de Ernesto Chardron (Porto, Janeiro de 1879), das raras com uma anuidade de 500 réis, o que as 16 páginas e capa por certo justificam. Camilo é o principal recenseador – de, por exemplo, *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, de J. M. da Cunha Seixas; ainda, J. C. Machado

1. *O Corretor Lisbonense*. / Jornal de Annuncios (Lisboa, n.º 6, 23-VIII-1842/20-V-1843, n.º 117).

2. *Novo Gratis*. / Jornal d'Annuncios (semanário, Lisboa, 5-I/21--XII-1844, n.º 35; *Jornais e Revistas*... diz 22-XII, esquecendo o de 1863-1865). Uma ou duas páginas sobre espectáculos dramáticos e touradas, que reencontro, em formato maior, já no n.º 401, 19-XII-1863, sem aquele subtítulo, até ao n.º 451, 25-II-1865, publicitando comédias, almanaques e romances editados.

3. *O Annunciador Litterario* / Jornal da Livraria de Viuva Marques & Filha (Lisboa, Abril/Junho de 1855, n.º 3). Distribuído gratuitamente por todo o Reino.

4. *Pregoeiro Litterario* / Jornal de Annuncios Litterarios (Lisboa, 1-VIII-1858).

5. *Registo Bibliographico e Philologico* (Barcelos, Fevereiro de 1868).

6. *O Livreiro* / Catalogo-Periodico / Da Livraria de Ferreira, Lisboa & C.a (Lisboa, 1870/1874, a. 4, n.º 10; oito páginas, com preços).

5. 3. 4. *Paródicos*

Em contraponto, das várias experiências em que literatura, humor e sarcasmo casaram, reiteremos a versatilidade e coragem de Urbano Loureiro, activo até à morte (10-VI-1880), exemplificando com *Os Gafanhotos* / Revista Mensal (Porto, 15 de Março/Setembro de 1869, n.º 7, p. 220), *O Japonez* / Folha Assim e Assado (Porto, 1869, 4 números), *O Salamalek* / Folha d'Encomios e Cortezias (quinzenário, Porto, 6-

(sobre *A Comédia de Lisboa*, de Gervásio Lobato, lembrando, de passagem, Lopes de Mendonça) e Alfredo Carvalhais. Boletins ou mais do que isso, podem tirar dois mil exemplares, como assevera *Bibliographia* / Dedicado á Critica Litteraria, Nacional e Extrangeira (Lisboa, 20-I-1889), de distribuição gratuita. Estes dois títulos estão ausentes de *Jornais e Revistas*..., como também está *O Universo Illustrado* (Boletim da Livraria Académica; Lisboa, 1879). O *Boletim Annunciador* (Porto, 1889) tinha a particularidade de ser grátis no Porto, mas custando dez réis em Lisboa e províncias.

-XII-1869/27-VIII-1870, n.º 15[200]), colaborada por «Heitor Pinto, [...] Fernão Mendes, e varias outras celebridades contemporaneas» *Ortigões* (Porto, Outubro de 1876 / Maio de 1887, n.º 8; homenagem ao antigo mestre de francês, prosseguindo n'*As Farpas*) e *O Tam-Tam* / Folha Burlesca (Porto, Setembro de 1879 / Março de 1880, n.º 24). Camilo é ovelha negra – de algum modo compensado por enigmática dupla, que se aproveita d'*Os Gafanhotos* para sovar Urbano Loureiro: *cf.* I. Da Costa, E d'Oliveira, *Coques. Critica Contemporanea*, Porto, 1872.

Um temível grupo de cinco vai-se desfazendo à testa d'*O Espectro de Juvenal* (Lisboa, Fevereiro de 1872-Junho de 1873, cinco números de 56 páginas): Gomes Leal, Guilherme de Azevedo, Luciano Cordeiro, Magalhães Lima, Silva Pinto[201]. Gomes Leal, Guimarães Fonseca e Júlio Máximo Pereira animam, a seguir, em que ainda entra Silva Pinto, *As Farças* / Jornal semanal, humorístico, satyrico e litterario (Lisboa, 3-X/Outubro-1873, n.º 4). De algum modo, todos se resumem na revista trimestral *Vespas e Mariposas* (Lisboa, 1874), colaborada por Junqueiro, Urbano Loureiro, Guilherme Braga, João Penha, Silva Pinto, Magalhães Lima, Júlio Verim, Alberto Braga...

Nos 150 anos do nascimento de Rafael Bordalo Pinheiro, foi bom recordar o seu "traço implacável" – síntese de António Valdemar no *Diário de Notícias* – Cultura de 21-III-1996 – e as principais colaborações de Ramalho e Guilherme de Azevedo. Lembrar, aqui, especial, a actividade de Barros Lobo, cuja coroa de glória é *O Mandarim* (Lisboa, 2-IX/19-X-1881, n.º 38; retomado em 1883, 2 números); *A Orgia* / / Publicação Mensal / Politica, Litteratura, Costumes / por Gomes Leal (Lisboa, Fevereiro de 1882); *O Berro* / Caricaturas de Celso Hermínio (Lisboa, 9-II/27-VI-1896, n.º 18), com «colaboração de todos os escriptores sem trabalho e com muitíssimo talento». Entre estes, Gomes

[200] Em 15-I-1871, o *Jornal do Porto* ainda anuncia este «annuario-patarata para 1871, escripto por diversos authores mortos e vivos, colleccionado por Urbano Loureiro».

[201] Oliveira Martins é «farcista», chochos o jornalismo e lírica nacionais; Castilho, o «distincto metrificador portuguez»; Chagas, Biester, Germano Meireles, Tomás Ribeiro, *Diário de Notícias*, também 'apanham', enquanto saúdam Junqueiro, João de Deus, nomes d'*A Folha*: «*Juvenal* é, para nós, o symbolo do Protesto e da Consciência indignada.»

Leal (seis sonetos de "Mephistopheles no macadam", 3, 23-II: 6) e João Chagas cronista.

5. 3. 5. *Fascículos e colecções de poesias inéditas*

A exclusiva poesia recolhe-se aos fascículos, folhas ou cadernetas como o *Semmanal das Musas* (Lisboa, 1836, dois números), por M[anuel] C[esáreo] de A[raújo] e Silva, que Inocêncio esquece, *Collecção de Novas Modinhas* (Lisboa, 1836, 3 números), ou *O Respigador* / / Collecção Litteraria (Porto, 1846, 1.ª série, três números de 16 páginas cada de quase só poesia religiosa). Nasceria, assim, a tradição dos jornais e colecções de poesias inéditas que melhor caracterizam a geração 'ultra-romântica'[202]:

1. *O Trovador* / Collecção de Poesia Contemporaneas, / Redigida / / Por uma Sociedade d'Academicos (Coimbra, 1848; 2.ª ed., Leiria, 1853). Redactores e colaboradores: A. Cabral Couceiro, A. Gonçalves Dias, A. Maria do Couto Monteiro, A. Pereira da Cunha, A. de Serpa, A. X. R. Cordeiro, A. Lima, Aires de Sá Pereira e Castro, Evaristo Basto, F. de Castro Freire, F. Palha, H. O'Neill, J. A., J. da Costa Cascais, J. Freire de Serpa, J. Frutuoso, D. João d'Azevedo, J. de Lemos, J. M.

[202] Algumas colectâneas são enganosas: *Coroa Poetica* / no consorcio / de / Suas Magestades / Fidelissimas / O Senhor Rei D. Luiz / e / A Senhora Rainha D. Maria de Saboya – colaborada por A. F. de Castilho, Camilo ("O anjo"), E. A. Vidal, Sant'Anna e Vasconcelos, Latino Coelho, José Ramos Coelho, Mendes Leal, Júlio de Castilho, Palmeirim, Rebelo da Silva, Tomás Ribeiro, acrescidos de espanhol e italianos – reúne, também, prosa e não se pretende periódica.

Precedente, quanto a regularidade temporal e de formato – eventualmente algum inédito –, foi o *Jardim das Damas, / E dos Sabios; / Ou / Flores Poéticas / Extrangeiras, / / E / Nacionaes:* / Colhidas / Por M. P. T. P. e A. / Ramilhete I // Lisboa / Na Impressão Regia / Anno M.D.CCC.V. Seis 'ramilhetes' de 16 páginas cada até 1806. Além de um 'Prefacio' em verso dirigido aos «sensiveis, e briosos Assignantes», versos arcádicos de omnipresente Almeno, Bocage, Camões, Pope, Lessing, Anacreonte, Kleist, em odes, epigramas, liras, idílios, sonetos, epístolas (como a "De hum dos Assignantes ao Auctor destes Folhêtos" e "A resposta em tercêtos").

Borges, J. [L.] A. Palmeirim, L. Correia Caldeira, L. da Costa Pereira, L. da Silva Mouzinho de Albuquerque, Nuno Maria de Sousa Moura, etc.[203]

2. *A Lyra da Mocidade* / Jornal de Poesias Inéditas (Porto, Tipografia do Eco, 1849) reúne, em 12 números de 16 páginas cada, versos de 1847, 1848 e 1849 de 18 redactores e colaboradores, cujo nome mais conhecido será Alexandre José da Silva Braga Júnior – invocando de entrada, em versos brancos decassilábicos, a "Musa divinal" –, ao lado de Coelho Lousada e Marcelino de Matos, com um só poema, e de António Aires de Gouveia. Alexandre Herculano, «ornamento da Literatura Portuguesa», é o dedicatário da publicação e sob a sua égide, em títulos ("Deus!", "A Tempestade"), epígrafes, formulações métricas e temáticas, se colocam assumidos vates de pouca dura, cujo futuro Camilo resumiu em folhetins do *Diário de Notícias* (27 e 30-X-1866; ver "Dezessete anos depois", em *Cousas Leves e Pesadas*, 1867). Variedade estrófica e mutações rítmicas, com predomínio da redondilha, envolvem narrativa de estados de um sujeito de injunções (à estrela, à noite, à cruz, à Mulher, à "amável solidão") emaranhado em ermo e solidão, "treva sombria", "lápide fria"… Entre súplicas a certos olhos e fugidia consolação na infância, evola-se uma lírica de reminiscências e melancolia de tom lamartiniano, em que a Natureza, tempestuosa qual alma apaixonada e refrigério para males incuráveis, vem tematizada – – desde os títulos – em flores (violeta, lírio, rosa, dália, perpétua) e seres alados (pomba, andorinha, mariposa e borboleta, coruja). Sujeito de olhar sensível à vida e fragilidade dos seres – «Branca pombinha dos céus / Onde vais nesse voar?» (A. Braga, p. 122) –, naufragamos, também por força das ondas canónicas que enleiam o artista, em soluções perdedoras, desistentes e pessimistas.

[203] *Cf.* A. P. Lopes de Mendonça, *Ensaios de Critica e Litteratura*, Lisboa, 1849: 171-210, ou *Memorias de Litteratura Contemporanea*, Lisboa, 1855: 238-263, como primeiro balanço desta geração. Segundo Cândido de Figueiredo, "João de Lemos", *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporaneos*, Lisboa, 1881: 65-70, A. A. Teixeira de Vasconcelos feriu os brios de poeta da A. X. Rodrigues Cordeiro e este, apoiado por João de Lemos, decidiu lançar *O Trovador*.

3. *Miscellanea Poetica*. "Jornal de Poesias Ineditas" editado em fascículos semanais de oito páginas por Francisco Gomes da Fonseca (Porto, duas colecções, de 2-I a 26-VI-1851 e de Julho de 1851 a Agosto de 1852, total de 214 páginas, mais índices; não faltava a sua charada, enigma e advertência), teve colaboração de uma centena de vates, na maioria daquela cidade ou aí residentes, como Camilo – com 28 composições, algumas éditas, uma sob o pseudónimo de Carolina da Veiga Castelo Branco –, «o nosso primeiro e unico poeta de sentimento». Relevo, também, para Soror Dolores [Maria Felicidade do Couto Browne], céptica e odiando a vida, antes de merencorizar sobre um passado que arrebata a crítica. À «nossa Sapho» sucedem outras damas, de valor desigual, embora saiam louvadas Ana Amália de Sá, Maria Cândida Pereira de Vasconcelos[204], D. Catarina, viscondessa de Balsemão, Maria Peregrina de Sousa, Maria Sofia Pereira Guedes e Maria da Luz. Francisco Joaquim Bingre, epigrafando Filinto, é um aceno de arcadismo ainda patente no jovem elmanista Augusto Luso da Silva, antes de, na sombra de Camilo, se perfilar o batalhão de versificadores desesperados ou sem chama: Afonso de Castro, A. Coelho Lousada, António José de Azevedo Guimarães, António Luz de Vilhena, A. F. Carneiro, A. L. Ferreira Girão, Guerra Leal, D. João de Azevedo, Miguel Sotto-Mayor, Eduardo Augusto Salgado, Delfim Maria de Oliveira Maia, Ignácio Pizarro de Morais Sarmento, João Pinto Ferreira da Costa Sarmento, J. [oaquim] S. [imões] da Silva Ferraz, José Maria Veloso, Joaquim Silvestre de Sousa, Nuno Maria de Sousa Moura, João Machado Pinheiro, e, na ponta final, Castilho já editado, A. X. Rodrigues Cordeiro e João de Lemos, entre tantos sob pseudónimo, estrelinhas ou iniciais. Nota positiva para José Joaquim da Silva Pereira Caldas, José Gomes Monteiro e Heliodoro Augusto de Sousa, mas, sobretudo, para António Pinheiro Caldas, Soares de Passos e o "nosso novo Tolentino", Faustino Xavier de Novais. Projecto demasiado abrangente, a chusma dos restantes não faz «uma mediana poesia». Um tão benévolo Augusto Pereira Soro-

[204] Maria Cândida Pereira de Vasconcelos de Sousa e Meneses colaborou, ainda, n'*O Trovador*. Evocada por António Cabral, filho, na biografia que faz do irmão, *Alexandre Cabral. Memórias Políticas – Homens e Factos do Meu Tempo*, Lisboa, 1923.

menho, igualmente colaborador e que, passado a crítico, venho citando, aconselhava a deixarem «de nos atormentar com insuffriveis cantigas, que continuo nos fazem arripiar *as carnes e o cabello* e algumas até ranger os ossos»[205].

4. *O Novo Trovador*. / Collecção de Poesias Contemporaneas, / Redigida / Por Alguns Academicos (Coimbra [1851-], 1856). "Dedicada Á Memoria de Almeida Garrett, homenagem saudosa", é volume de 208 páginas para 62 composições de, sobretudo, Alexandre Braga, A. Aires de Gouveia, Soares de Passos, A. P. da Cunha, F. Palha, Guilhermino Augusto, J. Freire de Serpa Pimentel, J. de Lemos, J. S. da Silva Ferraz.

5. *O Bardo*, / Jornal de Poesias Ineditas (Porto, 1852-Janeiro de 1855; nova edição, 1857). Redactores: A. P. C. [António Pinheiro Caldas] e F. X. de Novais[206]. Números de 16 páginas, num total de 384, mais índice de autores. Nova série vai até à p. 192. Outros, entre muitos, líricos: Alexandre Braga, A. A. Soares de Passos, A. C. Lousada, D. Antónia Gertrudes Pusich, António Pereira da Cunha, A. P. Soromenho, A. X. Rodrigues Cordeiro, Augusto Lima, Camilo (também como C. da Veiga), F. Palha, Marcelino [de] Matos, J. Pinto Ribeiro Júnior, D. Maria Peregrina, F. Gomes de Amorim, E. Marecos, Estácio da Veiga, B. Pato, J. C. Machado, A. Luso, F. M. Bordalo.

6. *A Grinalda* (Porto, 1855-1869 [de facto, 1855, 1857, 1860, 1862, 1864, 1869], 16 páginas mensais), propriedade e redacção de J. M. Nogueira Lima, é o último e mais duradouro esforço de clube de poetas que aportam, por um lado, resquícios de sentimentalismo já inconsequente e anunciam, por outro, facetas para-realistas inesperadas para quem deseja ver um corte, mesmo pessoal, a partir de 1865. Comparecem poetisas várias e os derradeiros representantes dos versos de álbum,

[205] Afora breves linhas na "Gazetilha" d'*O Nacional* portuense, n.º 145, de 7-VII-1851, destaque para a análise, por Augusto Pereira Soromenho, à primeira colecção no respectivo folhetim – "Critica Litteraria / (Miscellanea Poetica)": n.º 181, 19-VIII; n.º 183, 21-VIII; n.º 185, 23-VIII; n.º 189, 28-VIII; n.º 194, 3-IX-1851. Título ausente de *Jornais e Revistas*...

[206] Ver João José Cochofel, dir., *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977: 624-625; Álvaro Manuel Machado, *Les Romantismes au Portugal. [...]*, p. 272-273.

provindos da tradição portuense-coimbrã das folhas de poesia, sendo mais conhecidos: Alexandre Braga, Guilherme Braga, Delfim Maria de Almeida, Soares de Passos (homenageado, depois, na sua morte), Augusto Luso, Coelho Lousada, Ramalho Ortigão, F. X. de Novais, Manuel Duarte de Almeida, Ernesto Pinto de Almeida, um Bingre moribundo (seguido de póstumos), Sousa Viterbo, F. M. Supico, fragmento de Herculano retirado do fecundíssimo álbum de Nogueira Lima, Custódio José Duarte, António de Azevedo Castelo Branco, os acaso surpreendentes Alexandre da Conceição, Antero (n.º 11, 5º vol.: 163-166: «Poesia! mas poesia que console,», 21 quadras datadas de Coimbra, Janeiro de 1864), Teófilo Braga e, já em 1869, sexto ano e diferente logotipo, quando Júlio Dinis persiste em rasgos de que a posteridade não fez conta, Tomás Ribeiro, Maria Amália Vaz de Carvalho, João de Deus, Alberto Pimentel, J. Pinto Ribeiro Júnior, Junqueiro, Simões Dias, Augusto Soromenho. O prometido sétimo ano deste pretendido *Cancioneiro Geral da Poesia Lyrica Moderna de Portugal* (p. 186; os índices finais a p. 187-192) não veria a luz[207].

Desenvolve esta ideia, em volume, *Harpa do Mondego* / Collecção de Poesias Contemporaneas / Redigida / por / Uma Sociedade d'Academicos / I. (Coimbra, 1855, 126 p.): C. S. Vasconcelos, Ernesto Marecos, T. [Tomás] A. Ribeiro ("Remorso", "No Album da Exm.ª Sr.ª D. M. C. Nazareth", "Mentiras", "Dúvidas"), A. Aires [Gouveia], F. Soares Franco Júnior, J. S. da Silva Ferraz, N. I. de Brito, Alfredo de Carvalho, A. Vitorino da Mota, J. de Lemos, Inácio Silveira da Mota. M. J. L. da Cunha e Silva, F. A. S. Vilaça.

De algum modo, o balanço deste movimento – notar-se-á a completa ausência de Lisboa – seria refeito em dois momentos distintos: no *Parnaso Português Moderno* (1877)[208], de Teófilo, e no *Cancioneiro*

[207] Para casos particulares, *cf.* Maria Manuela Gouveia Delille, "A recepção da poesia heiniana no Porto dos anos 50 e 60 – Soares de Passos, Júlio Dinis e *A Grinalda*", *A Recepção Literária de H. Heine no Romantismo Português (De 1844 a 1871)*, Lisboa, INCM, 1984: 138-148 [ainda, p. 154-159]. Mais leve, Júlio Brandão, *Recordações Dum Velho Poeta. Figuras Literárias e Artísticas*, Lisboa, Edições Gleba, s. d.: 19-23.

[208] *Parnaso Portuguez Moderno*. Antologia de líricos portugueses (parte I: 3-153), brasileiros (II: 157-239) e galegos (III: 243-312) organizada por Teófilo Braga (Lisboa,

Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros (1879)[209]. Posteriormente

1877), que a precede do estudo (três partes: VII-LXI) "Da Poesia Moderna Portugueza, suas transformações e destino". Sem desprezo da tradição, a poesia é, ainda, «o orgão mais apto para manifestar as aspirações da consciencia moderna» (p. VIII), sendo graças à emigração que o filintista Garrett «comprehendeu o romantismo» e se libertou dos «moldes arcadicos em que sentira desde criança», enquanto o elmanista Castilho «esteve refugiado na abbadia de S. Mamede da Castanheira do Vouga, e por isso esterelisou-se muitos annos em traducções latinas, que a ninguem aproveitam» (p. XII). No balanço que opera até à revolução entrevista em *O Crime do Padre Amaro*, Teófilo privilegia as *Folhas Caídas* (oito composições), João de Deus (seis) e, como síntese deste e de Garrett, a sua *Visão dos Tempos* (cinco), seleccionando quatro das *Odes Modernas* anterianas, duas de Junqueiro e uma de Castilho e Herculano. *O Trovador*, *O Novo Trovador* e *A Grinalda* (aqui bebe Júlio Dinis, Tomás Ribeiro, Alexandre da Conceição, Alexandre Braga) têm os seus representantes, a que acrescem L. A. Palmeirim, Augusto Lima, Soares de Passos, J. S. Mendes Leal, Bulhão Pato, Ernesto Marecos, Guilherme Braga, Alberto Teles, Guilherme de Azevedo, Sousa Viterbo, Cândido de Figueiredo, Gomes Leal, Cláudio José Nunes, José Simões Dias, João Penha, Santos Valente, Gonçalves Crespo, este entre os brasileiros.

[Bibliografia: Margarida Vieira Mendes, "O conceito da poesia na 2.ª metade do século XIX à luz dos prefácios de então – Persistência do Romantismo", *in* M. L. Lepecki, L. G. Pires, M. V. Mendes, *Para Uma História das Ideias Literárias em Portugal*, Lisboa, INIC, 1980: 61-94]

[209] *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* (Porto, 1879; 2.ª ed., em 2 vols., seguida dos "Criticos do Cancioneiro", 1888). Antologia, comentada, de 59 autores (ou 58, porque certo Anónimo é o próprio Camilo, também por extenso) desde Gil Vicente, não esconde, nas opiniões sobre os vivos e a meses de *Eusébio Macário*, que a sua falange está bem longe de ser a Ideia Nova, preferindo Eduardo Vidal a G. Junqueiro ou Gomes Leal. *O Primeiro de Janeiro* de 13-IV-1879 anuncia este *C. A. ou Poetas Portuguezes e Brasileiros* [*sic*] como empresa «de costa arriba», onde o «commentario, critico e mordente», desfranzirá «fronte annuviada do leitor». O articulista – Camilo, naturalmente – transcreve do livro, já no prelo, excerto que não engana quanto ao seu propósito: «Ultimamente a litteratura realista deu em apresilhar á Morte nomes sobremaneira offensivos, que andam cotados em cadeia, multa e custas no Codigo penal portuguez. A litteratura romantica chamava – *cega*, *palida*, *impia*, *cruel*, *dura*, *tyranna* – adjectivos consagrados á Parca por todos os vocabularios de epithetos. [...]» A longa prosa de 27 de Abril, após elogio do riso que não esconde as «coisas amarissimas», dá a palavra ao autor: «[...] Uma coisa que lhe fez perder a paciencia é a Ideia Nova, e não por ser nova, [...] mas por lhe revelar os instintos menos aceiados e nobres dos corvos e dos cães esfomeados, cevando-se em podridões.» Felizmente, «não faltam motivos por alacridades legitimas. Os Donnas Bottos formigam.» Destruidor de heróis com pés de barro e humanizador de semi-deuses, reivindica a glória para Cláudio

(s. l., s. d. [após 1882], 204 páginas e estampas), *Album Litterario* antologia, mais em verso do que em prosa, revoadas de poesia de álbum e, entre poucos desconhecidos, os seguintes, como amostra do século em que a ordem de paginação é arbitrária: Fernando Caldeira, J. Simões Dias, João de Deus, Gomes Leal, Silva Pinto, Guiomar Torrezão [opto pela grafia originária], Silva Gaio, Amélia Janny, Guilherme Braga, F. Gomes de Amorim, Joaquim de Araújo, Tomás Ribeiro, A. Enes, J. C. Machado, Guilherme de Azevedo, Casimiro de Abreu, Nogueira Lima, Magalhães Lima, P. Chagas, Pedro Ivo, F. X. de Novais, Gonçalves Dias, Camilo, Fernando Leal, Cipriano Jardim, Costa Goodolfim, Antero, G. Crespo, Ramalho, Garrett, Herculano, Junqueiro, Eduardo Coelho, Barão de Roussado, Luciano Cordeiro, Maria Amália Vaz de Carvalho, Angelina Vidal, Alexandre da Conceição…

5. 3. 6. *Romance em cadernos*

Só romance havia n'*O Iman* / Jornal do Gosto. / Leituras para ambos os sexos por uma sociedade (Lisboa, 1847); no *Archivo Romantico* / / Semanario Recreativo (Lisboa, 1848), com "Os perigos da festa de S.

José Nunes e João de Deus. «Para muitos outros, para Anthero de Quental, Castilho, Manuel Duarte d'Almeida, Sousa Viterbo, Fernando Caldeira, [António Luís Ferreira] Girão, Vidal, Palmeirim, Simões Dias, Gonçalves Crespo, etc., tem uma palavra e um sorriso encantador.» Resta-nos – alertando para a guerrilha daqui decorrente – juntar os demais autores: Diogo de Macedo, Tomás Ribeiro, Xavier da Cunha, Brás Luís de Abreu, Caetano Filgueiras, Álvares de Azevedo, Francisco de Sá, Tomás Pinto Brandão, Jorge de Aguiar, Joaquim de Sousa Andrade, Guilherme de Azevedo, Teodoro de Sá Coutinho, Paulino Cabral, Macedo Papança, Nunes da Ponte, Camões, Correia de Almeida, António de Cabedo, Gonçalves Dias, Almeida Garrett, Azevedo Castelo Branco, Barão de Roussado, Menezes Paredes, Bocage, Garção, conde de Azevedo, Alexandre da Conceição, Alfredo Carvalhais, Joaquim da Costa Cascais, João Penha, Francisco Moniz Barreto, Guilherme Braga, Casimiro de Abreu, Pedro Dinis, Francisco Palha, visconde da Pedra Branca, Bulhão Pato, Augusto Soromenho, Gomes de Amorim, Fagundes Varela, Faustino Xavier de Novais.

[Bibliografia: Alexandre Cabral, *Polémicas de Camilo Castelo Branco*, vols. VI e VII, Lisboa, Livros Horizonte, 1982: 105-199 e 5-103]

Bartholomeo. / – 1572", por Mr. Paul Lacroix, em 56 páginas sem continuação; na colecção *Archivo do Povo* / Os Bons Romances: quem, na Rua Augusta, 70, assinasse aquele (1870) recebia semanalmente uma folha de 8 páginas em 16 colunas, ao preço de 20 réis[210]. *Gabinete de Leitura* / Semanario das Familias / Romances Illustrados de Todas as Nações (Lisboa, Janeiro de 1884/s. d. [1884], n.º 15, p. 202) tira o nome de instituto público marcante em Oitocentos. A duas generosas colunas e com marca do desenhador Manoel de Macedo, propõe-se romances para todos, sem «as liberdades deploráveis que prejudicam muitos romances», reza logo a abrir. Visando a assinatura, pulula de correspondentes de Norte a Sul, e no Brasil, mas os três principais romances em

[210] Idêntico projecto foi *O Jornal dos Romances* / Illustrado (Porto, 21-III-1897), oito páginas a três colunas. Seria, acaso, uma tentativa de 'imprensa de folhetim', como houve em França com *Les Bons Romans*... Das experiências posteriores, citarei a *Novela Sucesso* / Publicação Semanal, com um título evocativo por número de 32 páginas (o do n.º III, 1 de Março de 1923, *O Crime da Carne Branca*). Director e editor, Francisco A. Direitinho; capa e ilustrações de Bernardo Marques. Aí inseriu Ferreira de Castro, em 1923, *O Êxito Fácil*, 24 p. não inclusas nas obras completas. E a *Novela Mensal* [ou trimestral?], de que vi *Cristo de Alcácer* (Março de 1924) e *O Imaginário* (Junho), assinadas pelo Conde de Vila-Moura, desenho da capa por António Carneiro, edição d'A Renascença Portuguesa, Porto.

Falece-nos um *corpus* consistente para justificar trabalho semelhante ao de Brigitte Magnien e outros, *Ideologia y Texto en "El Cuento Semanal". 1907-1912*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1986: história da revista, grupos de argumentos ou sua componente narrativa, retratos físicos, estratos sociais; sendo, entretanto, modelar – a partir de sete autores de contos saídos na Imprensa de Madrid e Barcelona – o de Ángeles Ezama Gil, *El Cuento de la Prensa y Otros Cuentos. Aproximación al Estudio del Relato Breve entre 1890 y 1900*, Universidad de Zaragoza, 1992. Discute problemas por que também eu passo, com a diferença de que, no fim e transição do século, as situações são mais claras, o *corpus* é mais reduzido, menor o lapso temporal. Útil para a poética do conto, prescinde de estratégias a que obriga o simples facto de aparecer em folhetim, o que é diferente de aparecer na Imprensa, ponto de vista aí assumido, e logo nos títulos de contos seleccionados. A mesma Brigitte Magnien, com outros, edita *Hacia Una Literatura del Pueblo: del Folletín a la Novela: el Ejemplo de Timoteo Orbe*, Barcelona, Anthropos, 1995. Estudada a prática na Imprensa castelhana oitocentista, particulariza-se na católica e, logo, na operária espanhola (1881-1910) e francesa. A segunda parte debruça-se sobre operários, socialistas e intelectuais bilbaínos, com aplicação ao caso Timoteo Orbe e como, no lapso de cinco anos, deu nova versão em livro de romance publicado anonimamente no semanário do Partido Socialista em Bilbao.

continuidade, e um iniciado, "A Condessa Sarah", de Georges Ohnet, traduzido por Gervásio Lobato, ficam inconclusos. São aqueles: "Os Degredados / Romance allemão de Frederico Gerstäcker", em tradução livre; "Um Tiro de Revolver / Por Julio Mery", trad. de G. Lobato; "O Porteiro do nº 21 / Por Eugenio Chavette". Entre gravados de Henrique Conscience e Ivan Turgueineff, como escreviam, contos populares russos e um de Andersen, também conclui o longo Júlio César Machado de "O Salpicão ou o Casamento de Macieira" (p. 5-9).

Predecessores houve, porém, ignorados – ou que alguns remetem para o jornalismo. É o caso do *Armazem Interessante, e Recreativo, ou Collecçaõ de Novellas, e Noticias Uteis, e Agradaveis* (Lisboa, 1806), cujo n.º 1 trazia "Heroina Inglesa ou a Força do Amor", 30 páginas a continuar. Ainda, *Recreio Domestico, ou Ramalhete de Novellas, Historias, Contos, &c.* (Lisboa, s. d.), dois números (o título do segundo: *Recreio Domestico, ou Collecção de Contos, Novellas, Historias, Ditos Galantes, Vida dos Grandes Homens, &c.*, Lisboa, 1815) em que se assume o "conto sentimental" ou "oriental".

No lote mais importante, relevemos *O Panorama* – reivindicado, também, como de História[211] –, *Revista Universal Lisbonense*, *A Ilustração*, *A Época*, *A Semana*, *O Instituto*, *A Ilustração Luso-Brasileira*, *Arquivo Pitoresco*, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, *A Folha*, *Artes e Letras* e *Revista Ocidental*, após as já referidas de 1833 e 1834-1835. Outras tornam-se incontornáveis, pelos respectivos directores, colaboração, apuro gráfico e variedade literária. Foi sobre este período de 42 anos que mais pendeu a investigação: por um lado, com a vitória liberal já clara em 1833, impunha-se moderna fórmula de Imprensa literária na deriva romântica; por outro, a transição, ou educação, realista d'*O Crime do Padre Amaro* esboça-se na serialidade da luxuosamente colaborada *Revista Ocidental* (1875), quando socialistas e republicanos se tingem de ameaços iberistas. Eça, por mais que o denigra, nasce e cresce literariamente com o incontornável folhetim.

[211] Ver Rosalina Branca da Silva Cunha, "Repertório de revistas portuguesas de História. 1818-1974", *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 1, n.º 2, Julho-Dezembro de 1981: 313-354.

5. 3. 7. *Principais títulos literários*

1. *O Cidadão Philantropo*, / ou Jornal Politico, Literario, / e Recreativo (Braga [impresso no Porto], Abril/Novembro de 1836, oito números, até p. 212). Redigido por D. João de Azevedo, serve-se de mancha-livro, em 32 páginas. Consta de quatro artigos principais, ou secções: política, literatura (sempre, carta de Chateaubriand e notas sobre a História de Portugal), poesia e variedades. A poesia descobre-se na colaboração, maioritária, de redactor mais conhecido como ficcionista. Temos, assim, odes, epístolas [uma, no n.º 3, de 20-X-1834: 75-77, evocando Filinto], soneto, além de traduções de Lamartine, Hugo e Byron, a partir do francês.

2. *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (mensal, Lisboa, Abril-Agosto de 1836, n.º 5). Colaboração de Herculano, Castilho, Oliveira Marreca[212].

3. *O Panorama* / Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, surgiu a 6 de Maio de 1837, sábado, em oito páginas de quarto grande a duas colunas, ilustrado. Custava, avulso, 25 rs. e 1$200 rs. de assinatura anual (semestral, 640 rs; 340 rs. trimestralmente). Registava cinco mil exemplares ao 5.º número – que escoavam correspondentes em Lisboa, na província (aqui, pouco significativo: 308 exemplares no quarto trimestre de 1839), ilhas, Brasil, Bélgica, Espanha, França e Inglaterra –, mas é de notar que se distribuem gratuitamente, por imposição do art. 51.º e último dos Estatutos da Sociedade, «pela Casa Pia, Casa d'Expostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos Pios, alguns exemplares de cada número, que facilitem aos alunos a leitura desta publicação».

Após «desventuras de tres seculos», com morte de glória dupla – das armas e das letras –, constituía «virtuoso e patriotico proposito» dessa

[212] Para a história da Sociedade dos Amigos das Letras, *cf.* Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, tomo III, Coimbra, Imprensa da Universidade, [2]1929: 82-87.

Sociedade, visando derramar «uma instrucção variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadão, [...]» (p. 2). Segundo os estatutos da Sociedade, cujo capítulo V é dedicado ao semanário, este ocupar-se-ia «de considerações sobre a História Nacional e Estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatística e geografia do país; biografia dos nossos varões ilustres, em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à Língua portuguesa. A Jurisprudência, a Economia Política, o Direito Administrativo, a Indústria, o Comércio e as Belas-Artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções símplices e úteis» (art. 47.º).

O art. 48.º juntava novos argumentos, como «extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de Ciências Naturais, ideias as mais elementares de Astronomia e de outros ramos agradáveis das Matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal.»

Modelado pelo *Penny Magazine*, *Magasin Pittoresque*, *Le Musée des Familles*[213], sente-se, na introdução ao 2.º volume, a necessidade de trocar matérias graves (coisa natural na Europa culta) por uma espécie de instrução mais útil, deleitosa e acessível, em que se conjugassem pureza de estilo, peculiar escolha do assunto, respeito pela moral pública: «Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos.» (art. 49.º)

As duas primeiras e mais conhecidas séries abarcam de 1837 a 1844. Herculano é redactor principal até 13 de Julho de 1839, resigna «por motivo de negocios pessoaes»[214] e pouco colabora no triénio imediato (três

[213] Nunca se considerou a eventual inspiração do *Journal des Connaissances Utiles*, mensário (troisième année, Paris, Janvier 1833, 28 páginas, 2 colunas) da Société Nationale pour l'Émancipation Intellectuelle, encontrável em Portugal, dirigido pelo fecundo e revolucionário Émile de Girardin, que prologa as duas partes: economia geral e rural/industrial. Jacinto Baptista, no seu claríssimo *Alexandre Herculano Jornalista*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977: 26-28 [27], analisa e reproduz *The Penny Magazine* (31-III-1832). A considerar, ainda, *Galeria Pittoresca* (1834), de António José da Cunha Salgado, que já se inspirara em Paris e Londres.

[214] Rodapé ao artigo, assinado A. H., "Do Christianismo", vol. III, n.º 115, 13-VII-1839: 221.

capítulos d'*O Monge de Cister*, 2-I-1841, *Arras Por Foro de Espanha*, 1841-1842, etc.). Faz novo e bem remunerado contrato a 20 de Janeiro de 1843, quando já estreara, a 14, *O Bobo*, numa prática de 'romances' que, por sua conta, inaugura em 24-III-1838 com algumas das futuras *Lendas e Narrativas* ["O castelo de Faria"][215]. A redução das assinaturas obriga assembleia geral da Sociedade, em 23-XII-1844, a suspender a publicação.

Nova empresa lança a 3.ª série: o volume IX vai de 5-IX-1846 a 25-XII-1852 – 38 números até Novembro de 1847 e os mais em 1852, quando outro editor retoma o título e os volumes X, XI, XII e XIII, até Dezembro de 1856, sendo este redactor principal. Exemplifiquemos, lembrando que cada página comporta duas colunas. Assim, no vol. XIII, ou 5.º da 3.ª série, notemos "Estudos criticos" (desde o n.º 2, 12-I-1856: 13-15, 22-24, 30-32, 34-36, 42-44, 51-55), por L. A. Palmeirim, que também poemiza (p. 214); os continuados do XII vol. sobre "O visconde de Almeida Garrett" (p. 15-16, 44-45, 49-51, 62-64, 71-72, 78-80, 87-88, 100-101), de J. M. Latino Coelho; *A Pena de Talião*, de Rebelo da Silva (n.º 3, 19-I: 18 ss; erradamente, "Janeiro, 12, 1856"), o qual prossegue com "Poetas da Arcadia Portuguez" [*sic*] / III / Antonio Diniz da Cruz e Silva", p. 70-71, 74-77; 85-87, 122-124, 142-144, 226-228, 277-280, 290-294; "Viagem ao Minho", por F. G. de Amorim, p. 77 ss., acrescendo poemas; "Na Extremadura", de A. Herculano, p. 105-107, 124-125, vindo do n.º 39 de 1855; "Viagens de Beckford a Portugal", p. 148-149, *passim*; "Lembras-te", Casimiro [de] Abreu, p. 149; "Esboços criticos / Poetas portuenses. / Faustino Xavier de Novaes", por Andrade Ferreira, p. 150-151, 155-156, 171-174, 194-196, 246-247, 254-255; Bulhão Pato, "A. de Lamartine", p. 209-210, 229, e "Uma aventura romantica n'uma epoca de prosa", p. 285-286, *passim*; F. Maria Bordalo, "Florença. / Romance ou Historia?", p. 258-260, e "Episodios de uma viagem", p. 282-284, *passim*; longa recensão de R. Paganino ao drama de António de Lacerda *Fazer Fortuna*, p. 302-303,

[215] Síntese da ficção histórica relativa ao período de 1837-1867 – enquadrada, afinal, no lapso de vida d'*O Panorama* – apresenta-se em Castelo Branco Chaves, *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Lisboa, ICLP, 1979 [de facto, 1980]: 69-80.

306-307, 358-360, 388-389, 411-412, continuando no vol. seguinte; "Kempis", poema de Camilo Castelo Branco, p. 332-333; F. Soares Franco, Júnior, "O pagem da rainha. / Romance", p. 333 ss. A 4.ª série deu os de 1857 e 1858. Enfim, quarta chancela lança a 5.ª série com os relativos a 1866, 1867 e 1868. Total: 18 volumes.

Projecto de ilustração, visa regenerar o quadro mental português através da educação e da cultura, com que, sobre favorecer os bons costumes, se daria razão e apoios necessários à liberdade tão dificilmente conquistada:

> [...] o que mais importa é dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade, o amor da instrução; [...] entendemos por instrução popular a cultivação do espírito e não o ensino das artes fabris ou mecânicas, a que muita gente dá aquele nome. Negar o aperfeiçoamento intelectual do homem; deixá-lo na bruteza e na ignorância, é um acto imoral, um menoscabo de deveres sagrados e, por consequência, um crime. (1838: 315)

Já a introdução ao 8.º volume (1844), qual derradeiro balanço, esclarecia o propósito romântico em que assentava, desde a sua génese, este projecto:

> [Era] a primeira publicação do seu género que tinha revocado certa afeição pelas cousas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso traísse a missão de progresso que incumbia aos escritores que sabiam quais os destinos da época presente: tinha sido ele o primeiro que, a par da difusão das ideias de utilidade material, tinha trabalhado para que renascesse o sentimento da antiga energia e glória nacional, [...] e sem cuja renascença não havia regeneração possível, [...]. *O Panorama* tinha procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que tinha enobrecido esta nossa boa terra em eras remotas.

Um passado exemplar modela, assim, entre quadros da História de Portugal e a não despicienda economia doméstica, uma indecisa tran-

sição liberal e o gosto de classe média a formar-se acaso muito depressa[216].

4. *Revista Litteraria* / Periodico de Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias, e Bellas-Artes (quinzenário, Porto, 15-VII-1838/1844, 11 tomos; mensal desde Janeiro de 1839). No tocante à 'Litteratura Portugueza', estreia-se com parecer sobre "O Camões do Snr. Garrett" (p. 12-20): «Seu poema é um pouco esteril em pormenores. [...] peca essencialmente por falta d'invenção e de interesse: e logo que no

[216] Trata Inocêncio, demoradamente, desta revista no seu *Diccionario*: t. VI: 335; t. XVII: 136; t. XXI: 366, 514 ss; A.: 323. Descritiva, ver Maria Cristina Nogueira Lança de Mello, *O Panorama. História de um Jornal*, Faculdade de Letras de Lisboa, 1971; e António Manuel Ribeiro, *O Periodismo Científico e Literário Romântico. «O Panorama» – 1837/1844*, sep. de *Munda* (Coimbra), n.º 29, 1995: 62-76. Os índices, incluindo o de gravuras, podem consultar-se nos quatro números do vol. V do *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, 1964: 126-185; 312-372; 419--555; 660-700.

Sobre a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis: «Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor e, desde já, por meio duma publicação semanal, é o fim a que a Sociedade se propõe», rezava o art. 1.º do cap. I dos respectivos Estatutos (1837). Contando com D. Maria II e família real entre os accionistas (aos quais é dedicado o cap. II), iniciava o primeiro ano administrativo – até 30 de Junho de 1838 – com o capital de 10.000$00, dividido em duas mil acções de 5$000 réis cada, necessário, em especial, para manter uma das melhores tipografias nacionais, de cujos prelos sairiam obras importantes como *A Harpa do Crente*, de Herculano, *Quadros da História de Portugal*, de Castilho, *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire, *Relação do Novo Caminho, Que Fez por Terra e Mar, Vindo da Índia para Portugal* (2.ª ed.), do padre Manuel Godinho, *Dicionário Jurídico-Comercial*, de José Ferreira Borges, etc. Aliás, a Direcção – três directores, a título gracioso, eleitos anualmente pela Assembleia Geral em escrutínio secreto, e reeleitos uma ou mais vezes (cap. III) – estava autorizada, por portaria de 26-VII-1838, a compulsar códices e manuscritos da Biblioteca Nacional tidos por úteis e que concorressem para a vulgarização dos conhecimentos científicos entre os portugueses. Semestralmente, a Direcção apresentava à Assembleia Geral – composta pelos cem maiores accionistas residentes em Lisboa (cap. IV) – um relatório de actividades; anualmente, distribuíam-se dividendos, que também podiam ser convertidos, no todo ou em parte, em fundos de reserva. O cap. V, e último, dos Estatutos (Do Jornal, artigos 46 a 51) preconiza as condições de lançamento e matéria d'*O Panorama*, por cujas duas primeiras séries se responsabiliza, até à suspensão decidida em assembleia geral de 23-XII-1844.

2.º canto se passa a scena do enterramento, sublime scena na verdade, parece que o romance devia de acabar de todo.» (p. 14)

Quanto às «bellezas de primeira ordem», são de notar «a elegancia de poesia, a sublimidade dos pensamentos, muita riqueza de descripções, e caracteres, em que ha verdade e elevação de desenho» (p. 16). Na 'Miscellanea' de 31 de Julho, vem paralelo histórico entre Camões e Cervantes, e, nos seguintes números, Fernão Mendes Pinto é o santo da devoção. Realce, todavia, para uma "Galeria de retratos comicos" – o casquilho, o erudito, o ralhador, o egoísta –, inaugurando descrição de modos de ser nacionais a que L. A. Palmeirim e outros dedicarão maior sistematicidade.

5. *O Cosmorama Litterario* / Jornal da Sociedade Escholastico-Philomatica (prospecto em 1839; semanal, Lisboa, 4-I/22-VIII-1840, 34 números, 272 páginas). Fundado por João de Andrade Corvo, reuniu Rebelo da Silva (*A Tomada de Ceuta*), Latino Coelho, Tomás de Carvalho, Lobo de Ávila...[217] Como redactor principal aparece obscuro J. J. Vieira de Carvalho Júnior e, entre artigos com algum interesse não assinados (sobre Schiller, "Origem e fins da poesia", romances históricos e ciências naturais, afora um D'Arlincourt, "As duas gémeas"), sobram raros de Fradesso da Silveira e Gama Lobo. Larga recensão de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, por 'Um Brazileiro' (n.º 18, 2-V: 142-144, n.º 19, 9-V: 147-148).

6. *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica* (Coimbra, 29-II/24-X-1840, n.º 24, p. 384; 16 p. semanais [ou quinzenais] em mancha de livro). Textos de Adrião Pereira Forjaz, José Freire de Serpa Pimentel, redactor, J. J. da S. Pereira Caldas, A. Braamcamp, A. Pereira da Cunha, J. M. de A. T. de Queiroz, Pauline Flaugergues, A. A. Teixeira de Vasconcelos (episódico secretário de redacção e editor, versando "Poé-

[217] José Maria de Andrade Ferreira, "Luiz Augusto Rebello da Silva" [1859-1871], *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, Lisboa, 1872 [1871, no frontispício], descreve noite de Fevereiro de 1838 na Rua da Atalaia, em que a mocidade letrada discutia «a influencia da civilisação na historia; a reacção romantica e os effeitos da litteratura no occidente da Europa» (p. 44), e diversas outras matérias. Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, ed. cit., tomo IV, 1930: 178-179, trata das origens da Sociedade e remete para outra bibliografia.

mas heróe-comicos"). Se Lamartine está presente, mais ainda está o teatro nacional e, sobretudo, pequeno dicionário de autores de Quinhentos e Seiscentos. Odes, xácaras, solaus, longas prosas de álbum, largas considerações sobre a língua portuguesa e recensão a *Os Dous Renegados*. Polivalente, mesmo no verso, o pai de Eça tem aqui significativa colaboração[218].

7. *Revista Universal* / Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes, e Litterarios. / Por Uma Sociedade estudiosa (semanal, Lisboa, 1-X-1841), já *Lisbonense* a partir de 24-III-1842 [até 1859]. Doze páginas a duas colunas, repletas de vinhetas e entretítulos a gótico. Bela paginação em três mil exemplares. A. F. de Castilho pontifica [redactor de 22-IX-1842 a 19-VI-1845], dedicando parte da energia a campanha contra as touradas, em que é quantiosamente secundado[219]. Outros: Silvestre Pinheiro Ferreira, Mendes Leal, Palmeirim, Silva Túlio, António da Cunha Souto Maior, A. Pereira da Cunha, Emílio Augusto Zaluar, J. Freire de Serpa, João de Lemos, F. M. Bordalo, A. X. Rodrigues Cordeiro, José Silvestre Ribeiro, F. Gomes de Amorim, B. Pato, A. A. Teixeira de Vasconcelos [10-V, 20-IX, 27-XII-1849, a surpresa de um lírico].

Garrett estreia-se no n.º 11, 9-XII-1941, a discorrer sobre "Poesia nacional". Assume, sem peias, a introdução do Romantismo: «Estava corrido o primeiro quarto d'este seculo quando a reacção do que se cha-

[218] Ver Júlio Brandão, "Um poeta esquecido, pai de Eça de Queiroz", *Recordações Dum Velho Poeta. Figuras Literárias e Artísticas*, Lisboa, Edições Gleba, s. d.: 29-32.

[219] Nas Obras Completas de A. F. de Castilho – VIII – *Vivos e Mortos. Apreciações Moraes, Litterarias, e Artisticas*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, dedica-se o vol. I à recolha de textos insertos no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*; nos vols. II a VIII, é a produção literária na *Revista Universal Lisbonense*: II – 1841; III – de Março a Dezembro de 1842; IV – de Dezembro de 1842 a Maio de 1843; V – Maio de 1843 a Maio de 1844; VI – de Maio a Novembro de 1844; VII – Dezembro de 1844 a Junho de 1845; VIII – Junho de 1845, quando se despede. Seguem notas dos Editores aos oito volumes. A produção noticiarista pede mais sete volumes sob o título *Casos do Meu Tempo*, 1906-1907. Ciclicamente, estalam artigos pró e contra a tourada (por exemplo, no *Archivo Universal*, 3.ª série, n.º 17, 24-IV-1860: 271; 21, 22-V: 335) É significativa a *Bibliografia Tauromáquica*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927. Acrescente-se Jaime Duarte de Almeida, *Enciclopédica Tauromáquica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1968. Da 'Crónica de touros' mantida por Fernando Teixeira no *Diário de Notícias*, ver "Os touros através da obra de Eça de Queirós", 8-I-1989.

ma *romantismo*, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal.» (t. 1.º: 129)

O Alfageme de Santarém domina o início de 1842: peça suspensa na véspera da estreia pelo empresário do Teatro dos Condes, que nela viu «uma sátira aos ultimos acontecimentos politicos de Portugal» (t. 2, n.º 7, 24-II-1842: 83); estreia, com enchente e ovação, e ausência de Garrett, a 5 de Março; longa crítica a 17 (p. 118-122) e anúncio da passagem a livro, em "papel superfino", a 480 rs. (p. 122). Convergem outras indicações sobre a recepção da sua obra.

Herculano é chamado a 7-IV-1842 (3.º da 3ª série, n.º 27), com a "Carta 1.ª sobre a Historia de Portugal (Apresentação)", seguindo-se as 2.ª, 3.ª e 4.ª cartas até ao n.º 44, 4.º da 4.ª série, 4-VIII-1842. "Theatro--Moral-Censura" (10º da 3ª série, n.º 34, 26-V-1842), para corroborar artigo de Castilho, foge à vertente quase exclusivamente historiográfica desta colaboração. Convém relevar (vol. II, s. 1, 1, 12-IX-1842, p. 7; até n.º 11, 1-XII-1842) o cap. XI de *Eurico, o Presbítero*, "A batalha do Chrisus", e o anúncio da «primeira de uma collecção de Chronicas, que sob o titulo de *Monasticon* começará a sair á luz no próximo anno. [...] Servindo este fragmento de *specimen* ou amostra da *Chronica poética*, bem como o fragmento do *Monge de Cister*, publicado já em outro jornal, [...] o foi da *Chronica histórica*». Outro Herculano: vol. II, s. II, n.º 18, 19-I-1843; n.º 26, 16-III-1843; vol. II, s. IV, n.º 38, 8-VI--1843, seguido nos n.*os* 42, 43, 46; "O mendigo", poema, vol. IV, s. I, n.º 1, 26-VI-1845: 8-9; "Cogitações soltas de um homem obscuro", vol. V, s. III, n.º 35, 19-II-1846: 411-414; carta de Herculano, a propósito da sua *História de Portugal*, no n.º 43, 16-IV-1846: 509-513. "*Eurico ou o Presbytero*" [*sic*] merece significativa 'Critica – Litteraria' (vol. V, s. II, n.º 18: 212-215).

Se já não bastasse a ficção de L. A. Rebelo da Silva (*Rausso por Homizio / Romance Historico*, n.º 12, 8-XII-1842, *A Mocidade de D. João V*, 14-VIII-1851) e a dupla ficto-memorialística de A. P. Lopes de Mendonça (*Memórias de Um Doido*, 1849-1850; *Recordações de Itália*, 28-XI-1850/31-VII-1851), aqui insertas, aí estavam as *Viagens na Minha Terra* para dizer da importância – recuperada em muitos luga-

res deste trabalho – da que foi simplesmente chamada *Revista*. Figura também ilustrada é João de Andrade Corvo, que, dramaturgo, poeta e defensor da instrução primária, passa *Um Ano na Corte*[220].

8. *O Prisma* / Periodica da Academia Dramatica de Coimbra (1-IX--1842/Fevereiro de 1843, cinco números, p. 40). Esperava-se um J. F. de Serpa poeta, mas não um João de Lemos ficcionista, que ainda traduz Lamartine. Além de D. João de Azevedo, interessará a estatística académica da respectiva Universidade para os anos de 1841-1842. Como suplemento, uma 'Revista do Districto', de teor oficioso.

9. *Jornal das Bellas-Artes* (Lisboa, Outubro de 1843-1846, n.º 6; ed. em 1848). "Publicado sob os auspícios de uma reunião de litteratos e artistas", onde pesa Garrett, como presidente, além de Herculano, Castilho, Rebelo da Silva, Silva Leal.

10. *O Pantólogo* (Lisboa, 10-VI-1844/28-IV-1845, n.º 23). Orientado por Joaquim Rodrigues da Fonseca e Silvestre Pinheiro Ferreira.

11. *A Aurora* / Revista Mensal (Lisboa, vol. I, 1845). Redigida por José da Silva Mendes Leal Júnior (introdução de 31 páginas), aceita mancha de livro e, da trintena de vultos convocados para a portada, poucos mais colaboram: Silvestre Pinheiro Ferreira, A. P. Lopes de Mendonça [p. 41-50, elogio de Garrett dramaturgo, com quem começa o teatro, em 1838] e Pereira da Cunha. Já Publicação Mensal / Scientifica e Litteraria, / Collaborada por Alguns dos Primores Escriptores de Portugal, prossegue com outro vol. I, Lisboa, 1846 (n.º 3, Fevereiro de 1846, até p. 112, quando ainda se anuncia continuação para o romance "O castello de Cintra"), redigida por F. P. de Almeida. Ainda, Silvestre P. Ferreira, A. de Serpa Pimental ("O veterano da Polónia"), Rivara, José

[220] Do dramaturgo é questão na *Terceira Parte*, ao abordar o folhetim teatral. O poeta vem, por exemplo, na 2.ª série, t. III, 1850-1851: 153-154; a p. 183-184, "Eschólas de instrucção primaria". O romance, 4 vols. em 1849-1851 (2.ª ed., revista pelo autor, em 3 vols., Porto, Viúva Moré, 1863), corre na 2.ª série, do tomo II, 1849-1850, ao t. V, 1852-1853. Informações pormenorizadas sobre a *Revista Universal Lisbonense* espalham-se por Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, ed. cit., sobretudo no tomo IV, 1930: 33-45. Doravante, *cf.* Carlos Eduardo Soares da Cruz, *Felicidade pela Imprensa: Romantismo na* Revista Universal Lisbonense *de A. F. de Castilho (1842-1845)*, tese, 2 vols., Niterói, UFF, 2013.

Osório ("Do romance em geral, e especialmente do romance historico"). Nota sobre *O Pharol Transmontano*, primeiro jornal de Bragança.

12. *Revista Academica* / Jornal Litterario e Scientifico / Publicado em Coimbra (15-III-1845/1848, 16 páginas). Feita por "uma sociedade de mancebos", que oferecia oito páginas ao Instituto Dramático de Coimbra, tem introdução de J. de Lemos, que lamenta a morte d'*O Panorama* (de facto, de uma série, a melhor), sendo, por isso, gratificante ver, no n.º 2, 1-IV-1845, Herculano a traduzir Klopstock e, noutra pena, a extraordinária recepção que estava a conhecer *Eurico, o Presbítero*, «hoje thema geral da conversação dos litteratos. O Clero peninsular vai ter tambem o seu Romancista; [...]» (p. 31), enganava-se J. F. de Serpa. Após a traduzida 'meditação' de Lamartine a Filinto e fragmento da herculaniana "Historia de Portugal durante a Idade Media", Perini arriscava outro mais certeiro juízo sobre «um drama modello que desde já póde considerar-se como um monumento de gloria nacional» (p. 60). Referências destas couberam a milhentos títulos, mas, agora, estava em causa "O drama Frei Luiz de Sousa", sobre que também se debruçaria Silva Leal (1-IX-1845: 189-191). A. P. Lopes de Mendonça, Pereira da Cunha, Silvestre Pinheiro Ferreira, António de Serpa e A. X. Rodrigues Cordeiro – estes dois sobre E. Sue e *Os Mistérios de Paris* – ilustram páginas que, após um semestre, a Maria da Fonte e a Patuleia vinham suspender. Só houve mais um quinzena em 1848, quando se perfez o volume.

13. *A Illustração* / Jornal Universal (Lisboa, 1845-1846; Periodico Universal, em administração de 1852). Garrett, Herculano, A. de Oliveira Marreca, etc. O 1.º volume, de Abril a Março; o 2.º volume ficará no n.º 6, Setembro de 1846, incompleto:

> Em abril de 1846, quando adquirimos a propriedade da *Illustração*, principiámos a publicar noticias dos nossos compatriotas mais nomeados no seculo passado e no presente. Saiu logo a biographia de Silvestre Pinheiro Ferreira [4-IV-1846], [...]; seguiu-se a de José Corrêa da Serra e a de D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões, e vieram depois as da marqueza de Alorna, D. Leonor de Almeida, do padre João do Loureiro, do conde das Antas e de Thomaz de Mello Breyner. Teria sido muito mais longa a

> serie, se a não houvera interrompido a guerra civil em que ardeu o reino desde outubro de 1846 até julho do anno seguinte.

Parte destes trabalhos de A. A. Teixeira de Vasconcelos concorre, refundida, em *Glorias Portuguezas*, tomo I [citado na p. V], Lisboa, MDCCCLXIX[221]. Aí insere também, entre Abril e Agosto de 1846, *Roberto Valença* [1848], misto de pícaro e homenagem ao Garrett das *Viagens* . . . , obra de frade chegada às mãos do *editor*. . .

14. *O Crepusculo* / Jornal Litterario Mensal (Coimbra, 1846), de J. Marcelino [de] Matos: vi seis números pouco expressivos[222].

15. *Revista Popular* / Semanario de Litteratura e Industria / ornado de 115 gravuras originaes em madeira, [. . .] (Lisboa, 4-III-1848). Semanario [quinzenário] de Litteratura, Sciencia, e Industria, redigido por Fradesso da Silveira, Latino Coelho e outros, a partir do 2.º volume, chegará ao volume VI, n.º 48, 1855, só já comandado pelo primeiro, que à sua volta reuniu A. de Serpa, Palmeirim, Bordalo, A. Pereira da Cunha, Zaluar, Pato, J. F. de Serpa, João de Lemos, Rochester [Lopes de Mendonça], A. Lima, A. X. Rodrigues Cordeiro. Esta colaboração, e alguns provérbios em 1 acto, sobrelevam a de, propriamente, instrução e recreio. Periodico Litterario / Redigido por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira ao vol. IV, 1851, é seu director e proprietário José Maria Latino Coelho: educação popular, correspondências, teatros, variedades e o romance "A nau de viagem", de F. M. Bordalo. Inocêncio faz a sua história no *Diccionário* (IV: 84; VII: 155-156).

16. *O Pharol* / Periodico d'Instrucção e Recreio (semanário, Lisboa, 18-III-1848/4-IV-1849, n.º 48, p. 192). Quadros navais, economia política, ficção insulsa. . . Apesar de um "Brado sobre a orthographia" (n.º 16, 8-VII), ou a "Necessidade de uma historia litteraria de Portugal" (n.º 23, 26-VIII), tudo indicaria estarmos perante jornal de recreio; a partir do n.º 32, contudo, começam a surgir nomes conspícuos: Bulhão Pato, A. de Serpa, H. O'Neill, J. F. de Serpa, F. Palha, Latino Coelho, Casal

[221] No final, data de 30-V-1848. Não chegou a sair o segundo volume que, em 24-X-1871, *O Primeiro de Janeiro* dizia ir entrar no prelo.

[222] *Jornais e Revistas. . .* coloca-o no final da lista dos intitulados *O Crepúsculo*, dado S. l. [Sem local]. De facto, é Coimbra; ver Inocêncio, IX: 96-97.

Ribeiro (também poeta) e esboços de crítica literária ou sentidas urgências culturais: "Apontamentos para a historia da poesia portugueza", "Relações litterarias na península", "O Gremio Litterario" (n.º 38, 9-XII); "Propriedade litteraria" (n.º 46, 7-III-1849).

17. *A Epoca* / Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas-Artes (Lisboa, Junho de 1848-1849, 52 números). Um dos mais importantes semanários, introduzido, nas suas 16 páginas, por João de Andrade Corvo e Luís Augusto Rebelo da Silva. Os apartados são claros: indústria e ciências, por um lado, literatura e belas-artes, por outro, e respectivas estampas, seguindo-se miscelânea: crónica da semana, breves do país ('Interior'), peças oficiais importantes, Cortes, noticiário geral, do estrangeiro ('Exterior')... Títulos como 'Necessidade do Ensino da Agricultura', 'Da Instrucção e suas applicações', 'Nova machina hydraulica' ou, além de poesia, episódios de *Ódio Velho Não Cansa* (logo no n.º 1[223]), dão ideia aproximada desta numeração seguida, comportando, ainda: "A Sobrinha do Marquez" (n.º 2, 3-VII-1848)[224]; "A Ultima Corrida de Touros Reaes em Salvaterra" (n.º 4)[225], bem como recensão do mesmo Rebelo da Silva a *O Monge de Cister* (n.º 14); poemas de Palmeirim, Latino Coelho, Mendes Leal, A. de Serpa, B. Pato; e as longas quatro partes, não assinadas [de Rebelo da Silva], sobre "A Eschola Moderna // O Sr. Garrett" (desde o n.º 7), onde é questão de mais um balanço sobre elmanismo e filintismo[226].

18. *A Assembléa Litteraria* / Jornal d'Instrucção (semanal, Lisboa, n.º 3, 4-VIII-1849; quinzenal, n.º 26, 25-II-1850, até n.º 40, 2-XI-1850; 2.ª série, 5-I/15-IV-1851, propriedade de M. J. Cabral) Lisboa, 4-VIII-1849). Estreia-se (n.º 12, 20-X-1849, p. 95) Júlio César Machado, com o poema "Mar", seguido de nota redactorial: «Declaramos que

[223] Já editado em livro, de novo sai n'*O Panorama*, vol. IX, 67, 1852.

[224] *Apreciações Literárias* [I], *Obras Completas de L. A. Rebelo da Silva*, vol. XXXII, Lisboa, 1909: 109-117.

[225] Retranscrita no *Archivo Universal*, onde bebe *A Revolução de Setembro* (18-VIII-1867).

[226] Em sete partes, "A eschola moderna litteraria / O / Sr. Garrett", *Apreciações Literárias* [I], *Obras Completas de L. A. Rebelo da Silva*, vol. XXXII, Lisboa, 1909: 7-94.

esta poesia – O MAR – é de um menino de treze annos [nascido em 1-X-1835, tinha 14 anos], pertencente á familia dos Srs. Travassos, e consta-nos ter já composto uma comedia, e feito varias traducções; [...].»[227]

No n.º 17, 8-XII-1849, Júlio César dá "O cura / Traduzido de Lamartine", que promete continuar, mas não. No n.º 32, 1-VI-1850, o drama original "Dolores", que ficará inacabado (se não continua nos números em falta na colecção da BNP). Ainda tivera tempo, no n.º 35, 17-VIII-1850, de bibliografar *Eu e o Clero*.

19. *O Atheneu* / Jornal Litterario, d'Administração e Economia Social (Lisboa, 6-I-1850/30-III-1851, n.º 65). Semanário redigido por A. de Oliveira Marreca, A. de Serpa Pimentel, Andrade Corvo, João Crisóstomo, Latino Coelho, Tomás de Carvalho, Casal Ribeiro [artigos sobre os sistemas socialistas, em especial o fourierista], L. A. Palmeirim, A. A. Teixeira de Vasconcelos, etc.[228] «Sahe todas as semanas. Occupa-se d'assumptos litterarios e scientificos particularmente *economicos e administrativos*. É alheio a *questões politicas*.»

[227] Albino Forjaz de Sampaio, "Julio Cesar Machado", *Homens de Letras*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, 1925: 213-221, refere o semanário de recreio popular *A Fonte* / Semanario de Recreio Popular (Lisboa, 1849/1850, 32 números, p. 124, mais suplementos), onde teria ocorrido a estreia de Júlio César. Vejamos: «No n.º 15 [d'*A Fonte*] encontra-se talvez a primeira noticía [*sic*] que sobre Julio Cesar Machado se publicou em letra redonda: [...].» (p. 215) Saúda-se a comédia em 1 acto *Umas Calças de Lista* [*de Listra*, escreve-se a p. 59-60] que estreara no Salitre a 30-XII-1849. Ora, essa nota corre no n.º 15 e, desde o n.º 13, estamos em 1850. Significa que a referência é tardia ao que, meses antes, fizera Pusich: prosear sobre o mancebo, antecipando, também, a sua primeira produção literária, que não será, como pensa Forjaz de Sampaio, o poema transcrito a p. 71 [Sampaio diz p. 217] do n.º 18, dedicado "Á senhora Maria Amalia Macedo", ignorada actriz. Tem "Esperança", poema dedicado ao amigo António Mendes Leal, no n.º 20: 79 (e, entre parêntesis, é dito «com 14 anos»); outra "Poesia" no n.º 24: 96; e "Estudos sobre a arte dramatica" no n.º 29: 114-115, que, pelo já dito, e ao contrário do que pensa Sampaio, também não é a sua estreia em prosa. No n.º 30: 119, Pedro Maria da Silva Costa dedica-lhe décima.

[228] Título importante na polémica de A. de Serpa com a *Revista Universal Lisbonense* (melhor, Sebastião José Ribeiro de Sá), *A Revolução de Setembro* e *Eco dos Operarios* (melhor, A. P. Lopes de Mendonça) entre 1847-1853 – acerca do problema pautal. *Cf.* Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautal", *Revista de História das Ideias*, vol. I, Coimbra, 1977: 41-118.

20. *A Semana* / Jornal Litterario e Instructivo (Lisboa, 3-I-1850/11--VIII-1852), teve como fundador João de Lemos, também redactor com Silva Bruschy, Aires Pinto de Sousa e Aguiar de Loureiro. Proprietário é Jorge Augusto de Sousa, ofertário do "romance original" *Anátema*, que aí se inaugura (para ficar incompleto) no n.º 18, de Maio de 1850, p. 139. O mesmo Camilo Castelo Branco subscreve poemas e artigos sobre artes e, com o pseudónimo de D. Carolina da Veiga C.-B., o poema "Lágrima" (p. 296). De Janeiro de 1851 a Junho de 1852, só já 'Jornal Litterario', o 2.º vol. tem Silva Túlio como director, Latino Coelho e Caldas Aulete como redactores. Define secções: Literatura, Instrução Pública, Indústria Nacional, Belas-Artes, Crítica Literária, Epistolografia, Arqueologia Política, Recordações Históricas, Genealogia e Armaria, Paquete Literário, Florilégio, Teatros e Assembleias, Crónica, Noticiário [palavra que Silva Túlio diz ter inventado], Bibliografia, Correio, Modas, Álbum. Destas colunas interessa relevar significativos "typos contemporaneos": o poeta de álbuns e o poeta *tout court*, o pretendente, o matemático, os filarmónicos. O muito presente A. P. Lopes de Mendonça será proprietário e redactor dos derradeiros seis números (3.º volume, ou 1.º vol. da II série, Julho e Agosto de 1852). Demais colaboradores: A. Garrett (*O Arco de Sant'Ana* propicia longa crítica literária em cinco partes a Latino Coelho, p. 91-93, 104-105, 124-126, 149-151, 162-164), A. Herculano, A. F. de Castilho, Mendes Leal, Rebelo da Silva (fragmentos de *A Mocidade de D. João V*), A. J. Viale, L. A. Palmeirim, A. de Serpa, A. Rodrigues Sampaio, A. X. Rodrigues Cordeiro, B. Pato, Tomás de Carvalho, Figanière, F. Palha, Couto Monteiro, Gonçalves Dias e J. C. Machado (folhetim *A Estrela d'Alva*, p. 314-317).

21. *A Esmeralda* / Semanario Universal (Porto, 6-V-1850/19-II--1851, n.º 34). Apesar de artigos como "Educação moral das mulheres", "Irrupção do Vesuvio", "Azeite de figueira", máximas e revista dos espectáculos, é preocupação do poeta redactor, J. Marcelino de Matos, reunir nomes de algum peso nas letras portuenses: Custódio José Vieira[229], Augusto Lima, Arnaldo Gama, Pereira Caldas, A. C. Lousada,

[229] A sua "Critica Litteraria / *O Ecco dos Operarios*" será transcrita pelo anticabralista

Silva Túlio, Delfim Maia, Bingre, etc.[230]. Integra a Imprensa socialista.

22. *O Chronista* / Jornal Litterario, Commercial e d'Annuncios (Porto, n.º 2, 4-III-1851/26-XI-1853, n,º 404). À "Revista do Porto" e à "Gazetilha" em folhetim, acrescem romances de Chateaubriand, "O Último Abencerragem" [*Les Aventures du Dernier Abencérage*, 1811, editado em 1826], e E. Sue, "O Hotel Lambert".

23. *A Quinzena* / Litteratura, Modas e Theatros (Lisboa, 1-XII--1851). A. P. Lopes de Mendonça, "Pagina de um album / Souvenir de Venise"; Mendes Leal, B. Pato.

24. *O Instituto* (Coimbra, 1 de Abril de 1852). "Jornal Scientifico e Litterario" ligado à Universidade coimbrã[231], tirou o nome do organismo sucessor da Academia Dramática de Coimbra, alargando o projecto da *Crónica Literária da Nova Academia Dramática* ao cultivo das ciências e letras, assente em três classes: ciências morais e políticas, físico-matemáticas, literatura e artes. Dirigido por Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, colaborado pelo corpo académico e docente – que, nessas páginas, sintetizava lições e investigação em curso –, reservava metade das colunas de 16 páginas quinzenais, em troca da impressão paga pelo Estado, «para a parte official do conselho superior de instrucção publica e das faculdades academicas, e para o movimento dos hospitaes da Universidade, sua receita e despesa» nos termos de um despacho governamental. Na parte literária, sob a égide de um Lamartine regularmente traduzido, assinalamos alguns nomes: Alexandre Braga, Freire de Serpa

O Ecco Popular (Porto, 26-VI, 5, 24-VII).

[230] Para a respectiva introdução e índice onomástico, *cf.* Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX* [1964], Porto, Limiar, 1976: 117-136.

[231] Suspenso no dealbar de 1980 (em 1981, vol. 141). Para o historial desta 'revista' – – designação que alterna com 'jornal' –, ver Seabra de Albuquerque, *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra nos anos de 1872 e 1873*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874: 53-56; José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal...*, tomo VII, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1878: 439-441; t. XIII, 1885: 198-204; António Nóvoa, dir., *A Imprensa de Educação e Ensino*, p. 527-533. Para os volumes 1.º a 90.º, consultar *O Instituto / Revista Científica e Literária / Índices Geográfico e Onomástico*, pref. de J. Pinto Loureiro, Figueira da Foz, 1937. Com o mesmo nome saíram publicações em Lisboa (1899), Leixões (1931), Barreiro (1932), Odivelas (1939).

Pimentel, Palmeirim, Herculano, Castilho (cujas propostas de unidade ortográfica – seja, «ortographia philosophica, ou phonica», fundada na pronúncia da gente culta de Lisboa – são defendidas desde o número 24), João de Lemos, dito «nosso primeiro lyrico», muito João de Deus, A. Aires de Gouveia (versões das elegias de Tibulo e artigos sobre as prisões, parodiados n'*A Queda Dum Anjo*), Antero, Teófilo, etc. Acresce revista literária e bibliográfica estrangeira, além de crónica de recensões nacionais. Salientem-se artigos sobre a origem da língua portuguesa ou da nossa poesia e sua evolução, afirmando a história literária como indispensável à história do género humano. Aspecto também candente é o que relaciona a literatura ("expressão da sociedade"), sobretudo o romance ("a grande escola do mundo"), com a educação[232].

25. *A Peninsula* / Semanario Litterario e Instructivo (Porto, 8-I-1852 Junho de 1853, vol. 2, n.º 21)[233]. Alguns nomes: Delfim Maia, Arnaldo Gama, A. Girão, Alexandre Braga, C. J. Vieira, Amorim Viana[234].

[232] Enquadramento em Licínia Rodrigues Ferreira, *Instituto de Coimbra. O Percurso de Uma Academia*, Coimbra / Lisboa, 2012 [sobretudo, p. 202-215].

[233] *Cf.* Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, p. 137-197 e 231-237. Além de apresentar revista que congraça socialismo e aproximação à Espanha, perfaz o respectivo índice onomástico e, demoradamente, o sumário da vasta colaboração de Custódio José Vieira.

[234] Moderno curador do único livro de Pedro de Amorim Viana, *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé* (1982), e recolector de dispersos *Escritos Filosóficos* (1993), António Carlos Leal da Silva regressou aos prelos da INCM com *Dados sobre a Vida e Obra de Amorim Viana* (1993) e um triplo objectivo: proporcionar «o primeiro estudo documental sobre a família» – aqui, como Apêndice; aditar e rectificar 'dados sobre a vida e obra de Amorim Viana', parte liminar; facultar «o inventário analítico e minucioso» (p. 10) da sua bibliografia passiva, segunda parte do trabalho.

A tábua cronológica divide-se em quatro capítulos: infância e juventude (1822-1848), actividade docente e literária (1850-1879), declínio e morte (1881-1901), *post mortem* (1901-1974). No acertado propósito de recuperar a personalidade civil, os brancos que se reconhecem numa vida não deveriam ser compensados por excessivos «terá tido», «terá assistido», «talvez», «consta que». O interesse maior reside, por isso, no balanço factual da intensa colaboração jornalística, entre Janeiro de 1852 e Dezembro de 1879, que serve ao estudioso para também monografar algumas folhas de eleição: *A Península* (donde nascerá polémica com Camilo), *O Clamor Público*, *O Escolástico Politécnico*, *O Purgatório*, *Diário do Povo*, *O Instituto*, *O Nacional*, *A Gazeta Democrática*,

26. *Revista Academica* / Publicação Mensal, Literaria e Scientifica (Coimbra, Dezembro de 1853-Novembro de 1854). Tomás Ribeiro (nesta toadilha bem do tempo: «Meiga florinha do prado,»), J. S. da Silva Ferraz, Ernesto Marecos, A. Aires, J. de Lemos, irreverente Torres e Almeida a bater em Mendes Leal e num Garrett que terá adormecido «á sombra dos louros colhidos, por entre salvas de freneticos aplausos, com o Fr. Luiz de Souza, com o Alfageme e com o auto de Gil Vicente; e hoje é visconde e par do reino...» (n.º 3, Fevereiro de 1854: 60) A sobrevinda morte esquivou Garrett a eventual contestação coimbrã – enquanto miguelistas lhe 'ladravam' aos calcanhares.

27. *O Ecco Litterario* / Revista Crítica, Litteraria e Theatral (Lisboa, 1-VII-1855/1-IV-1856, n.º 15). Fundado por Júlio César Machado, Francisco Serra e José Joaquim Vieira. "D. José Zorilha", de Lopes de Mendonça, Sant'Ana e Vasconcelos, Mendes Leal, "Fragmento da *Paquita*" de B. Pato, F. Palha, José da Costa Cascais, etc.[235]

28. *A Revista Contemporanea* (Lisboa, 1-IX-1855/15-V-1856, n.º 13. p. 112). Recusando seis números de 1848, regressa com uma vis que, a avaliar pela lista de contemplados no primeiro volume, prometia a eternidade – pelo menos, aos eleitos, larga e cuidadosamente biografados, além de nítidos na gravura que no-los dava. A duas escolhas por número, abrindo por D. Fernando e titulares, é quinzenário útil para D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Marquês de Fronteira e d'Alorna (n.º 6, 15-XI-1855: 41-44)[236]; Garrett e Mendes Leal (n.º

O Vimaranense, *O Ensino*, *A Renascença*, de Joaquim de Araújo, *Museu Literário*... Segundo o *Diccionario Bibliographico Portuguez*, XI: 186, também colabora no *Jornal da Associação Industrial Portuense*. [Incluí esta nota em *Colóquio/Letras*, n.º 142, Out.-Dez. de 1996: 225]

[235] Resumo alargado em J. C. Machado, *Apontamentos de Um Folhetinista*, p. 262--267.

[236] Do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, temos as *Memórias*, que documentam um percurso pessoal agitado e iluminam décadas da afirmação do liberalismo português visto por um dos seus protagonistas. São, lê-se no frontispício, «ditadas por ele próprio em 1861» (até Outubro de 1863), e abrangem o período que vai do nascimento, em 4-I-1802, no palácio de S. Domingos de Benfica – – onde morre, em 19-II-1881 –, a 1853, quando se fina D. Maria II. Comportam 4 vols., com duas partes cada, seguidos de um quinto, ou apêndice, com documentos oficiais e

10, 30-III-1856: 73-75 e 75-80); Latino Coelho (n.º 11, 15-IV-1856: 85-88).

29. *Revista Peninsular* (mensal, Lisboa, 15-IX-1855/15-VIII-1857, 24 números; em *Jornais e Revistas…*, 1855-1856). Um projecto ibérico, vinte anos antes da *Revista Ocidental*. O colaborador José Félix Henriques Nogueira, federador nato, releva esta aventura e profetiza o que, entre sentimentos desencontrados, vivemos hoje[237]. Andrade Ferreira, outro colaborador – faz o balanço literário de 1855 –, saudá-la-á

particulares (de 1802 a 1881) naqueles referidos. Na 1.ª parte, desde logo sem demasias de estilo, conta a genealogia, infância sem pai e mãe louca (1808), adolescência, até Maio de 1818, quando assenta praça. Na 2.ª, a vida militar e o casamento (1821), factos políticos e emigração (1824) – que desenvolve na 3.ª parte – até 1826, seguindo-se as campanhas liberais e outro exílio (1828), com a chegada de D. Miguel. Na 4.ª, segunda emigração parisiense (Garrett em dificuldades económicas, p. 32), digressões por França, Itália, a expedição aos Açores, o desembarque no Mindelo, ocupação e cerco do Porto, descida ao Algarve, marcha sobre Lisboa, entrada a 24-VII-1833. A 5.ª parte segue as batalhas que confirmaram D. Pedro e, por sua morte, já na 6.ª, os oito primeiros anos do reinado da filha. Aqui, lágrimas por Alcipe: «para mim e meus irmãos foi uma segunda mãe, porque a nossa Mãe nunca a conhecemos senão alienada» (p. 273; carta da Marquesa de Alorna para o neto temos, ainda, no 5.º vol., p. 49). O 4.º vol. é notável, qual um *Portugal Contemporâneo* antecipado por político maduro, governador civil de Lisboa durante a Patuleia, inspector-geral dos teatros, etc. Diz a Maria da Fonte viciada, devassa e embriagada – defende Costa Cabral – e, regulador da ordem, admite a fuga à polícia de Rodrigues Sampaio (também acoitado pelo cônsul francês), cujo *Espectro* é «o jornal mais indecente, revolucionário e traiçoeiro que se tem publicado neste paiz» (p. 164). Par do Reino quando promete continuar essas linhas, os acidentes da Regeneração azedam memória ainda quente, mas indispensável para melhor nos conhecermos.

[Das *Memórias*, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1932), que citei, há reed. em Lisboa, INCM, 1986. As posições sobre o período de 1842-1847 coincidem com as do anónimo autor – se lhe não cabem – do opúsculo *Portugal Antes e Depois de 1846 ou Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Lisboa, 1847.]

[237] É no artigo de abertura d'*O Progresso*, 3ª série, n.º 259, 18-XI-1855, agora transcrito na *Obra Completa*, tomo III, ed. org. por António Carlos Leal da Silva, Lisboa, INCM, 1980: 106-107 [196; na nota da p. 187, gralhou-se a data, que saiu 1885]: «[…] estudar a fisionomia moral de um país [a Espanha] que mais cedo ou mais tarde nos há-de abrir passagem para a Europa, e cuja situação política e económica há-de sempre influir, e em escala ascendente, nos nossos próprios destinos.» Victor de Sá, ob. cit.: 237-238, dá títulos principais dos dois tomos.

como «publicação consagrada a fraternisar a litteratura dos dous povos da peninsula iberica, e a atar mais estreitamente os laços que os prendem pela historia, pela poesia das tradições e pela poesia das aspirações moraes e sociaes»[238]. Em dois volumes, cada um com 576 páginas, a introdução de Mendes Leal coloca-se sob a égide – e gravura – de Garrett, sucessivamente lembrado; mas Herculano também colabora, bem como um Castilho anacreôntico, e Latino Coelho, Luís Filipe Leite, Rebelo da Silva, Silva Túlio, Eugénio de Castilho, José Gomes Monteiro, Pedro Amorim Viana, A. X. Rodrigues Cordeiro, Silvestre Pinheiro Ferreira, Arnaldo Gama. Os espanhóis são abundantes, num intercâmbio singular e textos nas duas línguas (com carta de Herculano ainda em francês).

É este mesmo que responde (p. 8-12), a abrir o segundo volume, ao autor da *Paquita* (1866; p. 7-8), cuja dedicatória e canto I se condensam nas p. 13-22. «A *Paquita* é um protesto contra a poezia franceza que nos invadiu, e que privada das harmonias metricas, até nos lança na caricatura de outra caricatura, na imitação bastarda do seu monotono rithmo, [...]» (p. 9), assevera Herculano, numa referência ao alexandrino aconselhado por Castilho no *Tratado de Metrificação Portuguesa* (1851). O dodecassílabo há-de, entretanto, vencê-lo na segunda parte de *Cantos e Sátiras* (1873).

A presença decerto mais caloroso e regular é a de A. P. Lopes de Mendonça, cujas *Memórias de Literatura Contemporânea* são objecto de larga crítica por Rebelo da Silva (números 1 e 4)[239].

30. *Murmurio* / Periodico Litterario e Instructivo (bimensal, Braga, 1-I/15-XII-1856, n.º 24). Um suposto inédito de Frei Tomé de Jesus, no n.º 14, 15-VII-1856, que Inocêncio, *Diccionario...*, t. VI: 265, olvida.

31. *A Illustração Luso-Brazileira* / Jornal Universal (semanário, Lisboa, 5-I/27-XII-1856, 416 páginas). Editor: António José Fernandes Lopes. Oito páginas a três colunas, razoavelmente ilustradas, com duas fases nítidas. Mendes Leal introduz, mas, a partir do n.º 8, Rebelo

[238] *A Illustração Luso-Brazileira*. / Jornal Universal, n.º 2, 12-I-1856: 19. Ver, também, n.º 13, 29-III-1856: 100-101.

[239] *Apreciações Literárias* [II], *Obras Completas de L. A. Rebelo da Silva*, vol. XXXIII, Lisboa, 1910: 159-206.

da Silva dirige, com redacção que, no n.º 9, nomeia Herculano, Oliveira Marreca, A. de Serpa, Lopes de Mendonça, E. Biester, F. Gomes de Amorim, F. M. Bordalo, Latino Coelho, Andrade Ferreira, Luís Filipe Leite, Palmeirim, um B. Pato com "Jorge / Romance contemporaneo", a par das imaginações de Alfredo Hogan... Revista política, revista literária por Andrade Ferreira (que também faz a fisiologia das plateias lisboetas), crónica semanal de Biester, um cheirinho de moda, noticiário, tudo merece as colunas bastantes para reflexão crítica. Rebelo da Silva, operoso e cirurgicado, entreabre os *Contos e Lendas* (n.º 27, 5--VII-1856).

Também desdobrando-se (crítica teatral, sobre instrução, bibliografia), Paganino conta d' 'Os Homens de Sciencia Contemporaneos' (n.º 11, 15-III-1856, e seguintes: p. 86, 107-108, 171-172; outras matérias, desde o n.º 3, 19-I-1856: p. 22-24, 34-35, 50-51, 116-118, 134, 178) e inicia *Os Contos do Tio Joaquim* (n.º 30, 26-VII-1856; 32, 36, 9-VIII, 6-IX; 41, 44, 11-X, 1-XI; 46, 15-XI). Enfim, apresenta "Um conto de Hoffmann" (n.º 20-21, 17/24-V-1856), a saber, "A caixa do doutor", entre os números 23, 7-VI, e 29, 19-VII-1856).

Casimiro de Abreu aporta em prosa e vários poemas (p. 195...), Camilo traz "Reacção" (I, n.º 40, 4-X-1856: 318) e até um poeta raro, J. C. Machado, canta "A minha musa" (II, n.º 35, 19-VI-1858: 200). Mendonça, com "Horas de amor e horas de desamor", tenta efusões em parágrafos curtos que o candidatam a introdutor do poema em prosa entre nós (I, números 13 e 14, 29-III e 5-IV: 103-104 e 110-111). A apresentação de peças dramáticas é recuperada na segunda fase, após um ano de paragem (vol. II, 2-I/25-XII-1858; vol. III, 8-I/31-XII-1859), em que as centrais são exclusivamente para ilustrações e, afora Mendes Leal e Bordalo, se estende ficção de Alfredo Hogan. Lopes de Mendonça inaugura os 'Estudos criticos por Macauly' [Macaulay] – que continua no *Archivo Pittoresco* –, por enquanto sobre Milton e Oliver Goldsmith, a começar no n.º 19, 14-V-1859: 147 [pelos números 20, 22, 23, 33, 34, 36; nos números 39 e 40: 300, 318-319, sobre "A Inquisição em Portugal"; no n.º 50, 17-XII-1859: 398-399, fragmento de carta de D. Antó-

nio, prior do Crato]. Nem por isso deixa de ser, agora, folha de recreio[240].

32. *Jornal de Bellas Artes* / Publicação Mensal (Janeiro de 1857--1858, 1.ª série, 2.º ano, n.º 8). Ao lado de Castilho, o visconde de Juromenha, Silva Túlio, António José Viale, Andrade Corvo, Gomes de Amorim, B. Pato, J. da Costa Cascais, Mendes Leal, E. Biester, Luís Filipe Leite, F. M. Bordalo e A. X. R. Cordeiro, que traduz Lamartine. Rodrigo Paganino, assíduo desde o n.º 1, assina 'chronica mensal' ou faz-se crítico de arte, o que demanda a reunião de inéditos de crítica artística que apoiem os seus solitários *Contos do Tio Joaquim*[241].

33. *Annaes das Sciencias e Letras* (da Academia Real das Ciências, 2.ª classe, Março de 1857-Novembro de 1858, 2 tomos, 764 + 576 páginas)[242]. Nomes: A. P. Lopes de Mendonça escreve a 'Introducção' e a

[240] Quadros com os respectivos assuntos estão doravante listados em Benedita de Cássia Lima Sant'Anna, «*Ilustração Brasileira*» *(1854-1855) e* «*A Ilustração Luso--Brasileira*» *(1856, 1858, 1859): Uma Contribuição para o Estudo da Imprensa Literária em Língua Portuguesa*, Universidade de São Paulo, 2007 [2 vols.; policópia]. Na sequência, Mauro Nicola Póvoas, "Um projeto para dois mundos: as ilustrações luso-brasileiras", em Alvaro Santos Simões Junior, Luiz Roberto Cairo, Cleide Antonia Rapucci, orgs., *Intelectuais e Imprensa. Aspectos de Uma Complexa Relação*, São Paulo, Nankin, 2009: 53-75, estuda outras quatro: *Os Dois Mundos* / Ilustração para Portugal e Brasil (1877-1881); *A Ilustração* / Revista Quinzenal para Portugal e Brasil (1884-1892): *A Ilustração de Portugal e Brasil* / Semanário Científico, Literário e Artístico (1885): *A Revista* / Ilustração Luso-Brasileira (1893).

[241] Vem à colação aquele *Jornal de Bellas-Artes, / ou / Mnemósine Lusitana / Redacçaõ Patriotica* (Lisboa: Na Imprensa Régia, 1816-1817, vol. 2, n.º 26), que assimila os elementos matriciais considerados nos predecessores por mim destacados. As 16/20 páginas integravam curiosidades, poesias (de sabor latinizante ou elmânico), anedotas e artigos com, no final, 'Continuar-se-ha'. O final do volume regista o nome dos 127 subscritores.

[242] Evoca os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* / Por uma Sociedade de Portugueses residentes em Paris, sob a direcção oficial de José Diogo Mascarenhas Neto, mas da real iniciativa de F. Solano Constâncio. Este procuraria repetir a experiência, ainda em Paris, com os *Novos Annaes das Sciencias e das Artes*, de que só saíram quatro fascículos, relativos a Janeiro, Março, Maio e Julho de 1827. Ver Alberto Ferreira, "Crónica (quase erudita) sobre os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, impressos em Paris, em 1818", *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, 50, Outubro de 1968: 76-79; Fátima Nunes, "Notas para o estudo do periodismo científico: *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras* (1818-1822)", *Cultura – História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa,

'Revista da Economia Politica em 1856', tornando-se, paulatinamente, senhor da publicação: "Curiosidades historicas e litterarias ácerca do seculo XVI em Portugal" (Maio), "Apontamentos para a historia da conquista de Portugal por Filippe II" (Julho, Agosto, Outubro, Dezembro; Janeiro de 1858); "Noticias scientificas" (Setembro de 1857); "Damião de Goes e a Inquisição de Portugal. Estudo biographico" (Junho a Setembro de 1858); "José Agostinho de Macedo e a sua época" (Outubro e Novembro de 1858, com que termina a colecção). Rebelo da Silva ("A Arcadia Portugueza", Abril de 1857), Herculano, Mendes Leal e o Castilho tradutor d'*Os Fastos* ovidianos têm presença bem mais discreta. Na 1.ª classe, este mensário-livro [Março de 1857/Julho de 1858] é introduzido por João de Andrade Corvo, que também alimenta a *Revista Estrangeira*, sem interesse literário.

34. *Archivo Pittoresco* / Semanario Illustrado (Lisboa, Julho de 1857-Julho de 1868). Perfez onze volumes de 412 páginas cada, a duas colunas. Incontornável, literariamente, apesar do título[243]. Desde o número inaugural (1-VII-1857), sente-se o peso de A. F. de Castilho, acompanhado por J. F. Henriques Nogueira[244], F. M. Bordalo, Andrade Ferreira, Latino Coelho, Mendes Leal Júnior, Rebelo da Silva copioso (páginas de *Contos e Lendas*, etc.), B. Pato, Inocêncio, Brito Aranha (em especial, sobre a situação da mulher na família e na sociedade), Herculano, Mateus de Magalhães, Palmeirim, Tomás Ribeiro (quantioso: "O Berço da Maldição", romance sobre D. Sebastião, vol. X, 1867: *passim*; "Excerpto da Poesia Russa", n.º 17), A. Osório de Vasconcelos (note-se um 'conto phantastico', "O Painel", vol. VII, 1864, n.º 43-45)...

A. P. Lopes de Mendonça varia: "Vida de Lord Byron, / por Macauly" [Macaulay], tom. I: 242-243, 253-255, 258-260, 270-272, 282--284, 298-299, 330-333; "Factos e anedoctas de personagens portugue-

INIC, 1987: 661-682.

[243] Para Chagas, «o *Archivo Pittoresco* foi o *Panorama* da segunda geração romântica» ("Recordações de um jornalista", *A Illustração Portugueza*, 2.º ano, n.º 40, 19--IV-1886: 3).

[244] As suas "Recordações de viagem", de 1853, saem de Julho a Outubro no tomo I (agora, na *Obra Completa*, tomo II, Lisboa, INCM, 1979: 277-328).

zes", p. 264; "Ácerca dos preços em Portugal nos seculos XV e XVI", p. 342-344; tom. II, "Extractos de uma carta inedita de D. João de Castro…", p. 17-20; "Filippe II e a nobreza portugueza durante as suas pretenções ao throno de Portugal", p. 50-52, 67-70, 98-101; Critica Litteraria // Manoel Antonio Alvares de Azevedo, / poeta brasileiro, p. 77-79; "No mar // (Phantasias.)", p. 82-83, poema em prosa; "Parallelo entre Cromwell e Napoleão, // por Maucaulay [*sic*]", p. 226-227, 238-239; etc.

J. C. Machado ficciona momentos sem continuidade em livro, donde a importância de voltar a estes textos: "Chiquinho / (Imitação de um romance de Carlos Deslys)", tomo IV: 179-180, 188-189, 219-221, 278--279, 314-316, 338-339, 356-358, 366-367, 371-372; tomo V, "Três cartas" [a Silva Túlio, sobre uma ida a Londres], p. 178-179, 190-192, 202-203, 211-213, 226-228; "João", p. 341-342, 346-348, 362-363; tomo VI, "A musa de Alemquer", p. 172-176, 186-189, 199-200, 203--204; "O doutor", p. 283-284, 293-295, 314-316, 322-323 – os gostos musicais da juventude lisboeta em 1847.

R. Paganino traslada quatro "Chronicas do Povo", saindo a última já póstuma, como lamenta a redacção em nota (tomo VI: 258). Alternam com outras sete traduções, uma delas de Alexandre Dumas, "O homem que não pode chorar" (t. V, n.º 26, 1862: 206-208; 27, p. 214-215; 28: 222-223). "Como se ganha uma demanda" e "O Tomás dos passarinhos", que integram *Os Contos do Tio Joaquim* (1861), ainda vieram no tomo V (respectivamente, p. 266-269 e 275-278; p. 288-288 e 298--302)[245].

Pinheiro Chagas [releve-se: trabalho sobre *As Pupilas do Senhor Reitor*, tomo X: 285-288; *A Corte de D. João V* (1867) teve os primeiros quatro capítulos sob o nome "Amor de Pagem" e também aqui publicou

[245] Comove, assim, o rigor tão pouco do agrado de J. Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987: 545: «Formada por uma série de histórias – doze ao todo –, na sua maior parte, se não todas, previamente impressas nas páginas da revista hebdomadária *Arquivo Universal*, […]». Bastaria ter visto Inocêncio, *Diccionario…*, VII: 177-178, para obviar a indefinição que logo alerta para prática nada acostumada a beber os textos na fonte. Mas também era preciso ter visto *A Ilustração Luso-Brasileira* [1856], como se mostrou.

algumas das *Novelas Históricas* (1869)] e F. G. de Amorim – entreluzindo, já, *Garrett. Memorias Biographicas* – prestam vasta colaboração, também solicitada a Herculano, Camilo ["Como ella o amava!", tomo VI: 154-156; "Historia de uma porta", p. 165-167, depois em *Noites de Lamego*; quintilhas de "Reacção"], Júlio Dinis, Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros. Monografias de autores, novelas, campanha contra a União Ibérica e, sobretudo, 'estudos da língua materna' em campanha contra os galicismos, são os apartados mais constantes.

35. *Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brasil* (mensal [bimestral ao n.º 7], Lisboa, 1-VII-1857/1-IV-1858, n.º 8, 96 páginas). Redacção, António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite. Entre poemas originais e vertidos, a reiterada reflexão de Castilho acerca da "Ortographia portugueza" é de candente actualidade e abre caminho às teses oficialistas.

36. *A Justiça* (Funchal, 27-III-1858/14-IX-1859, nº. 76). O 'Noticiario' do n.º 42, de 26-I-1859, critica os "Effeitos dos romances": segundo o *Droit* de Paris, donzela de 16 anos suicidou-se em 24-XI--1858 «por meo d'asphyxia carbonica. Estava sobre a cama, e vestida de branco. Junto d'ella estava aberto o romance de *Belle-Rose*, com notas marginaes do punho de Maria B…», possuidora de «uma imaginação ardente». Note-se "O Brasil e os seus poetas», folhetim de F. Gomes de Amorim, seguido de poema de Francisco Moniz Barreto a D. Pedro V.

37. *Revista de Lisboa* / Jornal Litterario, Musical e Theatral (Lisboa, 15-VIII-1858 / 25-I-1860, a. 2, n.º 26). Crónicas de A. Marques Pereira[246] e Júlio César Machado[247], um F. Gomes de Amorim albumista, Manuel Roussado, J. Ramos Coelho, Pereira Rodrigues; "Introducção / Ao *Annel de Aliança* – commedia escripta por J. C. Machado", na pena de Lopes de Mendonça (n.º 3, 15-IX). No n.º 4, 1-X, inesperado "Feuilleton", assim mesmo, em francês. Júlio C. Machado realça Pereira Rodrigues e José Miguel Ventura, em «publicação que durou

[246] "Chronica": «A minha grande mania é não saber escrever um folhetim, quaado [*sic*] esse folhetim se chama chronica.» (n.º 2, 1-IX-1858)

[247] "Chronica": «Estamos na primeira quinzena de setembro, período do anno que só pode prestar-se a uma chronica… aquatica. Quereis saber o que está fazendo a humanidade? A humanidade está tomando banhos!» (n.º 3, 15-IX-1858)

annos, deu os retratos dos principaes artistas nacionaes, e de S. Carlos, e chegou a ser o mais elegante jornal de theatros que tem havido entre nós»[248].

38. *Preludios-Litterarios* (quinzenário de 12 páginas, Coimbra, Dezembro de 1858/Janeiro de 1861, vol. II, n.º 23, p. 184). Redactor principal: V. da Silveira. Salada de concepções literárias com os nomes de A. M. da Cunha Belém, Amélia Janny, João de Deus, Guimarães Fonseca, Emídio Garcia [*As Primeiras Paginas d'Um Romance* compareceram nos números 1, 2, 3, 5, 9, 14, 23 e 24], Jaime Moniz [outra ficção, nos números 3, 9, 12, 14, 16, 17 e 19], J. Simões Ferreira [o terceiro que se pode gabar de folhetim com princípio e fim, Coisas e Loisas, nos números 1, Janeiro de 1860, 3, 6, 9, 16, 17, 19], A. Silva Gaio, Antero [primeiro, reduzido às iniciais A. T. Q.], etc. A Introdução do vol. II, n.º 1, é de J. Simões Ferreira, sendo Eduardo J. Coelho outro nome. Romance, apontamentos históricos, máximas, poemas, publicações literárias.

39. *Archivo Universal* / Revista Hebdomadaria (Lisboa, 3-I-1859/ /1861, ano II, 3.ª série, vol. 4). Rodrigo Paganino, um dos três responsáveis, é o mais quantioso: 'Revista Theatral', n.º 2, 10-I-1859: 28-30; 3, 17-I: 42-43; 'Revista Estrangeira', n.º 3, 24-I: 5961; 4, 31-I: 78-79; "A instrucção e o clero", 12, 21-III: 177-178; 13, 28-III: 194-197; 14, 4-IV: 212-213; 15, 11-IV: 233-234; 16, 18-IV: 245-247; 19, 9-V: 295--296; 20, 16-V: 317-318; "Hygiene publica", 2.ª série, 16, 17-X-1859: 245-246; "Revista da Semana" [assina Pedro Botelho], 3.ª série, 2, 10-I-1860: 31-32; 3, 17-I: 47-48; 4, 24-I: 62-63; 5, 31-I: 80; 6, 7--II: 95-96; 7, 14-II: 110; 8, 21-II: 126-127; 9, 28-II: 140-142; 10, 6-III: 156-159 [na p. 156, assina artigo em nome próprio]; 11, 13-III: 169--171; 12, 20-III: 190-191; 13, 27-III: 207; 14, 3-IV: 221-224 ["A guerra ao melodrama", p. 219-220]; 15, 10-IV: 239-240; 16, 17-IV: 255-256; 17, 24-IV: 270-271; 18, 1-V: 286-287; 19, 8-V: 302-303; 20, 15-V: 318--319; 21, 22-V: 333-335; 22, 29-V: 347348; 23, 5-VII: 364-365; 24, 12-VI: 378-379; 25, 19-VI: 393-395; 26, 26-VI: 409-410; "Como se realisa um casamento", n.*os* 9, 10, 11, 3.ª série, p. 136-137, 152-154,

[248] Júlio César Machado, *Apontamentos de Um Folhetinista*, 1878: 299.

161-162. *Os Contos do Tio Joaquim* são, aqui, cinco, nos n.^{os} 20-21, 22-24, 25-26, 3-4 da 2.ª série e 7-8 e 12-17, entre 16-V e 24-X-1859. Há alterações, inclusive de título, em relação ao inserto n'*A Illustração Luso-Brasileira*, que se continuam ainda em livro. Tanto trabalho é coetâneo do prefácio a António Mendes Leal, *Abel e Caim*, Lisboa, 1859. Encontramos, ainda, A. F. de Castilho, J. A. Corvo dramaturgo, Lobato Pires, Júlio de Castilho, J. S. da Silva Ferraz, A. X. Rodrigues Cordeiro, Paulo Midosi, E. A. Vidal, Mendes Leal Júnior, Rebelo da Silva, A. F. de Loureiro, etc. Enquanto, A. P. Lopes de Mendonça inaugura (2.º série, n.º 8, 22-VIII-1859: 124) "A Corte de Filippe IV".

40. *O Santelmo* / Jornal de Sciencias, Litteratura, Belas-Artes, Agricultura, Industria e Notícias (quinzenário; Ponta Delgada, 15-I-1859 / / 31-X-1860, n.º 44; ausente de *Jornais e Revistas*...). Redactores: Francisco Maria Supico, Teófilo Braga, António Pereira[249].

41. *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil* (Lisboa, 1 de Abril de 1859-Março de 1865; em *Jornais e Revistas*..., v. 5, Abril de 1864). Fundada por António de Brederode, propõe-se participar «a um tempo da seriedade do livro e da variedade do jornal, offerecendo uma galleria de quadros, em que as artes e as sciencias realcem o lustre proprio pella belleza do pincel» (Rebelo da Silva, Introdução). Herculano, «symbolo para a geração presente» (a par de Garrett, relembrado em Abril de 1864) – escreve o director, Ernesto Biester –, tem direito ao primeiro retrato, seguindo-se, nesse friso de biografias a inaugurar o mês, José Estêvão, António de Serpa, Casal Ribeiro, Silva Bruschy, Castilho, a actriz Ristori, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Bulhão Pato, Latino Coelho, A. P. Lopes de Mendonça, Andrade Corvo, Soares de Passos, Fontes Pereira de Melo, F. M. Bordalo, o actor Taborda, Maria Peregrina de Sousa, Rodrigues Sampaio, Inocêncio, Passos Manuel, Camilo, o actor Tasso, J. C. Machado, Tomás Ribeiro, Gonçalves Dias e Gomes de Amorim, para lá de outros aqui irrelevantes. Alguns homenageados subscrevem esses retratos de amigos.

[249] Ver *Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. Correspondência [...]*, anotada por Álvaro Neves, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

Andrade Ferreira alarga-se em 'bosquejos críticos' e a 'crónica do mês', de Biester (de J. C. Machado, no quarto e quinto anos, quando Corvo dá uma 'cronica científica'), a fechar as graficamente reconfortantes 48 páginas, rastreia a actualidade literária; J. Pimentel faz pouco significativas 'palestras científicas'. Desde o 2.º número, Camilo – também figura tutelar nas constantes referências – colabora activamente com textos depois integrados em *Doze Casamentos Felizes*, *Cenas Inocentes da Comédia Humana* e *Esboços de Apreciações Literárias*. Júlio César vai tomando ascendente, acompanhado pelo peso crescente de Teixeira de Vasconcelos, que oferece, desde Abril de 1861, o romance *A Ermida de Castromino* e, já no quinto ano, a 'crónica política nacional e estrangeira'. Outras assinaturas: Palmeirim, Silva Túlio, E. A. Vidal, F. X. de Novais, Ana Plácido, Ricardo Guimarães, Clotilde Z. (pseudónimo de Chagas, numa efémera 'crónica de modas'), o Chagas ortónimo – com a Invocação e Canto I do *Poema da Mocidade* antecipados em Maio de 1864 e, em Outubro de 1864, avançando crítica restritiva às *Tempestades Sonoras*, do também colaborador Teófilo Braga, afora artigo essencial sobre Lopes de Mendonça (Fevereiro de 1865: 563-572) –, Zacarias d'Aça, Machado de Assis e Inocêncio Francisco da Silva, que noticia edição portuguesa d'*A Confederação dos Tamoios*, em "Domingos José Gonçalves de Magalhães. (Esboço biographico)", n.º 30, Março de 1865: 285-301.

42. *O Atheneu* (Coimbra, Outubro de 1859-1860). Colaboração de J. C. Vieira de Castro, António Vitorino da Mota (que dirigiam), João de Deus, Camilo e Ana Plácido[250].

43. *O Académico* (Coimbra, Março / Maio de 1860). "Publicação mensal, scientifica e litteraria", acolheu Antero, João de Deus, Guimarães Fonseca.

[250] Desenvolvimento em Alexandre Cabral, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho, 1989: 40. Artístico-Literário, Porto, 30-X-1880/22-X-1881, com o mesmo título, reproduziu Maria Amália Vaz de Carvalho, G. Crespo, T. Braga, João de Deus, Antero e Costa Goodolfim. Revista Quinzenal de Educação e Recreio com igual título (Sintra, 15-III/31-V-1890, n.º 6), redigida por A. da Cunha e A. J. das Neves, inseriu Antero ("Idylio": «Quando nós vamos ambos,») e "Proverbios de Salomão", de João de Deus.

44. *Estreia Litteraria* / Jornal Bimensal (Coimbra, 15-XI--1860/1861). Directores: J. A. V. da Cruz, Augusto Sarmento. Colaboradores: Alberto Teles, Amélia Janny, Antero, João de Deus...[251]

45. *O Phosphoro* / Publicação Quinzenal / Litteraria, Noticiosa e Critica (Coimbra, 7-XI-1860-2.º trimestre de 1861, n.º 12). Redactores, António Bernardino Cerqueira Lobo, Francisco d'AFonseca [*sic*], Eugénio de Barros, Rodrigo Augusto Veloso. Com datas incertas (o n.º 4 já é de 1861; o n.º 8 é dito do segundo trimestre), inclui, nos dois primeiros, "As Meditações Poeticas de Lamartine" (p. 5-6, 11-13), não assinado, mas atribuído a Antero. Regressa no n.º 3: 22, com o poema "Flor murcha" [«Esta flor mimosa e candida,»]; no seguinte, traz prosa ["A Patria (fragmento de um livro)"], datada de Coimbra, 1857, que seria, assim, anterior ao considerado seu primeiro poema, "O Judeo", com data de 1858, no n.º 8: 64. No anterior, em que já aparece como redactor, escrevera "A proposito d'um poeta", p. 56-57.

Brilham, igualmente, outros: Germano Vieira Meireles "O romance e sua influencia na família", n.*os* 6, 7), Alberto Sampaio, Alberto Teles, João de Deus, A. de A. Castelo Branco, Santos Valente.

46. *Revista de Braga* / Semanario Litterario, Noticioso e Pictoresco (Braga, n.º 2, 6-III-1862). Entre os colaboradores, João Penha e Pereira Caldas.

47. *Hymnos e Flores* / Jornal Litterario (Coimbra, 20-XI-1862/1--XI-1863, n.º 24). Editor e administrador: Alfredo Elísio Pinto de Almeida. Versos de Henriqueta Elisa, que assina a Introdução, Simões Dias e Santos Valente.

48. *A Chrysalida* / Jornal de Litteratura / (Academico) (Coimbra, 31-X-1863/1.ª semana de Junho de 1864, n.º 20 [8.º do 2.º trimestre], p. 162). Redactores, Teófilo Braga e J. Simões Dias; administrador [e, no final, único redactor do já Semanario, Scientifico e Litterario / (Academico)], Duarte de Vasconcelos. A 'Introducção' de Simões Dias, que transbordará de poesia, distingue jornal e livro: «Seja elle o thermome-

[251] Ausente de *Jornais e Revistas*... Na mesma cidade houvera a *Estrêa Litteraria* / / Jornal Recreativo (quinzenário, 1-III-1858/15-XII-1860, n.º 15), redactado por A. M. da Cunha Belém até ao n.º 11 (1-XI-1858), a quem sucedeu F. P. Santa-Clara.

tro do calor scientifico de cada dia, até que o livro possa comprovar ao povo a exactidão do seu augmento geral.»

Colaboram Guimarães Fonseca, Sousa Viterbo, Amélia Janny, Henriqueta Elisa, Luiz Jardim, Cândido de Figueiredo, etc.

49. *O Attila* / Semanario (Coimbra, 5-XII-1863/26-III-1864, n.º 14: 112). João de Deus (n.º 5, 23-I; n.º 12, 12-III; n.º 14, 26-III-1864), Teófilo ("Poesia mystica portugueza / Frei Agostinho da Cruz", n.º 6, 30-I, n.º 7, 6-II), carta de Antero a pedir publicação do poema "Ermelinda", que segue (n.º 8, 13-II); João de Lemos (n.º 13, 19-III-1864). Constante, Gonçalves de Magalhães, "A Confederação dos Tamoyos"[252]. Se recensão favorável de R. V. a *Contos a Vapor* é pouco 'atilana', e logo no n.º 1, impõe-se agora espírito trucidador com ataque anónimo a Júlio César, «despota nos baixos da Revolução de Setembro» (n.º 11, 5-III: 86).

50. *Folha do Sul* (Évora, 1864 [n.º 33, 24-IV] / 28-XII-1867). Continua *A Voz da Infância* (13-IX/20-XI-1863, n.º 15). Presença de Antero e João de Deus.

51. *Facho Litterario* / Dedicado a S. M. El-Rei o Senhor D. Fernando (quinzenário, Porto, 1-V/Outubro de 1864, n.º 10, p. 154; ilustrado com 30 gravuras). Proprietário, J. F. de S. P. Carvalhosa (e, num primeiro momento, J. V. da R. Bizarro). E. A. Salgado (com ópera herói--cómica em 1 acto), Guilherme Braga, Alexandre da Conceição, Sousa Viterbo, Manuel Maria Rodrigues, A. P. Caldas, eis nomes hesitantes num projecto entre poesia de álbum e aceno a Sue (com o romance marítimo *Kernok, o Corsário*), já na II série (Março/Junho de 1865, cinco números, 40 páginas). Raridade é, em vez de 'Continua' ou 'Continuar--se-há', preferir a fórmula '(Prosegue)' [*sic*], já n'*O Chronista* (Porto, 1851-1853; 12-II-1852).

52. *Fructos Academicos* / Jornal Litterario e Hebdomadario [e Recreativo, desde o n.º 2] (Lisboa, 3-I-1865). O n.º 7 é de 14-II, mas diz-se continuado pelo *Clamor Academico* / Hebdomadario de Litteratura (Lis-

[252] Versos de *Suspiros Poéticos* epigrafam "O cravo e a rosa", de J. Maria Pinto de Magalhães, *Sons Dispersos*, Coimbra, 1866: 31. Epígrafe geral, Álvares d'Azevedo, «A poesia é a luz da mocidade».

boa, 1-II/19-IV-1865, n.º 8), dirigido por P. R. Viegas e A. [ntonio] P. [edro] B. [Baptista] Machado. Dos redactores, cite-se Gervásio Lobato, que sai no n.º 8, e Luciano Cordeiro, que o anima, já 'Folha Dedicada á Classe Estudiosa' no n.º 6, subtítulo que conserva para a continuadora *Voz Academica*, suspensa ao n.º 18, 31-VII-1865, e com ano 2, n.º 20, em 28-III-1866.

53. *O Crepusculo* / Periodico Litterario, Quinzenal (Funchal, 15--II/31-VII-1865). Omnipresente, Luciano Cordeiro, em prosa e verso, após a experiência d'*O Recreio*; líricas de João de Lemos e João de Deus. Atenção ao Camilo édito.

54. *Revista do Seculo* (Lisboa, 1-VII/1-XI-1865, n.º 9 [*Jornais e Revistas*... só regista n.º 7, Outubro], 288 páginas). Director, Pedro Corrêa; redactores principais, M. Pinheiro Chagas e A. Osório de Vasconcelos. Paginação continuada em formato de livro, onde Antero – – "Arte e verdade / I / Caracter positivo da arte", n.º 2: 39-43 – coexiste com o rival do ano, também ficcionando "A varanda de Julieta", e cujo *Poema da Mocidade* vem saudado no n.º 9, por B. Pato [crítica datada de 29-X-1865; p. 263-275]. Pato dá, aliás, dois poemas – um, "No baile", tirado da *Paquita* –, tal como A. X. Rodrigues Cordeiro, Olímpio de Freitas e Guilherme de Azevedo. Artigos de astronomia, 'conversações litterarias a artisticas', 'chronica', acrescem a páginas de ficção, onde "Romance n'um jardim', de J. C. Machado (números 6, 8, 9).

55. *Revista de Coimbra* / Folha Bimensal (1-XII-1865/15-IV-1866, n.º 9, p. 72, apesar de se anunciar continuação). Introdução de F. Guimarães Fonseca. Outros: Teófilo Braga, "Romances do Cyclo Greco--Romano na Poesia Popular Portugueza / I / Romance de Virgílio"; João Penha, "Tancredo / Poema heroi-comico"; Luís Jardim, "Estudos Politicos e Sociaes»; J. Valle, "Chronica" [sobre as escolas lisboeta e coimbrã, no âmbito da Questão Coimbrã, com ataque a Castilho, que continua no n.º 2, agora contra o *Poema da Mocidade*, que não move, nem deleita, nem instrui]. A esta voltaremos por causa de Álvaro do Carvalhal e "A estátua viva". Carvalhal, presença constante num círculo mais ou menos estável de estudantes coimbrões, leva a pensar numa comunidade de in-

teresses que, extinta a *Revista de Coimbra*, se passou, ainda em 1866, para *O Povo* e logo para *A Academia*.

56. *Álbum Literário* / Jornal Litterario e Noticioso Dedicado a Mocidade de Ambos os Sexos (Coimbra, 5-I/25-III-1866, n.º 9). Director, M. F. Margalho. Periódico literário e noticioso, saía nos dias 5, 15 e 25 do mês. Nomes: Simões Dias, Avelino Calisto, Lopes Praça, Costa Goodolfim, Martins de Carvalho, Amélia Janny. Hoffmann nos dois últimos números.

57. *A Academia* / Semanario de Litteratura (Coimbra, 1-XII-1866/6--III-1867[253], 12 números, p. 96). Fundado por Emídio Navarro, J. Simões Dias e Lopes Praça, foi, ainda, colaborado por João de Deus, João Penha, Emídio Garcia, Teófilo Braga e Adolfo Coelho. Relevo para "A febre do jogo", conto de Álvaro do Carvalhal que, iniciado no n.º 8, ficou incompleto no n.º 12: p. 58-60, 70-71, 78-79, 84-85, 94-95.

58. *Mocidade* / Semanario d'Instrucção e Recreio (Porto, 10--VI/Agosto de 1867, n.º 12, p. 96). Propriedade de Augusto Queiroz, com poema "Ao 1.º de Dezembro" (n.º 7: 54), e Sousa Viterbo como redactor, reúne Guilherme Braga, Alberto Pimentel, Alexandre Braga, Ernesto Pinto d'Almeida, Alexandre da Conceição, Nogueira Lima, Cherubino Lagôa. Nos números 1 a 4, importa Diana de Aveleda (= Júlio Dinis), em "Cartas á Vontade / A Cecilia / Amas – Mestras e Maridos".

59. *Aurora* / Quinzenario / Litterario, Scientifico e Recreativo (Porto, 1867-1868, n.º 10, p. 88). Redactores, Augusto de Carvalho, Alfredo de Sousa Pinto. Ambos com o seu 'romance original', pontifica, do segundo, *A Noiva de Custozza*, cuja acção se passa numa Veneza de amores e revolta de jovem húngaro anti-habsburgo. Além de Guilherme Braga e Sousa Viterbo, louvor para coluna de poesia brasileira, onde Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu.

[253] Até 28-II-1867, segundo A. Carneiro da Silva, *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*. Edição actualizada e ampliada. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1947: 7. O mesmo erro em Maria Amália Ortiz da Fonseca, *Introdução ao Estudo de João Penha*, Lisboa, Portugália Editora, 1963: 167. 'Órgão da Academia de Coimbra' com o mesmo nome nasceu em 1-XII-1878, cujo n.º 19, e último, é de 22-V-1879; segundo homónimo em 14-I-1897, com n.º 3, e derradeiro, em 8-II-1897, referido no lugar próprio.

60. *O Amigo do Estudo* / Jornal Bimensal (Coimbra, 1867, dez números). Responsável, A. M. Seabra d'Albuquerque. Colaboraram: Amélia Janny, Adolfo Coelho, F. Guimarães Fonseca, J. Frederico Laranjo, Alexandre da Conceição, Castilho, João Penha (com o épico "Onofre").

61. *A America* / Órgão, ante os poderes publicos em Portugal, dos interesses portuguezes no Brazil (Lisboa, Janeiro de 1868-Setembro de 1871, vol. 3, n.º 9). António de Serpa, José Silvestre Ribeiro, Rodrigues de Freitas, Andrade Corvo, A. J. Rodrigues da Costa, B. Pato, Rebelo da Silva, J. C. Machado, J. F. de Serpa, Sousa Viterbo, Latino Coelho e João de Deus ("Improviso", "A Vida"), mas, dominador desde a introdução, Mendes Leal. Este não dá só narrativas e poemas [releve-se "Congratulação fraterna (Á Nação Brasileira)", n.º 2 e 3, 1869]; cura "Da emigração" em longa série e, acima de tudo, saúda a "Bibliographia" mais recente: *As Pupilas do Senhor Reitor*, lembradas de Lesage e com o seu quê de balzaquiano; *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, de Rebelo da Silva; *Sons Que Passam*, de Tomás Ribeiro; *Phebus Moniz*, de Oliveira Martins, «mancebo de promettedor talento» (p. 64); *Mário*, de Silva Gaio (com Júlio Dinis, dentro do «duplo fim do romance – interessar, moralisar», p. 91); traduções de Castilho. *O Senhor do Paço de Ninães* e *A Côrte de D. João* V levam-no a teorizar sobre o romance histórico – em que o passado ressurrecto serve de exemplo, «advertencia e lição ao presente», com uma diferença em relação ao «romance historico das edades anteriores: – é que antes contentavam-se todos com a apparencia da historia; hoje, mais exigentes, queremos a verdade d'ella, substanciada na propria acção ficticia, verdade difficilima, não tanto de datas e factos, como de sentimento de expressão, de espírito, – o principal da vida!» (p. 45)

62. *A Aurora Litteraria* / Publicação Quinzenal dos Alumnos do Lyceu do Funchal. / Revista Litteraria, Instructiva e Recreativa (1-II--1868; ausente de *Jornais e Revistas...*). Poemas de, entre outros, Luís Pinto Coelho, destinatário de "Descrença" (com epígrafe de Musset), de Gomes Leal, que, no mesmo n.º 4, de 15 de Março, assina o 'conto fan-

tástico' "A sina d'Ashaverus". Nos dois números seguintes, "Meditação" e "Tudo acabou!".

63. *A Folha* / Microscosmo Litterario [Microcosmo Litterario, a partir do n.º 2] (Coimbra, 25-XI-1868/Abril de 1873, cinco séries). Procura manter-se equidistante das duas reinadias «escolas litterarias: a dos metrificadores do ai, ou a de Lisboa; e a dos sacerdotes da ideia vaga, ou a de Coimbra». Colaboram: João Penha, alma do projecto, Cândido de Figueiredo[254], Guilherme Braga, Urbano Loureiro, Junqueiro, Teófilo, J. Frederico Laranjo, G. Crespo, Eduardo Cabrita, A. Pimentel, M. Duarte de Almeida, Sousa Viterbo, Luís Jardim, Alexandre da Conceição, E. A. Vidal, etc.[255] O balanço literário de 1868, na poesia e no romance, por J. Simões Dias, ilustra o fraco movimento de projectos e ideias vindos à luz: entre tantos «empreiteiros do verso» (n.º 4, 1869: 26), a *Delfina do Mal* foi mais um logro. No romance, que vai a toda a parte e a que todos aspiram, sobreleva Camilo (que precavê contra o «excesso de classicismo»), cita de fugida Gomes Coelho («um bom psycologo e um bom paizagista; [...]. Tem elle um rigor anathomico por vezes ridiculo; [...]»), o «folhetinistico livro» (p. 27) de Ramalho *Em Paris*, Oliveira Martins em *Febus Moniz* e *Mário*, de Silva Gaio. O teatro de 1868, que analisa no número seguinte, «denota uma epoca de decadencia» (p. 33). O panfleto, o jornal e o almanaque dominaram

[254] Em 1870 (n.º 2, 2.ª série), lembra-se a inexistência de um acordo de propriedade literária entre Portugal – sem leitores, de língua ignorada na Europa, onde o escritor morre à fome – e o Brasil – enorme, de gente interessada ainda nos mais obscuros líricos lusos, mas com editores contrafactores e deselegantes. Ataque a Herculano, ver Camilo Castelo Branco, "Os contrafactores do Brasil", *Narcóticos* (1882), Porto, Manuel Barreira – Editor, [3]1952: 199-206, que, a p. 369-371, recenseia M. Pinheiro Chagas, *A Propriedade Litteraria. Carta a Sua Magestade o Imperador do Brazil* (1879).

[255] Ver Pierre Hourcade, "A segunda geração de Coimbra e a revista *A Folha* (1868--1873)", *Temas de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores, 1978: 48-58. O longo "João Penha" de G. Crespo nos seus *Nocturnos* (Porto, Porto Editora, s. d.: 177--230) evoca o amigo e nascimento da publicação, cuja análise mais apertada concretiza Maria Amália Ortiz da Fonseca, *Introdução ao Estudo de João Penha*, cit.; ainda, Júlio Brandão, *Recordações Dum Velho Poeta. Figuras Literárias e Artísticas*, Lisboa, Edições Gleba, s. d.: 127-131. Por todos, doravante, Elsa Maria Gomes da Silva Pereira, *Obras de João Penha. Edição Crítica e Estudo*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

1868: o folheto de Antero *Portugal ante a Revolução de Espanha* merece a discordância do analista, que no Poeta elogia a honradez (n.º 6, p. 42).

64. *Folha dos Curiosos* (Lisboa, Dezembro de 1868/Maio de 1869, n.º 18). Proprietários, J. C. d'Ascensão Almeida e Eugénio de Castilho, redactor. Colaboradores: Pinheiro Chagas ("Revista do anno"), Alberto Pimentel ("Uma decima inedita de Bingre"), A. X. Rodrigues Cordeiro ("Cartas em verso"), João de Deus ("A estrella do Egypto"), B. Pato, Zacarias [d'] Aça ("Carlos Baudelaire"), João Xavier («O Romance»: «A historia e o romance estão no mesmo paralello. A historia apresenta-nos as acções gloriosas d'um povo e a maneira de proceder dos grandes homens na vida publica; o romance apresenta-nos a familia e a vida privada.», n.º 13, Abril de 1869, p. 6) e, mormente, A. F. Castilho, ainda sobre questões gramaticais, onde a flagrante actualidade da questão ortográfica[256].

65. *Gazeta Litteraria do Porto* / Periodico Semanal (1868)[257]. Releve-se a "Palestra Litteraria" de Delfim d'Almeida, acerca 'do romance'. Começa por atacar «uns taes safapateis litterarios», chamados *romances de enredo*: «Estimular vivamente a curiosidade por meio de historias phantasticas é o fim a que põem mira, e para o attingir desfeiteam corajosamente o bom senso, contanto que seja isso necessario para a urdidura d'uma narração muito alabaryntada de incidentes imprevistos.» (n.º 1, 6-I-1868: 10).

Na segunda palestra, contrapõe, de entrada, a sua tipologia romancesca aos tratados científicos: «O romance social, escripto para o povo e para ser percebido das intelligencias mais debeis [,] segue processo

[256] Uma vez mais defendida a «orthografia fonica, o retrato fiel da palavra falada», pergunta a Francisco Sotero dos Reis, autor da *Grammatica Portugueza* em apreço: «[...] porque [*sic*] rasão auctorisa V. S.ª com o seu bello nome o preceito velho, de se não começarem versos sem maiuscula, moda já aliás muitissimo descahida?» ("Boas Lettras", n.º 12, Março de 1869: 4)

[257] Modo de analisar esta publicação é acompanhá-la da leitura d'*Os Gafanhotos*, de Urbano Loureiro, pondo em dúvida que a *Gazeta...* seja literária; lista os galicismos camilianos.

differente; não estabelece principios, apresenta factos; não tira consequencias, offerece exemplos; não deduz juizos, narra successos.»

Assim espalha melhor aquelas ideias, que calam no ânimo dos povos. «No romance de costumes desenham-se as feições da sociedade contemporanea», enquanto o romance histórico ilumina as particularidades geralmente desprezadas pela História das grandes personagens (n.º 2: 20). Decorre a conclusão: «Todo o romance, seja qual for o genero em que se filie, é essencialmente uma obra de analyse, ou do individuo, ou da sociedade: [...].» (n.º 5: 40)

A larga opinião de Andrade Ferreira sobre *As Pupilas do Senhor Reitor* é, por certo, uma das jóias bibliográficas acerca de título que nada tem de "espectaculoso", como demanda a curiosidade dos leitores, à procura de assuntos extraordinários (n.º 7: 62). «O defeito do livro – – retoma no n.º 9: 87 – é puramente como obra de arte. O coração da mulher de campo é alli *sophisticado*. [...]» Margarida «é um *bas-bleu* sentimental», Clara «não passa de uma loureira, como nol-as apresenta a devassidão já requintada das cidades». Admoesta: «Cada hypothese de sentimento feminino, tornou-se motivo para uma larga dissertação.» Precisa no n.º 10: 91-92: «Ha sempre verdadeira lucidez na sua fórma; porém, as mais das vezes é incolor. E em todos os trechos descriptivos é onde se observa mais este defeito. Narra e disserta quasi sempre. Ora o romancista deve antes pintar do que narrar ou dissertar.» Contesta que se trate de «romance perfeito e acabado»:

> Mostra elle a grande sciencia do mundo real, [...] mas fallece-lhe a invenção. Como contextura, como tecido de aventuras, é frouxo, inconsistente e inverosimil até. Como romance, não passa de uma ligeira composição, em que as incongruencias obrigariam a fechar o livro, se não fosse a rara singeleza dos materiaes aproveitados, e ainda mais a rarissima naturalidade com que estão dispostos, sobresahindo o elemento jocoso.

Diz «incrivel a separação em que os auctor nos conserva a heroina de Daniel, e o esquecimento d'este, des que sahiu a estudos da aldea. É esta a maior dureza do livro; e custa a crer, até [,] que um espirito

tão fino, e analyse tão meticulosa, adoptasse, como principal *mola* de enredo, uma inverosimilhança tão banal.»

Elogiada a «chistosa porção de typos comicos», conclui: «Por ora, o meu parecer, é que temos no sr. Gomes Coelho o nosso primeiro moralista.»[258]

O debate acerca do terralhismo – vocábulo já em uso – está em artigo de Ramalho sobre "Ponson du Terrail" (n.º 16: 147-149)[259], em que ataca os nós intrincados das tramas, opondo-lhe A. Dumas. Como conciliar enredo e verosimilhança? Para uma teoria do romance – social, de costumes e histórico – a que a ciência pouco acrescentava, temos na *Gazeta* matéria assaz, perfilando-se «o meu Camillo» (diz a disfarçada Ana Plácido) exemplo superno na modalidade.

66. *O Aristarco Portuguez* / Revista Annual de Critica Litteraria (Coimbra, 1868). Balanço (205 páginas), não assinado, da «republicasinha litteraria», porfiando actuar como «um critico de lei» que ainda falece ao país[260]. A propriedade da frase nos textos em análise é cuidado maior. Estudados, entre os hoje conhecidos, na prosa: A. da Silva Gaio, *Mário* («péssima execução de uma idéa grande», p. 10, imitação d'*O Alfageme de Santarém*); Camilo (nem dramaturgo, nem poeta, mas professor no romance didáctico e de actualidade, em que se filiam *A Bruxa do Monte Córdova* e *O Retrato de Ricardina*, dois dos cinco títulos em análise); F. Adolfo Coelho, *A Língua Portuguesa*; Ramalho, *Em Paris*; J. J. Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal*; Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea* (cuja 2.ª parte historia a Imprensa coimbrã); J. Simões Dias; Júlio Dinis, *As Pu-*

[258] Esta crítica, com levíssimas correcções, será recolhida – e acrescentada – em "Joaquim Guilherme Gomes Coelho", *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, cit.: 133-148.

[259] Acaso influenciado pelo folhetim *Os Companheiros da Espada*, inaugurando o portuense *Jornal do Norte* (17-III-1867 / 3-I-1868, n.º 239), de Arnaldo Gama. Agostinho Albano folhetiniza sobre a vida no Porto; o debate instante sobre propriedade literária ressurge em 17-IV e 3-V-1867.

[260] Inspira-se em Aristarco de Samotrácia [séc. III a. C.], «padrão da crítica autorizada e consciente, que fez do seu prenome sinónimo de rectidão de juízo (tal como o de Zoilo, que, no século anterior, escrevera o «Chicote de Homero» ou Homeromastix, ficara como equivalente da crítica atrabiliária)». Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica. I Volume – Cultura Grega*, Lisboa, FCG, ^{9}2003: 552.

pilas do Senhor Reitor («Faz-nos pena a execução má d'uma idea tão formosa, tão sancta, [...]», com «dialogo banal e frouxo», quando não «inverosimil», p. 84) e *Uma Familia Inglesa* («Aquellas paginas repletas de periodos jazem como mortas ante o desfallecimento da acção.», p. 88); Teófilo Braga, *Os Forais*. A segunda parte versa poesia: Alberto Pimentel, E. A. Vidal, Junqueiro, Guilherme Braga, Tomás Ribeiro, etc.

67. *Revista Critica de Litteratura Moderna* (Porto, 1868-1869; *Jornais e Revistas*... só refere o n.º 2). Dois números "por uma sociedade de litteratos", reduzidos, no segundo, a J. P. de Oliveira Martins. O n.º 1 recenseia *A Delfina do Mal* (1868), de Tomás Ribeiro; o n.º 2, *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português* (1867, 3 vols.), de Teófilo Braga, sobre cujos *Contos Populares do Archipelago Açoriano* seguem algumas "impressões". A meio caminho entre a Questão Coimbrã (que lembra) e as Conferências do Casino (que antecipa), esta 'revista crítica' regressa aos manes de Castilho e lembra que há uma guerra em curso: Lisboa «tem o condão especial de tornar chato e mediocre tudo o que por ali estanceia» e, quanto ao estilo da capital literária, «esse, como não acha idéa que vestir, bambeia-se rhetoricamente em phrases feitas, que um publico pouco illustrado acceita e applaude» (p. 2). É o caso da tematização da lepra naquele poema, que bebe no Xavier de Maistre de *Le Lépreux de la Cité d'Aoste* (1812; reed. em 1984, conforme 1839; *O Leproso d'Aoste*, trad. de José Silvestre Ribeiro, 1836), sem que o "astro" Castilho – alvo a atingir – verbere os "satélites" que enxamearam a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*:

> A falta de uma eschola critica sensata, é que tem em parte causado esta ausencia de respeito e vergonha no arraial das letras; cada um escreve como quer, na certeza de ser apregoado como bom escriptor, logo que faça o mesmo a outro, que já está roendo as unhas. É preciso que se funde uma eschola de critica illustrada e justa, com a grande missão de dirigir o gosto do publico e de distribuir as patentes aos que trabalham e as merecem; d'este modo se evitariam os indecorosos plagiatos que fazem os nossos primeiros escriptores aos romancistas francezes. (p. 17)

Estado da crítica confundida com «systhema de publicidade» (p. 8) e golpe de misericórdia conjugam-se à frente: «Em Portugal não se está

acostumado á critica leal e franca. O auctor ordinariamente tende a achar no juizo critico uma offensa pessoal. O snr. Thomaz Ribeiro nada tem que vêr com questões de personalidade; continua a ser um cavalheiro respeitavel e digno, mas a sua obra não presta.» (p. 31)

A erudição de Teófilo – que, verdadeiro mas incompreendido poeta moderno, é amado e venerado –, deveria orientar-se, entretanto, para a arte e não para a ciência, saindo o seu quê beliscada, tais os erros de História (que «não se faz com a imaginação», p. 41) presentes no seu estudo *do Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez* (3 vols., Porto, 1867), sobre que se debruça – mais concretamente sobre o 1.º vol., *Historia da Poesia Popular Portugueza* – o n.º 2. Este começa por ser (é o que interessa agora) elogio de Garrett: «Creou um theatro nacional, remodelou a poesia, escavou a mina das tradições e lendas populares, fundou – nas *Viagens* principalmente – o folhetim; [...].» (p. 4)

68. *Archivo Contemporaneo* / Revista Hebdomadaria (Lisboa, 29-V / 18-XII-1869, n.º 25). Proprietário, Sabino Morais Correia; director, Reinaldo de Assis. "Observações bibliographicas", Inocêncio Francisco da Silva; Zacarias d'Aça; B. Pato; E. Marecos; Rangel de Lima; "A bengala e o chapeu de chuva", J. C. Machado[261].

69. *O Lisbonense* / Periodico Semanal (Lisboa, 26-IX-1869/Abril de 1870, n.º 28). Concorrem Inocêncio, Chagas, G. Lobato, Mariano Fróis, Joaquim de Araújo, Luciano Cordeiro, Pato, E. A. Vidal, Júlio

[261] Como para as gazetas e mercúrios – sobre que Inocêncio se debruçou –, urgia trabalho afim sobre os arquivos: entre recreadores e literários, e para lá de outros aqui citados, são o *Archivo Portuguez.* / Jornal de Todas as Classes (aos sábados, Lisboa, 11-VIII / 3-XI-1838, n.º 13, p. 104); *Archivo Portuguez* / Semanario de Litteratura (Lisboa, 13-V / Setembro de 1848, nº 20); *Archivo Litterario* / Publicação Semanal (Funchal, 15-IV-1863); *Archivo Litterario* / Jornal Recreativo (Lisboa, 1-VIII-1862 / / 1-IX-1863, n.º 8). Redactores e proprietários, F. A. de Matos e F. Leite Bastos; *Archivo Litterario* / Jornal de Instrucção e Recreio (Alvaiázere, 25-V-1865). Redactores, Abílio de Macedo Lopes do Vale e Luciano Cordeiro; colaboradores: Lino de Macedo, J. Simões Dias e Tito de Noronha; *Archivo Popular* / Semanario (Porto, Janeiro de 1871 / Fevereiro de 1874, vol. 4); *Archivo Litterario* (Lisboa, Maio / Agosto de 1875, n.º 8); *Archivo Litterario* / Publicação Semanal, Artistica, Scientifica e Litteraria (Lisboa, 2-XII-1880/6-I-1881, n.º 6), com folhetim. Para completar, *cf.* J. J. Cochofel, ed., *Grande Dicionário...*, p. 460, e *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, I: 67-74.

César Machado [n.º 16, Janeiro de 1870][262].

70. *A Civilisação* (quinzenário, Coimbra, 5-XII-1869/20-XII-1870. A 2.ª série, até Janeiro de 1873, n.º 36, não interessa). Proprietário e director, Custódio Veloso. Afora Pereira da Cunha, seguem os "Ensaios Historicos e Criticos" de Luís Garrido.

71. *Jornal Litterario* / Periodico Quinzenal (Coimbra, Janeiro de 1869-1871, 36 números). Responsável, A. M. Seabra d'Albuquerque. "Dos duplos da lingua portuguesa", por Adolfo Coelho; vários "Estudos sobre os Cancioneiros Portuguezes".

72. *Recreio Litterario* / Jornal para todos (Coimbra, Abril-Agosto de 1870, n.º 17, p. 136; ausente de *Jornais e Revistas*...). Responsável, J. S. Morais e Sá; colaboradores: Cândido de Figueiredo, Gonçalves Crespo, M. Maria Bordalo Pinheiro, Amelia Janny, e, alma visível da iniciativa, J. Frederico Laranjo, que recenseia *Histórias Cor de Rosa*, de Ramalho («[...] quem é Ramalho Ortigão? O portuguez mais francez que nós temos, e quasi unico que escreve com *espirito*, [...]. // Julio Cesar Machado tentou ser espirituoso, foi-o ás vezes, não sempre; este fôro talvez m'o queiras reclamar para o redactor da *Folha*, João Penha; o talento d'este porém é mais *humor* do que *espirito*.», p. 73) e *Flores Agrestes*, de Bulhão Pato, acrescentando este desassombro: «A *Paquita* é uma futilidade; [...].» (p. 81)

73. *O Peregrino* / Publicação Litteraria (Coimbra, 1871, sete números). Duas séries com Amélia Janny, G. Torrezão, Agostinho Albano, Júlio César e Magalhães Lima sobre Edgar Poe, decerto a principal novidade.

74. *Artes e Letras* (Lisboa, Janeiro de 1872-Maio de 1875)[263]. Indispensáveis 16 páginas a duas colunas; ricamente ilustrada. Com direcção de Rangel de Lima, aí colaboram Alberto Teles, António Enes ("Os abusos do Realismo", n.º 10), Brito Aranha, Bulhão Pato, E. A. Vidal, F. Gomes de Amorim, Gonçalves Crespo, Inocêncio, Andrade Ferreira,

[262] Com o mesmo nome, e números únicos, houve dois, em Lisboa: 3-VII-1862 e 8-III-1891.

[263] Ver índice no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, VI, 1, Lisboa, 1965: 165-185; ainda J. J. Cochofel, dir., *Grande Dicionário*..., p. 478-479.

Latino Coelho, M. Pinheiro Chagas, Rafael Bordalo Pinheiro, J. Simões Dias, Sousa Viterbo, Tomás Ribeiro, visconde de Benalcanfor, J. Batalha Reis, Maria Amália Vaz de Carvalho, Joaquim de Araújo, Alberto Pimentel, Oliveira Martins, Luciano Cordeiro, Guiomar Torrezão, etc. Anota-se bibliografia recente (*Da Loucura e das Manias em Portugal*, *Entre a Flauta e a Viola*, *Odes Modernas, A Morte de D. João*...); ouve-se música ("*D. Carlo* de Verdi", por J. César Machado, talvez o mais quantioso, a par de significativa presença de Camilo); olha-se "*A Ceia* de Leonardo da Vinci", com Ramalho Ortigão; visita-se a história de Bragança.

75. *A Harpa* (Porto, 1873-1876). 'Revista Litteraria' portuense fundada por Joaquim de Araújo, quis-se semanal, mas saiu irregularmente entre Maio de 1873 e 1876. Sem especial programa editorial, abriu a primeira das oito páginas com trabalho sobre "Numismatica Portugueza", por José do Amaral, seguindo-se trabalhos de Luís de Mesquita, Maximiano Lemos, Hermínia de Meneses («distinta poetisa de Penafiel») e, sobretudo, José Pereira Sampaio, que, no 2.º número, também assina Bruno e será, doravante, o nome mais constante. Presenças episódicas, mas com algum significado, temos as de, entre outros, Guilherme Braga (números 3 e 6), G. Junqueiro (n.º 5), João Penha (n.º 7), Magalhães Lima e Silva Pinto (n.º 8), Amélia Janny, Guiomar Torrezão, Manuel Maria Rodrigues (n.º 10), Manuel Duarte de Almeida e Pedro de Lima (n.º 11), Inocêncio (carta no n.º 12), Sérgio de Castro e João de Deus (n.º 13), António de Azevedo Castelo Branco e Cesário Verde (com "Vaidosa", n.º 14), Macedo Papança, Cipriano Jardim, Simões Dias, Alfredo Carvalhais, Cândido de Figueiredo (sobre o extinto Guilherme Braga, n.º 15-16, Agosto de 1874[264]). Desconhecemos os números finais desta 1.ª série, já em 1875, quando também sai o quinto número da 2.ª série, em cujas 16 páginas se reúnem Luís Guimarães Júnior, Custódio José Duarte, artigo sobre *A Morte de D. João* e o soneto "Quia Aeternus", que Antero de Quental dedica a Joaquim de Araújo. A cor-

[264] Outras evocações em Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes* (1877), Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1986, cap. XIV, e Júlio Brandão, *Recordações Dum Velho Poeta. Figuras Literárias e Artísticas*, cit.: 95-100.

respondência deste com um Teófilo tutelar esbate as lacunas sobre folha que preparava *A Renascença*[265].

76. *O Contemporaneo* / Livros – Palcos – Quadros – Salas (Lisboa, Novembro de 1874). Redactores, Gervásio Lobato, Pedro Vidoeira, Salvador Marques e Sousa Bastos. Fotógrafo, A. Fillon. A partir do n.º 6, subintitula-se Letras e Artes, e do 10, Sciencias, Letras, Artes, Commercio e Industria. Director e proprietário, Salvador Marques. Lista colaboradores: A. Enes, Guilherme de Azevedo, G. Lobato, Gomes Leal, Júlio César Machado, Jaime Victor, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, Rangel de Lima, Rodrigo Pequito, Tomás Ribeiro, Santos Nazaré, Urbano de Castro, etc. Alguns artigos sobre o pai de Fernando Pessoa, Joaquim Seabra Pessoa, não deixam de o referir como colaborador, J. Pessoa. Comparecem, entretanto, Pinheiro Chagas, Maximiliano de Azevedo, Guimarães Fonseca, Latino Coelho, Amélia Janny, Magalhães Lima, Fernando Leal, Fernando Caldeira, Mariano Pina. Lembrete para dois poemas de Castro Alves (n.*os* 26, 28, 1876: "A volta da Primavera", "O laço de fita"). A qualidade gráfica e de texto justifica a indicação, regular, de 2.ª ou 3.ª edição; a partir de fotografia, abre prosa maioritariamente atribuída a Lobato ou César Machado, biografando-se uns aos outros (assim, aquele diz deste «o folhetinista por excellencia», cujas peças da terça-feira esgotavam a tiragem d'*A Revolução de Setembro*, aliás, aumentada [n.º 8, Abril de 1875]). Propriedade de João de Almeida Pinto a partir do n.º 61, 5.º ano, 1879, suprime-se o nome do desaparecido Santos Nazaré e concorrem António de Macedo Papança, Joaquim de Araújo, Cristóvão de Sá, Alberto Pimentel, João de Deus. Termina com o n.º 155, 12.º ano, 1886.

77. *Correspondencia do Norte* (Vila Real, 9-VIII-1874). Folhetim de Antero sobre a *A Morte de D. João*.

[265] Para outras precisões, ver António Ferrão, "Teófilo Braga e Joaquim de Araújo", *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, Lisboa, 1934: 65-124 [correspondência]; Alberto Moreira, "A Harpa", *O Tripeiro* (Porto), 5.ª série, ano XIV, n.º 11, 1959: 335-337; Joaquim de Araújo, *Opúsculos e Prefácios*, ed. de Paulo Samuel, Penafiel, Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, 2017. A reunião de *Lira Íntima*, *Ocidentais* e *Flores da Noite* está em *Constelações no Céu Magoado*, ed. de Jorge Teixeira, José Marques e José Rui Teixeira, Maia, Cosmorama Edições, 2017.

78. *O Mosaico* / Folha quinzenal (Coimbra, Dezembro de 1874/Abril de 1875, n.º 9, p. 72): António Papança, Magalhães Lima, G. Crespo ("O coveiro"), Gomes Leal, Bento Moreno, Amélia Janny, Sérgio de Castro, Cesário ("Deslumbramentos", n.º 6, Fevereiro de 1875: 42), J. Simões Dias, J. C. Machado.

79. *O Cenaculo* / Revista Contemporanea da Litteratura Portugueza (Lisboa, 1875). Director, Cândido de Figueiredo. Nos fascículos de 32 páginas, B. Pato, Guilherme de Azevedo, Júlio César Machado, Castilho, Alberto Pimentel, João Penha, um reiterado Antero de Quental, Gonçalves Crespo[266], Sousa Viterbo, Bento Moreno com "O canto do gallo" (n.º 2: 39-53) e "Vingança do morto" (n.º 4: 97-110), M. Duarte de Almeida, F. Adolfo Coelho, E. A. Vidal, Luciano Cordeiro, J. Simões Dias, Augusto Sarmento, Tomás Ribeiro, Cristóvão Aires, entre poucos mais.

80. *Revista Occidental* (quinzenal, Lisboa, 15-II/31-VII-1875, dois tomos, 768 + 720 páginas). «Provocar a reunião dos elementos da nova renascença intelectual da península e a formação das novas escolas espanhola e portuguesa, é o fim da *Revista Ocidental*», considera J. Batalha Reis no prospecto de apresentação, devendo aquela, afora a exposição dos trabalhos que diariamente «adiantam a renovação dos estudos no mundo civilizado», definir, «nos seus elementos precisos, os caracteres gerais da nossa individualidade e os elementos que tornam natural a autonomia intelectual da Espanha, de Portugal, da América espanhola e do Brasil, e os dos grupos ainda diversos que estes quatro povos encerram decerto». Assim, além de artigos «de crítica científica, literária, filosófica, social e artística», propunha-se dar, «em cada número, uma crónica do movimento político e literário, e um romance original». Oliveira Martins, que assina a Introdução, "Os povos peninsulares e a

[266] Além de "Olhos de judia", em *Nocturnos* (1882), "O Convertido" não se encontra nas *Obras Completas* de Gonçalves Crespo, nem no mais completo volume, com prefácio de Afrânio Peixoto, saído no Rio de Janeiro, Edições Livros de Portugal, s. d. [1942].

Revista Critica e Litteraria (1-XII-1894) é *O Cenáculo* de Gonçalves Cerejeira, Vilela Passos e Augusto Granjo, sem razões, porém – como se diria para muita outra Imprensa, com títulos onde comparece 'literário' –, para a incluir neste apartado.

civilização moderna", lembra o propósito inicial, consubstanciado no peso que o ensaísmo toma desde o primeiro fascículo. São colaboradores Patrício de la Escosura, F. Pi y Margall e outros de fala castelhana, bem como Adolfo Coelho ("Os elementos tradicionais de Literatura: os contos"), Luciano Cordeiro, Rodrigues de Freitas, o mesmo O. Martins (com quatro artigos, onde um sobre "Os poetas da escola nova": Antero, Guilherme de Azevedo e Junqueiro), Sousa Martins e Batalha Reis (director literário com um Antero pouco menos que ausente), que se responsabiliza, ainda, pela crónica social e política da Europa, enquanto Martins faz a de Portugal e Brasil, Fernández de los Rios a de Espanha e Ramon de Cala a da América. Dos cinco ficcionistas portugueses (Maria Amália Vaz de Carvalho, A. de Azevedo Castelo Branco, Pedro Ivo, J. C. Machado, Eça), o destaque vai para as sete partes em que se dividiu *O Crime do Padre Amaro*[267], com que se marca uma ruptura nas nossas letras. Logo no tomo dois da publicação, um sintomático aviso: «Achando-se fóra de Portugal não poude, o snr. Eça de Queiroz, dirigir pessoalmente a publicação do seu romance, e introduzir n'este modificações importantes que tencionava fazer.» (p. 93)

Poetas são, além de Antonio Cánovas del Castillo, Manuel de Arriaga, M. Amália Vaz de Carvalho, G. Crespo, Gomes Leal e, logo a abrir, Antero, cujas *Odes Modernas* justificam uma das treze recensões que completam o respectivo índice temático[268].

[267] Entre 15 de Fevereiro e 15 de Maio, nas páginas 33-64, 198-224, 289-307, 439--459, 542-572, 661-672, e, no tomo segundo, 73-93. Para a versão anterior a esta – o que perfaz quatro –, ver a síntese de J. Gaspar Simões, "Quantas versões de *O Crime do Padre Amaro* escreveu Eça de Queirós?", *O Primeiro de Janeiro*, 31-V-1970. Para a *petite histoire*, note-se quanto declara Henrique das Neves, *Esbocetos Individuaes*, 2.ª série das Individualidades, 1.º vol., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1911: 67, sobre a modificação do fecho primitivo da obra: esta terá sido devida a observação de Alexandre da Conceição, segundo a qual «um pae afogar o filho, embora para occultar um *crime*, não é natural em quem não seja um perverso, um degenerado», eliminando Eça «esta aberração».

[268] *Cf*., para índice, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. II, n.º 1, Lisboa, Janeiro-Março de 1961; Maria José Marinho, "*A Revista Ocidental*, 1875: um projecto da Geração de 70", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, 7 (1), Lisboa, 1992: 43-74.

81. *A Republica das Letras* / Periodico Mensal de Litteratura (Porto, Abril/Junho de 1875, n.º 3, 48 páginas). Director, João Penha, secundado por versos de J. Simões Dias, M. Duarte de Almeida, Alfredo Campos, G. Crespo, Cândido de Figueiredo, Cunha Viana, Guilherme de Azevedo, Tomás Ribeiro, Alberto Teles, E. A. Vidal, Sousa Viterbo, Luís de Andrade, Manuel Sardenha, Severino de Azevedo, Eduardo Cabrita; "Recordações de viagem", de Luciano Cordeiro (elogiado no n.º 2), entre outros; J. Simões Dias discorre sobre D. José Amador de los Rios e literatura espanhola. No n.º 2, Maio: 29-32, "A sinceridade de Boileau", de Camilo Castelo Branco.

82. *Archivo Litterario* / Offerecido a Suas Altezas os Principes D. Carlos e D. Affonso (Lisboa, Maio/Agosto de 1875, n.º 8). Directores literários, Álvaro de Castro, Reis Dâmaso (biografa Júlio Dinis), Alfredo Loureiro, Fernando d'Aquino. Imensa lista de colaboradores.

6. Duas revistas em confronto: *O Panorama* e *Revista Universal Lisbonense*

> Como eram bem feitos, como eram bem pensados e bem dirigidos alguns jornaes litterarios d'esse tempo, o *Panorama*, a *Revista Universal Lisbonense*! Dizia Manuel Passos:
> – Se acabarem a *Revista*[269] e o *Panorama*, o melhor será não haver senão um jornal, o que publicar os actos e manifestos do governo; porque esse ninguém o lê.
> E acabaram[270].

José Tengarrinha cita parcialmente Júlio César, ao fundo de página onde refere a qualidade das mesmas, gráfica e literária, "sem desvantagem ao lado das melhores que então se publicavam na Europa"[271]. Mas

[269] Como se resumia, por antonomásia, a *Revista Universal* / Jornal dos Interesses Físicos, Morais e Literários, 1-X-1841, *Lisbonense* desde 24-III-1842.

[270] Júlio César Machado, *Lisboa de Ontem*, 1877: 211.

[271] *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, [2]1989: 175.

dizer *O Panorama* "redigido" por Herculano e a *Revista Universal Lisbonense* [RUL] *de* António Feliciano de Castilho é ser muito parcial. Aquele foi redactor por três anos e meio, num total de 31 anos do semanário; este, se bem que já colaborasse em 1841, foi-o entre 1842 e 1845, para um total de 16 anos.

No *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coube-me verbete sobre *O Panorama*; Rosa Esteves redigiu o da *Revista*, dando também Castilho como fundador e director desde o início; e sem informar quando começa a publicação; e 1859 como fecho, quando o n.º 48 final é de 2-VII-1857. O erro, generalizado, está no facto de o n.º 27 da derradeira série trazer, por lapso, 1859, quando o aí indicado ano XIII da publicação corresponde a 1857[272].

O Panorama, implicitado no limiar dos estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis («Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor e, desde já, por meio duma publicação semanal»), não esgotava o interesse cultural dos accionistas, em que pontificam a rainha e familiares. É o segundo grande projecto empresarial no campo da Imprensa, malogrado *O Português* (1826) de Garrett. Acrescentava, por decisão superior, um facilitado trabalho de investigação na então Biblioteca Nacional, de que resultassem edições representativas, assim justificando-se uma custosa tipografia própria, que estreava entre nós o papel em rolo. Em parte, um projecto de Estado, que apoiava iniciativas escritas *de instrução e recreio*, como se diz o nosso *jornal*. *O Panorama* da primeira fase dura menos do que certamente previsto. Essa relação entre Poder e alguns intelectuais mantém-se de 7-V-1837 até 23-XII-1843, quando a assembleia geral, face à redução de assinaturas, decide suspender o título. A terceira série voltará em 5-IX-1846.

Convém perguntar: a orientação de Herculano, que regressara de uma ausência de quatro anos e assinara, em 1843, contrato principesco, quando inicia a publicação d'*O Bobo*, terá sido a mais adequada? Em anos difíceis para a liberdade de Imprensa, pela regular censura cabralista, considerou Herculano inútil continuar, ou não encontrou apoios,

[272] Ver Albino Lapa, *A Palavra 'Lisboa' na História do Jornalismo*, p. 83-84.

se é que os procurou? Sendo financeiramente inócua a redução de assinaturas em semanário que, por força dos estatutos daquela Sociedade, era gratuitamente oferecido, em vários exemplares, à «Casa Pia, Casa dos Expostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos pios», visando leitura geral de instrumento que apoiaria a alfabetização em curso (no que isso tem de romântico-democrático), como se compreende o adeus ao projecto herculaniano, quando *A Revolução de Setembro* se impunha desde 22--VI-1840 (interessa até 23-III-1892, embora sucumba só em 20-I-1901) e a *Revista Universal Lisbonense* singra airosamente sob a batuta de Castilho?

Por imposição estatutária, deveria *O Panorama* ocupar-se – não é mau repetir – «de considerações sobre a História Nacional e Estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatística e geografia do país; biografia dos nossos varões ilustres, em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à Língua portuguesa. A Jurisprudência, a Economia Política, o Direito Administrativo, a Indústria, o Comércio e as Belas--Artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções símplices e úteis» (art. 47.º).

O artigo seguinte juntava novos argumentos, como «extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de Ciências Naturais, ideias as mais elementares de Astronomia e de outros ramos agradáveis das Matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal.» A sua maior riqueza, e de povo ainda sem vias e meios de transporte dignos, será, todavia, a arte da ilustração, não raro em página inteira, quase sempre a primeira. A sobriedade da linha gráfica em páginas de numeração continuada cedo vira monotonia.

Nesta «espécie de *Readers's* [*Digest*] do Portugal da época»[273], o índice das 280 páginas logo do primeiro ano é significativo.

[273] A. J. Saraiva, "A ficção de Herculano", *in* Carlos Reis, Maria da Natividade Pires, *História Crítica da Literatura Portuguesa*, V, *O Romantismo*, Lisboa, Ed. Verbo, 1993: 127.

De algum modo, podíamos resumir tão vasta matéria a aspectos sobre – já secções ou temas em 1843, ano que nos servirá de confronto, e direi alfabeticamente – agricultura, que inclui arboricultura e silvicultura; anedotas; antiguidades; arqueologia portuguesa; bibliografia; biografia; botânica médica; economia doméstica, política e rural; educação; filologia; geografia; indústria; inventos; História e Literatura, em maiúsculas; máximas; mitologia; monumentos; necrologia; pintura; poesia; propriedade literária; usos e costumes; zoologia.

Nesse ano, embora sem citar o Mendes Leal Júnior de *Flor do Mal* e *Nem Anjo, nem Demónio* de Cunha Sotto-Mayor, que José-Augusto França associa às *Viagens* garrettianas, todos saídos na *Revista Universal Lisbonense* – podíamos acrescentar Rebelo da Silva, *Rausso por Homízio* e *Sina Má, Bem Mal Merecida*, de Luís Augusto Palmeirim –, mas acordando em ser «o ano inicial dum discurso romanesco»[274], enquanto *O Bobo* e o Herculano de algumas *Lendas e Narrativas* eram acompanhados n'*O Panorama* por *Bem Querer e Fazer Mal (Memórias Insulanas)* do mesmo Mendes Leal Júnior ou *Manuel de Sousa Sepúlveda*, de Oliveira Marreca, a *RUL* conseguia mostrar-se, com igual número de secções e um terço a mais de páginas (no final do ano, 600 contra 400, seja, 12 contra 8, semanalmente), mais apelativa, porque mais directa e informativa.

De comum com a lista d'*O Panorama* tinha um terço das secções: agricultura; indústria; educação; História; Literatura; monumentos; necrologia (mais completa e variada); poesia; propriedade literária. Com excepção desta, muito discutida em certos períodos do século XIX, e que prepara a legislação dos direitos de autor, temos o que, no imediato, interessa a país a erguer-se após guerra civil, alertando para a defesa do património arquitectónico, que Herculano ou as *Viagens na Minha Terra* secundam.

Ora, para lá dessas secções-preocupações, a par de certa macrobia (assuntos de longevidade) judicial, militar ou rústica, a *RUL* presta atenção inusitada ao noticioso jornalístico; à burocracia e outras utilidades

[274] Ver introdução às *Memórias de Um Doido*, Lisboa, INCM, 1982: 13, de A. P. Lopes de Mendonça, que se estreia em 1843.

que interessavam às pessoas; ao novo; ao deleitoso; e, sobretudo, quer fazer do leitor um correspondente ou sujeito de opinião (que todas se respeitariam). Transforma-se, assim, na, para nós, melhor revista de Oitocentos, deixando, por sua morte, o lugar ao *Arquivo Pitoresco*.

Essas secções curam, desde logo, de um espaço de notícias nacionais e estrangeiras; depois, de actos oficiais; de conhecimentos úteis e instrução pública, a que ligaríamos interesse pela ortografia, prémios literários e publicações artísticas; viriam – gerais – arquitectura, fotografia, tecnologia. A secção de cartas é, ainda hoje, indispensável, então subscritas por elementos identificadores como (Rosa Esteves indica-o) "operário", "médico", "empregado", "lavrador", "poeta", "uma dona de casa", no que a revista virava, simultaneamente, montra de leitores e espaço anticlassista, como se pretendia o romantismo; comportando, enfim, as informações de teatro e o que se designava por variedades, uma espécie de folhetim-crónica, mesmo romanesco, na indiscriminação de, por exemplo, *O Periodico dos Pobres* (Lisboa), nas suas Variedades de 1840.

Daqui, decorria outra vantagem: com um terço a mais de colaboradores, meia dúzia deles comuns (Herculano, Oliveira Marreca, Cunha Rivara, Silva Leal, Mendes Leal Júnior, Silvestre Pinheiro Ferreira), e evitando assinaturas por indecifráveis iniciais, a *RUL*, que não raro se debatia com problemas de espaço, agilizava a prosa, enquanto apresentava mais facilmente poesia e peças de teatro. Tinha outra vantagem, ao arrumar-se numa divisão clara de secções, em três grandes partes: Conhecimentos Úteis; Parte Literária; Notícias. Depois, o artigo breve, se exigia maior número de colaboradores, tornava-se mais directo e acessível, contra 'chouriços' de páginas n'*O Panorama*, que não incluía mais nomes por força de um contrato perverso: Herculano contratara-se por 800$000 réis anuais, seja, 5$128 réis por página, seja, um mínimo de três por número. Outra conclusão é que sentimos *menos*, tal a leveza dos assuntos que pululam, a bem mais vasta colaboração de Castilho na *RUL*, e que identificamos nos volumes II a VII (de oito) de *Vivos e Mortos. Apreciações Moraes, Litterarias, e Artisticas* (Lisboa, 1904), acrescidos de outros sete da parte de noticiário sob o título *Casos do*

Meu Tempo (1906-1907). Em menos de quatro anos na *RUL*, Castilho preparou 14 volumes póstumos![275] E que faremos quanto aos inéditos (e quais são?) de Herculano n'*O Panorama*?

Projecto de ilustração, *O Panorama* visava regenerar o quadro mental português através da educação e da cultura, com que, sobre favorecer os bons costumes, se daria razão e apoios necessários à liberdade tão dificilmente conquistada.

Já a introdução ao 8.º volume (1844), qual derradeiro balanço, esclarecia o propósito romântico em que assentava, desde a sua génese, este projecto:

> [Foi] a primeira publicação do seu género que tinha revocado certa afeição pelas cousas que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso traísse a missão de progresso que incumbia aos escritores que sabiam quais os destinos da época presente: tinha sido ele o primeiro que, a par da difusão das ideias de utilidade material, tinha trabalhado para que renascesse o sentimento da antiga energia e glória nacional, [...] e sem cuja renascença não havia regeneração possível, [...]. *O Panorama* tinha procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que tinha enobrecido esta nossa boa terra em eras remotas.

Um passado exemplar modela, assim, entre quadros da História de Portugal e a não despicienda economia doméstica, uma indecisa transição liberal e o gosto de classe média a formar-se acaso muito depressa.

Até, pelo menos, 1878, *O Panorama* é citado como exemplo maior nesse século que, «tão destruidor como creativo, matou a livraria, e poz em seu lugar o jornalismo», em síntese da *Revista Universal*.

Por isso, livro dos jornais e jornal dos livros, a *Revista Universal* (1-X-1841) inova desde o subtítulo: Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes, e Litterarios [em 21-VIII-1843, vol. III, Jornal dos Interesses

[275] Júlio de Castilho resume a actividade do Pai em *Memorias de Castilho*, t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, [2]1932, em especial, nos caps. V (início, em Janeiro de 1842) e XXVI (despedida, Junho de 1845).

Physicos, Intellectuaes, e Moraes]; sobe às 12 páginas a duas colunas, cura de maior profusão de vinhetas e multiplica os entretítulos góticos, numa bela paginação. Assim compensa *O Panorama* monolítico, dominado pela embora expressiva gravura inicial.

Afirma, por último, a própria palavra "revista", na acepção em que a tomamos, título raro em publicações que a precederam. José Pedro Machado, no seu *Dicionário Etimológico*, diz pioneira a *Revista Semanal*, Lisboa, 3-XI-1833/1836 [de facto, 29-VI-1834, n.º 35]. Ora, em 1815, José Daniel Rodrigues da Costa redigiu, também na capital, uma *Revista dos Génios de Ambos os Sexos*; mais conhecidas são, todavia, a *Revista Estrangeira* (Porto, 1837), a que sucedeu a *Revista Litteraria* (1838-1844); de novo em Lisboa, duas com o título de *Revista Theatral*, 3-II-1839, e de 1840. "Gazeta", "diário", "periódico" – formas em título desde, respectivamente, 1641, 1809, 1823 (e pudera estar "mercúrio", desde 1663) – estão dicionarizadas em 1848[276]; trinta anos depois, o *Dicionário da Lingua Portugueza* de António de Moraes Silva (^{7}1878) já aceita "jornal", mas ainda não refere o nosso sentido de "revista".

Quanto ao vocábulo "jornal", titular em *Jornal Enciclopédico* desde 1779 – daí, "SENHORES JORNALISTAS", em Março de 1789: 335 –, ainda em 1866 era considerado «inadmissível», como galicismo lamentável, se bem que alguns dicionários remetam para um italianismo. A especificação subtitular tão longamente sustentada pel'*O Panorama* terá contribuído para uma afirmação definitiva do termo e seu campo semântico.

Baste lembrar, como balanço[277], capítulo de Sampaio Bruno sobre "As revistas literárias e o folhetim", naquelas descobrindo mazelas e virtudes indispensáveis ao movimento literário, com saliência para *O*

[276] J.-I. Roquette, *Diccionario dos Synonymos da Lingua Portugueza*, Paris, 1848.

[277] Perguntas e exclamações da *Folha dos Curiosos*: «Em que seculo vivemos nós? Na idade de oiro, de prata ou de ferro? [...] Decididamente o que nós estamos é no seculo do papel e do annuncio. // Seculo de papel! que de jornaes!» (N.º 5, Janeiro de 1869: 3) Estes teriam assassinado o livro: «Assim como a imprensa matou com o livro a architectura monumental, [...] assim tambem ella propria, a imprensa, com o periodico matou o livro.» António Feliciano de Castilho, no Preâmbulo à *Revista da Instrucção Publica*, 1-VII-1857.

Panorama – onde «se condensam todos os elementos, todos os dados para se interpretar a evolução sistemática do movimento romântico no nosso país»[278].

Se, em parte, assim é, direi em resumo que, face ao peso da ilustração, característica d'*O Panorama* (os seus títulos *brancos*, de resto, têm pouco de romântico), e à variedade, com percepção de um estilo jornalístico episodicamente sensacionalista, referida para a *RUL*, podemos ter, hoje, sem intuitos de instrução, mas visando o recreio dos sentidos, as características do revistismo nacional.

7. Jornalismo feminino

Também até 1875 – de facto, antes de 1876 só deparamos com publicações até 1869 –, e pela componente literária, justifica-se rastreio da Imprensa com as mulheres por alvo principal. Se notarmos os títulos de 1822 e 1823, podíamos ganhar, num balanço global, 11 anos (descontado 1833, data do primeiro *Museu Litterario*). Mas a verdade é que o objecto de Garrett não é desde logo a literatura; e, em 1823, a prosa sai depauperada.

O *Correio das Modas* (Lisboa, 1807) foi a primeira folha especialmente dedicada às mulheres[279], quinzenário com extratextos cujos cinco números e oitenta páginas vêm colocados, desde a introdução, sob dois termos que o século reabilita e celebra: Luxo e Modas. Considera-se que, sem esconder inconvenientes, as vantagens para o progresso das artes e para a indústria justificam a aposta. Certo J. A. Costa, escrevendo

[278] Sampaio Bruno, *A Geração Nova (Ensaios Críticos). Os Novelistas* [1886], Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão – Editores, 1984: 65.

[279] Em França, *Courrier de la Nouveauté*, 1758, de que só ficou o título, e *Le Journal des Dames*, 1759. Para outras precisões, Daniel Roche, *La Culture des Apparences. Une Histoire du Vêtement, XVII^{e}-XVIII^{e} Siècle*, Paris, Fayard, 1989, em especial, o subcapítulo "Presse de mode, presse féminine (1710-1793): une entreprise précaire", p. 456-460. Precioso, como antecâmara, é o artigo de Maria José Moutinho Santos, "O luxo e as modas em textos de cordel da segunda metade do séc. XVIII", *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, 1989: 137-164.

sobre o luxo na *Folha dos Curiosos*, diria, com razão, que «*La Mode illustrée*, o *Journal des Demoiselles*, *La mode nouvelle*, substituiram as Pragmaticas, os Alvarás e as Leis» (Lisboa, n.º 11, Março de 1869: 4). São estes 62 anos que passaremos em revista. Entretanto, enormes lapsos temporais iriam atrasar, em certos períodos, a consciência desse facto.

A moda, no início, respeitava aos trajes das senhoras, dos homens e dos móveis elegantes. Explicativo das figuras, reflectindo a situação daquela, juntaria contos, anedotas e sentenças, num projecto que inspiraria os sucessores. Já *O Anonymo* (Lisboa, 1752-1754, 42 números) reunira moral, modas, livros, arte, ciência, virtudes e vícios. A *Bibliotheca Universal* (Lisboa, 1803-1805), como se disse, é uma pedra branca: «A Defensa das Mulheres, deste Sexo amavel, que a natureza destinou para fazer a felicidade da Especie humana, será discutida nesta Obra com toda a energia, de que forem susceptiveis as minhas forças. Darei além disto a Historia universal das Mulheres [...].» O que cumpre, fossem heróicas ou criminosas.

Uma coluna de Modas Parisienses é inaugurada n'*O Lagarde Portuguez, ou Gazeta Para Depois de Jantar* (números 4 e 5, de 1 e 5 de Dezembro de 1808)[280]. Assim se dava irónico contraponto às notícias políticas que chegavam de Paris, onde Napoleão ordenava a perseguição da Imprensa e de país que o recusava. Como se a moda fosse o reverso da maldade francesa.

Quando Garrett apresenta *O Toucador* (1822), já o Liberalismo triunfa e as mentalidades têm novas exigências. Por isso, é ingénuo acreditar-se que, como insinua o subtítulo, não comporta "política". Artista, amoroso e partidário excitado, visa público à imagem da evanescente Luísa Midosi, inexperto e não menos ousado, capaz de receber fogoso jornalista no seu toucador, aí onde «as senhoras mais cuidam de seus importantes negócios, onde mais se esmeram em seus cuidados». O

[280] Satírico. Lisboa, Na Impressão Regia, 21-XI-1808 [n.º 2, 24-XI]; n.º 52, 28-XII-1809: 438 [e não 15-XII-1809, como diz Rocha Martins, ob. cit.]. A partir do n.º 9, de 19-XII, intitula-se *O Telegrafo Portuguez, ou / Gazeta / Para Depois de Jantar*. O n.º 25 traz *Telegrafo Portuguez, / ou / Gazeta Anti-Franceza.*

índice temático assinala, para os sete números, a constância das rubricas Modas e, a fechar, Variedades (literatura do próprio Garrett), seguidas pelas lições sobre Teatro (cinco), Namoro, Bailes e Jogo (três) e Passeios (uma). Antes de a favorecer com o espírito, este redactor sabe que a destinatária quer ser vista; nesse transe, dar contiguamente os subtítulos 'Últimas modas e Paris' e 'Uso de Lisboa' é, pelo desencontro, beliscar um atraso também espiritual, que é mister atenuar.

"Periódico sem política, dedicado às senhoras portuguesas", como traz em subtítulo, consta de um prospecto e sete números saídos em Lisboa, Ano II (1822), na Impressão Liberal. Desde o frontispício, o redactor principal dirige-se a particular destinatário, que repetidamente interpelará, num ensaio jamais alheio às ideologias do tempo. Aproveita, também, para dar a lume, na rubrica Variedades, experiências poéticas de veio arcádico, mais tarde refundidas e antologiadas. E, se as «altas ciências» não vêm concorrer junto de «matérias mui interessantes, que, sendo de utilidade e instrução para o belo sexo, e à sua glória dedicadas, são por isso as primeiras entre as coisas humanas, se é que de divinas não participam muito», certo é que a política invade as regulares colunas de Modas (contendo as Últimas Modas de Paris e Uso de Lisboa), Namoro, Bailes, Teatro, Jogo, Passeios. Na vontade de historiar – como definir a dança, seu desenvolvimento até ao século XIX, qualidades do executante e finalidade resumida à expressão amorosa –, ainda vai um enciclopedismo, mas iluminador. Enquanto industria a noiva (prima do seu colaborador Luís Francisco Midosi), perante quem reluz e se agiganta, Garrett afirma o pioneirismo de um projecto (esquece o *Correio das Modas*) que aponta à educação menos cerimoniosa, em século liberal, de damas que – à imagem do jogo das novas cartas *constitucionais* – – devem ir além de alegorias: Abundância, Constituição, Justiça, Fortaleza. Já avisara contra «portuguesinhos *austríaco-arrussados*», num final sobre namoro, e, quanto à dança das finanças, exige-se «escrupulosa administração». Liberdade e patriotismo norteiam o dizer de quem se concede escravo da feminil natureza, entretanto dita vária e inconstante[281].

[281] Há uma pálida lembrança deste esforço em Fidelino de Figueiredo, "Garrett e

O redactor da *Gazeta das Damas* (Lisboa, 29-XI-1822) sabe ao que vem – quer ser útil, não agradar ao Belo-Sexo –, quando reporta as sessões das Cortes no n.º 3 e último (6-XII), em que saudamos dois sonetos de homenagem a Fernandes Tomás, "Por huma Senhora Portugueza". Defensor da Liberdade contra o Despotismo, dirige-se às "Esposas de Cidadãos Livres, e Mãis", que convida para uma «liberal educação» como o que de melhor podem transmitir aos filhos, segundo o «mais importante dever: Criar Cidadãos Livres» (n.º 1). Uma carta no n.º 2 (3-XI) mostra a estratégia de entretém: «Virtude, instrucção, educação, Constituição. Perde o seu tempo. Faça-lhes discripções de Bailes, de jantares, Bodas, Casamentos», além de moda, muita moda...

De 1823 são o *Diálogo das Duas Velhas* e a amável conversa de dois velhos sexagenários que redigem o *Periódico das Damas*. Além, as mulheres são interpeladas sobre os valores do agónico absolutismo; aqui, actuam (ou, por assinaturas femininas, cria-se a ilusão) na definição de «huma mulher virtuosa, sabia, economica, prudente, que olha pelo seu credito, e respeito, que adoça os trabalhos do seu Amante, [...], que sabe instruir a sua familia na virtude, e Religião». O ponto de vista alterou-se: o espaço para modas mal respira entre exemplos virtuosos e reflexões afins, além de poesias.

Este teve seis números em 252 páginas (Lisboa, 19-VII-1823/30-I-1824) e às Damas Portuguesas dedicavam dois *Velhos* ociosos seus «sexagenarios escriptos», juntando útil ganho para o editor ao agradável que era «realçar as belesas do amavel sexo». Caem no erro de Garrett – – «Nada nos poderá vangloriar mais do que sermos os primeiros nesta lembrança» – e impetram a colaboração das «Engenhosas Portuguesas», que aceitam o convite e logo protestam contra a não-inclusão do prometido figurino. Nos dois primeiros, há secção de modas, com que as nações brilham, e, em parte, enriquecem; mas deve-se imitar o singelo e desprezar o supérfluo. O «governo doméstico» – ou formas de comportamento no namoro e no casamento – motiva cartas de mãe viscondessa a filha: «Procura compraser-lhe em tudo sendo condescendente, e nunca

a educação feminina", *Estudos de Litteratura*. Terceira Serie (1918-1920). Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1921: 219-223.

manifestes a tua incomodidade; deste modo grangearás seu amor, [...]» (p. 26). Os ciúmes vêm minimizados, antes que se firme "Trabalho sobre a Igualdade dos Sexos", em treze parágrafos, com este final:

> Os deveres dos dous sexos [...] são no seu genero os mesmos, por tanto o merecimento igual. As mulheres são tão capazes como os homens para tudo que huns, e outros se propõem: e huma mulher virtuosa, sabia, economica, prudente, que olha pelo seu credito, e respeito, que adoça os trabalhos do seu Amante, que lhe faz a sua existencia comoda, e feliz, que sabe instruir a sua familia na virtude, e Religião, capaz de amar, e defender o bem amado, huma mulher, em fim, que sabe desempenhar com fama, e gloria os seus deveres (sejão elles quaes forem) he o melhor thesouro, que se póde possuir sobre a terra. (p. 231-232)

Vinte sonetos arcádicos, entre outros poemas, descansam os amantes quanto à fidelidade das mulheres.

É como 'Jornal das Famílias', sem mais, que se apresenta *O Recreio* (mensário, Lisboa, 1835-1842). Terminada a guerra civil, urge abrir horizontes: *ex libris* de cidade europeia estampa-se, assim, desde a abertura, logo ciceroneada em prosa de carácter histórico-geográfico, a que se seguem lições de economia política e doméstica, agricultura, higiene, astronomia, com, em final de tomo, vocabulário da disciplina tratada (química, por exemplo). O quadro mental é, de seu natural, transpirenaico: 'Modes de Paris' – como, no n.º 2, 'Bulletin des Modes / Modes des Dames // Modes des Hommes' – é secção em francês (tardiamente, em português), como nessa língua é o catálogo de obras... francesas, ou alguns poemas e, até, anedotas. Ao bom gosto dos figurinos coloridos, em 1842, responde a cuidada cercadura da composição, a mancha do formato alarga e o papel torna-se encorpado. Objecto visual e táctil, erecto em assuntos dificultosos e dando a sonhar o que uma sociedade de penúria assume como inatingível, secunda esse geral desejo de possessão, mas é discriminatório. Ter composto oito volumes indica, porém, que o país acordava, que um fio de continuidade se tecia no surgimento de dezenas de publicações, efémeras tantas, algumas de vida larga.

Assim *A Guarda Avançada Dos Domingos* / Jornal de Modas, Theatros, Assembleas, Passeios, Danças, Muzica, Poezia, e Variedades Dedicado Ás mais bellas, que no título parece dizer tudo (Lisboa, 19-IV/24--V-1835, n.º 6). A avaliar por folha quase homónima, *A Guarda Avançada* / La Garde Meurt, Elle ne Se Rend pas (Lisboa, 6-II/29-V-1835, n.º 86[282]), em que Amália escreve a quarta 'carta frívola' à priminha, essa Lisboa feminina acorda às 4 horas da tarde, quando a aia vem lembrar que são horas de almoçar. A razão é simples: deitou-se às seis da matina, porque a moda da noite pediu quatro bailes e ainda perdeu dois. Abaixo, correm as diversas modas que a mana conta de Paris.

Assim *O Correio das Damas* / Jornal de Litteratura e de Modas (quinzenário, Lisboa, 1-I-1836/31-XII-1852; desde 1838, mensal), devido à perseverança do editor e redactor Jacinto da Silva Mengo [lamecense, morre a 28-VI-1866]. As estampas, comentadas, corroboram a qualidade reforçada pela Imprensa propagadora de conhecimentos úteis – pensemos n'*O Panorama*, Lisboa, 1837-1868 – ou, simplesmente, de instrução e recreio – ora, n'O *Arquivo Popular*, Lisboa, 1837--1843, não imune a uma pitada sobre como vestir –, parcialmente redigidos para um receptor doméstico. De modo calculado, variedades literárias sobrelevam a coluna de modas e a publicidade acompanha. Pelas estatísticas, expedia nove exemplares para a província em finais de 1839; com, em 1-VII-1837, dois postos de assinaturas em Lisboa, um no Porto e outro em Lamego, a tiragem não seria extraordinária, assente, em contrapartida, no incomportável preço do número avulso, na capital – 140 réis. É, pois, órgão para gente de posses cujas ocupações libertem para a leitura, e sempre bem recebido. Discreto anúncio d'*O Ramalhete* pode, aliás, industriar-nos quanto ao alcance deste «interessante e magnifico Jornal, de pura utilidade ao Sexo Encantador; a quem desta vez mimozea com mais um figurino visto a muita urgencia dos toucadores na prezente estação, em que os Bailes se succedem com tanto affan». Estamos em 7-I-1841. Acresce «*Um Casamento Fe-*

[282] No banco dos réus em Março de 1835, defendeu Castilho este jornal. Ver Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, [2]1929, cap. VII.

liz, novellinha muito curiosa, como para recordar-lhes que nos bailes e theatros é aonde com mais facilidade se adquire um bom hymeneo, e tudo por meio dos bem acertados enfeites com que uma joven belleza faz reluzir seus attractivos naturaes».

Também selectiva, nada inocente, porque meio escrita em francês e, no n.º 2, já integralmente, é *A Abelha* / Jornal de Utilidade, Instrucção e Recreio (Lisboa, 1-IV-1836), logo *L'Abeille, journal encyclopédique* (até 6-VIII-1836). Retoma-se a 3-X-1840 como *revue encyclopédique*; em 15-XI-1840, passa de semanário a quinzenário, até 15-V-1843. Se, no n.º 3, era dado como redactor e editor responsável Francisco Ladislau Álvares de Andrade, ele era, por certo, dirigido pela mulher, francesa. Com secção de modas, irregular, visa público de elegantes.

Mas só por acaso ou lisonja, dir-se-ia, podemos catalogar estas publicações no rol das belas. Do que nos acorda *O Beija-Flor* / Semanario d'Instrucção[283] e Recreio. / Dedicado ao Bello Sexo (Lisboa, 15-VIII--1838 / 13-IV-1839, n.º 32): «Dentre o sem numero de Jornaes que diariamente sahem dos prelos Lusitanos, nenhum ó Bellas é a vós dedicado.» Os redactores julgam, assim, pagar uma dívida: «Primor d'obra da mão do Omnipotente, fosteis vós, mimo do ceo, postas no mundo para companhia e consolação do homem.»

Não escrevem só mal; também os correspondentes, em várias cidades do Continente e ilhas, são homens. Preferem, logo, traduzir Horácio e Chateaubriand e dar cópia de formas poéticas neoclássicas, a par de histórias virtuosas, máximas morais (por exemplo, edificante: «Se casares, não tomes a mulher a olho, mas a peso.»), recreação das ciências, variedades, charadas, anedotas e um cheiro de ornitologia, como exige o chupa-mel do cabeçalho. De um tímido "Ensaio sobre as modas", isto: «Quem me dirá a razão porque os Portuguezes são de todos os povos os mais serviz imitadores das *modas estrangeiras*?»

Na 2.ª série (13-IV / 8-VII-1842?) do agora "semanario recreativo", sob outros responsáveis, as preocupações – tão comuns nestas décadas – – vão para os imorais romances traduzidos do francês, que danam aos costumes e aos deveres, quiçá arrastando ao suicídio (do que se culpa a

[283] «Informação» traz *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, I.

«famigerada novella *Werther*», p. 64); para uma ode ao amor conjugal; enfim, para o elogio do leque, «um dos indispensaveis adornos do bello sexo», com as luvas...

O *Jornal Encyclopedico* honra o título, incluindo secção de Modas / *Toilette* de cerimónia / Explicação do figurino e Modas de Paris. Outros, como *Semmanal das Musas* (Lisboa, 1836) ou *O Romancista* / / Jornal de Recreio (Lisboa, 8-VI/21-XII-1839), dito embora "Em atenção ás Damas", não devem enganar-nos. De comum têm poesia e, qual em *A Rosa Offerecida ás Bellas* (Lisboa, 3-V/7-VI-1840, n.º 9), as tão profusas máximas.

Jornal do tom quis-se *O Jardim das Damas* (Lisboa, 1-II-1845/1849, cinco tomos), colaborado pelos melhores autores do tempo: figurinos coloridos, músicas e folha de debuxos explicada dividiam-se com romances e respectivos continuados, poesias, anedotas, charadas. A 'Revista de Lisboa' passeava-se pelos bailes e teatros[284]. Com igual 'Revista de Lisboa', mas opondo bem diversa concepção de público, temos, valiosa pelas assinaturas de Mendes Leal, Caldas Aulete, João Félix Pereira, J. J. de Sousa Teles, Estácio da Veiga e F. G. de Amorim, *A Assembléa Literária*, referida. Primeira publicação administrada e dirigida por uma mulher, D. Antónia Gertrudes Pusich, o ponto de vista transcorre para a justeza do sub-título, e para variedades literárias, com desprezo do que era esperado: modas. O mesmo se dá com *A Beneficencia* / Jornal Dedicado á Associação Consoladora dos Aflictos (bimensal, Lisboa, 1-XI-1852/15-XII-1855, s. 2, n.º 45) a que presidia D. A. G. Pusich, a qual domina, em produção literária, as duas publicações, nesta lisonjeada (sob forma de longa crítica a uma farsa original) pelo «joven cavalheiro que na tenra idade de 14 annos nos mimoseou com suas primeiras producções poeticas, publicadas na Assembléa Litteraria», a saber, Júlio César Machado[285]. Aumenta a colaboração de mulheres, caso de Maria José Canuto[286] ou de D. Maria Rita Colaço Chiappe Ca-

[284] Vi o n.º 22, 1848, com L. A. Palmeirim. *Cf. Diccionario...* de Inocêncio, X: 120.

[285] Deste, refira-se, nos três primeiros números, crítica a *O Regedor de Parochia*, farsa em 1 acto de D. Antónia Pusich, e carta no n.º 5, de 1-I-1853.

[286] Evito citar esta mais vezes, quando o melhor balanço foi, entretanto, oferecido por Eduardo Cruz, *Maria José da Silva Canuto* [na capa: *Maria José Canuto*]. *1812-1890*,

det, que aí assina o folhetim "A donzela do Ribatejo"; e o registo crítico da leitura repentina de cartilhas é matéria que diz bem do estado em que essas virtuais destinatárias se encontravam. Directora e cruzada assim digna eram saudadas no *Apollo* / Semanario Recreativo, Critico e Theatral (Lisboa, 3-I/16-V-1850, n.º 18), onde revemos alguns colaboradores: D. A. G. Pusich é uma senhora «que arrostou com a prevenção que havia contra as do seu sexo, de não terem capacidade para poderem escrever, que foi descobrir tantos talentos feminís que existiam ignorados, [...][287]. E na verdade, é uma pena que a instrucção das senhoras se ache ainda bastante atrasada; custa tanto vêr uns olhos apaixonados, um coração que palpita de amor, uma bellesa enfim, não saber exprimir em bellas frases o que diz esse olhar, porque palpita esse coração; quasi sempre uma lingoagem inintelligivel vem esfriar todo o fogo ateado pela formosura que a ditou.» (p. 19) A emenda quase estragava o soneto.

O mesmo *Apollo* anunciava, a 24-IV-1850, *O Judeu Errante* / Jornal de Modas / Dedicado ás Senhoras / Redigido por Pedro Diniz (Lisboa; existências: 15-V-1850, 31-I-1851): primorosas litografias, estampa de modas desenhada com arte e colorido, debuxos, boa tipografia e só 80 réis: «Por tal quantia, qual será a dama que deixe de ter no seu *toilette* o *Judeu errante*? que de quinze em quinze dias lhe vem dar noticia de todas as modas?!...» (p. 64)

Agradáveis cercaduras e vinhetas, isso sim; estampas e moldes, claro. Havia, nesta publicidade de homens, à sombra do êxito tremendo que significava o título de Eugène Sue, boas intenções que D. Antónia diria equivocadas.

Ora, esse não deixa de ser o objecto – modas, sempre, e parisienses, para baile, ou passeios de senhoras e senhoras, meninas e meninos, remetendo maiores explicações para *ateliers* de franceses na capital – d'*O Mensageiro das Damas* (Lisboa, 12 números de Janeiro a Dezembro de 1853), indo de Jornal de Modas a Jornal de Litteratura e de Modas, como reencontramos, sem especiais motivos de interesse (que não seja

Lisboa, BNP – CLEPUL – CICS.Nova, 2018.

[287] Não só femininos. Há esboço biográfico em *O Occidente*, 6.º ano, vol. VI, n.º 175, 1-XI-1883: 243.

poesia de Eduardo Coelho, a breve trecho fundador do *Diário de Notícias*), ao décimo ano de publicação (n.º 117, e último, Setembro de 1862).

Camilo Castelo Branco merece, agora, discreta referência. *O Mundo Elegante* / Periodico Semanal, de Modas, Litteratura, Theatros, Bellas--Artes, &c. / Sob a Protecção de Suas Magestades Fidelissimas (Porto, 24-XI-1858/Fevereiro de 1860, n.º 17, já em 2.ª série e sem Camilo) é seu domínio por inteiro. Começa por definir o mundo elegante como «a sociedade polida, lustrosa, invernizada no corpo e no pensamento, na acção e na palavra, na intenção e na obra». Esse que, como sugere gravura sob o título, escuta atenta e reverencial meninas que tocam e cantam ao piano. «Falta saber que este jornal abomina a sciencia. Aqui só se escrevem coisas que o leitor póde esquecer uma hora depois», compõe o redactor. Oferece extratextos e, no apartado das Modas, as *toilettes* de baile e passeio estão entregues às avisadas "Mmes Ferins", enquanto os figurinos para homens são explicados pelo alfaiate A. Moraes. Secção também nobre é Álbum, consagrada «ás mulheres celebres por belleza, talento, valor, coração, e muitas outras coisas». Resenha dos teatros e o noticiário musical podiam completar a empresa, se o romancista não aproveitasse tão precioso espaço para a lírica de sua lavra e para folhetinizar *A Mulher Que Salva*, enquanto se debruça sobre Escriptores Portuenses. Um lembrete de Modas / Descrição de trajes perpassará na sua *Gazeta Litteraria do Porto* (6-I-1868, [n.º 2, 13-I-1868]).

A Moda Portuguesa / Publicação Quinzenal (Porto, n.º 7, 1-XI--1860), se traz gravura, Revista de Modas, secções recreativa e charadística, alarga-se em figurinos e moldes, juntando a novidade de Chronica Elegante para registo de aniversários, viagens e passeios. Os últimos figurinos e a folha de debuxos em separado, ou a folha com desenhos de flores e ornatos próprios para bordar, será doravante norma (*O Duende*, *Boudoir*, 1863)[288]. Antes, *Hymnos e Flores* / Jornal Litterario (Coimbra,

[288] Da quase ausência, assumida, do literário nesta publicação – ausente de *Jornais e Revistas*... – vão beneficiar outras, que, nos nossos dias, podem desembocar em simples colecção de moldes. Ilustres predecessores foram, todavia, *A Moda* / Publicação Trimestral / Illustrada com figurinos em phototypia / offerecida aos consumidores-revendedores / da Real e Imperial chapelaria a vapor / Costa Braga & Filhos (Porto, Inverno

20-XI-1862 / 1-IV-1863, n.º10) tem a particularidade de impor Henriqueta Elisa na Introdução: «A missão dos romancistas e poetas deve ser a de espalhar flores sôbre os escolhos do mundo: flores sem espinhos queremos nós offerecer aos nossos leitores, para lhe suavizar algumas horas de ocio e aborrecimento.»

Esta presença, diversificada (note-se o folhetim "Anjo e mulher", nove partes de 20-XI-1862 a 15-III-1863), equipara-se à de Simões Dias ou Santos Valente, o que indicia ameaça a posições masculinas cristalizadas. O peso da variedade literária em espaços de pretexto feminino fora a norma; talvez a literatura possa, saudando quem se solta do véu, parodiar a demorada promiscuidade, revertendo, ainda, à crítica de facção política inaugurada por Garrett. É o que, multitudinário, explora certo folhetinismo de A. A. Teixeira de Vasconcelos na *Gazeta de Portugal*, quando, a 16-XII-1862, lança as Modas de Paris e, a 5 de Junho de 1863, na sequência, a primeira Carta Acerca de Modas; assina D. Christina de Avellar Calheiros. A série será longa e o jogo aceite pelos demais articulistas ou por D. Henriqueta Elisa, aí apresentada a 21 de Julho. Melhor ainda, a paródia recresce com o diálogo epistolar («Minha querida Christina // Em todo o caso, acredita-me sempre, / Tua Amiga do coração / Margarida de Atayde», 21-IX-1863) alimentado por esta n'*O Monitor Portuguez* (24-VIII-1863/27-VI-1864, n.º 43) e que esconde, afinal, Pinheiro Chagas…[289] Num registo próximo da nascente Imprensa feminina já se resguardara, todavia, *A Semana*, quando, no fôlego de 1-I-1851, firma a secção Modas ("Crítica das modas, com figurinos. Conselhos ás modistas, alfaiates e cebelleireiros."); outra, de Teatros e Assembleias, compunha o ramalhete, rescendendo nas mais variadas publicações.

de 1882/Verão de 1888, ano 7, n.º 18); *O Açafate de Costura* / Publicação Quinzenal (Porto, [1884], VIII ano, 30-I-1891); *A Bordadeira* / Illustração de Bordados e Costura (quinzenário, Lisboa, 1-VIII-1894/1-I-1895, n.º 11); *Bordadeira e Moda Portuguesa* (Porto, 20-VIII-1897 / 1899, s. 5., a. 5, n.º 6).

[289] Tratava-se de «uma carta de modas, feitta por mim, que nunca fui capaz de distinguir uma capa de uma mantilha!», confessa Chagas, n'*A Illustração Portugueza*, 2.º ano, n.º 45, 24-V-1885. Aliás, assinaria também, como Clotilde Z. – viu-se –, a crónica de Modas da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*.

A Esperança / Semanario de recreio litterario Dedicado às Damas (Porto, 1865-1866, 2 vols.) tem, já, ficha por Helena Roldão na Hemeroteca digital. O *Jornal das Damas* / Revista de Litteratura e Modas (Lisboa, Janeiro de 1867-Dezembro de 1879, n.º 156), com estampas e figuras coloridas, entrega ao redactor principal Barbosa Nogueira a tarefa de, com a chegada da Primavera, anunciar a devida transformação nas *toilettes*. Trata de tudo, de chapéus a vestidos, de sombrinhas a brincos e broches. Tal longevidade só se explica por alguns autores nomeados; é mais uma experiência de leitura que outra coisa – daí, folhetins como, de D. Aurora Perez y Abela, "A martyr da amisade" (X-1877/V--1878), seguindo em Agosto "O anjo do amor" –, com raras penas de mulher pelo meio, liricamente falando (Estephania M. Affonso, Maria Rita Chiappe Cadet…). A mesma rareza n'*A Illustração Feminina* / / Semanario d'Instrucção e Recreio / Dedicado ao Sexo Feminino e Redigido por Varias Senhoras e Cavalheiros (Lisboa, 17-VIII/1-XI-1868, n.º 12), onde, afora pálidas Modas, persiste a ideia de que a 'ilustração' das mulheres compete aos homens. Note-se o peso destes – E. A. Vidal, M. Roussado, Castilho, F. Soulié –, face a Amélia Janny[290]. Enquanto isso – desconheço *Emancipação da Mulher* (Porto, 1868) –, e vez sem exemplo em clara maioria, ouve-se um coro de mulheres.

A Voz Feminina / Jornal Semanal / Scientifico, Litterario e Noticioso (Lisboa, 5-I-1868/27-VI-1869, n.º 76; a partir do n.º 77, 1-VII-

[290] Anfitriã de artistas na sua casa da Couraça de Lisboa, Amélia Janny (Coimbra, 1841-1914) concitou os fervores de Castilho, João de Deus ou Rafael Bordalo Pinheiro, que a retratou. Escreve versos de circunstância, sobretudo para récitas de caridade, inundando as folhas do tempo. Na cidade natal, partilha o espaço em que se estreiam Antero e outros – *Prelúdios Literários* (1858-1861), *Estreia Literária* (1860-1861) –, mas soma-lhes *A Crisálida* (1863-1864), *Álbum Literário* (1866), *O Amigo do Estudo* (1867), *A Folha* (1868-1873), *Recreio Literário* (1870), *O Peregrino* (1871), *O Mosaico* (1874-1875)… Também envia colaboração para Lisboa: *A Ilustração Feminina* (1868; as preocupações de afirmação feminista passarão, ainda, pelo *Almanaque das Senhoras* e *A Mulher*, 15-IV-1879, 40 p.), *A Mocidade* (1872), *O Contemporâneo* (1874), *A Aurora* (1879), *O Recreio* (1885-1899), *Gazeta Literária* (1888), *Flores Dispersas* (1889); acrescentemos *A Harpa* (Porto, 1873) ou *A Borboleta* (Braga, 1876). Camilo quis incluí-la no *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* (1879), enquanto Pedro Eurico a evoca em *Figuras do Passado* (1915). Ver *Amélia Janny 1842--1914*. Ed. de Maria Aparecida Ribeiro. Lisboa: BNP, CLEPUL e CICS.Nova, 2019.

-1869, passa a *O Progresso*, até ao n.º 102, 26-XII-1869, quando silencia), sucessora d' *A Illustração Feminina*, afirma-se, nos três primeiros números, "Exclusivamente Collaborado por Senhoras" – relevo a lírica de Marianna Angelica d'Andrade, "Illusões", quatro quadras sobre a vida que foge neste mundo de quimeras e ilusões –, mas cedo opta por mais ecuménico "Dedicado Á Illustração das Senhoras", legitimidade que um G. Crespo, Cândido de Figueiredo, E. Marecos e outros, parcamente, corroboram. Propriedade de Guilherme T. Wood, é sua mulher, D. Francisca Wood, redactora principal, a alma do projecto:

> [...] as portuguezas do seculo 19 devem aspirar não só á admiração de dotes externos, [...] mas á apreciação moral, á estima, ao respeito que d'ella resultam. [...] Os homens agora tratam-nos como se fossemos bonecas, e elles crianças. [...]
> Não queiramos ser por mais tempo, o que agora temos sido, – – bonecas! Aos attractivos que a natureza nos deu, juntemos a preponderancia que dá o saber. Ás portuguezas não falta intelligencia, falta-lhes o amor do estudo serio, falta-lhes o habito da analyse philosophica, não só sobre assumptos abstractos, mas até sobre os phenomenos mais familiares que nos circundam.

Pelos ecos que chegam, percebe-se um debate no ar; a paginação é de compromisso e decidida a emparceirar com a Imprensa não-especializada, colocando a linha editorial fora de um gueto. Por vezes, só conversa entre mulheres que se descobrem maioritárias, elas variam os assuntos, ocupam as primeiras colunas e o folhetim, onde Guiomar Torrezão pontifica (sobre Maria Amália Vaz de Carvalho, João de Deus, Guilherme de Azevedo, *As Pupilas do Senhor Reitor*, etc.). Ainda aqui, saliente-se Marianna Angelica d'Andrade.

O francês, na correspondência, em poemas, contarelos, ainda assoma; mas é o inglês que domina[291]. No n.º 51, 3-I-1869, após o subtítulo, inscreveu-se o programa: Á Mulher Livre ao Lado do Homem

[291] Por caber neste período, ver *Diagnoses Especulares: Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)*, de Gabriela Ferreira Gândara da Silva e Borges Terenas, em que assistimos ao emergir de uma geração e seus encontros com o Outro, cujas diferenças são louvadas, e exemplo a seguir, até ao embate nos dias amargos do *Ultimatum*, que baliza a investigação *ad quem*. Se, em 1865, irrompem

Livre. E, no n.º 74, com *O Progresso* à vista, confessa D. Francisca que «sempre me repugnou o titulo que o jornal agora tem. Ha n'elle algo de piegas; de pretensão de *précieuse*, que mal se acorda com a minha indole, além de não indicar os principios que o jornal apostolisa», sendo a batalha, naturalmente, contra exclusivismos de qualquer tipo. É a primeira vez que, emanação de um projecto em trânsito, redactor se questiona e, alheio à febre política, precisa uma ideia contemplada por outro título. Quando fenece, esse sonho de papel traz, à direita, a inscrição supracitada e, à esquerda, Que La Justice Soit Faite, Coûte Que Coûte. Talvez, aí, o dealbar mais consciente de um longo processo, a

alguns dos futuros setentistas, não é pequeno mérito desta investigação mostrar rostos inesperados da anglofilia, em particular, o 'homem fatal' da Geração de 70, Manuel Pinheiro Chagas.

Após síntese do interculturalismo (parte I), a delimitação e caracterização do *corpus*, à luz de considerações sobre a Imprensa oitocentista (parte II), só parece fácil a quem nunca se movimentou na massa infinita do jornalismo da época. Pontua-se, na parte III, imagologia britânica nos trabalhos e dias dos nossos avós, cujos reflexos vêm, não raro, por mediação francesa, o que mais faceta as formas de aculturação e apoia o diagnóstico de um, afinal, atraso civilizacional português, espelhando-se nessas superfícies. A par de «aspectos de carácter informativo, didáctico e recreativo», salienta o campo dos valores vitorianos, a educação e um pensamento formador da Europa (filosófico, político, económico, científico, tecnológico), de que explicitamos as páginas sobre o evolucionismo darwinista, com elementos importantes para a História da Ciência em Portugal. As modelações britânicas de carácter estético-literário são depois rastreadas, sem esquecer a lusofilia e tradutores de Camões.

Optando pela transcrição do original, como sempre defendemos (o que fará quem conhece o mau estado desses suportes…), a autora podia, em muitos casos, acrescentar títulos de obras – algumas em modernas edições – contendo esse *corpus* inicialmente jornalístico. Mais: a comparação entre a fonte primeira e a inserção em volume pode trazer não poucas surpresas… E surpreende não vislumbrarmos a folhetinização de *Uma Familia de Inglezes. Scenas da Vida do Porto* e a revista *Anátema* (1890). As espécies sobre gabinetes de leitura não se reduzem aos citados. Esperava-se suficiente Rafael Bordalo Pinheiro e suas publicações. Quanto à Bibliografia, Inocêncio Francisco da Silva soluciona algumas interrogações.

Completar outros aspectos do século com Maria Zulmira Castanheira, "A literatura inglesa na imprensa periódica portuguesa do Romantismo", *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* (Lisboa), n.º 17, 2008: 127-254. É um dos vários artigos sobre o assunto, sendo fundamental *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português: Imagens Polimórficas*, 4 vols., tese, Lisboa, Universidade Nova, 2005.

cada passo torpedeado[292], ainda no limiar do século XX[293].

[292] *Cf.* Dejanirah Couto-Potache, "Les origines du féminisme au Portugal", *Utopie et Socialisme au Portugal au XIX^{e} Siècle*. Actes du colloque [Paris, 10-13-Janvier 1979], Paris, FCG /CCP, 1982: 449-478; AA. VV., "Um jornal feminista no Portugal de 1868 [*A Voz Feminina / O Progresso*]", *História*, n.º 92, Junho de 1986: 48-59; Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005.

A mulher casada atraía sobremaneira a atenção dos críticos de costumes. Nos anos 40, seguia «forçosamente por um d'estes tres caminhos: o da circumspecção, o da paixão ou o da coquetterie», que desembocavam em três classes de casadas: «a das mulheres de juizo, que é a mais rara; a das apaixonadas, que é a mais terrivel, e a das namoradeiras, que é a mais numerosa» (*O Oculo* / Jornal Litterario, Crítico e de Costumes [Lisboa, 28-V/30-IX-1847, n.º 13: 52]), n.º 2, 4-VI-1847: 7). Debate, com outros materiais, na bibliografia de José Machado Pais, caso de "A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º: 751-768.

Certo J. A. M. T. justifica a palma da misoginia com "Poesia. / Meditação. / Sobre as tendencias masculinas, e a pretenção de emancipar-se, que por esse mundo manifesta o bello sexo". (A propósito: um tão feliz sintagma como «o bello sexo» depara-se-me, pela primeira vez, no *Diario Critico Sobre os Erros dos Falsos Filosofos*, num. VIII, ano de MDCCCIV [n.º I, 1803, Lisboa, Na Impressão Regia. / Por Ordem Superior], p. 212.) Trata-se de sextilhas contra a «masculinização» das mulheres: «Mas hoje não: os seus fatos, / No seu corpo contrafeitos, / Vão-se ja *masculinisando*, / Como seus gestos e feitos. / Das polkas fazem gibões, / E achatão-se lacteos peitos.» (*O Estudo* [Funchal, vol. I, n.º 7, 4-X-1851], vol. II, n.º 21, Funchal, 6-5-1852: 163-165) Uma sextilha é contra George Sand, a pedir nota de rodapé: «M.^{me} Dudevent. Bem pode dizer-se que esta machôa prototypo pertence a um terceiro sexo. Detestada pelas senhoras, cujo sexo tanto arrenegou, que até tomou o nome masculino de *George Sand*; odeada dos homens, que ella ridiculisa e menoscaba em suas obras, tem ella abusado de seu extraordinario talento como escriptora, para com a peçonha de suas prestigiosas novellas envenenar a imaginação de suas incautas leitoras.» Mulher vestida de homem é um perigo público: uma foi capturada no Terreiro do Paço, segundo o *Diário de Notícias* de 28-VII-1868. J. M. de Andrade Ferreira, *O Baile Nacional e Seus Mysterios. Physiologia das Lorettes de Lisboa e dos Seus Amantes*, Lisboa, 1860?, tipifica as *lorettes* em aristocrática, romântica, actriz, excêntrica, *filha de mármore* [má, autómata], sentimental, fadista, alfamista. O processo avançava: em 15-III-1883, *A Mulher* / Revista Illustrada das Familias (Lisboa, até 1885, n.º 103; com o mesmo título, houve outro Jornal das Salas, Funchal, 4-III-1883, cinco números, propugnando pela leitura dos jornais e bons livros de modo a sacudir o jugo masculino: «O vosso orgulho será um dia esmagado pelo poder imenso da vontade feminina.», n.º 5), dirigida por Eliza Caodur, ordena, à esquerda, 14 colaboradoras e, à direita, 18 colaboradores; mas este simulacro de igualdade – de

facto, quase em pé de igualdade, o que é bem diferente – desmentia-se a cada passo, não só pela discriminação das destinatárias (quase sempre 'damas' e não qualquer mulher), mas também pela correntia ideia de que a superficial educação pela *toilette* danava aos «espinhosos deveres» da futura esposa, a quem competia a «palma do sacrifício», pela «benéfica e moralizadora missão que tem de exercer junto ao homem», de cuja felicidade é «complemento» (*A Primavera* / Jornal das Damas, Funchal, 1-X/2-XI-1882, seis números; ausente de *Jornais e Revistas...*).

De acordo com Rocha Martins, ob. cit.: 83, foi n'*A Capital*, em 1907, que trabalhou Virgínia Quaresma, cujas «reportagens foram notáveis.» Este «diário republicano da noite» começa, de facto, em 1-VII-1910, e vai até 8-VII-1938. Sobre esta nossa primeira jornalista profissional deriva Agustina Bessa-Luís, *Doidos e Amantes*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005: 145-146, 148-149. Ponto de partida pode ser Ivone de Freitas Leal, coord., *Fontes Portuguesas para a História das Mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994, chegando a Teresa Salvador, "Em torno dos periódicos femininos", *Cultura*, vol. 26, 2009: 95-117, que inventaria 'A Imprensa Feminista (1807-1974)'. Contra as demais carências bibliográficas, valha-nos Laure Adler, *Les Premières Journalistes*, Paris, Payot, 1979 (notas em *Le Figaro*, 20-IX-1979, e *Le Monde*, 19-X-1979). Para a união mulher / folhetim, Lise Queffélec, "Inscription romanesque de la femme au XIX^{e}: le cas du roman-feuilleton sous la Monarchie de Juillet", *Revue d'Histoire Littéraire de la France* (Paris), n.^{o} 2, mars/avril 1986: 189-206. Para a relação entre matéria e continente, é curioso ver *O Cartão de Visita* / Semanário das Elegantes (15-VIII/2-IX-1885, n.^{o} 2), em formato de bilhete postal.

[293] O século XIX encerra com Agostinho Fortes, reflectindo n'*A Pátria* (8-II-1900) sobre a "Educação da Mulher", «um dos assumptos mais dignos da atenção de todos os que [...] têm sido entre nós objecto do mais profundo desprezo». Critica a ignorância da camponesa, o «espalhafatoso do vestido» citadino, as leituras deletérias. «Os nossos esforços não devem dirigir-se a masculinizar [...] a mulher, como pretendem alguns inovadores propagandistas d'um falso movimento feminista. [...] isso moralmente seria uma infâmia, e esteticamente um crime!» Intervala programa: «O que devemos é desenvolver-lhe o sentimento, fazer d'ella a boa filha, a esposa casta e honesta, a mãe carinhosa e meiga, [...].»

Agostinho de Campos, putativo autor de "Porque teem as mulheres má-língua" – considerado o «lado antipathico do bello sexo» – no *Diário Ilustrado* (8-III-1904), apoiou-se em investigadora americana para concluir: tudo se devia ao espartilho, esse «instrumento constrictor, ou de tortura, deformativo da raça e até do caracter», além de «causa de degenerescência moral». As mulheres passariam de um bem-estar e jovialidade, antes de espartilhadas, à rabugice. O cronista duvida da má-língua como «razão de ser» das mulheres, se também é «apanágio de muitos homens», e raros usam espartilho. Seja como for, hoje, os apertos são outros. Mas, então – e, sobretudo, as republicanas –, soltavam-se cada vez mais. A escolarização crescente ou exemplos perigosos bebidos em leituras folhetinescas desespartilhavam a condição feminina.

8. Imprensa académica e estudantil

Quando foi de organizar a Imprensa periódica associada aos *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, como se intitula o seu prestimoso estudo[294], Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos considerou quatro tipos: "Os jornais de recreio e a instrução"; "O romance folhetinesco e o folhetim-crónica"; "Jornais literários, científicos e artísticos"; "Jornais sociais e políticos". Longe, pois, de uma tipologia mais apertada, em que só vagamente se entranha a matéria aqui em apreço.

Quanto à estudantil e académica, o essencial está em António Nóvoa, *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*[295], que cito, na parte pedagógica. A organização desta obra é de grande ajuda, embora com fragilidades no século XIX, desde a parca bibliografia sobre os referidos domínios à penúria de títulos dedicados às mulheres, sem falar no comedido uso do conceito de *instrução* (categoria maior no século e que pudera completar a categoria da educação não-formal) e de uma ou outra inclusão aleatória (a *Revista Universal Lisbonense* rasura *O Panorama*, *A Distracção Instrutiva* [1842], *A Semana*, *Arquivo Pitoresco*, etc.). Se, na subcategoria do ensino liceal, técnico e profissional, Nóvoa considera os "Periódicos produzidos no âmbito de liceus" ou de escolas técnicas (p. 938), logo se percebe a ambiguidade desse âmbito, pois não são títulos do que designamos por Imprensa estudantil e académica. Sobre esta, de resto, e lembrando artigo de Vítor Ferreira sobre assunto recente[296], escreve-se que o respectivo *Catálogo* regista «todos os títulos que constituem o vasto conjunto de publicações académicas». Ver-se-á. Significa que, tendo sido, entre 530 títulos fichados, «repertoriados somente os primeiros jornais académicos referenciados (segunda metade do século XIX) e algumas publicações consideradas significativas», já novecentistas, António Nóvoa

[294] Lisboa, Editorial Presença, 1988: 165-198.

[295] Lisboa, Ministério da Educação / Instituto de Inovação Educacional, 1994. Consultei, posteriormente, trabalhos afins de Ana Lúcia Cunha Fernandes.

[296] "Inventário analítico da Imprensa Estudantil Portuguesa em 1945-1967", *Análise Social*, n.º 25-26, 1969: 223-281.

promete o que, ao menos para a Imprensa estudantil ou académica, peca por defeito, tantos os títulos que o *Repertório* deveria inscrever. Entender, ainda, "jovens estudantes" como «crianças e jovens» (p. LVII) também desajuda...

Neste ponto, e assentes em que não há folhas *de* crianças no século XIX, aceitaremos, porém, que, de adolescentes liceais a universitários, essas não faltam; recusada a acepção de académico quando extra-escolar, deve-se curar, também, de que nem tudo vindo da escola ou de estudantes é estudantil. Antes de avançar, não deixo de me perguntar por que razão abre Nóvoa com os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818), se reconhece que «as questões educativas são abordadas esporadicamente» (podíamos, nesse caso, recuar ao século XVIII), para logo considerar como «primeira publicação de educação e ensino» o *Jornal Mensal de Educação* (1835), quando ainda interpola dois títulos de 1821 e 1822. Lamentarei, na circunstância, que falte, então, *O Toucador* (1822) garrettiano, a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858), *O Liceu* (Coimbra, 1867), sem já falar no Ramalho d'*As Farpas*, indispensável para o debate do ensino secundário. Mas vamos ao essencial.

Neste tipo de ensino, pós-setembrino (os liceus são criados em 17-XI-1836), e na Coimbra do tempo, surgiram os primeiros tenteios de uma Imprensa estudantil e académica. Pedindo as reformas que serão de Passos Manuel, o bissemanal *O Académico* (Coimbra, 11-I/28-VI-1836), por "dois académicos", será, acaso, pioneiro. A única assinatura, de José Maria Pereira Forjaz de Sampaio, reaparece na *Crónica Literária da Nova Academia Dramática* (1840): agora, ainda é a juventude desprendida, antes de se transformar na sisudez de mestres à volta d'*O Instituto* (1852). Aí assinam, entretanto, futuras autoridades da Universidade e do jornalismo, quem não fará carreira nas letras (o pai de Eça é um deles) e quem, almejando pela regeneração literária – que, para o socialista utópico A. P. Lopes de Mendonça, indiciava a revitalização do país –, fundaria uma "sociedade de académicos", a fim de lançar *O Trovador / Colecção de Poesias Contemporâneas* (1848; actualizo a ortografia). Só já "alguns académicos" editam, desde 1851, *O Novo*

Trovador (1856). Esta tradição, em que se fundava o Ultra-Romantismo, alargará a inspiração de universitários, mais disponíveis no ano do Bom Senso e do Bom Gosto. A esforçada Academia Dramática de Coimbra já arriscara *O Prisma* em 1842-1843, parcialmente cedido a informação administrativa do distrito. As adivinhadas dificuldades económicas notam-se igualmente na *Revista Académica* (1845-1848), que, sendo de "uma sociedade de mancebos", oferecia oito páginas ao Instituto Dramático de Coimbra. Trata-se, pois, de uma década hesitante, em que, nem por haver algum redactor ainda estudante, devemos convocar os respectivos títulos.

Outra *Revista Académica* (1853-1854) marca a irreverência de novo grupo coimbrão, que ataca, mesmo, Garrett, em vésperas de morrer. É nos *Prelúdios Literários* (Dezembro de 1858-Janeiro de 1861), n'*O Académico* (1860), na *Estreia Literária* (1860-1861), n'*O Fósforo* (1860-1861) e n'*O Átila* (1863-1864) que cresce o jovem Antero; João de Deus, que emparceira, estende-se a *O Ateneu* (1859-1860), mas este é um dos casos em que colaboram estranhos à Universidade (Camilo e Ana Plácido, por exemplo), pelo que, se não extravasa da classificação latamente vista, insinua a variante dos profanos, ou seja, não são professores, nem sequer diplomados. Explicitamente "Jornal de Literatura / / (Académico)" é *A Crisálida* (1863).

Deste ano, e passados a Lisboa, Nóvoa assinala *A Voz da Mocidade*, mas, nas evidentes preocupações de quem fala *em nome da mocidade*, creio que é de excluir. Judiciosamente recolhe, entretanto, o *Clamor Académico* (1865; embora pareça, não se funde com *Frutos Académicos*, que o precede), continuado pela *Voz Académica*, fracas aventuras dos mais conhecidos Gervásio Lobato e Luciano Cordeiro. A par da coetânea *União Académica* (1865), sente-se a emergência dos estudantes liceais e percebem-se tensões no seio do Grémio Académico na capital. Dois anos antes, Luciano Cordeiro participara no quinzenário dos alunos do liceu do Funchal *O Recreio* (1863-1864), retomado em *A Aurora Literária* (1868).

No contexto da Questão Coimbrã, importa referir a frente anticastiliana da *Revista de Coimbra* (1865-1866)[297], espírito retomado com *A Academia* (1866-1867), cujos homónimos regressam em 1878-1879 – – como "Jornal da classe académica conimbricense" –, 1884 e 1890 (ambos em Lisboa), 1891 (Vila Real), 1893-1901 (Évora) e 1897, de novo, em Coimbra. *A Folha* (Coimbra, 1868-1873) era, na equidistância entre literatos de Lisboa e do Mondego, um projecto adulto de jovens empreendedores. No entretempo, colocando-se sob a égide de António Feliciano de Castilho, que assina carta, *O Estudo* / Periodico Litterario e Scientifico / dedicado ás Classes Estudiosas (Lisboa, 6-I / 27-VIII-1868, n.º 27; a partir do n.º 23, com novo formato, "Periodico Scientifico, Litterario e Noticioso") dir-se-á "Redigido por uma Sociedade Estudantil" (2-VII-1868), onde se destacam Ernesto Marecos e Costa Goodolfim.

Se não cabe aqui uma *Revista Académica Literária* (Lisboa, 15-VI-1878/1-I-1879) de Teófilo e outros consagrados, pergunto-me se os "novos" da *Aurora Académica* (Lisboa, 21-XII-1874 / 4-III-1875), que a dedicavam «à mocidade estudiosa, ao professorado e ao povo», eram estudantes. É claro que não, ao colocarem-se, logo, sob a égide de D. António da Costa, com "A Educação da Mulher" em folhetim já menos assinado por versos de Jayme Victor ou Luís de Araújo e ficção do redactor Reis Dâmaso. Confio mais nas preocupações dos "rapazes inexperientes" d'*A Voz Escolar* (Vila Real, 1878). No meio destas assumidas indefinições de *quem é quem*, ou o que faz, outra se acrescenta na *Revista Académica* (Lisboa, 1887-1888) do liceu de Lisboa, quinzenário "de carácter científico", porquanto, supostamente de alunos e docentes, estes impõem-se. É claro que há Imprensa académica só de professores; mas a copulativa do título do presente ciclo afigura-se-me restritivo. Impõem-se, talvez, porque *O Jornal Académico*, a que sucedeu *A Revista Académica*, ambos propriedade dos alunos desse liceu nacional em 1883, desembocaram em fiasco.

Feitas as contas à contribuição de António Nóvoa, retirei meia dúzia de títulos; e sugiro parâmetros em que também os valores nacionais e

[297] Duas com este título (Porto, 1879-1880; Coimbra, 1891) fogem aos meus considerandos.

da solidariedade internacional (por exemplo, *A Marselhesa*, 1881) sejam vistos como forte componente pedagógica. As várias academias, mas não só (veja-se *A Revolta / Bissemanário Académico*, Porto, 14-V--1890), teriam, assim, outra representação (caso da associação académica de Lisboa, cujo órgão, *A Pátria*, se ilustra, de tão esquecido, neste ciclo de conferências).

Distinga-se, pois, *quem* redige de quem é *dedicatário*, sobretudo quando é aquela vaga e reiterada "mocidade estudiosa" (*A Aurora*, Lisboa, 1879). Acautele-se o nome *academia* e o adjectivo *académico*, no título ou seu complemento (*Eco Académico*, Lisboa, 1880, continuado por *O Académico*, "publicação bi-semanal redigida por alumnos dos cursos superiores", ano 2, n.º 16, 6-I-1881; *Jornal Académico*, Santarém, 1-XII-1884/22-II-1885, n.º 12; *Jornal de Calíope / Revista Literária Dedicada à Classe Académica*, Porto, 1882; *A Academia de Coimbra*, 1886); neste, e nos casos enfim descritos em catálogo[298], raramente significam como *O Académico* (1884), "órgão da Associação Académica Funchalense", ou *O Eco Académico*, de liceais de Portalegre (1889; também redigiram *O Académico*, 1892, e a *Revista Académica*, 1898-1899). Conceba-se o académico sem exclusivo estudantil, mas editorialmente determinante, caso do *Jornal dos Estudantes / Órgão da Academia Portuguesa* (Coimbra, 10-II-1896; Guedes Teixeira, Carlos de Lemos…). Os números únicos (em rigor, se desejados "únicos", não constituem Imprensa) são problemáticos: se dois colegas dedicam aos "estudantes portugueses" *Anátema* coimbrão (1890), é sabido que mais nada temos de estudantil, se não o sintoma (talvez, símbolo) da revolta académica contra a Inglaterra: as colaborações, exteriores à Universidade, fogem ao espírito aqui sondado. Se, todavia, for iniciativa com soluções intra-escolares, já é diferente: assim *Alma Pátria / Número Único / Consagrado pela Academia do Liceu Nacional Central de Braga aos Heróis de 1640* (1897).

[298] *Cf. Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*, I: 25-28 e 332; II, p. 18, 233--234, etc. Como, infelizmente, não é considerado o ano de 1900, silencia-se o *Recreio Academico*, «revista de litteratura e instrucção colaborada pelos alumnos do Lyceu» de Angra do Heroísmo (5-VIII-1900).

A Coimbra universitária[299] e a província liceal convergiam no que, com a República, será universal, incluindo a Imprensa no ensino primário e alargada aos colégios, internatos e seminários, que, no maior silêncio, alimentavam jornais de parede e séries sem necessidade de tipografia. Esse, e o que houve de pasquins, folhas volantes ou soluções clandestinas, é um mundo por desvelar, cujos tentames ou hesitações no século XIX pedem estudos convergentes, a fim de melhor compreendermos a decisiva florescência de Novecentos.

9. Outras revistas: 1876-1899[300]

1. *A Borboleta* / Hebdomadario de Litteratura Dedicado ás Damas Bracarenses (Braga, 12-III-1876/2-IX-1877, v. 3, n.º 24). Director: Domingos Pereira de Freitas. Colaboração: Guimarães Fonseca, Magalhães de Lima, João de Deus, Amélia Janny, António Feijó, Cândido de Figueiredo, Joaquim d'Araújo, Gonçalves Crespo, Alberto Braga, Júlio César Machado, Lino de Macedo, Costa Goodolfim e mesmo Camilo; sobretudo, Pereira Caldas. No vol. II, relevemos algumas 'Glorias brasileiras': Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire.

[299] Revisão em Maria Helena Villas-Boas e Alvim, "Contributo para o estudo de alguns periódicos da Academia Coimbrã do séc. XIX: 1840-1870", *Congresso de História da Universidade, Coimbra (1990), Actas*, vol. 3, Coimbra, 1991: 243-256. *Memória da Imprensa Estudantil Universitária* está fichada em 3 vols. coordenados por Ernesto Castro Leal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *Os Fazedores de Letras*, 2007, 2008, 2009.

[300] Não incluo títulos descritos em Albino Lapa, *A Palavra «Lisboa» na História do Jornalismo*, 1967; citados em José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, Coimbra, 1975: 474-475 [desde 1882; *O Instituto*, que cita para o período de 1884-1902, merece-me a atenção de título que começa muito antes daquela data; completar com Pedro da Silveira, "1889, Ano Um do Simbolismo Português", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, 4 (2), Dez. de 1989: 148-150]; verbetados em Fernando Guimarães, "Principais revistas e publicações literárias desde o surto do Simbolismo [1889] até 1980", *Simbolismo, Modernismo, Vanguardas* [1982], Porto, Lello & Irmão – Editores, ^{2}1992: 225-263 [225-235]; as da Parceria, nomeadas em An-

2. *A Vigilia* / Hebdomadario de Litteratura (Porto, 1-X-1876/1877, n.º 8). Director, Almeida Chaves; editor, José Victorino. Poemas de Leite de Vasconcelos e António Feijó.

3. *Revista de Lisboa* / Jornal Politico, Noticioso, Literario e Scientifico (Lisboa, 24-VI/12 [16, em *Jornais e Revistas*...]-VIII-1877, n.º 8)[301].

4. *Archivo Bibliographico* (Coimbra, 1-VII-1877/Junho de 1878, 21 números, 400 páginas). Colaboração de J. Leite de Vasconcelos e Pereira Caldas, entre crónicas ultramarinas segundo manuscritos da Biblioteca universitária coimbrã.

5. *Os Dois Mundos* / Illustração para Portugal e Brazil (Paris, 31-VIII-1877/Abril de 1881, vol. 3, n.º 36; larga interrupção após o n.º 10. O n.º 11 volta a 30-VI-1879). Director, Salomão Saragga. Colaboradores: Antero (n.º 2, 30-IX-1877, sobre Herculano, texto reproduzido em *Prosas*, II), Oliveira Martins, Ramalho, Gomes Leal, J. C. Machado, B. Pato, Chagas, Torrezão, Teixeira de Queiroz, etc.

6. *Revista Litteraria do Porto* (22-VII/23-XII-1877, n.º 23). Proprietário, Guerreiro Lima. Além de Lopes Praça e Silva Pinto, forte presença de Alfredo Carvalhais[302].

---

tónia Maria Pereira, *Parceria A. M. Pereira – Crónica de Uma Dinastia Livreira*, Lisboa, Pandora, 1998: 99-102; revistas sem, no mínimo, a indicação do ano. Não incluo bilingues de fora do território nacional, apesar de importantes, como *La Ilustración Ibérica*, Barcelona, 1883, «semanário científico, literário e artístico, redigido pelos mais reputados escritores de Espanha e Portugal [...]», onde comparecem Teófilo, Ramalho, Pato, Gomes Leal, A. Feijó, Eugénio de Castro... Ausentes de *Jornais e Revistas...*, mas constantes de Elza Miné, *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, Cotia – São Paulo, Ateliê Editorial, 2000: 173, notem-se, no Porto, *Ciências e Artes*, 19-XI-1882, *O Imparcial*, 23-V-1883, *O Eco da Verdade*, 25-VIII-1886. Importa lembrar que, na aqui ausente *A Mocidade de Hoje* / Revista semanal scientifica-litteraria (Porto, 1883), a breve prosa "O amor do sachristão", assinada por Victor Breno, esconde... António Nobre. *Cf.* Petrus, compilador, *Sarça Erótica*, Porto, s. d. [1959]. E, se não incluo *Pontos e Vírgulas* (Porto, 1-X-1893 / 28-XII-1895, a. 3, n.º 13), cumpre remeter para Francisco das Neves Alves, Isabel Maria da Cruz Lousada, *Sílvia da Vinha: Escrita Feminina na Imprensa Caricata Portuense*, Lisboa, CLEPUL, 2019.

[301] Descrita em Albino Lapa, ob. cit.: 110-111.

[302] De anterior *Revista Litteraria* – que *Jornais e Revistas...* dá do Porto, mas é

7. *Museu Illustrado* / Album Litterario Mensal (Porto, 1878-1879 [de facto, 1880]). No primeiro fascículo, presença de Amélia Janny, Simões Dias, um regular João de Deus, Gomes Leal, Joaquim de Araújo, Augusto Luso, Manuel Sardenha e "O senhor Diabo" queirosiano, a continuar. Nomes novos, no 2.º fascículo, Camilo, João Penha, Abel Acácio e Gonçalves Crespo. No 3.º, um Bruno retomadíssimo, Chagas, António de Macedo Papança, Cristóvão Aires, um também certo Pedro Amorim Viana, Tomás Ribeiro, Rodrigues Cordeiro, Santos Valente. No 4.º, acrescem Fernando Leal e a iniciada "Chronica Lisbonense" de Fialho d'Almeida (sobre *O Primo Basílio*, etc). No 5.º, A. Feijó, Urbano de Castro, Alberto Pimentel. No 6.º, Guilherme de Azevedo, J. C. Machado, Alfredo Campos. No 7.º, Luís de Magalhães, e começo de "A Ruiva" fialhiana. No 8.º, Antero, "Plena Gratia", e Queiroz Velloso, findando "O senhor Diabo". Outros: J. Leite de Vasconcelos (9.º fasc.), "No tumulo d'uma creança", de Antero (11.º fasc.), Narciso de Lacerda, M. Duarte de Azevedo (12.º fasc.). Relevo, no 2.º vol. (*Museu Illustrado* / Album Litterario), artigos de J. C. Machado, "Zaluar" e "Soares de Passos", números 4 e 10, 1879: 83 e 200. As dezasseis oitavas de Angelina Vidal, "Progredior!", requerendo "Logar á Nova Idéa!", avançam no paralelo entre a história da humanidade (ou da liberdade) e da ciência, transformando-se esta em novo Deus: «Eil-o o noventa-e tres! Fique submerso / O tyrano da crença e Liberdade! / / Acorda do teu somno, ó regio povo! / E exclama com a altivez da consciencia: / Creou a Evolução um culto novo: / É padre d'este culto a Humanidade: / E no esplendido templo do universo / O Deus é a sciencia.» Com gravura, cultua-se uma personagem (Júlio Dinis, Herculano, Arnaldo Gama, Faustino Xavier de Novais…), e novas penas afluem: Guiomar Torrezão, Teófilo, Maria Amália Vaz de Carvalho, Mariano Pina, J. J. de Almeida com "Contos africanos", José Gomes Monteiro, Reis Dâmaso, Guilherme Braga, Costa Goodolfim, Magalhães Lima, Custódio José Vieira…[303]

de Braga –, conhecemos a trimensal redigida por A. Cristiano da Costa, no seu n.º 5, 10-VII-1882, colaborada por Pereira Caldas e J. Leite de Vasconcelos.

[303] *Cf.* Isabel Pires de Lima / Valdemar Cruz, "O combate naturalista no Porto. Revistas literárias", *Colóquio/Letras*, n.º 121/122, Jul.-Dez. de 1991: 142-154. Transcorridas

8. *O Occidente* / Revista Illustrada de Portugal e do / Estrangeiro (Lisboa, 1-I-1878/30-XII-1914; *Jornais e Revistas*..., 1915). Fundada por Caetano Alberto, coloca-se sob a égide de A. Herculano, cuja gravura no rosto, com celebração biográfica no interior – aqui, por António Enes –, dá o tom às oito páginas a duas colunas. Esta chamada a toda a largura da primeira cabe, também, a monumentos e quadros, estátuas ou lugares de eleição, a par do folhetim e do noticiário de "Publicações", do comentário de actualidade em "Pelo Mundo Fora" e da "Necrologia". Colaborada por, entre outros, Bento Moreno, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, B. Pato[304], Ramalho Ortigão, Junqueiro, Batalha Reis, Gonçalves Crespo, Maria Amália Vaz de Carvalho, Cesário Verde e Cândido de Figueiredo, justifica atenção maior, desde o número de abertura, a "Crónica Ocidental" de Guilherme de Azevedo, em que não raro corrói a vida literária, política e social do país. Se a qualidade gráfica era indiscutível – deliciemo-nos com *Os Navios d'O Occidente*, Lisboa, 2001 –, a sua aceitação internacional ficou patente na edição especial de 11-II-1885, em favor dos sobreviventes nos terramotos andaluzes de Dezembro de 1884. Entre Gervásio Lobato, Zeferino Brandão, Jaime Victor, Luís Guimarães e Fernando Caldeira[305], temos nomes ilustres de Espanha, como Emílio Castelar, José Zorrilla e Campoamor.

a *Revista de Estudos Livres* (Lisboa, 1883-1886) e *O Positivismo* (Porto, 1878-1882), debruçam-se sobre o *Museu Illustrado* e *A Renascença*, de J. de Araújo. Ainda, Fernando de Almeida Catroga, "Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social", *Revista de História das Ideias* (Coimbra), I, 1977: 287-394 (sobre *O Positivismo*, p. 329-330).

[304] Celebrado nos vols. XIV, n.º 434, 11-I-1891: 10-11, e XIX, n.º 647, 15-XII-1896: 275-276.

[305] A faceta jornalística de F. Caldeira nunca é citada. Formado em Direito (1861), deputado (1865-1868; 1880-1884), governador civil de Aveiro e director de *O Tempo*, este filho dos primeiros viscondes da Borralha é o comediógrafo em 3 actos de *O Sapatinho de Setim* (*sic*; estreia no D. Maria II, em 1876), onde Júlio Dantas entreviu a «eloquência romântica do seu lyrismo» (pref. à ed. de 1915). Comédias são igualmente *A Mantilha de Renda* (1880) e *A Madrugada* (1894), versificadas como o monólogo *A Congressista* (1882). O trecho "Deve, deve" de *A Madrugada* foi transcrito para piano (*Cancioneiro de Músicas Populares*, I: 204-205), como também é de sua autoria a letra de "Ilusão" (*in* Condessa de Proença-a-Velha, *Vibrações de Hoje*, 1933: 59-61). Poeta de *Mocidades* (1882), daqui saiu "Camões", que fora recitado pelo actor José Car-

9. *Herculano* / Revista Quinzenal de Litteratura / Á Memoria / De / / Alexandre Herculano (Porto, Janeiro/28-II-1878, n.º 4). Redactores, Teixeira de Carvalho, Almeida Chaves. Anticlerical, define anúncios para o recto e verso da contracapa, após notável colaboração de João de Deus ("No Céu e na Terra"), fragmento inédito de *O Anti-Cristo*, de Gomes Leal, outros poemas de Joaquim de Araújo e de Leite de Vasconcelos, um Sampaio Bruno, que continua. No n.º 2, ainda João de Deus ("Ella..."), versos de Xavier de Carvalho e Cândido de Figueiredo, bem como Inocêncio visto por J. Simões Dias. No n.º 3, "Mimosa", de G. Crespo, e o anteriano "Mors-Amor", seguidos por, entre outros, tradução do grego por Tomás Ribeiro.

10. *Revista Academica Litteraria* (Porto, 15-VI-1878/1-I-1879). Dois números com Teófilo, João de Deus, João Penha, Simões Dias, Junqueiro, Gomes Leal, Fialho de Almeida.

11. *A Renascença* / Órgão dos Trabalhos da Geração Moderna (Porto, 1878-1879) é publicação em fascículos mensais administrada por J. Pinto Barbosa e dirigida por Joaquim de Araújo. Este começa por saudar o Romantismo personificado em Garrett e Castilho, lamentando, de seguida, o marasmo a que se chegou (desculpabiliza, curiosamente, o *Dom Jaime*), só rompido por Teófilo e Antero, em cuja descendência renovadora se coloca a revista, com título multiplicado por outras datas e paragens. Prova de que a velha geração ombreava alegremente com a gente nova está na mistura de nomes: João de Deus, Amorim Viana, Adolfo Coelho, Joaquim de Vasconcelos, Rodrigues de Freitas, F. Martins Sarmento, João Penha, Oliveira Martins, Gomes Leal, G. Crespo,

los Santos na festa do Tricentenário e vai integrar o *Album do Actor Santos*, 1885: 232--234. Esta criação de circunstância retorna em *Poesias Recitadas no Sarau Litterario e Musical Realizado em Beneficio dos Albergues Nocturnos [...]*, em 10-III-1884: inclui-se "A Joia", ao lado de peças de Tomás Ribeiro e Eduardo Garrido (1884: 21-29); bem como no folhetim-poema "O Collar de Safiras", s. d., recitado «no Club lisbonense por occasião do beneficio para os inundados». Tem um soneto em Goran Bjorkman, *Ur Portugals Samtida Diktning*, Upsala, 1894: 26. Assinou imitação de *La Mouche*, de E. Guichard (*A Mosca*, ^{2}1881, ^{6}1912), e peças em colaboração. Nuno Catarino Cardoso, que dele inclui "A Vida" em *Sonetistas Portugueses e Luso-Brasileiros*, 1918: 108, di-lo nascido a 1-I-1842, quando foi a 7-XI-1841, na quinta da Borralha, Águeda. Morreu em Benfica, a 2-IV-1894.

Maria Amália Vaz de Carvalho, Manuel de Arriaga, Cesário Verde, Junqueiro, Fialho de Almeida, Alexandre da Conceição, Júlio de Matos, Cândido de Figueiredo, Xavier de Carvalho, Teixeira de Queiroz – mas, igualmente, Tomás Ribeiro, J. C. Machado (recuperação de A. P. Lopes de Mendonça, folhetinista), Santos Valente, M. Duarte de Almeida, Custódio José Duarte, Cláudio José Nunes, além de um fugidio e tutelar A. Herculano. A admiração por João de Deus, que inaugura, com foto, e texto de Teófilo, o primeiro fascículo, tem 15 anos bem medidos, de quando, n'*O Bejense*, secundou o folhetinista do *Jornal do Porto*, Ramalho Ortigão (também colaborador e fotografado, a acompanhar carta de Eça de Queirós), na polémica do *Dom Jaime*. Mas, se Antero nos presenteia com alguns dos seus melhores poemas, é ainda Teófilo que retoma uma teorização à volta do realismo coetâneo (de facto, queirosiano), enquanto as monografias com que os amigos se pagam – sendo largos trabalhos sobre vida e obra – vêm limitar o alcance do projecto.

12. *Revista de Arte e de Critica* / Publicação Semanal (Porto, Novembro de 1878/Fevereiro de 1879, n.º 8). Proprietário (director, no n.º 8, onde colabora M. Duarte de Almeida), Ernesto Pires. Um muito activo Silva Pinto, "A literatura physiologica", contra Chagas, na dilucidação do Realismo[306].

13. *A Arte* (Janeiro de Lisboa, 1879 / Setembro de 1881). Director, A. de Sousa e Vasconcelos; editor, Cristóvão A. Rodrigues. Três volumes de 16 páginas mensais a duas colunas (uma coluna em 1881) luxuosamente colaborados por Alberto Pimentel, A. Enes, B. Pato (antecipando páginas de *Sob os Ciprestes*), G. Crespo (com prosa dos futuros "Medalhões"), Eduardo Coelho, Latino Coelho, F. G. de Amorim, G. Lobato, um produtivo J. C. Machado, Maria Amália Vaz de Carvalho, Chagas, Sousa Viterbo, Zacarias d'Aça, E. A. Vidal, Fernando Caldeira, Mariano Pina, F. Palha, G. Torrezão, Rangel de Lima, Cristóvão de Sá, Luciano Cordeiro, Palmeirim, Tomás Ribeiro, João de Deus, Fialho de Almeida... Camilo entreabre *A Brazileira de Prazins* (estylo velho) e vê recenseado *Eusébio Macário* (n.º 8, Agosto de 1879: 116-119, e seguintes). Em Novembro de 1880, n.º 11: 174-175, Antero traz "Quia

[306] Ficha histórica e digitalização em hemerotecadigital.cm-lisboa.pt.

Aeternus" e "No turbilhão", o que não é citado por J. Bruno Carreiro [*Antero de Quental. Subsídios para a Sua Biografia*, II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, ^{2}1981: 311, "Revistas e jornais em que colaborou"].

14. *Portugal Pittoresco* / Publicação Mensal (Coimbra, Janeiro-Dezembro de 1879, 12 fascículos). Alguns colaboradores: Antero, Teófilo, João de Deus, Joaquim de Araújo, Fialho, António Francisco Barata, Pereira Caldas.

15. *Pyrilampo* / Folha Quinzenal Litteraria e Philosophica / Dedicada ás Damas Bracarenses (Braga, 20-IV/8-VI-1879, n.º 5; outra série de 17-IV/1-V-1887). Directores, Júlio Cardoso e Álvaro Sequeira. Além de Pereira Caldas, poesia de João de Deus, Manuel Duarte de Almeida, J. Leite de Vasconcelos, Gomes Leal, Joaquim de Araújo[307].

16. *A Imprensa* / Semanario Artistico-Litterario (Porto, 4-VIII-1879).

17. *A Aurora* / Revista de Litteratura, Dedicada á Mocidade Estudiosa (Lisboa, 11-IX-1879). Directores, A. C. Mimoso Ruiz e Luiz da Silva. Colaboradores anunciados: Amélia Janny, Brito Aranha, Eduardo Coelho, Eduardo Vidal, G. Lobato, Chagas, etc. Confirma-se João de Deus e, de Júlio Rocha, "A Emancipação da Mulher", que releva diferença nos fins e dissemelhança nos organismos masculino e feminino; ainda que a mulher possua talento e espírito, tal não é suficiente para atingir a profundidade de pensamento que só o homem alcança[308].

[307] *Jornais e Revistas...* refere o n.º 2, de 27-IV, além de o localizar no Porto, onde somente era impresso.

[308] Era uma concessão face a outros machos. Camilo versejou "A D. Eusébia da Assunção, alma de vaca", contra certa «Natércia de chinelos» («que mal te fiz, pulga d'alma, / Que mordes, sem compaixão?»); intitulou outro poema "As literatas", com aviso aos pais; nas *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863), um amigo conhece «todas as literatas do Porto, que surgiram, à laia de tortulhos, com as últimas e benéficas chuvas da civilização». Em *Primeiras Prosas* (1859-1867), Ramalho recusa a «mulher literata, porque tenho para mim que não presta para nada. A literatura inabilita a mulher, a que esgaravata a frase e manuseia a prosódia, na vida de família, é sobre inútil ridícula.» Quer que aprenda, saiba, leia, mas não as obras que «por aí lêem e que as deixam ler».

18. *Boletim de Bibliografia Portuguesa* (o 2.º vol., *Bol. de Bib. Port. e Revista dos Arquivos Nacionais*; Lisboa, 1879-1882)[309].

19. *A Chronica* / Revista Mensal da Critica, Litteratura e Artes (Porto, 1880?). Em data de 31-I, Fialho de Almeida apresenta-se cronista; poemas de Joaquim de Araújo e Maximiano Lemos Júnior; Teófilo escreve sobre música sacra portuguesa.

20. *A Revista Camões* / (Chronica de Lisboa) (Lisboa, 10-VI-1880). Número único, dirigido por Cotter Franco e colaborado por Brito Aranha, Macedo Papança, Magalhães Lima, Teófilo, etc. Favores do tricentenário.

21. *Revista do Norte* (Porto, 21-VI-1880 / 10-XII-1885, n.º 36). Redigida por Silva Pinto, interessa-se por Camilo (extrai d'*O Século* resposta a Alexandre da Conceição, a propósito d'*A Corja*); no mesmo n.º 7, 24-I-1881, refira-se o folhetim de Narciso de Lacerda, "Poesia do mysterio".

22. *Echo Academico* / Publicação Bi-Semanal (Lisboa, 14-XI/30--XII-1880, n.º 14). Folhetinistas reputados: Alexandre Dumas Filho, Louis Figuier, Herculano, Marcelino Mesquita, que inaugura, com o final do IV, acto do drama em verso *Leonor Teles*.

23. *O Pantheon / Revista Quinzenal de Sciencias e Lettras* (Porto, [15 de] Novembro de 1880 / [1 de] Outubro de 1881, n.º 24). Redactores: J. Leite de Vasconcelos, Mont'Alverne de Sequeira (também director-proprietário). Alguns colaboradores: F. Martins Sarmento, Fialho de Almeida (n.º 2, 3, 4), Reis Dâmaso, Teófilo Braga (n.º 9, 14), Antero ("Epigramma transcendental", n.º 10), Junqueiro ("A uma joven", n.º 11), Manuel Sardenha, Francisco Gomes de Amorim, Gervásio Lobato ("Contos phantasticos", n.º 21; "Um homem superior", n.º 22), F. Adolfo Coelho.

24. *Ribaltas e Gambiarras* / Revista Semanal (Lisboa, 1-I-1881). Redactor, Delfim de Noronha [pseudónimo de Guiomar Torrezão, que se chamava, aliás, Guiomar *Delfina de Noronha* Torrezão...]; gerente, Henrique Zeferino. A limiar 'Chronica alegre' promete relancear «os

[309] Há índice no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV, 2, 1963: 353-365.

factos principaes da semana», rindo «muitas vezes á custa da pasmaceira indigena, da paspalhice pretenciosa e do pedantismo *poseur*». No primeiro domingo de cada mês, trará «um artigo de modas dedicado ás senhoras, cuja redacção confiámos a uma intelligente escriptora, residente em Paris». Assim, o título, porque há-de «tocar em todos os assumptos e reflectir todas as cambiantes da existencia lisbonense, não designa exclusivamente [...] as *ribaltas* dos palcos scenicos e as *gambiarras* dos bastidores». O folhetim do n.º 2, 8-I, "A educação moderna", é caso singular na medida em que 1) se alarga em demasia no rodapé das páginas 9 a 13, e 2) antecipa capítulo de livro de Torrezão, *No Teatro e na Sala*, já no prelo. Dramas de Octave Feuillet continuam em apreciação, Júlio César Machado colabora e D. Guiomar – como Delfim de Noronha, num passadismo que se julgava futuro («Ó loira, ó meiga irmã das lucidas camenas!», "Da scentelha") – critica *A Corja*.

Redactora em nome próprio desde o n.º 44, lança a 2.ª série ao n.º 45, e último, de 30-X-1881: Júlio Lourenço Pinto – com o folhetim *Um Crime na Charneca* –, A. M. da Cunha Belém, João de Deus ("Carteira de um farcista")[310].

25. *Chronica Moderna* / Revista Critica Illustrada do Anno de 1881 (16 páginas a uma coluna, semanal [e trimensal], Lisboa, 2-I-1881, 416 páginas até ao n.º 27, Março de 1882). Dirigida por Gervásio Lobato, diz-se colaborada – o que não acontece a cem por cento – por A. da Conceição, A. Osório de Vasconcelos, A. Enes, Cristóvão Aires, Conde de Sabugosa, Fernando Caldeira, Fernando Leal, Jaime Batalha Reis, Joaquim de Araújo, Leite Bastos, Luciano Cordeiro, Mariano Pina, Oliveira Martins, P. Chagas, Sousa Viterbo, Teixeira de Queiroz, visconde de Benalcanfor, Zacarias d'Aça, etc. Incluem-se peças de teatro. J. C. Machado regulariza na secção ZZTT (de facto, será ZTTT), à volta de usos e modas da sociedade do tempo. A propósito do seu *A Vida Alegre*, certo Serafino discorre sobre a fórmula de eleição:

[310] Apresentação mais completa está em Vítor Vladimiro Ferreira, "Camilo nos jornais de Lisboa", AA. VV., *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, p. 91-104. Ausente de *Jornais e Revistas...*

> O folhetim é inegavelmente o genero de litteratura o mais dificil. É alli, n'aquelle limitado espaço, que o artista mais se revela, mais se patenteia. É ali, onde o espirito se não pode alargar demasiadamente na observação, no estudo de typos, na analyse de sentimentos humanos, que se tem de ser rapido, agil, no dito, na anecdota, n'um bocado da paisagem, n'um trecho de observação, feito a correr, quasi aos pulos, [...]. (n.º 2, 9-I-1881: 28)

26. *Jornal do Domingo* / Revista Universal (Lisboa, 20-II-1881; ano III, n.º 3, 6-V-1883). Gerente-proprietário, Augusto de Sampaio Garrido. Belíssima apresentação gráfica e óptimas gravuras. Chagas é o principal colaborador – director literário a partir do n.º 11. Principais colaboradores: Delfim de Almeida, J. C. Machado, Marcelino Mesquita, João da Câmara, A. X. Rodrigues Cordeiro, Sousa Monteiro, Augusto Fuschini, Cipriano Jardim, Zacarias d'Aça, G. Lobato, César de Lacerda, Fernando Leal, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Fialho de Almeida, J. de Araújo, A. M. da Cunha Belém, Urbano de Castro.

27. *A Arte Portuguesa* / Revista Mensal de Bellas-Artes Publicada pelo / Centro Artistico Portuense (Porto, Janeiro de 1882/Março de 1883, 12 números). Enquanto Soares dos Reis se responsabiliza pela 'Parte Artistica', Joaquim de Vasconcelos e Manuel Maria Rodrigues fazem-no para a 'Parte Litteraria'.

28. *Eurico* / Boletim da Sociedade Litteraria Alexandre Herculano / / Publicação Mensal (Lisboa, Janeiro de 1882; seis números de oito páginas sobre A. H.)[311].

29. *Chronica Mensal* (Lisboa, Junho de 1882). Proprietários, Balibasar Lobato, Rumualdo Cid, Augusto de Lacerda. Apontamentos do quotidiano lisboeta, do Passeio Público ao teatro, poesia de Macedo Papança e crónicas de J. C. Machado. A avaliar por este número (único?), caderninho de 32 páginas, mais capa, a lembrar *As Farpas*.

[311] Houvera outro *Eurico*, semanário literário, musical e teatral, no Porto, em 1871, cujos três primeiros números são anunciados n'*O Primeiro de Janeiro* de 1, 11 e 19 de Março. Nomes citados, mais conhecidos, eram Germano V. de Meireles, João Penha e J. Simões Dias. Não citado em *Jornais e Revistas*... Outro «quinzenario de revista musical», ainda no Porto, 15-IX-1884/1-III-1887, n.º 15.

30. *A Illustração* / Jornal das Familias (Lisboa, Setembro de 1882). Direcção de Fialho d'Almeida.

31. *Galeria Republicana* (Lisboa, 1882 / Outubro de 1883, n.º 44). Director, Magalhães Lima. De e sobre Gomes Leal; Costa Goodolfim.

32. *Penna e Lapis* / Revista Artistica e Litteraria (Lisboa, 1.º ano, n.º 3, 1882, p. 17-24). Proprietários e directores, Manuel J. Gonçalves Viana, José J. de Almeida, José S. Corrêa Dias, Alfredo Gonçalves Viana. Lourenço Cayolla – futuro Elcay nas recensões do *Diário de Notícias* – é director literário.

33. *Revista Litteraria* / Publicação Tri-mensal (Braga, n.º 5, 10-VII--1882). Redactor principal, A. Cristiano da Costa. Colaboram: Pereira Caldas, Leite de Vasconcelos.

34. *Jornal de Calliope* / Revista Litteraria Dedicada á Classe Academica (Porto, n.º 18, 23-X-1882; n.º 26, 1883). Redactores, Francisco X. S. P. Leitão, António Evaristo Morais Rocha. Tive em mãos o n.º 26, 2.º ano, 7-I-1883, com inéditos de António Nobre. [Com outros subtítulos e responsável desde Dezembro de 1880.]

35. *A Razão* / Revista Litteraria (Porto, 1-V/15-VI-1883, n.º 4). Redactor, H. A. Salgado. Na capa, Teófilo. Poesia de J. Leite de Vasconcelos, recensão de Bruno. Outros: Xavier de Carvalho e Ernesto Pires.

36. *Perfis Litterarios e Artisticos* / Revista Contemporanea de Lettras e Artes (quinzenário, Lisboa, Outubro/Dezembro de 1883, 6 números). Director, Zacarias d'Aça.

37. *O Panorama Contemporaneo* (quinzenário, Coimbra, 1-XI--1883/15-VII-1884, n.º 15). Direcção de Trindade Coelho.

38. *Republicas* / Revista Politica e Litteraria (semanário, Lisboa, 6-I-1884; ausente de *Jornais e Revistas*...). Director político, Tomás Ribeiro; director literário, Camilo Castelo Branco. Conhecido o n.º 3, incluindo prólogo da *Maria da Fonte* camiliana e poema de Ribeiro, revejo-a já no n.º 92, 2.º ano, 4.ª série, [30-IX] 1886, com os editores Adolfo, Modesto e C.ª substituindo Henrique Zeferino[312].

[312] Variamente referido em *Cartas de Camilo Castelo Branco a Tomaz Ribeiro* [1922], ed. de José Valle de Figueiredo, Tondela, Câmara Municipal, 2001, é dado entre «6 de

39. *A Illustração* / Revista Quinzenal para Portugal e Brazil (Paris, 5-V-1884/20-X-1890/Lisboa, 1-I-1892, n.º 184). Director, Mariano Pina[313].

40. *A Illustração Portugueza* / Semanario / Revista Litteraria e Artistica (Lisboa, 1-VI-1884/6-X-1890, a. 5, n.º 52). Colaboradores: Barros Lobo, B. Pato, Casimiro Dantas, Cunha Belém, E. Schwalbach, F. Caldeira, F. Palha, G. Torrezão, A. Gallis, J. C. Machado, Júlio de Menezes, L. A. Palmeirim, Manuel de Assunção, Marcelino Mesquita, Pinheiro Chagas, Sérgio de Castro, Tomás Ribeiro, visconde de Monsaraz, visconde de Benalcanfor, Antero, Joaquim de Araújo, Junqueiro, etc.

41. *Jornal Academico* / Publicação Semanal (Santarém, 1--XII-1884). Poemas em folhetim de A. Feijó (n.º 10, 8-II-1885) e Luís Osório (n.º 11, 15-II-1885).

42. *Cidade de Lisboa* (Lisboa, 13-IX-1885). Número único colaborado por Teófilo, Junqueiro, Fialho, Ramalho, visconde de Benalcanfor, Jaime Victor, Chagas, Antero, J. C. Machado, Maria Amália Vaz de Carvalho, entre outros.

43. *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (quinzenal, Lisboa, Outubro de 1885/1891, n.º 71). Director literário, Afonso Vargas. Além de reincidentes Azevedo Castelo Branco (cuja *Lyra Meridional* é recenseada no n.º 21, Agosto de 1886: 166-167), Eça e Camilo pirateados, de João Saraiva, Marcelino Mesquita e outros: João de Deus, "Proverbio de Salomão" (n.º 1: 4), "Descalça", com versão francesa de Fernando Leal, e "João Gutenberg" (n.º 6, Dezembro, p. 44, 48); soneto no n.º 9, Janeiro de 1886: 68; oitava no n.º 36/37, 1888: 93; Antero de Quental, com duas quadras na lápide tumular de uma irmã de Joaquim de Araújo (n.º 2: 11), a exigirem 'explicação' e correcção para "Zara" no número seguinte, p. 24; ainda, "A casa do coração" (n.º 51, 1889: 20); Vargas recenseia *A Holanda* ramalhiana (n.º 3, Novembro, p. 20-24) e os *Sonetos* anterianos (n.º 25, 26, Fevereiro de 1887: 6-7,

Dezembro de 1884» e «1887, segundo creio» (p. 117).

[313] *Cf.* Elza Miné, "Mariano Pina, a *Gazeta de Notícias* e a *Ilustração*: histórias de bastidores contadas por seu espólio", *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, 7 (2), 1992: 23-61. [*Idem*, *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, cit.: 160-166]

15-16; n.º 27, Março de 1887: 21-23), antes do necrológio que domina o n.º 69, 1891, como 'soneto inedito' enviado por Teófilo; Gomes Leal, "Idyllio na eira" (n.º 4, Novembro, p. 32), retranscrito e longamente recenseado n'*O Anti-Christo* (n.º 22. Agosto de 1886: 174-176; n.º 23, 24, Setembro de 1886: 182-184, 188-192); Joaquim de Araújo, "Eterno amor", "Numero do Intermezzo / (H. Heine)" (n.º 5, Dezembro, p. 39; n.º 8, Janeiro de 1886: 60); António Nobre, "A Torre de Marfim" / (dos *Alicerces*) (n.º 5, Dezembro, p. 40); António Feijó, "O Cormoran" (n.º 10, Fevereiro de 1886: 76); Eugénio de Castro, "Canção da Morte" (n.º 12, Março de 1886: 92) e "Do 'Poema Intimo"' (n.º 34/35, 1888: 87); Costa Alegre, "A morte do meu pae", e M. Duarte de Almeida, "Paolo e Francesca" (n.º 16, Maio de 1886: 124), aquele com sextilhas no n.º 26, Julho de 1887: 12, "Il cuo vedovo" no n.º 28/29, 1888: 39, "O medico" no n.º 48, 1888: 192, e necrológio no n.º 56, 1889 [1890]: 59-60; Machado de Assis, "Coração triste fallando ao Sol / (versão do chinez)" (n.º 17, Junho de 1886: 132); Guerra Junqueiro, "A. L." (n.º 34/35, 1888: 79), "Creanças (n.º 52, 1889: 29); João da Câmara, "Madame" (n.º 45, 1888: 164); J. Leite de Vasconcelos, "No cemitério" (n.º 50, 1889: 16); Olavo Bilac, "No carcere" (n.º 52, 1889: 32). Afonso Vargas faz também o necrológio de Cesário Verde (n.º 19, Julho de 1886: 146-147).

44. *O Recreio* / Publicação Semanal Litteraria e Charadistica (Lisboa, 29-X-1885/25-XII-1899, s. 25, n.º 26). Por amostra da 2.ª série, Revista Semanal, etc., desde 16-VIII-1886, reflexões sobre a crónica e, entre artigos miúdos, ou prosa de Eugénio de Castro, lírica de Junqueiro, Mendes Leal, João de Deus, Herculano, Castilho, Casimiro de Abreu, Marecos, Garrett, Tomás Ribeiro e Amélia Janny, um pouco como amostra dos autores que respeitavam a um público médio.

45. *Revista Intellectual Contemporanea* / Publicação Quinzenal adstricta ao Jornal *O Interesse Publico* (Lisboa, 15-III-1886/26-II-1887, n.º 21 [*Jornais e Revistas*..., 29-I-1887, n.º 14]). Sobre numismática, vegetais, outras miudezas e, de entrada, conto de Bento Moreno, "Dois systematicos". No n.º 3 (1-V-1886), Fialho de Almeida ("Cardoso I, Principe"), J. C. Machado ("Origem da Carmen"), Alfredo da Cunha.

46. *Prosa e Verso* / Revista Litteraria Illustrada (Lisboa, n.º 2, 30-VI-1886). Elogio de Zola e poesia de Hamilton de Araújo.

47. *Variedades* (Lisboa, número programa, 3-XI-1886; n.º 1, 6-III-1887). Director, Carlos Sertório. Colaboradores: Alberto Pimentel, Costa Alegre, G. Torrezão, L. A. Palmeirim, Sérgio de Castro, etc. Na 'Critica Litteraria', elogio de A. P. Lopes de Mendonça e tosa em Camilo, por atacar o Duque de Viseu.

48. *Miniaturas* / Hebdomadario de Critica Litteraria (Porto, 1886). Director, Alberto Bessa. Na capa, 'Mortos Illustres', com imagem de G. Crespo, que inspirou título substituto d'*A Semana*, iniciada meses antes [16/23-XII-1885, n.º 2]. Colaboradores: João de Deus, J. de Araújo, Luís Guimarães[314].

49. *Sciencias, Artes e Lettras* / Revista Quinzenal (Lisboa, 15-I-1887). Eduardo Burnay, fragmento de peça hugolesca, João de Deus, etc.

50. *O Civilisador* / Periodico Litterario, Scientifico e Noticioso (Ponta Delgada, 5-III-1887/1892). A crer nos dois primeiros números, Brito Aranha e João de Deus[315].

51. *O Heitor Pinto* / Revista Litterario-Scientifica (Covilhã, 18-III/16-IV-1887, n.º 3). Colaboradores: Alexandre Braga Júnior, A. Nobre, Antero de Figueiredo, Hamilton de Araújo, João de Deus...

52. *A Ideia* / Revista Quinzenal (Porto, 1-IV-1887). Domina Júlio Brandão[316]. Hamilton de Araújo tem fragmento de "Theresa"; excerto de ficção de António Silveira Júnior, ou o folhetim como espaço de pré-publicações. Eugénio de Castro vem citado entre os colaboradores.

53. *A Flor* / Publicação Quinzenal (Porto, número programa, 15-VI-1887; n.º 12, 17-XII-1887). Director, Artur M. Ribeiro; redactor,

[314] Publicação Quinzenal, Litteraria e Scientifica com o mesmo nome saiu em Lamego, 1-XII-1889. Redactores proprietários, Carlos de Lemos, Adolfo Mota e Aníbal Montalvão.

[315] Inocêncio, *Diccionario*..., IX: 70, trata de outros com o mesmo título.

[316] A bibliografia mais completa (mas falta logo *A Ideia*...) está em Amadeu Gonçalves, "A minha homenagem a Júlio Brandão (1869-1947). Kronos: uma cronologia (viva)", *Boletim Municipal* (Vila Nova de Famalicão), III série, n.º3/4, 2007-2008: 139-228.

Alberto Valta. No primeiro número, 1-VII-1887, "O Meu Noivado", de António Nobre. Sonetos de Joaquim de Araújo (com, ainda, canção) e Augusto de Castro.

54. *Jornal dos Novos* / Revista Quinzenal (Porto, 1-VII/1-IX-1887, n.º 5). João de Deus, "Esmaltes"; Abel Magro lança "Notas sobre *A Relíquia*", «uma obra singular, sem equivalente em outras litteraturas».

55. *O Mosquito* / Semanario Litterario (Porto, 14/21-VIII-1887). Directores, Aurélio Paz e João Sereno. No n.º 2, poema de J. Leite de Vasconcelos.

56. *O Atheneu* / Sciencias, Artes e Lettras / Revista Quinzenal (quinzenário, Portalegre, 15-XII-1887/15-IV-1888, n.º 5). Camilo, Trindade Coelho (logo no n.º 1, com "Maricas"), António Fogaça, B. Pato, Gomes Leal, G. Crespo, Conde Sabugosa, João de Deus, Eugénio de Castro, Alberto Osório de Castro, Guilherme Braga, entre outros, são alguns dos colaboradores[317].

57. *A Chronica* / Revista Mensal (Santarém, Junho de 1888/Maio de 1889, n.º 12, p. 192). Director, Luiz Trigueiros. Colaboração de Alfredo Gallis, G. Torrezão, João de Deus, sobre *Os Maias* (n.º 3), sobre Guilherme de Azevedo (n.º 5, Outubro; n.º 11, Abril de 1889, aqui, por Júlio César Machado) e J. C. Machado (n.º 9, Fevereiro de 1989)[318].

58. *Flores Dispersas* / Publicação Quinzenal (Lisboa, 1889?, 16 páginas). Director, João de Mendonça Cortez Júnior (com folhetim nas p. 1-8). Colaboradores: Cândido de Figueiredo, Maria Amália Vaz de Carvalho, Amélia Janny.

59. *O Futuro* / Semanario de Litteratura (Lisboa, 19-I/7-II-1889, n.º 3). Redactor-chefe, Agostinho Fortes.

60. *A Semana Litteraria* (Lisboa, 14-IV/5-V-1889, n.º 4). Silva Pinto, Fialho ("Mar picado"), João Saraiva. Catorze páginas a uma coluna.

61. *A Hera* / Revista Litteraria Tri-mensal (Porto, 1889). Redactor, Ernesto Vieira; administrador, Acúrsio Vieira. Colaboradores: João de

[317] Reprodução e bibliografia expressivas contêm-se em António Ventura, *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, 1991: 17.

[318] *Jornais e Revistas...* fica no n.º 10, de Março.

Deus ("Irisiações"), Alberto de Oliveira ("Trevas").

62. *A Jornada* / Revista Scientifica, Litteraria e Bibliografica / Publicação Mensal (Barcelos, 7-VII/1-XII-1889, n.º 6). Soneto de Camilo Castelo Branco, "1.º de Dezembro" [«O antigo Portugal traja de festa»], p. 42. Em Apêndice, nota sobre *O Esqueleto*.

63. *Revista de Portugal* (1889-1892, 4 vols.)[319].

64. *Anatema*. Número unico. Aos / Estudantes Portugueses / Dedicam / os seus colegas / Antonino Vaz de Macedo / Arthur Pinto da Rocha. Surgido em Coimbra (capa de Rafael Bordalo Pinheiro, 46 p., Maio de 1890), abre com texto de Fevereiro desse ano, assinado por Antero de Quental, num apelo à «constituição de Orgãos genuínos do sentimento nacional, semelhantes á LIGA PORTUGUESA DO NORTE», com que responder à arrogante Inglaterra. João Penha soneteia – "Sir John Bull" –, tal como João da Câmara e o Conde de Sabugosa; Oliveira Martins anota; Camilo Castelo Branco dá, de S. Miguel de Seide, Março de 1890, "Fragmento de um poema inédito / intitulado / Exterminio de Inglaterra"; Junqueiro traz "A Inglaterra" e versos vêm também de Bulhão Pato, João de Deus, Henrique Lopes de Mendonça, Teófilo Braga. Com prosas, Eça e "Fraternidade", Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torrezão, Bento Moreno, Fernando Palha, Basílio Teles, Fialho de Almeida, Tomás Ribeiro, Consiglieri Pedroso, ou seja, muitos adversários de ontem. Misturam-se, depois, saudações, vivas e repúdios em francês (mesmo quando da Roménia), castelhano e italiano[320].

[319] Ver índice no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, II, 4, 1961: 626-638. "A literatura portuguesa contemporânea", de Moniz Barreto, no vol. I, 1889, e "*O Discípulo*, por Paul Bourget", no vol. II, 1890, reaparecem nos seus *Ensaios de Crítica*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944: 57-117 e 285-342. Os textos de Eça, que a fundou e dirigiu, foram editados, por Maria Helena Santana, em *Textos de Imprensa*. VI [Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós], Lisboa, INCM, 1995.

[320] Pilar Vazquez Cuesta, *A Espanha ante o 'Ultimatum'*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975: 58-60, data-a de Junho e lista todos os nomes; debruça-se sobre os espanhóis a p. 159-163. Do também colaborador Cesare Lombroso, célebre antropologista criminal, conhece-se carta de solidariedade de Torino, 12-III-1890. *Cf.* Livraria Luís Burnay, *Leilão…*, Lisboa, 2 de Junho de 2012: 62; Isabel Pires de Lima, "*Anátema*: uma revista sintoma contra o *Ultimatum*", *in* Gilda da Conceição Santos, org., *O Real em Revista – Impressos Luso-Brasileiros Oitocentistas*, Rio de Janeiro, Oficina Raquel,

65. *Horas D'Ocio* / Semanario Litterario e Charadistico Dedicado á Mocidade Academica (Lisboa, 19-III/11-VI-1891, n.º 13). Editor responsável, Manuel Luís da Cruz.

66. *A Revolta Litteraria* / Semanario Politico e Litterario (Lisboa, 16-VII/2-VIII-1891, n.º 3). Director, Herculano da Fonseca. Fialho de Almeida, "Crise operaria"; João de Deus, "Ventura"; sobre Camilo.

67. *A Litteratura* / Revista Quinzenal Litteraria (Lisboa, 1--VIII-1891/15-X-1891, n.º 6). Director, Francisco Dias Ferreira dos Santos. Junqueiro, Torrezão, Angelina Vidal, Pato; Trindade Coelho passa "Tragédia rústica"[321].

68. *O Neophyto* / Revista Quinzenal de Sciencias, Artes e Lettras (Torres Vedras, 15-I/15-III-1892, n.º 5). Miscelânea de Antero, Camilo, J. Simões Dias.

69. *O Proscenio* / Semanario Litterario, Theatral e Enigmatico (Lisboa, 17-X-1892/22-XII-1895, n.º 59; 21/28-X-1900, n.*os* 60, 61). Editor, José Garcia de Lima. Com folhetim teatral.

70. *A Semana de Lisboa* / Supplemento do *Jornal do Commercio* (Lisboa, 1-I-1893/4-II-1894, nº 53). Director, Alberto Braga. Semanário de oito páginas, de agradável composição, a duas colunas, congraçando o *chic* lisboeta, entre efemérides, aniversários e crónica mundana. Interessa pelos medalhões com que abre, biografando vidas e qualidades de personalidades mais em vista: D. Carlos, por Oliveira Martins (n.º 1); D. Amélia, por Ramalho Ortigão (n.º 2), que também escreve sobre a Condessa de Vila Real (n.º 53); João de Deus, por Eugénio de Castro (n.º 33, 13-VIII); Rafael Bordalo Pinheiro e Bulhão Pato, por João da Câmara (n.º 39, 24-IX; n.º 52, 21-XII; outra colaboração no n.º 18, 20-IV); Oliveira Martins, por Jaime de Magalhães Lima (n.º 42, 15-X); D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, por Teófilo Braga (n.º 45, 5-XI); Manuel Duarte d'Almeida, por Manuel d'Oliveira Ra-

2015: 133-149.

[321] Este, só conhecido em dois números, fica como exemplo das dezenas de outros em mau estado, embora frequentados por fugidos ilustres: *O Universal* / Suplemento Illustrado (Lisboa, 23-V-1892). Secretário, José Sarmento; director artístico, Celso Hermínio. Alberto de Oliveira, "A poesia Sósista" [sobre A. Nobre]; Fialho de Almeida, "Garoto da rua"; etc.

mos (n.º 46, 12-XI-1893); António Nobre, por Alberto d'Oliveira (n.º 47, 19-XI); Teófilo Braga, por Júlio de Matos (n.º 48, 26-XI). Poema de Amélia Janny, "A voz do mar", no n.º 37, 10-IX-1893.

71. *A Semana Litteraria* / Suplemento ao *Correio de Lisboa* (Lisboa, 2-IV-1893, oito páginas). No primeiro número, "Maricas", de Trindade Coelho (já n'*O Atheneu*, 15-XII-1887).

72. *Revista Nova* (Lisboa, Novembro de 1893/Março de 1894, n.º 5). Directores – Alfredo da Cunha e Trindade Coelho.

73. *A Leitura* / Magazine Litterario (Lisboa, 1894-1896, terceiro ano, t. XVIII). Variedade de géneros com Zacarias d'Aça, Teófilo Braga, Raul Brandão, Eugénio de Castro, Trindade Coelho, Gonçalves Crespo, Alfredo da Cunha, João de Deus, António Feijó, Junqueiro, Gomes Leal, Oliveira Martins, Nobre, Bulhão Pato, Antero, Eça ("O senhor Diabo"), entre muitos e renomados estrangeiros.

74. *O Internacional* / Revista Scientifica, Litteraria, Philatelica e Noticiosa (Vila Viçosa, 2-III/4-VI-1894, n.º 4). Breves textos de João de Deus e o já antologiado "Homo", de Antero ["Nenhum de vós ao certo me conhece."].

75. *A Madrugada* / Revista Noticiosa, Critica, Litteraria, Biographica e Bibliographica (Lisboa, série I, 28-X-1894; série IV, Dezembro de 1896). Editor, F. Palmeirim; director, Óscar Leal. Torrezão, Olavo Bilac e, nesta data: «Apparecerá breve o 1.º numero do *Serão*, do nosso illustre confrade Eça de Queiroz.»[322]

76. *O Cenáculo* / Revista Critica e Litteraria (Coimbra, 1--XII-1894/15-III-1895, n.º 6. Redactores: Gonçalves Cerejeira, Villela Passos, Augusto Granjo.

77. *Alma Nova* (Lisboa, 15-I / 16-II-1895). Editor, Abílio da Costa Madeira; directores, Faustino da Fonseca e Macieira Júnior. Poemas de Júlio Dantas, Augusto Gil, Alfredo da Costa, prosa de França Borges[323].

[322] Acrescento útil a "(O) Serão", no *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Ed. Caminho, 1989: 583.

[323] Mais importante do que *A Alma Nova* / Semanário Republicano Académico (Braga, 13-IV / 24-XI-1893, n.º 32) e *Alma Nova* / Folha Democratica (Santarém, 27-X-1897). *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX* não contempla *A Alma Nova*, «revista semanal de ciências e de literatura», 2.ª série da revista *Júlio*

78. *Archivo Bibliographico* (Lisboa, Janeiro de 1895). N.º 3: 33--48: recensões a *O Anarchismo*, de A. de Serpa Pimentel; *Philosophia de João Braz*, de Silva Pinto. Publicitação de obras, nacionais e estrangeiras. Sem a importância que teve o homónimo de Coimbra, 1877, de faceta mais historiográfica.

79. *Arte Portugueza* / Revista de Archeologia e Arte Moderna (Lisboa, Janeiro/Junho de 1895, seis números). Director literário, Gabriel Pereira; director artístico, E. [Henrique] Casanova; secretário de redacção, D. José Pessanha. Colaboradores: Zacarias d'Aça, Luciano Cordeiro, Ramalho ("Silva Porto", n.º 2: 26-28: continua a rememorar as *Viagens na Minha Terra*), J. de Araújo, Braamcamp Freire, Sousa Viterbo, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Conde de Ficalho, Henrique Lopes de Mendonça.

80. *Portugal Litterario* / Revista Mensal (Lisboa, Setembro de 1895/Fevereiro de 1896, n.º 5). Director, Júlio de Rosiers.

81. *A Critica* / Revista Theatral, Artistica e Litteraria (Lisboa, 17--X-1895). "Idyllio triste", de Fialho; Abel Botelho.

82. *João de Deus*. Homenagem da Sociedade João de Deus, de Abrantes, [...] no 65º aniversário do seu nascimento (1895). Abre com biobibliografia por T. Braga, que situa o redactor d'*O Bejense* na polémica do *D. Jaime*, e cujo texto «é pouco conhecido, mas n'elle começa esse fenomeno moral e intellectual da dissidencia da *Escola revolucionaria*, em 1865, proclamada na Carta *Bom senso e Bom gosto* e nas *Theocracias litterarias*» (p. 3).

83. *O Inferno* / Jornal de Arte e de Critica (23-I-1896). Sob o influxo de Verlaine gravado, mais soneto dos *Poèmes Saturniens*, um Gomes Leal, "Carta a João de Deus, no Céo".

84. *Jornal dos Estudantes* / Orgão da Academia portugueza (Coimbra, 10-II-1896). Poemas de Guedes Teixeira e Teófilo Braga sobre Garrett.

Diniz (1882-1885), já referida na ficha desta, no vol. II. De 1885, teve colaboração de Eduardo Coimbra, A. Nobre, Heliodoro Salgado... A *Alma Nova* de 1914-1929 será bem melhor.

85. *Branco e Negro* / Semanario Illustrado (Lisboa, 5-IV-1896/ /27-III-1898, n.º 104)[324].

86. *D. Quixote* / Jornal Quinzenal (Lisboa, 21-VI-1896/15-VI-1897, n.º 12). Nunes Claro, Mayer Garção, etc.

87. *A Academia* (trimensário, Coimbra, 14-I-1897). Director, Mário B. Henriques da Silva. Dois folhetins a par: Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares*; Tomás Ribeiro, *A Indiana* / Entre-acto em verso.

88. *A Semana* / Arena e Tribuna Livre (Lisboa, 21-I/6-III-1897, n.º 7). Nos dois números possíveis (1 e 7), atenção a Tomás de Melo, Silva Pinto (recensão a *De Palanque*), João de Deus e Eça.

89. *Novos e Velhos* / Revista Quinzenal Illustrada de Litteratura e Arte (Braga, 5/20-II-1897, n.º 2). Director, Alberto de Madureira; João Penha, Teixeira de Queiroz, J. Simões Dias, B. Pato, Rodrigo Veloso sobre Guedes Teixeira, erótica "Canção do Beijo" por Gonçalves Cerejeira, Júlio Brandão.

90. *O Gigante* / Publicação Semanal Litteraria (Braga, n.º 2, 19-III- -1897). No n.º 3 (e mais não conheço), soneto de Gonçalves Cerejeira.

91. *Os Livres / Letras, Artes & Sciencias* (Porto, [18] XCVII, 32 p.). Directores: Amadeu Cunha, Augusto de Castro, filho e Oscar de Pratt. Presenças de Júlio Brandão, Alexandre Braga, filho, Carlos de Lemos, D. João de Castro, Gonçalves Cerejeira, Camilo Pessanha, "Depois das bodas d'oiro".

92. *O Jornal dos Romances* / Illustrado (Porto, 21-III-1897/1898, n.º 90). O número-programa promete, sob o cabeçalho, semanalmente, romances dramáticos, de viagens e aventuras, históricos, novelas e fantasias, contos para crianças, secção recreativa. Exagera ao dizer-se «uma completa novidade em Portugal» (p. 7). Prato forte destas oito páginas a três colunas altas, cujo corpo miúdo há-de subir, a pedido dos leitores, temos "Joanninha, a costureira", de Ch. Ménouvel, a par de dois outros romances e / ou contos, inclusive, para crianças. Algumas variedades e

[324] Ficha histórica de Rita Correia, índices e digitalização parcial em hemerotecadigital.cm-lisboa.pt. A celebração de B. Pato na capa do vol. 2, n.º 37, 13-XII-1896, e nas p. 161-163, contradiz um desejado progressismo…

secção recreativa completam a massa ficcional, retomando-se um ainda prestigiado Júlio César Machado *post mortem* (p. 95).

93. *Myosotis* / Revista de lettras com apparição bi-mensal (Março/Setembro de 1897). Director, Júlio de Lemos. Nomes: Guiomar Torrezão, Augusto Moreno, Gonçalves Cerejeira, Júlio Dantas, Teixeira de Pascoaes ("Vago / A Vilela Passos": «Não sei p'ra que é que eu fico, ás vezes, esquecido, [...]»), Zulmira M. A. de Sá (por centelha, rara, em "Orphã": «A Luz, meiga creança, / da noite arregaçava, / travessa, o manto azul;»).

94. *O Domingo Illustrado* / Historia e Litteratura (Lisboa, Maio de 1897 / 1902, v. 5, n.º 256): A. Vidal, J. Simões Dias, Junqueiro ["A uma creança (vendo-a dormir)"], ainda Júlio Dinis.

95. *O Riomoinhense* / Quinzenario Litterario (Abrantes, 1-V-1897). Director, Egídio Salgueiro. "Canção", de G. Junqueiro, "Ave Maria", de Teófilo; Ana de Castro Osório. No n.º 12, especial, Magalhães Lima, Teixeira de Queiroz, etc.

96. *Alma Patria* / Numero Unico / Consagrado pela Academia do Lyceu Nacional Central de Braga aos Heroes de 1640 (Braga, 1-XII--1897). Evocações de Pereira Caldas e Campos Monteiro, entre muitos, e poema de Gonçalves Cerejeira.

97. *Ideal e Verdade* / Revista de Sciencias, Lettras e Arte / Publicação Quinzenal Illustrada (Braga, 5-I-1898). Director, Campos Lima. Trinta e duas páginas para Gonçalves Cerejeira, Ana de Castro Osório, Júlio de Lemos.

98. *Hôje* / Revista Quinzenal de Literatura e Critica (Coimbra, 20--I-1898). Redactores, Joaquim Gomes, Lopes de Oliveira e Marques dos Santos. Presença de Guedes Teixeira, Júlio de Lemos, Gonçalves Cerejeira ("Nos braços de Sylvia").

99. *Revista Encyclopedica Popular* / Semanario Illustrado de Sciencias, Artes e Lettras (Lisboa, 3-IV-1898). Sobre Ibsen; soneto de Olavo Bilac.

100. *Gil Braz* / Quinzenario Illustrado de Musica, Litteratura, Critica, Theatros, Touros e Sport (Lisboa, 20-IV-1898 / 30-III-1904, n.º 83). Abre com gravura de, e sobre, Marcelino Mesquita.

101. *A Illustração Moderna* / Publicação Quinzenal (Porto, 1-VII--1898 / 15-V-1903, a. 4, n.º 10). 'Revista de Litteratura e Arte' nos números 4 e 5, Maio de 1902, quando nomes cimeiros homenageiam Garrett. Artigos de Teófilo Braga, Adolfo Portela, Conde de Arnoso, Cândido de Figueiredo, João Penha, Alberto Pimentel, Rodrigo Veloso, João da Câmara, Júlio Brandão, A. Fernandes Tomás.

102. *Industria e Commercio* / Revista Quinzenal Illustrada, Litteraria, Scientifica e Theatral (Lisboa, 16-VII-1898). Folhetim sobre a vida e descobertas de Galileu, inédito de Simões Dias ("A...") e colaboração anunciada de Gomes Leal e França Borges.

103. *A Voz do Povo* / Semanario Noticioso e Litterario (Aldegalega do Ribatejo [em *Jornais e Revistas...*, Montijo], 23-X/6-XI-1898, n.º 3). Proprietário e director, J. P. d'Oliveira. *O Violino Misterioso*, folhetim de Hoffmann, é tradução de Gomes Leal.

104. *Tribuna* (Lisboa, 1-I-1899). Em "A Semana Literaria", Cândido de Figueiredo saúda *Dezoito Annos em Africa*, de Trindade Coelho, que, por seu lado, analisa "Naufrago", de Afonso Lopes Vieira.

105. *A Tradição* / Revista Mensal d'Ethnographia Portugueza, Illustrada (Serpa, Janeiro de 1899/Junho de 1904). Directores, Ladislau Piçarra e M. Dias Nunes. Colaboradores: Trindade Coelho, Sousa Viterbo, Teófilo, Tomás Pires, J. Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Ramalho, etc.[325]

106. *Brasil-Portugal* / Revista Quinzenal Ilustrada (Lisboa, 1-II--1899/ 16-VIII-1914, n.º 374)[326].

107. *Águia* / Revista Mensal de Artes e Letras (Lisboa, três números, Junho/Agosto de 1899). Fundadores e redactores, Carlos Simões,

[325] Índice no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IX, 1, 1968: 162--181. Há ed. fac-similada, em 2 vols., Serpa, 1982 (*cf.* recensão de José Manuel G. Moreira no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 86, 28-II-1984: 8). Texto de Ramalho, "A tradição", recolheu-se em *Folhas Soltas*, Lisboa, Clássica Editora, 1956: 249-253. De Junho de 1903 é *O Conde de Ficalho. Retrato Íntimo*, opúsculo (1919) recolhido em *Figuras e Questões Literárias*, II, *ibid*., 1945, reeditado com apres. e bibliog. de Luís Amaro, Serpa, Câmara Municipal, 1995.

[326] Ficha histórica de Rita Correia, índices e digitalização parcial em hemerotecadigital.cm-lisboa.pt.

Eugénio Vieira, Carlos Walbeehm Lopes, L. Silva, André Brun. Prosa e verso de, entre alguns novos, Sílvio Rebello, Manuel Ribeiro e Nunes Claro.

Em tempo: *Revista Scientífica e Litteraria* (Coimbra, Dez. de 1880/ /Fev. de 1881, n.º 3). Directores: António Feijó e Luís de Magalhães.

Sem data [1867?], registemos *Brados Litterarios* / Quinzenario d'Instrucção e Recreio, n.º 13, p. 49-56, com poesia de Alfredo Carvalhais (também redactor) e Alberto Pimentel.

10. Portugal-Brasil na Imprensa portuguesa de Oitocentos[327]

O mais significativo intercâmbio cultural Portugal-Brasil, em Oitocentos, é jornalístico e de almanaque; quanto à relação mais antiga nas folhas periódicas, vislumbra-se bem antes da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), mas falece-nos essa recepção desde os quatro títulos de Seiscentos. Já a livre expressão defendida pelos iluministas e movimentos políticos nacionalistas, acompanhados do avanço tipográfico, da publicidade e do folhetim, desaguam na Imprensa de massas, com benefício para um diálogo crescente entre os dois países. Neste quadro, que tipologia propor?

Em "Imprensa portuguesa de oitocentos que interessa ao Brasil"[328], referi 209 títulos e retive 110 de carácter jornalístico em que assentou *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)* [Lisboa, 2008], cuja introdução está resumida em *D. João VI e o Oitocentismo*[329]. Urge elencar essas fontes (excluindo, agora, almanaques) entre 1801 e 1900, a partir dos 5 310 *Jornais e Revistas Portugueses do*

[327] Subcapítulo em *Convergência Lusíada* (Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura), 32, Julho-Dezembro de 2014: 7-18.

[328] *Navegações* [Porto Alegre, PUCRS], v. 1, n. 1, 2008: 26-34.

[329] Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Gilda Santos, Ida Alves, Madalena Vaz Pinto e Sheila Hue, org., *D. João VI e o Oitocentismo*, Rio de Janeiro, Contra Capa/Faperj, 2011: 65-78.

Séc. XIX[330] incompletamente numerados pela Biblioteca Nacional de Portugal. Neste rastreio, proponho 104 folhas, segundo esta ordem:

(1) títulos ou subtítulos referindo Portugal e Brasil ou a derivação 'luso-brasileira' – subsumindo também o Brasil na designação de 'Colónias', 'América do Sul';

(2) títulos cuja tipografia ou empresa explicitam essa relação 'luso--brasileira';

(3) títulos saídos em Portugal, mas dirigidos (3.1) à comunidade lusa no Brasil, (3. 2) à comunidade brasileira em Portugal, (3. 3) editados no Brasil, e dirigidos aos portugueses aí residentes;

(4) títulos dirigidos (4. 1) por portugueses na emigração, (4. 2) por brasileiros no exílio, (4. 3) que suscitem título-resposta, (4. 4) e por estrangeiros, nos seus países, atendendo ao tandem Portugal-Brasil;

(5) editados no Brasil, seja, propriamente brasileiros, mas veiculados em Portugal;

(6) outros, de interesse político e, sobretudo, literário, colaborados por brasileiros.

(1)

Annuncios rurais a favor da agricultura do reino e das colónias. Lisboa: na Régia Officina Typografica, 1802. – 20 cm.

Observador portuguez historico e político de Lisboa desde 27 de Novembro do anno de 1807, em que embarcou para o Brazil e Principe Regente Nosso Senhor e toda a Familia, por motivo de invasão dos francezes neste Reino, etc. / Benevenuto António Caetano Campos. – 27 Nov. 1807-15 Set. 1808. – Lisboa: na Impressão Regia, 1809. 20 cm. [2ª ed. 27 Nov. 1807-15 Set. 1808. Lisboa: na Impressão Regia, 1824. – 20 cm.]

A ilustração luso brazileira: jornal universal. – V. 1, n. 1 (5 Jan. 1856). – v. 3, n. 52 (31 Dez. 1859). – Lisboa: Typ. do Panorama, 1856-1859. – 37 cm.

[330] Coord. e org. de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998-2002. Transcrevendo destes dois volumes, vão as minúsculas em título, com outros pormenores de apresentação a que, em geral, me esquivo. O formato, em centímetros, indicia disparidades a pouco e pouco reduzidas.

O correio da Europa: revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as Provincias Ultramarinas e Brazil / red. Carlos José Caldeira, Luiz Fillipe Leite. – N. 1 (31 Maio 1857) – n. 18 (1 Fev. 1859). – Lisboa: Imprensa União Typographica, 1857-1859. – 54 cm.

Revista da instrucção publica para Portugal e Brazil / red. Antonio Feliciano de Castilho e Luiz Filippe Leite. – N. 1 (1 Jul. 1857) – n. 8 (1 Mar. 1858). – Lisboa: Imprensa União Typographica. 1857-1858. – 33 cm.

Revista contemporanea de Portugal e Brazil. A. 1, v. 1 (1 Abr. 1859) – a. 5, v. 5 (Abr. 1864). – Lisboa: Typ. do Futuro, 1859-1864. – – 24 cm.

Diário mercantil: político litterario industrial e agrícola de Portugal e Brazil / prop. e red. J. L. S. de Carvalho, A. L. S. de Carvalho, [1860]- -1872. – 63 cm. Descrição baseada em: a. 4, n. 1142 (5 Nov. 1863). – – Continua: *O Amigo do Povo.*

Archivo commercial: revista económica, estatística, litteraria e commercial dedicada à classe mercantil de Portugal e Brazil. – A. 1, n. 1 (5 Mar. 1864) – a. 1, n. 39 (12 Dez. 1864). – Lisboa: Typ. de A. M. Pereira, 1864. – 33 cm.

Echo de Portugal: noticiario para o Brazil / propr. e red. Lopes Cardoso, A. da Silva Ribeiro e F. F. da Silva Vieira. – N. 1 (28 Abr. 1866) – n. 3 (28 Maio 1866). – Lisboa: Typographia do Futuro, 1866. – – 58 cm.

A América: órgão, ante os poderes públicos de Portugal, dos interesses portuguezes no Brazil e no Rio de Prata. – V. 1, n. 1 (Jan. 1868) – – v. 3, n. 9 (Set. 1871). – Lisboa: Typ. Universal, 1868-1871. – 31 cm. Mensal.

O Brasil / red. António de Castilho. – A. 1, n. 1 (25 Ago. 1871) – a. 6, n. 204 (15 Out. 1877). – Lisboa: Typ. Souza e Filho, 1871-1877. – 53 cm. Quatro vezes por mês.

Revista de Portugal e Brazil / dir. Luciano Cordeiro, Rodrigo Affonso Pequito. V. 1, n. 1 (Out. 1873). V. 2, n. 12 (Set. 1874). Lisboa: Imprensa de J. G. Sousa Neves, 1873-1874. – 29 cm.

Os dois mundos: ilustração para Portugal e Brazil / prop. e dir. Salomão Saragga. – V. 1, n. 1 (31 Ago. 1877) – V. 3, n. 36 (Abr. 1881). – Lisboa: S. Saragga,1877-1881. – 40 cm. [Também editado em Paris.]

Monitor dos interesses económicos: jornal especial dos bancos, companhias e bolsas de Portugal e do Brazil / adm. J. Lampreia. A. 1, n. 1 (2 Jan. 1877) – a. 1, n. 18 (30 Abr. 1877). – Lisboa: Typ. Universal de Thomas Quintino Antunes,1877. – 31 cm.

Eclasiasterium: jornal literário luso-brasileiro. – S. 1, n. 1 (Ago. 1878) – n. 12 (Jul. 1879). – Lisboa: Typ. Universal de Thomas Quintino Antunes, 1878-1879. – 34 cm.

Guia annunciador do viajante luso-brasileiro: indicador official dos caminhos de ferro e da navegação / propr. Empreza do Guia Annunciador. – Lisboa: Typ. Franco-Portugueza, [1878?]-1888. – 22 cm. Descrição baseada em: a. 10, n. 37 (3. trim. 1888)

Notícias de Portugal: folha destinada ao imperio do Brasil / propr. Candido H. Sarsfield e João de Mendonça. – A. 1, n. 1 (28 Ago. 1878). – Lisboa: C. H. Sarsfiel, 1878. – 49 cm.

Echo de Portugal e Brazil: jornal noticioso, industrial, commercial e agricola / red. Eduardo Guimarães. – A. 1, n. 1 (1 Jan. 1879) – n. 74 (29 Mar. 1879). – Lisboa: Typ. Lisbonense, 1879. – 51 cm.

O provinciano: folha semanal destinada às províncias do Continente de Portugal, Ilhas, Ultramar e Brazil. – Lisboa: Typographia Popular. [1879?] – 1880. – 54 cm. Semanal. – Descrição baseada em: Jan. 1880.

O mundo ilustrado: revista de Portugal e Brazil / propr. José de Lemos e Ca. – A. 1, n. 1. – [Lisboa]: J. L., [1880-]. – 31 cm.

Bibliotheca do povo e das escolas: propaganda de instrucção para portuguezes e brazileiros. – N. 1 (1881) – n. 233 (1912). – Lisboa: David Corazzi, 1881-1912. – 16 cm. – 5.ª ed. retocada e adornada com retratos. – S. 1, n. 1 (1891). – Lisboa: Companhia Nacional, 1891. – 16 cm.

O figaro: diário portuguez e brazileiro / dir. Augusto Loureiro. – – A. 1, n. 1 (28 Dez. 1881) – a. 3, n. 743 (20 Jun. 1884). – Lisboa: Typ. Verde, 1881-1884. – 45 cm. Diário. – Continuado por: *Bandeira*

Portuguesa.

O noticiarista: revista especial para Portugal e Brazil – Ponta Delgada: Typ. Recreativa, [1881]. – 32 cm. Descrição baseada em: a. 1, n. 4 (30 Abr. 1881).

Correio do Brazil / propr. e red. Oliveira Lima. – Lisboa: Typographia Castro Irmão, [1882]-1885. – 29 cm.

Album poético e charadístico contendo variadíssimas poesias, pensamentos, charadas, enigmas e logogriphos, de distinctos escriptores portuguezes e brazileiros e um pequeno prólogo... – Funchal: Typ. Popular, 1883. – 16 cm.

O importador de Portugal e do Brazil: jornal mensal do commercio estrangeiro / propr. Henriques, Sons. – N. 1 (15 Jan. 1883). – Lisboa: H. S., 1883. – 31 cm. Mensal.

Bandeira portugueza: diário dedicado aos interesses de Portugal, África e da nossa colónia do Brazil / propr. e dir. Brito Monteiro. – – A. 1, n. 1 (3 Jul. 1884) – a. 7, n. 441 (15 Jun. 1890). – Lisboa: B. Monteiro, 1884-1890. – 53 cm. Diário.

O domingo catholico: publicação mensal da Obra da Sanctificação do Domingo em Portugal e no Brazil. – A. 1, n. 1 (Fev. 1885) – a. 15, n. 12 (Dez. 1899). – Funchal: Typ. da Papelaria Progresso, 1885-1899. – – 22 cm. Mensal. – Os n.^{os} 1 a 6, em Lisboa.

A ilustração de Portugal e Brazil: semanário scientifico, literário e artístico. – A. 1, n. 1 (3 Jan. 1885) – a. 1, n. 13 (28 Mar. 1885). – – Lisboa: Romão Molinas, 1885. – 34 cm. Semanal. – Continua: *Ilustração Ibérica.*

O industrial portuguez: revista mensal ilustrada para Portugal e Brazil / propr. e dir. Carlos A. dos Santos Affonso e Augusto C. C. Moraes. – A. 1, n. 1 (4 Jan. 1885) – a. 1, n. 2 (1 Fev. 1885). – Porto: Typ. Occidental, 1885. – 31 cm. Mensal.

Bibliotheca dos pobres: leitura instrutiva dedicada à classe trabalhadora de Portugal e Brazil. – N. 1 (Maio 1886) – n. 2 (Jun. 1887). – – Lisboa: Lucas e Filhos Editores, 1886-1887. – 16 cm.

Correio do Brazil: suplemento da *Gazeta de Portugal* / dir. Hygino Mendonça. – A. 1, n. 1 (24 Nov. 1888) – n. 18 (27 Mar. 1889). – Lis-

boa: [s.n.], 1888-1889. – 49 cm. Publicado no dia seguinte ao da chegada dos paquetes do Brasil.

Internacional: jornal ibero, latino e americano / dir. lit. Alphonse Erchiane. – Lisboa: J. A. Carvalho Bastos, [1889]-1900. – 46 cm. Descrição baseada em: a. 2, n. 4 (11 Nov. 1900).

O annunciador commercial: jornal gratis dedicado ao commercio importador e exportador em Portugal, colónias e Brasil / propr. Costa Pereira. – A. 1, n. 1 (2 Mar. 1890). – Lisboa: C. P. C., 1890. – 45 cm. Quinzenal.

O mundo musical: jornal das damas portuguezas e brazileiras / dir. lit. Júlio Bettamio d'Almeida. – A. 1, n. 1 (15 Jun. 1893) – a. 2, n. 24 (17 Jun. 1894) – Lisboa: Garcia de Lima, 1893 – 1894. – 30 cm. Semanal.

O mensageiro portuguez: folha semanal destinada a Portugal e América do Sul / dir. Sousa Freitas – A. 1, n. 1 (6 Jan. 1894) – a. 1, n. 19 (8 Ago. 1894). Porto: S. Freitas, 1894. 47 cm. Semanal.

Jornal do Brazil / propr. Mendes e Companhia; dir. Jayme Victor e visconde de S. Boaventura – A. 1, n. 1 (27 de Dez. 1897) – a. 1, n. 6 (9 Mar. 1898) – Lisboa: [s.n.], 1897-1898 – 43 cm. Quinzenal.

Horas dominicaes: leitura christã para portuguezes e brasileiros. – – N. 1 (Mar. 1898). – Lisboa: [s.n.], 1898. – 29 cm.

Portugal e Brazil / ed. resp. Luiz Augusto de Amorim. – A. 1, n. 1 (15 Nov. 1898) – a. 1, n. 4 (5 Jun. 1899). – Lisboa: L. A. Amorim. – – 57 cm.

Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada / dir. Augusto de Castilho, Jayme Victor, Lorjó Tavares. – A. 1, n. 1 (1 Fev. 1899) – n. 374 (16 Ago. 1914). – Lisboa: [s.n.], 1899-1914. – 34 cm. Quinzenal.

O século: edição semanal do jornal *O século para o Brazil e para as colonias*. – A 1, n. 1 (10 Abr. 1899) – a. 11, n. 549 (27 Dez. 1909). Lisboa: Augusto Peixote, 1899-1909. – 57 cm. Semanal.

Mau grado a presença, não jornalística, do *Guia annunciador do viajante luso-brasileiro*, *Album poetico…* e *Bibliotheca do povo e das escolas* [editou 237 volumes], temos 41 títulos fundamentais, alguns bem monografados. É o caso d'*A illustração luso-brazileira* (impor-

tante para Casimiro de Abreu), que estreia, em 1856, a grafia dos afectos, ao dizer-se 'luso-brasileira'; da *Revista da instrucção publica para Portugal e Brazil*, apoiando Castilho na sua cruzada, também no Brasil, por uma nova ortografia; da excelente *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, com Gonçalves Dias, Machado de Assis e, por Inocêncio Francisco da Silva, notícia da edição portuguesa d'*A Confederação dos Tamoios*, em "Domingos José Gonçalves de Magalhães. (Esboço biographico)", n.º 30, Março de 1865: 285-301; de *Brasil-Portugal*, já *online*. *A América* cura regularmente "Da emigração" transatlântica, na pena de Mendes Leal, que assina "Congratulação Fraterna (Á Nação Brasileira)", números 2 e 3, 1869.

(2)

O contemporaneo: livros, palcos, quadros, salas / red. Gervásio Lobato ... [*et al.*]. – A. 1, n. 1 (Dez. 1874) – a. 12, n. 155 (1886). – – Lisboa: Typ. do jornal *O Brasil*, 1874-1886. – 31 cm.

Boletim do Banco Popular Independência. – N. 1 (Jan. 1875) – n. 3 (Ago. 1875). – Lisboa: Typographia do jornal *O Brasil*, 1875. – 24 cm.

Revista da América. – Lisboa: Typ. do jornal *O Brasil*, [1876]. 46 cm. Descrição baseada em: a. 1, n. 3 (13 Abr. 1876).

Correio da Europa / dir. Pedro Corrêa. – Ed. do *Brasil*. – Lisboa: [s. n., 1878]-1922. – 58 cm. Descrição baseada em: a. 2, n. 11 (24 Maio 1881).

A pérola: um jornal do erotismo / trad. Maria Emília Ferros Moura. – – N. 1 (Jul. 1879) – n. 18 (Dez. 1880). – Lisboa: Livros do Brasil, 1879-1880. – 21 cm. Mensal. Tít. Orig.: *The Pearl.*

À volta do mundo: jornal de viagens e de assumptos geographicos / / dir. A. de Sousa Pinto; dir. lit. Theophilo Braga e Abilio Eduardo da Costa Lobo. – V. 1, n. 1 (1880) – v. 3 (1883). – Lisboa: Emp. Litteraria Luso-Brazileira, 1880-1883. – 32 cm.

O raio: folha ilustrada / adm. A. de Sousa Pinto. – N. 1 (31 Ago. 1882) – n. 49 (21 Dez. 1882); nova série, n. 1 (25 Out. 1884) – nova série, n. 2 (1 Nov. 1884). – Lisboa: Typographia da Empreza Litteraria

Luso-Brasileira, 1882-1884. – 44 cm. Às terças, quintas e sábados. – – Continuado por: *O Globo Ilustrado*.

Centenário do Bom Jesus / prop. Francisco Pastor; dir. Julio de Menezes. – 1 Jun. 1784/1 Jun. 1884. – Lisboa: Typographia da Empreza Litteraria Luso-Brasileira, 1884. – 37 cm.

A granja: revista mensal de agricultura / red. e colab. pelos alumnos do quarto anno do Curso de Agronomia. – N. 1 (1 Dez. 1886) – n. 4 (31 Mar. 1887). – Lisboa: Typ. Luso-Brasileira, 1886-1887. – 32 cm. Mensal.

A illustração popular / propr. Humberto S. Pinto. – A. 1, n. 1 (1 Jul. 1884) – a.1, n. 26 (25 Dez. 1884). – Lisboa: Typ. da Empreza Litteraria Luso-Brasileira, 1884. – 32 cm. Às quintas-feiras.

A illustração universal: revista dos principaes acontecimentos de Portugal e do estrangeiro / dir. A. de Souza Pinto; dir. lit. Abílio Lobo e A. de Amorim Pessoa. – A. 1, n. 1 (9 Fev. 1884) – a. 2, n. 9 (7 Mar. 1885). – Lisboa: Empreza Litteraria Luso-Brasileira, 1884-1885. – 40 cm.

O livre pensamento / red. *O Povo.* – A. 1, n. Programa (13 Abr. 1886) – n. 2 (9 Maio 1886) – Lisboa: Typ. Luso-Brasileira, 1886. 46 cm. Semanal

O mandarim / Beldemónio. – N. 1 (1883) – n. 2 (1883). – Lisboa: Emp Litterária Luso-Brasileira, 1883. – 15 cm.

O mundo legal e judiciário: revista quinzenal / dir. Alfredo Ansur. – – A. 1, n. 1 (10 Out. 1886) – a. 23, n. 72 (31 Mar. 1915). – Lisboa: Typ. Luso-Brazileira, 1886 -1915. – 27 cm. Nos dias 10 e 25 de cada mês.

A arte: revista quinzenal artistico litteraria / dir. Albano Alves. – A. 1, n. 1 (1 Nov. 1895) – a. 1, n. 2 (16 Nov. 1895). – Porto: Livraria Luzo-Brasileira, 1895. – 23 cm. Quinzenal.

Além de empresas ou tipografias luso-brasileiras, relevemos o excelente trabalho gráfico d'*O Brasil*, para lá do sexénio de vida do jornal. Neste universo da letra de forma, que relações entrevemos no comércio entre os dois países, a partir de informações que deverão passar, ainda, por documentos legais e livros de contas?

(3)

(3. 1)

Notícias de Portugal: folha dedicada aos portugueses residentes no Brazil. – Lisboa: Companhia Typographica, [1888]. – 50 cm. Descrição baseada em: a. 1, n. 2 (4 Jan. 1888).

(3. 2)

Telescopio brasiliense nos Açores, ou o brasileiro emigrado. – N. 1 (1831). – Porto: na Typ. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1831. 20 cm.

O brasileiro em Lisboa. – N. 1 (12 Out. 1837) – n. 10 (11 Dez. 1837). – Lisboa: na Impressão de Galhardo e Irmão, 1837. – 38 cm. Semanal.

Portugal e Brazil: orgão da colónia brazileira em Portugal / dir. Heitor de Macedo. N. Programa (1895) – n. 3 (Jul. 1895). – Lisboa: [s. n.], 1895. – 50 cm.

(3. 3)

O progresso: órgão do commercio, lavoura, sciencias, artes e da colonia portugueza / propr. Cabral Pinheiro. – Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita, [1879]-1880. – 54 cm. Descrição baseada em: a. 2, n. 48 (5 Ago. 1880).

Revista do retiro literário portuguez. – Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Andrade Silva, [1882?]-1884. – 29 cm.

O lusitano: órgão dos interesses portuguezes no Brazil / propr. Fonseca Moreira. – N. 1 (20 Maio 1883). – Rio de Janeiro: Typographia Hamburgueza do Lobão, 1883. 37 cm.

O relâmpago: órgão da Agencia Commercial Portugueza, de Lourenço Marques d'Almeida. Rio de Janeiro: A. C. L. M. A., [1887]-1888. 51 cm. Descrição baseada em: a. 2, n. 13 (Ago. 1888).

A união portugueza / Armando Fulvio, ed. lit. – Rio Grande do Sul: Typographia da "União Portugueza", 11 Mar. 1894. Na Biblioteca Rio-Grandense, exemplar de 24 Jun. 1894[331].

Boletim do Centro Republicano Portuguez no Pará. – Pará. – N. 1 (31. Jan. 1895).

A república portugueza. – Rio de Janeiro. – A. 1, n. 1 (1 Jun. 1895) – n. 13 (24 Ago. 1895). – Rio de Janeiro: [s. n.], 1895. – 53 cm. Órgão do Centro Republicano Português.

Primeira pedra: homenagem ao Real Centro Portuguez de Santos. – – 15 Maio 1898. – Santos: Typ. da Tribuna do Povo, 1898. – 33 cm.

Pro Patria: número único comemorativo do 4. Centenário do Descobrimento de Caminho Marítimo da India. Rio Grande, 20 Mai. 1898. – 35 cm.

Echo lusitano: publicação semanal em favor dos interesses portuguezes no Brazil. – Petrópolis. – A. 1, n.º 2 (10 Jul. 1898).

As pátrias, por interposta Imprensa periódica, são um desafio aliciante em era de hiperidentidades. O transporte ideológico será, no séc. XX, mais presente, e, desde logo, o conflito monárquico-republicano, lados que estendem o combate a outros Brasis. Em Manaus, por exemplo, haverá um Centro Republicano Português, que edita *Republica Portugueza* (15 Mar. 1919). O Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro acrescenta seis títulos (propriedade sua), além dos colaborados por Rafael Bordalo Pinheiro[332].

[331] Além deste, ver outros dedicados à comunidade de origem lusa do Rio Grande – – *O Lusitano* (15 Abr, 9 Set. 1878), *Echo Lusitano* (1.º Dez. 1883), *Pro Patria* (20 Mai. 1898) e *A Gazeta Portugueza* (17 Dez. 1903, 14 Jan., 11 e 18 Fev. 1904) –, em Francisco das Neves Alves, *A Imprensa da Colônia Portuguesa no Sul do Brasil: Fragmentos Identitários*, Lisboa / Rio Grande, CLEPUL, 2016.

[332] *Cf.* Eduardo da Cruz, "A hemeroteca oitocentista do Real Gabinete de Leitura", em Eduardo da Cruz, org., *No Giro do Mundo. Os Periódicos do Real Gabinete Português de Leitura no Século XIX*, vol. I, Rio de Janeiro, RGPL, 2014: 9. Fora destes, e só no Rio de Janeiro, aquele pesquisador inventaria uma quarentena de títulos que interessam às comunidades portuguesas. Trabalha mais fundamente alguns, caso de *Portugal Moderno* (1899-1913).

(4)

(4. 1)

Os dois mundos: ilustração para Portugal e Brazil / propr. Salomon Saragga. – V. 1, n. 1 (31 Ago. 1877) – v. 3, n. 36 (Abr. 1881). – Paris: S. Saragga, 1877-1881. – 40 cm.

O Portugal: defensor dos interesses portuguezes na América do Sul / red. A. Dias de Carvalho. – Montevideo: [s. n., 1881]. – 47 cm.

A ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil / dir. Mariano Pina. – A. 1, v. 1, n. 1 (5 Maio 1884) – n. 184 (1 Jan. 1892). – Paris: [s.n.], 1884 – 1892. – 39 cm. Quinzenal.

A revista: ilustração luso-brasileira / dir. lit. José Barbosa; dir. art. Jorge Colaço. – A. 1, n. 1 (5 Jun. 1893) – n. 6 (5 Out. 1893). Paris: Imp. de P. Movillot, 1893. – 38 cm.

(4. 2)

Correio braziliense ou armazem literario / [Hipólito José da Costa]. – V. 1, n. 1 (Jun. 1808) – v. 29, n. 175 (Dez. 1822). – Londres: Impresso por W. Lewis, 1808-1822. – 22 cm.

(4. 3)

Reflexões sobre o "Correio braziliense" / [Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão]. – N. 1 (1809) – n. 18 – Lisboa: na Impressão Regia, 1809-[181-]. – 20 cm.

Apologia do periódico que tem por título, reflexões sobre o "Correio brasiliense". – N. 1, n. 2 (1810). – Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810. – 22 cm.

Exame dos artigos históricos e políticos que se contem na collecção periódica intitulada "Correio braziliense ou Armazem litterario" no que pertence somente ao Reino de Portugal / [red. José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda]. – V. 1, carta 1 (1810) – carta 14 (1811). – Lisboa: na Impressão Regia, 1810-1811. – 20 cm.

(4. 4)

A correspondência de França: jornal luso-brasileiro / Léon Pigeomeau. – A. 1, n. 1 (19 Dez. 1875). – Paris: Imprensa de Rouge, Dunon et Fresné, 1875. – 65 cm.

A correspondência de Roma: periódico portuguez destinado a promover os interesses catholicos em Portugal e no Brazil. – A. A, n. 1 (20 Abr. 1878). – Roma: Tip. Del Fratelli Monaldi, 1878. – 34 cm.

Afora o *Correio brasiliense*, relevem-se *Os dois mundos* e *A ilustração*. Para esta, ver Elza Miné, "Mariano Pina, a *Gazeta de Notícias* e a *Ilustraçã*o: histórias de bastidores contadas por seu espólio", *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, 7 (2), 1992: 23-61 [ainda, *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*, cit.: 160-166]. Na mesma revista, p. 149-185, temos "O jornalismo literário luso-brasileiro de fim de século. Inventário do espólio dos irmãos Mariano e Augusto Pina", apresentação de Ana Maria Almeida Martins, inventário de Júlia Ordorica, que nos interessa.

(5)

Gazeta do Rio de Janeiro / [red. Tibúrcio José da Rocha]. – N. 1 (10 Set. 1808) – (31 Dez. 1822). – Rio de Janeiro: na Impressão Regia, 1808-1822. – 23 cm. Continuado por: *Diário do Governo Brasileiro*.

Idade d'ouro do Brazil. – N. 1 (1 Jan. 1811) – n. 12 (11 Fev. 1823). – Bahia: na Typ. De Manoel António da Silva Serva, 1811--1823. – 29 cm.

O patriota: jornal litterário, político, mercantil do Rio de Janeiro. – – N. 1 (Jul. 1813) – n. 4 (Jul. / Ago. 1814). – Rio de Janeiro: na Impressão Regia, 1813-1814. – 23 cm.

Ephemerides náuticas, ou diário astronómico para o ano de… / / Joaquim Ignacio Moreira Dias. – 1819 – Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1818. – 21 cm.

O amigo do Rei e da Nação. – Rio de Janeiro: na Typ. Real, [1821]. – 20 cm. Descrição baseada em: 1821.

O conciliador do Reino Unido. – N. 1 (Mar. 1821) – n. 4 (Mar. 1821). – Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1821. – 20 cm. Continuado por: *Sebatina familiar*.

Diário constitucional. – Bahia: Typ. da Viuva Serva, e Carvalho, [1821?]. – 30 cm. Diário. – Descrição baseada em: n. 28 (6 Set. 1821); n. 34 (14 Set. 1821).

O espelho. – N. 1 (1 Out. 1821) – n. 96 (18 Out. 1822). – Rio de Janeiro: na Imprensa Nacional, 1821-1822. – 31 cm.

Gazeta do Pará: papeis relativos aos acontecimentos do Pará. – N. 1 (Jan. 1821). – Pará: na Typographia Rollandiana, 1821. – 29 cm.

Semanário cívico / [Joaquim José da Silva Maia]. – N. 1 (1 Mar. 1821) – n. 57 (1923). Bahia: na Typographia da Viuva Serva e Carvalho, 1821-1823. – 29 cm.

Folha medicinal do Maranhão. – N. 1 (Mar. 1822) – n. 10 (Maio 1822). – Maranhão: na Typ. Nacional, 1822. – 21 cm. Semanal.

Jornal do commercio. – Rio de Janeiro: Typ. de J. Lilleneuve e O., [1822?]-1890. – 75 cm. Descrição baseada em: a. 68, n. 231 (19 Ago. 1890).

Jornal do commercio / propr. Antônio Candido da Silva Job e Companhia. – Porto Alegre: A. C. S. J. C., [1864?]-1882. – 65 cm. Descrição baseada em: a. 18, n. 108 (8 Maio 1882).

Revista ilustrada / pub. Angelo Agostini. Rio de Janeiro: Angelo Agostini, [1875?]-1893. – 38 cm. Descrição baseada em: a. 5, n. 211 (10 Jun. 1880).

A luta: periódico litterario artístico. – A. 1, n. 1 (12 Maio 1883) – – Bahia: Typ. de França Guerra, 1883. – 23 cm.

Cidade do Rio / José do Patrocinio. – Rio de Janeiro: J. P., [1885?] – – 1893. – 64 cm. Descrição baseada em: a. 9, n. 260 (23 Set. 1893).

A ordem: órgão político, litterario e noticioso / prop. e red. Manoel Florentino C. da Cunha. Parahyba: M. F. C. da Cunha, [1894]-1895. – – 46 cm. Descrição baseada em: a. 2, n. 89 (13 Jun 1895).

Não são muitos os títulos brasileiros existentes na Biblioteca Nacional de Portugal. Na Academia das Ciências, acha-se o n.º 90, 17-X-

-1827, do *Diário Fluminense*. Descontado este, há exemplares entre 1808 e 1822; reaparecem outros após 1880.

(6)

A matéria relativa à presença da Corte de D. Maria I e D. João VI no Rio de Janeiro está na centena de títulos carreados em *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)*, e acima resumida. Se é certo que os principais órgãos do Liberalismo exigem consulta, outros passam despercebidos: como lembrarmo-nos do *Jornal de Coimbra* (Lisboa, 1812-1820, 16 vols.), co-fundado pelo brasileiro Ângelo Ferreira Dinis? Se Gonçalves Dias ou Machado de Assis têm uma recepção já estudada, nem este, contudo, tem o aplauso que, na Imprensa carioca, granjearam Guilherme de Azevedo, Eça, Ramalho Ortigão ou Fialho de Almeida. Olhando o índice onomástico deste volume, podemos somar lugares colaborados por outros brasileiros: Casimiro de Abreu, Alencar, Álvares de Azevedo, José Bonifácio, Cláudio Manuel da Costa, Junqueira Freire, José Basílio da Gama, Gonçalves de Magalhães, Gregório de Matos, António de Moraes Silva, Joaquim Nabuco, Coelho Netto, Cláudio José Nunes, Alvarenga Peixoto, Eduardo Prado, etc. Subsistem enigmas e saem-nos surpresas. É o caso de várias "Digressões d'um brasileiro pelo concelho de Santo Thyrso", n'*O Nacional* do Porto, em 1859, que talvez merecessem reunião.

11. Literatura nas folhas periódicas

Em 17 de Novembro de 1836, no consulado setembrista, o "Estado da imprensa em Portugal" merecia d'*O Mercurio Lisbonense*[333] esta síntese:

[333] Lisboa, 15-XI/22-XII-1836, n.º 16, 4 páginas, 2 colunas, 40 rs., às terças, quintas e sábados.

Parece inacreditavel que em um Paiz Liberal, e quando varias agitações politicas abalam o edificio publico, se encontre tão limitado o numero dos Periodicos: Hoje apenas se contam os seguintes. = Na Capital, O *Diario do Governo*, que não passa de ser um boletim de leis, [...]. – O *Nacional*, folha mui popularisada, e que defende o Ministerio. – *O Toureiro*, que já por seu estillo como barateza, é mui procurado, e tambem porque sustenta o Ministerio. A *Luneta* tem a mesma côr dos antecedentes, mas não voga muito. – O *Industrial Civilisador* é uma folha mensal que defende os mesmos principios, mas não mui procurada. – – A *Tuba da Verdade*, não faz por agora vulto algum. – O *Bellem* occupam-se por agora dos successos da Novembrisada. – O *Periodico dos Pobres* não deixa de ser util, e é o que tem mais extracção. – O *Ecco*, e o *Cometa* defendem os vencidos Miguelistas, e por elles são mui prezados. – *O Profeta* é uma pequena folha da mesma côr politica. – A *Folha do Commercio* preenche bem o seu titulo. – A *Annona*, o *Recreio*, o *Correio das Damas*, a *Bibliotheca Familiar*, e o *Journal de variedades*, são proprios a deleitar. O *Semanario Harmonico*, dizem ser bem escripto, mas como não somos muzicos deixamos de emittir juizo algum. – A *Abelha* é uma folha escripta em francez, e só recreativa. – O *Lisbon Mail*, é escripto em Inglez, e traja as côres da opposição. – – O *Jornal farmaceutico* [= *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, 1836-1837], dizem preencher o seu titulo. – *O Provinciano* é uma folha Ministerial. – O *Mercurio Lisbonense*, é este que escrevemos, e aonde os Leitores encontrarão humildade no estilo, mas verdadeiro Liberalismo nas idéas. = *Nas Provincias*. A *Vedeta* [= *A Vedeta da Liberdade*, 1-V1835/31-XII-1839, n.º 296] é escripta no Porto, e defende o Ministerio. – O *Artilheiro* e o [*Periodico do*] *Pobre* tambem são d'aquella Cidade, e até ao dia 4 de Novembro pertenciam á opposição. – O *Noticiador Commercial* da mesma cidade, é util no seu genero.

Recapitulando temos. – Folhas Politicas 17 – Commerciaes 2 – – De Arte 1 – De Recreio 7. Todas 27. = Não incluimos as que se redigem nas posseções Ultramarinas de que apenas conhecemos 3.

– Á vista deste quadro ningem [*sic*, como nas vírgulas...] deixará de sentir, que no Algarve, Elvas, e muito mais em Coimbra,

> não hajam [*sic*] folhas Periodicas para illustração dos Povos. Isto bem demonstra o nosso atrazo no ramo civilisação.

Diríamos que, a avaliar por tanto título em país de pobres e analfabetos, até estávamos adiantados... A criatividade nacional também não era poderosa, tal o frenesi de aventureiros, bebendo quase exclusivamente em folhas estrangeiras (assim o trissemanário *O Trovão*, Lisboa, 3-VI/28-VII-1836, n.º 16). Ainda em Novembro, aquele trissemanário, que recusa o apodo de miguelista, fala da morte d'*O Profeta*, ao segundo número (às quartas e sextas, o n.º 1 é de 9-XI-1836), mas lembra *O Açoriano Oriental* (18-IV-1835, sobrevivo[334]), *O Raio* e *O Dragão*, anunciando um bissemanário lisboeta oposicionista, *A Lanterna [Magica]: Boletim do Mundo Fantastico* (22-XI/10-XII-1836). Dezembro traz *O Correio* e o *Hercules Lusitano* (Lisboa, bissemanários da oposição), bem como o *Jornal Encyclopedico*, mensal, e *Tribunal da Razão* [não se confirma em *Jornais e Revistas*...]. Para Janeiro, espera-se o *Novo Correspondente* [2/24-I-1837, n.º 5]. Trinta e cinco títulos no dealbar de 1837, em que recrudescem as paixões partidárias[335]: aquele *Mercurio Lisbonense*, por menos que diga, é retintamente anti-setembrista (Passos Manuel mudou, infectado pelo «ar das camarilhas», n.º8, 1-XII-1836: 30) e repetidamente antigarrettiano: «Assegura-se que vamos ficar sem Theatro Portuguez na Capital, porque em virtude da nomeação do Sr.

[334] Quanto ao seu historial, e fundador, Manuel António de Vasconcelos, ver *Diário de Notícias* – Cultura, 4-IV-1996: 1-4.

[335] Há outro balanço, insuficiente e sem itálicos, do "Novo ano periodical" n'*O Barbeiro* (Lisboa, 10-I-1837/8-II-1846), n.º 4, 20-I-1837: «Diario do Governo, Mendigos de Lisboa, Nacional, Correio, [O] Popular, Toureiro, Provinciano [«Jornal Republicano: creatura do dia 9:»), Correspondente, Caricatura, O Luzo Liberal, Ecco, Gazeta de Portugal, O novo Hercules [inexistente em *Jornais e Revistas*..., que regista o de 1822], Dia de Juizo, Tuba da Verdade, Lei, Belém, Vedeta, Os Pobres, Portuense, Artilheiro.» No n.º 11, 14-II: 57, cita *O Correio*, que arrasa Garrett, e seus novos cargos, aqui acusado de abafar «uma menina filha da Sr.a... Se até agora o dito Sr. só era conhecido por impostor, por trovador, e periodiqueiro, de genio turbulento, hoje o consideramos um verdadeiro heroe, digno do Pantoeon de Bouças.» No n.º 16, 3-III-1837: 67 – com que termina a colecção da Biblioteca Nacional –, curiosa frase que romanceará Camilo: «Hoje qualquer João Fernandes sem descobrir Indias he Barão ou Visconde!!!»

Garret para Administrador dos Theatros, querem os Actores ir para o Brasil.» (n.º 7, 29-XI-1836: 27)

No "Jornalismo comparativo de Portugal e Hespanha" que a *Revista Universal* faz no n.º 3, 14-X-1841: 33-34, a conclusão é diametralmente oposta: atribuindo 52 periódicos, 31 dos quais políticos, aos castelhanos e um total de 36 aos portugueses, diz: «Ora como a população de Hespanha é 5 vezes maior que a de Portugal, segue-se que temos, proporcionalmente, quasi o quadruplo de Jornaes.»

A incompleta descrição geográfica dá:

> *Lisboa* – Diario do Governo, Nacional, Correio de Lisboa, Periodico dos Pobres, Portugal Velho, Constitucional, Dez Réis, Revolução de Setembro, Panorama, Archivo Popular, Mosaico, Recreio, Ramalhete, Muzeo Pitoresco, Universo Pitoresco, Abelha, Bibliotheca Familiar e recreativa, Jornal das Sciencias Medicas, Jornal da Sociedade Pharmaceutica, Annaes de Marinha, Gazeta dos Tribunaes, Archivo Theatral, Correio das Damas, Folha Commercial, Gratis, Revista Universal. *Porto* – Athleta, Periodico dos Pobres [no Porto], Revista Litteraria, Noticiador, Gratis. *Coimbra* – Antiquario Conimbricence, Chronica Litteraria. *Madeira* – O Defensor. *S. Miguel* – Monitor. *Angra* – Angrense.

Se, neste primeiro período de explosão jornalística, a investigação sobre o folhetim (êxito em França desde 1 de Julho de 1836) é desanimadora, alguns lampejos disparam, entretanto, neste quinquénio, como se verá.

O "Jornalismo scientifico, litterario e artistico no reinado da Senhora D. Maria II", seja, entre 1834-1853, é feito um quarto de século depois por José Silvestre Ribeiro[336]. Contamos títulos desses não-políticos, por certo excessivos. Em 1857, Andrade Ferreira é mais comedido no seu "Jornalismo litterario em Potugal [*sic*][337], a este atribuindo «o derramamento da instrucção popular».

[336] *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, tomo VII, Lisboa, 1878: 416-447.

[337] *Archivo Pittoresco*, tomo I, n.º 12, 1857: 93-96.

Foi «seu verdadeiro patriarca, nos intentos e influxos da redacção, o antigo *Panorama*», precedido pelo *Jornal dos Amigos das Lettras*, que, colaborado por Herculano e Castilho, teve um carácter «notavelmente philologico e archeologico». O *Archivo Popular* e *O Mosaico* são igualmente importantes.

Aquele deu instrução e diversão populares «por meio de escriptos amenos e faceis»; este «foi o prologo em que Rebello da Silva, Mendes Leal, Mendonça, Corvo, Casal Ribeiro e outros engenhos [...] balbuciaram as primeiras syllabas dos seus protestos de fé litteraria, [...]». Tais prenúncios confirmaram-se n'*A Época* e n'*O Farol*, caracterizando-se este, de Latino Coelho e António de Serpa, por «uma critica desapiedada, pungente, sem quartel nem perdão a tudo e a todos». Nem Garrett escapou.

Elogiada a *Revista Universal Lisbonense*, vem à *Illustração*, com Herculano e Garrett, entre outros, mas sem o relevo que se esperava da introdução da gravura, ainda atrasada entre nós. *A Semana*, entre ziguezagues editoriais, teve ao menos o mérito da estreia camiliana. Andrade Ferreira salienta, ainda, *O Instituto*, *O Ateneu*, a *Revista Popular* e *O Trovador*. «A *Illustração Luso-Brasileira* foi um ensaio mais industrial, que litterario, que nasceu para morrer.» Após longa hibernação, o jornalismo literário teria um novo capítulo com a *Revista Peninsular*[338], reforçado pelo *Jornal de Bellas-Artes*, pelos *Annaes das Sciencias e Lettras* e pelo *Archivo Pittoresco*[339].

O mesmo *Archivo Pittoresco* deu, em 1862, o "Jornalismo portuguez em 1861", reconhecendo que «Portugal não fica mui distante, n'este ponto, e na devida proporção, das nações mais cultas do mundo» (p. 351-352 [351]). Dos 131 jornais vindos a lume nas diferentes cidades e

[338] «Este jornal, consagrado a fraternisar a litteratura dos dois povos da Peninsula Iberica, e a estreitar os laços da sua historia pela poesia das tradições, e pelo sentimento commum das aspirações moraes e sociaes, é uma empreza vasta, que em cada anno que percorre consegue uma conquista e levanta um padrão, em que se vêem attestados os progressos de alliança intellectual d'estas duas nações, que a natureza mandou abraçar como irmãs.» (p. 95)

[339] O seu plano de redacção «é todo concebido com o intento de diffundir uma illustração amena e recreativa em todas as camadas da nossa sociedade».

vilas da monarquia, 74 eram políticos e 57 científicos, literários [cerca de um quarto], industriais e artísticos. Em 9-X-1863, na *Gazeta de Portugal*, Inocêncio retoma e alarga, com "Cartas Bibliographicas / Acerca da origem e introdução das gazetas em Portugal", matéria do tomo III do seu *Dicionário*.

11. 1. Jornais a consultar

Retornando, assim, a jornais de alguma expansão ou particular significado – nunca especificamente literários –, nomeados por força do redactor ou de articulados literários pertinentes, indico aqueles que, por justos motivos, requerem uma aproximação. Excluo os brasileiros, úteis para um levantamento de obras importantes (*A Relíquia*, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, 1877, etc.). Serviriam outros, que ignoro, ou que me dói não discriminar, pelo leve conhecimento que deles tenho. É o caso d'*O Conimbricense*, em que fui lendo esparsamente Joaquim Martins de Carvalho. Saltitei pelo *Diario Illustrado* (1872-1910), vasto e rico, e não só no folhetim, de Marcelino Mesquita e Beldemónio a Tomás Ribeiro e Trindade Coelho. Outros, sem pertinência, aqui, justificariam uma citação, em função de inesperados colaboradores: João de Lemos e António Pereira da Cunha são nomes do *Defensor do Catholicismo* / Periodico Religioso, Ecclesistastico, Litterario e Noticioso (Braga, 2-III / 29-VIII-1864, n.º 43); rasuro vários tão-só manuscritos[340]. Entretanto, na morosa pesquisa de centenas de títulos, elaborei três itens que podem ser necessários a futuros investigadores:

a) Publicações com folhetim;

b) Publicações com folhetim reunidas em miscelâneas;

c) Publicações sem folhetim.

[340] Há já estudos de conjunto, caso de Helena Cabeleira, *A Auto-Invenção Artística nos Jornais Manuscritos da Casa Pia de Lisboa (1893-1929)*, dissert., Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2007, alguns dos quais, no séc. XX, aproveita Gabriel Rui Silva para o também poeta *Eduardo Metzner. Vida e Obra de Um Sem-Abrigo*, s. l., Editora Licorne, 2014: 25 ss.

Dê-se amostra reunindo a e b. Excluem-se publicações, com folhetins, acima citadas e outras que chegarão a seu tempo. As centenas de títulos são mais do que elementos para a história dos meios impressos: mostram realidades diversas antes e depois da eclosão de uma Imprensa de massas, devida ao folhetim. Reduz-se a informação sobre cada título, por ordem cronológica:

Jornal dos Facultativos Militares (Lisboa, n.º 7, Julho de 1843).

O Grito Nacional (Coimbra, 19-V/24-XII-1846, n.º 133).

O Nacional / Jornal Litterario, Commercial e d'Annuncios (Porto, n.º 2, 26-V-1846/29-X-1870, a. 24, n.º 2469): nos anos 50, sob opinião de J. Luciano de Castro, temos cartas burlescas sobre a vida e a política nacional, poesia de Arnaldo Gama, "Snr.ª Abbadia", de Lopes de Mendonça (15-V-1851), Bibliophilo Joseph = Camilo Castelo Branco, Custódio José Vieira, Donnas Boto, Soares de Passos, etc. Em 1859, o folhetim-romance assenta em Emílio Souvestre, *A Escala de Mulheres* (trad. de Agostinho Albano; entre 3-I/10-II-1859), P. J. Conceição, *Três Mulheres* (15-II, etc.), *Uma Coroa de Rosas anónima* (trad. de Ferreira da Silva, 26, 27, 28-V), *A Bohemia Dourada*, de Ch. Hugo, traduzida pelo redactor Torres Mangas (15-VI), que oferece um demasiado curto 'romance', "Cigarro e charuto" (10-VI), e, a partir de 14-VII, *Guilhermina* / (Romance para as damas). Se comparecem poemas, domina o folhetim-crónica ("Corre a epocha para o folhetim: elle é o emblema do progresso, [...], 4-IV), nos "Quadros historicos" de José Victorino Pinto de Carvalho, na "Revista conimbricense" do Barão do Progresso, nas "Digressões d'um brasileiro pelo concelho de Santo Thyrso", em "Revista do Porto", "Chronica Portuense", "Apontamentos Ultramarinos", "Revista Semanal", "Chronica", de Torres Mangas. Surpreendem "Cartas Lisbonenses / Ensaios Criticos e Biographicos [de] Francisco A. da Silva Taborda", por Júlio César Machado (12-I) e nota sobre *Os Contemporâneos...* de Teixeira de Vasconcelos (28-II).

O Ecco Popular (Porto, 1847-1860): versos, epístolas, curtas revistas, e, mais longo, A. Dumas Filho, "Tres Homens Esforçados", desde 6-VIII-1850, entrando por 1851.

O Jornal do Povo (Porto, 29-IV-1848/29-VII-1854, n.º 909): "Redi-

gido gratuitamente por uma sociedade de cartistas", só em finais de 50 se solta para o género, cobrindo as respectivas modalidades. Entre romances inconclusos e autorias impossíveis ou problemáticas, relevem-se: "A Filha do Meu Compadre Fanqueiro / Memorias de um Pharmaceutico" (3-I-1850), sem continuidade; dois Léon Gozlan – "Os Segredos d'Um Cemiterio" (5-XI-1850/22-XI-1851) e "Historia de Cento e Trinta Mulheres" (20-VIII-1853), inconcluso –, G. Sand, "O Castello de Désertes" (4-XII-1851/17-VII-1853), conto de Hoffmann em quatro rodapés, "Salvador Rosa" (15-XI-1853), e Maria P. de S. [Peregrina de Sousa], com derradeiro título incompleto em fecho de colecção: "A Previdencia d'Alvaro e a Incuria de Seu Irmão" (20-VIII/4-X-1853), "Aristocracias Diversas ou o Genro Desejado" (15-XII-1853/28-II-1854), "Os Sobrinhos da Tia Brizida" (4-III), cujo seguimento, "Passados Quatro Annos" (3-VI), morre em 29-VII-1854. Algum folhetim-poema (26, 31-X, 19--XI) interessa mais pela crítica ou assinatura de Bingre (5, 17-XII-1850, 6-II-1851, aqui, de Camilo Castelo Branco, que também verseja sob o nome de Carolina da V. Castelo Branco, 7-I-1851; fora deste espaço, há Xavier de Novais: 31-I-1852). Na crónica, afora irregular "Meia hora de paxorra" [*sic*; 10, 29-X], salva-se o mesmo Camilo, cuja intervenção em nome próprio e divertido (Anastácio das Lombrigas [desde 6, 10 e 24--III-1849], Anacleto dos Coentros) está estudada para as seis partes da "Revista dos Dous Mundos"[341]. Assina, contudo, outras peças. Cabem também no formato polémico várias 'revistas' de J. C. Harcourt, cartas do Anão dos Assobios ao seu Amigo Rouxinol do Porto ou de um Alfacinha a seu Compadre Tripeiro, com protocolos epistolares seguidos à risca.

A Lei (Lisboa, 1-IX-1949/13-VIII-1853, n.º 1157): trissemanário, e diário a partir de 8-IX-1849, inaugura o folhetim com "Os Estudantes de Bolonha", tirado de *Os Mil e Um Fantasmas*, por A. Dumas (n.º 50, 2--XI / 13-XI-1849, n.º 59); A. Dumas Filho substitui, com "O Romance d'Uma Mulher" (n.º 69, 24-XI, até 28-V-1850, n.º 216). Sucede "A Guerra de Nizam", por Méry (n.º 218, 31-V). Além do redactor, Mendes

[341] Em vários lugares de António Cabral, Alexandre Cabral, Ernesto Rodrigues, Sónia Valente Rodrigues.

Leal, com vários folhetins-teatro, colaboram Afonso de Castro, João de Aboim, e, na crítica dramatúrgica, Luís de Vasconcelos, Licurgo [Latino Coelho], E. Biester, Júlio César Machado, mais relevante nas 'Paginas da ultima noute de vida' do 'romance contemporaneo' *Estêvão* (n.º 983, 8-I-1853, até ao n.º 1015, 18-II), entretanto saído em volume.

Ecco dos Operarios / Revista Social Artistica e Litteraria (Lisboa, 28-IV-1850 / Outubro de 1851, n.º 52).

Jornal dos Operarios (Porto, 1852).

O Portugal (Porto, 15-II-1851/2-V-1857, a. 7, n.º 1337): no primeiro ano, forte presença de Camilo, em particular, contra os políticos, e Lopes de Mendonça (23, 24-XII-1851).

A Ordem (Funchal, 5-I-1852/11-VIII-1860, n.º 195): entre muitos reproduzidos da Imprensa continental, relevo para Arnaldo Gama, *O Génio do Mal*, 2-IX-1854, n.º 140 ss[342].

O Conimbricense (Coimbra, 24-I-1854/1-VII-1908, a. 61, n.º 6231), com inúmeros pseudónimos, salientando, em 1864, Belfort Duarte, "A propósito das *Noutes de Lamego*" (17-VIII); metafolhetim de Emídio Navarro (19-XI)"; P., "A morte do poeta brazileiro – A. Gonçalves Dias" (27-XII); com reduzido interesse (para quem não se satisfaça com crónica política) em 1865, 1872, 1873, 1874.

O Clamor Publico (Funchal, 22-V-1854/9-XII-1857, vol. 4, n.º 166): com ou sem indicação explícita de Folhetim, e tipos diversos de filete, recupera um Braz Tizana, sem título (n.º 113, 14-VII-1853), e, já no n.º 104, 12-V-1856, "A Litteratura e a Sociedade em Portugal", por Lopes de Mendonça (extraído de mais longa série n'*A Revolução de Setembro*, desde 10-VI-1855).

O Ecco da Beira e Douro (Lamego, 18-XI-1854/20-X-1855, n.º 90): em 17-X-1855, quadras de Camilo Castelo Branco, "A Irmã da Caridade".

A Discussão (Funchal, 8-II-1855/28-VIII-1856, n.º 77): resultante

[342] Júlio César Machado, *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, 1880: 45: «Esse *Genio do mal* era um romance em quatro volumes, publicado em folhetins de um jornal de quatro pollegadas, o *Braz Tizana*. Levou a vida de uma geração a publicar-se.»

de cisão n'*O Clamor Publico*, reproduz Lopes de Mendonça, "*Da origem, e estabelecimento da Inquisição em Portugal* – tentativa historica por Alexandre Herculano – 1º e 2º volume" (n.º 48, 17-I-1856) e metafolhetiniza assaz sobre essa "chronica de NADA" (n.º 54, 28-II-1856; ausente de *Jornais e Revistas...*).

O Século (Lisboa, 1-IV/30-XII-1855, n.º 216): prolonga o folhetim com que estreia num domingo, "A Russia e a Europa. Historia da Guerra do Oriente", por Kauffmann, p. 1-2, mas redobra a oferta, na p. 3, com "Héva" / Romance indiano por Méry; aliás, em vários dias, oferece dois folhetins, já com poemas (J. Ramos Coelho, Bulhão Pato, Alexandre Braga, Camilo...), já simples 'Revista Artistica', ou a 'Revista' de Júlio César Machado (n.º 63, 20-VI; 68, 26-6). Segmenta "O Segredo do Capitão", por Emílio Souvestre, desde o n.º 70, 28-VI, e "O Filho Amaldiçoado", de Balzac, entre o n.º 164, de 21-X, e o n.º 214, de 28-XII-1855.

O Bracarense / Periodico Politico e Litterario (trissemanário, Braga, 12-VI-1855/ 15-IX-1862; a. 8, n.º 763, 2-I-1864/26-IX-1870, n.º 1897).

O Tribuno (diário, Coimbra, 30-I/6-VIII-1856, n.º 55): F. Soulié.

A Epocha (Coimbra, 26-VIII/24-XII-1856, n.º 35).

O Incentivo Fayalense / Jornal de Commercio, Industria e Agricultura; no n.º 10, 4-IV, passa a chamar-se *O Incentivo* / Jornal Noticiador, subtítulo que retira em 3-X, n.º 35).

O Conservador (Porto, n.º 5, 6-VII-1858/2-I-1860, n.º 77; redactor principal, Arnaldo Gama): na Secção Litteraria, substituindo Folhetim, "Seraphita", de Balzac.

A Reforma / Folha Politica e Litteraria (Funchal, 14-X-1858/5--I-1860, n.º 65): com ou sem indicação de "Folhetim", ou, no espaço deste, "Revista do Funchal", faz transcrições regulares da Imprensa do Continente, sobretudo, d'*A Revolução de Setembro*, com um Camilo maioritário e, no n.º 2, 21-X-1858, teorização sobre a *revista* enquanto género.

O Improviso / Semanal de Recreio, Noticias e Annuncios (Setúbal, 26-VI/25-XII-1859, n.º 26).

O Agapito (Lisboa, 23-XII-1859/22-VIII-1860, n.º 195), onde rele-

vam as cartas folhetinísticas de Francisco Teixeira Viegas e do visconde de XX.

A Epoca (Lisboa, 1-IX-1860/22-XI-1863).

Portugal Litterario / Semanario Recreativo (Lisboa, 4-I-1862/Dezembro de 1864, vol. IV, n.º 8), com "Ethel Van Dick", de Pierre Zaccone.

Scholastico Eborense / Periodico Litterario, Recreativo e Noticioso (Évora, 1-II-1862, n.º 11, integrando folhetim, até a. II, n.º 39, 20-XII-1862; colaboração de Lúcio de Azevedo; ausente de *Jornais e Revistas*...).

O Defensor do Trabalho (Lisboa, 1862/1865), com dois contos e o romance *Christina* (de 2-I a 13-II-1865), em que tia cega desta jovem órfã recupera a vista e liberta a sobrinha para casamento de amor.

Commercio de Lisboa / Folha Mercantil, Industrial Economica, Litteraria e Noticiosa (5-IV-1863/31-XII-1865). Só consultado entre 20-IX-1863 e 12-VIII-1865, redactor e administrador, Eduardo Tavares e J.[oão] Sanguinetti, subscrevem folhetins de crítica teatral, alternando com J. César Machado, Ricardo Guimarães, José Maria de Andrade Ferreira, um epistolar J. M. Pereira Rodrigues, Oliveira Martins, Costa Goodolfim, etc., onde entram não assinados, antes de o mesmo ser entregue ao mais regular Ernesto Marecos, ora cronístico e bibliográfico (até metafolhetinesco: 16-I-1864), ora em poema. Na ficção, além de Eduardo Evaristo Ferreira Viana ("Magdalena. Estud litterario", 18-I/9-II-1865), traduzem-se Alfred Menciaux ("Uma historia verdadeira", desde 18-XI-1863), Roger de Beauvoir ("A infanta", 23-XII-1863), George Sand ("As damas verdes", 28-X-1864/8-III-1865).

Revista das Colonias (Lisboa, 18-IX/15-XII-1863, n.º 26), com "Uma Historia Inverosimil", de Alphonse Karr.

Clamor do Povo (Braga, 4?-XI-1863; depois, *O Clamor do Povo*. Até 3-V-1865, n.º 84): Teófilo Braga, "O sonho da esmeralda".

O Seculo XIX (Penafiel, 2-III-1864/30-VIII-1865, n.º 157). Germano Vieira de Meireles é alma destas quatro páginas, onde assinam regularmente Antero, João de Deus, um Alberto Sampaio ficcionista, além de Alberto Teles e António de Azevedo Castelo Branco, entre al-

guns mais. Nota para A. Houssaye e tradução de Edgar Poe (10, 14, 21, 31-XII-1864).

A Instrucção Primaria / Publicação Semanal (Moita, n.º 3, 7-VII/ /4-VIII-1864, n.º 7).

Gazeta de Braga (bissemanário, 6-IX-1864/7-IV-1866, n.º 85).

Miscellanea Recreativa (Lisboa, Novembro de 1864/Fevereiro de 1866, a. 2, n.º 65).

O Povo (Coimbra, 1866).

O Consciencioso (Lisboa, 1-XII-1866/2-VIII-1868, n.º 49). Mutações de formato. Poesia de Ernesto Marecos. Proprietários, J. Pereira Forjaz, Romeira Pacheco Júnior.

A Independência Nacional (Lisboa, 6-II-1867/5-IV-1869, a. 2, n.º 10).

O Operario (Lisboa, 6-IV-1867), com *Um Voto*, de J. T. Gonçalves, vingança a partir de triângulo amoroso, e o conto-folhetim moralizador *A Ociosidade e o Trabalho* (de 20-IV a 22-VI), de Hypolito da Costa Andrade.

A Fusão / Jornal Politico Litterario e Commercial (Funchal, 25-I/6- -III-1868, n.º 7; substitui *O Correio do Funchal*).

Lusbel / Folha diabolica, infernal, critica, tragica, comica, burlesca, microscopica e inexhoravel (Ponta Delgada, n.º 7, 15-III-1868).

A Opinião Popular (Lisboa, 1-VIII/7-XI-1868, n.º 84): com seu 'Bulletin pour l'étranger' e farta atenção à vida parlamentar, releve-se a romanesca de Alfredo des Essarts, a 'revista da Semana' de Júlio César Machado e rodapés de Luciano Cordeiro ou Ramalho Ortigão – "Ex unguibus leo" –, entre outros.

Jornal Commercial (Lisboa, n.º 15, 14/21-IX-1868, n.º 17, em que insere dois folhetins; continua *A Sentinela do Progresso* (27-VII-1868), cujo n.º 14 é de 10-IX).

Gazeta do Povo (diário político, Lisboa, 14-X-1869/29-XII-1872, n.º 947): Pinheiro Chagas, Brito Aranha, Silva Pinto, Júlio César Machado (sobre Ramalho, 10-IV-1870; Machado de Assis, 11-VIII-1870; Silva Gaio, 18-VIII-1870...).

A Tribuna Popular (Lisboa, 1869?/12-V-1882, a. 12, n.º 16).

O Cidadão (Lisboa, 5-I-1870).

Annaes Tauromachicos / Jornal Exclusivamente Dedicado á Tauromachia (Lisboa, 27-III/9-VIII-1870, n.º 20): L. A. Palmeirim, Manuel Maria Rodrigues, J. César Machado, J. da S. Mendes Leal.

Atalaia / Folha Religiosa, Polemica, Litteraria e Noticiosa (Viseu, 1870?-13-IX-1876, a. 6, n.º 189).

A Independência (Angra do Heroísmo, 1871?-1876).

A Lampada (Funchal, 21-XI-1872/18-XII-1873, a. 2, n.º 50).

O Incentivo / Jornal do Gremio Litterario d'Angra do Heroismo (semanário, 11-III-1871, n.º 4).

O Diabo Coxo (Lisboa, 1872-1873, n.º 38).

Diario Illustrado (Lisboa, Junho de 1872-1970; suspenso entre 1910-1956): G. Torrezão, Pinheiro Chagas, Cristóvão de Sá, Gervásio Lobato, Paulo Midosi, Júlio César Machado, F. Guimarães Fonseca, entre os supracitados e outros ilustres.

A Madeira Liberal (Funchal, 24-VII/23-XI-1872, n.º 16; ausente de *Jornais e Revistas*...).

A Independência / Jornal Politico, Industrial e Agricola (Beja, n.º 3, 3-VII-1873).

Aurora Commercial / Orgão dos Caixeiros Portuguezes (Lisboa, 31-X/17-XII-1876, n.º 8).

Democracia (Lisboa, 12-X-1873/15-X-1881, a. 9, n.º 2356): releve-se fragmento de "O Cavaleiro da gentil figura. Chronica inedita de cavalaria", não assinado, atribuído a Latino Coelho[343].

A Vergasta ("Este jornal, por em quanto, não tem dia certo de publicação; apparecerá quando menos o esperarem"; Funchal, 15-X-1873/1876, n.º 60), com folhetins não assinados.

A Verdade / Orgão da Associação Catholica (Funchal, 23-I-1875/30-XI-1895, a. 21, n.º 999): não será leitura especialmente agradável a carta pastoral de D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal, em

[343] «O cavaleiro da gentil figura, ou seja D. Quixote, é nem mais nem menos que o impertigado Fontes, presidente do conselho e ministro da guerra; e Sampaio rustico, o escudeiro, era Antonio Rodrigues Sampaio, então ministro do reino.» (Brito Camacho, *Os Amores de Latino Coelho*, Lisboa, Livraria – Editora Guimarães & C.ª, 1923: 7)

sete folhetins de Março-Maio de 1889.

O Commercio de Penafiel (Penafiel, 22-IV-1876/30-XII-1950, a. 75, n.º 6094).

O Progresso / Jornal do Partido Progressista (Lisboa, 3-I-1877/ /20-VI-1886, a. 10, n.º 2816): além da primeira parte de *Lisboa em Camisa*, entre 11-XI-1880 e 1-III-1881, relevemos, só para este lapso temporal, *Historia dos Amores d'Um Rouxinol e d'Uma Rosa*; concluindo em 14-XI-1880; o resistente Luiz Noir, *A Estalagem Maldita*; cronísticos de Agnello Óscar, Dominó Azul e, em clave musical, de A. [António] Duarte [da Cruz Pinto], um sobre *Roberto do Diabo* [20-I-1881].

A Luz (Lisboa, 19-I/Abril de 1877, n.º 14).

Murmurio do Oeste / Semanario Litterario e Noticioso (Braga), n.º 11, 1-VIII-1877: Paulo Féval, "As Noites de Paris".

A Reforma / Folha Evangelica (Porto, 2-VIII-1877/5-VIII-1888, t. 11, n.º 31).

O Rebate (Lisboa, 2-IX-1877; três números em Setembro): um não assinado "O inconveniente de ser republicano".

Echo de Sancta Cruz (quinzenário, Santa Cruz, Madeira, 24-IX- -1877/30-III-1878, n.º 13[344]), com dois folhetins não assinados.

Diario do Funchal (Funchal, 5-XI-1877; após 200 números, é *Jornal do Comércio do Funchal* a partir de 15-VI/18-XI-1878, n.º 104; ambos ausentes de *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*): traduções e transcrição d'*As Farpas* e doutros lugares.

O Mundo Litterario / Publicação Semanal (Lisboa, 9-I/24-IX-1879, n.º 20).

Tribuna do Povo / Semanario Republicano (Lisboa, 2-III/11-V- -1879, n.º 11).

O Operario (Porto, 25-V-1879/26-II-1882).

Atlantico / Folha Commercial, Litteraria e Noticiosa (Lisboa, 28- -I-1880/9-VIII-1897, n.º 777). Grande formato liderado por Pinheiro Chagas (saliente-se o folhetim "Os escriptores de Panurgio", n.º 6, 13-IV), que o senhor de Seide inaugura com "A snr.ª Rattazzi", aí Eça trará "Um Poeta Lyrico" (n.º 5, 28-III) e "No Moinho"

[344] E não n.º 12, de 14 de Março, como em *Jornais e Revistas*..., I: 277.

(n.º 7, 28-IV). Motivado pelas celebrações camonianas, reúne, assim, velha e nova guarda: Júlio César Machado, Alfredo Maia, Urbano de Castro, Jaime Batalha Reis, Rangel de Lima, Jaime de Seguier, A. X. Rodrigues Cordeiro, Sanches de Frias, pré-publicação das *Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho, Tomás Ribeiro, J. da Câmara, Mariano Pina, Fernando Leal...

Districto de Santarem / Jornal Noticioso, Commercial e Litterario (Santarém, 29-IV-1880/29-VIII-1886).

O Pensamento / Folha Litteraria (Coimbra, 12-V/11-VI-1880, n.º 3).

A Marselhesa / Semanario Republicano / Redigido por alunos dos cursos superiores, Lisboa, Maio/3 [5, em *Jornais e Revistas*...]--VI-1881, n.º 5).

O Republicano (Lisboa, 26-VI-1881).

O Independente / Semanario Democratico (Funchal, 2-VII/20-VIII--1881, n.º 8).

O Radical (Lisboa, 17-VII-1881).

O Lusitano / Semanario Scientifico, Litterario e Biographico (Lisboa, 24-VII/11-VIII-1881, n.º 4).

Affonso Henriques / Publicação Semanal (Lamego, n.º 5, 11-XI--1881; a. 6, n.º 283, 14-V-1887).

A Evolução / Semanario Republicano (Coimbra, 27-XI-1881/Junho de 1882, n.º 28): além de Manuel da Silva Gaio e Joaquim de Araújo, folhetim de Fialho de Almeida nos n.*os* 27, 5-VI-1882, e 28.

O Figaro / Diario Portuguez e Brazileiro (Lisboa, 28-XII-1881/26--VI-1884, n.º 743): a segunda parte de *Lisboa em Camisa*, entre 5-II e 28-V-1882, triangula com Mosca, *Encargos d'Alma*, e Eugénio Chavette, *O Conde Omnibus*, trad. por M. Pinheiro Chagas, acrescendo Asmodeu, *Contos a Correr* [2, 4-IV], e Soares Romeu Júnior, *O Morgado d'Ayala* [23-IV], nos primeiros cinco meses de 1882.

A Civilisação / Orgão do Partido Regenerador no Districto da Guarda (Guarda, 4-II-1882/17-I-1894, a. 13, n.º 639).

O Petiz / Semanário para todos / Noticioso, Critico, Humoristico e Litterario (Porto, 25-VI/9-VII-1882, n.º 3).

O Mundo / Folha da Tarde (Lisboa, 1/24-VII-1882, n.º 23).

A Primavera / Jornal das Damas, Funchal, 1-X/2-XI-1882, n.º 6.

Tutti Li Mundi / Album de Actualidades (Lisboa, Abril de 1883).

O Mosquito / Jornal Critico, Humoristico e Litterario (Barcelos, 1--VII/2-IX-1883, n.º 4).

O Vae-Vem[345] / Semanario Charadistico e Recreativo (Lisboa, 5-XI--1883): folhetim no n.º 2, 12-XI.

O Salsifré / Jornal das Quintas-feiras (semanário manuscrito, Lisboa, 29-XI-1883/21-II-1884, n.º 13).

A Satyra (quinzenário, Porto, 15-III-1884): folhetins em verso, segundo o lema *Ridendo Castigat Mores*, e "A Filha do Crime", "romance original por ***" (n.º 13, 1-XII).

O Cartão de Visita (Coimbra, 1885).

O Globo Illustrado / Jornal para todos / Politico, Litterario e Noticioso (Lisboa, n.º 50, 23-XII-1882/1-III-1884, s. 4, n.º 152).

A Saude Publica / Hebdomadario de Hygiene (Porto, 6-I-1884/ 30--XII-1887, a. 4, n.º 24).

O Commercio da Guarda / Folha Imparcial, Litteraria, Agricola e Noticiosa (Guarda, n.º 14, 26-II-1884/7-VII-1904, a. 19, n.º 970).

Novidades (Lisboa, 7-I-1885; director: Emídio Navarro).

A Maria da Fonte / Semanario Noticioso, Litterario e Agricola (Póvoa de Lanhoso, 3-I-1886; no n.º 118, 1-IV-1888, corre romance italiano).

A Patria / Periodico Dedicado ás Costureiras (Porto, 20-III/20-IV--1886, n.º 3).

O Artilheiro / (Publicação Litteraria e Noticiosa) (Porto, 15-V--1886/31-XII-1887, n.º 59).

O Brigantino / Político Litterario Noticioso (Bragança, 20-X--1886/12-XII-1889, a. 3, n.º 195: na secção Miscellanea do já "Diario Politico", n.º 152, 14-II-1889, Edgar Poe, "O Corvo").

O Progresso / Jornal do Partido Progressista (Lisboa, 3-I-1877): Carlos Deslys, "Os Companheiros da Meia Noite".

A Pugna / Semanario Litterario, Humoristico e Noticioso (Porto, 9-IV-1887).

[345] Ausente de *Jornais e Revistas*...

Gazeta da Figueira (bissemanário, Figueira da Foz, 3-VII-1887/2--XII-1925, a. 34, n.º 3484): pela cronística, entre 25-VII-1888 e 26--I-1889, de Gaspar Ethyope, pseudónimo de António Cabral (ver *As Minhas Memórias de Jornalista*, Lisboa, 1949).

O Monitor / Semanário Literário, Político e Noticioso (Leça da Palmeira, 6-XI-1887 / 26-III-1927, série 3, ano 26, n.º 36): um passageiro Raul Brandão, a par do proprietário, Alberto Bramão, de vários folhetins não assinados, e principais assinaturas: Méry, "Um Crime Ignorado"; Júlio Gastyne, "Mil Milhões"; sobretudo, Paulo Féval, "A Carteira de Joãosito", 13 e 20-X-1889; Fialho d'Almeida, "Barão do Alto Mearim", 15 e 22-XII-1889; Elias Berthet, "A Granja de Oseraie", desde 9-VII-1890.

O Reporter (Lisboa, 24-XII-1887/8-II-1890, n.º 752): a surpresa de *Crime e Castigo*, entre 1-I/9-X-1889, no jornal de M. Pinheiro Chagas, logo de Oliveira Martins, com um Moniz Barreto crítico fecundo em 1888[346].

Gazeta de Noticias / Folha da Manhã / Independente, sem Compromissos Politicos (Lisboa, 9-IV-1888).

O Informador / Folha Semanal (Nordeste, São Miguel, n.º 3, 19--VIII/9-IX-1888, n.º 6).

O Povoacense (Vila da Povoação, São Miguel, 13-IX/11-X-1888, n.º 5).

A Liberdade / Jornal Independente/Politico, Litterario e Humoristico (Lisboa, 12-VIII/7-X-1888, n.º 7).

O Cubense / Jornal de Noticias, Memorias e Annuncios (Cuba, 4--XI-1888/16-IV-1891, n. 124).

Galeria Annunciadora (Lisboa, 18-XI-1888).

A Folha Popular / Independente (Lisboa, 1-I-1889).

O Santareno (Santarém, 12-I-1889).

O Traquinas / Publicação Quinzenal (Foz do Douro, 20-VI-1889).

Revista Eborense (Évora, 31-VIII-1889/2-III-1890, n.º 25).

Boletim Annunciador (Porto; segundo descrição do n.º 17, 1-IX-1889): Villar D'Estrés, "Uma Família Pobre", e, continuado do

[346] Ver *Ensaios de Crítica*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944: *passim*.

número anterior, G. Junqueiro.

Operario (Évora, 22-IX-1889/2-II-1890, n.º 20).

A Luz / Semanario Humoristico, Litterario, Biographico e Charadistico (Lisboa, 20-IV/21-IX-1890, n.º 23).

Gazeta Litteraria (Lisboa, 15-VI/6-VII-1890, n.º 2).

O Passatempo / Semanario Litterario, Charadistico, Theatral e Annunciador (Lisboa, 4-X-1890/1-I-1891, a. 2, n.º 12).

O Passatempo / Semanario Litterario, Charadistico e Theatral (Lisboa), 19-X-1890: folhetim-poema de Cândido de Figueiredo.

A Luz / Semanario independente, litterario, humoristico e charadistico (Lisboa, 12-X-1890/30-VIII-1892, a. 2, n.º 82).

A Republica Portugueza (Porto, 1-IX-1890 / 31-I-1891, n.º 148): as persistentes "Memorias de Um Reporter" do director, João Chagas (salientemos, em 27-XII, cartas de João Penha e Júlio César Machado, e, em 28-XII, de Ramalho e Camilo), acompanhadas, a partir do n.º 91, 30-XI, de "O Duque de Kandos", por A. Mattey (Arthur Arnauld): quando simultâneos, aquele na p. 1, e "Continua", este, na p. 4, e "Segue".

O Nacional / Jornal Politico, Noticioso, Absolutamente Independente (Lisboa, 1-XII-1890; director: Mariano Pina): Marc Twain, "O Espião / Episodio da Guerra dos Estados-Unidos".

Portugal (Lisboa, 15-I-1891; director: Marcelino Mesquita): "Chronica Dramatica"[347].

Pequeno em Tudo (Faro, 15-II/1-X-1891, n.º 16).

O Recreativo (Lisboa, 8/15-III-1891, n.º 2).

A Vanguarda (Lisboa, 9-III-1891); na passagem de Alves Corrêa a Faustino da Fonseca, pode, quando suspensa judicialmente, intitular-se *Na Vanguarda* / Diario Republicano da Manhã: «Será este o nosso título durante os trinta dias que a sentença suprimiu a *Vanguarda*.» (19-VIII-1896).

Correio da Extremadura / Hebdomadario Politico, Agricola, Litterario, Noticioso e Annunciativo (Santarém, 9-IV-1891/6-I-1945, a. 54, n.º 2801. Continuado por *Correio do Ribatejo*). Afora o proprietário,

[347] Juntar artigo de Fialho de Almeida, "A expedição que hoje parte".

João Arruda, são folhetinistas eméritos, quase sempre 'de empréstimo', Fialho, Trindade Coelho, Conde de Ficalho, Alberto Braga, G. Torrezão, Teófilo, etc. Estrangeiros, Alphonse Daudet, com episódio de *Tartarin de Tarascon*, Balzac, Castellar, Andersen (além de muitos números sem folhetim, este faltou entre 17-VII-1893, n.º 116, e 3-VIII-1895, n.º 226).

A Revolução de Janeiro / Jornal Republicano da Noite (Lisboa, 1--VI-1891): Paulo Féval, "Os Companheiros do Silencio".

Gazeta de Bragança / Semanario Político, Litterario e Noticioso (Bragança, 1-I-1892/22-V-1898, a. 7, n.º 318, na colecção da Biblioteca Nacional; a do Museu do Abade de Baçal conclui no n.º 686, XV ano, 16-VII-1905): com interesse para Trindade Coelho e Francisco Manuel Alves, releve-se, no n.º 406, 11-II-1890, "À Minha Luz", de Teixeira de Pascoaes; estreia Charles Deslys em 20-IX-1903.

A Caridade[348] (Évora, Abril de 1892), número único "Em beneficio das familias dos naufragos da Povoa de Varzim".

A Semana de Lisboa / Supplemento do *Jornal do Commercio* (Lisboa, 1-I1893/4-II-1894, n.º 54) repete êxitos de Garrett, Herculano, Camilo, Júlio Dinis e Rebelo da Silva.

A Alma Nova / Semanario Republicano Academico (Braga, 13-IV/24-XI-1893, n.º 32).

A Lanterna (Lisboa, n.º 2, 25-VII-1893; director: João Chagas[349]): Ponson du Terrail, "Os Ladrões da Alta Sociedade".

A Leitura / Magazine Litterario (Lisboa / Rio de Janeiro, 1894-1896, XVIII tomos). Reúne os estrangeiros maiores, no tempo, em cada literatura nacional (com menor presença lusa). Além de parcos poemas e teatro, viagens e algum ensaio, investe no romance, conto, novela, de Tolstoi (*A Morte de Ivan Ilitch*) a Edgar Poe.

O Commercio d'Escalhão (Escalhão, 7-I-1894).

O Echo Viziense (Viseu, 2-II-1894).

A Patria / Jornal Independente (Lisboa, 8-II-1894) estreia-se com Beldemónio.

[348] Ausente de *Jornais e Revistas...*

[349] Ausente de *Jornais e Revistas...*

Giraldo Sem Pavor / Semanario Regenerador (Évora, 4-III/2-IV-1894, n.º 5).

Norte Trasmontano / Semanal, Religioso, Politico e Litterario [Bragança, n.º 2, 21-III-1895/4-XII-1896, n.º 90; continua *O Norte Trasmontano* / Semanario Progressista (Bragança, 5-II/5-XII-1897, n.º 4); de novo, *Norte Trasmontano*, 12-XI-1897/8-IV-1898, n.º 22].

O Leme (S. Miguel de Ceide, 18-VIII/17-XI-1895, n.º 13): sendo Nuno Castelo Branco redactor principal, não espanta folhetim de Lopo de Sousa [= Ana Plácido].

O Cabula / Folha Bi-mensal Litteraria, Noticiosa e Humoristica / / Orgão da Academia (Castelo Branco, 2-VI-1895/1-V-1896, n.º 21).

O Paiz (Lisboa, 1-XI-1895) de Alves Corrêa abre com "A Hora do Crime"[350].

O Echo Metallurgico / Jornal Semanal / Orgão da Confederação das Associações de Classe Matallurgicas de Lisboa e do Povo Operario em Geral (Lisboa, 3-XI-1895/22-VIII-1897, a. 2, n.º 85).

A Marselheza, de João Chagas (Lisboa, 4-VIII-1896/8-I-1898, n.º 438): publicitado em vários números, inaugura-se, a 3-XI-1896, n.º 79, Pierre Zaccone, "O Correio de Lyão", até ao n.º 224, 28-IV-1897, logo sucedido por Ernesto Lavigne, "O Romance de Uma Nihilista".

A Voz do Descarregador / Orgão dos Trabalhadores de Beira-Mar (28-XI-1896).

Revista Moderna (entre o n.º 10, 20-XI-1897, e o n.º 29, penúltimo, Março de 1899, vinte folhetins d'*A Ilustre Casa de Ramires*).

O Figaro / Revista Quinzenal, Litteraria, Scientifica e Politica (Lisboa, 15-X-1897).

A Geração Nova (Lisboa, 3/20-IV-1898, n.º 2).

O Campo d'Ourique / Jornal Independente, Noticioso, Litterario e Agricola (Ourique, 4/18-VIII-1898, n.º 3).

O Pregoeiro / Semanario Gratis (Loulé, 4-VIII-1898/31-X-1901, a. 3, n.º 155).

A Patria (Lisboa, 1-III-1899) abre com Stendhal, *Vermelho e Negro*.

[350] Ver, meu, *O Jornalista Republicano Alves Correia*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal, 2012.

Distrito de Viana, n.º 114, 23-VI-1900: Trindade Coelho, *Os Meus Amores*.

No séc. XX, entre os menos conhecidos ou inesperados:

Echo (Lisboa, n.º 35, 25-VIII-1901).

O Concelho d'Estarreja (Estarreja, 10-X-1901; no n.º 2, 17-X, abre com Guy de Maupassant, *A Sereia*, trad. de Beldemónio).

Revista de Luso (Luso, n.º 4, 7-XI-1901).

Districto de Bragança (Bragança, n.º 15, 20-VI-1902): Balzac.

O Domingo / Jornal Litterario (Angra do Heroísmo, n.º 18, 6-III-1910): Octave Feuillet, "O Conde de Frémeuse".

O Sorrir da Mocidade (Bragança, n.º 3, 15-V/11-IX-1910, n.º 9).

A Escola Transmontana (Sambade, Alfândega da Fé, n.º 2, 11-II/21-IV-1912, n.º 11).

Democracia do Sul / Jornal do Partido Republicano Português: por Afonso Duarte, Américo Durão, Júlio Dantas, Richepin, mesmo Eça, e, sobretudo, Aquilino, a partir do ano 13, 26-XI-1914.

Éco de D. Chama / Semanário Independente (Torre de D. Chama, 21-III-1915).

Estrela d'Alva / Revista Literária, Ilustrada e Noticiosa (Angra do Heroísmo, 1916).

Canção do Sul (semanário, Lisboa, 1923).

Mensageiro de Bragança (semanário, Bragança, 1-I-1940).

11. 1. 1. *A Revolução de Septembro* (Lisboa, 22-VI-1840/20-I-1901). Grande «codigo de liberdade e gloria, que tomamos por timbre da nossa folha», a Revolução de Setembro de 1836 inspira este título maior de Oitocentos. Logo no primeiro editorial, acrescenta-se:

> Sim: he essa revolução, com que quebraremos sempre os olhos de nossos adversarios; [...] he essa revolução, por que bradaremos, [...].
> Queremos uma constituição popular; um rei sem arbitrio; uma representação extensa; uma familia social; nacionalidade segura; administração sem opprimir; auctoridade com confiança; centralisação com foros; justiça com independencia; fasenda regulada; despesas com economia; tratados com industria; reciprocidade

> sem perdição; ordem sem enthusiasmo; e liberdade sem sofismas.

Este propósito, decerto enunciado por José Estêvão (fundador, com Manuel José Mendes Leite e Joaquim da Fonseca Silva Castro), seria veementemente retomado por António Rodrigues Sampaio, que assume a redacção da folha em 25 de Abril de 1844, com exílio parisiense de Estêvão (até à morte, em 1882, descontadas as responsabilidades governamentais) para desafiar as cíclicas suspensões e censuras que Costa Cabral imporia à Imprensa. *O Sampaio da Revolução de Setembro* (título de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Paris, 1859)[351], como ficará conhecido, é temível polemista antigovernamental, contra Herculano e outros, trocando, mesmo, a pena pela lâmina do duelo. Chefe do Executivo em 1881, não deixará de restringir a liberdade de uma Imprensa que, no seu diário, todavia, enalteceu, apesar das acusações de plágio e de contradições ideológicas patentes na campanha de António Feliciano de Castilho e seus discípulos contra a juventude coimbrã de 1865-1866, à qual cedo abre as páginas para uns versos de Carlos Fradique Mendes, folhetim de Eça ou publicitação das Conferências do Casino. Autoridade cinquentenária por onde correm algumas das nossas melhores letras, aí se firmaram, como triangulando Sampaio, António Pedro Lopes de Mendonça e Júlio César Machado, cujas "revistas" em rodapé são a arte maior do folhetim nacional. A par deste, secções importantes serão Interior, Estrangeiro, Actos Officiaes, Chronica, Theatros, Serviço Maritimo, Annuncios.

[351] Outra bibliografia: *António Rodrigues Sampaio. [. . .]*, Porto, 1882; Joaquim Martins de Carvalho, "*A Revolução de Setembro*", *O Conimbricense* (Coimbra), 39 (4053), 26-VI-1886; *Id.*, "Meio século. *A Revolução de Setembro*", *ibid.*, 43 (4465), 17-VI-1890; *Id.*, "Suppressão de periódicos", *ibid.*, 44 (4582), 1-VIII-1891; Afonso Praça, "Um jornal clandestino do século XIX. *O Espectro* do 'Sampaio da Revolução"', *História* (Lisboa), (4) Fevereiro de 1979: 42-46; António Pinto Ravara, "Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do 'Ministério da Regeneração' (1851-1856)", *Clio* (Lisboa), 1, 1979: 91-96; Franquelim Neiva Soares, *António Rodrigues Sampaio. 1806-1882. Antologia*, Lisboa, 1982; José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, ^{2}1989: *passim.*

Abre com duas tímidas colunas nos 54 números do ano (até 19-XII), já censurado no quinquagésimo por «abusos contra a liberdade legal de escrever». Regressa a 14 de Janeiro. O teatro, mormente o de S. Carlos, leva a palma nos nascentes folhetins (o primeiro, político, é de 19-II-1841, n.º 84). "Victor Huggo" [*sic*], entrando para a Academia das Ciências, merece atenção no de 2-VII (n.º 186). Política e teatro alimentam um número cada vez maior de folhetins em 1842. Herculano intervém, revoltado por a «edificação do novo theatro da praça de Camões» ter sido entregue a arquitecto estrangeiro ("O theatro do Rocio", n.º 587, 12-XI). No ar, sente-se a ideia de romantismo, tocada pela «jocosidade de Paulo de Kock», em secções obscuras como 'Publicações Litterarias':

> Vida e Aventuras d'um quidam cá d'este mundo.
> Vai publicar se sob este titulo um romance historico em 3 vol. em 8.º. Esta obra puramente original, d'um stylo romantico e gracioso é a mais propria para encantar e instruir os leitores. (n.º 346, 12-I)

Elogia-se a acção dos periódicos: «A intelligencia diffunde-se rapidamente por meio destes jornaes, que vão proporcionando ás classes outr'ora estranhas ao progresso das artes e das sciencias as mais uteis noções sobre os seus direitos, os seus interesses, e as suas commodidades.» (n.º 563, 14-X)

Em 1843, dos 296 números a três colunas, só ainda há 31 com folhetim-crónica, não assinados ou tão-só com iniciais, à volta das peças dramáticas e operáticas em cena. Raro sobrevém crítica literária (*cf.* recensão ao IV volume das Obras Completas de Almeida Garrett, *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, I, n.º 873, 3-XI). À vista de peça no Teatro Nacional da Rua dos Condes, dá-se-nos tripla definição dos assistentes na plateia:

> [...] cada uma destas classes tem uma maneira de viver differente, uma maneira de sentir e de ver que não se confunde. – Uma, e é a maior, compõe-se de indifferentes, que tomam o theatro como um meio de passar o tempo [...]. Outra parte compõe-se desses

> homens de sentir ainda virgem, d'alma pura e virtuosa, desses homens que são verdadeiramente do povo [...]. A terceira parte compõe-se dos entendedores! esses sim, esses é que são homens de theatro. (n.º 755, 9-VI)

Este mesmo teatro domina 1844 e inaugura o tardio reaparecimento do rodapé (n.º 973, 28-VI). É um ano de cabralistas perseguições e repetidas suspensões da folha. Largas opiniões assinadas em folhetim só em 1845 (Oliveira Marreca sobre *O Arco de Sant'Ana*, n.º 1204, 8-IV; Pereira da Cunha sobre drama de Mendes Leal), quando, embora intercalado por outros, se sucede folhetim-romance por todo o ano. O n.º 1456, de 13-II-1846, anuncia o primeiro volume das *Viagens na Minha Terra*. Desde Agosto, pontifica Mendonça, algum Palmeirim; o matutino sai até 8-X e reaparece a 2-VIII-1847[352].

Redobrada atenção ao teatro, em crise, a publicações nacionais e estrangeiras, ao valor da Imprensa, que «é e será sempre, em quanto as nações não aberrarem da civilisação, o juiz dos individuos, dos interesses e dos principios» (n.º 1695, 28-X). Mendonça escreve as páginas que formarão *Ensaios de Critica Litteraria* (1849), caso desse "Pedro de Mello" (n.º 1670, 29-IX, continuado nos números 1676 = 6-X, 1677 = = 7-X e 1678 = 8-X), o qual transcende, e enriquece, a heteronimização já tentada pelo João Mínimo ou Coradinho de Garrett. A sua afortunada 'Revista de Lisboa', que inspirará a 'Revista da Semana' de Júlio César e outros, estreia-se em 18-X, n.º 1686. E, desde 25-XII (n.º 1718), entrando, para ficar incompleto, por 1848, folhetim-romance a sério será *Os Sete Peccados Mortaes. A Soberba*, de E. Sue.

"Os contos Fantasticos de Hoffman" dizem da recepção deste em

[352] Neste ínterim, sucede a aventura d'*O Espectro*, 63 números entre 16 de Dezembro e 3 de Julho de 1847. Reeditado em Lisboa, 1880. É a Patuleia, desde o golpe palaciano de 6 de Outubro, com levantamento da Junta do Porto, que protagonizará *O Prato de Arroz Doce* (1862), de A. A. Teixeira de Vasconcelos. Há, sobre aqueles, artigos vários, na revista *História* (Lisboa), por exemplo, números 4, Fevereiro de 1979, 56, 57 e 58, Junho a Agosto de 1983... Houve outros deste nome: Lisboa, 1869, 1888; Paris, 1890. Júlio César Machado evoca *A Revolução...* e como para lá entrou em *Apontamentos de Um Folhetinista*, Porto, 1878: 311-316, e em *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, Lisboa, 1880: 8-9.

1848 (n.º 1953/2000), ano em que Mendonça redige os balanços sobre *O Trovador* (16 folhetins a partir do n.º 1900), que integram aqueles *Ensaios...*

A futura 'Revista do Anno', em que se especializará Júlio César, agora só ainda se chama 'Revista Retrospectiva' (n.º 2045, 5-I-1849), subtítulo de "O anno de 1848". Face às revoluções nacionalistas que a Europa viveu, «o anno de 1848 não é um anno, é um seculo», mas, em Portugal, nada mudou: «O Chiado fica no mesmo lugar, o folhetim continua no andar de baixo.»

Contam-se onze folhetins-poema (um de F. Gomes de Amorim, 15-X) e uma série de fisiologias, menos de Palmeirim e mais de Mendonça, que aí insere a ficção *O Anel* (desde 4-I) e o provérbio *Já É Tarde* (entre 20-VIII e 21-IX, oito partes). Desde 27-I, n.º 2062, sábado, elege este dia como de eleição. Um Júlio César colegial há-de ser leitor fiel e, quando tomar o lugar do mestre, faz-se passar para a terça-feira. Mendonça, no entretempo, quer ver a transformação social mediada pela literatura e, a 9-XI, vota pela república, desejando a união ibérica como medida salvífica.

Hipocrisia e futilidade, colarinhos engomados e "marcha grave", estupidez e ignorância, eis o que anima os quadros da década social, vivida entre teatros, bailes e passeios, onde, das peças à moda, tudo é importado: «A nossa sociedade é um plagiato – mao ou bom, não vem ao caso – da sociedade francesa.»[353]

Ninguém lê, ou conhece a verdadeira situação do país, muito menos o que vai lá fora. Sociedade quieta e sem um lampejo revolucionário (n.º 2073, 10-II-1849), aí se levanta o «urso portuguez, animal domestico de excellentes qualidades: olha muito com luneta, ou sem ella, diz pouco, e no fim do anno está como no principio» (n.º 2047, 9-I-1849). Pau-mandado, este cidadão está bem para o governante incompetente e

[353] A. P. Lopes de Mendonça, n.º 2184, 30-VI-1849. Confrontar com M. E. Lobo de Bulhões, *Recordações e Vagares*, Lisboa, 1875, onde se nos oferece balanço da Lisboa risonha de 1840, farta de divertimentos gratuitos para o povo. Touros, arraiais, fogueiras pelas ruas, procissões, serração da velha, carnaval, queima dos judas em sábado de aleluia, concertos das bandas militares: «Lisboa nadava em alegrias, era uma cidade folgazã. O *progresso* matou-a.» (p. 55). Em suma, menos distracções e mais impostos.

corrupto, com regular lamento sobre «a triste sina d'uma nação, aonde se faz ministro da instrução publica, um homem que talvez saiba apenas jogar o whist» (n.º 1693, 26-X-1847). Sem espaço, e sem ideais, sociedade assim decadente esteriliza a literatura (n.º 2178, 30-VI-1849). Mendonça mostrava-se esperançoso, contudo, na transformação já prometida em escritos da nova geração de poetas...

11. 1. 2. *O Paiz*. Diário (Lisboa, 23-VII/4-XI-1851, n.º 88) fundado pelo Marquês de Nisa, teve como redactor principal João de Andrade Corvo e a colaboração de António de Serpa Pimentel, Pinto Carneiro, Ernesto Biester e Bulhão Pato. As principais secções, todavia (folhetim, actos oficiais ou correspondência), não ficaram imunes à contaminação da linha editorial, cujo anticabralismo transvazava do artigo de fundo: «Estamos pobres, somos ignorantes, vivemos na corrupção e no aviltamento.» (24-VII-1851)

Entre 7 e 22 de Agosto, a série de cinco artigos de Herculano – – mentor do projecto – sobre "O Paiz e a Nação" (nome do órgão pró--governamental que lembrava a Imprensa caceteira), não-assinados (*Opúsculos*, VII), começava por caracterizar o cartismo de 1832-1834 e o pseudo-cartismo de 1842-1850, verberando o novo cabralismo do ministério do Reino (de Rodrigo da Fonseca) na administração e na legislação eleitoral. Voltava a opor «as prestações foraleiras e a fidalguia» (21 de Agosto), ou a «estrutura robusta dos corpos municipais» – em que assentava a democracia medieva – à inutilidade e fraqueza patriótica dos donatários da Coroa. Em funções desde 7 de Julho, um mês bastara para que Herculano descresse da reforma moral da pátria anunciada pelo movimento regenerador que acalentara na própria casa. Despede-se com um travo de afirmação pessoal: «Na redacção do *Paiz* ha quem fosse soldado de D. Pedro; quem entrasse em mais de vinte combates sob o seu mando supremo.»

Outra peça importante, com um apêndice em 1872 (*Opúsculos*, II)[354], é a carta "Da Propriedade Litteraria e da recente convenção

[354] Peça para este dossiê carreara, entretanto, Cândido de Figueiredo, "Portugal e o Brazil (Da propriedade litteraria)", *A Folha*, 2.ª série, n.º 2, 1870. Ainda (contra Herculano), de Pinheiro Chagas, *A Propriedade Litteraria*, Porto/Braga, 1879.

com França. Ao Visconde d'Almeida Garrett", em que, sobre criticar a 'literatura industrial' – pensa no folhetim e adjacências, servindo-se da fórmula de Sainte-Beuve[355] –, lamenta que, por decreto de 8 de Julho, os herdeiros detenham os direitos autorais por 30 anos: «Uma lei de recompensas nacionaes seria a verdadeira lei protectora dos trabalhos da intelligencia.»

11. 1. 3. *Jornal do Commercio* (17-X-1853/29-IX-1989, a. 124, n.º 143). Intervala *O Paquete Commercial* (23-III-1852/23-I-1854, n.º 292) e *Folha Comercial da Praça de Lisboa* (Janeiro de 1834/31-V-1862, n.º 1393)[356]. Aumentos iniciais de formato: no 1.º semestre de 1856, no 2.º semestre de 1860, no 1.º semestre de 1864, face à concorrência do *Commercio de Lisboa* (5-IV-1863/31-XII-1865, n.º 224; redacção literária de Júlio César Machado). Lugar de correspondências herculanianas. No rastreio que, em função d'*A Queda Dum Anjo*, fiz para 1865, verifica-se, ainda, a larga concorrência do 'fantástico' Teófilo Braga [aí insere *Contos Fantásticos*, desse ano] e, regular, o folhetim de Chagas com a 'revista da semana'. É, todavia, na 'Secção Litteraria' (que também alimenta) de 5-I-1865 que se perfila novo ponto da situação em antevéspera de acalorados combates em que o mesmo articulista é pomo de discórdia:

> A litteratura de romances está hoje dividida em duas escolas – – a idealista e a realista. A primeira confessa de bom grado que os typos que escolhe não existem n'este baixo mundo e que lhes deu muito de proposito essas azas doiradas para se levantarem do lamaçal de torpezas, [...] e para irem habitar em regiões perfumadas e floridas, [...].
> A outra, escola realista, segue um systema completamente differente, diz que o romance deve ser o mappa geographico moral da

[355] Na *Revue des Deux Mondes*, 4e série, tome 19, juillet-septembre 1839: 675-691, lê-se que «*le démon de la propriété littéraire* monte les têtes et paraît constituer chez quelques-uns une vraie maladie pindarique, une *danse de saint Guy* curieuse à décrire» (p. 678; itálicos de Sainte-Beuve). Em França, a propriedade literária consta da lei Le Chapelier, Janeiro de 1791; a lei Lakanal, de 1793, institui os direitos de autor.

[356] Outras precisões na *Edição Comemorativa do Centenário do «Jornal do Comércio»*, *1853-1953*, Lisboa, 1953.

> humanidade, e que é preciso que nós conheçamos o terreno em que vivemos. Obriga-nos a explorar os recantos mais impuros do mundo social, [...]. Embora o leitor proteste que passa perfeitamente a vida sem se indignar, o romancista prega-lhe que é indispensável; e o pobre leitor lá anda pelos logares menos odoriferos d'este mundo, para que não digam d'elle que é um homem que não deseja instruir-se na historia da sua época.

Quinze dias depois (20-I-1865), num 'folhetim de viagem', diz sentir «que o nosso seculo tem as mais visiveis tendencias para a uniformidade» e confessa que «a nossa época é prosaica»:

> A rasoira da civilização passa por tudo, decepando sem piedade as aspirações da arte para sair da monotonia. O realismo introduz-se na litteratura, e exige a reproducção pura e simples da sociedade. Apaga o colorido, obsta á efflorescencia do estylo, arranca o delirio dafolhagem, em que se desata a seiva da imaginação do esciptor. A photographia tenta desthronisar a pintura.

Símbolos da época, «as estações de caminho de ferro e os palacios das legislaturas»: «Durante o trajecto de Lisboa para o Porto nunca vi uma estação, que não julgasse ser a antecedente.»

Idêntica obsessão assoma ao recensear *Os Diffamadores*, de E. Biester (25-I-1865), teorizando sobre as três «qualidades essenciaes» que o teatro requer:

> A primeira é dispôr o enredo e as peripécias do modo, que captivem a attenção e excitem o interesse dos espectadores; a segunda, desenhar, copiando-os do natural, e dando-lhes o relevo necessario, os typos dos seus personagens; a terceira, colorir a linguagem, dar ao quadro a sombra e luz convenientes, levantar o estylo á altura exigida pelo bom gosto, adornar emfim as figuras com as roupagens litterarias, sem as quaes o trabalho dos dramaturgos apenas se limitaria a stenographar a sociedade. [...] D'aqui a pouco, com esta escola do *realismo*, o theatro deixa de ser uma nobre diversão do espirito, para ser um entretenimento de senhoras visinhas, e o espectador ha de preferir, por ser mais economico, o ir espreitar pelo buraco da fechadura da porta dos visinhos, a ir sentar-se n'uma cadeira da platêa.

Curiosas são as 'Impressões de uma leitura' que, sobre a mesma peça, dá Teófilo no folhetim de 10-II-1865. Biester, amigo, tem naquela peça a sua coroa de glória, considera, mas (pasme-se) «o seu theatro pecca por excesso de *realismo*. Uma acção precisa ser vista a distancia, não se póde tirar directamente da rua para o palco; é necessario idealisal--a primeiro, revestil-a com os resplandores da arte.»

Que diferença entre os em breve contendores, Chagas mais expedito, batendo, num espaço comum, em quem se reserva para mais tarde...[357]

[357] 12-III-1865: «Derramou-se copioso pranto, deram-se copiosos abraços, e terminou tudo com uma posta de peixe frito, como a *Lava d'um craneo* do sr. Teophilo Braga.» Esta aparecera no folhetim de 19-I-1865. Em 5 de Maio: «Ahi teem em Portugal um dos maiores talentos litterarios da moderna geração, o sr. Theophilo Braga. Reune todos os dotes que o podem tornar distincto, erudição vastissima, imaginação brilhante, e vinte e tantos annos, creio eu... na certidão de baptismo; a primavera a sorrir-lhe na fronte, o inverno a amontoar-lhe na alma os gelos. A paixão, que tenta irromper a cada passo nos seus escriptos, anda sujeita a uma dieta d'analyse rigorosa; toma todos os dias tisanas philosophicas. [...] E a nova geração está quasi toda por este gosto.» A ideia segundo a qual «Theophilo Braga, Antero do Quental, e outros vultos litterarios d'este feitio e polpa» – destinatários, logo no sumário, do folhetim de 23-VII-1865 – – transformavam qualquer escrito num anfiguri alicerça texto que, como demonstração, os intertextualiza; assim Antero, «um dos luzeiros d'esta litteratura, e um dos padeiros d'este pobre folhetim!». Tem acrescento letal, quando esperava versar sobre «a transpiração humana, e sobre o motivo porque de verão andâmos encalmados»: «Andava pois descorçoado, vendo que nunca chegava a estas alturas sublimes, onde se perde a terra de vista, e onde nos vêmos sós entre as nuvens. Resolvi tentar fortuna, e invocando os grandes santos d'esta egreja, abalançar-me a tamanho arrojo. Creio que alguma cousa consegui. Pelo menos lhes juro que cheguei a nada perceber do que deixo escripto. Dizem-me que é este o ideal do genero.» É importante conhecer estas picardias, preparativos de uma longa batalha, inevitável quando, na 'revista da semana' de 2-IX-1865, Chagas atira: «A proposito de symbolos fallemos, se lhe apraz, amigo leitor, n'aquella phalange de moços enthusiasticos e ardidos, que se junatram para fazerem uma excursão nas regiões de estylo inaccessiveis ao vulgo profano, a quem já Horacio tinha uma certa zanguinha. // Depois de Horacio, os escriptores da escóla transcendental são os que mais despreso consagram a esta plebe vil que vive atascada no tremedal do intelligivel. // [...] Aquilo não é doença, é uma conspiração, uma especie de maçonaria. [...] No fundo, a verdade é que elles nem a si mesmos se percebem. [...] // É uma sociedade muito curiosa, que jurou guerra de morte ao senso comum. // [...] Aquellas aguias, são aguias de capoeira. O veu que encobre aquelles altos pensamentos, por baixo nem pensamentos tem. São charadas sem conceito, enigmas sem chave. [...] // // Estas reflexões todas me occorriam, lendo um trecho de um artigo *Odes modernas*

Em anos subsequentes, além do copioso Chagas, encontramos – v. g., em 1869, ano fecundo sobre *A Delfina do Mal* e sua paródia – A. Osório de Vasconcelos, Henrique de Barros Gomes em digressão a Constantinopla, Luís Quirino da Fonseca, Ramalho Ortigão ("Arnaldo Gama", 23-IX), L. A. Palmeirim ("O barão", 17, 18-XII; "O fadista", de 19 a 29-XII), Rebelo da Silva ou o Paul Féval de *Os Casacas Pretas* (de 27-I a 30-XII).

Em 1879, salienta-se a dupla Octave Moret e Eugenio Moret, com "Os Millionarios de Paris (4-VII/16-IX, folhetim n.º 41), seguindo-se E. Richebourg, "Duas Mães" (26-IX).

11. 1. 4. *O Comércio do Porto*. José Tengarrinha, ob. cit.: 202, só regista este título [desde 2-I-1856], quando, de facto, começa por ser *O Commercio*, cujo número 1 sai na sexta-feira 2 de Junho, ano de 1854, a 40 réis: "Publica-se todas as Segundas, Quartas, e Sextas feiras", lê-se por baixo do *Preço D'Assignatura*. Tem formato de 44 centímetros de alto por 31 de largo, já maior a partir de 1-VII-1856. «A PRAÇA do Porto precisa d'um Jornal de Commercio, Agricultura e Industria, onde se tratem as materias economicas, historicas e instructivas destes tres poderosos elementos em que assenta a prosperidade das nações modernas» – abre editorial a três colunas, com, no rodapé, bem apropriado folhetim: *Cáza de Banco de Rothschild*. Mas a primeira designação do termo 'folhetim' só cabe em 11-II-1856. O 'Retrospecto' à segunda-feira, desde 9-II-1857, e já aos sábados em 1859, revisita a semana burguesa portuense, até 19-V-1860. Acompanha-se de uma 'Revista de Lisboa' (a partir de 4-XI-1859), por Andrade Ferreira – e, no ano seguinte, por certo cavalheiro Carniole –, que acrescenta "Contos e lendas da minha terra" (referências a Ossian). É raro algum texto estrangeiro, de autoria nem sempre declarada. Assim: Balzac, "A Bolsa", 13 / 26-IV; Charles Deslys, "Uma consulta", 9/11-V; Hoffmann, "A fe-

publicado no *Seculo XIX*, jornal de Penafiel. // [...] O artigo era, se não me engano, do sr. Anthero do Quental, grão-mestre da maçonaria em que fallei, depois da abdicação do nosso talentoso deputado o sr. Vieira de Castro.» *Editoriais* e *Pontos de Vista* do *Jornal do Comércio* de 1972 /1973 estão reunidos em *Temas do Portugal de Hoje*, Lisboa, 1973.

licidade ao jogo", 24- -X/3-XI; Henri Conscience, "A ventura de ser rico", 21-XI/16-XII, e "O demonio do dinheiro", 31-XII-1859…

Aí trabalha, em 1860, A. A. Teixeira de Vasconcelos, como efémera Izabel Grosbois e Nabucodonor de "Cousas e lousas" (desde 23-III; já Nabucodonor Senior em 6-VII; T. de V. desde 20-IX, mas sobrepondo outra colaboração: *O Prato de Arroz Doce* entre 1-VII e 4-IX-1862). Continua Andrade Ferreira; surpreende Tourguenef [*sic*], "Os dous amigos", 28-III/23-IV-1860, mas não A. Dumas, "Os dramas do mar (Boutekoe)", 19/31-VII, ou H. Conscience, que dá cinco títulos, entre 24-VI e 15-XI. Rebelo da Silva cede *Lágrimas e Tesouros* (31-I/10-VI-1863); Arnaldo Gama apresenta *Um Motim Há Cem Anos* (6-IX/14-XII-1861), desvenda *O Segredo do Abade* (19-I/7-IV-1864), demora-se com *A Última Dona de S. Nicolau* (6-XI-1864/29-I-1866)[358].

[358] Para breve historial, ver *Branco e Negro*, n.º 10, 7-VI-1896; Fernando Emygdio da Silva, "Bento Carqueja / Elogio académico", *Conferências e mais Dizeres*, volume II, Lisboa, 1963: 95-133; *O Comércio do Porto*, 2-VI-1991. Finou-se, com *A Capital*, em 30-VII-2005.

No século XX, importa *Estrada Larga*, suplemento quinzenal de 'Cultura e Arte', cuja apresentação em livro facilita consulta em muitos itens obrigatória para o século XIX. O seu organizador, Costa Barreto (que também dirigiu 'O Comércio Infantil': além de originais e traduções, sobrelevam os textos, guiões televisivos e folhetins radiofónicos de destinação infantil), começa por recolher os números especiais do primeiro lustro, acrescidos de «vários outros publicados em ocasiões diferentes» e àqueles ligados. Breve nota bibliográfica, ou 'Ficheiro', encerra cada dossiê, remetendo para artigos não inclusos. O primeiro volume (Porto Editora, s. d. [1958]) contém oito capítulos, de 28-X-1952 a 26-VI-1956: Bernardim Ribeiro; O Saudosismo e Pascoaes; O Simbolismo e os Simbolistas; Fernando Pessoa e o Movimento de *Orpheu*; O Porto e a Sua Vida Literária e Artística entre 1854 e 1904; Almeida Garrett; A Ficção em Prosa na Literatura Portuguesa, a que se junta Inquérito. Concorrem aqui os melhores estudiosos, entre 52 articulistas na prosa (afora 11 poetas). O segundo volume [1960?] acolhe 64 colaboradores em prosa e cinco números especiais saídos entre 10-V-1954 e 13-XI-56, subordinados ao título do apartado inaugural, A Arte Moderna em Portugal. Seguem: José Malhoa; Inquérito Sobre o Futuro da Pintura em Portugal; A Música em Portugal no século XX; O Teatro em Portugal no século XX. O terceiro volume [1963?], de 15-I--1957 a 27-XII-1960, apresenta: Sá de Miranda; Sampaio Bruno; Fialho de Almeida; A Poesia 'post'-*Orpheu* (com antologia); A Poesia Espanhola Contemporânea (ainda, antologia); O Teatro Espanhol Contemporâneo; O Infante D. Henrique. Oito articulistas e 25 poetas espanhóis secundam 57 ensaístas e 67 poetas portugueses. Um tão-só anunciado quarto volume comportaria: A Gravura em Portugal; Columbano; Pousão;

O director Bento Carqueja apresentou *"O Comércio do Porto" ao Completar 80 Anos. Notas para a Sua História* (Porto, 1934), dedicando capítulo aos "Folhetinistas". «Secção especialmente dedicada às senhoras», com o propósito de «*Instruir, recrear e moralisar*» (p. 63), releva alguns títulos: *Romance de Um Homem Pobre*, de O. Feuillet, vertido por Camilo (11-I/2-III-1861), autor, já, dos seguintes: *As Três Irmãs* (21-XII-1861/1-II-1862); *Estrelas Funestas* (22-III/22-IV-1862); *Estrelas Propícias* (31-X/6-XII-1862); "Poetas e Prosadores (Cartas a Ernesto Biester)" (15, 17, 20-XII-1862); *O Bem e o Mal* (8-IX/17--X-1863); *A Filha do Doutor Negro* (9-IV/15-VI-1864); "A vida das flores" (23-VI-1864); *Luta de Gigantes* (11-X/21-XII-1865); *O Santo da Montanha* (20-V/5-VIII-1866); "Um viajante no Minho em 1875" (13/15-IX-1867); *O Senhor do Paço de Ninães* (22-IX/20-XI-1867).

Conviria nomear, ainda: Pedro Ivo; Pinheiro Chagas epistolar, "Caprichos do luar" (21-VI/9-VII-1865), a par de anotações musicais, críticas e viageiras; visconde de Benalcanfor (Ricardo Guimarães); António de Azevedo Castelo Branco ("Poesia de mãe", 2, 4-II-1865); Júlio Lourenço Pinto; Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cartas a Uma Noiva*, mas não só (1889-1890); Alberto Pimentel (*O Segredo de Uma Alma*, 1893); Henrique Lopes de Mendonça; Carlos Malheiro Dias; Júlio Dantas.

11. 1. 5. *Jornal do Porto* (1-III-1859/1928). Fundado por José Luciano de Castro e José Barbosa Leão, este passaria a respectiva propriedade a A. R. da Cruz Coutinho[359].

> A redacção do *Jornal do Porto*, rigorosamente anónima, era constituída, além dos seus numerosos correspondentes das províncias e de Lisboa e dos seus colaboradores especiais, por três

Manuel Ribeiro de Paiva [*sic*]; O Cinema em Portugal no século XX; Antropologia Cultural Portuguesa – Aspectos característicos. [Ver em anexo à reimpressão do 1.º vol.; para o 2.º vol., *cf.* nota de João Maia, em *Brotéria*, vol. LXX, n.º 5, Maio de 1960: 583-585; sobretudo, J. G. Simões, "Costa Barreto", *Crítica V. Críticos e Ensaístas Contemporâneos (1942-1979)*, Lisboa, INCM: 179-196.]

[359] Carlos de Passos, *Hamilton de Araújo (O Troveiro e a Desventura)*, Porto, Portucalense Editora, 1943: 45, di-lo fundado por José Barbosa Leão, o qual, a 2 de Junho, dividiu a propriedade com Cruz Coutinho.

> únicos redactores efectivos e permanentes: José Luciano, que tinha a seu cargo a política interna sem aparente cor partidária; Francisco de Paula Mendes, que se ocupava da política estrangeira, e eu, que tinha à minha conta a crónica da vida local, literária, artística e social. Em folhetim, publicava de ordinário Júlio Dinis os seus lindos romances[360].

Ramalho é o principal folhetinista (1859-1866) do matutino. A carta semanal de Paris cabe a Daniel, pseudónimo de A. A. Teixeira de Vasconcelos[361]. Júlio Dinis é o nome de ligação: *Uma Familia de Inglezes. Scenas da Vida do Porto* de 1 de Março a 30 de Maio de 1867, aqui escoltado por Ponson du Terrail ("O Arneiro de Milão", 1-I/ /8-II-1867; "Um Crime da Mocidade", 2-VI/14-VII-1867; "Memorias d'Uma Viuva", 14-IX/20-XII-1867), Agostinho Albano ("Amor e Palavras", 9-28-II-1867), *A Caldeira de Pero Botelho*, Alexandre da Conceição, A. Dumas ("A Marqueza D'Escoman", 16-VII/13-IX-1867); Yvo Gedouin ("Renata Cobreau", 22/27-XII-1867); nos anos 70, Montépin, Ponson ("Os Novos Dramas de Paris", 31-VIII-1871), mormente, Alberto Pimentel[362] – tarefeiro a 500 réis por dia –, que vai para o lugar de Ramalho. Já em Lisboa, este alimenta-o com a secção "Correio d'Hoje"[363], indispensável para acompanhar, desde 28-IV-1871, a história das Conferências do Casino.

[360] Ramalho Ortigão, "José Luciano de Castro no Porto. Há cinquenta anos", *Folhas Soltas*, ed. cit.: 329-337 [331-332].

[361] Informação de Pedro Eurico, *Figuras do Passado*, Lisboa, 1915: 146-148. Aí são evocados João de Deus, Francisco Guimarães Fonseca, Antero, Rodrigo Veloso, Luiz Corrêa Caldeira (d'*O Trovador*), Amélia Janny.

[362] Em *Vinte Annos de Vida Litteraria*, cit.: 116-117, Alberto Pimentel conta como resolveu episódica "*crise de folhetim*" no *Jornal do Porto*: «Estavam alli sendo publicados *Os dramas de Paris*, de Ponson du Terrail, arranjados sobre uma edição lisbonense. A publicação da obra atrazara-se em Lisboa, de modo que era preciso acudir ao folhetim com um romance que não fosse tão longo que prejudicasse a sequencia dos *Dramas de Paris*, nem tão breve que deixasse de preencher um compasso d'espera. [...] // [...] Comecei então a escrever precipitadamente o romance, a fim de satisfazer ao pesado encargo de um folhetim diario, [...]. // Uma vez, lembra-me bem, cheguei a desfallecer, exhausto de forças.» Terminou em Setembro de 1872, juntou-lhe brevíssimo prólogo e logo foi revisto para volume. Era *O Testamento de Sangue*.

[363] *Correio de Hoje* (1870-1871), 2 tomos, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1948.

11. 1. 6. *O Bejense*. "Jornal de Utilidade e Recreio" sob a responsabilidade de Antonio Inácio de Sousa Porto (Beja, 3-IV-1860), suspende-se com o n.º 40, de 9-I-1861, regressa a 2-X-1861, e, com o n.º 64, de 15-III-1862, passa a 'Periodico d'Interesses Moraes e Materiaes', avançando largamente na periodologia (ano 38, n.º 1918, 4-IX-1897). Afora poemas de Alberto Teles e Soares de Passos, artigos em defesa de Camilo ou sobre A. A. Teixeira de Vasconcelos, este semanário vale pelas dezenas de poemas de João de Deus, que, enquanto redactor, se facetou polemista, quer contra o padre José Maria Reis, quer, sobretudo, em relação ao prefácio de Castilho ao *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro. O folhetim "*Os Lusíadas* e a Conversação Preambular" (à frente reproduzido) vem no n.º 150, de 7-XI-1863, e, de entrada, aflora o pedagogo, no registo castiliano, aliás: os feitos e vicissitudes do herói antifilipino seriam escolarmente preferíveis às aventuras e amorosos atropelos de lusíadas ofensores da gramática e do verso, o que João de Deus contesta: «Mas o sr. A. F. de Castilho mesmo diz que o autor dos Lusiadas falava um portuguez de lei. [...] Mas o sr. A. F. de Castilho diz tambem que os versos eram bellos no seu tempo, e que os Lusiadas estão mais vivos e mais vivases hoje que nos dias em que nasceram.»

Mais demoradamente, justifica o que, em Castilho, era acusação implícita à prefixa tirania da oitava rima camoniana, concluindo: «O andamento da frase não tem nada com o compasso do verso. São duas coisas diferentes [,] compasso e andamento. Todos os versos da mesma qualidade teem o mesmo compasso. Dar-lhes o mesmo andamento só quem não sabe ler, ou quem os não sabe fazer.»

Lê, outrossim, o *D. Jaime* «fundado no odio de Portugal a Castella, ja hoje contra o espirito da fraternidade universal», ao qual atribui, porém, qualidade de obra de Arte, que o tempo não deprecia.

11. 1. 7. *Gazeta de Portugal*. Associado à estreia de Eça de Queirós ("Notas Marginais", 23-III-1866; até 22-XII-1867, um total de 17 folhetins, que assim dá início a 33 anos de permanente ligação à Imprensa[364]) –, este diário, já com nome nos anos 20 e 30, foi re-

[364] J. Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Amadora, Livraria Bertrand,

fundado e dirigido por António Augusto Teixeira de Vasconcelos (Lisboa, 9-XI-1862/8-I-1868). Dedicava a primeira página ao "Bulletin pour l'étranger" (inovadora síntese informativa para alargar o espectro de leitores), à política interna, aos debates das Cortes – cujos extractos motivariam, desde 2-I- -1865, uma vespertina e de menor formato *Gazeta de Portugal* / Boletim da Tarde – e ao ricamente colaborado folhetim, por onde passaram, entre outros, A. F. de Castilho, Inocêncio, Ana Plácido, Júlio César, Mateus de Magalhães, Santos Nazaré (estes dois na 'Revista da Semana'), Tomás Ribeiro, Rebelo da Silva (que analisa *Roberto Valença* e *O Prato de Arroz Doce*: 17-VII-1863, n.º 199), Álvaro do Carvalhal (12-XI-1867)... Também aqui se estreia Gomes Leal ("Aquela morta", 1866). Camilo é muito acompanhado, sem deixar de colaborar: por exemplo, em 26-VI-1863, n.º 182, com "O tio egresso, e o sobrinho bacharel / (Capitulo de um romance massador)", datado de Santa Cruz do Doiro – 1849; em 16-VII, n.º 198, "A formosa das violetas", de Lisboa, 14 de Julho de 1863 (ambos, depois, em *Noites de Lamego*; no 'Noticiario' deste número, carta de Camilo pedindo ajuda para José Joaquim Gonçalves Basto, antigo proprietário d'*O Nacional* portuense). Secções interiores eram a política estrangeira – não raro comentada pelo director político –, comércio e indústria, noticiário [revista da Imprensa], actos oficiais [resumo da parte oficial do *Diário de Lisboa*], variedades, notícias marítimas, avisos, espectáculos e vasta carteira de anúncios.

A versatilidade do grande jornalista que foi Teixeira de Vasconcelos[365] vem acrescentada pela composição da figura de Christina de Avellar Calheiros, que, a partir do n.º 31 (16-XII-1862), dirige ao "sr. redac-

[3] 1980: 701-715, apresenta os trabalhos e os dias dessa produção até 1899. Ausente da *Bibliografía...* de Guerra da Cal está "O lume" (primeira metade; 17-XI-1867), dado na *Voz de Torres Vedras* / Periodico Agricola, Commercial, Noticioso, n.º 40, 5-XI- -1887.

[365] *Cf.* Ramalho Ortigão, "Alguns sucessos", *Notas de Viagem*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945: 31-34; e *Pela Terra Alheia*, *ibid*., 1949: 110-112; Alberto Pimentel, *Vinte Annos de Vida Litteraria*, cit.: 153-155; Lourenço Coyolla, *Revivendo o Passado*, Lisboa, Imprensa Limitada, 1929: 139-141. Ainda para a *Gazeta de Portugal*, outros informes no t. VIII do *Diccionario...* de Inocêncio e em João José de Sousa Telles, *Annuario Portuguez Scientifico, Litterario e Artistico*, 1863: 205.

tor" a primeira de 15 cartas sobre "Modas de Paris" (até 11-IV-1863), já sob o título, entre 6-VI e 8-VIII-1863 (n.º 218), de "Carta Acerca de Modas". Satura os folhetins de tiques discursivos femininos, enquanto faz uma demonstração *a contrario*: considera longa, complicada e fastidiosa a descrição das variantes para fabricar lenços ou rendas; minimiza os bailes, teatros, passeios; defende que a esposa se dedique ao marido, à casa e a obras de caridade, qual Madame de Lamartine, alheia às políticas – que, todavia, espreitam em cada prega do discurso, como a denunciar as intenções do travestido:

> Mas a moda é semelhante aos deputados, que em certos mezes do anno são capazes de interpellar Nosso Senhor Jesus Cristo, e não ha dia em que não peçam palavra para dizerem coisas novas, porém ao entrarem nos caniculares, abalam para a terra, e não ha modo de os demorar em Lisboa. É tal e qual. (n.º 185, 1-VII-1863)

Acima do filete, comenta explicitamente a governação do partido progressista, a que se opõe, segundo a mesma lógica epistolar, dirigindo-se em nome próprio ao editor e articulista da *Gazeta*, Brito Aranha (30 longas cartas entre 23-VI, n.º 180, e 3-X-1863, n.º 266). Aqui ou além, cria-se um efeito de resposta, corrobora-se, como no ataque à masculinização das mulheres, tentadas pelas calças (n.º 217, 7-VIII-1863).

A melhor 'revista da semana' cabe, porém, a Pinheiro Chagas[366],

[366] «D'ahi a tempos, Matheus de Magalhães, que fazia na *Gazeta de Portugal* umas revistas de semana muito correctas mas muito frias, cançou-se ou cançou o publico. Teixeira de Vasconcellos ofereceu-me o lugar vago. // E aqui fiquei eu redactor effectivo e remunerado da *Gazeta de Portugal*. // A tarefa era difficil. Julio Cesar Machado estava então em plena florescencia, e o publico só tinha olhos para elle. As três edições dos *Contos ao Luar*, devoradas em oito dias, demonstraram claramente a immensa popularidade do moço folhetinista. Era difficil conquistar um logar ao seu lado.» "Recordações de um jornalista", *A Illustração Portugueza*, 2.º ano, n.º 41, 26-IV-1885. No n.º 42, de 3-V-1885, Chagas volta à *Gazeta*, refere as mudanças de local da redacção, a opção pelo grande formato, para imitar o recém-aparecido *Grand Journal*: «Estendiam-se os artigos, e por conseguinte mettia-se palhada, como se diz em giria jornalistica.» A substituição, sem aviso, de um folhetim sobre a noite de S. João por um de elogio a Napoleão III, que Vasconcelos defendia, leva à saída de Chagas, e troca por Xavier da Cunha, que assinava Olympio de Freitas.

atento às novidades bibliográficas, ao teatro, ao corrupio político e burguês na Sintra estival, enquanto o povo acorre às touradas ou ao circo. Desperto para os liames da arte, vai de reconhecer: «A creação da escola romantica foi a especulação mais rendosa da França litterario-mercantil!»

Perante a severidade dos cânones clássicos, assente como «era necessario ter uma paciencia evangelica, para ir ao theatro no seculo passado! Nos primeiros actos não faziam as heroinas outra coisa senão levantar-se á meia-noite, e andar a passeiar pelo palacio, de criada atraz de si.» (n.º 296, 8-XI-1863) Dolorosamente reconhece, entretanto, que «A escola realista, filha do monstruoso himeneu da litteratura e da anatomia, tambem entrou na musica, e lá anda com o escalpello a mostrar-nos a horrida estructura interna do cadaver gentil da arte sublime» (n.º 302, 15-XI-1863).

Esta batalha prossegue-a Chagas no *Jornal do Comércio*, que só os sobressaltos pós-25 de Abril de 1974 enterraram de vez.

11. 1. 8. *Diário de Notícias*. Atento, desde 29-XII-1864, ao também literário "noticiário universal", acolhe os folhetinistas do seu tempo, lança inquéritos aos escritores vivos, assoma em campanhas pelos maiores: celebração do tricentenário de Camões (especialmente, com 30 mil exemplares d'*Os Lusíadas*, oferecidos aos leitores), subscrição para o monumento a Herculano nos Jerónimos, comemoração do centenário do nascimento de Camilo… Em menos de vinte meses, sobe dos cinco mil exemplares de tiragem inaugural a 14 300 (15-IX-1866). Neste ano, passa de 9 600 a 14 800 (30-XII-1866) – ronda os 30 mil em 1880 e os 100 mil em 1898[367] –, nomeando os "notaveis escriptores" que honraram as suas colunas: Camilo, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Castilho, Ricardo Guimarães (ou visconde de Benalcanfor), J. C. Machado, Manuel Roussado, Bulhão Pato, etc. A partir de 1867, não demoram outros ilustres: Ramalho (espécie de homenagem, ver o seu perfil em

[367] Para 1880, ver Joel Serrão, *Temas Oitocentistas – I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980: 32. Problematização da segunda tiragem, e recapitulação de títulos nacionais à volta de 1910, com respectivos preços, em Jacinto Baptista, *Um Jornal na Revolução. "O Mundo" de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Seara Nova, 1966: 42, e *passim*.

14-VI-1880), Eça, Luís Garrido, António Oliveira Marreca, Brito Aranha, Cláudio José Nunes ou Leite Bastos, com *A Mulher do Carrasco* (1878-1879) e *O Incendiario da Patriachal* (1879-1880)... Dias houve em 1866 com 300 anúncios, o que é inédito entre nós. Os *Brindes* anuais (reunião de ficções e, raramente, poesia de colaboradores eméritos), com que se agradece em namoro a leitores, e *almanachs*, ou o *Diário de Notícias/Ilustrado* (edição de luxo e bons colaboradores literários: 1895-1914, 1922-1923), congregam os principais nomes. Lança os ardinas ou "vendilhões", no dizer de Júlio César (*Artes e Letras*, n.º 9, 1873), com que também se explica o êxito inicial: às quatro da madrugada, já se grita jornal[368]; chega ao Cacém às sete, onde espera outro ardina, que chega a Sintra às nove, «antes dos omnibus!» (p. 141): ganha três tostões por dia. Impresso desde 1890 numa rotativa *Marioni*, pode tirar 20 mil exemplares por hora (tiragem que duplica nos de pequeno formato)[369]. A defendida neutralidade baqueava quando tangia à pátria: Eduardo Coelho não se coibiu de, com o restauracionista *Portugal Captivo*, em rodapés de 1868, logo em livro, combater a união ibérica. Essa imagem de "*jornal incolor*" é glosada por colaboradora, também folhetinista, que torna o *Diário de Notícias*, em grande medida, protagonista de romance[370]. Da infinita cronística – só em 1879, além de Eduardo Coelho: a "Revista Agrícola" de Jaime Batalha Reis, um copioso Júlio César Machado, Bulhão Pato, o crítico de música Joaquim

[368] «Chamavam-lhe garoto! E apenas com seis anos / Andara a apregoar diários de dez-réis.» Cesário Verde, "Desastre", *Obra Completa de Cesário Verde*, ed. de Joel Serrão, Lisboa, Portugália Editora, [3]s. d.: 137. O *Diário de Notícias* reivindicava ter sido o primeiro a apregoar-se pelas ruas, quando crianças e cegos gritavam já as folhas volantes na era miguelista, melhor, sob o frágil reinado de Isabel Maria. O facto motivou decreto desta, de 22 de Setembro de 1826, proibindo a venda e quanto de mentiroso se gritava... Silva Pereira julga dirigir-se o decreto ao *Clarim Portuguez* (1/17-IX-1826), que incitava D. Miguel a assumir o trono. Ver artigo na página derradeira do último número de *A Imprensa* / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa, Outubro de 1885/1891, n.º 71).

[369] Em 1814, o *Times* tirava mil exemplares à hora, na rotativa inventada em 1812 pelos alemães König e Bauer; em 1851, a do escocês Thomas Nelson imprime dez mil.

[370] Trata-se de Agustina Bessa-Luís, *Doidos e Amantes*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005: 139. "D'essa incolôr redacção!" do *Diário de Notícias* sofre também D. José Carcomo, "N'um album", *O Recreio* (Lisboa), 2.ª série, n.º 1, 16-VIII-1886: 69.

Pessoa (pai de Fernando Pessoa), e, no verso, "En petit", de Cesário Verde (29 de Setembro) –, a mais volumosa será a de "Cousas & Lousas", assinada por L. Mano, pseudónimo de Manuel Emygdio da Silva, entre 1903 e 1910, recolhida em 2 volumes[371]. Singularmente, a empresa do jornal passou alguns folhetins estrangeiros a livro: René Pujol, *O Mistério do 'Rápido' de Paris*,1930; Pierre Chaine e Noré Brunel, *O Segredo de Patrício*, 1931.

11. 1. 9. *O Primeiro de Janeiro*. José Tengarrinha ([2]1989) dá-o nascido em 1869. Não. Em 1-I-1968, o primeiro Caderno do Centenário, de 12 páginas, integralmente dedicado à "Pequena história de um grande jornal", mostra como o espírito da 'Janeirinha' já perpassara pel'*A Revolta de Janeiro* (1-VI/31-VIII-1868 [em *Jornais e Revistas*…, só consta 14-I-1868), excessivamente panfletária. Por isso, o Centro Eleitoral Portuense decide-se por «criar um jornal calmo, severo, e, acima de tudo, construtivo» (p. 2), a sair às segundas e quintas-feiras, passados onze meses – 1 de Dezembro de 1868 – sobre o movimento liberal do Porto que fez cair o governo de Joaquim António de Aguiar. "Jornal politico e noticioso", retira, a 14 de Janeiro, este dístico do cabeçalho.

O n.º 2 já traz folhetim-crónica de Júlio César Machado. Diário desde 10-I-1869, o então proprietário d'*O 1º de Janeiro* e do *Jornal de Notícias* (ainda não o que conhecemos hoje) funde este naquele em 23-I-1869 – n.º 13 d'*O 1º de Janeiro* –, para aqui passando o folhetim *Os Companheiros da Espada*, de Ponson du Terrail, paginado de modo a formar volume de pequeno formato. No entanto, no n.º 15, começou, com a mesma disposição gráfica, a 'Biblioteca do 1º de Janeiro', com o romance-folhetim *Memórias Dum Gendarme*, também do autor do

[371] *Cousas & Lousas. Crónicas (1903-1910)*, Lisboa, 1958. Salientemos: "A abertura das Cortes", 2-I-1903:1-4; "Feriados e dias santos", 3-VII-1903: 80-85; "Os decotes", 19-II-1904: 128-132; "Gorgetas" [*sic*], 8-IV-1904: 158-165; "Touros e pão", 20-V-1904: 301-306; no vol. II, "Férias e feriados", 13-I-1905: 13-19 [multiplicará críticas a este 'país de feriados']; "Mundanidades", 23-II-1906: 53-58; "S. Carlos e S. Bento", 20-IV-1906: 70-78; "Em vésperas de eleições", 3-IV-1908: 154-159; "Deputados e ministros", 7-XI-1908: 272-277.

Rocambole, traduzido por Joaquim Carvalho Araújo Lima.

No n.º 17, o carácter intelectual da folha acentua-se com a publicação de obra-prima de João de Deus – "A Vida".

Passa de *O 1.º de Janeiro* ao extenso *O Primeiro de Janeiro* em 28-III-1869 (n.º 65). Para as quintas-feiras e domingos, promete-se folhetim de Manuel Roussado, também correspondente diário de Lisboa. Outros colaboradores eram D. António Alves Martins, bispo de Viseu, Latino Coelho, Sousa Viterbo, Emídio Navarro, Tomás Ribeiro, Rebelo da Silva. Já redactores foram Germano Vieira de Meireles, Alberto Pimentel, João Chagas ou Urbano Loureiro, que rodapeava contra o teatro declamado e lírico. Este traduz, a partir de 11-V-1870, folhetinesco Alphonse Karr, *O Caminho mais Curto*, e a tiragem sobe de três para quatro mil. A 18, A. A. da Silva Marques aborda a "Tragédia de Vieira de Castro" e a tiragem explode; a 20, era de cinco mil; de seis mil, a 21. A guerra franco-prussiana atira-o para os oito mil (4-IX-1870).

Junqueiro estreia-se aí com "Morena" (13-X-1870), voltando a 6-XI e 1-XII, 6-I e 15-X-1871. Com 32 agentes-correspondentes pelas províncias, impôs-se aparecer, na cidade, às 5 e 6 horas da manhã, quando abriam os estabelecimentos. A edição, em pequeno ou grande formato, dependia dos anúncios. Folhetim-crónica ou poema davam, nestes casos, a leitura compensadora: G. Crespo, "Arrufos" e "Suas mãos", 5--I-1871; Camilo, "Fragmento dum romance inédito", 8-I-1871; entre 11 e 24-I, "Amor ideal (Conto)", e outras presenças que Alexandre Cabral dá em verbete[372]; a carta de Antero contra o encerramento das Conferências, 7-VII-1871 – o qual regressaria a 22-V-1872 para criticar a teofiliana *Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Como se sabe, C. [arlos] Fradique Mendes macadamizara-se a 5-XII-1869. A apresentação dos "Poemas do macadam" fora de A. Q. [Antero de Quental], seguindo-se "A Carlos Baudelaire", escrito em Paris, no dia do seu enterro, 7-IX-1867, ano que data os restantes: "Intimidade", "As flores do asphalto", "Noites de Primavera no Boulevard". Bem informado sobre Antero, não o é menos sobre Eça, de quem anuncia aquele enigmático

[372] Ver Eduardo Sucena, "Camilo e "O Primeiro de Janeiro"", *O Primeiro de Janeiro*, 24, 31-VIII-1983. Introduz, também, "Livro de Lazaro" (18, 23, 24-V), de Henri Heine.

livro *História de Um Lindo Corpo*[373].

Desde 1871, impõe-se a romanesca de Amadeu Achard (*À Cata das Loiras*, 1-IX/8-XI; *O Chaile Verde*, 9/12-XI; *Lazarina*, 15/21-XI) e, sobretudo, G. Sand: esta inaugura, em 22-XI, *Malgrétout*, que termina em 29-II-1872, após 67 rodapés; alternada por V. Cherbuliez, *A Desforra de José Noirel* (1-III/12-VIII, folhetim n.º 96), dela sai *Cesarina Dietrich* em 13-VIII/14-XI-1872, com 66 rodapés. Reencontra-se em 1876, ao lado de quatro folhetins tirados de Balzac. Convirá referir, ainda em 1872, os seis de Antero, "Philosophia da Historia Litteraria Portuguesa" (22/29-V), acrescidos de dois em 30/31-VII, "Duas palavras a proposito do folheto do snr. Theophilo Braga, mas não em resposta ao snr. Theophilo Braga nem ao seu folheto"; resquícios da polémica do *Fausto* (3-IX); crítica à peça *As Fidalgas de Pontalec*, no Baquet (29-IX); "As Praias", poema de Junqueiro, dedicado a Eça (12-X). A presença explícita de Alberto Pimentel acontece a partir de 17-XI, ora traduzindo Méry, *O Desterrado* (até 15-II-1873), ora cronicando: saliente-se, nos "Eccos da Semana" de 24-XI, olhar sobre a morte de Vieira de Castro e récita do *Rigoletto* no S. João; em 1-XII, sobre a função do jornal, particularmente, d'*O Primeiro de Janeiro*; outras anotações suas, em 8, 15, 20 (introduz poema de A. Luso), 22 e 24 de Dezembro (compara o Natal de 1872 ao de vinte anos antes), e, já, uma história da publicidade ("Os annuncios", 29-XII).

É mais variado 1873, quando a tiragem oscila entre oito mil e nove mil (no... primeiro de Janeiro e aos domingos). De Pimentel – ora traduzindo, ora com saborosas crónicas, algumas das quais integrarão *Fotografias de Lisboa* (1874; 2.ª ed., 2005) –, assinalemos: "Physiologia do Theatro Baquet", 12-I; "Telhudos históricos", 19-I; "O relógio", 26-I; "Os domingos", 2-II; "O gabinete de Camilo", 9-II; "A Águia d'Ouro – O que foi e o que é", 16-II; "Physiologia do Theatro de S. João", 23-II; "A grève", poema, 9-III; "As italianas", 16-III; "Emilio Castelar", 23-III; "A reserva", 30-III (da *cunha*, no recrutamento militar); "Indús-

[373] 24-I-1871, 'Correio da Noite', p. 3: «– O snr. Anthero de Quental está para publicar um livro que terá por titulo – Programa de estudos para as gerações futuras. O snr. Eça de Queiroz vae publicar outro que se chama – Historia de um lindo corpo.»

tria das ruas", 6-IV; "Judas no plural", 13-IV; "História velha", 27-IV; "As charadas", 20-IV (sobre a moda das charadas); "O jornalismo Portuguez", 2-V; "A giganta", 4-V (carta a Júlio César Machado, que aí dera extracto com o mesmo título, em 30-IV); "'História cómica do jornalismo portuguez' [...]", 8-V; "A ópera Eurico", 11-V; "A Academia de Coimbra", 18-V; "Ás sete horas da manhã", 25-V; "Thiers", 1-VI; "A minha filha", 8-VI; "O Album do Gymnasio", 15-VI; "São João", 24-VI; Animais e vegetais", 6-VII; "José Carlos dos Santos", 13-VII; "Á mesa do chá", 20-VII; "*O Tartufo*", 27-VII; "A Hespanha", 10-VIII; "Esboço de comédia", teatro, 17-VIII; "S. Bartholomeu", 24-VIII; "As colheitas", 31-VIII; "Os Bohemios", 7-IX; "Os Almanachs", 14-IX; "O S. Miguel", 28-IX; "As botas dos frades d'Alcobaça", 5-X; "Como as Almas se procuram", romanesco, 12-X; "Lá e cá", 19-X; "Cada terra com seu uso...", 26-X; "A grammática das mulheres levianas", 1-XI; "O Ideal", 9-XI. Outros, sem propósito exaustivo: Camilo, cuja *Biografia do Visconde d'Ouguella* ia ser posta à venda (1-I), e "Bibliographia / Os criticos do *Fausto* [...], 22-IV; Guilherme Braga, "Carta a Alberto Pimentel" (4-I); fragmento d'*A Indiana*, de Tomás Ribeiro, 2--III; Rebelo da Silva, *Ecce Homo*, 9/10-IV; Augusto Luso, "Dia e noite", poema, 21-VI; Guerra Junqueiro, "Carta ao Sr. Sampaio, Ministro do reino", 14-VIII, e "Bébé", 21-VIII; J. M. Latino Coelho, "Emilia das Neves", 26-VIII; por Novembro-Dezembro, um E. G. conversando sobre Paris deve ser Eduardo Garrido. Após Méry, vem Emílio Souvestre, *O Memorial de Família*, com tradução de A. Pimentel: 18-II/5-VI, 56 folhetins, e *Memórias d'Um Velho*, 6-VI/3-XI, 62 folhetins. No dia seguinte, inaugura-se Paul Féval, *A Casa de Pilátos* [*sic*], entrando por 1874, folhetim n.º 37, 1-I-1874, até ao folhetim n.º 139, 8-VIII-1874.

Outros, em 1874: E. G., "Miserias de Pariz", 23-I / 6-II, cinco partes; Ernest Feydeau, "Sylvia", 12-VIII / 20-IX, 28 folhetins; Ponson du Terrail, "Dyana de Lancy", 23-IX / 30-XII, folhetim n.º 50. Cronísticos: Z., "Um baile em Guimarães", 18-I; "Eurico", 27-I (elogio de ópera com este nome do portuense Miguel Ângelo); G. de C., "Bibliographia / O *Diccionario Universal de Educação e Ensino*", 1-II; visconde de Ouguella, "Os salões" (Fragmentos de um livro inedicto)", 11 / 12-II; Gas-

tão Nunes, "Baile", 26-II; E. Dias, "A tia Joanna / Recordação infantil", 19-IV; B., "Um idylio em Oliveira de Asemeis!", 28 / 29-IV; D. Antonio da Costa, "O Bom Jesus do Monte", 7 / 8-VII; G., "Bibliographia / / Memorias de Mad. Lafarge", 11-VII; Anónimo, "Costumes ingleses – – Uma lucta clandestina", 30-VII; J. Duarte d'Oliveira, Junior, "Alguns momentos na exposição das Bellas-Artes", 18 / 19-XI. Poemas: Alfredo Campos, "Tristesas", 19-V; A. Luso, 4, 8, 11-X. Carta: J. V. de Mesquita Soares, "Bibliographia (Carta ao auctor do *Estudo sobre a colonisação e emigração para o Brasil*)", 26-V; seis cartas de A. sobre assuntos vários, 25, 31-X, 15, 22-XI, 6, 20-XII. Eclécticos: A. Luso, "Esboços do natural – Poema", 19 /21-III; Henrique Marinho, 17-VII; em 19-VII, folhetim-crónica e carta de Camilo na *Revista Universal Lisbonense*; A. E., "A filha do Cabinda", 26-IX; A. Luso, cartas e poemas, 18-X-1874.

Um dos mais longos folhetins foi, sem dúvida, *Os Lobos de Pariz*, de Júlio Lermina, entre 5-XI-1876 e 14-II-1878. Em 1877, relevemos "Questões históricas" (3, 5, 8-V), polémica entre Camilo e Chagas por via das opções tradutórias deste em *The Life of Prince Henry of Portugal*. José Simões Dias é analista e analisado em 11, 13-VII e 12-VIII.

Muitos folhetins das praias, insípidos como esparso A. Luso, ficam aquém de Xavier de Montépin (15-II/27-VI), e de F. [Fortuné] du Boisgobey, *O Alfinete Cor de Rosa*, correndo em 1879, alternando com Oliveira Ramos, "Do Realismo na Arte" (3, 13-VII), e Narciso de Lacerda, mas não só. Dignas de registo são as semanais 33 "Cartas da capital" de Guilherme de Azevedo (1-VI-1879 [ainda "Cartas fantasistas"] /4--IV-1880); e, já de Paris, a dominical "Cá e lá". Outros dez folhetinistas compõem 1879.

Àquelas vem dedicado o 2.º caderno do centenário (1-II-1968, 28 p.); às de "Cá e lá" (31-X-1880/12-II-1882), o 8.º caderno (30-V-1968, 16 p.), que, das 40 enviadas, transcreve 19 (31-X-1880/24-IV-1881).

Se olharmos às tiragens dos 307 números de 1879, percebemos a gradação das quatro páginas a seis colunas, que não saíam à segunda-feira: dez mil exemplares, entre 1-I e 30-V; doze mil, entre 31-V e 19-X; 16 500, em 20-X; baixando, na semana seguinte, para 15 000.

Os anos 80 serão majorados pela força de João Chagas, que chegava a redigir os textos em francês, com obrigada tradução revista por camarada de trabalho.

O 3.º caderno (22-II-1968, 16 p.) fornece uma 1.ª série de "Folhetinistas do século XIX": Manuel Roussado, Júlio César Machado ("Uma manhã no Carvalhal", 19-VI-1869; "D. Quixote", 28-X-1875), Urbano Loureiro, Camilo ("A coroa de oiro", 26-II-1871: sobre Vieira de Castro; "Folhetim – Leitura consoladora", 2-V-1871), Alberto Pimentel ("*O Primeiro de Janeiro*", 1-XII-1872; "O gabinete de Camilo", 9-II-1873; "Fisiologia do Teatro Baquet", 12-I-1873), L. A. Rebelo da Silva, G. Junqueiro, Latino Coelho, visconde de Ouguela. A 2.ª série ocupa o 4.º caderno (14-III-1968, 16 p.): D. António da Costa, Alberto Braga (releve-se uma "Crónica de Lisboa" de 16-IV-1882 na morte de Guilherme de Azevedo), Eduardo Barros Lobo, Ramalho ("A Holanda. Campos e aldeias", 11-IX-1885; "Eça de Queirós", 18-VII-1887; "O Lazareto de Lisboa", 9-IV-1888), Alberto de Oliveira (Em "A Língua Portuguesa", 26-I-1893, critica as «últimas gerações literárias, educadas por Paris», que disseram a nossa «língua de almocreve». Segue-se o respectivo elogio.), Rocha Peixoto, António Arroio ("A colecção de faianças de Guerra Junqueiro", 25-IV-1894).

O 5.º caderno (28-III-1968, 16 p.) é dedicado aos "Folhetins polémicos do século XIX", também ditos folhetins crítico-polémicos. Antero critica *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões...*, de Oliveira Martins, e a citada *Teoria...* de Teófilo (22, 23, 24, 25, 28 e 29 de Maio), com tréplica em 30/31-V- 1872). Segue-se polémica entre Camilo e Chagas, tida por «originàriamente travada nas páginas de *O Primeiro de Janeiro*» (p. 10), o que não é o caso: Alexandre Cabral reprodu-la em *Polémicas de Camilo*, vol. VI, Lisboa, Livros Horizonte, 1982: 8-22. Outra de Camilo com Oliveira Martins colhe-se no vol. IX, *ibid.*: 43 ss.

"Folhetins críticos do século XIX" compõem o 6.º caderno (18-IV--1968, 12 p.). Abrem com Germano Vieira de Meireles sobre *Eva*, de Santos Nazaré, sequenciado por outros ilustres recenseadores: Camilo, Antero, Oliveira Martins (sobre *Lira Íntima*, de Joaquim de Araújo, 21--IV-1881), Eça (sobre *Aquarelas*, de João Dinis, 25-II-1889), Alberto

de Oliveira (A. Nobre, *Só*, 21-IV-1892), José de Figueiredo.

O 7.º (9-V-1968, 16 p.) é florilégio de "Poetas do século XIX": João de Deus, 28-VI, 21-VII, 1-VIII-1869; aquele Fradique anteriano de 5--XII-1869; G. Crespo, 5-I-1871; G. Junqueiro, 6-XI-1870, 6-I, 21-II, 15-X-1871, 12-X-1872, 7-I-1889; Tomás Ribeiro, 2-III-1873, extracto de *A Indiana*; José Simões Dias, 5-VIII-1876; Manuel Duarte de Almeida, 16-III-1888; Gomes Leal, 12-VIII-1889; Alberto de Oliveira, 9-IX-1889; A. Nobre, 7-X-1889; A. Feijó, 25-XII-1891, com célebre "Noite de Natal". Afora as notas biobibliográficas que precedem cada autor – norma em todos os cadernos –, é irrecusável a importância destas transcrições em vista a edições críticas.

Referido o 8.º caderno para Guilherme de Azevedo, os seguintes fogem ao âmbito cronológico em apreço e, mesmo, à colocação no jornal. São "As primeiras grandes reportagens" – duas séries para 1888-1891 e 1894-1903, ilustradas; também duas séries de "Cartas do estrangeiro", 1880-1900 (Carlos Lobo de Ávila, M. Pinheiro Chagas, Agostinho de Campos, Guedes de Oliveira) e 1902-1916 (Queirós Ribeiro, Justino de Montalvão, José Maria de Alpoim). Interessa a uma óptica viageira (de Madrid aos Balcãs), de que o século XIX já dera largos exemplos em volume. No miscelanear 13.º caderno (Setembro de 1968, 20 p.) – entre 1871 e 1914 –, vem aquele fragmento camiliano (8-I-1871) de romance que deveria intitular-se *Celestina*, além da solidariedade de intelectuais para com Gomes Leal. Junqueiro, vário sobre V. Hugo, responde, com Ramalho, a inquérito "Acerca de um projecto de monumento ao Marquês de Pombal" (28-IV e 31-V-1914, respectivamente). "A ortografia nacional" preocupa Carolina Michaëlis de Vasconcelos (15, 16, 17-III-1911). Se os cadernos de 14 (31-X-1968) a 23 (11-XII--1969), com redacção de Novecentos, interessam, aqui e ali, a nomes de Oitocentos – Eça, Júlio Dinis, Nobre, Fialho, Junqueiro, etc. –, pediriam muito para a sua descrição. Fiquem os títulos: Cronistas do século XX; Críticos, pensadores e ensaístas do primeiro quartel do século XX; 'Quintas-feiras' de Júlio Dantas [a crónica semanal de 1913 a 1948] e Antero de Figueiredo [que aquele substituiu entre Outubro-Dezembro de 1914]; Novos cronistas do século XX [quatro séries: números 17,

18, 20, 21]; Poetas do século XX [nº 19]; Novas grandes reportagens (duas séries)[374].

11. 1. 10. *Diário de Notícias* (Funchal, 1876). É, mais do que *O Bejense* ou qualquer outro, o exemplo acabado de jornal de província (de região, no caso) em que se entranha o género, se multiplica a colaboração local, continental e estrangeira, se extracta dos de divulgação nacional e, entre os lugares-comuns do metafolhetinismo[375], descobrimos pepitas inesperadas.

[374] Para outros informes sobre periódico em que, verdadeiramente, aprendi a ler jornalismo, ver o suplemento comemorativo do 125.º aniversário (1-XII-1993). Editorial de 4-VIII-1992 defende um modelo informativo regional, supondo as regalias para publicações de informação geral de expansão regional, a que deu cabimento deliberação, em 21-IV-1994, da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Igual estatuto já tinha *O Comércio do Porto*, mantendo-se, dos históricos portuenses, o *Jornal de Notícias* como único de expansão nacional. Para a relação, abreviada, deste diário com o folhetim, ler o por vezes pouco rigoroso artigo de João Gaspar Simões, "Perspectiva da colaboração literária de 'O Primeiro de Janeiro': do folhetinista do século XIX ao articulista do século XX", *O Primeiro de Janeiro*, 1-I-1968: 2. Evocação dos primórdios e do fundador (com Delfim Maia e outros) é feita pelo filho, e também director, Gaspar Baltar, a abrir *À Hora do Chá*, Porto, Livraria Lello, 1934; ainda, A. de Magalhãis [Artur de Magalhães] Basto, "As origens de 'O Primeiro de Janeiro' (Para a história dêste jornal)", *Homens e Casos Duma Geração Notável*, Porto, 1938: 124-132 (aliás, artigos tirados do matutino). O matutino anunciou suspensão em 1-VIII-2008, retomando a edição no dia 4, já com morte anunciada.

[375] Refiro-me à pressão das horas que passam e à inevitável falta de assunto: «O leitor tem já visto alguns folhetins, muitos talvez, em que o author começa lamentando-se por não ter nada que dizer, e ás vezes não diz muito mais do que isso até que acabe. Porem se o leitor não esteve nunca em posição de soltar essas lamentações, mas só de ouvil-as ou de lel-as, mal comprehenderá o que custa ter ao lado um typographo intransigente, firmo [*sic*] como um soldado russo, á espera do folhetim, e estar um homem de penna na mão, com o papel limpo diante de si, a olhar para o typographo e para o papel, num dia de uma sublime estupidez. // Não ha meio senão descrever o typographo, ou fallar do papel.» (4-X-1879)

Outro, sintomaticamente intitulado "Veremos o que sae": «Meus queridos leitores. Vou tractar de qualquer coisa. Mas de que ha de ser? Não sei de que vou tractar. // // Torno a perguntar: de que assumpto me occuparei? Com isto vou ganhando tempo. Eu deveria ter pensado antes. // Isto é grave, gravissimo. // Ah, já sei. Vou falar do tempo. Mas, não. Talvez seja melhor do espaço. // Tambem, não. O melhor é occupar-me da questão das subsistencias, da carestia dos viveres, ou, senão, dos melhoramentos

O primeiro quinquénio é pobre, entre não-assinados, desconhecidos ou pseudónimos[376]. Os dois seguintes – que descrevo nos seus autores e artigos quase sempre em segunda ou terceira mão – demonstram o tipo de inserção folhetinesca, continuada no último decénio, do qual só analiso um caso queirosiano.

Os estrangeiros mais notórios são, e por ordem de aparecimento, Gautier, A. Karr, Féval, visconde d'Arlincourt, Montépin, E. Castellar, Catulle Mendès, Balzac, Hector Malot, Louis Régnier, Zola, Maupassant, A. Houssaye. Desde 1882, o romanesco estende-se por dezenas de episódios, atingindo as centenas[377].

Entre os portugueses, e misturando as modalidades, temos B. Pato (14, 15, 16-I-1881), Oliveira Martins ("A vida nas árvores", cinco folhetins de 18 a 24-I-1881; "A felicidade", fragmento, 14-V-1885), J. C. Machado ("Ernesto Biester", 25, 26, 27-I-1881; "Sopa de pedra", 20-VIII--1882; "Terceiro das Caldas da Rainha", 27/28-VIII-1884; "Um doido em balão", 14/15-X-1885, já lido n'*A Revolução de Setembro*; "Viagens no Chiado", 30-IX-1887), Manuel Roussado ("Sé", 27-VII-1881; "A lisonja", 24-V-1885), Herculano ("Recordações", 3/4-IX-1881, 17/18--VI-1886; "A cruz mutilada", 8-VII-1888), Ramalho Ortigão ("A Inglaterra e o incidente de Bright", 13 folhetins entre 16-VII/1-VIII-1883; "M. Cid", 21, 22, 23-I-1884; "Confidências tristes da vida alegre", 21/22/24-V-1884; "Notas de viagem / Em caminho", quatro, 9/12-VI--1884; "El-Rei D. Fernando", 10-II-1886; "Os diccionários portugueses", 22-VII-1886; "D. Fernando de Portugal", 11-IX-1886; "O Brazileiro", 22-I-1890; "O trapeiro de Lisboa", 23-I-1890; "Impressões",

materiaes… em fim, com franqueza, eu não sei de que me hei de occupar.» (17--IV-1880) Ou aqueloutro, tópico, "A semana": «Resume-se n'esta palavra: – *Nada*. // // Nem um escandalosinho sequer. // Estes calores afugentam tudo, até os escandalos. Toda a gente boceja, toda a gente se abana, toda a gente fica molle.» (15-VIII-1885)

[376] Os de Álvaro Rodrigues de Azevedo em 1876-1877 deram um volume de *Miscellanea Madeirense*.

[377] Ver Clémence Robert, *Os Mistérios da Bastilha*, de 19-II a 29-IX-1882, num total de 205. Completar, com este Zola, "Les premières traductions de Zola en portugais", subcapítulo (p. 126-128) de Pedro Calheiros, "Zola et le naturalisme portugais", *Le XIX^{e} Siècle au Portugal. Histoire Société – Culture – Art. Actes du Colloque*, Paris, FCG /CCP, 1988: 123-161.

28-IX-1894; "O penteeiro da rua do Almada", 23/30-XI-1895), Maria Amália Vaz de Carvalho ("Os três cabelos de oiro do diabo", 4, 5, 6--I-1884), Mariano Pina ("Eça de Queiroz", quatro folhetins entre 29--V e 1-VI-1884; "O assassino Campi", cinco de 4 a 8-VI-1884; sobre *In Illo Tempore*, 2-VII-1893), Camilo ("O vinho do Porto", assinado Valentim do Demónio, 20/22/24-VI-1884; retirado da edição de Eduardo da Costa Santos, Porto, 1884; "A Gertrudes", oito folhetins de 28-VI a 9-VII-1884; "O mystério da Castanha", 12-V-1885; "Vulcões [na] em lama", 21/22/23/24-I-1886; "O prior", 8 e 11-VI-1886; "Como Deus castiga", 17/18-VI-1890; "Casamentos ricos", 7/8-II-1894), Fialho ("Dois patifes", seis partes entre 7 e 13-XI-1884; "Os novilhos", 13/14/15-III-1889; "A sociedade de Lisboa em 1840", 11/16/17-VIII--1889), Guiomar Torrezão ("Alexandre Herculano", 5-I-1878; "A morgadinha da Ribaldeira", 29 e 30-IV-1885), Trindade Coelho ("Mãe", 16-V-1885; "Os avós", 18/19-III-1886), Pinheiro Chagas ("Os pergaminhos de Cacilhas", 12/13-VIII-1885; "Nem tudo são rouxinoes", 5-VIII--1886), Alberto Braga ("A volta das andorinhas", 19/20-IX-1885), Beldemónio ("Noite negra", quatro entre 30-X e 4-XI-1885), Teixeira de Queiroz ("Um cravo e um papagaio", conto para crianças, 14-IV-1886), Henrique Lopes de Mendonça ("A aventura do Carlos", 3/5/6-VI-1886), Rebelo da Silva ("Antes quebrar do que torcer", seis episódios de 5 a 14-XI-1886), Garrett ("Pinhal d'Azambuja", 8-XII-1886; vê-se donde saiu), Eça ("A Irlanda e a liga agrária", 12/13/16-VI-1886; "Os Maias", excerto, 18/19-I-1887; "Cartas de Fradique Mendes", 20/24-IV-1890; "Um conto indico", 16/17-VI-1893), Tomás Ribeiro ("A patrícia", carta em verso, 18/20-V-1890), Raul Brandão ("Os pecegos", 21-VIII-1894), Alberto Pimentel ("Os nomes", 16-IX-1898, crónica divertida).

Curiosa presença de Eça: a primeira peça, que viria nas *Cartas de Inglaterra*, não consta das reproduções queirosianas na *Bibliografía...* de Guerra Da Cal. Tivera, antes, duas pré-publicações. O excerto d'*Os Maias* também não consta, nem podia ser cópia dos entretanto saídos em 1884 (*O Correio da Manhã*) e 1886 (*A Ilustração*). Estamos no capítulo III: «Afonso da Maia deu um repelão à carta,» até «– Para o cemitério, filho, para debaixo da terra.» Salvo gralhas e eventual erro de

pormenor, coincide com o texto conhecido. Quanto a Fradique Mendes, é a carta VI, a Ramalho Ortigão[378], e, contra "Paris, abril", como aparece em volume, o folhetim do *Diário de Notícias* do Funchal, também esquecido, escreve "Paris, maio" no princípio e fim do respectivo texto. Mas interessantíssimo é o que tange a um conto.

Em 2 e 3 de Abril de 1893, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro trazia, em duas partes, "Thema para versos", dita, no dia 2, uma "crónica-ensaio", como refere Da Cal em *Lengua y Estilo*..., e, no dia 3, "narração de carácter poético". Por decisão do recolector Luís de Magalhães, integra os *Contos* sob o título "A Aia".

Esta opção, que hoje corre nas edições mais conhecidas, omite, além da primeira parte, o início e final da segunda. O texto da *Gazeta de Notícias* reaparece na edição de Luiz Fagundes Duarte (Lisboa, Dom Quixote, 1988).

Mas entra agora um pauzinho na engrenagem. Com efeito, e apesar de, como escreve Da Cal, a *Gazeta* ter o exclusivo de Eça, esse exclusivo era só para o Brasil, correspondendo à advertência final: «A reprodução destas crónicas é proibida.»

Ora, ainda em vida de Eça, o *Diário de Notícias* do Funchal dá, em dois folhetins de 5 e 6 de Agosto de 1898, "Thema para versos" conforme à que seria a versão d'"A Aia" que vínhamos lendo até 1988. Ninguém cita essa reprodução. Houve ali dedo de Eça? Simples pirataria do matutino ilhéu? Terá Luís de Magalhães conhecido essa versão para lhe mudar tão-só o título?

11. 1. 11. *O Século* (Lisboa, 4-I-1881). Dirigido por Sebastião de Magalhães Lima (programa distribuído em Dezembro de 1880), disputou, até ao 25 de Abril de 1974, a primazia dos matutinos, tal a massa e variedade informativas e a capacidade de inspirar novas publicações. Se sobrevive a títulos marcantes do grupo empresarial (como a revista *O Século Ilustrado*) até Novembro de 1983 (nº 33883), após suspensões e experiências editoriais diversíssimas, já transitara de século a edição

[378] Ver *A Correspondencia de Fradique Mendes. (Memorias e Notas)*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, [8]1926: 145-152.

semanal "para o Brazil e para as colonias" (10-IV-1899/27-XII-1909), bem como série de suplementos e números comemorativos dedicados, fosse "ao Império Colonial Português e às comemorações nas províncias ultramarinas", fosse ao "duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal" (1940, 80 e 384 p.). O seu 'Suplemento humoristico' (4-XI-1897/26-XII-1912, nº 790), por outro lado, com direcção artística de Jorge Colaço e direcção literária de Acácio de Paiva, iluminou chistosamente a vida pátria, ou, como pretendeu Gomes Leal desde o primeiro mês (30-I-1881), «a banalidade nacional», representada no rei D. Luís. Diz Lima: «A minha principal preocupação, quando criei o *Seculo*, foi aproximar os republicanos dispersos pelo país, dar unidade de pensamento e de acção a uma causa, que a celebração do tricentenario de Camões revelou e afirmou.» Teófilo Braga, Teixeira de Queiroz, Oliveira Martins, Junqueiro, Ramalho, Latino Coelho, Cândido de Figueiredo, Fernando Caldeira, Moniz Barreto, Borja Reis e Alexandre da Conceição (*A Corja* reactiva polémica) emparceiram, no par de anos inicial, e no privilegiado folhetim, com franceses mais em vista. Na proclamação da República no Brasil, em Novembro de 1889, *O Século* tornou-se o órgão do governo provisório, tal a colaboração de Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa.

Particularizando o primeiro ano de publicação, o redactor Magalhães Lima elegeu, no folhetim romanesco, A. Daudet, Fialho (em 6--I, com "História de dois patifes", uma espécie de antestreia dos *Contos*; em 22-I, "O juramento da condessa Esther"), Gaboriau e o hugoliano *Noventa e Três* (13-I/6-XII), traduzido por Fialho de Almeida. No folhetim-poema, Gomes Leal acanalha D. Luís, mas será mais interessante no folhetim-crónica de tonalidade crítica, sobre os *Sonetos* anterianos ou o teatro nacional, entre tanto a recolher. "A banalidade nacional irritada" (30-I-1881) faz o ponto da situação na poesia: Gomes Leal diz-se introdutor em Portugal da poesia panteísta («ou naturalista como muitos lhe chamam», ou 'satânica', como escreveram dos seus versos n'*A Revolução de Setembro*), Teófilo Braga da poesia histórica, Antero da poesia social.

Com "O 89 da gramática", Borja Reis lança achas na polémica sobre *A Corja*, em que um picado Alexandre da Conceição se afirma desde 8-III, mais distendido quando analisar peças de Chagas, Dumas pai, Feuillet ou o drama moderno. Teixeira de Queiroz evoca um "Ramalho Ortigão" (18-IX) que encerra o ano com o folhetim "Inquerito industrial" (30-XII), outro retrato de sector nacional desde sempre fragilizado:

> Nas industrias portuguesas faltam os capitais, porque dado os nossos habitos tradicionaes de indolência fidalga desde que o governo pede dinheiro emprestado aos capitalistas, assegurando-lhes um juro satisfatorio, os capitalistas preferem naturalmente entregar o seu dinheiro ao governo e ir fumar os juros para o Passeio Publico e para a porta da casa Havaneza, a entregarem-no ao trabalho que obriga a dirigir, a fiscalizar e a entender – missão penosa!

As carências são de vário tipo: capital, inventiva, gosto; escolas profissionais, museus industriais, biblioteca para o ramo industrial. Cada novo ano que a monarquia conta não significa «mais um anno de moralidade, de economia e de patriotismo» (1-I-1882), inflama-se editorial. O Estado funcionariza-se, arruína-se a indústria, torna-se o comércio mesquinho, conclui Teófilo (4-I-1882).

A propaganda republicana faz-se por todos os meios – explorou até à exaustão os efeitos do *Ultimatum* –, incluindo a negrura de quadros sociais em rodapé, cujas traduções muito devem a Eugénio Silveira. Originais portugueses, cada vez mais raros, embora variados (com parcos versos: ainda assim, em 1890, Junqueiro, Gomes Leal, Costa Alegre [19-IV, um dia depois da sua morte], Costa Goodolfim, M. Domingos Pereira, Acácio Nunes), aquém do exclusivo romanesco; em 1882, ao lado de Gaboriau, tínhamos o visconde de Ouguela, Teixeira de Queiroz [a comédia em 4 actos *O Grande Homem* e *Comédia do Campo (Cenas do Minho)*, 17-I e 13-IV], saudado por omnipresente Alexandre da Conceição, Valentim Demónio (= Fialho), Junqueiro, Ramalho, Cândido de Figueiredo, Fernando Caldeira, Gomes Leal, Leite Bastos (*Os Crimes dos Braganças*, 14-V), Júlio Lourenço Pinto [*O Senhor Depu-*

tado (Cenas da Vida Contemporânea), 7-VII], António Feijó, Cristóvão Aires…

Num salto, e voltando a 1890, dos oito folhetins romanescos terminados – *A Paixão do Ouro*, em 23-II, *O Tio Barbazú*, de Mario Uchard, em 27-II – ou iniciados – *Eva*, 9-II/11-IV, *Mortas e Vivas*, de Charles Merouvel, em 13-IV, *A Heroína do Mal*, de Jules de Gastayne, 18-V/3--X, *O Homem da Testa Rachada*, de Montfermail, em 18-IX, *Agonias Supremas*, de Jules Mary, em 16-X –, só *Dramas da Miséria* (2-III/17--V), de Heliodoro Salgado, opõe realidades nacionais, epilogando com "missão" autoral: «mostrar como, derivando da vida viciosa do pae decorre uma vida de miserias para a familia, miserias que se teriam evitado se a lei, um pouco previdente, soubesse arrancar a tempo do poder d'um pae infame as pobres creanças que não têem responsabilidade alguma nas suas infamias.»

É uma década de afirmação do produto jornalístico, menos pelo republicanismo, mais pelo folhetim. Conta Brito Camacho[379] que, indo com uns amigos pedir ao director, Silva Graça, aceitasse a colaboração de Sampaio Bruno, refugiado em Espanha (após o 31 de Janeiro de 1891), deu ele resposta «sêca e dura […], como de pessoa malcriada: // // – O *Século* não precisa de colaboração; vive bem com as vinte mil leitoras dos seus folhetins.»

11. 1. 12. *Jornal de Notícias*. José Tengarrinha, ob. cit.: 336: "*Jornal de Notícias* (P., 1866)", remete para a p. 231, onde se lê: «Em poucos meses criaram-se em todo o País muitos jornais que tomaram o *Diário de Notícias* como modelo: apenas um mês e meio após a sua fundação eram lançadas em Lisboa e no Porto 2 folhas que copiavam aquela em tudo, até no título, pois ambas se chamavam *Jornal de Notícias*;». Se há dois, o índice, que regista um do Porto, falha; se é 'apenas um mês e meio' após o 29-XII-1864, nunca seria 1866; grave, enfim, que se escamoteie o *JN* de hoje ou a clara imitação que constituiu o sobrevivo *Diário de Notícias* (1876) do Funchal.

[379] "Um amigo", em Galino Marques, org., *In Memoriam de Delfim Guimarães*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, 1934: 63.

De facto, em 18-II-1865, logo na primeira página do n.º 40, o *DN* regista:

> A idéa fundamental do *Diario de Noticias*, por util e civilisadora, encontrou numerosos adeptos, assim no illustrado publico lisbonense, como no das provincias, [...]. E tão proficua e sympathica foi a idéa, que, além de uma outra folha que se creou em Lisboa com intuitos diversos dos nossos ter adoptado á ultima hora um titulo supplementar que se confunde facilmente com o do *Diario de Noticias* – qual é o de – *Jornal de Noticias* –, adoptando egualmente a forma de venda do nosso [isto é, por meio de ardinas, em que aquele foi pioneiro], e fazendo reproduzir pela manhã a sua folha da tarde anterior; além desta, dizemos, dois cavalheiros portuensas [*sic*] tentam agora dar ao prelo, na cidade do Porto, sob o titulo de – *Jornal de Notícias* –, uma folha que nos faz a honra de copiar em tudo o programma litterario e administrativo do *Diario de Noticias*. [...].

Segundo Rocha Martins[380], o primeiro *Jornal de Notícias* (Porto, Lisboa) viveu de 3-IV-1865 a 25-VIII-1887 e fundiu-se com o *Primeiro de Janeiro*, o que não é nada claro. Houve, ainda, outro de 8 a 16-IX--1879.

O actual *JN* saiu a 2-VI-1888, sábado, e já comportava o número telefónico. Ao fundo, às seis colunas, estreava, do ciclo *Os Dramas da Vida*, o romance-folhetim *A Condessa Paula*, por Emílio de Richebourg, em tradução de José Cruz. Inicialmente órgão do Partido Regenerador, no Porto, retoma a paginação mais comum na época, vertical, texto em corpo 6. A assinatura, anual, para a cidade é de 3$000 réis e divide as quatro páginas de 60x40 cm em duas de noticiário e duas de publicidade, começando por tirar 9 500 exemplares, em subida contínua. Em 1901, com 22 mil, vendia-se em Paris, no Boulevard des Italiens: não estava ali, logo na primeira coluna, a "Carta de Paris" de Xavier de Carvalho, junto ao Sena «desde tempos imemoriais, não se sabe bem se desde Gambetta, se desde Luíz o Quatorzeno», como escreveu Aquilino Ribeiro?[381] No "Folhetim JN" da nossa adolescência, reinavam

[380] *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1941.
[381] *Por Obra e Graça. Estudos*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d.: 20.

novelas (sobretudo, policiais, entre Abril-Junho de 1971) de assinaturas que nada nos dizem: Maria Marti, *Merecida Felicidade*; Frank de Lewis, *Rapto Sensacional*; Silver Kane, *Recordação para Uma Morta*; etc. Redução de formato – com cabeçalho azul para o Norte e vermelho para a edição de Lisboa – foi gesto arriscado em 18-I-1998[382].

11. 2. Folhas na literatura

O impositivo jornalismo torna-se, entretanto, e naturalmente, um novo facto literário com que a produção romanesca passa a contar. Se livros houve que estrearam nas folhas, curioso se torna verificar – a título indicativo – quais destas, entrementes, e não raro inventadas, adquiriram notação ficcional e definiram personagens ou comportamentos de teor político-social[383].

[382] Para a história do *JN*, ver suplemento de 64 páginas que acompanhava o número do centenário. Seguiram-se cadernos especiais sob o título "A memória do centenário"; e Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A Memória de Um Século (1888-1988)*, Porto, 1988.

[383] Um esboço de tipologia inspirar-se-ia em Randa Sabry, "Les lectures des héros de romans", *Poétique* (Paris), 94, Avril 1993: 185-204, que prevê 1) o leitor de livros anónimos, mais dificilmente situável no jornalismo, embora deparemos com cabeçalhos afins, ou, como é o caso d'*O Espectro*, semi-anónimo; 2) títulos de existência atestada; 3) do próprio autor, o que, transposto, daria a leitura de jornal e/ou revista escritos pelo autor da obra em que tais títulos comparecem, ou pelo redactor de tais títulos, que estes daria em *mise en abyme*; 4) obras cujo autor [ou redactor], título e texto são imaginários – mas, aí, podemos complexificar, encontrando autor e título reais, e texto imaginário, ou autor real e título e texto imaginários, ou anónimo, etc.; 5) textos onde se erige a história, própria ou semelhante, de quem lê; 6) leitor em potência ou em suspenso de título indefinido que deseja ler, mas que, por diversas razões, não lê. Dos malefícios da leitura, ver as queirosianas Amélia, Luísa ou, menos conhecida, Maria da Piedade, em "No moinho", dos *Contos*; D. Etelvina em *Vida Atribulada* (1880), de Júlio Lourenço Pinto; etc. No estrangeiro, o exemplo mais flagrante abre *O Homem e o Rio*, de W. Faulkner, Lisboa, Publicações Europa-América, 1971, ao apresentar um jovem forçado de 25 anos, em 1927, na tradução de Luís de Sousa Rebelo: «os seus olhos baços [...] tinham um ar ofendido – uma ofensa dirigida não tanto contra os homens que gozaram o seu crime, nem mesmo contra os advogados e juízes que para

Nas *Viagens...*, Garrett assinala o Diário e a Gazeta (cap. III), além d'*A Revolução* [*de Setembro*] da véspera (cap. VII).

O Prato de Arroz Doce (1862) cita uma dúzia de vezes os seguintes títulos: *O Nacional*, *Estrela do Norte*, *Alavanca Política*, *O Panorama*.

Coração, Cabeça e Estômago (1862; Segunda Parte) e, três anos depois, *A Queda Dum Anjo*, ficam-se pelo *Periódico dos Pobres do Porto* (cap. II), *A Nação* (cap. XII) e indistintas gazetas realistas (cap. XXV). O *Livro Negro do Padre Dinis* (1855) resumia-se à *Gazeta de Lisboa*.

Também uma dúzia de vezes aparece citado, e só, *The Times*, interlocutor único de Mr. Richard, em *Uma Família Inglesa*.

Se, vinte anos depois, ainda comparece n'*Os Maias*, já mais lido é, agora, *Le Figaro* – ambos, dignos representantes da cultura europeia –, a par da *Gazeta Ilustrada*. Perfazendo mais de setenta citações, temos, ainda, o *Jornal do Comércio*, *Opinião*, *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Gazeta do Chiado*, *Diário Nacional*, *Corneta do Diabo*, *[O] Instituto*, *Gazeta Médica*, *A Ilustração*, *Jornal da Noite*, *[O] Panorama*, *Jornal dos Debates* [= *Le Journal des Débats*], *Jornal de Notícias*, *Português*, *Diário Nacional*, *Pays*, *Diário da Manhã*, *Jornal de Modas*, *Rappel*, *O Futuro*, *A Verdade*, *Revista dos Dois Mundos*, *A Grinalda*. Neste conjunto, com alguns títulos travestidos, não poucos factícios, dá-se a quase totalidade da Imprensa lida em Eça[384], já atento aos que, no entretempo do discurso, se vão afirmando. É parco, no início: *O Mistério da Estrada de Sintra* vive, naturalmente, do *Diário de Notícias* (além

ali o mandaram, como contra os autores de folhetins, os nomes incorpóreos ligados às histórias – os Diamond Dicks, os Jess James e quejandos –, os quais responsabilizava pela sua presente situação, [...].» (p. 7) «Havia planeado tudo com antecedência e seguira à letra a falsa autoridade impressa. Guardara durante dois anos os magazines de crime, lendo-os e relendo-os de cor, [...] enquanto os novos fascículos apareciam nos dias previstos, [...].» (p. 8) O ingénuo assaltante de comboios «amaldiçoava, [...], não os homens vivos que o tinham posto onde se encontrava, mas o que nem sequer sabia que eram pseudónimos literários, não homens verdadeiros, mas apenas a designação de sombras que haviam escrito sobre sombras» (p. 9).

[384] Sintoma de um *desastre* (que editores novecentistas não quiseram ver), visível na falta do quadro jornalístico em Eça, tão funcional, está n'*A Tragédia da Rua das Flores*, que se limita aos seguintes: *Almanaque das Senhoras*, *A Corneta do Diabo*, *Diário Popular*, *Jornal da Noite*, *A Revolução de Setembro*, *The Times*.

de citar o *Morning Post*); *O Crime…* joga, no ar ultramontano das personagens, com *A Nação* e *O Bem Público*, a oposicionista *Voz do Distrito*, a persistência d'*O Panorama*, afora o *Popular* e *Diário Popular*. *O Primo Basílio* arranca de local inócua do *Diário de Notícias*, depois secundado por *Le Figaro*, *A Ilustração* preguiçosamente lida no Grémio, «às três horas», *Jornal do Comércio*, *A Nação*, *Revista dos Dois Mundos*, *O Século*, *The Times*, *A Verdade*, *A Voz Popular*. *A Dama das Camélias* e Scott em nada ajudaram Luísa, nova Grandet, segundo Julião; percebe-se que Dante gravado por Doré era fogo de vista; e só lhe faltava o *Paraíso* de Paul Féval… Na pintura, na música para piano e operática – à homóloga *Traviata* responde o *Fausto* gounodiano, tantos os avisos na referência a Mefistófeles… – e nos versos de Garrett e Soares de Passos, a atmosfera romântica amolece natureza fraca, vencida por títulos sensuais que sacolejavam em Basílio, enquanto Figuier, o economista anti-socialista Bastiat, Castilho, Musset e o *Diário do Governo* lidos por um Jorge politécnico, ou a bibliografia do *autor* Acácio também lido em Garrett, Herculano e Bocage obsceno, não poderiam combater influências funestas. O único matutino lisboeta sobrevivo reaparece n'*O Mandarim* – que alude a revistas francas, inglesas e alemãs, que do seu «palacete amarelo» oferecem «gravuras indiscretas» –, assim como n'*A Relíquia*, acrescentada dos seguintes: *O Jornal*, *O Jornal dos Debates*, *A Nação*, *O Panorama*, *Farol do Alentejo*, *The Times* e a "terceira página" do *Jornal de Notícias*. *A Capital!* e *A Tragédia da Rua das Flores* dividem-se: *O Comércio do Porto*, *Jornal do Comércio*, *A Verdade*, *O Século*, *O Futuro* e *Diário Popular*, *The Times*, *A Revolução de Setembro*, *O Pensamento*, ainda *A Corneta do Diabo*. *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras* alargam-se: *O Bardo* (remetido para Guimarães), *Diário do Governo*, *Diário Ilustrado*, *Gazeta do Porto*, *O Panorama*, [*Diário* ou *Jornal de*?] *Notícias*, *As Novidades*, *A Pátria*, *O Debate*, *O Século*, *Voz Pública*, *A Verdade,* sendo que Gonçalo, embebido de Scott, émulo de Rebelo da Silva e até superior ao Flaubert de *Salambô*, publicaria o seu exercício histórico em *Anais de Literatura e de História*, após consulta da *História Genealógica*, do *Vocabulário* de Bluteau, d'*O Panorama* despernado, dos herculanianos *O*

Bobo, *O Monge de Cister*, *História de Portugal*. O contraste com outras personagens-leitoras é flagrante, mesmo com a mais informada, a prima Arminda, apaixonada por novelas de cavalarias. N'*A Cidade e as Serras*, ainda, *Le Figaro*, *Jornal do Comércio*, *Novidades*, *The Times*, [*Revista dos*?] *Dois Mundos*, um tal *Boulevard*.

Nas margens, encontramos a figura do jornalista venal, na ficção de Camilo, Teixeira de Vasconcelos e Eça, já digno na de J. C. Machado, no teatro de Mendes Leal, *Pedro* (1857), de E. Biester, *Fortuna e Trabalho* (1863), sem disfarçar os lugares-comuns da crítica em *Os Sabichões* (1872), e, exemplar, em Aristides Abranches, *Um Homem Político!* (1872). Modelo de redacção – em que, por 22 cenas, se vão disputar um jornalista ministerial e outro da oposição, no quadro de nove personagens – apresenta-se-nos na comédia em 1 acto *High-Life-Mania*, de Alberto Pimentel, estreada no Ginásio, em 7-III-1877: «(Escriptorio d'um jornal. Banca, com papeis espalhados, tinteiro, pennas, diccionarios, etc. Jornaes pendurados da parede em ganchos de arame. Cadeiras á volta da banca.)»[385]

É outra alínea a investigar.

[385] Em *O Capote do Snr. Braz*, Porto / Braga, 1877: 107.

TERCEIRA PARTE

MÁGICO FOLHETIM

Ninguém pode entender o século XIX português se não sentir a comodidade e a dissipação da sua vida no rodapé de jornal chamado 'folhetim'. Mais do que um género literário ou modo tipográfico de acomodação da escrita, o folhetim era uma autêntica forma social, um lugar onde podemos surpreender os nossos avós e bisavós em flagrante delito de convívio.

Vitorino Nemésio, "O folhetim",
Diário Popular (Lisboa), 22-III-1950: 5.

RESUMO

Os acontecimentos do dia-a-dia podem ser vistos em regime de folhetim. Continuidade, expectativa, suspensão, a emergência de personagens secundárias e o dramatismo das situações são facilmente rastreáveis no noticiário da Imprensa e nas formas literárias ou artísticas que, indo além do jornal ou revista, encarecem a importância da matriz oitocentista que é o folhetim, cuja descendência – na rádio e, agora, sob forma de telenovela ou *online* – se mantém apelativa.

Espaço privilegiado de assunção autoral e encontro com os leitores quase sempre no rés-do-chão dessas novas catedrais que secundavam o alvorecer democrático, o folhetim era, igualmente, repositório vivo da memória do século, antes de animar a produção ficcional e, entre cedências e imposições aos assinantes e público em geral, conformar a literatura e cultura nacionais.

Interessa, assim, vê-lo no quadro das relações entre literatura e jornalismo, antes e depois do aparecimento do vocábulo 'folhetim', e quanto à sua proveniência e influência francesas. Feito um balanço da Imprensa cultural do século XIX, e partindo de exemplos acaso inesperados, propõe-se uma tipologia do folhetim como género literário – sem deixar de ser tipográfico, jornalístico e um acontecimento social, isto é, um *facto literário*.

A produção literário-jornalística dos últimos 180 anos alinha-se, então, em folhetim romanesco, folhetim-crónica – donde provém o essencial da crónica moderna –, folhetim-carta, folhetim-poema, folhetim-teatro e ecléctico. A nascente literatura de massas, se aproveita disposições e facilidades do jornalismo e desse filho (para muitos, ainda *bastardo*), afirma-se, todavia, com os principais autores e alguns títulos fundamentais da Literatura.

Introdução

Razões

1. Entrei no universo da ficção ouvindo meu avô paterno. Nas lentas noites de Inverno, à lareira, ele misturava contos de fadas e incidentes pessoais, voz entrecortada de pausas súbitas, um silêncio maior para virar dois dedos de vinho, sábia suspensão em história que me deixava inquieto:

– E depois, avô?

Assim iniciei, mimando as expectativas da mais tenra puerícia, a novela *Várias Bulhas e Algumas Vítimas* (1980), homenagem àquele que seria também dedicatário do romance *Torre de Dona Chama* (1994), espaço natal onde a memória cifrada do presente calhava na lenda de dama («Chama / Chamorra / Pernas de cabra / Cara de senhora») que teria dado origem ao nome da terra. A tradição revivescia, por certo, com "A Dama Pé-de-Cabra – (Conto de junto ao lar)", que Alexandre Herculano inserira n'*O Panorama* (n.º 88, 2-IX-1843; a abrir, em 1851, com subtítulo mudado, "Rimance de um jogral", o tomo II de *Lendas e Narrativas*)[1].

A escola facultava, entretanto, a prova da leitura – confirmava o dizer –, já entendida nos curtos fragmentos ou adaptações do livro único, já favorecendo a primeira, e inolvidável, relação entre contar e comover que, aos oito anos, me oferecia *Coração*, de Edmondo De Amicis (1846--1908). A ilusão era completa: tratava-se de «un alunno di terza», como eu, que «notava man mano in uno quaderno, come sapeva, quello che aveva visto, sentito, pensato, nella scuola e fuori»[2].

[1] Dei estudo e edição crítica em Maria Isabel Rocheta, Serafina Martins, coord., *Conto Português. Séculos XIX-XXI. Antologia Crítica*. Porto, Edições Caixotim, 2007: 49-60.

[2] Edmondo De Amicis, *Cuore. Libro per i Ragazzi*, Milano, Fratelli Treves Editori,

Eu perseguia, mormente, o excitante 'Racconto mensile', por fim em lágrimas no que narra as andanças do pequeno genovês, Marco, que, "Dagli Apennini alle Ande", busca as origens, nesse caso, a mãe – motivo de eleição na minha prosa, haja vista *A Flor e a Morte* (1983). Longe de mim compreender, então, que, nesse *Cuore* (1886) hoje relido, sobrenadava a visão de uma outra Itália, na pós-unificação: úbere de virtudes e patrioticamente sentimental, como, bem vistas as coisas, o estadonovismo[3]. Um país de comunas, senhorias, fragmentos – como as aventuras encaixadas no percurso da personagem –, que vai tornar-se adulto. Mais encantado fiquei ao descobrir o também jornalista De Amicis a saudar, em italiano, o justo protesto de portugueses de lei num uníssono *Anátema* (1890)[4] contra a Inglaterra do *Ultimatum*.

A entrada no seminário significou a libertação pela leitura e pela escrita, meus castelos interiores. A dupla evidência inaugural represen-

1929 [limiar, inumerado]. «Questo libro ebbe un successo eccezionale e contribuì a formare, nel bene e nel male, intere generazioni di Italiani, almeno fino agli anni Cinquanta del nostro secolo: [...].» Giulio Ferroni, *Storia della Letteratura Italiana. Dall'Ottocento al Novecento*, Milano, Einaudi, 1991: 461.

[3] Esse «maravilhoso 'Coração' de Amicis – 'o livro mais belo do mundo', no dizer de outro meu colega tão palerma como eu [...]» –, anota Sebastião da Gama no *Diário*, em 28-I-1950 (Lisboa, Edições Ática, [4]1970: 324); «maravilhoso *Coração*, de Amicis – "O livro mais belo [do] mundo", no dizer do outro palerma do Alberto Fialho [...]», transcreve a 12.ª ed., Sintra, Edições Arrábida, 2003: 209-210.

[4] Considerado entre nós desde, pelo menos, os anos 80 – a tradução de Miguel de Novais de *Coração. Livro para Rapazes*, é de 1887; *cf.* carta de Antero de Quental a Tommaso Cannizzaro (Vila do Conde, 29 -V-1888, na colecção A Geração de 70 – – Antero de Quental, *Textos Doutrinários e Correspondência*, primeiro volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987: 325) –, está presente no importante "semanário illustrado" *Branco e Negro*, números 2, 12-IV-1896, e 23, 6-IX-1896; ressurge com artigo-prefácio em Alberto Bessa, *O Jornalismo. Esboço Historico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*, Lisboa, 1904. Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Litteratura*, segunda série (1917), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918: 47, criticando a imagem que de Mouzinho de Albuquerque dá Júlio Dantas em *Pátria Portuguesa*, acrescenta: «Como a penna dum Amicis saberia fazer resurgir em Mousinho uma faulha heroica, que electrizaria as almas dos pequenos leitores e de quantos, adultos já, provados pela adversidade, que não estimula o heroismo, amam o seu delicioso *Cuor*! [*sic*]» Di-lo grande autor (p. 101-102) na resenha dos que curaram "Do gothico e das cathedraes na litteratura", em *Estudos de Litteratura*, quarta série, Lisboa, Portvgalia, 1924: 11-131.

tava-se nisto: uma sala enorme com espíritos e lábios debruçados sobre antologias de matéria-prima oitocentista e, no refeitório pouco menos que múrmuro, a audição, ao almoço e ao jantar, de um romance que colega mais velho debitava – e, reconheço, invejávamos, porque se dizia que, terminada a função, lhe era servida a comida dos padres. Mais prestigiado saía, porém, o que lesse epístola ao domingo, quando profanos acorriam; e, no intervalo, a Bíblia transformava-se numa atenção quotidiana, misto de estranhos feitos e boa nova que, aos 12 anos, jornais de parede e a Imprensa portuense iriam concorrenciar.

No entretempo, formação mais autónoma, embora heteróclita – de que ficou uma sede por todas as fontes e processos, marginais ou canónicos –, acontecia na passagem de nomes que alimentavam, sobretudo, férias solitárias e devoradoras de indiferenciados românticos, 'ultra-românticos', realistas. Biblioteca itinerante alongava-se por esses páramos nordestinos e cedo percebi, nas redacções 'à maneira de', que o estilo de um autor pode bem ser – como na amplificadora estratégia folhetinesca – «ce qui rend cet auteur pastichable»[5].

[5] Bertrand-Poirot Delpech, "Questions à la critique", *La Règle du Jeu* (Paris), 4e Année, n.º 11, sept. 1993: 168. Exercício, creio, de alto risco e valor pedagógico, porquanto acolhe no discípulo empatia e distanciação. Criticando «o laconismo com que é tratado o *pastiche*» no *Dicionário de Termos Literários* de Massaud Moisés (S. Paulo, Editora Cultrix, 1974), escreve Carlos Reis: «[...] com efeito, para além de poder efectivamente representar "uma obra que imita servilmente a outra, ou mistura canhestramente trechos de várias procedências" (p. 389), o *pastiche* deflui, noutros casos (o de Proust, por exemplo), duma sofisticada manipulação de códigos literários típicos de outrem, em cujo espaço intertextual o sujeito emissor se integra.» (*Colóquio/Letras*, n.º 34, Novembro de 1976: 99) No seu 'Tableau Général des Pratiques Hypertextuelles', Gérard Genette (*Palimpsestes. La Littérature au Second Degré*, Paris, Seuil, 1982: 37) atribui-lhe o regime lúdico e uma relação de imitação com, por dominante, uma função de puro divertimento. Serve-se de Proust, para quem o estilo individual é «une singularité d'écriture, une manière singulière d'écrire qui exprime en principe une manière singulière de voir». Ou seja, uma técnica, sim, mas, citando Flaubert, identificada com «une manière *absolue* de voir les choses» (p. 116). Talvez devamos, contudo, posicioná-lo igualmente no regime sério: no adjectivo que, do texto A retirado ou nele inspirado, eu escolhia, significava a vontade de impor uma visão (minha ou de quem admirava ou combatia) – e sabemos como, nessas idades, levamos tudo a sério... Daí, a gratificante definição, já em 1952, de Thomas Narcejac, em nota de Daniel Couégnas, *Introduction à la Paralittérature*, Paris, Seuil, 1992: 134: «Le pastiche est un genre

Autores eram uns tantos que, em novas companhias doravante esquecidas, reencontrei nos Cadernos do Centenário d'*O Primeiro de Janeiro* (1868-1969), quando firmei um interesse decisivo pelo jornalismo, entre a monomania dos recortes e o lançamento, direcção ou coordenação de publicações. Assim dei comigo, frente ao caderno dos 'folhetins críticos do século XIX', a irmanar literatura e jornalismo, logo passado aos romances-folhetins que os outros matutinos, *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*, igualmente comportavam. João Gaspar Simões, de resto, com "Perspectiva da colaboração literária de *O Primeiro de Janeiro*: do folhetinista do século XIX ao articulista do século XX", em 1-I-1968: 2 –, foi decisivo nas virtualidades que entreabria.

Adquirente da Imprensa alfacinha a partir de 1972 – que arribava a Bragança na locomotiva das 15 horas, com mais de um dia de atraso –, não imaginava que, nesse também Janeiro de 1968, José-Augusto França empreendia, no *Diário de Lisboa*, vinte anos de 'folhetins artísticos'.

Algo resistia, pois, quando nos palcos ainda transiam melodramas, os colegas trocavam livros aos quadradinhos, as colegas fotonovelas[6] e, no ante-25 de Abril, os almoços vociferavam *Simplesmente Maria*[7], a

bien étrange. S'il est parfait, il devient une sorte de fac-similé et n'intéresse plus, mais, s'il ne donne de son modèle qu'une imitation approché, il irrite par sa maladresse et sa prétention. Il faut donc admettre qu'un vrai pastiche doit se tenir à égale distance de la copie et de la parodie. Le pastiche est semblable à une langue étrangère qu'on parle avec une pointe d'accent. C'est l'accent qui est drôle. Le pastiche doit donc être toujours un peu à côté du modèle, non par impuissance de l'auteur, mais par jeu.»

[6] Corín Tellado, claro, admirada por Guillermo Cabrera Infante ou Mario Vargas Llosa, entre milhões. Autobiografa-se (nascida a 25-IV-1926) na revista dominical de *El País*, 6-IX-1981: 6. *O Independente* – Vida de 20-III-1992 apresenta a fotonovela *Um Amor em Portugal* e debate o género. O universo da fotonovela já fora cinematizado por Solveig Nordlund em *Dina e Django*, Portugal, 1979.

[7] Matos Maia, *Telefonia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995: 203-212, dedica capítulo a este radiorromance, começado em Fevereiro de 1973, 500 episódios entre as 13,30h e as 14,30h, e ao "folhetim da Coxinha" – melhor, *A Força do Destino* –, «trezentos episódios transmitidos de segunda-feira a sábado» desde meados de 1955, o qual «emocionou o país, fez chorar centenas de pessoas, criou revolta e raiva noutras tantas» (p. 203). Era patrocinador o detergente Tide, que, antes, pagara *A Rapariga da Bata Branca*, o primeiro do género em Portugal, na Rádio Renascença. Já êxito na Venezue-

par de folhetins televisivos de grande êxito, o primeiro dos quais foi *A Loja da Esquina*, apresentado por Artur Agostinho[8]. Era, curiosamente, o calor da radionovela – mais acessível[9] – a preparar o fogo da telenovela. Ainda nos anos 50, como a predispor ao embate com o filme de animação na pantalha nascente, as colecções para rapazes e raparigas acompanhavam os clássicos, adaptados, de largas páginas ímpares transformadas em banda desenhada.

Por mim, regressava a autores que, sobretudo na referência ao Portugal de província adentro, retratavam universos em que me sentia não raro actor. Havia, logo, para lá desse *quid* individual inalienável no impresso, o balanço de quadros anímicos ou de preocupações colectivas a que, por extracção, nunca fui alheio e se constituíam em síntese possível de um mundo acossado.

A religião da natureza assim cultuada casava, num avô pouco católico, com eventos entre vividos e inventados, de que eu pendia; outras certezas e novidades, cria que mais seguras, procurava no corpo dos jornais, onde – qual oração vesperal – tinha página de artes e letras, a tira d'*O Príncipe Valente*[10], *O Coração de Julieta*, *O Corisco*, a estonteante minissaia de *Lolita*, o folhetim... Um ar de família, em suma.

---

la, os quinze minutos diários transmitidos por três emissores frenesiaram o país. (*Cf.*, ainda, Dina Figueira, "A coxinha do Tide", *Tal & Qual*, 7-XII-1990.) Eduardo Street, *O Teatro Invisível. História do Teatro Radiofónico*, Lisboa, Antestreia, 2006, historia os 237 folhetins transmitidos, durante 47 anos, pela ex-Emissora Nacional, hoje, RDP.

[8] Nuno Henrique Luz, em "Evolução na continuidade" – frase que serviu ao consulado marcelista e pode irritar na estratégia folhetinesca –, cita (AA.VV., *Retratos de Ontem* [textos saídos no *Diário de Notícias* entre 16 de Março e 24 de Abril de 1994], Lisboa, Editorial Notícias, 1994: 63) outros folhetins televisivos pré-abrilinos: *Cenas da Vida de Uma Actriz*, de Costa Ferreira, e *Diálogos*, de Olavo d'Eça Leal.

[9] Entre 1956 e 1974, Odette de Saint-Maurice [Odette Passos y Ortega Mas de Saint-Maurice, 1918-1993] foi a mestra do éter, não só porque adaptou de um Feuillet a Mérimée, mas porque «escreveu e dirigiu mais de vinte folhetins» (Matos Maia, ob. cit.: 200). *Cf.* "Santa Odette", *Expresso* – Revista, 14-XII-1991: 44-48. Não era menos fecunda Alice Ogando, de que se salienta a adaptação, para a Emissora Nacional (desde 22-V-1972), de *Love Story*. Não vá sem dizer a força pedagógica e de incentivo à leitura que poderiam ter. Também a qualidade (*Mau Tempo no Canal*, na Rádio Comercial, 1989) e a oportunidade (*O Último Cais*, RDP1, 1993) iam de mãos dadas.

[10] De Harold Rudolph Foster, *Prince Valiant* é um dos clássicos da BD (1937-1971),

2. Esta dívida à linhagem donde, leitor e narrador, provim comecei a pagá-la, de algum modo, em hesitante "Introdução ao Folhetim de Júlio César Machado n'*A Revolução de Setembro*"[11], parcialmente retomada no sucinto prefácio a Eça de Queiroz, *A Catástrofe e Outros Contos* (1986), sendo estes "O Milhafre" e "Memórias de uma Forca", saídos na *Gazeta de Portugal* em 6 de Outubro e 23 de Dezembro de 1867, respectivamente.

Multipliquei chamadas de atenção em artigos sobre reedições modernas de velhos folhetinistas.

Como fecho da abóbada, e sob título a que regresso, "Mágico Folhetim", trouxe duas longas páginas no *Diário de Lisboa* – Suplemento Literário (11-I-1990). Artigos, ou verbetes-síntese sobre esta matéria no *Dicionário do Romantismo Literário Português* (1997), na *Biblos* – – *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (I, 1995; II, 1997), na actualização do *Dicionário de Literatura* e no há muito adiado *Dicionário da Geração de 70*, ficam, agora, completos.

Cedo me convenci de que, a julgar pelas insistentes reflexões metafolhetinescas – se já não bastasse o espaço conquistado nos periódicos –, estávamos perante algo de incontornável em Oitocentos, significativo da cultura de um século, com suas benfeitorias ou desaires; espelhando, por Novecentos, a nostalgia do continuum, da fidelidade a um espaço, título, autor ou vivência, como comprovarei no nosso dia-a-dia histórico.

---

que, por 1800 semanas nos dominicais americanos, desde 13-II-1937, se quis em rodapé e nunca em balões. Transposto para o cinema (1954), deu, ainda, 56 episódios de desenhos animados. Ver suplemento do *Público* de 22-X-1994: 4; nos "Cem anos de BD", *Diário de Notícias* – Cultura, 29-II-1996.

Valente, Julieta, Corisco, Lolita saíam d'*O Primeiro de Janeiro*, onde recordo rodapés: Frieda Thomsen, *A Segunda Lady Cameron*, 1979-1980, a que sucedeu Ruth McCarthy Sears, *À Sombra da Tarde*, desde 21-V-1980.

[11] *Sílex* (Lisboa), n.º 2, Maio de 1980: 35-36. [Revista, 1980-1986, dirigida por Artur Lucena.] Esta matéria seria largamente rastreada em Licínia Rodrigues Ferreira, *Júlio César Machado Cronista de Teatro: Os Folhetins d'*A Revolução de Setembro *e do* Diário de Notícias, dissert. de mestr., Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.

A magia está na capacidade de ressuscitar e de nos prender; de, como para o sertão mágico de João Guimarães Rosa, «subir la transfiguration poétique»[12], ao nível do *mito*, claro, enquanto permanência actuante, mas também da *linguagem* e da *estrutura* – tríplice entente em que, no meu entender, se organiza a Cultura.

Eu sei: como autor, desejo, e sei possível em folhetim, essa *permanência actuante*, com eventuais perdas de sentido na recepção; como crítico e historiador da cultura, reconheço a *monotonia actuante* (ou a isso forçado) de género que se vinga em transferências conseguidas[13].

[12] Paul Teyssier, "Le Brésil primitif et magique de Guimarães Rosa", *Etudes de Littérature et de Linguistique*, Paris, FCG / CCP, 1990: 140.

[13] Este parágrafo subsume conclusão de Claude Lévi-Strauss (na 2.ª parte do 3.º vol. de *Mythologiques*, 1968) resumida em Michel Zéraffa [1971], *Romance e Sociedade*, Lisboa, Estúdios Cor, 1974: 124-127. Distinguindo entre mitos 'originais' e 'curtos' na vivência índia, estes dar-nos-iam uma imagem diário e renovada da existência, afastando-nos «do sistema de combinações múltiplas mas constantes que é o mito». Em *remake* lukácsiano, «O tempo (sucessivo) substitui-se a uma estrutura (regular e cíclica) e o herói de um mito assim degradado só pode doravante viver aventura». Não é de somenos a discutível diferença entre sucessividade e regularidade / ciclicidade, dupla esta *também* do folhetim, que Zéraffa desvia: «Que com razão ou sem ela Cl. Lévi-Strauss assimile a ordem do mito à própria noção de estrutura, não tem que ser aqui discutido.» (p. 125) Corroborando, de imediato: «Sublinhemos apenas a sua lucidez quando apresenta o romance em episódios como procedendo duma nostalgia imitativa do mito, ao qual o folhetim marca todavia um fim completamente artificial, pelo seu idealismo e gratuidade [*sic*]. Mesmo degradada, a narrativa mítica reenviava a uma ordem genética e original. O folhetim, pelo contrário, ordena artificialmente a existência humana, e a arte (não desprezável) do seu autor consiste em prolongar o mais possível essa ordenação. Arrastado nesse aparelho de aventuras que aparece em datas fixas e se integra no recortar regular da vida social, o leitor desejará e ao mesmo tempo não desejará que tais aventuras acabem, e desejará em todo o caso que a narrativa termine segundo a sua conveniência.» Não é bem "prolongar o mais possível", mas "prolongar adequada e oportunamente". Logo, porém, o melhor exemplo *por episódios* está, não no folhetim (que se não deve resumir a meros episódios), mas no género dos *comics*, «baseado na noção de eterno retorno de um 'mesmo' que de cada vez, contudo, aparece 'diferente'», ou no policial, cuja «monotonia excita a imaginação». Quando se tratar de distinguir entre folhetim e romance, o recurso à diferença «entre as narrativas míticas 'de periodicidade curta' e os mitos 'estruturais' de que elas derivam» (p. 126) desemboca numa solução redutora: «Sendo uma história votada à busca do contrário da história (de um cosmos), relatando, portanto, a aventura de uma personagem em busca de uma ordem harmoniosa que de facto se encontra atrás dela, o romance não pode quase sempre se-

3. O parecer de figuras proeminentes em décadas de plena afirmação do género e de ruidosas confrontações dizia bem da sua importância enquanto referencial. Vejamos exemplos de quando se dá, atrabiliariamente, assalto à fortaleza (anos 40) e quando são já nomes assentes a conduzi-lo (anos 60).

Testemunho-síntese de década em que entra nos hábitos colectivos é o de um dos seus maiores cultores, então, em tirocínio para feitos grandiosos, e para um sarcasmo inaudito:

> Comecemos por dar uma definição de folhetim.
> *Folhetim* é aquela parte inferior da primeira pagina, que pode passar para a segunda a arbitrio dos compositores.
> O folhetim divide-se em *Chronica – Revista – Ella! – Elle! – O futuro! – No prado do repouso! – Um suspiro!*, etc., etc.
> Pode ser em verso, ou prosa. Tudo que não é verso é prosa, tudo que não é prosa é verso.
> Exceptuam-se, porém, as chronicas do *Ecco Popular* assignadas por um *mysantropo*, que ninguem sabe de que são feitas, sem por isso perderem o nome de *folhetim*, porque o folhetim comprehende toda a casta de porcaria, [...].
> Feitas as scientificas definições, divisões, excepções, passemos a demonstrar que todo e qualquer pedante está authorisado para fazer um folhetim com tanto que não tenha vergonha. Fica pois sendo *não ter vergonha* uma qualidade essencial do folhetinista. Exceptuo-me eu, [...].
> O folhetim ainda tem outras vantagens, que passamos a enumerar com a possivel economia de palavras e asneiras.
> O folhetinista pode corresponder-se lá com uma *Ella* por meio do jornal, que lhe faz a esmola de ser o alcoviteiro das suas miserias[14].

Outros favores e efusões passam por este filtro, metafolhetinescamente brandidos por quem se se espelha, em pseudónimo (Anastácio

não 'acabar mal'. Reencontramos o homem problemático de Lukács: o romance traduz um fatal inacabamento do humano.» (p. 126-127)

[14] Camilo Castelo Branco, "Revista – ou lá o que quizerem", *Jornal do Povo* (Porto), 6-III-1849. Cit. em *Dispersos de Camilo*, ed. de Júlio Dias da Costa, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924: 63-68 [63-64].

das Lombrigas, Anacleto dos Coentros), nesta superfície. Numa "Revista do Porto" do mesmo jornal (7-II-1852), certo Manchester é radical:

> Se me perguntarem o que é o *folhetim* – direi que é a chronica da semsaboria humana, do aborrecimento, a expansão livre, e espontânea do scepticismo d'alguns a despeito do despreso dos outros.

Nos anos 60, tudo está mais calmo, e mais intenso. Duas décadas de tirocínio tinham afirmado género-rei. Na senda de José de Alencar, em seu "Ao correr da pena", compare-se um jovem Machado de Assis, ledor dos nossos e franceses, com Luís Augusto Palmeirim. Aquele:

> O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. [...]
> O folhetinista, na sociedade [,] ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, paira e espaneja-se sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política[15].

Palmeirim, no rodapé d'*A Revolução de Setembro* (8-VII-1862), enuncia a respectiva poética:

> Escrever com idéas é uma sediça banalidade; a gloria de encher papel sem ellas pertence de direito ao folhetim, [...] que é [,] finalmente, o primeiro narcotico conhecido... abaixo de uma polemica sobre a liberdade de ensino.
> [...] Descuidado por indole e brincalhão por necessidade, o folhetim esquiva-se ás pompas da biographia, e ás lamurias do necrologio. A sua missão é ver tudo côr de rosa para se refrescar o espirito dos leitores [...].

[15] "Aquarelas / O folhetinista", *O Espelho* (Rio de Janeiro), 30-X-1859, agora em Machado de Assis, *O Espelho*, ed. de João Roberto Faria, Campinas, Editora da Unicamp, 2009: 55-58 [55-56]. Para Alencar [1854], veja-se *Ao Correr da Pena*, São Paulo, Martins Fontes, 2004: 25-26.

Para «este filho bastardo da litteratura contemporanea» – o bastardo, de início enjeitado, ingredienta basta intriga romântica ou homologa o nascimento do próprio romance, o que remete, num terceiro passo, para a identificação entre romance e folhetim –, outras normas são aconselháveis: «O folhetim deve ser antipoda da gravidade.» Função: «A divisa deste genero de escriptos deve ser admirar o bello e fugir do util.» Aviso: «O folhetinista não tem pretenções a ser coherente.» Exame de consciência: «Se o folhetim tem alguma qualidade boa é a de não ser eterno.»

Habituação, mas passatempo; frivolidade; «ligeireza, elegância e diletantismo que o género requer», na síntese, em final de século, de Antero de Figueiredo[16]; porque não incoerente (se não choca a inverosimilhança), qual se dará, alegremente, a escrita automática dos surrealistas, que se deliciaram com os poemas em prosa cubistas de *Le Cornet à Dés* (1917, 1955), de Max Jacob, *também* porque parodiavam o *roman-feuilleton*? Sobretudo, consciente dos seus limites – o contingente e efémero espaço de um quotidiano, a tiragem, chufas e aplausos, a efectiva recepção…

Por 1863[17], Camilo Castelo Branco, que não pode ser visto desligado dessa prisão jornalística, corrobora Palmeirim, na verdadeira incarnação que se deu com o nosso Machadinho[18]:

> Apareceu Júlio César folhetinista, e muita gente disse que a feição mais literária do escritor era o folhetim. Quem assim o conceituava [,] chamando-lhe Janin ou Planche, conferia-lhe diplomas que valem mais que os de grande romancista ou grande poeta. Saber muito, e saber dizer o muito que sabe com muita graça,

[16] Carta de 23-IX-1897 a João Penha, no Arquivo Distrital de Braga, ms. 550, fls. 75-78.

[17] «Este Júlio César Machado, que aí vês tão medrado no folhetim e no romance, conheci-o, há treze anos [,] com todas as meninices de espírito e rosto. Não sei como ele foi dar comigo a escrever o *Anátema* num cubículo da rua do Oiro.» (Camilo Castelo Branco, "Júlio César Machado. II", *Esboços de Apreciações Literárias* [1865], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, ^{5}1969: 186) Fora isso em 1850. A citação *infra* é das p. 190-191.

[18] «Machado não é um folhetinista, é a incarnação do folhetim.» Pinheiro Chagas, "Folhetim / Revista da Semana", *Gazeta de Portugal*, 23-VIII-1863.

> parece-me ser a condição de algum folhetinista bem sorteado. [...]
> Júlio César Machado tinha a clara e fluente linguagem, que o género requer; tinha ironias e remoques comedidos, como a cortesania manda; realçava no bem discernir o quilate das óperas cantadas, do cantor louvável, e do actor inteligente; achava de pronto as finas pedras do livro novo e assoprava mui delicadamente o cisco em que se deslapidavam, de jeito e modo que não fosse incomodar os olhos do autor. Estes felizes atributos deram ao folhetinista de diversos jornais um bem ganhado e soado nome. O vazio que eu, porém, achei nos seus folhetins era justamente o que lhe tem acareado muitos amigos: minguavam em crítica, doutrina, conselho e ensinamento. Ora, esta falta não se há-de arguir ao entendimento de Júlio César: é uma virtude nele, bondade de coração, dom que ele trouxe algum tanto abastardado de Paris, porque, já num destes últimos dias, o vimos mofando de si próprio, à conta das frases sacramentais com que ele saudava um livro novo, ou canonizava um autor velho.

Machado, sempre atento ao receptor, não irá contra a opinião do amigo. Parafraseando Buffon, aqui, 'o folhetim é o homem'. A doce autocrítica é vantagem de nunca desmentida familiaridade e, sobre ser descrição de motivos diários ou hebdomadários, útil ganho de linhas: «O leitor está-me lendo vestido de novo. Bem o vejo! Eu também estreei alguma coisa com o ano bom, – não escrever folhetim quando me doer um dedo, quando estiver enfastiado, quando preferir passear, ou quando receie... lê-lo depois [...].»[19]

Mostra de que estes nadas desembocam em, afinal, «penosa experiência de seis anos que tenho dado ao ofício», sente-se como profissionaliza actividade cujos cultores nunca quiseram, ou precisaram de, taxativamente, enaltecer:

> O folhetinista português é talvez o primeiro escritor do século. Meio moralista e meio cortesão, só lhe é permitido ocupar-se dos assuntos que o público aceitou: não havendo assunto quase nunca, cumpre-lhe tratar semanalmente de coisa nenhuma. [...]

[19] *A Revolução de Setembro*, 6-I-1865. Segue citação de 29-VI-1865.

> Não é um sacerdócio nem mesmo uma missão, como se dizia outrora da poesia e do jornal, é um empregozinho honesto que quadra lindamente a um homem de boa fé!

"Assunto!", como se intitula a peça citada, falta neste país como pão para a boca. Mas outras coisas importantes falecem, acaso por culpa do frenesim que vai em tanto rés-do-chão. Quem o assevera tem patente militar e inicia provas no órgão-feitiço do jornalismo romântico. Escreve J. C. Rodrigues da Costa:

> Falemos com franqueza: a época é toda do folhetim e só para o folhetim.
> Percorramos todos os jornais, compulsemos os últimos livros, ouçamos o ultimo drama! O que encontramos sob a égide de uninome, ora ainda esperançoso, da república das letras? Aqui a frivolidade, ali a imitação, de um lado um mimoso brinquedo de fantasia, do outro uma espirituosíssima... revista da semana, e nada mais! Que fazem todas essas robustas inteligências que abrilhantam a literatura nacional? Intimida-as o estudo do passado? Desanima-as o excesso de trabalho em assunto talvez ainda mal apreciado entre nós?[20]

Pois é. A tal carta de Antero de Quental, "Bom Senso e Bom Gosto" (2-XI-1865), cai a tempo para sugerir que no «moderno folhetim português», e até no artigo de fundo, não cabe o "ideal", essa «palavra mística» capaz de encher «o maior poema»[21]. Denega que o meio *seja* a mensagem.

[20] Loc. cit., 5-IV-1865. Neste ano começa João Carlos Rodrigues da Costa (1843-1917) a sua colaboração jornalística; domina a política da folha desde 1875 e representa a Imprensa nas celebrações do tricentenário da morte de Camões.

[21] Antero de Quental, Obra Completa. *Prosas da Época de Coimbra*, Lisboa, Sá da Costa, 1973: 291. Fernando Venâncio, *Estilo e Preconceito. A Língua Literária em Portugal no Tempo de Castilho* [na capa: *na Época de Castilho*] encerra o cap. 7, p. 215, sem mais: «Não admira que Antero, quando quiser um dia explorar o atraso nacional, responsabilize por ele, a par de Castilho e do seu método repentino, "o moderno folhetim português".» Retoma o capítulo "A imprensa e o folhetim-crónica" em "A linguagem da imprensa portuguesa (1840-1870). Os testemunhos contemporâneos", *Objectos Achados. Ensaios Literários*, Porto, Edições Caixotim, 2002, procurando, no derradeiro subtítulo, justificar 'folhetim' como "Um conceito minado". Os parcos

Eça, que nele se estreara com *prosas bárbaras*, combate do mesmo pé a ideia de que a secção tão nobre[22] não possam corresponder sentidos embebidos da filosofia europeia do tempo. Claro que sim; e Zebedeo, despreocupado, *nonchalant*, nos rodapés do *Jornal de Lisboa*, antecipou-o, marcando bem, todavia, as diferenças, também em termos de recepção, de "Novo Protheo", entre o folhetim "caturra", o "espadachim", o "gracioso e estouvado", como discrimina sumário (27-V--1866):

> Ha tres especies de folhetim. O folhetim pensador, honesto, grave, sisudo, que acredita na importancia da sua missão, e tem pelas verdades que apregôa, a veneração que lhe inspiram as do evangelho. Afere tudo por um padrão immutavel, e não tolera uma facecia ácerca das leis superiores da esthetica. Ama a critica pela critica, com religioso fervor, com quasi supersticioso affecto. [...] Não o movem empenhos, é de bronze para as supplicas; [...]. Se tem um defeito pronunciado, é o de ser um tanto pesado e massudo; se lhe cabe uma decidida vantagem é a de ser escripto por poucos – para não ser lido por ninguém.
> Ha mais o folhetim ilustrado, implacavel, corrosivo, sarcastico, [...]. Despedaça todas as mascaras, aniquila todas as mentiras, desvenda todos os cancros. E nem por isso é repellente na fórma. [...] Cauterio energico para as ulceras da humanidade moral, [...] palavra de honra, não lhe sabemos ainda do alcance pela efficacia da primeira cura.
> Temos por ultimo o folhetim innocente, descuidoso, zombeteiro,

exemplos, facilmente contraditáveis, não bastam; *in fine*, o reiterado Antero diz o contrário da razão que se pretenderia defender, além de que seria inconcebível culpar os meios ou instrumentos de acção por um atraso nacional que só cabe aos agentes humanos. A frase terminal é: «Antero de Quental, quando quiser um dia explicar o atraso da nação, responsabilizará por ele, a par de outros malefícios, "o moderno folhetim português". É, tudo o indica, uma honra desmesurada.» É uma honra – e sem culpa –, não?

[22] Sintomática, esta hierarquia e o acento / assento no presente: «[...] nós vamos atravessando uma época em que a crónica pouca importância tem: a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, duma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; [...].» (Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo. "O Distrito de Évora" (1867)*, Porto, Lello & Irmão – Editores, vol. II [IV, Crónicas, n.º 5, 20 de Janeiro], 1981: 19)

> folgasão, que esvoaça pela superficie de quanto ha de bom e de máo por esse mundo, sem que se julgue obrigado a descer até ás ultimas consequencias da primeira observação que se lhe depare. Devassa todos os mysterios com um ar de candida travessura, [...]. Ordinariamente diverte-se, haure o assumpto de mil assumptos, borboleteia de flor em flor, [...]. É um diabrete. Essencialmente versatil, porém, [...]. E é assim que passa com indiferença da guerra da Austria á camara dos srs. deputados. Tudo lhe serve de brinco, o imperador da Russia, e o cabo de policia da freguezia, e quando não tem mais do que se rir, ri-se de si.

A citação eciana, conhecida, é agora alongada, enquanto ilustra reiteradamente a Lisboa oficiosa de 1867:

> Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a ele, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estofo precioso. Pode ele ser horrivelmente insípido, como quando é o Sr. Santos Nazaré que os escreve; ridiculamente pretensiosos, como quando é o Sr. Chagas; bocejadoramente alambicados, como quando é o Sr. Júlio Machado que os suspira[23]; é mesmo ele o querido, ele é idolatrado. Por fim vem o verão, o calor, o campo, e morre o *folhetim*: os folhetinistas são assassinos; as mulheres embirram com ele, os homens olham para ele desdenhosamente. Nesse tempo, na redacção, todo o mundo embirra com os folhetins: o revisor troca-lhe maquiavelicamente a pontuação, o tipógrafo faz um distúrbio: se o Sr. Júlio Machado tem, por exemplo, no original – – *Oh lua, tu és doce!*, ele escreve com riso terrível: – *Oh doce, tu és luar!*[24]

[23] Afinal, Santos Nazaré será das suas relações, e de Ramalho, em Junho de 1871; ao editor Chardron pede envio de *O Mandarim*, em 2-X-1880, a Júlio César e Chagas... *Cf.* Eça de Queiroz, *Correspondência*, I, org. e notas [anotações] de A. Campos Matos, Lisboa, Caminho, 2008: 51, 270.

[24] Loc. cit.: 20. Em *Da Colaboração no "Distrito de Évora" – I (18*67), Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s. d.: 118, teve-se por bem, e mal, desdobrar *Sr.* em *senhor*. Santos Nazaré parodia Eça nas "revistas da semana" do *Jornal de Lisboa*, logo em 1866: «o dia dos mortos, como diz o sr. Eça de Queiroz» (6-XI); «Lêr tres vezes um libreto

O jovem Eça, dedilhada a incontestável primazia do género, é pouco rigoroso naquele *suspirar* machadiano, alheio a ais em lauda de jornal: numa estratégia diversa e antecipadora, Júlio César não ilumina menos que Eça a Lisboa da Regeneração; inveja, quiçá, a força desse Chagas, 'homem fatal', ainda ontem abafado nos elogios castilianos e já discutindo, desde o mesmo ano de 1865, a questão do realismo; e, se Santos Nazaré pouca vida teve para se impor, a sua Eva, no romance do mesmo nome (1870), anuncia claramente a emancipação de certas mulheres queirosianas.

Componente indispensável à Lisboa cortesã e laboriosa, o folhetim não deixa de comparecer durante as férias que os titulares passam, é certo, fora da capital – e Chagas é bom exemplo dessa argúcia que lamenta e resolve a estival falta de assunto...[25]

Saídos de Coimbra, Antero e Eça reconhecem a importância, para veicular os seus propósitos, dessas colunas filetadamente marcadas nas folhas de Lisboa e exigem mais delas; Ramalho Ortigão, ensaiando, entre 1859-1866, no *Jornal do Porto*, não vive tais dramas. A melhor prova do respeito que a imposta tradição folhetinesca merece e caldeia, num período de 45 anos, pelo que de primoroso se escreveu em novelística – – entre *O Bobo* e as *Viagens na Minha Terra* (seis capítulos em 1843; integral em 1845-1846) e *Os Maias* (1888) –, está na carta de Eça a Ramalho, escrita de Newcastle a 28-11-1878, quando já trazia no bojo esse título cimeiro: «O assunto é grave – incesto; mas tratado com tanta reserva, que não *choca*. [...] Como arte tem tipos de que gosto – tratados numa nova maneira, a contornos grossos, de forte destaque; incidentes curtos, muito adaptáveis ao folhetim – enfim, o que justamente convém. Que a "Gazeta" faça a sua proposta.»[26]

destes [do *Fausto*], é peor cem vezes, peor que... suportar o frio das estrelas ou lêr na *Gazeta* [*de Portugal*] de fio a pavio um folhetim farcista do sr. Eça de Queiroz» (20--XI); «A argola da porta vibrou estranhamente, lividamente, diria o sr. Eça de Queiroz.» (11-XII-1866)

[25] «É uma barbaridade exigir-se de um escriptor folhetins em setembro. [...] // Ó mez semsabor, um folhetinista te amaldiçôa!» Pinheiro Chagas, *Gazeta de Portugal*, 13-IX-1863.

[26] Eça de Queirós, *Correspondência*, 1.º vol. Leitura, coordenação, prefácio e notas

Demoremo-nos um pouco.

Indícios e presságios são doseadamente destilados, com que se deixa o leitor expectante: não há pormenores inúteis, em artista vigilante; nuvens de catálises actuam faticamente, no mínimo. Segundo Vilaça, espécie de oráculo no início e fim da obra, lenda assombrava o Ramalhete, de paredes fatais aos Maias; Maria Monforte inclinando a sombrinha escarlate sobre Pedro, que quase escondia, sugeria a Afonso um envoltório «como uma larga mancha de sangue alastrando», que, no final, ao tomar conhecimento da desgraça, aceita, como vencido por «implacável destino»; aquela lia novela protagonizada pelo «último Stuart», tirando do romanesco príncipe Carlos Eduardo nome para o filho; Ega é adverbial em relação à donjuanesca «tragédia infernal» do amigo, augurando-lhe, e à sua alma gémea, «insensivelmente, irreversivelmente», perdição de um no outro; ao avistar Maria Eduarda, Carlos não percebe as feições, mas tão-só «o negro profundo de dois olhos» de família fixos nos seus, que reforçam a escuridão na primeira noite passada na Toca; e de quem seriam os olhos de Rosa, senão de Maria Monforte? O provérbio "heureux au jeu…", o pessimismo de Craft, a similitude Eduardo / Eduarda e ver em Carlos semelhanças com a mãe, «Antes que seja tarde» (expressão desta), a certeza de um destino "irreparável" (segundo Ega), ou de "paixão trágica" (para Maria Eduarda) reforçada, *à* Salomé, por «cabeça degolada […] dentro de um prato de cobre», eis prenúncios de fim trigeracional, tal como na sala daquela "murchavam três belos lírios brancos".

Que "incidentes curtos", em linha directa, alegava Eça? Monforte foge com Tancredo; Pedro suicida-se; Carlos avista Maria Eduarda; visita Rosa; conhece Maria Eduarda; confessa-lhe a sua adoração; involuntário incesto; Castro Gomes informa Carlos do *percurso* de Maria

de Guilherme de Castilho. Lisboa, INCM, 1983: 174. Eça interrompe *A Capital!* para aceder a convite de Lourenço Malheiro, que em 1877 fundara o *Diário de Portugal* e agora propunha, em nome de uma "velha amizade", «uma novela de vinte e cinco a trinta folhetins, com a remuneração de trinta libras, preço de amizade» (ob. cit.: 186-187). Como sentisse um romance a desenvolver-se, Eça mantém *Os Maias* em gestação e, em troca, oferece graciosamente *O Mandarim*, saído em 11 folhetins entre 7 e 18 de Julho de 1880, ano também do livro.

Eduarda; esta justifica-se: quando julgávamos outra saída para ouvinte impassível, propõe-lhe casamento; uma distracção discursiva de Guimarães para Ega – com pedido de entrega do cofre de Maria Monforte «ao Carlos da Maia, ou à irmã» – reverte tanta felicidade, com trânsito de Ega para o amigo, deste para o avô. O incesto, agora, é um acto voluntário, o que mata o velho Afonso. Ega revela a verdade a Maria Eduarda, que parte para França. Os dois amigos seguem para Londres, América do Norte, Japão.

Incidentes secundários: Pedro e Monforte; Ega e Raquel Cohen; a perseguição da Gouvarinho a Carlos; um Dâmaso pegajoso, macaqueador e traidor.

São mais importantes as personagens secundárias e, entre todas, o tio do Dâmaso e amigo de Gambetta, aquele inocente Guimarães.

Os finais de capítulo mais suspensivos serão o cap. II, X, XI, XVI: será que o velho Afonso não dura um ano? E aquele bilhete de Maria Eduarda para Carlos? O que acontecerá aos romances Carlos / Maria Eduarda, Ega / Raquel? Agora que Ega conhece o segredo, o que se avizinha?

O espirituoso do folhetim está nas queijadas de Sintra esquecidas pelo Cruges; na ridícula corrida do hipódromo – para dois cavalos; no espanto inicial de Vilaça, que, ouvindo Ega, julgou ser Maria Eduarda irmã do Eusébio. Suprema ironia, logo no princípio, a do artista que vai construir as cocheiras, «quando foi nomeado governador civil».

O juízo regular do narrador, contra um alegado propósito de impassibilidade, é outro traço folhetinesco. Nem de outro modo seria, se o realismo é documental, o que exige prévia selecção e valoração, seja de personagens, lugares, acontecimentos. Daqui, a tipificação: o parasitismo hipócrita (e não só discursivo) de Salcede; o "escanifrado" Eusebiozinho, que *significava* a educação nacional; o poeta Alencar; o venal Palma Cavalão, e outros, nos sugeridos «contornos grossos, de forte destaque», como reconhecia na citada carta.

Conhecida a trama, identificados figurantes, repetimos a leitura por causa de um estilo e de assuntos profusamente tratados: literatura, religião, filosofia, política, instrução, vida social, moda, etc., variedade que

tange ao folhetim. Mas neste bebe, ainda, os saltos de tempo (é uma história de gerações) e lugar, associados ao incidental: brincadeiras de crianças, festa de formatura de Carlos, serão de *whist*, jantar no Hotel Central, preparação para o baile de máscaras, espanholas e encontro no Nunes, corrida de cavalos, etc. São sobressaltos accionais um desafio para duelo, suicídio, cena de sedução, descoberta do incesto. Se as cenas de miséria e degradação quase inexistem face ao luxuoso e sumptuário com que se fazia sonhar o leitor de folhetins, e o mesmo trágico merece riso (se ferisse o Alencar, «Até a gente se ria.»), porque não *aquele* desenlace?

Acrescentar outros títulos e nomes permitir-me-ia dar (dizia-me) imagem mais próxima, e transtextual, de século que nos persegue. Que todos resultavam pão da mesma levedura e fornada estava no facto de um Antero ou um Fialho não denegarem, quando ensimesmados, leituras não tão despiciendas quanto isso. Socorrendo-se de «antigo companheiro de Fialho», cita Raul Brandão: «Fialho tinha muito Ponson du Terrail na sua biblioteca. Esta literatura de costureiras e guarda-portões era para as grandes horas amarguradas.» E, sobre o Micaelense, na mesma página: «Antero, nos dias aziagos de Vila do Conde, deitado num sofá, só lia Gaboriau. Para tragédia chegava-lhe a sua.»[27]

[27] Raul Brandão, Obras Completas. *Memórias*, vol. I [Março de 1903], Lisboa, *Jornal do Fôro*, 1969: 51. Depoimento coincidente é o de Júlio Dantas, evocando Fialho de Almeida no *Diário de Lisboa* (2-V-1957): «Levava ali [entre os seus livros] Montepin e Ponson du Terrail, uma literatura inteira de 'concierge', – edições novas, vulgares, de noventa cêntimos. Queria lê-los, – porque não? Iriam encher os seus longos serões de província, [...].» E Rocha Martins ("Fialho de Almeida. A República e os republicos", *Arquivo Nacional*, ano VI, n.º 294, 25-VIII-1937; reprod. em *Boletim da Associação Cultural Fialho de Almeida* (Cuba), n.º 2, Setembro de 2000: 24-35 [30]): «Deixava o asfalto e ia meter-se em Cuba a ler Richebourg e Terrail. Perdia-se nas fantasias dos romancistas populares [...].» A voga do segundo – e não só –, ainda na caução fialhiana, reafirma-se há pouco mais de cinquenta anos na Bibliografia da *Ocidente*, vol. V, n.º 12, Abril de 1939: 166-167: «Como Dumas Pae, como Eugénio Sue, como Montépin, como Júlio Verne, Ponson du Terrail há-de eternamente ser lido e admirado pela gente moça, a quem a fantasia à rédea solta, pairando alto e longe das míseras realidades da vida, sempre logrou prender e interessar. / E nesse ponto o autor do *Rocambole* é inegualável [*sic*]. [...] Fialho, o grande Fialho, lia-o e admirava-

Entrementes, reencontrava Mestres da Faculdade de Letras de Lisboa defensores de uma abrangência inapelavelmente cultural com trânsito jornalístico. Tais afinidades eram, para lá de uma caução, um incentivo.

4. Vitorino Nemésio foi o primeiro a ver como, através de algo tido por fútil, podemos inocular grandeza literária ao mais simples gesto:

> O folhetim, quando não serviu para retalhar romances, foi uma dessas formas fáceis de comunicação escrita. A extensão da dignidade literária a todos os actos da vida criava essa espécie de locutório ou rótula de jornal onde tudo convergia: política, religião, filosofia; campo, cidade e mar. Ou, melhor: o espectáculo, a última diligência ou a primeira estação de caminho de ferro, o palhaço novo no circo e o jovem orador revelado, uma anedota e um caso de consciência. Tudo isto sem gradação, apresentado com a mesma volubilidade com que o soalheiro reflecte a vida, – – porque o folhetim foi afinal um soalheiro estilizado e escrito.

Seguiam-se duas notas sumamente interessantes:

> Talvez mais de metade da produção literária portuguesa do século passado ficou nas colecções de jornais sob essa forma. E, se a superficialidade fatal a êste modo de tratamento de temas tende a condenar essas toneladas de papel sepulto nas caves das bibliotecas e dos bibliófilos, o seu carácter documental resgata-o. [No *Diário Popular*, 22-III-1950: 5: resgata-o e valoriza-o.]

Que conhecimento temos, pois, de época quase tão-só amparada nos livros?

-o, e como êle muitos outros altos espíritos não desdenhavam espairecer, no mundo de fantasia que êle criou, do esfôrço de mais violentas locubrações literárias ou científicas. / / É que, no fundo, todos estes livros são de uma sã e consoladora beleza moral. Os bons são premiados como merecem, os maus castigados como se impõe. Faz-se justiça... justa, o que nem sempre na vida real acontece. / Estas *Memórias de um gendarme* [trad. e pref. de Gomes Monteiro, Lisboa, Guimarães & C.ª, 1939] são incontestàvelmente um dos melhores e mais interessantes romances da vasta série do fecundo escritor, que pode, depois, do autor dos *Mistérios de Paris*, seu mestre e guia, considerar-se, sem favor o rei dos folhetinistas.» Perdoem-se as vírgulas.

> Ainda outra coisa: [No *Diário Popular*: Ainda mais:] A superficialidade inerente à atitude do [de] folhetim não excluía, e às vezes [até] provocava, uma qualidade que a literatura orgânica não comporta. É essa capacidade [É a capacidade] cinemática de reter o instante e passar sôbre êle um sorriso [reter o instante comentando-o]. E o sorriso é o que está mais perto do intelectual, na ordem emotiva[28].

A natureza literária e política da intervenção autoral na Imprensa estava reafirmada em José V. de Pina Martins: «Todos os grandes nomes da literatura portuguesa do século XIX estão mais ou menos ligados à história do jornalismo e à influência que este exerceu sobre a vida política e cultural da Nação.»[29]

O mesmo assevera Jacinto do Prado Coelho, através do senhor de Seide:

> Seria interessante estudar a influência do folhetim na técnica e no estilo narrativo de Camilo – influência, aliás, existente noutros autores românticos. [...]
> Irrefutável, o papel relevante exercido pela imprensa periódica no século XIX. Já Coelho Lousada acentuava em *A Restauração da Carta*, a 2 de Janeiro de 1846: 'Na actualidade a forma jornal parece – é incontestavelmente – a dominante. O livro mesmo assume quase sempre aquela forma, hoje despótica, para se apresentar'[30].

Partindo da viragem do século, também Maria de Lourdes Belchior acorda no imprescindível recurso às folhas: «Só um estudo aprofundado da imprensa ligada à literatura, ou da imprensa como literatura, poderá

[28] "Júlio César Machado e os folhetinistas", *Ondas Curtas*, Lisboa, Liv. Bertrand, s. d. [1945]: 307-308. É muito semelhante a 'Leitura Semanal' no *Diário Popular* de 22-III-1950: 5, intitulada "O folhetim" – que epigrafa este apartado.

[29] "*O Portuguez Constitucional* e a Revolução de Setembro de 1836", *Cultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974: 219.

[30] *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* [1946], I, Lisboa, INCM, ^{2}1983: 102, nota 1.

dar imagens que ajudem a definir concretamente alguns dos temas maiores da literatura e da cultura portuguesas do século XX.»[31]

Pela Imprensa, enfim, talvez consigamos o que foi voto de Alberto Ferreira e anima partículas deste trabalho: «É evidente que a crónica da vida quotidiana seria contributo de singular importância para a compreensão do movimento espiritual dos intelectuais desse tempo.»[32]

Proposição

Literatura e jornalismo relacionam-se há mais de três séculos e meio com ganhos mútuos e largos benefícios, ainda não suficientemente discriminados, para a Cultura portuguesa. Se, nas duas partes anteriores, isso é já evidente, pretendo, na *Terceira Parte*, I, mostrar essa cumplicidade através do impositivo folhetim e seu sucesso vário até 31 de Dezembro de 1993, com, no final de IV, rápidos salpicos depois dessa data.

[31] "Temas de Cultura Portuguesa. (Séculos XIX-XX)", *Os Homens e os Livros. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980: 116. [Palestra de 1971, "A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série Filologia, vol. I, 1973: 11-30.] Estuda o nosso quadro mental entre 1890 e 1915. A importância concedida por M. de Lourdes Belchior à «obra literária secundarizada, quantas vezes esquecida, mas cujo êxito, na sua época, desenha o perfil da sociedade do tempo», é lembrada por Maria das Graças Moreira de Sá, "Literatura e Cultura (Breve Apontamento)", *Românica. Revista de Literatura*, 1-2, Faculdade de Letras de Lisboa – Departamento de Literaturas Românicas / / Edições Cosmos, 1992-1993: 211-215 [214].

[32] *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XI*X), Lisboa, Moraes Editores, 1980: 44. César Oliveira, *O Socialismo em Portugal. 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973: 100, ao aproximar as transformações do quotidiano oitocentista, convém: «O nosso conhecimento não poderá avançar muito neste aspecto enquanto não for estudado o pequeno noticiário da imprensa até ao mais ínfino [*sic*] pormenor, enquanto a investigação da história da literatura não proceder a um inventário da "pequena literatura" (a que não ficou [n]a história), do folhetim localizado; até lá só poderemos tirar conclusões de ordem geral ou, quando muito, baseando-nos nalgumas obras ou romances, tentar uma aproximação necessariamente defeituosa.»

Sequenciando as *razões* acima, vou descrever, em I, como, no lapso de 1968 a 1993, se cumpre essa magia da ressurreição de um universo particular – e, com ele, se revivifica uma atmosfera –, pelo uso do vocábulo, suas derivações e respectivos serviços ao discurso não exclusivamente crítico. Em IV, qual regresso à actualidade, mostro como esse universo acorda, desde inícios do século XX, em novos autores, e reavalia um processo afinal combativo, revolucionário, filosófico, paródico e analítico...

Este balanço terá maior incidência nos casos português, espanhol e francês, para o *corpus* jornalístico. Passear-se-á pela sua revivescência em algumas obras estrangeiras. Resolvo, assim, a questão para o século XX ficcional, cujo esforço quantificador ou sua descrição ensaiei atrás em alguns dos nossos jornais.

Em II, investigo a história do vocábulo; as origens e afirmação do género em Portugal; a influência da escola francesa; a mecânica autoral.

Em III, começo por analisar os traços folhetinescos mais relevantes a partir do discurso de "Os Canibais" (*Contos*, 1868), de Álvaro do Carvalhal. Esta escolha permite integrar a expansão melodramática e operática que o filme de Manoel de Oliveira (1988) veio corroborar[33]. É, pois, um exemplo algo totalizador e, quem me dera, feliz.

Enveredo, em seguida, por uma tipologia, cujas modalidades farão aportar autores, títulos e personagens, mas provarão, sobretudo, a indispensabilidade de consulta a elemento também, inapelavelmente, visto à luz da genologia. Na corda bamba de duas disciplinas que serve ou refunde, define-se género *também* literário.

Se se demonstrar a sua importância enquanto repositório de certa memória do século já não é mau, pelo lustre que permite o folhetim-crónica. É a crónica de educação jornalística que encerra este volume, incluindo antologia. Agora, em lugar de honra, sucedem-se as *Viagens na Minha Terra* (1843) – e como aí se fundem a tão específica *causerie*

[33] José de Almada Negreiros, em texto de 1935: «O cinema já é hoje a melhor imprensa universal que existiu. O papel do cinema é o de jornal do mundo. [...] // [...] O cinema é jornal, ciência e folhetim.» (Obras Completas. *Ensaios I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971: 98)

e as garrettianas "digressões fatais" (capítulo XXXI) –, bem como Júlio César Machado.

Nas imagens do viageiro, afogueado – «O folhetim não tem pátria, é orbívago. O folhetinista legítimo é um escritor nómada.»[34] –, vai um pouco do ser português, dito pantanoso, mas na ilusão permanente do movimento.

Entre a escalpelização do romance-folhetim, a desembocar em folhetim-romance[35] – pelo alargamento ao conto e à novela, falarei em folhetim romanesco –, seguimos para as *Memórias de Um Doido* (1849--1850/1859), de A. P. Lopes de Mendonça, que, pelas duas redacções, educam sobre as relações entre jornalismo, ideologia e literatura.

O primeiro Camilo, inçado de vícios e virtudes do género que praticou, em que se fez, sobre que amiudadamente discorreu ou que parodiou, merece um transcurso entre *Anátema* (1850) e *Cenas Contemporâneas* (1856), a propósito das quais vem à baila o folhetim teatral.

Outro tipo de 'contaminação' moral passa, entretanto, a títulos que não conheceram, ou só tardiamente afloraram, as páginas de jornais e revistas para que estariam calhados: *Eva* (1870), de Santos Nazaré, e *A Tragédia da Rua das Flores* (1980) facultam-nos tipos distintos de recepção, numa curiosa sucessão de incidentes. É forma diversa de abordagem, onde se equivalem formas tão díspares de aproximação crítica

[34] *A Revolução de Setembro*, 'Chronica', "Folhetinista viajante", 22-III-1864. Acrescenta: «É este o evangelho de Júlio César (Júlio César Machado, o cristão), evangelho que ele segue com zelo mais que humano. [...] O nosso folhetinista vai partir para Espanha, de Espanha dá um salto a Paris, e, se ali o não encantarem, voltará em breve a defender o seu posto no *rez de chaussée* desta folha.» Este tipo de noticiário, necessariamente anónimo, costuma ser (ainda hoje) escrito pelo interessado.

[35] Esta destrinça, colocando a tónica em *espaço* que tudo circunscreve, evita a confusão brasileira entre "romance-folhetim" (o meu folhetim romanesco) e "romance em folhetim", cuja «diferença básica está nos *objectivos* literários: o romance em folhetim está sempre atento à sua organização interna, com vistas a uma unidade da estrutura narrativa necessária para seu valor estético, enquanto o romance-folhetim pode ir sendo construído no dia a dia até o total esgotamento da curiosidade do público, o que causa, freqüentemente, falhas nessa unidade». Tania Rebelo Costa Serra, *Antologia do Romance-Folhetim (1839 a 1870)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997: 21.

à produção textual. Por razões de economia, curo destes títulos em *Cultura Literária Oitocentista*.

O folhetim-poema domina a Imprensa de província: quase sempre inócuo, autista, pode rebelar-se num flagrante de denúncia fiscal. Mas lembrarei dois poemas que, integralmente, só vieram em livro: *D. Jaime ou a Dominação de Castela* (1862) leva-nos à questão ibérica há muito discutida e à primeira polémica a sério entre Lisboa e franco-atiradores do Porto e de Beja; a segunda descarga dá-se com o *Poema da Mocidade* (1865) – cujo argumento, delido na memória, contarei. A Invocação e Primeiro Canto haviam saído na *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil* – Ribeiro e Chagas, pois, industriados noutro tipo de folhetinagem.

A actividade epistolar é-lhe contígua. Matricial, tem dias de verdadeira ubiquidade nas tão curtas quatro páginas; interessa a construção por cartas, originariamente de sarcasmo político, em que, já na ficção, *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870) dá... cartas.

Citada a modalidade teatral – culminando nas revistas da especialidade –, referir-se-á, a encerrar III, o folhetim ecléctico.

Pelo que fica dito, atenho-me a uma série de práticas culturais que decorrem do conúbio jornalístico-literário, reproduzido ou noticiado em folhetim, com relevo para o período de 1838-1843 (da busca do vocábulo e do rodapeano espaço de eleição a *Viagens na Minha Terra*) ao dealbar dos anos 70 (1870: *O Mistério da Estrada de Sintra*, *Eva*; antevéspera das Conferências do Casino e d'*As Farpas*, quando *Da Loucura e das Manias em Portugal*, de Júlio César Machado, dava supersticiosa imagem do país), já metodologicamente iluminado pelo de 1968 a 1993 (na *Conclusão*, até 30-XII-1995) – que, por seu lado, prolonga as regularidades do século –, honrado na descendência havida: fascículos, banda desenhada, cinema-folhetim, seriais, cine e fotonovela, folhetim radiofónico, telenovela e romance-Internet ou digital, sirva-se de telemóvel ou aparelho mais desenvolvido[36].

[36] Rodrigo Fresán, "La novela celular", *ABC* – ABCD (Madrid), 23-II-2008: «Desde el 2003, los primeros puestos de las listas de best sellers niponas aparecen literalmente

Este retrato de família, antes da despedida, é um modo de reverter ao impacto que o termo e seu universo de sugestões ainda evocam nesta transição de milénio. Também, oportunidade para, lembrando o guionismo, motivar a conclusão do trabalho – a saber, uma teorização sobre a melancolia da crítica e dos universos ficcionais (a eventual sensaboria interactiva), a sede de histórias, como quem lembra as primeiras lágrimas que este 'falar verdade a mentir' que é a literatura (e às vezes o jornalismo) no antigamente em mim convulsionou.

Aquelas práticas são de sujeitos – o típico escritor público – divididos por duas actividades (no mínimo) já multiplicadas. Têm presentes as exigências, cedências e caprichos de uma determinada massa de leitores – mulheres, sobretudo –, alguns dos quais particulares: o proprietário do jornal ou da editora; o chefe político ou outro; o ministro, a voz de amigo ou da necessidade (penso em Eça e na carta *supra* a Ramalho, onde se perfila chantagenzinha com o ministro dos Estrangeiros, o ex-folhetinista João de Andrade Corvo)...

Falar desses sujeitos é reaquacionar a nossa história literária, porque, vistos à luz de uma constante, podemos estabelecer entre eles relações que outros critérios falseiam ou dão menos rigorosamente. Do mesmo pé, nova incidência talvez explique certos esquecimentos e, sem danar ao primeiro plano, reponha lugares que a todos beneficiem.

Num segundo momento, a quantidade de peças, avassaladora, informa suficientemente a produção textual das dezenas de autores aqui citados. Tenho presente o que o mesmo curso do trabalho vai provando: «No que respeita ao jornalismo, nunca será demais encarecer a sua importância para o estudo de quase todos, senão de todos, os aspectos da história oitocentista.»[37]

tomados por los tonos de libros originalmente telefoneados. [...] Millones de ejemplares vendidos en formato libro tras haber sido descargados por lectores adictos a las pequeñas pantallas que verán, ahí mesmo, las veloces adaptaciones cinematográficas a la grande pantalla de todo eso.»

[37] Joel Serrão, *Temas Oitocentistas – I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980: 32.

É um Camilo sob pseudónimo, vários Eças escapados a Guerra Da Cal, Trindade Coelho inédito, Eugénio de Castro adolescente[38], variantes em José Duro[39], Gonçalves Crespo[40] ou Costa Alegre[41], hesitações em Aquilino...

A crítica genética – mais se o artigo é de um jacto, como em jornalista que se preza – tem aqui muitos borrões. O mesmo para a estilística; para a "história das práticas de leitura"[42]; para uma edição crítica, a beneficiar de paratextos[43]; para a história editorial. Vivemos os paradigmas do autor, do texto, do leitor. A introdução de um quarto elemento – – o suporte jornalístico – reelabora essa combinatória da leitura e da crítica. Por isso, quando retrospectivou *A Critica Litteraria em Portugal (Da Renascença á Actualidade)*, Lisboa, 1910, pôde Fidelino de Figueiredo avisar:

[38] Assim "A pastora do Tirol", de Coimbra, 1882, andava o autor em 13 anos, longo e ingénuo poema saído n'*O Campino* (Vila Franca de Xira) de 10-II-1882. Inúmeros os folhetins do redactor e proprietário, Lino de Macedo, mais importantes serão os nomes – – por vezes, tirados de outras folhas – de Ramalho, Arnaldo Gama, Alberto Braga, João de Deus, José Simões Dias, Alfredo Gallis, Mariano Pina, Sá de Albergaria, Guerra Junqueiro, Bulhão Pato, Beldemónio...

[39] Com «o emblema escatológico da caveira [...] integrado à componente lunar do romantismo sepulcral de folhetim», escreveu Joaquim-Francisco Coelho (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26-V-1992: 32).

[40] Exemplo de "Iterum Sara (versos postumos)", retirado de *Um Feixe de Pennas* (Versos posthumos / Iterum Sara", 1885: 41-42), e reproduzido no *Jornal de Torres Vedras*, n.º 18, 30-IV-1885: «Abre-me os braços teus, quero esculpir com beijos / Em teus braços de fogo e seios de alabastro / O poema d'este amor insano... Os meus desejos / Eu vos pranteio á luz do merenchorio astro!» Só "Iterum Sara" em *Nocturnos*, traz 'lábios de fogo', 'Ó meus desejos', 'astro!...' "Agricola, Commercial, Noticioso" (1-I-1885/30-XII-1886), sucedeu-lhe a *Voz de Torres Vedras* (5-II-1887/25-I-1890; em *Jornais e Revistas...*, *A Voz de Torres Vedras*, até 27-X-1888), com a particularidade de *O Náufrago de Cynthia*, de J. Verne e André Laurie, ter transitado de um jornal para outro. Colecções e datas incompletas na BN.

[41] *Cf.* "A Razão / A Antero de Quental" e "Quando eu morrer" n'*O Século* de 19-IV-1890, extractando da *Pátria* [sem dedicatória a Antero].

[42] Roger Chartier, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, trad. de Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, 1988: 122.

[43] Compreende-se, assim, que não proceda a qualquer tipo de actualização, sobretudo ortográfica, em citações. Referências bibliográficas completas só quando um título surge pela primeira vez.

> A primeira obra que representa o juizo pessoal e a critica das bellezas, ainda que pallidamente, é o *Bosquejo da Historia da Lingua e da Poesia Portuguêsa*, de Garrett, publicado em 1826, como marco historico; mas como influencia orientadora é a critica jornalistica que cumpre considerar. A vigilancia, que registava quase diariamente a bibliographia, e o subito alargamento do publico actuaram com decisão sobre a litteratura. (p. 73)

Localizar aquelas pepitas não é, de raiz, o escopo desta viagem. Percursos da história literária[44] ou da literatura comparada surgirão, pois; mas, essencialmente, compreender-se-á como é perigosa toda a exegese que actua sobre o texto dito acabado, quando a arte da composição, do artista no seu transe de gestação, demiúrgica e imperfeitamente se afirma na salubre oficina do folhetim.

Vamos defrontar-nos, dito de outro modo, com a situação de homens em momentos concretos de um país aos baldões e como, face a um público expectante e aos projectos que cada um para si, ou para a nação, definiu, a consciência individual ou colectiva se impôs, recuou, contradisse. Por meio dos exercícios da redacção jornalística e literária, da edição e suas adjacências (distribuição, assinatura, subscrição), da leitura e das representações que, deste quadro geral, resultarem, atingiremos, paulatinamente, algumas questões maiores que protagonizaram essas décadas e cujos efeitos, acaso miasmas, certo autor ou este povo não souberam trabalhar. Valham, enfim – e talvez seja dizer tudo –, como ementas para uma história da cultura jornalístico-literária em Portugal.

[44] José Martins Garcia, "Acerca de História literária", *Linguagem e Criação*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1973: 13-18 [18], é pouco claro nos seus dizeres e desejos: «A História literária, [...], não poderá nunca abranger os manuscritos [...] que os detentores da máquina editorial resolveram esquecer, [...]. A história literária só pode enumerar as obras que uma certa sociedade achou conveniente publicar. [...] A História literária deveria ser aquilo que nunca poderá ser: uma história das obras olvidadas, das obras que teriam abalado um certo tipo de mundo e que por isso o mundo aniquilou.» O cuidado, também *editorial*, que aqui se dá ao folhetim desmente aquele pessimismo e realiza essa vontade.

I

1. A fortuna de um universo (1968-1993)

1. 1. Na Imprensa escrita

1. 1. 1. *Em Portugal*

Em 31 de Dezembro de 1993, a vida nacional não era muito excitante. Houvera, no dia 12, eleições autárquicas e o partido do Governo saíra-se mal, nomeadamente na área metropolitana de Lisboa. Logo a oposição interna foi de criticar soluções inconsequentes e um segundo candidato se perfilou à sucessão do presidente da comissão política distrital, que, por seu lado, se recandidatava.

Estávamos nisto, vem o presidente do partido impor uma terceira via, porquanto sentia, na síntese do *Diário de Notícias*, que «o 'folhetim palaciano' das últimas semanas fragilizou o PSD»[1]. Interrogava o *Expresso*: «Se [Cavaco Silva] não queria o debate e a divisão entre duas correntes do partido, porque só interveio quando o folhetim já revelara ao público as cenas eventualmente mais chocantes?»[2]

O ano, aliás, por ser de ida às urnas, abriu com outra imagem edificante de quem legisla. Editorial deste arremete: «O folhetim que a classe política nos forneceu a propósito da revisão dos seus próprios salários é reveladora do grau de hipocrisia que se apoderou do aparelho de Estado português.»[3]

No regular movimento das instituições, dos grupos, de certos protagonismos, surgem, de quando em vez, descontinuidades, surpresas, reiterações, a que se agarram mensageiros e intérpretes da coisa pública

[1] António José Teixeira, *Diário de Notícias*, 31-XII-1993: 11.
[2] J. A. L. [José António Lima], *Expresso*, 31-XII-1993: 16.
[3] J. V. [Joaquim Vieira], *ibid.*, 16-I-1993: 6.

ou privada. Na existência de um país, os sobressaltos e inacabamentos configuram um estado, que alguns designam por "síndrome das Capelas Imperfeitas" ou "obras de Sta. Ingrácia [*sic*]", caso do Panteão Nacional, «folhetim que durou um século». O mesmo editorialista explica: «O espírito lusitano, talvez devido ao seu irremediável periferismo e consequente provincianismo, vive de há muito afectado pelo que poderíamos chamar a síndrome das Capelas Imperfeitas: a autocelebração em obras projectadas muito para além da capacidade e dos recursos nacionais.»[4]

Entre o Mosteiro da Batalha e o Centro Cultural de Belém haveria, assim, um ficar aquém de vaidosos ou nefelibatas a que o, para eles miserando, universo folhetinístico calha bem: de facto, não raro, o essencial está muito longe das preocupações imediatas; e personagens secundárias vêm à boca de cena. Compreendida esta segunda cláusula no quadro democrático – em que todos têm direito à voz –, outra, contígua, se desenvolve: os assuntos invadem esferas cada vez menos definidas e os múltiplos receptores congregam-se através de assinatura ou matéria que noticiam o nosso quotidiano.

É neste contexto que um político, simultaneamente professor, médico e colunista, reúne num parágrafo o desespero de anónimos e a costumada indiferença dos responsáveis: «Continua o folhetim da indemnização dos doentes contaminados com o vírus da sida em serviços públicos de saúde.»[5]

Do *incipit*, já significativo, subimos ao peso do título – "Folhetim dos pediatras"[6], em Aveiro, onde haveria falta de condições de trabalho –, nestas questões de saúde, que, em 1993, levaram à demissão do ministro do sector. Na memória de muitos estará, fresco, o longo processo de construção, equipamento, publicitação e nomeações atinentes ao hospital de S. Francisco Xavier, que arrastou a demissão da ministra da Saúde, com fuga do irmão – "O folhetim José Manuel Beleza já atingiu várias vezes o ridículo"[7] – e processo em tribunal, a sugerir vo-

[4] *Ibid.*, 20-III-1993: 10.

[5] Eurico Figueiredo, *ibid.*, 23-X-1993: 9.

[6] Paula Joyce, *O Independente*, 1-X-1993: 34.

[7] Wilton da Fonseca, "Zézé do Telhado", *Época*, 30-X-1992: 9.

cábulo desdobrado: «É um novo fascículo desta história, a desenvolver nos próximos anos.»[8]

Na mesma ordem de ideias, uma socióloga e cronista de televisão considera como «acontecimento mais importante do ano» as «aventuras judiciais» do ex-governador de Macau, que salpicam políticos e empresários lisboetas: «Veremos como o folhetim se desenrola.»[9]

Mas a política, que interessa a um cada vez maior número de (e)leitores na sociedade representativa, está nas suas sete quintas quando atrai outro espectáculo de massas – o futebol. Um gestor da televisão pública é demitido por razões pouco claras; legenda-síntese desloca a explicação, o que é típico do género: «Um folhetim que tem Futre e o 'seu' Benfica como protagonistas distantes.»[10]

Mais aliciante, porque quebra a modorra estival e implicou a saída de uma subsecretária de Estado da Cultura, entre declarações governamentais contraditórias, foi o caso da pala da bancada central, que ameaçava ruir, no estádio José de Alvalade: «O país assistiu atónito ao rocambolesco folhetim de faca e alguidar», escreveu Edite Estrela[11].

Na véspera, editorial contava o final e dava a moral da história, segundo a clave aqui em apreço:

> Trinta horas após o regresso de férias, Cavaco Silva colocava a sua pedra sobre o caso da pala do Estádio do Sporting, o frenético folhetim político deste Verão. A série já ia longa sem que o primeiro-ministro nela figurasse de corpo inteiro. O episódio de ontem, destinado a ser o último, resume-se à fórmula de uma romaria de ministros e secretários de Estado a São Bento que termina com a assinatura de um despacho orientador. Para quem tenha estado atento ao folhetim, a intenção dos actos de ontem resume-se, com simplicidade, num brando puxão de orelhas a

[8] Rosa Pedroso Lima, *Expresso*, 16-I-1993: 12.

[9] Maria Filomena Mónica, *O Independente* – III 13-VIII-1993: 6. O caso encerrou-se em 2002.

[10] José Manuel Moroso, *Expresso* – Revista, 6-II-1993: 22. Das «cintilações fatais do folhetim Paulo Futre» falara no mesmo lugar António Mega Ferreira (30-I-1993: 39). A própria Imprensa desportiva não ignora este fenómeno vocabular (*v. g.*, *Record*, 28-VII-1992: 21, em antetítulo).

[11] *Expresso*, 29-VIII-1992: 6.

> Santana Lopes com música de fundo em que se procura recuperar a dignidade do Governo e a seriedade do Estado[12].

A penhora do estádio das Antas ganhou em risível[13]. Mas, também fenómeno mediático em 1992, o debate sobre o 'défice' democrático na Madeira, suscitado pelo Partido Socialista, relevou deste particular universo[14]. E saber, num «interminável 'folhetim'»[15], se o presidente da Câmara do Porto largava o lugar de eurodeputado em Estrasburgo. Todavia, «folhetim institucional»[16] foi, no entender de alguns, o jogo de golpes e contra-golpes entre Executivo e Presidência da República, após a reeleição de Mário Soares (13 de Janeiro de 1991). É sob este fundo que devemos analisar os duelos discursivos, à boa maneira oitocentista – – a que só falta o cacete –, de dois lídimos representantes de Belém e S. Bento, em que a política, via jornalismo, casa com a literatura.

Num inquérito de Verão aos nossos bibliófagos políticos, Manuel Monteiro está longe de saber que *A Queda Dum Anjo* saiu inicialmente no *Jornal do Comércio*. Edite Estrela faz «releituras de Eça de Queiroz, particularmente *As Farpas*», formulação que pode confundir leitor menos avisado. Quem, explicitamente, lerá «o folhetim *Asfalto Selvagem*, de Nelson Rodrigues»[17], é Alfredo Barroso, queirosiano-camilianista, amiúde servindo-se do nosso vocábulo e do que ele transporta desde há quase 180 anos.

Esforçado cronista do mês, de remissões constantes a tão augusto patronato, deleita-se a acirrar Vasco Graça Moura, «poeta e folhetinista 'de pulso', como diria o sr. Sousa Neto»[18], o qual não se fica atrás. Sobre insultos vertidos, propõem-se, em singular frente-a-frente, um romance-folhetim a quatro mãos para semanário: «*AB* – Quem escreve o primeiro capítulo é escolhido atirando moeda ao ar. Está de acordo?

[12] Jorge Wemans, *Público*, 26-VIII-1992: 8. A mesma terminologia coalhava em artigo de Duarte Moral, *ibid*., 25-VIII-1992: 8.

[13] Martinho de Castro, "O folhetim continua", *Diário de Notícias*, 2-IV-1994.

[14] Áurea Sampaio, *Público*, 2-IV-1992: 8; Ângela Silva, *ibid.*, 11-IV-1992: 14.

[15] *Ibid*., 20-XI-1992: 1.

[16] *O Independente*, 4-VI-1993: 25.

[17] *Expresso*, 21-VIII-1993: 4.

[18] *Diário de Notícias* – Cultura, 2-XII-1993: 5.

VGM – Inteiramente de acordo.»[19]

O veneno fora instilado ao sétimo episódio do folhetim – em caixa alta, nas páginas 4, 5 e 6 da conspícua edição dominical do *Diário de Notícias* – intitulado *Annus Politicus*. Anunciado em destaque na última página, desde 18-VII-1993 – como, noutros tempos, o mesmo jornal laborava na primeira –, este "grande folhetim de Verão" transformou-se, desde 25[20], num *cadavre exquis* assinado por Lenine de Jesus (pseudónimo), J. Pacheco Pereira, Diogo Pires Aurélio, Joaquim Letria, Álvaro Guerra, Ferreira Fernandes, Alfredo Barroso, Victor Cunha Rego, Vasco Graça Moura e Vasco Pulido Valente. A salada em que desembocou não podia ser menos cifrada, sendo de questionar esse «crescendo de interesse por parte dos seus leitores, desde há nove domingos», a preceder o desbaste de Vasco Graça Moura.

Este, com "Os beijos de Judas", paga-se de várias, sobretudo do apodo "Seven up" com que Barroso o mimoseou a 5 de Setembro: «Alf… mofada, meu grande tanso, […]. Querias!, mas *seven up* dizem que há só um e que ainda é melhor *after eight*! ah! ah! ah!»[21]

Este espírito contaminou, desde a remodelação de 30 de Outubro de 1992, as páginas da secção Artes, com, de segunda a sexta, duas

[19] *O Independente* – Vida, 1-X-1993: 18.

[20] *Diário de Notícias*, 25-VII-1993: 4: «O *DN* inicia hoje a publicação de um folhetim de Verão inspirado pela política portuguesa dos nossos dias. Nomes de prestígio aceitaram colaborar nesta iniciativa, que se prolongará por dez domingos. Cada um dos autores é responsável por um único episódio e cabe-lhe, naturalmente, retomar a trama a partir do ponto em que a encontrou.» Após as duplas Eça / Ramalho e Mário de Carvalho / Clara Pinto Correia, juntavam-se, agora, vinte mãos. Experiência intermédia, realço *Uma Tragédia na Madeira*, inserto no *Diário Popular* funchalense, entre 10-XII-1908 e 6-IV-1909, colaborado por Albino de Meneses, Baptista Santos, Higino de Barros, Abel Rocha de Gouveia e Domingos dos Reis Costa. Para o primeiro (1889--1949) – madeirense que integra o n.º 3 de *Orpheu* – e sua actividade como folhetinista nesses anos quentes, veja-se Albino de Meneses, *A Noite Bizantina*, selecção de textos, prefácio e notas de Nelson Veríssimo, Funchal, DRAC, 1991.

[21] *Diário de Notícias*, 19-IX-1993: 5. É o ano de Vasco Graça Moura, "Maneiras oitocentistas", *O Concerto Campestre*, Lisboa, Quetzal Editores: «este é o caso flácido da baleia morta / que deu à costa perto da póvoa do varzim: / com o que o bicho sofreu ninguém se importa, / tinha morrido há muito e estava toda torta. / em todo o caso bem dava um folhetim.»

colunas ao alto intituladas Folhetim dos Quadradinhos, Folhetim das Letras, Folhetim das Músicas, Folhetim das Televisões, Folhetim dos Bastidores [Teatro], Folhetim dos Filmes, Folhetim do Jazz: ao alto, peça forte, e, em baixo, noticiário fragmentado, diz-que-diz-que, um toque opinativo... A espaços, a nova e permanente secção 'Memória do Tempo' oferece notícias ou extractos de folhetins de há cem anos.

A mais jovem concorrência do *Público* ofertou, em simultâneo e no quadro dos Jogos de Barcelona, a tradução do folhetim de Manuel Vázquez Montalbán, *Sabotaje Olímpico*, a partir de 25-VII-1992[22], quando *El País* dobrava a dose diária com Eduardo Mendoza e *La Visión del Archiduque*. A partir de 12 de Agosto, em título inconfundível, *Los Misterios de Madrid*, "El folletín de Antonio Muñoz Molina"[23], acom-

[22] Em chamada da primeira página, sob a manchete: "*Exclusi*vo: Manuel Vázquez Montalbán escreve um folhetim policial para os Jogos". Na p. 9, prometia-se, em cadeia com *El País*, *La Stampa* (Itália) e *Ta Nea* (Grécia), «muita emoção e que só terá o seu desfecho a 11 de Agosto», quando, de facto, concluiu, ao capítulo 18. Era, de novo, o aventureiro detective Pepe Carvalho que ia «enfrentar uma série de fenómenos surpreendentes»: «Definitivamente, trata-se de um folhetim a não perder.» Resumo antecedia cada episódio, com ilustração de actualidade picante, suspenso em CONTINUA. Reinvestindo naquela personagem e na atmosfera catalã, José Magalhães ficcionou, n'*O Independente* (31-VII-1992: 18), a política nacional, para fechar: "(*CONTINUA, a cargo de M. Vázquez Montalbán*)".

[23] Saiu em livro logo em Novembro e, segundo confessou o autor ao *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* (3-I-1992: 32), «teve uma certa influência de "O Mistério da Estrada de Sintra", de Eça de Queirós, obra que Molina comprou há anos num alfarrabista...». Transcrevo reacção de leitor madrileno (*El País*, "Cartas al Director" [José Luis Rodríguez Sánchez], 26-IX-1992), que se diria de há 150 anos: «Cuando este verano me acercaba lentamente a la oficina, saboreando el fresco matinal, sólo había una idea en mi mente que me permitiese superar el cansancio y hastío que me producía el pensar que comenzaba una nueva y rutinaria jornada laboral, y esto era la lectura de *El folletín de Antonio Muñoz Molina*. // Me ha gustado especialmente la frescura de las descripciones, la mezcla de observaciones serias y ocurrentes, el argumento, seguramente basado en algún hecho real, y sobre todo el aire de crítica y cachondeo a los culebrones en uso, que subyace a lo largo de todo el relato. // En una época de noticias tristes, de peleas entre países, de corrupción, [...] este tipo de literatura, aunque aparente divertimento veraniego, supone una ráfaga de inteligente aire fresco y permite sospechar que la esperanza en una humanidad mejor es posible. // En definitivo y como dicen mis niños, *superguay*.» Helena Barbas evocou Camilo e Sue a propósito da tradução portuguesa (*Elle* [Lisboa], n.º 68, Maio de 1994: 62).

panhado pelos resumos dos capítulos anteriores, culminava esse interesse por uma tão singular estratégia de relação com os leitores. Nada para espantar, pois, no dealbar de Agosto de 1993, o *Folletín de Un Año Largo*, de Eduardo Haro Tecglen, seguido, a 13, de narrativa de Arturo Pérez-Reverte, numa confirmação sem pruridos de nomes feitos ou emergentes.

Os verões do *Público*, de resto, ainda quando na modalidade romanesca – em que integraremos o conto –, corroboram a Imprensa da fase heróica, em que o curto relato pode exigir o inevitável *(Continua)*[24] ou *continua amanhã*, como na estreia de Julho de 1990, em que o catalão *Estudi en Lila* (1987), de Maria Antònia Oliver, funcionou como pré-publicação[25].

Juventude no tom, enamorada do cor-de-rosa e da ligeireza estilística, perpassa no, em antetítulo, 'Folhetim' d'*O Independente*, assinado por cheiroso Rosmaninho Todo-Bom, que secunda máscaras de antanho. E um apelo, a fechar: «Leia tudo sobre a ressurreição de Jeff, disfarçado de piloto japonês de Fórmula 3000, no próximo episódio de *Bebo ao meu amor*.»[26]

Se a forte tradição do *Diário de Notícias* basta para justificar tal enlevo e, a exemplo do *Público* ou do *Expresso*, se rebusca um termo operacional, percebemos que, já no caso d'*O Independente*, a relação (com os outros ou contra o que carreia o próprio lexema) se torna mais sensível. O caso Maria Elisa (que saiu da RTP para a nova estação de televisão SIC e retornou ao ponto de partida) pôde, assim, vir oferecido em deliciosa clave folhetinesca[27], na mesma edição em que se dava por

[24] *Público* – Férias, 8-7-1992: VIII, com "Os Três Reinos – I", do regiano *Há Mais Mundos*.

[25] Saiu logo em Setembro como *Estudo em Lilás* (trad. de António Gonçalves), na colecção policial da Editorial Caminho, conúbio entre jornal e livro que, para lá da publicitação, pode beneficiar de composição tipográfica já feita.

[26] *O Independente* – Vida, 17-XII-1993: 32.

[27] Constança Cunha e Sá, *O Independente*, 31-VII-1992: 14. A citação é longa, mas o picante reside nessa *charge* aos resumos que os magazines oferecem das telenovelas: «O folhetim "A Escolha de Elisa" continua, com enorme êxito, a prender a atenção nacional. A história, cheia de traições, desenganos e reviravoltas mostra as potencialidades do género e a imaginação da intriga. Depois de meses de sacrifício e sérios

acabado "o folhetim da ponte" futura sobre o Tejo[28].

Neste domínio, é menor a agilidade lexical a Norte, ou de tipo mais conservador. O familiar *(Continua)* ainda responde ao 'romance' *O Pároco de Aldeia*, d'*O Primeiro de Janeiro*, em Novembro-Dezembro de 1993[29]; ao Alexandre Dumas de *A Tulipa Negra*, no *Jornal de Notícias* (após Janeiro de 1991), que dirigia o quarto trimestre de 1989 ao *Húmus* brandoniano; ao declarado folhetim *Lá Diz o Ditado*, de Branca Vasques Martinho, n'*O Comércio do Porto* (desde Outubro de 1990), autora tão enigmática quanto Isabel Ricardo Amaral, de *Aquela Lágrima, Cristiana*, que aí passara no Verão-Outono de 1989, após *A Guerrilha de Frei Simão* (1895), de Alberto Pimentel.

Esta sobrevivência, diária, nos matutinos do Porto, alheia à inovação de títulos e nomes, tornou-se menos significativa que a imposição do vocábulo e seu universo

1) no título, antetítulo, subtítulo ou *superlead* da notícia e legenda;

2) no corpo desta ou no discurso dos fazedores de opinião;

---

desentendimentos, a heroína, contristada e infeliz, faz as malas com a dignidade do mercado e carregando o peso dos trabalhadores abala rumo aos braços do patrão mau que a despedira no meio de protestos e indignações. Percebe-se então que o patrão mau, poderoso e vingativo, é afinal um chefe muito simpático, [...]. Em contrapartida, o jovem promissor e entusiasta resvala, surpreendentemente, para o campo da incompetência [...]. O folhetim, para além de retratar com extraordinário vigor os estados de alma dos personagens, embrulhados em grandes lutas internas e divididos por contraditórias pulsões, é um retrato cruel das leis do mercado, narrando com grande realismo o mundo cão da concorrência e as voltas a que obrigam as audiências. // É neste ponto que a história ganha um novo fôlego. O patrão, que começou mau e acabou bom, é empregado do Estado, situação que lhe permite desenvolver o espírito de concorrência, gastando milhares de contos para despedir a heroína e usando outros tantos para a recuperar. [...] Mas com dinheiro dos contribuintes. Muito mais dramático, como se vê. E verdadeiramente nacional.»

[28] Loc. cit.: 3. Com pompas e reviravoltas dignas do género já se vivera aquando da nova ponte ferroviária sobre o Douro. (*Cf.* Silas de Oliveira, *Diário de Notícias*, 23-VI-1991: 2)

[29] Desculpa-se o facilitismo e a barateza da iniciativa – não há direitos de autor a pagar – pelas escolhas criteriosas: dedicar 1989 a Camilo, *A Doida do Candal*, e Herculano, *Lendas e Narrativas*, tudo perdoa.

3) na explicitação de um percurso crítico ou cambiante literária, tipo 'cabeça' da peça; e, mormente,

4) na mancha da ficção regularmente entronizada por autores que fazem público e se fazem. Nos casos mais conhecidos, o diáfano véu referencia a actualidade política em voga [*cf.* "Gente à Solta", do *Expresso*, rigoroso no (continua), em que o jogo com os nomes das personagens facilmente as identifica].

Perdeu-se, no entretempo, a devida apresentação do folhetim, num braço-de-ferro digno com a telenovela brasileira (entre nós, desde 16 de Maio de 1977, com *Gabriela, Cravo e Canela*, bebida em Jorge Amado; alongamo-nos sobre o seu efeito na Parte IV) nos primeiros tempos desta. Dois exemplos.

O Imenso Adeus, de Raymond Chandler, antes de correr no *Diário de Lisboa*, levou Francisco Vale a entrevistar o tradutor, Mário-Henrique Leiria. Perguntado sobre se não estaríamos perante «concessão a uma nova-velha vaga», disse o Surrealista: «Talvez seja uma cedência a essa vaga. Mas não é uma cedência para divulgar má literatura. O folhetim é qualquer coisa de tradicional que foi agora retomada. O que importa é que seja utilizado ao serviço da boa literatura.»[30]

Segundo caso. A 3 de Maio de 1980, o *Jornal de Notícias* anuncia, para 5, o início de *A Selva*. Publicitou o novo folhetim em página inteira na edição de 4. Passavam 50 anos sobre a *princeps*, justa homenagem ao autor de *Terra Fria* (a lume n'*O Século*, 1934) ou do póstumo *História da Velha Mina* (*República*, 1974), entre outros[31].

Vejamos, em síntese, passos firmes da sua tão premente actualização – alíneas 1, 2, 3 e 4.

[30] *Diário de Lisboa*, 30-III-1979: 8.

[31] J. M. Ferreira de Castro, que se fez na tarimba dos jornais, e, aos 14 anos, distribuía por Belém do Pará o seu primeiro romance em fascículos, *Criminoso por Ambição*, justificou largo espaço na Imprensa aquando da sua morte (às 23 horas de 29 de Junho, no Hospital de S. António, do Porto) em especial n'*O Primeiro de Janeiro* de 1-VII-1974: 8, que dele folhetinizou *Tempestade* (1940). Ver, para Castro jornalista, A. Lopes de Oliveira, *Como Trabalham os Nossos Escritores*, Lisboa, Editorial Proença, 1950: 69, e, agora, Ricardo António Alves, "A propósito do Repórter X", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13-IV-1993: 16-17.

1) "Do pícaro ao folhetim, 'com prazer"', assinala título de *O Jornal* (12-X-1979: 43), na súmula que opera do romance *Desta Água Beberei*, de Urbano Tavares Rodrigues. "O novo folhetim", intertitulei, em entrevista a Mário Cláudio, a propósito de *Rosa*[32]. "Folhetim a mais", editorializa, acerca das dívidas das câmaras municipais à EDP, o *Europeu* (12-V-1989: 12). E, referindo-se a *Trajectos* (1988), de Domingos Lopes, quinze episódios sobre o destino de protagonistas da crise académica de 1969: "Rádio checa transmitiu folhetim português" (28-VI--1989: 22). "Desinteligências no PSD: o folhetim continua", clama o *Diário de Lisboa* (28-XII-1989: 1). "Origens do folhetim", faz António Valdemar aguar, enquanto os do interface da Amadora e da Universidade da Madeira empregam o morfema corrente "acaba"[33]. "Folhetim Serralves", rotulam[34]. Um título como "(continua)", e subtítulo "A BD

[32] *Tempo* – Cultura, 15-XII-1988: 9. Escrevi: «Julgo nunca ter sido referido o que, de súbito, me parece ser uma construção por parágrafos, quais minúsculas esculturas a que se dedica a jornada. Estamos ainda dentro do seu processo criativo, aqui pontuado em sinais como 'a ponta de feltro', com que, sabemos, escreve…» E Mário Cláudio: «De facto, cada parágrafo é um texto autónomo. E tão autónomo, que me acontece autonomamente, diariamente. Digamos que este livro foi segregado parágrafo a parágrafo. Cada parágrafo gastou a sua manhã de trabalho, isto *grosso modo*.» Eu: «É uma nova perspectiva do folhetim…» Ele: «Exactamente. É o folhetim só para o autor, que está um pouco na situação de funcionário público que vai ali assinar o ponto. O meu ponto é assinado através de um texto que se esgota nesse acto. Depois, poderei passar a outro parágrafo, mas é um texto já totalmente diferente. […]» O mesmo para a sua poesia, como finamente observou Fernando Guimarães (*cf.* "O "texto a seguir" em Mário Cláudio", *A Poesia Contemporânea Portuguesa e o Fim da Modernidade*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989: 131-134). Processo similar confessa o autor de *Trabalhos e Paixões de Benito Prada* (1993): «O jornalismo foi mais importante na hora de escrever este romance. Sem a prática jornalística não teria avançado nem do sexto capítulo. Apliquei a mim próprio a receita do chefe de redacção. O senhor Francisco Assis Pacheco marcava de véspera ao senhor Fernando Assis Pacheco x páginas para o dia seguinte, um capítulo, um episódio, normalmente de quatro a oito páginas. Não me levantava da mesinha sem ter esse capítulo senão escrito na totalidade, pelo menos muito desbastado.» (*Ler* [Entrev. de João Paulo Cotrim], n.º 26, Primavera de 1994: 48-49)

[33] *Diário de Notícias*, 21-VII-1983: 17; 28-XI-1991: X; 26-II-1993: 20.

[34] *Expresso* – Cartaz, 18-IX-1993: 2.

e as séries de 'comics books"'[35], remete para a fecunda matriz que estudamos e, na intermediação que é o original e inspirador *à suivre*, alude a revista com este nome...

Casos de *superlead*: "A polémica na SPA, centrada no seu presidente, Luís Francisco Rebelo, e em Paco Bandeira conhecem [*sic*] mais um episódio. Mas o folhetim promete continuar"[36]. Ou: "A continuação do folhetim na Trofa, [...]"[37], evocando o levantamento, contra a polícia de choque, de vila cujo clube de futebol era obrigado a repetir desafio ganho contra o Varzim. As vicissitudes do Grande Prémio de Romance e Novela da APE/1992 inspiraram (diz *superlead*) três episódios de folhetim a Fernando Venâncio, embora sem pertinência suficiente para considerar a modalidade folhetim-diário, como se apresenta[38].

2) Passado de titular a membro do corpo noticioso ou opinativo, esbate-se, naturalmente, a força do termo, mas a sua reactualização, tantas vezes entre comas, denota ainda singularidade. Já vimos suficientes exemplos em que a política é fértil, só aproximada do fenómeno desportivo, capaz de aceitar reforço terralhista: «A rocambolesca crónica

[35] *Ibid*., 27-XII-1992: 33.

[36] *Expresso*, 23-I-1993: 19.

[37] *O Independente* – III, 17-IX-1993: 35.

[38] Ver n.º 505 e 507 do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Percebemos no n.º 522, de 7-VII-1992: 32, que se trata do terceiro episódio do "Prémio"... Venâncio cita amiúde nomes e lugares selectos de Oitocentos ou trá-los para diálogos entre vivos e mortos. Assim, Mário de Carvalho, para Florbela Espanca: «Mas ele há lá bons folhetinistas...» E a deusa: «Não me diga, Mário, que vai em folhetinistas. Há-os, garanto-lhe, da pior espécie. De resto, em imensa maioria, são seres inofensivos.» (*Ibid.*, 3-VIII-1993: 28) Em crónica-diário de 11-V-1994, p. 45, anunciou este mesmo trabalho: «Saiu o novo romance do Ernesto Rodrigues. Falei com ele, há dias, na Biblioteca Nacional. Prepara uma tese sobre o folhetim do século passado e este nosso. É um tema que me toca de perto, e concluímos que as nossas teses serão em alguma medida complementares. Acho maravilhoso que alguém estude hoje António Pedro Lopes de Mendonça, e César Machado, talvez também Urbano Loureiro. Aguardo o que ele diga de Guilherme de Azevedo, que, há cento e vinte anos, mandava de Paris umas crónicas ainda hoje legíveis.» Tentarei dizer pouco, dado que foi tratado por Maria das Graças Moreira de Sá, em *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, ICALP, 1986, acompanhado de "Bosquejo bibliográfico de Guilherme de Azevedo", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, 1 (1-2), Janeiro-Dezembro de 1986: 137-175.

lisboeta dos ex-soviéticos do Benfica é agora animada com o folhetim da costela de Iuran [...].»[39]; ou o «rocambolesco folhetim do Famalicão»[40]. José Sousa Monteiro já alertara para «folhetins rocambolescos»[41] vividos na RTP.

Pelo discurso económico sabemos que "O folhetim lançado em redor do escudo continua"[42] e podemos acompanhar «o já longo folhetim da Central do Pego»[43], ao tempo em que, na coluna 'A Cara do Caso' (qual 'revista da semana', à maneira das de César Machado ou Chagas sobre negócios), Luís Marques já dera o tom:

> Regressemos então ao folhetim privatizações. Confirmando o segredo do género, podemos entrar neste novo capítulo sem perder o fio da narrativa, pois nada se passou de surpreendente desde a última vez que descrevemos alguns dos romances em desenvolvimento. José Roquette mantém o entusiasmo pelo Totta & Açores e Ilídio Pinho continua a simular que está descontente com o dote que lhe coube na Transinsular, empresa subitamente incluída neste folhetim[44].

É um dos bons momentos da vida político-empresarial nacional, de fino jornalismo e excelência na aplicação da nossa tópica.

Intervalemos, aqui (para não cansar), a leitura feita de casos estrangeiros que, na Imprensa lusa, marcaram o nosso tempo.

Em "O Verão de 92: rituais e escândalos"[45], Mário Mesquita deu meia dúzia de histórias intermináveis, com dois realces: a vida das caprichosas princesas britânicas – «A troco de um bom folhetim, uns quantos 'paparazzi', sem escrúpulos, arruínam a reputação da família real.» – e os desatinos do, intitulava o *Diário de Notícias*, "Folhetim

[39] Leonor Pinhão, *Público*, 6-XI-1992: 38.
[40] Isabel Paulo, *Expresso* – Desporto, 17-VII-1993: 7.
[41] *Diário de Lisboa*, 31-V-1990: 19.
[42] *Expresso* – Economia, 6-VII-1991: 3.
[43] *Ibid*., 15-II-1992: 19.
[44] *Ibid*., 19-V-1990: 22.
[45] *Público*, 4-IX-1992: 17.

Woody-Mia"[46]. Além, com as vicissitudes da relação Carlos-Diana, era um verdadeiro "folhetim real"[47]; mais concentrado seria o que perseguiu ilustre cantor, acusado de atentado ao pudor sobre menor e de plágio: "Folhetim Michael Jackson continua com subenredos."[48]

Antes, houvera «o folhetim da constituição de um novo Governo na Grécia»[49], com que também se trata, regularmente, a vida política italiana; «o 'folhetim Maxwell'» – que «ganhou novo 'momentum'»[50] com a incriminação dos herdeiros por roubo e fraude; o da pequena Irma, criança de cinco anos, símbolo da guerra no "folhetim trágico"[51] da Bósnia-Herzegovina, evacuada para hospital londrino:

> A aventura de um ser humano entre a vida e a morte é o tipo de folhetim pelo qual os órgãos de informação (e acima de tudo a televisão) sentem mais apetite, [...]: há aqui violência, drama, angústia, curiosidade mórbida, um desfecho incerto e sobretudo uma personagem com quem o público depressa se identifica[52].

A luta da inocência contra um destino desairoso arquitecta, igualmente, o imaginário do nosso género.

Mais emocionante terá sido aquele que se falou sempre em vulgar e que, pela sua origem e colorido, se agiganta em telenovela. No diariamente renovado "folhetim Collor"[53], a queda do Presidente brasileiro mistura política, «bastardos, ciúmes e falcatruas», convertendo-se – como sobre a substituição do finado ministro espanhol dos Estrangeiros diria Angel Luis de La Calle – «num folhetim de telenovela latino-americana»[54].

[46] 6-V-1993, p. 43. Ver, também, *Expresso* – Internacional, 24-XII-1992: 6, onde há um, igualmente titular, "Folhetim Honecker".

[47] *Expresso*, 30-I-1993: 7; ver, ainda, o caderno Internacional, 23-I-1993: 7, e, para os casos de Sara Ferguson, 19-XII-1992: 7.

[48] *Diário de Notícias*, 19-XII-1993: 33.

[49] Antunes Ferreira, *ibid*., 2-VII-1989: 9.

[50] *Expresso* – Economia, 27-VI-1992: 19.

[51] *Público*, 22-V-1992: 7 (legenda).

[52] J. V. [Joaquim Vieira], *Expresso*, 14-VIII-1993: 6.

[53] João Bosco Jardim, *Público*, 2-III-1993: 12.

[54] *Expresso* – Internacional, 27-VI-1992: 4.

3) A série "Molière até hoje", que António Coimbra Martins prolongou no *República*, servia-se do vocábulo em entradas ou saídas do texto como partícula fática, a modos de amparo ao leitor[55]. Já a crónica semanal à volta de 'ideias e livros' motivou António Quadros, no regresso às colunas de jornal, a recorrer ao antetítulo "folhetim crítico"[56]. No mesmo hebdomadário lancei a cabeça 'folhetim'[57], que, mais tarde, João Barrento escolhia para página de crítica, abrindo o 'Primeiro Episódio' com "Peter Handke, a Eslovénia e a Questão Jugoslava" – «A intriga do folhetim que se segue é, assim, de recorte eminentemente político, [...]» –, para fechar: «Disso se falará no próximo episódio, que desde já anunciamos com o misterioso e prometedor título "Os crimes da gruta".» Seguia-se *(Continua na próxima semana)*[58].

O tom, de cariz polémico, saúda uma tradição, ora ainda cumprimentada pelos amantes daquelas «obras imensas, pagas pelo leitor de folhetim, que nos deram Balzac, Dickens ou Camilo»[59], ora imbecilmente denegada em leitura de jovens com acesso à livre prosa: «Não porque *Tristana* (1892) seja um livro mau, longe disso, mas é muitíssimo datado. Lido hoje, suporta-se mal o fio previsível da acção e em particular o estilo arrevesado e folhetinesco que atravessa o volume, embora pudesse ser actual para a época ou até avançado pela parte do enredo.»[60]

Esta reacção apressada é a mais comum em certo discursivismo arrogante; falha desde logo a hipótese de se rever naquele uma estratégia produtiva, como quando José Régio alude à *Recherche* proustiana qual "Longo, intrincado e laborioso folhetim psicológico"[61].

[55] Por exemplo, 20-XI-1973: 2; 24-I-1974: 2; 25-II-1974: 3.

[56] *Tempo*, 9-VII-1981: 7.

[57] *Ibid*., 26-I-1989. O título, homenagem a Eça, rezava: "Uma noite no Grémio".

[58] *Público* – Leituras, 7-2-1992: 11.

[59] Gil de Carvalho, *O Liberal* – Cultura, 2-IX-1990: 16.

[60] Carlos David, *O Independente* – Vida, 1-X-1993: 43. No *Público*-Fim de Semana, 28-XII-1990: 23, Linda Santos Costa tem de raspar, sem entender, «O tom de romance de 'guignol' barato, ou de 'folhetim à Alexandre Dumas', adoptado por Valle-Inclán» em *Tirano Banderas*.

[61] Cit. em Eugénio Lisboa, "José Régio e a Cultura Francesa ou as Afinidades Relutantes", *Letras & Letras*, n.º 96, 2-VI-1993: 8. Refira-se a fonte, em falta nesse

Excepção é, por exemplo, assinalar oportunamente o que de "estilo folhetinesco" há no Jorge Amado de *O Sumiço da Santa: Uma História de Feitiçaria*:

> [...] estrutura técnica do folhetim, da telenovela, combinada com a da reportagem jornalística. Do folhetim a quantidade de personagens, pequenas histórias inicialmente independentes vão-se entrelaçando no decorrer das peripécias até uma apoteose final e feliz. Centenas de figurantes comparecem nas muitas cenas de comemorações festivas.

Realça-se, à frente, o efeito de previsibilidade: «As expectativas criadas são, de modo geral, satisfeitas. Para decepção de leitores mais exigentes, sua leitura dos sinais revela-se invariavelmente correcta, assim como nas telenovelas uma certa troca de olhar entre rapaz e rapariga preludia o envolvimento amoroso.»[62]

O caso mais radical e avisado de compreensão deste fenómeno residiu no 'Folhetim Artístico' de José-Augusto França, no *Diário de Lisboa*, de que tirou, desde 11-I-1968, *Quinhentos Folhetins*[63]. Enquanto

artigo: "Marcel Proust", *Presença*, n.º 5, 4 de Junho de 1927: 2, agora em *Páginas de Doutrina e Crítica da 'Presença'*, Porto, Brasília Editora, 1977: 31. Régio, à frente, segundo aquela "Fôlha de Arte e Crítica": «Não obstante, porém, a grande arte de vivificação do autor, personagens e sucessos fazem pressentir a mágica, o romanesco, a fantasmagoria... É que tanto uns como outros não passam talvez de pretextos mais ou menos queridos, mais ou menos cuidados: Pretextos para o genial folhetim de aventuras psicológicas em que o autor continuamente aparece e desaparece. Eis a classificação que me parece mais pitoresca, mais sugestiva da obra de Marcel Proust: um folhetim de aventuras psicológicas. Folhetim escrito num estilo bizarro, desigual, às vezes quási sóbrio, às vezes tortuoso e difícil, quási sempre literário e precioso. Longas digressões entrecortam o folhetim, surgindo às vezes nos momentos mais inoportunos. São, por isso, mal recebidas a princípio...» (p. 33-34) Eugénio Lisboa retomará «o monumental e genial folhetim psicológico de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu*» ("Um romance introspectivo", *Indícios de Oiro. I*, Lisboa, INCM, 2009: 195-196). Curiosamente, *Biografia* (1929; [6]1978: 179-180) fecha com o soneto "Segue no próximo número".

[62] Luzia Helena Wittmans, *Expresso* – Cartaz, 7-I-1989: 13-14. Não é assim tão previsível...

[63] Lisboa, INCM, 2 vols., 1984 e 1993. A designação adjectiva 'folhetim artístico'

modelo contemporâneo assumido do que o género foi nas suas primícias, justificam-se agora outras delongas.

Entre 11-I-1968 e 19-XII-1987 – intervalado, de 17-IV-1975 a 29-I-1976, no *Jornal Novo* –, constituiu a revivescência mais coerente de género que, em gaulês 1800, começou por ser crítica dramática, logo bibliográfica, etc., antes de, em Julho de 1836, se impor como *roman-feuilleton*, qual explicitarei à frente.

Um século percebe-se melhor no carácter omnívoro do folhetim-crónica, sob cujo influxo – perdido embora o distinto rodapé da primeira página e, mesmo, a regular periodicidade – operam, para os vinte anos em causa, os 500 folhetins elencados e datados no final dos dois volumes. Destes, o autor escolheu metade: colocou 125 no vol. 1 e 145 no vol. 2 (repetiu 20 já presentes no vol. 1, por razões que explica na "Segunda Introdução à Leitura", 1993: 7-8).

Tendo, antes, teorizado sobre o género – «[...] diz o que e quando lhe apetece, sobre eventos ou ideias, feito à fantasia do escritor ou aos seus humores – ou aos da cultura em questão. [...] Daí que nos folhetins tudo caiba ou possa caber: crónica, crítica, notas, alarmes, estratégias, ficção até. E em vários sectores da vida artística em causa [...]» (1984: 8) –, divide tão longa produção em doze partes temáticas: Temas de Estética, Temas de História e de Sociologia da Arte, Temas de Património, Temas de Museus, Temas de Exposições [ausente em 1984], Temas de Ensino, Temas de Mercado, Sobre Artistas Portugueses, Sobre Artistas Antigos, Temas de Viagem, Temas Quotidianos e Diversos, Temas Pessoais.

Variedade, brevidade, clareza – eis, por sobre alguma inevitável repetição e suspensão de juízo, qualidades exigidas, facilmente consegui-

procura-se no tratamento maioritário ou quase exclusivo das questões de arte, a exemplo do impositivo 'folhetim literário' (sem que existam explicitamente tais nomes), com que os interlocutores se entendiam dentro do folhetim-crónica, com a variável do folhetim crítico: «Os artigos são para o *Jornal do Comércio*, onde o O. M. [Oliveira Martins] publica semanalmente um folhetim literário.» (Carta de Antero de Quental a João de Deus, Vila do Conde, 15-III-1882, *in* Antero de Quental, *Textos Doutrinários e Correspondência*, cit.: 272) Trinta anos antes, o seu amigo António Pedro dera *Onze Poemas Líricos de Exaltação e o Folhetim* (1938).

das por quem protagoniza e reage ao noticiário da especialidade, de leve reflecte ou avisa sobre o que vai menos bem e, nomeadamente, pelo forte poder evocativo, constrói memórias fragmentadas de um tempo mais antigo.

A importância de alguns combates lê-se nos continuados e nas estratégicas remissões inter-textos: «E digamos que este folhetim continua no próximo número.» (1984: 290); «Continuação do folhetim anterior, como é próprio de qualquer folhetim que de um para outro passa o discurso que não coube no primeiro.» (p. 291) Vislumbra-se, mesmo, certo "folhetim reportagem" (p. 192)...

Matéria que interesse directamente às letras, ora em diálogo com a arte, encontra-se no tomo II: "*Metamorfoses* de Jorge de Sena" (1993: 20-22); "O colega Diderot" (p. 44-46); "Quem tem medo do barroco?" (p. 56-58); "O pintor Camilo Serrão" (n'*A Tragédia da Rua das Flores*, p. 255-257); "Cesário, picturalmente" (p. 393-395).

4) Na história de Pedro e o lobo, os vizinhos portaram-se muito mal. Tendo acorrido duas vezes aos gritos do brincalhão, desistiram à terceira e o narrador foi devorado. Incapazes de sorrir, justificaram-se na moralidade.

São assim os homens no ramerrame que os povoa. Alguns, todavia, com risco da própria vida, continuam a gritar. Seja, a brincar. Sem mais ilusões do que as que o dia-a-dia favorece.

Quando se dá conta desta rivalidade, o artista agiganta-se pela mentira que inocula à 'verdadeira' realidade. Consoante o grau daquela, atemo-nos à imaginação, à fantasia, à reflexão – à invenção, afinal, num grau tal que convence relapso a acorrer ao grito de Pedro. E só não vai quem acha que a vida nunca nos engana.

Engana e, às vezes, por nos recomendarmos em demasia, já não damos conta do recado. Muitos cronistas, na moderna acepção, cansam-se de um regular investimento que, exigindo atenção ao real – melhor, ao circunstancial –, os inibe para os voos da imaginação e da fantasia. Querem arejar. Optam, por isso, já mais livres para uma reflexão segundo outros parâmetros, pela largueza do folhetim romanesco, transformando

um dizer levitante (que eterniza as primeiras leituras) em aconchego do pensamento ou mero passatempo.

Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis, Augusto Abelaira, Clara Pinto Correia / Mário de Carvalho e Hélia Correia são deste clube. Antes de, em degrau diferente, lhes agradecer a visita, vejamos que renascimento se dá nos países vizinhos.

1. 1. 2. *Em Espanha*

O discurso no país vizinho sobre este universo é menos dispersivo que no caso português. Recai não tanto nos incidentes que fazem a massa noticiosa, mas, preferencialmente,

1) nos desvios das figuras públicas,

2) na auto-representação dos meios de comunicação social, e, sobretudo,

3) na insistente reflexão de colunistas sobre o fenómeno ou que dele se servem para iluminar questões.

Em 1 e 2, *telenovela* ou *culebrón*, alternados e substitutivos, sobrelevam *folletín* (que chega a resguardar-se no aumentativo *folletón*), já dominador em 3, e que mais nos interessa. Breves amostras.

1) Na *Cambio 16*, "Culebrón Prohibido" tem por subtítulo: "Un juez prohíbe emitir "Marajá", la telenovela sobre Collor de Mellor" [*sic*]. Guerra entre a General Motors e a Volkswagen por causa da transferência de um executivo catalão sugeriu ao hebdomadário gráfico intitulado "Los picos de un culebrón"[64]. As desavenças entre Carlos e Diana exigiam título como "El penúltimo capítulo del 'culebrón' real" ou final desenvolto: «El *culebrón*, pues, no acaba aquí. Continuará.»[65]

[64] 9-IX-1993: 9 e 18, respectivamente.

[65] *El País*, 29-VIII-1992 e 7-XI-1992.

2) Mais do que em Portugal, o acompanhamento diário da mecânica audiovisual realça essa guerra de audiências e de paixões[66], relata a produção das mesmas[67], suspira pelos galãs apaixonados dentro de artístico coração. O efeito, conjugado nas ondas e nos caracteres tipográficos, justifica este comentário:

> Habrá que hacerse a la idea de que vivimos en un país de telenovela. La verdad es que, viendo el trajín de amoríos, infidelidades, traiciones y trapisondadas que se traen muchas de nuestras más lucidas figuras nacionales, puede que los enredos que vemos por la televisión acaben siendo, después de todo, el más fiel reflejo de la vida misma. Corín Tellado ha alcanzado, dentro de la difusión de la literatura española, un lugar de privilegio casi por encima de Cervantes[68].

Não é só, pois, um país, mas uma vida de simulacros, em que os actores, quando não interlocutores de cada, protagonizam a conversa

[66] Três telenovelas concorrendo à sobremesa em Outubro de 1991; a Galavisión oferece três de enfiada; e, em 1994, os quatro canais portugueses não ficam atrás: dupla página do *Jornal de Notícias* (por exemplo, 6-V-1994) resume os idos episódios das 13 telenovelas que nos assistem de segunda a sexta (algumas, aos sábados, em compacto)!

[67] "El 'culebrón socioeconomico de Jaén // UGT comienza el rodaje de una telenovela sobre la situación de la provincia" (*El País* – Ciudades, 31-X-1992: 6).

[68] Jorge Berlanga, "Vida de telenovela", *ABC*, 14-VII-1990. Neste mini-dossiê, "Culebranos de verano", há interessante artigo de Maria Jaén, "La Sagrada Familia y el amor": «Son tres elementos con los que juega qualquier serial, televisivo, literario, o domestico. Resumiendo: el poder y el amor. El amor que si convierte en poder y en odio. La admisión de poder que convierte el amor en comercio. Amores que son envidias. Hijos que no tienen padres, apellidos, ni hogar. [...] / De hecho, cualquier historia y cualquier vida, es un serial. [...] Cualquier familia tiene un serial que contar. La Sagrada Familia también.» Ou seja: uma incontornável história da vida familiar, em que o estúdio-casa se projecta nas vidas dos receptores.

Corín Tellado (María del Socorro Tellado López, tirando Corín do diminutivo Socorrín) morreu em 11-IV-2009, 15 dias antes de completar 83 anos. A mais fecunda em castelhano, com mais de quatro mil novelas, e 40 milhões de exemplares vendidos, desde 1946, foi a mais lida, após Cervantes. Se pontificou no ramo sentimental, conheceu ainda a radionovela (*Lorena*, 1977), editou novelas eróticas (sob o pseudónimo de Ada Miller, desde 1979), juvenis e quatro romances (após 1985 e 1993, respectivamente).

do outro – já não vidas alternadas, antes paralelas, talvez encaixadas, como se estruturará, para outra latitude, *A Tia Júlia e o Escrevedor*, de Vargas Llosa[69], que elege a radionovela, dominante nos anos sessenta. Somos, e os vizinhos, com nossos dramas, "Personajes del 'culebrón' de la vida", como encabeçou Maruja Torres.

Esta jornalista consegue a proeza de narrar quatro casos – como se de vidas privadas se tratasse, dela conhecidas –, quando, pelo antelóquio, percebemos que não são meras reportagens, mas vidas ficcionadas em "novelones televisivos" latino-americanos. Isto para dizer que a realidade está ali ao pé:

> Los *culebrones* están irremediablemente abocados a reflejar al menos parte de lo cotidiano, primero, por razones técnicas: rodándose día a día, la creatividad del guionista acaba por recurrir necesariamente a la inspiración que le proporciona el periódico. En segundo lugar, hay poca gente en este mundo de la que podría decirse que sus avatares existenciales carecen del interés mínimo para motivar a un escritor. Todos somos carne de *culebrón*[70].

Gostava de relevar dois aspectos:

a) vida e ficção homologam-se, com perda de importância da clássica verosimilhança, agora reduzida a uns tantos efeitos de real ou de verdade (*o que é dito*, pela capacidade manipulatória ou de montagem, *existe*);

b) a torre marfinada é, tecnicamente, um qualquer rés-do-chão, como diz toda a prática folhetinística. Daqui resulta que a experiência romântica, menos que alma e sonho, é rasteira vivência, seja num oficial honesto como Júlio Machado, ou num fino diplomata como Eça.

A serialização retorna, entrementes, às folhas. As memórias de figuras públicas (como Margaret Thatcher) só dependem da actualidade;

[69] As suas paixões (por exemplo, *Les Misérables*, de Hugo) e as primeiras leituras – – Salgari, Verne, Dumas – estão em entrevista de Clara Ferreira Alves, "Vargas Llosa: um pé na literatura, outro na rua", *Expresso* – Revista, 6-VI-1987: 48-50.

[70] *El País* – Babelia, 25-VII-1992: 17.

o Verão convoca os melhores autores, como acima se referiu[71]. O Descobrimento das Américas propicia *Ceguera de Amor. Culebrón del V Centenário*, de Maruja Torres[72].

À quase exclusiva disforia em 1 (é pejorativamente visto aquilo para que remetem ou significam o folhetim e suas derivações) responde um sentimento contraditório em 2, a ambos contrapondo-se o recurso nos apartados críticos e no lançamento de grandes debates.

3) Esse temor, em vias de ser exorcizado, percebe-se na análise ao traduzido *La Dama de Berlín. Aventuras de Boro, Reportero Gráfico* (1992), de Dan Frank e Jean Vautrin, dois escritores 'sérios' que "interpretan un folletín de ritmo trepidante", algo avesso à tradição castelhana:

> El género de *La dama de Berlín* es el folletín, dicho sea esto en el sentido más noble de una palabra pronunciada en España con un retintín receloso que no existe en su equivalente francés, quizá porque la tradición francesa sabe que folletín, o casi, eran algunas de las obras maestras de su siglo XIX: *El Conde de Montecristo* y los otros libros de Dumas el viejo, por ejemplo, algún Balzac o *Los Miserables*. Nada menos. (En Inglaterra Dickens también dio clases en el género).

O articulista, Pedro Sorela, apressa-se a distinguir este do *bestsellerismo* (apesar de fórmulas coincidentes, «como la acción siempre suspendida en un momento de clímax, por ejemplo, pero por lo general sin gracia, subrayando hasta la mueca, y sin una sabiduría supuesta en el lector.»): «El *bestseller* es al folletín lo que una corrida de toros con delicuentes a otra con toreros, lo que un *spaguetti western* a una película de John Ford.»[73]

[71] Eduardo Mendoza já recuperara, com *Sin Noticias de Gurb* (encomenda de *El País*, que o inaugurou em 1-VIII-1990), o folhetim «como juego literário», «como un ejercicio de arqueología lúdica». *El País* – Libros, 29-VII-1990: 3.

[72] Barcelona, Anagrama. *Cf.* recensão de Regina Louro, "V Centenário em Folhetim", *Público* – Leituras, 3-IV-1992: 10.

[73] *El País* – Babelia / Libros, 30-V-1992: 14. Após *La Dame de Berlin*, Frank & Vau-

Rafael Conte diria, e parafraseando aquela imagem, que se pode tourear bem num certo tempo (casos de George Sand, Balzac, Hugo, Stendhal, Flaubert), mas que melhores comunicadores de massas foram Xavier de Montépin, Ponson du Terrail ou Paul de Kock, «quienes [...] restablecen con su dudosa calidad el resplendor de la verdad»[74]. A fórmula é feliz e adequa-se ao meu propósito.

Empreende-se, simultaneamente, uma discreta revalorização ("Los valores del folletín"[75], diz-se, às abertas) de género que «también ha sido verdad»[76] e já não espanta ver *O Asno de Ouro*, de Apuleio, formando «un eslabón singular entre las licenciosas 'milesias' y los folletines griegos de amor»[77]. Igual sentimento exprimira quem definiu *As Mil e Uma Noites* como «Antepassado dos modernos folhetins, forma acabada do *suspense*»[78], ou *Os Irmãos Karamazov* como «un 'gran cu-

trin lançaram *Le Temps des Cerises* (1991), vendo a crítica francesa no coxo Boro «tout à la fois Rouletabille, d'Artagnan, Arsène Lupin, gentleman, journaliste et marginal, séducteur et paternel. [...] *Le Temps des cerises* est un fantastique roman feuilleton dont le mot de la fin est une promesse: à suivre!» Cit. em *Le Monde*, 12-VII-1991: 5.

[74] *ABC* – Cultural, 17-VII-1992: 11. O mesmo Rafael Conte aproxima *Como Una Novela* (trad. port., *Como Um Romance*, Porto, Asa, 1993), de Daniel Pennac, tanto de Eugène Sue como de Boris Vian, depois de aí ter assinalado «todos los métodos de la gran literatura folletinesca tradicional, con frecuentes usos del absurdo, de datos sociales, culturales y hasta metanovelescos, y todo ello expuesto en un tono humorístico y hasta absurdo con empleo fundamental del 'argot' y el lenguaje sólito». *Ibid*., 20-VIII--1993: 9.

[75] Joaquín Marco, em recensão à *Antología de la Novela Corta Erótica Española*, 1918-1936 (1993), edição de Lily Litvak, loc. cit., 12-XI-1993: 13. Gregorio Salvador, académico e catedrático da Universidad Complutense de Madrid, sobrelevou «el valor linguístico de los 'culebrones'», invocando Ernesto Sabato e a necessidade de que «cada hombre debe expresarse con el matiz castellano de su lugar». Assim, um argentino não fala como um madrileno e o registo individual decorre do nível social, pelo que se afasta a cristalização do sistema e, dos choques, retornam palavras esquecidas, assim alargando um léxico e concorrendo para preservar a unidade linguística. «Las telenovelas pueden modificar la historia futura de la lengua; los *culebrones* pueden hacer mucho más por el idioma castellano que, por ejemplo, una reunión de academias», disse. *El País*, 29-I-1994: 47.

[76] Miguel García-Posada, "La fuerza del nuevo realismo", *El País*, 6-VI-1992.

[77] *El País* – Babelia / Libros, 22-VIII-1992: 9.

[78] Amin Maaluf, "As ricas horas do Islão", *Diário de Notícias* – Cultura, 25-I-1987: II. Foi a primeira leitura de Gabriel García Márquez. Ver *Viver para Contá-la*, Lisboa,

lebrón', sólo que bien contado y comprometiendo en el asunto al mundo entero. Y al trasmundo»; seja: que, do mesmo barro – «hablar de los hombres y contar lo que les pasa» –, se amassa a grande literatura, vá ou não pelo folhetim (em que só haveria a lamentar «su burdo juego con los sentimientos más primarios»). Donde, ponto um: «La cuestión está siempre en quién sea quien nos lo cuente»; ponto dois: precisamos, desde sempre, de contar, e que nos contem, algo – é a faceta prisional, narcótica, como já se lia n'*A Revolução de Setembro* –, o que os cientistas vêm declarando, também, para os macacos; ponto três: censuremos embora a qualidade literária e interpretativa dessas «piezas mercantiles y 'prêt à porter'», elas não deixam de se substituir, «desde luego, en la vida de las gentes, al teatro siquiera de consumo y a los títeres, e incluso a la charla del café y al cotilleo de la solana»[79].

O mesmo sentimento – sintomático do ponto alto que a discussão atinge em Espanha – vem logo no n.º 2 da revista de cultura de *El País*, Babelia, que toma como prato forte esses "Culebrones / Historias hermosamente horrendas", com pergunta de primeira página: "Los 'culebrones' son cultura?"

Como o folhetim para o século XIX, «el culebrón es el hijo del siglo, el vehículo que mejor puede expresar el sustitutivo de la vida en el medio más moderno». E mais abaixo:

> Es el culebrón diario e implacable, el heredero de los folletines y de los cantares de gesta, el que con su regular goteo nos introduce calculadamente en otras vidas durante cierto tiempo de la jornada; es el medio más directo para vivir pasiones que no vivimos (o para vivirlas sin daño) y para identificarse furibundamente con peripecias controlables.

O guionista venezuelano José Ignacio Cabrujas, por seu lado, define a telenovela:

Círculo de Leitores, 2003: 118. Relembra o título a p. 167-168, a par de outros dois, *A Ilha do Tesouro* e *O Conde de Monte Cristo*, «a minha droga feliz naqueles anos pedregosos» (p. 168) de pré-adolescente.

[79] José Jiménez Lozano, "Qué pensará un mono?", *ABC*, 6-VIII-1993: 3.

> La telenovela es un *show* sentimental. [...] Se magnifica, se potencia, se le da una categoria de *show* al sentimiento. Ese sentimiento, al tener esa fuerza, se transforma en un mito. Las telenovelas son mitos, son estructuras que tienen que ver con el viejo teatro griego. Todo mito parte de un hecho reconocible por el espectador que lo vive. [...] La telenovela lo que hace es magnificar la vida cotidiana hasta deformarla, hasta mitificarla. Todo lo que ocurre en una telenovela aspira al parecido con una cierta verdad. Una situación que se vive en una casa cuya gente pareciera tener problemas comunes. Pero lo que ocurre en esa casa no tiene nada que ver con un problema común. Es un problema inmenso, de proporciones absolutamente descomunales.

Outra definição mais sucinta – «ridícula historia de amor llena de cursilerías, llena de lugares comunes, en donde de pronto aparecen maravillas» – leva à inevitabilidade de um tema, uma história de amor (o que acontece desde a *Odisseia*) com final feliz. A diferença, sob fundo reiterativo, está nas peripécias e habilidades, nos códigos, que mantêm o espectador em «estado de irritación»[80]. Devo acrescentar que todas as histórias de amor *também* são ridículas? e que muitos dramaturgos gregos não passaram à posteridade?

Deixo para o fim prosas de Terenci Moix, cujos títulos denunciam repúdio de algo que, afinal, o acorrenta. Com "Basura para el espíritu"[81] está tudo dito: 'subcultura'. O legado desta, valorizado num tempo ante-franquista, passou à completa manipulação dos *mass media*, que *são*, de facto, a mensagem[82]. Daí que, vencido à partida, o autor recuse subscrever 'culebrón' televisivo. Em prosa mais demorada e confessional, "Lágrimas de folletín", sentimos a nostalgia e um balançar curioso:

> Este recuerdo [do escritor e director literário Joan Perucho, que, em meados dos anos 60, "intentó la resurrección de algunos títulos célebres de la literatura folletinesca, como *La Bruja de Madrid* o *Los Misterios de Barcelona*"] me ha sorprendido a causa

[80] *El País* – Babelia, 26-X-1991: 4-5.
[81] *El País*, 30-I-1993: 11.
[82] "Del peor gusto", *El País Semanal*, 6-III-1993: 8.

> de la proliferación de títulos folletinescos – o con constantes típicas de la novela folletinesca – que se repite periódicamente en varios medios de comunicación de massas. Es un fenómeno que se está produciendo en todo el mundo.

Afirmado quanto, nestas já muitas linhas, venho demonstrando, lembra Balzac e Dickens, lidos ou transpostos na tela, e como, também ele, se derreteu em lágrimas por Oliver Twist (por mim, identifiquei-me com David Copperfield)[83]. «El folletín hispano solía ser más cutre, pero yo lloraba lo mismo», acrescenta. O que segue interessa-nos sumamente:

> La distancia que media entre los autores del folletín popular [baseado «en la dosificación calculada de las emociones básicas, sin más arte ni más parte»] y los citados es, desde luego, inmensa, y siempre será necesario precisarla. Nunca quedará bien claro si el folletín es un género literario específico o una viabilidade distinta de la libresca. En todo caso, la *vox pópuli* ha adoptado el vocablo para definir cualquier obra donde el sentimiento predomina sobre la razón y la lágrima infecunda sobre el pensamiento provechoso. Las televisiones han heredado el estilo, variando el contenido. O acaso ni siquiera se han molestado en hacerlo. [...]
> Yo voto por que las televisiones, en su obsesión por servirnos basura, vuelvan a lo de antes, que era más entrañable. Que vuelvan los personajes esenciales: la huérfana raptada en noche de nieve; la madre a quien le roban el hijo en tarde de tempestad; la cieguecita amada por un pastor bondadoso y rubio, y, en fin, el hospiciano que descubre que su madre verdadera se parecía a la señora Clinton[84].

Sem esta marca de incómodo e cinismo, já o experimentado guionista e dramaturgo F. Fernán-Gómez precisara tratar-se de um género literário (televisivo, etc.), embora a pressão das sondagens e a relação

[83] Para actualização, ver *Charles Dickens em Portugal*, catálogo de exposição na Biblioteca Nacional, em 2012.

[84] *El País Semanal*, 23-I-1994: 8. Espécie aquém do lapso temporal em estudo [31-XII-1993], oportuna no momento da redacção deste capítulo. Esse "déluge de larmes" no romance popular tipo *Les Mystères de Paris* é estudado em Anne Vincent-Buffault, *Histoire des Larmes. XVIII^e-XIX^e Siècles* [1986], Paris, Payot & Rivages, ²2001: 283.

estreita entre actores, *managers* e estúdios condicionem mais fortemente os pobres autores e a lógica da história. Fique esta comum marca de estabilidade, grata ao receptor em tempos repetidamente agitados e instáveis: «Tener al héroe pendiente de nuevas intrigas, saber que uno le va a encontrar a horario fijo, en un día determinado, son poderosos incentivos para el espectador, en estos años finales del siglo XX como en aquellos años treinta del XIX, cuando se inició en París la literatura popular por entregas.»[85]

1. 1. 3. *Em França*

Comparece em toda a parte, sem os complexos que seriam excessivos num filho legítimo[86]. O canal TF 1 quadruplica o *feuilleton* diário, que distingue de *cinéma* e *série*, fórmula esta única no canal M 6[87]. Entre a 'cabeça' *Politique*, *Economie* ou outra e os títulos, não raro se dá *Feuilleton* nos antetítulos do *Libération* (ou geralmente titular[88]) e introduz no corpo das notícias, dos *superleads*[89]. Não há necessidade, como em Espanha, de largas teorizações para justificar o que soa natural.

[85] F. Fernán-Gómez, "Nuevo género literario", *El País Semanal*, 24-VI-1989: 4. Aqui voltarei na *Conclusão*.

[86] Os sobressaltos ficam bem: «Pourquoi faut-il qu'à notre époque le terme de "feuilleton" soit autant décrié? Exemplaire feuilleton que cet *Arthur* qui parut dans "la Presse" en 1838. Ah! si de modernes *Mystères de Paris* nous étaient contés, nous y prendrions un plaisir extrême…» (Jean Chalon, "Découvrez… Eugène Sue", *Le Figaro Littéraire*, 13/14-VIII-1977 : 7)

[87] Os italianos têm *film*, *telefilm*, *teleromanzo* e, só quatro de seguida na Rete 4, *telenovela*. Os espanhóis ficam-se por *cine*, *telecine*, *telenovela*.

[88] Jacqueline Piatier, "*Orient-Express* [de Pierre-Jean Rémy], un feuilleton distingué", *Le Monde des Livres*, 29-VI-1979: 17; Pierres Georges, "La vie en feuilleton" [crónica de televisão], *Le Monde*, 12-IV-1991: 37; Alexandre Kabakov, "Les ruses des feuilletons russes" [opinião], *Libération*, 9-XII-1993: 6.

[89] *Cf.* "Libérez Artaud": «Depuis plusieurs semaines, la parution du tome 26 des *Oeuvres complètes d'Antonin Artaud* est bloquée. Enième épisode d'un long feuilleton qui oppose les ayants droit du poète à Gallimard et à l'éditrice de l'oeuvre, Paule Thévenin. Lire notre cahier central.» *Libération*, 11-VII-1991: 1.

Menos constante em antetítulo, é fácil encontrar o termo em *Le Monde* ou *Le Figaro*, sobretudo no meio das crónicas judiciárias, que são uma especialidade do Hexágono[90]. Este matutino lançou, em 1993, concurso implicando respostas a partir de um folhetim de Félicien Marceau, da Academia Francesa: resumo dos capítulos precedentes, episódio e *(à suivre)*. Era a ordem em que me reeduquei, ainda, nos idos franceses de 1972, leitor avulso de *L'Aurore*, *France-Soir* ou *L'Union*, de Reims, e que a Imprensa de expressão francesa conserva aqui e ali (o suíço *24 Heures* omite o resumo).

O romanesco estival a várias mãos[91] saltou do nobre caderno dominical de *Le Monde* para a nobilíssima segunda página, agora em episódios de história universal em que um especialista se fazia personagem. É a série "Sur la Route des Croisades" (1993), anunciada por cima do gótico da primeira página e que o *Diário de Notícias* traduziria. Já em 1992, todavia, um só nome, Edwy Plenel, alimentou, na mesma segunda página e com resumo do episódio na primeira, o *feuilleton* "Voyage avec Colomb", a que o ritual histórico obrigava...

Importa entrar já em *Le Monde des Livres*, nascido a 1 de Fevereiro de 1967, terça-feira (sai à quinta-feira, com data de sexta, a partir de 9-X-1970). Desde a sua fundação, por Hubert Beuve-Méry, em 18-XII--1944, *Le Monde* vinha publicando às terças-feiras, em fundo de página, a toda a largura, o *feuilleton* herdado do *Temps*. Às sextas, trazia o 'Courrier littéraire'. Feita uma sondagem aos leitores, acordou-se nesse suplemento de oito páginas, fundado por Jacqueline Piatier, e cujo *feuilleton* seria assegurado por, sucessivamente, Pierre-Henri Simon (metade inferior da primeira página, sob duplo filete; fora seu predecessor Emile Henriot; Simon morre, com o seu último texto, a 22-IX-1972), Bertrand Poirot-Delpech (entre 29-IX-1972 e 22-IX-1989), Michel Braudeau (de

[90] O mesmo olhar vem lançado aos casos do estrangeiro, apimentados pela política: o juiz do Supremo Tribunal Clarence Thomas, acusado de assédio sexual, protagonizou «le dernier roman-feuilleton politique américain» (*Le Monde*, 18-X-1991: 2).

[91] O máximo está em 22 mãos brasileiras, n'*A Casca da Caneleira*, San'Luís, 1866. Em Agosto-Setembro de 1980, *Les Nouvelles Littéraires* ofereciam um jornalista-capítulo, *à suivre*, de *Notre roman collectif*.

29-IX-1989 a 12-III-1993) e, desde 19-III-1993, Pierre Lepape.

A estratégia, nas cinco colunas (no mais, o suplemento funciona a seis), é falar de um ou dois livros, com, sempre, o nome do folhetinista saliente, no centro do respectivo trabalho. Se, em 1976, ainda encontramos a colocação na metade inferior da primeira, só com um filete, no ano seguinte, já Poirot-Delpech escreve a duas colunas, ao alto, à direita, continuado, eventualmente, por página interior. Era a quebra de uma longa tradição.

Interessante, ainda, é encontrarmos só a partir de Janeiro de 1983 a cabeça *le feuilleton*, cortando a cercadura (falta na edição de 25-XI--1983). Na minha colecção, esta regularidade mantém-se até 31-VIII--1984; após um hiato, verifica-se que, a 26 de Outubro, saltou para o terço superior da última página, na horizontal, a duas colunas. Em 1985, cabeça e titular reúnem-se – *Le Feuilleton de Bertrand Poirot-Delpech* – – de novo na primeira, ao fundo, só já a quatro colunas repaginadas em duas, com entrada eventual pelo interior e, em 1987, acrescenta-se, além, *de l'Académie française*, porque esse parece ser o prémio para quem detém o espaço jornalístico mais cobiçado... Deveria, talvez, lembrar as férias para cabeça saturada de leituras – a secção falha, por exemplo, as suas cinco semanas entre 23-XII-1988 e 20-I-1989, inclusive – e, em 22 de Setembro, excepcionalmente na segunda página do suplemento, lá vem o balanço: «Plus de cent livres reçus chaque semaine, une dizaine d'entre eux lus, deux ou trois épluchés crayon en main au total des milliers d'ouvrages dévorés et de journées rivées à des textes, près de huit cents articles publiés, l'équivalent d'une douzaine de volumes...»[92]

Michel Braudeau toma a metade superior da segunda página a toda a largura, a duas colunas, separado por filete das 'Histoires Littéraires'.

[92] *Le Monde* – Livres. Idées, 22-9-1989: 42. A designação *Livres. Idées*, inaugurada nesta data – deixemos as alterações gráficas que, sempre dentro do mesmo formato, o suplemento sofreu –, resistiu até, pelo menos, 13-III-1992. No número de 3-IV--1992 (faltam-me dois números intermédios), já regressa *Le Monde des Livres*, cuja fórmula mais conhecida expira em 7-VII-2011. Poirot-Delpech – reconhecendo que «le feuilleton du *Monde* [...] était attendu comme une consécration» – atribuía-lhe, no prólogo ao seu *Feuilletons* (1993), «une tâche de médiation».

Evocou assim "La solitude du feuilletoniste":

> C'est beaucoup de travail, parce qu'on reçoit des tonnes de livres éminemment désirables, que l'on met de côté, en piles séparées, le temps d'ouvrir les autres colis, jusqu'à ce que la bonne polonaise ne vienne tout flanquer par terre en alignant les chéris et les rebuts au même régime, entre le frigo et la machine à laver. Parce qu'on ne feuillette pas un livre que l'on traite, qu'on en relève les coquilles avec plus de soin souvent que ne l'a fait l'éditeur. Parce que, une fois le ou les livres choisis, lus, il faut les digérer, laisser reposer la pâte et écrire. Ecrire, c'est vite dit[93].

Com Pierre Lepape, *Le Feuilleton* [em 1995, *Le Feuilleton de Pierre Lepape*] conserva-se cercado, a quatro largas colunas, na metade superior da última página do suplemento [nas centrais, em 1995; na metade superior da segunda página, e sem cercadura, desde 26-I-1996]. É a memória, regular e felizmente assumida, de experiência quase bicentenária que falece às demais culturas.

2. O vaivém Imprensa-livro em Novecentos

2. 1. *Depoimentos*

Encontrei uma única vez a recusa explícita, embora atenuada, do folhetim na Imprensa: «Mais de uma vez me senti com vontade de lêr os folhetins do *Guerreiro e Monge*, quando o *Guerreiro e Monge* sahia no *Seculo* em folhetins. Mas eu sou avesso fundamentalmente a folhetins, já porque elles não teem hoje, no jornal, razão de ser, quando enfiam livros grandes, já porque é raro, coitados, que enfiem grandes livros.»[94]

Este sentimento finissecular podia traduzir uma decadência, afinal desmentida por

[93] *Le Monde* – Spécial Salon, 20-III-1992: VI.

[94] Ch.-A. Hysson, 'Echos', *Tribuna* (Lisboa, 1-I-1899/30-XII-1901), n.º 6, 5-II-1899.

1) testemunhos,
2) factos, e
3) pareceres críticos.

Laura Fernanda Bulger, por exemplo, destaca o folhetinesco de *Em Nome da Terra* (1990), de Vergílio Ferreira[95]: é o *terceiro* momento, e mais aleatório. Os factos alimentam este trabalho. Vejamos, por agora, os testemunhos.

2. 1. 1. *Na literatura portuguesa*

Em 1911: «O publico de hoje que lê romances prefere o folhetim do jornal – no geral estirado e fornecido em doses, especie de homeopatia para uso dos doentes do *mal-de-viver* e com destino a matar o tempo ou a entorpecer-lhe as horas.»

Considerando, a seguir, que o espírito português não é dado ao romance, especifica-se: «O publico tem para matar a curiosidade e os vagares simples traducções. No geral más traducções, do peor que ha lá por fóra.» A explicação, que não se pretendia original, estava na página anterior: «O espirito portuguez é naturalmente incaracteristico, dependente, rotineiro, dispersivo.»[96]

Uma especial atmosfera, que, a espaços, define o século reproduz-se, entretanto, em estilemas, memorações, projectos, referências inesgotáveis, redivivas na prosa de hoje: «Estávamos em 1907 e, como se diz em linguagem de folhetim, o mês que corria brandamente era o de Junho – e digo *brandamente*, a despeito da agitação dos espíritos dessa

[95] "*Em Nome da Terra*, o tempo do desassossego", *O Escritor*, n.º 4, Dezembro de 1994: 107-115: «Ao suspender o fio da história, que se desenrola de modo folhetinesco, as dilações têm uma função que é, simultaneamente, narrativa e temática. Incitam a curiosidade do leitor, que terá de aguardar umas quantas páginas antes que lhe seja revelado o que ficou por dizer. [...] // Por último, as dilações são recursos discursivos, cujo efeito é o de prolongar a narração. A nível interpretativo, e por transposição, nesse prolongamento estará implícito o desejo de alargar a vida e de adiar a morte, [...].» (p. 109).

[96] [Visconde de] Villa-Moura, *Vida Litteraria e Politica*, Porto, 1911: 28-29.

época, [...].»[97] Ou: «Anos depois, já ensaiando a Língua, eis que o vocábulo [exposta] de sabor folhetinesco recuou à memória.»[98]

O género não é só ocupação para quem escreve, mesmo se um Mário de Sá-Carneiro detesta aquele "Folhetim da 'Capital' / Pelo nosso Júlio Dantas –"[99]; Raul Brandão, terminando *Húmus* em 1916, lá nos oferece aquele Torres que «engrandece a mania de copiar inutilidades: daqui a dois dias ou daqui a dois séculos, ainda o encontras curvado sobre o mesmo manuscrito, onde traslada o folhetim do *Século*.»[100]

Mas a sua funcionalidade é desde logo superiormente percebida por Almada Negreiros, em *Nome de Guerra* (1938):

> Todas estas raparigas de clube têm uma que começou como elas e lhes serve de modelo, de farol, de exemplo de triunfo, de todas as probabilidades de não ficarem por ali, a sua imagem da vitória, e todas a seguem como à heroína de folhetim vivido, como processo garantido, receita infalível, guia recomendado e aprovado e provado[101].

Se Carlos Fuentes é leitor afirmado de Salgari, Zevaco, Paul Féval[102], é Zevaco que empolga, a par de Pérez Escrich, o *alter ego* torguiano na volta do Brasil, em 1925[103]; e de Féval se socorre Alberto

[97] Luís Derouet, "Uma vez por outra (Pequenas notas de Lisboa)", *O Primeiro de Janeiro*, Cadernos do Centenário, "Novos Cronistas do Século XX", 7-VIII-1969: 10--11.

[98] Orlando Gonçalves, *Enredos da Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993: 40.

[99] "Serradura [Paris, Setembro de 1915; *Indícios de Oiro*, 1916], *Obra Poética de Mário de Sá-Carneiro*, ed. de António Quadros, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.: 141.

[100] Obras Completas de Raul Brandão, volume sexto, *Húmus*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991: 69 [21 de Janeiro].

[101] José de Almada Negreiros, *Nome de Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, ^{3}1971: 147 [cap. XXXIX].

[102] *Cf. Magazine Littéraire*, n.º 287, avril 1991: 110.

[103] *O Terceiro Dia da Criação do Mundo* [1938], agora, em *A Criação do Mundo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001: 142. Sobre Pérez Escrich, ver Juan Ignacio Ferreras, *Estudios sobre la Novela Española del Siglo XIX. La Novela por Entregas. 1840-1900 (Concentración Obrera y Economía Editorial)*, Madrid, Taurus Ediciones, 1972: 197--204.

Oliveira Pinto, mimando as aventuras de Lagardère com saudação clara ao primeiro tomo, *O Juramento*, hipotexto de uma escrita (o narrador quer-se Quasímodo, à boca de cena vêm Claudio Frolio e outros motivos de capa e espada...) que arrisca a ligação de dois capítulos através de uma expectante frase inacabada[104].

Poeta ignorado, Sílvio Rebello[105] contraponteia José Emílio-Nelson ou Silva Carvalho[106]; José Gomes Ferreira, quando criança, leu o *Dom Quixote* «n'*A Luta*, de Brito Camacho»[107]; a imagem da guerra, contínua, encontra homologia nos folhetins d'*O Século*, para Miguel Serrano[108]; as salobras personagens de António Rebordão Navarro, n'*A Praça de Liège*, misturam Zweig, Blasco Ibáñez, Delly, Hugo, Zévaco,

[104] Alberto Oliveira Pinto, *O Saco dos Livros*, Porto, Afrontamento, 1991: 61-65, 87--88, 103, 106. A ligação dos capítulos 14 (p. 77) e 15 (p. 79) faz-se assim: «Simão--o-Pêga sabia que de pouco ia adiantar para despistar os morcegos aquele estratagema de se esconder atrás do louco vagabundo // que calcorreava a serra em companhia de um garoto, uma ave de rapina e uma cadela rafeira.» *Cf.* recensão de Maria da Natividade Pires no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1-X-1991: 14.

[105] «Não é o amor-Rostand, mentira preciosa / [...] / nem é o amor que mata, esse amor de voz rouca / que grita em folhetins e artigos de jornais / – rosa de sangue a abrir com espinhos de punhais.» Sílvio Rebello, *Poesias*, Lisboa, 1991: 96. Sobre este, *cf.* artigo meu, "Cartas líricas", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 15-X-1991: 12.

[106] "Imitação da Última Ceia", *Poesia Vária*, Porto, Gota de Água, 1991: «Mãezinha a minha irmã parece morta. Padece. // Que me obrigou a injúrias no sarcófago. A esgaçar-se, compadecei-Vos. O folhetim celestial e eu de cálice.» De [António] Silva Carvalho, em "A Aventura", AA. VV., *Ruínas*, Lisboa, Quatro Elementos Editores, 1990: 86-87: «Não há mais poetas! / Basta [...] / assistir como espectador ao folhetim do quotidiano, da rotina,», etc.

[107] *Passos Efémeros. Dias Comun*s-1 [14-XII-1965], Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990: 26. Tradutor de legendas, pôde ver o lacrimoso cinema «rico em sonhos de folhetins». E didascália do poema XV de *Lágrimas Trocadas* [1956], em *Poesia – – V*, Lisboa, Portugália Editora, 1973: 49. Das 'Tarefas e Tentames Literários' insertos em *Gaveta de Nuvens*, Lisboa, Diabril Editora, 1975, disse J.-A. França serem «'folhetins', termo antigo, algo boémio, de Oitocentos, na hipótese crítica de ele convir às prosas (se não também aos versos)» deste «Poeta folhetinista, como o século passado os produziu». (Rec. em *Colóquio/Letras*, n.º 20, Jan. de 1976: 98)

[108] "O Eterno Caminho", em *Estátua Alada*, Lisboa, Editorial O Escritor, 1993: 11.

Dumas[109]; Henrique Trindade Coelho recupera ambiente camiliano: «E Barradas, em Coimbra, depois de uma ceia no Magrinho, declarou-me á sahida, á luz d'um lampeão, que o Mello pae era um biltre e que o ia zurzir num folhetim do *Canalha*.

O folhetim nunca saiu.»[110]

Outro Melo, piloto da Força Aérea, vive com a mulher em Campo de Ourique, quando os visita um colega, o tenente Guadalupe, narrador em Agostinho da Silva:

> O Melo [...] acabou por falar corrente quando lhe andei vendo os poucos livros da estante. Havia uma prateleira de Dona Serafina com livros de etiqueta e de cozinha, romance de Biblioteca Azul ou Rosa, já nem me lembro, e até um Montépin, essa raridade literária, a que se seguia bruscamente um Baudelaire; aí, evidentemente, principiavam os domínios de Faruca[111].

José Viale Moutinho explica assim a fúria por Italo Svevo: «Um dia comecei a ler um folhetim do *Diário Popular* onde se publicava um romance dele e só parei quando, passadas algumas semanas, acabou.»[112]

Nesse vespertino, dedica Mário Braga crónica aos "amigos de infância", saudando «o inesgotável fôlego dos velhos folhetinistas: Eugene Sue, Xavier de Montépin, Pérez Escrich, Paul Feval... Os seus filhos literários: *Os Mistérios do Povo*, *A Mulher do Realejo*, *A Mãe dos Desamparados*, *O Corcunda*... E também os portugueses, entre outros, *Os Invisíveis de Lisboa* de Gervásio Lobato e Jayme Victor, além,

[109] Venda Nova, Bertrand Editora, [2]1996 [1988]: 76 e 159. Sobre o primeiro, *cf.* Mário Claúdio, "Um mau escritor", *Expresso* (Lisboa), 23-IX-2006, reprod. em *O Eixo da Bússola*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2007: 155-158 [155]: «Minha tia Lídia, era eu muito criança, perdia-se de amores por Blasco Ibáñez.»

[110] *Prosas e Versos de Belchior da Nobrega*, 1922: 101.

[111] "Clara sombra, a das faias", *Lembranças Sul-Americanas*, Lisboa, Edições Cotovia, 1989: 199.

[112] "Crónica de um jardim / Trieste", *Diário de Notícias*, 9-IV-1989. Reproduzido em José Viale Moutinho, *A Sala dos Espelhos*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1993: 162. Na infância, fechava-se «no quarto de banho, horas a fio, a ler livros e revistas. O Júlio Dinis e o Paul Féval, Alexandre Dumas e Camilo, [...]», etc. ("Ai solidão, ai dão!", *Diário de Notícias* – Magazine, 23-IX-1990: 60)

por exemplo, d'*O Livro Negro do Padre Diniz* [*sic*] de Camilo Castelo Branco, [...].» Os «ingénuos mas deliciosos arroubos dos folhetins» dos dois últimos estrangeiros são reevocados à frente[113].

Vasco Pulido Valente arranca crónica de um percurso intelectual: «Quis ser um espadachim francês do século XVI, por causa de Paul Féval, Ponson du Terrail e Alexandre Dumas.»[114]

Este comparece em Fernando Campos, a par de Salgari, mas é substituído, noutra entrevista, por Verne, Hugo, etc.[115] Solto pontuar de referências, assinale-se o primeiro (único?) momento em que surge a designação "folhetins romanescos", tão do agrado de dona Felismina e da criada, Carminda, e que Dolores desdenhava: «Que se lembre, leu *O Conde de Monte Cristo*, o *Rocambole* e um romance de certa Solange, da fina sociedade, que teve um filho a ocultas e nunca o desprezou, sofrendo por isso.»[116]

Súmula desta relação que atinge foros de exclusividade na Cacatua de uma peça de Torga[117] – e relação que contamina secções regulares com espaço pré-fixado[118] –, e crença invencível no poder das histórias

[113] Mário Braga, *As Rosas e a Pedra*, Lisboa, Editorial Escritor, 1995: 97, 178. No prefácio à nova edição de *Nevoeiro / Caminhos Sem Sol*, *ibid*., 1996: XI, só repete Sue: «(e toda a gente da minha geração o leu)», confessa, sobre *Os Mistérios de Paris*, Alexandre Pinheiro Torres, "*Mistérios de Fafe* – um exemplo de 'romance social' em Camilo. Razão e des-razão desse subtítulo", em João Camilo dos Santos, ed., *Camilo Castelo Branco no Centenário da Morte*, Santa Barbara, 1995: 142.

[114] "O modo da vida", *K*[apa] (Lisboa), 4, Janeiro de 1991: 135.

[115] *O Jornal Ilustrado*, 27-III-1987, e *Diário de Notícias*, 23-VI-1991. Salgari e Verne vão a par em Ernesto Sabato, *Antes del Fin*, Buenos Aires: Booket, [4]2006: 51.

[116] Irene Lisboa, Obras Completas de –, vol. IV, *Voltar Atrás Para Quê?* [1956], Lisboa, Editorial Presença, 1994: 117 e 113, respectivamente. Enquanto João Falco, Irene Lisboa dera *Começa Uma Vida* [1940; vol. III das Obras Completas, 1993] n'*O Diabo*, entre Janeiro e Julho de 1939. A *Ler* (n.º 35, Verão de 1996: 9) não faz a coisa por menos: «Quem disse que acabaram os folhetins na Imprensa? A partir do próximo número da *LER*, acompanhe *O Anel de Basalto*, em folhetim romanesco, romântico & de aventuras, de Mário Cláudio.»

[117] «Eu ler anúncios! Tinha mais que fazer! O folhetim, ainda vai: é de fio a pavio. Agora anúncios!». Miguel Torga, *O Paraíso*, 1949, em *Obra Completa. Teatro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002: 236.

[118] É o caso do 'Consultório de Língua Portuguesa' que Edite Estrela manteve às segundas-feiras, desde Dezembro de 1980, n'*A Capital*: «Continua na próxima semana,

– que é uma das defesas desta tese –, está em depoimento de autores de fortuna literária antipodal: José Régio, Franco de Sousa, Agustina Bessa-Luís.

Na *Confissão Dum Homem Religioso*[119], Régio especifica as leituras de infância bebidas na biblioteca do avô: Verne, Camilo, «folhetins em grandes volumes ilustrados ou as colecções romanescas no tipo *Horas de Leitura*», entre muitos dramas e comédias. O mês de Maria, forte de orações, era amenizado pelo «*Rocambole* numa edição de não sei quantos pequenos volumes. Comecei a ler muito novo, até a escrever. O *Rocambole* e *Os dois garotos* (este numa esplêndida edição cujas ilustrações me fascinavam) foram dos meus primeiros grandes entusiasmos romanescos. Quantas vezes os reli? Obrigado, Ponson du Terrail!, obrigado, Pierre Decourcelle! Por certo me não fostes então menos caros do que, mais tarde, o Sthendal [*sic*] ou o Proust.»

Eram leituras às escondidas da madrinha Libânia, como abreviada fé tinha no miguelismo do avô, a quem recitava os artigos de fundo d'*A Nação* saltando períodos: «Eu ansiava por que ele me abandonasse o jornal para ler o folhetim.»[120]

Franco de Sousa, visando integrar o leitor na feição folhetinesca que sonha para o seu derradeiro título, *As Irmãs Sete-Pecados*, mostra como

como nos folhetins.» satisfaz, mormente, ao paginador. (Cit. em *Dúvidas do Falar Português. III*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988: 147)

[119] Volume póstumo de *páginas íntimas*, Porto, Brasília Editora, 1971, cujo início – o que nos interesse – o A. ainda pôde rever. A mesma ternura, nas mesmas lembranças, pelos «grandes folhetinistas do tempo [dos pais; em 1971, diz-se do avô] em esplêndidas edições ilustradas» que o alimentaram está na resposta a inquérito enviado por Jorge de Sena (*cf.* Jorge de Sena / José Régio, *Correspondência*, org. e notas de Mécia de Sena, Lisboa, INCM, 1986: 243-244). Lelito, no limiar d'*A Velha Casa. I. Uma Gota de Sangue*, sofre a arbitrariedade do vigilante Barroso, que o proíbe de ler folhetins, quando o jovem se deliciava com o paradigma do género – as *Viagens* garrettianas... (Lisboa, Círculo de Leitores, 1994: 12) Do «interminável folhetim em *Ocidente*» (*Correspondência*, p. 209) que eram os seus *Estudos de História e Cultura* fala Sena em carta de 9-IX-1966.

[120] Cit. das p. 26, 34-35, 42-43. Das tendências literárias do tio Antonino: «Publicou, num jornal da terra, um pequeno romance em folhetins – *A Virgem da Ponte de Este*, [...].» (p. 50)

despertou para a literatura e não tem mais que evocar uma era pré-radialista e televisiva na paixão dos parentes pela leitura:

> Nos tempos de minha avó a história entrava-nos em casa aos fascículos. Fazia-se assinatura e todas as semanas nos batia à porta o distribuidor do folheto de poucas páginas, umas 32, talvez 48, dois ou três cadernos em língua de tipógrafo, pelo custo de moedas familiares a minha avó, patacos ou cruzados. Era o folhetim. Também se publicava no *Diário de Notícias*, muito lido em nossa casa, em rodapé de página. Minha avó coleccionava-os e fui encontrá-los abarrotando gavetão de cómoda, em grossos rolos, com resguardo de papel de cartucho, presos com nastros. Durante mais de um ano foram a minha reserva de leitura. Quanto aos fascículos, a editora, terminada a publicação, fornecia capas e encarregava-se do empaste. Muita gente gostava de reler aquelas intrigas, de semana para semana mais empolgantes. Minha mãe, para escapar às ansiedades em que via minha avó pelas venturas, aventuras e desventuras da heroína, sempre em perigo no final de fascículo, para se salvar no começo do seguinte, preferia amontoar uma centena de páginas antes de iniciar leitura.
> Um tio meu [...] dedicava-se à encadernação e tomava a seu cargo o embelezamento daquelas obras. Encadernava-as de modo vistoso, com muitos dourados na percalina. Couro era caro e não o mereciam os autores. Digo eu, agora, dispondo de outras luzes literatas. Não o diria a minha avó e minha mãe se ainda fossem vivas. Não aturavam maledicência dos seus folhetins.
> Eram extensíssimos, dois grossos tomos pelo menos, e comoventes tinham de ser pois sempre as via chorando quando nestas leituras. Minha avó lia com suspiros muito expirados e lenço por perto, minha mãe era mais discreta, mais envergonhada nas suas comoções. Ambas pareciam encontrar prazer nestas lágrimas, nas pausas destes sofrimentos.
> – Muito se pena com estes enredos, filha! E para quê se sempre acabam bem?

O autor passa, depois, ao prazer que, nas férias grandes, aí pelos dez, onze anos, sentia nestas leituras empolgantes e como admirava autores que desejaria imitar. Que biblioteca selecta era essa?

> Entre os escritores da minha juventude, dois estavam bem representados na biblioteca de minha avó: Émile Richebourg e Xavier de Montépin, em longos, longuíssimos romances, como *Os Fantoches de Madame Diabo*, a que ainda me referirei, sem saber ao certo quem o escreveu. Atribuo a autoria a Richebourg[121]. Mas também li Alexandre Dumas, *Os Três Mosqueteiros*, *Vinte Anos Depois*, *O Visconde de Bragelone*, com os imortais D'Artagnan, Atos, Portos e Aramis; *A Rainha Margot*, *A Dama de Monsoreau*, *Os Quarenta e Cinco*, onde domina o bobo Chicot; *O Conde Monte Cristo* e a sua vingança, e também Ponson du Terrail, autor de *O Rocambole* [*sic*], o folhetim por excelência. Como eram agradáveis de ler estes livros da minha juventude e como são chatos estes que leio por dever de ofício! E li ainda Paul Féval e outros escritores de capa e espada, e as aventuras de Salgari, logo substituído por Júlio Verne, lido na biblioteca do liceu Camões, ao preço de falta às aulas, e *Quo Vadis?*, de autor eslavo, com nome de grafia e pronúncia impossíveis. Até o *Texas-Jack* li![122]

O filão seguinte é Campos Júnior[123], «cujos temas eram as figuras

[121] Não, Xavier de Montépin, em folhetim no diário *República* (Lisboa), em 1962--1963.

[122] Texas Jack e Verne são memória de José Gomes Ferreira, *O Mundo dos Outros. Histórias e Vagabundagens*, Lisboa, Portugália Editora, 1972: 77. «Aprendi a ler no "Texas-Jack"; comecei a formar uma biblioteca no "Texas-Jack"; não comecei a fumar por causa do "Texas-Jack". // [...] Quando vejo, pendurados à porta de certas papelarias, os "Texas-Jaks" [*sic*] da minha infância, sinto uma ternura imensa. Uma ternura que é por eles e por mim. Uma ternura que eu ofenderia se dissesse na aula: "Proibido o Texas-Jack".» (Sebastião da Gama, ob. cit.: 100-102) E António Alçada Baptista, *O Riso de Deus*, Lisboa, Presença, 1994: 31, ao evocar o seu «mundo pequenino»: «[...] a minha liberdade era apenas imaginada através do galope pelas pradarias, na roda do Texas Jack, ou a singrar pelos veleiros de saque e pilhagem, na equipagem valorosa do Capitão Morgan.» Memória de Texas-Jack sinalizam Miguéis, "O massacre dos mil-e--duzentos", *Seara Nova*, 12-V-1948: 101-102, e Jorge de Sena, *Correspondência 1959--1978*, com Sophia de Mello Breyner Andresen, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, ^{2}2006: 121. Verne, Salgari, Dumas triangulam nos dez anos de Amadeu Lopes Sabino, *O Todo ou o Seu Nada*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2018: 67.

[123] Cumpre resumir, neste ponto, depoimento de Jorge de Sena, na «instrução primária», leitor de *Guerreiro e Monje*, de Campos Júnior (ver *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 1000, 28-I-2009: 60), re-citado a abrir *Arte de Música*, Lisboa, Moraes, 1968: 9: «[...] Lera / o Ponson du Terrail, o Campos Júnior, o Verne e o Salgari, / e o

pátrias e as pátrias histórias»; mas, prossegue a confissão, «livro essencial» para quem se iniciava foi, mesmo, *Os Fantoches de Madame Diabo*. Justifica:

> Não me envergonho. Se uma das qualidades de um romancista é saber contar uma história, nestes folhetins, como na verdade devem ser definidas estas obras, encontrei ensinamento. [...] Soube, ao ler *Os Fantoches de Madame Diabo*, do meu gosto em imaginar contos. Só mais tarde, com meu avô [cá está mais um avô], se fez vontade de, como ele, ser escritor. Era folhetim, história em bruto, a duas dimensões, intriga onde sempre imperava o Bem e o Mal. Nestes folhetins, nascia-se bom ou nascia-se mau e uma trama se repetia para arranque a tantas peripécias, de nos espantar hoje por ser tão retrógrada. Tudo era consequência da violação dos preceitos escorados no ideal de virgindade feminina. Podiam variar os lances, sempre havia começo e final repetidos sem grandes variantes.

Segue descrição[124].

Eça e o Pascoaes. [...]»; ou de Manuel Alegre, "Do Marquês a Texas-Jack" e "Sandokan", *Arte de Marear. Ensaios*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002: 59 e 60: além, as leituras de férias, entre elas, *O Marquês de Pombal*, de António Campos Júnior, *Amor de Perdição*, *Cyrano de Bergerac*, *Frei Luís de Sousa*: «Mas, para dizer toda a verdade, a grande personagem das férias de Agosto, na minha infância, em Espinho, era o Texas Jack. Fartei-me de cavalgar nas pradarias, montado num fogoso ginete chamado *Jumper*.»; aqui: «Na minha adolescência marcou-me especialmente a leitura de Emílio Salgari. Sandokan foi um dos meus heróis. Se calhar, eu próprio, a páginas tantas, andei aí pela vida a fazer de Sandokan. [...] Passei a vida a fazer perguntas inconvenientes. Foi a minha maneira de ser uma espécie de "Tigre da Malásia".» Baptista-Bastos dedica *Elegia para Um Caixão Vazio* [1984], Porto, Edições Asa, ^{5}2001: 6, «à memória de Emílio Salgari, cuja maravilhosa originalidade ainda me povoa, e a "O Mosquito", o mais belo e imaginativo jornal que li até hoje». Entre outros lugares, Salgari é reevocado em "Telefonema para a infância", *As Palavras dos Outros* [1969], Lisboa, Círculo de Leitores, ^{4}2000: 255.

[124] Franco de Sousa, *As Irmãs Sete-Pecados*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993: 19--24. Porque história-tipo exemplar – mas, como demonstrarei, mais variável a nível discursivo –, transcrevo o resumo do autor, permitindo-me, já agora, não resumir as vicissitudes das ditas irmãs: «Uma menina de nobre família era seduzida e engravidava. Em maldição a punham os pais, morta a diziam, do palácio a expulsavam. Abrigava-se

Régio comparece em *Doidos e Amantes*, de Agustina Bessa-Luís[125]: esta história de Maria Adelaide Coelho da Cunha – filha de Eduardo Coelho, a quem, na direcção do *Diário de Notícias*, sucede, por morte (14-V-1889), o genro, Alfredo da Cunha – e sua alegada loucura, loucura que a mesma contesta em volume previamente saído em folhetim d'*A Capital*, começa por também sair em jornal, conduzindo a própria autora a abismar-se na sua infância (e, diga-se, em facilidades da prosa). Abre o cap. II:

> Eu aprendi a ler nos folhetins. Antes de dar entrada na paróquia do ensino primário, já eu conhecia os segredos do Vaticano e os

então a jovem mãe em casa de boa gente, família do sedutor de nobre carácter, mas pobre e plebeu. Morriam novos, tragicamente, deixando filha, muito infante ainda, aos cuidados dos avós paternos, honrados e populares. E o tempo transformava a criança em mulher e vivo retrato da mãe, por imposições de enredos, como se verá. De patrícia – adjectivo muito do gosto destes autores – beleza, nada sabe da amargurada história de sua mãe e menos ainda da sua aristocrática origem. Há porém quem o descubra: o vilão! E aqui começa a grande batalha do Bem e do Mal. Para se apoderar da fortuna da poderosa família tece perversíssima teia e há duelos, envenenamentos, sequestros, torturas, crimes, ciladas, uma hecatombe, mas sempre a jovem se salva, como se anjo-da-guarda – o Autor – por ela velasse. Entretanto no palácio da patrícia beleza tem morado o remorso. A condessa – estes escritores preferem este título de nobreza – – chora a perda da filha. Tem o seu retrato envolto em crepes de luto na sala dos seus lamentos, onde se fecha. Contratou detectives. Compensá-los-á com a riqueza se lhe encontrarem a filha. Em vão. Enfim, os bons sofrem muito, os maus parecem ser invencíveis – na vida até é verdade – mas chega finalmente o momento do encontro da avó e da neta, de se fazer ouvir a "voz do sangue". Uso aspas, dado não ser minha a expressão. Aliás mais a ouviu a neta. A avó, certamente pelas muitas lágrimas do seu remorso, está quase cega e não pode distinguir a extraordinária parecença da filha com a mãe. Felizmente, nestas histórias, sempre participa velha serva, que muito amou a sua menina e essa, sim, vê. Confunde-a até com a malograda condessinha, porque se a avó padece de má visão, a serviçal piorou muito no entendimento. Demoras do folhetinista a atenazar os leitores, para mais os alegrar na apoteose de avó e neta, venturosas, enfim. E a história termina em felicidade distribuída a rodo entre os bons, depois do castigo de todos os maus. Como acontece nas religiões, e especialmente na cristã, os finais destes folhetins são, para os crentes, mais uma prova de ter criado Deus o Homem à Sua Imagem e para os incréus de que criou o Homem os deuses à sua semelhança. // E não são estas as histórias que mais gosto nos dá ouvir? Não são sempre, justamente por isso, os grandes êxitos teatrais, cinematográficos e televisivos?»

[125] Lisboa, Guimarães Editores, 2005.

> seus tumultos chefiados por um César Bórgia. Sem falar da corte da rainha Margot e as desventuras do Máscara de Ferro. O folhetim foi o meu mundo pós-familiar em que todos os conflitos de personalidades são postos à prova. Conhecemos a inveja, a cobardia e o amor como se fossem azares e não razões. Eu creio que a presença de espírito perante a vida vem desse encontro com as peripécias que não nos atingem, só nos alimentam a imaginação. Aprendemos a não nos desiludir porque não aspiramos ser protagonistas de nada deste mundo. Bastamo-nos com ser parceiros na história que, por ser fingida, nos dá a garantia de ser inofensiva. Passa-se com os outros, e portanto temos a liberdade melhor de todas que é a de acreditar que estamos a salvo de tudo o que sucedeu e sucederá.
> Porque isto é um folhetim. Finalmente entro na acrópole dos folhetinistas, mais brilhante do que a de Atenas e mais conveniente. O folhetim não tem de ser exacto, nem fiel, nem sequer bem escrito. Tem de encantar os outros, como fazia Dickens. As pessoas apinhavam-se no porto de Nova York, não para receber a família que imigrava para fazer fumegar as chaminés da cidade, mas para saber se o órfão da história ia ou não encontrar o lar perdido. (p. 20)

A subversão na vida conjugal de Maria Adelaide ter-se-á ficado a dever aos malefícios da leitura... em jornal:

> Tanto lera folhetins para escolher o que melhor convinha ao *Diário de Notícias*, rosa e espinho da história da família, que entrara dentro dessas peripécias alucinantes. À falta de jardineiro, que era quem engravidava as meninas saídas do convento [...], Maria Adelaide dera o braço ao *chauffeur* para que ele a levasse ao céu, que era a Serra da Gralheira ou da Gardunha, ou do que fosse. (p. 78)

Como *forma de organização*, ou montagem, alicerça alguns textos recentes, de educação oitocentesca: veja-se o tão evidente A. M. Pires Cabral de *O Cónego*, que leva informador-chave a dizer ao narrador: «– Esta história já parece um folhetim dos jornais... Mas se calhar assim até tem mais sainete. // – Provavelmente.»[126]

[126] Lisboa, Edições Cotovia, 2007: 107.

O final de Yvette Kace Centeno, *No Jardim das Nogueiras*[127], deixa-nos em "(Continua)".

Vejamos o impacto lá fora.

2. 1. 2. *Na literatura estrangeira*

Só uma dúzia de casos, com a natural dificuldade de quem admira autores cuja língua primeira ignora inteiramente (caso de Yukio Mishima, em folhetins aos milhões na tradição japonesa).

De Henry James a Tolstoi e aos modernos, reconhece-se o processo. «A última história ficara incompleta, como se fosse o primeiro episódio de um folhetim.»[128] – sinaliza aquele, no início de *The Turn of the Screw*, que integrou *The Two Magics* (1898). James sabia do que falava, ele que dera *Watch and Ward* no *Atlantic Monthly* (1871).

Quanto ao Russo, lembra B. Pasternak[129] como da cozinha da infância «se expandiram para São Petersburgo as notáveis ilustrações de meu pai para a *Ressurreição*, o romance de Tolstoi. Este romance, à medida que ia ficando concluído na sua forma definitiva, era impresso, capítulo a capítulo, na revista *Niva*, do editor petersburguês Marx. O trabalho era febril. [...] Tolstoi conservava por muito tempo as provas e alterava tudo. Os desenhos feitos para o texto primitivo corriam o risco de não corresponderem às modificações sofridas pelo texto ulterior.» Eram os revisores dos comboios rápidos – como, até há pouco, os lestos paquetes, agora motorizados – que se postavam à porta, guardando o traço final e o espanto da criança.

Se já revimos *Quo Vadis?* (1896), lembro, ainda de Henryk Sienkiewicz (1846-1916, devedor de Dumas pai), *A Ferro e Fogo*, primeiro tomo de uma trilogia epopeica – o levantamento dos Cossacos contra a

[127] Lisboa, Livraria Bertrand, 1983.

[128] Henry James, *O Calafrio*, trad. de Maria Isabel Braga, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987: 12.

[129] *Ensaio de Autobiografia*, tradução e prefácio de João Gaspar Simões, Lisboa, Editorial Inquérito, s. d.: 29.

Polónia, em 1648 –, em folhetim no *Slowo* de Varsóvia e no *Czas* de Cracóvia (1883, 1884)[130].

Da tradição húngara citarei unicamente Krúdy Gyula (1878-1933), cujos cerca de cento e cinquenta romances participaram em grande medida do espaço jornalístico que foi toda a vida de café desse levitante autor – e dos demais, em país agarrado a um fio de intriga, militar e politicamente cortado, preso à inelutável réstia de esperança, digressivo, suspenso, negligente, de diásporas. Ao recensear uma tradução francesa, *Le Prix des Dames*, Anne Diatkine[131] associa o formato folhetinesco a textos que parecem "sans mémoire":

> Un écrit chasse l'autre, les personnages se poursuivent, ricochent et se joignent parfois, pour s'effriter à nouveau en de multiples silhouettes, qui son autant de masques pour l'écrivain, ou d'héroïnes pour des œuvres à venir, des prostituées au noms de princesses. Chaque phrase déborde de partout et donne lieu à un autre récit, comme si rien, même pas la dernière ligne, ne pouvait jamais interrompre l'activité d'écriture. L'objet matériel livre est un carcan conventionnel qui finit par imposer le silence au récit. Est-ce la mort? Aussi pleine d'énumérations soit-elle, jamais une phrase ne réussira à être aussi mobile que le réel. Toutes s'épuisent à tenter rivaliser avec lui, et les métaphores imprévues se vengent, détournent le cours du temps, et brisent les repères spatiaux du lecteur. On a appelé ça "*la technique du fil sans cesse perdu*", et on en a profité pour comparer l'écrivain à Virginia Woolf et à Proust.

A solidão de um empregado «numa pequena estação na Rússia interior» é vencida, em Kafka, por fragmentos de jornal:

> Às vezes lia um velho jornal que me tinha sido atirado do comboio, o qual continha histórias escandalosas de Kalda, que me

[130] N'*O Archipelago* (Ponta Delgada, n.º 7, 8-XI-1908), temos, em sétimo episódio (logo, desde o início): Folhetim / Henrique Sienkiewicz / Auctor do QUO VADIS / Os Cavalleiros da Cruz / Traducção de / Adalberto Veiga / Primeira Parte / Capitulo II.

[131] "Krudy, baisers glacés", *Libération* – Livres, 3-XII-1992: 26.

> poderiam interessar, mas que num número isolado eu não conseguia perceber. Havia também nesse número a continuação de um romance que se chamava: "A Vingança do Comandante". Uma vez sonhei com este comandante, que trazia sempre um punhal na ilharga, chegando, numa ocasião especial, a segurá-lo com os dentes[132].

Espaço de transformação do mundo e de escape de uma vida mesquinha, vem assim dito em Miroslav Krleža: «Matoch, o falecido Matoch, que, mais ou menos por essa altura [,] escrevia os seus folhetins de Paris, transformara, no seu estilo vulgar e superficial, essa visão sanguinária num sonho de civilização, repleto de poesia, de harmonia, de perfume e de serenidade, [...].»

Poeta, contista, ensaísta e folhetinista, serve de modelo ao também croata Orlitch, deslumbrado com a ideia de viver em Paris, onde agora mendiga:

> Pedi-lo-ia [o dinheiro] a alguém e conseguiria certamente arranjar alguns soldos, para, em seguida, num café, escrever o seu folhetim! Um bom folhetim, com seiscentas pipas! Um folhetim sensacional acerca do rei de Espanha e das grandes manobras – – [...]! Um longo folhetim de quinhentas linhas! Quinhentas linhas a multiplicar por quatro... quinhentas vezes quatro... Isso daria vinte coroas! Isso renderia vinte coroas no "Jornal Nacional"! E depois, logo a seguir, outro folhetim! Este, de trezentas linhas. [...] Trezentas linhas no "Jornal de Zagreb", a sete *filirs* a linha, [...]. Em seguida, escrever uma peça teatral![133]

Teórico do romance-ensaio, o praguense Milan Kundera faz dizer, em *A Imortalidade*[134], a Avenarius:

[132] F. Kafka, "Recordações da Estação dos Caminhos-de-Ferro de Kalda", *Os Aeroplanos em Brescia e Outros Textos*, trad. de Ana Maria Freire Damião, Lisboa, Livros do Brasil, 1988: 37 e 48.

[133] "Hodulahomor, o Soberbo", *O Grilo Sob a Cascasta*, trad. de Irondino Teixeira de Aguilar, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.: 65, 84.

[134] Tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990: 228-229.

> Posso contar-te com o maior dos prazeres *Os Três Mosqueteiros* de Alexandre Dumas, quando quiseres e de ponta a ponta!
> – Eu sou como tu, gosto de Alexandre Dumas, disse eu. Contudo, lamento que quase todos os romances escritos até hoje obedeçam excessivamente à regra da unidade de acção. Quero dizer que assentem todos eles num único encadeamento causal de acções e de acontecimentos. [...] A tensão dramática, é ela a verdadeira maldição do romance porque transforma tudo, mesmo as páginas mais belas, mesmo as cenas e as observações mais surpreendentes, numa simples etapa conducente ao desenlace final, onde se concentra tudo o que vem antes. Devorado pelo fogo da sua própria tensão, o romance arde como um fardo de palha.

É um debate em redor do estatuto do episódio – da leitura, afinal –, que já vem de Aristóteles e a que retornarei.

Na Berlim pós-Primeira Guerra Mundial, o ar de desencanto e provação sugere a Joseph Roth ambivalente comparação: «O mundo tinha atingido um tal grau de consistência que os folhetins se podiam dar ao luxo de ser revolucionários.»[135]

O poeta Allan Sillitoe rememora: «Li quase todo o pescador de girinos / O que Katy fez no seu primeiro Natal / O Conde de Monte Cristo, Notre Dame / A Ilha do Tesouro e a vergonha de Eliza / O esplêndido saque das casas de Usher / Por filantropos de rasgadas calças.»[136]

L'Affaire Saint-Fiacre (1957) resolve-se, desde o capítulo nono, 'sob o signo de Walter Scott', a cada passo tecido no ambiente (do género: «– Não acham que isto se parece com um romance de Walter Scott?») e nas falas das personagens. Outras dívidas seria possível anotar em Simenon, exemplo acabado de autor-antes-jornalista que escreve sob pressão do tempo e por medida.

Para nos dessedentarmos um tudo nada a meio do percurso, tomemos estas garrafas de água – "Poema-Objecto", de Luciano Ori, 1972 – – com, em primeiro plano, a décima segunda e única com rótulo branco,

[135] *Fuga Sem Fim* (1956), trad. de José Sousa Monteiro, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988: 114.

[136] Manuel de Seabra, *Antologia da Poesia Britânica Contemporânea*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982: 38.

onde se inscreve *(continua)*[137].

Mas do ítalo país quero saudar o inevitável Sandokan. Com ou sem pantalha, *O Tigre da Malásia* constituiu-se em novo mundo onde a aventura pontifica. Como surgiu? e aguilhoa a nostalgia?

Salgari, jornalista de 21 anos, lançava, em 16-X-1883, no diário veronês *Nuova Arena*, as primeiras linhas desse êxito: «L'importante era che la storia durasse, con una serie di "continua" apposto in calce al feuilleton quotidiano. Nessuno pensava che, a oltre un secolo di distanza, potesse ancora trovare un pubblico.» Encontrou em 1891.

> É stata una bella idea, da parte dell'editore Viglongo, che ha tanti meriti verso Salgari, riunere le 150 puntate della *Tigre della Malesia* a ottant'anni dalla morte dello scrittore [...]. Finalmente queste pagine, sulle quale si sono esercitati fino a ieri solo pochi salgarologi, sono a disposizione di tutti. É l'incunabolo delle *Tigri di Mompracem* e molti di noi che hanno "giocato ai pirati malesi", como il Pavese dei *Mari del Sud*, vi possono ritrovare le primi fonti della loro prima lettura[138].

[137] Josep M. Figueres, Manuel de Seabra, *Antologia da Poesia Visual Europeia*, Lisboa, Editorial Futura, 1977: 53.

[138] Giorgio Calcagno, "Una notte a Verona nacque Sandokan", *La Stampa* – Tuttolibri, 4-V-1991: 10. Quadro do Salgari traduzido entre nós está em Luís Bensaja dei Schirò, "Leyguarda Ferreira (1897-1966) tradutora de Sandokan e de *O corsário negro*", *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 14, 2019: 163-177. Para estudo sobre a presença de Salgari no imaginário infantil, releve-se evocação de João Bigotte Chorão, em *Carlos Malheiro Dias na Ficção e na História*, Lisboa, ICALP, 1992: 11, ou em *Diário Quase Completo*, Lisboa, INCM, 2002: 23-24. Eduardo Prado Coelho chorou com a morte de Sandokan (enquanto evoca avó leitora de «*La femme d'aujourd'hui*, com folhetins em suplemento, que ela e a madrinha coleccionavam»). *Tudo O Que não Escrevi. Diário I*, Porto, Edições Asa, 1992: 223, 225. Emílio Salgari e o Tigre da Malásia, ou tão-só aquele, são evocados em David Mestre, *Nas Barbas do Bando*, Lisboa, Ulmeiro, 1985: 35; Helena Vasconcelos, "Memórias de Sandokan", *Público* – Fim de Semana, 2-VIII-1991: 3; José Jorge Letria, *Os Mares Interiores*, Lisboa, Teorema, 2001: 9; José Braga-Amaral, *Agora, Nós*, Peso da Régua, Garça Editores, 2008: 19; em Júlio Conrado, *Querido Traficante*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006: 12, e *De Tempos a Tempos – Júlio Conrado*, Lisboa, Roma Editora, 2008: 256. Lêdo Ivo, *Ajudante de Mentiroso*, Rio de Janeiro, Educam, 2010: 14, evoca vários títulos de Salgari, entre outras influências aventureiras.

Conversazione in Sicilia, de Elio Vittorini, foi dada na revista florentina *Letteratura* (1938-1939), cuja centena de exemplares não inquietava o fascismo italiano. Em livro (1941), foi apreendida, por «imoral e antinacional», conta o autor em prefácio, após denúncia do jornal oficial do Vaticano, *L'Osservatore Romano*...

«Folhetim em cinco episódios, que procura evocar o espírito do método científico», e reconstrói, «algo livremente, [...] o mistério da Boca do Inferno, já publicado no *Notícias Ilustrado* de Domingo 5 de Outubro de 1930», é – sobre o desaparecimento de Aleister Crowley – *O Mocho e o Mago*, de Alessandro Dell'Aira. A dívida é explícita: Primeiro Episódio; Fim / Do Primeiro Episódio // (continua); etc. Dívida para com Fernando Pessoa, também, que dificilmente cobrirá a especiosidade deste «folhetim "à portuguesa". Um folhetim não é um *feuilleton*. É quase uma opereta. Um romance-opereta.»[139]

Agora que nos massacram com dramalhões latino-americanos dobrados em 'brasileiro', lembro que a isso chamava Vargas Llosa, em *Conversa na Catedral* (1969), "mexicanadas". O desespero do seu Ambrosio, a sintonizar canais de rádio, equivale ao nosso, *za[r]pando* de maus encontros televisivos: «Nenhum folhetim, era tudo touradas e futebol.»[140]

Está definida uma civilização, que também cresceu "Leyendo a Dumas", título de parte e poema de Evaristo Carriego[141], que «leía con pesar y con avidez un libro de la gesta de Charles de Baatz, señor de

[139] Trad. de Alessandra Balsamo e Maria Nella Vercesi, Porto, Edições Afrontamento, 1993, 'Prólogo' [inumerado] e p. 94. Este texto concita Fernando Luso Soares, *A Novela Policial-Dedutiva em Fernando Pessoa*, Lisboa, Diabril, 1976: 57, que propõe três tipos de novelas policiais segundo a «determinação psicológica do criminoso». Interessa-nos o primeiro, «onde tanto o investigador como o investigado estão despidos da psicologia, e a investigação e o crime se confundem com o acidente ocasional, resultando a história em folhetim, literatura baixa, de cordel, estirpe pseudo-literária [...]». Seria de perguntar, esquecendo tão 'democrático' linguajar: como esquivar uma qualquer psicologia? O mesmo esquema de *(continua...)* em final de conto está em José F. Lourido, *O Príncipe Que Se Transformou em Sapo*, Lisboa, Contexto, 1993: 105.

[140] *Conversa na Catedral*, trad. de José Teixeira de Aguilar, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991: 11 e 198.

[141] *Poesías Completas*, Buenos Aires, Ediciones Prosa y Verso, 1967: 155-164.

Artagnan», informa Jorge Luis Borges[142]. O ritual da escrita diária é bem apontado em Isabel Allende, *Eva Luna* (1987).

Quanto a brasileiros, a dificuldade é exemplificar por baixo, não sem lembrar modelos do século XIX[143]. O Modernismo, com Mário de Andrade, diz donde parte:

> Meu pai com seu nariz judeu... / Eu vivia quasi sem ruído, / Dúmas Terrail Zóla escondidos, / Si êle souber [...] // Duas pessoas num só terror. / Meus quatorze anos sorrateiros: / Leituras pobres, vicios feios, / Quanto passado sem valor! // Eu não vivi no meu país. / Zóla Terrail Dúmas franceses... / Que gramáticas portuguêsas / Pro miseravel de Paris![144]

"Sweet home", de Carlos Drummond de Andrade[145], é elogio à

[142] *Evaristo Carriego*, Madrid / Buenos Aires, Alianza / Emecé, 1976: 104.

[143] *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, saído em 1852 no *Correio Mercantil*, será dos, entre os primeiros, títulos mais representativos. Quando penso neste ou em Bernardo Guimarães, unidos pela verve humorística, relevo neles o sentido da paisagem, bem como a consciência viva de problemas sociais e humanos enquadrados num regionalismo miudamente caracterizado: são as tradições e a flora, alimentos e rituais. Quanto às paixões, e se pensarmos em *Memórias de Um Sargento de Milícias* (1854-1855), há um lado dissolvente e distanciado que, vindo da picaresca ibérica, desagua em ironia romântica. Já a intriga, citadina e com cenas de rua, banais, divertidas, além de um final em que Leonardo casa com Luisinha, modelo de insipidez feminina, mais parece anunciar o naturalismo, negando, assim, o suposto romantismo de escola.

Dentro do típico "romance urbano" alencariano em que se insere *Cinco Minutos* (1856), percebemos a centralidade do amor romântico. À boa maneira do tempo, tematiza-se, não propriamente o amor, mas a «situação social e familiar da mulher em face do casamento e do amor». Os pais são vistos como tiranetes que defendem o interesse do agregado; as jovens preferem obedecer ao coração. O decorrente conflito é, já, um lugar-comum em heroínas de romances do mesmo ciclo, como *A Viuvinha* (1857), *A Pata da Gazela* (1870), *Sonhos d'Ouro* (1872) e outros.

São leituras irresistíveis – como *A Resistível Ascensão do Boto Tucux* (1982), de Márcio Souza, que opta pelo subtítulo remático 'Folhetim', a exemplo de alguns portugueses.

[144] "A Escrivaninha", *Poesias Completas*, São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1974: 86-87.

[145] *Alguma Poesia*, Belo Horizonte, 1930. Cito de Antologia Poética, ed. de Massaud Moisés, Lisboa, Portugália Editora, 1965: XXIII.

vida-folhetim, de extracção burguesa: «Ora afinal a vida é um bruto romance / e nós vivemos folhetins sem o saber. // Mas surge o imenso chá com torradas, / chá de minha burguesia contente. / O gozo de minha poltrona! / Ó doçura de folhetim! / Ó bocejo de felicidade!»

Acrescento, entretanto, os depoimentos, fortes, contidos na memorialística de Zélia Gattai, por mais acessíveis e mais acompanhadores de alguém cuja prosa quase tudo deve às estratégias do género.

O pai quis chamar-lhe Pia, «(heroína de um romance que acabara de ler, *Pia dei Tolomei*)» e, quanto à mãe,

> À tarde, não havendo outros compromissos, D. Angelina reunia em sua casa algumas vizinhas interessadas em romances de folhetim. Aproveitavam a ocasião para fazer tricô e croché, enquanto ouviam a leitura dos fascículos novos. Encarregadas da leitura, as filhas mais velhas de D. Angelina sabiam como ninguém dar ênfase às frases no momento preciso. Quatro fascículos eram comprados por semana e as duas jovens se revezavam: dois para cada uma.
> [...] Papai não entendia e ficava intrigado com as contradições intelectuais da mulher. Como podia ela, pessoa de bom gosto literário, que ficava até altas horas da noite [...] lendo livros de Vítor Hugo, de Zola, de Kropotkine, de Eça de Queirós, versos de Guerra Junqueiro, gostar também dos romances em fascículos?

Eram, para o pai, "bobagens", "idiotices".

> A essas dúvidas, a essa implicância do marido, D. Angelina respondia simplesmente que os folhetins descansavam sua cabeça, distraíam-na sem nenhum compromisso. E que isso lhe era muito necessário, fazia-lhe bem. Que a deixasse em paz com seus romances em fascículos. Adorava lê-los!
> Os folhetins de antigamente representavam o mesmo papel das novelas de televisão nos dias de hoje[146].

[146] *Anarquistas, Graças a Deus*, Lisboa, Publicações Europa-América, [2]1984: 19 e 98-99.

À frente, sobreleva certas leituras: «Chegara a vez dos predilectos de mamãe e de minhas duas irmãs: *Os Miseráveis* e *Os Trabalhadores do Mar*. Esses dois volumes estavam gastos de tantas leituras. Mamãe gostava de ler trechos de *Os Miseráveis* para os filhos e para Maria Negra. "Livro verdadeiro e muito instrutivo" – dizia.»

Havia, ainda, Zola e, quanto aos de Zélia, em particular, nada de extraordinário:

> Devorei todos os livros de M. Delly, publicados na "Colecção das Moças". Pensando que o autor fosse mulher, referia-me a ele como Madame Delly. Não perdi também nenhum de Ardel, da mesma colecção; esses autores se parciam [pareciam], faziam-me sonhar e assumir o papel da heroína pobre em suas desventuras e nos seus triunfos, enchendo-me de ilusões... A conselho de mamãe, li *Cuore*, de Edmundo de Amicis, bom para derreter corações, fazer chorar[147].

Lista maior de franceses comparece em *Um Chapéu para Viagem*: Dumas, Balzac, Maupassant, Stendhal, Daudet, revelando-se Jorge Amado como apaixonado por Dickens, Mark Twain, Zola... Já a mãe deste, D. Eulália, «lia e relia, atentamente, velhos romances, que adorava: *A Dama das Camélias*, *A Escrava Isaura*, *A Moreninha*, *O Tronco do Ipê*, *A Pata da Gazela*».

Um quadro: «Estirada em seu largo leito, Lalu lia a *Dama das Camélias*; [...].»[148]

O Conde de Monte Cristo, um livro de pecuária e gramática foram suficientes para que certo mongol, encontrado nas suas digressões então soviéticas, aprendesse francês...[149]

[147] Respectivamente, p. 113 e 234.

[148] *Um Chapéu para Viagem*, Lisboa, Publicações Europa-América, [2]1986: 55 e 126.

[149] *Jardim de Inverno*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988: 191. Machado de Assis – nos tão curtos 201 capítulos de *Quincas Borbas* (Paris, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, [2]s. d.: 152) – já relacionara curiosidade, prazer e aprendizagem da leitura: «Ultimamente, [Rubião] occupava-se muito em ler; lia romances, mas só os historicos de Dumas pae, ou os contemporaneos de Feuillet, estes com dificuldade, por não conhecer bem a lingua original. Dos primeiros sobravam traducções. [...] Aquellas scenas da côrte de França, inventadas pelo maravilhoso Dumas, e os seus nobres espadachins

E debrucemo-nos sobre os mesmos gauleses, que por todo este século cumulam, também na prosa de livro, a sua própria invenção.

O herói de *Rhum* (1930), de Blaise Cendrars, cuja acção decorre na Guiana, em 1905, é o jornalista do *Petit Niçois* Jean Galmot, o qual

> já não é um homem qualquer, um desconhecido: é popular! O folhetim que escreve, a pedido do seu jornal, vai lançá-lo. Trata-se do *Reduto Encarnado*, onde põe em evidência, de maneira um tanto convencional, é certo, Nice e a sua vida monótona, onde encontramos, no entanto, algumas passagens de um erotismo picante, que lembram o marquês de Sade, e que ninguém esperava ver no folhetim de um jornal. [...]
> Vão lá agora adivinhar que esse folhetim prometido e anunciado durante meses foi escrito em três dias num gabinete onde o chefe de redacção, de paciência esgotada, tinha fechado Jean Galmot à chave![150]

Outros apuros, ligados à imagem do artista, concorrem em *Les Hom-*

e aventureiros, as condessas e os duques de Feuillet, mettidos em estufas ricas, todos elles com palavras mui compostas, polidas, altivas ou graciosas, faziam-lhe passar o tempo ás carreiras.» A questão do *status* preocupa Sofia, que, perguntada por uma elegante, casada com um senador, se vinha lendo o Feuillet da *Revista dos Dois Mundos*, responde que sim. E o narrador: «Não o estava lendo, nem conhecia a *Revista*; mas, no dia seguinte, pediu ao marido que a assignasse; leu o romance, leu os que sairam depois, e falava de todos os que lêra ou ia lendo.» (p. 298) Síntese do olhar machadiano sobre o folhetim, que tanto praticou, está em Marco Cícero Cavallino, "Monumento e política. Os 'Comentários da Semana' de Machado de Assis", *in* Sidney Chalhoub *et alii*, org., *Histórias em Cousas Miúdas*, Campinas, Editora da Unicamp, 2005: 299-340. As primícias do folhetim no Brasil, datadas de 5-X-1836, estão no ensaio inaugural, de Jefferson Cano, "Justiniano José da Rocha, cronista do desengano", p. 23-65. A influência francesa vai de si e assume, até, aspectos curiosos: *A Província de São Paulo* – – que, em 1890, passou ao hoje prestigiado *O Estado de S. Paulo* – nasce a 4 de Janeiro de 1875 com o folhetim, às cinco colunas, *Magdalena*, por Julio Sandeau; o *ex líbris* da publicação, logo de 1876, foi desenhado pelo franco Bernard Gregoire e representa um ardina, montado a cavalo, sobraçando jornais, enquanto, com a direita, leva corno à boca a anunciar a edição. Em Setembro de 2006, continuava a oferecer folhetim, e tesoura mostrando o pontilhado a recortar... Ver, para outras precisões, suplemento especial desta publicação em 27/28-X-1991.

[150] B. Cendrars, *Rum*, trad. de Eduardo Valente da Fonseca, Lisboa, Unibolso, s. d.: 33-34.

mes de Bonne Volonté, de Jules Romains. No tomo III do seu fresco, dedica o capítulo XVIII, "Un Grand Critique", a George Allory em 1908, com realce para a imagem disfemística do romancista, que diariamente ficciona, «écrivant la valeur d'une moitié de feuilleton» – com o que se toma este como modelo e medida. Reconhece: «J'ai eu cinquante ans cette année. J'ai fait en trente ans trois romans – un par dix ans – – dont pas un n'a eu de succès. Mon influence tient uniquement à mon feuilleton.»[151]

Hervé Bazin ilustra a dulcificada visão feminina que favorecem certas práticas: «Com os seus 25 por cento de vocação romântica, sabem o que devem a Delly, ao *Lisez-moi Bleu* e aos epílogos dos filmes americanos. Eu intrigo-as. Logo, interesso-lhes.»

Abaixo, em mais uma prova de como se adquire certa bagagem lexical: «(*Novio* é um termo que ela acaba de aprender na novela de 3 francos e 50 que segura na mão – *A Andaluza dos Olhos Azuis ou os Mistérios do Ciúme Espanhol*.)»[152]

Sartre fez de Michel Zévaco / Pardaillon seu mestre[153], e Julien Gracq evoca uma evidência, que reconforta:

> Combien il est difficile – et combien il serait intéressant – quand on étudie un écrivain, de déceler non pas les influences avouées, les *grands intercesseurs* dont il se réclame, ou qu'on réclamera plus tard pour lui, mais le tout-venant habituel de ses lectures de jeunesse, le tuf dont s'est nourrie au jour le jour, pêle-mêle et au petit bonheur, une adolescence littéraire affamée: premiers pas des quotidiens, revues désuètes, auteurs ensevelis que faisait alors verdir un instant, comme une ondée, le goût-du-jour, pièces

[151] Jules Romains, *Les Hommes de Bonne Volonté. III. Les Amours Enfantines*, Paris, Flammarion, 1932 : 177, 246, 247.

[152] H. Bazin, *A Morte do Cavalinho* [1950], trad. de António Ramos Rosa, Lisboa, Unibolso, s. d.: 30, 37.

[153] J.- P. Sartre, *Les Mots*, Paris, Gallimard, 1964 : 58, 61, 109. Trad. port., *As Palavras*, trad. de J. Guinsburg, revista por Fernanda Botelho, Amadora, Livraria Bertrand, ^{3}s. d.: 64-65, 67 (tematicamente retomadas a p. 98-99) e 114. O melhor elogio de "Zévaco / Pardaillon" está em Jean Colombel, *Les Temps Modernes* (Paris), n.^{os} 337-338, Août-Septembre 1974: 2569-2587.

> de boulevard, brûlots parisiens, livraisons du *Magasin des familles*, pamphlets depuis longtemps montés en graine.

Essa "boulimie de lecture" é característica em Stendhal; e em Proust, «dont on soupçonne qu'entre tous les écrivains peut-être il a lu très jeune considérablement plus de médiocre que de bon», como entrevira Régio; o mesmo para Breton, que, desamando romances, guardara e recomendou a Gracq os de Jean Lombard, «sortes de *Quo vadis*, mais byzantins de goût comme d'époque».

Eis o que *também* bebe «l'écrivain en formation»[154], devendo-se questionar se, como acusa Camus, «Os romances-folhetins são maus porque na grande maioria são verdadeiros (seja porque a realidade se lhes tenha conformado, seja porque o mundo é convencional)»[155]. A minha ideia não é essa.

A originalidade da conferência-folhetim – com o público a acorrer por semanas e a embaixada recusando entradas – acontece a Gabriel Orsenna, no Brasil, que suspende oportunamente a lição sobre Comte e, «Embriagado pelo seu êxito», discorre sobre *Os Três Mosqueteiros* como conto filosófico: «Pois não representa Aramis a idade teológica, [...], Athos a idade metafísica, Portos a idade positiva e d'Artagnan, o filósofo que corre de uma para a outra?»[156]

Na solidão da casa, o herói convocará «a sua paixão pelo ressalto» – – subliminar, vai a relação entre o nosso género e certos desportos –, perguntando:

> Ora, que profissão tem que recorrer mais ao ressalto, fabricar borracha ou escrever um folhetim? O verdadeiro folhetim, esse que faz com que um país inteiro pare todos os dias, sempre à mesma

[154] Julien Gracq, *En Lisant, En Ecrivant*, troisième impression, Paris, José Corti, 1981: 160-162.

[155] Albert Camus, *Primeiros Cadernos*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.: 284.

[156] Referência no campo da crítica: Michel Picard, "Pouvoirs du feuilleton ou d'Artagnan anonyme", *Littérature*, n.º 50, Mai 1983: 55-76. Dumas vem, nas preferências gerais francesas, após Hugo e La Fontaine; os 'mosqueteiros do Cardeal' ocupam o primeiro lugar.

> hora, para saber a continuação da história, o folhetim que alimenta conversas e impaciências, o verdadeiro folhetim de molas inumeráveis e cuja intriga nunca se quebra, que engendra guerras, cidades, manigâncias, infinitas, filhos do amor, dezenas e centenas de personagens, uma multidão ora afectuosa, ora cruel, mas sempre capaz de povoar as piores solidões, [...][157].

Em país com não poucas surpresas (ver Roger Vailland, *325.000 Francs* em *L'Humanité*), fecho com a ficcionalização de folhetinista mulher em *Belle Époque*, de Max Gallo. Há um narrador que persegue a figura de Julia Bataille e, assim, encaixa a história da personagem e das respectivas criações em jornal, no quadro de uma animosidade desencadeada por jornal concorrente que propende para França anti-sionista.

Salomon Weissbach, proprietário de *La Lumière*, resolve lançar-se numa história «à maneira das que o jornal publicava, ao fundo da primeira página, sob o título "O folhetim do dia"». Quanto a Júlia,

> não se lembrava se lhe saltara logo ao pescoço ou se tinham falado primeiro daquele folhetim que ele ia publicar todos os dias e que ela tinha de continuar, porque um jornal devora palavras, exige a cada dia a sua dose. [...]
> Com frequência, duas ou três vezes por semana, um empregado do jornal cujos passos ela ouvia no patamar enfiava por baixo da porta de Júlia um bilhete de Salomon Weissbach. [...] Weissbach escrevia: "Minha cara Julia Bataille, gostei muito do episódio de hoje, será que posso ir dizer-lho de viva voz? Talvez me conte até a continuação do romance..." [...]
> Os destinos que inventava para os seus heróis tornavam-se trágicos. Tudo conspirava contra eles. Isto durava até ela recobrar a calma. Bastavam alguns capítulos para a vida das suas personagens tornar a desanuviar-se.

Sobrevêm, entretanto, ecos anónimos no *Républicain*, «e que os jornais anti-semitas retomavam», chamando-lhe «*Julia Boulevard, essa fo-*

[157] Erik Orsenna, *A Exposição Colonial*, trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989: 116. Na p. 275, cita, para justificar a francofilia e a força de Victor Hugo no Brasil de 1915, aquela família «cujos filhos tinham sido baptizados Cosette, Valjoão, Quasimoda, Esmeralda, Napoleão, *o Pequeno*, Marius, Javerto, Boozinho e Jerimadeth»...

lhetinista que se deixa abordar na rua, entre a Ópera e a Madeleine, e que todos os dias se confessa no jornal de um judeu». Final de século, *dreyfusianismo*, no acume da glória, o narrador quer retratar Júlia:

> Os seus romances vendiam-se às centenas de milhar de exemplares, sob a forma de pequenos fascículos com a capa enfeitada de uma cena agressiva. Eu encontrara no atelier do último andar da casa vários exemplares de cada publicação, e lera com deleite esses romances rocambolescos. As histórias eram também publicadas na primeira página dos jornais, de que havia grandes pilhas nos armários do *atelier*.

Julia Davert, de seu verdadeiro nome,

> escrevera, conforme os períodos, para *Le Républicain*, [...] para *l'Eclair*, [...] e sobretudo para *La Nouvelle Lumière*, o continuador do diário que pertencera a Salomon Weissbach. Eu media a sua notoriedade pelo tamanho das letras que compunham o seu nome. Estas iam aumentando ao longo dos anos, e o tipógrafo mal se dava ao trabalho de sublinhar o título do romance. Fazia correr a toda a largura da página uma única indicação: *Folhetim de Julia Bataille*. E pouco importava, com efeito, saber se se tratava de "A paixão da Castelã", de "A vingança do desconhecido" ou de "O caso Scarlat"; eu lia estes romances como se formassem uma única obra, na qual, por trás dos cenários, dos fingimentos, das extravagâncias, Julia contava a sua vida. Eis o que apaixonava: as suas confidências veladas e revelações cifradas.

Esta empatia não ignora o reverso: «Murmurava-se, porém, que ela se repetia, que explorava sempre o mesmo filão, a história da rapariga pobre que consegue, apesar das perseguições do destino, escapar à miséria. Havia mesmo quem garantisse que ela pagava a "negros", limitando-se a assinar romances que já não eram imaginados por ela. [...].»

Estratégia em que me demorarei é denunciada a seguir: «Vou virando as páginas dos jornais. Percorro o folhetim publicado no *Républicain*. O autor, Julia Bataille ou um dos seus "negros", multiplica os

diálogos, segundo a tradição do género, de modo a ganhar várias linhas sem esforço.»

Transferida para *l'Eclair*, rompe publicidade que não deveria espantar: «Guérin encheu Paris de cartazes enormes: "Julia Bataille agora publicada por *l'Eclair*, um verdadeiro jornal."»

Guérin (há-de notar-se a mesmíssima relação entre o editor e regicida Alfredo Costa e Aquilino Ribeiro) pedia-lhe «um folhetim patriótico; a heroína seria uma alsaciana que não aceita ser cortejada por um alemão, ou então a viúva de um oficial morto na frente que se dedica a cuidar dos feridos de guerra num hospital. "É o que os nossos leitores querem", concluiu.»[158]

Eis, em balanço, alguns aspectos fundamentais da tão comprometida existência de uma artista muito particular.

3. Letras em papel de jornal

Parte nuclear ou acessória, conforme as épocas, de uma publicação periódica, o folhetim novecentista é sobretudo romanesco e tem a acolhê-lo, apoiá-lo ou secundá-lo um envolvimento literário e artístico que se revê em páginas e suplementos especiais. A contaminação nota-se desde o início, com, por exemplo, "Bibliographias" soltas que, noutros, onde pontificasse pena amestrada ou assinatura reconhecida, constituíram partes ou exclusivo de folhetim assinalado. Urge o balanço, saudavelmente incompleto – para um conhecimento de *ambientes* ou *climas*, de secções e páginas literárias, segundo propósito de Maria de

[158] Max Gallo, *Belle Époque*, trad. de Ana Luísa Faria, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989: 181-182, 184, 235, 253, 288, 291, 294. Essa atmosfera de gentes parisienses «possessas por mil demónios» assusta Freud. Em carta de 3-XII-1885 a Minna Bernays, descreve: «Penso que nem sentem nem vergonha nem horror, quando – tanto homens como mulheres – se juntam em volta de todas as nudezas, tanto faz ser um cadáver na morgue, como esses horrorosos cartazes a anunciar um qualquer romance novo neste ou naquele jornal, dando ao mesmo tempo uma prova do seu conteúdo.» (*Sigmund Freud*, catálogo de exposição, Munique, Goethe-Institut, 1977: 20)

Lourdes Belchior nas *razões* enunciado –, da presença das letras em cabeçalhos importantes.

4. Nostalgia

Este balanço pós-68, documentado na Imprensa e no livro para o quadro europeu, com altos relevos ibéricos e franceses, demonstra o apego a um universo de valores que, dito «pelas ruas da amargura»[159] na mesma década, se colou profundamente à fragilidade quotidiana da nossa condição. A nostalgia do sequencial é prisão à vida, cada vez mais incerta na maranha que Parcas manipulam; a necessidade da história, e o sentimento de que nos dispomos a ouvir, denotam nostalgia pela recepção desprendida do que a outrem acontece e pela relação imediata com o narrador…

Pede, todavia, este balanço – como sugerido em 1. 1. 1, alínea 4 – aproximação a casos concretos que, no conjunto, abarquem o século e, pela produção, se liguem a *momentos* fortes da política nacional (Aquilino antimonárquico)[160]; de uma sociedade carente e oprimida (o

[159] Manuel de Campos Pereira, "O Folhetim", *Jornal de Um Romancista*, II, Lisboa, Livraria Portugal, 1964: 213.

[160] Aquilino, que assim concorreu para a primeira República, seria chamado com *O Malhadinhas* à segunda, no pós-25 de Abril. João José Cochofel saudou «esta obra-prima que o *Diário de Notícias* vai oferecer, em folhetim, aos seus leitores. Oxalá o exemplo frutificasse e voltássemos a ver, como nos tempos de Eça e Camilo, os nossos melhores escritores de hoje ao alcance do leitor diário dos jornais, ao menos, quanto mais não fosse, para o dessedentar de muita prosa inútil»… *Cf.* "Quatro Pequenas Notas Sobre Escritores. Aquilino", *Críticas e Crónicas*, Lisboa, INCM, 1982: 108. Este extracto faz parte do depoimento – ao lado dos de José Gomes Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Egito Gonçalves e Maria Velho da Costa – inserto nas 'Artes e Letras' de 14-XI-1974: 10, do *Diário de Notícias*, em que J. G. Simões apresenta "*O Malhadinhas* – Novela picaresca nacional": «Ousamos, mesmo, sustentar que ainda se não descobriu melhor receita [do que folhetins] para se escreverem obras-primas da literatura: fazê-los em condições de agradarem aos que pouco leram e aos que lêem tudo.» A 15-XI-1974, quando se inicia o folhetim num rodapé regular e recortável – até ao episódio 35, de 28-XII-1974 –, dá-se-lhe chamada em primeira página, com intenções

Alentejo como parte do todo, num José Rodrigues Miguéis que lê o salazarismo aquecido pelo Verão de 1975); de um sentido para o Homem, dividido entre natureza e cultura, em Augusto Abelaira; de *remake* do género, em Mário de Carvalho e Clara Pinto Correia; ou, enfim, de percurso geracional, no *Nonsense* a que se abrigava a juventude perseguida do ante 25 de Abril, quando viajar significava fugir, segundo Hélia Correia. O espírito suspensivo do género exige um adiamento para a *Terceira Parte*, IV.

adequadas ao movimento de transformação que o país vive: «[...] queremos sublinhar que, deixando de publicar em folhetim uma mistificatória e afrontosa infraliteratura para – regressando de resto à melhor tradição deste jornal e da nossa Imprensa – dar antes a conhecer e divulgar [...] alguns dos maiores nomes das nossas letras, o *Diário de Notícias* tem plena consciência de estar a cumprir também uma importante tarefa, que [...] se lhe impõe, a favor da cultura nacional e sua democratização.»

II

1. A instauração folhetinesca

1. 1. Entrada de dicionário

Considera José Pedro Machado, na entrada do seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, que o folhetim nasceu em 1790 como termo de encadernação, adquirindo o moderno sentido (que moderno sentido?) em 1813, «parece que com intervenção espanhola». Não diz que se trata do ponto de vista francês e aquela data pode ser antecipada.

Derivado de *folleto*, *folletín* vale o mesmo que o nosso derivado de *folheto*[1] e ambos, intranquilos nas soluções duplas (embora reforçados por 'folletón' e 'folhetão', traduções paródicas), devem ter provindo do assumido francês *feuilleton*, vocábulo miraculado e alternativo nas línguas mais díspares: ao lado de *puntata*, no italiano; de *serial*, no inglês[2];

[1] Cândido de Figueiredo, no *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*, I, Lisboa, 1899: 623, fá-lo derivar «(Do fr. *feuilleton*, de *feuille*)». Na nova edição, de Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1913: 790, já fala «(Do cast. *folletin*)», em que se apoia Antenor Nascentes, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*, Rio de Janeiro, 1955: 221: «A. Coelho deriva do fr. *feuilleton*; Figueiredo do esp. *folletín*. Se a prática veio da imprensa francesa, a forma espanhola é inegável.» Interessante é que o *Diccionario General Etimologico de la Lengua Española* por Don Eduardo de Echegaray, t. 3, Madrid, 1888: 420, o dê nascido do francês *feuilleton*, qual vago «cuaderno compuesto de varias hojas»... Assim pensam os demais dicionaristas de língua portuguesa.

[2] «The term came into English use to indicate the installment of a serial story printed in one part of a newspaper.» *Encyclopoedia Britannica*, vol. 9, 1971: 223. *The Concise Oxford Dictionary of English Literature*, second edition, revised by Dorothy Eagle, London/Oxford/New York, Oxford University Press, 1970: 194, é crítico: «Also, incorrectly, used in England for a serial or short story in a daily paper.» Miguéis esclarece, em carta a Mário Neves: «Lembra-se Você de ver nos *tablóides* de New York (*News*, *Mirror*, etc.) o que eles chamam *serials* – as páginas populares de romance, aventura, mistério, etc., em geral ilustrados com um zinco, e que correspondem (num plano jornalístico m.º mais alto) aos nossos folhetins?» Mário Neves, *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990: 196.

de *Unterhaltungsteil*, no alemão; de *folytatásos regényrészlet*, no húngaro; assim no neerlandês.

Pontifica, em todos, o sentido de história e, segundo o *Diccionario Manual e Ilustrado de la Lengua Española*, definição por exclusão: «Escrito que se inserta en la parte inferior de las planas de los periódicos, y en el cual se trata de materias estrañas al objeto principal de la publicación.»[3]

A clássica separação por filete, geralmente acima do meio ponto, autonomiza, de facto, um espaço e uma assinatura (quando existe), mas, não raro, a matéria editorial e noticiosa alimenta a sua escrita, já figurando sistema de vasos comunicantes em títulos politizados como a *Gazeta de Portugal*. Autonomia não é, pois, segregação; particularismo não é marfinamento.

A primeira ocorrência em francês, compreensivelmente na terminologia da encadernação, seria, pois, de 1790, quando *feuilleton* significa «petit cahier composé du thiers de la feuille imprimé format in-12»[4]. Essa arte ainda conserva *folha*, como, até há pouco, os linotipistas recorriam ao caixotim e os compositores manuais ao quadratim.

Em 1811 (*Trésor de la Langue Française*, tome huitième, Paris,

[3] Madrid, Espasa-Calpe, 1927: 950.

[4] *Dictionnaire National ou Dictionnaire Universel de la Langue Française*, par M. Bescherelle aîné, tome premier, quatorzième édition, Paris, Garnier Frères, Libraires-Éditeurs, 1871. Albert Dauzat, Jean Dubois, Henri Mitterrand, *Nouveau Dictionnaire Étymologique et Historique*, Paris, Librairie Larousse, 1964 : 303, dão 'feuilleton' em 1790, ou 'petit cahier', segundo a *Encyclopédie Méthodique* [1781-1832], já 'feuilleton d'un journal' ligado ao nome de Courier em 1811, e, ao de Cuisin, 'feuilletoniste' em 1820. O moderno *Trésor de la Langue Française / Dictionnaire de la Langue Française du XIX^e^ et du XX^e^ Siècle*, tome huitième, Paris, Éditions du CNRS, 1980 : 816-817, limita-se a «petit cahier de feuillets du format in-12» – formato até 20 centímetros de altura – e à formação do diminutivo 'feuillet' seguido do sufixo *-on*. Dá vários exemplos metafolhetinescos, diversos dos que, também na literatura francesa, mais largamente rastreei. O. Bloch, W. Won Wartburg, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française* [1932], [9]1991: 260, remetem o primeiro sentido para 1738 e o sentido moderno colocam-no, justamente, em 1811; para *feuilletoniste*, num uso de Balzac, propõem 1839. Entre nós, descubro 'folhetistas' no n.º 4, 2-XII-1836, d'*O Dragão* [bissemanário, Lisboa, 23-XI/23-XII-1836, 10 números], mas 'folhetinista' só no *Correio de Lisboa* de 9-XI-1841.

1980; ou em 1813, segundo, erradamente, vários dicionários etimológicos), teria já o sentido de «article occupant la partie inférieure d'une page».

O artigo é de crítica a obras dramáticas, quando o teatro, antes (lembre-se a actividade da *Gazeta Literária*, 1761-1762), mas, sobretudo, após a Revolução Francesa, vai de absorver a massa[5], precisada de novos guias. Ora, em Imprensa de formato exíguo e cariz quase exclusivamente político, essa crítica dramática segue ou perde-se no meio dos acontecimentos revolucionários. As datas são, por enquanto, indeterminadas no que respeita a tal actividade, já referida a finais do século XVIII e a vários colaboradores[6].

Entre os primeiros está o abade Julien-Louis Geoffroy (1743-1814), «choisi, après le 18 brumaire[7], pour rendre compte des théâtres dans *Le Journal des Débats*, et qui, d'un simple département [,] fit aussitôt tout un royaume». Com este, «commence le seul vrai *feuilleton*», e em cada «compte rendu sans façon, vif, alerte, moqueur, ingénieux, sa-

[5] A noção de massa nasce com a mobilização geral dos franceses solteiros entre 18 e 25 anos, decretada pela Convenção, em Agosto de 1793. Subitamente, o exército tem mais de um milhão de efectivos.

[6] Alberto Pimentel, "Os domingos", *Entre o Caffé e o Cognac*, Porto, 1873: 67, considera: «Nominalmente o folhetim data de 1789, do nascimento do jornal politico em França. Chamava-se assim ao espaço em que o jornalista escrevia, na parte inferior da pagina, a resenha dos trabalhos que a Assemblêa deixára indicados para o dia seguinte. Mas o folhetim só começou a existir de facto no fim do seculo XVIII.» A pré-história lê-se em Ingemar Oscarsson, "Le feuilleton dans la presse française dans les années 1790 et au début du 19e siècle. Du supplément indépendant au rez-de-chaussée sous le filet", *Dix-Huitième Siècle* (Paris), n.º 25, 1993: 433-456.

[7] Seja, o golpe de Napoleão a 9 de Novembro de 1799. Mais preciso, Jean-Louis Bory, *Eugène Süe – Le Roi du Roman Populaire*, Paris, Hachette, 1962: 18, escreve que o folhetim «est né le 8 pluviôse (28 janvier 1800)», ano 8, terça-feira, quando *Le Propagateur*, *Le Journal du Commerce* e *Le Journal des Débats* abrem essa casa a preencher. Há um "subterfuge fiscal" na origem do novo espaço: percebe-se que, passando a folha do *quarto* tradicional (11,3 dm^2) ao pequeno *in-folio* (16,1 dm^2), não há «augmentation du timbre de trois centimes ni de la taxe postale». Assim sendo, a *Gazette de France* adopta logo esse espaço, e o mesmo o *Journal de Paris*, em 1-X-1811, ou *Le Constitutionnel*, em 1832. *Cf.* "Petit lexique des microformes journalistiques", *Études Françaises*, 44 – 3, Les Presses de l'Université de Montréal, 2008: 19.

vant»[8], Geoffroy – ignorante nas questões musicais – combate o espírito revolucionário e a filosofia; a Voltaire opõe Talma; adula Napoleão, que «laissa vivre cette critique théâtrale qui donnait aux lecteurs l'illusion d'une presse libre»[9]. O jornal sobe aos 32 mil assinantes[10]. Sucedem-lhe Nodier, Etienne Bêquet, Duvicquet... Nos anos 30, Sainte-Beuve, Dumas, Gautier. Jules Janin (1804-1874) – portuguesmente vertido em J. C. Machado, que também se inicia com ida ao teatro lírico – será, desde 1836, quinto folhetinista na sucessão e «la grosse caisse» do *Journal des Débats*[11].

Desde 1812 (61 anos antes da dicionarização do termo), os portugueses podem verificar, no *Dictionnaire Portatif Français-Portugais et Portugais-Français*, Paris, De l'Imprimerie de Crapelet, um duplo sentido: «regreta de páo», como termo de impressão; e «parte das gazetas que contem a critica das peças de theatro e obras modernas, etc.» (p. 206).

É extraordinária esta atenção a, e sensibilidade para, um universo emergente que os dicionaristas posteriores ignoram ostensivamente ou

[8] *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, par M. Pierre Larousse, tome huitième, Paris, 1872: 311. Sintomático, dar 'feuilleton' ainda em itálico...

[9] Georges Weill, *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, Éditions Albin Michel, 1934: 134.

[10] Bertin, que comprara *Le Journal des Débats*, desenterra Geoffroy das noitadas do Caffé Procope e convida-o a assistir à ópera e a escrever a respectiva crítica «na parte inferior de duas columnas, e a terceira encheu-a Bertin com annuncios de theatro», diz, ainda, A. Pimentel, ob. cit.: 68, que acrescenta: «O artigo, occupando o logar do *folhetim*, chamou-se *folhetim*.»

[11] Edmond Texier, *Histoire des Journaux – Biographie des Journalistes*, Paris, Pagnerre, Libraire – Éditeur, s. d.: 43. Júlio César homenageia-o no *Diário de Notícias* de 16-VII-1874 (morrera a 20 de Junho), comparando-o, pelo contrário, a A. P. Lopes de Mendonça, embora mais fraco e hesitante que o Francês. O Guilherme do Amaral camiliano de *Onde Está Felicidade?* (1856), cuja acção rola em 1843, tem uma «paixão predominante» pelo romance, sobretudo, «do *grosso terror*, como diz J. Janin» (Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [12]1970: 46). O «celebrado folhetinista» comparece noutros lugares camilianos (por exemplo, n'*A Filha do Doutor Negro* [1864], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [8]1971: 13); mas tem as suas páginas de glória – quase três páginas! –, tiradas do *Jornal dos Debates*, em *Noites de Lamego* (1863), inaugurando "A formosa das violetas". Alberto Pimentel retoma-o no cap. XIV de *Fotografias de Lisboa* (1874), antecedido de retrato. *Cf.* ed. de Lisboa, Frenesi, 2005: 92-93.

só muito tarde percebem[12].

O mérito cabe ao *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza* / Pelo / Dr. Fr. Domingos Vieira / Dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho / Publicação feita sobre o manuscripto original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. O frade, ainda activo nos anos 40, deve ter morrido em finais da década ou princípios de 50; mal começam a sair as cadernetas (Porto, Editores, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1869; 5 volumes, 1871-1875), logo chovem críticas sobre algumas falsas etimologias – mas quase todos silenciam frente aos cinco tomos em formato de folha[13]. A inclusão

[12] O *Diccionario da Lingua Portugueza* composto por Antonio de Moraes Silva nada regista na 2.ª ed., que é de 1813, e subsequentes: 1823, 1831, 1844, 1858. Surge enfim na 7.ª ed., II, 1878: 46, retomada na 8.ª, revista e melhorada, II, 1891: 48, a seguinte definição: «*Folhetím*, s. m. Artigo de litteratura, critica, bellas artes, [*etc.*; *ou*, acrescentos de 1891] romance que se publica n'um periodico, e occupa toda [*geralmente*, em 1891] a parte inferior da primeira pagina, e ás vezes da seguinte ou [das, em 1891] seguintes, sendo separada do resto por filetes.»

F. de Castro Freire, *Novo Diccionario Francez-Portuguez…*, 1879: 582, quer-se exaustivo: «Folhetim, parte de um periodico destinado para os artigos de critica, de literatura, romances, etc. Regreta, regua de pau pequena, com que se tiram as lettras do componedor para formar a pagina na galé. Folheto, o mais pequeno dos dois cadernos em que se divide a folha em 12.º, 16.º ou 18.º.»

Dois anos depois, retoma-se no *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* de Caldas Aulete (continuado por António Lopes dos Santos Valente), Lisboa, Imprensa Nacional, 1881: 810.

Não vinga, pois, antes dos anos 70. O *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza, […]* precedido de huma introducção grammatical por Francisco Solano Constancio, quarta edição, Paris, 1852, e o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* por Eduardo de Faria, terceira edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857 [como as de 1835 e 1855], nada registam.

Surpreende que, no *Nouveau Dictionnaire Portatif Français-Portugais et Portugais-Français* par Joseph da Fonseca, nouvelle édition, corrigée et augmentée, partie française-portugaise, Lisbonne, De l'Imprimerie de Rolland, 1839: 235, o termo recue para uma designação imprópria como «folhazinha, folha solta», pouco avançando o *Novo Diccionario Francez-Portuguez* do mesmo José da Fonseca, Paris, 1879: «folhazinha, folha-solta» e «regreta (de pau)» (p. 445), depois de não ter constado no seu *Diccionario da Lingua Portugueza*, 'feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J. I. Roquette', Paris, Em casa de V.ª J. P. Aillaud, Guillard e C.ª, 1867.

[13] A quem coube levar esta empresa a bom porto? Talvez a Teófilo Braga, segundo

do nosso termo, no terceiro volume, 1873, parece ser, entretanto, acrescento de última hora, dada a inclusão do «folhetim *dos requerimentos*; lista distribuida pelos membros das camaras ou outras assembleias deliberativas, contendo o nome e o objecto da petição dos requerentes», que traduz *feuilleton des pétitions*, já constante do citado *Dictionnaire National*..., de 1871. Antes desta acepção legislativa, porém, lemos: «Folhetim, s. m. (Do francez *feulleton* [*sic*]). Termo de encadernador. Pequeno caderno composto de oito paginas.» E após: «– Artigo de litteratura, de critica, de bellas-artes, inserido na parte inferior de qualquer jornal.» (p. 723)

«– Folhetim *de um jornal*.» (p. 724)

Eram necessárias décadas de uso e de êxitos diários para justificar uma entrada de dicionário. Sabemos, entretanto, da existência do *Folhetim*, jornal lisboeta (1856) em que colaborou Júlio César e desapareceu da consulta pública.

1. 2. Origens e afirmação do género

1. 2. 1. *Enquadramento*

O género impõe e molda-se num quadro determinado: a Imprensa deve ser

a) informativa, ou divulgadora, e já não só opinativa;

b) relativamente barata, para potenciar assinantes;

c) acessível em locais de venda, antes de ser gritada pelos ardinas (entre nós, com o *Diário de Notícias*, em 1865; em 1891, os livros de matrícula do Governo Civil de Lisboa registavam 9 750).

O ambiente demo-parlamentar anima a discussão pública e transvasa para cabeçalhos veiculares de apoio, insatisfação, repúdio, alternativas. Há uma burguesia ascendente e, de modo paulatino, alfabetizada.

José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, 6, 1975: 1200. Camilo, no folhetim bibliográfico descido a *O Primeiro de Janeiro*, 1-IV-1875, informa terem sido vários filólogos habilitados e um derradeiro, «mais laborioso e paciente».

A imaginação e a fantasia conduzem o lazer de já vastas camadas de leitores (que o serão muito antes de serem cidadãos de direitos e voto garantidos), seja no café ou no botequim – caso dos janotas, intelectuais, sisudos, comerciantes, proprietários –, seja no gabinete de leitura ou no cubículo da porteira ('literatura de porteira' disse-se, também, do folhetim[14]), onde se procedia à leitura em voz alta, qual se passava com as novelas de cavalarias. Quando este imaginário se esbater, é a própria actualidade, sensacional em si ou dramatizável, que fará do jornal do dia ou da semana um inexaurível folhetim de acontecimentos.

O maior número é visado na sua condição electiva – próprio de eleito, no sentido em que a 'sagrada tribuna da imprensa', qual novo púlpito, nos aproxima do conhecimento dos ungidos[15], e, ainda, no sentido de eleitores a breve trecho –, mas, no imediato, é um destinatário que adere, talvez empatize, compra, seguramente. Se parte da grelha editorial nada lhe diz, ou nela não intervém – nem convém –, justo é que, para ser atraído, se reduza a assinatura e facilite o pagamento mensal, trimestral, de seis meses, ao ano; sobretudo, se lhe dê a ilusão de participar (não estamos em democracia cada vez mais participativa?) no produto que paga, justificando, assim, tiragens que, por seu lado, propiciam e conformam o verdadeiro sustentáculo da edição: a publicidade. Esta, ainda tímida no primeiro quartel de Setecentos com a *Gazeta de Lisboa*, conhece já o agente / agência publicitária, cerca de 1840, em França, e o século XX trará as regras do *marketing*.

[14] «Todas as manhãs, ao chegar à redacção, com emoções de porteira ante um folhetim, lia as notícias dos jornais franceses sobre o julgamento da bailarina-espia.» Reinaldo Ferreira (Repórter X), "Onde encontrei Mata-Hari", *in* Júlio Conrado, org., *Lugares de Cascais na Literatura*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995: 255. Mais correcto seria 'porteiro', para citar Théophile Gautier e a excitação de *la suite à demain*: «Tout le monde a dévoré *Les Mystères de Paris*, même les gens qui ne savent pas lire: ceux-là se les sont fait réciter par quelque portier érudit et de bonne volonté.» Esta citação tem sido mal transcrita; ver *Histoire de l'Art Dramatique en France Depuis Vingt-Cinq Ans (3^{e} Série)*, Paris, Édition Hetzel, 1859: 161.

[15] Há uma fórmula excelente de André Malraux, no também notável *O Homem Precário e a Literatura*, trad. de António Tavares-Teles, Lisboa, Edições António Ramos, 1978: 143, sobre esta equivalência: «A Igreja mantinha o cristão [medieval] num mistério sem fim; a imprensa mantém o cidadão num filme sem intervalo.» Mas com pausas.

Cada linha de anúncio custava caro: 100 réis. Quando o *Diário de Notícias* arranca, pode ter só quatro anúncios – descendo a tabela para um quinto, 20 réis, vê-se a ninharia dos primeiros resultados económicos, mas é um golpe de mestre, que sustém o título. Em 7 de Maio de 1865, já se confessa a supressão de notícias para incluir anúncios, o que obriga a novo formato[16]. Só as lojas e armazéns de roupas – enfim, o que se podia vestir em Lisboa – concorreram, nos 12 meses desse ano, com a seguinte quantidade de anúncios: 3, 6, 5, 17, 47, 18, 15, 10, 10, 19, 18, 18. A par de produtos e serviços, cresce a procura e oferta de trabalho, bem como uma panóplia de informações várias, perdidos e achados[17], mensagens particulares, convocatórias, etc. A média diária de 48 em 1865 significará 135 em 1866, num total anual de 40 263 anúncios. Entre Janeiro e 30 de Dezembro, a tiragem diária sobe dos 9 600 aos 14 800 exemplares. Em 1879, com cerca de 600 por número, este matutino era o terceiro na Europa da publicidade.

Aliás, desde Abril de 1863 – um ano e meio antes de ser lançado –, Júlio César Machado, que se passeava na civilização francesa, dava o lamiré: «Em Paris o annuncio é a grande mola da publicidade. O francez comprehendeu que a fortuna moderna depende d'essa tuba que chega a toda a parte. Nas estações de caminhos de ferro encontram-se logo em enormes quadros, com gravuras, os annuncios de armazens de fato feito e de medida.»[18]

A conclusão tira-a no próprio *Diário de Notícias*, em folhetim de 21-XII-1871:

> Annunciae, annunciae! Sempre d'ahi se tira alguma cousa! Não o entendiam assim nossos paes, timidos, modestos, calados, vivendo em paz, na sombra, á capucha; [...] – porque n'esse tempo não havia que temer concorrencia; bastava uma taboleta

[16] «Sendo tão extraordinária a popularidade que teem adquirido os annuncios da nossa folha, que a sua affluencia augmenta a ponto de nos obrigar todos os dias a retirar grande numero de noticias interessantes; a empreza, para conciliar os interesses dos senhores subscritores e annunciantes, augmentará dentro em pouco consideravelmente o formato do *Diário de Notícias*.»

[17] Em 13-X-1893, o prefeito Lépine cria, em Paris, o serviço de objectos achados.

[18] *Recordações de Paris e Londres*, Lisboa, 1863: 49.

> á porta para conservar viva a lembrança dos freguezes e impedir algum abelhudo de ir estabelecer-se defronte a vender fazenda egual.

Desvaloriza, depois, o artigo de fundo, o mesmo folhetim, a notícia, o livro, com excepção de um, de 400 páginas a 120 réis e seis mil de tiragem, que melhor dá ideia do país: o *Almanach da Agencia Primitiva de Annuncios*, de Luiz Maria Pereira de Braun Peixoto, como sai nas inserções publicitárias de 1870. No "primeiro poder" que é a Imprensa, nesta «trombeta por excellencia», os anúncios são «baratissimos». O que dá passagem a caracterização do ser português:

> Chega até a parecer incrivel que haja alguem que resista ao prazer de vêr o seu nome em letra redonda com um ou dois adjectivos agradaveis, – tanto mais agradaveis que póde qualquer escolhel-os ao seu gosto para se presentear! Sempre patriotas, não gostamos dos vastos reclames, nem queremos o puff inglez a assoprar mentiras. O annuncio em Portugal é singelo, sincero, e sisudo, quer chegar a braza á sua sardinha, sem enganar, sem ser atrevido nem zombeteiro: é um portuguez bom homem!

E, de novo, interjectivo:

> Ó annuncio! Ó vida das sociedades! Ó tu que vales mais do que a paixão e do que o estylo! Tu que és rapido, variado, axiomatico, – toda a gente precisa de ti!... – Se ha leitura entretida e scintillante, é a quarta pagina dos jornaes, e se ha livro necessario á vida e curioso ao espirito – é nem mais nem menos do que esse almanach, unica obra que dura um anno sempre fresca e boa.

Fecha pela poética do anúncio, cujo segredo «é a insistencia», ou «a agua mole em pedra dura»[19].

[19] Reproduzido em J. C. Machado, "Os annuncios", *Á Lareira*, Lisboa, 1872: 59-66 e, só extractos, no *Diário de Notícias* de 21-XII-1911. Contributo para esta problemática estava, já, em Alfredo de Sarmento, "De como os annuncios são a mais alta expressão da litteratura visto que a litteratura é a expressão da sociedade", *Diário de Notícias*, 27-I-1867.

2. Paris, Julho de 1836

A pressão do jornalismo francês colabora na revolução de 1830. Cinquenta anos depois, com a alfabetização, a baixa de custos em cada vez mais empresas do sector e a distribuição beneficiando de redes viárias e ferroviária, confirma-se a Imprensa de massas[20]. Antes, todavia, ela já teve os seus pendões. Em 1 de Julho de 1836, a concorrência de Émile Girardin / *La Presse*[21] e Dutacq / *Le Siècle* assenta na tripla premissa: redução da assinatura anual dos diários de 80 para 40 francos[22] – – os nossos, a 20, 30, 40 e, mesmo, 60 réis diários, vêem o *Diário de Notícias* lançar-se a dez réis, o que começa a fazer escola; carteira de publicidade, na quarta página, como alavancagem da publicação; "variétés", nome da rubrica descendo em coluna e, desde 1838, no rodapé da primeira página daqueles, a qual antecede, para as ficções, a designação "feuilleton". Criada a fórmula 'La suite à demain / La suite au /

[20] *Cf.* Christophe Charle, *Le Siècle de la Presse (1830-1939)*, Paris, Seuil, 2004.

[21] *La Presse*, pelo nome do seu fundador, é notícia regular nos prezados colegas lusitanos. Cito, aqui, todavia, do *Almanach de Lembranças para 1860*: 192: «Este jornal de Paris nasceu no 1.º de Julho de 1836; no fim d'esse anno tinha já 9: 931 assignantes e forão sempre crescendo de modo que em 1845, augmentando o formato subiram a 22, 971, isto é, mais 6: 076 do que no anno antecedente. Em 1848 subiram os seus assignantes a 63: 869, o que sem duvida foi devido á revolução de 24 de Fevereiro. Diminuiram depois para perto de 24: 000, mas de 1853 para 1854, tendo um augmento de 18: 454 assignantes, contava n'este ultimo anno 41: 297.» Relatório de 1840 dá, para *Le Siècle*, dez mil assinaturas em Paris e 20 mil na província, que rendem 170 mil francos. Como as despesas fixas orçam em 244 mil, vale a publicidade, e bastam 5/6 da quarta página. As elevadas tiragens, contudo, devem-se ao *roman-feuilleton*. Ver Georges Weill, *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, Éditions Albin Michel, 1934: 206-207. *Cf.* Lise Queffélec, *Naissance du Roman Populaire Moderne. Étude du Roman-Feuilleton de 'la Presse' de 1836 à 1848*, Université de Paris IV – Sorbonne, 1983; Marie-Eve Thérenty, Alain Vaillant, *1836. L'An I de l'Ère Médiatique. Analyse Littéraire et Historique de "La Presse" de Girardin*, Paris, Nouveau Monde Éditions, 2001.

[22] Em Paris; na província, 48 francos. Vencimentos anuais de burocratas entre mil e dois mil francos estavam longe dos três francos diários de um operário.

/ à un prochain numéro', reforçada a emulação entre jornais e seus novelistas[23], já desaguavam propostas e soluções de leitores indiferentes à política, ou desta cansados; as tiragens disparavam: «La vie publique, les affaires et jusqu'aux joies et aux douleurs de la famille, tour cela était suspendu par la péripétie d'un chapitre.»[24]

Logo na estreia de 1 de Julho de *La Presse*, o cedo reputado (e tão verberado, entre nós) Frédéric Soulié analisava "Le feuilleton" segundo uma evolução que, já só do domínio do jornalismo (não da encadernação), virara o século enquanto crítica dramática. Escrevia Soulié que «'Le Feuilleton, le tout-puissant Feuilleton, réunit en lui ces deux principes: il y a dans son existence du puissant héritier et du grand parvenu…' Le feuilleton a abandonné 'les études de moeurs […], cette peinture du salon, de la rue, de la boutique…'» – o que não aconteceu no caso português, e ainda bem. Pedia-o, depois, «'gai', 'franc', 'méchant' s'il le veut, 'amusant' s'il le sait, 'varié' s'il le faut, car le feuilleton 'a ses entrées partout, dans le passé et dans le présent, en haut et en bas'»[25].

Implícito vai um propósito uniformizador, no discurso político e social, de cima para baixo, como Pierre Macheray vira já no primeiro editorial de Girardin: se a opinião pública estava no meio (termo), era

[23] *Le Juif Errant* viu-se disputado por *Le Journal des Débats*, *La Presse*, *Le Constitutionnel*, que o ganhou por 100 mil francos (preço que Girardin daria pelas *Mémoires d'Outre-Tombe*). Vinte mil novos assinantes prepararam-se, assim, para o primeiro capítulo, em 25-VI-1844 (até 26-X-1845).

[24] *Grand Dictionnaire Universel…*, 1872: 311.

Números da Imprensa diária parisiense dão as seguintes tiragens: 1803, 50 000; 1815, 35 000; 1825, 59 000; 1831, 85 000; 1840, 108 000; 1846, 154 000; 1855, 171 000; 1863, 210 000; 1867, 773 000 (explosão da Imprensa popular, a 5 cêntimos); 1870, 1 070 000; 1880, 1 950 000. Em 1914, 5 500 000. Nesta data, acrescentando 40 por cento das tiragens regionais, chegavam aos franceses 9, 5 milhões de exemplares diários, seja, 244 por mil habitantes (só ultrapassados pelos Estados Unidos, com 24, 2 milhões, ou 255 em cada mil). Ver *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* (Paris, Armand Colin), tome XVIII, octobre-décembre 1971: 541.

[25] Cit. em Yves Olivier-Martin, *Histoire du Roman Populaire en France*, Paris, Albin Michel, 1980 : 74 [Bibliografia fundamental até esta data, p. 280-282]. No Rio de Janeiro, Justiniano José da Rocha teoriza sobre esta nova «*sobremesa* a vosso banquete de leitura» n'*O Chronista* de 5-X-1836.

preciso convocar as massas, desde sempre afastadas. E a revelação:

> Alors apparut aussi la figure neuve de l'homme souterrain.
> [...] Or ce mouvement qui tirait les pensées vers le bas était aussi celui qui dirigeait l'œil du lecteur d'un journal vers la partie inférieure de la page : ce sous-sol de l'écriture, où s'élaborait et s'exposait ce qui était la forme par excellence d'une littérature des profondeurs. Le feuilleton, mode d'expression essentiellement populaire qui, en rapport avec l'irruption de l'homme souterrain, transforma complétement les conditions de la communication politique, en promouvant des formes collectives de lecture et d'écriture[26].

Entre as profundezas do romance marítimo e do romance social moveu-se Sue, embora, sem rodapé, mas segundo as suas técnicas, o exemplo acabado do homem 'subterrâneo' esteja no Jean Valjean de *Les Misérables*.

Segundo uns, «Le premier à paraître 'en tranches' dans un quotidien français est un roman de Balzac, *La Vieille Fille*, dans *La Presse* du 23 octobre au 4 novembre 1836»[27]. Ora, a mesma revista já explicara, anos antes, que esse Balzac «ne paraît pas dans le feuilleton, mais dans le corps du journal», seja, na rubrica 'Variétés', como nas 'Variedades' portuguesas surgirão, igualmente, tímidas ficções, antes de descerem ao rodapé. Só em 1838 *Le Siècle* vai de arriscar. «Ce n'est qu'en 1841 que l'on se met à publier des œuvres de dimensions importantes.»[28]

[26] Pierre Macheray, "Autour de Victor Hugo: figures de l'homme d'en bas", *À Quoi Pense la Littérature?*, Paris, PUF, 1990: 78-79.

[27] Christine Dupuit, "Presse et littérature à la fin du siècle", *Europe*, n.º 751-752, novembre-décembre 1991: 116.

[28] Yvonne Knibiehler, Roger Ripoll, "Les premiers pas du feuilleton: chronique historique, nouvelle, roman", *Europe*, n.º 542, Juin 1974: 7-8.

2. 1. Antecedentes

As condições prevendo aquele novo público e uma estratégia ideológico-empresarial[29] não existiam em 1719, quando o *London Post* dá cópia truncada e pirata de *Robinson Crusoe* em episódios[30]; nem entre 1778 e 1783, quando Diderot entrega à *Correspondance Littéraire*, «périodique manuscrit recopié à quelques exemplaires pour les abonnés princiers», *Jacques le Fataliste*, que sai em 17 "livraisons", e *La Religieuse*, em nove[31]; nem quando encontramos nas lusitanas *Novidades Literarias…*, de 1802, como se viu, e vez primeira, o célebre "Continuar-se-ha", mais presente na *Bibliotheca Universal* de 1803--1805, ou "Continuar-se-há em o No. Seguinte" (*O Campeaõ Portuguez, ou O Amigo do Povo*, Londres, n.º XXV, vol. III, 16-VII-1820: 7). A partição do texto, prévio, obedece às imposições de espaço e não

[29] Quando não cerradamente partidária: «[…] une sûre expérience nous apprend que dans tel ou tel journal, le feuilleton qui nous est consacré marque toujours exactement le température de nos rapports avec le parti dont il est l'organe.» François Mauriac, *Journal*, II, Paris, Grasset, 1944: 104-105.

[30] «There is no truth in the story, often repeated, that 'Robinson Crusoe' was the first tale published in a serial form. That it did appear in a journal called 'The Original London Post, or Heathcote's Intelligence,' is a fact beyond dispute. We have, however, carefully compared the tale as it there appears with the original edition. It is manifestly a pirated copy. Just so much of the work is printed as contains the story, with all the reflections omitted. Besides, the date of publication is subsequent, by a few months, to the time when we know the complete work appeared. // The great success of the first part induced De Foe to write a second, which was published in August, 1719; Part I, having appeared in the previous April.» "Introduction", *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, Of York, Mariner. As Related by Himself. By Daniel De Foe*., London, Paris, New York & Melbourne, Cassel & Company, Limited, s. d.: IX-X. Em 1715, o mesmo Defoe inicia «a publicação em fascículos de *The Family Instructor*, obra de educação e religião domésticas». Jorge de Sena, *A Literatura Inglesa*, Lisboa, Edições Cotovia, 1989: 161.

[31] Cito Michel Delon, "Toutes les voix possibles du roman", *Le Magazine Littéraire*, n.º 537, Novembre 2013: 67. Entretítulo reza 'Naissance du feuilleton', que a modulação de um 'talvez' nega: «[…] ces deux récits sont peut-être les premiers feuilletons, un demi-siècle avant la systématisation du procédé dans la presse de l'époque romantique.»

cuida da recepção, dessa *estética* também devida a leitores, que intervêm ao longo da factura. Resguardado em *decoro*, o leitor já se apresenta no *Hospital das Letras* melodino e noutros de Seiscentos. Ora, na sua fase heróica, o folhetim é um produto jornalístico frenética e, por vezes, colectivamente feito[32], que impõe regras de paginação e valores ou comportamentos ideológicos, sempre atento à tesouraria do administrador e do escritor.

Nesse sentido, as novelas, de poucos episódios – aliás, já cortadas na *Revue de Paris*, de Véron, antes de 1836, mas ainda longe das condições acima indicadas[33] –, demandam maior correnteza. Herculano repete, sem outros estados de alma, a experiência: *O Panorama* comporta, desde 1838 ("O castelo de Faria", 24-III-1838: 93; "A abóbada", 16-III-1839: 85; "A morte do Lidador", 8-VI-1839: 180), as primeiras 'lendas e narrativas', mas, antes d'*O Bobo*, não existe aí particular critério de segmentação e estratégia retórica. Os cinco episódios d'*O Monge de Cister*, em 1841, corroboram esta tese.

3. Estratégias

A primeira verificação é esta: a literatura – como se dará com o cinema, desde 1895 – aceita ser um efeito de montagem, mais ou menos evidente. A criação existe no contexto de instituições jornalístico-editoriais e adapta-se aos seus ritmos, assuntos e estilemas. Constituem-se equipas, por vezes; receita de êxito testado não se deita fora: explora-se, com variantes mínimas que sugiram experimentação. «Daqui até à clonagem em série de folhetins de toda a espécie vai um passo, e esse

[32] Alain-Michel Boyer, "Questions de paralittérature. [...]", *Poétique*, 98, Avril 1994 : 131-151 [136], lembra, a este propósito, irónico extracto de folhetim de *La Gazette de France*, de 19-VI-1832: «Aristote avait oublié l'unité d'auteur.»

[33] Aí lança «la formule 'la suite au prochain numéro', ou plutôt 'à la prochaine livraison' – ce n'est pas encore le feuilleton du journal mais de la revue, non quotidien mais bi-mensuel». Jean-Louis Bory, ob. cit.: 92.

passo tem sido dado muitas vezes.»[34] Condutor de histórias e da imaginação alheia, o autor precisa de controlar efeitos e regular a atenção de milhares, muitos dos quais se tornam discretos conselheiros: as funções fática e referencial não excedem a emotiva e metalinguística; a conquista da poética não é, visivelmente, sonho baldado. Exige-se, por isso, alguma perseverança, mesmo continuidade, que pode desembocar no *roman-fleuve* – se alguns, hoje, traduzem este por 'romance maçudo', certo é que a compactação da 'comédia humana' nessa fórmula tem explicação no processo jornalístico-receptivo a que aludi. Em termos práticos, é o meu folhetim romanesco, que prevê o episódio solto ou a linhagem interminável. Mas o inventário e largos descritivos submetem-se ao narrativo, simples e directo, *comovedor*.

A 'produção do interesse romanesco' – parafraseando título de Charles Grivel – assenta no desenvolvimento de uma intriga, com picos de interesse e de audiência na data que precede a renovação das assinaturas. A técnica do episódio joga com múltiplas peripécias, rudes, inesperadas, comoventes, agonísticas ou dramaticamente conflituosas, tudo devidamente doseado – princípio da serialidade –, para que se mantenham a curiosidade e a expectativa, seja, fique o destinatário *enganchado*. Grivel teoriza que «le texte romanesque consiste en un tissu d'éléments générateurs de suspense», entendido este como, diz Jean-Yves Tadié, «le procédé de narration qui fait attendre et désirer la réponse à une question posée»[35]. A minutagem, no cinema, será isso mesmo: o beijo, a cama, o tiro, a morte, tudo segundo discreto receituário. Nessa medida, escreve-se *para* a Imprensa – interminável repositório, guardando ainda muitas pepitas – e o livro vem depois[36],

[34] Marc Augé, *As Formas do Esquecimento*, Almada, Íman Edições, 2001: 44.

[35] Charles Grivel, *Production de l'Intêrêt Romanesque*, La Haye, Mouton, 1973: 269; Jean-Yves Tadié, *Le Roman d'Aventures*, Paris, PUF, 1982: 7. G*anchos* suspensivos = *cliffhanger*.

[36] Até na relativização do seu valor enquanto produto cultural. Quanto à passagem de um a outro, medeia o seu tempo – *Gabrielle* (1840), de Virginie Ancelot, que rompe em *Le Siècle* em 1857, é das poucas excepções. Nos séculos XIX-XX, raros autores como Camilo Castelo Branco ou Aquilino Ribeiro cumprem o trânsito folhetim – – livro – folhetim.

aproveitando, por exemplo, a composição tipográfica disponível nas entregas por fascículos.

Resultam consequências deste novo procedimento narratológico: descontinuidade accional, ruptura temporal, alternância de espaços, dentro de um espírito acumulativo e reiterativo. A intriga complica-se; deslineariza o tempo; varia de quadros, abisma-se e muda cenários. Em suposta omnisciência enunciativa, a multiplicação de personagens é deriva do ponto de vista; o relevo atribuído às secundárias, também com existências e histórias próprias, axiomatiza a dispersa fragmentação em que se torna a vida-romance, a procurar-se parâmetros e existência democrática.

Como, entretanto, entender-se o visado leitor nesta vastidão, e não desistir? É o domínio subtil do discurso, a sua base de apoio: rememorativo, anunciador, antecipador, apelativo, explicativo. Tudo serve para justificar, seja o acaso, inverosimilhanças – de facto, estamos no reino do verosímil, para que concorre um oceano de motivações –, as linhas para encher uma lauda remunerada. Imagem? O caracol da acção fecha-se, quando em perigo (isto é, estende-se *em comentário*) na sua concha e retoma-se à frente[37].

[37] Servindo-se de John C. Lapp, Eugénio Lisboa, "[Con]Viver com Camilo", *O Escritor*, n.º 2, Dezembro de 1993: 139-139 [136] – republicado em João Camilo dos Santos, ed., *Camilo Castelo Branco no Centenário da Morte*, cit., p. 18-27 –, refere-se à estratégia autoral segundo «três categorias fundamentais: // 1) *Irresponsabilidade*, visto que o autor «nega que a sua obra tenha qualquer propósito especial, moral ou outro, excepto o de dar prazer» [de facto, pode nem ter este]; // 2) *Espontaneidade* – – o autor «rejeita todas as regras, passadas ou presentes, afirmando que escreve sem preparação ou modelo preconcebido» [ora, em regime de folhetim pode bem ser assim, donde, não existe a ficção da espontaneidade]; 3) *Consubstancialidade* – o autor garante-nos que ele e a sua obra são um só: o seu livro é de pouca monta, produto do acaso, puro passatempo, assim reflectindo as forças e fraquezas do seu criador [o folhetinista, às tantas, já *nem* garante; se o faz é por *falta de assunto*; de qualquer modo, a imagem do caracol *com* a casa pode ser efectivamente a melhor].»

O "Segredo para fabricar romances elasticos e a suspensorio, a uso de Paris", traduzido do italiano, extractado das 'Variedades' de *O Portugal*, Porto, 1857, é transcrito por A. A. Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal. 1835/1850*, Lisboa, ICALP, 1992: 19-23. Divertido, ensina a fabricar romances industriais. "O romance elastico de folhetim" fora expressão de Rebelo da Silva na *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série,

Como aquecer esta acção encaracolada? Um diálogo, por exemplo, é um mecanismo, ou forma de avançar, rastejante (que a tal se assemelha a técnica geral do diálogo). Mas só anda quem se move por valores e vontades.

Generalizou-se, aqui, a acusação de maniqueísmo atirada contra o género, que resulta em falta de profundidade psicológica. Seja[38]. *Folhetinesco* – a exemplo da variante *rocambolesco* – serve para definir as «novelas truculentas ou sentimentais, de medíocre valor literário, em que se busca mais o agrado da massa popular que as formas e o escopo da arte pura». Talvez[39]. O rico é mau, cúpido, venal: vive em palácio; o pobre, vítima, marginalizado, crédulo e bondoso, deve conquistar o amor a que tem direito. Essa luta entre o Bem e o Mal não é tão regular como isso. Nem tão decisiva como se pensa.

Sem diferença de grau ou de talento no tocante às obras-primas, existiria, tão-só, uma mesma intenção que o génio transcendia, ou, segundo Malraux, um abismo na *função*. Como se, de comum, só tivessem "a tipografia": «O folhetim intoxica tanto quanto o génio; mas não da mesma maneira. Para o seu leitor, um tomo de *Rocambole* reclama o tomo seguinte, enquanto [,] para o leitor de Dostoievski, *Karamazov* reclama *Macbeth*, [. . .].»[40]

Neste rigor, o que se abisma é, enfim, a relação acontecimento-forma, sendo mais complexa do que se julga – dei os exemplos de Antero e Fialho – a resposta sobre o que 'pede' o que agora leio. O folhetim seria incapaz de 'rivalizar', de se 'metamorfosear': um produto elimina outro, seu semelhante, seu repetidor, «Onhet elimina Feuillet, enquanto Dostoievski não elimina Flaubert» (p. 216).

t. IV, n.º 18, 11-XII-1851: 211.

[38] «Sue a fixé les stéréotypes du héros feuilletonesque: c'est immanquablement un enfant du peuple, un orphelin exclu de la société, qui retrouve à la fin ses origines, reconquérant son identité. La conclusion est mystificatrice: Fleur-de-Marie se révèle être la fille du prince Rodolphe. La société doit se réformer si elle ne veut pas périr.» Yves Olivier-Martin, cit.: 71.

[39] *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenação de José Pedro Machado, III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991: 119.

[40] André Malraux, *O Homem Precário e a Literatura*, cit.: 196.

Este raciocínio escuda-se numa interessantíssima proposta definitória de literatura: «Chamamos literatura aos escritos cuja metamorfose encontra a sua razão de ser neles próprios, ou na sua rivalidade com outros.» (p. 177)

Ora, a capacidade inventiva, reflexiva e interventiva dos casos paradigmáticos, avantajados por funcionalidade proteica – acaso indiferentes à intenção – consoante mudam de autor e tipografia ou saltam de rígidas colunas para o desafogo do livro, desmente aquela impossibilidade.

Pior seria a acusação de *kitsch* se lançada contra o folhetim, o que ainda ninguém fez. Se têm de comum a reiteração e a redundância, é certo, porém, que o leitor, regular e nem sempre retoricamente interpelado, ainda pode activar processos de descoberta em regime de folhetim, quando, no *kitsch*, se enreda num efeito, «credendo che in questa emozione consista la fruizione estetica». Algo redutor, Eco dá este como servindo a público de extracção pequeno-burguesa, sendo, contudo, um «mezzo di facile affermazione culturale per un pubblico che si illude di fruire una rappresentazione originale del mundo, mentre in realtà gode solo di una imitazione secondaria della forza primaria delle immagine»[41].

O folhetim está demasiado consciente dos seus limites, que escancara – se algum nome menoríssimo cai na armadilha, será picado por semelhante –, enquanto o *kitsch* «tende continuamente a suggerire l'idea che, godendo di questi effetti, il lettore stia perfezionando una esperienza estetica privilegiata», seja, pretende mostrar-se como obra de arte «perchè ostentatamente impiega modi espressivi che, per tradizione, si è soliti vedere impiegati in opere d'arte, riconosciute come tali dalle tradizione» (p. 72).

Se Malraux não questiona o cânone, que dá por adquirido, o *kitsch*, inconsciente, julga ser seu alicerce. Nessa medida, encontra-se em todos os regimes e derivações. É útil como sintoma.

[41] U. Eco, *Apocalittici e Integrati*, Milano, [Tascabile] Bompiani, ^{3}1982: 69.

3. 1. Género dramático?

Definida, breve e sobriamente, uma adequação espácio-temporal, as personagens – que designo por 'modos de dizer' planos – vestem-se de diálogos inúteis, *impertinentes*, quando não exageradamente teatrais, no que tal significa de profusão de falas e de melodramatismo conveniente. As intervenções narrativas são pausas entre quadros, adereços, mudança de cena/capítulo/parágrafo. Esta contiguidade melodramática – que integraria o folhetim no género dramático – bebe num Alfred Nettement a concluir, logo em 1845, nos *Études Critiques sur le Feuilleton-Roman*: «Le feuilleton-roman n'est qu'un théâtre mobile.»[42]

De facto, sem desmentir essa matriz dramática na sua desmesura e no visado impacto emocional que joga com a pontuação reticente e exclamativa, raros folhetins romanescos caberiam nas horas de um palco, porque a paixão pelo diálogo não é inocente, ao contrário do que acontece no teatro, e o simples exercício de adaptação seria o primeiro contra-senso.

O proscénio de algumas horas transformou-se, com dezenas e centenas de episódios, em matéria e colorido de género absorvente, agigantando-se até à casa de cada leitor, em que, também sentado, a estranheza da narrativa em curso é tanto maior quanta a familiaridade doméstica. Parece inacreditável que tudo *isso* aconteça em *nossa* casa.

As reacções – de choro, medo, alívio, nervoso miudinho – poderiam ser as mesmas do teatro. Sucedâneo de arte sobre que se esteou para a divulgar, quando não seca alternativa, o folhetim descentra, todavia, as relações sociais – que o teatro concentra numa sala –, adapta-se às conveniências do leitor (já não obrigado à hora da récita), alcança maiores audiências, alfabetiza e arrazoa continuadamente, sedentariza um público e, no seu propósito justiceiro, igualiza a sociedade. Na peça, fechada, apupa-se ou aplaude-se; no imbróglio, sempre aberto, a laçar-se, a omnisciência do narrador assente em um ou mais autores[43] é tão aparente quanto real, visto que a implicação leitoral pode alterar os dados

[42] *Cf.* Yves Olivier-Martin, ob. cit.: 61.

[43] A prática dos 'negros' ao serviço de um 'senhor' narrador alimenta parte da minha ficção. Se o narrador é a primeira figura de papel na categorização narrativa, um 'negro'

avançados. Daí, a utilidade em estudar o correio de leitores recebido por estes autores[44].

Se pensarmos na «comedia de combinações delicadas ou de idéa engenhosa», então, sim, ela poderia pertencer «de certa forma», com o folhetim, «á mesma familia litteraria»[45]. Mas isso era reduzir demasiado a carga dramatúrgica.

---

pode ser narrador *com* história pessoal, logo, contável por outrem, assim espiralando a enunciação. Podia ser um simples funcionário de quem o emprega, fazendo render a imaginação e mais-valias para o seu pagador. Ora, como, hoje, as biografias das vedetas são escritas por segundos, dos folhetinistas mais em vista sabemos que tinham oficina de histórias, que diariamente diversificavam por jornais, e onde mourejavam escravos da pena. Conta-se que um, a quem Ponson du Terrail não pagara, se vingou com matar lentamente chusma de personagens, perdoando a raras apenas – «avec mission d'enterrer les autres» (ob. cit.: 105, nota). A prática da co-autoria, nem sempre identificada, é medieva: Chrétien de Troyes confia a escrita de *Le Chevalier de la Charrette* [Lancelot, c. 1168] a Godefroi de Lagny a partir do verso 6 147. *Le Roman de Renart* estende-se por um século e meio e diversos autores. As 420 *Cantigas de Santa Maria* devem-se a Afonso X e à inspiração de, acaso, Airas Nunes. Esta realidade – que, no caso do discurso de outrem por nós interiorizado e assumido, leva à possessão, à rasura do próprio sujeito – envolve-nos insidiosamente. O que aí temos de fantasmático é bem traduzido pela passagem de *nègre* a *ghost-writer*.

[44] Sue «fonde un bureau recevant les réclamations de ses lecteurs. [...] Écrivant sous la pression du public, Sue est amené à modifier le sort de Fleur-de-Marie, qui mourra au couvent, et de Sarah, sa mère dénaturée, qui épouse un truand.» Ob. cit.: 62. Sabemos desta evidência junto dos produtores brasileiros de telenovelas. A cristalização desse público em certos críticos encartados tem os mesmos efeitos aquando, por exemplo, de reedições. A formulação de um mundo de leitores segundo 125 cartas dirigidas a Balzac e 415 a Sue é estudada em Judith Lyon-Caen, *La Lecture et la Vie. Les Usages du Roman au Temps de Balzac*, Paris, Tallandier, 2006.

[45] J. C. Machado, "Revista da Semana", *A Revolução de Setembro*, 16-IV-1867. "Le mélodrame" é o título geral da *Revue des Sciences Sociales*, tome XLI, n.º 162, Lille III, Avril-Juin 1976, em que se inclui Jean-Louis Bachellier, "Les combles du mélodrame – – *Les Mystères de Paris*: Roman-feuilleton et mélodrame", p. 206-218. Subsume a ideia de que aquele Sue é «un mélodrame écrit» (p. 216), do qual recolhe 1) traços temáticos e estruturais, 2) um estilo exclamativo, interrogativo, a máxima, o grito, 3) a divisão das grandes unidades de leitura (mais quadros que partes ou capítulos) e também 4) das pequenas (quadros, *flashes*), 5) com os mesmos fundamentos ideológicos e filosóficos, e quanto, 6) erradamente, se atribui ao melodrama: cenários, maquinaria, a declamação, o gestual, etc. Algo como, em suma, «spectacle du spectaculaire». Esta identificação,

4. Intrusão

Seria o melhor dos mundos se Estado, Igreja e pontífices da crítica (Sainte-Beuve ou Herculano) não vigiassem. Pressões governamentais no caso das *Viagens na Minha Terra*, suspensas na *Revista Universal Lisbonense* (uma fraqueza castiliana?); em França, a lei Riancey, de 16 de Julho de 1850, lançando «l'impôt d'un centime 'sur une industrie qui déshonore la presse', soutint que 'le roman-fueilleton est un poison subtil qui s'est introduit jusque dans le sanctuaire de la famille'»[46], o

excessiva, merecia alguns comentários. As coincidências não devem fazer pensar em família ou precedência; o modo de apresentação cria diferenças inultrapassáveis e um *outro* espectáculo. Etc. Jacques Goimard, "Quelques structures formelles du roman populaire", *Europe*, n.º 542, cit.: 21, igualmente sobrevoa o problema, embora não justifique esta afirmação: «Historiquement le roman-feuilleton est fils du mélodrame, et maints détails nous rappellent que nous sommes au théâtre: [...].»

[46] Ob. cit.: 81, nota. Aqui, está 15-VI-1850. Além de uma caução e direito de selo, Imprensa tratando matérias políticas ou de economia social requeriam autorização prévia do governo a partir de 1 de Agosto. Outra ameaça é contada a p. 115: «*La Gazette de France* annonce, au début d'août 1860, qu'en exécution d'une circulaire ministérielle, une comission sera créée près du ministère de l'Intérieur à l'effet de suivre dans les quotidiens la publication des romans en feuilleton et d'appeler au besoin l'attention de l'autorité compétente sur ceux de ces ouvrages qui paraîtraient immoraux.» A. Dumas, "Avant-Propos", *La Comtesse de Charny* [1852], Paris, R. Laffont/Bouquins, 1989: 3-10, mostra a importância do género e o porquê de tal medida, bem como desse simples cêntimo em tiragens fabulosas. Fernando Guerreiro alarga a reflexão ao em que acordámos: "Literatura industrial – um paradoxo romântico", *Vértice* (Lisboa), n.º 67, Julho-Agosto de 1995: 13-20. Se, por 1833, Musset ainda podia falar da religião, do culto da arte, Girardin viria dessacralizar, três anos depois, o circuito criação-producão--recepção, a ponto de, três anos depois, Sainte-Beuve, como vimos atrás, curar "De la littérature industrielle". A desculpa da ameaça familiar é moralidade antiga, que se transforma em censura quando convém aos poderes. D. Francisco Manuel de Melo, no cap. XXV da *Carta de Guia de Casados* (Lisboa, Editorial Presença, 1965: 91), não gaba as mulheres que sabem romances de cor, ou «são mortas por livros de novelas», exemplificando com caso a que assistiu: de caminho por Espanha, recolheu-se da neve numa pousada, mas nem a hospedeira, nem as duas filhas, lhe deram aposento enquanto não acabavam «de ouvir ler certa novela, cuja história ia muito gostosa e enredada». Dirigiu-se a outro lado e, «em breve tempo», ali voltando, soube que «muito poucos

que é reconhecer adversário à altura. Vem na sequência de um longo debate jornalístico-parlamentar de tom moralista e conservador[47].

No caso português, acrescia a quantidade de títulos efémeros para receptores parcos, menos interessados, pobres; a leva de traduções; o plágio; *pastiches* sem conto. O excitado leitor tende a variar e a preferir mais alargado enredo, desembocando nos caderninhos, folhetos e fascículos, com que, cedo, comporá volume. Estavam denunciadas algumas necessidades de época a cultivar-se, um pouco à margem da incipiente educação escolar[48].

5. Necessidade

A primeira ideia, ambígua, interroga a necessidade de escrever: tinha o folhetinista urgência íntima em aparecer? Os textos impunham-se-lhe? À vista dos extensos materiais abandonados por jornais e revistas, dir-se-ia que não. Mas, se nem sempre vemos para lá deles o clube de destinatários, esses costumam ser os que obedeceram a algum contrato, em que ganhar dinheiro e agradar iam a par. Editor ou administrador podem substituir um autor que não rende. A tez sacrificada justificava-se quando as credenciais eram de puro jornalista[49].

dias depois as novelas foram tanto adiante, que cada uma das filhas daquela estalajadeira fizera sua novela, fugindo com seu mancebo do lugar, como boas aprendizes da doutrina que tão bem estudaram».

[47] Ver *La Querelle du Roman-Feuilleton. Littérature, Presse et Politique. Un Débat Précurseur (1836-1848)*, textes réunis et présentés par Lise Dumasy, Grenoble, ellug, 1999; Claudine Grossir, "Du feuilleton à l'Assemblée Nationale: Eugène Sue et *Les Mystères de Paris*", *Romantisme* (Paris, Armand Colin), n.º 141, 2008 – 3: 107-118.

[48] A divisão de classes lia-se na oposição livro / Imprensa, quando esta era a «bozina de que os pobres têem precisão para que os grandes os oução. Luz de gaz clarissima e economica.» (*Almanach de Lembranças para o Anno de 1869*: 286) Iluminar, sem grandes custos, os espíritos passa, assim, mais pelo jornal que pelo manual.

[49] O quotidiano do redactor típico está flagrantemente dado em João Chagas, *Vida Literária (Ideias e Sensações)*, Coimbra, 1906 [cit. pelo *Diário de Notícias*, 13-IV-1991: 6]:

A modalidade patriótica tinha as suas variantes: a *missão* desenhada nas prosas herculanianas – interior – era diferente do propósito de A. A. Teixeira de Vasconcelos, desejoso de mostrar à estranja os valores pátrios (pelo que também redigia em francês) ou a nossa capacidade para escrever romances de costumes (porquê imediato de *Roberto Valença*, 1848).

«Há vinte e cinco annos, o *Primeiro de Janeiro*, como a maioria dos jornais do Porto, estava entregue aos cuidados de dois unicos redactores, que entravam pontualmente ao meio dia, se sentavam em frente um do outro em duas escrivaninhas pequenas, accendiam cada um o seu cigarro e redigiam o jornal, isto é, liam as folhas estrangeiras e as do paiz, traduzindo de uma e recortando de outras, retocavam as informações da policia, os testamentos e os resumos das sessões da edilidade local, compunham uma revista politica, vertiam para portuguez um folhetim que era em geral de Xavier de Montépin, accusavam a recepção das publicações recebidas, saudavam um ou outro forasteiro de passagem no Porto, feito o que, por volta das seis horas, cada um punha o seu chapeu e ia jantar.

Ás oito, tornava cada um ao seu logar, sentava-se á mesma escrivaninha, debaixo de dois bicos de gaz amarello que silvava, e proseguia a tarefa do dia.

Abria o correio, verificava as occorrencias da tarde, dava uma demão de grammatica e, algumas vezes, uma demão de estylo a um ou outro sucesso de consideração trazido de fóra pelo informador, registava o tempo se tinha estado mau, annunciava o espectaculo da vespera, ou o do dia seguinte, redigia os telegrammas de Lisboa, que eram poucos e sobrios, até que, por volta das dez, começavam chegando as provas. Os jornaes não tinham então revisores, ou tinham apenas um – velho e moroso. Ás duas, ás três da madrugada, ainda se viam provas. Então, os dois unicos redactores d'esses jornaes pachorrentos, baixavam á typographia, onde, com um cachenez enrolado ao pescoço e mãos nas costas, guardavam a paginação, redigiam á pressa, ao canto de uma meza, a noticia do incendio á última hora, ou davam vasão a um derradeiro telegramma da meia noite noticiando os despachos de justiça.

Quando o jornal, emfim, entrava na machina e começava a sahir n'um fragor rumoroso de rodas que emperram, ainda humido d'agua e humido de tinta, os dois unicos collaboradores d'esta obra pesada e lenta, levantavam as golas dos casacos, davam-se as boas noites e investiam de cabeça baixa, cada um para seu lado, atravez do nevoeiro espesso, caminho de suas casas, para voltar no dia seguinte á mesma hora do meio dia, reoccupar os mesmos logares, desempenhar as mesmas occupações.»

5. 1. Imagem social

Daqui resultava, ou procurava-se, geral consideração, e influência[50], acrescidas se se tratava de autor subscrevendo livro, mas suficientes se os prelos não gemiam para obras suas. A oposição folhetinista/romancista favorecia aquele; a assinatura, regular, tornava-o familiar, sendo, a crer em Júlio César Machado, demonstração de provas dadas, no romance, por exemplo[51]. Muitas vezes, era um epíteto; forma de tratamento; não raro, consolação última[52]. Chegou a constituir forma superior de *ilustração* e *espírito*: não por acaso, «ilustre, espirituoso, inspirado, elegante, festejado, distinto folhetinista» sintagmatizavam o percurso de muitos[53].

[50] Um «prestígio de demiurgo», no dizer de Jorge de Sena, ob. cit.: 292.

[51] «– O romance é um dos caminhos para o meu destino. O folhetim exige mil condições que se prendem aos outros generos: é preciso composição, dialogo, narrativa e critica. Não poderei ir-me a isso senão d'aqui a annos. É urgente por agora fazer-me conhecer; sem isso, que jornal me quererá?!» *Aquelle Tempo*, em *Claudio*, ^{2}s. d. [1875]: 171.

[52] Jules Romains dedica o cap. XVIII de *Les Hommes de Bonne Volonté*, III, "Un Grand Critique" (ob. cit.: 237-257), a George Allory, por 1908, ressaltando a imagem disfemística do romancista, que diariamente ficciona, «écrivant la valeur d'une moitié de feuilleton» (p. 246) – molde, e modelo, à frente justificado: «J'ai eu cinquante ans cette année. J'ai fait en trente ans trois romans – un par dix ans – dont pas un n'a eu de succès. Mon influence tient uniquement à mon feuilleton.» (p. 247)

[53] Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, elabora quadro para um estatuto daqueles, parando em 1835, quando nascem J. C. Machado e Rodrigo Paganino. Deixou de fora Tomás Ribeiro (1831-1901); e folhetinistas decisivos como Ramalho, Júlio Dinis, Pinheiro Chagas, Carvalhal e Alberto Pimentel (1850), sem já falar em Antero, Teófilo e Eça. A afirmação literária de alguns dos escolhidos só se afirma em 60 – só então podem ser considerados intelectuais –, sendo alguns, antes dessa data e desse título, puramente folhetinistas.

6. Prazos

O cumprimento de prazos, em jornalismo, é questão de honra. Rabiscando em caderno de papel almaço, J. C. Machado ainda pode, à meia-noite, ir à tipografia corrigir provas[54]. O que não é comum, e menos se se viaja.

A 21-I-1865, sábado, Pinheiro Chagas, de visita ao Porto, era advertido pelo criado que o correio ia partir, dando-se, assim, «pressa em findar o folhetim» que sairia no *Jornal do Comércio* de 25. Ramalho Ortigão, em Lisboa, escreve o seu "Correio d'Hoje" (1971) para o *Jornal do Porto* na antevéspera, mal chegado das Cortes, por exemplo.

Na noite da antevéspera da edição só na própria cidade. César Machado amaldiçoa repetidamente a segunda-feira, quando redige o seu para a edição de terça d'*A Revolução de Setembro*. Seria um privilégio, se não fosse dramático, como, por outras razões, sabe todo o bom jornalista[55]. O privilégio de inaugurar a semana – não há jornais à segunda-feira – é-lhe, todavia, sumamente grato. Em França, eram folhetinistas 'les rois du lundi' – não havia edição ao domingo – e o folhetim 'causerie du lundi' (daí, o título plural de Sainte-Beuve), com que se animava a semana de discussões intelectuais.

Testemunho de Alberto Pimentel reconhece que as ficções podem, como qualquer artigo, ser escritas à boca da máquina:

[54] J. C. Machado, "Revista da Semana", *A Revolução de Setembro*, 1-I-1867.

[55] Percebe-se que o drama de Júlio César é viver em terra sem assunto: «O bonequinho que aqui se observa, representa um homem de lettras, que scisma em procura de assumpto; não é um poéta, um namorado, um mathematico, ou um dramaturgo, é um pobre diabo que tem dia certo na semana para escrever; é um folhetinista; sou eu. [...] Edifiquei a escadaria de quarenta e outo folhetins por anno, comprometti-me com a *Revolução de Setembro*, prendi o meu nome e o meu futuro, escripturei o meu espirito aos assignantes e aos leitores, dei lugar aos meus amigos para poderem cortar-me na pelle a seu gosto, atirei a minha reputação a uma sorte de dados, e esqueceu-me apenas... que estava em Lisbôa! [...]» ("O folhetinista", *Almanach de Lembranças para o Anno de 1863*, Lisboa, 1862: 273)

> Este romance foi escripto dia a dia horas antes de ser publicado em folhetins do *Jornal do Porto*. A estreiteza de tempo obrigou o author a trabalhar afadigadamente e vedava que fosse escrupulosa a revisão das provas. Hoje, que se dá a novella em volume, procurou-se corrigir alguns defeitos, especialmente de fórma, [...][56].

Em condições normais, A. Pimentel, «Obrigado a dar folhetim original aos domingos no *Primeiro de Janeiro*, era ás sextas feiras, entre o caffé e o cognac», que se reclinava no espaldar da poltrona e procurava assunto. Assim nasceram seis meses de textos interessantes recolhidos nesse *Entre o Caffé e o Cognac*...

Os prazos devem-se ao contrato comercial de editor / administrador com vendedores ou distribuidores e leitores. A *oportunidade* foi sempre uma regra do jornalismo. Logo, e nem sempre com intermediação por vezes custosa, que também depende dos portes de correio em amplo crescimento (se o interessado for directamente à sede do jornal ou revista), o pacto originário reduz-se ao triângulo editor – leitor – autor.

7. Honorários

Jornalistas ou colaboradores independentes, numa ou em várias publicações, eram razoável ou excelentemente pagos[57]. Segundo o *Grand Dictionnaire*... de Pierre Larousse (p. 311),«le plus maigre feuilleton coûtait à la *Presse* 300 francs. Alexandre Dumas faisait avec ce journal et avec le *Constitutionnel* un traité qui lui assurait 64,000 francs par an. Au *Siècle*, il s'engageait à fournir cent mille lignes par an, à raison de *un franc cinquante centimes la ligne*.»[58]

[56] *O Testamento de Sangue*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1872 [nota introdutória, inumerada, de 21-IX-1872].

[57] «(Allory ne touchait, aux *Débats*, que cent francs par semaine pour son feuilleton de critique, tout en se targuant du double auprès de ses confrères.)» Jules Romains, ob. cit.: 177.

[58] A linha do folhetim dumasiano valia 60 cêntimos, «sem exceptuar as linhas dialogadas e as de pontos suspensivos», diz, por seu lado, Alberto Bessa, cit.: 109.

O Judeu Errante – que significou, automaticamente, 24 mil novos assinantes para *Le Constitutionnel* – fez desembolsar a Véron 100 000 francos.

No caso português, tudo fiava mais fino. A endémica pobreza dos jornalistas só nos anos 80 do século XX foi ultrapassada. Em Oitocentos, a acumulação era prática comum, independentemente do estatuto ou categoria dos oficiantes. Estes podiam, todavia, surpreender-se quando em redacções financeiramente desafogadas. Assim, José Sarmento, jornalista d'*O Século*, vergou-se ao montante de 50$000, uma verdadeira "miragem" para jornalista do tempo. Destinado à edição semanal d'*O Século para o Brasil e Colónias*, prometia o director Silva Graça «50$000 por um romance original, que devia dar uns tantos folhetins». Seduzido pelo dinheiro, e embora nunca tivesse arriscado prosa desse tipo, aceitou: «– Mas olhe que eu só pago quando me trouxer o romance já concluído.»[59]

A questão dos honorários deve ser vista, porém, a várias luzes: a *geografia* das publicações reduzia-nos, *grosso modo*, a Lisboa e Porto; a Imprensa *política* tem tiragens inferiores à *generalista*; numa e noutra, vale a *voz* autorizada do convidado, redactor ou título traduzido. Se, nos casos mais inteligentes, se ganha em ter tipografia própria, os custos de papel e de outras matérias-primas são claramente dissuasores, sem previsão de êxito, e apesar de mão-de-obra barata. Não por acaso, a maioria dos títulos recorre a prelo alheio; e pirateia o melhor daquelas cidades.

[59] Dê-se a continuação, representativa de algumas malas-artes folhetinísticas: «Fiquei desapontado. [...] Fui ter com o Augusto de Lacerda, expus-lhe o caso, fazendo alarde das minhas algibeiras vazias, pretendendo convencê-lo a dizer a Silva Graça, daí a um mês, que já tinha o meu romance [...] concluído. Para isso eu tinha imaginado um estratagema: fazia o primeiro folhetim e adicionava-lhe original meu de livros que já tinha traduzido para o grande editor António Maria Pereira, [...]. O Graça não ia lêr tudo, pela certa, [...]. E foi assim que o romancelho saiu, sem que nunca, até hoje, nem Silva Graça nem outra qualquer pessoa, a não ser eu e o Lacerda, soubesse da honesta mistificação. Digo honesta, e digo bem, porque o folhetim nunca faltou, e eu é que suei as estopinhas para chegar ao fim – mas recebi o dinheirinho, que era o que mais me interessava. Esse romance chamava-se *Dupla Traição*.» José Sarmento, "*O Século* de há quarenta anos", *Cidade de Mármore*, Lisboa, Emprêsa Nacional de Publicidade, 1937: 94-99 [96-97].

Se tudo isso tem a ver com *meios* de produção, *população* e grau de *alfabetização*, não se perca de vista o mais difícil acesso ao livro, num quadro nacional de baixos rendimentos familiares. Inconscientemente, porém, o leitor pagará mais por história segmentada, em rodapé ou em fascículos, do que por volume – geralmente, dois tomos, com que se recreiam os editores, obrigados a inventar colecções, quando não a mudar a qualidade, gramagem e cor do papel, a alargar margens, a subir o corpo do texto (reduzindo as linhas e palavras por linha), a usar itálicos e versaletes, a desdobrar capítulos e partes, alterando, mesmo, os títulos destes e, inclusive, do frontispício e da capa.

8. Processos

8. 1. À linha

A linha é a unidade mínima do jornalismo escrito. Balzac viu "Le Pêcheur à la ligne" – uma das cinco variedades do 'pequeno jornalista' – – no «rédacteur qui vit, comme le pêcheur, de sa ligne»: «Tous les petits journaux paient leurs rédacteurs à tant la ligne, cinq ou dix centimes, selon le nombre des abonnés.»[60] Com a informática, podemos compactar ou alargar caracteres, dar maior ou menor entrelinha, sendo esta a definir a mancha e a altura de uma página.

Na técnica da pirâmide invertida, torna-se fácil cortar pelo fim o que estiver a mais (se necessário, acrescentar, caso não joguemos com os 'bonecos' ou fotos). O folhetinista adestra-se, assim, antes das modernas imposições, na paginação mental: conhece o número e dimensão das colunas de que dispõe e embala a história para um espaço em que também joga com a maqueta da página. É, citando a secção de Alexandre O'Neill no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* em 1983-1984, "A Escrita por Medida"[61].

[60] Honoré de Balzac, *Les Journalistes*, Paris, Arléa, 1998: 117.

[61] Redigindo, em 1957, "Enfrentou a morte com meio sorriso", que se chamaria *Um Homem Sorri à Morte com Meia Cara* (1959) – segundo a «fórmula secreta» do

Há casos caricatos. L. de Malafaia, numa história da *Gazeta de Portugal* (3-VII-1863), larga duas linhas de reticências e convém:

> Não me censurem os leitores este abuso que eu faço ás vezes das reticencias. Duas linhas de pontinhos são em certas occasiões tão expressivas, como a prosa mais succolenta. E demais, nesta época toda material, e em que o dinheiro é a verdadeira realesa, é uma especulação rendosa. Quanto lhes parece que me rendiam os pontinhos? Pois ainda ponho mais. . . , [. . .].

Camilo já o praticava intensamente, criticando a moda e os próprios desmandos: «Há reticências que não dizem nada. A literatura merceeira, para justificar o adjectivo, inventou as carreiras de reticências, as quais correspondem aos pesos roubados da mercearia. Eu abri loja, e vou com os outros.»[62]

Para lá da descrição, tapa-buracos – quando não, narrativamente, pertinente, como esforço por dar a ver o que depressa mostrariam a fotografia e o cinema –, existem outras maneiras simples e rendosas[63]. Se for caso de autor com vários amanuenses, aos quais dita uma continuação, é possível vislumbrar como estes adaptam em escrito, segundo o ritmo de cada pena, a oralidade daquele, necessariamente tomada por frases simples e repetitivas. Ao editor – e ao leitor, afinal – interessam menos os méritos literários autorais ou sua visão do mundo,

Reader's Digest [«a Doença e a Cura (ou a Esperança) são, depois do Sexo, os maiores agentes de venda do periodismo!»] –, Miguéis é frontal com o amigo Mário Neves: «A coisa deve andar por 30 fls. de máquina, daria para meia dúzia de páginas-folhetins. Seria isto inaugurar entre nós um *género*? Conviria ao *D. de L.* [*Diário de Lisboa*]? [. . .] // O que lhe proponho, *of course*, é uma colaboração *a tanto por página ou linha*.» Mário Neves, cit., 1990: 196.

[62] Camilo Castelo Branco, *O Que Fazem Mulheres* (1858), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1967: 89. Na p. 186, acrescenta «grandes margens, grandes entrelinhas, exuberância de reticências», de modo a dar corpo a um «magro volume».

[63] A tabela máxima andaria pelos dez réis a linha, pelo menos na província, como se entende de reivindicação de Camilo. Ver *Archivo d'Aurora do Lima. Folhetins de Camillo Castello Branco Publicados n'Aurora do Lima. 1856 a 1859 (I Serie)*, Viana do Castelo, 1911 [n.º 119, 2-X-1856]. Além de cartas e poemas, saíram aí *Cenas da Foz* (1857) e *Carlota Ângela* (1858).

quando desejam reconhecer-se em *efeitos de repetição*, numa *identidade*, identificar-se com uma *estrutura*[64].

8. 2. Sumário e resumo

Entre os adjuvantes paratextuais, o sumário é frequente no folhetim-crónica, em especial na "revista da semana". Vemos logo do interesse da peça e suas partes. Às vezes, a remissiva sai defraudada, tanto prometia e tão escassa é a prosa que se nos oferece.

O resumo dos capítulos e episódios precedentes, menos habitual do que se pensaria em regime ficcional, refresca a memória do acontecido e engrena a imaginação.

Sumário e resumo podem acompanhar os textos em volume, sendo úteis nos ciclos cronísticos ou romanescos[65].

[64] Para o caso particular do romance em fascículos em Espanha, ver Juan Ignacio Ferreras, *Estudios sobre la Novela Española del Siglo XIX. La Novela por Entregas. 1840-1900 (Concentración Obrera y Economía Editorial)*, cit., 1972, em particular, p. 246 ss.

[65] A "Revista de teatros" de Machado de Assis, n'*O Espelho* (Rio de Janeiro, 1859), costuma abrir com SUMÁRIO. *(Cf.* Machado de Assis, *O Espelho*, ed. de João Roberto Faria, Campinas, Editora da Unicamp, 2009. Nas p. 55-58, "O folhetinista".) A "Note de l'Éditeur" a J. Romains, ob. cit., III, é significativa: «A la fin de chacun des deux volumes précédents, nous avons placé un résumé des principaux faits contés dans le volume. // Nous conseillons au lecteur de se reporter à ces deux résumés avant de reprendre ici la lecture des *Hommes de bonne volonté*. // L'intérêt qu'il prendra aux nouveaux épisodes de l'œuvre sera certainement d'autant plus vif qu'il se sera mieux remémoré les événements et les personnages des deux premiers tomes.» Já no final do tomo III (p. 329-330), resumo de duas páginas, em frases nominais, anunciando-se, para o quarto, índice das personagens.

8. 2. 1. *Abertura*

Um sumário, reforçando título chamativo, pode dar a informação mínima a leitor apressado – o que as demais peças jornalísticas raramente conseguem.

As fórmulas de abertura são igualmente pioneiras, num espaço em breve caracterizado pela força do *lead*, que encadeia e relança a leitura ou estagna o interesse.

A modalidade do *quando* – carga durativa, adepta do imperfeito – na entrada da notícia contamina muitos inícios de folhetim. Os mais fortes reúnem *como* e *o quê*, implicitando as outras componentes[66].

8. 2. 2. *Final*

Condição *sine qua non* para êxito garantido, já testado em Sue (*Le Journal des Débats*, 24-VI-1843), baste esta notícia:

> Um jornal de Vienna [,] findou um dia o folhetim da seguinte fórma:
> "Uma chuva de ballas cahiu sobre os assaltantes. Comtudo o nosso heroe arremetteu para a brecha, exclamando:
> *Continúa amanha*."[67]

[66] «– Belle, jeune, pauvre, seule à Paris, que va-t-elle devenir?» Mme Augustus Craven, *Fleurange* [convoca a heroína de Sue], I, 35ème édition, Paris, Librairie Académique Perrin et Cie, 1908: 1. Modelo de início temporal, já repousante, abre a segunda parte, "L'Epreuve": «C'était une belle nuit: brillante, sereine, étoilée, une nuit que la lune, en se levant, allait bientôt rendre clair [*sic*] comme le jour.» (p. 191)

[67] *A Imprensa* / Semanario Artistico-Litterario (Porto, 4-VIII-1879: 2). Por analogia, acontece ser uma frase ou palavra inacabada na transição de capítulo, como disse para Alberto Oliveira Pinto. Os caps. XIII, XL, XLII de *Don Quijote de la Mancha* (1605) já encerram em dois pontos. Outros finais deste clássico são, já, pré-folhetinescos.

Afortunadamente, 'brecha' é um análogo de ruptura, o capítulo corta-se abruptamente e muda, angustioso, de cenário; no movimento, na velocidade, percebe-se uma saída obscura, descontínua, que nos deixa em suspenso: que surpresa virá lá?

8. 2. 3. *Diálogo*

Há uma teoria jornalística da frase curta, que mexe com a nossa capacidade de absorção e interpretação, mas convinha, também, à composição tipográfica, quando urgia alargar o texto para caber no granel (apesar de experiências felizes, o jornal tem horror ao vazio, que colmata com fotografias reenquadradas, etc.). Numa época de frases redondas, o diálogo folhetinesco antecipa essa técnica, mas, no imediato, serve aos contratos à linha[68] – ou que reenviam à linha, como tantos ainda hoje.

Incisivo, apesar de interjectivo, assente em número reduzido de vocábulos, ou tão-só monovocabular, torna a leitura e escrita corredias, com o que todos lucram. Arejando, *visivelmente*, a página, torna-a (e ao

[68] Veja-se um divertido U. Eco, "Elogio do Monte Cristo", *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*, trad. de Helena Domingos e João Furtado, Lisboa, Difel, 1989: 170--183, sobretudo nas p. 172-173, em que transcreve, d'*Os Três Mosqueteiros*, falas intermináveis, «frases de puro contacto, como dois desocupados num elevador» (p. 171). Às tantos, falando do seu esforço de traduzir em italiano *O Conde*… – seja, dá-lo na economia de meios que lhe não retire o sarcasmo, e outras qualidades –, sobressalta-se, já desistente: «[…] perguntei a mim próprio se mesmo as bolhas, o desleixo, as redundâncias, não fariam parte da máquina narrativa. Teríamos gostado do *Monte Cristo* como gostámos se não o tivéssemos lido das primeiras vezes nas suas traduções oitocentistas?» (p. 177-178). Esta franqueza é afim da sensação que temos de que as obras adaptadas, ou reduzidas, ou censuradas, não caem bem… A revista italiana *Critica Fascista* desaprovava, em 1-VIII-1930, «que dois grandes jornais diários, um de Roma e outro de Nápoles, tenham iniciado a publicação em folhetim dos romances *O Conde de Monte Cristo* e *Giuseppe Balsamo*, de Alexandre Dumas, e *O Martírio de Uma Freira*, de Pablo Fontenay», informa quem outras atenções dedicou ao folhetim, o fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci, em artigo "Sobre o conceito do nacional--popular", *A Formação dos Intelectuais*, Amadora, Editorial Fronteira, 1976: 141.

discurso) mais legível, com brancos ou silêncios que são os da comunicação trivial. Afasta-se, por aí, das tiradas teatrais.

Os diálogos felizes quebram a acção, que descontinuam, abrindo pistas. São uma forma de movimento narrativo.

8. 3. Episódio

Pressões extra-narrativas condicionam, viu-se, a divisão em episódios. Acompanha uma imagem gráfica, com subdivisões em números romanos e vinhetas, antes dos extratextos gravados que iluminam as entregas fasciculares ou perfazem livros resultantes do próprio folhetim. Outras razões definem a oportunidade de saída[69]. Um episódio pode corresponder a um folhetim; ou este ser composto de dezenas ou centenas daqueles – com suas partes e capítulos –, sequenciados ou interpolados[70]. Subjaz o princípio da unidade narrativa, em que factores de redundância o alicerçam e encaminham para a sequência.

[69] Ligar oportunidade e extensão pode levar a uma inquirição existencial: porque não há-de o filho continuar a leitura que o pai suspendeu no leito do passamento? Tem razão Urbano Loureiro: «A litteratura de folhetim está passando por uma completa metamorphose. – Antigamente eram só admittidos alli escriptos originaes; depois appareceram as traducções; agora continuam as traducções mas em terceira e quarta mão.» Conta, aí, como o *Jornal do Porto* vem oferecendo *Os Dramas de Paris*, de Ponson du Terrail, já numa dúzia de volumes económicos e em gazeta de Lisboa: «agora vem no *Jornal do Porto* e anda no capitulo 60 da *primeira parte*. // Resta-nos uma consolação e essa triste; de que nossos filhos acabarão a leitura encetada por nós.» *O Salamalek*, n.º 2, 20-XII-1869: 5. O parisiense *La Bougie du Sapeur*, com 200 assinantes e, hoje, mais de 200 mil exemplares, começou em 29-II-1980, desde logo com folhetim assinado por Clément Lépidis, «qui s'achève avec le siècle après cinq épisodes» (*Libération*, 29-II-1996), porque o estranho jornal só sai em anos bissextos...

[70] Observar que *O Naufrago do Chyntia*, de J. Verne e André Laurie, traduzido por A. de S., teve início no n.º 56, 21-I-1886, do *Jornal de Torres Vedras* e só concluiu no n.º 27, 6-VIII-1887, da *Voz de Torres Vedras*, leva-nos a pensar 1) como é raro haver este trânsito entre títulos (embora não a repetição em títulos diferentes), 2) como se respeita um público e se arrasta, porque 3) Verne agarra-nos, verdadeiramente. Este exercício acontece, entretanto, não com centenas, mas com tão-só 46 episódios em 21 capítulos, que alternam com outros folhetins.

Abordagem sobre o episódio – extensível à descrição, se quiséssemos, e, de modo geral, à motivação – faz Milan Kundera em *A Imortalidade*, partindo da *Poética* aristotélica: «Não sendo uma consequência necessária do que o precede e não produzindo nenhum efeito, o episódio encontra-se fora do encadeamento causal que é uma história. Como um acaso estéril, pode ser omitido sem que a narrativa se torne incompreensível; não deixa rasto na vida das personagens.»

Exemplificador, Kundera desemboca no que, em regime de folhetim (não citado), pode explodir a cada momento, em especial nos momentos de crise ou de necessária continuidade:

> Ora é aqui que surge a relatividade da noção do episódio, essa relatividade que Aristóteles não apreendeu: ninguém, com efeito, pode garantir que um acidente episódico não contenha uma potencialidade causal, susceptível de despertar um dia e de pôr em marcha, inopinadamente, um cortejo de consequências. [...]
> Podemos por conseguinte completar da seguinte maneira a definição de Aristóteles: nenhum episódio está *a priori* condenado a continuar para sempre episódico, uma vez que todo o acontecimento, mesmo o mais insignificante, encerra a possibilidade de se tornar mais tarde causa de outros acontecimentos, transformando-se então numa história, numa aventura. Os episódios são como minas. A maior parte deles nunca explodem, mas chega o dia em que o mais modesto nos será fatal.

Já disse, quanto às personagens, como as secundárias se heroicizam; com os episódios, e a biografia do texto – «Biografia: sequência de acontecimentos que achamos importantes para a nossa vida.» –, é a mesma história: «Mas o que é importante e que o não é?»[71] Quando,

No capítulo da narratologia (tipo-) gráfica, Marina Ionescu Muresanu alerta, sem entrar em especificações que nos poderiam ser úteis, para uma evidência: «Mentionnons les espèces particulières pour lesquelles la divisions [*sic*] en portions plus ou moins égales est obligatoire: le roman épistolaire et le roman-feuilleton – ce dernier susceptible d'être prolongé à l'infini.» "Narration et (typo)graphie", *Cahiers Roumains d'Études Littéraires* (Bucarest), 2/1981: 90-98 [p. 91].

[71] Milan Kundera, *A Imortalidade*, cit.: 289-290. Note-se, de caminho, larga reflexão kunderiana sobre o jornalismo ido e actual (p. 111 ss).

pois, falamos da imprevisibilidade do folhetim (que muitos confundem com inverosimilhança), só circunstanciamos a sua adesão à vida.

8. 4. Estrutura

A *identidade por repetição* – no conjugar de remissas, de coincidências e de anúncios – não se deve somente ao rápido correr da pena em fecho de página, ou ao facto de quem dita ter um ou mais copistas, com diferenças de ritmo entre 'negros' e destes em relação ao autor; este percebe as necessidades do contratador e sabe que o seu *público* vai para lá do adquirente ou mero leitor: é feito de *ouvintes*. Logo, as soluções, fáticas e metarreferenciais, ainda que se afigurem simplistas na procurada denotação, são, de facto, *funcionais*, a começar por coordenadas de tempo e lugar. Uma vulgar adjectivação apensa ao nome pode ser suficiente, quando se considere desnecessária a descrição, ou porque não é preciso *encher chouriços*, nem convém quebrar o ritmo da acção. As personagens são um mecanismo, uma função, não um processo, ou entidades em transformação. O autor *conta*, não *cria*: contando, não inventamos (apesar das variantes tradicionais), mas pomos aquele mecanismo em acção.

A aventura deste indivíduo existe *em antagonismo*, no seio de mil peripécias; a intriga está do lado de quem as acompanha, pois nem sempre são tramadas, de tão lineares, ou nos *tramam*. São *passagens* de uma *aventura*, ou "estrutura temática"[72], que exaustivamente se repete: o tema da orfandade, da pobreza, etc. – variedades que se poderiam reduzir ao da *conquista* e, sobretudo, da *reconquista*, em que se alçam personagens-tipo –, decorrem, sempre, do díptico amor / ódio: aquele

[72] Expressão de J. I. Ferreras, cit.: 253: «Llamo aventura a la estructura temática, al hilo argumental, al tema general de la novela; las peripecias pueden ser consideradas como los momentos o los espacios por los que pasa este tema o esta aventura. Un tema puede ser lineal, simple, y, sin embargo, durar más o menos, según la imaginación del autor.»

é puro, inclusive nos seus laivos patrióticos, e/ou fatal; este move cupidez e ambição. A partir de um *quem* e do seu *que fazer*, avança-se para uma temática, ou tipologia romanesca de afazeres do herói (romance histórico, de história contemporânea, policial...), cujos paratextos e intervenções editorais mais complicam designações não raro longe de um consenso.

9. Influência da escola francesa

Percebeu-se, assim, a importância e peso da autoria estrangeira[73], sobretudo francesa, entre nós[74]. A recepção dos nomes então em voga toca todos os quadrantes e personalidades do nosso universo, entre a aceitação canina, um esboço de crítica e a recusa liminar de algumas luminárias[75]. Contígua, está a maldição das traduções, que exigiria es-

[73] Pela sua importância fora da órbita francesa, ver Maria Laura Bettencourt Pires, *Walter Scott e o Romantismo Português*, Lisboa, Universidade Nova, 1979; Maria Manuela Gouveia Delille, "Imagens da Alemanha nos jornais e revistas literárias da Geração de Coimbra (1858/59-1865/66)", *Colóquio/Letras*, n.º 123/124, Jan.-Jun. de 1992: 26-36. Cita: *Prelúdios Literários*, *O Ateneu*, *O Fósforo*, *Tira-Teimas*, *O Século XIX*, *O Instituto*; João Paulo Ascenso Pereira da Silva, *Temas, Mitos e Imagens de Portugal Numa Revista Inglesa do Porto:* The Lusitanian *(1844-1845)*, Lisboa, FCG/FCT, 2001; Gabriela Ferreira Gândara da Silva e Borges Terenas, bem como Maria Zulmira Castanheira, atrás citadas.

[74] Descontando trabalhos mais conhecidos (com relevo para V. Nemésio, *Relações Francesas do Romantismo Português*, Coimbra, 1936 – que atenta mais em Lamartine, Hugo, Musset e Vigny –, e Aníbal Pinto de Castro, *Balzac em Portugal / I / (Contribuição para o Estudo da Influência de Balzac em Portugal e no Brasil*, Coimbra, 1960), cite-se, para o nosso período, a 'bibliografia das traduções' hugolianas em A. A. Gonçalves Rodrigues, *Victor Hugo em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, emergência dos respectivos volumes sobre *A Tradução em Portugal*, em particular o vol. II, para os anos 1835/1850, cit.; e *Victor Hugo e Portugal*, Actas do Colóquio (No Centenário da Sua Morte), Porto, 1985. Para introdução ao caso brasileiro, ver Artur José Renda Vitorino, "Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais", *Cadernos AEL* (Universidade Estadual de Campinas), vol. 9, n.º 16/17 [Literatura e Imprensa no Século XIX], primeiro e segundo semestres de 2002: 57-91.

[75] J. E., sobre romance da madeirense Maria do Monte de Sant'Anna e Vasconcellos: «Livros como o Cura de S. Lourenço devem ser, a nosso vêr, cem vezes preferiveis,

tudo à parte. Bruno colocou os nomes *infra*, e a respectiva influência em, sobretudo, o primeiro Camilo, no 'romance de intriga'[76].

Alexandre Dumas pai (1802-1870), anfitrião de um Ramalho desvanecido[77], marca, com o drama *Anthony* (1831), repetidamente aludido, o tipo do homem romântico. A educação dos futuros galãs portugueses correu, também e decerto, pelos *Apontamentos d'Anthony* [*Souvenirs d'Anthony*, 1835], em largas doses ministrados desde o n.º 3 (Junho de 1837: 239-255) da *Revista Estrangeira*, já impondo "(Continúa)". Pontifica nos catálogos livreiros[78]. O artigo "Os Romancistas Franceses / Do Seculo Desanove" (2.º ano, n.º 4, Abril de 1838) – traduzido da *Revue Britannique*, que o reproduzira de *Quarterly Review* – é exemplar: os redactores portugueses corroboram a «immoralidade, e a mesma sem-razão» do teatro e romance franceses, que até «penetrárão nos *Clubs litterarios* das damas» (p. 303) – seja, aceitam a crítica moral –, mas não a visão puritana e política sobre a parte literária. Recusam, assim, apreciações sobre autores e títulos visados: Paul de Koch, já com mais de 80 romances, que teria um «estylo chulo» (p. 311); a acusação de imoral à hugoliana *Marion Delorme* e outros, leituras confessadas de certo padre sedutor e criminoso, como assevera o número seguinte; as reservas a *O Último Dia de Um Condenado*, enquanto libelo contra a pena de morte; o qualificativo "devassos" (p. 314) para *Anthony* e *Souvenirs d'Anthony*. No n.º 5, de Maio, vem Balzac analisado positiva e miudamente, espantando-se o articulista que *Le Père Goriot* seja o mais

para a nossa terra, aos modernos romances dos Arlincourts, os Kocks, os Balzacs, os Sues, os Dickens, e a quantos outros que tanto tem servido para dar gala aos vicios, para adornar as paixões, e para corromper a mocidade e as mulheres: são lisongeiros de mais para que possam receber as honras de obras de utilidade publica.»

[76] *A Geração Nova*, ed. cit., cap. III: 29-33. Criança, eram leituras da família de José Pereira Sampaio autores como Rousseau, Hugo e Sue. *Cf.* Joel Serrão, *Sampaio Bruno. O Homem e o Pensamento*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1958: 17-19.

[77] Ver "Na morte de Dumas Pai", no "Correio d'Hoje" datado de Lisboa, 20 de Dezembro de 1870, para o *Jornal do Porto* (agora, em *Correio de Hoje*, II, ed. cit.: 131-136). Para outros informes, "Alexandre, o conquistador", no meu *Cultura Literária Oitocentista*.

[78] Ver um representativo, de 1860/1861, da Parceria, *in* Antónia Maria Pereira, *Parceria A. M. Pereira – Crónica de Uma Dinastia Livreira*, Lisboa, Pandora, 1998: 25-26.

admirado em Paris: «Que extravagancia de costumes!» (p. 398) Michel Raymond e G. Sand resumem-se nisto: «Um casamento desigual e amor adultero, communs fundamentos das modernas producções, modeladas todas pelas de Rousseau, servem tambem de texto a todos os romances de *George Sand*.» (p. 401) O «enjôo da vida» (p. 404) dominaria a França, a avaliar pelas dezenas de suicídios só em Paris. E, já na p. 403, esta conclusão: «Se a opinião é *rainha do mundo*, se a imprensa é o seu *primeiro ministro*, quem ousaria negar a ligação intima do caracter de um povo com a sua literatura?»

Inesquecíveis, *Le Capitaine Paul* (1838, *Le Siècle* tira mais cinco mil exemplares em três semanas[79]), *Les Trois Mousquetaires* (1844), *Vingt Ans Après* (1845), *Le Comte de Monte-Cristo* (1845) – este uma das compras (ao lado de *Les Mystères de Paris*…) do parisino Nobre[80].

Paul de Koch (1794-1871), antes das queirosianas frechadas a propósito das leituras das meninas, surge como antídoto a outro não menos vergastado Frédéric Soulié (1800-1847), autor de *Les Mémoires du Diable* (1836), um entre tantos «romances immoraes» que alimentam «essas traduções nefandas sob que geme a imprensa periodica»[81]. Lembrados

[79] … Simultaneamente traduzido por J. C. Muzzi, nas 'Variedades' do *Jornal do Commercio* carioca, entre 31-X e 27-XI-1838.

[80] António Nobre, *Alicerces, Seguido de Livro de Apontamentos*, Lisboa, INCM, 1983: 148. «Para Álvaro Lins, o crítico pernambucano, que acompanhou passo a passo o desenvolvimento do romance de 30, foi essa a obra que mais o deliciou na vida.» (Guilhermino César, "Elogio do folhetim e da telenovela", *Caderno de Sábado. Páginas Escolhidas*, org. de Maria do Carmo Campos, Caxias do Sul, RS, Educs, 2008: 121) *Le Comte*… saiu no *Journal des Débats*, entre 28-VIII/26-XI-1844 e 20-VI-1845/15-I--1846. "Dumas Pai de A a Z" é cuidado por Manuel João Gomes em *8 ou 9 Histórias de Almas Penadas*, Lisboa, Arcádia, 1976: 11-29. Um completo dossiê "Alexandre Dumas père" integra *Europe* (Paris), n.º 490-491, Février-Mars 1970. Fernando Guerreiro trabalha-o mais recentemente (*Ariane. Revue d'Études Littéraires Françaises*, Lisboa, Faculdade de Letras, n.º 13, 1995: 45-74, 183-185, entre outros estudos).

[81] António Joaquim Nery dedicou a década de 40 a traduzir e imprimir, em prelo seu da Rua da Prata, quase todo o Paul de Koch, além dos 8 tomos das *Memórias do Diabo*, 1842-1843, que já se vendiam em 1839, no original, por 1 920 réis (ver *Periodico dos Pobres no Porto*, n.º 22, 25-I-1839; no n.º 216, 14-IX-1839, vem "Prospecto para a traducção dos romances de Paulo de Kock", 90 volumes com distribuição semanal de quatro folhas de 8.º = 40 réis). A. P. Lopes de Mendonça, *Recordações de Italia*,

«os continuados suicidios que inundaram a Alemanha depois da famigerada novella Werther», conclui F. D. A. Araújo, articulista d'*O Beija-Flor* (n.º 6, 18-V-1842: 64): «Á leitura d'um livro immoral necessariamente succedem a prevaricação dos costumes, e o esquecimento dos deveres.»

Desde 1842, J. M. da Silva Leal Júnior pede ao editor «que substitua a promettida traducção das – Memorias do Diabo – de *Frederico Soulié* por outro livro mais são, mais crente e mais util [...], *Cinq-Mars*, por exemplo, de Alfredo de Vigny, tão bom, tão cheio de licção... e tão pouco visto!»[82] Silva Túlio reforça: «E pois que a mofina da nossa época, quiz que por ahi andem já impressas – *as memorias do Diabo* – – opponhamos-lhe nós – *as memorias de Deus* [...].»[83]

Mais abaixo, critica os assuntos, típicos de «alcouce», dos livros de Balzac, Sand, Soulié e Kock. Mas Soulié vai resistindo, desde 1839[84]; é um autor de época, desses anos 40 em que é profusamente traduzido, anos retratados n'*A Brasileira de Prazins* (1882), leitura, com Sue e Balzac, da irmã do reitor de Caldelas.

Em 1861, A. A. Teixeira de Vasconcelos depara, na casa madrilena onde era convidado, com estante onde brilhavam encadernações das obras de «Pigault le Brun, os romances de Paulo de Kock, *Mademoiselle de Maupin* de Theophilo Gautier, *Les Liaisons Dangereuses*, [...]». Reacção: «Cuspi em uma escarradeira de metal o nojo que me causou esta estupida collecção de sujidades immoraes e de abusos litte-

I, Lisboa, 1852: 243, reevoca essas *Memórias*... No n.º 9, penúltimo (2-V-1867), *O Libertador*, de Lisboa, ainda inicia "Desditas de um Inglez". *Edmundo e Sua Prima* inaugura o rodapé no Brasil (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4-I-1839). Neste ano, comparecem, aqui, duas narrativas de A. Herculano, claramente tiradas d'*O Panorama*, «(sem identificação de autoria)», diz Yasmin Jamil Nadaf, *Páginas do Passado. Ensaios de Literatura*, Ciuabá, Carlini & Caniato Editorial, 2014: 50-51.

[82] *Revista Universal Lisbonense*, 5.º da 3.ª série, n.º 29, 21-IV-1842: 345.

[83] *Revista Universal Lisbonense*, 7.º da 3.ª série, n.º 31, 5-V-1842: 371.

[84] ... Sendo traduzido, mesmo – "O conde de Tolosa" –, por um inesperado Bruno, redactor d'*O Laço-Branco* (Porto, 1872).

rarios, [...].»[85] Em 1868, Kock continuava a dividir opiniões:

> Como é sabido, os folhetins do "Commercio do Porto" são escolhidos, lidos e discutidos antes de publicados.
> *H.* [Henri] *Conscience* [1812-1883] merece-lhe especial agrado. Tambem não deixa de lhe servir o snr. Arnaldo Gama, ainda que de longe a longe se desmande um pouco nas descripções amorosas. Paulo de Kock, Deus me livre; esse... é que não.
> O homem de moral estragada!

Acrescenta Urbano Loureiro que folhetim kockiano, vindo a lume no *Comércio...*, fora dito de autor desconhecido[86]. Um dos seus êxitos é *Jenny ou Os Tres Mercados de Flores de Paris* (*Rei e Ordem*, n.º 243, 1-XI / 20-1857, n.º 259). Júlio César Machado inscreve-o nos "Perfis. Paulo de Kock" d'*A Illustração Portugueza* (n.º 9, 25-VIII-1884).

O êxito de Kock, em renovadas traduções desde 1837, roça o final do século[87] e vê-se, mesmo, elogiado num contexto de verrina ímpar de Gomes Leal contra a monarquia estertorada: «Muito mais governou [do que D. Manuel II] e teve decerto o prestígio no seu tempo, o *Homem dos trez calções*, de Paulo de Kock, que tanto fez rir as nossas bôas avós, de bandós sobre as palidas faces, que lhes ficavam assás bem.»[88]

[85] *Viagens na Terra Alheia. De Paris a Madrid*, Lisboa, 1863: 213.

[86] *Os Gafanhotos*, n.º 2: 34-35.

[87] *O Norte Trasmontano* [Semanal, Religioso, Politico e Litterario, Bragança, 14-V-1895] não faz a festa por menos: «Eis as mais sensacionaes publicações que actualmente estão postas á venda nas principaes livrarias portuguezas, e cuja leitura recommendamos aos nossos estimaveis assignantes: // *O Bigode* – 7.º fac. [*sic*] Magnifico romance da collecção P. de Kock, traduzido por F. F. da Silva Vieira e illustrado com magnificas gravuras. Fasciculos semanaes, a 40 reis. O preço da obra, 2 vols., não escederá a 800 reis.» A colecção era republicitada em 8-IV-1898.

[88] *Verdades Crúas*, n.º 5, Lisboa, s. d.: 75. Trata-se de caderninho de 16 páginas, com saída aos sábados. *L'Homme aux Trois Culottes ou la République, l'Empire et la Restauration* é de 1841 – traduzido em 1841 –, leitura, aliás, de D. Paula de Albuquerque, "a mulher que o mundo respeita" no camiliano *Coração, Cabeça e Estômago* (1862). Também Tibúrcio Pimenta, em *O Senhor Ministro* (*Narcóticos*, 1882), é leitor de Kock.

Várias biografias de Karl Marx nomeiam Kock, Dumas pai, Scott, Balzac, entre os modernos que ele mais apreciava.

Eugène Sue (1804-1857) é bilinguizado no auge da fama [*L'Abeille*, n.º 47, 1-VIII-1842], antes de a Igreja verberar nele o corruptor de almas. Se Hugo e Dumas ainda espreitam nas *Viagens na Minha Terra*, é Sue (III, V, IX, XIII) que todos lêem na hora em que *Os Mistérios de Paris* e esse «interminável e mercatório romance» (IX = *O Judeu Errante*) fazem furor, pese a um Garrett servindo-se do diminutivo para apoucar as fórmulas do Francês... A "Critica Litteraria" de A. X. Rodrigues Cordeiro na *Revista Academica* / Jornal Litteraria e Scientifico (Coimbra, vol. I, n.º 6, 1-VI-1845: 78) dá o mote:

> [...] todas, ou a maior parte das obras d'este grande escriptor socialista tem por fim uma reforma bem entendida. Os seus romances não teem só por fim o recrear-nos, se nos havia de dar uma dissertação, que o povo não lia, [...] veste tudo isto de ficções poeticas, com que interessa as turbas, vai-as imbuindo nestas doctrinas altamente sociaes, vai-as preparando para a reforma, que é o progresso nos costumes, e na civilisação.

No mesmo local (n.º 8, 1-VII-1845: 125), A. de Serpa repete, à vista d'*Os Mistérios*... (10 vols., 1842-1843, ano, este, da adaptação à cena; trad. port., Porto, 8 vols., 1843-1846[89]), como ganham em imaginação o que perdem em filosofia, concluindo para a literatura de então: «Mas é principalmente á eschola litteraria moderna que cabe a gloria de fazer da litteratura um meio e não um fim, – um meio de aperfeiçoamento moral.»

Já a dramatização, em 5 actos e 17 quadros, de *O Judeu Errante* (10 vols., 1844-1845; teatro, 1849; trad. port., 10 tomos em 5 vols., Porto, 1844-1845), que Sue executa com dois colaboradores, merece a reprovação de sectores franceses, que aproveitam ao ortodoxo diário *A Nação*, aqui transcrito segundo o *Jornal da Sociedade Catholica* / / Promotora da Moral Catholica / em toda / A Monarchia Portugueza (Lisboa, 1844-1853; n.º 18, 22-XII-1849: 168-170), que critica a indústria do folhetim e G. Sand: «Mais tarde apareceu o mercantilismo

[89] A. A. Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal. 1835/1850*, cit., falha a edição da Typographia de João Nunes Esteves, Rua Augusta N.º 126 e 127, 1848, sem nome de tradutor, nas medidas de 11 x 7, 8 cm (*infra*-bolso).

na imprensa, [...]. Mr. Eugenio Sue publicou *Os Mysterios de Paris*, esta infame epopea dos logares indecentes, esta longa apotheose dos forçados interessantes das virtuosas prostitutas.»

O Judeu Errante seria mais condenável, pois, a pretexto dos Jesuítas, é o clero em geral que sai trucidado[90]. Mas a corrente era imparável. Por folhetim solto d'*A Restauração* (Lisboa, 25-V-1842/14-X-1846, n.º 966; n.º 716, 18-II-1845), vemos como este já ia no cap. XXXI; *A Coalização* (= *A Coallisão*, Porto, 2-I-1843/23-IV-1846, n.º 92; n.º 70, 27-III--1845) dava o fim do quarto volume; no final de 1849 (ver desde 26-XI), *A Lei* publicita-o regularmente, além de dedicar anúncios majestosos a "*Os Mysterios do Povo ou / Historia de Uma Familia de Proletarios*" (9--VIII-1850); de 24-IV-1850 é o anúncio, no semanário *Apollo* (n.º 16), d'*O Judeu Errante* / Jornal de Modas e de Litteratura Amena / Dedicado ás senhoras, com o que o vírus do Mal maculava os toucadores, ou as estantes, com a portuense Bibliotheca das Damas, que o anunciava na Primavera de 1862; em 1851, estes dois principais títulos fazem furor na Madeira[91]. *O Instituto* coimbrão dá-o como paradigma do romance coetâneo[92]. Camilo, que já figurara D. Catarina, a terceira mulher amada

[90] O mais vivo opositor é António Lúcio Maggessi Tavares, que, só em 1845, assina *Breves Reflexões sobre Algumas Materias Contidas nos Quatro Primeiros Volumes do Judeu Errante; Demonstração dos Erros e Contradicções Mais Notaveis da Obra de Eugenio Sue Intitulada "O Judeu Errante" até (e com Especialidade) ao Nono Tomo da Mesma; Terceira e Ultima Parte da Analyse da Obra de Eugenio Sue Intitulada "O Judeu Errante"*. Ver carta ao autor, matizando a questão, de Silvestre Pinheiro Ferreira, em *Portvcale* (Porto), vol. X, n.º 55-56, Janeiro-Abril de 1937: 34-35. Ainda em 1854, nota do n.º 17, 30-IV: 131, d'*A Cruz* camiliana verberava quem «recebeu cem mil francos» por romance «expressamente escripto para descredito dos jesuitas».

[91] *O Archivista* (Funchal, 7-XII-1850 / 27-XII-1851), n.º 34, 26-VII-1851, publicita a nova edição, correcta, com 80 estampas, d'*O Judeu Errante* como «o melhor dos tempos modernos, traduzido em todas as linguas da Europa». No n.º 37, 16-VIII-1851, vêm as condições de assinatura d'*Os Mistérios de Paris*, a reimprimir em dez volumes e 40 estampas. *A Gazeta Popular* (Lisboa, 29-VII / 15-VIII-1875, n.º 19), n.º 13, 11--VIII-1875, folhetiniza *Kernok, o Pirata*, primeiro romance de Sue [*Kernoch le Pirate*, 1830].

[92] J. Simões Ferreira, "Os romances e a educação", *O Instituto*, n.º 8, 15-VII-1859: 133: «O romance actual está sendo a grande escola do mundo. É um campo vasto onde se estão debatendo as questões de mais vulto para a moral e para a sociedade. [...] //

por Silvestre da Silva, em *Coração, Cabeça e Estômago* (1862), conversando «com todos os pespontos de tagarela muito lida em Eugénio Sue», ou a "bonita" Guilhermina de *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado* (1863) amando este, na falta de Sue[93], caricatura esta recepção muito anos 40 no *Eusébio Macário*: a filha Custódia «conhecia ditos das novelas, e andava a ler a tradução dos *Mistérios de Paris* que lhe emprestara a D. Libânia da Casa Grande, uma doida que se apaixonara por Eugénio Sue, idealizara o romancista sob a lua cheia das noites castas e tépidas de Agosto; depois reclamara-o com suspiros às estrelas, à Ursa Maior, à viração balsâmica dos pinhais murmurosos. Muito romântica, sempre espapada numa madradice lírica. Por fim, como Eugénio Sue não viesse, casou com o D. João Feitosa, [...]. Fora ela quem iniciara a Custódia na literatura dissolvente; [...].»[94]

// O gôsto de saber tem-se generalisado a todas as classes e a todos os individuos, e nem todos têm a facilidade ou o tempo de se dedicarem ao estudo arido da sciencia. Para estes é o romance alimento adubado a seu paladar, e cuja força alimenticia é egualmente a mesma. [...] // Poucos aturam de bom grado a leitura de *Louis Blanc*; mas todos leram d'um folego o *Judeu Errante*.»

[93] No cap. XI: «Sabia o *Judeu Errante*, o *Martim-o-Enjeitado*, os *Mistérios de Paris*, e andava decorando, em Sintra, a *Salamandra*. Dizia ela que, a não poder amar um querubim, só amaria Eugénio Sue; mas, à falta do anjo e do romancista, amou Basílio Fernandes Enxertado, que valia mais que ambos os outros.» *A Salamandra* é dos menos citados, mesmo se A. P. Lopes de Mendonça dedicou a "Revista Litteraria" d'*A Revolução de Setembro* de 29-IX-1846, n.º 1611, a este romance marítimo. O mesmo diário iniciou, em 25-XI-1847, "Os Sete Peccados Mortaes, por Eugenio Sue", inaugurados com *A Soberba*, suspenso desde o n.º 1783 do ano seguinte, que não parece ter rendido. *O Ecco Popular* (Porto) dedica o melhor de 1847 (até 21-X; entre 23-X e 29-XII) a *O Aventureiro ou A Barba Azul* e *O Marquês de Letoriere*, este largamente publicitado, com venda simultânea, avulsa, das folhas entretanto traduzidas. Ao analisar "O anno de 1848 (Revista retrospectiva)", n.º 2045, de 5-I-1849, Mendonça fixa-se no *judeu* e nos *mistérios*. O sucesso europeu de Sue é registado em 16-VI-1849.

[94] Ed. cit., 1991: 81-82. Ramalho Ortigão, ao descrever o Porto intelectual de 1850, em *Quatro Grandes Figuras Literárias. Camões, Garrett, Camilo e Eça*, Lisboa, Emprêsa Literária Fluminense, ^{3}1934: 139 [trata-se do prefácio à 5.ª ed., monumental, do *Amor de Perdição*], assinala que «tinham algum curso, e andavam de emprestimo pelas familias curiosas de leitura amena, alguns dos romances de Eugène Sue, [...]. Lia-se tambem Paulo de Kock, traduzido e editado em Lisboa, [...]. N'um famoso estudo critico, o austero e venerado Alexandre Herculano tinha posto as pessoas honestas de sobreaviso contra a dissolvente literatura de botequim cultivada por Balzac e por Ale-

Paul Féval (1817-1877) lucra com a moda dos *mistérios* – de Londres, os seus (sob o pseudónimo de Francis Trolopp; 11 tomos, 1844; adaptação teatral, 1848), e não espanta que Camilo diga os de Lisboa (1854). Embora traduzido desde 1841, ficará mais conhecido por *Le Bossu ou le Petit Parisien* (1859; em *Le Siècle*, 1857) – Lagardère ainda participa do nosso léxico –, a cada passo recuperado pelas folhas mais conspícuas; eis o tipo de artista cuja vida sai transformada pela própria obra[95]. O *Archivo Contemporaneo* / Jornal Litterario (1865) preza-o muito. *Os Casacas Pretas*, folhetim do *Jornal do Comércio*, é um dos êxitos editoriais de 1870 a 600 réis. Ao fazer um balanço das novelas de Dumas, Balzac, Sue, Féval e Sand, a *Revista Universal Lisbonense* atribuía-lhes, em 6-V-1852 (p. 468), respectivamente, 592 volumes, 215, 293, 252 e 95.

Outra vedeta é Octave Feuillet (1821-1890), «conhecido e suavissimo escriptor» (*Jornal do Porto*, 26-X-1871), cujo teatro dodecassilaba em Cesário (também familiar de Zaccone, de quem, por certo, lera *O Correio de Lyão*, romance histórico traduzido por Mariano Fróis, no *Diário de Notícias*, começado em 28-XII-1873 e entrando por 1874) e teve A. Nobre no funeral[96]. *Le Roman d'Un Jeune Homme Pauvre*

xandre Dumas.» Camilo, mas sobretudo Ramalho, ironizavam com tal cometimento de Herculano n'*O País*. Folhetim de Sue, um enigmático *Kardiki*, inaugura *A Primavera* / / Jornal Litterario e Recreativo, Lisboa, 11-VIII / 3-X-1868, n.º 3. Duas espécies bibliográficas fundamentais para E. Sue: além de Jean-Louis Bory, *Eugène Süe – Le Roi du Roman Populaire*, cit., *Europe*, *dossier* Eugène Sue, n.º 643-644, Nov.-Déc. 1982.

[95] «Ce nègre-là a su prendre sa revanche sur la littérature. Après avoir écrit pour les autres, Paul Féval a écrit pour lui et sous son nom. Bien sûr on le connaît surtout pour *Le bossu*, mais on gagnerait à le découvrir à travers *Les habits noirs*, une épopée criminelle rééditée aujourd'hui en deux tomes (Bouquins/Laffont). C'est tellement sanglant que, pris de remords, Féval décide de se convertir au catholicisme et de se retirer au couvent pour se faire pardonner d'avoir mis en scène de si atroces forfaits!» *Lire* (Paris), 139, Avril 1987: 150.

[96] «Na representação de um drama de Feuillet», "Humilhações", *Obra Completa de Cesário Verde*, Lisboa, Portugália, s. d.: 33. Zaccone, na p. 36. Para A. Nobre, ob. cit.: 157. Há um folhetim-carta de Gomes Leal sobre Feuillet no *Diário de Notícias* de 12-XI-1874 e Maria Amália Vaz de Carvalho alarga-se em "Octave Feuillet / *Une Morte* / / O Casamento e a educação", *Alguns Homens do Meu Tempo. (Impressões Litterarias)*, Lisboa, 1889: 257-291.

(1858) foi vertido por Camilo: primeiro, em folhetins d'*O Comércio do Porto* (11-I/2-III-1861), como *O Romance de Um Homem Pobre*; depois, omisso em alguns capítulos, em livro (1865), como *[O] Romance de Um Rapaz Pobre*. É ponto cardinal na "revista da semana" de Chagas:

> [...] Não imaginem que Victorien Sardou pertence a essa detestavel escóla, que se chama realista, e cujos pendões são arvorados por Champfleury, e Ernesto Feydeau. [...]
> [...] Castiga os vicios e os ridiculos sociaes sem a brutalidade dos escriptores realistas. Por traz do observador presente-se o poeta. Para observar é da escola de Balsac, para escrever é da escola de Octavio Feuillet[97].

O benefício da actriz Emília Adelaide, a 21 de Novembro de 1866, no Teatro da Rua dos Condes, reunia a comédia em 1 acto *A Berlinda*, original de J. C. Machado, e o drama em 5 actos e 1 prólogo *A Redenção*, de Feuillet[98]. Os "Ensaios de Critica Litteraria" de F. Guimarães Fonseca n'*O Amigo do Estudo* (1867) respeitam-lhe: após generalidades no n.º 1: 4-5, retoma-se nos números 2: 11-12, e 7: 49-50, definitivo: «Octave Feuillet é um estylista primoroso em todo o rigor da palavra, e é um pensador profundo: [...].» (p. 11)

Ramalho, que traduziu a *Esfinge* – «uma verdadeira obra-prima entre as mais belas e as mais poderosas criações da arte moderna» –, defende-se, e ao seu autor, n'*As Farpas* de Novembro-Dezembro de 1874, de dois ferozes críticos. Crónica parisiense sobre o automóvel, em 1904, trazia à colação o dissolvente autor: «O automovel, ao que parece, arrasta ás aventuras como os passeios equestres nos romances de Octave Feuillet. É uma outra forma de encontro nos bosques ou dos acidentes de cavalgata pelos dias de tempestade, como no romance 'Julie'.»[99]

[97] *Gazeta de Portugal*, n.º 320, 6-XII-1863. No *Jornal do Commercio* de 12-IV-1865, *O Romance dum Rapaz Pobre* é modelo dos «mais ferventes adoradores do ideal».

[98] *Semana Theatral* (Lisboa), n.º 10, 23-X-1866.

[99] "Porque teem as mulheres má-língua", *Diario Ilustrado* (Lisboa), 8-III-1904 [rep. em Frederico Cruz, org., *Antologia do Jornalismo Português*. Tomo Primeiro. 1900--1909, Lisboa, Instituto de Angola, 1964: 149-152 (p. 150)].

Se um visconde, D'Arlincourt, é assunto de conversa em personagens de Féval, tantas as reedições que saúdam fecundidade[100] – e modela a prosa ante-folhetinesca –, outro visconde, Ponson du Terrail (1829-1871), um «chorado Terrail»[101] ainda em 1884, torna-se, para curta vida, superior representação do género.

O frenesim é a sua lógica. Folhetins em cinco jornais simultaneamente, em 1865; a série de Rocambole, cuja forma adjectiva diz as mil e uma peripécias inverosímeis já irrompendo num título de 1859 (a edição completa, *Rocambole ou les Drames de Paris*, 20 títulos em 4 vols., é de 1884) e que o cinema prolongou; com o mesmo sentido, afirmação do nome em *terralhismo*, *terralhesco*, que, pouco lidos em Ramalho Ortigão [*Gazeta Literária do Porto*, n.º 16: 147-149] e J. Gaspar Simões, os dicionários ignoram. Os anos 70 cabem-lhe por inteiro:

> Hoje que nós, Portuguezes, humildes subditos do visconde Ponson du Terrail, levamos o abatimento a ponto de quasi nos orgulharmos da nossa sujeição, hoje que todos os jornaes publicam em folhetim os romances do inesgotavel visconde, e que as suas obras atulham, tanto no original como em versões, as casas dos livreiros, seja-me licito recordar com saudade o tempo em que o nosso ardor por este genero de litteratura nos levava ás vezes a escriptores taes como Méry e Léon Gozlan, Paul Féval e Emma-

[100] Fala-se de obra que, publicada, «teria um exito louco», acrescentando alguém: «– De vinte edições, como o senhor d'Arlincourt!». P. Féval, *Os Facas de Oiro*, trad. de J. L. Rodrigues Trigueiros, t. I, Lisboa, Typ. Lisbonense d'Aguiar Vianna [Bibliotheca Romantica], 1859: 17. *Ipsiboé*, de D'Arlincourt, tradução de A. V. de C. e Sousa, 2 tomos, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, M.DCCC.XXXV, inaugura a trintena de traduções, entre 1835 e 1850. "O Visconde d'Arlincourt" é evocação, na sua morte (1789-1856), n'*O Liz*, n.º 5, 3-V-1856: 34. F. Leite Bastos, ao recensear *O Esqueleto* camiliano n'*A Revolução de Setembro* (8-III-1865), di-lo fronteira: «A literatura melodramatica terminou com o visconde de Arlincourt e terminou muito bem. Desde então os personagens dos romances deixaram de ser tetricos e impalpaveis e passaram a viver como vive toda a gente.» Esse «nome mortal» é parodicamente glosado em carta de Eça [*Gazeta de Portugal*, 3-XI-1867] a Carlos Mayer. Ver, agora, em Eça de Queiroz, *Correspondência*, I, org. e notas [anotações] de A. Campos Matos, Lisboa, Caminho, 2008: 33.

[101] Eça de Queiroz, *Correspondência*, I, org. e notas [anotações] de A. Campos Matos, Lisboa, Caminho, 2008: 341.

> nuel Gonzalès, os quaes ao menos, como o Alexandre Dumas e o Frédéric Soulié dos melhores dias, sabiam o que é e o que vale um bom livro, [...][102].

Não se estranha, assim, que D. Felicidade lesse o *Rocambole*: «Tanto lho tinham apregoado! Mas era uma tal trapalhada! Embrulhava-se, esquecia-se... E ia deixar, porque tinha percebido que a leitura lhe aumentava a indigestão.»[103] Pinheiro Chagas, numa "Revista do Seculo" para *A Ilustração Portuguesa* (2.º ano, n.º 43, 10-V-1885), conta como Pedro Correia da Silva – editor daquela que, antes, lançara o *Diario Illustrado*, a que sucedera o *Correio da Europa* – agarrou os leitores para a ainda predecessora *Bibliotheca dos Dois Mundos* dando-lhes Ponson, de quem só lera meio volume. Já não chegavam as aventuras cavalhei-

[102] Luís Garrido, "Prosper Mérimée", *Ensaios Historicos e Criticos*, Primeira Série, Coimbra, 1871: 61 [ou *Estudos de Historia e de Litteratura*, Lisboa, 1879: 139]. O próprio Garrido estreara "Keumark" no *Diário de Notícias*, em 25-I-1870; nos restantes catorze números, até 16-II, sai "Kenmark", como registará Inocêncio. *Cf.* retrato e biografia no *Diario Illustrado*, 4-II-1882.

Luís Garrido (1841-1882) estreou-se com *Dois Aniversários* (1865), novela histórica, cujo título definitivo será *Quadros da Vida Romana – Aureliano* (1874), em que se marca um interesse continuado pelas origens greco-romanas de Portugal. Diplomado em Filosofia (1862) e Direito (1873) – tratou *Do Adultério do Marido*, 1877 –, advogado e sócio efectivo da Real Academia das Ciências, onde editou os *Portugaliaa Monumenta Historica* e leu memórias depois em volume, apagou-se para iluminar figuras e molduras históricas, de entrada romanas e gregas, aqui e ali francesas (*Os Trágicos da Grécia.* 1.ª Parte, 1879; *Elogio Histórico de Thiers...*, 1880; *L'Histoire Romaine au Septième Siècle. 622-677*, 1881). Essa faceta, ainda quando combinada com esboços de ensaísmo literário, reiterava-se nos *Ensaios Históricos e Críticos* (antes, no quinzenário coimbrão *A Civilização* [*sic*], lançado, numa primeira fase, entre 5-XII-1869 e 20-XII-1870), que refunde como *Estudos de História e de Literatura* (Lisboa, 1879; reed., 1923, pref. de Fidelino de Figueiredo). Ao atender a Prosper Mérimée, aproveita para recensear a presença francesa entre nós, e anota polemicamente D. António da Costa e Tomás Ribeiro (textos estes saídos n'*O Instituto*).

Em 12-III-1871, *O Primeiro de Janeiro* anunciava que Camilo escrevia para o seu rodapé umas *Cenas da Tragédia Humana* (= *Livro de Consolação*): «Cuidamos que assim não terão [os leitores] porque alimentem saudades do famoso *Pouson du Terrail* [*sic*], cujas buffonerias e pochades ainda não conseguiram inspirar o pilheriante maestrino Offenbach.»

[103] Eça de Queiroz, *O Primo Bazilio*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s. d.: 94.

rescas de Dumas, a sentimentalidade ardente dos heróis de Sue. O público preferia, agora, «seguir com anciedade as aventuras de um patife que não perseguisse em toda a sua vida senão o oiro». Acrescenta: «O successo foi extraordinario. Com que anciedade seguiam as leitoras as aventuras de Rocambole, [...]! Os assignantes assaltavam de dia e de noite o escriptorio, [...]. // Explorára, como era seu direito de editor, a imbecilidade publica.»

Menos sorte tivera David Corazzi, que de tudo se desmuniu para se estrear na edição com um insucesso – *Les Chevaliers de la Nuit* (1855); frouxo, Beldemónio di-lo recém-publicado:

> As aventuras de *Rocambole* enchiam os folhetins de dez jornaes e a imaginação em delirio de uma população inteira; tinham invadido o espirito publico, açambarcado as preoccupações do paiz, tomado os menores escaninhos da actividade nacional, desde os interiores burguezes até ás secretarias de Estado, desde as classes dirigentes até ás classes dirigidas. Apoz o *Rocambole*, machina romantica de grande folego, Ponson acabava de publicar os *Cavalleiros da Noite*, romance de capa e espada[104].

O *Diário de Notícias* começara, em 18-II-1870, *Velhos Ódios* (no original, *Dragonne et Mignonne*); traduzidos por Mariano Fróis, *O Lago dos Fantasmas* vai de 4-II a 3-IV-1873 e *Clarim de Lanceiros* de 17-XI a 25-XII-1873: porque não havia de ter êxito?, deve ter perguntado Corazzi. *Os Cavaleiros da Noite*, três volumes por 1$500, estão disponíveis desde Novembro de 1870 – para o fracasso. A empresa Horas Românticas dera, em Março, as cinco primeiras folhas de tão «festejado romance», e não faltariam «brindes por lotaria em todos os volumes»[105] – já em Maio, uma taça de prata –, que auguravam êxito livreiro, enganoso. As *Maravilhas do Homem Pardo*, dado como último da rocambolesca saga editada em Portugal, passou como original, quando era de... F. Leite Bastos[106].

[104] Beldemónio, "Os Grandes Editores // David Corazzi", *O Arauto*, n.º 6, 11-II-1886.

[105] *Jornal do Commercio*, 4-IV-1870.

[106] O «nosso Terrail», lia-se na 'Chronica' d'*A Revolução de Setembro* de 10-IX-1879. Conta Mayer Garção, "Leite Bastos", *Os Esquecidos*, Lisboa, 1924: 15: «Na

Na sua morte, o "Noticiario" do *Jornal do Porto* (29-I-1871) é veemente:

> A perda de Ponson du Terrail deixou um vacuo profundo na litteratura europeia. Este nome representou e ha de representar, atravez das gerações futuras, o que no romance póde haver de collossalmente tectrico, enlabyrintado e tempestuoso.
> Nos seus livros, cheios de mysterios e de sombras, ressaltam as inverosimilhanças, [...].

Jules de Saint-Félix (1806-1874)[107], o «espirituoso folhetinista francez» Alphonse Karr (1808-1890)[108], Jules Sandeau (1811-1883)[109],

confecção dêsse romance sucederam a Leite Bastos percalços interessantes. Nunca o pobre romancista fôra a Londres. O que êle sabia das suas ruas, das suas praças, dos seus monumentos era o que tinha lido nos próprios romances de Ponson, anteriores ao que estava escrevendo para a mesma série. Davam-se então curiosas incongruências. Para ir de uma rua a outra, que distavam meia dúzia de passos, Leite Bastos fazia as suas personagens gastar uma hora. Para ir de um a outro extremo de Londres dava-lhes dez minutos...» Henrique Marques, *Memórias de Um Editor*, Lisboa, Livraria Central Editora, 1935: 92-94, acrescenta episódios à aventura de Leite Bastos, que assim fabricou 8 vols. rocambolescos. Jorge de Sena, "*La Cathédrale Engloutie*, de Debussy", *Arte de Música*, 1968: «[...] Lera / o Ponson du Terrail, o Campos Júnior, o Verne e o Salgari, e o Eça e o Pascoaes. [...]». Ver Mathias Jackel, "Thématisation de reférences littéraires, ironisation de la fiction et parodie dans *L'Héritage Mystérieux* (1857) de Ponson du Terrail", *Intercâmbio* (Porto), 5, 1994: 205-214.

[107] *As Primas de Satanaz* dominam 1866 no *Jornal de Lisboa*, sobrelevando excerto hugoliano, *Os Operarios do Mar*, 7-VI.

[108] *A Aurora Litteraria*, Funchal, n.º 5: 40. "Uma illusão na realidade" faz a transição de 1858 para 1859, n'*O Comércio do Porto*, donde *Rei e Ordem* transcreve excerto, "As Willis", 24, 26-X. M. Gomes de Amorim e J. Belard da Fonseca, redactores d'*O Independente* / Folha Semanal, Litteraria, Critica e Noticiosa (Lisboa, 19-IX-1893), efemerizam-se com o folhetim *Debaixo das Tilias*, êxito continuado desde a estreia, *Sous les Tilleuls*, 1832.

[109] Leitura, com Sand, Féval, Arsène Houssaye, Feuillet, daquela ainda tão jovem D. Isabel de *Fatal Dilema* (1907), de Abel Botelho; vejo *A Família Penarvan* [*La Maison de Penarvan*, 1858] folhetinizando o n.º 100 d'*O Chronista* (ano 2, Cartaxo, 5-III-1888), redigido por Marcelino Mesquita. Comparece em *Estrella d'Alva* / Semanario Litterario (Lisboa, 5-XI-1860/Julho de 1864, vol. 4, n.º 40).

Xavier de Montépin (1823-1902)[110], Émile Gaboriau (1832-1873)[111], Émile Richebourg (1833-1898)[112], Georges Ohnet (1848-1918), Jules Mary (1851-1922), Pierre Sales (1854-1914), Pierre Decourcelle (1856--1926), são alguns celebrados, na viragem do século, e no quartel seguinte[113], em fascículos/cadernetas semanais e em tomos mensais.

[110] «Habituada á leitura de novellas deprimentes, com a sensibilidade estragada por Terrail, Montepin e quejandos romancistas a mulher não é nem pode ser, [*sic*] o anjo bom e tutelar da familia; é apenas um ser doente e inferior que irá inocular as gerações vindouras.» Agostinho Fortes, "Educação da mulher", *A Pátria* (Lisboa), 8-II-1900 [reprod. em Frederico Cruz, org., ed. cit.: 19-21 (p. 21)]. Aos 20 anos, Montépin já era traduzido em Portugal.

[111] *Le Crime d'Orcival*, 1867, traduzido por Mariano Fróis, passa no *Diário de Notícias* desde 24-VI-1874.

[112] Duas vedetas da Bibliotheca Serões Romanticos, com tipografia na Rua da Cruz de Pau, 26, Lisboa, que deste deu, nomeadamente, *A Mulher Fatal*, e, daquele, *As Doidas em Paris*, versão de Júlio de Magalhães, 6 vols., s. d., anunciados n'*O Primeiro de Janeiro* a partir de 23-XI-1879 e, ainda em 10-III-1889, no bissemanário político e noticioso de Chaves *A Aurora do Tâmega*. O *400.000 Francos de Dote*, de Richebourg, a par de Perez Escrich, *A Culpa dos Pais*, são leituras reconhecidas em Agustina Bessa--Luís, *Doidos e Amantes*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005: 65. Recorde-se cena de distribuição de um Émile Richebourg no filme *A Vizinha do Lado*, de António Lopes Ribeiro, cuja acção se passa em 1912. *A Toutinegra do Moinho* «torna-se na minha primeira grande experiência de leitor», confessa José Saramago (*As Pequenas Memórias*, Lisboa, Editorial Caminho, 2006: 99), após evocar o «celebrado romance *Maria, a Fada dos Bosques* que tantas lágrimas fez derramar às famílias dos bairros populares lisboetas dos anos 20» (p. 94), distribuído em fascículos de 16 páginas. De facto, refere--se a *Maria, a Fada do Bosque*, 2 vols. ([2]1937), de Lorenzo de Gualtieri, traduzido por Francisco Bandeira.

[113] "Um dia de Lisboa em 1925" – 15 de Maio – serve para José-Augusto França rememorar «os folhetins dos jornais da manhã: uma diabólica *Torre de Nesle*, que Zevaco escrevera em 1911, no *Diário de Notícias*, uma obra de Paul Féval no *Correio da Manhã*, e *Os Mistérios do Povo* de Eugène Sue, n'*A Batalha*, Michelet posto em romance popular [. . .]» (*O Escritor*, n.º 6, Dezembro de 1995: 23-28 [27]). Relembra *Les Mystères du Peuple*, que «a nossa *Batalha* anarquizante fez traduzir e editar, para minha proveitosa e pedagógica leitura dos doze anos, com ilustrações e tudo», em *Memórias para Após 2000*, Lisboa, Livros Horizonte, 2013: 152. Com desprezo tratou Latino Coelho, *Cervantes*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, [2]1919: 100 e 115-116, a «epopeia infinita dos *Mosqueteiros*» e a «engenhosa puerilidade do *Monte-Christo*», bem como «a peste dos Eugène Sue, dos Balzac e dos Soulié», aos quais não augura posteridade.

Uma nota curiosa, e terminal, face ao sinalizado peso da autoria francesa, que até portugueses secundam[114]: mais do que indicações esparsas sobre a presença de outras nacionalidades, não vá sem dizer a novidade que, *em inglês*, constituiu "Love Stronger than Death / From the 'Pilgrims of the Rhine"', do gótico Bulwer-Lytton, folhetim n'*A Voz Feminina*, de proprietários com apelido Wood, e onde coexistiam correspondências e contarelos em francês e inglês – além de modas, em francês, claro... Outro caso, com mais espaço em italiano que em português, mas com folhetim em francês, é *Universo Artistico*, em 1858[115]. Integralmente em latim, só "Epistola" num folhetim de A. Gastone da Fonseca, no *Diário Ilustrado* (Lisboa, 27-III-1875).

A apreensão do mundo moderno, na sua ainda incontornável degradação, exige-nos no dia-a-dia uma tomada de consciência que, consciente ou subliminarmente, entronca, para muitos, na memória literária oitocentista:

> Assim, na proliferação dos bairros de lata do Terceiro Mundo, lemos a nossa própria história em filigrana. Ao calcorrear as ruas de Daca, de Bombaim, de Jacarta, de Manila, de Marráquexe, de Bogotá, contemplam-se a céu aberto as raízes da nossa civilização, percorre-se ao vivo um romance de Victor Hugo, de Dickens ou de Zola, cujos personagens, para nosso grande terror, tivessem subitamente começado a proliferar em carne e osso. Toda a literatura do século XIX, a qual não passa de um extenso comentário sobre a degradação de milhões de indivíduos em resultado dos estádios iniciais do desenvolvimento industrial, encontra aqui a sua plena actualidade[116].

[114] Cláudio José Nunes dá longo poema em francês, "La chute de Paris", no folhetim do *Diário de Notícias*, 31-I-1871.

[115] Não listei, apesar do subtítulo: Sciencias, Litteratura, Bellas-Artes e Theatros. / / Publica-se nos dias 10, 20, e 30 de cada mez (Lisboa, 20-I/10-III-1858, n.º 6).

[116] Pascal Bruckner, *O Remorso do Homem Branco*, trad. de Emanuel Lourenço Godinho, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990: 98.

10. Primeiros passos em Portugal

Essa "espécie literária", segundo João de Araújo Correia[117], terá sido «introduzida em Portugal por Evaristo Basto – homem de pena leve e cintilante. Falecido em 1865, deixou dispersos, nomeadamente n'*O Nacional*, rodapés modelares.» "Príncipe dos folhetinistas" para Camilo – epíteto que outros darão a A. P. Lopes de Mendonça[118] –, dele diz, no *Eusébio Macário*, «o criador do folhetim no Porto»[119], não em Portugal.

Que o problema não era fácil sabia-o aquele anónimo cogitador: «O – onde chegou o folhetim – levou-me ao – d'onde veio o folhetim? Um problema historico a resolver! [...]

[...] Ao cabo de fundas meditações, descobri que o padre Manuel Bernardes fôra o primeiro folhetinista portuguez.»

Abençoado padre. Na passada, elogia Júlio César, cujas duas mais recentes «collecções de folhetins», *Contos ao Luar* e *Cenas da Minha Terra*, partilhavam com *Luz e Calor* «descripções festivaes e luminosas, o chiste e as surprezas graciosas [...]»[120].

Afora Ovídio e Horácio, e citados o Verney do *Verdadeiro Método de Estudar* (pelo *Zacuto Lusitano*) e o padre da *Gazeta Literária* (por Camilo, Bruno, Rocha Martins, Tengarrinha), igual honra se distribui pelos autores de cavalarias[121], por Rodrigues Lo-

[117] Nota Preliminar às *Cenas Contemporâneas*, de Camilo, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1970: II.

[118] De um Bulhão Pato a José-Augusto França, fácil é encontrar os partidários de Mendonça como introdutor do dito em Portugal. Pato, cego pela amizade que vota ao seu "Lopes de Mendonça" – cap. VII de *Sob os Ciprestes* –, ainda confunde datas da produção literária deste, mas é memorialista a visitar com carinho.

[119] Ed. de 1991, cit.: 131. No cap. X, José Macário considera «chistosos» (p. 128) os folhetins de E. Basto.

[120] "Pitadas circumspectas", *Gremio Alemtejano* (Coimbra), n.º 26, 3-IV-1862.

[121] «Espécie de Alexandres Dumas ou de Eugénios Sues doutros tempos, os autores de romances de cavalarias viriam a ser [por *ter*] continuadores nos folhetinistas de capa e espada do século XIX e nos profissionais do romance policial da nossa época. O

bo[122] ou cabe a Vieira e ao Cavaleiro de Oliveira[123], entre outros[124], sem

folhetim, ainda hoje lido com avidez, eis o herdeiro dessa tradição, primeira prova estandardizada de um género literário em que a acção prepondera e o imprevisto faz lei.» J. Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*, cit.: 78. Ao analisar certo passo de *Menina e Moça* como típico do romance de cavalarias, volta à carga: «É manifesto o tom de folhetim.» (p. 101)

[122] «Por isso, a pastoral de Rodrigues Lobo assemelha-se simultaneamente a um folhetim e a um drama lírico, em virtude de criar no leitor expectativa relativamente à sequência das aventuras amorosas» etc. (Maria Ema Tarracha Ferreira, "Introdução", F. R. L., *Corte na Aldeia*, Lisboa, Ulisseia, Lisboa, 1990: 45. Esta ideia é inspirada em Maria de Lourdes Belchior, *Itinerário Poético de Rodrigues Lobo* [1959], Lisboa, INCM, 1985: 117-118, que concede à novela pastoril «génese e destino semelhantes aos do romance-folhetim. Lereno explora a curiosidade dos leitores, no final da *Primavera*, ao escrever: 'o que a ambos sucedeu com o seguimento de suas histórias que se verão ao diante no Pastor Peregrino' (*Primavera*, pg. 247). É o anúncio da continuação da novela, em estilo folhetinesco, com a criação 'do suspense' que aguça a expectativa.»

[123] «Muitos sermões do padre Antonio Vieira são verdadeiros folhetins, sagrados é verdade, com seus trocadilhos e jogos de palavras, ou *calembours* como hoje se diz, e rivalisando no paradoxo com o mais endiabrado escriptor moderno, e assim tambem muitas paginas d'aquelle grande ratão do Cavalheiro [*sic*] de Oliveira, mas o que podemos dizer é que elles, como o Jourdain, de Moliere, fazia prosa, faziam folhetim sem desconfiar de tal coisa.» Luciano, "Folhetim", *Semana Theatral*, n.º 6, 24-IX-1866. N'*A Patria*, n.º 33, 19-I-1856, Job relacionava "Os sermões e os folhetins": «Os folhetins substituiram os sermões. [...] Para provar que o sermão fôra folhetim antes de ser sermão, bastava-nos a sublime apostrophe dirigida a Roma pelo padre Vieira: 'lembra-te, Roma, que és pó' e que termina pela mais folhetinistica phrase de que temos noticia: 'Oh que sisuda seria a cabeça do mundo se se visse bem na sua caveira!'.» A inelutável passagem, a fragilidade da vida humana, sustentam a diligência de género borboleteante.

[124] «Em Portugal, o folhetim começou grosseiramente no "Almocreve das Petas" e no "Barco da carreira dos tolos", como notou Rebello da Silva. José Daniel, que comprehendeu o espirito proeminente da epoca, procurou fazer a critica dos acontecimentos e das pessoas do seu tempo, provocando o riso, com a graça saloia e com a chufa grosseira, [...]. // Era o embryão do folhetim, preparado á portugueza velha e pautado pelos modêlos da *Eufrosina* de Sá da Miranda [*sic*; é de Jorge Ferreira de Vasconcelos] e do *Fidalgo aprendiz* de Francisco Manoel de Mello. O verdadeiro folhetim, tal como nós hoje o conhecemos, "a critica ligeira, risonha e fugitiva que borboleteia ao de leve por cima das flôres" [,] como disse tambem Rebello da Silva, veio de França junto com os primeiros albuns que de la recebemos, ao tempo que Julio Janin era moço, [...]. // // Garrett [...] foi o primeiro que trouxe para Portugal o folhetim francez, amaneirado, elegante, *chic*. [...] Garrett era porém o folhetinista do livro; faltava em Portugal o folhetinista do periodico. Esse homem appareceu, – foi Lopes de Mendonça. Durante

a pertinência que outros viram nos lusos *Naufrágios, Viagens, Fantasias & Batalhas*[125] e na *Peregrinação*[126]. Mas vamos ao que interessa.

O Nacional (Lisboa, 3-XI-1834/30-XII-1842, n.º 2229) percebe, desde 6 de Maio de 1836 (já, pelo menos, n'*A Aguia*, 11-VII-1834[127], e n'*O Compilador*, Lisboa, 10-I-1836), a diferença entre duas secções: 'Variedades' é espaço de "Conto Moral", enquanto 'Litteratura' recolhe "Juizo Critico", ou recensão. Em números posteriores, confirma-se a diferença: as 'Variedades' de 4-I-1837 trazem as *Palavras d'Um Crente*, traduzidas por Castilho; a rubrica 'Litteratura' de 3-V-1838 debruça-se sobre "Archytectura e Typographia" // (Continuar-se-ha), ao lado de conto nas 'Variedades'. Mas, como n'*O Panorama* (por força das duas colunas), a coluna mantém-se 'chouriço', desfeito em alguns títulos e momentos diferentes, quando já se vai tomando consciência de uma imposição gráfico-redactorial:

a) *Periódico dos Pobres no Porto*, em 1-I-1838;

b) *O Athleta*[128], em 6-II-1839;

---

muitos annos exerceu elle brilhantemente o folhetim, – o folhetim que se compromette a apparecer todas as semanas, a fallar de tudo embora haja completa escacez de assumptos, a ser alegre, espirituoso e profundo, apesar de se dar ares de leviano.» Alberto Pimentel, *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*, Porto, 1872: 63-64. Antes, inspirado na coetânea fotografia, dissera: «A missão do folhetim é pois photographar, apanhar os acontecimentos d'um só jacto e coloril-os com a luz que resalta do foco interior.» (p. 62)

[125] Para citar a selecção de João Palma-Ferreira, Lisboa, INCM, 1980, onde é caso do "folhetinismo marítimo", que Giulia Lanciani saúda e corrobora em recensão da *Colóquio/Letras*, n.º 61, Maio de 1981: 82-83 [83].

[126] *Le Monde*, 21-VI-1991, sugeriu, como leitura de férias, a tradução tirada de Fernando [*sic*] Mendes Pinto, «un feuilleton à grand spectacle».

[127] Diario Politico, Literario, Analytico, e Mercantil, abre sempre com «Sua Magestade Fidelissima, Sua Magestade Imperial a Senhora Duqueza de Bragança, e Sua Alteza Imperial gozam boa saude», ou «estão de saude». Torna-se *A Aguia do Occidente* no n.º 68, 8-X-1834, e jornal da oposição liberal, fechando ao n.º 94, 31-X-1834: 673. Mas a inicial *A Aguia*, mesmo subtítulo, prossegue no n.º 81, 5-XI-1834, e termina no n.º 134, 17-I-1835: 536.

[128] Porto, 1-VI-1838, até 31-X a 2 colunas. O n.º 30, de 6-II-1839, abre, a 3 colunas, o 2.º volume. O vol. 4, n.º 208, fecha a 31-XII-1841. Útil pode ser o regular "Mappa demonstrativo dos Expostos na Casa da Roda do Porto desde 10 até 20 de Fevereiro de 1839": contam-se, entre sãos e doentes, os que havia e foram expostos. Retiram-se

c) *Correio de Lisboa*, em 10-II-1839;
d) *O Nacional*, em 12-IV-1839.

a) O primeiro rodapé que encontro é de 1-I-1838: "Anno Novo". Os filetes descem às três colunas, cortadas, quando encontram aquele, por um duplo filete de um ponto encimado por outro de três pontos. Ou seja: ainda se triplica o duplo filete, quando a norma será um só filete a toda a largura da mancha. O que há de interessante, depois, é a alta (e talvez imbatível) frequência do rodapé, que funciona como editorial, ou entendimento político-social do que se passa no Reino. Com transição regular às páginas seguintes, assenta em diálogos entre o Barbeiro e o Freguês, ou procede-se à troca de correspondência entre aquele e o compadre [antigarrettiano], a Tia Micaela, o João de Espera em Deus, o Kikiriki Júnior, ou o Enxota-Cães do Palácio das Cortes, quando se não polemica com outros jornais. Em 31-I-1839, na p. 2, refere-se «o Folhetim do Athleta», que, com tal designação, ainda não existia. É a primeira vez, desde 1812, que encontramos o vocábulo, o que dá a entender um espírito de sistema ainda em germe. No número de 5-II--1839: 1, reitera-se o termo. Repetido vem, entretanto, nas p. 1-2 de 27-II-1839, 'folhetão' – ainda no quadro de polémica contra *O Atleta* –, o que denuncia toque pejorativo. assim entra por 1841, assumindo um espaço, sem o nomear. Neste ano, em 24 e 25 de Novembro, duplo filete corta, ao fundo, as duas colunas de *Miscellanea Politica / Pelo Auctor da Camara Optica* (Lisboa), mas o texto corta desde já as colunas na p. 2.

os que «sahirão para criação» e os falecidos (à margem, as doenças que causaram os óbitos); dá-se quadro final dos que ficam na roda, entre sãos e doentes, com o total por dia, entre 11 e 20, a saber, respectivamente: 30, 30, 29, 30, 30, 35, 38, 36, 32, 30. Até 11-XII, encontra-se um máximo de 53 em 16-IV. [Visão geral sobre "Os enjeitados em Portugal" está em Fialho d'Almeida, *Vida Errante (Livro Póstumo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970: 89-120.] "O Maganão do Garrett", o "Luso Demóstenes", sai malferido (n.º 101, 4-V-1839). Antes, houvera *O Athleta* / Periodico Semanal, Historico e Recreativo (Lisboa, 21-IV-1838), de João Nunes Esteves, dono de tipografia e livreiro na Rua da Prata – em 1826, na Rua dos Capelistas –, que, até ao n.º 6, 5-V-1838, com que finda a colecção, jura vingar a morte do filho, sentinela de um posto, assassinado pelos ministros de Maria II. Admira José Estêvão. Sucedem-se outros *atletas*.

b) O 2.º volume começa por, a três colunas, subir muito na primeira página, e mais na segunda, *O Baile Mascarado*, avisando da "[Continuação.]": não há, todavia, indicação de folhetim, nem vem assinado. Esta nova imagem gráfica vai de repetir-se; ainda que não diariamente, alterna o ficcional e o cronístico, mesmo o poemático. É numa das suas "fustigadellas" habituais à Imprensa adversa que refere os «folhetões e rasgos d'eloquência» do visconde de Sá da Bandeira (n.º 57, 9-III-1839), aumentativo que reitera – no que parece ser tradução de *feuilleton* – no n.º 65, de 19-III-1839. No n.º 159, de 16-VII-1839, irrompe o novo termo no respectivo espaço, mas ainda não à cabeça: «Correspondencia. / Snr. Redactor. / Acabo de ver no seu Folhetim do Athleta», etc.

c) Originariamente trissemanário (23-X-1837/22-I-1842, n.º 983, p. 4 694), transcritor atento da *Revista Literária* do Porto, concilia 'Litteratura' e 'Variedades', secção esta que, no n.º 222, de 10-II-1839, rodapeia nas p. 1, 2 e 3, com "Um baile na Assemblea Lisbonense". Sucedem-se artigos interessantíssimos[129], alternando com diversas 'cabeças': 'Miscellania', 'Publicações Litterarias', 'Litteratura', etc. Folhetim [-carta], como secção, no n.º 928, em 20-X-1841.

d) Fileta as páginas 1, 2 e 3 em 12-IV-1839, mas inscrevendo 'Variedades'. Em números seguintes, procura contos para uma só edição; o primeiro continuado é de 7-V-1839; três números pede "O anniversario

[129] Opta por novo e definitivo cabeçalho ao n.º 87, de 16-V-1838. *Um Auto de Gil Vicente*, então no Condes, merece-lhe atenção crítica nos números 125, 129, 134, de, respectivamente, 15-VIII, 25-VIII, 5-IX-1838. Mais importantes: "Romantismo", n.º 224, 15-II-1839, assinado Z.; "Do romanticismo", n.º 269, 20-IV-1839; "Do que hoje se chama romanticismo", n.º 270, 22-IV; n.º 272, 24-IV-1839; "Resumo dos artigos anteriores sobre o romanticismo", n.º 329, 8-VII-1839, assinados por A. Lista, que também subscreve "Da poesia considerada como sciencia", n.º 330, 9-VII-1839. Antes de "A missão do poeta" (n.º 433, 9-XI-1839), depara-se-nos "Eliéser, ou a Ternura Fraternal / Poema de Florian, [...]", por A. G., Almeida Garrett – deputado então muito citado nas colunas sobre as Cortes –, por parágrafo em que, ao avaliar a tradução portuguesa, remete para Filinto Elísio: «O stylo é bom, a linguagem casta. Acaso algum *perlucho* notará, aqui, alli, seu Filintismo que dirão fanatico pelo muito que o A. se vê que desconfiou de si para confiar ás cégas em seu mestre.» (p. 2 208)

de D. Miguel em 1828", iniciado a 13-I-1840[130]. O termo 'folhetim', sem titular, ainda, rodapé aliás intermitente, só comparece aqui em 22--VII-1842.

Antes, encontra-se, pela primeira vez, "Folhetão" no garrettiano 'jornal dos teatros' *O Entre-Acto* (n.º 18, 25-VI-1837: 75). O primeiro rodapé, sem, ainda, a indicação de 'folhetim', é de 1-I-1838. Em 31-I--1839, lemos a palavra "Folhetim" fora do seu contexto capital. Quando é que, afinal, se reúnem esta *cabeça* e o seu rodapé?

Atribuímos a primazia à segunda *Revista Theatral* (Lisboa, 1840), no espírito das origens teatrais da fórmula. Embora não datado, percebe--se que o n.º 3 é da primeira semana de Agosto de 1840: aí está 'Folhetin' – com n –, repetido nos números 4 e 8, este já de Setembro, quando a publicação se suspende. Não assinado, o rodapé-carta, nas páginas 1, 2, 3 – ainda na p. 4, no n.º 8, aquando da 'resposta' do interlocutor –, fala de danças assistidas no S. Carlos. A maqueta, sempre à mesma altura, tipifica o género.

O Portuguez (Lisboa, 14-XII-1840/1-IV-1841, n.º 85) prefere, no n.º 7, de 21-XII-1840, "Folhetim. // Portugal / e os Castelhanos em 1644", com, no final, "Continuar-se-ha", o que acontece nos números 10, 24-XII, e 13, 30-XII-1840. É a história de dois compadres com, aparentemente, indirectas aos tempos presentes.

A Revolução de Setembro, no seu n.º 84, de 19-II-1841, afirma, nas páginas 1 e 2, o seu inaugural "Folhetim / A Caçada da Maioria"[131].

Transcorridos dois anos e oito meses sobre a sensibilidade gráfica do *Periódico dos Pobres no Porto*, e um e meio sobre a emergência do vocábulo, afirma-se o género na modalidade epistolar e cronística,

[130] É uma novela histórica (1839) do brasileiro J. [João] M. [Manuel] Pereira da Silva (1817-1898). Para outros informes, ver a edição das suas *Variedades Literárias*, nos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS* (Porto Alegre), vol. 5, n.º 1, Março de 1999.

[131] Fernando Guedes, "Livros e leitura na primeira metade do século XIX", *O Livro e a Leitura em Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1987: 117-164 [154], dá o folhetim, «pela primeira vez, ainda incipiente, em 1842, n'*O Ramalhete*, sob a forma de 'Visitas curiosas de Duas Priminhas'. Assinadas por F. X., constituíam comentários leves à vida lisboeta, [...].».

três anos antes de a consciência ficcional se dar com *O Bobo* – que reverte às origens da nacionalidade – e, misturando a dupla maneira, com, também, apelo ao conhecimento de nós mesmos, se ver cumulado nas *Viagens na Minha Terra*. Já estamos em 1843.

Se, de novo em 1840-1841, o propósito político anticabralista qualifica um tom, a erupção de uma subjectividade marca o espaço de diário onde se imporá a cronística de A. P. Lopes de Mendonça e Júlio César. Os teatros reassumem a dianteira crítica; e a tentativa de compreensão metafolhetinesca dá-se ainda nesse ano (*A Revolução de Setembro*, n.º 276, 16-X-1841): «[...] o que deseja achar no *folhetim* de um jornal é um artigo que o faça descançar dos trabalhos do dia, e da leitura *pouco consoladora* do extracto de uma sessão das *cortes*; [...].»

10. 1. Reflexões metafolhetinescas

Tentação desculpável, e, se colorida ou minimamente informativa, útil para melhor compreendermos quanto rodeia o género. É a solução mais comum no folhetim-crónica:

> Vou fazer um folhetim – mas não pensem que é ahi um qualquer folhetim exigido no dia fatal, e determinado pelo teimoso distribuidor, ou homem da imprensa em nome do contracto signalagmatico feito entre mim, e a redacção, [...] um folhetim de ellas, e aquellas, estas, e aquell'outras, á busca do qual mandem as bellas os seus creados mais elegantes, e por cuja causa se jogue o murro á porta da loja dos livreiros a ver quem primeiro o ha de alcançar, [...][132].
>
> Ahi vai um folhetim muito serio. É uma inovação no genero, [...].
> Quando o folhetinista falla serio a patria está em perigo[133].

[132] "Ainda o grau", *Zacuto Luzitano*, n.º 21, 9-VI-1849.

[133] *O Nacional* (Porto), n.º 69, 24-III-1851. No n.º 71, 27-III, diz-se «filho adulterino do antigo comico-satyrico da litteratura moderna, raça um pouco degenerada, [...]».

M. C. da Costa Freire, dos raros que inscrevem essa seriedade, cuida dizê-lo em gaulês, no 'feuilleton' inaugural do *Universo Artistico* (20-I--1858): «Nous croyons le feuilleton une conversation où l'auteur tache de reproduire le plus grand nombre possible de nouvelles, pourvu qu'elles offrent quelque intérêt.

Le feuilleton-revue doit être varié, spirituel; il faut que ce soit l'écrit le moins maussade du monde, [...].»

É o sentimento, com o seu quê de nacionalizador, do bissemanário *A União Progressista* (Braga, 13-IX-1865/21-II-1866, n.º 44):

> O folhetim deve ser gracioso e ligeiro, como uma parisiense que passeia; sonoroso e murmurante como uma italiana que falla; amoroso e lascivo, como uma hespanhola que dansa; melancholico e suave como uma allemã que ama.
> Ou então, sinistro e fatal como a face d'um hespanhol n'um corredor esconso; triste e pavoroso [...]; sombrio e mésto [...].
> O fim principal do folhetim é agitar corações femininos.

Existe quem queira particularizar o folhetim "lisbonense", qual «thermometro social por onde melhor podemos estudar as cousas da capital». Daí o apelo:

> Ó folhetim, não cesses de frontear a decadencia das nossas gloriosas tradições! Estás condemnado a ser um choramingas, uma carpideira, mas isso mesmo mostra que és portuguez dos quatro costados, porque em Portugal ha muito que se vive a chorar por isto, por aquillo, por aquell'outro, por tudo emfim." (*Jornal do Porto*, 9-II-1872)

A reflexão sobre o género no espaço do folhetim é o assunto maior de oficiais inquietos ou em busca de matéria. Os sumários ou didascálias aí estão: "Necessidade de folhetim. Mania hodierna de folhetinisar tudo, eu, um dos maniacos." Ou: "O que entendo por folhetim."; "Prós e contras do folhetim."[134] As considerações pouco mudam:

[134] Dos números 24, 25 e 32 d'*O Bejense*, 14 e 16-IX, 6-XI-1860.

> O folhetim, producção delicada e honesta, torna-se hoje um meio necessario para distrahir um pouco nas horas vagas a imaginação escandecida pelo tumultuar lento das ideas, sugeridas pela multiplicidade de occupações diarias, e de interesses complicados. Folhetinisar tudo: faser atravessar as vicissitudes humanas pela prova ligeira, sensivel, e harmonica do folhetim, é um tramite engraçado, que captiva e seduz, e que allivia os leitores de qualquer jornal politico, depois de haverem, ávidos, devorado as columnas suculentas e pesadas d'um artigo de fundo, elaborado debaixo da pressão da queda d'um ministerio, ou d'um novo projecto financeiro. (*O Bejense*, n.º 24, 14-IX-1860; metafolhetinismo em números subsequentes.)

Dez anos antes, o mote já tinha sido dado, mas segundo uma visão entre espantada, veladamente censória e disfórica:

> Não ha duvida nenhuma que o folhetim é o rei da litteratura moderna. O seu imperio absoluto não ha ninguem que o não reconheça: todos lhe prestam homenagem: [...] A leitura do folhetim é a mais predominante da epocha, [...]. O folhetim é o *panem nostrum quotidianum* de todos aquelles que entreteem algumas relações com a letta redonda. [...]
> É um facto altamente caracteristico da epocha em que vivemos. Hoje em dia dá-se muita importancia a futilidades e só a futilidades. Eu quizera que me explicassem a causa deste phenomeno transcendental. Definam-me a virtude especifica do folhetim [...].
> Não sei qu'me parece esta sem-ceremonia com que se relata o que se passa por esse mundo, em estylo cortado: manco e rebelde, em phrazes incompletas, fosforescentes e duvidosas, em periodos mal alinhavados e bicudos, sem transicção toleravel nem na phrase nem na idêa. É o cahos a substituir todas as regras da escripta e do bom gosto. Decididamente o folhetinista colloca-se fôra da lei da arte e da sociedade: [...][135].

[135] Alhamar [?], "O folhetim", *A Esmeralda*, n.º 2, 13-V-1850: 15-16.

10. 1. 1. *A falta de assunto*

Sendo o folhetim «chronica de NADA»[136] (assim, em maiúsculas), a falta de assunto é, amiúde, dentro destas reflexões, o assunto do dia[137]. Remete para o vazio e atraso do país[138]; para a futilidade do género; para a inocuidade da literatura; para a vida caótica e sem sentido que levamos. Pode, no difícil momento do arranque, denunciar os seus cordelinhos[139].

[136] *A Discusão* (Funchal), n.º 54, 28-II-1856.

[137] Fernando Venâncio rastreou esse mecanismo em sete cronistas hodiernos. *Cf.* "Assunto não falta", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26-IV-1995: 44-45. "À falta de assunto", por exemplo, era título de crónica de Augusto Abelaira, *O Jornal* (Lisboa), 26-X-1979; "Falta de assunto" é título de Pedro Rolo Duarte, *Diário de Notícias* (Lisboa), 30-IX-1994.

[138] J. C. Machado dá, em caricatura, a medida desse imobilismo: «Tinhamos nós uma destas manhãs acabado de almoçar, quando nos sentimos ganhar pelo mais pardacento *spleen* britânico de primeira qualidade. Saimos para a rua e por longo tempo caminhamos sem destino; e o que nos havia repentinamente assaltar a cabeça! A ideia de fazer um romance!!... // Porém para escrever um romance são necessarios elementos, sensações, sobretudo querendo nós apresentar um romance tenebroso, desgrenhado e pavoroso. Começamos pois a catalogar na cabeça os materiais e as bases do nosso romance; dificil empresa, não havendo entre nós nem asfixiados pelo ciúme, nem tão pouco raptores, e menos quem se deixe raptar! e estando ainda o adulterio na infância! Ora com esta falta de elementos como escrever um romance escabroso, horripilante! Lembramo-nos recorrer á estatistica das facadas, publicadas nos jornais; porém realmente tornar-se-ia por extremo maçador o esfaquear os leitores desde a primeira até á ultima pagina. // Á vista destas reflexões não existindo entre nós crimes romanticos (graças ao nosso atraso) mal podemos empreender um romanceno genero Lucroy Lumienis, ou Anne Ractelieff [*sic*].» (*A Revolução de Setembro*, "Dificuldades de escrever um romance", 8-I-1864)

[139] «Uma perifrase, ao menos! Uma perifrase é que me podia salvar nestas alturas! A perifrase entre nós é tudo.» Na 'revista da semana' intitulada "As perifrases" (*A Revolução de Setembro*, 6-XII-1864), assim discorre Júlio César sobre «a virus [*sic*] da circunlocução», de enorme influência na literatura, com o que «a humanidade tem tudo a ganhar em continuar a dizer por muito tempo o que já diz há que tempos!» ... "Veremos o que sae", titula *Diário de Notícias* (Funchal), 17-IV-1880. Este diário glosa o processo: 26-XI-1876, 23, 31-V-1894...

Enquanto sujeito do processo, resolve um transe de inspiração, um vulgar compromisso ou contrato; se matéria da escrita, dá azo a estilizações, a minimalismos correntes, ao prazer do estereótipo, servindo, nos casos optimistas, como retardador, antecâmara do momento previsível, esperado.

A falta de assunto nota-se em todos as colunas e sítios[140], em especial no Verão lisboeta regenerador – ainda ecoando no Agosto tedioso d'"A Engomadeira" de Almada –, quando deserta o mundo elegante, incluindo as figuras do dândi, do marialva[141], do janota, "esse heroe obrigado do folhetim"[142]. As revistas semanais de Chagas na *Gazeta de Portugal* mostram como, fazendo das tripas coração, o folhetinista agarra restos, dando o outro lado do país.

Passado o curto Verão, entra-se num longo Inverno. Abrem-se, a par das legislativas, as «cortes folhetinisticas» de cujo "imperio" e respectivas "provincias" são "capitães-generais" A. P. Lopes de Mendonça, n'*A Revolução de Setembro*, L. A. Palmeirim, n'*A Reforma*, Andrade Ferreira, n'*A Regeneração*, entre outros. «O theatro e os bailes são os negocios d'estado que alli se discutem e votam.»[143]

Não só. A conquista, pelo folhetim, do espírito e matérias diversíssimas que formavam as colunas de "Variedades", na terceira ou na quarta página (antes de esta ser conquistada pelos anúncios), era sintoma de que o teatro já não bastava e de que, doravante, tudo cabia no

[140] João de Nóbrega Soares anaforiza o título "Não ha assumpto", *Gazeta da Madeira* (Funchal, n.º 8, 22-III-1866/14-XI-1868, n.º 90), 8-II-1866, no que é, simultaneamente, reflexão sobre o género.

[141] Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para Uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983: 18-19, tratou estes tipos, que podemos reduzir à figura do janota.

[142] *O Paiz*, n.º 16, 9-VIII-1851. E, na *Gazeta de Portugal*, D. Cristina de Avelar Calheiros, a propósito da época estival: «Lisboa de verão é um deserto, e dos peiores. [...] Calor assombroso, ás vezes frio repentino, poeira insupportavel, e mau cheiro universal.» (16-VI-1863)

[143] "Chronica", *A Semana* / Jornal Litterario, vol. II, n.º 36, Novembro de 1851: 406. A inutilidade para a acção, ou enfado para o leitor, dos capítulos IX e X de *Um Homem de Brios* (1865) – que interpolam *revista* de um baile – são denunciados pelo próprio Camilo.

compacto rés-do-chão. Mas o esgotamento de temas ameaçava, se não concorressem outras artimanhas[144].

10. 1. 2. *Interpelações*

A interpelação leitoral, não raro associada à ironia romântica, é-lhe contígua:

> [...] Eu desejava dar principio ao folhetim, e comtudo, tendo já dito alguma cousa – *ainda não disse nada...*
> [...] Aproveito esta occasião para reparar, de algum modo, a indiscrição que commetti, no principio deste folhetim, em não cumprimentar o leitor, o que faço agora, esperando da sua indulgencia a desculpa da minha falta[145].
>
> Este folhetim é dirigido expressamente á leitora. [...] Que fez v. ex.a esta semana? Pergunta indiscreta, mas desculpavel quando o publico souber que é um folhetinista quem a dirige, um folhetinista sem assumpto, um tigre d'indiscrição, um lobo de curiosidade![146]

[144] Destas dificuldades inferiu Sampaio Bruno, em prosa ambígua (falava de portugueses? de folhetinistas em geral?), uma psicologia 'racial': «De resto, o género devia desenvolver-se com presteza numa raça em que os artistas são ao mesmo tempo inteligentíssimos e indolentes, incapazes no geral de se demorar em trabalho prolongado e não amando assistir no mesmo assunto, folgando na volubilidade e no imprevisto, inclinados ao paradoxo e vaidosos de emitir sem consequências opinião em toda a matéria.» É no preciso cap. VII, "As revistas literárias e o folhetim", *A Geração Nova*, ed. cit.: 71-72.

[145] *A Independencia Nacional* (Lisboa, 6-II-1867; diário liberal, substitui *O Portuguez* [Lisboa, 11-IV-1853/28-XII-1866, n.º 4982] e suspende a publicação em 5-IV-1869), n.º 109, 18-VI-1867. Na s. 2, 5-X-1868, é *Independencia Nacional*, com folhetins de Ramalho ("A Morrinha Gallega", extraído do *Diário de Notícias*) e Rebelo da Silva, além de correspondência de Tomás Ribeiro.

[146] Pinheiro Chagas, "Folhetim / Revista da Semana", *Jornal do Commercio*, 18-III-1865.

Já não é a típica digressão narrativa, criando uma auto-referencialidade, com leitor implícito: trata-se de uma digressão mediática, forma de contacto com uma entidade exterior – o leitor do mundo, indiferenciado ou preciso, mesmo nomeado – que se atrai à órbita comunicacional, se coloca a par do propósito autoral (isto é, se *actualiza*: nesta medida, o folhetinista *é* jornalista), junto de quem se argumenta, e cuja recepção orienta a fábrica, ou ecoa nos continuados. Por vezes, suscita a fórmula do duelo discursivo, da polémica mais ou menos velada: na sua liberdade (quase absoluta: veja-se a suspensão de *Viagens na Minha Terra*, em 1843), o folhetinista responde às críticas da véspera, ajusta contas, pede solidariedades. Eis como se entrevê a mentalidade de um tempo, iluminada pela interacção de leitores de carne e osso, sob forma epistolar, em crítica explícita no mesmo ou diverso jornal, em discursos parlamentares...

10. 1. 3. *Protagonismos*

Em bailes, saraus, banhos, passeios, praias de Pedrouços ou da Ericeira, ou «á fresca sombra da várzea de Collares ou da poetica Cintra»[147], concorrem os interpelados – a nata da sociedade lisboeta. A vida na capital, fora de Agosto, tivera quanto baste de frívolo e convencional:

> Hoje, uma charada bem adivinhada, uma pateada estrondosa, o cavalo em que passeava o Sr. Fulano, a chicotada que um homem deu na face doutro, são o interesse, a paixão, o pensamento de uma semana. Não há ideia que leve esta gente, tendência que os dirija; nem uma tendência má; não: são todos indolentes e burguesmente bondosos. [...]

[147] *O Amigo da Religião* / Revista Ecclesiastica, Religiosa, Politica, Scientifica, Litteraria e Noticiosa (Lisboa), 3.º ano, 4.ª série, n.º 329, 20-IX-1865.

> O que predomina é o egoísmo e a inércia. Sobretudo os nossos rapazes têm um carácter: a preguiça; dizem-se estróinas aventureiros, audazes, valentes, mas ninguém os acredita; [...].
> Alguns passeiam, e montam a cavalo, e julgam-se por isso, com grande alegria, horrivelmente imorais. Outros passeiam de carro, mas são tão tímidos que passam só pelas ruas solitárias, para não mancharem o nome da família. Os mais desvairados estacionam ao pé das lojas; [...].
> Vê-se andar esta mocidade estéril e burguesa pelas ruas, abonecada, bem composta e vazia de ideias e de sentimentos. [...]
> O grande motor é a moda. Vai-se a S. Carlos, não para ouvir os grandes poemas musicais, [...]; vai-se, porque é obrigação de cada um mostrar-se nas cadeiras, olhar, aborrecer-se, mover-se compassadamente e sair. É moda. Quem o não fizesse perdia consideração, interesse, amizades, tudo. As famílias que em S. Carlos têm assinatura, essas vão conversar, fazer ondear os estofos, mostrar os falsos penteados, paradear pomposamente.
> Nada do que é humano entra nesta sociedade frívola. São sentimentos convencionais e ridículos[148].

Vejamos o teatro. Lisboa ofertava, entre 1 de Setembro e 30 de Junho, época razoável para as desasadas vaidades. Por 1856, os cinco teatros lisboetas (D. Maria II, Ginásio, D. Fernando, Condes, da Floresta Egípcia, a par do teatro espanhol do Salitre e do francês) favoreciam, no entendimento da comissão de censura (Mendes Leal, Palmeirim, Silva Túlio, A. P. Lopes de Mendonça), um movimento «muito mais consideravel do que no vulgo se acredita», até economicamente, «podendo servir para indicador seguro de maiores destinos». «A producção nacional cobre já a importação, na proporção, proximamente, de 2 para 1. Se o exito correspondesse a tão rara exuberancia, poderiamos já neste ramo dispensar todo o concurso estranho», adianta relatório, que lamenta a débil actividade do D. Maria contra a do Condes[149].

[148] Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo. [...]*, ed. cit., vol. I: 538-539 [n.º 1, 6-I-1867]. O carnaval, touradas, bailes mais importantes, teatros, são suficientemente ilustrados em Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa d'Outros Tempos*, I, ed. cit., 1991.

[149] "O theatro portuguez / II", *Revista da Instrucção Publica*, n.º 4, 1-X-1857: 44-46 [45-46].

Com oito teatros públicos em 1866 (tal como Évora, dos 66 assim considerados no país; sete em Castelo Branco, quatro no Porto e em Coimbra), propunha, só no D. Maria, desde a temporada de 1862-1863, 158 récitas, um concerto, quatro bailes de máscaras, afora o aluguer do botequim. A rotação de peças (nove originais e 11 traduções) diz bem das efémeras novidades em cartaz e da constância de assistência menos parca do que se julgaria: estavam alugados 4 764 camarotes e vendidos 31 844 bilhetes. Nos dois anos seguintes, estes números pouco oscilariam. Preços havia para todas as bolsas: entre 160 e 1$200 rs., como no Condes[150].

11. Sucedâneos

"Leituras Modernas" é o nome irónico por que Eça substitui "Folhetim" no *Distrito de Évora* [*cf.* n.º 15, 28-II-1867]. "Roda-pé" (*Democracia do Sul*) e "Litteratura Amena" (*A Imprensa*, Porto, 4-VIII-1879) são designações no mesmo espaço. Por confessada falta de coragem, o redactor principal d'*A Voz do Povo*[151], F. [Theodoro Cezar] da Cunha, opta por "Album Litterario". "Secção Litteraria" também comparece[152].

[150] *Semana Theatral*, 20-VIII-1866. Em 1849, a média oscilava entre 200 e 2$000 réis. Mas o que uma noite podia implicar para uma família – carruagem, se no Inverno, luvas, camarote – é incrível: «a quinta parte dos rendimentos mensais – da pluralidade dos rendimentos», lembra Eça n'*As Farpas* [*Uma Campanha Alegre*, volume primeiro, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1980: 272] de Novembro de 1871. As causas da «decadência deplorável» do teatro entre nós eram: «a própria literatura dramática», visto que «O Português não tem génio dramático», reduzindo-nos ao *Frei Luís de Sousa* – e aos efeitos e traduções; o público, que, na falta de salões, «vai ao teatro passar a noite», já não para conversar (o que não sabemos fazer), mas para se mostrar e namorar [ideia de Eça desde 1867]; os actores, maus; e, como se viu, «a pobreza geral» (p. 268-271). O teatro intervencionado pelo Estado e pelos intelectuais, e enquanto "aparelho de sociabilidade", é revisto em Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, cit.: 198-228.

[151] Folha de Interesse Geral (Lisboa, 25-II-1864).

[152] Em *Ensaios Litterarios* / Hebdomadario Scientifico, Historico e Litterario (Lisboa, 3-X-1863/30-IV-1864, n.º 26).

12. Portugueses no estrangeiro

"A ultima corrida de touros reaes em Salvaterra" (*A Epocha*, n.º 4, 1848: 56-59), traduzida por Fournier, apareceu em jornais franceses[153].

O *Eurico...* estava, segundo o *Diário de Notícias* de 23-VIII-1868, a ser traduzido em folhetins num jornal italiano. Não só: «*A Morgadinha dos Cannaviaes* – A excellente folha madrilena 'La Democracia' está publicando em folhetins, tradusido por A. P. de M., o esplendido romance do nosso talentoso quanto mallogrado litterato, Gomes Coelho (Julio Diniz).»[154]

O Mistério da Estrada de Sintra corre no *Pesti Hírlap* (1886), de Budapeste[155]; em *El País*, Buenos Aires, no ano de 1910. Em 1989, os italianos divertiram-se com o *giallo Il Mistero della Strada di Sintra* (trad. de Amina Di Munno, Palermo, Sellerio), seguindo-se a versão francesa (trad. de Simone Biberfeld, Paris, La Différence, 1991).

O Monge de Cister, traduzido por Salustiano Rodríguez Bermejo, sai no "periódico republicano progressista" *El País*, entre 13 de Março e 22 de Maio de 1890, no quadro da solidariedade espanhola contra o *Ultimatum*[156].

El Mandarín, traduzido por Abelardo Varela, saiu na *Revista de Chile* (quinzenal, Santiago, 7 volumes), (2), V: 59-64, 91-96, 124-128, 156-160, 185-191 – e não só. Folhetim no *Diário de Portugal*, em Julho de 1880, foi também vertido por Michelle Giudicelli para francês (Paris, La Différence, 1985, 1991), por aquela tradutora para italiano

[153] Informação veiculada, sem especificações, por A. A. Teixeira de Vasconcelos, *Les Contemporains...*, Paris, 1859, p. 650. E. Biester informa que saiu, pelo menos «N'um folhetim da *Patrie*» (*A Illustração Luso-Brazileira*, n.º 3, 21-I-1856: 22).

[154] *O Primeiro de Janeiro*, 7-X-1879: 2.

[155] «[...] *A cintrai út titkát* 1886-ban folytatásokban közötte a *Pesti Hirlap*», diz Pál Ferenc, em *Eça de Queirós és a Realizmus*, Budapest, Nemzeti Tankönyvkiadó, 1995: 8. Nova ed., com pref. de Pál Ferenc, em Budapest, Íbisz, 1999.

[156] *Cf.* Pilar Vazquez Cuesta, *A Espanha ante o "Ultimatum"*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975: 164-165 [165].

(*Il Mandarino*, Roma, Lucarini, 1987) e por Margaret Jull Costa para inglês (Cambridgeshire, Dedalus, 1993)[157].

Por elaborar está o estudo da presença, não raro pirateada, de folhetins em curso de publicação imediatamente dados na Imprensa brasileira, em que chegava a haver contrabando de granéis.

13. Peso e estatuto do folhetinista

Vistos os pontos em que se questiona a necessidade (íntima) de escrita e a quase geral ânsia de imagem social – enfoque de indivíduos e menos de sujeitos 'românticos' (com o que este termo também comportava, e mantém, de romântico...) –, retomemos o quadro na perspectiva grupal.

13. 1. Oficiais do mesmo ofício

A geral estima entre oficiais não constitui novidade. Partilham boémia, récitas e ceias até às seis horas da manhã. Do vivido farão escrito. O modo como se glorificam é que pode suscitar espanto ou interrogações. Pinheiro Chagas, quando substitui Mateus de Magalhães na 'revista da semana' da *Gazeta de Portugal* (23-VIII-1863), não faz a coisa por menos: coloca-se na linha de plêiade que, excursando por franceses, desagua num António de Serpa, cujas páginas são «modelos de critica sarcastica» n'*O Farol*, nos abandonos de Latino Coelho, Silva Túlio, Luís de Malafaia e Mateus de Magalhães, antes de eleger os maiores: Lopes de Mendonça – «[...] silencio! não acordemos a dor da musa do folhetim, que longo tempo deplorou a perda do seu valido.» – e Machado, que «não é um folhetinista, é a incarnação do folhetim».

[157] Para outro Eça originariamente folhetinizado, ora traduzido em volume, bem como para as *Viagens na Minha Terra*, no estrangeiro, ver o inquérito que organizei para *O Escritor*, números 4 e 6, Dezembro de 1994 e de 1995.

A mitologia de grupo leva-os até ilustres antepassados, como Ovídio, «que foi degradado por folhetinista»[158] – o exílio do pensamento que já não deve caber em século democrático, mas, também, o exílio do autor no rodapé de página avessa à arte –, ou Horácio, qual ocorre a Camilo:

> Em 1848 o escriptor mais festejado do Porto era Evaristo Basto. O seu genero era o folhetim noticiarista, [...].
> [...] A graça do folhetinista do *Nacional* era aguda, caustica, visicatoria, lancinante; mas as victimas não a intendiam, [...].
> A reputação de E. Basto criou-a o folhetim, infeitado com todas as suas vistosas futilidades, *nugae canore*, que são os bemquistos dons dos modernos Horacios, [...][159].

Esta linhagem dá (uma) *categoria* e, a partir daqui, é menos importante a 'qualidade' – aliás, ao tempo, geralmente reconhecida – que um 'estatuto'. Camilo – como Balzac, em França[160] – seria pedra angular

[158] *A Semana*, vol. II, n.º 1, Janeiro de 1851: 3. Pinheiro Chagas, 'Revista da Semana', *Gazeta de Portugal*, 25-X-1863, é mais concreto e oferece verdadeira poética do género: «[...] esse gracioso folhetim, a que elle deu o nome de Arte de Amar. // // Fulminem-me embora os raios de censura litteraria, sustento o que disse: a Arte de Amar é um poema-folhetim. // O tratar um assumpto frivolo com modos graciosamente pedagogicos (não é frivolo amar, é frivolo ensinal-o; [...]), o entrelaçar das observações chistosas com as expansões lyricas, as digressões anecdoticas, o paradoxo engraçado e sustentado com a gravidade mais comica, a ligeiresa do estylo, a habilidade das transicções, tudo enfim o que dá amenidade e encanto ao genero folhetinesco, tudo se encontra nesse bonito poema.» Enquanto o "dito espirituoso" ou a "observação picante" fazem o folhetinista, a falta de uma "idéa moral", "a profanação do amor" obstaculizam ao poeta. «Por isso repito: a *Arte de Amar* é um poema folhetim.»

[159] *O Mundo Elegante*, n.º 11, 2-IV-1859: 87. Ramalho Ortigão demora-se nesta comum atribuição em folhetim d'*O Jornal do Porto* de 23-V-1859 = *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944: 90-91.

[160] *Cf.* Julien Gracq, *En Lisant, En Ecrivant*, cit.: 37: «Sa catégorie (ainsi désignerait-on en langage sportif les seuls écrivains auxquels il soit tout à fait licite de le confronter) ce n'est pas Stendhal, Flaubert et Proust, c'est Dumas, Eugène Sue, Zola, Ponson du Terrail, Zévaco (je ne m'occupe pas de la qualité, mais du statut).»

No século, todavia, existe uma visão amalgamada deste fenómeno, sobre que devemos insistir, porque é condição do meu discurso: a 1-X-1856, inaugura-se, em *La Revue de Paris*, *Madame Bovary*, seis números até 15-XII-1856. Desde os primeiros

nesta relação entre um regime de profissionais e de artistas torturados por adjectivos, ou em quem o jornalismo é sempre secundário.

13. 2. A inscrição do receptor

O receptor inscreve-se, para lá do que tange à narrativa, como potencial comprador, para o que acontecem transformações: Imprensa a custos reduzidos e mais acessível, através de distribuição eficaz, por "entregadores" e futuros ardinas; alternativa ao ascendente político-partidário que inspira as publicações, fazendo do leitor um correspondente ou leitor interessado; defesa de um sistema educativo generalizado.

Forma de fidelização e reconhecimento é maquetar o folhetim de molde a, recortado, poder ser facilmente encadernado. Os volumes sucedem-se[161]. Afora o eventual negócio das capas, acumulam-se os episódios de história cuja leitura pode ser diferida. Justifica-se, por isso,

capítulos, assinantes acusam-na de imoralidade (mas passa; ver 'Romans', em *Le Dictionnaire des Idées Reçues*), o que homologará a Justiça quando, em Abril de 1857, aparecer em livro. Ora, isso não impedirá a atribuição da Legião de Honra, a 15-VIII--1866, seja a este 'imoral', seja a alguém de outro 'regime' literário: Ponson du Terrail. Flaubert compreende a situação: «Écrit, bien écrit. Mot de portiers pour désigner les romans-feuilletons qui les amusent.» *Le Dictionnaire des Idées Reçues*, em *Oeuvres Complètes*, 2, Paris, Seuil (L'Intégrale), 1964: 307.

Demonstrado fica, também, que a relação entre facto e ficção não basta para estear a literatura, que, pelos vistos, é independente de um especial conúbio com a linguagem: a tradição, cânones, códigos, jogam-na como instituição.

[161] «Antes de eu nascer o meu avô paterno recortava durante vários anos de *O Primeiro de Janeiro*, o seu jornal favorito, folhetins sobre a vida, os amores, as guerras e o fim do imperador [Napoleão]. Atados e encadernados formavam vinte e dois volumes, tão grossos e pesados que eu precisava de ajuda para os pôr sobre a mesa. Esses li-os todos e, se bem que para mim nesse tempo em grande parte incompreensíveis, achei-os tão absorventes como os livros de Salgari. Na idade em que os meus companheiros falavam de Jesse James, Yala, a Vingadora, o Capitão Rob, e Sandokan, o Tigre da Malásia, eu maravilhava-me com as façanhas dos generais do Império e odiava em segredo Josefina, Fouché e Talleyrand, para mim fautores da desgraça do grande homem.» (J. Rentes de Carvalho, *Tempo Contado. Diário*, Lisboa, Quetzal, 2010: 239-240)

paginação em rodapé e, se continuado em páginas seguintes, sensivelmente à mesma altura. São raros os casos de texto que não preenche toda a largura da mancha ou vem ao cimo da página; ainda aqui, o recorte não sai prejudicado. Se o texto do episódio não é suficiente para completar coluna, junta-se poema; logo, na sua mancha gráfica, é já um folhetim ecléctico.

Essa solução é recorrente n'*O Ecco Popular* (Porto, 1847), com J. Marcelino de Matos. Mas fórmula mais ousada é dispor olhando ao formato de livro, como faz desde 22-V-1848: é só dobrar e encadernar as 82 páginas, ao tempo em que essas folhas impressas estavam à venda em quatro lojas portuenses. *A Pátria* (Lisboa, 13-X-1855/24-IV-1856, n.º 78) é outro exemplo: no n.º 2, 12-XII, ao anunciar-se publicação diária, publicita, igualmente, *Contos ao Serão*, de Rebelo da Silva, no que designa por "folhetim compaginado". Aproveitando as cinco largas colunas das p. 3-4, oferece, desde o n.º 3, 13-XII, 16 páginas formatadas do 'Folhetim da Patria. / Contos do Serão / Novelas Africanas. / / Epoca Primeira. / A Tavola Redonda / Por / Luiz Augusto Rebello da Silva'. Até 24-I-1856, podem, assim, dobrar-se 96 páginas, ou seis cadernos facilmente encadernáveis. Já exemplo acabado é *Rei e Ordem*, que inicia (21-XII-1858, entrando por 1759) *Documentos [. . .]* na metade inferior das p. 3-4, abrindo por frontispício, num total de 4 páginas por número; e o mesmo *O Favorito* / Jornal de Noticias, Annuncios e Litteratura (Lisboa, Junho de 1865; até ao n.º 26, 4-XII-1865, de subtítulo, sintomático, 'Sob a protecção do Publico / Semanal Litterario'), que, por dez réis à semana, compagina, nas 3-4, num total de oito páginas, *Os Três Mosqueteiros*, desde logo anunciando *Vinte Anos Depois*. Recue às quatro páginas de folhetim ou volte às oito, percebe-se que a escolha da segunda-feira é um 'furo': o país está sem jornais e as tiragens sobem aos dois mil (n.º 5) e aos 3 500 exemplares (n.º 10). A partir do n.º 21, 30-X, as p. 3-4 são-lhe dedicadas por inteiro: podemos compor 16 páginas de livro; quando encerra a colecção, já levamos 256 páginas de Dumas[162].

[162] *O Pensamento* / Folha Litteraria e Noticiosa (Lisboa, 8 / 25-VIII-1863, n.º 2) já dispõe, numeradas, com frontispício, oito páginas de *O Livro Santo* / Romance original /

/ de / G. A. Rodrigues.

Civilisação e Progresso / Folha Dedicada Ás Classes Trabalhadoras (aos sábados, Lisboa, 4-II/8-IV-1865, n.º 10) oferece, nas páginas 3-4, quatro páginas, a duas colunas, do *Diccionario Portatil da Lingua Portugueza*.

O Amigo da Patria / Hebdomadário Politico Industrial, Romantico e de Annuncios (Lisboa, 23-XI /Dezembro de 1868, n.º 4) dedica as p. 3-4, integralmente, a oito páginas da Bibliotheca do Amigo da Patria / *Oito Dias de Provação* / De / Alphonse Pagès / / Traducção / de / Joaquim Maria Baptista // Lisboa / Typ. Rua da Vinha, 43 / 1868. Mas, após 16 páginas, o n.º 3, de Dezembro, já nada traz.

Correio de Lisboa / Orgão do Partido Regenerador, que encontro no V ano]1871?], n.º 177, 17-I-1875, dá, nas p. 3-4, 8 + 8 páginas = 209-224, que basta dobrar.

A Voz do Commercio (Lisboa, 4/18-V-1872, n.º 3) abre com folhetim nas quatro páginas, ao fundo, já para formato-livro de oito páginas.

A *Aurora do Liz* / Semanario Noticioso e Litterario (Leiria, 24-X-1880) destina a metade inferior das p. 1-2 à tradução *O Naufragio do Pacifico*, já em formato de livro com o primeiro meio caderno de oito páginas recortável.

O Globo / Jornal Politico, Noticioso, Litterario e Scientifico (Vila do Conde, 2-VII/10-IX-1883, n.º 11), fá-lo, desde o n.º 2, nas p. 3-4. «"Aos nossos leitores" // // Animados, por assim dizer, vimos hoje encetar a BIBLIOTHECA DO REVOLTADO. N'este logar publicaremos em forma de folheto algumas traducções ou originaes, das quaes os nossos assignantes poderão fazer uns pequenos livrinhos.»

O Commercio d'Elvas (Elvas, 2,º ano, 27-XI-1886, n.º 126) oferece folhetim-teatro nas p. 3-4, com numeração já de livro.

O Revoltado / Publicação Mensal (Lisboa, Fevereiro/Maio de 1887, n.º 3), p. 4: à esquerda, quarto de rodapé em branco; na p. 3, reprodução do frontispício da obra; à esquerda, termina a apresentação. No n.º 2, Março, vêm as p. 8-5, na p. 3; e, na p. 4, as p. 6-7; no n.º 3, Maio, seguem as p. 9 a 12 do folhetim-livro.

O Lisboa – Coimbra / Publicação Illustrada, Semanal, Noticiosa, Commercial, Scientifica, Litteraria e Artistica (Lisboa – Coimbra, 14-X-1889) dá *A Pobre do Veu / Quadro da Vida de Berlim* nas p. 1 a 7 (a 8 é publicidade), sempre à mesma altura.

Leituras Amenas / Jornal Semanal Noticioso, Litterario, Scientifico, Artistico (Bombaim, n.º 7, 16-VIII-1893), em português e inglês, traz "Contos Arabes / Mil e Uma Noites" em duas páginas inteiras, cada uma dividida em quatro partes, já formatadas para livro.

Voz da Patria / Semanario republicano do Districto de Bragança (Bragança, 1-V/15--VI-1896, n.º 6): em rodapé, dispõe folhas de 4 páginas de *O Alçapão*.

A Praia / Publicação Mensal (S. João do Estoril, 1-IX-1896, 8 páginas) dispõe 6 páginas de rodapé, já com o título, Folhetins / de / "A Praia" / S. João do Estoril / 1896, para dar livrinho de 12 páginas, abrindo pela peça de teatro *A Brecha!*...

A Lanterna / Jornal Independente – Politico – Noticioso – Litterario e Critico (Lisboa, 7-II/4-VII-1897, n.º 21) compagina, nas p. 7-8, oito páginas de Adriano Robert, "Os dois amores", trad. de Olímpio Monteiro.

Internamente, inquire-se o leitor sobre o desenvolvimento e solução da intriga. Sob o controlo de um olhar que visa a empatia para conquistar, percebemos, de Garrett a Camilo, apóstrofes vivas que tendem à feminização do leitorado[163].

A Arte Typographica / Revista Quinzenal / Orgão da Associação de Classe dos Compositores e Impressores de Lisboa (15-IV-1898), divide quatro páginas em duas partes, formatando em livro *A Origem da Typographia*.

O Sul do Tejo / Folha Independente, Agricola, Commercial, Litteraria e Noticiosa (semanário, Seixal, 19-X-1901/25-I-1902) imita a disposição d'*O Revoltado*.

O *Correio Brigantino* / Semanario Regenerador – Liberal (Bragança, 1905) tem uma série de contos ocupando, em duas manchas de texto, as colunas 3-6 ou 1-4, que, recortadas, se constituem em livro.

A Capital / Diario Republicano da Noite (Lisboa, 1868-1938) formata excelentemente *Historia da Grande Guerra*: ver, por exemplo, em 1916.

Fazendo jus ao título, *O Folhetim* (Lisboa, 5-II-1926; n.º 4, 15-III; oito páginas a quatro colunas) desenha, dentro do artigo 'O' do título, leitora em cadeira de braços e dá-lhe duas páginas com *Os Mysterios da Sociedade / (Os Estroinas)*, do visconde de Ponson du Terrail, as quais, dobradas em quatro, perfazem caderno de 16 páginas, contendo, já, no frontispício, em baixo, "1926 / Edição de O Folhetim / Lisboa". A tradução é do director, editor e proprietário, A. Prazeres.

A partir de 1968, *O Primeiro de Janeiro* prepara diariamente duas, quase sempre quatro, páginas formatadas e numeradas. Com datas imprecisas, igual experiência n'*O Norte* / Diario Republicano (Porto, 6.º ano, 11-II-1905).

Que esta fórmula era familiar vê-se em A. A. Teixeira de Vasconcelos, *Viagens na Terra Alheia. De Paris a Madrid* [em folhetins n'*O Comércio do Porto* e no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro], Lisboa, 1863: 78, quando pegou no *Irurac Bat* (impresso em Bilbau, escrito em castelhano) de 2 de Março e notou que «tinha por folhetim a grammatica da lingua biscainha, publicada com a paginação propria para se cortar, e fazer um livro».

[163] Ver Lise Queffélec, "Le lecteur du roman comme lectrice: stratégies romanesques et stratégies critiques sous la Monarchie de Juillet", *Romantismes* (Paris, CNRS), 53, 1986: 9-21.

J. C. Machado foi definido como «o escritor das senhoras» (*A Revolução de Setembro*, 20-II-1862); o António Joaquim de *Vinte Horas de Liteira* (1864) lê Camilo, mas é a mulher quem, logo a um título novo, chora, nervosa por mandá-lo vir de Braga. Está ainda por fazer, também, uma *História das Lágrimas*, como Anne Vincent-Buffault (*Histoire des Larmes. XVIII^{e}-XIX^{e} Siècles*, Paris, Payot – Rivages, ^{2}2001) ofereceu aos franceses (trad. de Helena Moura, Lisboa, Editorial Teorema, 1994) – e penso no cap. III da terceira parte, "As lágrimas dos romances populares", p. 217-229, embora metade do livro frequente oitocentistas, inclusive no teatro. O bissemanário bracarense *A União Progressista* (13-IX-1865/21-II-1866, n.º 44) declara, cosmopolita, no rodapé

O *Diário de Notícias* premiou com o *Brinde aos Senhores Assignantes* (1866-1899), em cujos livrinhos anuais – seis mil exemplares nos primórdios – reunia os nomes então em vista[164].

---

de abertura: «O folhetim deve ser gracioso e ligeiro, como uma parisiense que passeia; sonoroso e murmurante como uma italiana que falla; amoroso e lascivo, como uma hespanhola que dansa; melancholico e suave como uma allemã que ama. // Ou então, sinistro e fatal como a face d'um hespanhol n'um corredor esconso; triste e pavoroso [...]; sombrio e mésto [...]. // O fim principal do folhetim é agitar corações femininos.»

[164] O primeiro volume desta Biblioteca Gratuita, «elegante, nitidamente impresso» em fins de Dezembro, com distribuição entre 11 de Janeiro e 9 de Março de 1866, continha «três romances originaes portugueses»: "Santa Catharina de Ribamar", por J. M. d'Andrade Ferreira, e introdução de Silva Túlio; "Pero Esteves", de Eduardo Coelho; "Agonias Obscuras", pelo "festejado folhetinista" M. Pinheiro Chagas. *Brinde* aos assinantes em 1866, impresso em 24 de Janeiro de 1867, no mesmo papel dos exemplares que se ofereciam a «suas Magestades e Altezas» (5-X-1866): *Canções da Tarde*, de B. Pato, «uma boa escolha», no entender do redactor do *Distrito de Évora* (n.º 10, 10-II-1867), Eça de Queirós. Em 1867, «contos, narrativas e romances originaes» de Eduardo A. Vidal, "O retrato da ingleza"; Camilo, "O parente de cincoenta e tres monarchas"; Ernesto Marecos, "O amor de um operario"; Bulhão Pato, "A casinha da encosta"; Eduardo Coelho, "As columnas da Rua Nova"; abrindo com "O arraial", de Júlio César Machado, «que se conservou como folhetinista effectivo até pouco antes da sua desgraçada morte, em principios de 1890», informa Alfredo da Cunha em "Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra – Alguns factos para a historia do jornalismo portuguez contemporaneo", que constitui o *Brinde* em 1891: 106 – no qual nomeia os colaboradores do jornal e deste presente anual. Sobre o de 1891 debruça-se Agustina Bessa-Luís, *Doidos e Amantes*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005: 88. *Brinde* em 1868: M. P. Chagas, "A feiticeira de Smolensko"; J. M. de Andrade Ferreira, "A noite de Santo Antonio, ou um esconjuro realisado"; J. C. Machado, "Galhardo"; Ernesto Marecos, "O casamento de Manuel Torquato"; Eugenio de Castilho, "Sinos ao luar"; 131 p. Quinto brinde, em 1869, "O Conde de Castello Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos", narrativa tirada da história da Restauração, por A. A. Teixeira de Vasconcelos; "O recrutamento", por J. C. Machado; e "Justiça de El-Rei", por A. de Oliveira Pires; 122 p. Em 1870, *Parietárias*, por Cândido de Figueiredo, poesia, 160 p. Em 1872, Luciano Cordeiro, "Esboço d'uma alma"; Ramalho Ortigão, "A primeira tempestade"; Barão de Roussado, "As gaditanas"; A. de Oliveira Pires, "O padre prior"; F. Gomes de Amorim, "Duas scenas da Edade Media"; Eduardo Coelho, "Episodio da emigração polaca"; 160 p. O de 1871, anunciado pelo matutino em 8, 11, 16 e 18 de Setembro, indica o modo publicitário: no «elegante volume de pequenos Romances originaes de escriptores Portuguezes», estavam já garantidos F. Gomes de Amorim e Luciano Cordeiro, mas outros "cavalheiros" seriam oportunamente nomeados. A "gratidão" da empresa explicava-se

assim: «Terão direito a ella, além de todos os nossos actuaes subscriptores, [...] os que, não o sendo actualmente, subscreveram até ao fim de setembro por mais de três mezes. Com este são já *sete livros* que esta empresa offerece aos seus bondosos assignantes, formando uma curiosa biblioteca de composições nacionaes devidas ao talento dos seguintes cavalheiros: [...].» A colaboração aumentava: Luciano Cordeiro, "Esboço de uma alma"; Barão do Rousado, "As gaditanas"; Ramalho Ortigão, "A primeira tempestade"; Eduardo Coelho, "Episodios da emigração polaca"; Gomes de Amorim, "Duas scenas da Edade Media". Em 1872, Alberto Pimentel, "A alma do rei de Thule", Sousa Viterbo, "O phantasma de lago"; João de Mendonça, "Expiação de uma alma"; Gomes de Amorim, "O cypreste e o pecegueiro". «O sr. Eça de Queiroz» estaria compondo um conto, que sai no *Brinde* de 1873, "Singularidades de uma rapariga loura", dito "romance", que não coube no volume anterior. Vem, primeiro, Oliveira Pires, "Firme fé"; segue-se Queirós; logo, Eduardo Coelho, "A condessa do Carregal"; Gomes Leal, "A peste negra"; Mariano Fróis, "O primeiro amor". Em 1874, estreia feminina: Ana Ribeiro de Sá, "O degradado"; seguem-se: João de Lacerda, "Rosinha", episódio das lutas liberais; Brito Aranha, "Nos casebres de Loreto"; Eduardo Coelho, "A lenda das ruínas", narrativa histórica tirada da *Crónica do Condestabre*. Em 1874: Guerra Junqueiro, "Fiel", «um moralissimo conto de belos alexandrinos»; Gomes Leal, "Historia de um casamento triste"; Cristóvão Aires, "O salteador"; Jaime de Seguier, "O revolver Tkleutgen"; Mariano Fróis, "Amor e fumo"; Eduardo Coelho, "Meo pae". Em 1876: Francisco d'Almeida, "A lenda do Peru"; Brito Aranha, "Só"; Jaime Victor, "A mãe"; Leite Bastos, "Abnegação de mãe"; Gervásio Lobato, "A lenda do romantismo". O de 1877 sai a 23 de Janeiro, variado: Cristovão Aires, "As duas faces da medalha"; Teodósio de Oliveira, "Conto triste"; Osório de Vasconcelos, "O capitão Annastacio", conto militar; João de Sousa Araújo, "O saltimbanco"; Cesário Verde, "N'um bairro moderno"; G. Junqueiro, "Na feira da Ladra"; Leite Bastos, "Ingratos"; Eduardo Coelho, "Estrella". 1878: Carlos Pinto d'Almeida, "O Mestre de Aviz", romance histórico. O de 1879, em 6 500 exemplares, «inclue um quadro romantico historico, que tem certo interesse de occasião, intitulado: – *Casamento do Reino de Inglaterra com o Reino de Portugal*, por Eduardo Coelho, envolvendo factos muito interessantes da historia dos dois paizes na segunda metade do seculo XVII; e um lindo conto moral: – *A Menina Pobre*, original do estimado escriptor e nosso prezado collega o sr. Miguel de Bulhões» (*Diário de Notícias*, 23-I-1880). 1880: Gomes Leal, "O espelho da viscondessa [da marqueza]"; Gervásio Lobato, "A sessão de espiritismo"; Monteiro Ramalho, "O Diabo"; Cristóvão Aires, "Um conto singular"; Andersen, "Os cinco irmãos"; Eduardo Coelho, "Scenas do drama moderno" e "Uma tourada do século XVII". 1881: Pinheiro Chagas, "Uma canção romântica"; Mariano Fróis, "O armador"; Fialho de Almeida, "O roubo" [de facto, "O furto"]; Eduardo Coelho, "Noticias velhas"; Teófilo Braga, "Maria do Serrado"; e narração do tempo de Pombal, "Memorias de Paulina", sem assinatura. 1882: contos de Fialho, "Pequeno drama na aldeia"; "A educação" [= "Emma"], não assinado; Cristóvão Aires, "Um conto"; Mendonça e Costa, "O cavaleiro phantasma"; Eduardo Coelho, "Realidades funestas"; Eduardo Coelho Jr., "Aguarella aldeã". 1883:

Almeida d'Eça, "Uma aventura na Arabia"; Bulhão Pato, "A cruz mutilada"; Eduardo Coelho, "Como sahiste, visconde?"; Emídio da Silva, "Ai! Amisade!"; Guiomar Torrezão, "Os ciúmes do visconde"; João Augusto Ornelas, "Um beneficio"; Quirino Chaves, "Amor de mãe"; Vasconcelos Abreu, "A pobre do véu". 1884: Moura Cabral, "O canto das sereias"; Almeida d'Eça, "Os guardas marinhas", conto marítimo; Quirino Chaves, "Um crime horroroso!"; E. Coelho, "Portugal captivo". O de 1885 é «dedicado á memoria de Victor Hugo, contendo o seu retrato, fac-simile de uma carta autographa dirigida pelo poeta a um dos nossos redactores, a biographia, e a relação, indicação e excerptos de todas as obras do immortal génio» (*Diário de Notícias*, 27-XII-1885). Em 1886, Brito Aranha organiza vida e obra de José da Silva Mendes Leal. 1887: Cristóvão Aires, "O moleque"; Alberto Pimentel, "Um marido para seis mulheres"; Alfredo Gallis, "A luva"; Daniella, "O store do Japão"; E. Coelho Jr, "Está cá minha mulher?". 1888: Pinheiro Chagas, "A jóia do vice-rei". 1889: Maria Amália Vaz de Carvalho, "Revolvendo as cinzas"; Caiel, "1. 441 metros de altitude"; Zeferino Brandão, "Baptizado de Afonso VI"; Cândido de Figueiredo, "As espingardarias"; Cristóvão Aires, "Um mystério"; Pinheiro Chagas, "Baluarte de Diu"; Guiomar Torrezão, "A avó". Em 1890, 168 páginas com Pinheiro Chagas, "A Africa Portugueza"; Afonso Vargas, "Nuvem desfeita"; Rafael d'Almeida, "A minha terra"; João de Mendonça, "A ponte da preguiça e a nogueira da miseria"; Guiomar Torrezão, "Severina"; Alberto Teles, "A noite de 3 de Setembro de 1758"; Alberto Pimentel, "O rei da Ericeira"; Rangel de Lima Júnior, "Othellosito". Dito já 1891, vejamos 1892: Pinheiro Chagas, "O naufrágio de Vicente Sodré"; Aristides Abranches, Estreia de um curioso"; Alberto Pimentel, "O herdeiro de minha tia". 1893: Cândido de Figueiredo, "O bacharel Ramires"; Afonso Vargas, "Dois destinos"; José António de Freitas, "Questões dos limites do Brasil com a Republica Argentina". 1894: Cândido de Figueiredo, "Um drama de aldeia"; Guiomar Torrezão, "Diario de uma complicada"; Lumbrosiola, "O idiota"; Alfredo Mesquita, "Companheiros de bordo".

Os colaboradores literários e os "informadores" (correspondentes e agentes dentro e fora do país) recebiam a edição comum e «um exemplar especial». Também comuns, por serem assinantes, e especiais, eram os encadernados para suas majestades e membros da família real, «em signal de respeito e consideração» (23-I-1880). Entre Agosto e Dezembro, sensivelmente, decorria a reserva de espaço publicitário, cujos preços e condições se patenteavam «nas respectivas agencias de annuncios e na administração deste jornal» (10-VIII-1895). Neste ano, 57 páginas de anúncios acompanhavam-se de prosa de Eugénio de Castro, "A lenda dos 7 dormentes"; Narciso de Lacerda, "O espelho de Cristina [Celestina]"; Francisco d'Almeida, "Á porta do Paraíso"; Bulhão Pato, "Homens políticos – El-rei D. Fernando II. Memorias"; Alfredo da Cunha, "Magdalena de Vilhena". O de 1896, com 79 páginas publicitárias, inclui calendário para o ano seguinte, pelo que se distribui já em finais de Novembro, incluindo, ainda: Trindade Coelho, "Terra mater"; Cândido de Figueiredo, "Chrysantemos"; Guiomar Torrezão, "Joana de Goerschen"; Bulhão Pato, "Memorias (El-rei D. Fernando II). 1897: Lourenço Cayolla, "O despertar d'um sonho", romance histórico da descoberta do caminho

13. 3. Edição e leitura

A sensação com que se fica ao correr dezenas de milhares de páginas – penso nas de anúncios – é esta: traduz-se, e mal, por falta de imaginação. Do rastreio que, para J. C. Machado, fiz n'*A Revolução de Setembro*, só uma vez o encontrei satisfeito com o quadro literário que se antolhava. Essa transcrição vale como documento de um instante; ruptura com o ultra-romantismo (só *A Grinalda* ia saindo, nem todos os anos); verificação do circuito feliz autor-editor-leitor, com ausência da crítica, lamentada noutros folhetins; eleição de responsáveis; afirmação da diferença individual, que passa pela recusa da sintagmática obrigada – mas nela se apoiará Eça para se distanciar de Nazaré, Machado, etc...[165] Produção e consumo passavam, entretanto, por estádios (subscrição, livrarias, bibliotecas, gabinetes de leitura, cafés e

índico. 1898: Cândido de Figueiredo, "Amores de um marinheiro". Enfim, volume 35, Alfredo Cunha fecha com "Versos, endeixas, madrigaes e rimas soltas".

Experiência pioneira fora, já, *Collecção de Poesias* / Offerecidas / Aos Assignantes da / *Revista Popular*, Lisboa, 1849, como se lê a p. 127, incluindo: A. de Serpa, F. Palha, J. de Lemos, L. C., Sousa Almada, Mendes Leal Júnior, A. E. Zaluar, L. Corrêa Caldeira, D. Antónia Pusich, D. João de Azevedo, A. F. de Castilho, J. P. das C., José Osório, os albumistas A. P. da Cunha e A. E. Zaluar.

[165] «Principiemos pelos livros, e registremos com alegria quanto o movimento litterario no nosso paiz tem ultimamente augmentado, e como é agradavel ver quai todos os dias sairem das nossa typographias, ou chegarem a Lisboa vindos da provincia, livros de contos, de versos, de historia, romances, dramas, que sei eu! É por esta fórma, animando os editores, popularisando os auctores nacionais, e habituando o publico a ler os nossos livros, que Portugal poderá um dia dispensar-se desse aluvião de traducções que invade o mercado, e que tanto mal tem feito não só á livraria portugueza senão ao decoro da litteratura patria. [...] // A litteratura, que parecia dormir entre nós desde que passou aquelle periodo de effervescencia do jornalismo ameno, em que foram moda os romances de subterraneo e noiva raptada, com epigraphes de todos os auctores, xacaras de cavalleiro, e uma maldição em cada capitulo, accordou de novo, e desta vez com um pouco mais de gosto, de estylo e de senso commum. Já não são obrigados os contos e novellas de hoje a umas phrases certas e determinadas, como outr'ora; já se dispensa uma pessoa de escrever por obrigação uma *magica embriaguez*, um *incommensuravel arcano*, um *Oh! se é um sonho, permitti meu Deus que eu não accorde!* [...] // // Hoje, cada um tem o seu estylo e mesmo na geração nova distinguem-se uns pou-

botequins, leituras públicas, outeiros) abordados em *Cultura Literária Oitocentista*, ou insertos em *Ensaios de Cultura*.

cos de mancebos que não tratam de imitar ninguém e que teem, cada um, sua diversa feição litteraria: no tempo dos primeiros escriptos do sr. Pereira da Cunha, Silva Leal, Lobato Pires, D. João de Azevedo, Paulo Midosi, etc. a moda era escreverem todos no mesmo estylo, e tratarem por vezes o mesmo assumpto; constituia-se uma especie de elegancia em moldar a acção dos romances n'um certo quadro inalteravel, distribuir-lhe os mesmos lances e os mesmos personagens, e sobre isso dizer coisas novas; ao apparecimento de *Frei Paulo ou os doze Mysterios*, principiado por Antonio da Cunha Sotto Maior e concluido por Ayres Pinto de Sousa, houve uma revolução no romantismo: os leitores tremeram de admiração e de terror, os classicos da epoca sentiram-se encommodados, e os livreiros, para explicarem a novidade de venderem um romance portuguez consideraram-o immoral! // Em seguida, a datar da *Estatua de Nabucco* do sr. Mendes Leal, do *Roberto Valença* do sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, e principalmente dos romances do sr. Camillo Castello Branco, principiou o publico a desabituar-se de encontrar sempre a mesma novella, e hoje faz cada um por ser bom cavalleiro e ir o mais longe que possa quando vem á lice [*sic*] para competir com os maes!» (*A Revolução de Setembro*, 11-II-1862)

Seria preciso reportar, segundo categorias, títulos e edições destes decénios, como fez Claude Maffre, "L'édition au Portugal entre 1750 et 1810", *Quadrant*, n.º 9, Montpellier, Centre de Recherche en Littérature de Langue Portugaise / Université Paul Valéry, 1992: 71-84.

III

1. Discurso

1. 1. As imposições de um género *in fieri*

No arguto entendimento de Bruno, o conto «de costumes burgueses», de «curto tamanho», criou-se «pelas improvisações fáceis do folhetim e pela sugestão das revistas literárias»[1]. Construção, pois, *in fieri*, atentas limitações espaciais que procura, artisticamente, transcender.

Quem tem experiência da relação literatura / jornalismo sabe como espaço disponível e dizer se influenciam, sem contemporizações para os que excedam as medidas pré-definidas. Se, a partir de obras escritas passadas a jornal – como se deu, mesmo, na pioneira iniciativa francesa de 1836 e, já, em soluções *digestivas* deste século –, era fácil seccionar a acção ou suprimir partes inactivas, diferentemente se agia aquando de redacção de textos pensados para jornal e revista, ou para êxito de vendas. Veremos a partição e as pausas semanais a que procedeu A. P. Lopes de Mendonça com *Memórias de Um Doido* na *Revista Universal Lisbonense*.

A expressão romance-folhetim, por exemplo, abarca, assim, não só o que deu folhetim, mas também o elaborado segundo mecanismos deste, ainda que não publicado sob essa forma. De carácter abrangente, porque conjuga, e coloca à mesma altura, o jornalismo – que se constitui reserva, força e fraqueza daquele –, é, por conseguinte, a expressão folhetim-romance, já em título célebre de Alfred Nettement (1845). Remete-nos para indústria que aproveita ao jornalismo e à literatura, para o contacto imediato e efémero que temos com a vida.

Vejamos, a partir de novela-folhetim estudada na sua multiplicidade de cambiantes, algumas características que emergem num quadro genérico.

[1] Sampaio Bruno, "O conto satírico", *A Geração Nova* [cap. VIII], cit.: 76.

2. Autor: Álvaro do Carvalhal

Álvaro do Carvalhal (S. Pedro de Padrela, Valpaços, 1844 – Coimbra, 1868) estreia-se com o drama em três actos *O Castigo da Vingança!* (1862), no ano seguinte encenado em Braga, onde estuda Humanidades. As tonalidades carregadas e melodramáticas voltam aos seis *Contos* (1868), parcialmente conhecidos da Imprensa de Coimbra, em provas quando morre o quartanista de Direito.

"Os canibais", filmado por Manoel de Oliveira (1988), é o mais significativo: informa sobre a educação ultra-romântica de Carvalhal, mas, simultaneamente, num sarcasmo dorido, corrói o próprio texto. Sete (de oito) capítulos tinham saído, sob o título "A estátua viva", no folhetim da bimensal *Revista de Coimbra* entre 15-XII-1865 e 31-III-1866. No calor da Questão Coimbrã, e em sede anticastiliana (aí colaboravam Teófilo ou João Penha, mas a violência de partido estava na crónica de Joaquim Vale), estranha-se, porém, na entrada do conto, clara referência crítica à «geração pretensiosa» formada por condiscípulos de que Carvalhal se afastava. A história desta relação complica-se quando recuamos três semanas.

Em folhetim do *Diário Mercantil* (23-XI-1865), "Suicídio – Vem a pêlo o *Poema da Mocidade* e seu Autor" –, defende Carvalhal o suicídio livre e conscientemente assumido, de que dá bastos exemplos na Antiguidade. Quando seria de esperar a solução extrema de um já condenado Pinheiro Chagas, espanta-se que, em vez do punhal ou do veneno, ponha à venda o *Poema da Mocidade*, cujo argumento, entre citações e mofa, arrasa, no que será «a primeira voz discordante no coro que Castilo [*sic*] procura orquestrar a seu favor». Esta intervenção leva João Rocha [Urbano Loureiro] a incluí-lo, no *Bocage* (nº 10, 16-XII-1865: 75-76), entre as personagens secundárias da «comedia» coimbrã.

Um abreviado A. do C. subscreve, dois meses mais tarde, em resposta à *Literatura d'Hoje* ramalhiana e como "Carta a A. d'Azevedo Castelo Branco", *Antero de Quental e Ramalho Ortigão* (Lisboa, Imprensa da Universidade, 1866). Esboça retrato literário e moral de An-

tero, que vê passar na rua e com quem fala de vez em quando: com o seu escrito pioneiro de resposta a António Feliciano, «olha mais à dignidade do homem do que à chilra ostentação do literato». Defende, contra a «crueza sarcástica» de Ramalho, o Castilho-literato, de prosa e traduções linguisticamente inexcedíveis, bem superior às desculpáveis vaidades do homem. Dando interpretação diversa da do «esmiuçador portuense» a considerações que Castilho lançara na crítica ao «mal-aventurado poema», já, com espanto nosso, vemos declarar que, «apesar do afamado poema, tenho para mim que lhe não falta merecimento», isto é, a Chagas. Opõe, logo, Antero e Ramalho, sendo a intervenção daquele «mais lisa, mais portuguesa, mais nobre»; insultuosa a deste, nas contradições que julga detectar. Com tempo para elogiar o «brilhante e vigorosíssimo talento» de Teófilo Braga, termina com notas acaso úteis para a sua arte: julga a nebulosidade «repreensível na prosa em geral», embora a conceba na poesia velada, por natureza louca à nascença, ou devendo parecê-lo. Esta dupla intervenção seria satirizada por Urbano Loureiro, em *Questão de Palheiro* (Porto, 1866: 346), e, antes, assinando João Rocha, a incluí-lo, no *Bocage* (n.º 10, 16-XII-1865: 75-76) entre as personagens secundárias da «comedia» coimbrã.

Que sinceridade havia nestes passos? Pierre Hourcade, que os ignora, regista terceiro momento, «apenas de injúrias» à gente de Coimbra, como já não enganava o limiar d'"Os Canibais": à visada «geração pretensiosa» sucede, agora, a «ignorancia pretenciosa». Diz Hourcade:

> Assim, em 5 de Maio de 1867, um correspondente de Coimbra, Álvaro do Carvalhal, exaltando hiperbolicamente os méritos de Simões Dias, 'saído sem mácula do lupanar', aproveita a oportunidade para instruir com extrema veemência o processo da nova geração literária vituperando o seu 'desprezo pelas gloriosas tradições', a 'extravagância das suas inspirações', a pretensão dos temas cósmicos e sociais de que se ocupa e, sobretudo, as suas tendências subversivas, reveladas nos 'vivas' que erguem 'em honra de Robespierre e de Marat". Desse modo aponta Carvalhal a escola de Coimbra à vindicta pública e reclama para ela o castigo do braço secular. Trata-se apenas de injúrias[2].

[2] "Le feuilleton de la *Revolução de Setembro*, à l'époque de la 'Question de Coim-

Falar em vindicta é excessivo, mas a força da 'tradição' já dominava, de facto, o início do conto, implicando questões genológicas e de verosimilhança que não referiremos aqui. Se dissidência houvera em Novembro, como que regressava, agora, o jovem pródigo às fileiras castilianas. Para melhor compreender um universo de valores nas relações de Carvalhal com a Geração de 70, passemos pelas cinco meias colunas do matutino, numa ignorada, mas decisiva, colaboração de 26-I-1866.

"A proposito do livro de J. Simões Dias" *Lira da Angústia*, o folhetim pretende-se depoimento geracional. Perdoem-se vírgulas, e o mais:

> Se é certo que cada nova geração, que apparece, tem a sua missão especial a cumprir, e a revela no pendão, que hasteia, na ordem caracteristica de idéas, que irradia e nas tendencias, que manifesta, não será temeridade sustentar que mesquinhas, tenues e desbotadas são as esperanças com que nos acalenta esta hodierna geração." A literatura, entre nós, vai "ganhando as grutescas proporções d'uma monomania pedantesca e insuperavel, em que a primeira condição de vitalidade assenta nos caprichos da ignorancia pretenciosa, no despreso das gloriosas tradições, na extravagancia das aspirações, [...].

Ninguém está a salvo dos novos mestres, porfiando «em esmagar quanto ha de mais generoso, de mais santo, e de mais natural e interessante em peitos juvenis». Condenam

> os affectos puros do coração a um ostracismo infamante, e em seu logar arvoram cousas grandes e civilisadoras, porque, para eterna vergonha do senso commum, arvoram por codigo e lei uma enfiada de arrevesados nomes alemães, francezes, russos, inglezes apprehendidos sem duvida em alguns illustrado catalogo de livros. E, cevados nestes indigestos manjares, então sim! então espraiam-se em polposas considerações, tão sabias e de tal alcance que seriam evangelho redemptor, se não fossem incomprehensiveis arcanos para os proprios evangelhistas.

bra' (1863-1867)" ["O folhetim *d'A Revolução de Setembro* na época da 'Questão Coimbrã' (1863-1867)", *Revue de Littérature Comparée*, Paris, 1938: 124-136; cit. de *Temas de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores, 1978: 46-47].

Particulariza:

> Na invicta cidade de Coimbra, como por toda a parte, tem sido ferteis estes ultimos tempos na exuberante producção de boas e curiosas creaturas, talhadas por este molde e feição, merecedoras por certo de melhor sorte, e sobretudo de mais minuciosa e demorada apresentação.
> Eis porque ao dobrar de qualquer esquina nos arriscamos a tropeçar n'uma celebridade, como se fôra uma pedra da calçada.
> Nos poucos annos, que levo contados, de vida academica tem querido a minha ventura pôr-me em contacto com muitos desses arripiados seres, em cujo abono sempre direi que a não ser o demonio da mysteriosa sybilla, que lhes sopra lá do interior vozes formidaveis e espantosas, seriam pobres diabos de quem a sociedade não teria motivos para não esperar optimos paes de familia, cidadãos prestantes, deputados, ministros, e mais ainda.
> [...]
> Acham mesquinho o destino do poeta, que canta, porque sente; o do romancista, que escreve, porque lh'o pede a imaginação; o do orador, que exclama, porque nas veias lhe regorgita o sangue, e no coração lhe ferve o enthusiasmo. Acham isto pequeno como o paiz, em que lhes não cabe a inspiração, e, no fim de contas, fazem-se videntes e reformadores, e se não anathematisam inteiramente o metro é para que lhes reste o privilegio de produzirem pasmosas epopeias em que o logar da scena seja o mundo, o heroe a humanidade e o fim o ideal, concedendo por favor ás duas potencias, Deus e Satanaz, todo o cuidado da intrincada urdidura e do desenlace maravilhoso das situações.
> Reformar a humanidade! é o grande principio, que elles escrevem na hasteada bandeira, a meu ver, com o sangue morno de uma veia esfrangalhada.
> São para ser vistos e ouvidos quando, em propicio ensejo, fazem que lhes lateje o impeto fogoso dos prophetas nos olhos vagos e sinistros, dando ás palavras uma accentuação pausada e nobre, deixando pender desordenados os cabellos e as vestes, soltando vivas a Robespierre e a Marat, clamando que está marasmada a sociedade com blasfemias, que fariam corar de vergonha o velho Voltaire, e affirmando que o mal está na cabeça, e que portanto é forçoso decepar pelo menos uma cabeça a cada homem. Então,

> como Deus está em toda a parte sem exceptuar o vacuo, naturalmente cuidarieis que um deus lhes enche o protuberante craneo.

Contrapõe-lhes o amigo J. Simões Dias, «uma alma honesta e verdadeiramente poetica», emergindo «desta viciada atmosphera». Do livro diz:

> Escripto em portuguez de lei, não lhe falta esmero na fórma, nem louçainha vistosa na contextura, constituindo pela cadencia suave e harmonia do verso como que uma afinada e idilica orchestra. Accresce não deixar abertura por onde facilmente se possa coar o venenoso fel do ridiculo, o que é para notar-se nestas afortunadas eras de desprezo pelo bom senso.

Opina ao de leve, resguardando-se:

> Tambem agora ocioso fôra toda a critica, depois das sacramentaes palavras do mestre. O sr. Castilho proferiu o seu juizo na imprensa. Resta apenas portanto solver um problema.
> Como foi que o poeta saiu illibado das funestas contaminações a que estava sujeito? Como saiu a virgem sem macula do lupanar?

Não termina sem recitar as «auctorisadissimas palavras do sr. Castilho».

2. 1. *Os Canibais*

2. 1. 1. *História*

O visconde de Aveleda, no seu porte mecânico, é a coqueluche de baile para que é convidado. Margarida, sonhadora, nutre por ele uma paixão que dará em núpcias, não sem a oposição de D. João, que ameaça vingar-se.

As suspeitas pontuadas ao longo do conto culminam no primeiro encontro a sós: quando Margarida anseia por noite de amor, o visconde –

– que antes se dissera só cabeça e coração apaixonado – desnuda-se e, qual aborto, desarma-se em várias partes, como um autómato. Margarida suicida-se, atirando-se por uma janela, enquanto D. João (que vigiava) salta por outra e vai dar com o visconde – que, entretanto, ao querer atingir um veneno, rolara para um fogão descomunal – ardendo no braseiro.

Neste momento, o narrador é increpado por, contra o propósito de um conto verdadeiro e elegante, ter escrito conto para gente rude e não para leitores que sabem de cor Poe e Hoffmann. É criticado, ainda, pela sua imodéstia, pois diz escrever um conto quando o que pretende é oferecer romance – e sobre esta hesitação dos géneros se desenrola todo o exercício literário.

A sequência é atroz: o pai de Margarida, Urbano Solar, levanta-se cedo e, procurando os noivos, dirige-se à respectiva câmara. Ausentes, não deixa de se lhe aguçar o apetite, ao dar com formoso petisco no fogão. Chama os filhos – um, peralta, o outro, magistrado –, que, à compita, se atiram ao couro do pobre visconde.

Descoberto o logro, correm ao jardim, tendo ouvido um tiro: encontram a filha morta, D. João agonizante. O desespero do pai só não se consuma porque o filho-de-leis lhe recorda que deles será toda a riqueza de Aveleda.

Uma primeira lição emerge: o "formoso sexo" deve ter muito cuidado e não confundir ser com parecer; segunda: em troca do lucro, a burguesia canibaliza as próprias filhas, vende-as à melhor oferta, como o senhor Urbano Solar, que no nome diz bem o que procura.

Mas, claro, há maior complexidade num texto cuja maquinaria entranhadamente se expõe, e exemplifica, na sua progressão, traços folhetinescos relevantes.

2. 1. 2. *Discurso*

Álvaro do Carvalhal elabora, nos *Contos*[3], uma crítica da ficção romântica, cujos ingredientes caoticamente absorve, sem, todavia, no--los definir como criação individualizada. O seu *discurso de leitor*, que não consegue mascarar, é-nos útil enquanto documento programático (*de dentro*) de uma época literária; n'*Os Canibais*[4], em particular, brilha o hesitante vaivém na dilucidação intradiegética de género a

[3] A 1.ª edição dos *Contos*, "precedidos d'um estudo biographico por J. Simões Dias" – prólogo «mediocremente pensado», no dizer de Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, p. 94, o que contesta J. Régio, em "À beira dum centenário. Álvaro do Carvalhal e o seu prefaciador J. Simões Dias", *O Primeiro de Janeiro*, 14-II-1968: 10, é de 1868, «embora se conheçam exemplares com um frontispício de 1876», segundo J. Gaspar Simões, *História do Romance Português*, vol. III, ed. cit., 1972: 26. Isto tem confundido alguns estudiosos, que datam aquela de 1876 e do Porto – ou ligam 1868 e Porto, como M. J. Gomes, p. 12 e 27, a seguir referido, quando foi 1868 e Coimbra, Imprensa da Universidade. Optando por não problematizada disposição cronológica, Manuel João Gomes inventa o título *6 Contos Frenéticos*, Lisboa, Arcádia, 1978, abrindo por "Átrio" de A a V: basta que o próprio considere "Os Canibais" como, dos seis, o único fantástico para que o arriscado título da colectânea vá por água abaixo. Há outras incoerências. A 3ª edição, que reverte a *Contos*, Lisboa, Relógio d'Agua, 1991, conjuga a disposição de Simões Dias e a ortografia actualizada de M. J. Gomes. Na contracapa, de péssima redacção, dá-se nascido em Algeriz (*sic*; o mesmo em J. Gaspar Simões, "Vida e morte de Álvaro do Carvalhal", *O Primeiro de Janeiro*, 6-IX-1972: 8), quando se pretendia Argeriz e, de facto, é S. Pedro de Padrela, como repôs Pedro da Silveira, em "Álvaro do Carvalhal", *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 (2), Lisboa, 1982: 303-307 [p. 303]. Cuidei destes erros – e dos vergonhosamente acrescentados em conspícuas recensões d'*O Jornal Ilustrado*, 25-I-1991, e *Expresso* – Cartaz, 9-II-1991: 28, 30, esta assinada por Fátima Maldonado – no artigo "Carvalhal, estátua viva" (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26-II-1991: 13) e em sucinta nota na *Colóquio/Letras*, n.º 123/124, Janeiro--Junho de 1992: 377. Em 2004, saiu a mais autorizada edição dos *Contos*, com fixação do texto e posfácio de Gianluca Miraglia, Lisboa, Assírio & Alvim. Se já conhecíamos *Antero de Quental e Ramalho Ortigão*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, peça de intervenção na Questão Coimbrã, Miraglia descobriu, entretanto, nova folhetinagem de Carvalhal: "Cartas a J. J. Rousseau", *O Comércio de Coimbra*, 6-XII-1864, 13-I--1865; "Crónica do século XIX", *Mosaico*, n.º 12, 20-II-1865; "Uma poesia de João Penha a Catherina Lebouys", *O País*, 15-XII-1867.

[4] Sigo a edição, mimosa de gralhas, prefaciada por Manuel João Gomes, Lisboa, Edições Rolim (Colecção Fantástico), 1984, extraída de 1978. Fernando Ribeiro de

perfazer-se – dificuldade que transmitiu aos exegetas e problema conexo às diligências que o folhetim, de seu natural solto e flexível, impõe aos cultores.

O jogo, de mal controlada ironia, parte desta verificação: o século aboliu os «tempos heróicos» (p. 13), com seus heróis fabulosos, positivamente falsos, ou inverosímeis. E com maior razão neste «país civilizado e liberal» (p. 50), cuja sociedade, «desde o primeiro titular, ao brasileiro sem títulos, coisa rara em sublunares regiões» (p. 15), nada em «mistérios, amores e ciúmes» (p. 14). A comédia humana do oitocentismo português vê alargar-se a sociedade de figurantes representada no «dandismo» (p. 16), na «postura pretensiosa e frívola» (p. 29) que afectam os apaixonados, enquanto se melindra sem mais aquelas «o sistema nervoso das senhoras» (p. 28). Os «escabrosos caminhos da magistratura» são irmãos das «várzeas paludosas do peraltismo» (p. 30). Persistem «os Torquemadas modernos» (p. 33), na permanente devassa da vida alheia, e, paredes-meias com o álcool, o prostíbulo e a arruaça, peroram «os folhetinistas galantes, os fúteis da moda, alguns homens de estudo mesmo» (p. 36), que aplaudem e lisonjeiam os vícios de cupidos. O casamento não cala conveniências, com que se atropelam inocentes. A aparência «mais de uma vez nivela o vício com a virtude» (p. 44-45). O bom proprietário, de «mente fecunda e liberal» (p. 51), mas «gorduренta memória» (p. 52), tornou-se *ex libris* «desta época inqualificável» (p. 55). Assim se caracteriza um tempo e se avalia a nação.

Mello editara-o na *Antologia do Conto Fantástico Português*, Lisboa, 1967, regressando na 2.ª ed., ainda em F. R. de Mello / Edições Afrodite, Lisboa, 1974, com aparato de E. M. de Mello e Castro. Comparecera, no intervalo, na antologia inserta em J. G. Simões, ob. cit., 1972. Terá sido a inserção de 1967 a justificar parágrafos na correspondência de Flávio Gonçalves para Régio, a quem emprestou exemplar da 1.ª ed., que, por seu lado, passaria a Manoel de Oliveira. Daí nasce a série de três artigos nos 100 anos da morte de Carvalhal n'*O Primeiro de Janeiro* – Das Artes. Das Letras (14-II; 6 e 27-III--1968), o segundo dos quais, "Álvaro do Carvalhal e a literatura fantástica", recolhido em *Crítica e Ensaio* / 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994: 126-131. Flávio Gonçalves, em carta de 17-I-1968, reforçou a tese da «publicação póstuma, em 1876». Ver João Francisco Marques, "José Régio e Flávio Gonçalves – Os caminhos de uma amizade" (sobretudo, "4. Releitura e originalidade de Álvaro do Carvalhal"), *Póvoa de Varzim* – – Boletim Cultural, vol. XXVI, n.º 1, 1989: 153-231 (170-174 [p. 171]).

A máxima de Boileau – «Rien n'est beau que le vrai» – que o Romantismo privilegia[5] e Carvalhal escancara no limiar pressupõe versos onde se justifica imaginação sem peias e, mesmo, o dizer (em vez de expor) em registo de ironia romântica. Refiro-me às normas a que deve obedecer a tragédia, calhadas para o espectáculo narrativo a que se guindam "Os Canibais" e que, pelo fortíssimo investimento no omnipresente narrador, solista da acção, Manoel de Oliveira percebeu às mil maravilhas:

> Jamais au spectateur n'offrez rien d'incroyable: / Le vrai peut quelquefois n'être pas vraisemblable. / Une merveille absurde est pour moi sans appas: / L'esprit n'est point ému de ce qu'il ne croit pas. / Ce qu'on ne doit point voir, qu'un récit nous l'expose: / Les yeux en le voyant saisiront mieux la chose; / / Mais il est des objets que l'art judicieux / Doit offrir à l'oreille et reculer des yeux[6].

De encontro a esta, vinha a seguinte condição, já lembrada no prefácio do poeticista:

> Puis donc qu'une pensée n'est belle qu'en ce qu'elle est vraie, et que l'effet infaillible du vrai, quand il est bien énoncé, c'est de frapper les hommes, il s'ensuit que ce qui ne frappe point les hommes n'est ni beau ni vrai, ou qu'il est mal énoncé et que par

[5] Merecia levantamento dentro das preocupações artísticas românticas. Garrett dá o mote, no capítulo III das *Viagens*: quer descrever a estalagem da Azambuja, que não pode ser clássica, nem romântica, embora a época aceitasse figuras como um Chourineur, uma Fleur de Marie, seja, quadro à Sue, tipo *Les Mystères de Paris*: «É como eu devia fazer a descrição: bem o sei. Mas há um impedimento fatal, invencível [...] // // porque eu hei-de viver e morrer na fé de Boileau:», correndo, então, o célebre ditame. A 3 de Agosto de 1880, ao fechar o prólogo da 3.ª ed. de *Sons Que Passam*, Tomás Ribeiro, como derradeiro paladino de um tempo, marca uma derradeira posição: «Eu entendo que o realismo é bom – *Rien n'est beau que le vrai* – mas não é só real o que é torpe; [...].» (Cit. na 5.ª ed., Porto, Livraria Chardron, 1898: XIII)

[6] Boileau, *L'Art Poétique*, chant III, vv. 47-54, Paris, Librairie Larousse (Coll. Nouveaux Classiques Larousse), 1972: 64-65.

> conséquent, un ouvrage qui n'est point goûté du public est un très méchant ouvrage[7].

Pressentimos múltiplas preocupações no iniciado escritor vinteno: parêntesis discursivos que enxameiam, como quem se busca e questiona nessa provocação de criar o inverosímil sob influxo do sobrenatural, assente, todavia, num *efeito de veracidade*. Este processo exige enunciação que cumplicie, persuada e espante o leitor, e, ainda que não moralize sociedade ao parecer já perdida, sele, ao menos, a «tremenda experiência» (p. 25) que já fora de visconde existencialmente poeta (p. 48) e era, fantasmática, a do narrador-personagem textual e protagonista civil, cujas «imaginações» (p. 23) caucionavam, em última instância, a verdade da história. Como, à maneira da crítica do tempo, assevera J. Simões Dias, no "Estudo Biographico" que precede os *Contos*:

> Nestas composições presente-se todo o viver intimo de Alvaro, e nas scenas que mais felizes lhe sahiram da penna bem se adivinha com que sentida verdade as descreveu e quão presentes ao coração e aos olhos lhe andavam. Se isto não fôsse uma traição covarde e uma infidelidade miseravel, poderiamos confirmar o que dissemos com a revelação de alguns segredos que por elle nos foram confiados. [...] O facto é que toda a vida interior de Alvaro [...] por essas paginas lhe ficou mais ou menos disfarçada em risos e diluida em lagrimas. (p. XIII)

A perspectiva do eu nevrótico, configurada em antecipações notáveis – «Recalcada um tanto a desesperação, [...]», «Recalcou novamente a dor, [...]», p. 42 –, desvela autor a refractar-se, já, contudo, mais enredado à superfície pelo tecido da memória e literária, que desfia, mas não apura, afrontando, no entretempo, questões fulcrais em história consabida, logo, secundarizada:

1) a referida procura de verdade,

[7] Ob. cit.: 35. «[...] l'effet infaillible du Vrai,», maiusculado, como valor absoluto, escrevem outras edições (*v. g.*, Boileau, *Oeuvres, I, Satires – Le Lutrin*, Paris, Garnier-Flammarion, 1969: 35).

2) a consideração do género – com o que darei análise das propostas enunciadas, para, enfim,

3) interrogar os subgéneros, à luz do tão decantado fantástico.

1. O narrador confia-se-nos apoiado em «crónica que casualmente me veio parar à mão» (p. 13), o que significa seleccionar e proceder a ajustamentos, assim garantindo a verdade dos sucessos. F. A. Rodrigues de Gusmão resumira o sentimento aristotélico e boileauiano para descanso de ingénuos leitores: «A história deve ser verdadeira, ainda que seja inverosímil; o romance deve ser verosímil, ainda que não seja verdadeiro.»

Redourou a sentença à vista d'*O Prato de Arroz Doce* (1862), de A. A. Teixeira de Vasconcelos, em análise no folhetim d'*A Revolução de Setembro* (19-II-1862): «Brilhe a verdade no que tem de histórico, appareça a verosimilhança no que tem de romantico.»

A verdade, simplifica Camilo na auto-análise que também cumpre, em 1848, ao estudar *O Céptico*, de D. João de Azevedo[8], e que vigora na mesmíssima altura em que Carvalhal se abalançava à narrativa, conhecia tripla proveniência:

a) nasce de um coração dorido que se exprime: «[...] perguntem-lhes se nesse romance palpita uma verdade das que só é dado ao que sofre tirá-las do abismo da dor. Não.»

b) faz-se, junto com essa cristalizada visão disfórica da humanal condição (que o Realismo subverte, porquanto compreende «o escritor feliz com todas as comodidades no seu gabinete»), homologação, cópia, sinal: «Sancionaria ele, em nome dos seus padecimentos, a verdade desse romance *copiado do homem e da natureza?*»

No caso vertente, não sancionava, o que é pedir à verosimilhança um esforço de adequação;

c) na dúvida se «A crónica de infortúnios que José Barbosa [e Silva, *Viver para Sofrer*, analisado em 1856] nos conta é a desgraça in-

[8] Ver *Esboços de Apreciações Literárias*, ed. cit.: 52-53, 62-63. João Gaspar Simões, "D. João de Azevedo e a sua "Trigonomia Romântica" ou um romancista desconhecido" (*O Primeiro de Janeiro*, Das Artes – Das Letras, 26-X-1966), que já vê neste o primeiro Camilo, data *O Céptico* de 1849.

ventada [...] ou é um drama real [...]», responde Camilo, evadindo-se no plural: «[...] há aí verdades, não só daquelas que o são pelo simples facto da verosimilhança, mas doutras ainda que a tradição guardou, [...].»

Em sentido lato, tradição, em Carvalhal – que obedece àqueles princípios –, significa contos de fadas, de que o narrador se socorre como resguardo contra as "murmurações" da «geração pretensiosa» (p. 13), a saber, os colegas da Questão Coimbrã, em relação aos quais variou[9]. Esta referência, logo na primeira página, se salvaguarda a coerência interna narrativa – quarto elemento de verdade, sendo quinto (já fora da

[9] Para melhor compreensão de um universo de valores e ponto final nas afirmadas relações de Carvalhal com a Geração de 70, nada como transcrever, pela primeira vez fora das cinco meias colunas daquele matutino, colaboração ignorada, mas significativa:

FOLHETIM

A proposito do livro de J. Simões Dias

Se é certo que cada nova geração, que apparece, tem a sua missão especial a cumprir, e a revela no pendão, que hasteia, na ordem caracteristica de idéas, que irradia e nas tendencias, que manifesta, não será temeridade sustentar que mesquinhas, tenues e desbotadas são as esperanças com que nos acalenta esta hodierna geração.

A litteratura é certamente a feição, que mais e melhor patenteia o espirito de um povo, porque ella em todas as edades se incumbiu de interpretar os segredos d'uma epoca, os principios que levedam, e as paixões que vigoram.

E a litteratura entre nós, destruido o monopolio, e fazendo- se patrimonio de todos, vae, pelos geitos que as coisas levam, ganhando as grutescas proporções d'uma monomania pedantesca e insuperavel, em que a primeira condição de vitalidade assenta nos caprichos da ignorancia pretenciosa, no despreso das gloriosas tradições, na extravagancia das aspirações, n'um desejo em fim, n'um desejo febril, como hydrophobia litteraria, de saltar a pés juntos por cima do impossivel, e entrar sem cartel de convite nos facanhudos torneios do empyreo.

Tanto assim é, que não será facil encontrar por ahi adolescente bisonho, que não esteja sujeito a byroneanas intumecencias, ou que não revolva na imaginativa desaferrolhada mil e um systemas trancendentes de graúda philosophia; frutos temporões de mal apreciadas leituras, que tem o mau sestro de escandecer e levar os microscopicos Prometeus de velas desfraldadas, ao sabor dos ventos inconstantes, por mares ignotos até que os sepultam na confusão e no abysmo; o abysmo do entendimento.

Mas o que, acima de tudo, desperta sincera lastima, é o aferro cynico com que essa mocidade em questão, em que não são raros os verdadeiros talentos, á porfia em esmagar quanto ha de mais generoso, de mais santo, e de mais natural e interessante

em peitos juvenis.

Anceios vagas, divinos extasis, amores devotados e profundos, suaves impressões, quantos lyrismos preciosos possam extravasar-se da alma e relevar uma superior delicadesa de sensibilidade, devem escorriçar-se para fóra do campo e ser d'uma vez para sempre considerados mais dignos de grosseiros sarcasmos do que d'uma estrophe, ou de um fragmento de prosa. Vivemos n'um seculo de industrias e movimento; seculo em que, avultando tantos e tão importantes problemas a resolver, declina n'um imperdoavel crime o egoismo do poeta, que se recolhe comsigo para chorar suas dôres, ou cantar suas alegrias.

Quanto á poesia taes são as doutrinas do sorado [?] intellecto. Condem [Condenam] os affectos puros do coração a um ostracismo infamante, e em seu logar arvoram cousas grandes e civilisadoras, porque, para eterna vergonha do senso commum, arvoram por codigo e lei uma enfiada de arrevesados nomes alemães, francezes, russos, inglezes apprehendidos sem duvida em alguns illustrado catalogo de livros. E, cevados nestes indigestos manjares, então sim! então espraiam-se em polposas considerações, tão sabias e de tal alcance que seriam evangelho redemptor, se não fossem incomprehensiveis arcanos para os proprios evangelhistas.

Na invicta cidade de Coimbra, como por toda a parte, tem sido ferteis estes ultimos tempos na exuberante producção de boas e curiosas creaturas, talhadas por este molde e feição, merecedoras por certo de melhor sorte, e sobretudo de mais minuciosa e demorada apresentação.

Eis porque ao dobrar de qualquer esquina nos arriscamos a tropeçar n'uma celebridade, como se fôra uma pedra da calçada.

Nos poucos annos, que levo contados, de vida academica tem querido a minha ventura pôr-me em contacto com muitos desses arripiados seres, em cujo abono sempre direi que a não ser o demonio da mysteriosa sybilla, que lhes sopra lá do interior vozes formidaveis e espantosas, seriam pobres diabos de quem a sociedade não teria motivos para não esperar optimos paes de familia, cidadãos prestantes, deputados, ministros, e mais ainda. A imagem esplendida da gloria porém entrára-lhes como um duende nos craneanos reconcavos, e mettêra-lhes a febre de estranhas e masorraes litteraturas nos ossos peccadores, e a sede das altas aspirações na alma simples e confiada.

A consequencia para a maioria dos casos está prevista. Apostára em como o leitor já daqui os está vendo de roldão e aos trambolhões sobre a roda caprichosa da fortuna, que nem sempre se obstina em favorecer insignificancias atrevidas, que tentam fitar o sol de frente com soberbia de aguias.

Todavia estou longe de pretender que os taes jograes das lettras patrias sejam, sem exclusão de um só, votados ao escarneo das praças publicas. Alguns, como já significuei, têem fartura de brilhantes dotes. Porém a estolida presumpção de despresarem as naturaes tendencias do espirito para inteiros se introduzirem por neblinas e ceus desconhecidos, fal-os perder o equilibrio, e chafordar no monturo geral.

O mal procede de se não contentarem com o que têem, de se julgarem atheletas para revolver o universo e pôr o mundo de pernas para o ar. Acham mesquinho o destino

do poeta, que canta, porque sente; o do romancista, que escreve, porque lh'o pede a imaginação; o do orador, que exclama, porque nas veias lhe regorgita o sangue, e no coração lhe ferve o enthusiasmo. Acham isto pequeno como o paiz, em que lhes não cabe a inspiração, e, no fim de contas, fazem-se videntes e reformadores, e se não anathematisam inteiramente o metro é para que lhes reste o privilegio de produzirem pasmosas epopeias em que o logar da scena seja o mundo, o heroe a humanidade e o fim o ideal, concedendo por favor ás duas potencias, Deus e Satanaz, todo o cuidado da intrincada urdidura e do desenlace maravilhoso das situações.

Reformar a humanidade! é o grande principio, que elles escrevem na hasteada bandeira, a meu ver, com o sangue morno de uma veia esfrangalhada.

São para ser vistos e ouvidos quando, em propicio ensejo, fazem que lhes lateje o impeto fogoso dos prophetas nos olhos vagos e sinistros, dando ás palavras uma accentuação pausada e nobre, deixando pender desordenados os cabellos e as vestes, soltando vivas a Robespierre e a Marat, clamando que está marasmada a sociedade com blasfemias, que fariam corar de vergonha o velho Voltaire, e affirmando que o mal está na cabeça, e que portanto é forçoso decepar pelo menos uma cabeça a cada homem. Então, como Deus está em toda a parte sem exceptuar o vacuo, naturalmente cuidarieis que um deus lhes enche o protuberante craneo.

Foi neste meio esteril e carbonisador que desabrocharam as primeiras perfumadas flores de uma alma honesta e verdadeiramente poetica.

Ha muito ouço dizer que João de Deus levára para sempre de Coimbra o segredo das espontaneas producções, em que á singeleza elegante e suavissima de uma fórma seductora se coaduna a escolha delicada dos assumptos, quasi exclusivamente manados do coração.

Porém a apparição de Simões Dias no amago desta viciada atmosphera veiu reanimar muitos alentos perdidos, e mostrar-nos que a boa semente nem sempre se inutilisa em terrenos ingratos. Aqui pois nutrio todas as doces crenças da infancia, todos os amorosos enlevos de um sonhado ideal, toda a seiva e frescura dos intimos affectos; deixou-se conduzir e dominar pelas sagradas idéas do bem, do bello, do justo; deixou-se impressionar pelas formosuras da natureza, pelos encantos da mulher, pelas estrellas do firmamento, e n'um arrobo ousado, que o vulgo desconhece, penetrou no festim dos deuses, e levou aos labios a mysteriosa taça da ambrosia celeste. E cantou. Tinha vinte annos e tinha amor á arte. Além do que comprehendeu que a poesia, embora intima e individual como a sua, sendo como tem sido objecto do culto de todos os povos, desde a tribu selvagem á nação civilisada, está longe de ser simples pieguice de creanças, ou lambugem sem substancia como lhe chamam mil empertigados e sorumbaticas pessoas; comprehendeu que a alma, para que se não esterelise e embruteça, necessita outros alimentos além das estatisticas, dos artigos de fundo, e da politica pedantesca da nossa, ou de outra qualquer terra. E não teve escrupulos em se afoitar a sair a publico com o seu excellente livro; nem devia tel-os. Escripto em portuguez de lei, não lhe falta esmero na fórma, nem louçainha vistosa na contextura, constituindo pela cadencia suave e harmonia do verso como que uma afinada e idilica orchestra. Accresce não deixar abertura por

poética normativa) a mais-valia tirada do invocado manuscrito –, afronta

onde facilmente se possa coar o venenoso fel do ridiculo, o que é para notar-se nestas afortunadas eras de desprezo pelo bom senso. É certo porém que muitas vezes faz sentir excessiva parcimonia de vivacidade, de energia e de paixões, essenciaes no genero de composições, que preferio, o que lhes dá certa frieza nem sempre de bom effeito.

Estou todavia longe de pretender que lhe conviria largar desenfreado a pensamento por essas regiões do ideal fóra; sobresaltar a febre com quadros insólitos e lugubres; arrancar das neblinas do mysterio o sombrio vulto de um Manfredo e ir suspendel-o sobre o abysmo n'um alcantil dos Alpes; ou derramar luz a jorros na fronte pallida de um Rolla, e suprehender a ultima angustia do suicida, quando equilibrado entre a bachanal e o seio branco da meretriz. O que é só dado ao pulso vigoroso e audaz de um Byron ou de um Musset loucura fôra exigil-o a Simões Dias; mas um pouco mais de vida, de colorido nas imagens [,] de intensidade e de animação nas paixões tornára-se por vezes necesario.

O que, quanto a mim, não é condemnavel, é o apreço, que parece merecer-lhe as sensações e os sentimentos que o impressionam, quando dedilha na – *Lyra da angustia*, ou os amores que trasborda fecundo, quando toma o bandolin plangente do enamorado *D. Juan*, etc. Já deixo declarado que a poesia intima, interprete fiel do sentir do poeta, tem tambem sua fundamentada rasão de ser.

Quanto ao pensamento, se de frequencia deixa transparecer isenção de côr nativa e novidade, de bom grado devemos perdoar-lhe, porque não é raro fazer nos comprehender que um assumpto gasto e esgotado por pennas sem conto, ainda póde ser tratado de modo decoroso e não vulgar.

Tenho o livro á mão; podia corroborar o que fica escripto com sobejos exemplos. Julgo mais acertado porém deixar aos cuidados dos curiosos a confirmação destas verdades.

Não me abalanço a uma critica insensata. É tempo de declaral-o. Contento-me em escrever as impressões que me foram despertas pela simples leitura do livro. Como não sou sacerdote de um tal culto receio profanar os idolos. Tambem agora ocioso fôra toda a critica, depois das sacramentaes palavras do mestre. O sr. Castilho proferiu o seu juizo na imprensa. Resta apenas portanto solver um problema.

Como foi que o poeta saiu illibado das funestas contaminações a que estava sujeito? Como saiu a virgem sem macula do lupanar?

Duas palavras sobre o caso.

Desprotegido da aurifera estrella dos Cresos, Simões Dias emprehendeu supprir pelo trabalho um similhante desfavor. Animava-o essa ambição irresistivel, que, sendo uma virtude, é tambem um prognostico de distincção e força. Esta situação já de si o condemnava a uma especie de solidão, que mais se aggravava com o genio um pouco concentrado, que o caracterisa. Muito timido e muito sensato para se conquistar satéllites destas litteraturas de cá, e muito orgulhoso para por si mesmo se fazer satéllite, optou pela obscuridade. E obrou com acerto, que no fundo carcomido e tosco das arvores obs-

o programa do Realismo emergente.

De facto, o maravilhoso das fadas combate o positivismo dos novos deuses, e, subterraneamente, convém a narrador que toma conto como acto de contar – variações de tom e respostas constantes a narratário supostamente loquaz –, mas necessita, também, de se alçar a soluções que, viu-se, choquem ou despertem. A verdade naquelas fontes conjugada é, todavia, denegada, ao delimitar-se (e podia ser a definição final, sexta, no caso) como «lei de uma só interpretação» (p. 25). Seria, pois, o conto de fadas – a narrativa literária, em suma – a clausura de um só sentido? Não. Como, outrossim, conciliá-lo com o espírito da crónica – e que caracterização de crónica? – agora editada? Como, nesta formulação legal, erigir a paródia e, mesmo, fazer literatura? «Tenho aqui a crónica» – prossegue, carregando, como ao longo do texto, nos

curas das florestas é onde a abelha laboriosa confecciona os seus mais loirejantes favos a transbordarem mel suavissimo.

Mas como aligeirar as horas do ocio? Nos livros, que lhe decoraram a estante, sobravam-lhe companheiros escolhidos a seu sabor e geito.

Mas como sempre se nos communica alguma coisa peculiar ás pessoas com quem mais lidamos, segue-se que Simões Dias, não se resentindo da convivencia dos rapazes contemporaneos, nem por isso se isentaria de se adequar, mais ou menos, nos modelos com que privava.

Dahi o vago perfume de composições estranhas, que lhe notamos em cada poesia, sem podermos contudo notar-lhe carencia de frescura e viçoso colorido de originalidade.

Eil-o ahi está o livro, nitidamente impresso, e opulento de formosas poesias. Mas ainda me não preservo de soltar um agouro. Longe vá elle.

A despeito das auctorisadissimas palavras do sr Castilho, Simões Dias não ha de ter leitores nem criticos, nem concorrentes no mercado; e eis porquê:

Não concebo que cá longe na provincia, em plena ausencia do vivificante bafejo do compadrio, seja possivel imprimir-se o cunho da vitalidade a uma obra do genero da sua, de auctor desconhecido, que, de mais a mais, commeteu a affoitesa impolitica de se introduzir n'um convivio de principes, sem previa e solemne apresentação.

Do meu cantinho humilde fico lamentando, que não tentasse seguir o exemplo de varios que ambos nós conhecemos, que têem o condão de converter obras de somenos prestimo em incensorio glorioso, e cada mesquinha estrophe em psalmo, que os divinisa. Devêra saber que em pouco mais está o segredo da maioria das reputações litterarias da nossa terra.

Coimbra, 26 de abril

ALVARO DO CARVALHAL

dícticos, maioritariamente demonstrativos –, «que é de reconhecida autenticidade» (p. 25). Sim: mas nunca testada no interior da ficção, convencionando, sem razão, um princípio arbitrário e exterior àquilo que se narra, traído por sucessivas divagações, suposições, moralices, que manuscrito calado não consente. Não espanta, assim, que, em sobressalto tardio, se auto-recrimine por pouco «natural e correcto» (p. 51), prometendo seriedade para o resto do conto. Não temos de ser crédulos, é certo: em clave de ironia romântica (embora grosseiramente instituída), o método não muda; a adequação do texto aos seus próprios princípios é que se pode lamentar, com o que rui o falso cimento do manuscrito – – lembrado, mas não exposto, falho, aliás, quanto ao local da acção e a demais informações, inaceitável mesmo quando, para efeitos de irrealidade, se justifique a imprecisão factual –, o qual nada intratextualiza e se retém pretexto, moda, no horizonte já então pouco elevado da época[10].

Com algum favor, como quem entende incontornável a senha de Boileau, e conscientemente a desvirtua, louvou Fidelino de Figueiredo o «inverosímil horror trágico», notando que «essa inverosimilhança, esse alheamento total da realidade, é que constituem a significação crítica de

[10] Ao enumerar os "ELEMENTOS fundamentais do romance gótico", Maria Leonor Machado de Sousa coloca logo em primeiro lugar «um antigo manuscrito» (*A Literatura 'Negra' ou de Terror em Portugal (Séculos VIII e XIX)*, Lisboa, Editorial Novaera, 1978: 49). É numa «tradição veneranda», lida «num livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal», que se apoia o jogral que rimanceia *A Dama Pé de Cabra* [1843] (A. Herculano, *Lendas e Narrativas* [1851], Lisboa, Ulisseia, 1988: 215). A nota d'*O Panorama*, 2.ª série, vol. VIII, n.º 88, 2-IX-1842, esclarece: «Este conto, no genero phantastico, é tirado substancialmente do titulo 9 o Livro das Linhagens, chamado vulgarmente do Conde D. Pedro.» Citando Maria Lucília G. Pires, a «posição do narrador» vive, também, da «autoridade das fontes de informação» que evoca (*cf.* "'A Dama Pé-de-Cabra', de A. Herculano, sobrevivência da poesia jogralesca na época romântica", *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, 1974: 138-145 [140]). *Roberto Valença* (1848), de A. A. Teixeira de Vasconcelos, é manuscrito, redigido em 1845 por frade capucho, chegado às mãos de *supra-editor*. Desde *Anátema*, Camilo convoca regularmente manuscritos e documentos oficializadores. A Introdução, de 1866, a *Contos e Lendas*, de Rebelo da Silva, atribui estes a certo prior de horas vagas, «escritos sem emendas e com admirável rapidez, em letra grada, direita, e garrafal», «papéis fechados a três voltas e meia de chave» (Porto, Livraria Civilização – Editora, 1970: 8-9) só pouco antes de morrer facultados ao autor-editor. *Os Contos do Tio Joaquim* (1861), de Rodrigo Paganino, justificam o autor-transcritor.

Carvalhal, seu merito», que «alargou o ambito dos motivos litterarios, a compreensão do belo»[11]. Ver-se-á que é elogio excessivo e interpretação desviada.

Aquém do mínimo de confiança, um narrador destes só é admissível em processo de folhetim, pelas cicatrizes que a espera abre em memória mais atenta ao acontecimento.

2. Simões Dias, a quem se deve a designação de *Contos*, «[...] já porque de muitos nomes que seu auctor lhes destinava por nenhum se decidiu, já porque entendemos que a tal género de literatura mal não ficaria o titulo de *Contos*»[12], fala, indistintamente, em "colecção de romances", livro com "seis partes" (p. XII) ou "todos os seus contos". Lamenta, contra parecer de Fidelino, as «scenas impossiveis na vida e por vezes absurdas» que lhe viu escrever «á tôa», pelo que «nenhuma das suas composições pode chamar-se romance perfeito» (p. XVI). Atente-se na incontornável cláusula da verosimilhança na ficção tida por maior.

Se a crítica posterior se fixa em *contos*, já Gaspar Simões quer precisar, pois, «pela sua extensão, antes deveriam chamar-se novelas»[13].

[11] F. de Figueiredo, *História da Literatura Romântica (1825-1870)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, [2]1923: 307.

[12] E bem, que é a indicação sob "A Estatua Viva" e "Everaldo", em folhetim.

[13] J. Gaspar Simões, *História do Romance Português*, vol. III, cit.: 26. Dedica as p. 25-31 do capítulo "O Conto Fantástico. Teófilo Braga e Álvaro do Carvalhal" ao nosso autor, entremeando agudezas e imprecisões. Assim, escreve que «Em Braga é que compôs os seus primeiros 'romances'» (p. 26) – o que reitera em "Vida e morte de Álvaro do Carvalhal", *O Primeiro de Janeiro*, 6-IX-1972: 8, onde fala de «autênticas novelas» –, quando "O Punhal de Rosaura" e "Os Canibais" são de Coimbra, de 1865-66. Em "A ficção fantástica antes de Carvalhal", *O Primeiro de Janeiro*, 23-VIII-1972: 10, dera os *Contos* escritos «entre Março de 1866 e Agosto de 1867», o que reforça as contradições e ignora as datas dos folhetins ou aquele lembrete de D. João de Castro, "Um esquecido", *O Primeiro de Janeiro*, 5-XI-1944: 1, que diz ter Carvalhal partido para Coimbra aos vinte anos, seja, em 1864. Para justificar o que ao conto «mais convém: o exotismo do lugar, a irrealidade da cor local» (p. 31) – quando os lugares se não definem, nem têm a irreal cor local sobre que J. César Machado e tantos discretearam, mas se resolvem, afinal, na perífrase do Portugal oitocentista, «país onde sejam lidos Dumas e Koch, e onde abundem seminários, escândalos e sotainas» (p. 15) –, para justificar tudo isso, J. G. Simões vai de situar a acção no Japão, porque leu desatento ou interpretou esta divagação como possível argumento para secundar o

No mais, escreve sempre «uma série de contos[14] – ou 'romances' como ele lhes chamava» – chamava, onde?

A propositada mistura de fórmulas genológicas no discurso impede opção abreviada. Pretende-se regenerar a fábula e o conto de fadas – – aquela percorrida desde feitos heróicos valorosos à distribuição da moralidade – sob cuja égide irrompe o maravilhoso, que, no entanto – – tendo assentado na presença e efeitos da crónica –, não favorece o conto «para gente fina e séria, para gente que sabe de cor Edgar Poe e Hoffmann» (p. 49).

Neste momento (cap. VII), acabávamos de ver o visconde lambido pelas chamas. Era terrível, mas só para «imaginações rudes ou infantis» (p. 49). Quedava, ainda, um «lance desastrado, assombroso, nunca visto, tal que só de si possa tirar o sono por três noites às sensíveis meninas, e chupar as excrescências adiposas e os mesmos volumosos redenhos aos graves papás interessados na leitura» (p. 55). A viragem era nítida: o género ressentia-se desta opção por outros leitores implicitados, ou melhor, substituía-se o ouvinte ignaro dos contos de fadas («Ora ouça:», p. 14) pelo cultivado canibal devorador de novelas, que, esse sim, já aceitaria discutir a moralidade nascente. A relativa brevidade do conto[15] – até aí com três personagens nomeadas, além de três

já anunciado conto de fadas, a saber: o extraordinário é coisa pouca onde se tem por sobrenatural. Ou seja: *este* texto será natural, pois «não sou dado a transcendências» (p. 13), verosímil, embora aparentemente diligencie pelos inverosímeis caminhos dessas novelas que por aí vão… [Todo este J. G. Simões é, agora, consultável em *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*, cit.] J. Régio, *O Primeiro de Janeiro*, 14-II-1968, di--los contos, «mais que novelas». E depois: «Chamando 'partes' do livro a tais contos, ou por acaso ou por uma feliz intuição porventura mal consciente [,] acertou Simões Dias: Por diversos que sejam no enredo, uma íntima unidade tem o livro que liga esses contos entre si, fazendo-o com efeito como partes dum todo, elementos dum composto. Um livro de contos assim é verdadeiramente *uma obra*.»

[14] Para Fidelino, «una colección de cuentos fantásticos». *Estudio*, tomo XXI, n.º 63, Barcelona, Março de 1918: 157. Retomado em *Estudos de Litteratura* (Segunda Série: 1917), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918.

[15] Sobre este aspecto e sobre o sacrifício da narrativa ao próprio autor – como diríamos, assentes no depoimento de J. Simões Dias, para Carvalhal, tão canibal quanto os leitores de novelas –, veja-se o "Conto Brevíssimo" (1961) de Jorge de Sena, em *Antigas e Novas Andanças do Demónio*, Lisboa, Edições 70, 1978: 193: «Este é um

vozes anónimas e da chusma de figurantes-sombras – sai empolada, na transição do folhetim para o livro, com outras tantas personagens, e requer novo epílogo, além de título violento. A eventual inscrição do autor civil – 'estátua viva', alteridade animada, sem esperanças, que se deseja objecto visível, sujeito amado – esbate-se na plurificação (e purificação) crítica a estratos sociais. Se o conto desaba, o romance estava longe de ameaçar.

Consciente do fracasso, pois a «suave e desafectada narração dum prometido conto não só verdadeiro, mas até elegante», era coisa que se não via[16], pior é a sensação de imodéstia, ou seja, chamar conto ao que –

conto breve. É mesmo brevíssimo. [...] A obrigação principal dos contos, mais que dos homens, é conhecerem os seus limites. // Propondo-me escrever um conto breve, [...] é-me impossível dizer qualquer coisa de mim. A brevidade não permite essas expansões, quase sempre vaidade, em que sacrificamos uma narrativa a nós próprios.»

[16] Há interessantes divergências neste ponto. Sampaio Bruno: «Os contos de Álvaro do Carvalhal, escritos numa prosa antiquada, toda bebida de Filinto Elísio, para o conceito da forma leitura habitual do escritor, são um exemplo do quanto é susceptível a nossa velha linguagem em alcançar maleabilidade, energia e cor, desde que se conheçam integralmente os recursos do vocabulário e as tolerâncias de uma sintaxe, rica de construções.» (ob. cit.: 95) Para José Régio, o «acabado ou arredondado da frase» facilita «a leitura em voz alta», com períodos «sucedendo-se melodiosos, sumptuosos, sonoros como quase excelentes versos. Tal prosa tende para a poesia ou a arte poética», arrisca, reunindo, «nesta linguagem sumamente literária», Filinto e o Camilo «enfático e romântico, florido e retórico». Não precisamos de sair do mesmo artigo ("Sobre o Estilo de Álvaro do Carvalhal", *O Primeiro de Janeiro*, 27-III-1968) para lermos o que, afigurando-se-me mais justo, é menos 'poético' do que parecia e silogisticamente falso ao forçá-lo à linhagem do 'fantástico': «Exagera no estilo, como exagera em tudo. [...] Se o pendor para o excessivo frequentemente se manifesta nos criadores de literatura fantástica, [...] pelo excessivo no próprio estilo se integra Álvaro do Carvalhal nessa literatura. [...] Se as suas histórias já são monstruosas, a linguagem em que são contadas ainda sublinha essa monstruosidade: é uma linguagem repuxada ao máximo, visando de tal modo ao efeito que pode produzir, chega a produzir, efeito contrário: cair no grotesco, no burlesco, no ridículo. Eis como, se com um certo Camilo se encontra Álvaro do Carvalhal, mais justo será dizer-se que ele nos dá muitas vezes uma caricatura de Camilo.» Esta derradeira nota parece-me original. Jacinto do Prado Coelho: «Em estilo inadequado, aprendido em Filinto, [os contos] documentam com tosca ingenuidade um espírito doente», etc. (verbete *do Dicionário de Literatura*, I, Porto, Figueirinhas, ^{3}1979: 154). «Peculiares afinidades» que residiriam na mesma filiação filintista vê J. G. Simões entre o elmanista Castilho de *O Presbítero da Montanha* e Carvalhal. (Há uma

– sem, já, ser acto de contar – enrodilha cenas e traga «páginas em frases de todos os tamanhos» (p. 49), mais semelhando ansiado romance.

A categoria da descrição é sintomática. Nada se descreve: nem bailes, nem situações, muito menos personagens. Alertados para o desenvolvimento do assunto à maneira neoclássica, pressupõe-se um conhecimento, uma tipificação, onde frases sem fôlego verbal subentendem universais, desde logo na presentificação de *clichés* literários solidariamente triangulados: D. João (corpo), Margarida, «uma das mulheres fatais» (p. 15), o visconde (cabeça e coração, seja, espírito). Este, gradativamente construído, animou alguns a falar de fantástico. Não: o inteligente destinatário não ignorava hipotextos ilustres – conhecia, por exemplo, a mecânica Olímpia de *O Homem da Areia*, de Hoffmann. Sendo imperdoável esquecer, igualmente, a segunda triangulação perfeita no pai e irmãos de Margarida – burguesia feita de ganância e teres[17].

1.ª ed. dos *Contos* na Biblioteca Nacional com dedicatória Ao Ex^{mo} Sr Dr / Antonio Feliciano de Castilho / como era a intenção do auctor / off^{ce} / seu irmão.) À maleabilidade sentida por Bruno, contrapõe Simões «o emprego de uma sintaxe rangente» (ob. cit.: 30), exprimindo-se melhor no artigo "Carvalhal e a ficção portuguesa de carácter esteticista", *O Primeiro de Janeiro*, 4-X-1972: 10, ao assinalar o "livresco" do estilo, personagens e situações, que, se casa com «a escolha de um vocabulário em desuso, de uma sintaxe oratória, de uma ênfase oratória», não vejo como pode, livresco que é (seja, geralmente conhecido dos livros), «reforçar o insólito das suas histórias e [...] acentuar a singularidade irreal das suas fábulas».

[17] Oblíquo na pretensão de chocar, aviva o visconde face ao autómato que é Olímpia. Se, no final do *Fausto*, a voz de Margarida ainda implora por «Henrique! Henrique!», vê-se como Carvalhal disfemiza a relação, sobretudo depois que evoca a história de Hero e Leandro (p. 34). A regularidade com que Hoffmann opõe arte e viver burguês ressalta, por exemplo, no conto "Don-Juan" (1812; coligido em 1814; ver Rita Iriarte, "Uma fantasia romântica sobre 'Don Giovanni'", *Diário de Notícias* – Domingo/Cultura, 1-XII-1991: 7), demasiado humano, nada hipócrita, pouco luciferino. Jogando sempre enviesado, no que é outro traço de uma visão moderna, à Escher – nisso coincidindo com certas soluções narrativas que eu próprio, enquanto romancista, defendo, como a dizer que tudo é desfocagem, exercício de sensibilidade e esforço de acerto –, note-se como denega o esperado Molière, *Dom Juan ou le Festin de Pierre* (1665; não cabe agora referir várias outros 'convidados' ou 'festins' de pedra, nesta tradição): arrastado para o inferno é, não D. Juan (levado pelo comendador), que decide do seu destino, mas o próprio comendador/visconde, que tomba nas chamas.

Aparentemente, tudo certo: o conto não se compadece com despesas descritivas. Mas a suspeita rói: moldar-se «pela velha costumeira» (p. 14) é *citar*, e nem sempre no regime paródico. Caso de iniludível seriedade em fazer literatura – como essa que, usando as respectivas armas, se pretende aterrorizar – é todo o capítulo V, funcionando em perífrase (modo indispensável para melhor explodir a hipérbole), depois que pensáramos não ser preciso, nem ir ter lugar, uma descida à alma de D. João.

Outra descrição se intromete: pontuada a da sociedade, sobreleva-se a do olhar. Mais que por detrás dos reposteiros (narrador) ou da janela (D. João), o instante do narratário *voyeur* quebra-se nas enumerações em ponto e vírgula pouco verbalizadas; no crepitar de adjectivos antepostos[18], associados a espelhos de cristais ou das águas (ou ao reversível cristal das águas), a painéis e à profusão de dourados e brilhantes, bem como à relação ser-parecer que é o fundamento da moralidade na duplicidade entrevista nos pares D. João-narrador (ocultos, um em raiva, outro em risos), D. João-visconde (fogo e gelo), enigma (para Margarida) – mistério (para Aveleda), ou na presença do palácio-cemitério como segundo local da acção – tudo isso que, e só aí, nos deixa indecisos perante tão pesado barroco em século mais ondeante e fluido...

Fidelino de Figueiredo insistiu na «concepção subjectiva» que era a realidade carvalhaliana: «De facto, este escriptor não via integralmente o que se lhe apresentava aos sentidos, mas corrigia a visão com a representação das suas tendências.»[19]

[18] J. Régio (loc. cit.) chama a isto capacidade «de magistralmente manejar vocábulos, – os adjectivos acolitando regularmente seus substantivos [...]». Nem lhe passa pela cabeça – como dirá a transição revista-livro – que tal responsabilidade pode não caber a Carvalhal.

[19] *Cf.* "Alvaro do Carvalhal – Um escritor esquecido" [antes, em *Serões /* Revista Mensal Illustrada (Lisboa), n.º 72, Junho de 1911: 414-424], *Estudos de Litteratura* (Primeira Serie: 1910-1916), loc. cit., 1917: 116-117. «Este cuento fantástico no obedece tan solo a un propósito literario, sino que procede también de una anormalidad psicológica. Para el autor la realidad era una concepción subjectiva, porque no veía completamente lo que se representaba a los sentidos y corregía la visión en virtud de la representación que acompañaba a sus tendencias.» ("Sobre la evolución de la novela moderna en Portugal", *Estudio*, cit., depois, em *Estudos de Litteratura*, cit.: 157-158)

Talvez fosse produtivo explorar este autor no sentido do fragmento (como aparece a descrição) e do surreal[20], como na cena em que «Do fundo do líquido cristal [D. João] notou que se destacavam imagens monstruosas e horrendas, que não despegavam dele os olhos imóveis, inertes, brilhantes como de reluzentos metais,» (p. 40). Esta cisão do sujeito psicótico (o poema Eco prenunciava a do visconde) opôs Bruno e Fidelino, sendo que para aquele o geral dos contos fantásticos é «relatório de monstruosidades morais»[21]. É certo que, por este ângulo, não vamos longe; mas entrever, acaso como efeito (o que não é relevante, sinto), uma ordem enunciativa da maranha íntima, isso já me interessa, apesar de a impressão crítica final ser de desconforto[22].

Acresce à procurada indefinição genológica a presença dramática do diálogo, que, enfático e solene, quase se autonomiza em género. Mas, se visada é a teatresca segunda metade do século, nem por menos deixa

[20] Não no sentido que J. G. Simões atribui a estas histórias «sub-reais – passadas num mundo que supera a realidade e é real em si» (*O Primeiro de Janeiro*, 23-VIII-1972). Compreende-se o interesse dos surrealistas pela escrita tão rápida do folhetim, próxima do automatismo que defenderam: é como se bradasse a linguagem do inconsciente e os fantasmas corressem sobre o jornal, já domados na revisão em livro. Ver-se-á isso em *Uma Família Inglesa*.

[21] Ob. cit.: 99. Para Bruno (p. 94), a «causa patológica», decorrente da lesão hereditária do coração, há-de ser tida em conta «para uma fiel interpretação do artista». Fidelino (ob. cit., Primeira Serie: 1910-1916: 113-127 [116]; antes, em "Alvaro do Carvalhal. Um escriptor esquecido", *Serões*, Junho de 1911) retorque: «Não se pode, todavia, attribuir a anormalidade mental [...] só ao padecimento physico, e faltam-nos dados fidedignos para apontarmos outras causas provaveis; teremos, por isso, de nos limitar a verificar essa anormalidade no caracter inilludivel, que imprimiu á sua pequena obra a qual sem ser muito valiosa, tem originalidade.» À frente, adapta-se ao peso biográfico: «No último conto, *Canibaes*, feriu a nota mais alta da inverosimilhança, da extravagancia, do artificialissimo arranjo litterario *só attingivel por uma imaginação doente*, que compõe sobre elementos de segunda mão, colhidos da observação indirecta dos livros.» (p. 122) Após o meu cursivo, vem o que chamei *discurso de leitor*, referindo-me ao exercício literário que é esse conto.

[22] Talvez a melhor conclusão seja a do quase conterrâneo João Barreira – que ainda o faz nascer em Argeriz –, ao enquadrá-lo «no romantismo bayroniano [*sic*] em que passavam sarcasmos de condenado que quer rir através das lágrimas» (*O Primeiro de Janeiro*, 20-IX-1943: 1). Isto é, há um movimento centrípeto, anímico, por sobre uma atitude, ou pose (posição) literária para que remetia o nome de Byron.

de estar neste mimético gesto de presentificação a única adequação, ou verdade interna, conquistada por Álvaro do Carvalhal. Denuncia-se o parentesco com o melodrama epocal e reencontra-se o dramaturgo de 1862[23], disparado em texto que se resolve em múltiplas indicações cé-

[23] *O Castigo da Vingança!* / Drama em 3 actos, / E ensaio litterario [inexistente, pelo menos na edição da BNP], Braga, 1862, abre com "Duas Palavras": «Lembrei-me de abrigar o sentir de um Bernardim Ribeiro em um coração fogoso, que pela primeira vez tivesse estremecido sobre as areias reluzentes d'Africa, e debaixo d'aquelle sol abrasadôr.» (p. 5) Propósito nada claro, soluções canhestras, mas nunca «melodrama de enredo complicado e implausível» (Maria do Nascimento Oliveira [Carneiro, no frontispício], *O Fantástico nos Contos de Álvaro do Carvalhal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992: 35; recensão de Maria Teresa Praça, em *Línguas e Literaturas* – Revista da Faculdade de Letras do Porto, II série, vol. X, 1993: 227-229; mais aguda, porém, de Gianluca Miraglia, *Rassegna Iberistica*, 50, Roma, Bulzoni editore, Giugno 1994: 86-90). Nada é incrível ou inesperado – cedo se percebe que Roberto é pai de Avalor –, 'negro' insuficiente (que Maria Leonor Machado de Sousa, ob. cit., houve por bem esquecer), conveniências respeitadas. O «logar da scena» é "Uma chácara no Brazil", onde D. Francisco, afora a criadagem – representada de fugida em Domingos –, domina uma centena de escravos negros, figurados no jovem Avalor e no velho Roberto: este incita-o à vingança sobre o patrão, acusado de, vinte e um anos antes, ter arrastado de África a negra Florinda e o filho de um ano, o próprio Avalor. Passados três, sepultou aquela, que seus favores recusava, semi-viva, mas o remorso leva-o, diariamente, a chorá-la sobre túmulo que lhe ergueu; é à vista deste que abre o 1.º acto, O Negro, em que Alfredo, pobre, só sentimento, e Adelina, filha de D. Francisco secretamente amada por Avalor, fazem juras de amor. No acto segundo, A Vingança, o escravo, demasiado a par da mitologia na argumentação que desenvolve, sai detrás do túmulo e arrasta D. Francisco para o abismo, enquanto Roberto, como recompensa, lhe oferta, desmaiada, Adelina, em vias de ser possuída por quem a acusava de preconceito racial para não ser correspondido. Alfredo e o futuro cunhado, Ricardo, intervêm a tempo: aquele dispara espingarda e Avalor cai junto ao túmulo da mãe. O acto terceiro, O Castigo da Vingança, mostra-nos casal infeliz, Alfredo entre maus pressentimentos desde que, um ano e um dia antes, após o casamento, teve a medonha visão de Roberto na Caldeira de Belzebuth, onde se perdera D. Francisco. Carta anónima convida-o, e ao cunhado, por uma questão de honra, a dirigirem-se à casa do pároco, na aldeia contígua à chácara. Adelina, só, lê *Menina e Moça*, e nos versos do romance salta-lhe um «triste de Avalor», que logo se transmuda no verdadeiro, encapotado, afinal sobrevivo, porque Roberto lhe tratou as feridas e o mantém como «ignominoso executor de seus caprichos» (p. 65). Os remorsos de Adelina e Alfredo pelo seu desaparecimento sustêm Avalor, quando já Roberto irrompe, acreditando que dois escravos subornados teriam cumprido a espera criminosa; os seus intentos de novo falham e os cunhados vêm, ainda, para assistir à luta do jovem contra o velho escravo.

nicas – com o narrador-encenador rindo nos bastidores – e, afinal, tripla moralidade[24].

Ignorante dos seus limites, e assim dos do conto; quedando longe do romanesco «píncaro da montanha»[25]; enveredando pelo excesso na cruzada contra os que denunciavam «as mil novelas que por aí tresvariam a juventude» (p. 23) – sendo propósito último obrigar autores e leitores a *repensar uma literatura que obviasse àquelas críticas* –, ficou Carvalhal aquém da entrevista originalidade. Neste aspecto, "Os Cani-

Parricida, sem o amor de Adelina, Avalor invoca o suicídio, no que o demovem; sem forças, no sofá, diz: «Farei por viver!» Alfredo encerra a peça com um comentário: «É o castigo da vingança!» (p. 75) O que houve de bernardinesco na curta existência de Carvalhal? O que de pessoal se esconde no percurso de Avalor, anagrama de Álvaro, acaso corroborado pelo "Avalor" de Garrett, *Romanceiro*, III, ed. de Fernando de Castro Pires de Lima, Lisboa, FNAT, 1963: 163-165? Terá previamente soado nome de José Evaristo de Almeida? Português de origem, faleceu na Guiné-Bissau, já no século XX, tendo passado nas ilhas de Cabo Verde «Uns doz'annos de bem custosa vida», como reza verso de *Epistola a* *** (Lisboa, 1852, oito páginas). Na então vila da Praia situa, em 1835 – com analepse a 1797 –, *O Escravo* (Lisboa, 1856), «primeiro romance de temática caboverdiana» (Manuel da Veiga [^{2}1988]), no qual, sobre fundo de temática esclavagista, se desenrola uma história de amor impossível entre o escravo negro João e a mestiça livre Luiza.

Manuel Pereira Lobato refere o livro logo no dealbar do novo ano (*O Districto de Braga*, 3-I-1863; até 29-XII, n.º 144) e, a 3-III-1863, terça-feira, informa que, no sábado anterior, a peça fora levada à cena [com grande êxito, veremos na secção noticiosa] em benefício de colega na miséria.

O tema do escravo e do 'negro romântico' está em Léon-François Hoffmann, *Le Nègre Romantique, Personnage Littéraire et Obsession Collective*, Paris, Payot, 1973.

[24] Repetindo: além da explicitada pelo narrador feito «director espiritual» do «formoso sexo» (p. 55) – seja, nem tudo o que luz é ouro –, encravou-se esta: a família Solar (no que o nome tem de classe fundiária possidente) canibaliza filha noiva em troca do lucro. Corrobora Cabral Martins, "Os Canibais", *Vértice*, 2.ª série, 10, Janeiro de 1989: 103: «Ora, o tema de *Os Canibais* é o dinheiro, precisamente. E do que se é capaz de fazer para o conseguir (tudo), ele que é a mola real da vida (e do cinema).» Falhe embora o raciocínio literário de Carvalhal, atribuo terceira, pela crítica às escâncaras às «novelas imaginosas» – que Simões Dias transforma em «perigosas novelas» (p. 30): estejamos alerta contra essa literatura dissolvente, que também devora quem cegamente se identifica com personagens e intrigas românticas.

[25] Imagem de L. A. Palmeirim, no folhetim d'*A Revolução de Setembro* de 23-VII-1862: «O conto não é romance, porque não aspira a mais que ser conto, e não tenta subir a encosta que conduz ao píncaro da montanha.»

bais" – programação individual do caos e de uma poética – deve ser lido como *texto segundo*, um *ensaio*, como segundo foi redigido.

3. Que ganhamos, assim, em catalogá-lo como uma das «narrações phantasticas»?[26] Outros afinam pelo mesmo diapasão[27]. Inclusive M. J. Gomes, que também lhe chamou frenético[28].

[26] J. Simões Dias, loc. cit.: XVI.

[27] Guilherme de Castilho, *Os Melhores Contos Portugueses*, Primeira Série, Lisboa, Portugália, [7]1971 [selecciona "Honra Antiga"], p. 94, fala de «colectânea de narrativas fantásticas». Para Alberto Ferreira, Carvalhal modeliza o nosso «romantismo fantástico» (*Estudos de Cultura Portuguesa. Século XIX*, Lisboa, Moraes Editores, 1980: 58, 106). José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, 3.º vol., cit.: 675, atribui-lhe «as únicas páginas hoffmanescas da literatura portuguesa». Álvaro Manuel Machado, *Les Romantismes au Portugal…*, cit., modela-o segundo «Hoffmann, Nerval et surtout Edgar Poe»: Carvalhal «écrit déjà des contes fantastiques 'modernes'» (p. 298), considerando "A estátua viva" «d'après les *Histoires Extraordinaires* d'Edgar Poe» (p. 304). Para esta página e nota 49 remete a nota 79 do cap. seguinte, onde se lê algo de inaudito: «Rappelons les traductions des contes de Poe por Álvaro do Carvalhal, parues dans la *Revista de Coimbra* en 1865» (p. 361), o que contradiz aquele texto como original. A. J. Saraiva e Ó. Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, [10]1978: 1016, classificam-nos «a mais típica manifestação portuguesa dos enredos melodramáticos de terror e violência, que rastreámos em Herculano, Camilo e Fialho». Este 'negro' é retomado por J. do Prado Coelho, loc. cit., tais os «ingredientes fortes, eróticos e macabros», e em J. G. Simões, que chega a «um 'fantástico' literal» (*O Primeiro de Janeiro*, 23-VIII-1972) – acaso influenciador de certo Eça da *Gazeta de Portugal* – – e ao macabro próximo do 'humor-negro' compreensível em quem, por destino, já era um morto-vivo (ver "O macabro e o terrífico nos *Contos* de Álvaro do Carvalhal", loc. cit., 20-IX-1972: 10). Na sombra do 'grotesco' à Poe [*Tales of the Grotesque and Arabesque*] move-se Maria Leonor Machado de Sousa, *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, Lisboa, Novaera, 1978: 124-125, a propósito do Alexandre Search de *A Very Original Dinner*, que reproduz fac-similado, e vê inspirado no shakespeareano *Titus Andronicus*. Haveria, naquele, «um elemento novo, que não se encontra nem mesmo nas histórias mais arrepiantes do negro dos séculos XVIII e XIX – o canibalismo». A reedição carvalhaliana de 1978 obriga a fugidia nota (p. 125), que, assim, antecederia (inspiraria?) o heterónimo pessoano.

[28] Ver Jean Luc Steinmetz, *La France Frénétique de 1830*, Paris, Editions Phébus, 1981, na sequência de Pierre-Georges Castex, em artigo de 1948 ("Frénésie romantique"), agora, "De Sade à Lautréamont", *Horizons Romantiques*, Paris, José Corti, 1983 : 15-23. A designação 'frénétique' é de Gautier. Ponto da situação em *Le Monde* de 21-VIII-1987 (com tradução do texto sobre a reedição de *Madame Putiphar*, 1839,

Frenético associa-se ao 'negro' e ao terror, mas nem aqui se vê o tenebroso dos corações[29] – não há psicologias –, nem se nos apresenta uma palpitante epopeia romanesca, visionária e descabelada. As obras-primas da literatura frenética namoram o romance histórico (Carvalhal fica-se por crónica, moda e não convicção), recorrem ao 'gótico' prenhe de efeitos, violentamente dirigidos, e, sempre, contra as arbitrariedades do Poder, no que se constituem documentos históricos, tal a carga alusiva.

Mais à frente, dado como representante único de um género, a literatura frenética, também designada gótico-frenética e frenético-folhetinesca, M. J. Gomes ouve, e vê o entrevistador João Fatela escrever, que Os "Canibais" se inscrevem «*avant la lettre*, no género fantástico-absurdo de que Gogol, Kafka e Ionesco podem ser considerados máximos representantes». Para juntar à série de facilidades, o próprio M. J. Gomes diz «reaccionária»[30] a literatura fantástica, logo, Carvalhal. Por fim, em artigo do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* (12-I-1988: 29), conclui por «um conto moral»...

Bruno dedica o cap. IX d'*A Geração Nova* ao conto fantástico e, antes de Teófilo, destaca Carvalhal, «o exemplar mais curiosamente típico entre nós» desse género que entrou «pelo folhetim» (p. 92). Nele se congraçavam a imaginação própria da raça e a já referida «causa pato-

de Pétrus Borel, no *Diário de Lisboa* de 17-IX-1987). Ao "frénétisme" em Nodier dedica Pierre-André Rieben algumas páginas em *Délires Romantiques*, Paris, José Corti, 1989. Encontro, porém, o sentido originário num texto seiscentista: Marcelino de Campo-Claro [pseudónimo de Juan de la Plata], *Defensivo contra el frenesi, que le ha dado a Portvgal, en las vltimas boqveadas del año admirable de 1640 y desengaño de la vanidad lvsitana*..., Alcalá de Henares, 1641. Cinco anos depois, D. Francisco Manuel de Melo escreve na prisão o *Auto do Fidalgo Aprendiz* [1665], onde nos dá o Poeta como «um culto professor do estudo crítico, / que outros querem chamar humor frenético» (vv. 303-304). 'Frenesi', 'frenética' e 'freneticamente' conjugam-se dez vezes nos *Mistérios de Lisboa* camilianos.

[29] Não é que não medrasse no leitor de Meibomius, *Utilité de la Flagellation dans les Plaisirs de l'Amour et du Mariage*, "volume que pertencera a Álvaro do Carvalhal", como informa Fialho de Almeida, *Os Gatos / 2*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991: 39.

[30] "Apresentação de Álvaro do Carvalhal", *Diário de Notícias* – Cultura, 5-X-1978: 17-18.

lógica», que, no desengano médico «de um próximo fim», soltou aquela em «monstruosidades», «pesadelos nocturnos», «sonhos hediondos» (p. 94), que aplaudiam Shakespeare, Balzac, Hoffmann e Poe. Bruno identifica esta originalidade com um maravilhoso de tipo novo, que procedia «menos da intervenção do sobrenatural sob a forma de personagem ou de situação, do que do bizarro e doentio do modo de conceber» (p. 95). Um passo para o derivar directamente, não de Hoffmann, mas de Poe, o que equivaleria a «dois aspectos» do fantástico, «interior ou exterior, conforme resida na vibração subjectiva de uma quimera do cérebro enfebrecido ou proceda das derrogações dos sentidos, que provisoriamente o escritor finge acreditar, num propósito de moralização ou meramente de efeito literário» (p. 96). Corroborante e quiasmático, José Régio[31] fala em «dois grandes grupos: um fantástico principalmente de fantasia livre, de imaginação sobretudo literária, de vontade de extravagância, etc.; e um fantástico originado numa anormalidade psicológica, numa singularidade de temperamento e carácter, num *pathos* irremediável» (p. 126).

Bruno, como nunca faria o Pessoa tradutor de "O Corvo", desinteressa-se da arte de conceber *em processo* para se recrear com eventuais bizarrias e doenças. No geral, e «apesar das divergências de detalhe que se notam nos *Canibais*, o modo peculiar [de Carvalhal] é mais parente de Edgar Pöe» (p. 99), o que, sem citar Poe, secunda Régio: «Pela sua composição, os contos de Carvalhal seguem uma linha mais ou menos lógica, regular, tradicional. São discursivos. E só a inclinação do autor para intervir na narrativa ou a fechar por considerações moralizantes [...] perturba o discurso.» (p. 129) Contista «normal», é, também, «realista, na explicação natural que ao fim nos oferece de fenómenos aparentemente sobrenaturais» (p. 130).

Clarifiquemos. Ainda que o fantástico "interior" de Bruno pesasse, é mais do que evidente ser Carvalhal do tipo "exterior", ou do primeiro grupo regiano, onde impera o, pejorativamente afirmado, «capricho do artista» fantasista. Quando Régio diz, do artista do segundo grupo, que «A sua fantasia não é 'livre', como o não é a dum doente» (p. 127),

[31] *Cf.* "Álvaro do Carvalhal e a literatura fantástica", locais citados.

está a lançar várias incongruências, não sendo menor a que deduz ser Carvalhal doente, logo, por exemplo, incapaz de ser artista, ou de fantasiar (pois quem tem o direito de nomear 'livre', ou não'livre', uma fantasia?), ou de exprimir a "loucura colectiva"...

Os contos de Carvalhal são, de facto, 'discursivos', mas em sentido diverso do de Régio. A narrativa, 'regular', é, *sobretudo*, perturbada pelo discurso do narrador. Há arte fantástica, para Régio, onde vigora o "monstruoso", o "excessivo", o "perverso", o "grotesco", o poético", o "inefável" – não sabemos em que grau, se reunidos ou solitários, se conciliáveis, etc. –, seja, onde «não predomina a razão, nem a ordem natural ou social dos fenómenos» (p. 129). O pendor para «o sarcasmo, a caricatura, o grotesco», denunciam, também, «a vocação do fantástico». E, mesmo que pareça não acreditarem nas suas histórias, «Todavia acreditam» (p. 130). Cláusulas de fé crítica não se contestam; por mim, julgo que a diligência desconstruidora a que Carvalhal igualmente procede sobre o seu texto – e já não só sobre o hipotexto de séculos, o Texto romântico ou o subtexto – remete para a iconoclastia total, em que, a acreditar-se, será, tão-só, no mesmo processo de bisturização, que Bruno e Régio depreciam ou secundarizam. Mais: o que significa, em contista dito *normal* e realista (como, realista, se a hipérbole derrota a metonímia?), aquele conjunto de elementos que qualquer arte, e não só a fantástica, pode comportar? Não se concluiu que, afinal, tudo é explicado? Não se sabe, enfim, que a gargalhada corta a tensão, oblitera a força dos efeitos e esbate o universo do fantástico?

Talvez devesse recuar nesta posição à leitura do título de artigo de Fernanda Damas Cabral, "A sedução do fantástico e do humor. Uma leitura de "Os Canibais""[32]. Passadas as concordâncias no quadro da história literária[33], vejamos alguns aspectos novos.

[32] *Vértice*, II série, 10, Janeiro de 1989: 73-80.

[33] Estudámos, lado a lado, "Os Canibais", em 1986-1987. Dúvida reiterada: onde pára a suposta 2.ª ed. dos *Contos*, por alguns dita a 1.ª, de 1876 (p. 75)? Correcções: aqueles não são somente de 1865-1866, mas também de 1867; fazer Carvalhal «participante activo dos chamados dissidentes de Coimbra», entre os que «fizeram ouvir a sua voz contra os exageros do que se viria a chamar de ultra-romantismo» (p. 76), é um exagero e um optimismo excessivo. J. G. Simões corrobora: conviveu, isso sim, com

O primeiro é o que interpreta a passagem do título, em folhetim, "A Estátua Viva", para, em livro, "Os Canibais": se aquele «indicava um sujeito singular, certamente o herói da história», assim tematizando o fantástico – basta o paradoxo do sintagma para já correr ao fantástico? sentido alegórico sotopõe fantástico? etc. –, este «desvia a atenção do leitor do herói e sugere uma temática de horror» (p. 76). No modo como a narrativa se organiza, é, para mim, repito, o horizonte de leitor e do leitor que estão sempre em causa, o que equivale a dizer o próprio processo literário. Mas, ainda que concedesse esta pretextuada heroicização, porque não será a crítica coerente com interpretação tão cristalina? Uma "temática de horror", disse? Três colunas depois, «a distanciação do olhar do leitor em relação ao texto», que o narrador a cada passo elege, visa, também, «desconstruir qualquer efeito possível de terror» (p. 77), o que, sendo bem dito, desfaz quanto fora antes sugerido. Mais: não se pode aceitar que haja «intrusão brutal do mistério no quadro da vida real»[34] – com que se caracteriza o fantástico – – d'"Os Canibais" só porque Margarida «não se apercebe da irrealidade física do visconde», reconhecendo-se que «o leitor, esse, vê» (p. 77). Se não se olhar do ponto de vista deste – nessa difracção que, apesar de tudo, constitui a modernidade de Carvalhal –, é-se incapaz de, na página seguinte, sair disto: «A imaterialidade do visconde [de] Aveleda é constantemente apontada ao leitor.» Muito bem. Frase seguinte, e absurda: «A sua existência permanecerá um mistério até ao fim.» Essa agora! Final de parágrafo: «Como é que um corpo que possui mãos 'de marfim' pode, no desfecho, dar lugar a 'uma massa compacta de carne'?»

Precisamente: é assim que *vêem* os familiares de Margarida, mas o narratário, e nós, destinatários – sendo que só há fantástico *do* receptor –, há muito que sabemos da composição do texto e das personagens.

a última falange dos ultra-românticos (*O Primeiro de Janeiro*, 6-IX-1972). Afigura-se-me pior contrastar «a história propriamente dita (a voz da 'geração pretensiosa') e as sucessivas interpelações do autor-narrador ao leitor (a voz da nova geração – a dos jovens de Coimbra)» (p. 79). Quem ler isto vai pensar que a ironia romântica é criação dos futuros… realistas.

[34] Marcel Schneider, *Histoire de la Littérature Fantastique en France*, Paris, Fayard, 1985.

Por último: a palavra 'mistério' é a que «melhor define e caracteriza o fantástico» (p. 80; e porque não outros subgéneros?), mas em regime que não o de Carvalhal, onde o seu alcance paródico anula a função originária. Em parte alguma se desenvolve epígrafe que acamarade fantástico e humor[35].

Mais apetrechada teoricamente, Maria do Nascimento Oliveira procurou ver como se construía e desconstruía o fantástico em contos que não tomou, desde o título, como modelos daquele, mas, tão-só, «com incursões no reino do fantástico» (ob. cit.: 38). Há um cuidado e diferença significativos.

Convém, para "Os Canibais", que «o descosido da ficção, o modo como o narrador auto-examina o seu próprio texto e o piscar de olhos ao leitor, querendo minar pela troça ou pela ironia a engrenagem que construiu, [...] parecem contrariar a arte e o ritual de uma verdadeira obra fantástica» (p. 43). Esta impressão, que não mais a larga e poderia bastar-nos, é laboriosamente retomada (p. 54-85), não sem ver, além, a «instauração de um duvidoso e irresolúvel enigma que subsiste mesmo após termos ultrapassado a barreira do ponto final que fecha o campo da fábula» (p. 55).

O corpo «estranho ou em infracção, a figura indefinida e inquietante do visconde de Aveleda» (p. 58-59) rentabiliza o mistério – não para mim, repita-se –, o que, mais à frente, dir-se-ia lamentado: «Sem antecedentes que o enraízem no 'real', sem uma história que o conte e o torne vulgarmente comum e de idade duvidosa, a figura do visconde de Aveleda move-se na inconsistência e na contradição.» (p. 60) Não para o real da diegese e respectivas personagens.

Sentindo-se, em fim de história, «no embaraço da interrogação ou na encruzilhada da dúvida no que respeita ao estranho visconde» (p. 65) – concessão todoroviana –, avança para a desmontagem do que, nestes casos, se julga ainda poder salvar, quando um texto não é, de facto, a soma das partes, embora isso convenha à crítica. Diz-nos como, nas mãos de Carvalhal, o fantástico se reduz a «um mero produto en-

[35] De Louis Vax, *L'Art et la Littérature Fantastique*, Paris, PUF (coll. Que sais-je?), 1974: 65. Trad. port., *A Arte e a Literatura Fantásticas*, Lisboa, Editora Arcádia, 1972.

genhoso» (p. 72); como «a encenação fantástica parece ser um mero pretexto para se reprovarem todos os *clichés*, os 'achaques' e as convenções de um universo fabricado com ingredientes fabulosos e sem grande verosimilhança: [...]» (p. 75-76); como o próprio «excesso em que descambam alguns dos quadros [...] conduz, também ele, o fantástico ao absurdo, reduzindo-o a uma imagem de farsa grotesca e a um acontecimento caricato» (p. 76); como estilo e linguagem «impedem que nos instalemos e compartilhemos o medo ou a expectativa com as personagens» (p. 80). «Resumindo: se é condição *sine qua non* de alicerçamento do fantástico a participação vibrátil do leitor nos acontecimentos, a liberdade insurrecional [*sic*] de uma voz narrativa [...] destrói legitimamente o poder de comunicação emocional assente na empática adesão do destinatário ao universo criado.» (p. 81)

Soma-se um arrepio, contradizendo as p. 55 e 65, onde fora questão de final de história de 'duvidoso e irresolúvel enigma': «Acrescente-se, aliás, que o próprio final de *Os Canibais*, em vez de promover o triunfo da ambiguidade [e porquê?] ou a hipótese do mistério (sólido ponto de apoio do fantástico [e porquê, se se reconheceu que vinha sendo denegado?]), instala-nos na banal [?] e abjecta [?] realidade humana.» (p. 82)

Já, no entretempo, empunhando armas distintas dos estudiosos recenseados, E. M. de Melo e Castro se lembrara do fantástico «mecânico» (ob. cit.: 169). O raciocínio era este: «A literatura do fantástico não se preocupa com o par verdadeiro/falso, mas sim com a verosimilhança do narrado (verosímil / inverosímil). Verosimilhança que tenta assegurar por meios específicos: textuais ou factuais.» (p. XXII)

Sobretudo, escrevera antes, «textuais, entre os quais se assinalam: um certo estilo descritivo de tipo realista, o pormenor (de outro modo desnecessário) da descrição, a acumulação de referências objectivas a factos, pessoas, datas, fontes de informação, um tratamento especial e por vezes experimental da escrita» (p. XX).

Como nada disto resultava com Carvalhal, inferiu que «é no entanto por um novo tipo de fantástico (até aí não presente na literatura portuguesa) que o devemos destacar. Trata-se do fantástico 'mecânico' (ante-

cessor do fantástico científico), mas que já é resultado da aplicação prática do desenvolvimento da ciência. Esta é a responsável pela maravilha que é a presença do irresistível conde. Maravilha mecânica, científica que gera o horror e é transgressão do possível até então aceite.» (p. 169)

Confunde-se, assim, o todo com a primeira parte do texto; mais: passa-se por alto o exaustivo exercício sobre outros textos e suas invenções, como já era o engenhoso mecanismo que em Poe jogava xadrez – – retomado pela pintura dadaísta, Léger, um José de Guimarães no que os corpos têm de articuladamente solto, além, claro está, da robótica na indústria e na ficção científica.

Essa criação, intervalar, é traço de parábola dirigida aos medos de Margarida, cujo suicídio exigia uma razão de amor impossível. *Aveleda é como Margarida o vê*. Um amor afinal morto. Ela nunca observa D. João ou não vê este naquele. Incapaz de unir corpo e espírito, tudo se esboroa. Que haverá aí de fantástico?

Projecto de afirmação literária com o seu quê de dramatismo nessa «espécie de dissolução do *eu que escreve*»[36] – e, por isso, com *vontade* de modernidade junto do leitor de hoje –, não poderemos considerar «o mundo das personagens como um mundo de pessoas vivas» e não «hesitamos entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados» – primeira condição do fantástico –, porque se investiu na tipificação e, na própria lógica do narrador, só há uma explicação; terceira condição, não vemos como recusar «tanto a interpretação alegórica como a interpretação poética», para que nos

[36] Maria de Lourdes A. Ferraz, *A Ironia Romântica – Estudo de Um Processo Comunicativo*, Lisboa, INCM, 1987: 196. Na p. 197, como balanço: «É evidente a vontade [nos seis textos] de ironizar o romantismo, mais claramente, talvez, os 'temas' românticos. O autor acaba, porém, por não realizar esteticamente uma ironia romântica, que constantemente aflora na dissolvente auto-ironia que pratica. Porque não se conseguiu libertar da 'retórica' romântica? Porque não pôde optar por uma ruptura linguística quando pretendeu fazer uma ruptura literária? Porque não assimilou textos que lera e que dissemina nos seus?» Há um pouco de verdade nas afirmativas que déssemos às três questões. Quando o meu discurso funciona no interior de outro universo discursivo, torno-me personagem deste universo; mas sou personagem de discurso e não de acção – logo, há dois fazeres cuja adesão só resulta com *autorização*. De modo imperfeito embora, Carvalhal é, assim, o protagonista do conto.

empurram e, mesmo, colocam à frente. A segunda condição – quando aquela hesitação «pode ser igualmente experimentada por uma personagem»[37] –, não é necessária ao fantástico, nem, a sê-lo, se cumpria em Margarida ou nos seus familiares (que sempre tiveram o visconde por excêntrico).

Talvez, em suma, um sentimento de estranheza, na única cena de horror que, após os monstros nascendo da água, nascem, agora, das órbitas vazias, e incendiadas, de Aveleda. A pressão do olhar que domina o texto culmina aqui, transcendendo o episódico desarme deste ou o acto canibalesco, cedo prenunciado.

A descida de D. João aos infernos, no cap. V, inspira-lhe medo; medo experimenta Margarida no derradeiro diálogo. Mas esse medo relaciona-se com os sentimentos das personagens e não com um acontecimento material que desafia a razão; define-se, acima, o *estranho puro* (*ibid.*: 45). E da análise sobre Poe, concluiu Todorov, contra Bruno, que o Americano escreveu quase só novelas ligadas aos subgéneros do estranho e do maravilhoso – caracterizando-se este «pela única existência de factos sobrenaturais, sem implicar a reacção que eles provoquem nas personagens» (*ibid.*: 46). Assim se anula, também, o projecto do conto de fadas.

3. "A Estátua Viva"

O conhecimento de um texto nos seus balbucios pode ser de grande utilidade, pelos percursos a que obriga e eventuais refundições de um pensamento. O feiticismo autográfico é tão perigoso quanto o desinteresse pelo maior número de versões que nos sejam acessíveis. Sendo percentualmente poucos os autógrafos que, transitando pelo folhetim,

[37] T. Todorov, *Introdução à Literatura Fantástica*, Lisboa, Moraes Editores, 1977: 33. Numa, por vezes, fraseologia de arrepiar, ver, como estudo recente, e de síntese todoroviana, Karl Erik Schollhammer, "Entre mundos possíveis e impossíveis. [...]", *Palavra* (Departamento de Letras da PUC, Rio de Janeiro), 1, 1993: 50-74 [inclui bibliografia].

ainda se conservam, mais decisivo se nos afigura este, quente da mão que o redigiu, quantas vezes ao lado dos caixotins.

É, evidentemente, no lapso temporal / espacial que medeia até ao *ne varietur* que melhor entrevemos «le phénomène de l'*écriture*, c'est-à-dire l'activité de l'écrivain, comme moment où s'engendre un ouvrage et comme manière originale de traiter le langage»[38]. A variabilidade de leitura conhece, aí, as suas primícias; os dados são lançados, mas ainda não estão imóveis.

Com destinatários imediatos, e até conhecidos, em mente, fácil é compreender a simplicidade e clareza dos processos, mais desejada que obtida. Textos com ambições ou certas veleidades, mostrando-se no palco singular das folhas, sofriam o primeiro embate público, ora como gestos a esquecer, ou exercícios sem amanhã, mas também purificando-se na pira do gosto individual e colectivo ou publicitando, tão-só, o volume à boca da máquina. Sendo, por vezes, o único recanto da oficina autoral, talvez o lugar dos melhores cadinhos, mal iríamos se, para simples interpretações ou já com fumos de edição crítica, prescindíssemos das hipóteses e soluções que o folhetim amiúde faculta.

No caso d'"Os Canibais", o prestimoso Simões Dias fez «o desserviço de concluí-lo, por Álvaro do Carvalhal o não haver podido fazer em consequência da doença. Conquanto a conclusão fosse levada a cabo conformemente ao plano do autor, "Os Canibais" são o pior dos seus contos», acusa o valpacense Valbel, vizinho e amigo da família do malogrado autor[39].

[38] Jean Bellemin-Noël, "Avant-texte et lecture psychanalytique", *Colloque International de Textologie à Mátrafüred* (Hongrie), 1978, Budapest / Paris, Magyar Tudományos Akadémiai Könyvtára [Biblioteca da Academia das Ciências da Hungria] / / CNRS, 1978: 241-254 [242]. Problematiza questões ligadas aos 'documentos de redacção' – manuscritos, rascunhos –, preferindo 'avant-texte' a 'brouillon d'œuvre'. Publicado, aquele «c'est *déjà du texte* et c'est *déjà le texte*» (p. 245): «J'appelle avant-texte l'ensemble des énoncés mis par écrit par un écrivain dans le cadre d'un certain projet dont nous avons eu d'abord connaissance dans la forme qui en a été livrée au public;» (p. 246). O folhetim, *texto* em relação a esboços, rascunhos, etc., é, quando não ante-texto (hipótese, previsão…), *o* texto, embora com outro rosto material se transformado em livro.

[39] O curto ensaio de Valbel [Joaquim de Castro Lopo, 1860-1952] n'*A Folha de Cha-*

A história é esta. Em 1 de Dezembro de 1865, sexta-feira, F. Guimarães Fonseca põe cá fora oito páginas, a duas colunas, da bimensal *Revista de Coimbra*: «Publica-se esta folha para nos distrahirmos das graves lucubrações da sciencia; [...]. Este periodico é para todos os que no silencio do seu quarto, antes de abrirem os livros, querem voejar entre os jardins da imaginação a delibar o nectar dos deuses, e mostrar depois o sentimento suavissimo das suas almas.»

Teófilo inaugura "Romance do cyclo greco-romano na poesia popular portugueza. I. Romance de Virgilio"; João Penha traz, e continuará, estrofes do poema herói-cómico "Tancredo"; J. Valle [Joaquim José Maria de Oliveira Vale, 1835-1895] entra na dança da Questão Coimbrã, contra Castilho, guardando descasca no *Poema da Mocidade* para o segundo número, de 15 de Dezembro, que se enriquece com Antero ["Fumo e scismo.", Julho de 1863], João de Deus, M. A. Álvares de Azevedo, Teófilo e, a p. 11-12, "A Estatua Viva" / (Conto).

O capítulo II (na revista, gralhado, III, p. 18-20) sai no n.º 3, de 1-I-1866; o cap. III: 26-29, no n.º 4, de 15-I-1866; o cap. IV: 34-37, no n.º 5, de 1-II-1866. Com estes dois, Carvalhal regulava a paginação interior na base, média, das quatro colunas; mas crescia de importância para, no n.º 6, de 15-II-1866: 41-44, abrir com o cap. V as seis primeiras colunas. De novo, as quatro colunas do cap. VI nas p. 50-52 do n.º 7, de 15-III-1866, e, pela segunda e última vez, o cap. VII logo por sob o cabeçalho (o que perfaz cerca de quatro colunas) no n.º 8, de 31-III-1866: 57-59. No final, lá está *(Continúa)*, mas no n.º 9 nada aparece e o quinzenário acaba aí.

O capítulo VIII em livro é, tudo indica, de Carvalhal, embora o primeiro terço denote um tactear de quem procura justificar «a detonação dum tiro» com que finda o anterior. Com isso, dar a volta ao texto, que autorize outro título. Ter, no final, com que fecha a 1.ª edição, "Coimbra, Abril de 66", leva a conclusões óbvias e outras menos:

1. Que diferença temporal havia até à saída em folhetim? Aparentemente, o cap. VIII não estava pronto para o n.º 9, de 1-IV-1866, e

ves, de 29-X-1916, depois revisto para *O Concelho de Valpaços*, Lourenço Marques, 1954: 70-72, vem citado no artigo de Pedro da Silveira, loc. cit.: 303-304 [304].

terá sido escrito nesse mês. Tão simples? Com data de 2 de Março de 1866 no final, está "O Punhal de Rosaura", que, todavia, só surge em 15-X-1866, no n.º 5 da revista *O Povo*, como "Everardo" / (Conto), p. 54-57. Ou seja: também aqui houve – e quando? – posterior troca de título? A data de 2-III-1866 é fictícia? "Os Canibais" já estavam escritos antes de 15-XII-1865 e seriam, assim, o primeiro, não segundo, texto de Carvalhal? Escreveria ele, simultaneamente, esses dois? Etc.

2. As emendas em "Os Canibais" são sobre o original, as colunas da revista ou somente sobre as provas tipográficas? Quando foram feitas? J. Simões Dias: «Até á pagina 270 foi esta obra revista por seu auctor: o que vae d'ahi até final publicámos nós, em tudo conformemente ao plano, que pessoalmente d'elle sabiamos.» (p. XII)

Isto é: até ao final do 1.º capítulo, ainda reviu; mas o quê: o manuscrito? a versão da revista? as provas a granel?[40] Que 'plano' seguia?

[40] Livro póstumo, saiu, de facto, quando? Silêncio absoluto, que, ironicamente, o mesmo J. Simões Dias homologava, um ano antes da revelação bruniana (*A Geração Nova*, 1886), no seu *Curso Elementar de Literatura Portugueza*, Viseu, [5]1885. Há muito chorara sobre a campa do amigo, negando agora – pelo absoluto esquecimento do vizinho em manual reeditado – quanto proferira no primeiro dos 'Necrologios' d'*O Paiz* (Coimbra) de 19 de Março, p. 2-3. Porque, contendo partes decalcáveis do (ou para o) "Estudo Biographico", indicia a facilidade típica do discurso ultra-romântico – – na imitação dos seus próprios moldes –, segue:

«Ha uma dor no mundo, sobre todas, immensa, enorme, incomparavel, porque é sem remedio – a morte de um verdadeiro amigo. Para esta não ha palavras; os soluços estrangulam-se uns aos outros na garganta alanceada; as lagrimas somem-se, secam-se, queimam-se no proprio fogo.

Leiam-me os que sentiram, como eu, a morte de Alvaro do Carvalhal e no proprio sentimento acharão quão triste verdade é esta! Tambem já agora inutil seria a eloquencia dos vivos para testemunhar as saudades pelo morto!

Longe d'aqui a ostentação ignobil, mal sentida, officiosa das praças; o pranto fingido e comprado aos olhos assalariados da carpideira. O morto é sagrado. Diante de um tumulo a mentira é um sacrilegio, a hypocrisia das lagrimas vale bem a gargalhada do cynico!

Aos amigos do morto envio este testimunho publico de sentimento grande e não me levem a mal, se em phrases singelas e despretenciosas patenteio aqui os sentimentos de toda a academia.

Tambem esta accudiu em pezo ao chamamento do bronze, que annunciava a morte do amigo, e se o pranto vertido em volta de um cadaver podesse resuscitar mortos, Alvaro

do Carvalhal por certo que não era já agora pasto de vermes! Mas Deus que lhe havia dado vinte e quatro primaveras queria que a vigessima quinta a passasse com elle no ceu, e contra a vontade de Deos não prevalecem os calculos do homem!

Não é esta a occasião, nem que fosse, eu teria a vaidosa pretenção de fazer o elogio funebre do que foi nosso. O elogio de suas muitas virtudes levou-o elle para a cova, que lh'o escreveram os amigos na mortalha, com lagrimas sentidas! O elogio do seu nome litterario, esse cá lhe ficou impresso em 300 paginas de um livro precioso, cujos louros não poude colher em vida, mas que certamente não hão de murchar á sombra do cypreste, emquanto houver um homem que não renegue das letras pátrias!

Sentimentos delicados em tudo e para todos, talento e aspirações, força de vontade para executar, estudo proveitoso e fecundo, boa alma para dizer e fazer o bem, tudo possuia em grau subido, e tudo se foi com elle á cova!

Choram-no as musas de Coimbra: o nosso regimento litterario está de lucto: nos bancos das escholas existe um logar vasio. Quem irá prehenchel-o? A saudade, que é tão grande, como foi grande o seu nome entre nós!

Triste recordação!

Era ao cahir da tarde do dia 14 de março. O sol, o teu amigo, o teu rival, esmorecia ao longe no viso da montanha, e tu, Alvaro, ainda com os olhos para lá apertavas convulso aquelle teu immenso coração que se partia! A morte roubava-te o melhor que tinhas e tu fechavas os olhos para não ver tal horror! – Aquella intelligencia luminosa como um astro apagava-se rapida similhante ao sol que fronteiro esmorecia! Dois amigos, duas vidas, por ventura dois astros a resvalar no mesmo Occaso, compellidos por similhante agonia! Espirava o sol do dia no occidente da vida! De manhã levantaram-se ambos em canticos jubilosos d'amor; despediram-se á tarde, e cada qual por invios caminhos se partiu! Um voltou na manhã seguinte, Lazaro novo, a ressuscitar alegrias, e quando de manhã cedo foi bater esplendoroso nas fronteiras janellas do seu festival cantor, nem um cantico a saudal-o, um ai sequer!... As janellas não se abriram n'aquelle dia; Alvaro do Carvalhal já não tinha braços para estender-lhe, voz para saudal-o, olhos que lhe enviassem uma lagrima d'amor! Estava no leito, enregelado, hirto, mudo, insensivel, morto!

Sahiu á tarde, mas vinha coberto de negro, encerrado nas quatro taboas d'um caixão! E quando o cortejo funebre desfilava pausado, melancolico e triste, ainda o sol o contemplou pela derradeira vez, e como um cyrio immenso lhe foi seguindo o transito vagaroso até á final morada!

Agora, quando nasce, vae logo beijar-lhe as pedras frias do tumulo; vamos nós tambem com elle e reguemos de lagrimas as flores virentes do seu repoiso eterno!

Coimbra [,] 18 de março de 1868.

J. Simões Dias»

O segundo texto, "Á morte de Alvaro do Carvalhal, estudante do 4.º anno de direito", era subscrito por um tal António Marques dos Santos e nada adianta.

O *Jornal de Coimbra* (n.º 6, 17-III-1866: 4) noticia o funeral, a 16, e o pormenor da morte a 14, domingo: «Tendo acabado de conversar com alguns dos seus condiscipulos,

Com diferença do capítulo VIII – que só conhecemos em volume e em relação ao qual não se pode afastar liminarmente a hipótese de Valbel –, há dezenas de alterações que podiam ser da lavra estilística e moral de Dias[41]. Sendo variantes significativas, entremos de assinalá-las, assim relendo texto programático no horizonte próximo de época avisada.

3. 1. Variantes

O texto de "A Estátua Viva" [*AEV*, 1865-1866] precede o de "Os Canibais" [*OC*, ed. de 1984, retirada de 1978]; não vêm assinaladas as gralhas evidentes, nem pontuação impertinente:

recostou-se sobre um, como para espriguiçar-se [*sic*], e rapidamente caiu morto, victima de um aneurisma.» Disse João Barreira, *O Primeiro de Janeiro*, 20-IX-1943, que morreu «fumando um charuto no quarto de Gonçalves Crespo» – que, de resto, nunca o cita na prosa evocativa dos seus *Nocturnos*... Na edição de 24, n.º 8, p. 4, o irmão, Júlio do Carvalhal Sousa Teles, e o sobrinho, Alexandre do Carvalhal, cumprem "Voto de agradecimento" às pessoas que com eles se solidarizaram. A 31, n.º 10, p. 3, a morte do colega Artur Felgueiras da Rocha Peixoto é pretexto para de novo falar de Carvalhal e «sua imaginação de fogo, porque os refluxos do sangue agitado mais lhe apressavam o proximo fim da sua vida. [...] // Ainda nos lembra o dia, em que Alvaro do Carvalhal, sentado com alguns amigos no Penedo da Saudade, deixou correr livremente o pranto n'um desabafo de intima tristeza. Não se illudia com esperanças vãs, e magoava-o o contraste de tudo o que o cercava. As flores começavam a desabrochar, e elle só podia aspirar o perfume dos goivos; [...]». O enterro para o cemitério da Conchada é também referido n'*O Conimbricense* (n.º 2156, 24-III-1868: 3), que o dá natural de Argeriz, como todos.

[41] Professor e parlamentar interessado pela instrução secundária – à qual dedica discursos e compêndios de literatura, história pátria, filosofia, oratória e versificação, poética e estilo –, J. Simões Dias (1844-1899) é ficcionista sem chama (*Figuras de Cera*, 1898; *Figuras de Gesso*, 1906) e lírico anémico, se bem que respeitador das "gloriosas tradições", como demonstram *As Peninsulares* (1876), em que reedita vários títulos. O seu momento de glória podia situar-se em 1866, quando, no quadro da Questão Coimbrã, o então universitário vê a fresca *Lira da Angústia* saudada por Castilho e Carvalhal, que assim aproveitavam para vergastar o "desprezo" a que Antero e companheiros supostamente votavam as ditas tradições. Importa a dispersa colaboração jornalística, em especial n"*A Folha* de 1868, onde assina úteis balanços do ano literário. [Ver *O Instituto*, revista de novos, nº 1, Março de 1899]

I

p. 14 l. 5-6 aristocracia. Eu lhe digo, leitor: hei de leval-o a um ou dous bailes,] aristocracia. E o leitor há-de peregrinar comigo pela alta sociedade; hei-de levá-lo a um ou dois bailes

A variante expande-se para evitar a repetição jornalística, pois o cap. IV abre por «Eu lhe digo, leitor:».

10 A abobada azul do ceo – como é d'uso dizer-se – allumiava] A abóbada azul do céu alumiava

Suspende-se a fórmula incisa, pleonástica se entendida num quadro de pastiche por leitor de livro, mas acaso útil à diversidade de leitores da revista.

12-13 da cidade. Se estava serena a noute era tal porém a atmosphera que fazia lembrar] da cidade. Estava sereníssima a noite. Porém a atmosfera fazia lembrar

Caso, raro, de melhoria do texto.

13 os gelos da Siberia. E para contraste com este inverno brotava na] Sibéria. Para contraste, brotava da

15-16 transformando na febre da embriaguez.] transformando em insânias de febre.

24-25 Senão, aqui lhe traço um esboço pallido:] Senão, aqui lhe dou os traços de um aligeirado esboço!

p. 15 l. 15 despertado sentimentos adormecidos.] despertado adormecidos sentimentos.

17 que feria sobre tudo] que sobretudo feria

18 o phrenesi, que lhes ia na alma.] o frenesi que os assoberbava.

23-24 uma saudade. // Dezoito annos; espirito cultivado e fino; tez d'um moreno sympathico; bella como a Venus de Phidias. // // Embalde se cançaria, quem intentasse carregar mais os traços subtis d'aquella mulher. // No cortejo brilhante não lhe faltava] uma saudade. // No cortejo brilhante não faltava

A descrição desta beleza, típica de folhetim, é devidamente amputada. Apagados sinais evidentes de um contexto segundo, percebe-se a vontade de fuga ao que estrutura um projecto, sempre aquém, porém, do risco criador. As anteposições por que opta e

variantes de sabor retórico, sem mais, estragam, mesmo, a familiaridade vocabular e sintáctica do narrador adstrita ao periódico. A despesa é maior quando, no cap. II – talvez, pelo menos nas provas, não corrigido por Carvalhal –, os vários "sr. visconde" na boca de Margarida são transformados em "visconde", aproximação nas formas de tratamento que nega a distância estilística a que vimos assistindo. Curiosamente, hesita-se entre "sra. D. Margarida" e "Margarida". Em OC, afasta-se o narrador (desejoso de fugir ao contexto que, afinal, dá significado ao erguer do seu programa) e aproxima-se a personagem, quando, assim fazendo, se anula o abismo da relação que será, até à impossibilidade, o das duas personagens.

25 nas regiões sub-lunares.] em sublunares regiões.

26 de todas as religiões.] de todos os crentes.

28 no hombro de seu par,] no ombro do par,

34 perpassar das mazurkas.] revolutear das mazurcas.

p. 16 l. 5 Alimentavam um dialogo] Alimentavam dialogo

8 guias nascentes do bigode.] nascentes guias do bigode.

9-10 Sou velho n'essas campanhas.] Sou veterano nessas campanhas.

12 – Margarida é mulher, ha de ter a sua hora.] – Margarida é mulher.

20 só uma vez.] uma vez só.

21 – Onde aprendeste tanto da natureza feminina?] – Donte te vem tanta sabedoria acerca da mulher?

24 – Ah! – e D. João sorriu desdenhoso. – Ainda assim – continuou –] – Ah! – e sorriu desdenhoso; ainda assim, continuou: –

27 – Então Margarida?. . .] – Então Margarida. . .

30 – Não, desgraçadamente.] A ti, por minha miséria.

p. 17 l. 12-13 o desespero dos Rubens e dos Velasquez.] o desespero dos Van-Dick e dos Ticianos.

27 fixava-o com o olhar] fixava-o de olhar

29 das suas esperanças.] das esperanças.

30 roçar-se por elle,] roçar por ele,

32-33 Fixou-o mais, e recuou assustado.] Fixou-o mais e recuou, repassado de um irresistível pânico.

34 Julgara ver a – *Estatua*] Julgara ver a *estátua*

II

p. 18 l. 1 Um conto qualquer,] Uma história qualquer,

24 cumulo] cunho

p. 19 l. 21 deixava a descoberto] deixava perceber

26 homem – que era um mytho, no dizer d'elles.] homem, que no dizer deles mais era um mito que outra coisa.

30 dil-o-hiam verdadeira estatua.] di-lo-iam insensível estátua.

p. 20 l. 27 – Sabe, sr. visconde –] – Sabe, visconde –

32-33 creia que me admiro quando] creia que me sinto magoada se

34 – E póde saber-se porque?] – E poderei saber porquê?

p. 21 l. 1-2 Porque o vejo cercado de quanto é capaz de dar a felicidade.] Porque, vendo-o cercado de quanto é capaz de felicidade...

6 – Tão desgraçado será...] – Punge-me essa desgraça que pressinto.

13 o mel nos labios e o inferno –] o mel nos lábios e o travor do absinto,

28 Mas, sr. visconde,] Mas, meu amigo,

p. 22 l. 7 cego com esses olhos, sr. visconde!...] cego com os seus olhos!...

8 ver a v. ex.a, sr.ª D. Margarida,] ver, Margarida,

11-12 surprehendida, baixou os olhos silenciosa. Quando os ergueu estava] surpreendida, não venceu a perturbação. Estava

14 expressão de volupia e d'amor,] expressão de verdade e inocência,

Todos estes casos pioram AEV e degradam o espírito da relação entre as duas personagens. Como não ver, por exemplo, neste

último caso, que a expressão "da mulher apaixonada" justifica o primeiro estádio e não o segundo? Culpa de J. Simões Dias?

22 Posso eu dar-lhe felicidade?] Depende de mim a sua felicidade? Venha recebê-la, que é toda sua.

27 para dizer – sou sua, pertenço-lhe.] para dizer: «aqui me tem, pertenço-lhe».

31-32 cego, senhora D. Margarida;] cego, Margarida;

p. 23 consagrada ao desenlace de] consagrada pelo abuso ao desenlace de

Esta tomada de posição, em *OC*, contra o abuso da palavra "mistério" na estratégia do romance-folhetim, é outro acrescento lamentável: redundante, porque *já se sabe*; e negativo do projecto originário.

III

p. 23 l. 13 e da linguagem, que só o amor sabe, linguagem caprichosa,] e da sua linguagem, linguagem fantasiosa,

19 tresvariavam] tresvariam [Correcção natural.]

21 d'este veridico conto (veridico á excepção de todos os contos)] desta verídica histórica, como cada um chama às suas imaginações,

25-26 na gargalhada publica.] na alvar gargalhada pública, tão inconsciente de ordinário como injuriosa.

26-27 sobre a historia] sobre um facto sucedido

29 quanto os cercava,] quantos os cercavam,

p. 24 l. 1-2 cedo perderam de vista o mundo dos mortaes, a ponto de aguçarem a ironia e a curiosidade geral.] perderam de vista o mundo dos mortais.

3-4 que mulher innocente] que inocente mulher

10 instar com] teimar com

16 de modesta] da modesta

22 N'este momento, por detrás] Todavia, por detrás

24 pareciam fusilar relampagos de quando em quando.] pareciam a espaços fuzilar relâmpagos.

27 punhal luzente.] luzente punhal.

34 paladar da phantesia.] paladar do desejo.

p. 25 l. 23 venenos suavissimos.] suavíssimos venenos.

25 o sello da experiencia.] o selo da tremenda experiência.

27 seio inquieto.] seio virginal.

p. 26 l. 1-2 (como lhe chamaria um romancista)] (como lhe chamaria qualquer cavalheiroso romancista)

8-9 Tinham-se aberto as janellas. Vinha proximo o alvor da madrugada.] Vinha próximo o alvor da madrugada. Estavam já abertas as janelas.

11 gruta. Todos poderiam.] gruta. Poderiam

20 visconde d'Aveleda.] visconde.

24 que elle occultava com tanto cuidado.] que ele com tanto rebuço ocultava.

p. 27 l. 5 comtudo, sou obrigado a duvidar sempre.] contudo, duvido.

7 Essa vejo-a,] Essa invejo-a,

10 – V. ex.a é moça e bella.] – V. Ex.a! Pobre menina!

12 pela unica face bonita.] pela unica prazenteira face.

18-20 porque todas são de carne, e por isso fracas.] porque são de barro quebradiço ou tão doce que facilmente se enquadra em todos os moldes.

24 tão forte, que possa] tão forte, ou tão abatida, que possa

27 que me encontra no aspecto,] que me encontra talvez no aspecto

p. 28 l. 5 certamente, não teve medo nenhum.] certamente, não vê motivos de susto.
8 – continuou o visconde com affabilidade – Agora vou dizer-lhe como eu idealiso a mulher para o meu amor: queria-a bastante casta para que me estimasse pela alma e não pelo corpo; queria-a bastante sensivel para que chorasse comigo nas minhas penas, e para que soubesse consolar-me quando o precisasse... Haverá alguma assim? // Seguiu-se curto silencio.] com afabilidade.

9-10 – Ha – diz Margarida com orgulho. – Persinto que não sou uma mulher vulgar.] – Oh! Pressinto, não duvide, pressinto que não sou uma mulher vulgar – diz Margarida com orgulho.

17 Pois olhe, sr. visconde:] Pois olhe, Aveleda,

18-19 uma resposta igual; e Deus sabe] uma resposta que vale pelo menos outro tanto; e Deus sabe

20 seja o leito das nossas nupcias] seja o leito nupcial

23] *Eu não corei. Se me treme a voz é ao peso da verdade. [Omitido na ed. de 1978.]

30 em que se lhe foi parte da vida.] em que se lhe foi esmorecida parte da existência.

Os cortes, acrescentos ou substituições neste capítulo só merecem um nome: catastrófico. Nada se justifica, ou só piora.

IV

p. 29 l. 13 começavam a cobrir-se] começavam a toucar-se

26-28 v. ex.a – attendendo á minha ultima supplica – irá contar ao sr. visconde d'Aveleda que me consomem] V. Ex.a transmitirá ao visconde de Aveleda esse mau pensamento em que ando. Diga-lhe, minha senhora, que me consomem

p. 30 d'essa farfalhada theatresca.] da teatresca farfalhada.

10-11 e a mim tambem.] e a mim conjuntamente.

16 paginas de novellas imaginosas,] páginas de perigosas novelas, [Se, em 10-11, o preciosismo é irritante, aqui, a sistemática anteposição endurece o ritmo e, na troca de adjectivos, vai uma grave, e preconceituosa, ideia sobre o romance que só pode atribuir-se ao editor Simões Dias. Razões, estas, que corroboram a impressão suscitada por Valbel.]

p. 31 l. 3 aquellas vestaes.] aquelas castíssimas vestais.

12 talvez em banquete de pontífice.] talvez em orgia de pontífice.

13-14 O gosto e a opulencia de Lucullo, e muito mais, desenrolavam-se com ostentação mythologica.] O gosto e a opulência de

Lúculo perderam-se naquela imensidade de mitológicas ostentações.

16 embriagante] embriagante e morna

18 o seu tributo, pois que de tudo encontraria, em agradavel confusão, um espirito analysador.] o seu tributo.

p. 32 l. 8 nunca ninguem o viu] nunca fora visto

27 copo] corpo [Erro crasso, este, já em 1978: trata-se de esgotar o copo e não o corpo. . .]

31-33 alegrias d'hoje.] alegrias de hoje. Saúdo-os com a resignação com que nos circos da ensanguentada Roma saudava César o cristão votado às feras.

p. 34 l. 8 se percebe então; e distinctamente, ia eu jural-o.] se percebe então, seja dito em prosa.

p. 35 l. 7 mais fortes] mais coléricas

11 cheia d'um liquido esverdeado –] cheia de ácido prussico –,

V

p. 36 l. 12] *noites, em vez de moitas

20] *torne, erradamente, por tome

23] *fraco, quando é franco

32 o vinho de] o vinho das

34 os despertos appetites] os despertados apetites

p. 37 l. 7-8 elegancia de seu] elegância do seu

21-22 uma a ideia] uma ideia

p. 38 l. 4 incumbiu-se] incumbiu-lhe

p. 39 l. 31 uns sobre outros,] uns sobre os outros,

p. 42 l. 11 passos inquietos.] passos indistintos.

p. 43 l. 4 até se perderem] até se perder [Erro inadmissível, porquanto o sujeito é plural.]

VI

p. 46, l. 12 – Horroroso! exclamou, proseguindo em tom] – – Horroroso! – prosseguiu em tom

p. 47, l. 26 Aqui me tens. Vaes ver.] Aqui me tens.

p. 48, l. 17-18 cortorsão de agonia] contracção de agonia

31-32 Voou alli.] Parou ali.

VII

p. 49, l. 7 paginas e paginas] páginas

p. 50, l. 6 a que lhe levantassem] a que levantasse

18 de encomenda, apto para] de encomenda para

22 e liberal! É necessario que o governo desenvolva toda a severidade, mesmo para escarmento dos antropophagosinhos que se escondem por essas Babylonias. Em fim,] e liberal! Enfim,

Rasurar este programa de governo é diminuir a leitura sociológica que o texto permite. O diminutivo casa com o título; com a pequenez, afinal, da família Solar, Margarida inclusive.

29 de maledicencia,] da maledicência,

p. 52, l. 1-2 não seriam só equivocos, seriam mesmo] não seriam mesmo [Imperdoável.]

15 não pôde vencer] pôde vencer [Só aquela forma faz sentido.]

p. 54 o seu appetite] o apetite

13 com olhos desvairados] com os olhos desvairados

Nesta espécie de contra-análise, e à medida que as variantes falecem ou não cobram sentido, verifica-se como um autor, mais directo e com fogachos criadores no folhetim, se perde ou é traído na edição em livro, contaminado por requebros 'realistas' (a manipulação do adjectivo, mal aprendida nesse lapso de dois anos) e soluções edulcorantes que fragilizam a veemência originária: só entendida em saturação, a limpeza rouba ímpeto. É bastante, porém, para entrever alguns traços característicos do género.

4. Aproximação aos traços folhetinescos mais relevantes

Da análise d'"Os Canibais", podemos enumerar alguns elementos participantes, em maior ou menor grau, da estratégia folhetinesca, incluindo o folhetim-crónica:

1. Presença ofuscante do narrador, enquanto

a) discute o seu processo enunciativo (é assim? vou bem? como se elabora um texto? e que texto quero?);

b) analisa a própria obra, o mesmo discurso, que filia em certos autores, em gradações de respeito e/ou paródia;

c) opina sobre os acontecimentos, intervalando constantemente a narração, ou servindo-se de micronarrativas que o apoiem;

d) interpela o narratário (ou um destinatário, primacialmente feminino) e cumplicia o leitor no seu fazer e compreender;

e) se apresenta, num jogo de extremos, ou dominador, ou pouco digno de confiança, degradando um estatuto e o papel que era suposto desempenhar à distância e em perfeição («ri-me por detrás dos bastidores»);

f) cria picos de expectativa, mormente no sumário e em final de capítulo, precipitando o seguinte, deixando-nos sempre aquém no conhecimento físico e psicológico das personagens – quando não as tipifica –, bem como na sua gramática accional;

g) exprime claramente uma lição moral (vertente *fabulosa*), que passa pela actualização histórico-social, em que

g. 1) o herói é nobre

g. 2) o burguês, oportunista ou ridículo (mesmo quando for honesto)

g. 3) a mulher, vítima (ainda quando dominadora, sê-lo-á da sociedade ou de instintos crapulosos)

g. 4) o desejo, castigado.

2. Recurso, em traço solto e grosso, ao contraditório associado ao estranho, insólito, invulgar,

a) ao nível de personagens desenhadas (o visconde diz-se coração, mas é um autómato: ideal ou sentimentos vs. material e maquinal; Margarida quer-se, e é dita, das heroínas da moda literária, mas, afinal, recua perante a realidade do seu universo: a sua reacção é, no contexto da lógica romanesco-epocal, insólita; D. João sofre em excesso, quando a imagem que dele se tem é de leve e fugidio conquistador e, curiosamente, não de *voyeur*);

b) ao nível das personagens secundárias, cuja importância concorre para o sentido final (no caso, os familiares de Margarida);

c) ao nível do argumento, pelos lances inesperados, não raro crus, efeito que costuma esvair-se, paradoxalmente, na linguagem sobrecarregada e que os cronistas contornam;

d) ao nível da construção da brincada verosimilhança (aqui, paixão pelos contos de fadas, *mas* suposta transcrição de crónica, etc.).

3. Afirmação do melodrama («teatrinho aldeão», p. 43), contagiante na teatralização dos diálogos, jogos de efeitos (como na série de suicídios), na descrição dos espaços cénico e corporal (entre a luz e as trevas da morte), ou, no folhetim-crónica, electiva fonte de assuntos e de aventuras.

4. Efeito programático, num processo de repetição a quedar-se, quando impositivo, aquém da obra-prima, o que é mais saliente na fórmula romanesca (creio, porém, trabalhar abaixo algumas obras-primas).

Com a novela de enredo, desde logo em Camilo, as intrigas secundárias são fundamentais, com grandes saltos no tempo; se é de espaço ou de personagem – antipodais: do requintado ao marginal, do fogoso ao cru –, a cor local e o meio envolvente convergem na profusão dos diálogos e, entre distâncias, ironias ou sarcasmos, o narrador preocupa-se em documentar-nos, melhor, actualizar-nos. Há mais figuração, e alguma tipificação. O leitor é chamado menos vezes a intervir, porque o efeito de teatralização se deslocou da construção do texto para a elaboração de 'vidas'. Um romance-folhetim como *Os Maias* substituiria, assim, a contento, algumas alíneas que, por questões processuais, não caberiam n'"Os Canibais".

5. Expansão melo-operática e cinematográfica

Houvera, já, *Os Canibais* de Liliana Cavani[42]; *Les Cannibales* de Georges Lavaudant (colagem de textos de uns cinquenta autores, Grenoble, 1989); como processo, sob a égide de *A suivre* – já mensário de banda desenhada desde 1978 –, virá *Dans la Maison* (2012), de François Ozon. O filme de Manoel de Oliveira (1988) tem outro peso: não propriamente na consideração internacional, mas na filmografia do realizador, nas cores de Oitocentos e na leitura de Carvalhal.

Aos 80 anos, com a brincadeira de uma ópera cinematográfica longe das convenções do género, Oliveira conquistava a Europa e o Brasil críticos. 'Melodrama', 'comédia musical', 'sátira cáustica do romantismo burguês', 'fantasia suculenta', tudo lhe chamaram[43]. No caso português, as reacções foram as melhores, se bem que o público, desconfiado, não estivesse à altura (a passagem na televisão, em 1-XII-1989, contudo, pode ter compensado esse alheamento). Regressava o realizador nervoso dos primeiros documentários, agora acrescido da teatralidade em que redundavam os seus títulos mais falados.

A chegada de automóveis ao local da cena oitocentista criava o insólito (definindo, simultaneamente, um espaço de eleição para os tradicionais amores frustrados) e tinha seu contraponto na solução final, inesperada porque fora do argumento[44], que Oliveira – ágil filmista – – explicaria assim:

> O final nasceu por causa da música, que era muito extensa. A minha ideia inicial era a de um fim muito seco, mas a música [de

[42] Filme que pretendia ser «uma crítica violenta a algumas sociedades dos dias de hoje que se constroem com base na exploração e na alienação do Homem e na repressão sobre aqueles que tentam denunciar as injustiças e que lutam por uma sociedade verdadeiramente livre» – rezava, segundo cartilha revolucionária, a *Flama*, ano XXXI, n.º 1436, 12-IX-1975: 6.

[43] Para não alargar este dossiê de Imprensa, veja-se o *Semanário* (Lisboa), 5-XI-1988: 29.

[44] Quanto ao enorme guião do realizador só de fugida o consultei. O longo trabalho de comparação seria outra forma de 'variantes', impossível aqui.

> João Paes] deixou-me embaraçado e sem saber onde a meter. Era uma pena gastá-la com as legendas do genérico final. Surgiu-me então a ideia de uma 'cegada' fantástica [personagens redivivas às voltas, e de mãos dadas, pelo labiríntico jardim]. Fiquei muito feliz. Se a música tivesse acabado antes, talvez nunca tivesse chegado e [*sic*] este fim[45].

O espírito carvalhaliano fica bem traduzido, mas, dentro destes parâmetros, há outras virtudes substantivas comuns de dois: o peso decisivo do narrador/Apresentador e a hiperteatralização. Se o dito já era actuado ou recitado, desta feita, é, mesmo, tocado e cantado, pela inclusão do violinista identificável a Paganini, virtuoso por excelência, e acaso mágico por força de um pacto demoníaco. Se os camarotes de certos teatros eram a segunda casa de autores e suas personagens[46], é *em* teatro, e ópera, e melodrama, que se organiza o discurso literário ou fílmico presente. A reconstituição epocal nada fica a dever aos coloridamente mais apurados *Amor de Perdição* ou *Francisca*, aos quais falece, todavia, a vivacidade deste útil e significativo «exercício de estilo»[47], já «fome redentora»[48] de espectadores.

[45] Entrevista a M. S. Fonseca, *ibid*.: 13. Para outros pormenores sobre a música, nada como dirigirmo-nos a João Paes, "*Os Canibais*. Uma ópera feita para o cinema", *Colóquio/Artes*, n.º 79, Dez. de 1988: 59-66.

[46] Parágrafo soberbo sobre o assunto – facilmente aplicável ao Teatro de S. Carlos –, com revisão das formas de sociabilidade em Oitocentos e Novecentos: «Les loges de la Scala, de San Carlo à Naples, du théâtre Argentina à Roma – louées à l'année ou concédées à vie, tapissées, tendues, meublées, baldaquinées au goût de leurs locataires – étaient les vraies résidences secondaires de l'Italie de Stendhal; mais, à l'inverse de notre coutume, c'est pour y retrouver la promiscuité des transports en commun et la chaleur du coude à coude qu'on quittait à heure fixe les grands palais glacés et démeublés de cette époque-là.» Julien Gracq, ob. cit.: 26.

[47] Num sentido diverso do final da crítica de Jacques Siclier, "Avril au Portugal", *Le Monde*, 28-IX-1990: 19, a *Non ou a Vã Glória de Mandar*: «Après l'exercice de style des *Cannibales*, voilà bien une œuvre essentielle.» Quero dizer que o rebuscado estilístico é preservado na adaptação, de que só um exemplo: «Dera muito quem me ensinasse a fingir alegrias que não tenho» (p. 20) torna-se «Por não saber fingir alegrias distantes» (p. 19 do guião).

[48] Título da nota de António Cabrita, *Expresso* – Cartaz, 3-XII-1994: 29, antecipando a redifusão televisiva em 6-XII-1994.

Mais do que Herculano[49], algum Camilo, Carvalhal e Júlio Dinis[50], cabe aqui uma nota sobre as transposições vividas por Eça: para o teatro (*O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias*, *A Capital*, *A Tragédia da Rua das Flores*), o cinema (*Os Maias*, *O Primo Basílio*, *O Crime do Padre Amaro*[51]), a televisão (*O Primo Basílio*, folhetim da TV Globo; *A Relíquia*, *Os Maias*), a radiofonia (*A Tragédia*..., de segunda a sexta na Rádio Nacional de Espanha, desde 23-II-1981).

6. Modalidades

6. 1. Do género

Agrada-me a definição dos géneros como «attitudes fondamentales

[49] L. F. Rebello esboça essas adaptações para Herculano e para *O Monge de Cister* em *Colóquio/Letras*, n.º 37, Maio de 1977: 46, nota 5.

[50] A mais recente adaptação d'*A Morgadinha dos Canaviais* é a minissérie em cinco episódios de Ferrão Katzenstein (1989), entre 13 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1990 na RTP. *As Pupilas do Senhor Reitor* ainda têm novelização brasileira em 1997. Duas peças de teatro argumentadas n'*Os Fidalgos da Casa Mourisca* saíram ainda no século passado, sendo a primeira (de Carlos Borges) estreada em Junho de 1877, no Teatro do Ginásio, em Lisboa.

Georges Pallu realizou, em 1923, a primeira versão cinematográfica d'*Os Fidalgos*.., acompanhada por música de Armando Leça, que constituiu «um enorme êxito comercial e artístico» (Alves Costa, "A 'sua' presença no Cinema Português", *O Comércio do Porto*, loc. cit., com largo desenvolvimento) durante meses. Já a segunda versão, por Artur Duarte (1938), ficou muito aquém daquela.

[51] *Cf.* Américo Guerreiro de Sousa, "Por uma nova adaptação cinemática d'*Os Maias*", AA. VV., *Eça e 'Os Maias'*. Actas do I.º Encontro Internacional de Queirosianos (Porto – 22 a 25 de Novembro de 1988), Porto, Editorial Asa, 1990: 283-288. Alonga-se, ainda, sobre *O Primo Basílio* da TV Globo. Este, cinematograficamente adaptado por António Lopes Ribeiro, Emília Duque e Eduardo Costa (1945, 115 m), vê-se reduzido em quadros laterais pertinentes para a leitura, nos diálogos – com novas falas para resolver o discurso indirecto e indirecto livre autoral – e na ordem das cenas. A Luísa, feita bondade, opõe-se um Basílio reforçado por cenas de mulherengo, enquanto Juliana sai defraudada na rasura de um viver que explicaria muito. *O Crime*..., adaptado à realidade mexicana em 2002, levantou alguma contestação entre nós.

de mise en forme»[52], em que subsiste a *convergência de vários diferenciais*. Educado – experimentado enquanto autor – na decisiva influência das obras sobre as obras na história da literatura (contributo de Brunetière repegado por Chklovski e Eikhenbaum[53]), precisarei esta relação dizendo que há, também, e para lapsos importantes do quadro oitocentista, influência directa do jornal, já repositório e veículo transmissor, já *facto literário* ao nível dos salões, da tribuna parlamentar, do botequim... Ele faz vingar, quando não inspira, *a hipótese de obra*.

Cuidado maior do Formalismo russo é postular a desautomatização – mediadora de substituições e transformações – face ao continuum da tradição; e o modo como esta se organiza *em texto* é que constitui, penso, a finalidade de uma poética dos géneros. Entretanto, nada menos seguro que a validade de processos e as significações funcionais, em diária reapreciação. Suposta vem uma variável recepção e decepção, que Jauss não quis entrever.

Para este, a teoria formalista «a fait abstraction de la fonction des genres littéraires dans l'histoire sociale et la réalité quotidienne, elle a exclu les problèmes de la réception et de l'influence sur le public contemporain et ultérieur [...]»[54]. Reconheceu, de facto, Tynianov que o leitor, *como orientação*, era empresa excessiva para o grupo; mas, acrescentava, se há «substitution des systèmes littéraires», «succession de systèmes, fontions et formes dominantes» ou «modification de la hiérarchie des genres»[55] (poderia acrescentar, *e dos autores*, como prova o limbo dos folhetinistas), e se, ainda, a função verbal se liga à série social, como não haverá a supracitada «corrélation avec le processus historique générale»? Pois *quem* cauciona aquelas alterações? quem as interioriza

[52] K. Viëtor [1931], *in* AA. VV., *Théorie des Genres*, Paris, Seuil, 1986 : 10. O que segue resume os meus pontos de vista sobre géneros, alargado em Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, edição, estudo, variantes e notas de Ernesto Rodrigues, Lisboa, CLEPUL, 2011: *passim*.

[53] F. Brunetière, *Manuel de l'Histoire de la Littérature Française*, Paris, Delagrave, [6]1897. Chklovski e Eikenbaum [1925] são citados em T. Todorov, ed., *Teoria da Literatura*, I, Lisboa, Edições 70, 1978: 66.

[54] AA. VV., *Théorie des Genres*, cit.: 68.

[55] I. Tynianov [1924], *Action Poétique* (Paris), 1979: 6.

e sofre? *quem* se reconduz a um certo devir histórico na base já não só da evolução literária, mas da *revolução genérica permanente*? Todorov também responderia: «Les genres du discours [...] tiennent tout autant de la matière linguistique que de l'idéologie historiquement circonscrite de la société.»[56]

O folhetim criou, desde os primeiros passos (e, hoje, na reflexão à volta das séries e telenovelas), uma auto-consciência de género que faz a sua vitalidade e tradição. É essa, também, para lá do país-referência e da *terra incognita* interior e/ou ficcionada, *a* terra de Garrett. Ou seja, propriedade sua, qual pioneiro que lança âncora, depois revisitada por Mendonça e Machado, principais seguidores dessa cronística já moderna. Existe, entretanto, certa novela, secundária até na localização, e não determinante para singularizar um projecto, porque logo em 1843 Mendonça se estreava com *cenas da vida contemporânea*. Assim, a conversa com o outro, anterior no jornalismo, literatiza-se (no bom sentido) no mesmo jornalismo; e, com isso, altera o conjunto dos possíveis ainda hesitantes ou pouco animadores no folhetinismo rastreável até à data.

Esta capacidade modificadora, ou desentranhadora, que altera a espécie, levou o mesmo Todorov a concluir:

> Os textos que não preenchem esta condição passam automaticamente para outra categoria: nuns casos, a da literatura chamada 'popular', 'de massa', noutros, a do exercício escolar. [...] só a literatura de massa (histórias policiais, folhetins, ficção científica, etc.) deveria levar-nos a apelar para a noção de género, que seria inaplicável aos textos propriamente literários[57].

Por um lado, convergimos na aplicabilidade da noção de género ao folhetim; por outro, é estranho que se desvalorize o que igualmente contém a tal 'ideologia historicamente circunscrita da realidade', como a dizer que os etéreos 'textos propriamente literários' lhe fogem (e porque não fugiriam à 'matéria linguística'?), e à genericidade...

[56] T. Todorov, *Les Genres du Discours*, Paris, Seuil, 1978: 24.
[57] T. Todorov, *Introdução à Literatura Fantástica*, cit.: 10.

Desde logo, a leitura de um facto dominante *no* seu século é o mínimo de contextualização que se exige. Encontrar-se-á, então, um *salto*, corte, ruptura, se se pensa na produção literária do tempo. Em seguida, nunca esquecer a qualidade de *potenciação* (exprimo com este termo a possibilidade que todas as obras e formas têm de, nas suas mutações subterrâneas, aceder ao império genológico) explorada por Tomachevski. Do periférico pode-se aceder ao centro – o que não será, forçosamente, a canonização (há periferias tão canónicas como as outras e, muitas vezes, a posição central não leva aos céus da crítica ou do comércio). Existe, todavia, e sempre, um trânsito obra-literatura [género] / / [género] literatura-obra, a que, no nosso caso, é curial associar como ponto de partida e chegada o factor 'jornal' ou 'revista'.

A visão romântico do singular, da obra, em suma, irredutível ao género (como se pretende muito original; por que anseia qualquer Blanchot), perseguia também Unamuno, que «entendía el termino 'género literario' en relación con el campo semántico de lo textil, y señala que el *género* debe servir para hacerse un traje a la medida»[58]. Confesse-se que a roupa de uns serve a muitos; mas, no quadro do nascimento do nosso, era tudo bastante 'à medida', como exigia paginação do suporte. Só assim, entre medidas uniformes de *prêt-à-porter* a cada passa emergente, se compreenderia muita alteração... De espaço em 'bruto', torna-se selecto, nos assuntos e autores acolhidos; pelas limitações e contingências extra-literárias, estes obrigam-se à adequação discursiva e ao respeito pela panóplia de ingredientes. Na gradual conformação autor/administração/leitor e literatura/jornalismo, de um espaço faz-se um género; as espécies (conto, novela, romance, poema, carta, peça) alimentam e definem essa regularidade. Do romance-folhetim, por exemplo, derivamos para o folhetim-romance[59]. O romance já se exercia antes do folhetim; com este, sofre pressões de vário tipo e enquadra-

[58] Angel R. Fernández, in AA. VV., *Da Semiótica*, Lisboa, Editorial Vega, 1988: 308.

[59] Lise Queffélec, *Le Roman-Feuilleton Français au XIX^{e} Siècle*, Paris, PUF, coll. Que Sais-Je?, 1989: 5, arrisca «le roman-feuilleton, en tant que mode de diffusion», confundindo suporte com suportável. Ora, dir-se-á romance-folhetim, sem obrigada descida a rodapé, o que se torna inviável para folhetim-romance.

-se em necessidades a que, antes, era alheio. Além de estender a sua força, democratiza-se, também; da feliz conjugação dessa força dupla (e outras lhe são paralelas) nasce género bifronte definitivamente institucionalizado.

Este xadrez de possibilidades implica a obra como forma instável e variável que se articula com funções determinadas. Coexistem processos canónicos e livres (Tomachevski); a significação funcional (Tynianov), ou relação evolutiva não-arbitrária entre a função e o elemento formal, prevê que

a) a evolução da forma arraste a evolução da função (a revista/jornal-livro a uma só coluna passa a duas/três-dez colunas, o que leva à mistura de informação e registos discursivos);

b) uma forma com função indeterminada se apodere de uma outra função e a determine (o folhetim elege-se lúdico, informativo, pedagógico, mas, para sectores da ideologia dominante, será 'baixo', 'imoral', 'mundano'[60], podendo reactivar-se como subversivo);

c) a função procure a sua forma (sede – por exemplo, de imaginação e fantasia – a dessedentar-se em sucessão e continuidade).

Clarificando Tomachevski, Tynyanov sabe que também os traços do género evoluem. Os *traços secundários* (*v. g.*, dimensão como número de páginas) formavam a dominante para J. Gaspar Simões e sistema literário em que pontificava para identificar conto, novela e romance; o guião da telenovela homologa a sua ascendência ao relevar as figuras segundas. É a *posição* dos traços secundários e essenciais, como diria Todorov[61], que os distingue. O peso do destinatário alcandora ou arruína quem era segundo ou primeiro. Na lógica do Formalismo, e do que perpassa na *Proposição*, resumiu Erlich:

La letteratura, sostenevano i formalisti, non è un succedersi di

[60] L'Abbé Louis Bethléem, nas 621 páginas de *Romans à Lire et Romans à Proscrire* / / *Essai de classification au point de vue morale des principaux romans et romanciers (1500-1932) avec notes et indications pratiques* (Paris, [11]1932 [1904]), onde não figura nenhum português, situa alguns folhetinistas, como A. Dumas e Sue, no primeiro dos seis capítulos, "Romans à proscrire en vertu des décrets de l'Index", e outros, como Feuillet, no terceiro, "Romans Mondains".

[61] *Les Genres du Discours*, cit.: 39.

> capolavori. Non si può capire l'evoluzione letteraria, o dare un giudizio su un determinato periodo senza tener conto degli scrittori di secondo e terz'ordine. E ciò sia perché i capolavori si riconoscano soltanto quando vengono visti contro lo sfondo delle operi mediocri sia perché nella dinamica litteraria il fallimento di un'aopera puó essere a volte altrettanto significativo del suo successo[62].

7. Proposta de tipologia

Da frequência da nossa Imprensa é fácil entrever o peso do folhetim romanesco traduzido e a importância do folhetim-crónica autóctone, como preferencialmente serão em vulgar o folhetim-carta, o folhetim-poema, o folhetim-teatro e o ecléctico. Privativo de Pinheiro Chagas, n'*O Monitor Português* (1863), disseram alguns o folhetim político, mas, a exemplo do artístico, crítico ou bibliográfico, científico[63], trata-se, sempre, de 'assunto' do folhetim-crónica. Júlio César Machado sonhou com o folhetim-falado ou falante, como alguém que, diariamente, ou às terças-feiras (que era o seu dia n'*A Revolução de Setembro*, *cf.* 1-I-1867), visitasse os interessados... A *Gazeta de Portugal* propicia designações como poema-folhetim e historieta-folhetim (25-X e 4-XI-1863). Camilo já caucionara «poesia-folhetim»[64].

Nesta proposta de classificação tipológica, darei, do primeiro, os títulos mais representativos, evitando, para o século XIX, delongas na comparação e leitura de variantes, embora tenha os materiais à mão. Parte da investigação foi sendo passada a edições que preparei e introduzi, ou a recensões entretanto saídas, donde aproveitar minimamente esses materiais para entretecer um quadro representativo de modalidade que, apesar dos melhores trunfos, não é rainha.

[62] V. Erlich, *Il Formalismo Russo*, Milano, Bompiani, [2]1973: 284.

[63] *Cf.* Rómulo de Carvalho, "Um 'folhetim scientifico' de Camilo", *in* AA. VV., *Colóquio de Estudos Camilianos*, Lisboa, Academia das Ciências, 1993: 67-77.

[64] "Sete de Junho de 1849", *Duas Horas de Leitura* [1857], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [8]1967: 103.

Essa primazia cabe à crónica, já com sentido moderno nas *Viagens na Minha Terra*, embora Garrett procure disfarçar, e jogue tanto com o sentido historiográfico reavaliado por Herculano como com a invenção periódica, sazonal, de alguns furta-cores. Tendencialmente ecléctico – – próprio de sujeito digressivo –, ou por inteiro, se quisermos justificar a 'coesão estrutural' abaixo recitada, merece a linha da frente, e no âmbito da crónica, que é enquanto ser falante que esse texto sobrevive, independentemente de uma história enovelada que Camilo (aquele frei Dinis, aqueles barões), Eça (aquele Carlos) e outros celebrantes cedo filtram. A marcação do futuro – em que se revê um Ramalho adolescente em convalescença e, já adulto, grande peripatético, um A. A. Teixeira de Vasconcelos com *Viagens na Terra Alheia* [imita os sumários de um Garrett longamente elogiado a meio da obra], o levípedo Júlio César Machado, Alberto Pimentel com *Viagem ao Bussaco* (no *Jornal do Porto*, 30-VII/2-VIII-1871), Nobre e a leva de neogarrettianos, algum Integralismo Lusitano – está no registo vocálico, inexcedível. E, claro, se se está perto da edição crítica, ela ainda não chegou. O mesmo para *O Bobo*; e para *O Mistério da Estrada de Sintra*, no plano da Edição Crítica das Obras de Eça de Queiroz[65].

As demais modalidades serão afloradas numa perspectiva essencialmente *exemplar*. Transfiro, assim, reflexão constante da primeira versão deste trabalho sobre A. A. Teixeira de Vasconcelos e Júlio Dinis. Não há surpresas num tempo em que a «genericidade autoral»[66] casa às mil maravilhas com a "leitoral".

[65] Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, cit.: 142, foi, ao parecer, o único a dar exemplo de má correcção por parte de Eça.

[66] J.-M. Schaeffer, *Qu'Est-ce qu'Un Genre Littéraire?*, Paris, Seuil, 1989.

A. FOLHETIM-CRÓNICA

A crónica releva da História, da Literatura e do Jornalismo[67]. A "chronica do dia", com que o *Diário de Notícias* abria, informa de entrada, ronceiramente, que «Suas Magestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saudes»[68]. Seguiam o calendário litúrgico, nascimento e ocaso do sol, efemérides, despachos telegráficos e locais que, hoje, nunca consideraríamos notícia. Assim, com rasura das majestades, na 'chronica do dia' do *Diário Illustrado* (Lisboa, Junho de 1872, até 1910). Era uma salada própria de almanaque a sobrevoar a unidade do folhetim, firme no seu poiso. A História do dia cumpria-se no Jornalismo possível. Em breve, a Literatura tomaria o lugar daquela e, no presente, seria possível associar-lhe outras disciplinas (sociologia, psicologia, etc.).

O que interessa, todavia, é que, deslaçando-se do folhetim, manteve a constante da voz pessoal, fez-se paleta de uma íntima e suspensa reportagem por que dá a cara o subscritor.

É à luz daquelas três macro-estruturas que José Marques de Melo elabora um útil texto de síntese[69], contrapondo, depois, a crónica do jornalismo hispano-americano à do luso-brasileiro. Aqui, «é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real».

Conteste-se, de seguida, que ela deva obedecer às «três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva». Não: a crónica pode, e deve, criar as duas

[67] História e conceito estão em *Crónica Jornalística. Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, agora fechando este volume.

[68] Esta fórmula tem variantes. Assim: «S. Magestade o rei do Averno passa sem novidade em sua importante saude.» (*Lusbel*, Ponta Delgada, n.º 7, 15-III-1868); em Beldemónio: «Suas magestades e altezas diabolicas passam sem novidade em sua infernalissima saude.» *Rebeca do Diabo* (Lisboa, 18-I-1880; ausente de *Jornais e Revistas*...). O *Almanach do Trinta (1888)*, p. 135-136, estranha a fórmula, 23 anos depois.

[69] "A crónica", *in* AA. VV., *Jornalismo e Literatura*, 1988, cit.: 41-53.

primeiras, alargando a terceira. É, como não nota o articulista, uma das facetas do poético, que solta e se liberta do nada.

O folhetinista sabia isso: acusado regularmente de não ter ideias, reintegrava situações que o país não favorecia e brincava com essa desgraça no próprio texto. Queria-se menos crítico que bem-disposto; antes diletante que doutrinário; preferindo os brincos da frivolidade à sisudez conselheiral[70]. Fez-se conversador desenfastiado, o que, mais do que romance esforçado, vinha calhar a país molengão. Esse folhetim-*causerie*, ou crónica, unifica-se com *Viagens na Minha Terra*.

Tudo isso passou para a crónica moderna, mais irónica do que austera, a favor de jogos linguísticos contra lugares conceituosos. A sua função «educativa» (p. 50) é bem menor do que pensam o citado Nuno Rocha e o autor do artigo. Victor Silva Lopes[71], também citado, é modelar: «A crónica é um pequeno texto narrativo que se ocupa de um episódio (às vezes, banal ou insólito) do quotidiano [pessoal ou colectivo, acrescento]. O cronista prevalece o comentário, numa linguagem expressiva, por vezes poética, mas simples e clara.» E depois:

> A crónica permite uma interpretação subjectiva da realidade e, frequentemente, faculta ao seu autor a possibilidade de revelar seus ideais. [...] A ironia, o humor ou a dureza do tema são formas geralmente escolhidas para rematar uma crónica. Aliás, o cronista num jornal procura observar a realidade [...], julga-a e procura extrair um comportamento social [não forçosamente, junto].

Daniel Ricardo[72], opondo traços distintivos entre reportagem e crónica, na perspectiva de José A. Benítez [*Tecnica Periodistica*, 1971], oferece seis alíneas, sendo problemáticas as duas últimas: «e) À vivência pessoal, na reportagem, contrapõe-se a reação pessoal, na crónica.

[70] O maior ataque aos folhetinistas vem de João Júnior, que assina, por Camilo, as *Scenas da Foz*. *Cf.* 2.ª ed., Porto, Em Casa de Cruz Coutinho – Editor, 1860: 18 [cap. II].

[71] *Iniciação ao Jornalismo*, Lisboa, [2]1981: 103.

[72] *Manual do Jornalista*, cit.: 31.

f) A reportagem explica, interpreta, analisa; a crónica propõe, sugere, convida a imaginar.»

Quanto a f), é um caso de gradação, porque estes géneros podem intercambiar-se; quanto a e), a inanidade da diferença vivência/reacção surge clara se fecharmos com definição que defende Óscar Mascarenhas[73]: «Crónica é relato pincelado, é reportagem na primeira pessoa. Acompanha um acontecimento num dado tempo e transporta o leitor nos nossos olhos.» De imediato, como a negar aquela diferença: «Crónica é o recurso jornalístico a que se lança mão quando a descrição seria fastidiosa, impossível ou ociosa.»

Ou seja: a oposição entre géneros não vinga; modelização de um programa, qualquer género é singular, contaminado embora. É notório que, nestas aspas de Mascarenhas, só há reacção *com* vivência.

1. *Viagens na Minha Terra*

Crónica e reportagem fundem-se na obra-prima de Garrett. Para efeitos de verosimilhança, este, todavia, ainda identifica crónica com dito histórico, em que assenta, bem como na tradição: recusa, ladino e irónico, a «invenção do croniqueiro» (cap. XLI). Vimos que o folhetim começa por ser um espaço de crítica dramática, cedo extensiva às variantes artística, bibliográfica, gastronómica, política, etc. A democratização da arte e da vida social deu asas a sujeitos ora escondidos no anonimato, no pseudónimo ou em asteriscos, mas logo de corpo inteiro no risco da assinatura. Em menos de três anos, de 1838 a 1840, cumpre-se esta passagem, com mérito para a actualidade política, que convidava a soltar a voz e a marcar posição no conspecto legislativo. Simultaneamente, e à altura da interlocução que já se cumpria na Europa, urge conhecer as gentes sobre e em nome de quem se fala, donde a euforia viageira que rematiza títulos como *Viagens*, inumeráveis[74].

[73] "Crónica nada!", *Diário de Notícias*, 26-XI-1992.

[74] Desde 1827, instalado em Colónia, Karl Baedecker tira do apelido os mais ilustres guias de turismo. Na Grã-Bretanha, saem, desde 1836, os títulos de John Murray. O

O que, entretanto, faz de Garrett «um folhetinista de génio» em 1843 não é, como sugere Dantas[75], o facto de ter folhetinizado moderna *Menina e Moça*. A vida editorial autónoma de Joaninha, para fazer sentido, exige a intromissão do autor. De outro modo, a novela corre demasiado depressa, esbatendo-se na unidade de espaço, cuja densidade pede um tempo diferido (um olhar de narrador e autoral, como é a sua narrativização ou a leitura, por este, da carta de Carlos à prima) com efeitos de retenção extrinsecamente conquistados através da inserção de capítulos--crónica no presente da diegese[76].

Ou seja: o folhetim turístico, partidário, patrimonial, em suma, crítico, favorece um encaixe romanesco, que já acompanha, reforça e cumula, porquanto a história – à maneira do próximo Camilo – desagua no presente da enunciação e na fusão dos níveis narrativos[77]. Envolvendo

Guide de la Suisse, primeiro de Adolphe Joanne, em 1841, chez Paulin, inaugura o que, em 1916, será a colecção dos *Guides Bleus*. Desde 1855, dirige os guias na Hachette. *Cf.* Manuela D. Domingos, "Livros de Viagem Portugueses do Século XIX (Alguns Exemplos)", *in* Stephen Reckert, Y. K. Centeno, orgs., *A Viagem 'Entre o Real e o Imaginário'*, Lisboa, Arcádia, 1983: 59-86.

[75] Do prólogo de Júlio Dantas às *Viagens*..., Porto, Livraria Chardron, ^{3}s. d.: VII-VIII. Lembra-me um cronista notável, José Saramago, "Viagens na Minha Terra", *Deste Mundo e do Outro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971: 48-50: «Para mim, o melhor das Viagens não é a Joaninha dos Olhos Verdes.» Mas, diz à frente, «exactamente a viagem – a crónica». Era neste sentido que Oliveira Martins entendia dizer na sua *Revista Crítica de Literatura Moderna*, n.º 2, 1869: 4, que Garrett fundara o folhetim, «nas *Viagens* principalmente». Mais arguto me parece, todavia, Leite Bastos, ao fundir vida e devaneio numa curta viagem de quinze minutos: «[...] Quer saber que idéa faço do folhetim? // O folhetim é a expressão da vida com todas as suas necessidades, com todos os seus sublimes e com todos os seus ridiculos: quinze minutos esquecidos entre a chavena do café e um bom charuto Havano, são o maoir [*sic*] elogio do folhetim.» Cita Jules Janin, Garrett – que nas *Viagens*... deu os traços mais notáveis do género e Mendonça ("Carta-Folhetim", *O Seculo das Luzes* / Folha Politica, Litteraria e Noticiosa [às segundas-feiras, Lisboa, 20-VIII/1-X-1866, n.º 7], n.º 1).

[76] Mais intrometido ainda é Ernest Hemingway, em *The Torrents of Spring* (1926), cujas notas do autor se disseminam por narrativa já de si breve, escrita em dez dias (revela nota final), trazendo à liça almoço com John Dos Passos e visita à «nossa casa» feita por F. Scott Fitzgerald.

[77] Leitura interna, para concluir no mesmo sentido, é a de Ofélia Paiva Monteiro, "Ainda sobre a coesão estrutural de *Viagens na Minha Terra*", *in* AA. VV., *Afecto às Letras*, Lisboa, INCM, 1984: 573-579. A questão dos 'níveis narrativos' pede Carlos

este processo, está o que, sendo garrettiano desde há quinze anos – «As digressões matam-me: é a minha terrível e imperdoável manha. – Onde íamos nós? – No caminho de Odivellas: é verdade.»[78] –, é, antes de mais, jornalístico[79]. A sedimentação, nervosa, desse magma informe que era a matéria vinda à luz da publicidade, e quase isenta de arcaísmos que nos choquem, é que lhe cabe por inteiro.

Notar-se-á, por exemplo, a importância que esse registo epistolar adquire (desde logo subsumido no convite de 6 de Julho por Passos Manuel e fronteira aberta de cinco capítulos, XLIV-XLVIII, onde a fórmula-feitiço "continua"): recordados do que escrevi sobre os primórdios da fixação do género, as *Viagens*... cristalizam o movimento epistolar do *Correio de Lisboa* (1838), tão politicamente incorrecto para Garrett como satisfatório seria o primeiro folhetim de crítica política inserto n'*O Portuguez* (1840), depois na *Revolução de Setembro* (1841). As corridas pelo país também já grassavam nos rodapés e havia, claro, uma experiência pessoal.

Por outro lado, em 1843, só há naturalidade se existir quem, para além de entender registo familiar, coloquiar com uma voz. *O Bobo*, meses antes n'*O Panorama*, é austeramente narrado, qual pede o assunto, e pensado para comunidade nacional indistinta; a estreia de A. P. Lopes de Mendonça é debilmente contada (e não só por se se tratar de contos) a críticos que reagem mal. Garrett semeia um percurso falado, inscrevendo ouvintes simpáticos (companheiros de viagem ou de política) e o puro leitor – virtual eleitor? – regular e monotonamente interpelado[80].

Reis, *Introdução à Leitura das "Viagens na Minha Terra"*, Coimbra, Livraria Almedina, ^{3}1989: 31-39.

[78] A. Garrett, "Notícia do auctor d'esta obra [*Lírica de João Mínimo*]", 15-XII-1828, em *Lírica Completa*, Lisboa, Arcádia, 1971: 19.

[79] E não especificamente do autor, como individualiza Jacinto do Prado Coelho, "Garrett prosador", *A Letra e o Leitor*, Porto, Lello & Irmão – Editores, ^{3}1996: 74: "Ora a prosa das *Viagens* filia-se claramente no estilo jornalístico de Garrett."

[80] Carlos Reis, *Leitura e Leitora nas "Viagens" de A. Garrett*, separata das actas do colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, 1986, conclui que não há leitora modelo, mas a possível ou virtual: «Entidade talvez próxima da leitora real, [...].» (p. 14) Para justificar, e sentir, alguma monotonia, observei os lugares em que surge o leitor. Assim: capítulo II, benévolo leitor; III, leitor benévolo; IV, leitor benévolo, erudito

Este tipo de discurso, antes de ser do folhetim, de Camilo e epígonos, é um conceito da Imprensa em geral que, mesmo política, subjectiviza, por exemplo, logo em 1828, editorial em crónica: "amigo Leitor", "charo Leitor", «Contigo, pois, meu Leitor, he que desabafo: [...]»[81] – – caixa alta para receptor doravante indispensável.

Especificidades mais do folhetim são a ligação entre capítulos[82], a epígrafe – frase com que abre Xavier de Maistre – e o, recuperado na 2.ª edição[83], sumário de cada breve capítulo, decisivo nas 'revistas da semana', afora as notas finais. O momento da escrita quer-se tão presente e situado (daí remissões e dícticos) como esta motivada (há «as instâncias de um amigo» e «as tonterias de um jornal»). A actualidade política e as mundividências literárias – sobretudo algum 'gótico' e *Os Mistérios de Paris* «nas mãos de todos» (cap. III), mas, ainda, reflexões

e amável leitor, leitor; V, leitor benévolo, leitor; VII, leitor amigo; IX, leitor benévolo, benévolo e paciente leitor. A partir do cap. X, inaugurada a parte novelesca, surge, também, destinação feminina: belas e amáveis leitoras; XI, amáveis leitoras, benévolas leitoras; XIX, leitor amigo; XX, amáveis leitoras [quatro vezes]; XXII, benévolos leitores, leitor amigo e benévolo, leitor cândido e sincero, leitor amigo e benévolo, caro leitor meu indulgente, curiosas leitoras; XXIII, amáveis leitoras; XXVI, leitor amigo, amável leitora; XXVII, amigo leitor; XXIX, leitor amigo; XXXI, leitor amigo, amigo e benévolo leitor; XXXII, leitor benévolo, caro leitor; XXXIX, leitor benévolo, amigo leitor; XLI, leitor benévolo, leitor amigo; XLII, leitor amigo; XLIX, leitor benévolo.

[81] *O Tagarela* (Graciosa, Açores, 29-VII-1828; impresso em Lisboa, o que confunde *Jornais e Revistas...*). Abre com longo editorial-carta de quatro páginas atuando o leitor e terminando com "o Teu Tagarela". Idênticas interpelações nos números 2, 3 e 4: 8, 13 e 22-VIII-1828.

[82] Citemos, entre com recurso às tradições lírica e dramática, síntese feliz de R. A. Lawton, *Almeida Garrett. L'Intime Contrainte*, Paris, Didier, 1966: 169: «Parfois, la division en chapitres est le résultat d'une coupe arbitraire dans le récit. Parfois, de petites digressions apportent un certain flou aux contours d'un chapitre, comme à la fin du chapitre XXIII, ou au début du chapitre XXIV. Ou encore, Garrett coupe ses chapitres par le procédé poétique du 'leixa-pren': les premiers mots d'un chapitre reprennent les derniers du chapitre précédent, ce qui souligne plus la continuité du récit que cela ne marque une division. Mais surtout le récit est ordonné par 'moments', il est une série de 'scènes à faire'.»

[83] Esta refere a 1.ª edição em livro, 2 vols. das *Obras* de J. B. de Almeida-Garrett, Lisboa, Na Typographia da G. dos Tribunaes, 1846; 1.º tomo contendo XXV caps., o 2.º até ao cap. XLIX.

sobre a própria obra, em curso ou já perfeita – estreitecem a relação e amainam reportagem por vezes afastada do leitor da capital. Alguns versos, longa missiva e diálogos dramáticos convergem nesta proposta de folhetim total.

Antes dos rodapés que, no Porto de Camilo, viravam temíveis chibatadas[84], procurou Garrett essa maneira de intervenção política virulenta e de efeitos pretendidos imediatos que só voltaremos a encontrar na campanha antifranquista d'*O Paiz* e de Aquilino Ribeiro.

Estreia na *Revista Universal Lisbonense*, tomo II, n.º 48, 1842--1843, 17-VIII-1843: 593-595. A viagem a Santarém iniciara-se em 17 de Julho, segunda-feira. Quando, pois, surge o folhetim, tem ar de não passar de simples *impressões de viagens*, como sublinha, na nota que antecede o primeiro capítulo, o castiliano redactor[85].

Mas seria essa, tão-só, a modesta intenção de Garrett? Tratava-se de desculpa futura, face ao voluntário silêncio perante Castilho, dados os passos politicamente candentes que nessas impressões iria inocular? Alça-se um verdadeiro 'pronunciamento', como declara na segunda pá-

[84] A descrição mais viva desses ajustes de contas está em Ramalho Ortigão, *Figuras e Questões Literárias*, cit., p. 252-253. É o caso do *Novais dos Óculos* ou *Novais da Pátria*, que consegue irritar «Camilo, Faustino Xavier de Novais e um outro cujo nome me esquece», e que dos três leva monumental surra à medida que vai fugindo do teatro de S. João.

[85] «O escripto, cuja publicação agora encetamos, é exemplar de genero precioso e novo em nossa litteratura. A seu auctor, o Sr. Conselheiro ALMEIDA GARRETT, que nos honra com a sua amizade e collaboração, cabe a gloria de ter aberto mais de um caminho, que outros apóz elle tem seguido e hão de seguir. – O theatro moderno, e o romance patrio fundou-os elle incontestavelmente. As *impressões de viagem*, como em todos os paizes de adiantada civilisação hoje se escrevem em grande abundancia, – – estrê-as tambem elle agora. // No que damos á luz offerecemos pois aos frivolos um estudo desenfastiado, – aos estudiosos, uma recreação prestadia – aos ingenhos fecundos, um incentivo poderoso.»

Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, *Viajando com Garrett pelo Vale de Santarém (Alguns Elementos para a História Inédita da Novela de Carlos e Joaninha)*, sep. do vol. IV do *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966, apresenta carta castiliana de 22 de Julho convidando Garrett a publicar na sua revista «as tais *impressions de voyage*» que o Conde de Taipa, citado nas *Viagens*..., lhe dissera estar aquele a escrever.

gina, resposta às «tonterias de um jornal, que por mexeriquice quis encabeçar em desígnio político determinado a minha visita» (cap. I). Acto de solidariedade partidária, a visita ao Amigo é um gesto político e corre à análise da última década da vida nacional, vazada do quixotismo/espiritualidade freirática em pança e materialismo de barões[86].

O cap. II sai a 31 de Agosto (tomo III, n.º 2, 1843-1844: 18-19) e, duas semanas mais tarde, o cap. III (n.º 4, 14-IX-1843: 43-44). Aqui, os economistas-políticos e os moralistas são verberados, para se concluir: «[...] cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis.»

Que não seja esta reflexão, algo se passa para que só no n.º 12 (9--XI-1843: 139-140) entre o cap. IV. Retido?, não-escrito?[87] Uma parte virá chocar o *status* cabralista:

> Não concebem um secretario d'estado philosopho, um ministro poeta escriptor elegante, cheia de graça e de talento? Não, bem vejo que não: teem esta idéa fixa de que um ministro d'estado ha-de ser por força ou um caixeiro malcreado e petulante que ganhou quatro vintens a agiotar, ou um bacharelzito de requiem arvorado em homem d'estado pelos veneraveis das *logeas*, ou um general a quem não chegam as forragens e gratificações ordinarias e extraordinarias...

[86] Leitura desta oposição está em Helder Macedo, "As *Viagens na Minha Terra* e a Menina dos Rouxinóis", *Colóquio/Letras*, n.º 51, Setembro de 1979: 15-24, referindo--se àquela viagem-pronunciamento como «um acto revolucionário de intervenção política» (p. 17).

[87] Ofélia Paiva Monteiro, *Viajando com Garrett...*, p. 8, demonstra que os seis capítulos iniciais «eram muito diversos já das 'notas de viagem' anteriores: isto é, as digressões não surgiram no decorrer da viagem a Santarém, como a obra queria insinuar, mas na banca de um Garrett atentamente debruçado sobre o trabalho da espontaneidade do seu texto.» Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes*, 1986: 49, coloriu esse drama: «As Viagens na minha terra, que nos correm na leitura como a conversação mais fácil e elegante, foram emendadas mil vezes. // Depois de irem para a imprensa, tiravam-se quatro ou cinco provas. Ainda está vivo o chefe da oficina da Revista Universal, onde se publicaram as Viagens, e bem se lembra ele que muitas vezes se deu a todos os santos, senão a todos os demónios, com aquelas intermináveis emendas.»

No n.º 14 (23-XI-1843: 163-164), o cap. V vem precedido de 'ADVERTENCIA' que assina 'A Redacção'[88]. Defende-se a qualidade literária; o mais dá-se de barato. Garrett sentiu, todavia, a estranheza pública para, na 2.ª edição, reduzir a prosa anterior à inocuidade: «[...] um ministro de Estado há-de ser por força algum sensaborão, malcriado e petulante.»

Perdeu aí o que recuperou no dito cap. V:

> É como hoje se faz tudo: é como se passou o thesoiro para o banco, o banco para as companhias de confiança e desconfiança; porque se não faria o mesmo com o pinhal da Azambuja?] É como hoje se faz tudo; é como se passou o tesoiro para o banco, o banco para as companhias de confiança... porque se não faria o mesmo com o pinhal da Azambuja?

Esta parte não comparece na 1.ª edição [de facto, para os seis primeiros capítulos será a 2.ª edição] das *Viagens...*, integralmente, e com variantes, nos tomos V e VI da *Revista Universal Lisbonense* [26 de Junho de 1845 a 12 de Novembro de 1846]. A apresentação, não assinada, no vol. IV, s. I, p. 6-8, quando se re-inaugura, lembrava: «E vendo que o auctor tinha notavelmente corrigido os primeiros capítulos publicados

[88] «É a VIAGEM NA MINHA TERRA [*sic*] obra politica e partidaria para deverem estranhar o vel-a em nossa folha?! // Eis-aqui a este respeito candidamente a nossa opinião. // O auctor, é um dos sectarios sabidos e confessados da opposição. No seu escripto dá testimunho d'isso mesmo: mas o seu escripto ainda assim, não deve ser havido como politico. Em obras litterarias e poeticas do genero d'esta, ao revéz das obras scientificas, technicas ou de qualquer outro modo didacticas, o stylo é o fundo principal e ás vezes o todo: a doctrina occupa o segundo logar e ás vezes nenhum; é como em certas musicas: agradam e não se lhes pergunta pela tróva. // Se a VIAGEM NA MINHA TERRA [*sic*] val como romance bem está, e bem estamos; – o restante que lembre em furta-côres as da esquerda, as da direita, ou as do centro – pouco mal e pouco bem virá por ahi á republica. que nem já hoje se transformam opiniões com palavras, nem com duas ou tres phrases desgarradas no meio de uma relação leve e facéta se hão de ellas nunca transformar. Os que tomarem a politica pelo caroço d'este fructo litterario, coman'o deitando fóra o caroço; – os que a julgarem casca, comam-n'o sem a casca – os que a tomarem pela pólpa não n'o comam, – e temos correntes as nossas contas.»

há dois annos, [...]». O 2.º cap. chega a 3-VII: 17-18; e, ausente em alguns números (n.º 17, 27, 28, 34, 35, 36, 37[89], 39, 40, 41; vol. VI, s. I, n.^{os} 1, 2, 3, 4, 5 [regressa no n.º 6, 2-VII-1846], 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17), lá se derrama, acompanhando o cap. XXIV por anúncio de edição e pedido de subscrição (vol. V, s. III, n.º 25, 11-XII-1845: 299--300): não assinado, é o texto que abrirá a introdução das *Viagens*... No n.º 34, 12-II-1846, publicita-se saída do 1.º vol, a 480 rs. O "Capitulo Ultimo" fecha no n.º 25, 12-XI-1846: 294-295.

Peça oposicionista atenta ao momento, as *Viagens*... não ladeiam a espinhosa questão da liberdade de Imprensa, coarctada pela 'rolha' cabralista que leva à suspensão de vários títulos: é no cap. VI (7-XII--1843: 186-188). Também aqui, Garrett recupera de 1843 o que não incluirá na *Revista Universal Lisbonense* em 1845, como a demonstrar cautelas – não havidas em livro, quando o cabralismo já estrebucha com a Maria da Fonte e as ameaças patuleias – que previnam situações desagradáveis. Reza essa parte (p. 187; censores] os censores), transcrita do livro, assinalando-se entre chavetas o que não se lê em 1845:

> Mas, senhores, ponderem, venham cá: o que há-de um homem fazer? O Dante não sei que gíria teve que baptizou Públio Virgílio Marão para lhe servir de cicerone nas regiões do Inferno, do Paraíso, e do Purgatório cristão, e teve tão boa fortuna que nem o queimou a Inquisição nem o descompôs a Crusca, nem sequer o mutilaram os censores, nem o perseguiram delegados {por abuso de liberdade de imprensa, nem o mandaram para os dignos pares... Não se tinham ainda descoberto as mangações liberais que se usam hoje: e as Cartas que o povo tinha era a liberdade ganha e sustentada à ponta da espada, com muito coração e poucas palavras, muito patriotismo, poucas leis... e menos relatórios. Não havia em Florença nem gazeta para louvar as tolices dos ministros, nem ministros para pagar as tolices da gazeta}.

Depois disto, e seguida a "Breve nota ao capitulo precedente" (p.

[89] Neste: «N. B. Os trabalhos parlamentares do A. das *Viagens na Minha Terra* o obrigaram talvez a espaçar ainda para o seguinte n.º da *Revista* a continuação d'aquella obra.» (p. 437)

188-189) sobre a Liberdade de Imprensa, os «gracêjos politicos do Sr. GARRETT» parecem vir enquadrados na licenciosidade que a, também má, lei do Governo procura reprimir – com agrado do redactor. A suspensão do texto é o seu corolário; entre dúvidas: por esse mês de Dezembro de 1843, tinha já Garrett escrito até ao cap. XXXVI (dos 49), como pretende J. Pereira Tavares? Como explicar, nesse caso, parágrafo do cap. IX sobre *O Judeu Errante*, que *Le Constitutionnel* só publica entre 25-VI-1844 e 26-VIII-1845?

2. A dupla sucessão de Júlio César Machado

Sucessor natural de António Pedro Lopes de Mendonça (aqui, tomado como crítico e ficcionista de extracção folhetinesca) no folhetim-crónica é Júlio César Machado (1835-1890). Mas também – o que será novidade – sucessor do Garrett das *Viagens*... e, desta feita, ponte dos anos 50 no acesso ao discurso solto e à linguagem familiar, ou 'moderna', como não raro se dizia.

Um dos seus amigos e mais estrénuos defensores deixou retrato por que se conformou a posteridade:

> Em tôda a sua obra, nos folhetins e nos livros, há uma larga claridade hospitaleira de toalha lavada, de jantar servido ao ar livre dos campos; uma frescura virente de salada; uma generosa alegria de copos cheios; um perfume honesto e franco de môlho bom e de morangos maduros, junto à melodia de um ribeiro que passa, espelhando um retalho luminoso de céu, com uma barra de junquilhos, de agriões e de gargalos doirados de champanhe à fresca.
>
> Na sua qualidade de puro e estreme artista, êle tem vivido sempre alheio a tôdas as nossas polémicas de seita e de partido, não tendo como escritor senão uma religião, a beleza; uma só filosofia, a elegância; uma só política, o bom gôsto.

Antes, já no-lo dera em serviço: «A despretensão, a franqueza, o *à vontade* são as principais características das obras do festejado folhetinista da *Revolução de Setembro*. Escreve-nos indiferentemente na banca de estudo do seu gabinete, ou sôbre o joelho na imperial de uma deligência [*sic*], ou à mesa da hospedaria em quanto espera o almoço.»[90]

A admiração de Ramalho, extensiva a cultores das folhas, quais Camilo e Chagas, retrata uma figura quase consensual na cena literária. Está documentado o seu convívio com Ramalho – que prefaciou –, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins e Antero[91], aos quais, dedicaria

[90] Ramalho Ortigão, "Júlio César Machado", *Costumes e Perfis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944: 85-90 [89]. A segunda transcrição, incluindo erros, é de rodapé do *Jornal do Porto* de 17-X-1862, ora em *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944: 137. Em repetidos lugares, e na troca de prefácios, reiteram essa amizade.

Das centenas de artigos e evocações – estas recrudesceram logo após o suicídio (12--I-1890), extensivas à província, caso de longa peça n'*O Estremocense* (Estremoz), n.º 97, 18-I-1890 –, citarei raras: Sousa Bastos, "Julio Cesar Machado", *O Biographo* (Lisboa), n.º 8, 15-V-1880: 1-4 [com retrato de J. C. M., gravura de Francisco Pastor]; G. Crespo, *Nocturnos* (1882; as suas 'medalhas' são Ramalho, Júlio César, Tomás de Carvalho, Teixeira de Vasconcelos, Camilo, Junqueiro, Sousa Martins); Alfredo Mesquita, *Julio Cesar Machado. Retrato Litterario*, Lisboa, 1890 [também n'*A Imprensa* / / Revista Scientifica, Litteraria e Artistica, Lisboa, n.º 56 (1890): 57-64]; A. X. Rodrigues Cordeiro, "Julio Cesar Machado", *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o Anno de 1891*, Lisboa, 1890: 5-29; Rangel de Lima, "Coisas do seculo passado – – Julio Cesar Machado", [Revista Literária, Científica e Artística de] *O Século*, n.º 20, 12-I-1903; "Julio Cesar Machado: 12 de Janeiro de 1890 [35º ano da sua morte], *O Dia* (Lisboa), 12-I-1925; "Figuras d'outros tempos: Apontamentos d'um folhetinista", *ibid*., 13-I-1925; Joaquim Leitão, *Azas em Terra*, Lisboa, 1936; "Júlio César Machado: poeta romântico", *Arquivo Nacional*, ano 8, n.º 399, 30-VIII-1939: 547, 555; Luiz Teixeira, *Júlio César Machado*, Lisboa, 1948 [sep. de *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, dir. de João Gaspar Simões, Lisboa, Ática, 1947: 377-401; António Valdemar, "A vida efémera do jornalismo", *Diário de Notícias* – Cultura, 28-VII-1983: 17 e 21, corrige este quando fala das relações de Machado com o matutino, mas erra quando diz que *alternava* com Mendonça n'*A Revolução de Setembro*]; "Júlio César Machado, folhetinista do séc. XIX", *Diário de Lisboa*, 15-I-1949; Rodrigues Cavalheiro, "Um folhetinista esquecido", *Ocidente*, vol. XLIII, n.º 175, Novembro de 1952: 197-199.

[91] A aventura gastronómica na Quinta da Rabicha, que também incluía João Burnay e Alberto de Queirós, vem contada em *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, 1880: 68-79 – esquece Eduardo Coelho –, e foi retomada por Vítor Wladimiro Ferreira, "Fora de portas: uma carta de Ramalho Ortigão", *Revista da Biblioteca Nacional*, série

cuidados de puro leitor impressionista, como se caracterizava faceta da sua actividade folhetinística[92].

Ao lado desta, assistiam-lhe outras maneiras, que, desde 1857, e por necessidades económicas, pôde aventurar numa tripla colaboração em órgãos politicamente distintos.

Assim, às terças-feiras, folhetinizava, n'*A Revolução de Setembro*, «divagando ao lado dos assumptos, conversando, contando casos que viessem a proposito d'aquillo de que se tratava». Na *Opinião*, às quintas, «narrava factos, contava o enredo das peças, e occupava-me mais rapida e mais directamente de tudo que por ahi succedia». Aos sábados, no *Rei e Ordem*, onde assinava *Carolina*, «não tratava senão dos incidentes que occorriam na sociedade, que eu frequentava pouco, mas de que andava informado por pessoa – [...]»[93].

Em resumo, conversa sobre livros e peças, palcos[94], bastidores e

2, 3 (1), 1988: 146-149. Do mesmo, e mesmo local, S. 2, 5 (1), 1990: 234-239, *cf.* "Júlio César Machado: a vida num folhetim". Acamaradaram no *Diário de Notícias* (de J. Batalha Reis, por exemplo, "Os vinhos portugueses e a Inglaterra", em 26, 28 e 30-V-1874, bem como, presume-se, assinados por Nicolau, a série subsequente de "Os nossos vinhos em Inglaterra").

[92] *Cf.* "Manhãs litterarias", *Manhãs e Noites*, Lisboa, 1873: 135-170. Na sua tão costumada preocupação de divulgar a edição em língua portuguesa, reúne apontamentos sobre Alberto Pimentel, Machado de Assis, Silva Gaio, Eduardo Vidal, Oliveira Martins, as *Primaveras Românticas* anterianas, Pinheiro Chagas.

[93] *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, p. 43. *Rei e Ordem* (Lisboa, 6-I-1857 / 8-VII-1860, n.º 897) está ausente de *Jornais e Revistas...* A mais importante, e variada, colaboração é de Bulhão Pato, com relevo para a série sobre "Pedro de Mello" (começa por evocar o Pedro de Melo de Lopes de Mendonça), entre 15-I e 1-III-1857. António Augusto Corte-Real ou A. Marques Pereira têm interessantes fisiologias do folhetinismo (n.º 87, 24-IV-1857; 266, 28-XI-1857). Este, mais constante, anima longa série sobre "Lisboa" após Junho de 1858, alternando com poemas de Camilo ("Eras tu", 18-VIII) e Tomás de Melo (10-XII), traduções ovidianas de Castilho, repescagem de A. P. Lopes de Mendonça no *Arquivo Pitoresco* ("Fillippe II e a Nobreza Portugueza", 8, 16-IX, 9, 13-X), e, sobretudo, dose dupla regular de Alexandre Dumas Filho, *O Que Se Tira da Sciencia* e *A Caixa de Prata*. Subsiste vária assinatura de Júlio César Machado: "Alfredo de Musset", 28-IX; "Uma mulher de teatro" / Romance", 12, 18, 20, 27-X, 4, 11-XI; "Theatro de S. Carlos", 22-X. A 'Revista da Semana' assinada por Carolina** vai até ao n.º 894, 5-VII-1860. Note-se, porém: «O folhetim de *Carolina* passava da minha mão para a de Eduardo Cabral.»

[94] *Os Theatros de Lisboa*, Lisboa, 1875, teve reedição em Lisboa, Editorial Notícias,

personagens do teatro e da sumida vida lisboeta. Actores amigos pedirão separatas. Há derivas ao Porto e, em especial, a Paris, Londres, Madrid, Milão e Veneza – é a componente do descritor de costumes; e, numa por vezes displicência de repetidos biografemas, a parte de vivido, que também avassala o domínio ficcional. Neste, títulos há logo esgotados, que o próprio Machado julgava só encontarem-se «nos gabinetes de leitura de Bordallo e de Arsejas»[95]. Assim seria para *Ensaios Litterarios* (logo depois de *Cláudio* [1852]), que não conhecemos; mas não para o 'romance contemporaneo' *A Mulher Casada* (1852), disponível na Biblioteca Nacional.

Representativo desta síntese, e a meio de um percurso de trinta anos, é *Cláudio* [1852], reeditado com *Aquele Tempo* (sem data [1875]). A remissão, aqui permanente, para os amigos é homologada, na ficção, com o retomar de passos, ambientes e actantes: *A Vida em Lisboa* (2 vols., 1857-1858) repega nas vivências de botequim da juventude intelectual a querer impor-se – protagonismo do romance-folhetim que a factura do texto deliberadamente se constitui, percalços de Guilherme da Cunha, folhetinista –, com simultâneos desencontros no amor e crescimento de personagens, tal esse reiterado Luís de Lima (vindo de *Cláudio*) e outras só trocas de nomes. Em cinco anos, porém, ocorreram diferenças significativas, que já veremos.

Numa tarde de 1850, folheando a livraria do senhor Silva, na Rua do Ouro – o qual já perdera um bom empregado, António Maria Pereira,

1991; prefácio de Manuela Espírito Santo (que escreve «Augusto de Mesquita», p. 21, em vez de Alfredo Mesquita). Deve ser corroborado por informações adicionais em *Apontamentos de Um Folhetinista*, 1878, ou em folhetins dispersos, caso de alguns – – para artistas estrangeiros – insertos no *Diário de Notícias* de 1880 sobre a Caladini (8--I), o actor Dondi (23-I), o prestidigitador Neubours (27-V), a recorrente Borghi-Mamo (28-IV), cantoras russas (22-VII), o tenor Fancelli (25-XI)... Noutras frentes, pudera envolumar matéria sobre concertistas musicais e artistas plásticos. Ver um balanço geral, também biobibliográfico, em Licínia Rodrigues Ferreira, *Júlio César Machado Cronista de Teatro: Os Folhetins d'*A Revolução de Setembro *e do* Diário de Notícias, dissert. de mestr., Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.

[95] Júlio César Machado, *Apontamentos de Um Folhetinista*, Porto, 1878: 281.

estabelecido por conta própria desde 1848 na Rua Augusta –, e caindo sobre recém-publicadas *Memórias de Um Doido*, viu o adolescente Júlio César «entrar ruidosamente, com uns modos meio excentricos meio petulantes um homem alto, forte, magnifico, de cabellos louros compridos, hombros largos, peito aberto, perna firme e intrepida» ([1875]: 95).

«– Vossê gosta de ler isso?», pergunta o janota, entre uma ária assobiada e duas saudações a quem passava na rua. Que sim, lhe disse o pequeno de 14 anos. Então leve o livro, que eu lho ofereço, e, ó Silva, faça favor de assentar na minha conta este exemplar.

A. P. Lopes de Mendonça, que ele era, tinha em Júlio César um leitor fiel, mormente aos sábados, quando, chegado das palmatoadas do terrível Mesquita, mestre de Latim no Colégio Militar, juntava lágrimas e sonhos de glória nos rodapés daquele, a quem sucederia sete anos depois.

Machado iniciara-se nas lides poéticas em 20-X-1849, n'*A Assembleia Literária*, e, em 30-XII-1849, estreava a comédia em 1 acto *Umas Calças de Lista* no Teatro do Salitre[96]. "A Estrela d'Alva", novela-folhetim inacabada, surge em 1850 na prestigiada *A Semana* pelos bons ofícios de Camilo[97]. Assim se inauguram quarenta anos de dedicação a prática que dele fará o imperador Júlio César, ou 'Iulius Caesar folhetinex maximus'.

O encontro com Lopes de Mendonça torna-se providencial – como

[96] *Cláudio / Aquelle Tempo*, [1875]: 101-108; *Apontamentos de Um Folhetinista*, 1878: 209-210. Dramaturgo honradamente antologiável, propenso para os diálogos, considera, em síntese, Luiz Francisco Rebello, "Júlio César Machado morreu há cem anos", *Colóquio/Letras*, n.º 119, Jan.-Mar. de 1991: 191.

[97] João Gaspar Simões, "Os primeiros 'romances' de Júlio César Machado", *O Primeiro de Janeiro*, 27-VIII-1969: 10, confunde este trabalho com *Cláudio* e seu destino. Camilo conta, em *Esboços de Apreciações Literárias*, 1865, como se conheceram «n'um cubiculo da rua do Ouro», em casa da viúva Moré, onde escrevia *Anátema*. Machado transcreve parte e dá outros esclarecimentos em *Apontamentos de Um Folhetinista*, p. 145-146. Os dois capítulos que Camilo lhe dedica em 1865, "Júlio César Machado" e "Júlio César Machado e Manuel Roussado", haviam já surgido na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, quarto ano, Julho e Novembro de 1862.

se verá dois anos depois: por perda do pai[98], outro galã que só deixa dívidas, a criança escolhe-o como seu tutor; e este saúda *Cláudio* no folhetim d'*A Revolução de Setembro* de 3-VII-1852[99], deixando-lhe a herança do privilegiado espaço em 1854. Neste ínterim, desunha-se em peças e traduções para o Ginásio[100], colabora n'*A Beneficência*, co-funda títulos efémeros, colabora noutros, revê provas na *Revista Universal Lisbonense*, botequiniza. Seguido nos *Apontamentos de Um Folhetinista* (1878), encontramo-lo a viver com a avó e duas tias velhas, prédios entregues aos credores, entre o colégio de Santa Marta, o Colégio Militar, o recrutamento militar, travando conhecimento com nomes em vista. Frequenta Ann Radcliffe, «a romancista da quadra [em 1844, quando se instala na travessa do Moreira, que hoje tem o seu nome], uma novelleira aterradora, que criava phantasmas e visões, como outras senhoras criam coelhos e gallinhas» (p. 114).

[98] Em Maio de 1851. Na primeira edição autónoma de *Aquele Tempo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1989: 131, Vítor Wladimiro Ferreira diz Maio de 1852. O introdutório "Júlio César Machado à mesa", que antecipa excertos em *Caldo de Estórias com Letras*, Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística, 1999, e *Júlio César Machado: Estórias e Paparocas*, Bombarral, Museu Municipal, 2000, pode ser acompanhado pela prosa afim de José Quitério, "Júlio César Machado", *Expresso* – Cartaz, 20-I-1990: 38-39. Para correcções àquele, ver a minha recensão em "Lisboa, 1850-1852", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 25-IX-1990: 10. Ainda, de minha autoria, "Júlio César Machado: apontamentos sobre um folhetinista", *ibid.*, 16-I-1990: 5.

[99] Confessa, em *Apontamentos de Um Folhetinista*, p. 8, que a glória de *Cláudio* «se me afigurava imorredoura! – ao ponto de comer d'ella tres vezes ao dia por mais de mez e meio, [. . .]».

[100] Um estudo sobre o universo teatral – visto, analisado, criado – de Júlio César nesses anos de sobrevivência, e mormente em 1857, tem nos *Apontamentos de Um Folhetinista* o melhor *corpus* de partida. Até ao fim, será o seu *prato* preferido, que talvez devêssemos designar por "literatura de teatro": «A litteratura de theatro é o mais difícil de todos os géneros», dirá no *Diário de Notícias* de 11-XI-1880. Sociologiza sobre o fenómeno: duração das peças, cuidados de representação, receptividade, ou seja: "extensíssima", com "pouco amor", público de "mau humor" e fraca adesão (23-I-1889), que há-de estratificar (27-III-1884). Daí, a recorrente nostalgia pelo São Carlos de outrora, por exemplo, se não é uma inesquecível Sarah Benhardt no Teatro do Ginásio (27-IV-1882). Nada profundo em questões de cenografia, lá vai referindo a música, os desenhos, coreografias baléticas, alguma «novidade nas formas technicas» (28-IV-1880), não sendo despiciendas as condições físicas, técnicas e acústicas das salas.

A consagração dá-se em 1861: *Contos ao Luar* – três edições e cinco mil exemplares no espaço de oito meses[101] – favorece a recolha em livro de outros folhetins dispersos, sobretudo 'imitações francesas' (*v. g.*, *Histórias para Gente Moça*, Lisboa, 1863), e três volumes de viagens à estranja[102], entre muitas cá dentro; aquando do segundo êxito com *Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos Humoristicos* (Lisboa, 1871), Machado pode dizer-se recompensado e grato, e justificar-se

[101] Ver *A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista)*, 1880: 107. Em Março de 1862, a 3.ª ed. já era anunciada na Imprensa da província (*O Bracarense*, Braga). À 4.ª acresce nota autoral de 16-X-1889. A 5.ª é de 1913. A mais recente, com pref. e notas de Vítor Wladimiro Ferreira, Lisboa, Europress, 1992, junta nomes que celebraram Júlio César no centenário da morte. "Os Pescadores da Leça da Palmeira", com o primeiro título de "Paulo. Historia de um namoro", circulou n'*A Revolução de Setembro*, 10-V, 11, 12-X-1854, *Revista Universal Lisbonense*, 16 e 23-VII-1857, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1860: 502; "Salvador e Magdalena" e "Pedrinho" eram conhecidos da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 2.º ano, Abril e Julho de 1860. "Uma Récita do Roberto do Diabo" – a ler simultaneamente com a 'Revista da Semana', "Meyerbeer, Roberto do Diabo e eu", n'*A Revolução de Setembro*, 6-III-1860 – autonomizou-se, com pref. de Moisés Espírito Santo, Lisboa, Edições Rolim, 1984; *cf.* recensão de Eunice Maria da Silva Ribeiro, *Nova Renascença* (Porto), vol. IV, 16, Out./Dez. de 1984: 435-437; para a primeira e ruidosa recepção lisboeta e seu argumento, ver *O Panorama*, vol. n.º 127, 5-X-1839, p. 318-319, e *O Periódico dos Pobres* (Lisboa), n.º 271, 16-XI-1839: 3-4. J. M. de Andrade Ferreira, *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, cit.: 230-235, dará, acaso, a crítica mais certeira; para descida às fontes da composição em verso de inícios do séc. XIII, *Robert Le Diable*, édition bilingue [...] par Élisabeth Gaucher, Paris, Honoré Champion, 2006. Para Vitorino Nemésio, "4 autores esquecidos das gerações românticas", *O Comércio do Porto* – Cultura e Arte, 27-III-1956, *Contos ao Luar* é «a coroa de glória deste folhetinista de raro e malbaratado talento: livro aéreo, belamente dialogado, esfuziante de notas matizadas, livro requintado e maduro».

[102] São eles: *Recordações de Paris e Londres*, Lisboa, 1863; *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, Lisboa, 1865; *Do Chiado a Veneza*, Lisboa, 1867. Dois meses de leitura monótona por Milão e Veneza, diga-o embora Fidelino de Figueiredo, a propósito deste roteiro, «l'unico scrittore di viaggi che ebbe stile, sempre fluente in molti passi ispirato» (trad. por Giuseppe Carlo Rossi, *L'Arcadia e il Romantismo in Portogallo*, Firenze, Casa Editrice Le Mounier, 1941: 126); pouco entusiasmante carreira do leitor ao Prado e saltada aos touros; desconsolo londrino e, aí sim, o calor e alma franceses: hotéis, barateza da vida em Paris, teatros, igrejas, vida intelectual e publicitária, a comunidade portuguesa, Versalhes...

dedicatário[103], protector[104], galerista[105], ubíquo colaborador[106], me-

[103] Desde titular poesia de Camilo, "A Julio Cesar Machado", *O Doze de Agosto* (Lisboa), 2.ª s., n.º 9, 30-III-1857, a dedicatário-caução – *v. g.*, J. M. Pereira Rodrigues, "Paris", *Ensaios Litterarios*, Lisboa, 1862, de Ernesto Biester, *Os Sabichões* [estreia no Teatro de D. Maria II, em 21-XII-1872] a Francisco Gomes de Amorim, *O Remorso Vivo*, Lisboa, 1876 –, como é chamado a verosimilizar inúmeros passos na ficção de Alberto Pimentel: em *O Melhor Casamento*, não só é evocada a memória do "Principe dos folhetinistas portugueses", como ele entra na acção. Augusto Forjaz dedica-lhe o folhetim "Fragmentos", *Diário de Notícias* (Funchal), 26/28-XI-1885.

[104] Prólogo-folhetim em Francisco Ferreira Serra, *Amor e Dever*, comédia em 3 actos, Lisboa, 1859; introdução a Ana Augusta Plácido, *Luz Coada por Ferros*, Lisboa, 1863, que o favorece com título-dedicatória, "A Julio Cezar Machado", Lisboa, Parceria António Maria Pereira, [2]1904, p. 199-206; introdução a João Augusto Ornelas, *A Arrependida*, Funchal, 1871; juízo crítico [1871] em José Palmela, *A Aristocracia do Génio e da Beleza Feminil na Antiguidade*, Coimbra, [3]1872, [5]1876; introdução a Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Lisboa, 1875; prefácios a Ricardo Guimarães, *Leituras de Verão*, Lisboa, 1883; Rangel de Lima Júnior, *Prosas*, Lisboa, 1888; e Eduardo Coelho Júnior, *Retalhinhos*, Lisboa, 1888; Júlio Rocha, *Ensaios Poeticos*, Lisboa, 1890 [póstumo].

[105] Caso de *Lisboa na Rua*, Lisboa, 1874, com desenhos de Manoel Macedo, em que salientaria nota sobre os 'noticiaristas' [jornalistas] e a expressão linguística da preta da fava rica, antes de certos 'brasileiros' camilianos (como no *Eusébio Macário*) serem foneticamente reproduzidos.

[106] O levantamento da sua colaboração, mormente *n'A Revolução de Setembro* (de 6-VII-1854 a 19-VI-1886) e *Diário de Notícias* (de 5-II-1865 a 7-XI-1889), está em Maria Regina Sintra, *Júlio César Machado*, tese de licenc., Faculdade de Letras de Lisboa, 1942: 176-358, acrescida em Vítor Wladimiro Ferreira, *Júlio César Machado no Oeste*, Bombarral, 1996. Da série de 'Cartas Lisbonenses' na *Gazeta do Povo* (Lisboa) – que Regina Sintra ignora (tal como ignora *A América*) e V. W. Ferreira nunca identifica, nos recortes patentes no Museu Municipal do Bombarral, como sendo deste diário: ver, por exemplo, nesse seu título ou no de 2000: 37 –, retirámos a sua colaboração em *Crónica Jornalística. Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, aí onde, uma semana depois (11-V-1870), escreveria o folhetim que, em toda a carreira, lhe foi mais penoso, sobre o amigo J. C. Vieira de Castro, que acabava de matar a esposa. Camilo, na *Correspondência Epistolar* com este, transcreve-o (Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [5]1968: 193-197). Acrescentemos, todavia, folhetins, nalguns casos espécies em segunda mão: "Dia de toiros em Madrid", *Annaes Tauromachicos*, n.º 6, 2-V-1870; "Um embaixador japonez", *Diario de Portugal* (Lisboa), ano 6º, 6-VI-1882; "Graça, que tem cem anos", *O Figaro* / Diario Portuguez e Brazileiro (Lisboa), ano 1, n.º 104, 4-V-1882; "O mez de Maio", *Viriato* / Jornal Politico, Noticioso e Commercial (Lisboa), ano 28, 16-V-1882 (ausente de *Jornais e Revistas*...); "Uma aventura de Garrett" –

morialista, inspirador[107], raro alvo a abater[108]. Atentemos devagar em alguns títulos.

O triângulo de *Cláudio* oferece-nos um raro melodrama ficcional, que, redigido aos dezasseis anos, prenunciava um ficcionista singular, infelizmente, cedo extinto, em 1863. Cláudio de Mendonça sofrera, naquela idade, desgosto amoroso que jurara não repetir. É um filho da mamã, janota desde os 12 anos. Em Março de 1850, no café Suíço, entre uma genebra e um charuto, percebemos, pela leitura de folhetim ali à mão, inscrito no texto, o que se terá passado: a amada, vivendo com um pai idoso, recusara-se a fugir com ele. Assim a literatura nos conta a vida… de ficção. Surde, aí, estudante coimbrão de Medicina, o amigo Luís de Lima, cujo tio-tutor o julga no seio de Hipócrates, quando ele se escapulira com alegada mulher de negociante, Carlota, nome afinal falso, como lhe provará o amigo. Este, que, em vésperas de casar com órfã de 15 anos tutelada por tia, cinicamente se despede epistolarmente de outra, vislumbra uma saída para o seu novo estado: fiel à jura de não voltar a amar, e tendo prometido somente não fazer Maria infeliz (o que não é o mesmo que fazê-la feliz), poderia ajudar também Luís, se este se apaixonasse por Maria… Apresenta-lho no dia

– manuscrito d'*O Comércio do Porto* – e "As festas do mercado novo" – manuscrito do *Diário de Notícias* –, *Democracia Portugueza* (Lisboa), ano 10, 2-VII-1882 e 8-VII--1882; "Na feira", *Estudantina* (Lisboa), n.º 38, Abril de 1884; "As flores da janella", *O Correio do Pombal* (Pombal), 1-IV-1886; "Carta de Stockolmo", *Lisboa Elegante* / / Chronica Mensal, Agosto de 1887: 232; "A arvore de Schakespeare" [*sic*], *O Reporter dos Theatros* / Revista illustrada, biographica, critica e noticiosa (Lisboa, 1888-1889, 6 números), n.º 3, 1888; "A chavena quebrada", *Voz de Torres Vedras* / Periodico agricola, commercial, noticioso, ano II, n.º 102, 12-I-1889; "Os theatrinhos de bonecos", *O Santareno* (Santarém), n.º 16, 27-IV-1889; "Dia de Ano Bom", *Notícias Agrícolas* (Lisboa), ano 7, 5-I-1939.

[107] Inspirador, por exemplo, do conto regiano "Os três vingadores ou nova história de Roberto do Diabo".

[108] A série 'Celebridades Contemporaneas', uma 'Publicação do Asmodeu' (Joaquim Simões da Silva Ferraz), dedica o folheto IV a *Julis Cezar Massadoff (Folhetinista e Appendice a Lopesius)*, Lisboa, 1857, retratando-o como «pequeno pavão enfatuado» (p. 27). *Lopesius de Midorra* é A. P. Lopes de Mendonça, que *levou* no folheto III. O ataque a *Cláudio* não inibe *O Doze de Agosto* (Lisboa), 9, 16, 23-II e 9-III-1857, de o recuperar.

do casamento; algo nasce entre eles (a cena do copo que escorrega da mão dela, como, na despedida, o lenço que deixa cair), que encanta Cláudio e o seu «plano delicioso» (p. 36). Terminado o baile, às três da manhã, o marido (cuja idade veio variando, dos vinte aos quase 25 anos, no que é a única distracção autoral) deixa tudo em pratos limpos: «gastador», «mau génio», «não gosto que me contradigam», etc. Maria, «duplamente petrificada» (p. 39), atreita a respostas monossilábicas, começa a construir-se personagem. Luís, já antes «petrificado» (p. 35) face a insinuação do amigo, entra no jogo, pela via do coração, como prova transcrição do seu diário desde que a conheceu, 8 de Abril: ele e Maria sentem-se deveras apaixonados.

O drama de Cláudio começa quando o coração, vencendo o cálculo, toca a rebate: ele ama, agora, Maria; irá ainda a tempo? Feito de interjeições e reticências, o patético da situação poderia levar à vingança, se a alma nobre de Luís, que irrompe, não o acalmasse, dizendo não ser amado por ela, o que Maria agradece – «Salvou-me perdendo-se!» (p. 76) – com eterno amor. Regressa a Coimbra, despedindo-se de Lisboa e dos amores passados, excepto daquele lenço; um mês depois, Cláudio oferece baile; Maria, beleza etérea, pede-lhe uma valsa, antes de morrer, envenenada; do mesmo frasco bebe Cláudio a morte, permitindo-se, colado ao cadáver, «o primeiro beijo de amor!» (p. 91).

Leitor de vultos maiores, a que recorre; intenso nos quadros, descritos ou coreografados; com aquele «dialogo vivo» já entrevisto no folhetim-saudação que à noveleta dedica Mendonça (*A Revolução de Setembro*, 3-VII-1852), o bem desenhado das personagens – em especial, a contenção e secura de Maria – devolve-nos um dramaturgo imberbe, mas poderoso, capaz de tensão e a-propósito.

Contos a Vapor (1863) inaugura entre nós a literatura de gare – no cimo da capa, "Leitura para caminhos de ferro"[109] –, oferecido em A6 e pouco texto, 190 páginas para 12 contos adaptados «ao destino que os

[109] Na "Chronica" d'*A Revolução de Setembro* de 28-VI-1864, intitulada "Leitura para caminhos de ferro", anuncia-se o segundo "volumezinho", de Miguel Cobellos, *Contos Eléctricos*, sendo o terceiro de Pinheiro Chagas. Júlio César Machado dará, ainda, *Trechos de Folhetim*, s. d.

espera; escriptos rapidamente, com rapidez vão ser lidos; *a vapor* é o seu titulo, a sua romaria é o caminho de ferro! // Parte o comboio. De estação a estação, ficará lido um conto. Boa viagem, leitor!» (p. 15, final do Prefácio). O vezo folhetinístico não despega, contudo: "Vida de um artista" é sobre o pintor Metrass e, daí, a entrada, que interessa aos narratólogos: «Esta narrativa é rápida e parece um conto.» (p. 65) Seguem paráfrases, ou "imitações", como então se dizia. "Um rendez--vous" sardónico – «Vamos ao caso.» (p. 31) – sobre o vinteno Praxedes é um delírio narrativo, intervalado por notações cénicas, enquanto o infeliz se deixa enganar pela carta de uma sabidona, menos na prosa: «Praxedes do meu coração, // Im cendo nôte, no largo das duas ijrejas, cem falta. // Tua eternamente // ANNICA.» (p. 32) Sugestões de fantástico estão em "O capitão da penna verde" e seu bosque sagrado, bem como em "Os dois espiritos"; uma situação de *nonsense* em "Uma aventura", em que assistimos à subida em balão de dois aeronautas, um dos quais doido: «Aqui vae uma historia que tem as condições de qualquer aventura verdadeira, – parece mentira; os amadores de casos historicos, todavia, podem entregar-nos sem escrupulo toda a sua confiança.» (p. 137)

2. 1. A vida *em* linguagem

Entre a estilística cuidada de Garrett e Eça, demora-se a vida descuidada, posta em vulgar – em linguagem, diziam os nossos Clássicos –, da Lisboa alegre e inconsciente (*A Vida em Lisboa*) ou das margens inconscientes do país (*Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos Humoristicos*). Além, o assumido romance-folhetim sobre um folhetinista passeia-nos pelo Café Marrare (ao Chiado; encerra em 1866), S. Carlos, Floresta Egípcia, carnaval, salões e hortas – seja, sucessivos devaneios românticos, uma pegada «lamartinada» (II, p. 120), «cheia de reminiscências balzaquianas»[110]; aqui, lembrado acaso dos diálogos

[110] Aníbal Pinto de Castro, *Balzac em Portugal. I (Contribuição para o Estudo da Influência de Balzac em Portugal e no Brasil)*, cit.: 55. A pretexto do livro agora em

espíritas de "Uma noite de Hermann", em *Contos a Vapor*, o folhetinista psicografa-nos para lá dos muros da loucura e do preconceito, filigranando, nessa reportagem pungente em treze capítulos quinzenais destinados ao *Diário de Notícias* [11-V/26-X-1871], as preocupações essenciais dos franco-atiradores d'*As Farpas*.

2. 1. 1. *Língua solta*

Perfilam-se, ainda hoje (basta ler certa crítica literária ininteligível mesmo para supostos iniciados), dois idiomas no seio da língua jornalística. A plástica verbal nem sempre ductiliza conceitos e, tímidos embora, lacónicos e compreensíveis é que não queremos ser. Há uma crítica que vem de Rodrigues Lobo (Diálogo III da *Corte na Aldeia*; atemo-nos ao estilo breve e claro das missivas, em que assenta e se inspira a originária estratégia do folhetim) e desemboca em Júlio César:

> O sr. Casal Ribeiro, ao menos, não se dispensa de escrever bem, pelo facto de ser homem politico; isto é um favor que nos faz, se formos a reparar como os homens politicos em geral despresam a forma. Claresa, amenidade, excellencia de phrase, não prejudicam nunca as idéas, e quando um homem foi poeta, para nos entreter ou para nos deliciar, ressente-se sempre disso com vantagem; é um grande segredo na escripta o ser simples e não prescrever a cada passo todos os vocabulos usuaes a titulos de communs; ha tal que chega a não escrever senão com tresentas ou quatrocentas palavras, arranjando uma lingua litteraria no meio do idioma geral, que fica como um dialecto abstracto para uso dos sabios![111]

apreço, já escrevera que J. C. Machado «é, à excepção de Camilo, aquele em que são mais profundos os vestígios da *Comédia Humana*» (p. 50). *A Vida em Lisboa. Romance Contemporâneo* tem última edição por Américo A. Lindeza Diogo, Braga-Coimbra, Angelus Novus, 2000. Uma falhada edição de 1999 mereceu crítica de Luís Prista em "Da edição Diogo de *A Vida em Lisboa*", *Colóquio/Letras*, n.º 155-156, Jan.-Jun. de 2000: 359-369.

[111] "Folhetim", *A Revolução de Setembro*, 27-V-1862.

É com perversa ironia que, noutro folhetim, assume os por vezes incontornáveis vícios de linguagem para evitar a parafrástica loquacidade que nos tinge:

> – Porque [*sic*] motivo me propõe você um *bock*? Que linguagem é essa? Basta de galicismos. Purifiquemos a lingua portuguesa!
> – Mas então como hei-de eu dizer, senhor?
> – Diga isso municipalmente, quero dizer cavalheiramente; por exemplo: – É servido sua excellencia dum copo de cerveja da superior?[112]

Despretensioso, cura, desde logo, de uma simplificação ortográfica já entrevista nestes exemplos. A ideia de *composição*, que se associa ao romance, é falha que lhe assacam, quando o seu projecto releva, confessadamente, do folhetim segundo as *Viagens...* Essa soltura, polemizada na saída do primeiro volume do citado 'romance contemporaneo', vem comentada nas Notas finais do segundo volume.

Pondo de lado as questões de moral, em seus «principios immutaveis», que *A Nação* defende, lamenta, ainda, este órgão legitimista a falta de «correcção e elegancia do estylo» (2.º vol., Lisboa, ^{2}1901: 200), negligência que *O Português* via nos folhetins d'*A Revolução*..., agora passada à «individualidade de fórma» aturadamente conquistada. O que pesa, pelo contrário – acrescenta –, é a desagradável «novidade de expressão»:

> Quer ou parece querer introduzir na nossa lingua termos que não estão admittidos e de que apenas se usa quando se fala, porém improprios de um livro, não por indecentes nem indecorosos, que em nada o são, mas por não serem portuguezes, como cavaqueação, e muitos outros que no livro do sr. Machado nem sequer estão em typo italico, o que denora que os considera como palavras de accepção justificada. (p. 202)

Resguardado pelo bom acolhimento que o público votara ao primeiro volume, logo em Abril de 1858, com o segundo volume, riposta Júlio César, como pudera fazê-lo Eça:

[112] *Ibid*., 23-III-1864.

> O auctor responde humildemente que lhe parecem aproveitaveis para um romance de scenas contemporaneas todos os termos que sem serem obscenos sejam populares, sempre que se lhes dê cabida em dialogos facetos que figurem passar-se entre pessoas, e em localidades que estejam em harmonia com esses termos de que a gente se serve habitualmente. [...]
> [...] O auctor das *Viagens na minha terra* sentiu por vezes esta difficuldade, sendo o primeiro n'este paiz a mostrar que todas as coisas se dizem melhor quando se dizem naturalmente, e melhor se fazem comprehender quando são expressas por palavras de que todos usam e que ninguem desconhece. [...]
> Quando uma palavra faz sentir bem uma idéa, nunca é inutil admittil-a. Se não a temos, adoptemol-a.
> Para os dialogos familiares ha um estylo proprio, que é o estylo da conversação despretenciosa. (p. 203)

J. M. de Andrade Ferreira, a quem dói o final lutuoso, sobreleva a «conversação deleitavel» numa «tendencia para o genero epistolar»[113] a que rescende esta experiência romanesca.

Após a novela garrettiana, *Memórias de Um Doido* premonitórias e excessivamente francesas (aliás, a 2.ª ed. só é de 1859), um Camilo então lido como autor de costumes e das províncias, Júlio César trazia-nos, na sua ligeireza, "O primeiro 'romance moderno' português", como articulava João Gaspar Simões: «Era seu propósito alargar as fronteiras do folhetim à latitude do romance.» Devemos entender esta frase à luz da, muito despachada, diferença gaspariana entre romance e folhetim: «No romance são os caracteres que determinam a acção; no folhetim é a acção que determina os caracteres.»[114]

Quando, em 1857, o francês Duranty publica *Le Réalisme*, *A Vida em Lisboa* constituía «a primeira doutrinação, nas nossas letras, de uma estética realista»[115].

[113] *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, cit.: 202.

[114] João Gaspar Simões, "Os Livros da Semana", *Diário de Lisboa*, 8-VII-1943. Esta página de Simões no Suplemente Literário (nascido em 30-XI-1934) é inaugurada em 11-VII-1936, até 24-VIII-1939. Reaparece em 12-XI-1942, até 26-IX-1945.

[115] *O Primeiro de Janeiro*, 9-X-1968: 10. Em *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa. [...]*, cit.: 380, J. G. Simões, que aqui lê antecipação de Eça, diz *A Vida em*

2. 1. 2. *Alma presa*

"Rilha Folles" é o título genérico para os folhetins, quinzenais, inaugurados em 11-V-1871, no *Diário de Notícias*, que já tivera a série "Em Rilhafoles" por Eugénio de Castilho (2, 6, 10-X-1868). Convidado, e ciceroneado, pelo director da instituição, o repórter cedo cria disfórica tensão:

> Tudo é alegre, á entrada: flores e arvores. D'ali a nada, – da porta para dentro parece já que passou o outomno por cima da primavera d'aquelle jardim!... Apagam-se as côres, escurece o céo, ouve-se estalar a casca das arvores... Principiam as physionomias a transtornar-se; já os olhos não são outra cousa senão buracos luzidios; cavam-se as faces, parecem caretas os sorrisos, não teem os gestos significação, as feições são vagas, a fórma tem contornos indecisos; tudo são personalidades phantasticas, existencias ficticias; linguagem que não se entende; gente estranha, que dá idéa dos habitantes da lua!... (1871: 5-6)

Com um título significativo e esta excelente 'entrada' jornalística, estreia-se a reportagem em Portugal, e o repórter, reconhecido enquanto folhetinista por uma doida[116], obriga-se mesmo a lá voltar para novos

Lisboa «o primeiro atentado bem concebido contra o convencionalismo romântico». Júlio César e Alfredo Hogan transformaram o romance em comédia-drama em quatro actos (Lisboa, 1861): «A vida em Lisboa não dá nem para o folhetim... annual!...» (p. 2), mas há, felizmente, álbuns de versos e intrigas palacianas, Werthers que já não querem suicidar-se, um Guilherme socialista que, para desfecho menos alemão (criticado por Andrade Ferreira na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, I: 22, onde também nota «tendencia para o genero epistolar», típica do «estilo feminino»; = *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, Lisboa, 1871: 202), recupera a felicidade ao lado de Sofia... Recensão entusiástica de *A Vida em Lisboa* deu A. Marques Pereira no folhetim de *Rei e Ordem* (8-VI-1858), onde também escrevia J. C. Machado.

[116] Esta filha do capitão Ericeira, por serem da Ericeira, não tem, aqui, outro nome, e nem sequer parece doida: «Tem por entretenimento a mania de fazer versos, e cedeu-me uns que estava compondo e que lhe pedi: são versos certos, euphonicos, mas em que não se percebe nunca a idéa e em que as palavras baralham tudo: // *Amei, infanta*

apontamentos[117], sem esconder angústias nem amigos: «Lá esteve um, famoso e illustre, o mestre do folhetim em Portugal, [...]» (p. 64), referindo-se a Mendonça, que aí penou os últimos cinco anos, diariamente visitado pela mulher. Dos 300 "alienados" em 1850 (fora fundado em 1848), estava-se nos 511: 257 mulheres e 254 homens, acrescendo três crianças idiotas. Leva-nos aos pavilhões dos doidos, das doidas, dos idiotas e dos furiosos. É uma 'cacha' rara no tempo, que explica a edição em livro ainda em 1871 e, logo em 28-II-1872, prefácio de Carlos Bento para abrir 2.ª edição (p. III-V)[118]. A p. VII-IX [VII], o autor explica: «Propunha-se este livro a dois fins: chamar a attenção dos governos para esse hospital de Rilhafolles em que ninguem pensava; e chamar a attenção do publico [...] para castigar, rindo, as superstições, que com o invadirem de mais o paiz tornam Portugal uma nação de enguiçados.»

Pelos vistos, com terem começado obras de remodelação no edifício, já se justificava o alerta. Mas, na sequência, Júlio César contesta que uma simples certidão de médico baste para considerar alguém doido. Se a segurança pública é importante, a liberdade individual não o é menos, donde, é mister conciliar os dois aspectos do problema.

O jardim, antes alegre, «é triste, triste» (p. 75), à saída daquele universo concentracionário. E, por mais nove títulos-folhetins, de modo a perfazer número aziago de que se ri – e pede que vençamos –, fala dos Rilhafoles que povoam e alimentam quem anda cá por fora: "telha",

e leda como a aurora / Dos sonhos d'esse infante adormecido; / Ao rei o teu gemido, o teu trovar, / Ao throno o teu sondar encanecido. // Harpejo d'alma, lhana, feiticeira, / / Gotejo em teu rollar mil alegrias, / E colho em cada nota que desfiro / Insomnias do porvir, crueis magias.» (p. 35) Júlio César não compreende, e a crítica nacional ignora duas quadras notáveis que antecipam o nosso simbolismo.

[117] «Passados dias, – por não haver trazido apontamentos dos furiosos na primeira visita que fiz a Rilhafolles, – tive de voltar ali.» (p. 72)

[118] A de Viale Moutinho, pois – que também prefacia, com desacertos, escrevendo sistematicamente *Da Loucura e Manias em Portugal* [*sic*], e prescindindo daquele título interno, "Rilhafolles", como vem na 1.ª edição –, Lisboa, Editorial Labirinto, 1986, não pode ser, como traz, "(2.ª edição)". Repete «Augusto Mesquita», em vez de Alfredo Mesquita; data *Contos a Vapor* de 1864; troca *Uma Récita do Roberto do Diabo* por *A Récita...*

"enguiços", "agouros", "feitiços", "encantos", "sonhos", "sinas", "coisa má", "as mulheres de virtude". À explicação etimológica sucedem mil e uma histórias[119] divertidas, um misto de falar provincial e diálogos do absurdo, e a conclusão da fábula, que, em balanço final, sumula a condição nacional:

> Tudo isto faria rir se não fosse funesto, e não tivesse tanta influencia na gente portugueza, dada a melancholias sem razão, melancholias do acaso, saboreando tudo que é chocho e amargo. Fizeram-nos falta os conventos, casas por excellencia para a indole sombria que temos. Todas essas allucinações de que lhes tenho falado [...] proveem da falta de educação. Ou se tem fé em Deus, ou nas *mulheres de virtude*. Quem duvida está ás escuras; o principio de ver é crer; crer no renascer das folhas; na volta da quadra florida; crer que a dor não é sempre esteril, que ha affectos fieis, amores que duram, geridas que saram. [...] Toda a nossa mania e o nosso mal é não termos fé senão em duas coisas, – em enguiços e em economias! O mesmo *deficit* de que tanto por ahi se falla, é um enguiço publico, enguiço official! Assim somos. Enguiços e economias! Tristes e pobres; – duas vezes tristes! (p. 247-248)

[119] *Mil e Uma Histórias*, Lisboa, 1888, é o derradeiro livro e numa pontuação incrível se mantêm momentos-variantes desta obra, de *Contos ao Luar* ou fragmentos de vida já petiscados aqui e ali. Afins de matéria abordada em *Da Loucura...*, temos "A giganta", "Um que lê nas mãos", "Caseneuve e a sybilla", em *Á Lareira*, 1872.

B. FOLHETIM ROMANESCO

1. A. P. Lopes de Mendonça: a tragédia de um reinado

No prospecto que anunciava o livrinho de estreia, *Scenas da Vida Contemporanea*. Primeira Serie (1843) –, reproduzido no 'Prologo' –, considerava António Pedro Lopes de Mendonça três espécies de críticos:

> Os criticos de boa fé, que apresentam suas opiniões, com o unico intuito de que possam aproveitar; esses respeita o auctor.
> Ha outros, que sem conhecimentos, ousam aventar opiniões, – – banalidades! – d'esses ri-se o auctor.
> Ha outros emfim, que para adquirir um nome, arremeçam-se como tigres, a todos que escrevem, pertendendo viciar o título com que s'apresentam ao publico, á custa de insolentes apodos, de miseraveis calumnias, de ridiculas censuras, e desengraçados epigrammas – zoilos! – esses despresa o auctor. (p. VI-VII)

Este esboço de tipologia não era só expectativa; era, também, um desejo e um programa, que revela nas diferenças de *Ensaios de Critica e Litteratura* (1849), refundido como *Memorias de Litteratura Contemporanea* (1855). Tinham saído, entretanto, *O Arco de Sant'Ana* (2.º vol., 1850) e *A Mocidade de D. João V* (1852-1853). Devoto de Garrett, por quem terça armas na polémica de elmanistas contra filintistas – – o que equivale trazer à colação um Castilho rasurado em 1849 –, Mendonça coloca entraves àquele romance, aquém de ser um «monumento» (p. 94), lançando, na sequência, velada autocrítica, como quem prepara viragem pessoal e profissional: «Não quizeramos que o sr. visconde de Almeida Garrett fosse abundante, segundo as prescripções do romance de contrabando, do *romance-folhetim*. A litteratura, para homens da sua valia, é um culto, um sacerdocio, não póde, nem deve ser uma industria.» (p. 95)

Ao visitar Rebelo da Silva, sinaliza ultrajes à verosimilhança, a faceta caricatural e certas fantasias do primeiro volume, que se deveriam

à «influencia da litteratura de *folhetim*, d'essa que tem acanhado a inspiração, e pervertido o gosto de uma nação, [...]» (p. 129). E acrescenta: «O romance *A Mocidade de D. João V*, segundo confissão do auctor, foi escripto aos capitulos para um jornal; e os inconvenientes d'essa composição apressada notam-se sobretudo nos dous primeiros volumes.» (p. 130)

Educado na escola que foi construindo, e de que subsistia multiplicado por outras folhas, entrava agora de duvidar desse percurso. Tremia-lhe, de tanta sinceridade, a coroa real; pelos vistos, logo se descontentava do que mal dava a lume. Tamanha insatisfação deve ser junta às causas da tragédia pessoal precoce, sinalizada na candidatura ao Curso Superior de Letras[120]. Compreende-se, assim, que os exercícios de 1843 e 1849 concorressem no que empreendia em 1849-1850, e que as *Memórias de Um Doido*, no seu final, se ressentissem, também, desta reflexão autocrítica por interposto Garrett; compreende-se, ainda, que, no seu todo, sofressem a refundição habitual em autor de obra inacabada...

Denúncia, sintoma e explosão, seria, com esse romance de actualidade[121], exemplo de puro folhetim, não contornado em 1859.

[120] Pedro Botelho [= Rodrigo Paganino], na 'Revista da Semana' do *Archivo Universal*, nomeia os concorrentes à cadeira de História Universal (3.ª série, n.º 4, 17-I-1860: 47) e conta, uma semana depois: «Dos tres concurrentes á cadeira de historia, só dois levaram as suas licções ao cabo. O sr. Lopes de Mendonça não pôde concluir por se achar incomodado a meio da licção.» Manuel Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, 1939, acrescenta, mas em relação à 3.ª cadeira, de Literatura Moderna da Europa: após recusa pessoal de Castilho e negativa superior a um sugerido Latino Coelho, Lopes de Mendonça «Foi nomeado por decreto de 9 de Agôsto de 1860, e tomou posse a 30 dêsse mês, na Academia Real das Sciencias, com a assistência dos seus colegas e sócios.» (p. 142) À frente: «O primeiro conselho do Curso reúniu-se a 29 de Novembro de 1860, e foi o único a que compareceu Lopes de Mendonça.» (p. 146-147) Não se iniciaram as aulas na segunda quinzena de Janeiro de 1861 «por motivo de Lopes de Mendonça ter sido acometido de doença, que depressa o inutilisaria, pelo que se encarregou Rebêlo da Silva da regência da 3.ª cadeira [...]. Assim Lopes de Mendonça nunca chegou a ensinar, [...]» (p. 147), enquanto outros confirmam curtíssima docência. Entre continuadas evocações, Júlio César Machado (*Diário de Notícias*, 28-II-1884) mostrou essas alternâncias de ser, cujo esforço descansa numa récita teatral ou concerto, cuja febre pede um charuto ou chávena de café, cujas contrariedades ou revezes abrandam numa frase ou num bom dito.

[121] Entendamo-nos: romance histórico (*Eurico, o Presbítero*: passado longínquo, he-

1. 1. *Memórias de Um Doido*

Memorias D'Um Doido. / Introducção. – assim aparece, a 18 de Outubro de 1849[122], na *Revista Universal Lisbonense* (9.º ano, 2.ª série, t. II, n.º 2: 18-19). Termina em 15 de Agosto de 1850, mês para quando se anunciava, "seguida[s] d'um juiso critico / por / A. d'O. Marreca", «a publicação deste bem traçado romance de costumes»[123]. Trazendo embora a data de 1849, a 1.ª ed. é, portanto, de 1850.

A ordem de saída confinando momentos altos da reflexão e da história é o exercício que se segue. As semanas em branco podem significar debate sobre e contra a narrativa, simples falta de tempo, ou de espaço, no que reverteríamos a algo de insólito em regime de folhetim: a existência de 'retirados', textos aguardando vez de entrada, tão comum em jornalismo. Já, todavia, menos em revista e, ainda menos, sob aquele regime. Dir-se-ia que os silêncios semanais coincidem com momentos difíceis na prossecução narrativa. Temos, pois:

Folhetim 1 [F1], 18-X-1849: introdução. Em 1859, breve prólogo.

F2 [F2], 25-X-1849: capítulo I. A Procissão de Corpus Christi. Consigna generalidades sobre o romance, a moda processional, que descreve e na qual ficciona a presença de Maurício.

---

rói de uma só peça), romance contemporâneo, ou de história contemporânea (*O Prato de Arroz Doce*: passado recente, mais protagonistas do que heróis), romance de actualidade (presente próximo, História ausente, ou quase, heróis problemáticos, 'em perspectiva'). Pelas modalidades em jogo, pôde, e bem, Sampaio Bruno intitular o capítulo que lhe dedica como "o romance íntimo", depois também dito "romance psicológico" (*A Geração Nova*, cit.: 34-38 [36] e até, lembra J. G. Simões (*Diário de Notícias*, 13-I-1983), "passional". A 3.ª ed. das *Memorias d'Um Doido*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s. d., comporta, sob o título, "(Romance contemporaneo)", fórmula que prefere José-Augusto França. Já estamos, porém, entendidos.

[122] *A Assembleia Literária* (onde pontificava um imberbe Júlio César Machado), n.º 12, 20-X-1849, ainda anuncia... *Scenas da Vida Contemporanea*.

[123] *A Esmeralda*, n.º 12, 22-VI-1850: 96.

F3, 1-XI-1849: cap. I; cap. II, até «– Sou eu que quero, que exijo que jogue o monte!». A imediata resposta do banqueiro na casa do jogo da rua da Mouraria fica uma semana a aguardar.

F4, 8-XI-1849: cap. II, cap. III.

F5, 15-XI-1849: cap. III.

Lançada a simbólica do banqueiro – a reaparecer – e, no outro pólo, a relação de amor – mas periférica, até como espaço em que se inscreve – com Paulina, importa ver por que razão ela é marginal na ambição do protagonista.

F6, 29-XI-1849: cap. IV. *Flash-back* na existência de Maurício e final consabido do género: «Paulina já não ouvira estas palavras. Estava desmaiada.»

Dois números sem folhetim dramatizam a morte aparente de Paulina. Na prática, prepara-se um salto para outro amor e, de água-furtada alfamense, passa-se a palácio em Buenos Aires.

F7, 20-XII-1849: cap. V. «Maurício sentiu um movimento de orgulho ao ouvir aquela frase. É a tentação irresistível que dominou Lúcifer e que oprime a pobre Humanidade.»

Ofuscado pela maquiavélica viscondessa, Maurício está em perigo. Ignora, o que o leitor já sabe, que a sua chegada aos salões foi controlada por ela, através do banqueiro. Nos quatro números sucessivos, nem uma linha. Estranhamente, a segunda metade do capítulo fica esquecida nalgum canto da redacção: prossegue o diálogo com a viscondessa, cujo álbum, derretido de amor, Maurício abraça; e vemos Paulina de visita ao cemitério dos Prazeres. Luz e escuridão, simultaneamente.

F8, 17-I-1850: cap. VI. «A posição de Maurício variara completamente. Quebrando todas as relações que o ligavam à oposição, abandonara-se ardentemente ao amor que o devorava». E termina: «D. Afonso ia começar a sua história.» O herói ouve do amigo que a viscondessa é ignominiosa e mulher perdida. Aguça-se a expectativa.

F9, 24-I-1850: cap. VI, «[...] aqui, atribuiriam o teu sublime impulso à fraqueza de não poderes suportar a tua miséria, ou ao despeito de não teres sido amado por aquela mulher!» Já pensa no suicídio, retido por D. Afonso.

F10, 31-I-1850: cap. VI; cap. VII. Conclui: «O baile reunia efectivamente todo o mundo elegante.» Percebe-se que o baile dado pela viscondessa terá importância na acção. O capítulo mal vai no princípio: «Será demasiada condescendência do leitor acompanhar-nos a um baile?»[124] Maurício fora, naturalmente, convidado.

F11, 14-II-1850: cap. VII. Descrição do baile. Maurício propõe, não ódio ou afecto, mas esquecimento. A viscondessa, dizendo-se caluniada, pede uns instantes para se justificar, após o baile. «Recusa?» Ele: «Aceito!» Nova pausa.

F 12, 28-II-1850: cap. VII; cap. VIII. Neste, e no cap. IX, seguem duas cartas de Maurício a D. Afonso, que lhe responde no cap. X. Acrescentam à efusão de sentimentos, enquanto sustêm o avanço da anedota – opção-dificuldade denunciada pelas falhas em vários números? mero pretexto inflacionário? Maurício ainda não despegou da viscondessa, mas, no entretempo, já se desvela apaixonado por «mágica visão» (cap. IX; não motivada narrativamente) e dilacerado entre amar e saber: «E quem me diz que a hora da posse não é também o momento da desilusão? Quem não prevê no leito do prazer o túmulo da adoração? E o orgulho, este meu santo orgulho de poeta, que Deus me depositou no coração, como a suprema apelação às dores que me despedaçam o peito!...»

F13, 7-III-1850: cap. VIII. Figura de Murillo, dezassete anos, termina com descrição, se tal é possível: «Eu vejo-a passar em sonhos,

[124] Ver, para completar a fisiologia do baile expressa neste capítulo, "A sociedade e os bailes", *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, cit.: 108-115. Aproximam os sexos, ultrapassam problemas sentimentais, levam mais depressa ao casamento, mas toda a mulher «por mais honesta não deixa de ouvir pelo menos uma meia declaração durante o baile» (p. 115). As salas abrem às nove, boceja-se, alguns cabeceiam a um canto, outros puxam do relógio, entre suspiros e coração aos saltos no rodar das carruagens ou ao toque da campainha. Damas espiolham *toilettes*; capitalista descalça luva para brilho de diamantes e pedrarias. À meia-noite, anima-se: reservados os noivos, impacientes os maridos. Às duas, saem as primeiras famílias entre adeuses; só às três aquece, com as solteiras.

De Garrett (*O Toucador*, *Viagens*...) a J. M. de Andrade Ferreira; de um Mendonça a múltiplo Camilo; de Chagas e Pato a Nazaré e Ramalho – fácil era concitar cenas de baile, encadeadas com as regularmente descritas na Imprensa.

tenho-a diante dos meus olhos deslumbrados, e todavia não poderia assinalar cada uma das suas feições. É uma cabeça de anjo num corpo de fada; [...]. Amei-a, e o amor quando nasce, quando rebenta assim no coração, poderoso e enérgico, não se analisa, nem se justifica – sente-se.» Terceira mulher – quando a segunda ainda não está despedida – e propícia indefinição do traço.

F14, 14-III-1850: cap. VIII; cap. IX. Formosa noite de Abril contada na segunda carta, em que a vê, no braço de mulher mais idosa: «E passou sem me ver!»

F15, 21-III-1850: cap. IX; cap. X. No seu «positivismo cómodo», D. Afonso responde a Maurício. O folhetim termina com a explicação do título da obra: «Para que me obrigas a dizer-te verdades cruéis e a esmagar as tuas ilusões [...]? O mundo curva a cabeça ao ambicioso, ao que usa energicamente da vontade, ao que aplica as faculdades à posse do domínio e do poder e sorri aos sofrimentos do coração e às lutas terríveis do pensamento. A tua sentença, se continuas, já está lavrada no espírito público: 'É um doido!', e não lerão as agonias escritas nas rugas da tua testa, nem receberão como uma afronta o sorriso de desdém com que passarás por eles, rico com a tua dor e inflexível no teu generoso orgulho!» Esgotada a explicação, compreensível semana de espera.

F16, 4-IV-1850: cap. X. Reinício em tom baixo e de quem está para, à boa maneira, discorrer sobre frase aleatória: «Ou eu me engano ou a sociedade actual faz do amor uma questão puramente fisiológica.» Dando de barato a ideia anacrónica dos «sentimentos exclusivos», conclui carta, capítulo e folhetim: «[...] se não lhe responderem afirmativamente à pergunta 'Tem boa casa?' é de crer que limite as suas relações a pedir-te com voz maviosa que lhe escrevas uns versos no seu álbum.» Tanto positivismo contra cabeça esquentada cria um impasse; como seguir?

F17, 18-IV-1850: cap. XI. A viscondessa procura enredá-lo num lugar de adido de embaixada, o que Maurício recusa, em bilhete, diversa e hipocritamente comentado no círculo da dama. Conclusão: «– La Rochefoucauld quando disse que: 'a hipocrisia era a homenagem que o vício prestava á virtude' não escreveu só um aforismo moral, lavrou o

epitáfio a este século na agonia.»

F18, 25-IV-1850: cap. XI. Reaparece, para recusar de viva voz «a dádiva de um tolo, solicitada pela boca de uma mulher infame». Reacção geral: «– Está doido! Doido varrido!», como outro ponto de vista na explicação do título. Fim de capítulo e de folhetim: «Mais de uns olhos se lhe dirigiram piedosamente depois, quando ele passava na rua, sozinho, triste e devorado de misérias.»

F19, 2-V-1850: cap. XII [na *Revista*, XIX]: «[...] eis o triunfo do espírito, orgulho do Titã que tentou roubar ao Céu a chama divina!»

F20, 9-V-1850: cap. XII. Prosseguem estas 'páginas íntimas', outro modo de efusão como poemas em prosa habituais em Mendonça[125]. Sob o influxo de Madalena, em permanência interpelada, o termo de capítulo e folhetim, remetendo para os números 15 e 19, no que toca ao orgulho, renova com o décimo quarto quanto à indiferença dela: «É que me não desprezou, é que me não traiu, é que não me abandonou; foi pior ainda: não me conheceu! // Ó Petrarca! Ao menos a tua Laura sabia-se a musa misteriosa dos teus cantos imortais!»

F21, 16-V-1850: cap. XIII. Neste transe, volta carta de Maurício a D. Afonso. Confidências e divagações pueris que o narrador-autor pede sejam queimadas, ou ainda «seriam comentadas por alguma mulher frívola ou alugadas a tanto por volume nalgum gabinete de leitura». Levanta-se véu irónico sobre história demasiado esquiva: é preciso matar paixão não objectivada em sujeito.

F22, 23-V-1850: cap. XIII. Viragem na missiva, com a introdução de M., interlocutor no teatro que antes se descrevera. Em 1859, este capítulo é justamente desbastado. Agora, após mais um expediente – – Madalena desaparecendo, em carruagem, no sonho –, Maurício pede, já não o suicídio, mas «um desses abalos sociais onde um homem pode morrer com glória». Findando capítulo e folhetim: «É Deus, é o acaso que manda a morte, e o mundo nem ao menos pode caluniar o que deu a vida pela vitória de um princípio e morreu mártir das convicções da sua inteligência.»

[125] Ainda em *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, *cf.* "Delirios na Primavera, e delirios no Outono / (Imitação de H. Heyne" [*sic*], p. 57-80.

Percebe-se a dificuldade em solucionar a história. Paragem de uma semana. O argumento subsequente transita por carta de D. Afonso ao oportunamente chegado M.

F23, 6-VI-1850: cap. XIV. Maurício leva o amigo à igreja onde viu Madalena pela primeira vez. «Neste momento sentiu-se rodar uma carruagem.»

F24, 13-VI-1850: cap. XIV; cap. XV. Ao mau passo de Maurício sucede regresso de Paulina, já actriz, e sempre guardando amor. Por oposição, termina com reflexão sobre as mulheres em geral: «Se Deus lhes concedesse o poder de Nero, mais de uma vez iriam ver arder Roma, cantando sobre uma colina, os seus fantásticos caprichos.»

F25, 20-VI-1850: cap. XV. Irrompe, no leito da morte, velado por Paulina e Afonso, o pérfido banqueiro: «[...] Maurício sorriu-se de novo, com uma expressão indefinível de sarcástica resignação.» Pausa semanal.

F26, 4-VII-1850: cap. XV, até final, muito cortado em 1859: «Era quanto deixava cá na Terra. A saudade de um amigo; a oração de uma mulher inflamada e perdida.»

F27, 18-VII-1850: cap. XVI. Recuo à *ante mortem*: carta de Maurício a Madalena. Também em 1859 estas confissões – aí ditas 'últimas confissões de um doido' – foram severamente cortadas: «Não! Eu não podia beijar as chagas desta sociedade gangrenada!»

F28, 1-VIII-1850: cap. XV. Final deste, do folhetim e da longa, e principal, história encaixada, a fechar na primeira pessoa interpelativa: «[...] digo que é triste morrer duvidando se as minhas palavras vos produzirão um riso de ironia e se, com a voz infame do Mundo, repetireis também: 'É um doido!'»

F29, 15-VIII-1850: cap. XVII [capítulo último, em 1859]. Sessão de amigos, entre cafés e charutos, de análise à história encaixada que tem o título do livro[126]. Destino de algumas personagens. Saem aqueles e o autor estenografa a dita sessão. Fim.

[126] Sampaio Bruno, ob. cit.: 37, lembra diálogo entre Mendonça e um médico, «original figura de céptico amável, conversador espirituoso, epicurista bonómico. Esse tre-

Das várias influências aduzidas pela crítica[127], por norma bebidas à superfície da teia reflexiva, ninguém cita Flaubert, quando parecia evidente – e, todavia, é sintomática a sua omissão entre 35 autores referidos[128]. O encontro de um grande amor, em 1836, levou-o à redacção das *Mémoires d'Un Fou* (1838) e de *Novembre* (1842), parentes do confessionalismo de Rousseau e Alfred de Musset, presentes em Mendonça. Se se quiser, traço indelével do Romantismo europeu é a representação do mundo e da vida a partir do eu: «Ora, a minha vida não são factos; a minha vida é o meu pensamento.»[129]

cho, curiosíssimo, intitulava-se primitivamente "O Spleen e a Medicina", quando firmado, na *Revista Popular*, pelo pseudónimo habitual do escritor (Rochester); e, na influência de Musset, o folhetinista deu-lhe o título de "Um Filho do Século", depois que o aproveitou para um dos seus volumes.» De facto, integra *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, p. 39-56. Bruno reevoca Mendonça em *A Dictadura. Subsidios Moraes para Seu Juizo Critico*, Porto, 1909: 171-175.

[127] Dois trabalhos fundamentais: a introdução de José-Augusto França à 4.ª ed. das *Memórias de Um Doido*, Lisboa, INCM, 1982: 9-52, colocando frente a frente o texto das duas primeiras edições, o que não é suficiente para se lhe chamar "edição crítica" (p. 8; das respectivas páginas pares se transcreve, por facilidade ortográfica e de pontuação, o texto da *Revista Universal Lisbonense*); e Jacinto do Prado Coelho, "Um crítico do romantismo: António Pedro Lopes de Mendonça", *A Letra e o Leitor* [1969], Porto, Lello & Irmão – Editores, ^{3}1996: 105-125. Júlio César Machado multiplica referências: "Estudo critico. A. P. Lopes de Mendonça", *Imprensa e Lei* (Lisboa), 10-VII-1854; "Morte de Lopes de Mendonça", *O Portuguez* (Lisboa), 19-X-1865; etc.

[128] Maurício encontra parentes na dor em Shakespeare (*Romeu e Julieta*, *Otelo*, *Hamlet*), Byron, Goethe (*Fausto*), no Cláudio Frollo de Hugo, em Milton, Lamartine (*Jocelyn*); admira Chénier, Jacques Malfilâtre, *Werther*, Petrarca, sempre Byron. As gregas Aspásia de Mileto e Frine vão a par de Sansão, ou dos mitológicos Cérbero, Cíbele, Egéria, Galateia, Hércules, Medusa, Minerva, Sísifo, Tântalo, Titãs, Vénus. Artes do palco conjugam Bellini, Farinelli, Rossini, François-Joseph Talma e Malibran, aquela Maria de la Felicidad (1808-1836) intérprete de Rossini e lembrada por Musset. Miguel Ângelo e Murillo dão cor à tela cultural. Além dos citados, temos, ainda, os seguintes escritores, segundo levantamento de Maria Luísa C. Policarpo Silva: Balzac, Gottfried August Bürger, Camões, Thomas Chatterton, Dante, John Dryden, Dumas, Nicolas Gilbert, Karr, Alain René Lesage, D. Francisco Manuel de Melo, Molière, Nodier, Prévost, Racine, Sand, Scott, Madeleine Scudéry, Friedrich von Schiller, Madame de Staël, Sue, Tasso, Nicolau Tolentino, José Zorilla.

[129] Gustave Flaubert, *Novembro*, Lisboa, Edições Cotovia, 1991: 15. Abre com *Memórias de Um Louco*, quando a tradutora, Maria Jorge Vilar de Figueiredo, se conhecesse Mendonça, podia ter repetido o título deste.

«Ma vie c'est ma pensée». Como Flaubert, desde esse esboço de 'educação sentimental', o protagonista, Maurício, convence-se de que tudo – amor, felicidade… – não passa de ilusão. Morre nessa falsa ideia, se virmos que Paulina, a mulher por ele abandonada no princípio, regressa, vencedora, à sua cabeceira. O momento-chave acontece quando, no trânsito, quase evanescente, da viscondessa para Madalena (cap. IX), acordamos, e Maurício connosco, no alerta de um avisado Afonso (cap. X, fronteira da acção romanesca). No conjunto de 29 folhetins, esse acto, central, é o décimo quinto, que também encerra capítulo com a explicação do próprio título[130].

[130] Acrescente-se que foi também lido como de um "nervoso-sanguineo". Cito Alberto Pimentel, estudado na *Physiologia dos Escriptores e dos Artistas*, de Emilio Deschanel, que recenseia no folhetim das 'Cartas do Inverno // Physiologia Litteraria', no *Jornal do Porto* (19-XII-1871). Interessa a parte III, a 30-XII-1871, entrevindo em página das *Memórias de Literatura Contemporânea* e na redacção das *Memórias de Um Doido* a involuntária profecia da sua desgraça: «Aquelle imenso talento, febril, audaz, infatigavel, sabia que as organisações como a sua resistem corajosamente á lucta social até perderem a vida ou a razão. // Mauricio, o seu heroe, é o que geralmente se chama um doido sublime, – que pensa, que joga, que ama, que aborrece, que porfia, que se sacrifica, que obedece fatalmente á excitabilidade do seu temperamento.» Na descrição de Maurício aos 14 anos, vê «a parte psycologica da propria individualidade» de Mendonça: «A politica, a ideia fixa e a maxima aspiração de Lopes de Mendonça, que transpirava sempre nos seus livros e nos seus folhetins, não podia ser indifferente a Mauricio.» Retornando ao artista: «O seu estylo cadente, cheio, fogoso, elegante, a par da sua linguagem ás vezes incorrecta, denunciava para logo um temperamento nervoso-sanguineo. // A exaltação dos pensamentos, as scintilações differentes e successivas, a variedade febril dos tons, a riquesa caprichosa do colorido, a escolha variada dos assumptos, e até as mesmas imperfeições revelavam ao physiologista litterario a organisação de A. P. Lopes de Mendonça. // Nas *Memorias d'um doido*, tudo é febril, tudo escalda, tudo denuncia o homem.» De folhetim a volume, "A. P. Lopes de Mendonça" regressa em *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*, Porto, 1872: 17-24 [ao lado de – na 'physiologia litteraria', pois tem ainda 'physiologia historica' e 'romantica' – J. C. Vieira de Castro, Camilo, visconde de Castilho, Júlio César Machado].

2. O primeiro Camilo

O primeiro Camilo – saudado poeta e jornalisticamente educado para *Maria, Não Me Mates*… –, afirma «que existe uma escola romântica, democrática, social e regeneradora». Esteado na sua «boa reputação de folhetinista»[131], abalança-se ao *Anathema*. / Romance, cujas "(Idéas preliminares)" arrancam n'*A Semana* (n.º 18, Maio: 139-142). No Prefácio da Segunda Edição (Porto, Em casa de Cruz Coutinho, 1858), tem-no como «verduras dos vinte e dous anos» (p. 7), o que é inexacto. J. C. Machado, aos 15 anos, escrevia, a seu lado, "Estrela de Alva" para o mesmo semanário – estava nos 25.

Um projecto de edição crítica passa por aqui e pelo diário portuense *O Portugal* (desde o n.º 2, 18-II, que já o anuncia à venda em 25-IX--1851), em nenhum saindo completo romance que Francisco Gomes da

[131] Obras Completas de Camilo Castelo Branco, dir. de Justino Mendes de Almeida, vol. I, *Anátema*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1982: 11. Segue-se esta edição.

O 'folhetinista' é, segundo Eduardo Lourenço, "O tempo de Camilo ou a ficção no país das lágrimas", *in* João Camilo dos Santos, ed., *Camilo Castelo Branco no Centenário da Morte*, cit.: 7-17 [13-14], um dos três Camilos já unidos em "Maria, não me mates…", seja, «o *folhetinista* assumido, quer dizer, aquele que tem o poder de mobilizar e mesmo manipular não só a atenção, mas a emoção do público que metaforicamente convoca para ouvir a história e que a esse título permanecerá sempre como *exterior* à ficção [redução do género à ironia romântica? Seria empobrecedor]; o *moralista*, que no interior do texto assinala aos personagens o lugar que ocupam na cena da vida enquanto teatro onde cada um se perde ou salva sob o olhar misericordioso da Providência, ou o mais enigmático do Acaso [atemo-nos ao que, na p. 11, designava como *cenas* fundamentais da anedota camiliana: «Queda com expiação e redenção, Queda sem expiação nem redenção, Queda sem expiação e com redenção (irónica).»]; e o *personagem*, explícito ou implícito, inscrito no texto, cujo destino não se separa do das suas criaturas, por mais longe que se esteja de uma identificação real ou simulada entre arte e autor-personagem».

Este primeiro Camilo inspirou José Édil de Lima Alves, *A Paródia em Novelas--Folhetins Camilianas*, Lisboa, ICLP, 1990, que vergastei, em *Colóquio / Letras*, n.º 125-126, Jul.-Dez. de 1992: 305-306. Maria de Fátima Marinho é mais séria: "O romance-folhetim ou o mito da identidade encoberta", *in* João Camilo dos Santos, *supra*, p. 218-231.

Fonseca, do Porto, editaria no Outono deste ano. Saiu, todavia, uma dita ante-primeira edição (incompleta, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850[132]) pelo empresário d'*A Semana*, o qual, a p. 144 da revista, anunciava:

> O romance original – *ANATHEMA* – que vem hoje adornando as columnas deste Jornal, foi offerecido pelo seu auctor, o ill.^{mo} sr. Camillo Castello Branco, á empresa do mesmo Jornal; agradecendo tão apreciavel dadiva cumpre-me por esta occasião dar um publico testimunho do meu sincero reconhecimento, pela delicada como generosa offerta, que o mesmo senhor me acaba de fazer, de o poder imprimir em volume, e vender, revertendo a meu favor o seu producto.
> Vai publicar-se este romance ás folhas de 8º portuguez, em bom papel, e passado pela prensa hydraulica, a 20 réis cada uma.
> Assigna-se em todas as lojas do costume, e no Escriptorio deste Jornal[133].

As 'Ideias preliminares' [agora, Introdução] e o Capítulo I compõem o folhetim inaugural, que termina:

> 1850 Que tal acaba o capitulo?] 1982 Acaba melhor do que eu imaginara.

É variante e não resposta. As alterações são, em geral, de menor monta. Folhetinesca é a preocupação das remissivas na criação do verosímil, no recurso ao manuscrito-fonte. Ironiza com os giros linguísticos da época e palavras-chave: macadame, gás, falanstério. Quer ser *outro* romance de actualidade, com "véus de mistérios" diversos dos do *Judeu Errante*. O segundo folhetim (p. 146-149) transcreve o cap. II. O mesmo para o terceiro (p. 157-159). O final do quarto quer-se mais impressivo no folhetim (p. 165-167), indicando, desde logo, uma inspiração – e motivação:

[132] Alexandre Cabral dá frontispício no *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989: 32.

[133] *A Assembleia Literária* de 17-VIII-1850 informava terem saído «já do prelo as três primeiras folhas».

> Metido na sua cella, apoiava a face cadaverica entre as mãos, e repetia, mas com mais verdade, a expressão de *Claudio Frollo*, quatrocentos annos antes: // – *ANATHEMA*!] Metido na sua cela, apoiava a face cadavérica entre as mãos, e chorava.

O quinto folhetim (p. 172-176) procura igual coincidência. Lordelo, «hoje, elevada á cathegoria de villa», sofreu, entretanto, a erosão administrativa do Reino e, na mesma década, passa a «outrora elevada à categoria de vila». São pormenores que os autores nem sempre corrigem em edições posteriores e, quanto a desfasamentos cronológicos, Camilo dá-nos a primeira soma.

Fiel nos títulos sob a capitulação, deriva no sexto (p. 180-183), onde estabelece o jogo, cúmplice, do inelutável:

> Em que o auctor diz o que pensa a respeito das mulheres; e continua a sua historia, bem arrependido de a ter principiado.] Em que o autor diz o que pensa a respeito das mulheres; pedindo vénia para ousadia tamanha.

O final, mesmo a fechar a coluna, pode ter sido abreviado para evitar uma linha 'caída' no cimo da coluna seguinte:

> D. Ignez da Veiga começa a ser romantica.] D. Inês da Veiga principia a ser romântica, ou desgraçada, que é quase sempre o mesmo.

Sétimo capítulo igual ao folhetim (p. 189-191). Oitavo (p. 195--199): algumas diferenças, incluindo na nota autobiográfica, onde se diz com 18 anos em 1845, como gralha *A Semana*. «Não sabemos se o regedor é barão», como ainda era previsível em 1843, passa a algo mais conforme, doravante, em Camilo: «O regedor teve hábito de Cristo: mereceu-o.» Um dos momentos de pura excitação é a entrevista do Távora com Inês, quando se aproximam passos de Cristóvão da Veiga... Este quadro, de amantes salvos pela luz que se apaga, é retomado vinte anos depois em *Eva*, de Santos Nazaré, quando o marido está quase a alcançar, no jardim, o amante da mulher, Gustavo.

Nada de especial no nono (p. 204-207), décimo (p. 211-216) e décimo primeiro (p. 221-224; beliscadura no título). Já o décimo segundo (p. 226-230), antes do parágrafo final, traz no folhetim cinco colunas depois retiradas. O texto fica reduzido a menos de metade.

Segue "Capitulo XV. / No qual se lê a continuação do XIV." [*sic*, (p. 245-248 e 252-255)] – de facto, cap. XIII, em 1982 com longa didascália. O seguinte, erradamente XVI, também se subdivide na revista: p. 260-263 e 277-278, com acrescento de três linhas. Nesta mesma página começa o cap. XV, só "Mysterios do castello", que alarga e se superlativiza (mistérios, misteriosíssimo) em livro. Merece, assim, quatro números, para atender a tanto mistério – irresolúvel: p. 278-279, 294-296, 309-312 e 318-320.

Perfeitos estes 18 folhetins até ao n.º 40, Camilo suspende o que, ao contrário do que fazia supor o dono da revista, ainda estava longe do FIM. Faltam dez capítulos e mais texto do que o já conhecido. Em volume, acrescenta ao cap. XV:

> A história, essa é que o padre não esquecia por cousa nenhuma.

O arrazoado titular do 'novo' cap. XVI – com anúncio de «interrupções» na «famosa história» – pode referir-se ao processo de redacção e de escrita, bem como ao projecto camiliano de tramas infindáveis, como sucederá na dupla *Mistérios de Lisboa* / *Livro Negro do Padre Dinis*[134], homologado nessa vertigem do padre Carlos Silva, sustendo-se «um pouco a prender o fio da sua interminável história» (p. 148).

De *actualidade* parece haver bastante no romance:

> O mais eram os andrajos da miséria; [...] não obstante o direito de associação, e os jornais [nada em Portugal tem importância, «a não serem os jornais», cap. XII, p. 93], e o *Judeu Errante*, e os *Mistérios do Povo*, e a civilização, e o socorro mútuo.

Padres sebentos, a *toilette* crítica, estradas municipais, «a serpente traiçoeira do positivismo atroz» (IX, p. 67) – de muito mais é questão

[134] *Mistérios de Lisboa* saiu n'*O Nacional* (Porto), desde 2-III-1854.

actual em texto com, de facto, três ante-primeiras edições parciais... Também candente seria analisar o autor, leitor, personagens e processo metaficcional. De manuscrito ao lado, por vezes esquecido, narrador com amiudados remates autorais, e omnisciente, perdido ou distante conforme lhe interessa, tira «mirífica história» (p. 15). A linguagem do terror automatiza fatias do discurso, na criação de efeitos sobre leitor atencioso, benévolo, honrado, inteligente, amigo.

Camilo já mora aqui por inteiro[135]. De singular intertexto via citação, permite larga abordagem desta categoria e demonstra, assim, as virtualidades do folhetim, talvez para lá da contingência diária. «Há cousas notáveis a contar-se no capítulo seguinte [...]» (IX, p. 73), diria Camilo, e gostava que assim fosse.

C. FOLHETIM-POEMA

> O obstáculo estimula, torna-nos perversos;
> Agora sinto-me eu cheio de raivas frias,
> Por causa dum jornal me rejeitar, há dias,
> Um folhetim de versos[136].

Acontece aos melhores. No tempo, Chagas é trazido desde cedo ao colo. Em 2-VII-1863, a *Gazeta de Portugal* já anuncia o que fará barulho (pólvora seca, senhores) em 1865: «O nosso amigo e talentoso collaborador litterario, Pinheiro Chagas, tem mui adiantada a composição do seu poema, que em breve será dado á estampa. Ouvimos ler os dois primeiros cantos e julgamol-os de grande valor e notavel mimo.»

[135] Note-se a recorrência de *Anátema* no conjunto das comunicações em João Camilo dos Santos, cit. Mas relevo indicações de Júlio César Machado, *A Revolução de Setembro*, 6-VII-1854, e *O Ecco Litterario* (Lisboa), 15-VII-1855; sobretudo, Maria Alzira Seixo, "Espaço e paisagem no *Anátema*", *Prelo* (Lisboa), 18, Janeiro/Março de 1990: 21-32. Achegas ao folhetinista ante-*Anátema*, em Jacinto Baptista, "À volta da incursão camiliana no terreno do folhetim", in AA. VV., *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, cit.: 61-72.

[136] Cesário Verde, "Contrariedades", *Obra Completa de Cesário Verde*, ed. cit.: 35.

Novidade, que se não confirmará, chega a 24 de Julho: «Já démos aos leitores a boa nova de que o nosso amigo e collaborador o sr. Pinheiro Chagas, publicará brevemente o seu *Poema da Mocidade*. Hoje accrescentamos que, nesse volume, apparecerá tambem a Porcia de Alfred de Musset, esmeradamente vertida para verso portuguez por aquelle talentoso mancebo.»

Nem o melhor *marketing* de hoje criava ambiente tão favorável e inclinava os leitores para o que, visivelmente, estava longe de ser existência. São dois anos de preparação de um ambiente que há-de saturar, e explodir, por razões laterais ao poema. A tensão já vinha, porém, destes anos de 1862 e 1863, com o aparecimento de *D. Jaime ou a Dominação de Castela* e a reacção, de Ramalho, n'*O Jornal do Porto* (21-VIII-1862), ecoando na de João de Deus, n'*O Bejense* (7-XI-1863), que articulei na prosa sobre esses jornais.

Custa muito a Ramalho – para lá das questões de gramática, metrificação e moral induzida no poema – que o país vote ao esquecimento poetas mortos na juventude, caso dos portuenses Soares de Passos, Joaquim Pinto Ribeiro e Coelho Lousada. Mais: no ano em que Camilo se afirma de vez, sem demasias publicitárias, tanto burburinho só se explica pela feliciana "Conversação Preambular" e o que ela comportaria de ruptura de paradigma se, quase três séculos depois – neste ponto, João de Deus é cortante, para eterna admiração de um Teófilo –, *Os Lusíadas* deixassem de funcionar como nó do imaginário pátrio. Assim, a lírica é pretexto para argumentação *ad hominem* e isso porque o húmus subtextual – que os lisboetas queriam empolar para melhor altear a tese versejada – não alimentava suficientemente a vis nacional, indiferente a perigos de 'união ibérica' com que Ribeiro queria jogar.

O livro sai em Agosto de 1862. [Em 1874, irá na 7.ª edição[137].] São, para começar, mais de dois mil exemplares, por certo secundados pelas contrafacções brasileiras e folhetins, a acreditar em nota dos editores na 2.ª edição, de Fevereiro de 1863. Esta vinha sendo pedida ao autor desde 10 de Setembro, que, num compasso avalia as críticas favo-

[137] A edição mais recente é de Vítor Wladimiro Ferreira, que prefacia, Lisboa, Europress, 1991.

ráveis[138] e negativas. Entre aquelas, está uma, entre várias, de A. A. Teixeira de Vasconcelos, que lamenta algum adjectivo mais *realista* (como

[138] Texto não assinado d'*A Revolução de Setembro*, 15-IX-1862, com frechas a Camões e defesa da verosimilhança: «Assumpto de tempos pouco affastados; fabula natural e simples; ausencia completa de ficções sobrenaturaes, e estas substituidas pela elevação da idéa, pela magestade das situações, pela verdade dos caracteres; e em tudo varieddae aprasivel desde a narração e as imagens até á escolha do metro, são as principaes qualidades que a arte moderna consagrou e exige nos poemas. // O abuso da sciencia á força de requintar a poesia, transformou-a em absurdo. Desviando-se da naturesa, perdeu-a e condemnou-a a morrer ou regenerar-se. Ella preferiu o segundo arbitrio, e em toda a Europa está dando manifestas provas de progressiva renascença. Em França até a propria academia já propoem assumptos contemporaneos á emulação dos seus melhores poetas, e na apreciação das obras leva a palma quem melhor imitou a naturesa, não como servil copista mas como pomposo idealisador. A poesia photographica da escola chamada *réaliste*, é prosa cadente. Deve ser pintura e não photographia o labor dos poetas. // Ora o poema do sr. Thomas Ribeiro [...] escapou ao bolor classico e á prosa do realismo. O sr. Thomas Ribeiro é o poeta do seculo XIX. [...] É irreprehensivel na unidade do pensamento a que com menor propriedade chamavam de acção, e que resistiu ás revoluções modernas onde pereceram as unidades de tempo ede logar. Na verosimilhança, na egualdade, na proporção, nas transições, na symmetria, na regularidade e na ordem, guardou as regras da boa rasão, que são tambem as da boa poesia. Egualmente primou na variedade, requisito muito necessario para deleitar, sem offender mortalmente o principio da simplicidade. [...]»

A. Cesar da Silva Mattos, no «duplo dever de discipulo e amigo», assina quatro colunas e meia no *Archivo Pittoresco* (p. 218-220), dizendo, a certo passo: «Ha dois poetas que no presente seculo merecem fazer epocha na historia da nossa litteratura poetica – – Garrett e Ribeiro.» Insuspeito, Moniz Barreto dá-lhe primazia no cap. V de *A Literatura Portuguesa no Século XX*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1940. A propósito da «sobreposição do critério pedagógico ao estético» defendido por Castilho na "Conversação Preambular", *cf.* Margarida Vieira Mendes, "O conceito de poesia na 2.ª metade do século XIX à luz dos prefácios de então", *in* Maria Lúcia Lepecki, Maria Lucília G. Pires, Margarida Vieira Mendes, cit.: 66. Indispensável, Alberto Ferreira, *Perspectiva do Romantismo Português (1834-1865)* [na 2.ª ed., 1833-1865], Lisboa, Edições 70, 1971 [sobretudo, caps. 5 e 8].

De raros conhecido é *Roberto ou a Dominação dos Agiotas* (1862), paródia amiga de Manuel Roussado ao *D. Jaime*, com carta liminar de um entusiasmado Ribeiro. A 2.ª ed. (1867) vem "Annotada por muitos dos principaes escriptores comtemporaneos". Troca a invocação "A Portugal" por "A Lisboa" e seguem IX cantos sem chama pelos lugares de eleição intelectual e boémia da capital; ainda assim, o canto VIII, "O bêbado", arma os versos em bico, em convite caligramático a um bom copo.

dizer que os trabalhadores regressavam a casa "suados"[139]); Vasconcelos – dedicatário, com Castilho, na 2.ª ed., em cujo prólogo é respondido – anunciava no folhetim d'*A Revolução de Setembro* (31-VII-1862) esse poema, «que me parece exprimir melhor do que nenhum outro livro o que segundo opinião de gente mais entendida póde e deve ser a poesia no seculo XIX». Refere-se a Castilho. Em 19-IX-1862, arrisca, mesmo, particular conceito de crítica: «Quem não chorou lendo ou ouvindo recitar o poema de Thomás Ribeiro, carece da primeira qualidade necessaria para apreciar as obras poeticas, e não póde criticar esta. A critica do *D. Jayme* faz-se com as lagrimas nos olhos e a despeito dellas. A que não for assim, será forçosamente injusta.»

J. C. Machado entra no circo da publicidade com frase-*slogan* inserta no seu lidíssimo folhetim d'*A Revolução de Setembro* (12-VIII-1862): «Vendem-se duzentos exemplares cada semana!»

Neste ambiente, justo era que o entusiasmo sobrelevasse o que Ribeiro entenderia por «ódio» (1863, p. XI) crítico, mas convinha-lhe estremar posições, com, nessa 2.ª edição, explicações pessoais sobre os motivos de uma escrita e, já agora, resumo do argumento, para que nem se precisasse de ler poema acaso monótono, apesar da ginástica estrófica, rimática e metrificadora...

Desde 1854 – afiança-nos –, um ano antes de se bacharelar em Direito, já se falava em união ibérica[140]. Ora, a «idéa anti-iberica» (p.

[139] Curioso, aquele Duarte Dias, *Várias Obras em Língua Portuguesa e Castelhana*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1991: 120: «Eu suo, e inda mal, porque é forçado / Suar, que de outro modo não suara;», etc. «Será esta a primeira vez que o suor é usado como matéria poética?», pergunta o curador, António Cirurgião.

[140] De feito, é anterior, como demonstra, ao lado de Palmeirim, o *Dicionário* de Inocêncio, X, 1883: 47-48, que regista o número de obras sobre a união federal de antes de 1852 a 1881. *A Península* (1852-1853), primeiro, logo a *Revista Peninsular* (1855-1857), como vinham dar razão a temores e acautelar da traição. *Cf.* José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, 5, cit.: 947-948, 953; e subcapítulo de Victor de Sá, "A geração de 1852 e o intercâmbio cultural com a Espanha", *Perspectivas do Século XIX*, cit.: 210-216. Ver diversidade de artigos, favoráveis à união, por J. F. Henriques Nogueira, *Obra Completa*, tomos I e III, cit., 1976 e 1980; Pierre Rivas, "Utopie ibérique et idéologie d'un fédéralisme social pan-latin", *in Utopie et Socialisme au Por-*

XX) do seu poema assenta na recusa de qualquer tipo de anexação ou absorção tentada por qualquer um dos países. Um certo frenesi parecia dominar o alvorecer da nova década. Vasconcelos empreendera breve colecção de "Livros para o povo" a 120 réis e, do segundo volume [o primeiro de cem projectados fora sobre A. R. Sampaio, *O Sampaio da Revolução de Setembro*, 1859, 128 páginas, tradução-paráfrase da edição francesa, *Antonio Rodrigues Sampaio*, Paris, 1858, 56 páginas, com retrato, que também serve como historial da Imprensa e sua importância; o terceiro e último volume da colecção é *Duas Facadas. Narração Popular*, Lisboa, 1969], *A Fundação da Monarchia Portugueza. Narração Anti-Iberica*, 1860, esgotaram seis mil exemplares; houve reedição em 1864[141]. Tratava-se de um resumo do tomo I da *História de Portugal* herculaniana, precedido de alerta marcando posição política. De 1861 é a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, ou um "periódico anti-ibérico" como *Independencia*[142], e, qual mostrará Palmeirim em apêndice a *Portugal e os Seus Detractores* (1877), contra o ministro espanhol em Lisboa[143], esse sentimento mantém-se vivo desde 1580.

tugal au XIX^e Siècle. Actes du Colloque [Paris, 10-13 Janvier 1979], Paris, FCG/CCP, 1982: 319-330; Vítor Sérgio Quaresma, *A 'Regeneração'. Economia e Sociedade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988: 108-111; José Antonio Rocamora, "Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico", *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º): 631-652. Após a atenção que à civilização ibérica dedica Oliveira Martins [além do muito sobre Antero, a este respeito, note-se um João Medina, "Eça de Queiroz e o Iberismo – Reflexos da Questão Ibérica na obra de Eça de Queiroz de 1867 a 1888", *Sillages* (Poitiers), n.º 3, 1973: 9-31. De Espanha trata repetidamente no *Distrito de Évora*], F. Pessoa é, no séc. XX, o mais acutilante: por 1916-1918, retoma a questão do problema ibérico em *"Ultimatum" e Páginas de Sociologia Política*, ed. de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1980 [com interessados italianos de hoje: *Fernando Pessoa, Politica e Profezia. Appunti e Frammenti 1910-1935*, a cura di Brunello De Cusatis, Roma, Antonio Pellicani Editore, 1996: 117-157].

[141] Com ecos ao diante, como se observa n'*O Bracarense* de 13-IV-1864: «Este excellente livrinho foi approvado pelo conselho superior d'instrucção publica e adoptado pelo governo para uso das escholas.»

[142] Porto, 1-XII-1861. Desta cidade é, também, o «semanário popular» *A Independência*, n.º 3, 3/10-II-1861, n.º 4. Registo, antes e depois desta data, trintena de jornais reduzidos a dois títulos, com ou sem artigo definido: *(O) Independente*, *(A) Independência*.

[143] Em *A União Ibérica e a Candidatura d'El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do*

Ribeiro pega, assim, num Martinho de Aguilar, capitão de D. António, Prior do Crato, e nos dois filhos – Germano, amado por Aninhas, e Jaime –, opondo-lhes a castelhana família de D. César de Aragão, cru como os dois filhos, capazes de assassinar a irmã, Estella, que se apaixonara por D. Jaime. No cenário, esbatido, da vontade independentista que chega às vésperas do 1.º de Dezembro de 1640, um novo Viriato bate as faldas beiroas e a sua «justiça de selvagem» (p. XXXII) vem mais do que justificada. Melhor: sob o influxo d'*Os Miseráveis*, ainda frescos[144], Ribeiro encontra fundamentação literária para santificar os descaminhos e a embriaguez de D. Jaime, vida «que tanto escandalisou alguns moralistas do norte» (p. XXV) – dispara, a pensar em Ramalho. E a incontornável tese: «A familia dos Aguilares é a nação portugueza esmagada, vilipendiada pela dominação de Castela.

D. Jayme *está dentro da lei, enquanto a Hespanha não sae fóra da justiça*.» (p. XXXVII)

O que vemos aqui? Obra de resistência. Mas, no século XIX, resistência ao que era ameaça 'conjugada' pelos ideólogos de Lisboa. Poderia, assim, um poema de indivíduo em lapso concreto da História rivalizar com *Os Lusíadas* em História de séculos maioritariamente eufórica? Ainda que sobre uma resistência verdadeira fazendo comungar o tempo da história e o momento da leitura, não há poemas desses que se erijam em modelos pátrios. Seria confessar o eterno prazer da submissão nacional... No que ninguém reparava.

Existe coloração a acrescentar àquele subtexto político e huguescamente literário (ou de romantismo social) e que, hipotética embora, não deixa de perturbar. Sobrepaira à sociedade portuguesa, desde 1850, questão religiosa e, agora, em 1862, o ajuste de contas é também pessoal. No *D. Jaime* se cristalizariam, pois, essas quatro camadas. Vejamos.

---

sr. Fernandez de los Rios Mi Mission en Portugal, Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, 1878, colaboram António Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas.

[144] O tremendo êxito deu nisto: Hugo, desejoso de saber se a obra se vendia, escreveu ao editor: «?» Resposta: «!» Há cartas mais breves?

Ao lado da férrea vontade de independência está a percepção originária dessa independência, desiderato divino, promulgava *O Bobo* na versão d'*O Panorama*. Mas, em 1850, *Eu e o Clero* arrasa quanto Herculano pensava sete anos antes e, sobretudo, faz vacilar os alicerces da ideologia político-religiosa que congraçava milagre e independência. A razão divina desta quedava anulada; os fundamentos da psicologia nacional, abalados.

Meses antes de *D. Jaime ou a Dominação de Castela* – dos raros títulos que em si trazem a disjunção, a exclusão pura, como se nos pedisse para votar naquele *ou* nesta – sair à luz da publicidade, a Câmara dos Deputados debatia a eleição dos padres. O discurso de Mendes Leal visava o Herculano pós-1850[145], que Tomás Ribeiro sustenta na derradeira quadra.

O ataque de Mendes Leal é sintomático: «odio rancoroso d'uma disputa litteraria» tem efeitos perversíssimos na política nacional; ao recuar doze anos, não precisava de esclarecer que há motivos pessoais nas formulações ideológicas de Herculano e que ele, Leal, está com outro grupo. Do relato d'*A Revolução de Setembro* vemos quanto disse:

> No artigo 10º do decreto eleitoral exclue-se o clero da camara dos deputados! Qual será a rasão politica deste ostracismo? Será porque os bispos do ultramar, e os parochos, quasi todos collados, se consideram empregados amoviveis á vontade do governo? Será porque façam falta nas suas dioceses e parochias? Mas nesse caso porque admittis os juizes, os conselheiros d'estado, os professores e militares? A rasão é outra e achar-se-a facilmente no *opusculo* EU E O CLERO! Despresou-se o artigo 68º da carta para satisfazer ao odio rancoroso d'uma disputa litteraria; praticou-se o contrasenso de negar a entrada na camara dos deputados ao clero, que a tem de direito na camara dos pares! – – o clero que agradeça ao governo actual e ao nobre duque de Saldanha tão distinta consideração.

[145] É comovedor ver Júlio de Castilho interrogar, nas *Memórias de Castilho*, os porquês circunstanciais da dissensão entre o pai e o historiador, distraindo-se deste problema de fundo, em que amigos se faziam guardas-avançadas contra inimizade de princípios, o que relembra as sucessivas causas pessoais de que está cheia a nossa tão doméstica literatura.

Na sequência, o redactor [A. R. Sampaio?] só lembrava:

> O decreto de 20 de Junho de 1851 não excluia o clero da camara dos deputados. Tornava inelegiveis os parochos e curas d'almas. A intenção era clara. Não queria separar nunca o pastor do seu rebanho, nem que se intromettesse em negocios de estado aquelle que era chamado pela sua missão a funcções que exigiam a asistencia de todos os momentos.

Mendes Leal tinha razão. As contradições do decreto estão à vista quando se mostra paternalista e discriminador. O negócio das almas é diferente do negócio do Estado, quando a este convém. Discrimina, postula e até diz como conduzir-se o cura de almas. Mas, ao visar *Eu e o Clero*, interessa-lhe menos o facto consumado que posição religiosa pessoal a consumir em lume brando. É o mesmo que Ribeiro perguntar: «[...] que nos quer a Hespanha?» De imediato respondendo, no fecho do poema:

> Quer insultar a lapide funerea
> que pesa sobre vós, heroes de *Ourique*!...
> Estremecei de horror, filhos de Henrique!...
> Repercuti meu canto, echos da Iberia!

Dar rima e sentido à matriz Henrique / Ourique[146], no quadro de diferendos religiosos e pessoais cujas posições alastravam ao discurso anti-ibérico circunstancialmente empolado, passou, assim, por uma «estrutura novelesca [que] aproveita os ingredientes da novela folhetinesca em moda: a mulher desonrada e abandonada, a enjeitada [Guiomar, filha de Estella e Jaime, por quem este se regenerará], o herói perseguido a monte, o assassinato cobarde, o encarceramento injusto, etc.»[147] Mais

[146] Ourique «fundava essa independência num direito superior ao dos reis», sintetiza A. J. Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, cit.: 163-166 [166]. Ver L. F. Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade* (*Revista da Faculdade de Letras*, III[a] série, I), Lisboa, 1957: 168-215; Ana Isabel C. Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987.

[147] A. J. Saraiva, Ó. Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, ed. cit.: 862.

do que respirar importância, *D. Jaime* absorveu questões ao tempo relativamente importantes, sendo, também, mérito seu esse decantado «Jardim da Europa à beira-mar plantado» a que a ignorância dá falsas atribuições. Bem pior, um inodoro poema-folhetim teve galas escusadas e promoveu novas guerras.

... Desde 1863, pois, criava-se ambiente propício ao tal *Poema da Mocidade*. Um cheirinho sucedeu na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* [t. V, n.º 2, Maio de 1864: 76-90], com apresentação da Invocação e Canto Primeiro. *A Revolução de Setembro* anunciava, em 10-IV-1864, a sua conclusão e, em 1-VI-1864, continuava a designá-lo por *Poema à Mocidade*. Em 8-IX-1865, reproduzia, do *Jornal do Porto*, algumas estrofes. Culmina a celebração no folhetim de 31-X. Se Ribeiro antecedera nove cantos de um "A Portugal", Chagas reduzia-se a quatro e fazia "Invocação à Mocidade". Em tudo era mais pobre, e limitado no enredo[148].

No seu folhetim d'*A Revolução de Setembro*[149], Olímpio de Freitas dirige "Carta ao folhetinista da *Gazeta de Portugal*": «Que é feito, meu querido Pinheiro Chagas, daquele teu lindissimo *Poema da Mocidade*, cujo primeiro canto apenas publicou a *Revista Contemporânea*, mas de que tantos e tão preciosos fragmentos me tens tu por várias vezes concedido o prazer de te escutar?»

Diz o poema «verdadeiro *bouquet* de pedrarias finas» e Chagas «poeta de alma e coração», como pretende argumentar com a história

[148] Um mau passo, cuja glória precisaria de justificar, paulatinamente, na tarimba de redactor e director emérito, bem como de folhetinista de pulso. Além de cronista disperso, *habitué* dos *Brindes* do *Diário de Notícias*, grande parte da dicção transitou por jornais e revistas: *Archivo Pittoresco* e *Gazeta de Portugal*; *Flor Seca* (1867) saiu no *Jornal do Comércio*; *Tristezas à Beira-Mar*, n'*O Comércio do Porto*, e trad. em francês e espanhol; *A Descoberta da Índia (contada por um marinheiro)*, no *Diário de Notícias*, 14-XI-1890/11-I-1891 [a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* pensa – – mal – que o romance saiu, com *O Baluarte de Diu*, no *Brinde aos Srs. Assinantes do Diário de Notícias* (1989)].

[149] Este diário encarrega-se da conveniente publicitação e J. C. Machado não podia faltar com o seu folhetim "*Poema da Mocidade...*", em 31-X-1865. Secunda Bulhão Pato, no n.º 9 da *Revista do Seculo*, 1-XI-1865: 263-275.

de Artur «n'uma epoca de prosa». De sobreaviso contra a «escola utilitaria [que] ha-de censurar asperamente estas effusões de lyrismo sem importancia social» (p. XI), Chagas é louvado, mesmo, por um Ramalho, ao intervir na Questão com *Literatura de Hoje*: mas o que vale em inspiração falha em reflexão, demonstrando como foi «escrito intercadentemente e a trancos», com discrepâncias no metro e na palavra, «inaugurando, bem ou mal, entre nós o poema-folhetim, inspirado no seio duma sociedade que todos conhecemos, e escrito na linguagem que todos falam, [...].»[150] Compreende-se, se assim é, que Cesário (com "A forca" no folhetim do *Diário de Notícias* de 12-XI-1873, onde se estreia), verberado no tomo X d'*As Farpas*, não conhecesse a linguagem do tempo... A inanição de projecto badalado por mais de dois anos salta aos olhos; não há uma situação, personagem ou simples verso que tenham ficado; não era, também, a primeira nem última vez que a vida cultural do país se concentrava no paratextual. Fique, então, síntese do enredo de poema que se pretendeu folhetim, se entremostrou como tal e daria azo a continuada guerra cujos focos foram já neste século reduzidos a volume.

O Canto Primeiro, "Idílio", provê ao encontro e primeiro beijo.

O Canto Segundo, "Tentação", apresenta-nos Ema, filha de inglesa «empertigada»: carta noticia morte do pai e Artur afasta-se. Ema troca, entretanto, dois olhares com cavaleiro rico, que a mãe, «fria calculista», aproveita. Ema, insegura, «hesitou... mas, fascinada, / a casta virgem cedeu!». Regressado, Artur sabe por vizinho da frente que mãe e filha se mudaram e que esta se tornou viscondessa: «Arthur tremera e caíra, / / desamparado no chão.» Recobra os sentidos em casa do velho; em lamento murmurado junto a húmido salgueiro, diz adeus à mocidade.

No Canto Terceiro, "O Baile", é o reencontro: rodopiam «mudos, sinistros», e, já pelo jardim, Artur propõe a fuga. Ema só concede um beijo, no instante em que surde o afinal conde – e ela «cai desmaiada no chão!», tudo demasiado exclamativo, como já se anunciava desde a Invocação. Artur é desafiado para duelo na madrugada que aí vem.

[150] Cito da minha introdução às *Farpas Escolhidas*, 1991: 22.

Canto Quarto, "A Freira". Artur mata o duelista e foge, deixando carta para Ema. O à-vontade interpelativo do início, que Chagas folhetinista domina, regressa: «Entremos, leitor amigo, / n'aquela casa modesta, / [...]». Inclui-se "Diário de um moribundo": Artur soubera por velho que Ema se fez freira e, enquanto se fina, desespera por vê-la; monjas e capelão intercedem: Ema corre para o último suspiro de Artur e o «lívido alvor da madrugada» encontra «junto ao cadaver hirto, um vulto branco, / que arfava em convulsões de dôr intensa».

Paquita (1866), de Bulhão Pato (*Revista Peninsular*)[151], e *A Morte de D. João* (1874), de Junqueiro (*República*, 2.º ano, n.º 29, Lisboa, 1-I--1875; ausente de *Jornais e Revistas*...), são, igualmente com excertos, dos poemas mais conhecidos em folhetim.

Já a Imprensa de província é useira e vezeira na apresentação de poemas. O espaço adapta-se à extensão dos mesmos, que podem igualmente surgir noutras secções. Seja, não inspira um texto a fazer-se. Com *D. Jaime* e o *Poema da Mocidade*, havia, desde logo, o fluxo reflexivo

[151] Vol. 2, n.º 1, Setembro de 1856: 13-22. No *Diário de Notícias* de 18-XII-1871, temos outros versos "Depois das primeiras estancias do canto X da *Paquita*", datados de 14-XII-1871. Aquele "poema da actualidade", iniciado em 1852, acompanhou-o na última quinzena de anos que Herculano passava na Ajuda, a que o "Patinho", conviva da Lisboa nobre e intelectual de que foi tão bom memorialista (*Memórias* / I – – Cenas de infância e homens de letras, 1894; II – Homens políticos, 1897; III – Quadrinhos de outras épocas, 1907: estes volumes alargam conversadas evocações de *Sob os Ciprestes. Vida Íntima de Homens Ilustres*, 1877, todos reeditados em 1986; e já calorosamente tratado em Júlio César Machado, *Aquele Tempo*, em *Cláudio*, Lisboa, s. d. [1875]: 257-260), acorria regularmente. Subjaz-lhe um propósito nacionalizador. Sextilhas decassilábicas, contra o alexandrino aconselhado por Castilho no *Tratado de Metrificação Portuguesa* (1851) – espanholizem embora, uma vez mais, criação entre o folclórico e o social – retratam a andaluza Paquita, «*alta e morena, / A cintura um anel, negro cabelo, / Sorriso tentador, / boca pequena*», e seu primo, órfãos e apaixonados, à sombra de uma tia. Narrativa metrificada, vive de quebras abruptas e momentos de suspensão, em que se adianta voz de folhetinista num diálogo permanente com a leitora e, menos, o leitor. Se desmistifica um trovadorismo que estreou em 1850, ainda aqui com a inevitável «Virgem de olhos azuis, pálida e triste», esta prosa dos seus versos, decerto longe da de Cesário, tem o seu quê de desfaçatez face ao bom comportamento do recém-polémico *Poema da Mocidade* (1865). O dodecassílabo há-de, entretanto, vencê-lo na segunda parte de *Cantos e Sátiras* (1873).

e interpelativo que colabora na passagem de narrativa em verso, algo que também fará João Penha com o poema herói-cómico "Tancredo", na *Revista de Coimbra* (1865-1866). Releve-se, todavia, na infinidade de originais só por milagre razoáveis e na imparável pirataria que sofre a Imprensa de Lisboa e Porto, bem como qualquer colectânea de nome em vista, uma que outra grata excepção em que o folhetim é arma de combate duradouro. Assim, por exemplo, a ameaça da introdução de impostos e, antes da sua chegada, um ano de quadros opondo luxo e pobreza e propostas de solução no folhetim do funchalense *A Voz do Povo* (1867-1868). Se um bom governo não se faz sem impostos, urge, primeiro, que o povo tenha meios "com que trabalhar" (28-III-1867), o que bem perceberam os emigrantes. Deixa, por isso, de haver luxo? A flexibilidade do verso, o deixa-andar no dizer, tornam estes e tantos folhetins anónimos momentos de soltura e criatividade que os recomendam à grande antologia da sátira portuguesa – ainda por elaborar. "A Portugueza", marcha e futuro hino, vai entrando nos olhos... [152]

D. FOLHETIM-CARTA

Muito antes das modernas secções – Cartas, Cartas ao Director, Correio do Leitor, etc. – e ao lado da 'Correspondência' de colaboradores ou correligionários transformada em notícia, encontramos inúmeros rodapés contendo interlocuções de certo narrador com amigos, parentes e inimigos de estimação, num processo que, assente no pseudónimo ou em nomes paródicos, vergasta a folha e redactor adversários por razões de luta partidária, discute de tudo, propõe artigo, sem mais.

Vimos aquela virulência no *Periódico dos Pobres no Porto* (1838), quando ainda nem trazia 'folhetim' à cabeça; de *O Setubalense* (1-VII-

[152] Por exemplo, logo a abrir *O Commercio* / Bi-semanal Independente, Angra do Heroísmo, 15-V-1890 / 12-XI-1891, n.º 174.

-1855/27-XII-1857, n.º 131)[153] a miríades de títulos[154], é a modalidade em que todos mais livres se sentem, aproveitando esse espaço para propostas inimagináveis; sintomaticamente, o primeiro folhetim assumido como tal no *Correio de Lisboa* (20-X-1841) será carta. Nada mais natural, tratando-se de fórmula que visava lisonjear o leitor e memorava, afinal, a íntima relação da carta e da gazeta nos primórdios seiscentistas desta[155]. Divertida "Bernarda culinária" num *Diário de Notícias* ainda embrionário é preito de homenagem à Língua[156]. "Carta Folhetim" declara-se n'*O Pensamento* / Folha Litteraria e Noticiosa (Lisboa, 8-VIII-1863) ou "Carta-Folhetim" e "Carta da Provincia" n'*A Revolução de Setembro* (20-XI; 21-XII-1867), entre inúmeras. Entre poema e carta, lá vai, numeroso, Urbano de Castro, redactor principal d'*A Civilisação da Africa Portuguesa* (Luanda, 6-XII-1866 / 26-IX-1869, n.º

[153] "Carta de Gamalho Palhões a Silvestre Lapurdio", com expressões de afecto em francês a abrir e fechar; "Carta do Barão de Rilhafóes ao seu compadre Borraxeiro em Palhares", etc.

[154] Nos anos 50, muitas são em verso: "Carta do Padre Çapata ao seu compadre do Paul"; «Charo mio, adeus, adeus!… / Olha lá como te ageitas; / Terno abraço, um doce beijo / De certo que não regeitas / Deste que tanto te adora / Pedro Gonsalves de Freitas.» (Era este redactor d'*O Direito*, semanário do Funchal, 4 e 25-XI-1857.) "Carta d'um noticiarista ao seu amigo Lucifer" quadra no n.º 6 de *Lucifer* (Lisboa, 4-II / 5-XI-1864, n.º 48). Eduardo Ernesto de Carvalho assina outras estrofes na *Imprensa Livre* / / Periodico Politico, Commercial e Litterario (Funchal), 10-IX-1868. Faustino Brazão endereça ao *Diário de Notícias* madeirense (8-VII-1877) "Carta / a proposito do folhetim intitulado / 'Os Pseudonimos"', dirigindo-se ao 'Illustrissimo Snr. Publico'. Cartas verrinosas em prosa ou verso alimentam *O Ecco Popular*: por exemplo, "Carta do Zèzinho, ao primo Antoninho Morgado (18-V-1850). A Imprensa pode servir, mesmo, para inserir regulamentos camarários ou para D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal, enviar carta pastoral em sete folhetins (*A Verdade* [23-I-1875/30-XI-1895, n.º 999], 1889).

[155] Ver Roger Duchêne, "Lettres et gazettes au XVIIème siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* (Paris), tome XVIII, octobre-décembre 1971: 489-502.

[156] Um prazenteiro Anastácio Pimenta Portugal e Cruz protesta, junto do "Sr. redactor" – opção maioritária de interpelação – «contra os desmarcados abusos da lingua franceza nas nossas coisas. // A febre do gallicismo, horrivel epidemia de que somos victimas, não se conserva só na republica das lettras, devasta outras republicas e com especialidade a republica das caçarolas. Os dominios da cosinha e da copa estão affectados.» Exemplifica, de seguida, com a lista de guisados franceses aparecida no n.º 34 e que se apressa a dar em lídimo português (n.º 39, 17-II-1865).

152). Alberto Pimentel folhetiniza desde 12-XII-1871, no *Jornal do Porto*, as suas "Cartas do Inverno".

Quando, 125 anos depois, Agustina Bessa-Luís remete ao *Diário de Notícias* as "Cartas do Campo Alegre" [I-XXVI, 4-II/29-VII-1990: 7], já nos atemos a um registo intencionalmente literário – convizinho das *Cartas de Inglaterra* e outros fradiquismos ecianos[157], daquele segundo tomo d'*As Farpas* ramalhianas intituladas "As Epístolas" –, longe das cartas familiares (que igualmente admitem a autobiografia) devidas, como em nenhum outro século, *et pour cause*, às sucessivas gerações de dialogantes, regularmente descobertos.

Mas informação e sigilo inerentes à missiva suscitam entusiasmo e apreensão. O anonimato jornalístico acompanha[158]. Nisso, e na cor local[159], jogou *O Mistério da Estrada de Sintra. Cartas ao 'Diário de Notícias'* (23-VII/27-IX-1870) – título completo, dividido no título

[157] Lista de pormenor em Andrée Crabbé Rocha, *A Epistolografia em Portugal, Coimbra*, Livraria Almedina, 1965 [Lisboa, INCM, ^{2}1985]: 328. Para as cartas de Teófilo Braga à noiva, também folhetinizadas, *cf.* p. 318-319. A p. 346, e sobre Gomes Leal, propõe a "carta-ficção", que calha melhor a *O Mistério da Estrada de Sintra*.

[158] Ou a pseudonímia, como em, também a quatro mãos, *Docteur Louche* (*La Presse*, 9-II/26-III-1889), assinado por André Vervoort e Pierre Myr, este, de facto, Barrès. *Cf.* Émilien Carassus, "Maurice Barrès feuilletoniste", *Revue d'Histoire Littéraire de la France* (Paris), n.º 1, Janvier-Février 1970: 90-97. Contra a já «sédiça» questão do anonimato nos jornais pronunciou-se a *Tribuna* (Lisboa, 1-I-1899/30-XII-1901, a. 3, n.º 46), a abrir: «A *phisionomia* do jornal moderno accentuou-se no sentido do anonymato, e até á custa do anonymato – e não é já possivel alteral-a, ao menos sem uma reforma muito profunda nos processos do jornalismo, [...].»

[159] «[...] Era uma formosa phantasia, velada por nevoeiros espessos, cheia de mysterios, um quadro de Ponson du Terrail deliciosamente colorido por dois pintores de mão firme e arrojada intelligencia. // Houve o proposito de attrahir as atenções do publico e conseguir o grandissimo milagre de o ter em sobresalto, febricitante, impaciente, suspenso. Foi por isso que os authores deram á primeira parte a *côr local* e levantaram um perystillo sombrio, se perystillo se pode chamar ás primeiras paginas d'um romance que começa pelo fim. // N'este novo machinismo, n'esta substituição de molas, está decerto a razão da curiosidade que moveu o publico. [...] // Se houvessemos de aventar juizo, concordariamos plenamente com Pinheiro Chagas em que – "o principio tectrico e mysterioso não se liga bem com a narrativa que se desenvolve depois." Esta desproporção é talvez o maior senão da obra. [...].» "Noticiario", *Jornal do Porto*, 1-II-1871. A opinião de Chagas vem no folhetim do *Diário de Notícias*, 23-I-1871.

propriamente dito, e como é conhecido, em subtítulo e, neste, a indicação remática, que esconde a indicação genérica –, só possível dentro da verosímil *naturalidade* do gesto epistolar[160] e a cumplicidade do redactor Eduardo Coelho, acobertando par até ao último dia. Significa que há, num primeiro momento, informação e sigilo inerentes à missiva e, mesmo, anonimato jornalístico. Essa tripla condição, caucionada por redactor, é lida dentro da verosímil naturalidade de uma particular interlocução. A ficção que se possa depreender não é, por isso, questionável.

Por outro lado, o leitor, no horizonte dos 'mistérios' (título, afinal, temático-remático), também colabora, já percebendo a marca da serialidade, repetitiva e identitária. Aquando da 2.ª edição em livro (1885), encaixa-se prefácio (14-XII-1884) – carta, afinal, ao editor da obra.

Tem sucedido um descaso, que a sugestão paratextual não admite. Assim, no corpo da primeira página de sábado, 23 de Julho de 1870, informa-se, sob o título "O MISTERIO DA ESTRADA DE CINTRA", ter chegado na véspera à redacção «um escripto singular». Essa carta, «não assignada», continha «o principio de uma narração estupenda, que dá ares de um crime horrivel envolto nas sombras do mystério»: «Trata-se da sequestração nocturna de um médico, e de um amigo seu para assistirem a um acto gravissimo e demais factos subsequentes.» Sairia no folhetim de domingo, opção que poderia, desde logo, denunciar trama

[160] Eça já antes *escrevera* no *Diário de Notícias*: «Sr. redactor. – Accedo com a mais perfeita vontade», etc. Assim arranca, após o sumário, a série "De Port-Said a Suez", a 18-I-1870 paratextualizada como segue nos 'Assumptos do Dia', acima do filete: «Começamos a dar hoje uma interessante descripção das festas de Suez, feita pelo sr. Eça de Queiroz, um dos unicos quatro ou cinco portuguezes que a ellas assistiram.» Sai nos dias 18, 19, 20 e 21, com a assinatura E. de Q.

Note-se o seguinte: uma carta tem um destinatário, singular ou plural; entre esta verdade e a destinação em narrativa, interpõe-se a dedicatória autoral, tão comum, e, tantas vezes, soluções alternativas, como a epígrafe (relação com epigrafado) ou o prefácio (relação com o leitor, etc.). Espanta, assim – como quem ignora casos sobre casos, ou procura adaptar-se à teorização de G. Genette – quanto, erradamente, escreve Daniel Couégnas, *Introduction à la Paralittérature*, cit.: 49: «En revanche, d'autres éléments paratextuels, fréquents dans la 'grande littérature', sont presque toujours absents dans la paralittérature [o folhetim é visto como tal], qui ne fait guère usage des épigraphes et exergues, non plus que des dédicaces et des préfaces, parce que le métalangage participe des mécanismes de 'légitimation' littéraire.»

romanesca. Mas o leitor é crédulo; prosa convincente ajuda. Com um final intrigante, e sem jornal às segundas-feiras, a emoção recrescia.

E assim continuou, entre 24 de Julho e 27 de Setembro de 1870: mas, postas as revelações finais, o processo só encerra a 28, com a "Última carta", em que, dirigindo-se ainda ao "Sr. Redactor do *Diário de Noticias*", os signatários autorizam a revelação das suas identidades: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão.

O que começava por ser notícia com os ingredientes insuperáveis também na folhetinomania do século (crime horrível, mistério, curiosidade, contraditórias conjecturas...) passou a romance-noticiário e cada carta-ficção aumentava o interesse. Erra, pois, a edição (todas, pelos vistos) que, incluindo a "última carta" – sem nada a ver com o enredo –, escamoteia a nota cúmplice do redactor Eduardo Coelho[161]. Da história em rodapé – pura mistificação – faz parte, aliás, o repetido e mistificatório aparato epitextual acima do filete organizado por Coelho, mostrando uma porosidade – evidente desde *Les Mystères de Paris* – entre o que fica dentro e fora do filete horizontal, contaminação que urgia estudar em vários outros casos. Mais: certa recepção crítica, de início anónima, deveria juntar-se-lhe, pela comezinha razão de que um dos autores fala na terceira pessoa em correspondência para o *Jornal do Porto*, onde tem "Correio d'Hoje" – é Ramalho, claro está. Edição crítica mostrará, entretanto, as diferenças entre o texto do diário, a edição em livro e a que, 14 anos depois – terceira, assumem –, prefaciam (Porto, 1885), na qual, em "carta ao editor", explicam essa aventura como quem quer acordar Baixa política, social e culturalmente amodorrada...

[161] João Gaspar Simões transcreve essa local na sua *Vida e Obra de Eça de Queirós*, ed. cit.: 244. Lembre-se, de Ofélia Paiva Monteiro, "Um jogo humorístico com a verosimilhança romanesca. *O Mistério da Estrada de Sintra*", três partes na *Colóquio/Letras*: n.º 86, Julho de 1985: 15-23; n.º 97, Maio-Junho de 1987: 5-18; n.º 98, Julho-Agosto de 1987: 38-51. Ter-se falado em "romance-noticiário" como dominante não altera a situação de romance-folhetim: a ideia é lançada por Ramalho em carta de 25-II-1915 a Alfredo da Cunha, analisada por Luiz Teixeira, *A Casa das Sombras*, Lisboa, Editorial Notícias, 1973, sobretudo, p. 107-116. Maior detença em Maria de Lurdes Sampaio, *Aventuras Literárias de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão*, Coimbra, Angelus Novus, 2005.

Há questões problemáticas: com Eça em Leiria, que textos lhe são devidos? Que autores vêm mimados, neste sequestro por quatro mascarados na estrada de Sintra, além do sentimental Feuillet e do labiríntico e inverosímil Ponson du Terrail (referência *in texto*, com Soulié), lembrados em 1884? Será este primeiro policial português devedor de Poe, já largamente citado por Álvaro do Carvalhal na Coimbra de 1865?

Da exposição do doutor ***, chamado a confirmar morte de jovem opiado, ressalta a convicção de que, assassínio ou suicídio, há mulher no caso. Separado do amigo F..., e na companhia do mascarado alto, são sobressaltados pela entrada furtiva de A. M. C., que confessa crime negado a seguir. Chocado com o decurso do folhetim, um amigo deste, Z., quer repor a verdade e criar um álibi para A. M. C.; as suas cartas reforçam, afinal, a verosimilhança de um dizer que já atormentara o governador civil de Lisboa, exigindo averiguações, com o que o próprio texto delira. F..., retido, intervém por interpostas cartas enviadas ao médico, que deserta para hospitais franceses; a narrativa do mascarado alto, central, recreia-nos por exóticas viagens e aproxima-nos de figuras vitais, sem, porém, resolver o enigma; encaixam-se, aí, revelações de A. M. C. e o resultado de encontro ocasional com beldade na noite lisboeta, a condessa de W., que intervala com as suas desgraças inauguradas em Paris – «Não sou uma mulher, sou um *romance*» – a fala do jovem estudante viseense, regressado ao amor de Teresinha. Explicado imbróglio aqui impossível, e por despedida, vemos um episódico Carlos Fradique Mendes e F..., escritor público, escrevendo livro a quatro mãos – homologação de processo saturado, em 1985-1986, no mesmo matutino, pela experiência de Clara Pinto Correia e Mário de Carvalho, com *E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?* (Lisboa, 1986; ^{2}1996). Livro «cismado e não observado» – reconhecia Eça no citado prólogo –, assim vinha paga, brincada e conscientemente, dívida à imaginação, esquecida desde Junho do ano seguinte no também comum projecto d'*As Farpas*...

E. FOLHETIM TEATRAL

É modalidade rara nos anos 40 e 50, se descontarmos algumas como a *Revista Universal Lisbonense* e *A Ilustração Luso-Brasileira*, activa nos anos de 1856 e, sobretudo, 1858 e 1859. A chusma de traduções, porém, mormente nos periódicos da especialidade, terá prejudicado bastante arte ao tempo de forte carga social[162]. Também há milagres: *A Lei* (Lisboa, 1-IX-1949/13-VIII-1853, n.º 1157), diário redigido por Mendes Leal, Júnior, dará, todavia, deste, a comédia em 2 actos "A Afilhada do Barão" (4-XI-1850) e o drama em 5 actos "O Tributo das Cem Donzelas" (25-XI/19-XII-1850), além de outro de E. Biester, apresentado pelo próprio (18-VI-1853). Libretos e excertos de ópera são uma variante apreciada: o *Jornal da Noite* (Lisboa), só em Dezembro de 1890, oferecia Donizetti, Bellini, Gounod.

Opta-se por peças curtas – maioria de provérbios – e não encontramos obras-primas. As situações conservam, ainda assim, algum interesse e razão para expectativa, embora as falas sejam subsidiárias, ou homólogas, das em que a ficção exagera.

Após o Garrett de *Falar Verdade a Mentir* (1 acto, embora de comédia, 1845), e excerto d'*As Três Cidras do Amor*, de Mendes Leal, na *Revista Universal Lisbonense* (15-II-1849), é na mesma que João de Andrade Corvo oferece o provérbio "Amor com amor se paga" (2.ª série, tomo II, 9.º ano, 1849-1850: 4-9, 15-17, 28-31 e 42-43). Sir William Tremain, prostrado pela morte do primeiro amor, é trazido pelo amigo D. Luís de Meneses da Escócia scottiana para a romântica Sintra. Mas a sociedade lisboeta é tão formal como as que, num ano de incessante

[162] *Cf.* Vítor Manuel de Aguiar e Silva, "O teatro de actualidade no romantismo português (1849-1875)", *Revista de História Literária Portuguesa*, II, Coimbra, 1964-1967: 127-198. Utilíssimos são, igualmente, Maria de Lourdes Lima dos Santos, "O 'drama social'", *Para Uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, cit.: 56-92, e Fernando António Almeida, *Operários de Lisboa na Vida e no Teatro (1845-1870)*, cit., sobretudo a 3.ª parte, "Operários de teatro", onde, a partir de um *corpus* de 18 peças, entramos nos palcos cénicos e da vida de seres com um papel importante no país que vamos sendo.

turismo, conheceu no coração abatido. Luís pede, todavia, à irmã, Sofia, a já viúva marquesa de Alicante, que nele reacenda a esperança pela vida, em vésperas de regressar à Inglaterra. Ramo de violetas, uma voz ao piano, dominó perpassando em baile incendeiam quem, sobre ter conhecido Walter Scott, viveu apaixonado pelas suas mulheres loiras; Sofia, entretanto, que o recebe antes do baile para que foram convidados, dera-lhe, por carta, encontro nesse mesmo baile – e nota a impaciência pelo atraso… Num diálogo de subentendidos, a que acorre o inevitável Musset, a *entrega* do coração por uma Sofia desvelada cumpre-se por meio do álbum – não o que o irmão julga, à disposição de todos, mas o íntimo, que Sofia busca no quarto e manda depositar na carruagem de William, que aí desenhará uma paisagem. Deste modo subtil, sem deixas ao tempo perigosas – seja, por interposta literatura, autores e personagens, *clichés* de Sintra e evocação da mulher-anjo escocesa ou peninsular, passagem de álbum –, se derrete frio coração das brumas até ao grato beijo na mão, como pedem as conveniências – ambos cúmplices na frase proverbial, a fechar.

Esta moda dos provérbios é mussetiana e, até, de Feuillet. Procura-se a actualidade, alguma aristocracia, talvez um primo cínico para contrapontear coração sofredor, menina de 16 anos e um salão. A. P. Lopes de Mendonça (que já traduzira, entre tantos, *Il Faut qu'Une Porte Soit Ouverte ou Fermée*, de 1845, representado na Comédie Française em 7-IV-1848) – *Uma Porta Deve Estar Aberta ou Fechada*, dez páginas a duas colunas, constitui o n.º 1 da colecção Theatro de Sala – junta, assim, a drama em 4 actos de cena quinhentista – *Afronta por Afronta*, pela primeira vez representado no D. Maria em 19-XI-1848, 2.ª ed., 1858 –, os provérbios em 1 acto *Já É Tarde* (Lisboa, 1849; provérbio político escrito em três noites, de estrutura semelhante à de Corvo: um Eduardo infeliz correndo mundo, além de D. Luís, a viscondessa e Amélia), *Casar ou Meter Freira*, *Como Se Perde Um Noivo* [2.ª ed., 1858] e *A Bom Entendedor Meia Palavra*[163].

[163] É este o título completo, como não pensa um J. G. Simões. Escrito em francês, representado no D. Fernando, em 1853, por companhia francesa, participa de *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, cit.: 87-107. Como *A Bom Entendedor, Meia Palavra*, ainda estreia na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, n.º 1, 1-IV-1859. Outras

O mesmo Júlio César, com *Amigos... Amigos...* (Lisboa, 1853), outro provérbio em 1 acto, composto para ser representado num teatro particular, entre assistência escolhida, com esperado êxito. Na "Carta a Francisco Palha", dedicatário, com que encerra o opúsculo, Machado fala da moda recente do provérbio que, porém, já estiola[164].

Sucesso no Porto teve *Poesia e Dinheiro*, diz Andrade Ferreira na 'Revista Litteraria do Anno de 1855' d'*A Ilustração Luso-Brasileira* (n.º 2, 12-I-1856: 19). Drama em 2 actos – de facto, *Poesia ou Dinheiro?*, com 2.ª ed. autónoma em 1862 e desde a 3.ª, 1908, no *Teatro* (vol. II) – integra as *Cenas Contemporâneas* (1855), ao lado de *Patologia do Casamento*, que, também drama, corre nas modernas edições...

Entre 7 de Dezembro de 1854 e 16 de Março de 1855, *A Concórdia* (Porto) traz *A Filha do Arcediago*, primeiro volume de um «complexo de romances, *denominados Scenas Contemporaneas* [que] será uma curiosa resenha dos costumes de Portugal, especialmente aquelles de certas classes que não teem merecido a particular observação dos escriptores» – anunciam as 'Publicações Litterarias' do diário portuense de 9 de Janeiro, com reiterados posteriores. A primeira das *Cenas Contemporâneas* propriamente ditas, "Morrer por capricho", inaugura-se no n.º 77, 4-IV-1855, seguindo por dois. No n.º 80, "Uma paixão bem empregada"; no n.º 81, "Aventuras d'um boticario d'aldea", até ao n.º 83; nos números 84 a 93 (falha no 89 e 91), "Pathologia do casamento"; no n.º 94, 26-IV-1855, até ao n.º 105, 9-V-1855, "Cousas que só eu sei".

peças, das pelo menos dezoito representadas e citadas em *Casar ou Metter Freira: Lições para Maridos*, comédia em 3 actos, imitada de verso espanhol, Lisboa, 1858; *Tutor e Pupila*, comédia em 1 acto, imitação, Lisboa, 1859.

[164] A comédia provérbio seria entre nós «um signal evidente de desesperança. Estava-se farto de escrever obras dramaticas, umas que não chegavam a representar-se, outras que expiravam á segunda, ou terceira representação, ao som de pateadas tremendas, ou de somniferos abrimentos de boca, [...]. Julgou-se de mais tino perderem-se as pretenções a ser escutado no theatro, e resumirem-se a ser lido no gabinete. Para esse fim era preciso um genero mais apurado que a farça, mais fino que o melodrama; um intermedio do drama á comedia, sem maldições, e sem punhaes, com pureza de estilo, com belesa de ideia, e elegancia de forma, primando mais a forma que a ideia. Deu-se a esse genero aprimorado, e mimoso, o nome de *proverbio*, e houve entre nós abundante produção d'elles, mal appareceu o primeiro.» *Amigos... Amigos...*, 1853: 30-31.

A acção de "Patologia do casamento" decorre no Porto. Entre figurantes de idade indefinida, avultam sete personagens. Três pares e um desequilibrista lançam luz sobre as maleitas, ou 'moléstias' – como pretende o autor para o sentido de 'patologia' –, do casamento.

D. Leocádia tem 18 anos e, ao fim de quatro meses de casada com Jorge da Silveira, o sentimento de que se gastou a inspiração e, mesmo, a amizade que o marido lhe votava. Júlia entrega-lhe, entretanto, cartas que recebera de Jorge, ao tempo em que, dissimulado, o inconstante Eduardo Leite a corteja. Mas percebe-se que, desde o princípio, Álvaro de Castro também a ronda, acompanhando-a na entrada, tardia, do terceiro acto. Justifica-se com o facto de demorar a aquietar o pequeno que lhe nasceu.

Júlia é, pois, amiga e rival de Leocádia. Casou os 20 anos aos 32 de Álvaro de Castro. Desdenhosa, quer incutir uma ideia de generosidade; para ela, todos os homens são iguais ao volúvel Eduardo Leite, cuja autonomia fora do casamento a deleita. Mostra-se, por vezes, algo afectada dos nervos.

Mas há terceira, a Viscondessa de Valbom, que, aos 45 anos, concorre com Júlia e Leocádia na corte de Eduardo Leite. Tal não impede que tenha menos 'presença' e que, em contrapartida, denuncie quão grosseiros são os homens. É um pouco a voz da sociedade, hipócrita, pegajosa e controladora, já sem quaisquer ilusões, embora procure ver pequena diferença de idade entre os 30 anos de Eduardo e os seus 45... É uma das cinquenta namoradas que lhe atribuem e agora deixar cair. «Que péssimo charuto!...», diz ele, ambíguo e conclusivo.

Vejamos, miudamente, os quatro homens da partida.

Jorge da Silveira tem trinta anos. É, para a mulher, Leocádia, «tão cínico, tão desmoralizado como Eduardo [Leite]...» Escreve cartas a Júlia, cedo enfastiado dos laços conjugais. Na sociedade, «passa por um mancebo exemplar». Eduardo di-lo «anjo de virtude».

Álvaro de Castro tem trinta e dois anos. Casado com Júlia, dá-lhe a entender, desde a segunda cena, resumir-se tal relação a «um excesso de imbecil paciência»; «dizem que é o tipo da bondade», comenta, por seu turno, Eduardo Leite, que nele tipifica ainda a sisudez, para, conhe-

cendo melhor as suas mulheres e amorosas manigâncias, concluir: «Os honrados são eles... Eu é que sou o cínico!... Esta sociedade é uma grande patacoada!...»

Cinquenta anos de Tartufo como julga serem os convivas Jorge da Silveira ou Álvaro de Castro, igualmente ludibriados pelos modos e mutações de Eduardo Leite, temos o Visconde de Valbom. Uma boa desculpa sobre política internacional serve para o acalmar quanto às virtuosas conversas da sua viscondessa...

Enfim, Eduardo Leite. Trinta anos. Aparentemente, gosta de qualquer mulher: «Depois dum bom charuto, é o meu sonho dourado», diz quando Jorge lhe fala da queda da sua futura mulher, Leocádia, por este «Demóstenes pequenino» e irónico. Adivinha, todavia, que a declaração de Leocádia é assumida como vingança sobre o "sensível" Jorge, que «encontrou em flagrante delito de ternura» com a "sensível" Júlia... Justifica-se «uma legítima gargalhada» quando vêem entrar Júlia pelo braço de Álvaro de Castro, «em íntima conversação». A comicidade destas situações prolongar-se-á já quando ordenados em casais: Leocádia-Jorge, Júlia-Álvaro e, mesmo, Viscondessa de Valbom-Visconde de Valbom, porquanto os primeiros quatro jogam entre eles e as três com Eduardo, que simula conversão aos ditames da sociedade que o verbera. Sempre consciente da hipocrisia (em) que representa – – «Não sou capaz de arranjar uma dor de cabeça, para me dar certos ares românticos» –, Eduardo conhece, outrossim, as vantagens de ser igual aos demais. Desacreditado, corrompido, cínico, duelista, conquistador (depois que, aos 16 anos, indiferença de mulher o levou a ingerir raticida), faz uma cura de solidão trimestral e, "desfigurado", circunspecto, grave, decente, sisudo, filantropo, vestindo de preto e ares de idiotia, regressa ao mundo para despojos que atira à cara dos maridos, presos nas armadilhas que se armaram entre eles. Anuncia viagem de três anos pela estranja, assumindo, em adeus, a virtude das três senhoras, olhadas de revés pelos indignos maridos...

Corvo e Camilo – dois casos díspares, mais por temperamento que pela encenação de duas sociedades, lisboeta e portuense. A sensação,

também, de que algum desse teatro disperso por folhas[165] justificaria atenção com que reordenar ideias sobre personagens e imaginários[166].

F. FOLHETIM ECLÉCTICO

É espécie comum para honrar a mistura de géneros que o ar do tempo saúda. Também se podia dizer 'sincrético'. Mais constante é a relação entre crónica e poema, sendo num desse tipo que se nos depara reflexão sobre o folhetim ecléctico. Diz o nosso Lactâncio:

> Fazer um folhetim em verso de *fio a pavio*, nessa não caio eu, que me dá muita massada. Mas fazendo um folhetim em prosa, massada vou eu dar aos meus leitores, que como estão de *boquinha doce* dos folhetins em verso que agora andão em voga, vão achar este meu escripto ensosso, quando eu cá de mim para mim, estou muito persuadido de que tem muito *sal*.

[165] Pode ser solução de recurso, numa ausência viageira de Júlio César Machado, que apresenta, e segue no mesmo rodapé, "Primavera e Outono", de Domingos Enes (*A Revolução de Setembro*, 17, 18, 19, 21-VI-1862).

[166] De António José da Silva a Camilo, ofereceu-nos Duarte Ivo Cruz novos apontamentos em *História do Teatro Português – O Ciclo do Romantismo* (Lisboa, Guimarães Editores, 1988), que completam e actualizam a sua *Introdução à História do Teatro Português* (1983). Desde já sugiro que estenda a sociologia do espectáculo e do actor a considerações como a que englobam a educação do gosto teatral *pelo folhetim*. Tive a oportunidade de falar da função do teatro na segunda metade do século XIX, segundo a perspectiva de Júlio César Machado nos folhetins d'*A Revolução de Setembro* (*Silex*, Lisboa, 2, 1980). A investigação foi mais longa do que aí se dava a entender, mas, nessa pesquisa dos rés-do-chão dos jornais, estamos ainda demasiado aquém do que há para estudar. O gosto do público, acorrendo então às salas, via-se contestado, secundado ou dirigido por estes terríveis bem-pensantes dos rodapés dos jornais. Verifico que nomes fundamentais dessa escola do bom gosto (Júlio César, Teixeira de Vasconcelos…) não são citados. Também o drama social, com a explosão de peças versando a situação operária, é tão-só aflorado, aguardando-se, ainda aqui, que alguém elabore lista e síntese exaustiva dessas centenas de obras cujos títulos deitam logo tudo a perder – ou, pelo menos, a nossa boa disposição de cépticos modernos. Aproveito para, saudando a raridade que esta obra constitui no deserto da reflexão teatral portuguesa, pedir um índice das peças citadas e melhor revisão tipográfica.

> Não há remédio, para contentar as partes, senão ser *Folhetinista ecletico*. [...]
> *Um folhetinista ecletico*!
> Pois este é que é bem um folhetim da ultima moda, que agora usa-se o ecletismo em tudo...[167]

Podemos incluir neste o folhetim gráfico, no exemplo bordaliano, convocando, entretanto, colaboradores de Rafael, nem todos ainda identificados, sendo alguns deles eméritos folhetinistas.

São importantes na sua primeira fase, até à experiência brasileira, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, que abre *O Calcanhar de Aquiles* (1870), e o compadre Júlio César Machado, já beneficiando do traço de mestre em *Os Teatros de Lisboa* (1875), já oferecendo informado prefácio em 1876, no *Álbum de Caricaturas*, e ambos fazendo sair os almanaques d'*O António Maria*. Júlio César há-de ser uma das *glórias*, no *Álbum* deste nome, em Junho de 1882, apresentado por João Ribaixo. Aquele António Augusto, a quem Rafael ilustrara *O Dente da Baronesa* (1870), dera poiso na *Gazeta de Portugal* a futuro ex-jornalista e um dos mais sovados políticos na *charge* rafaelina: Mariano de Carvalho.

Regressado do além-Atlântico (e obrigado a quarentena *No Lazareto*, como narrará em salpicos de lápis galhofeiro de 1881), começa a terceira e decisiva fase, com *O António Maria*, em 12 de Junho de 1879, onde situamos os principais exemplos folhetinísticos. Recupera, entretanto, o Zé Povinho d'*A Lanterna Mágica*, quatro anos antes, e, como, aí, já tivera colaboração de Luís de Andrade, Guilherme de Azevedo e versos de Junqueiro, alargará, de futuro, essa estratégia. Luís de Andrade (1849-1912), político e humorista brasileiro, só é citado no *Dicionário Bibliográfico Português* e, com *As Caricaturas em Prosa* (1876, prólogo de Junqueiro), no verbete "Humorismo", por Ester de Lemos, no *Dicionário de Literatura*, de Jacinto do Prado Coelho.

Os primeiros nomes d'*O António Maria* são, e mais presentes neste segundo semestre, João Rialto (como se sabe, Guilherme de Azevedo cronista; no n.º 2, é parte, sem seguimento, de Gil-Vaz, que escondia,

[167] *A Justiça* (Funchal), 20-IV-1859.

também, Guerra Junqueiro) e Rigoleto, atento à semana em quadras corredias. Trata-se de Carlos de Moura Cabral (1852-1922), mais conhecido, na época, como dramaturgo, e, por isso, citado nos números de 11 e 18 de Dezembro de 1879 com o seu verdadeiro nome.

De aparição única são os inidentificáveis Pequito, Afonso Coelho, bem como os brincalhões Tsim-Mi-Nhau, Sho-Tchim-Kiao, Uma Ex-Praça de Pret., O Homem dos Pratos, Armand du Valle, Quincas Caipora, O Tocador dos Pratos, O Sineiro de S. Paulo, entre inúmeros textos não assinados. Desvelamos, todavia, outros: Cid Adão é um inesperado, por regularmente mimoseado n'*As Farpas*, Eduardo Augusto Vidal; Manuel Maria, certo Manuel António Godinho de Almeida; UDEC, Urbano de Castro poeta, também jornalista e deputado. Em dois casos, não nos decidimos ainda, pois quer Zebedeu, quer Máscara de Cera podem ser três autores. Neste caso, se retirarmos Pinheiro Chagas, ficam Urbano de Castro e Guilherme de Azevedo. O dicionarista de pseudónimos Adriano da Guerra Andrade (1991) escreve, não Máscara de Cera, sim Máscara de Seda. Será distracção?

Acrescentemos, já agora, para outros anos d'*O António Maria*, nomes e dúvidas: João Broa, Francisco, João Trigo, Ridisto, Quidam. Identificamos um denominado Zupa, que é Rui da Paz Morais; Nullius, José Joaquim Nunes de Brito; Justus também pode ser um de três; Eu Mesmo deve ser o próprio Rafael, a quem atribuiríamos muitos outros textos, e logo os não assinados que não encontrássemos recolhidos por outrem. O mais conhecido dos anos 80 é Pan, que varia em Pan-Tarântula, e terá esta assinatura, mesmo, desenhada em vários números. Aí se escondia Alfredo de Morais Pinto.

Importaria acrescentaria, reiterando José-Augusto França n'*O Essencial sobre Rafael Bordalo Pinheiro* (2005), Fialho de Almeida, também, assinando Irkan, n'*Os Pontos nos ii*, revista esta que intervala a suspensão d'*O António Maria*, e nos parece frouxa, além de muito menos colaborada, se comparada com esta. A páginas 49, José-Augusto França sobressalta-nos com Eugénio de Castro assinando Eu, que nenhum dicionarista atribui àquele, mas a quatro outros senhores. Já as dúvidas que levanta na p. 32, «sem identificação certa de 'Rimuito' ou

'Ripouco'», diz, cremos ficarem resolvidas se verificarmos que Rafael Rimuito assina uma vez no *Álbum das Glórias* (colocando muitas reticências a Sua Alteza o Infante D. Augusto), e que também ele dever ser aquele Ripouco, pois no mesmo *Álbum das Glórias* há um João Ripouco à volta de mação brasileiro. Está por antologiar, pois, um bem-disposto Bordalo narrador.

Vai de Março de 1880 a Janeiro de 1883 a primeira e melhor série do *Álbum das Glórias*. Com excepção de duas *glórias*, por João Ripouco e Rafael Rimuito, como se disse, cabem as demais a João Rialto e João Ribaixo (Ramalho Ortigão), o qual ainda assina as três da 2.ª série, em Janeiro de 1885. A 3.ª série, de Março e Abril de 1902, cabem a João Evangelista, isto é, D. João da Câmara; Ri-Bomba, ou seja, José Augusto Barbosa Colen, jornalista e deputado que morreu em 1917; e, por fim, Rufo, que outro não é do que Júlio Dantas. N'*A Paródia*, que diremos de O Ferrador, de O Outro Eu? João Rialgo[168] é Arnaldo de Lacerda; C. de F. é Cândido de Figueiredo, numa espécie de consultório linguístico; e, assevera o *Dicionário Bibliográfico*, aqui terão colaborado Marcelino Mesquita, João Chagas e outros. Esses outros é que não decifrамos, se não é João Rimanso = João Chagas[169].

Enquanto, pois, para este percurso de 35 anos, entre 1870 e 1905, não soubermos melhor quem é quem, quedam alguns problemas por resolver e persiste obscuridade a exigir rastreio correcto, de modo a dar-se o seu a seu dono.

Apesar disso, e no que toca ao folhetim gráfico, a autoria é inquestionável, mesmo quando vem acompanhado de texto-legenda. Propomos, de forma solta, uma dezena em 1879; cinco exemplos em 1880; e dois casos n'*A Paródia*, já em 1897, sendo que um é glosa aos processos de noticiar de forma empolada o que aí vinha, como se verá com *A Vanguarda*, contra João Franco, nas vésperas do Regicídio, e com o *Diário de Notícias*, no pós-República. Exemplo supremo de folhetim-

[168] Um simples Rialgo assina em *Alma Lusa* / Bi-mensário de Litteratura, Arte e Humorismo (Porto, 15-VII-1917), n.º 5, 15-IX-1917. Inaugura-se com o folhetim "Um Rival / Romance passional por D. Cemão / (inédito)".

[169] Informe de Câmara Reys, "Ontem e hoje / Breve perfil de João Chagas", *Seara Nova*, n.º 1105, 12-III-1949: 90.

-poema correu, em 1883, n'*O António Maria*, intitulado "A Bazorrada", em que, imitando o tom e oitavas d'*Os Lusíadas*, se foi, número a número – e célebre "(Continua.)" no final –, vergastando políticos que esfrangalhavam o país.

Proposta sêxtupla divisão nesta tipologia, e apresentados os textos mais significativos, perceber-se-á alguma contenção em leituras que deixam fios de sentido à deriva ou em suspenso. Se é fácil chegar a estas folhas a partir de obras de autores minimamente reputados, mais interessante se afigura ler, sem preconceito, infinda literatura perdida nos desvãos do esquecimento e reaver, quem sabe, preciosidades que nos sobressaltem.

Dos muitos aqui citados, ou tão-só entrevistos, em qualquer das seis modalidades, seria proveitoso lê-los como passos antológicos eventualmente substituídos na safra seguinte. Esta labuta, rente ao chão, é indispensável para um conhecimento mais aproximado da literatura ida e sua descendência. O século XX deu continuidade.

IV

1. O peso do folhetim em Novecentos

Para fecho de círculo e matéria que percorre o século XX, analiso quatro jornais e cinco casos maiores da prática folhetinesca, que remeto para o alfabeto narrativo de *Verso e Prosa de Novecentos*. Concluímos, agora, matéria, de facto, inapreensível, tantas as cabeças que solta no dia-a-dia.

Ignorar esses *momentos* fortes podia significar que respeitavam, pacificamente, as regras mais comuns do género, à frente discriminadas. Tecnicamente, sim. Mas, violentos como poucos, intervêm no processo ideológico das mentalidades e arrazoam sobre a nossa condição de homens e de portugueses, já partilhando preocupações mundialistas, ou temendo por uma conjugalidade em risco. Projectos assumidos na obra em curso ou fórmulas revivalistas, são marcos no trânsito de periódico para livro – ou, como hoje, vice-versa[1] –, embora não devamos esquecer a nostalgia pelo género de prosas tão-só enfeixadas em volume, como o reincidente Álvaro Guerra com a trilogia dos *Cafés*: *República* (1982), *Central* (1984) e *25 de Abril* (1987), ou, como reza o subtítulo, *Folhetim do mundo vivido em Vila Velha*[2].

[1] *Com os Holandeses* [título original: *Waar die andere God woont*, Amsterdão, 1972], de J. Rentes de Carvalho, começou a ser publicado no bimensário portuense *Letras & Letras* em 15-V-1991.

[2] Ou Vila Franca de Xira. «O folhetim dos *Cafés* é um acto premeditado», disse Guerra entrevistado por Fernando Assis Pacheco, acrescentando: «Folhetim a atirar para o almanaque, na medida em que tem uma série de marcos históricos que aparecem na narrativa, mesmo ao nível dos acontecimentos e dos figurantes reais.» *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8-V-1984: 6-7. O herói dos dois últimos, David Castro, protagonizará, ainda, *Crimes Imperfeitos* (1990), entre capítulos curtos e a febre orbívaga de «folhetinista» (p. 144).

Sem recolha tem havido muito trigo limpo, qual a "Vida de Cristóvão de Oliveira ou 'Os Enganos Colectivos"', desde 27-X-1971 n'*A Capital*: em "Prólogo" dirigido ao "Leitor Amigo" à maneira do moralista de Seiscentos denunciando funcionários venais, e como outros escrevendo a Eduardo Coelho, António Alçada Baptista dirige-se ao director do vespertino, Manuel José Homem de Mello…

Resta, entre inúmeros, o vírus do policial e a fácil ligação às folhas; Agustina Bessa-Luís: «Eu gostaria de escrever um romance policial para jornal, a sério…»[3] – nascendo *Aquário e Sagitário* (1995).

A um nível superior, autora tão difícil (ponto de vista médio) como Maria Isabel Barreno conjuga no subtítulo de *Os Outros Legítimos Superiores* – "folhetim de ficção filosófica" (1970) – um paradoxo interessante: de espaço de eleição fácil para as várias entidades – autor, leitor, personagens, intriga –, o que lemos é isto: na *episódica* vida que nos concedem (sendo mais episódica a das mulheres), contamos em afogados episódios momentos breves e essenciais da história, entre, por outro lado, o que era apanágio do folhetim, aqui dito filosófico: uma continuada reflexão sobre os movimentos da escrita e da alma.

Quanto aos jornais, teremos resumo de 1. *Diário de Notícias*, 2. *República*, 3. *Diário de Lisboa*, 4. *Diário Popular* e 5. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Gostaria de me demorar sobre *A Capital* (1910--1938) de Manuel Guimarães, e relevar, além de Júlio Dantas, Mayer Garção, Mário Almeida, etc., o copioso André Brun de *A Malta das Tricheiras* (1/28-X-1916), em volume logo em Dezembro, quando este militar estava preso. Em particular, alertar para, desde 1915, os volumes facilmente recortáveis da *Historia Illustrada da Grande Guerra*.

[3] Entrevista a José Viale Moutinho, *Diário de Notícias*, 3-IV-1988; reproduzida em J. V. M., *A Sala dos Espelhos*, cit.: 91. Homólogas das 'revistas da semana' oitocentistas são, como exemplo supremo do que hoje fazem os inúmeros articulistas com poiso certo, as suas XXXV "Cartas do Campo Alegre", no *Diário de Notícias* entre 4-II e 30-IX-1990.

1. 1. Na Imprensa

1. *Diário de Notícias*. Esboçados, no artigo anterior [11. 1. 8], os primórdios deste, lembre-se a importância literária da Biblioteca Clássica Portuguesa ou dos opúsculos de 16 páginas da colecção "Patrícia", que a empresa largamente publicita em 1925. Nesse ano, anuncia o 'Notícias Literário', que visava «divulgar entre nós o amor às belas-letras, e aos seus cultores»; seria uma «secção informativa, vulgarizadora e amena»[4].

[4] A síntese desse projecto e colunas como 'Cultura Estrangeira' e 'Por esse mundo' («nota literária e filosófica do que se passa de mais emocionante na vida europêa e, especialmente, na capital da França»), só acontece em 7-III-1954, com a página de 'Artes e Letras', sob o signo de Victor Hugo, Shakespeare e Vieira da Silva. Vinte anos depois, uma vintena de autores celebra (4-IV-1974) "a milésima página" e a principal responsável, Natércia Freire. Em volume, estão os textos publicados entre Maio e Novembro de 1975 (org. de E. M. de Melo e Castro, *Experiência da Liberdade*, Lisboa, Diabril, 1976). O primeiro dossiê cabe a Cesário Verde (21-II-1955); seguem-se Aquilino Ribeiro (17-XI-1956; já dera ao *DN/Ilustrado*, na Primavera de 1923, "Vida da Agreste Beira-Mar"), António Ferro (22-I-1956), a novíssima poesia espanhola (17-X-1957), página consagrada à exposição de Artes Plásticas na Gulbenkian (12-XII-1957), à nova poesia brasileira (9-V-1958) ou a Camilo (19-VI-1958). Pontificam José Régio, Jorge de Sena, Vergílio Ferreira, Irene Lisboa… Almada Negreiros vem consagrado em entrevista de 26-V; 9, 16, 23, 30-VI; e 7, 14, 21, 28-VII-1960. António Quadros trata, nos primórdios, de 'Livros, Ideias e Figuras', antecipando rubricas como a de João Bigotte Chorão, com 'O Espírito da Letra'; e João Gaspar Simões apresenta 'Perspectivas Literárias' (3-III-1955), antes de, a 3-XI-1955, inaugurar 'Crítica Literária', que o acompanhou até 4-I-1987. A 2.ª série da página, agora 'Suplemento Cultural' (1976), será efémera, dando passagem ao '2.º Caderno/Cultura', assente, ainda, na presença de Gaspar Simões. Entretanto, publica-se, desde 1976, a 'Revista de Livros', «primeiro como secção regular de crítica de obras da área das ciências humanas nos suplementos 'Análise Política' e 'Cultura', e depois integrando uma página quinzenal com o mesmo título, até se ter transformado, em Novembro de 1982», num destacável mensal de 12 páginas, cujo índice de livros 'revistos' nos 14 números pontua a edição (donde citei) de 7-XII-1983. A partir de 1-I-1984, 'Revista de Livros' insere-se no dominical de oito páginas 'Cultura'. Em 15-II-1987, M. L. Lepecki toma o lugar de Gaspar Simões, passado, quatro anos depois (a sua última crítica é de 14-VII-1991), a Maria Estela Guedes, já as letras consomem mais espaço e colaboradores no 'Caderno 2 / Domingo'. Um au-

Quanto ao folhetim, ainda no século XIX, o que devia ser entendido como um desaforo publicitário entrava alegremente nos hábitos do jornal. Algumas dessas fórmulas foram lembradas cem anos depois, como quem diz que as televisões nada inventaram. Por exemplo:

> "Maria Joanna ou A Mulher do Povo" – brevemente começaremos a publicação d'este romance emocionante, que em França alcançou enorme sucesso, devido á penna do popullar escriptor Adolphe d'Ennery. Maria Joanna ou A Mulher do Povo tem entrecho originalissimo, comovente e interessante, estudos de reflectida e proficiente observação, scenas populares de grande effeito e verdadeiramente drmaticas, descripções encantadoras, caracteres desenhados com mão de mestre.
> O nome do auctor é de tal modo conhecido, a sua repetição é tão universal, que seria occioso recomendar-lhe a obra que é do numero das que foram recebidas com o maior agrado e das que em mais alto grau obtiveram o applauso dos numerosos leitores d'este genero de literatura[5].

No século XX, podemos ficar com uma ideia a partir de antológicas do mesmo ou do estudo mais pormenorizado de certos períodos. Assim[6], em 23-I-1905, a meio da sétima coluna (tinha então oito), anúncio do "Novo Folhetim / A Ala dos Namorados / Romance Historico de / / Antonio de Campos Junior", que se inicia a 29. A 3-II-1905, vai já no sexto episódio, notícia por cima deste: «Podem ser requisitados á

tónomo *DN* – Jovem apoia outras promessas. Com a renovação gráfica do matutino, em 30-X-1992, a página diária de cultura e espectáculos passa a 'Artes' e, desde 5 de Novembro, um colorido suplemento de 16 páginas, 'Cultura', sob orientação de António Carlos Carvalho, regressa ao dia de eleição – quinta-feira. Sucedem transformações que não cabem aqui. O derradeiro diário em papel (mantendo, todavia, uma edição semanal em papel) é de 30-VI-2018, antes de se tornar digital. Um nostálgico balanço do *DN* «nos primórdios da publicação» está em Pedro Foyos, *O «Grande Jornalzinho» da Rua dos Calafates*, Lisboa, Prelo, 2014.

[5] 11-XI-1894. Transcrito de 11-XI-1993. Outro exemplo em 31-VIII-1998.

[6] Sirvo-me de *Diário de Notícias. Primeira Página. 1864-1984*. Selecção de Mário Mesquita e António Valdemar, Lisboa, Editorial Notícias, 1984. Dez anos depois, a 2.ª ed. [1864-1994] mantém, só, nota introdutória do novo director, Mário Bettencourt Resendes.

administração do DIARIO DE NOTICIAS, que os enviará GRATUITAMENTE, os folhetins publicados do novo romance / *A Ala dos Namorados* / De / Antonio de Campos Junior.»

É a prática hodierna de alguma Imprensa estrangeira (mais timidamente, portuguesa) que cativa com fascículos no fim-de-semana.

A febre sobe, pelo que se deduz em 10-IV-1907, com dois folhetins diários: na página 7, *Belleza Diabolica*, e, na 8, *O Rei Magnífico*, a saber, D. João V. Este romance de Artur Lobo d'Ávila repete entre 3--XII-1910 e 9-V-1911 (136 partes), em cima de *Infame!*, de Georges Sptizmuller (13-X-1910/13-II-1911, 105 folhetins). Que a importância desse mecanismo recrescia vê-se a 24-XI-1907, com, ao alto da primeira página, quinta e sexta colunas, "Hoje / o DN / começa a publicação do lindo romance / ROSA, A VIOLINISTA / DE / PAUL JUNKA." Segue-se reprodução de violino e legenda: «Rosa tocava para pagar o enterro de sua mãe.» Um entreabrir de situação, aliás muito batida, e a conquista da felicidade pelo esforço de cada um, despontam neste tipo de didascálias. *Infame!*, no dia da estreia, afirmava-se «esplendido romance», «o mais completo quadro das infamias e da malvadez que podem caber n'um peito humano», entre cujos «tragicos lances, o leitor sentirá instintivamente a repulsão e a indignação«...

Directamente, estudei-o no segundo semestre de 1911 e Janeiro de 1912. Este ano levava-me ao tempo da acção de *A Vizinha do Lado*, filme (1945; adaptando peça de 1913) de António Lopes Ribeiro, em que distribuidor leva caderneta e capa de Émile Richebourg a casa de assinante. A dose diária comporta Maxime de Villemer, *O Cantador das Ruas*, e, desde 7 de Maio de 1912, *A Rainha Costureira*, de Albert Boissière. A 2 de Julho, todavia, termina aquele (desde 12 de Fevereiro, 132 episódios), e, como terceiro motivo de interesse – qual fazem as televisões na guerra das audiências –, inaugura-se *O Caçador Maldito*, de Ely-Montclerc (117 episódios, até 31-X). No dia seguinte, em prática não rara, inclui-se o episódico *Um Livro de Mulher* – outros folhetins--contos, críticos e em verso poderão alternar ou vir acrescentados aos dois romances em curso –, pelo que o leitor encontra, ainda, três folhetins nas páginas 1, 3 e 5. Muitas vezes, também, no final dessa oitava

coluna (em jornal de oito páginas), o aviso: «*Capas para colleccionar os folhetins* a 100 réis (120 réis pelo correio) no *DN* ou nos seus clientes.»

É o efeito institucional consagrado: normalizado o rodapé em página que não dane a outro folhetim, os leitores podem encadernar a tradução, maioritariamente traduzida de êxitos recentes na Imprensa popular de Paris[7].

O requinte pode ir além: a 11 de Agosto, logo por debaixo do cabeçalho, anuncia-se para breve novo folhetim de Jacques Brienne, de quem já se publicara *Amor e Dinheiro* e *O Filho do Phantasma*. O nome – que se transforma em fórmula ('pelo autor de. . . ') – e os títulos são garantia, mas não se pode ainda dizer tudo. O mesmo no dia empós, ainda a duas colunas. A 14, junta-se o novo título: *A Saphira Vermelha*. A 15, terça-feira, promete-se para domingo. Nos dias 16, 17, 18 e 19, no final de *O Caçador Maldito*, reitera-se. Abre a primeira página de 20, quando termina, em 99 episódios, *A Rainha Costureira*.

Este processo, de longe preparado, aceita outra formulação discursiva, nunca indemne ao superlativo: a 22-X, terceira e quarta colunas da primeira, temos:

> No Domingo 29 de Outubro o Diário de Notícias começa a publicação do novo folhetim *A vingança de um judeu*, romance interessantíssimo, cheio de situações de grande intensidade dramática, e imprevistas, de fórma a prender a atenção das pessoas menos impressionaveis.
> *A vingança de um judeu* é um d'aqueles romances em que magis-

[7] Sétima coluna da primeira página, em 9-XI: «O "Diário de Notícias" comprou os direitos de tradução e publicação em Portugal do romance "Le Prince Masqué", de Jacques Brienne, publicado no "Petit Parisien".» *Le Petit Parisien* e *Le Petit Journal* (1865) paradigmatizam a Imprensa popular, em que as tiragens, dependentes do romance-folhetim, tanto podiam subir como descer na ordem dos 50 mil a 80 mil exemplares. Aquele tira 777 mil (1899), 1 180 mil (1905) e 1 550 mil em 1913. *Cf.* Georges Weill, *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, Éditions Albin Michel, 1934: 262-265. Bernard Terramorsi, "La Fin du Siècle", *Europe*, n.º 751/752, Nov.-Déc. 1991: 9, contabiliza 46 diários em Paris e «192 journaux financiers en 1900; le *Petit Journal* tire, en 1890, à 1 million d'exemplaires par jour; en 1900, 850 000 exemplaires pour le *Petit Parisien*».

> tralmente são observados e descritos os mais opostos sentimentos humanos, desde o amor ao ódio, desde a inocência ao crime.
> Ler no próximo dia 29
> A vingança de um judeu.

A 23 e 24-X: «[...] empolgante romance, cujo entrecho e imprevisto das situações devem causar vivo sucesso»; nos dias seguintes, sempre em primeira página, voltam à carga, mantendo-se, em menos dizeres, o emblemático "empolgante romance"[8].

No próprio dia 29, derradeira lembrança: «Com este título começamos a publicar hoje, em folhetim, um interessante romance de grande intensidade dramática, de fina observação e belo colorido na parte descritiva, que certamente cairá no agrado dos nossos leitores.» Setenta e sete partes, até 22-I-1912.

Em 11 e 12-I, com desenho na primeira, apresenta-se o *Dr. Milagre*, «heroe de aventuras que o Diario de Notícias começará a publicar brevemente», ou seja, 21. O também incontornável Pierre Sales, autor de 57 anos, «é um dos melhores escritores franceses do chamado romance-folhetim, sendo as suas obras as mais lidas depois de Richebourg e Xavier de Montepin». Eis como por aqui se confirma o pacto de leitura a que aludia Franco de Sousa. Mas há mais.

Quando de autoria nacional e de êxito patrioticamente assegurado, além de «expressamente escrito para sair em folhetins no *DN* o que brevemente se ha de realisar» (mais de meia coluna na primeira página, no restauracionista primeiro de Dezembro e em 7, 12, 16, 29-XII-1911, bem como a 8, 10, 22, 23, 24, 27 e 28-I-1912), vemos como se condiciona, por dois meses – de facto, já se anuncia em 30-X-1910 –, a expectativa em relação a *Santa Pátria*, de Campos Júnior, romance histórico dos tempos da Restauração (1640-1665), que se inicia a 28 de Janeiro[9]. É um exemplo acabado de tradição que, mesmo depois da ra-

[8] Este tipo de notícia mima a publicidade da terceira página. A Empresa Lusitana Editora, na Calçada do Ferragial, vende por 200 réis *Os Filhos dos Boers*, «12.000 linhas de leitura empolgante», ou, por 350, *As Três Gatunas*, «O mais extraordinário romance dos tempos modernos» (27-X-1911).

[9] Este título – no rodapé do *Diário de Notícias* entre 28-I e 23-XII-1912, do n.º

dionovela, do cinema por episódios e da telenovela, resiste em cultores estrénuos[10].

2. *República*. Há jornais que fazem parte de nós. Este, fundado por António José de Almeida em 15-I-1911, trocava oito páginas por dez réis e epigrafava-se com Danton: "Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo." Falta cumprir o programa do novo regime.

16 599 ao n.º 16 925 – lembra *Amor da Patria*, em nenhures citado, no folhetim d'*O Jornal dos Sargentos* / Semanario d'Instrucção e Recreio (quadrimensal, Leiria, 9-VI/9--VII-1873, n.º 5), quando o autor era 2.º sargento de Cavalaria 6. O 'conto militar' *O Mutilado do Bussaco* vem, nas p. 11-12, nº 2, 17-VI, ao alto (e não em rodapé), o que é deveras singular, embora não único. [Ver *Apêndice* (V)]

[10] Já editado, em edição escolar limitada [Dezembro de 1996], este trabalho, sugeri a Maria Luís Correia Bento balanço dos folhetins para 1911, 1912 e 1913. Dessa investigação, concluímos: Georges Spitzmuller, *Infame!*, 13-X-1910/13-II-1911, 105 folhetins; Artur Lobo de Ávila, *O Rei Magnífico*, 3-XII-1910/9-V-1911, 136 folhetins («Embora com egual titulo ao de outro do mesmo auctor, publicado ha annos n'esta folha, o novo romance constitue, só de per si, um trabalho completo, cujas affinidades com o primeiro apenas consistem em ter como protagonista D. João V, [...]»); Maxime Villemer, *O Cantador das Ruas*, 12-II/2-VII-1911 = 132 folhetins [abre com "trama fratricida"]; Albert Boissière, *A Rainha Costureira*, 7-V/20-VIII-1911 = 99 («A intriga mais curiosa, em que formigam os typos de humanidade mais diversos, rainhas decahidas e principes no exilio, manequins da rua de la Paix, refugiados políticos, arrasta o leitor a uma successão de aventuras [...]», 2-V-1911, p. 1); Ely-Montclerc, *O Caçador Maldito*, 2-VII/31-X-1911 = 117 («*O Caçador Maldito*, o senhor detestado de Villefort, a quem o seu creado encontrou uma manhã morto, junto do seu leito, com o rosto negro como o carvão e as mãos crispadas, voltou a aparecer, envolto n'uma mortalha, errante em volta do seu castello?», 22-VI-1911, p. 1); Jacques Brienne, *A Safira Vermelha*, 20-VIII/4-II-1912 = 151; *A Vingança de Um Judeu*, 29-XI-1911/22-I-1912 = = 77. Sem contagem de folhetins, e omitindo parágrafos publicitários: Pierre Sales, *O Dr. Milagre*, 21-I/7-VII-1912 (um, ainda: a «captivante beleza e a ambição cruel» da Princesa Sahadja «arrastam ao crime o heroe do romance», 16-I-1912, p. 1); António de Campos Júnior, *Santa Pátria*, 28-I/23-XII-1912; Jules Mary, *O Advogado dos Pobres*, 7-VII/22-X-1912; Georges Spitzmuller, *Lindinha*, 20-X-1912/12-II-1913; Jacques Brienne, *O Príncipe Encoberto*, 22-XII-1912/18-VI-1913; Albert Boissière, *Os Dois Milionários*, 9-II/2-VI-1913; Ely-Montclerc, *O Olho do Tigre*, 1-VI/14-IX-1913; Georges Maldague, *As Duas Miquelinas*, 15-VI/2-XI-1913; *Regina*, 14-IX/3-XII-1913; Archita Valente, *O Herdeiro*, 2-XI/24-XII-1913.

O 'Inquérito à Vida Literária' (1912), de Boavida Portugal, fez data; mas não só. Dentro ou fora da 'Secção Literária' – passemos a 1922 –, o 'Conto de Domingo' veicula, com eventual trânsito para outro dia, ficções não raro traduzidas, inéditas ou extraídas de livros, de nomes hoje olvidados. *Os Romances da* "República", em antetítulo, anunciavam o prato forte em cinco das sete colunas: a ideia, neste 5--I-1922, era terminar a 7, sábado, mas *A Mão Negra*, em tradução do editor do jornal, Lemos de Nápoles – numa prática que entende esse trabalho como, também, de redacção –, estende-se por 12 e 14, antes de, a partir de 17, o folhetim se recolher às sete colunas rodapeanas da geralmente página 3. A estratégia é evocar a «absoluta falta de espaço», quando se sabe que nunca dois números, nem sequer três, podiam conter aquele caso policiário, à volta do roubo dos planos secretos para um revolucionário motor de «novel engenheiro» que convalesce em casa de saúde no país basco francês...

Sucedem títulos significativos traduzidos, de quatro, cinco, sobretudo oito, 12 episódios, pensados em função de duas semanas certas, o que pode justificar a assinatura mensal: «a sensacional novela» *Um Rapto nas Trevas...*, *A Noite Misteriosa*, *O Armário Sangrento* [«Naquela manhã de 21 de Março, primeiro dia de primavera, Joe Srap, depois de sahir do quarto, pôs-se no patamar á espera de alguém, impaciente.»], *Um Caso sem Precedentes*, *O Detective Chinez*, *Um Mistério*, *O Crime de Um Morto*, *Um Caso Original* [«O acontecimento cuja historia vou narrar é tão extraordinario que, na minha já longa vida de polícia, não encontrei outro semelhante.»], *O Mistério do Diamante Azul*, *Direito de Viver* (original de João Amaral Nunes, em 37 episódios), *O Crime de Rochebourg*, *O Gato Assassino* [«Nanine calou-se bruscamente ao ouvir o lugubre grasnar dum corvo.»], *A Rua Maldita*.

Um dos casos mais persistentes nas centenas de romances que se nos deparam é, a acompanhar, e contra, a ascensão de Salazar em 1932--1934, *Mistérios da Inquisição*, de F. Gomes da Silva, que devora parte de 1932, todo o ano de 1933 e entra por 1934[11]. Em jornal sem po-

[11] As nossas colecções não permitem o rigor por que almejo: sem o ano de 1932, de que imagino um mínimo de 31 semanas, encontro-me entre o n.º 312, 4-VII-1933, e o

lítica interna ou tão-só aludida, percebe-se onde se quer chegar com a actualização de crimes antigos.

Em 1953, 'Um conto de vez em quando' queima vaidades sem norte e o 'Folhetim Domingueiro', cronístico, analisa questões nacionais em vez de histórias. Um salto a 1957, dominado por *O Fiacre nº 13*, de Xavier de Montépin, a duas colunas, ao alto, o que vigora pelos anos 60 (por exemplo, com *As Tragédias de Lisboa*, "romance de aventuras" por Leite Bastos, 1964-1965, a que sucede *Os Malcasados*, «extraordinário romance» de René de Pont-Jest). Em 1972, *A Casa dos Mil Andares*, de Jan Weiss, *O Retrato de Ricardina* e, desde Abril de 1973, entrando por 1974, *Manuscrito Encontrado em Saragoça*, de Jean Potocki, assumidamente folhetins de novo em rodapé nos diários suplementos, reatam a tradição, mas defraudam-na enquanto selecção de êxitos já em livro. Nos suplementos 'Artes e Letras' ou 'Fim de Semana', emergem contistas enfim mais conhecidos (mas este é um dos perigos da excessiva proximidade temporal) – Viale Moutinho, José Martins Garcia (fazendo a mão para *Katafaraum É Uma Nação*, 1973), István Örkény...[12]

3. *Diário de Lisboa*. Logo após Aquilino Ribeiro [ver *infra*], sai, a 16-VI-1921, *Vitoria*, novela passional por Knut Hamsun, a que sucedem *O Feitiço*, por Carlos Babo (12-VIII), e *História Duma Caveira* (18-VIII), de Eugénio Vieira. Entre os derradeiros, João Medina, *Memórias do Gato Que Ri* (Lisboa, Livros Horizonte, 2002), 22 folhetins quinzenais entre 14 de Janeiro e 27 de Outubro de 1980. O *Diário de Lisboa* preferiu sempre textos de parcos episódios, que, nos anos 60, desaguavam em folhetim semanal, às quintas-feiras. Ou, por 1958, articulava a paginação – indicando a sequência 4-1 e, na página do verso, 2-3 – de modo a, recortando, termos em mão caderninhos de quatro páginas correctamente numeradas[13].

482, 26-I-1934, quando se lhe perde o rasto – e só ainda vamos na Primeira Parte do folhetim!

[12] A sustentação do título, nos últimos anos, vem sendo mantida por Maria Helena Correia, directora (n.º 14, Dezembro 2007/Janeiro-Fevereiro 2008).

[13] É o caso da novela de Alexandre Cabral, O "finezas", a partir de 18-X-1958.

A norma d'*O Primeiro de Janeiro*, mutável como a lição do género, teve variantes

Em peça de 25-IV-1958 diz-se-nos como "O folhetim voltou a estar em moda na Inglaterra". Pela sua importância, aqui fica a precisa transcrição:

> Muitos dos maiores romancistas da época vitoriana tomaram, pela primeira vez, contacto com o público através do folhetim. A moda passou, e de há muito que, em Inglaterra, nem um romance importante se tornou conhecido por este meio.
> No último número da revista "The Author", alguns editores, livreiros e escritores emitem a sua opinião sobre as vantagens e desvantagens da publicação de obras em folhetim.
> O editor Tom Hopkinson, do magazine "Picture Post", declarou que o folhetim oferecia dois grandes atractivos: em primeiro lugar, agarrava os leitores. Se o leitor gostou do folhetim, continua a comprar o jornal ou revista e deste modo resolvem-se os problemas editoriais durante muitas semanas. Por outro lado, o folhetim ocupa espaço certo, o que pode constituir embaraço dado o caso de o espaço ser necessário para um assunto urgente e importante. [...]
> Segundo as suas experiências, afirma Tom Hopkinson, as revistas alemãs publicadas entre as duas guerras mundiais, que tiveram êxito foram as que publicavam folhetim.
> O autor, Winston Graham, observou que, não obstante sete dos seus romances terem sido apresentados na Grã-Bretanha em folhetim antes da publicação em livro, nunca escreveu nenhum com fito no folhetim. Considera o folhetim com pouca influência nas

curiosas: em 1969, dava os romances (traduzidos) dentro de quatro caixas, duplamente filetadas e numeradas, com o respectivo título e, só na quarta, *CONTINUA*. Com o título e autoria logo na primeiríssima, bastava, agora, recortar as quatro e compor o livro. Se, como em 1972, propunha composição a 3 colunas, num quarto inferior da página, fácil se tornava, pela regularidade das medidas, recortar e coleccionar. O segundo folhetim desta altura era, em rodapé, a informação médica do então conhecido Ramiro da Fonseca, nome que acompanhava, ao cimo de duas colunas pares numeradas, *O Doente Deve Saber*, que seguia as colunas ímpares. Assim, em 4-VIII-1972, no rosto da página, tínhamos: 76 Ramiro da Fonseca / O Doente Deve Saber 77 / 80 Ramiro da Fonseca / / *O Doente Deve Saber* 73. No verso da página, sempre em rodapé e com o picotado a pedir tesoura e dobragem, havia as páginas 74, 79, 78, 75. Desde 28 de Abril de 1973, *O Século Ilustrado* fechou, em Agosto, encarte de 208 páginas (= 13 cadernos de 16 páginas, facilmente dobráveis) de Ellery Queen, *Sete Dias de Fúria*.

> vendas do livro. A orientação do jornal ou revista, os preconceitos dos seus leitores, a necessidade de publicidade ou uma subita exigência de espaço, juntamente com outros factores imprevisíveis colocam o romance-folhetim á mercê do chefe de redacção. Miss Noel Streatfield não põe objecções a que os seus romances sejam apresentados em folhetim, exceptuando, porém, os livros infantis. Um livro infantil, na sua opinião, deve ser algo mais do que uma rápida história, cheia de "suspense": deve, sim, alargar o ambito de amizade da criança e isso só se torna possível se possuir um fundo de simpatia e de cor, com personagens de certa profundidade. Estas qualidades, na sua opinião, muitas vezes desaparecem no processo folhetinesco.
>
> Devido quer a falta de procura, quer à recusa por parte de autores sérios de aceitar as limitações da forma folhetinesca, a verdade é que todos os romances apresentados sob a forma de folhetim, na Grã-Bretanha, presentemente, são de tom ligeiro. No que se refere a obras de carácter mais permanente que chegam a ser publicadas em folhetim, trata-se, quase sempre, de autobiografias e livros de memórias.

4. *Diário Popular* (1-IX-1942/28-IX-1991). Inaugura logo com o primeiro número (12 páginas passadas a oito, em 46 mil exemplares) a secção 'Um conto por dia', paga e com estreias auspiciosas, entre muitos consagrados. *A Mensagem de Reuter* – «uma das mais impressionantes histórias verídicas de todos os tempos. // A vida acidentada de Reuter, o inventor do jornalismo [...]» –, é o folhetim anunciado a 26 e 30 de Setembro de 1942, iniciando-se a 11 de Outubro *O Homem Que Tornou / o mundo mais pequeno*. A perversão estava nisto: era "Extraído do filme "Comunicado de Reuter", produção da Warner Bros-Pictures, exclusivo da / S. I. F., que será exibido em Lisboa, no Pôrto e em todo o País". Assim se invertia um trânsito – experimentado três anos antes pelo *Diário de Notícias*[14] –, que ocorreu, também, com outros títulos famosos

[14] *A Varanda dos Rouxinóis* / Novela cinematográfica sôbre o filme de Leitão de Barros / Com diálogos originais de João Bastos / e colaboração de Artur Portela / Publicada em folhetins / no / *Diário de Notícias* // Lisboa / Emprêsa Nacional de Publicidade / / 1939. Incluía fotogramas do filme. Em 6-V-1946, o *Diário de Notícias* inicia, «em

passados a filme e, por facilidade ou oportunismo editorial (tipo *digest*), a textos invertebrados. Em Outubro de 1977, ainda se dava *O Abismo*, «Novelização resumida do argumento do filme com o mesmo título»[15].

Se Nemésio é presença desde o segundo número, e muitos os autores de nomeada, folhetinista encartada é Suzanne Chantal; os italianos são vertidos por Rosália Braancamp (pseudónimo). Paradigmático, José Rodrigues Miguéis, bem ou mal acompanhado por nomes que – só para os anos 70-80 – se chamavam Frank Gruber, Mérimée, Dumas, Sand, Scott, A. Daudet, Maupassant, Balzac, Giovanni Verga...[16]

5. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias.* Dirigido por José Carlos Vasconcelos, propõe-se, desde o primeiro número (Lisboa, 3-III-1981), «bom jornalismo especializado, [...] compatibilizando no grau mais elevado possível a qualidade com a acessibilidade, ou mesmo a divulgação». A literatura é o principal campo operatório, contendo noticiário, entrevistas, recensões, notas e ensaios críticos e pré-publicações, com saliência, na cronística, para Agustina Bessa Luís, Nuno Bragança, Alexandre O'Neill, Jorge Listopad, Lídia Jorge, Fernando Campos, Fernando Venâncio e Augusto Abelaira, que foi, com Eduardo Prado Coelho e Fernando Assis Pacheco, coordenador do quinzenário, artisticamente orientado por João Abel Manta. António Mega Ferreira, Luís Almeida Martins, José Jorge Letria e Rodrigues da Silva chefiaram, igualmente, a reduzida equipa que, desde 22-XI-1983, fez semanário também

folhetins, o romance de *Casablanca*, cujo filme viria ao ecrã do Politeama em 17, para um raro êxito de oito semanas, noite a noite aplaudido na passagem em que a "Marselhesa" é patrioticamente cantada, nas barbas dos oficiais alemães...» (José-Augusto França*, O "Ano XX". Lisboa 1946. Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, INCM, 2012: 21)

[15] Em três volumes ofertou a Brasília Editora (Porto, s. d.), em versão de Ernesto Carvalho, *Os Mistérios de Paris*, segundo a realização de André Hunebelle, tendo Jean Marais no papel de Rodolfo. Capa e extratextos eram fornecidos pelos produtores do filme.

[16] Experiência semelhante, menos duradoura e, em contrapartida, com melhor apresentação dentro de gratificantes rodapés emoldurados, é a d'*A Capital*, com policiais, *Ivanhoe*, *A Dama das Camélias*, Ramada Curto, dois Arnaldos Gama – isto em 1983, que já apanhou *A Caveira da Mártir* em... decomposição.

atento às letras dos países africanos de expressão portuguesa e, em especial ao Brasil, onde se torna referência; não descurava, entretanto, o movimento literário noutros países, servindo-se ora de exclusivos, ora de informações veiculadas por lusófonos e leitorados. Com o regresso à periodicidade quinzenal em 13-IV-1994, aposta em *dossiers* à volta de um tema ou autor, solicita inéditos aos poetas e, na procura de maior equilíbrio com as artes e ideias, restringe o olhar sobre a actualidade editorial. Repetitivo aqui, acolá desigual, afirma-se, contudo – pelo espírito dos que ali têm voz, onde os maiores –, projecto incontornável da vida literária portuguesa.

1. 2. Na literatura

1. 2. 1. Ao serviço da República: Aquilino Ribeiro

O folhetim enquanto peça revolucionária antimonárquica[17] teve a participação mais conhecida de Aquilino Ribeiro, cuja actividade neste domínio, só mal esboçada, deu azo a erros e esquecimentos.

Em trabalho que antecipava as celebrações do centenário do nascimento, pôde Baptista-Bastos[18] avisar que «está por fazer o inventário

[17] Um dos raríssimos trabalhos neste quadro cabe a Jorge Carvalho Martins, "*Deus Guarde a V. Ex.*ª versus *Saúde e Fraternidade*", em *Vária Escrita* (Sintra), n.º 1, Jan.-Jun. de 1994: 71-88. Em resposta à ficcionada restauração da Monarquia em *Saúde e Fraternidade* (1924), do ex-deputado monárquico Campos Monteiro, publicou o matutino republicano *O Rebate*, entre 3 de Fevereiro e 5 de Abril de 1924, folhetim com o primeiro título (ainda em livro nesse ano), devido aos jornalistas Hermano Neves, Herculano Nunes e Feliciano Santos, sob o pseudónimo de Roquete de Sequeira e Costa. Ocorre, neste ínterim, a necessidade de investigar e constituir um *corpus* significativo de ficções revolucionárias lidas por classes populares de intenção anarquista, comunista ou socialista, algo como fez Gonzalo Santonja para as 'novelas rojas' espanholas da primeira metade deste século.

[18] "Aquilino Ribeiro: o último gigante", *Expresso* – Revista, 24-III-1984: 39-45 [p. 39-40]. A obra fundamental do Aquilino, não jornalista, mas *segundo* o jornalismo, intitula-se *É a Guerra (Diário)*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. [1934; 3.º milhar], toda

global da intervenção jornalística de Aquilino Ribeiro, desde que, em 1906, escreveu para o jornal "Vanguarda", onde, com Alfredo Costa (um dos regicidas), ajuramentou um folhetim, "A Filha do Jardineiro", romance em fascículos que não passará do terceiro capítulo – até à longa, periódica e fascinante colaboração mantida no "Jornal do Comércio" e n'"O Século"». À frente, toma "As feiras", na *Ilustração Portuguesa* de 27-IV-1908, como «o primeiro texto em rigor considerado jornalístico de Aquilino Ribeiro».

O utilíssimo catálogo que a Biblioteca Nacional dedicou ao autor já o dá a redigir tal romance em 1906[19], o que, decerto enganados por Manuel Mendes[20], é somar ao contra-senso. No artigo mais documentado sobre a questão – mas aquém de explorar toda a informação –, Luís Vidigal presta serviços bem melhores[21].

---

ela na base de informação veiculada pelas folhas parisienses em 1914. Como do francês diz Aquilino, também para ele, aqui, «A gazeta é o seu alcorão» (p. 49). Aí mostra o «activo, pertinente e diabólico papel de beligerância» (p. 76) que a Imprensa começou a desempenhar. Acompanha e comenta a gloríola do folhetinista Jean Richepin [1849--1926] (p. 281-282).

[19] *Aquilino Ribeiro (1885-1963)*. Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985: 17.

[20] *Aquilino Ribeiro – A Obra e o Homem* (1960), Lisboa, Arcádia, [2]1977: 35-36.

[21] "Aquilino Ribeiro folhetinista 'engagé'", *Diário de Notícias* – Cultura, 4-VIII--1985: VII. Retomado em *O Jovem Aquilino Ribeiro – Ensaio Biográfico e Antológico na Lisboa da 'Belle Époque' (1903-1908)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986: 38-40. Contra Baptista-Bastos, e bem – nisso seguindo o depoimento do autor em *Um Escritor Confessa-se* –, data de 1903 a sua actividade no *Diário de Notícias*, precedida, no mesmo ano, de dois textos n'*O Cruzeiro do Sul* (Olhão), antologiados a p. 71 ss. Oferece, também, vários "Casos do dia" da *Vanguarda*, 'Diario Republicano Independente' (4 p. a 6 colunas, dirigido por Magalhães Lima, Lisboa, ano X, 1907), só subscritados *Aquilino*, e cuja lista mais completa aqui deixo: 20, 21, 23 (até aqui, 'Caso do dia'), 25, 26, 27, 28, 29 de Setembro; 2, 3, 4, 5, 6 (a que acresce, na p. 2, recensão aos poemas de *A Hora Livre*, do à frente referido Arnaldo Pereira), 8, 9, 11, 14, 17, 19, 20, 23, 30 de Outubro; 13 de Novembro. A 11 de Outubro, "Primeiras representações. Trindade", é crítica dramática de Aquilino. Vidigal cita, sem incluir, o segundo artigo na *Ilustração Portuguesa* de 16-XI-1908, n.º 144, "O touro através a mythologia e a historia", entretanto coligido em *Aquilino. Páginas do Exílio (1908-1914)*, org. de Jorge Reis, Lisboa, Vega, 1988: 17-21. (Na p. 12, este fala de só 18 'Casos do Dia'.) E, na p. 36, Vidigal reproduz o anúncio sobre *A Filha do Jardineiro*, sem explorar as parcas informações de Rocha Martins, que secundarei.

Aquele 'romance em fascículos' não passou por nenhum jornal, nem foi escrito a meias com o regicida; veremos como, de acordo com o próprio Aquilino, que tinha em Alfredo Luís da Costa[22] um admirador entranhado, tudo aconteceu.

Como definir o quinquénio de aprendizagem literária aquiliniana, entre Abril de 1903 e Junho de 1908? Qual o significado de 36 textos originários, com relevo para os supracitados?

A estreia sob o pseudónimo de A. Bias Agro n'*O Cruzeiro do Sul* (Olhão, n.º 12, 9-IV-1903), intitulada "Para os anjos", quando frequentava o seminário de Beja (que abandonou no segundo ano de Teologia), tem excesso de qualificativos envolvendo perigosa e inutilmente nomes e referências bebidos num desaforado ultra-romantismo. Nas memórias póstumas, reconhece: «O meu primeiro artigo, pueril de todo, foi no *Jornal de Olhão*.»[23] O argumento é frágil: jovem mãe viúva e filha são «dois corações que se amam e se completam», naquela «casita, pequena, na encosta, a alvejar ao longe, como manto de virgem, sobranceira ao vale profundo, onde serpenteia um regato de águas cristalinas». Se esta é salva das ondas (!) pelo «mais acrisolado amor de mulher», logo sobrevém a febre, que mina Luisinha; súbito, em palpos de descrição assente nos comparativos, vemos queirosianismos reforçados por

Já agora, duas palavras sobre o segundo semestre de 1907 da *Vanguarda*: no fundo da primeira página, corre *Uma Paixão Criminosa. As Duas Magdalenas*, por Pierre Decourcelle, enquanto, ao cimo da p. 3, sai *O Marechal Saldanha*, romance original de César da Silva. Estes folhetins alternarão na p. 3 a partir de 29 de Outubro, depois de, na véspera, terem acompanhado o episódio inaugural de *Os Heroes do Crime*, desde 23 anunciado, a 24 dito «o sensacional, emocionante e extraordinario folhetim [...] do laureado e apreciadissimo escriptor francez Jules Maury», contendo cenas «verdadeiramente dramaticas e arrebatadoras». Mas, como se verá a seguir, esta publicidade empalidece face à d'*O Paiz*...

[22] Este abandonara, em 1906, a administração do 'semanario independente' lisboeta *O Caixeiro*, 'Orgão dos caixeiros do Commercio e Industria', em cujos números 292, 293, 295, 296 e 297 – seja, entre 19-IX e 31-X-1907 – comparece o anúncio (muito gralhado no primeiro) ao romance. Junqueiro e Trindade Coelho são referenciais do jornal.

[23] Distracção neste título. Ver *Um Escritor Confessa-se. Memórias*, Amadora, Livraria Bertrand, 1974: 107-108.

um "Suave milagre"[24] de «meigo Rabi» – milagre que se não concretiza. Doravante, a santa mãe, louca de dor, vagueia pelos campos, prados e floresta, doridamente murmurada pela "plebe". Estende-se, lânguido, um desacerto vocabular de quem faz a mão, e a única dificuldade está nas «ruínas de Palnegra», decerto gralha por Penegra, rio escalabitano.

No segundo contarelo, "A volta do brasileiro" (n.^{os} 18-19, 21 e 28--V-1903), Bias Agro insiste numa retórica mofenta e situações desfasadas, com prejuízo de novos diálogos camponeses. O ponto de partida é semelhante – mãe e filha que se julgam viúva e órfã, por morte do pai –, mas logo se precipita duplo milagre: não só este sobreviveu, enriquecendo, como, em dia de Páscoa, traz do quartel e reúne à filha o apaixonado João, entre a fanfarra do povo. O motivo do regressado brasileiro, com outra largueza em *Mina de Diamantes* – que acompanha *O Malhadinhas* de 1958 –, retoma-se em "Senhora dos Remédios", um conto rural lamecense de sabor etnográfico, ou outra Rosa conquistada pelo torna-viagem, saído em *Serões*[25].

Entretanto, o governo do regenerador-liberal João Franco toma posse em 19 de Maio de 1906. No segundo regresso a Lisboa, lembrando os maltratos que lhe infligira o *Diário de Notícias* três anos antes, Aquilino evita o «quotidiano sopeiral»[26] e busca outros amigos. Recorre, ainda assim, à «gazeta das criadas de servir» (p. 206) para lobrigar casa na Rua das Pedras Negras, em cujo Colégio Nacional ensina Manuel dos Reis Buíça[27], conspirador do Café Gelo, no Rossio – melhor, na «parte

[24] Esta sugestão desmente um conhecimento tardio de Eça: «As gazetas anunciaram a inauguração da estátua de Eça de Queirós [em 9-XI-1903], e fui assistir. [...] O nome de Eça eu só o conhecia de ouvido. Era um voluptuoso?» (Idem, 1974: 119) Em *Jardim das Tormentas* (1913), o segundo conto será, nas primeiras páginas, um bem queirosiano "Voluptuoso milagre".

[25] *Serões* / Revista Mensal Ilustrada (Lisboa), segunda série, vol. VI, n.º 31, Janeiro de 1908: 15-23. Lamego, e seu Colégio frequentado pelo adolescente até aos 16 anos, tem parte de leão n'*A Via Sinuosa* (1918).

[26] Estagiário infeliz à sombra de Eduardo de Noronha, Alberto Bessa e Eduardo Coelho, redige, no fim de 1903, umas locais que, afinal, lhe devem ter ensinado algo: «O repórter [...] esladroou, tosquiou o relato do que tinha de luxurioso, [...].» (p. 126) Não o integraram, contudo, no «quadro da gazeta» (p. 127).

[27] Retrato do seu "espírito selvagem" enquanto docente é dado por antigo aluno deste

demagógica que dava para a Rua do príncipe» (p. 207) –, onde emparceiram com Alfredo Luís da Costa e assinaturas d'*O País*: Faustino da Fonseca, Mayer Garção, Ferreira Manso, Arnaldo Pereira, etc. Luz de Almeida, alma da Alta Venda carbonária, alicia-o para a Loja Montanha do Grande Oriente Lusitano. Vive de traduzir «por atacado autores franceses e outros, ao serviço dum segundo, como um classificadíssimo *nègre*» (1974, p. 181). Sobe a contestação no país em 1907, quando Aquilino se faz cronista d' *A Beira* (Viseu).

O verbo inflou, na tradição do jornalismo de combate; fialhizou-se, em recursos vocabulares e descrições pútridas: a caricatura da Monarquia está naquele eremita que, «Um dia, cansado de passar camândulas, subiu a um fragão que se alteava no meio do deserto, e aí passou anos e anos, de pé, hirto, com um arauto inglês, alma e olhos perdidos num espasmo imbecil». Resultado: '«Enxames famintos de varejas lambiam-no, chupavam-no, faziam dele uma esterqueira de açúcar avariado e aquela paciência monómana nem mãos tinha para as enxotar.» Entrevê «um substrato do nosso povo», apático, «a mesma paciência doentia», com as revoluções passando ao lado, eremita que é um análogo dos Hintzes, Lucianos e Francos, os quais «vão roendo este povo, com toda a pachorra, com todo o descaro de uma lepra indebelável» (n.º 42, 4-V-1907).

Retoma a secção "Coisas"[28] reportando ditos da alta burguesia, num «*tea* do Barão B». Sarcástico sobre trivialidades que alimentam quem

colégio. *Cf.* Acúrsio Pereira, "Como era Buíça", *Uma no Cravo… Outra na Ferradura… Notas da Vida de Um Repórter*, Lisboa, s. d.: 31-34 [33]. Na morte do regicida, divulgar-se-á ser Buíça filho do abade de Vinhais, como filho de padre era Aquilino. Este confunde Colégio Nacional com Moderno (1974: 368).

[28] Esta epígrafe confundiu o tardio memorialista, que, em 1974: 225, escreve: «Mas, como se fundasse no Porto um jornal republicano, *A Voz Pública*, passei a fazer para lá todos os dias uma croniqueta da vida alfacinha.» Logo a seguir, intitula-a "Coisas e Loisas". Esse jornal vinha de 9-V-1891 (até 30-IX-1909) e outro portuense com o mesmo título só em 1919-1920. Alude, naturalmente, a Aquilino, com relevo em 14-I--1908: "Fuga de uma esquadra // Um preso de importância evade-se do Caminho Novo, sendo suspensos o chefe, um cabo e três guardas." Se lhe poderíamos atribuir outros artigos n'*O País* ou n'*O Caixeiro* (1974: 226), a verdade é que, não assinados, seria problemático.

não come no João do Grão, fecha com nota moral reveladora, quando certo médico é chamado alta noite à legação argentina, e recebido às gargalhadas: «Estremunhado, enfiara as calças do cocheiro.» (n.º 44, 18-V)

Na terceira crónica, dialogam os conselheiros José Maria de Alpoim e [João] Pinto dos Santos, após um concorrido comício republicano: se este propõe passarem-se ao vitorioso partido, aquele, escorregadio, teme apagar a sua pessoa «no grande contingente do estado-maior republicano», considerando, antes, que «Isto de república é um sebastianismo das grandes almas, de resto, fogo-de-Bengala» (n.º 47, 8-VI).

No mês de Junho, redige "As Feiras", que entrega na *Ilustração Portuguesa*, e só sairá em 27 de Abril de 1908. A "Nota da Redacção" di-lo «artigo descoordenado»; síntese etnográfica, tal demora só se compreende por receio da assinatura. É um exercício intervalar na galopante virulência, que antecede "O Touro através a Mitologia e a História" (16--XI-1908), redigido no Outubro parisiense, já bem recebido pelo director, o monárquico Carlos Malheiro Dias, que prefaciará a sua estreia em volume (1913).

Conseguido um tom de lesto observador e desejoso de impor o nome *Aquilino*, como assina, passa-se à *Vanguarda* / Diário Republicano Independente, onde, entre 20 de Setembro e 13 de Novembro de 1907, insere 23 peças sob a epígrafe "Caso / Casos do Dia", recenseia *A Hora Livre*, do poeta e jornalista Arnaldo Pereira, e critica representação cénica[29]. Acresce, no setubalense *Germinal* (27-X-1907), artigo contra as "Campanhas d'África".

[29] No capítulo II d'*A Via Sinuosa* (1918, p. 42), refere-se folhetim em rodapé da *Vanguarda*. Os textos que constituem o *corpus* aqui abordado, com excepção das duas ficções antimonárquicas e do inédito que apresentamos, estão reproduzidos, com ortografia actualizada, em *Cadernos Aquilinianos* (Viseu), números 12, 13 e 14, 2001, 2002, 2003, graças a Henrique Almeida. (Gralha no n.º 13, p. 94: onde está '11 de Outubro' leia-se '9 de Outubro'.) Em 1974: 225, a memória falha: «Lembro-me que o meu primeiro escrito nesse jornal, [...], foi a notícia e comentário a uma peça de Bento Mântua, representada no Teatro D. Maria, *Mar de Lágrimas*.» Não: foi o décimo oitavo.

Em Outubro, é padrinho do filho de Buíça, de cujo parto morre a mãe; ainda em Novembro, co-redige a primeira ficção antimonárquica, *A Filha do Jardineiro*; a 17, bomba rebenta no seu quarto da Rua do Carrião: o processo judicial arrastar-se-á[30]. Nas memórias, Aquilino conta como o dr. Gonçalves Lopes, médico, e Belmonte de Lemos, comerciante da Rua dos Fanqueiros, desaguam no seu quarto com dois caixotões e largam a fazer bombas, até ao desastre; à explosão, escondendo-se embora, o jovem é apanhado pela polícia. Consequência imediata: a 'lei celerada' de 13-II-1896 contra os anarquistas, em que o preso político caía sob alçada do juiz criminal, é reposta por decreto de 21-XI-1907. Em protesto, o delegado régio Trindade Coelho pede a exoneração e sai, a 28, do Ministério Público, concitando aplauso regular na Imprensa republicana, e, mesmo, pedidos de reintegração[31].

A Vanguarda (com e sem artigo *A*: 9-III-1891/31-VII-1929, 3.ª série, n.º 3754) é o grande pilar da Imprensa antimonárquica. Título fundado por Alves Correia, que só teve rival no amigo João Chagas, precede *O País*, *O Mundo* e *A Luta*, mosqueteiros de causa quase vitoriosa. Logo no primeiro "Caso do Dia", retrata o ditador João Franco, a combater por todos os meios: «Glória ao homem que, menino, varejava o Alcaide e saqueava os ninhos; académico, ganhara o nome imorredoiro de Ferrabrás dos gatos; delegado de Satã, conquistara o coração das manas Sanchas; e, estadista, escalara S. Bento a sapatos ferrados, e o paço, de chapéu na cabeça!» Em breve, «O jornalismo, agradecido, colocá-lo-á a par de Gutenberg, ele que introduziu a novidade dos prelos surdos, silenciosos, pacíficos que nem digestões de frades» (20-IX). No pretexto de 75 mil *mausers* recém-chegadas, o fundibulário resume Portugal a «um rebanho de cinco milhões de cabeças que fornece a lã merina dos adiantamentos», contrapondo: «É preciso civilizar o operário, o aldeão.» (21-IX)

[30] *O País* de 8-II-1908 refere a citação incriminatória; segunda a *Vanguarda* de 7-III, ouviam-se testemunhos da vizinhança. N'*A Via Sinuosa*, diz o sr. Chinoca para Libório Barrelas: «– Ainda has de deitar bombas! Tão certo!...» (Cap. XI, p. 246) O cap. XII dá o quadro republicano da província.

[31] *Vanguarda*, 8-II-1908. *O País* e outros secundam a coragem do escritor e jurisconsulto.

Atento a encíclica papal, a incidentes na República Francesa ou na Sérvia, à sorte de Tolstoi, ao desaparecimento de Heliodoro Salgado e a rusgas contra infelizes na capital, de que oferece outras pinceladas, é na descrição da corte e adjacências que o buril mais se esmera: «Na Sala do Risco pairava uma sonolência de tulha em que não entra ponta de ar. Os troféus escarrados pelas paredes choravam. Em jarreiras da China, os crisântemos, sem vida, sem frescor, pareciam mesmo de papel.» (29-IX; ver, ainda, 4-X)

Solidário com os «proletários portugueses» (3-X), favorecidos por coronhadas e prisões na greve mineira de S. Domingos, é um adversário irredutível do ensino católico, por ele experimentado ao vivo – «A ciência que se ministra nos seminários é uma Babilónia de erros, de sofismas, de parlapatices escolásticas.» (2-X) –, e excede-se de gozo «no pêlo dos tonsurados», a começar pelo cardeal-patriarca, já seguindo para o papa João XXI, o Santo Condestável («Nun'Álvares tem as mãos tintas de sangue, mas vão canonizá-lo, porque, carmelita, distribuía escudelas de caldo à porta do convento, como outrora aplicara cutiladas.»), o bispo de Elvas, «seminaristas espancados» em Beja e o caso insólito do padre Costa, de Trancoso, recordista em progenitura: «De afilhadas, irmãs, comadres, escravas e de uma tia, tem 281 filhos, criados na tulha do passal, à sombra da patena.» (5-X) Começa a organizar um fundo anticlericalismo.

Neste fim de túnel corrosivo, surge a farpa ardente de *A Filha do Jardineiro*, cujo texto se perdeu.

Costa propõe fundarem uma empresa literária, com esta ideia nascente:

> – Imagine um romance, a publicar em fascículos, distribuídos periodicamente a domicílio. Para ser bom, a obra há-de ser ilustrada. [...] É escusado fazer-lhe uma recomendação: quer-se prosa de enredo ameno e de escacha-pessegueiro.
> – Não percebo.
> – De propaganda republicana contra a Monarquia...

Aquilino adianta um *D. Miguel Rei e Arcanjo*, em que a acção se passasse no tempo daquele, mas com leitura na época carlista.

> Alfredo Costa propôs um tema mais próximo, patusco, de todo popular, ora e sempre lembrado, e porventura mais imaginativo: a sedução da filha do jardineiro da Tapada das Necessidades por D. Carlos. [...]
> – A meu ver, aqui está o assunto ideal para um romance a distribuir em fascículos. O título está indicado: *A Filha do Jardineiro*. E o público pega-lhe, oh se pega!

Visando, sempre, uma dupla finalidade, prosseguia Costa:

> – Estou em crer que à volta do pequeno episódio de amor se pode bordar uma crítica implacável da Corte, da política tirânica de hoje, do estado lastimoso de Portugal. Que me dizem? [...]
> Foi assim que *A Filha do Jardineiro*, numa triunfante clâmide vermelha, ilustrada por Colomb, e da autoria de Myriel Myrra, foi oferecida pelo Bairro Alto, pelos Terramotos, por Alcântara, de mão a mão, às senhoras lidas nos folhetins e às meninas casadoiras que em tais espelhos da fantasia aprendem a amar. O primeiro fascículo é de minha autoria, o segundo de José Augusto Ferreira da Silva, [...]. Escreveríamos alternadamente. Voltava a pertencer-me o terceiro, que cheguei a compor mas não sei se chegou a entrar na máquina.

Teria constituído um êxito enorme em Lisboa, no Porto e noutras cidades, qual «nova *Rosa do Adro*»...[32] Antes, Aquilino informara: «Os seus autores F** e R**, um que já foi ministro da República e outro

[32] Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se*, *in* Obras Completas de Aquilino Ribeiro, Amadora, Livraria Bertrand, 1974: 226, 237, 239-240. Este "lindo romance" de Manuel Maria Rodrigues acabou de se imprimir na primeira quinzena de Janeiro de 1871, segundo o *Jornal do Porto*, 15-I. É o *outro lado* de ano revolucionário. As segunda e terceira linhas dão o tom de uma lassidão criminosa: «A umas cinco ou seis léguas do Porto, e no fundo montanhoso de uma colina», etc. Uma légua ainda faz diferença; e «fundo montanhoso de uma colina»? As soluções despachadas vêem-se melhor a abrir os caps. X e XIX: «São decorridos trinta e tantos dias depois dos sucessos que deixamos descritos.»; «São decorridos cerca de trinta dias depois das cenas que deixamos descritas.» Mas Rosa, António (ambos com uma origem que o padre Francisco guarda), o fingido Fernando, a baronesa e, sobretudo, a filha e nobre Deolinda, caíram no goto da época.

que assentou banca de publicista, propunham-se sob o pseudónimo de Miriel Mirra agitar as multidões e atraí-las ao credo republicano.»[33]

Rocha Martins[34] retoca este quadro de sucesso. O "nevrótico" Costa gastaria, assim, dinheiro «dificilmente ganho, metendo-se a editar um romance a fasciculos, imaginando, no seu delirio, a venda aos milhares e sonhando empregar os seus lucros na propaganda da ideia». Em rodapé (única parte de que se serve Vidigal), escreve: «Os autores da obra eram dois escritores incipientes, escondidos sob o pseudónimo de Miguel Murio.» Noutra obra[35], reitera como Costa

> esperava lucros, todo deslumbrado com o exito do Marquez da Bacalhôa[36], que se andava então vendendo clandestinamente, com exito, desde que a policia o apprehendera.
> Mas ou falta de tacto, indifferença do publico ou mais tempo dedicado á revolta, não lhe conseguira medrar o negocio.

Na impossibilidade de se conhecer o trabalho da parceria na primeira quinzena de Novembro, resta fixar, por meio da inserção publici-

[33] *Seara Nova*, n.º 6, 14-I-1922; *in* Sottomayor Cardia, org., pref. e notas, *Seara Nova. Antologia*. Vol. II: *Pela Reforma da República (2). 1921-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1972: 349. Em 1974: 213, é-nos apresentado José Augusto Ferreira da Silva.

[34] *João Franco e o Seu Tempo*, Lisboa, Edição do Autor, s. d.: 357. Falando assaz de Aquilino – p. 337-338, 441 –, Rocha Martins não afirma taxativamente uma autoria: faz coincidir um dos «escritores incipientes» com o já então conhecido escritor Aquilino, que lhe dá longuíssimo depoimento sobre a fuga da prisão, a p. 402-408. O possível pseudónimo Myriel Myrra – contra o aqui indicado Miguel Murio – acorda-se melhor no facto de o primeiro nome provir de *Os Miseráveis*...

[35] *D. Manuel II. (Memórias para a Historia do Seu Reinado*), I, Lisboa, Sociedade Editora 'José Bastos', s. d.: 152.

[36] Falha de Rocha Martins: este romance de António de Albuquerque (1866-1923; verbete de Pedro da Silveira, em João José Cochofel, dir., *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, cit.: 104) saiu só em Janeiro de 1908; não é impossível, todavia, que já fosse conhecido nos meios republicanos. Em 13-IX-1907, *O Paiz* anunciava, após *Os Bandidos da Serra da Gardunha*, o folhetim *A Quinta da Bacalhôa*, «um sensacionalissimo trabalho», que, todavia, dá lugar a *Os Mysterios da Parreirinha*, essa «infamante instituição da policia», «Bastilha mysteriosa, que se chama o Juizo de instrucção criminal» (13-VI-1908), de Pedro Reinal: rende 126 episódios até 31-XII-1908. Acompanha, porém, o êxito comercial do talvez sucedâneo *O Marquez da Bacalhôa*.

tária n'*O Caixeiro*, correctamente transcrita, que tipo de argumento era esse, e seu propósito imediato (ou como a publicidade se faz ataque às instituições e propaganda republicana):

A Filha do Jardineiro

Romance historico contemporaneo

É um livro simples, educador, debatendo a epocha que decorre de 1880 aos nossos dias, com todas as intermitencias de redempção e abatimento d'uma nacionalidade.

Em 1880 aparece o primeiro nucleo revolucionario, redime-se do olvido a memoria do grande epico, o paiz parece levantar-se estremunhado da sua modorra secular. Mas ha um regimen que apaga, a crise deleteria volta. O *Ultimatum* provoca a revolta no norte. Um punhado de homens á antiga, como espartanos.

Noite cerrada da nacionalidade. N'esta marcha de 10 annos ha simbolos:

O Jardineiro, besta d'uma casta, imagem da patria soffredora, aviltada, rude; a filha do jardineiro, a imagem viva da alma popular, terna, melancolica, sentimental.

É esta a primeira parte. A segunda é o caminho para a salvação sob o sol forte das ideias modernas, e saindo das cidades para os campos n'uma grande invasão mansa, benefica. Uma cohorte de apostolo atira a sua sementeira. Uns ficam no caminho, outros seguem inalteravelmente para a patria nova. O poeta das revoltas, amargurado, sem esperança, queima os miollos, o sabio professor verbo da revolução feito homem desaparece tambem do mundo dos vivos, mas para a grande obra emancipadora, ficam ainda entre outros o tribuno que fala como Tirteu cantava, cuja voz tem o timbre d'um clarim de guerra, e o velhinho de cabellos de neve, alma de romantico, e patriarca venerando da democracia.

A par d'estes segue a sua marcha consciente de revolucionario e de vingador a figura imponente d'um marinheiro, que outrora fôra noivo da pobre e da martyr filha do jardineiro. É esta a sintese do livro que vae ser publicado em *fasciculos semanaes a 30 rs*. e a *tomos mensaes a 150 rs*.

> Aceitam-se com boas referencias agentes *em todas as localidades*.
>
> *A Social Editora* de Alfredo Luiz da Costa.
>
> *Rua dos Douradores 31 1.º – Lisboa*.

A figura do marinheiro é premonitória. Em Abril de 1906, sublevações no *Vasco da Gama*, no *D. Carlos* e na canhoneira *Tejo* levaram muitos à prisão. Dirá Magalhães Lima: «Atribuí o movimento a um impulso republicano, que ardia no peito daqueles valorosos servidores do Estado, e filiei este incidente na revolução de 31 de Janeiro, do Porto. Foi um incêndio que nunca mais se apagou e que produziu, mais tarde, o glorioso 5 de Outubro»[37]. Seduzir, e exaltar, quem seria decisivo na Rotunda, era missão desta prosa-manifesto.

Tudo corria bem, não fosse pedido de Luz de Almeida, a 9, e explosão no dia 17, no seu quarto, com morte de dois revolucionários. A prisão e fuga, a 12 de Janeiro, justificam larga prosa memorialística[38], glosada por toda a Imprensa, a partir de comunicado policial. Cauteloso, *O País* de 14-I ("Evasão importante") transcreve o oficioso *Diário de Notícias*, juntando nota sarcástica de que, «não obstante a vigilância policial, o indivíduo detido conseguiu, não se sabe como, evadir-se, e de tal modo, que nunca ninguém mais soube dele». Quanto ao encarceramento, a leveza do tom memorialístico diverge do depoimento, angustiado e inédito, dado a *O País* em 10 de Fevereiro, e transcrito na *Vanguarda* do dia seguinte, aqui, sob o título "Palavras de um expatriado"[39]. Dando a entender encontrar-se já em Espanha, evoca a tortura de «cinquenta e tantos dias», «uma vida de larva num caixão soturno de

[37] Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, s. d.: 306.

[38] 1974: 241-323. Incongruência na «segunda-feira, 13» (p. 264), que devera ser 18.

[39] *Um Escritor Confessa-se*. Edição revista e aumentada – inclui dispersos e inéditos, Lisboa, Bertrand Editora, 2008, passa desta capa ao frontispício como *Um Escritor Confessa-se / seguido de / Lances da Minha Vida / Memórias*, sendo "Lances da minha vida", a p. 316-321, a carta d'*O País*, que, todavia, rezava tão-só "Uma carta de Aquilino Ribeiro, o evadido da esquadra do Caminho Novo". Esta 2.ª edição é mal "revista", acrescida, no prefácio de Mário Soares, de um «2 de Fevereiro, data do Regicídio» (p. 10).

tijolo e ferro», diálogos com o carrasco, o sonho da fuga ou o suicídio. Conclui estar a viver, nesse fictício desterro, «um culto tolstoiano», com o sol, agora, a acordá-lo todas as manhãs...

Leitor voraz no forçado retiro lisboeta, Aquilino não acompanha o folhetim mais violento e poderoso da nossa história jornalística – *Os Bandidos da Serra da Gardunha* –, que *O País* tem em curso. A história começara oito meses antes. É, subordinada ao folhetim, uma maneira de ser Imprensa que se exemplifica no seu suporte, *O Paiz* / Jornal Republicano da Tarde[40].

[40] Vidigal, no citado artigo do *Diário de Notícias*, di-lo «um jornal diário acerrimamente anti-dinástico (ainda que não fosse republicano)», como se o republicanismo, aliás no cabeçalho, vivesse de meiguices.

Grande formato para quatro páginas a seis colunas, dirigido por Meira e Souza, sofre, em 1907 (ano II, n.º 313, 2 de Janeiro), duas suspensões de um e três meses, numa prática que o franquismo estendeu à demais Imprensa. Com a remodelação de 1 de Março, dá-nos semanalmente um folhetim, ao cimo da terceira página, que colige preciosos escritos «dos mais talentosos artistas do ultimo periodo litterario» (21-II), quais Alfredo Guimarães, Carlos Frederico Parreira, Urbano Rodrigues, Pinto de Carvalho (Tinop) e o mesmo Aquilino, com "Adeus! (Carta do Libertario a Gina) / (D'um livro em preparação)", em 26-IV. Mayer Garção, Fialho (articulista e vilipendiado, como serão Ramalho, Correia de Oliveira e, a espaços, Trindade Coelho), Junqueiro, Gomes Leal, são referências maiores. Já em 99.º episódio, segue o folhetim *Maria Joanna*, de D'Ennery, até ao, inacabado, 331.º [!] episódio, em 22-VI, quando sofre a primeira suspensão, já não surgindo no reatamento. Uma linha editorial asfixiante para a monarquia acompanha-se da estratégia publicitária do folhetim e das inúmeras 'janelas', a negro, que se distribuem pelas colunas, visando, sobretudo, D. Carlos e João Franco, nisso imitando a devassa do *Supplemento Burlesco* [o primeiro satírico ilustrado, 1847-1853, dirigido por Bernardino Martins da Silva] d'*O Patriota* (Lisboa, n.º 103, 3-VII-1843/9--IV-1853, n.º 2655) pós-Patuleia contra "o conde de *tomar*", Costa Cabral. Do género: "Ainda é rei de Portugal o sr. D. Carlos de Bragança."; "Quem é o maior comilão deste paiz?" Ou, com piscar de olho ao argumento do folhetim *Os Bandidos da Serra da Gardunha*: «O que se pode esperar do filho d'um ladrão e d'um 'souteneur', do neto d'um espião e bisncto [*sic*] d'um salteador de estrada?» Para Aquilino, veja-se "Congresso Socialista", que subscreve (27-VIII-1907); "Uma carta de Aquilino Ribeiro, o evadido da esquadra do Caminho Novo" (10-II-1908), aparentemente escrita do seu "desterro" aldeão, onde pende para «um culto tolstoiano»: «Não imaginas o que fui torturado!»; "Carta Aberta a Aquilino Ribeiro" (8-V-1908; ver, também, 9-V), por Ferreira Manso, sobre a injustiça de não ter sido amnistiado; "Aquilino Ribeiro" (12-V-1908), por Pereira Bravo, em que se pede ao foragido «em parte incerta», com um mandado de captura, que regresse a Portugal, à sociedade, mais valiosa que a justiça que então

Como no caso da 'filha do jardineiro', que dera origem a modinhas em verso, as folhas republicanas escancaravam a genealogia mais remota do presidente do ministério, João Franco, oriundo da Beira, como, desde o primeiro instante (26-IV-1907), deixam entrever as notações fonéticas sublinhadas:

> Brevemente *O Paiz* começará a publicar em folhetins uma novela historica cavalheiresca e emocionante intitulada
>
> *Os bandidos da serra da Gardunha*
>
> O heroe é um celebrado bandido portuguez cujo nome não convem que *xe xaiba* por enquanto para mais interesse ter a grande e phantastica novella
>
> *Os bandidos da serra da Gardunha*
>
> Começa a acção na epocha das invasões francesas e termina em nossos dias, atravessando um periodo de façanhas e proezas em que o capitão de
>
> *Os bandidos da serra da Gardunha*
>
> Vae enriquecendo, já servindo de espião aos francezes, já roubando viajantes pelas estradas e saqueando solares e palacios abandonados.
>
> *Os bandidos da Serra da Gardunha*
>
> teem uma parte, a ultima, que é passada na actualidade e talvez a mais interessante.
> A *pexôa* que tem o principal papel é muito conhecida no nosso meio e descende em linha directa do celebre faccinora comman-

tínhamos.

dante de

Os bandidos da serra da Gardunha.

Logo no dia seguinte (27-IV), a secção 'Echos' conta das primeiras cartas anónimas que prometem facadas a uma esquina: «Por darmos cabimento no nosso jornal a uma linda novella e de que é auctor um distinto escriptor do norte. A novella é a que ontem *annunxiávamos* – – *Os bandidos da Serra da Gardunha*.»

Aquele anúncio, opressor no modo como intercala o título da peça, repete nos números subsequentes, já *Os Bandidos da Xerra da Gardunha* a 3 de Maio, quando se nos diz que «O illustre escriptor do norte a cargo de quem está o palpitante assumpto, dividiu o entrecho em 3 partes: A Traição / As Proezas da Quadrilha / O Neto do Bandido.»

Uma semana depois, sabemos do início das infindáveis querelas que, por causa do «innocente reclamo [a esta] interessantissima novella», move a *O Paiz* o Ministério Público. Aos leitores pede-se (13-V): «Descancem. O trabalhinho está entre mãos e assim que esteja prompto damos começo.

Não se impacientem que não teem mais interesse do que nós.»

Dezenas de cartas e bilhetes postais continuam a afluir, que se interrogam sobre se já não sai. A redacção, que mobilizara paixões, aproveita, agora, os efeitos (25-V):

> A demora resulta simplesmente do facto que segue:
> A principio planearamos uma pequena novella que daria, quando muito, uns vinte ou vinte e cinco folhetins, mas a somma de elementos que posteriormente nos foram dados são tão curiosos, mesmos [sic] tão sensacionaes, que tivemos de mudar de plano.
> *Os bandidos da Serra da Gardunha* não darão agora menos de noventa folhetins, e noventa folhetins não se fazem assim d'um dia para o outro. [...]
> O leitor tem o direito de saber a razão porque apparece no seio d'uma sociedade de gente de bem um animal com fórmas humanas aos coices e ás mordeduras a tudo e a todos.
> Tão extranho phenomeno deve filiar-se em factos remotos.

A questão formal não enganava ninguém: o texto, como se verá, seria feito no dia-a-dia e, nesta altura, ainda se organizava a recepção. Em 6 de Junho, já se anuncia para 1 de Julho, o que chega a acontecer quatro vezes na primeira página. Como se não bastasse, 'Echos' reforça, em dias consecutivos, a impositiva propaganda. Por exemplo, a 26-VI:

> *Os bandidos da Serra da Gardunha* são um trabalho conscienciozo e para cuja factura se procedeu a informes rigorosos, authenticos, indo-se até ás localidades onde se deram certos acontecimentos. Para nada faltar ao novo folhetim até tem a côr local. Quanto ás personagens, umas já falleceram e outras ainda vivem para mal da humanidade.

Uma semana mais tarde está suspenso por trinta dias. No regresso, a secção 'O Nosso Folhetim', quase diária, acrescenta às outras diligências publicitárias. Culpado da arbitrariedade judicial, e de novas querelas judiciais, fica por agora adiado. Mas o «solícito correspondente do Fundão» lá vai dizendo (23-VII) como «o illustre escriptor do norte» andou a conhecer os locais da acção, sobretudo Alcaide, terra de Xuão Franco... Vem entrevistado na edição de 24, abancado no Martinho, após 15 dias de investigação beirã. E já parte no rápido da tarde, para o Porto, de onde é natural. Aumentam as ameaças e, desta feita, o início só já é para a primeira quinzena de Agosto. A 1 deste mês, escrevem que para 12, com o picante desse João Alves e quadrilha que obedecem a bandido que, sem participar nos saques, tira a parte de leão, antes de os atraiçoar. Em Cascais, já correm versos alusivos a esta "innocentissima novella historica", "interessante", "sensacional", que, a ser suspensa por Franco, virá em fascículos e distribuída aos domicílios (2-VIII). Consagrado na Boa Hora com uma vintena de processos, sobe o interesse no Barreiro, onde *O Paiz* já se vendia bastante. Mas «vae começar a ser apregoado nas ruas por vendedores» (10-VIII). E, finalmente, a 12, com três chamadas na primeira, começa na segunda página folhetim badalado desde 26 de Abril, não assinado, da responsabilidade da redacção, que aproveita para repudiar o zelo do Governo Civil, cujos funcionários arrancam *placards* com o «annuncio incendiario» do folhetim.

Com esta nova fase, é preciso dar pitada de episódios futuros, sem esquecer o êxito crescente despachado em todos os comboios para terras «onde ha gente que ainda se interessa por estas coisas de justiça e de equidade» (20-VIII). Aí está o correspondente de Olhão a confirmar o aumento das vendas do jornal. Ou, a 24-VIII, entre novas cartas ameaçadoras, o de Castelo Branco, que ironiza ao ponto de propor a João Franco «uma commenda para o distincto escriptor do norte que se occupa das cousas do seu berço querido – o seu concelho»...

O fenómeno do coleccionismo desperta a 30-VIII: para as faltas, a redacção organizou três mil colecções e ainda restam quatrocentas e tal (só já 50 e poucas, em 14-IX). Mas nada de atrasos, que se vai entrar no «grande periodo dramatico». Suspenso, por três meses, a 19 de Setembro, regressa a uma normalidade que, em vésperas do regicídio, se diria exausta: a falta de espaço justifica a não-comparência a 30 de Janeiro: «Por absoluta falta de espaço, não podemos publicar hoje o nosso folhetim.» Não, não é falta de espaço. Nova suspensão do diário até 6 de Fevereiro, retoma do folhetim, falhas nos números 551 (22-II), 555, 557, 558, 559, 560, 565 (11-III), justificada esta pelo empastelamento, à última hora, de um granel. De facto, a redacção d'*O Paiz* tergiversa: deixa o final da primeira parte, "O 'Mil Diabos"' – sobre o pai de João Franco – em *(continua)*, mas, numa local, anota ter sido intento do jornal parar ali mesmo, do que a demoveram «duzias de cartas, que de toda a parte nos chegam, de leitores dedicados» (12-III). Assim se mantém, a par da ficção propriamente dita, esta sobreficção, que se explica de outro modo. Um dia, o director d'*O País*, Meira e Sousa, dirige-se a Aquilino:

> – Prenderam Arnaldo Pereira e o *País* ficou privado do folhetim *Os Bandidos da Serra da Gardunha*. O autor ia-o escrevendo ao fio dos dias, e deixou-nos descalços. Não sei se sabe que este folhetim é a história romanceada ou fantasista dos ascendentes de João Franco, bandoleiros dos quatro costados segundo a tradição local. [...] Se nos escrevesse o folhetim?
> – E acerto eu? Não li os números transactos...

> – Não é nariz-de-santo. O Faustino da Fonseca não matou duas vezes a linda Inês?
> E pus-me a compor o folhetim[41].

Meira e Sousa, com diploma do Curso Superior de Letras, era «um espírito desordenado e inquieto, [...] sempre atrapalhado para satisfazer os seus compromissos com o pessoal da redacção»[42], a qual, ainda em 1911, assentava em Arnaldo Pereira. Aquilino – fugido da prisão a 12 de Janeiro de 1908, refugiado «em casa de umas damas de idade que deviam favores a Meira e Sousa, director de *O País*, que aliás Aquilino não conhecia pessoalmente»[43], onde aproveita para ler de tudo, d'*As Farpas* a Lamartine e Anatole France (1974: 328) –, é procurado país fora pela secreta. Barbeado e suficientemente caracterizado para pôr pé fora de telha, não deixa de correr perigo. Aquilino acrescenta que assinava (aproveitando as suas iniciais) Alberto Ramos, o que não é verdade. Era, sim, o seu nome de código, para quem o procurava em águas-furtadas quase nas barbas do Tribunal Criminal, da Polícia e do Ministério do Reino. Mantém-se o anonimato.

Arnaldo Pereira fora preso no dia 28 de Janeiro (*O País*, 29-I), com outros implicados no caso do elevador da Biblioteca. Daí, ficar o jornal *descalço*, sem folhetim. Libertado do forte de Caxias talvez a 9 de Fevereiro (*O País* de 10 declara a sua satisfação), e com o jornal suspenso uma semana, já na edição de 6 de Fevereiro, episódio 66, deve ter colaborado Aquilino[44], tão peculiares são os descritivos paisagísticos e suas notações atmosféricas. O processo é mais evidente no episódio 84 (n.º 566, 12-III), a abrir a segunda e afinal última parte, "Tal pae tal filho", cujos capítulos alvejam directamente o ditador: "O Menino João", "Um Caracter" («Era mau e caprichoso, insubmisso até á rebeldia.»), "O 'Mata-gatos'"... Torna-se irregular a partir de 28 de Março

[41] A. Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se*, ed. cit.: 328.

[42] Acúrsio Pereira, s. d.: 93.

[43] José Gomes Ferreira, "Uma inútil nota preambular", em Aquilino Ribeiro, 1974: 22; retoma informação autoral, na p. 326. Precisão mais verosímil do que esconder-se em mansarda de um director de jornal, sempre em risco. Quanto ao título do folhetim, J. G. Ferreira escreve *Os Bandoleiros da Serra da Gardunha*, não corrigido em 2008.

[44] O episódio 67 é repetido em 7 e 8 de Fevereiro.

(nº 578), enquanto o esquivo Aquilino é matéria de editoriais. Porque finda no episódio 147, já em 19 de Junho – quando Aquilino se encontrava em Paris desde 3 –, é de nos interrogarmos se outrem não terá partilhado esse longuíssimo epílogo, cujo final se pressentia em 14 de Maio.

Pelo 'espectáculo' jornalístico-político-judicial que, por mais de um ano, significou este folhetim sobre o João Gardunha = João Franco, pelos seus intervenientes e consequências, pela criação de fingidas emoções, é bem digno de figurar nos anais da propaganda republicana. Enquanto treino, anunciava o primeiro estádio de *Estrada de Santiago* (1922), cujos contos inauguravam o folhetim do *Diário de Lisboa* (7--IV-1921). Não é pequena surpresa lermos, aqui, 23 partes de "Português dos Velhos Tempos", passado à posteridade como *O Malhadinhas*... Passos futuros de Libório Barradas (*Lápides Partidas*, 1945) inspiram-se nestas andanças. Ousara-se o processo de formação vocabular inspirado em Fialho, enquanto o sarcasmo e despacho na crónica militante libertavam de miasmas seminarísticos patentes no conto, do qual subsistirá a notação de exteriores, qual pintor de ar livre, a par de diálogos campesinos verosímeis. Aquilino fizera-se um nome, não ainda um escritor, o que exigirá a distância de Paris e outro quinquénio.

Dedicando a Joaquim Manso, fundador do vespertino, *Maria Benigna* (1933), lá está a evocação: «A êle me prendem, ainda, vínculos que nunca mais se desatam. Não fui eu o folhetinista da gazeta que alvorecia?»

Com efeito. Essa colaboração, descontado o depoimento sobre *Adão e Eva*, de Jaime Cortesão (3-VI-1921), divide-se assim:

1) "O Esconjuro", 6 partes (7/13-IV)[45];
2) "Em Busca da Boa Sorte", 20 partes (14-IV/7-V);
3) "Os Santos em Pé de Guerra", 8 partes (9/17-V);
4) "Português dos Velhos Tempos", 23 partes (18-V/15-VI).

A modalidade publicitária, logo a 7 de Abril de 1921, cumulava o autor como «romancista brilhantissimo, que de ha muito conquistou

[45] A novela será reeditada no suplemento-homenagem Ler/Escrever do *Diário de Lisboa*, em 26-V-1983.

um lugar de primasia nas letras portuguesas» e "O Esconjuro" como «interessantissima novela regional», «modelo de prosa scintilante cheia de colorido e de vigor». O jornalismo servia-lhe para resolver hesitações formais e confrontar propostas discursivas, que uma análise da poética aquiliniana deve confirmar.

Assim, 1) sai na *Seara Nova*[46] com o título que há-de ter na *Estrada de Santiago* (1922); 2) excerta-se em *Atlântida*[47] como "O moleiro, o fidalgo e o diabo", antes de, na *Estrada*…, ser "A Grande Dona"; 3) ilustra-se ainda em *Atlântida*[48] e no suplemento do *ABC*[49], em ambos os casos com o título que tomará na *Estrada*…, "Valeroso Milagre"; 4) é o esboço de *O Malhadinhas*, como já se dá em 1922, antes de, na edição solta de 1946, começar a série de variantes[50]. "Bufonaria Heróica", que encerra 1922, também procedera de *Atlântida*[51].

Já conhecido, embora não dissecado nos estudos aquilinianos, é o "roda-pé" na Democracia do Sul[52], com seis novelas entre 26-XI-1914 e 25-XII-1915. Este apanhado, e quantas pistas oferece, doravante, o

[46] "A maldição cubra os pardais", excerto, 2 (15), 1-VII-1922: 38-39. Por carta de 20-VII a Aïllaud e Bertrand (*cf.* catálogo da BN, p. 25), sabemos que Aquilino ultimava a *Estrada de Santiago* – esteja embora no final da dedicatória "Dia de S. João de 1922" –, onde aquela novela ganha um ponto de exclamação.

[47] Lisboa, Ano 4 (41), 1920: 628-636.

[48] Ano 3 (32), 1919: 753-761.

[49] Caderno de 16 páginas, Lisboa, Edição da Sociedade Editorial "ABC" Limitada (com ilustrações de Martins Barata), Outubro de 1921. Para o texto, p. 3-15.

[50] A este respeito, ver entrevista de D. Jerónima Dantas Machado Ribeiro a António Valdemar, no *Diário de Notícias* de 17-XI-1985, republicada em *Cadernos Aquilinianos* (Soutosa), Fundação Aquilino Ribeiro, 1, Maio de 1992: 154: «*O Malhadinhas*, na sua actual versão, é, porventura [,] o texto mais trabalhado. Como sabe, saiu, inicialmente, na *Estrada de Santiago*, mas, nos anos 50 [de facto, 40], resolveu transformar *O Malhadinhas* num título próprio, e como tal mais extenso, […]. Creio que, se tivesse de o rever de novo, aliviaria um pouco do que acrescentou, regressando à traça primitiva.»

[51] Ano 3 (35-36), 1919: 1001-1017.

[52] Jornal do Partido Republicano Português, fundado por Joaquim Pedro de Matos, publica-se às quintas-feiras em Montemor-o-Novo. Em 13.º ano, quando Aquilino aí se estreia, apresentará, igualmente, poesia de Afonso Duarte, Américo Durão, Guerra Junqueiro, José Duro e a tolentiniana "A liga da Duqueza", de Júlio Dantas. No folhetim, a mistura vai de J. Richepin, *A Obra-Prima do Crime* (27-I-1916), ao Eça de "No moinho" (1-XII-1916)…

catálogo da Biblioteca Nacional, são mais do que suficientes para nos familiarizarmos com a oficina de autor – sempre lembrado desses tempos heróicos[53] – ainda para além de forte cortina de fumo e preconceito.

1. 2. 2. Uma atmosfera revolucionária: *O Pão não Cai do Céu*

> *O Pão não Cai do Céu* é um romance-folhetim, semi-histórico, melodramático em partes, naturalista (ou realista, se assim preferem), estrutural e estilisticamente convencional (como se não fosse tudo convenção!), óbvio e compreensível, provido de anedota ou "plot" – enfim, de um género que já não se usa. [...]
> Fi-lo como se fosse para o povo: o povo-que-não-lê, mas dantes lia, pelo menos, os ingénuos romances que iam de porta em porta, em fascículos semanais, levar-lhe um pouco de verdade, ódio e emoção. Talvez eu aspirasse modestamente a ser um romancista popular? Já o disse algures[54].

José Rodrigues Miguéis afirma, num tempo em que a intransitividade do texto já vacila, o necessário primado da intriga e a categoria do leitor. Fá-lo em repetidas notas pré e posfaciais. Como vimos, não é difícil organizar o universo paratextual do folhetim – já de si condimentado a preceito – em 'espectáculo' com função ideológica bem vincada; com Miguéis, o outro inscreve-se nos limites de produção que, antes de apelar, deve entranhar-se nesse alguém com direito ao ludismo dela emergente e não das razões que lhe colam à margem. Ou seja, qual dizia quarenta anos antes, «A ficção, como o Teatro, o Cinema e a Música,

[53] Note-se aquele aceno biográfico em fala de Méritac, n'*A Via Sinuosa*: «– Isso é um folhetim que V. leu no roda-pé da *Vanguarda*! – pronunciou meu mestre com mal vencida ira.» (Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1918: 42) Escreve de "Maga", em *Filhas da Babilónia*: «Era um anjo... Foi ela que me corrigiu as provas da Chasteté. Os meus discursos na Academia revia-os ela e retocava-os. Era muito erudita. Chegou até a publicar um folhetim no *Echo de Paimboeuf*.» (Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, [3]1925: 254)

[54] "Nota do Autor", *O Pão não Cai do Céu*, Lisboa, Estampa, [4]1982: 271-272.

é antes de tudo espectáculo, exibição, audição: o seu primeiro dever é empolgar, arrebatar, entreter o leitor. Para isso é que ele pagou o seu bilhete... Shakespeare e Chékhov não pensavam de outro modo. E tinham génio.»[55]

A sua filiação quanto a processos é assumidamente oitocentista, por educação de ouvinte[56] e crença invencível no Homem, que, na escrita, subsume um leitor. Mas o seu estádio primeiro, forma superior desse contacto imediato que se procura em registos límpidos, é a Imprensa,

[55] Carta de Julho de 1941, a acompanhar a 1.ª ed. (1946) de *Onde a Noite Se Acaba*, cit. aqui na 6.ª ed., Lisboa, Estampa, 1985: 225. De facto, já antes, no 'Suplemento Literário' do *Diário de Lisboa* (22-III-1935: 6), abria assim entrevista: «A função primordial da literatura de ficção é a de recreio, de prazer. [...] "prazer" não significa vulgaridade nem superficialidade: Eschilo e Shakespeare apaixonaram as multidões do seu tempo...» Este ponto e outros da entrevista suscitaram a José Régio "Interrogações e dúvidas sobre um depoimento de Rodrigues Miguéis" (*Presença*, vol. II, n.º 44, Abril de 1935, agora, em *Páginas de Doutrina e Crítica da "Presença"*, Porto, Brasília Editora, 1977: 296-303) – mais um *exercício* intelectual do que algo de produtivo. Um dos pontos problematizados – «O homem, em nós, mata o escritor...» – seria respondido naquela carta de 1941: «Creio que não fui entendido, na forçada obscuridade da expressão. Queria eu dizer, apenas, que os nossos deveres (e as restrições que de fora as circunstâncias nos impõem), crescentes, abafam as preocupações artísticas. Com efeito, escrever é apenas uma das mil maneiras de ser homem, de exprimir-se homem. [...] Ainda não soou para nós a hora de pôr o homem de acordo com o escritor, as ideias e a experiência nova em uníssono na obra. Coisa que o europeu já experimentou com o Renascimento.» (Ed. cit.: 227-228)

[56] Na "Nota do Autor" a *Páscoa Feliz*, refere «a imaginação narrativa de minha mãe»', tal como a leitura, adolescente, d'*Os Miseráveis*. Episódio do *Rocambole* tem a dignidade de ir a par com conto das *Mil e Uma Noites* – título que melhor representa a expectante continuidade e demais características do nosso género. (*Cf. O Milagre Segundo Salomé. (Lenda Contemporânea)*, I, Lisboa, Estúdios Cor, 1974 [de facto, 1975]: 133. Certa personagem mostra o seu desprezo pelos outros chamando-lhes «Farrapos humanos!». E o narrador: «(Leu a frase num folhetim histórico de *O Século*.)» (*É Proibido Apontar. Reflexões de um Burguês – I*, Lisboa, Estúdios Cor, 1974: 141) Visto de fora, raro é o intérprete que lhe atribui tal paixão. Ao analisar *O Passageiro do Expresso*, Deniz-Jacinto deu parágrafo feliz: «Com toda a sua irónica e displicente sem-cerimónia a peça de Miguéis é uma peça de ideias, inserida numa trama de folhetim policial, contada com a clareza racionalista que o autor usa conferir aos seus escritos e vazada numa forma teatral moderna e bem construída.» (*Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 130-131, Jan.-Fev. de 1962, hoje, em *Teatro II*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1992: 129)

omnipresente nas vidas ficcionadas ou na vivida: «O jornalismo foi talvez a minha única vocação revelada. Ainda hoje me sinto repórter, mas ando sempre atrasado. A atmosfera dos jornais fascinava-me, de noite sobretudo, com a excitação da hora de "fechar", o cheiro das tintas e o arfar das máquinas de impressão.»[57]

Esta declaração, em que se reconhece quem contraiu tal vírus – e define o escritor como repórter diferido, ou que mastiga –, não esquece o dito espectáculo e, concomitantemente, uma ambiência, que, sobre fazer de Miguéis um Eça mais largo e terno, transborda para a mitificação dos lugares (Lisboa, em particular) e do que a eles animicamente se prende, o exílio (em relação à infância, à realidade, à pátria, etc.).

Intriga; leitor visível *também* no e pelo discurso[58]; arte de impressionar: como processo descritivo e estruturador, retendo, por exemplo, a acção; como envolvente de um receptor já 'apanhado', acaso respondendo na sua existência aos convites subliminares que todo o texto contém. "Fi-lo como se fosse para o povo", assevera quem não ignora ser a literatura um *como se*. Para colmatar este abismo, e afora aquele optimismo em relação ao porvir, convoca esse povo de fim-de-semana no seu descanso fascicular: em conformidade, dá-lhe temáticas sempre nas margens do oficial (bairros populares, terceira classe, alheamento, desenraizamentos, contrabando, aportuguesamento de estrangeirismos, alternância dos pontos de vista…) que ressumam, afinal, uma aragem libertadora.

[57] "Jornais, Revistas & Canções", *O Espelho Poliédrico*, Lisboa, Estúdios Cor, 1972 [Janeiro de 1973]: 65-66. O livro resulta da cronística impressa entre 1968 e 1971, com aquele título, no *Diário de Lisboa*. As quatro séries de "Aforismos & Venenos de Aparício" aqui patentes vêm na linha dos 'Tablóides'.

[58] «Sem entrar em polémicas, o que me importa é que o leitor, em cuja posição procuro situar-me sempre, tenha a ilusão (pois não é isso mesmo a ficção?) de que está de algum modo presente ao evento, penetra nos sentimentos e pensamento dos personagens, interessa-se por eles ao ponto de se identificar com ou se integrar neles e procura interpretar uns e outros. Essa identificação ou adesão do leitor é a mola real da novelística de todas as épocas.» ("Nota do Autor", *O Milagre Segundo Salomé*, II, 1974 [1975]: 350)

Jornalista sem banca, recupera essa actividade por meio da crónica e da ficção. No interior destas, matéria e agentes do periodismo assomam regularmente. Entre as interpolações que relevam do folhetim, está o final que pontilha algumas partes d'*O Milagre Segundo Salomé*, com as indicações *(Continua)* e *(A concluir.)*[59]. Mas importante é o facto de Miguéis se ter esforçado por folhetinizar alguns dos seus melhores textos, quantas vezes reduzidos a um ou outro capítulo.

Tudo começa com *Páscoa Feliz* (1932), cuja proto-história vem nas cartas do autor a João Sarmento Pimentel comentadas por Jacinto Baptista[60]. Em 1930, Miguéis procura junto do amigo fazer sair a novela (pronta desde o ano anterior e com o segundo capítulo entretanto dado a lume na *Seara Nova*) na *Revista Portuguesa* (São Paulo). A distância atlântica impõe, em toda a sua correspondência, sugestões técnicas:

> Para uma revista mensal, creio que 4 a 6 páginas de texto por n.º estariam bem; seria, porém, melhor publicá-la por capítulos inteiros, visto que não são longos. (6-III-1930)
>
> Conforme lhe prometi, aqui lhe mando os 1.^{os} capítulos, como espécime da novela de que lhe falei. [...] eu preferia que a composição fosse feita a *duas colunas*, o que daria um aspecto tipográfico mais equilibrado às páginas cortadas pelo diálogo. (9--III-30)

Falhada esta empresa, redime-se com *Uma Aventura Inquietante* (1958) n'*O Diabo* (n.º 12, 16-IX-1934: 2). Conta a anedota desta 'novela policial' ao fundador e director, Artur Inês, que logo lhe oferece 700 mil réis pelo romance em folhetins[61]. Aos catorze episódios desse

[59] Ver p. 250 e 251 da edição citada. Sobre o puro folhetim *É Proibido Apontar*, ver João Gaspar Simões, no *Diário de Notícias* de 9-IX-1965 (agora, em *Crítica IV*, Lisboa, INCM, 1981: 212-216), ou o Miguéis da *Seara Nova* discípulo do Eça da *Gazeta de Portugal*.

[60] Edições de 20, 27 de Novembro e 4 de Dezembro de 1980 d'*O Ponto* (Lisboa).

[61] Ver depoimento do Autor, de Setembro de 1979, a Maria Antónia Palla no *Expresso* – Revista de 5-IX-1981: 28-30. Onde, sobre esta história de amor epidermicamente policial, se noticia já conhecido estratagema: «O folhetim apareceu sob o pseudónimo de Van der Bosh e tradução de Miguéis e logo os literatos da praça se

ano somam-se vinte e seis em 1935 e a suspensão, com a partida para os Estados Unidos. Mário Neves pontua:

> Só em Maio do ano seguinte o folhetim viria a chegar ao fim com quatro derradeiros capítulos, cuja publicação assim atrasada era justificada numa espirituosa carta a Rodrigues Lapa, que, entretanto, assumira a direcção de *O Diabo*. Revelando ser o detentor do pseudónimo C. Vander Bosch, Rodrigues Miguéis explicava que o "autor" havia deixado a Bélgica, tendo-se ouvido dizer que desaparecera no Tibete e, como o belga largara sem acabar a história, lhe daria ele a conclusão apropriada...[62]

Na década de 1970, até à morte, a colaboração no *Diário Popular*, prioritariamente, é intensa e variada. Não sendo pertinente, aqui, estudar uma relação, que vira amizade, com Jacinto Baptista (desde a primeira missiva, de 23-XII-1970, até à derradeira, de 24-X-1980, três dias antes de morrer), retenhamos alguns momentos altos. A "série de sátiras científico-filosóficas"[63] enfeixadas em *Programação do Caos* passa nos

interrogaram sobre o interesse que ele achara àquela história policial banal, sem mensagem, sem recado, para a traduzir...» Rigorosamente, a apresentação era a seguinte: "*Uma aventura inquietante* / Novela Policial // Por Ch. Vander Bosch / Traduzida para 'O Diabo' por José Rodrigues Miguéis. No final, "(Continua)", enquanto cada novo episódio abria com "Resumo do número anterior". N'*O Diabo* / Semanario de Critica Literária e Artistica (Lisboa, 2-VI-1934, 'numero especime'; n.º 1, 30-VI-1934), Miguéis publicara já "Sobre a eficácia das ideias", no n.º 4, 21-VII-1934.

[62] *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, cit.: 68. Ver "Uma aventura que recomeça... / Uma carta de José Rodrigues Miguéis", *O Diabo*, 24-V-1936: 5.

[63] Di-lo a Carolina Matos, em entrevista (*Gávea-Brown* [Providence], 1, 1980) reproduzida no 'Letras – Artes' do *Diário Popular* de 3-VII-1980: I e VII. *Programação do Caos* seria parte da série *Arquivos do Foragido*, de que Miguéis vai publicando extractos em vários lugares. Ver o 'Letras & Artes' deste vespertino em 25-I-1979: I. Sobretudo, a "Prevenção ao Leitor" que introduz o primeiro folhetim, de 17-XI-1977: «Finalmente, como isto não é o *Rocambole* [...], tornando-se, pois, fácil perder o fio à história, aconselho o leitor a cortar e conservar os folhetins à medida da publicação, para saber do que se trata: de outro modo ficará ainda mais confundido do que o próprio autor.» O 45º e último sai a 21-IX-1978. Significa isto que, na reorganização da obra do A., e confrontados com o espólio, muito há a fazer, sem esquecer o inesperado poeta também presente por estas páginas...

folhetins de 1977-1978. A par dos 'Tablóides'[64], sucedem-se ficções soltas, ou de livros em preparação[65], e evocações[66]. Um projecto antigo de romance-folhetim, *Idealista no Mundo Real*, vê enfim o seu termo[67]. Mas, nomeadamente (o que Mário Neves esquece), em 1975-1976, vinga outro velho projecto, que Miguéis também resumiu a Carolina Matos (e retoma, com leves discrepâncias, na "Nota do Autor" que abre o folhetim e encerra a edição em livro): «Em 1937 ou por aí, escrevera em Nova Iorque uma peça, *O Contrabandista*, que se transformou no romance *O Pão não Cai do Céu*, escrito nos 40-50, e recopiado finalmente pouco antes da Revolução de Abril: saiu em folhetins no *Diário Popular*.»

Vejamos o percurso epistolar deste romance nas missivas recebidas por Jacinto Baptista[68]. Em carta de "17 Abril 73", Miguéis listava afazeres e o nosso romance,

> que escrevi *grosso modo* sobre uma peça minha em 3 actos, entre 1937 e 1940 e poucos, com retoques posteriores. Estou a ver se o

[64] A recolha de *Aforismos e Desaforismos de Aparício* (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996), pela mão de Onésimo Teotónio Almeida – a somar aos 13 volumes das obras publicadas em vida por José Rodrigues Miguéis, sob a responsabilidade de Teresa Martins Marques, também no Círculo de Leitores – mostra um trânsito pessoal desde 1935, como em oficina de reflexão.

[65] "A noite do banquete", de *Os Arquivos do Foragido* (em preparação), 14-II-1980.

[66] É deste tipo *Uma Flor na Campa de Raul Proença*, no 'letras e artes' do *Diário Popular* de 12, 19 e 26 de Abril e 3 de Maio de 1979.

[67] Dezasseis episódios na *Seara Nova*, com início no n.º 1419, p. 15, de Janeiro de 1964, precedido de nota autoral: «Este romance, o primeiro que ousei acometer, lá pelos meus vinte e poucos anos, tinha um ambicioso propósito satírico.» Nem nos anos 20, nem nos anos 60 chegaria ao fim esta explícita homenagem, logo no título, a Raul Proença – por entendimento da censura do tempo. Em 4-X-1979, no 'Letras – Artes' do *Diário Popular*, lembra essa suspensão e recupera os perdidos capítulos – "O Amanhecer da Incerteza – (Do *Idealista no Mundo Real*)" – até 14 de Novembro, num total de sete folhetins. Jacinto Baptista, por seu turno, glosa o título – cujo limiar da *Seara Nova* reproduz – em *Jaime Cortesão, Raul Proença: Idealistas no Mundo Real*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990: 57.

[68] São as mais importantes dos últimos sete anos de vida do A., e Jacinto Baptista quem deu *respiração* literária a um Miguéis acabrunhado. Foram cedidas por Cláudia Baptista, a quem agradeço profundamente.

> ponho a limpo. Assombrado! Violentamente político, revolucionário, realista 100 por cento, sobre um tema alentejano, reflexo das minhas ideias e emoções do tempo da guerra de Espanha: impublicável, é claro!

No espólio, há versões da peça de 1937 e 1965; fragmento manuscrito de 1858; "'scripts' for each individual parts", na síntese de Maria Angelina Duarte, que preparou *Catalogue of Manuscripts and Personal Papers of José Rodrigues Miguéis*.

Trabalhando sobre ele «como um condenado» (8-VIII), a 4-X-1973, «em plena memória da Revolução Republicana», avança com sete fólios de "Aconteceu no Verão" [Prólogo de um velho romance convencional, ainda inédito]. 10-V-1974:

> e remeti ao Mário de Castro [por mensageira, em 4 de Maio], para que o leia *como alentejano*, *O Pão não Cai do Céu*, romance dos anos de 30 a 40, que espero completar (só me faltam 2 ou 3 episódios e o final, que estão em esboço) e publicar em folhetins: ou na *República*, ou na *Seara Nova* (mas as *pausas* mensais são pavorosas!) – ou, tal sendo possível, nessa sua casa, que tão hospitaleira me tem sido. (Já publicou a Introdução – "Aconteceu no Verão" –, se está lembrado!)

Lembra o romance em segunda missiva do dia 10, à tarde, e a 13. A de 20 de Maio é toda dedicada ao projecto. Discute um ilustrador que conheça bem o Alentejo (a 14 de Junho, mostra-se agradado com L. F. de Abreu), justifica-se com a hospitalidade do *Diário Popular* e o que, em tiragens e prazer de leitura, se ganha com os folhetins. Mais:

> Junto a Explicação do Autor, que será publicada ou não.
> O romance consta de umas 240 folhas de máquina, a 370 palavras por fl. – num total de cerca de 90.000 palavras. A seis fls por folhetim semanal, no "Quinta Feira", daria 40 folhetins ou mais. O Prólogo (publicado [a] 18-X-1973) seria reimpresso. O tipo parece-me bem. Poderia eu ver provas? [...]
> O romance tem algumas escabrosidades (sexo!...) que podem ser limadas – já suprimi muitas, e é pena. Mas! – É *revolucionário* como a época exigia – guerra de Espanha, guerra mundial, partilha das terras no Alentejo, etc. Algumas passagens são

> doutrinárias (sem sectarismo), exprimindo as opiniões dos personagens (sobretudo o Eng. Sarmento) mas que julgo úteis. (O mesmo acontece no *Milagre*.) O diálogo é vivo, abundante – – discussões de grupo –, resultado de ser o livro originado num drama. É obra de um autor que *ainda acredita na Linguagem* (clara, sendo possível), e em certa dose de racionalismo – sem prejuízo de outras [*sic*] níveis mentais.
> Só lhe faltam uns dois episódios, que preparo, e o final, que tem de ser refeito porque era excessivo. [...]

A Explicação do Autor é "Escusas de autor..." e, em volume, "Nota do Autor", já não só de Maio de 1974, mas também de Junho de 1975, quando se dá última demão a texto acrescentado.

4-XI-1974: Mário de Castro leu, elogiou, segundo cartas de 22 e 25 de Junho de 1974 resumidas noutra de Miguéis, de 12-VI-1975. Logo que seja entregue o manuscrito por Mário de Castro (19-XII-1974),

> irá o cap. final, que é difícil de esfolar (a peça foi concebida em plena euforia da guerra de Espanha, e acabava em Vitória!!!), e talvez outro capítulo a inserir, e um curto episódio, *idem*. Estes não são indispensáveis! [...] O M. de Castro deve ter-lhe entregado 189 folhas do original (feito pela minha mão) ou seja, até final do Cap. tentativamente XIII ou XIV (o XIII virá a ser o que falta, a inserir), que é o da entrada dos camponeses e da cena de tiros com o capitão desarmado, etc. (O nome deste capitão virá a ser *Bagulho*!) Ao todo haverá mais umas 50 folhas – no total de 240.

3 de Janeiro de 1975: remete o cap. XVI, faz sugestões de publicitação do folhetim; reflecte:

> Ao reler o romance, acho-o por vezes algo infantil [...] – e talvez demasiado "radical". Já lhe disse que não me melindro se o recusarem! Gozei a concebê-lo, a escrevê-lo, e a refazê-lo. Ainda subscrevo inteiramente as ideias do eng. Sarmento e do estudante Boleto, mas precisando que "A Terra é de quem a Trabalha" através de cooperativas agrárias LIVRES (assim pensa hoje também o Dr. Mário de Castro), embora sob a vigilância e com o auxílio do Estado, ou Governo! Um cooperativismo *Não-autoritário*.

> [...]
> Vai também uma folha com bonecos meus (*recto* e *verso*) da época (1939-40) em que reduzi a peça a novela "O Contrabandista", e quando depois escrevi o romance (1940 a 50). [...]

A maqueta da capa, ilustrada, traz: O PÃO [A TERRA riscado] NÃO CAI DO CÉU // ROMANCE [NOVELA riscado]. No verso, ilustrado com o contrabandista / o "Cigano", percebe-se a primeira forma da noveleta "extraída da peça de 1937-8", já em 15 de Março de 1940, já em 22 de Maio de 1944: O CONTRABANDISTA / E OS CAVADORES / novela, título encimado por A TERRA & O PÃO e este por O PÃO NÃO CAI DO CÉU. À margem, dentro de rectângulo, TERRA / / LIBERDADE / E PÃO.

A 10 de Janeiro, Camila Miguéis pedia a Jacinto Baptista que escrevesse a Miguéis, «ao José (um postal bastaria!)», informando «se o Dr. Mário de Castro lhe entregou o manuscrito de "O Pão não Cai do Céu"; se teve tempo para o ler; se acha que o *Diário Popular* poderá publicá-lo em *instalments*». Pedidos destes (sem o marido saber?) eram regulares. A 22, Camila confirmava que «o estado de espírito e a inspiração literária» de Miguéis tinham melhorado, com a publicação de *O Contrabandista*.

Em 7-8 de Junho, este anuncia pronto o cap. XIII, «com 13 folhas, só me faltando portanto refazer o Cap.^{lo} Final!». No dia 12, diz "Não publicável" a 1.ª versão de "Escusas de Autor...". Propõe "2.ª via final!" de "Nota do Autor" – ainda sem a epígrafe de R. Radiguet, confirmada em carta de 24-IX-1975, a qual passará para o limiar do livro –, cortando o seguinte texto (entre acertos menores), que reaparecerá, revisto, na 1.ª ed. impressa em volume, p. 271:

> Não ouso dizê-lo "balzaquiano" [na carta, 1.ª / 2.ª versões: balzaquiano] para não ofender a memória do autor de tanta obra-prima, e porque escasseiam os talentos para o imitar. Proust [1.ª versão: do autor dos *Chouans*. (Se já não há romances balzaquianos é porque escasseia o dom de os fazer... Proust; 2.ª versão: do autor dos *Chouans*. Proust], que não disse pouco, queixou-se

> de que Balzac "disait tout". [1.ª versão: pouco, acusava Balzac de dizer tudo.] Haverá quem o diga? Dizemos o que podemos.

Apesar dos sobressaltos iniciais[69], os 49 folhetins transcorrem quase normalmente entre 13-XI-1975 e 9-XII-1976. Porque há diferenças assinaláveis em relação ao impresso em volume, talvez não devêssemos considerar (como se generalizou) o folhetim enquanto primeira edição, mas singular ante-texto de um gesto criador a entrever nos seus momentos mais significativos.

Quem não desprezar as datações que sempre acompanham a produção migueisiana interpretará a atmosfera revolucionária emergente deste texto como devedora dos meses tórridos e ideologicamente díspares que acompanharam o pós-25 de Abril de 1974. O A. foi, em cada caso narrativo, um historiador, com a vantagem de não raro ter actuado nos quadros que, fictamente, ressuscita. A lição camiliana do *editor* inscrito no texto recupera-se, assim, vividamente, em notas autorais de rodapé, com largo recurso às iniciais. Quando, pois, no intervalo português de 1934-1935 (entre a Bélgica e os Estados Unidos), assiste aos efeitos da instalação afinal duradoura do regime estadonovista (1933), Miguéis está já em condições de, qual profeta, e ao menos em parte, prenunciar a repetição histórica. Os ecos abrilistas que, entretanto, lhe chegaram estão na cena final da peça que fecha o texto, depreende-se que "incompleto" em Junho de 1974[70].

Manuscrito esboçado até 1943 ou 1944, retomado nos anos 50, foi

[69] Em 10-XII-1975, escrevia a David Ferreira: «Agora suspenso, é de crer que o meu romance-folhetim *O Pão não Cai do Céu* fique indefinidamente interrompido.» Ver Teresa Martins Marques, "José Rodrigues Miguéis: da reconstituição de um mundo", *Colóquio / Letras*, n.º 129/130, Jul.-Dez. de 1993: 146. De facto, o jornal não sai em 27-XI, 4 e 25-XII-1975 e 1-I-1976. O suplemento falha a 18-III e 8-IV-1976. Os folhetins 36 e 37 trocaram a data de saída (26-VIII e 2-IX), pelo que foram repetidos a 9 e 16-IX, perfazendo-se, assim, para os 49 folhetins, 51 inserções. Carta de Miguéis a Jacinto Baptista (25-XII-1976): «Ainda não recebi o último folhetim (49) do *Pão*, mas alguém me diz de Lisboa que ele saiu com as colunas ou trechos trocados, um *puzzle*, e quase ilegível!»

[70] Ver "Nota do Autor", *O Pão não Cai do Céu*, Lisboa, Estampa, 1982: 274-275. É a 3.ª ed. em livro, aqui seguida.

em 1973 desenterrado, «e descobri com espanto que ele estava quase pronto. Recopiei-o todo até Março de 1974, como se pressentisse que a Revolução viria em breve oferecer-me ensejo de o publicar.»[71]

Eco desse trabalho de remanejamento é, já em 18-X-1973, a publicação de "Aconteceu no Verão (Prólogo de um velho romance convencional ainda inédito"). As diferenças multiplicam-se entre 1975-1976 – – sempre na inteira última página do suplemento, com ilustrações de Luís Filipe de Abreu e, no final, *(Continua)* – e a algo diferente 1.ª edição em livro (Janeiro de 1981).

A paginação a cinco colunas limita-se a arrumar linhas, desvirtuando os momentos altos de manuscrito já composto. Seria fácil, pelo jogo com a ilustração, calhar nos lances decisivos[72], mas a originária função de entretenimento apaga-se face à oportunidade de discurso cujo subtexto cola à realidade presente, a desbotar-se em tintas revolucionárias.

A "Nota do Autor", como é costume, abre o folhetim e encerra o livro: no que existe de comum, acrescentam-se autobiografemas significativos e, no que há de inédito, explica-se como o romance defende tese contida em *O Alentejo, Terra de Promissão*, do seareiro Mário de Castro (1901-1977)[73]. Este já fora citado (bem como "José Miguéis",

[71] Loc. cit.: 271-272.

[72] Para quê fechar o folhetim n.º 20 com o início do capítulo VIII? Ou porque não concluir este no 22.º? Só por distracção, ou desinteresse, talvez pela mecanização a que obedece o fecho de uma página.

[73] Esta obra (Lisboa, Seara Nova, 1933 [no frontispício, 1932]) traz como subtítulo 'Linha Geral de um Pensamento Agrário'. Série de textos para proferição no Grémio Alentejano, ainda comportam as marcas formais de conferência, mas só a primeira foi apresentada em 29-XI-1930 – tal como acontece na história de Miguéis, que se inspirou nos incidentes e biografia ideológica de Mário de Castro para arquitectar o seu herói: «Dentro da civilização da propriedade privada, eu defenderia, com efeito, a pequena propriedade [contra o latifúndio], o que não quere dizer que defendesse sistemàticamente a pequena exploração. Por sistema, defenderia só a pequena propriedade, mas a pequena exploração só a defenderia quando económica e agronòmicamente fôsse possível.» (p. 218) No resumo de carta migueisiana de 12-VI-1975, o Amigo, um ano antes, declarava: «Como sabes, eu não sou hoje partidário do parcelamento. Entendo que a empresa agrícola alentejana tem de ser grande empresa, mas afectada, claro está, na sua rendibilidade, a todos que na terra trabalham [...], não sob a forma de um

adepto da «responsabilidade na liberdade», p. 130) em texto que vive de um discurso largamente aspado, embebido de materialismo histórico, com menos intriga do que o próprio A. sugere, biografando-se, para os anos 30, no que é «o mais político dos seus romances e curiosamente o mais neo-realista – e, recorde-se, o neo-realismo iria ser a estética do antifascismo português»[74].

José Boleto, estudante grevista expulso da Universidade, regressa a Garvel com o curso incompleto, mas disposto a trabalhar na tese de que já dera algumas linhas em conferência lisboeta interrompida pela polícia. O comboio que nocturnamente o transporta é a negação do progresso que almeja para a sua terra. O irmão aposta tudo na reforma agrária:

> Acreditava firmamente que a partilha dos latifúndios e dos baldios que não estivessem no domínio dos povos era a primeira medida no caminho da regeneração. O resto viria depois: cooperativas, crédito, ensino, estações agro-pecuárias, sementes, alfaias, assistência; [...] (p. 38).

O pai, médio proprietário, vive republicanismo inconsequente e estagnante. Não se ilude com o voto, mas acredita num governo de homens bons – como se o exemplo bastasse. Também quer a repartição dos baldios – ora, o próprio Mário de Castro repudiará, em Junho de 1974, o parcelamento que defendia em 30:

> Entendo que a empresa agrícola alentejana tem de ser grande empresa, mas afectada, claro está, na sua rendibilidade, a todos os

tassalho a cada um, mas sob a forma de atribuição a cada um, quer dizer: *a todos*, do respectivo rendimento.» Desenvolvimento em Vítor Sá, "Memória de uma geração decapitada. Evocar Mário de Castro" [falecido em 1977], *in* Eduardo Chitas, Hernâni A. Resende, coord., *Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990: 281-294.

[74] Ana Maria Alves, "Miguéis Seareiro", em Onésimo T. Almeida, ed., *José Rodrigues Miguéis: Lisboa in Manhattan*, Providence, Gávea-Brown, 1984: 163. Este ensaio (p. 145-171) – comunicação em simpósio sobre Miguéis realizado na Brown University, em Novembro de 1981 – republica-se em *O Pão não Cai do Céu* (1984, 1989), p. 279-309.

> que na terra trabalham: "a terra de quem a trabalha", não sob a forma de tassalho a cada um, mas sob a forma de atribuição a cada um – quer dizer: *a todos* – do respectivo rendimento. (p. 274)

Entre sucata e repressão, a fome avança nesta 'Terra de Promissão',

> colónia interior à espera do génio do fomento. [...] O problema capital, depois do latifúndio, era a irrigação. Em seguida, o do povoamento. Urgia, paralelamente, atrair ali a técnica, só ela capaz de determinar [...] qual o destino da terra, as suas necessidades e potencialidades de mono ou policultura e de traçar o plano de renovação mais económico e humanitário. (p. 97)

O "socialismo democrático" de José Boleto requeria, ainda,

> a par da reforma da cultura, problema central, a nacionalização progressiva da terra, dos bancos e das minas, e mais tarde a das indústrias produtoras, dos transportes e comunicações, ou seja a dos instrumentos de produção – tudo isso dentro da fórmula parlamentar e mediante a justa indemnização aos antigos detentores. Pouco a pouco, até onde fosse possível, as cooperativas de produção, circulação e consumo, iriam tomando conta da economia nacional. Era um processo evolutivo, em regime de livre opinião, sujeito a consultas frequentes ao eleitorado muito alargado, e que faria a felicidade do povo por via do voto dos cidadãos progressivamente mais educados e conscientes. (p. 39)

Seria preciso, todavia, que a 'Política do Espírito' salazarista não tomasse o lugar da educação «aspiração suprema dos verdadeiros democratas»[75]. Nessa medida, a Escola Primária Rural do Major Paixão[76],

[75] "Os problemas da escola nova" – título da conferência com que, por António José Saraiva, o Liceu Gonçalo Velho inaugurou o ano lectivo de 1946-1947 – foram por aquele diagnosticados no opúsculo já sob o título *A Escola – Problema Central da Nação*, Lisboa, Edição do Autor, 1947, que defende os organismos académicos dentro da Escola, a interdisciplinaridade e o trabalho experimental e a substituição do exame por testes frequentes e obrigatórios. Simultaneamente, para dar a todos facilidades iguais, propugna-se por um ensino, alimentação e cuidados médicos gratuitos para jovens que não devem ser tanto "estudantes", mas homens em gradual desenvolvimento.

[76] Segundo Teresa Martins Marques (loc. cit.: 149), apoiada em cartas migueisianas

«obra de iniciativa democrática, local e pessoal, [...] alheia à metafísica teológica embora representativa da fé na salvação dos homens pelo seu próprio esforço», seria «a pedra angular desse futuro» (p. 89).

No entretempo, o Cigano, contrabandista – a quem, logo no prólogo, os guardas mataram a mulher, grávida –, aureola-se na clandestinidade e herói vem confirmado na prisão e morte (simultânea a mais uma sublevação militar derrotada na capital) a que assistem os descontentes agora em esboçada revolução, que apelam a Frente Popular em armas contra o fascismo. José Boleto, abraçado a Rosinda, associa-se ao momentâneo despertar «para – acrescenta o narrador – logo recair no sono multissecular, talvez por muitos anos. Até que algum dia...» A esperança de Miguéis (reticente, tantos foram os desencantos) não soçobra. Os seus finais são róseos, mesmo depois deste grito contra um céu mudo.

A problemática alentejana é que não desarma: ainda a questão do latifúndio, da irrigação, do despovoamento, do desemprego, da fome. O sentimento de que estes motivos caíam bem num vespertino de dezenas de milhares vivendo meses quentes decisivos para o nosso futuro proporcionou um folhetim de excepção, ora vendo-se no espelho do género[77], ora firmando-se como elemento incontornável na edição crítica a haver, e aqui tentada.

---

de 28-II-1975 e 20-II-1976, este major «representará ficcionalmente [...] a figura real do major Mourão, tio de D. Teresa de Jesus Mourão Ferreira, esposa de David Ferreira. [...] O topónimo ficcional – Garvel – resulta, conforme Miguéis afirma, da combinação de Garvão e Ervidel, localidades alentejanas, da segunda das quais é originária a família Mourão.» Ana Maria Alves (ob. cit.: 285) também procura inspiração para a quermesse escolar referida no romance.

[77] Para uma aproximação às leitoras femininas dos anos 30, assinalemos, nas «meninas de boas famílias, castas, prendadas, bem nutridas, tementes a Deus», as de «Camilo, Júlio Dinis, Delly ou Chantepleure, e até de autores reprovados pela Congregação do *Index*, [...]» (p. 67). A menina Eleutéria, «sempre agarrada ao piano ou ao romance», até leva um Guy Chantepleure para a mesa! (p. 150) Educação de colégio, entre sussurros, criadas-confidentes e leituras nem sempre permitidas, que confundiam a mesma Eleutéria, dada à «leitura de clássicos e alguns modernos franceses, H. Bordeaux, Claude Farrère e poucos mais.» (F30, 15- VII-1976), ou, como circunstancia o livro, «de clássicos, de Vítor Hugo, George Ohnet, Octave Feuillet, e de alguns "modernos" franceses, H. Bordeaux, Claude Farrère e pouco mais.» (p. 159). Maurice Dekobra surge na página seguinte.

À luz das variantes, observamos como, até ao folhetim 25 (exclusive), as parcas alterações clarificam e simplificam a frase ou precisam um vocábulo, além de optarem por um novo ritmo sintáctico, questão esta dramática para quem vive no estrangeiro. Há duas notações interessantes: quando, em F12, se diz que o 'nosso' Alentejo «é quase todo dos ricos» e, no livro, se decide «que é todo dos ricos» (p. 71); ou, em F16, se adoça «Abaixo os comunistas!» para «Abaixo os desordeiros!» (p. 93), numa época em que a antiga (e ambígua) relação de Miguéis com o Partido sobreleva a verosimilhança romanesca.

A segunda metade deste interjectivo romance-folhetim dá conta de inúmeras diferenças. Para um total de cerca de 360 variantes, os primeiros 24 folhetins registam algo como dez por cento. Ocorrem, agora, esclarecimentos em rodapé; precisões numéricas (da tuberculose, em Portugal: «Trinta mil mortos anualmente», p. 147); um aprofundamento caricatural dos representantes do Regime no Alentejo (que refaz F36, p. 189-196). Mais de 40 por cento das alterações no total do romance correspondem às últimas 50 páginas (F40-F49), algumas completamente revistas, quando se perspectiva a insurreição campesina, mas, também, as patrulhas apertam o cerco e dão caça ao Cigano. As maiores hesitações em F47, F48 e F49 são, por um lado, estranhas – não estava Miguéis habituado a viver e descrever as sublevações militares em Lisboa? – e, por outro, problemáticas – para quê encaixar num microcosmo alentejano, que não fosse por simples alusão, a perdida revolta da capital, e, mais, como integrar a peça que, afinal, reteve a inicial inspiração? O drama ideológico-criativo do Miguéis da derradeira fase é assunto, pois, em aberto[78], obrigando a trânsito por este significativo romance-folhetim[79].

[78] Em carta de 27-IX-1976 a Jacinto Baptista: «O meu grande problema, a minha obsessão agora, é completar o Epílogo do folhetim, com imensa dificuldade, pois trata-se de escolher ou combinar entre as várias soluções; última cena da peça e várias tentativas no romance, e porque me repugna tanto escrever ficção. Tudo me é penoso fora dos Tabloides, ainda que alguns destes me custem dias de ruminação...» O Epílogo, que «me custou incríveis esforços» (9-XII-1976), é enviado em 15-XI-1976.

[79] Acrescente-se recensão de Cristina Cordeiro Oliveira, na *Colóquio/Letras*, 68, Julho de 1982: 73-74.

Para a comparação entre o folhetim e o livro tive a colaboração das alunas Maria

Apêndice

Suplemento "Quinta-Feira à Tarde", n.º 865, do *Diário Popular*, p. 1-2. Corresponde, no livro, às p. 9-16 («[...] e jurando vingar-se.»). Diferenças de pormenor em relação a 1975 e 1981a (Janeiro; a 2.ª ed. é de Setembro; só se repete a variante):

1973, 1975 no céu macio de Verão 1981 no céu macio de verão

1973 riscou o Firmamento 1975, 1981 firmamento

1973 sobressaltou-se – «Deus te guie!» –, fez o sinal da cruz 1975, 1981 – – «Deus te guie!» – fez o sinal da cruz

1973 Julgou ver abantesmas 1975, 1981 abentesmas

1973 P'ra que havia d'eu ter vindo! 1975 Para que 1981 Pra

1973 vamos embora p'rá nossa casa, 1975 prá 1981 prà

1973 O feito agitou-se-lhe nas entranhas 1975, 1981 O feto

1973 metia a Salve-Rainha pela Avé-Maria, e o Padre-Nosso pelo Credo. 1975 metia a salve-rainha pela avé-maria, e o padre nosso pelo credo. 1981 metia a Salve Rainha pela Ave Maria, e o Padre-Nosso pelo Credo.

1973, 1981 Ela suplicou: 1975 Ela suplicou –

1973, 1981 António Moura era o seu nome: de "Cigano" 1975 nome de 1973, 1975 deu-lhe para se casar 1981 para casar

1973 ergueu o seu monte, fez uma lavoura que muitos invejavam, e deixou-se por algum tempo do "negócio". 1975 erguera o seu "monte", fez uma lavoura que muitos invejam, e deixou-se por algum tempo do negócio 1981 ergueu o seu "monte", [...] invejavam, [...] negócio.

1973 temperamento do nómade. 1975 de nómada. 1981 do nómada.

1973 a vigilância dos "fiscais", 1975, 1981 fiscais

1973 o chão da charneca 1975, 1981 o chão duro da charneca

1973, 1981 a mulher, mais do que a vontade 1975 a mulher mais

1973, 1975 como uma lua-de-mel 1981 lua de mel

1973, 1975 com o credo na boca 1981 Credo

1973 corte do Céu 1975, 1981 céu

1973, 1981 o vício do corpo. Nem lágrimas 1975 corpo: Nem

1973, 1975 pró jogo ou pró vinho, ou até prás mulheres!" 1981 prò jogo e prò vinho, ou até pràs mulheres"

1973, 1981 mulheres!" pensava ela. 1975 mulheres!", pensava ela.

1973 Mas o "Cigano" fumava pouco 1975, 1981 Cigano

1975 outras *distracçes [distracções]

Filomena Álvares da Silva Batalha e Dina Maria Rebelo de Azevedo Duarte.

1973 homens honrados de muita vergonha 1975, 1981 honrados, de
1973 Por isso ela desejava-lhe tanto 1975, 1981 desejava tanto
1973 naquele sossego, e *lea [ela]
1973, 1981 o garrano pôs-se em marcha sem esperar mais, num chouto 1975 em marcha num chouto
1973 O "Cigano" assobiava 1975 cigano 1981 Cigano
1973, 1981 Só ali levava ele 1975 Só ali, levava ele
1973, 1981 "tomar juízo" como ela dizia. 1975 juízo", como
1973, 1981 Nisto, a distância, 1975 Nisto, à distância,
1973 O "Cigano" teve no peito 1975, 1981 Cigano
1973, 1981 "São guardas" pensou. 1975 "São guardas", pensou.
1973, 1981 Faça-i-alto ou atiro!" 1975 Faça-i-alto, ou atiro!"
1973 o "Cigano" enfiou as rédeas 1975, 1981 Cigano
1973 "Winchester" que 1975 "winchester", que 1981 Winchester, que
1973 a mulher encolhida 1975, 1981 a mulher, encolhida
1973, 1975 meio sufocado de babas, 1981 meio-sufocado
1973, 1981 cavalo, que se encabritou 1975 cavalo que [1981 *cavlo]
1973 O "Cigano" ergueu 1975, 1981 Cigano
1973 sem apontar estendeu-o 1975, 1981 sem apontar, estendeu-o
1973 "alto!" 1975, 1981 "Alto!"
1973 estalaram secos. 1975, 1981 estalaram, secos.
1973 O "Cigano" pulou 1975, 1981 Cigano
1973, 1981 A voz esganiçada repetiu: 1975 repetiu-se –
1973 nas mãos crispadas. 1975, 1981 crispadas de ódio.
1973, 1975 escarnecido. // Era 1981 escarnecido. Era
1973, 1975 viver ou morrer. 1981 morrer!
1973 cunhete sentiu-se 1975, 1981 cunhete, sentiu-se
1973, 1981 de noite e a distância, 1975 à distância
1973, 1981 E a navalha... 1975 E a navalha?...
1973, 1981 Percebendo que 1975 Percebendo-se que
1973 inanimada, e deu-lhe 1975, 1981 inanimada e deu-lhe
1973, 1981 para sempre desgarrado 1975 para sempre, desgarrado

Variantes: F1 [Folhetim n.º 1], 13-XI-1975; L [Livro, [3]1984: 271-273] de um género que já não se usa.] usa. Não ouso dizê-lo "balzaquiano" para não ofender a memória do autor de tanta obra-prima, e porque escasseiam os talentos para o imitar. Proust, que não disse pouco, queixou-se de que Balzac "*disait tout*". Haverá quem o diga? Dizemos o que podemos.

sobretudo nos anos cinquenta.] cinquenta, que me foram propícios ao trabalho.

O Romance tem evoluído tanto, que às vezes nos custa reconhecê-lo.] reconhecê-lo (numa Hélène Parmelin, por exemplo).

A Marquesa de Paul Valéry deixou de sair às cinco horas, fica por casa a ler Robbe-Grillet, a Sagan, Mandiargues, a impressionante Sarraute, o mercurial Gay-Lussac. Ou, a quem sabe, a fazer tricô ou amor – ocupação] às cinco horas, a não ser para algum desfile de modelos ou *rendez-vous* urgente: [...] o mercurial e sugestionante Gay-Lussac, ou mesmo a esquizofrénica Wittig. Ou quem sabe se a fazer tricô, ou amor, ocupação

Não me culpem da inocência ou candura que era a minha. O incidente] a minha. // Embora haja nele gritos ardentes, não os há-de arrepiar as almas melindrosas (como aconteceu, faz anos, com certo conto meu), nem os berros pseudo-existencialistas característicos de tanto e tão falso filosofismo romanesco de aparências: tão mau o filósofo como o ficcionista – e vice-versa. O que aliás não tem importância alguma, como o tempo há-de mostrar, com eles e comigo. O que importa é que o romance interesse aos leitores (para isso eles são escritos). // O incidente
dos "papéis" distribuídos aos amadores.] dos "papéis" então distribuídos dos amadores da já citada Aliança Liberal.
em inúmeras ex- ou incursões] em numerosas incursões
mas da fé e acção no mundo real.]

Terminava aqui a "Nota do Autor" no F1, seguida de $J.R.M.$ // Nova Iorque, Junho de 1975.

F2, 20-XI-1975: Voltou às excursões arraianas // Poucos anos lhes tinham bastado para começar a abrir os olhos. (L, p. 12-18) Nas vidraças havia] Em todas as vidraças (17)

F3, 11-XII-75: O grupo dissolveu-se. // De olhos fechados recordou algumas passagens. (18-22) e expulsara os "meneurs".] e expulsara os caudilhos.

F4, 18-XII-75: Aquela terra é uma estepe... // como Urano, a terra devora os seus próprios filhos. (22-28)

F5, 8-I-1976: Quanto aos patrões vivem fechados nos seus "montes" // e até dinheiro enterrado segundo dizem. (28-34) Os patrões vivem fechados] Quanto aos patrões vivem fechados (28); a colcha de uma complicada geometria verde e vermelha, que a avó paterna tecera pela sua mão, a mesa de pinho] a colcha verde e vermelha, a mesa de pinho, (31); – passara ele a ler e a sonhar o melhor da infância e da adolescência.] passara ele o melhor da infância e da adolescência, a ler e a sonhar. (32)

F6, 15-I-76: Coisas que o povo inventa! // iria tomando conta da economia nacional. (34-39)

F7, 22-I-76: Era um processo evolutivo, // – Qual santa! É só de vez em quando. [...] Quer vê-lo? (39-46) A alvenaria, a telha de Marselha e as madeiras, estas por falta do aparelho, já escuras // madeiras, já escuras por falta de aparelho (43); Sobrevieram as multas, as suspensões forçadas e a carência de fundos. // as suspensões forçadas do trabalho, a carência de fundos e a desvalorização da moeda. (44); O major Paixão fora mação // maçom (45).

F8, 29-I-76: Como não sabia que tu cá estavas... // – [...] E eu trata-lhe a mulher de graça. (46-52) e o teu tio José?] e o teu tio Manuel?

F9, 5-II-76: Precisamos de fazer uns vinténs... // Racionalização de sentimentos [...], ou a impotência própria. (52-57) Rico, lavrador paternalista] Desafogado, lavrador paternalista

F10, 12-II-76: Tinha conhecido a Eleutéria // e acender uma vela ao Senhor Morto das Poças. (57-63)

F11, 19-II-76: Cumpria algum voto? // mas pior do que a profissional, porque hipócrita. (63-67) como poderia ter escolhido outro] escolhido um qualquer. (66)

F12, 26-II-76: Nem carinho, nem interesse pela pessoa do parceiro ela mostrava. // Já me tinha talvez atirado a um poço... (67-73) Este nosso Alentejo, que é quase todos dos ricos,] que é todo dos ricos, (71).

F13, 4-III-76: Ele enlaçou-a melhor pela cintura // – [...] Eles têm a faca e o queijo na mão! (73-77) O vento colérico ora parecia] O vento colérico parecia (75).

F14, 11-III-76: – Então o pão barato já fez mal a alguém? // – Ele há já tempo que ele näo vem por aí, o Cigano. Que será feito dele? (77-81)

F15, 25-III-76: A menção daquele nome lançou entre eles uma animação repentina. // nem o urso amestrado que era voz ter morrido de velho [...] em Castro Verde ou Castro Marim. (81-85) O mito ou lenda do contrabandista propagara-se como fogo no mato por toda a terra, desde o Algarve à serra de Portalegre. As mães invocavam-lhe o nome] O mito ou lenda do contrabandista propagavam-lhe o nome (82); Nunca se viu tanta mulher prenha cá no Alentejo! Nem filho sem pai! [prenha nem tanto filho sem pai cá no Alentejo! (83); que depressa o engoliu. Os homens viram-no ir com pena. O pai] que depressa o engoliu. O pai (84); Houvera meia dúzia de foguetes] Queimaram-se meia dúzia de foguetes (85).

F16, 1-IV-76: Em vez deles, um bando de ciganos // em vista da sua função económica e social... (85-90) Abaixo os comunistas!] Abaixo os desordeiros! (93)

F17, 15-IV-76: Pouco a pouco, ao abrigo da escuridão // Trabalho perdido, ninguém pareceu ouvi-lo. (90-94) protestar as suas boas intenções, dizer alguma coisa que apaziguasse os ânimos – tarde de mais. Um camponês tentou também falar, sobrepor-se ao escarcéu, não o conseguiu] intenções, sobrepor--se ao escarcéu, dizer alguma coisa que apaziguasse os ânimos – tarde de mais. Um camponês tentou falar, não o conseguiu (93).

F18, 22-IV-76: Já ninguém escutava. // Em seguida, o do povoamento. (94-97)

F19, 29-IV-76: Urgia, paralelamente, atrair ali a técnica // Pensando em ti, meu filho. (97-103)

F20, 6-V-76: – Pois sim, e eu agradeço. // e deixara-o alvoroçado e feliz. (103-109) Mas um dia, em Beija, foi dar com um funileiro metido com ela na cama, e correu atrás dele aos tiros.] foi dar com ela abraçada ao... Cala-te boca! Uma vergonha que deu que falar! (104-105)

F21, 13-V-76: Diante da mãe nunca ele teria dito // Era o Manuel Canha, enfim. (109-114) tinham brincado e frequentado juntos a escola de Garvel.] frequentado a escola da "Senhora Mestra" de Garvel. (109); hospitaleiras, a epiderme alva e macia onde] hospitaleiras, macia, a epiderme alva onde (112).

F22, 20-V-76: – Eu desço! – e precipitou-se // Gostamos de ver caras novas. (114-119) Durma cá, descanse] Durma cá em casa, descanse (118); Quando for a altura,] Quando for altura, (119).

F23, 27-V-76: Antes do Natal tem-no cá. // E como os deuses moribundos, envenena o universo. (119-124) à sombra de um quartel fiel à Ditadura] quartel "então" fiel à ditadura (121); A Ditadura chamada "nacional" viera pôr no poder esses interesses e os de outras forças vivas] viera pôr esses interesses e os de outras forças vivas no poder (123).

F24, 3-VI-76: Muito embora as suas vitórias possam vir a ser temporárias // E no Alentejo quase não há escolas! (124-129) nem esperar que ela se produza só por si,] nem esperar que a Revolução se produza só por si, (125); cerca de meio milhão de (na maioria)] cerca de meio milhão de (na imensa maioria) (128).

F25, 10-VI-76: A escola do povo é a acção política! // poderão ficar moral e materialmente nivelados. (129-134) a intuição disso, e por isso se opunham à partilha] disso, ao opor-se à partilha (130); são indispensáveis os meios bons. Roma e Pavia não se fizeram num dia. Mas se quer] os meios bons, isto é, adequados. Mas se quer (130); reivindicação de base] reivindicação de base das massas. (130); e sincero humanista-individualista!] e sincero humanista--individualista burguês! (131);] *rodapé* na p. 132, ausente no F; de trocas, de osmose] de trocas, um ser osmótico (132); pelos homens sem direitos] sem-

-direito (133); proletário privilegiado em comparação com o dos] privilegiado se o compararmos ao dos (133); (somos homens de consciência e de moral!)] (somos homens de consciência e de moral e não clínicos idealistas!) (133); e a teoria diz moral e socialmente] moralmente e socialmente (133).

F26, 17-VI-76: Como nas formas primitivas da sociedade, // encheu os copos e tornou: (134-140) as condições dessa tradição do sub-homem] dessas tradições objectivas dessa transição do sub-homem (134); você e os seus amigos [você e os seus líricos amigos (134); Se o lucro pessoal em todos os regimes] Se o lucro ou benefício pessoal em todos os regimes (135); cuspiam no pavimento, falavam alto, de pegas, de actrizes de revista em voga, de cinema, de futebol.] cuspiam no pavimento, falavam alto. (138); a gola do capote,] a gola da raposa do capote, (138); O pouco de que disponho é seu.] O pouco de que dispomos é seu. (140)

F27, 24-VI-76: – Que tudo lhe corra por cá // De muitos deles nunca havia mais notícias. (140-146) o aroma das coisas rústicas, o lume da lareira, os recantos] rústicas, o toco de azinho em brasa na loje da lareira, os recantos (140); Bons tempos!] Bons tempos! (De que Sarmento sorriu.) (141); feliz no jogo e no amor, lvrador desafogado] feliz e desafogado (141); como carraças, que ele se achou.] que ele se tem achado. (141); o amor que reservava à mulher e ao nascituro! [à mulher e ao filho por nascer. (141); e entrar depois no domínio dos heróis] no breviário dos heróis (142); libertar os presos, e até de tirar a virgindade às filhas dos lavradores ricos.] presos, e até abusar das filhas dos lavradores. (143); e calma do aventureiro.] e calma do homem. (143); se alguém o soubesse inspirá-lo e orientá-lo.] se alguém soubesse inspirar e orientar. (143); Sentiu-se responsável] Sarmento sentiu-se responsável (143); Criou-se entre eles] Criou-se logo entre eles (143); no terreno de luta objectiva.] no terreno comum de luta objectiva. (144)

F28, 1-VII-76: Alguns regressavam loucos ou estropiados // Era uma das suas graças favoritas. (146-150) [N. do A. em rodapé na p. 146, ausente no F; "horrores" da Democracia.] "perigos" da Democracia. (147); expirava um tuberculoso. Cresciam os suicídios] tuberculoso. Trinta mil mortos anualmente. Cresciam (147); a emigração clandestina.] clandestina – a fuga – (147); era imperativo] era decisivo (148); "comités" de acção em Congresso permanente, tomando a iniciativa de revolução e dando começo] acção, assuma a iniciativa revolucionária e dê começo (148); para encabeçar o movimento.] para assumir a dianteira do movimento. (148); um lampejo duro nos olhos verdes] um lampejo nos olhos verdes e duros, (148); Um ligeiro tremor agitava-lhe por momentos as mãos.] Um ligeiro tremor contraía-lhe por vezes os lábios (148); que não correspondeu.] que não retribuiu. (149)

F29, 8-VII-76: A esposa, ruminando a ideia // de autoridade partilhada com o marido, eram supremos. (150-154) na assadeira, perfumando] na assadeira de barro vidrado, perfumando (150); Viste a mana?] Vistes a minha Comadre? (154)

F30, 15-VII-76: Empertigou-se, puxou o pigarro sentencioso // que avultavam na camisa de seda. (154-161) o seu drama acorrentado] o seu drama de homem acorrentado (155); muito da estima do pai] muito da estima do lavrador (155); A Leonilde, a filha do teu primo da Laura] A Leonilde, a tua sobrinha, aquela jóia (157); (algumas proibidas)] (algumas delas proibidas) (159); de clássicos e alguns modernos franceses, H. Bordeaux, Claude Farrère e poucos mais.] de clássicos, de Vítor Hugo, George Ohnet, Octave Feuillet, e de alguns "modernos" franceses, H. Bordeaux, Claude Farrère e poucos mais. (159)

F31, 22-VII-76: – Com a janela aberta, // Mas lá roubar não roubou nada, valha-nos isso. (161-167) a menina vai-se mas é constipar.] custipar. (161); terra de ateus e jacobinos!] terra de ateus e "formigas"! (162); Ele então sorriu – uns dentes brancos,] Ele sorriu – (166); Todas estavam apaixonadas!] Estavam todas apaixonadas! (167); Acaba por aí na desgraça!] Acaba por aí nalgum beco! (167)

F32, 29-VII-76: Pobre rapariga, que vida vai ser a dela, // mas há-de ser de cabeça bem alevantada! (167-173) Se o povo os deixar, pai.] deixar, mê pai! (173); o Branco, o Assunção,] o Branco, o Anunciação, (173).

F33, 5-VIII-76: Eles não pedem esmola, mê pai! // – São eles! São eles! É os ricos! (173-178)

F34, 12-VIII-76: – Por alguma ponta é preciso começar. // Boa noite, e haja tento na língua. (178-182) levaria a insurreição] poderia levar a insurreição (178); "cachiné"] cachené (181); carregado para a testa.] carregado para a frente. (181)

F35, 19-VIII-76: O tio Augusto apertou-lhe a mão com efusão // a voz volumosa dum sino rachado batendo as onze. (182-188) O agitador virou-se] O engenheiro virou-se (183); a correia da carabina] o boldrié da carabina (184); diante de mim para o Inferno!] Inferno, na boca desta! (184); Tenho os dias contados e quanto mais cedo for, melhor. Havemos de tornar a falar. Daqui até lá... O Ratinho] melhor. O Ratinho (186); os olhos pardos a faiscar de raiva.] a luzir de raiva. (187); da suspensão, espalhando um acre fedor] da supensão, que deixou um acre fedor (188); a voz vagarosa dum sino] volumosa dum sino (188).

F36, 9-IX-76: Recostado no amplo cadeirão de braços // Era a encadernação do orgulho grande-alentejano. (189-196) seu assento exclusivo, ao lado

a mesinha do falso xarão] seu assento predilecto, ao lado a mesinha do falso charão (189); a que ele, apesar dos achaques, condescendera] a que ele, apesar dos conhaques, condescendera (189); um hálito quase insuportável] quase sufocante (190); fora-lhe concedido pela graça de Deus vir] Deus concedera-lhe a graça de vir (190); o próprio carácter nacional.] o próprio modo de ser nacional. (191); das nossas serranias que tantos] das nossas serranias fronteiriças da Espanha que tantos (191); nem uma voz se erguia] nem uma voz porém se erguia (192); E eu próprio, Senhor,] Mas eu próprio, Senhor, (192); confessor preferido de casadas, viúvas e velhas... bom homem, a quem todos conheciam os afilhados-filhos –] confessor preferido de viúvas, casadas e velhas... bom homem, a quem todos conheciam os afilhados-filhos e a mãe dos mesmos, ama dele – (192); como qualquer de idade pagã] deidade pagã (192); não deixaria de lhe aplicar! Noutro grupo] de lhe aplicar por toda a eternidade! Em outro grupo (192); agora Secretário-geral da União Nacional: a escutar [...] do Pantorrilha, jornalista e poeta místico nacionalista [...] a expensas do Tesouro Público, não tinha compradores nem viria sequer a ser mencionado pela história literária.] Nacional do distrito: a escutar [...] do pantorrilha, poeta e jornalista místico nacionalista [...] a expensas do Secretariado Nacional da Propaganda, não tinha compradores nem sequer seria mencionado na história literária, a não ser que ele viesse a aderir às hostes marxistas. (193); Outras personalidades estavam presentes menos conspícuas, quase todos lavradores e alguns traficantes, entre eles o Anunciação e esposa, Dona Feliciana, com a filha Eleutéria, bocejando de aborrecimento e sono, depois da corte sem nervo nem inspiração, que lhe estivera fazendo o mesmo Pantorrilha. Ao fundo alguns cavalheiros] Outras personalidades menos conspícuas ali estavam presentes, lavradores quase todos e alguns traficantes, entre eles o Anunciação e a sua Dona Feliciana, com a filha Eleutéria que todo o serão bocejara de sono e aborrecimento graças à corte sem nervo que lhe fazia o Pantorrilha. Ao fundo, entre resmungos, rumores de catarros e peristaltismos, alguns cavalheiros (193); desiludida da política e do convívio] desiludida do convívio e da política (193); o Dr. António Homem da Veiga Palermo] o Dr. Homem da Veiga Palermo (193); o terceiro barão da Carrasqueira] o terceiro barão (depois conde) da Carrasqueira (194); as chances políticas do fidalgo.] fidalgo, já então evanescentes. (195); pela salvação do infeliz cujos bens herdara.] infeliz cujos grossos cabedais herdara. (195); do frígido barão.] barão e os acasos de alveitaria. (196)

F37, 16-IX-76: Muito dada à religião, frequentava o paço do bispo // Tem de haver um governo! (196-201) aligeirar ou salvar a alma.] aligeirar os seus pecados ou salvar a alma. (197); arrebatamento de luxúria, ele] de luxúria,

o magistrado (197); o espectáculo dos pobres.] o espectáculo da pobreza. (198); flores artificiais de papéis multicolores brilhantes,] flores artificiais de brilhantes papéis multicolores, (198); com quanta força tinham nos pulmões.] nos bofes. (199); ao invés do primeiro marido] ao invés do predecessor (199); ou doença já de todos conhecido.] ou doença da filha, já de todos conhecido. (200); e os benefícios do Corporativismo concretizando a assistência] Corporativismo, dessa arte concretizando a assistência (201); um bocado de música, sobretudo o Fado e fungagá, os bodos aos pobres, as roupas usadas] um bocado de música, as roupas usadas (201).

F38, 23-IX-76: – Governo há, Excelentíssima senhora, // são um coio de vadios e comunistas. (202-209) que os navios estão todos desarmados e sem munições] desarmados ou sem culatras nos canhões nem munições (202); que o prelado, que adormecera,] prelado, tendo adormecido, (202); O povo aqui nem de padres pode ouvir falar.] padres quer ouvir falar. (206)

F39, 30-IX-76: O velho Boleto tornou com serenidade: // O capitão bamboleava-se, e abotoou a gola do dólman. (209-215) quem me roubou] rouba (213); e há por aí umas reuniõezinhas secretas!] e há por aí uns conciliabos secretos! (214)

F40, 7-X-76: – Lamento muito, mas daqui não sai ninguém. // O silêncio tornou a fechar-se. (215-222) abriram uma cova] uma vasta cova (219); rapara tanto frio.] tanto taró. (219); das botas no chão] das botas na terra dura (219); não o deixaram esfregar-se ao passatempo.] não o deixaram entregar-se ao astronómico passatempo. (220); pistolas-metralhadoras, munições –] pistolas--metralhadoras, granadas de mão, munições – (220); não bolia uma folha de verdura] não balia uma folha seca (220); e o frio pior que nunca!] e o frio a pior! (221); Agache-se aí numa vala, que eu] vala, ou cova, que eu (221); o céu limpo e distante. Depois o silêncio] o céu limpo, e o silêncio (221); o monte do Cigano erguia-se ao topo de uma pequena elevação de terreno, caiado e reluzente, batido pelas tintas do Nescente.] no topo duma ligeira elevação, caiado e reluzente, batido pelas tintas do romper do dia. (222); As rajadas breves duma metralhadora depressa lhes cortaram o avanço: pareceram hesitar e desapareceram] A rajada breve duma submetralhadora depressa lhes cortou o avanço: pareceram hesitar, e sumiram-se logo (222).

F41, 14-X-76: Era inútil tentarem aproximar-se. // Os outros levam o trigo e nós ficamos pobres à mesma. (222-227) Quanta tropa se concentrara ali] se reunira ali (222); antes que o guarda desse] a Guarda (222); Andavam por outras bandas] Andariam (223); para um golpe de mão sobre o monte do Cigano.] do Cigano onde as patrulhas estavam concentradas. (224); perigo de encontrar tropas.] de encontrar guardas mesmo isolados. (224); munidos de

foices e cajados; alguns poucos, de velhas caçadeiras] e cajados; uns dois ou três, de velhas (225).

F42, 21-X-76: O pão, que a gente cava, e alimpa, // – O povo quer pão, não quer sangue derramado! E desarmaram-no. (227-232) ora veja a fartura! – – dois deles, coitadinhos, inda mal podem com um sachinho, pois já este ano] fartura! – dois já este ano (228); Nem a um condenado se recusa um pedaço de pão!] se recusa uma bucha de pão! (230)[80].

F43, 28-X-76: A tolerância gera por vezes a violência: // o engenheiro transbordava de amor e ansiedade. (233-236) outros agrupavam-se, pálidos de insónia.] pálidos de insónia, outros agrupavam-se. (234); a não se deixar ir às primeiras. (De muito me hás-de servir...)] a não se deixar ir às primeiras. (235); a aldeia mergulhou num sono congelado. As estrelas brilhavam sempre sem dar calor.] congelado sob o brilho das estrelas. (236)

F44, 4-XI-76: Que iria passar-se? // Se não fôssemos carnêros, a tropa aqui não passava! (236-241) Os atacantes eram ainda pouco numerosos: alguma cavalaria da Guarda e um pelotão de Infantaria ou caçadores, vindos de Beja.] ainda menos do que se supunha; alguma cavalaria da Guarda e um pelotão de Infantaria ou caçadores. (238); Durante o sábado começaram a chegar mais reforços.] Durante o sábado chegaram alguns reforços. (238) lavradores ricos nas suas pousadas (poucos deviam restar nos montes e nas herdades), os comandantes] pousadas, os comandantes (239); Não teria dormido toda a noite!] dormido aquelas noites! (239); cosendo-se com as paredes, os ganhões] os camponeses (240); de vez em quando uma criança de pouca idade chorava,] uma criança chorava, (240).

F45, 11-XI-76: – Com que é que a paravas tu? // – Deixa arder, que o leve o diabo! Nunca as mãos doam a quem no pegou... (241-248) entre o Chança e o Guadiana. Cresceram-lhe os dentes e o siso no contrabando. Tem levado a vida a correr mundo! Fez bom dinheiro, comprou terras, fez o seu monte, tinha montados e varas de porcos... Nunca roubou] Guadiana. Tem levado a vida a correr mundo! Nunca roubou (242); É o que se leva deste mundo. E ele nunca se viu tanta mulher prenha nem tanto filho sem pai cá no distrito.] É o que se leva deste mundo. (242); conduzido por um oficial ainda novo, empertigado e de monóculo, em que ninguém tinha reparado, os jornalistas] novo, de monóculo, empertigado e desdenhoso, os jornalistas (248); Uma coluna de fumo erguia-se na vertical, e uma imensa] vertical agora sem vento, e uma imensa (248); Nunca as mãos lhe doam!] Nunca as mãos lhe doam a quem no

[80] Em carta de 28-X-1976 a Jacinto Baptista, Miguéis diz gralhados os folhetins 40, 41, 42.

pegou... (248)

F46, 18-XI-76: A justiça do povo começava a proceder. // isto o soldado é um pau mandado... (248-253) Parece o começo da revolução, o nosso 1905... (*) / – É o que diz o jornalista. É do Cigano? / – O Cigano está mal. Ontem vieram reforços de Beja: caçadores, infantaria e de Vendas Novas espera-se uma força mista com morteiros.] 1905... (*) / – O Cigano está mal. Apesar das ordens de concentração em Beja, chegou de Vendas Novas uma força mista com morteiros. (248); porque não querem sacrificar homens, e esperam caçá-lo vivo. Não passa de hoje.] sacrificar vidas, no estado a que as coisas chegaram. Mas não passa de hoje. (249); O tiroteio tinha-se tornado uma barragem contínua. / – E que havemos de nós fazer agora?] O tiroteio, como a confirmá-lo, tornara-se uma barragem contínua. / E que fazemos nós agora? (249); Assim que ele estiver liquidado, o Governo manda recolher todas as forças a Beja e dali pra Lisboa. Os campos, as vilas e as cidades vão ficar entregues ao povo.] Assim que ele for liquidado, os campos, as vilas e as aldeias vão ficar entregues ao povo. E então... (249); O tio Augusto, conciliador: / – Então, moços, não se arreneguem.] – Então, moços, não se arreneguem – interveio, conciliador, o velho Canha. – A hora não é para guerrearmos uns co'os outros. (250); Vossemecês não ia um cigarrito? / – Venham eles. – disseram vozes. Os soldados distribuíram cigarros...] cigarrito? / Os soldados distribuíram cigarros (252); Agora só cá estamos nós. A ordem é atacar esta manhã e recolher a Beja o mais cedo possível.] nós e os das panelas. A ordem é atacar esta manhã. Mas isto não fica assim. (252); Sempre de pistola na mão... Eles até já trouxeram as panelas!] na mão... O diacho são as panelas! (252); Dois! São gente lá de outras bandas.] Dois! São gente lá de cima, de Vendas Novas. (253); rumor esgarçado da fuzilaria.] rumor esmagador da fuzilaria. (253)

F47, 25-XI-76: – Esconde bem os papéis. // como nas terras nórdicas, uma ameaça de neve. (253-255) deixando um raso de de animação.] rasto de fervor. (254); O rebate dos sinos fez-se mais lento.] sinos foi-se esmorzando. (255); Não tardou que o céu se velasse de nuvens que eram como rolos de algodão imóveis, um céu gélido e branco onde pairava, como nos países nórdicos, uma ameaça de neve.] velasse de uma neblina algodoada, que aos poucos se tornou em gélidos rolos de nuvens, sob os quais pairava, como nas terras nórdicas, uma ameaça de neve. (255); em Lisboa, o capitão Gonçalo] Gonçalves (257); Nuno Cruz, denodado combatente reviralhista, foi chamado de urgência à sede do Partido Republicano Português, em que estava filiado, e ali compareceu intrigado] Nuno Cruz, foi chamado de urgência à Travessa da Água da Flor, no Bairro Alto, ou seja à sede do Partido Republicano Português, em que estava filiado, desde a Grande Guerra, e compareceu ali intrigado (257); Encontrou

reunidos alguns dos dirigentes das comissões] Foi acolhido com solene gravidade pelos dirigentes das comissões (257); homem experimentado nas tricas e manhas da política após uma troca de cumprimentos, falou-lhe] nas manhas e tricas da política após uma troca de cumprimentos e tendo-o convidado a sentar-se, falou-lhe (257); assumindo a chefia das tropas do castelo.] assumindo o comando da guarnição do Castelo. (257); confirmação deste facto, que não é preciso, seria indiscreto da nossa parte, e porque desejo limitar-me a lembrar-lhe que essa revolução, chefiada por] deste facto, por desnecessária, e para não ser indiscreto: desejo apenas lembrar-lhe que essa revolução, organizada e chefiada por (257); o P.R.P. volte a assumir o Poder, como antes do 28 de Maio, com perfeita legitimidade constitucional.] Poder, com perfeita legitimidade constitucional, como antes do 28 de Maio. (258); consciência de homem, militar e membro do partido, a adopção] militar e de democrático, a adopção (258); a decisão que ele requer.] exige. (258); partido a que pertencia desde a Primeira Guerra Mundial, [...]. Não duvidava de que o funcionário lhe tinha dito a verdade.] pertencia, e que ainda não fora dissolvido pela ditadura. Nem por instantes duvidava de que o funcionário lhe tivesse dito a verdade. (258); o deslumbrante panorama da capital, [...] teve por instantes a desagradável tentação de se atirar dela abaixo, resolvendo] panorama da Lisboa velha, [...] teve por instantes a alucinante tentação de se despenhar dela, resolvendo (258); pela sua estranheza fê-lo recuar bruscamente, como quem se abeirou de um abismo e receia cair nele.] estranheza deu-lhe uma vertigem, fê-lo recuar bruscamente, como quem se abeirou bruscamente de um abismo e se sente irresistivelmente atraído por ele. (259); um democrata de convicções, atormentado pela dúvida!] um democrata a quem a dúvida atormentava agora: (259).

F48, 2-XII-76: Então levantou-se, chamou o oficial do dia // Quem sabe se não virão boas notícias? (259-264) a alguns sargentos que aliciara] sargentos da sua confiança, aos quais aliciara (259); (que constava de duas companhias de infantaria mal armadas e municiadas e de uma bateria de artilharia de campanha), fechar os portões do castelo] (que constava de duas companhias de infantaria mal municiadas e de uma só peça de campanha Schneider-Canet de 75 mm), fechar os portões da praça (259); Um alferes ainda tentou respeitosamente objectar que, àquela hora, seria imprudente uma tal demonstração, que iria despertar sem demora medidas repressivas: uma provocação comprometedora!] Mas só um alferes, filiado no Partido Radical, teve a impertinência de objectar que uma demonstração daquela ordem era uma provocação comprometedora que ia despertar imediatas medidas repressivas. (259); A hora H foi com certeza recuada!] Quem não estiver de acordo pode retirar-se.

Eu não tenho autoridade para alterar a hora-H, que foi com certeza adiantada. (259); Quando, pelas sete horas, ainda com dia claro] horas, com ares de dia (259); para todos os comandos da guarnição, e outras autoridades militares e civis] comandos e outras localidades militares de Lisboa e do país (260); suspensão de garantias ou estado de sítio e concentração de forças nos pontos estratégicos da capital.] garantias e concentração de forças nos pontos estratégicos da capital e cidades da província. (260); e clubes nocturnos, ninguém poderia circular depois das onze. Lisboa ia parecer morta. Por todas as cidades de província onde houvesse guarnições, a ordem era de recolher a quartéis.] nocturnos, de jogo e meretrício, proibia-se a circulação depois das onze. Lisboa ia parecer morta. Por todo o país as tropas recolhiam a quartéis. (260); a meia-voz, excitadamente, aos oficiais, duplamente comprometidos: "Revoltem-se! Revoltem-se!"] a meia-voz, mas excitadamente, aos oficiais seus amigos: "Revoltem-se! Não marchem! Revoltem-se!" (260); de espada em punho, embaraçados com a inoportuna intervenção] punho, duplamente vexados com a intempestiva intervenção (260); "[. . .] Não se comprometa! Desapareça!" Recolheu logo, com a cabeça em confusão, sem compreender ainda que estava tudo perdido, ao primeiro andar do prédio onde estavam guardados os uniformes de alguns oficiais de patente superior, também comprometidos, e onde residia o pobre droguista da loja em baixo, que mais tarde seria preso, espancado e deportado.] "[. . .] Não SE comprometa! Suma-se! / Era pungente e era ridículo. Sem compreender ainda bem o que se passava (pois ignorava o incidente do Castelo), e que tudo estava perdido, o capitão, exasperado, recolheu ao primeiro andar do prédio vizinho onde residia o droguista da loja em baixo, e para onde um dos seus ajudantes trouxera os uniformes de alguns oficiais de patente superior também comprometidos, mas ainda ausentes, e que não chegaram a comparecer ali. O mais curioso do caso foi que, como no conto da "Carta", de Edgar Poe, os agentes da polícia não tivessem notado os avultados e visíveis embrulhos que estavam em cima da mesa, ao centro da saleta, com os uniformes facilmente identificáveis pelas patentes e pelas condecorações que exibiam! Um desses oficiais era poeta e chamava-se Augusto Casimiro. Não tendo sido apreendidos os pacotes, nem ele nem os outros donos dos uniformes foram molestados pela polícia. Quem sofreu foi o droguista: preso, brutalmente espancado, e no fim deportado. (260-261); Caída a noite, a cidade, e com ela outros centros urbanos de importância, ficou entregue aos comandos superiores do Exército.] Caída a noite, a capital e, com ela, outros centros de importância, ficaram entregues ao poder militar. (261); As tropas revolucionárias nada puderam fazer.] As escassas tropas revolucionárias (talvez pouco convictas) nada podiam fazer. (261); tomar de assalto os grandes

rotativos, e de assumir o respectivo controlo de opinião.] tomar de assalto (é um modo de dizer) os grandes rotativos, e de assumir o respectivo controlo da opinião pública. (261); Outro grupo de civis devia assaltar a Emissora oficial em Monsanto: achou o caminho cortado.] devia ter ido ocupar a Emissora Nacional em Monsanto: se lá chegou, encontrou os acessos cortados. (261); Todas as manobras insurreccionais lhes ficaram vedadas.] insurreccionais ficaram assim obstruídas. (261); Só no batalhão de Caçadores, no Parque, houve uma séria tentativa, logo sufocada, de rebelião: perto da Mãe-de-Água, o tenente saloio saiu à rua com alguns subordinados, montou uma metralhadora pesada, e quis impedir o acesso ao quartel] Com duas excepções: no batalhão de Caçadores, no Parque, houve uma tentativa, logo sufocada, de insubordinação: o tenente Horácio Saloio saiu à rua com alguns subordinados, montou uma metralhadora pesada às Amoreiras, perto da Mãe-d'Água, e quis impedir a entrada no quartel (261); Imediatamente preso, foi deportado] seria deportado (261); Lá ficaria pelas Ilhas] Lá teria ficado (262); No extremo oposto do Parque, um bando de civis armados de pistolas e de algumas carabinas, tentou assaltar o batalhão ali] No extremo do Parque, à rua Marquês da Fronteira, um bando de civis armados de pistolas, tentou assaltar o batalhão fiel ali (262); no recinto do quartel: quando, de pistola em punho, lhes dava ordens do alto do muro da vedação] quando, encavalitado no muro da cerca, e de pistola em punho, dava ordens aos civis (262); Caiu, único herói do drama,] Caiu, herói quase único do drama, (262); por um escritor a quem estimava e em quem depositava toda a sua confiança.] escritor ainda mal conhecido a quem ninguém estimava, e em quem depositava toda a sua confiança. Este tinha-lhe prometido que a revolução sairia infalivelmente. Enganado, como tantos outros. (262); A revolução estava gorada.] Ela estava, de facto, gorada desde as origens. (262); Dia claro, enevoado.] É dia claro. (263); João Boleto e outros.] e outros mais. (263); Outros camponeses vêm chegando, em grupos e isolados. Todos querem assistir às últimas do Cigano.] Até ao fim da cena outros camponeses vêm chegando, isolados e em grupos, armados de foices, cajados, machados corticeiros, velhas caçadeiras. (263); sinais do tiroteio, o telhado tem rombos abertos] tiroteio a que ela esteve sujeita e no telhado há rombos abertos (263); Que vai ser de nós, se aquilo não rebenta!] Que vai ser de nós, se a revolução não sai! Já devia estar na rua... (263); – Iremos juntos para o exílio. Agora que sou tua, quero sofrer contigo, lutar a teu lado, ser feliz ou infeliz como tu... A minha vida já não me pertence, é tua. Deixa primeiro ver o que se passa. Quem sabe se não virão boas notícias... (beijam-se com ternura).] – Vamos juntos para o exílio, tu e eu. Agora que eu sou tua, nada já nos pode separar. Quero sofrer contigo, lutar a teu lado, ser feliz ou infeliz como tu fores. A minha vida

já me não pertence, é tua. Deixa ver primeiro o que se passa. Quem sabe se não virão boas notícias? / (*José Boleto aperta-a no peito com ternura*.) (263)

F49, 9-XII-76: PRIMEIRO SOLDADO // Até que algum dia... (264-268) 1.º SOLDADO] PRIMEIRO SOLDADO (perto da porta da casa). (264); 2º SOLDADO – [...] Não morre assim.] SEGUNDO SOLDADO. – [...] Não morre assim... (264); O CAPITÃO sai da casa, [...] de espada em punho, [...] os que restam, e de dois homens que carregam a padiola onde o CIGANO, [...] emaciado e exangue, negro da barba,] O capitão sai da casa, [...] de sabre em punho, [...] os que lhe restam, e de dois soldados de infantaria que carregam a padiola onde o Cigano, [...] emaciado, e exangue, com uma barba de muitos dias, (264); Arreiem-no aqui (embainha a espada e aponta para o Cigano). Aí está o Galamba, o Remexido! Tinha jurado que o não caçavam vivo... Vivo, hã? (inclina-se para o Cigano). E ainda mexe! [...] vais vomitar para aqui tudo quanto sabes! (dando-lhe safanões; o Cigano fita-o com os olhos desmedidamente abertos de ódio). [...] Para quem eram as armas? quem tas encomendou? donde vieram? [...] (sacode-o com violência). Pra quem eram as armas? Quem tas vendia? Cigano! / Cresce em volta a agitação; murmúrios. / CIGANO (erguendo a cabeça com esforço, e olhando em redor. A sua voz, rouca mas clara, vai enfraquecendo até ao fim. Afastando o CAPITÃO com a mão ensanguentada) – O Cigano jurou [...]. Livre! Mas bem vingado! (SARMENTO sai da multidão e ampara-o) Era ao vosso lado [...] ... As armas... (a voz vai-lhe faltando) as armas estão à espera lá dentro... Vão lá buscá-las... Alembrem-se do Cigano!... Viva a lib... / [...] SARMENTO depõe-no [...].] Arreiem-no aqui mesmo. (Embainha o sabre e aponta o Cigano). Aqui têm vocês o Galamba, o Remexido! Tinha jurado que o não caçavam vivo – vivo, hã? – e ainda mexe! (inclina-se para o Cigano.) [...] vais vomitar para aqui tudo o que sabes! (*O Cigano fita-o com os olhos desmedidamente abertos de ódio; o capitão dá-lhe safanões.*) [...] Pra quem eram as armas? donde vieram? quem tas encomendou? [...] (*sacode-o mais, com violência; o murmúrio do povo cresce, torna-se agitação.*) Quem tas vendia, cigano? (*O Cigano erguendo a cabeça com esforço, e olhando em redor. A sua voz, rouca mas clara, vai enfraquecendo até se tornar no fim quase inaudível. Afastando o capitão com a mão ensanguentada*). O Cigano jurou [...]. Livre! E bem vingado! / *Sarmento sai da multidão e corre a ampará-lo.* / / CIGANO. – Era ao vosso lado [...] ... [...] As armas... as armas estão lá dentro... à espera! Vão lá buscá-las... Alembrem-se do Cigano! Viva a lib... / [...] *Sarmento depõe-no* [...]. (265)

Comentário: se, em 1976, por um erro de montagem, após a indicação FIM, a que segue "Nota Final" de J. R. M., temos as falas dos soldados, de Sarmento e do Capitão, já na edição em livro, lamentavelmente, a fala do cigano – «O Cigano jurou que não falava, e não falou. [...] E bem vingado!» – – vem incorporada, ainda, à do capitão.

CAPITÃO (desvairado, sacudindo o CIGANO pelos ombros) – Fala, assassino castrado! Bandido! (dá-lhe bofetadas)] CAPITÃO (*sacudindo o morto pelos ombros*). – Fala, assassino, castrado! (*dá-lhe bofetadas.*) (265); A cabeça do CIGANO, inerte, abana como em muda negativa. SARMENTO [...], excepto o CAPITÃO.] *inerte, oscila* [...]. *Sarmento* [...], *excepto o capitão*. (265); SARMENTO (endireitando o busto, para o CAPITÃO) O senhor está a bater num cadáver! Desonra essa farda! (O CAPITÃO recua) [...] Diante do seu cadáver] *para o Capitão*) [...] Para desonra da sua farda! (*voltando-se para o povo*) [...] Diante do seu cadáver (265); CAPITÃO – [...] Quem manda aqui? [...] Fogo! [...] . ...] Quem dá ordens aqui? [...] Fogo! (*esganiçado*) [...]... (266); Ninguém obedece. O povo desarma os da patrulha da Guarda, que não oferecem resistência. Surge de algures uma bandeira nacional. Mãos trémulas, morenas, cobrem com ela o cadáver. Outros camponeses vêm chegando, armados de foices, cajados, machados corticeiros, velhas caçadeiras. Os dois SOLDADOS [...]. [...] apruma-se e toca] Ninguém lhe obedece. O povo desarma a patrulha da Guarda, que não oferece resistência. Surge de algures uma bandeira nacional: mãos trémulas, morenas, cobrem com ela o cadáver. Os dois soldados [...]. [...] apruma-se, marcialmente, e toca (266); JORNALISTA (entra pela esquerda alta, vindo de Beja no automóvel; sacudindo no ar um papel) – Aenção [sic] meus senhores! Um telegrama de Lisboa! (lê) Revolução adiada prevenção rigorosa suspensas garantias prisões numerosas Marinha impedida de actuar Governo vitorioso...] JORNALISTA (*entrando pela esquerda alta, vindo de Beja de automóvel, e sacudindo no ar um papel*). Atenção, meus senhores! Um telegrama de Lisboa, urgente! (*lê*) "[...] marinha impedida actuar campo entrincheirado governo vitorioso." Está tudo acabado! (*leva as mãos aos olhos, para esconder as lágrimas*). (266); Há um momento de hesitação, de pasmo.] *Há um momento de hesitação e pasmo*. (266); SARMENTO – A revolução perdeu, faze-mo-la [*sic*] nós! Viva] SARMENTO – A revolução perdeu, fazemo-la nós! Para a frente! Viva (266); Os camponeses [...]. JOSÉ BOLETO e ROSINDA vão juntar-se aos camponeses, enlaçados e risonhos.] *Os camponeses* [...]. *José Boleto e Rosinda, enlaçados e risonhos, vão juntar-se aos camponeses*. (266); VOZ (rompendo a cantar)] VOZ (*rompendo a cantar, em solo*). – (267); derrubai] Derrubai

(267); vida futura…] futura! (267); O pano começa a descer lentamente.] *O pano começa a descer devagar.* (267); pela Frente] Pela Frente (267); marchar! / Da nossa terra] marchar! / VOZ (*solo*). – / Da nossa terra (267); ideias, / que] ideias / que (267); Às armas! às armas!, etc.] Às armas! Às armas! (etc.) (267); Pano em baixo / Sob a aurora] *Pano em baixo* / VOZ (*solo*). – – / Sob a aurora (267); (CORO) – Às armas! às armas! (etc.)] CORO. – / Às armas! Às armas… (etc.) (268); O coro ergue-se, […] saudando um tempo novo.] *O canto ergue-se, […] saudando o triunfo da revolução.* (268); … A Planície] A Planície (268).

NOTA FINAL – [Completa, em terceira pessoa, a "Nota do Autor" de F1 – – parágrafo que liga as p. 273-274, a que acresce, inédito, o apartado das p. 274-275. É do seguinte teor:] *Não lhe parecendo curial pôr em linguagem de romance o episódio, inteiramente imaginário, da peça de que extraiu esta obra – ou seja, o da insurreição campesina, ao tempo impossível, concebido numa hora de optimismo e antecipação, e com óbvias intenções de agitação-propaganda –, o autor resolveu transcrever aqui, como remate, e apenas com ligeiros retoques, a cena última da mesma peça. Que o leitor a visualize como puder, segundo a óptica dos tempos, passados e presentes. Deve ele ainda esclarecer que a letra do hino é o decalque da que lhe ofereceu um anónimo luso-americano, operário têxtil com veleidades de poeta, cujo sentir, ingénuo como é, reflecte o daqueles a quem a peça, originalmente, se destinava. Respeitou-se-lhe quanto possível o vocabulário e o sentido, corrigidos alguns erros. – J. R. M.*

1. 2. 3. Natureza e cultura em Augusto Abelaira

Augusto Abelaira estreou-se com 51 quadros encenados numa Florença sob regime fascista, agudizado após a campanha presidencial de Humberto Delgado. Se tudo – anos 30, cenário e personagens – era italiano, pretendia-se dar a Lisboa de 50, em que juventude pequeno-burguesa instável e violenta – reminiscências do MUD juvenil – discutia os momentosos problemas do país: liberdade de expressão, clandestinidade, sim ou não à guerra, prisões, atentados e morte de inocentes, a rasura civilizacional (semanas sem ver uma árvore ou flor, e a pergunta: «Ainda haverá natureza?»; Primeira parte, décimo segundo quadro)…

Preocupação última: «Homens livres numa cidade sem muralhas.» (Oitavo quadro). Os dramas de consciência denunciam desajustes no amor e nas acções a empreender. Notações cénicas, desverbalizadas, depuram o estilo: "Domenico:", "O telefone." Cedendo aqui à tirada política, recupera-se além – até para manter a economia capitular – secura final: «Prosseguiram neste tom.» (Décimo terceiro quadro) Esta ética da prosa, com diálogos seguros e passagem de figurantes, prepara distância atenta, crítica («Preciso de encontrar uns heróis positivos…», Segunda parte, sétimo quadro), mas também utópica, em que vibra cuidado raro do pormenor – «Continuava com a flor presa entre os dentes, embaciando-lhe as palavras.» (Segunda parte, nono quadro); ou, no interior de conversa séria sobre a guerra: «'Uma malha caída!', descobre Rosabianca numa das meias.» (Segunda parte, décim o nono quadro) – – e, num modo quase distraído de reiteração textual (ver quadros sétimo e trigésimo da primeira parte), engrena amizade que nem a mulher desfaz.

A Cidade das Flores (1959) abria caminho, entremeado por teatro (de lição clássica serão *O Nariz de Cleópatra*, 1962, e *Anfitrião, Outra Vez*, 1980), a títulos simbólicos de um eterno perguntador – quando, na regular cronística, não se mostra em acto de fazer-se – sobre a condição do Homem, que só num primeiro olhar é o ser nacional. À retórica inconsequente dos que, a exemplo de supostos revolucionários de 1910, em si enclausuram *As Boas Intenções* (1963), acrescenta títulos de lição brandoniana e pessoana: se *Outrora Agora* (1996) ou, já, *Deste Modo ou Daquele* (1990) no-lo davam em exercício de "montagem ficcional" que tão bem o caracteriza, um significativo *Sem Tecto Entre Ruínas* (1978), bebido nas *Memórias* (II, p. 17) de Raul Brandão, resume atitude de futuro que, sem esperança e sem alicerces, unicamente espera. Atravessou os angustiados universitários do pós-guerra, as relações marido/mulher ou o imediato ante e pós-25 de Abril de 1974, em *Os Desertores*, 1960, *As Boas Intenções*, 1963, *Enseada Amena*, 1966 – título de adjectivação irónica, em que passado e presente se diluem –, *Bolor*, 1968, *Quatro Paredes Nuas*, contos, 1972. Experienciados o realismo e a verosimilhança, opera-se viragem alegórica com *O Triunfo da Morte* (1981; um

homem descobre, um dia, que é uma Morte entre muitas e, para mais, inútil) e *O Bosque Harmonioso***,** 1982, ou o sentimento da inutilidade de tudo, com destruição da natureza às mãos de uma cultura sem alma (*O Único Animal Que*, 1985). Salva-se, na lucidez, no registo de Sócrates brincalhão e magoado, a ideia de que, no império do relativo, só *A Palavra é de Oiro* (1961), como disse na estreia teatral. Essa palavra, último sustentáculo, ergue-se numa depuração que também se pede ao sujeito; indiciando secura do mundo, parece ser a atitude aconselhável numa época de consumo e saturação, que o texto de Abelaira procurou sempre esquivar[81].

As preocupações sobre natureza e cultura têm divertido tratamento em *O Único Animal Que?*.

Anunciava o *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*[82], para 16-III--1982, a «inserção de um livro inédito» de Augusto Abelaira, sendo este "romance em folhetim" o regresso a «uma tradição, desde há muito abandonada, da nossa literatura (e não só), e que foi praticada por alguns dos mais famosos romancistas, como Camilo e Eça de Queiroz». Passemos a ignorância do que se fazia à volta; notemos que não havia 'livro inédito' algum, mas um projecto quinzenal que, em volume (Novembro de 1985), surgiria mais alterado do que era de esperar – e desejar[83].

A razão para essa fórmula explicou-a Abelaira: «Estava cansado de escrever crónicas e resolvi escrever um folhetim, em vez de estar todas as semanas [de facto, quinzenas] à procura de uma ideia»[84].

[81] Adaptação do verbete, seguido de bibliografia, em *Dicionário de Literatura. Actualização*, 1, Porto, Figueirinhas, 2002.

[82] Ano II, n.º 27, 2-III-1982: 26. Será suficiente dar, de futuro, como já se fez antes, a data de saída (e não o ano e número da publicação). De teor idêntico é a nota que antecede o primeiro folhetim, bem como a do semanário de espectáculos *Sete* (Lisboa) de 10-III-82.

[83] Não será o parecer dos recenseadores Miguel Serras Pereira (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 17-XII-1985: 21) e António Mega Ferreira (*Expresso* – Revista, 4--I-1986: 42), este a falar de «romance fabuloso», que sintetiza agradavelmente nas suas quatro partes. Ninguém considerou a relação com o ante-texto, as violentas deslocações e peripécias amplificadoras nada significativas.

[84] Entrevista a Clara Ferreira Alves, *Expresso* – Revista, 4-I-1986: 40-41.

Entre 16-III-1982, n.º 28, e 29-III-1983, n.º 55, correram 28 folhetins de *O Único Animal Que*, aparentemente inspirado na epígrafe que os acompanhava:

> O homem é o único animal que sabe distinguir a água benta da água vulgar.
>
> L. A. White.

Em paginação desencontrada, secretário (figura que emerge no n.º 38, 3-8-1982) faz o 'resumo' ou 'balanço' dos folhetins anteriores – que suspende a partir do vigésimo –, e, no termo de cada (salvo no n,º 50, 18-I-1983), lá vem *(Continua)*, pacto nuançado no n.º 53 [erradamente 52, 1-III-1983]*: (Conclui, talvez, no próximo número)*. Os desenvolvimentos no livro mostram, *a contrario*, as hesitações quinzenais, cuja frescura e leveza, todavia, repudiam acrescentos de circunstância pensados como inchaço textual.

Desde a abertura, temos a condenação à escrita de narrador que instaura um contrato:

> [...] demorarei a escrever esta autobiografia muitos meses – e, para prolongar o tempo, escreverei apenas de quinze em quinze dias. Pegar ou largar.

Ou seja: é como se, nesta modalidade, a escrita acontecesse porque há um olhar simultaneamente leitor, nosso carcereiro e última justificação. Existe, com efeito, um Inquisidor, em trânsito regular para interlocutor – logo, personagem –, pelo que o destinatário que o aprisiona, e persegue no seu segredo (que, por sua vez, esconde e adia, no acto de escrever), participa da culpa e da sanção, tanto é gato como rato. O secretário marca a existência do Autor – que manipula o destino do narrador –, deixa-se de resumos (resumir para quê?) e o próprio Abelaira afasta, naquela entrevista, qualquer propósito de "ideia central", "moralidade", "alegoria" para esse trabalho. Reconhece que «está cheiinho de pastiches. E de "nonsense". [...] O que quero é divertir as pessoas, em última análise. Obrigando-as a pensar, como fazia o Bernard Shaw.»

A fábula (não serão alegóricos todos os seus títulos?) cerca por aí. De fluido divertimento a sério, com medidos finais de promessas e inquietação, passa a divertimento sério em volume, pesado como as excrescentes terceira e quarta partes, ou antes, longa Advertência sobre «misteriosas micro-ondas, vindas dos espaços estelares» e detectadas por dois radioastrónomos, cuja tradução constituiria a Terceira parte. Cada um dos apartados comporta título; e, trocando subtítulos envolventes – que logo denunciavam, no cursivo avisado, a curva do horizonte ledor[85] – por números árabes, esbate-se cumplicidade que a prótese interrogativa no título atraiçoa de vez. O *retto tono* afirmativo – – pela epígrafe, que evoca o lugar-comum da humana superioridade –, torpedeado, sai malferido da lógica da história, o que constitui significado maior do respectivo discurso; na interrogativa – *O Único Animal Que?* –, está uma prévia tomada de posição, ou tese, que o mesmo discurso se apresta a comprovar.

A exemplo do cada vez mais apreensivo e empreendedor hominídeo – que, pela conquista da linguagem articulada, gradualmente se humaniza, desde discutir Kant a dormir com a filha do mestre primatologista –, o Autor é incapaz de resistir às novidades de leitura que o lapso até à edição em livro lhe proporciona e, assim, vá de acumular discursos (nunca, antes, haviam comparecido largas aspas supostamente tiradas do *Diário de Notícias*), numa adenda que nada soma ao *nonsense*, embora modele a figura de criador adaptável, ou na via da aculturação diária. Processo, afinal, homólogo ao do seu herói, que coloca o problema das relações entre Cultura e Natureza e, pelas revoadas cépticas de pendor voltairiano, singulariza este folhetim filosófico de estrutura policial no complexo do género.

A interrogação permanente, se abre pistas, emaranha o segredo. Lembremos que o caderno onde redige é oferta de argos à espreita de um deslize revelador, embora se procure narrativizar (prender) esse olhar. Capaz de sentir os dois lados, o narrador-protagonista focaliza o incómodo de Natureza destruída pela Civilização, que o Homem traveste

[85] Da tradição literária nacional à estrangeira, com Huxley – paixão confessada de Abelaira – ou Toffler na retina, e muitos mais, gostosamente citados.

em, por exemplo, folhetins «(reais e cinematográficos ou telenovelísticos) embebidos das tão costumadas "terríveis catástrofes", do *suspense* permanente»… (F12, 17-VIII-1982: 22) Marca de que o país natural se vai desertificando está na moda dos incêndios e dos eucaliptos – na companhia, já em volume, dos políticos[86].

Servindo-se de construção cultural como é a linguagem, o chimpanzé ressente, a cada novo desfasamento, que a Cultura não só se opõe à Natureza – enquanto favorecendo-a com os bens, feitos e dons do espírito, o que seria de esperar –, como a combate e destrói. A excessiva insistência nas pulgas significa quanto a sensibilidade táctil da catação é superior à frieza verbal. Escrever versos é compor símbolos; olfacto e gosto fugiram de artes em que se escamoteia a ignorância citadina das coisas originárias.

Vencida essa etapa, domina-nos a ilusão, porque, se o Homem transformou a Natureza em Cultura, «já não encontrou forças para adaptar a cultura a si próprio, tornou-se novamente escravo e é a cultura que o determina agora. Está tão condicionado como o peixe. Como a galinha.»

Assim fala, estranha mas verosimilmente, o inquisidor, como a dar razão à força encarceradora da escrita, outra construção cultural, que bem podia reconciliar Natureza e Cultura:

> Se a inteligência em vez de se preocupar somente com a utilidade das coisas visse nelas um fim em si mesmo, descobrisse nelas a beleza, o amor, o equilíbrio, a tranquilidade? Ouça: se o homem em vez de encarar o mundo unicamente como um meio, algo de objectivo, de exterior a ele, de produtivo, mantivesse, como as crianças e até os animais, uma visão metafórica, enriquecedora da realidade? (F27, 15-III-1983: 22)

Pelo contrário: o respeito, a honra, a vergonha, o pudor, a crueldade e a perversidade vêm sublinhados como valores. Ter relações sexuais com a hominizada Washoe (que o livro *mata*) espanta o enigmático professor Garden, que o acusa de falta de pudor.

[86] A extrema preocupação com a actualidade nacional e internacional, em 1982-1983, podia conformar análise a que o género nunca é alheio. Já no livro, refugia-se em datas posteriores, sem o mesmo efeito documental: 1987, 1994, 1998.

Pior é quando uma terceira construção, a retórica, reveste palavras sem correspondência – caso de liberdade, igualdade, fraternidade –, porque é timbre dos 'animais humanos' substituir por uma palavra a coisa em falta. (F14, 1-II-1983: 14)

Deste triplo 'vício' civilizacional se fez, também, o progresso, em Oitocentos. Seria, enfim, pelo cientismo e sua revolução tecnológica, a libertação para um devir lúdico ou utilitário? Seria a passagem à verdadeira vida social, quando não sobrenatural? Acreditava-se que sim, e que o continuum natural seria viver *em* cultura, embora não se imaginasse cair no simulacro da natureza que a cultura, hoje, constitui. Como metáfora desta prisão cultural que nos amarelece e alimenta (e o que será comer bem?), certo é que o folhetim se configurou, então, como verdadeiro *acontecimento cultural*, cuja emergência cabe ao historiador da Cultura circunstanciar[87]. Com Abelaira, ele faz-se *medium*, estratégia, reflexão solta e, no quadro regressivo que igualmente fornece do Portugal coevo, elegia sobre a ruína da Cultura.

1. 2. 4. *E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?*

Durante trinta semanas, entre 13-X-1985 e 4-V-1986, Mário de Carvalho e Clara Pinto Correia, correspondendo-se por escrito (não se conheciam pessoalmente), deram ao rodapé a quatro colunas do dominical *Diário de Notícias* – Cultura o folhetim *E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?*. Em Outubro de 1986, sem alterações, recolhia-se em volume ilustrado por Jorge Colombo, que, separadamente, as editaria como Desenhos de Folhetim. A "Nota da Editora" *marketinguizava* com a suposta ignorância alheia, ao dizer aquele «fruto de uma experiência

[87] Gloso A. J. Saraiva, "Civilização e cultura", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8-XII-1981: «O que é que se pode pedir a um honesto historiador da Cultura? Que saiba descrever, na parte que é visível, a emergência do acontecimento cultural e que saiba referir as circunstâncias do espaço em que ele se deu.» Dele tomo, em *O Que É Cultura* (Lisboa, Difusão Cultural, 1993) a primeira definição, em sentido lato, que desta dá (p. 11) e três das suas *construções culturais* – linguagem, escrita, retórica, entre outras –, que, para ele, não impedirão a morte da cultura (sobre que me interrogo).

inédita no nosso país». Cento e quinze anos depois, atirava às malvas a tradição do matutino.

A crítica, sem se alargar, disse o mínimo: «[...] é um *divertimento* que tem como bombo da festa a burocracia, a gerontocracia, o Estado soviético. Não se definiu entre a ficção política, o fantástico e o *thriller* de espionagem, mas a todos vai brincar matéria para brincar.»

Virtuosamente 'inútil', 'lúdico', 'leve', continha «mistério, humor, "nonsense" e um quanto basta de crítica social. Os autores souberam, apesar de uma ou outra quebra, trabalhar bem estes elementos, entretecendo neles os lugares-comuns da literatura e os nossos mitos de trazer por casa. O resultado é poder o livro ser lido como uma sátira a si próprio, à margem da intriga que se inicia na Rússia do século XXI, passa por uma Lisboa eternamente atrasada e culmina com um "happy end" na estepe gelada, num afloramento de géneros que vai do policial à espionagem e da ficção científica ao cor-de-rosa.»[88]

Como em Abelaira, e depois em Hélia Correia, o motivo da viagem – subsumida na fórmula da perseguição – remete, nesta nova estrada de Sintra, para as indispensáveis metamorfoses que a ciência, tecnicamente interpretada, anima e, no caso de certo país, lamentavelmente adia:

> Em finais do século passado ninguém daria nada pelo dito país, uma espécie de resto da Europa com muito sol mas praias sujas, não sei se estão a ver?

Uma revolução energética faz, entretanto, o que talvez só fosse falta de confiança em si mesmo e, hoje, é a Europa que acerta o passo por Lisboa, onde tudo floresceu:

> [...] a investigação, as letras, tudo aqui se mexe e se pauta por uma exigência inconfundível de qualidade. Universidades dinâmicas, edições em catadupa, a música mais sofisticada, a política de espectáculos mais vigoros... é Lisboa, o paraíso da criatividade, da inteligência, da alegria. (p. 136-137)

[88] Edgar Vale, *Semanário*, 11-X-1986: 48, e Regina Louro, *Expresso* – Revista, 29-XI-1986: 10.

A clássica e admirativa entrada pelo Cais das Colunas (ver A. A. Teixeira de Vasconcelos, *A Ermida de Castromino*, ou o Príncipe Lichnowsky, *Portugal, Recordações do Anno de 1842*) fica logo estragada pelo observado desrespeito dos semáforos, pela pedinchice sob céu tão azul ('cena contemporânea' já descrita por A. P. Lopes de Mendonça, *Scenas da Vida Contemporanea*, 1843), enquanto o Estado se ocupa «de coisas sumamente importantes, como as guerrilhas institucionais, o preenchimento de lugares, a sustentação da burocracia» (p. 148). Para personagens também perseguidoras – de Gnoseogrado –, Lisboa era de fugir, que nada tinha de cidade do conhecimento.

O jogo interpelativo, com o próprio título – qual tónico a meio do cansaço, de que Clara Pinto Correia se serve muito tarde (p. 111) –, lembretes entre capítulos, aquela mais activa e Mário de Carvalho opinativo (atento às reflexões das criaturas), a prática da inverosimilhança temporal – eis motivo para mais larga prosa. No entretempo, conscientes da 'segunda mão' em que se inscreviam, quiseram saturar o processo e, no volume, se omitiram o 'resumo dos episódios anteriores', compensaram-nos com as normas "Para a boa execução de uma novela em parceria" – no fundo, a irónica denúncia do próprio texto e do folhetim em geral, espaço de «ignóbeis lugares-comuns da subliteratura universal, de Ponson du Terrail a Concha Linares Becerra».

Decálogo para a leitura, é já leitura de matéria a apreciar: antes de tocarmos a realidade portuguesa, acordam num sétimo mandamento contra Cavaco Silva... Por outras vias, enfileiram nos propósitos de Aquilino e Miguéis.

1. 2. 5. Marginalidade e loucura: *A Fenda Erótica*

A relação mais ambígua e simultaneamente pura com o género deu-no-la Hélia Correia em *A Fenda Erótica*. Ambígua, na motivação, na expressão e no exame de consciência crítico; pura, na envolvente lúdica, na fuga ao real com retorno simbólico e na intervenção de leitores próximos. Excluída esta 'intervenção', o mesmo se passa em *Insânia*.

A Autora mantinha na revista d'*O Jornal* uma 'crónica ilustrada' e, às tantas, propôs um 'folhetim policial' como alternativa (de 6 de Fevereiro a 18 de Setembro de 1987)[89]. Confessadamente ignorante dos cultores do género, considerando *O Mistério da Estrada de Sintra* «uma pastelada», cuidava evitar, assim, a «dedicação compulsiva, metódica», que a crónica lhe exigia e era contra os seus processos, sem prazos definidos ou imposições de fora. Engano. De redacção quase semanal, também controlada do exterior, o condicionamento será maior e o projecto de uma trilogia de folhetins, «com um de ficção científica e um gótico», morre no ovo. «Já brinquei muito com a literatura.»

Quanto à expressão: existe, em Hélia Correia, um sentimento muito profundo do ritmo e da palavra, da, mesmo, tirania daquele sobre a escrita ou desta sobre a prosa. Ouve a música antes de vir o signo, no que designa por influência (ao menos inconsciente) grega, em que bebe o seu teatro e o episódico trabalho como actriz.

> Esse primitivismo da fala que vem do que se crê que seja o início da linguagem, que é fundamentalmente um canto e uma invocação mágica, é muito importante para mim, [...]. Eu não uso a linguagem para que ela sirva uma história, [...]. Aliás, quando fiz isso, [...], como no caso da *Fenda Erótica*, em que me sirvo da linguagem com pouco respeito por ela, o processo da escrita é extremamente fácil[90].

Dito isto, podemos corroborá-la quanto à explicação para a sua literatura, que considera *de tese*?

Terceira ambiguidade. Nunca concebido como livro, «nem em termos de estrutura, nem de autonomia qualitativa» – sabendo embora que daria volume –, a Autora, manifestamente incomodada, não vê aí «livro nenhum»: «O que eu quero dizer é que o sentido daqueles textos é em folhetim. É por isso que eu me desligo completamente da sua aparência

[89] A apresentação do folhetim é de Fernando Dacosta, em prosa que mescla entrevista à autora, contígua ao primeiro episódio.

[90] Entrevista de José Jorge Letria e Miguel Serrano, *O Diário* – Fim de Semana, 14-V-1988: 10. As citações anteriores, e as que não vêm atribuídas, são de entrevista (em 24-V-1991, inédita) conduzida por Mariana Portela.

em livro. Aliás, no próprio livro, deveria vir a indicação de "folhetim policial" [como surge no semanário]. . . »

Que razão, logo, para as ainda que ligeiras variantes? E não é verdade que, intratextualizando o êxito moderado da "primeira edição" (referência ausente no folhetim) de *A Fenda Erótica*, o livro fala do seu próprio percurso interno e do sonho (aceitemos que nem sempre conseguido) de qualquer escrito jornalístico? No Livro II de *Insânia*, percebe-se esse andamento construtivo na figura de Sandrinha, que de tudo parece informar o narrador.

A limpidez do propósito está na assunção do jogo que logo ressalta da epígrafe barthesiana:

> Nem a cultura nem a sua destruição são eróticas; a fenda entre ambas é que se torna erótica.

Barthes, como esse Aquilino de terras do demo e linguagem palpável, é citado no capítulo XXXIII, e último, do folhetim: expurgado, como Aquilino, do texto em volume, queda representação de um certo feitiço na área literária, autoridade que sinaliza a segmentação, o corte como método e o prazer daí emergente, qual no destino de Carlos B., numa perseguição que mais semelha fuga, "elemento dinâmico" na narrativa heliana traduzindo «a ruptura, o anti-social, quase a anormalidade, a inquietação, a inadaptação, a desordem, que é o que me fascina no mundo». Em *Insânia*, acrescentaríamos confusão nas escolas (educar quebra «o encantamento», p. 20), morangueiros *informes*, ar gélido e lama, ou envenenado, nas estações trocadas, Agosto escaldante e pesada «imagem do pó» (p. 147) em que definha «o tecido da história à nossa volta» (145). É um sentimento do próprio discurso, intercalando-se narrativos pontos da situação; e fábula sobre História terminal, «totalmente deceptiva», mas não «pessimista»[91], tal a vitalidade da escrita.

Carlos, após o segundo desaparecimento da mulher, Ana, obedece às sugestões da amiga de infância Maruja, que o interna no bar 'Nonsense' – o *nonsense* já encaminhara Abelaira (*O Único Animal Que?*,

[91] Esta dupla citação calha em Maria Alzira Seixo, "Uma desenganada alegria", *JL – – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 2-I-1997: 17.

no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1982-1983) e a dupla Mário de Carvalho / Clara Pinto Correia (no *Diário de Notícias*, 1985-1986) – – e lhe dá a companhia, e as ordens, de Cindy, com quem por fim vai viver. Confrontamo-nos com «um ser perdido dos antigos sonhos que, a exemplo do herói do filme *Paris-Texas*, procura, entre espelhos, labirintos e margens, reencontrar a felicidade. Temos no séquito de figuras marginais e loucas o bom caminho para nos adentrarmos na literatura de Hélia Correia.» Dizia-me nessa entrevista: «Para mim, a única possibilidade de criação é a afirmação da diferença. As duas possibilidades de afirmação da diferença são ou a marginalidade ou a loucura. São os grandes temas dos meus livros.»[92]

Reposto (contra vontade, e ajuda, autoral) este 'não-livro' no universo de Hélia Correia, só dois acrescentos: o título *até* pode ser, como quer, «uma marotice, uma brincadeira – fica um livro de apelo malicioso retirado de uma epígrafe de um intelectual, [...] malandrice que me deu muito gozo fazer, porque perturba as pessoas»; esta estratégia, dissolvente mas produtiva, alinha-a com Abelaira e com o arbitrário *leitmotiv* "E Se Tivesse a Bondade de Me Dizer Porquê?" constituindo-se título.

Segundamente, reúne-se a estes, e à própria obra, no processo que elabora contra a crónica, de que fogem. Sendo produto do folhetim-crónica, visam escapar, de facto, da imediata prisão ao real, de um impositivo quadro referencial, a que a leitura, todavia, os traz de volta quando os transforma em fabulistas. Nessa medida, o salto a Marrocos, na teia de medos, se reitera o geral «sentimento de apreensão»[93] (também patente em *Insânia*) que alimenta o narrador-protagonista, emblematiza empresa antiga igualmente votada ao insucesso, qual sebástico jogo do arame em que nos comprazemos, modo nosso desse *ser quase*

[92] *Cf. Tempo* – Cultura, 8-IX-1988: 12-14. *A Casa Eterna* põe em campo uma repórter que recolhe testemunhos sobre a infância e morte física do poeta Álvaro Roíz: cedo nos atemos à crónica do que cada entrevistado leu, num dizer catártico, que mais parece «um longo folhetim» (p. 70). Na geografia de Amorins e da Quinta da Viçosa, o significado social do género ou das telenovelas, como, em *Insânia*, da televisão interminável, irrompe amiúde: p. 71, 75, 77, 78, 126, 196.

[93] M. L. Lepecki, "Os prazeres do mistério no jogo do 'nonsense"', *Diário de Notícias* – Revista de Livros, 15-I-1989: 10.

sugerido pela epígrafe. Nesta medida, Hélia Correia continua atenta à pouco saudável História de Portugal.

Por último, a colagem ao folhetim acontece a vários níveis: episódios curtos de final forte, em 1987 seguidos de *(Continua no próximo capítulo)*; títulos conformes ao estado, acção, situação, respeitados em volume ("Maruja", logo o primeiro, diz-nos que essa personagem vai ser determinante, seja, protectora do herói); resumo dos episódios anteriores; e, na disponibilidade de estrutura tão aberta, a fácil satisfação de pedidos de leitores privilegiados: «De toda a trama, só os três primeiros capítulos são inteiramente meus e livres, o resto começou a envolver encomendas de pessoas.»[94]

A inglesinha Cindy, futura companheira do intradiegético narrador (qual Sandrinha), nasceu assim:

> Eu tinha dado ao Paulo Cintra [o desenhador] os três primeiros capítulos para ele conhecer as personagens. E quando ele trouxe os esboços das ilustrações, a Maruja, que tinha uma grande cabeleira ruiva, aparecia com o cabelo curto. E eu disse-lhe que não podia ser. Mas ao vê-lo tão apaixonado por aquela imagem e tão tristonho, acabei por aceder. Ficou a Cindy, que não estava prevista.

No final do capítulo 22, lá vem o sinal:

> A pedido de leitor de reconhecido bom gosto e influente opinião nos meios pós-modernistas, o nosso herói cruzar-se-á com uma bruxa ainda que a autora não possa compreender qual a utilidade do episódio.

Apêndice

Com excepção do capítulo XXXIII, as diferenças entre 1987 (folhetim, onde os capítulos vêm sob número árabe) e 1988 (edição em livro de *A Fenda*

[94] *O Diário* – Fim de Semana, entrevista citada.

Erótica, sob números romanos), sem serem em demasia, são suficientes para notarmos um olhar crítico em função do livro, cuja aparência Hélia Correia denuncia.

1. E ali estava eu agora, acendendo o isqueiro para confirmar o número da porta,] agora, a franzir o olhar para (10).

2. – Bom, há um tempo que não vamos lá.] – Bom, há uns meses que não vamos lá. (12)

4. – Tentámos o "nonsense" – anunciou.] – Tentamos o Nonsense – – anunciou. (25)

6. que as bonitas mulheres onde a acção se desenrola lhe vão abrindo ao longo dos capítulos.] mulheres lhe vão abrindo (33).

11. – Está tudo bem. – garantiu ele.] – Tudo bem – garantiu. (66); uma pensão barata.] barata. Alugámos um quarto cada um. (66)

14. – Os que se ouvem] – Os que os ouvem (80).

15. Tu és claro de mais para o meu gosto. Para o meu gosto desta época, é evidente.] Tu és claro de mais para o meu gosto. (82)

16. Eu tinha muito cedo de] medo de (86). Gralha evidente.

17. Lá fora, a escuridão] Cá fora, a escuridão (89); e uma jovem mulher bordados a pedraria] mulher ricamente vestida com uma saia e um corpete bordados a pedraria (90-91). Queda de linha na primeira composição; – Não viesse à procura] Não vieste à procura (91).

19. pedaços de tecido e coisas como] e coisas secas como (97).

21. – Que andas que nem um doido em busca pela Europa] em busca dela pela Europa (107).

22. Maruja escolheu uma das mesas, cumprimentou com um aceso e empregado.] com um aceno o empregado. (111)

23. depois emancipara-se em boa hora] emancipara-se; em boa hora (113).

24. que figurava, achei,] que figuravam, achei, (118).

27. arrepanhou-me a pele num arrepio.] a pele. (131); a traço grosso os pormenores] grosso pormenores (134); E os lugares] E dos lugares (134).

28. Tinhas os olhos inchados e olheirentos,] Tinha os olhos inchados e cinzentos, (135); Dois aloendros com as suas folhas cinzentas] folhas rugosas (136); um átrio redondo e cheio de tunelzinhos] tuneisinhos (138).

29. Mas os olhos de Cindy cintilavam no escuro passando com a regularidade de um mecanismo de ecrã para o gesto dos meus dedos quando eles empurravam o ponteiro.] passando, com a regularidade de um maquinismo, do ecrã (140).

33. – O que há de excitante é o acto do corte. Essa é a fenda erótica de que falava o Barthes. O instante da ruptura. É a passagem não a permanência.] – – O que há de excitante é a passagem, não a permanência. (157); Fazia um mau agoiro, mas felizmente não lhe fui sensível. Ficara estupefacto por ouvir a Maruja citar Barthes. Lera-o? Compreendera-o? Decorara-o? Eu nunca ouvira ler nem sequer um jornal. // – Oh, é apenas uma citação – esclareceu Maruja. Hoje não és ninguém se não tiveres no bolso uma citaçãozinha... São fáceis de arranjar. Podem até apanhar-se a cão nalguma enciclopédia, lá diz o "Moura Seco" do Aquilino... Oh, é apenas outra citação!... // Rimos, e eu comecei a serenar.] Fazia um mau agoiro, mas riu-se da ideia e aí comecei a serenar. (157); Achei conveniente resistir um pouquinho a tão grande atracção:] resistir um pouquinho: (158); a dar a volta ao mundo, fui comprar uma resma de papel e escolhi para título aquela "Fenda Erótica"...] ao mundo e comprei uma resma de papel. (158); Não foi um êxito por aí além.] A primeira edição de "A Fenda Erótica" não foi um êxito por aí além. (158); Ganho muito dinheiro, claro está.] Mas divirto-me muito e ganho bom dinheiro. (158); De vez em quando a Cindy vai fazer um trabalho. Depois volta. Leva o anel de Antar] um trabalho. Coisas misteriosas, pistas e protecções, becos e alto mundo. Sai-se bem. Volta sempre. // Para cada surtida leva o anel de Antar (158-159).

2. Descendências

O êxito do folhetim foi aproveitado pelo cinema: nasceu, assim, o folhetim-cinema, «divisé en *épisodes* dont les scènes sont projetées sur l'écran au fur et à mesure de leur publication dans le journal. *Les mystères de New York* furent le premier *feuilleton-cinéma* paru en France, en 1915.»[95] Em Portugal, *A Chave Mestra* estreou-se, simultaneamente, no

[95] Paul Augé (sous la direction de), *Larousse du XX^e Siècle*, tome troisième, Paris, Larousse, 1930 : 469. Lise Queffélec, *Le Roman-Feuilleton Français au XIX^e Siècle*, cit.: 115, especifica: «Ce fut en 1915 que naquit en France, à l'imitation des serials américains, le 'film-feuilleton': il sortait sur les écrans en épisodes hebdomadaires, qui étaient publiés, simultanément, en feuilletons quotidiens dans un grand journal. C'est Pierre Decourcelle qui fut chargé d'adapter ainsi, dans *Le Matin*, *Les mystères de New York*, rassemblant 22 épisodes choisis par Pathé Frères dans plusieurs *serials* améri-

écran do Olympia e n'*A Capital* / Diário Republicano da Noite (14-II--1916), aqui, como "Sensacional romance cinematographico". *O Mistério da Rua Saraiva de Carvalho*, folhetim de Reinaldo Ferreira, argumentou o filme em episódios *O Homem dos Olhos Tortos* (1918), de Leitão de Barros.

Filme em episódios, o *serial* preocupava-se com a acção e muita fantasia, tudo suspenso no angustioso momento designado por *cliffhanger*. Algumas sagas fílmicas modernas, tipo *Indiana Jones*, inspiram-se nesse sobressalto receptivo[96]. As cine-novelas – adaptação, muito resumida, daqueles sucessos, deles incluindo as fotografias mais fortes – – potenciam, também, o foto-romance [Itália, 1947; França, 1949], de discurso e fotogramas originais. A narração figurativa moderna, contudo, servindo-se do papel como suporte, inicia-se em 1827. É a banda desenhada *Monsieur Vieux-bois*, do suíço Rodolphe Töpffer[97], que se lembra das bolhas, aceno primeiro de uma arte da elipse.

---

cains. La publication/parution de ce film-feuilleton dura du 27 novembre 1915 au 28 avril 1916; il eut un succès populaire énorme et devint le film fétiche des surréalistes.» Não é dito que tal se deve a Louis Feuillade – curioso apelido –, resposta da Gaumont ao *serial* americano de Louis Gasnier com Pearl White. Já em 1913, o produtor Léon Gaumont comprara a Pierre Souvestre e Marcel Allain os direitos dos romances sobre as aventuras de *Fantomas*, de que Feuillade tirou um cine-romance em cinco episódios de uma hora cada. *Cf.* Jacques Siclier, "Le chevalier du Bien", *Le Monde*, 4-X-1991. O *Lello Universal*, vol. I, s. d.: 1066, sob direcção de João Grave e Coelho Neto, acrescenta ao breve historial sobre o folhetim: «O sucesso do cinematógrapho levou os folhetinistas a uma adaptação nova do romance-folhetim: o *folhetim-cinematográphico*, dividido em episódios cujas scenas são projectadas à medida que se vão publicando no jornal.»

[96] É útil lembrar aqui U. Eco, "A inovação no serial", *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*, cit.: 145-169, cuja série de interrogações finais diz mais que muita opinião definitiva sobre a 'abertura' do fixo e do variável.

[97] Reeditado, com outros livros do autor, na Seuil (*cf.* "Töpffer, le charme d'un pionnier", *Le Monde des Livres*, 19-I-1996 : IX). Encontro este [Rodolfo] Töpffer [1799--1845], também escrito Toepffer, e seus "contos singelissimos" em Luiz Augusto Palmeirim, "A lareira", *Galeria de Figuras Portuguezas. A Poesia Popular nos Campos*, Porto / Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron – Editor, 1879: 20. Vítor Wladimiro Ferreira introduziu e anotou a 2.ª ed., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1989, omitindo, sem razão, dois "Quadros da vida militar", e, bem, "A poesia popular

Cerca de 1850, as célebres imagens de Epinal já funcionam como pranchas: esse tipo de grafismo, com o texto em baixo (a concatenação narrativa de sucesso, em França, dá-se em 1889, com a *Famille Fenouillard*, de Christophe, no *Petit Français Illustré*), percorre, ainda, o século XX, em especial a BD nacional dos anos 1910-1940 – por exemplo, o infantil *ABC-zinho* (Lisboa, 15-X-1921), na grande arte de Cottinelli Telmo, que jogava no '(Continua)'. A fonte moderna, alemã, dos 'comics' refere-se a Wilhelm Busch, com *Max und Moritz*, em 1859 no *Fliegende Blätter*. Entre nós, a linearização do movimento – sem texto – – é percebida por Rafael Bordalo Pinheiro nos *Episódios do Cotillon no Baile da Associação Naval* (1880)[98].

L'Arroseur arrosé (de facto, *Le Jardinier*, 1895), dos irmãos Lumière, é, afinal, a primeira adaptação de uma BD ao cinema. E ainda de Christophe (1889), que, no ano do nascimento do cinema, oferece o primeiro manual escolar segundo a respectiva arte: *Leçons de Choses en 650 Gravures* assenta em seis imagens por página, prancha-suporte hoje dominante[99].

nos campos", que, já na 1ª ed., é *appendice* no final, com paginação autónoma (p. 1-47; "A poesia nos campos" surgiu no *Archivo Pittoresco*, vol. VIII, 1865, n.º 18, 19, 22, 23, p. 138-140, 146-148, 174-176, 182-184). Útil bibliografia palmeirina com vista a trabalhos futuros. Töpffer reaparece em Bruno, *A Geração Nova*, cit.: 113 [cap. XI].

[98] A BD portuguesa de assunto literário resume-se a pouco. José Ruy, que também deriva para assuntos locais e identitários (*O Juiz de Soajo*, Lisboa, Editorial Notícias, 1996; Âncora Editora, 2014), é o seu principal fautor: *Auto da Índia / Farsa de Inês Pereira*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988; etc. Com desenhos de Luís Manuel Gaspar sobre *Terras do Demo*, há homenagem a Aquilino em *Ler*, nº 30, Primavera de 1993: 5, página que se estende a outros nas diversas edições. A revista *História* (Lisboa), desde o nº 97, Novembro de 1986, debruça-se largamente sobre a nossa BD nos séculos XIX e XX. De António Dias de Sousa, ver *Os* Comics *em Portugal. Uma História da Banda Desenhada*, revisão e actualização de Leonardo de Sá, Lisboa, Cotovia / Bedeteca de Lisboa, 1997. Iniciação geral, em Annie Baron-Carvais, *La Bande Dessinée*, col. Que sais-je?, Paris, PUF, 1985. Interesse crescente nota-se na década anterior – por exemplo, Michel Pierre, *La Bande Dessinée. Idéologies et Sociétés*, Paris, Larousse, 1976 –, com aplicações educativas. Entrada em revistas 'sérias' e um bom dossiê *Libération* – – Livres, 27-I-1994: François Rivière, "La BD à l'âge de Töpffer", mostra como este assegura «la transition entre la gravure et la narration graphique, suite d'images vite campées, soulignées d'un texte bref».

[99] Para outras, e mais impressivas, considerações, ver "La bande dessinée et son

Antes, ainda, do fulgor cinéfilo, com séries e minisséries, incluindo desenhos animados, que continuam a ocupar o melhor espaço das programações, interveio a explosão radiofónica.

«Sempre tivera curiosidade em saber que canetas fabricavam esses folhetins que entretinham as tardes da minha avó», escreve, no quinto parágrafo de *A Tia Julia e o Escrevedor*[100], Mario Vargas Llosa, cujo *alter-ego* Marito cai de espanto ao saber que os radioteatros eram comprados a peso e por telegrama: «Tu eras capaz de ler setenta quilos de papel?» (p. 7), pergunta-lhe Genaro-filho, da Rádio Pan-America.

A avó ouvia o das dez, almoçava com o das duas da tarde e, sempre agarrada à telefonia, questionava a ideia de cultura como só depositada em livros. Fantasmático, impunha-se, em estação concorrente, o boliviano Pedro Camacho, consagrado por noticiarista como «experiente guinista de imaginação tropical e palavra romântica, intrépido director sinfónico de radionovelas e versátil actor, ele próprio de voz adocicada» (p. 84).

Era, mais do que o Peru, uma civilização dos anos 50, também evocada por Gabriel García Márquez[101], levada à tela por Woody Allen em

discours", *Communications*, 24, 1976, Paris, Seuil; *Rendez-Vous en France* (Paris), n.º 4, Mars/Avril 1989 (inclui *dossier* sobre BD e bibliografia básica); Jacques Tramson, "Les adaptations de textes littéraires en bandes dessinées", *Europe* (Paris), nº 720, Avril 1989: 80-87; David Kunzle, *The History of the Comic Strip*, vol. 2, *The Nineteenth Century*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1990 [o 1.º vol., *The Early Comic Strip: Narrative Strips and Picture Stories in the European Broadsheet from c. 1450 to 1825*, é de 1973].

[100] *La Tía Julia y el Escribidor*, trad. de Cristina Rodriguez, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988. Com interesse para o seu regime de folhetim é Guy Scarpetta, "L'affolement du récit. A propos de *La Tante Julia et le Scribouillard*, de Mario Vargas Llosa", *La Règle du Jeu*, cit.: 89-105.

[101] Em *Viver para Contá-la*, trad. de Maria do Carmo Abreu, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, confessa, no meio de desaires: «A única coisa que me devolveu o sossego foram os amores contrariados de *El derecho de nacer*, o folhetim radiofónico de D. Félix B. Caignet, cujo impacto popular reviveu as minhas velhas ilusões com a literatura de lágrimas.» (p. 500) E, como tirocínio para a sua escrita: «O mais tentador dos seus temas de então [do doutor Villegas] tinha que ver com o romance *Se han cerrado los caminos*, da escritora barranquillera Olga Salcedo de Medina, que provocara um alvoroço mais social do que literário mas com escassos precedentes regionais. Inspirado

The Radio Days [*Os Dias da Rádio*] e homonimizada por John Amiel em *A Paixão de Júlia* (*Aunt Julia and the Scriptwriter*)[102]. Mais do que um debate sobre literatura e jornalismo – Marito estava ligado à informação –, é a história de uma aprendizagem literária (ainda só *escrevedora*) que envolve relação amorosa, como aquela parental.

Em primeira pessoa, o herói de Patrick Modiano, em *Vestiaire de l'Enfance*, diz desde as primeiras linhas a que se resume a sua vida:

> [...] l'écriture d'un interminable feuilleton radiophonique, *Les aventures de Louis XVII*. Comme les programmes ne changent guère à Radio-Mundial, je m'imagine au cours des prochaines années, ajoutant encore de nouveaux épisodes aux *Aventures de Louis XVII*. Voilà pour l'avenir[103].

Escrevendo em francês, nota como a sua tradução, simplificada, resulta em castelhano, e, sem particulares estados de alma, confessa quão fácil é debitar um novo episódio:

> Jai acheté un lot de vieux romans d'aventures français en solde [...] et j'en recopie des chapitres entiers. Ainsi ai-je réalisé ce rêve: ne plus écrire, mais recopier. (p. 71)

No caso português, só por distracção encontramos ecos desta mundividência[104]. Foram, no entanto, adaptadas algumas, e importantes,

pelo êxito de *El derecho de nacer*, que segui com crescente atenção durante todo o mês, pensara que estávmos na presença de um fenómeno popular que nós, os escritores, não podíamos ignorar. Sem mencionar sequer a dívida pendente, comentara-o com Villegas no meu regresso a Valledupar e ele propôs-me que escrevesse a adaptação com a malícia suficiente para triplicar o vasto auditório já preso pelo drama radiofónico de Félix B. Caignet. / Fiz a adaptação para a transmissão radiofónica numa clausura de duas semanas que me pareceram muito mais reveladoras do que previra, com medidas de diálogos, graus de intensidade e situações e tempos fugazes que não se pareciam em nada com o que escrevera antes. Com a minha inexperiência no diálogo – que continua a não ser o meu forte – a prova foi valiosa e agradeci-a mais pela aprendizagem do que pelo ganho.» (p. 501-502)

[102] *Cf.* crítica a este por M. S. Fonseca, *Expresso* – Cartaz, 31-VIII-1991: 12.

[103] Paris, Gallimard (Folio), 1989: 11.

[104] Jaime Rocha, "Stress", conto em *A Loucura Branca*, Lisboa, Livro Aberto, 1990:

obras à rádio: Alves Redol, com *Os Rios Negros*, 1988, ficou inacabado; em 45 episódios cada, subiram ao éter *A Escola do Paraíso* e *Seara de Vento*. Já em 1971-1972, *A Queda Dum Anjo*. Ainda: *Quando os Lobos Uivam*, *A Cidade e as Serras*, *Mau Tempo no Canal* (na Rádio Comercial, 1989), *O Último Cais* (na RDP1, 1993)...[105]

Este tipo de transcodificação, como se dá para o teatro radiofónico, é, todavia, muito diferente do puro folhetim radiofónico, o qual, não pondo de lado as acções secundárias, sobrevaloriza os diálogos, indiferente ao narrador ainda sobrevivo nas adaptações. O cimento entre episódios – em que se repete tradicionalmente a sequência final do anterior – é mais forte neste derivado que na matriz oitocentista, onde esse trabalho de memória se reforça, não raro, com dícticos, comentário, ironia romântica... É evidente, por fim, que o conceito de autoria se colectiviza no formato radiofónico.

Nos anos 50 e 60, não bastava, todavia, uma receita; exigia-se, sempre, contornar a censura oficial, entre outras. Assim, se se marcava distintamente o abismo entre bons e maus, urgia explicar estes pelo afastamento, ou indiferença, em relação à religião (católica, para o nosso contexto). Por norma, o 'mau', que triangulava uma relação amorosa – – fosse casado ou solteiro –, iria ter mau fim. Um dos melhores ingredientes, porém, há-de continuar a assentar em questões de relacionamento familiar (o tipo do pai tirano) e de identidade (o filho natural ou desconhecido).

Para a telenovela – que poderíamos designar segundo títulos de obras recentes que a analisam[106] – é possível um semelhante, e mais demorado, percurso. Eva Luna, protagonista desse título de Isabel Al-

97: «Almoçaram calados, com o rádio ligado num folhetim em que uma mulher casada havia assassinado o marido com um ferro eléctrico. O folhetim era todo à volta do julgamento da viúva.»

[105] Para outros informes atinentes à feitura de uma radionovela, *cf.* Maria Flor Pedroso, "Livros na rádio" [entrevista com Matos Maia], *Ler*, n.º 13, Inverno de 1991: 95-98. Sobre o país vizinho, ver Pedro Barea, *La Estirpe de Sautier (La Época Dorada de la Radionovela en España 1924-1964)*, Madrid, El País Aguilar, 1994.

[106] Por exemplo, *El Drama Televisivo*, de Milly Buonanno (Barcelona, Gedisa, 1999) ou *La Ficción Televisiva Popular*, de Mario García de Castro (Barcelona, Gedisa, 2002).

lende[107], vira entrar na sua vida Huberto Naranjo:

> – Não sabes nada dele. Com certeza está casado e pai de meia dúzia de criancinhas – resmungava Mimi.
> – Tens o cérebro estragado pelos folhetins. Nem todos são como o malandro da telenovela. (p. 167)

O guião da telenovela em curso vê-se registado, com todos os condimentos, na p. 183. Mimi, que representa a «malvada Alejandra, rival de Belinda, uma donzela cega que no final recuperaria a vista, como sempre acontece nestes casos para se casar com o galã», tem tirada soberba:

> – As telenovelas são uma questão de fé. É preciso acreditar e mais nada [...]. Se as começas a analisar retiras-lhes a magia e dás cabo delas.

Eva Luna entranha-se a tal ponto na história que a realidade se lhe impõe no espelho da imaginação – e conduz à pacificação interior. As realidades encaixam, como no processo diegético: escreve-se sobre quem escreve, vive-se sobre o que se imagina viver em imaginação... "Que significa portanto a telenovela?", perguntou-se há anos, em final de crónica, quem as olhava na silenciosa pantalha. E respondia:

> Ela significa antes de mais a permanência tenaz do imaginário que aí vai resistindo à expulsão de outros géneros e aí se impõe mais facilmente por falar à passividade. A própria sequência dos episódios vai buscar o exemplo aos folhetins do século passado, substituindo o 'continua' pelo 'cenas do próximo capítulo'. Ora o imaginário, se é uma exigência de todo o homem, é-o particularmente da sua parte elementar. Por isso esse homem elementar o vive como a própria 'realidade' e pode assim confundir um intérprete com a figura que interpretou[108].

Da conformação de alguns depoimentos, conclui-se que a telenovela é «una historia de amor con un final feliz». Como num jogo, esse

[107] *Eva Luna*, trad. de Carlos Martins Pereira, revisão literária de Maria Lúcia Garcia, Lisboa, Difel, 1988.

[108] Vergílio Ferreira, "Telenovela", *Expresso*, 17-IV-1981.

"*show* sentimental" vive de «peripecias y habilidades», seja, «es una reiteración, un estado de irritación sobre el telespectador, unas categorías que se compran y que el telespectador disfruta viendo cómo se cumplen allá, siempre y cuando se cumplan»[109]. Aquele sentimento, reconhecível pelo destinatário como um certo tipo de verdade, e ascendendo à categoria de espectáculo, desagua em magnificação e mito, com as suas identificações, recusas e projecções.

No domínio dos processos, a continuada deriva há-de desembocar na ordem por que, como a criança que insistentemente pede a mesma história, anelamos. A desordem causada pelo 'mal' – que, sedutor, perturba e estrutura a ficção – virá resolver-se em bondade, transparência e sólidos princípios morais, afinal só reconhecidos pela história no termo de doloroso processo. Sem a rima amor/dor era como se não houvesse argumento viável.

Os barómetros de popularidade e o *share* televisivo indicam as preferências dos espectadores. Jornais e revistas secundam, com entrevistas e resumos, esse envolvimento. Ocorrem seminários e debates sobre a matéria. Espaços de rodagem, como o Pantanal brasileiro, tornam-se lugares de culto e visita. Episódios televisivos são novelizados em livro. Disparam as receitas publicitárias nos grupos latino-americanos do audiovisual[110]. A planetarização do fenómeno é uma evidência (Angola, Itália, Rússia, Japão...). Em Portugal, tudo começa nos anos 70 do século XX. Os efeitos de *Gabriela, Cravo e Canela* vão das formas de sociabilidade, linguagem e teleonomástica à publicidade e criação de uma indústria nacional telenovelesca.

Em 16 de Novembro de 1977, quarta-feira, findavam na RTP1 130 episódios da primeira telenovela vista em Portugal, desde 16 de Maio, no horário nobre das 20,35h às 21, 15h, sensivelmente. O *Diário de Lisboa* desse dia denunciava, em manchete: "Tiraram 30 episódios à *Gabriela*". E considerava «estranho que a *Gabriela* fosse exibida na

[109] *El País* – Babelia, 26-X-1995: 4-5. Reynaldo González, que aqui assina texto frágil, escreveu sobre as rádio-telenovelas *Llorar Es Un Placer*, Havana, 1990.

[110] *Cf.* Jean-Louis Peytavin, "Télévision: la recette des Latinos", *Le Figaro*, 8-VI-1995: XVI.

íntegra num Brasil com um regime ditatorial e [...] truncada no democrático Portugal». A emissão original continha 135 episódios.

Sentiu-se a falta da «meia hora de fuga» diária convertida em «insólita unidade nacional», que os puristas criticaram pela intriga «inutilmente enrodilhada» e adaptação demasiado livre, pelo «molho sentimental trazido a primeiríssimo plano» e tantos «momentos muito explorados de faca e alguidar», com perda do «significado histórico e social»[111] dessa "Crônica de uma Cidade do Interior", como reza o subtítulo de *Gabriela Cravo e Canela*, multipremiada em 1958, com 20 mil exemplares esgotados em 15 dias. Reportagens na Imprensa brasileira mostravam como Gabriela conquistara Portugal; a acompanhar o frenesi derradeiro, *Le Figaro* de 13 de Novembro dizia tudo: «Eclipsant la crise qui secoue les partis politiques / Le feuilleton "Gabriela" paralyse le Portugal tous les soirs à 20h30". Francisco de Sá Carneiro acabava de se demitir da presidência do Partido Popular Democrático...

Ora, em 1977, não só voltavam muitos que no Brasil se tinham exilado, como regressava um autor benquisto por intelectuais, primeira razão para acorrerem ao pequeno ecrã, ainda inexistente em muitos lares nacionais. Além de a saga do cacau se ampliar na obra amadiana, *Gabriela*, em particular, trazia alegria (e uma inaudita sensualidade reforçada na protagonista), com novidade reconhecida pelo autor, enquanto marcando «o aparecimento do humor na minha obra»[112]. Victor Cunha Rego considerou *Gabriela* «útil durante os delírios do PREC»[113], enganando-se, em parte: de facto, com ela, inauguravam-se outros delírios.

No Brasil, a televisão vinha de 1950 e, desde 1963, passava uma hora de telenovela argentina em São Paulo e no Rio de Janeiro. Se, três anos depois, já se conseguem diálogos coloquiais, só em 1968 se conquista uma densidade psicológica e, nos anos 70, com a Rede Globo, se alcança a sátira social. *Gabriela*, de 1975, reúne essas características da

[111] Mário Dionísio, "Adeus, Gabriela ou quem defende as obras?", *Diário Popular* (Lisboa), 17-XI-1977.

[112] "Jorge Amado: 'Gabriela é mais importante que eu"', *A Tarde* (Salvador), 22-VIII-1988.

[113] "A virgindade e os pobres", *Semanário* (Lisboa), 1-II-1992.

chamada telenovela-alternativa[114], indo além das modalidades melodramática e exótica, que também exibe. Um bónus de erotismo compõe o ramalhete. Imagens ficam na retina; sons, no ouvido.

Um dos primeiros efeitos, e não só em Portugal, é que a atenção se volta para o Brasil, já não como solo de exílio ou emigração. Também de 1975, iremos conhecer *O Casarão*, e novos produtos – relevemos *Pantanal*, na defesa da causa ecológica, que leva o Presidente Mário Soares, em 1992, de visita a Mato Grosso –, os quais ensinam os nossos artistas, enfim capazes de abordar a prostituição na estreante *Vila Faia*, em 1982.

Centenas de actores e operários do filme passam a ter aí o seu ganha-pão. Há co-produções RTP/Globo, troca de experiências, de guionistas e artistas, embora os lusitanos não abrilhantem carnavais além-Atlântico, nem sejam recebidos com honras de Estado, como foi o patrão da Globo, Roberto Marinho, pelo Presidente Eanes.

Em 1992, as "Fórmulas 'telenovelescas' chamam a atenção da ONU", a qual discute com realizadores brasileiros, mexicanos, indianos, paquistaneses e filipinos «a forma de transformar aqueles produtos televisivos num meio de educação popular [...], sem prejuízo da sua vertente de divertimento»[115]. O folhetim de Oitocentos instruíra, ensinara comportamentos; nada de novo, pois, em processos e finalidade, com a diferença de que o nível de comunicação é cada vez mais global. A mesma ONU premiou, em 1995, 30 anos de «conteúdo social das séries da Globo»[116]. Na época, o Brasil vendia telenovelas a 56 países.

Gabriela origina novos quadros e atitudes familiares, e de género. A programação televisiva já não dispensa "A rotina da telenovela", ou «a monotonia do costume», que nem sempre tem um "perfil médio-baixo"[117], e nem é só vista por mulheres, numa relação de 60-40. O benefício da língua supre o analfabetismo de largas camadas incapazes de acompanhar legendagem.

[114] *Cf.* Samira Youssef Campedelli, *A Tele-Novela*, São Paulo, Editora Ática, ²2001: 33.

[115] *Diário de Notícias*, 25-VI-1992.

[116] *Expresso* – Viva, 18-III-1995.

[117] Ver J. L. R., no *Expresso*, 4-VII-1992.

Com os canais privados, vem a multiplicação dos pães, após o almoço, e, a exemplo do que já sucedia no Brasil, a guerra das audiências, que significa repartição do bolo publicitário. Em 1991, a RTP1 seduzia metade dos portugueses com outro Jorge Amado, *Tieta do Agreste*. No ano seguinte, no horário nobre das 20 às 22 horas, ainda sentava, «diariamente, frente a um televisor, 40 por cento dos portugueses", cobrando "mil contos por 20 segundos de 'spot' publicitário»[118]. Mas, em Janeiro de 1994, *Mandala* descia aos 24 por cento, ou 2 150 mil espectadores, o que significava perder um milhão e 400 mil, em relação ao mês homólogo, enquanto o *spot* de 20 segundos duplicava o preço[119]. Eram estas histórias de dinheiro e poder, sexo, sangue e política, que, na América latina de 1990, atraíam os grandes investimentos publicitários em televisão: bem mais no México (75 por cento) do que no Brasil, num modesto nono lugar (57,7 por cento)[120].

No outro pólo, temos "O mal que causa a telenovela" – parafraseando divertida crónica de Arnaldo Saraiva[121] em síntese sobre o ensaio "Telenovela: a ficção em teipe", de Décio Pignatari[122] –, mal que já causava muita novela nos séculos XVI e XVII, quando as leitoras se perdiam na realidade do coração e se deixavam raptar... As personagens tornaram-se nossas convivas, e, porque fisicamente identificáveis (o que não permitiam a rádio e jornais), subiram ao Olimpo dos dias, vivem nos altares da imaginação.

O risco é mesmo esse: escorregar das vidas íntimas e pessoais dos actores para as peripécias que eles mesmos protagonizam, e, a nível de espectador, da ficção para a mentira, arrastando ingénuos e consumindo quem julga ser consumidor.

No entretempo, formas de pertença alternam com as de posse. Do vocábulo 'telenovela' em título ou no corpo de artigo, para descrever eventos do quotidiano (políticos e económicos, sobretudo), à tele-

[118] Luís Pedro Nunes, "Audiências: a guerra anunciada", *Público*, 7-II-1992.
[119] *Cf.* José Matos Cristóvão, "Audiências em queda livre", *Sete* (Lisboa), 3-II-1994.
[120] *Le Figaro* (Paris), 8-VI-1995.
[121] *Jornal de Notícias*, 31-I-1987.
[122] *Signagem da Televisão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

onomástica[123], exigir-se-ia demora nuns tantos domínios sobressaltados pelo pós-*Gabriela*. Acresce a evidência de adaptação dos horários às reuniões supostamente familiares. Léxicos avulsos, para entendimento de certos falares, também surgem. Após *Tieta do Agreste*, com último episódio em 16 de Maio de 1991, impôs-se o então denominado "dialecto jorgeamadiano"[124]: para lá do nordestino "estar nos trinques" (e de vocábulos que a TV Globo teve de traduzir para telespectadores de outras regiões brasileiras), resistem «gírias cariocas do tipo 'valeu', 'bacana', 'podes crer' ou 'tamos nessa'», bem como o suspiro "ôxente" e a afirmação "de jeito nenhum". O correspondente da *Veja* (1-VI-1977) em Lisboa cedo ouviu na rua «expressões como "bichinho", ou elogios à forma "bonitinha" com que fala Diana Sfat, a "Zarolha" do cabaré Bataclan?. Vergílio Ferreira, que viu *Gabriela*, dizia ser «perturbante ouvir em diálogos correntes – sobretudo quando na província – expressões que escorreram das telenovelas como o 'tá legal' ou o 'é um barato'»[125]. Também as produzidas em Portugal vão criando os seus jargões. O próprio termo substitui, aqui e ali, 'folhetim'[126].

[123] *Cf.* Valentina Marcelino, "Teleonomástica / A família de Cátia Vanessa é portuguesa concerteza [*sic*]", *Expresso* – Viva, 29-I-1994.

[124] *Cf.* Moema Silva, "O dialecto jorgeamadiano no "horário nobre" da TV", *JL* – – *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 14-V-1991: 5.

[125] "Telenovela", *Expresso*, 17-IV-1981.

[126] José Pedro Barreto, "A telenovela", *Semanário*, 26-I-1991: 4, a propósito da maciça e repetida informação da CNN acerca do potencial bélico de Saddam Hussein, em vésperas de guerra do Golfo. Silva Costa, "Coitada da TV privada!?", *O Jornal*, 7-II-1992, apropriadamente: "A telenovela da TV privada chegou finalmente às cenas do último capítulo." "Crise para Collor de Mello / Telenovela familiar no palácio do Planalto", *Expresso*, 23-V-1992. Houve a telenovela Paulo Futre/Jesus Gil y Gil, a propósito da saída daquele do Atlético de Madrid (*Expresso* – Desporto, 23-I-1993: 4). António Eça de Queiroz, "Intriga em família", *Expresso*, 17-VII-1993, dá *superlead* que convoca *Dallas*: «Podia ser o capítulo da telenovela brasileira das oito, mas as intrigas familiares para o controlo da empresa têxtil Lameirinho é mais real, uma verdadeira saga familiar onde os desejos de vingança se concretizam, prejudicando em muitos aspectos a gestão da empresa». Carlos Albino, "Agora ou nunca", *Diário de Notícias*, 2-XII-1993: «A criação da comunidade lusófona não se pode arrastar como telenovela: [...].» Da infinidade de artigos sobre o assunto, relevo peças fortes na Revista do *Expresso*, 11-XI-1989, 25-IX-1993, 17-V-1999: 96-99.

Se o caso mais evidente de absorção está nos modismos linguísticos, juntemos o súbito comércio dos televisores que ainda não podem dar a cor originária, com prejuízo das salas de teatro e cinema, ou marcar encontros e reuniões fora da meia hora sagrada. Mais, e decisivo, nota a *Fôlha de São Paulo* (28-X-1977): «As mulheres estão soltando os cabelos e usando os vestidos que deixam as costas nuas», como Sônia Braga.

Impressiona a composição do cenário; e a vertigem verbal – com, na sua ocasional ausência, música pleonástica a quebrar o direito ao silêncio – encandeia-nos[127].

[127] Adriano Duarte Rodrigues inclui o folhetim entre os géneros narrativos, com os casos do dia, a informação geral e a reportagem, caracterizando-os do ponto de vista da mensagem, da conjunção accional, da intriga e da linguagem *massmediática*, concluindo pelo «poder invertido de adormecimento e de camuflagem do texto que tece os destinos das sociedades democráticas» por parte do quarto poder. Ver *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*, Lisboa, Editorial Vega, ^{2}s. d. [1980]: 84-86 [86]. Do mesmo, ver "A telenovela" e o subcapítulo "A serialidade", em *O Campo dos Media. Discursividade, Narratividade, Máquinas*, Lisboa, Editorial Vega, s. d. [1988]: 87-90 e 102-103. Aquela narrativização fez dizer a Gabriel García Márquez, *Viver para Contá-la*, cit.: 317, que «romance e reportagem são filhos de uma mesma mãe». A análise da recepção da telenovela brasileira, com proveitoso balanço bibliográfico, está em João Paulo Moreira, "Serões nos trópicos: para uma abordagem etnográfica da telenovela", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), n.º 39, Maio de 1994: 59-88 [já dera, na mesma revista, "Telenovelas: a propósito da cultura de massas", n.º 4-5, 1980: 47-85; outras referências suas, e alheias, em "Avatares da telenovela: para uma caracterização histórico-estrutural do género", em AA. VV., *Imagens e Reflexões. Actas...*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, s. d. (1999): 70-80; à frente, Jorge Paixão da Costa, "A telenovela: genealogias, discursos e modos de produção", p. 84-89]; Francisco Rui Cádima, "As telenovelas em Portugal – História e teoria do género", *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996: 33-57; Catarina Burnay, "A telenovela e o público: uma relação escondida", *Media & Jornalismo* (Lisboa), 6, Primavera/Verão de 2005: 95-110. Paradigmático, título de Carlos Reis, "Atracção fatal: sobre a telenovela como ilusão e verdade", *Discursos.* Estudos de Língua e Cultura Portuguesa, nº 10, Lisboa, Universidade Aberta, Maio de 1995: 25-41. Para as bodas de prata nacionais, há balanço de João Paulo Guerra no *Diário Económico* (Lisboa) de 29-IX-2006. De leitura fácil, e suficientemente informado sobre a história do género e bibliografia mínima, deve o leitor começar por Samira Youssef Campedelli, *A Telenovela*, São Paulo, Editora Ática, ^{2}2001.

Últimos efeitos destas décadas[128], temos o acompanhamento diário de cada episódio em revistas ligadas ao fenómeno telenovelesco, a reposição (entre 17 de Agosto de 1977 e 9 de Fevereiro de 1978, no 2.º Canal da RTP) e o *remake* (2012), a compactação, a passagem ao cinema e a transposição em quadradinhos de *Gabriela*, formas de repetição em *continuum*, que é um processo intrínseco a este fenómeno comunicacional, e ligado à sobrevivência do produto, sendo também essencial na familiarização com *uma certa verdade* desencadeada *ex machina*.

Verdade enganosa? Talvez. Mas quem pode negar a invenção de cada existência, que inspira os intermináveis acidentes deste género literário-televisivo?[129] A ficção continua.

Nesta família, seria injusto esquecer a fotonovela, mais próxima que a banda desenhada do argumento folhetinesco e, enquanto homenagem à arte fotográfica, a televisão possível, sob o reinado então devastador das ondas hertzianas. Conúbio da fotonovela com o jornal foi experimentado pel'*A Capital* ("Uma História de Província", desde Setembro de 1971) e *O Independente* (1-[IX-2006], "Um Amor em Portugal", 20--III-1992). Regressa em 2006[130].

Já depois do audiovisual, continua televisão dos pobres, ou suplemento de alma, sobretudo de leitoras. Pela impressiva memória que da fotonovela tenho na adolescência, não como leitor, mas devido à inscrição violenta dessas mulheres – protagonistas e receptoras de eleição –, e pelo indesmentível comércio, hoje, da novela sentimental (que, no domínio da informação, se traduz em revistas do coração), importa ver

[128] Para os 25 anos, há balanço em José Niza, "As bodas de prata de 'Gabriela"', *Visão* (Lisboa), 16-V-2002.

[129] Uma descrição do fenómeno *Gabriela* a partir, sobretudo, do *Diário de Lisboa* e do semanário *O Jornal* está em Isabel Ferin Cunha, "Aproximação à receção da ficção televisiva inspirada em Jorge Amado", no catálogo *Jorge Amado em Portugal*, com textos de Ernesto Rodrigues *et alii*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2012: 25--61. Resumi o meu trabalho "Os efeitos de *Gabriela* em Portugal", *Miscelânea* (Unesp, Assis, S. Paulo), v. 18, Jul.-Dez. de 2015: 145-154.

[130] Ver *Expresso* – Única, 4-XI-2006, sobre *Afinal Havia Outra*. Geral, *cf.* Serge Saint-Michel, *Le Roman-Photo*, Paris, Librairie Larousse, 1979. Este aparece, em França, em 1949.

como se acrescenta à descendência e, desde o folhetim, se mantém, industrialmente, tal gestação. Ou seja: como vender a leitoras (maioria decisiva já interpelada no decurso da anedota) histórias em que mulheres de algum modo pontificam? Como, em última instância, fabricar certos *best-sellers*?

Destinatárias selectas desde o tempo em que a alfabetização, mormente feminina, era miragem, as mulheres são as primeiras auditoras e, hoje, as devoradoras de ficções em percentagens imbatíveis[131]. Trata-se, na sua expressão máxima, de um reino maravilhoso pontuado por séries, colecções e nomes quase sempre femininos (ou travestidos) que assinam centenares de títulos e milhões de exemplares, longe da pupila universitária ou de cânones circunstanciais.

Magali, Delly[132], Max du Veuzit[133], Guy des Cars, Mary Love (=Alice Ogando) e Odette de Saint-Maurice – figuras maiores da Colecção Azul na Romano Torres, a par de uma Biblioteca dos Rapazes – – alimentaram, antes e após a Segunda Guerra Mundial, longos sussurros do coração num registo sentimental inclinado ao efeito e à evasão, segundo processos identitários simples e aceitáveis lugares-comuns. Em épocas mornas, ou sem saída, a função pouco se altera; interessa a atmosfera que docemente se instala, evolua o tratamento dos temas ou alerte-se para novas conquistas do sexo. No campo literário, como sintoma de algo bem mais grave, não sairemos do que, um dia, designei por impasse[134], quando pretendi iluminar certo país; mas, agora, é tempo de verificações e não de juízos.

Velhas damas inglesas são, neste jogo, mestras de emoções a rodos. Os seus depoimentos, cruéis, dizem a mesma frieza com que manipulam

[131] Há estudos pontuais do género "Pourquoi les femmes lisent plus que les hommes", *Lire* (Paris), n.º 234, Avril 1995: 48-57, que não satisfazem. Valem pelas estatísticas.

[132] Que tenha visto, Delly – nome dos irmãos Marie Petitjean de La Rosière (1875--1947) e Frédéric (1875-1949) – apareceu com a órfã *Myrto*, tradução de Maria de Ornelas, no folhetim do *Jornal da Madeira* (Funchal), a partir de 25-XI-1923.

[133] O seu *John, o Chauffeur Russo*, tinha 6.ª ed. em 1946. *Cf.* José-Augusto França, *O "Ano XX". Lisboa 1946. Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, INCM, 2012: 228.

[134] *Cf.* "Impasse" [1979], *A Flor e a Morte*, Lisboa, Bico d'Obra, 1983: 123-157 [123].

empatias. Catherine Cookson vive o patético das situações que engendra[135]; Barbara Cartland envaidece-se ainda quando se culpa[136]. Autora tão 'séria' como Adelaide García Morales explica-as – sem ser questão delas – quando lhe perguntam a razão de o público leitor ser basicamente feminino: «No sé muy bien. Puede que las mujeres tengamos más tendencia a vivir un mundo de ficción. Tenemos más necesidad de ensueño.»[137]

Talvez. Pelo sim, pelo não, o amor como objectivo, que desemboca no inelutável fim feliz, fia quaisquer tramas. Os editores, se exigem este 'romanesco' – eterno –, já pedem, todavia, aos seus autores, ou aos 'negros' da casa, extrapolações que estilhaçam quadros temáticos e espaços tendencialmente exóticos[138]. O ar do tempo – efémero, mas actual, no

[135] «Quando je dicte, je ne récite pas simplement mon texte: je le joue. Je pleure, je ris, je pousse des hurlements, parfois même, et c'est d'ailleurs pour moi le plus difficile, je... fais l'amour! Si je ne m'imprègne pas, d'abord, des émotions que je veux partager avec mes lecteurs, je sais que le livre n'avancera pas.» *Le Monde* – Dimanche, 8-III--1981: VII.

[136] "La separación de Diana es culpa mía", titula *El País*, 19-XII-1992. Mãe da madrasta de Diana Spencer, asseverou a *The Daily Telegraph* que a futura princesa de Gales devorou os seus livros, «en los cuales todo el mundo vive felizmente hasta el final» e onde os homens, altos e arrebatadores, "irradian devoción y admiración por sus mujeres". Ora, face a *outro* príncipe, e à ruína de um imaginário cedo desfeito, depressa a jovem de 19 anos deu de si através da sobreviva bulimia...

[137] *El País* – Babelia, 12-III-1994: 11. Esta resposta surge quando publica *Las Mujeres de Héctor* (Barcelona, Anagrama, 1994), ou «la incapacidad masculina de amar». A capacidade feminina de amar é que alicerça o romance também dito cor-de-rosa.

[138] «[...] l'ambition, la volonté de réussite, la recherche d'identité, les rapports mère fille, les difficultés familiales, la rivalité ou la solidarité féminine, la lutte de l'héroïne contre un milieu ou un environnement hostiles, voire contre le destin et surtout l'argent, deviennent des ressorts dramatiques aussi importants que le son élément romanesque. En outre, la cadre historique ou géographique repose toujours sur une excellente documentation, très fouillée, très précise. Même les modes sont répertoriées et toutes les marques de vêtements chic et chère, en vogue à l'époque concernée, ou encore les restaurants, les bars, les boîtes où il faut être vu sont largement citées.» Martine Silber, "La littérature du cœur dans tous ses états d'âme", *Le Monde*-Poche, 24-VI-1995 : XV. *Cf.*, ainda, nesta cronologia descendente, Juliette Raabe, "Ce roman que l'on dit rose", *Magazine Littéraire*, nº 331, Avril 1995 : 60-64; Rosa Pereda, "'Nadie podrá contra nuestro amor"', *El País* – Babelia, 2-X-1993 : 12. Antes, Clara Pinto Correia, "'Não sou digno do teu amor"', *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30-VIII-1983: 4-5,

que isso tem de preciosa documentação – invade estes paraísos, onde só redobram cuidados quando se trata de cenas eróticas, explícitas nos Estados Unidos e até na Inglaterra, diluídas ou adaptadas no continente europeu, que prefere um erotismo camuflado pasto da imaginação às descrições clínicas.

É neste ponto de uma nova imagem da mulher, fértil em solavancos, que algumas se questionam, incompatibilizam e reflectem sobre a narrativização daquela na telenovela e no folhetim. Face à audiência maioritariamente feminina e à *exploração*, a vários níveis, da imagem da mulher, flagrante em *Gabriela*, tem-se olhado ao *medium* e suas mensagens, e como aproveitá-los.

Marina Subirats, directora do Instituto de la Mujer (no Ministério dos Assuntos Sociais), considera: «El culebrón maltrata la imagen de la mujer. [...] Creo que hay que actualizarlo.» E teme que influa seriamente nas espectadoras:

> Ofrecen modelos de relaciones muy antiguos (la dominación del hombre, la mujer en casa con la pata quebrada...), como si aún tuvieran que ser así. La mujer tiene que ser novia, amante o esposa, y ama de casa. No sale la mujer independiente que trabaja, que es libre...[139]

Sibilina, sem lembrar que o género se actualizou bastante na longa passagem do foto-romance à telenovela, Trinidad de León-Sotelo duvida que as livres e independentes se deixem fragilizar face a tanto poder; responsabiliza aquele Instituto pela aculturação das demais; e teme que, na guerrilha de denúncia sem cumplicidades sérias («lograr, por ejemplo, que las mujeres que escriben culebrones transformen sus contenidos»), se favoreça «un chiste celebrando el integrismo feminista»[140].

fabricara história com momentos de Delly, Max du Veuzit, Corín Tellado, etc.

[139] *ABC*, 6-I-1995: 63.

[140] "Integrismo feminista", *ibid*., 17-II-1995: 30.

… E talvez com razão, a avaliar por tese de Assumpta Roura[141]: evitando «estabelecer la fácil comparación entre el folletín del siglo XIX y la telenovela actual, pues en aquél se dan propuestas emancipadoras para la mujer que muy dificilmente encontraremos en el 'culebrón'» [discordo, quanto a este], a autora defende «su origen formal en las filmaciones pornográficas», o que bem merece um sobressalto. Assim: «En la misma forma en que el género pornográfico masculino está pensado para focalizar la excitación sexual de sus participantes […] el culebrón focaliza […] las pasiones femeninas y nos documenta acerca de las mismas.»

De inútil, ou espúria, há uma comparação, que mais parece *pendant* maniqueísta às paixões masculinas, que se resolveriam, afinal, em pornografia. Eis um olhar integralista. Não impeça, todavia, de, aceitando a razão emancipadora do folhetim, corroborarmos esta especial focalização, na linha da foto e radionovela e da ficção cor-de-rosa.

3. *Continua*

A magia do folhetim afirmou-se após 1993, quando suspendi o essencial do rastreio. Mas continuei a recolher sinais dessa quotidiana ressurreição em todos os domínios da vida que nos cerca, até ao policial *Escrevam-me a Dizer Quem Foi ao Meu Funeral*, por Celso Filipe, nas sextas-feiras de 2014 no *Jornal de Negócios*, e já significativo balanço de 2013, na revista *Visão* (12-IX: 70-71), intitulando "A guerra das novelas" este retrato do país mediático (e, já agora, o mau português): «Todos os dias as televisões generalistas emitem 13 horas de telenovelas. Não admira: é sobretudo com elas que se ganha ou perde audiências.»

Podíamos recomeçar essa história com certo «folhetim da distrital de Lisboa do PSD»[142]. Outros existiram: aquele «folhetim será-

[141] Em *Telenovelas, Pasiones de Mujer*, Barcelona, Gedisa, 1993, aqui segundo recensão do *ABC* – Cultural, 30-IV-1993.

[142] Carneiro Jacinto, "Folhetim", *Tal & Qual*, 7-I-1994: 7.

-que-Moniz-vai-sair-da-RTP», pedindo-se que não decidisse logo, «acabando, abruptamente, com este emocionante folhetim que ainda tem tanto a oferecer»[143]; também "O folhetim Totta/Banesto não pára de surpreender com novas e sensacionais revelações."[144], tal como "O folhetim do gás natural"[145], em que os terrenos de espantados proprietários eram invadidos sem mais aquelas.

> O já longo folhetim que se alimenta das aventuras e desventuras da rede pública de educação pré-escolar parece cada vez mais perto do fim. Mas, tal como os folhetins da variedade televisiva, é sempre possível que o final se arraste indefinidamente ou mesmo escolher entre vários finais diferentes. [...] Mas é assim que funcionam os folhetins intermináveis: mantendo o 'suspense' até ao final[146].
>
> O folhetim da ponte [sobre o Tejo] vai andando, mas os episódios são rodados noutros estúdios[147].

... E, claro, permanecem na memória dos que, sobretudo, por lá passam. Anualmente, os trabalhadores estão dependentes do «folhetim da concertação social»[148] e, a espaços, ouvimos falar do "Folhetim TSF Cooperativa"...[149]

Revemos colunistas mais em vista, desvãos obscuros e intérminos, alguns com peso na bolsa do contribuinte, personagens e acontecimentos secundários ou de primeira água, a força dos títulos e as variantes lexicais.

Por Fevereiro-Março, os Jogos Olímpicos de Inverno foram dominados pela rivalidade e agressões entre duas patinadoras americanas, que

[143] Constança Cunha e Sá, *O Independente*, 11-II-1994: 22.

[144] Luís Marques, "Ingénuos 'ma non troppo"', *Expresso*-Privado, 12-II-1994: 5. Ver, também, *Público* – Magazine, 5-III-1994: 70.

[145] Nicolau Santos, *Expresso* – Economia, 5-IV-1994: 16.

[146] António Eduardo Marques, "O folhetim", *Público*, 13-VII-1994: 3.

[147] *Expresso*, 1-X-1994: 14.

[148] David Lopes Ramos, *Público*, 15-X-1994: 20.

[149] *Ibid*., 10-XII-1994: 18.

deliciaram a Imprensa estrangeira[150]. Refrescaram-nos as séries de Verão e comprazemo-nos com o livro e filme *Como Água para Chocolate*, de Laura Esquivel, um bem visto "folletín gastronómico[151], já depois daquele soberbo "folletón"[152] rodado por Martin Scorsese (1993), *The Age of Innocence* [1920; *A Idade da Inocência*], ambientado em 1870, segundo Edith Warthon.

Títulos recentes, *Évora e o Mais* (n.º 6, Jan.-Fev. de 1995) e *ABC* (Algés, 16-VI-1995) surgiram com espaço para o género. A vida política era dominada pelo primeiro-ministro: «Termina hoje a telenovela "Tabu". [...] // [...] Mas nem as revistas da especialidade conseguiram desvendar o desfecho final. 'Suspense' até ao último minuto!»[153]

Já a formação do Executivo do novo primeiro-ministro, António Guterres, teve picante suficiente para esta 'manchete': "Governo: acabou o folhetim."[154]

A saga prosseguiria na constituição da equipa da Caixa Geral de Depósitos, em que certo socialista propondo nome de João Salgueiro para a respectiva presidência se vê preterido na sonhada vice-presidência, com movimentos logo desagradados da militância partidária: «Resta pois aguardar o desfecho deste folhetim para sabermos que 'mossas' provocará este 'ziguezague' de nomeações.»[155]

No penúltimo dia do ano, Diana Andringa lembra como a BBC celebrou os 35 anos do folhetim televisivo *Coronation Street* e uma recensão de *El País* torna o vocábulo titular[156].

Como se isto ainda fosse pouco, assistimos, pela participação por vezes quase instantânea do destinatário, a uma reconversão deste, que

[150] *ABC* (Madrid), 25-II-1994 : 103; *Le Monde*, 18-III-1994: 12; *Le Figaro*, 18-III-1994: 36.

[151] *Delibros* (Madrid), Marzo 1994: 65.

[152] Jorge Berlanga, *ABC*, 18-II-1994: 99.

[153] Jorge Wemans, "Um palco para um homem só" [Cavaco Silva], *Público*, 23-I-1995: 3.

[154] *Público*, 25-X-1995: 1.

[155] Paulo Matos, "Oh Almeida!", *O Independente* – Dinheiro, 29-XII-1995: 3.

[156] "Antes do adeus", *Público*, 30-XII-1995: 15; "El folletín disfrazado de Palliser", *El País* – Babelia, 30-XII-1995: 13.

ora assume, em espaços de opinião, esse mesmo discurso, ora adivinha, sugere e vota sequências e desenlaces narrativos. Mais não se faz, com este tipo de pulverização opinativa (para lá de uma suposta participação democrática a todos os níveis), o que a edição americana – próxima de leis do maior número, contíguas à indústria cinematográfica – há muito pratica: vários finais de encomenda, em que se esbate o espaço da autoria individual.

O texto por encomenda recoloca a questão dos primórdios do folhetim: como dar saída a tanta procura, se não se constituir equipa, naturalmente hierarquizada ou sucessiva? Em leitura final deste trabalho, saúdo, por isso, o jornal macaense *Ponto Final*, publicando, de segunda a sexta (não sai ao fim-de-semana), um capítulo de cada um dos cinco romances encomendados a cinco reconhecidos autores[157]. É evidente que, no século XIX, o universo lusitano – amolecido, imitador e pirata – – resolveu menos mal as coisas: plagiou-se e traduziu sem descanso, fosse para evitar despesas, ou não tolher a habituação à droga estrangeira. No frenesi de pseudónimos e semi-heterónimos de alguns ficou, todavia, denunciada função comum às grandes empresas folhetinárias: a importância de outros escreventes, esses que esboçavam ou escreviam, mesmo, obras que outros assinavam. Os 'negros' (com esse sentido desde 1757, segundo Paul Robert) são, hoje, cada vez mais precisados e menos conhecidos, tal o devorismo das máquinas de fabricar histórias e sonhos... No mínimo, fazem de *rewriters*, dão a cada argumento a dimensão e o tom editoriais. Cristalizam a *vox populi* ao serviço do investidor, como no século passado se dizia para o proprietário de jornal.

Se pensarmos na transposição para a pantalha, sobram outras complicações. Vida e ficção atenuam fronteiras; complica-se a relação com a personagem, corporizada em seres com discurso próprio em páginas especializadas. A imperativa sondagem não se resolve, já, com o livre alvedrio de autor assediado pelo editor; agora, há técnicas e leva de argumentistas; há um actor com opinião, às vezes o seu empresário, a pressão da crítica, etc. A revolta das personagens era um efeito de retórica; a força e insubordinação dos actores é realidade. À luz desta, pôde

[157] *Expresso* – Actual, 14-II-2004: 4.

F. Fernán-Gómez concluir assim gostosa crónica:

> Ha nacido con este sistema un nuevo género literario, que no sé cómo podrá denominarse, en el que la vida privada de los actores y también su vida profesional, el éxito, el fracaso, los amoríos, las enfermedades, influyen semana a semana, o día a día, en el desarrollo de la historia y condicionan la sucesión de las peripecias y la evolución de los caracteres[158].

A ligação do romance oitocentista, no seu pleno fulgor, ao folhetim é indesmentível. Se Dumas e Paul Féval protagonizam a linha 'de capa e espada' – e o inevitável Ponson, a quem se deve tal designação, por força do seu *La Cape et l'Epée* (em *L'Assemblée Nationale*, 1855--1856) –, outros, como Sue, Balzac e Victor Hugo, apostam em reivindicações de vasto alcance social, filosófico, político e económico. É nesta segunda linha que, mal ou bem, entram os portugueses. Umberto Eco prefere falar em três fases na evolução do romance popular: democrática (Sue, Dumas...), conservadora (Ponson du Terrail) e reaccionária (modelada pelo nacionalismo sem escrúpulos de Arsène Lupin)[159]. Robin Chapman analisará o *Quixote* enquanto "une série de nouvelles que Cervantès appelle des chapitres", qual folhetim televisivo, em que o próprio autor, também editor / leitor público da sua obra, é peça decisiva[160].

O nascimento, via folhetim, de vários géneros populares é do mesmo pé incontornável – e, se não for sujeito a discriminações, em muito pode melhorar a nossa relação com a leitura, já entretanto embaratecida e ao dispor do grande público em locais de fácil acesso, do hipermercado ao quiosque e à entrega domiciliária, em que de novo se assiste à serialização e 'suspense' contidos no mecanismo do fascículo. O jornalivro – livro integral em forma de suplemento de jornal, iniciativa de grandes órgãos hispânico-americanos, entre nós no *Diário de Notícias* – – foi um casamento de conveniência, substituído pela oferta do livro tradicional. O êxito das fórmulas folhetinescas, quando ligado à imagem

[158] "Nuevo género literario", *El País Semanal*, 24-VI-1989: 4.

[159] *De Superhomme au Surhomme*, Paris, Grasset, 1993. Aproveito recensão de Denis Slakta, "Eco et Superman", *Le Monde des Livres*, 12-XI-1993: 23.

[160] "L'humour de Sancho", *Magazine Littéraire*, n.º 358, octobre 1997 : 46.

(fotonovela, banda desenhada), ao som (radionovela; menos na efémera experiência do audiolivro, tentada por Publicações Dom Quixote / Círculo de Leitores[161]) e ao audiovisual (telenovela), corrobora essa feliz derivação[162]. Esta cadeia relacional, omniparticipativa e reinventada em cada milésimo de segundo, é já possível na escrita interactiva, com estes efeitos: um, útil, a instabilidade ou incerteza da anedota, e, dois, a eventual pobreza de linguagem, se emergente de idioma único. Tal hipótese

[161] Quatro edições: José Cardoso Pires, *O Delfim*, em quatro cassetes, lido por Luís Lucas, 1988; Adolfo Coelho, *Contos Populares Portugueses*, três cassetes e livro, lido por Alda Rodrigues, 1988; Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*, quatro cassetes, lido por Luís Miguel Cintra, 1989; Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, selecção em quatro cassetes, lido por Luís Lima Barreto, 1989.

[162] Horacio Vázquez Rial, "La novela popular", *El País* – Babelia, 25-IX-1993: 14--15 [15], faz esse balanço: «Del folletín derivaron varios géneros populares. Ponson du Terrail (1820-1871), al crear a Rocambole, abrió la puerta a una serie de ladrones elegantes y justicieros que han superado holgadamente la prueba del tiempo: el Raffles (1899), de Ernst Hornung, el Arsenio Lupin (1907), de Maurice Leblanc, y el Fantomas (1911), de Marcel Allain y Pierre Souvestre. Nick Carter nació en 1884, en las páginas del *New York Weekly*, y Sherlock Holmes en 1891, en las del *Strand Magazine*, iniciando la narrativa policial. [Para outros, tal deve-se a Poe, de resto também passado em letra de Imprensa.] En el *Strand* publicaba también Sheridan le Fanu, H. P. Lovecraft lo hacía en *Weird Tales*, y August Derleth en *Amazing Stories*: de ellos procede la moderna literatura de terror americana. [H. P. Lovecraft fala de *Supernatural Horror in Literature* – em *Dagon and Other Macabre Tales* –, revisão excelente da matéria, traduzida em castelhano como *El Horror en la Literatura*, Madrid, Alanza Editorial, 1984.] // Eminentemente populares son las novelas de aventuras, y su historia está igualmente ligada a la de la prensa. Julio Verne (1825-1905) dio lo mejor de sí en una mezcla de aventuras geográficas con anticipación, en cuya vertiente fantástico-filosófica descolló H. G. Wells. Maine Reid (*Los cazadores de cabelleras*, 1851) y Gustave Aymard (*Los tramperos de Arkansas*, 1859) fundaron la literatura de frontera que, en la década de 1920, cultivó Zane Grey. Henry Rider Haggard publicó en 1885 *Las minas del rey Salomón*, inaugurando la exitosa serie de Alan Quatermain y la peripecia africana, a la cual, en 1912, dio nueva dimensión Edgard Rice Burroughs con su *Tarzán de los monos*, impreso en la revista *All Story*. El nombre de Percival Christopher Wren, autor influido por el Kipling anterior a la gran guerra, está definitivamente asociado, sobre todo a partir de 1924, año en que dio a conocer *Beau geste*, a la novela de legionarios y al heroísmo colonial. Absolutamente opuesta era la visión del mundo de Emilio Salgari (1863-1911), a quien cabe considerar el primer escritor anticolonialista y el primer europeo capaz de crear un héroe no blanco (Sandokán), enfrentando a un villano británico.»

deixa a perder de vista o que, ainda há pouco, era novidade absoluta: um *best-seller* escrito parcialmente por computador[163]. *Para* telemóvel, em forma de *sms*, há literatura – microcontos, sobretudo – desde 2004.

O sonho do maior número, e o que isso significa de estandardização, mantém-se, pois, motivação primeira, na persistente incompletude – de destinatário caótico, de história interminável, num assento fragmentar. Por algum raro milagre, a poesia joga-se na página sob epígrafe de 'folhetim'[164]. O respectivo formulário, que aproveita ao guionismo[165] e

[163] Trata-se de *Just this Once*, «una novela romántica que pretende convertirse en el primer best-seller escrito por un ordenador Apple Macintosh que atiende por el nombre de Hal. Scott French, su programador, la ha equipado con un potente *software* de inteligencia artificial y con miles de reglas y fórmulas estándar sacadas de las obras de Jacqueline Susann. French se pasó ocho años programando a Hal con un metódico análisis de los éxitos de Susann (*El valle de las muñecas* [1966] y *Con una vez no basta* [1973]) y el resultado es 'una novela escrita por un computador programado para pensar como un escritor de éxito', según se lee en la solapa del libro. La realidad, no obstante, es algo más matizada: una cuarta parte del texto fue realizada por el programador, otra cuarta parte por Hal y el resto en colaboración entre hombre y máquina.» "Pasión de máquina", *Cambio 16* (Madrid), 2-VIII-1993: 12-13. Na Primavera de 1997, já líamos, digital, "J'ai les moyens de le faire parler", condensação de original de Avril de la Chevrière. John Updike inaugurou e concluiu, entre Julho e Setembro de 1997, um "giallo colletivo" (*La Repubblica*, 16-IX) que foi evoluindo com propostas dos que se ligavam ao endereço http://www.amazon.com. A mesma diligência em Francisco José Viegas, com "Um crime na Exposição" (em volume, Porto, Edições Asa, 2001), em que, retomando personagens de outros romances seus, incitava os leitores a discutir «a evolução do enredo» no seu *e-mail*, colaboração ficcional retomada em *Os Surfistas* (2001), de Rui Zink. Já no *Facebook*, desde 2004 com redobrada intervenção leitoral, damos primazia a Teresa Martins Marques, 28 sábados em 2012-2013 com *A Mulher Que Venceu D. Juan*, entretanto em volume. Eis o regresso ao escritório de Sue. Na *rede*, entretanto, podemos encontrar folhetins; parte deste trabalho, aliás, foi aí colocado. No pretexto de Porto, Capital da Cultura 2001, o mesmo Viegas deu aos sábados do *Jornal de Notícias*, durante seis meses, a começar em 2-XII-2000, "Um crime capital".

[164] Caso de Egito Gonçalves, *A Ferida Amável. Poema & Folhetim*, Porto, Campo das Letras, 2000, cujo segundo poema, "O Folhetim", ocupa da p. 23 à 42.

[165] Sobre os primeiros escritores de telenovelas em Portugal, ver *Diário de Notícias*, 3-X-1993: 25-27. Acessível e exemplar, útil, mesmo, para análise do nosso género – – sobre que não reflecte –, é Doc Comparato, *Da Criação ao Guião* [1993], Lisboa, Pergaminho, ^{2}1994. Tipifica os produtos televisivos (telenovela, série, minisérie, telefilme, comédia de situação [*sitcom*], docudrama) e, de modo prático, teoriza sobre o *plot* e as curvas dramáticas; o *suspense* de personagem e por incidentes; o tempo dramático e os

best-sellerismo em geral, podia ser sintetizado assim: um caso de actualidade, ou que para ela remeta – sendo matéria informativa, propicia debate ou *desejo de saber* –, tratado sob forma de história, preferencialmente de amor, com início, centro e queda. Povoada de personagens secundárias, com nomes completos e *únicos*[166], cristaliza o Amor e a Felicidade nos debates do Mal com o Bem, o desejo do Outro e a Morte (reduções principais: dinheiro, sexo, violência). A estratégia folhetinesca do Dom-Retenção (veja-se o policial) instila informação *inútil* – preciosa pelo enraizamento sociológico, mais evidente na telenovela[167] –, a qual, entre catarse ou júbilo e *frustração*, mantém o interesse nascido da *vicariance*[168] própria ao leitor.

Há uma técnica da frase inaugural e do ritmo sintáctico breve[169], verbos activos tendencialmente no presente, um estilo directo, salpicado por leis e jogos dos canais de comunicação, sobretudo televisivos[170].

problemas do diálogo; etc. O *Expresso* – Revista, 29-X-1988, já ensinara "Como se faz um argumento". Há um capítulo de Joaquin de Entrambasaguas, "Los elementos precinematicos en la literatura", *Filmoliteratura (Temas y Ensayos)*, Madrid, CSIC, 1954, em que estuda «evidentes presentimientos cinemáticos» (p. 65) no teatro espanhol do Século de Ouro.

[166] G. G. Márquez, *Viver para Contá-la*, cit.: 67: «Talvez me venha daí a firme crença de que os personagens dos meus romances não andam pelos seus próprios pés enquanto não têm um nome que se identifique com o seu modo de ser.»

[167] [Taller de Guión de] G. G. Márquez, *Cómo Se Cuenta Un Cuento*, Escuela International de Cine Y Televisón, San Antonio de los Baños, ^{3}2004: 155: «La técnica de la telenovela, en cambio, es diferente: no pasa nada, pero siempre se tiene la impresión de que algo está a punto de pasar. Por eso uno sigue ahí, esperando. . . »

[168] Sugestão bebida em Anne Fabre-Luce, "Aristote égal Guy des Cars", *La Quinzaine Littéraire* du 1^{er} au 31 août 1973: 6. Define *vicariance*: «activité mentale qui consiste à se mettre à la place d'un autre. (Le vicaire *remplace* le curé.)» (p. 8)

[169] Patricia Highsmith analisa esse e outros mecanismos em *Plotting and Writing Suspense Fiction* [*A Criação do Suspense*, trad. de Joaquim Castro, Lisboa, Relógio d'Água, 1987].

[170] As influências recíprocas são estudadas por José María Diez Borque, *Literatura y Cultura de Massas. Estudio de la Novela Subliteraria*, Madrid, Al-Borak, S. A. de Ediciones, 1972, cap. III. Esquece, desde logo, os cegos-folhetistas, como verdadeiros *mass media*, que a Imprensa circunscreverá às zonas rurais. No cap. IV, "La novela subliteraria: distintos géneros", inventaria as "novelas del circuito cultural más bajo" (p. 109): cor-de-rosa, fotonovela, folhetim, do Oeste, policial, de aventuras – inclui ro-

Evitar termos abstractos e complexos.

O destinatário, todavia, é caprichoso; o futuro, enigmático. E vêm surpresas agradáveis, na esteira deste *Mágico Folhetim*...

4. *E... Quem É o Autor Desse Crime?*

O título não é feliz, embora no espírito de uma curiosidade que move montanhas; o subtítulo é expressivo: pede a atenção dos poeticistas e requer louvor dos nacionais – *Il romanzo d'appendice in Portogallo dall'Ultimatum alla Repubblica (1890-1910)*[171]. O desenvolvimento do quadro histórico-ideológico, literário e jornalístico é soberbo.

Giorgio de Marchis abre com três quadras de Fernando Assis Pacheco, não bibliografado (p. 7; na p. 9, confundido com A. Ramos Rosa), em que nos interessa a rima 'paraliterário / receituário / parasitário': se isto remete para um geral entendimento sobre o folhetim, já, olhando melhor ao caso português, o ensaísta subverte o lugar-comum. Temos menos *roman-feuilleton* que folhetim-romance e outros tipos, como descrito neste meu volume, que o encorajou. Giorgio de Marchis aprofunda duas décadas que só minimamente exemplifiquei.

---

mance de espionagem, de agente secreto, de guerra, de aventuras espaciais –, de ficção científica e de terror. Analisa cada um, mas, ao chegar ao folhetim, descarta-se assim: «El folletín murió hace años y como mi planteamiento es estrictamente sincrónico, no me quitará espacio aquí.» (p. 113) Ainda o relaciona com a moda dos fascículos encadernáveis, mas é tudo – e é pena. Subliteratura? morto? porque não começar a história pela matriz? É a grande fraqueza de trabalho utilíssimo para a discussão da cultura de massas e para uma sociologia da produção e da recepção no quadrante de fala castelhana, exemplificada superiormente por Corín Tellado (cap. VI).

Violette Morin preenche essa falha, já com outras referências, tipo *Dallas*, em "Le présent actif dans le feuilleton télévisé", *Communications*, 39, 1984: 239-246, relacionando «ces feuilletons de papier, disons, *statiques*, [...] avec les feuilletons filmés, disons, *mobiles*, [...]». Porque não auditivos, se a radionovela *The Archer* vai para o ar desde 1951 na Grã-Bretanha?

[171] Recenseei esta obra em *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa), nova série, n.º 5, 2010: 153-156.

O proposto "panorama della letteratura apppendicistica edita in Portogallo" durante vinte anos, com antologia de excertos traduzidos (p. 285-321), assenta em três diários de Lisboa descritos num útil "Appendice" (p. 323-332): *Diário de Notícias*, *Diário Ilustrado*, *O Século*. Se o primeiro se quis "noticiário geral" desde 29-XII-1864, e se tornou muito cedo o terceiro jornal europeu em massa publicitária – inaugurando, entre nós, a comunicação de massas –, certo é que o seu proprietário (ao lado do redactor Eduardo Coelho) era impressor da Casa Real e foi nobilitado; o segundo apoiava João Franco e, depois, o seu Partido Regenerador-Liberal; o terceiro, abrindo em 4-I-1881, era republicano. Estes dois, contudo, só excepcionalmente ofereciam autores portugueses perdidos na chusma de franceses (das 293 obras nos três jornais, 156 são de autoria francesa; afora anónimos, só 54 são de portugueses); em contrapartida, não há como negar a importância dos três títulos e como as suas escolhas são significativas, ilustrando um sistema paraliterário que se mostrará uniforme.

O primeiro capítulo, "Cultura e società in Portogallo tra *Ultimatum* e Prima Repubblica", é bem informado, mesmo se não discute a polémica designação "Prima Repubblica". De facto, duas décadas «tra anomia e iperidentità» sucederam ao *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890 (e não «dell'11 febbraio», p. 16; outras distracções na p. 12: a radicalização contra João Franco foi no segundo governo, de 1907, e não no de 1906; em 1885, é o VII centenário, não V, da morte de D. Afonso Henriques), quando um «onnipresente e ipertrofico passato» (p. 36) reapareceu (já assim fora no tricentenário camoniano de 1880), também no rés-do-chão das folhas.

Define-se e periodiza-se este espaço editorial no segundo capítulo, destrinçando previamente "romanzi pubblicati *in* appendice e romanzi scritti *per* l'appendice" (p. 39-40). Com estes, firma-se «un modello narrativo ideale» que suscita, seguindo Arnold Hauser, «Una sovrapposizione tra *roman-feuilleton* e Ottocento perfettamente coincidente», ambos com início «intorno al 1830» (p. 40); no caso daquele, em Julho de 1836, cujo estudo, desde o vocábulo *folhetim* (9-XI-1799) até ao declínio do género com a Primeira Guerra Mundial, representa um exce-

lente balanço de bibliografia francesa, italiana e luso-brasileira (Marlyse Meyer[172] e Ernesto Rodrigues). É um indispensável trabalho de formiga, e não só para os leitores italianos.

Convém precisar que, bem antes da Inglaterra de 1820, tínhamos, em Portugal, «la pratica di sezionare e pubblicare in episodi successivi le opere di autori contemporanei» (p. 46). Desenvolve-se, entretanto, um pensamento-chave:

> Il *rez-de-chaussé* [*sic*] dei giornali diviene, insomma, nel corso del XIX secolo, il rifugio di tutta un'epigonica mitologia romântica, confernando, ancora una volta, il consueto sfasamento tra le nuove sollecitazioni proposte dalle vanguardie artistiche e la letteratura effettivamente consumate dal grande pubblico (p. 47--48).

Influências são muitas, envolvendo o iterativo e *continuum* como marcas de género: a *gothic novel*, que multiplica narrativas e intrigas, tempo e acção; a literatura de *colportage*; o melodrama; o *romance* medieval. Mas nada disso seria suficiente sem a alfabetização, vias de comunicação e novos meios de transporte, ou a revolução tipográfica e mecanismos de sedução do destinatário. Neste ponto, faltou dizer como o folhetim se expande em livro-brinde, prática anual do *Diário de Notícias* até 1899, e, hoje, comum à Imprensa mundial, independentemente do tipo de brinde. Paulatinamente, o ensaísta associa influências e cura dos traços distintivos, organiza a sua 'poética da prosa' folhetinesca – cuja mecânica e ingredientes romanescos especifica, no caso português, a partir da p. 195 –, dividindo-a entre canónica (1836-1857) e imitadora, quando não paródica, do respectivo cânone (1857-1914). Entre nós, porém, esta divisão não funcionaria, como agudamente se observa.

[172] Útil pelas sínteses francesas e pela bibliografia, *Folhetim: Uma História* sai em 1996 – algumas precisões em notícias portuguesas seriam recomendáveis –, quando entrego os 2 vols. policopiados da minha tese de doutoramento, defendida em Outubro e logo passada aos alunos em exemplares impressos, não encadernados. Meyer sintetiza, algo descoordenada, esse magno projecto em "Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a chronica", *Boletim Bibliográfico/Biblioteca Mário de Andrade* (São Paulo), vol. 46, números 1/4, Janeiro/Dezembro de 1985: 17-41.

O subcapítulo "Il romance-folhetim in Portogallo" (p. 111-128) retoma, e aprofunda, algumas questões por mim abordadas; reitera que o género não conduz inelutavelmente à alienação e conservadorismo ou moderação social. Antecipa, assim, a lição que emerge no capítulo 3, "Analisi dei testi", onde se alonga exemplarmente sobre o paratexto editorial (anúncios do folhetim, ilustrações, autoria e anonimato, títulos, entretítulos, prefácios, dedicatórias, epígrafes, rodapés):

> In ogni caso, vi sono, però, almeno due elementi che rendono il tardo romanzo d'appendice portoghese original all'interno del panorama europeo; in primo luogo, il fatto che [...] in Portogallo la narrativa d'argomento storico continui a godere di una notevole vitalitá, [...]. In secondo luogo, è a mio avviso degno di nota l'uso 'politico' che i repubbliani prima, e i monarchici poi, fecero del romance-folhetim, all'interno di una più vasta campagna propagandística tesa a screditare o difendere la Corona portoghese e il sistema rotativista che la sosteneva. (p. 126)

Concluirá, e bem, tratar-se de uma «missione civica», quando se aproveita o aventuroso ou sentimental dos romances populares para inocular exemplos pátrios, no meio de uma Europa e sua literatura «ormai anacronistica perchè meramente ricreativa» (p. 270).

5. Fim

Ironizava certo dia Júlio César Machado sobre o respeito que o jornalismo votava às «obras dos nossos literatos eminentes», ao ponto de se não atrever «sequer a falar nelas, concentrando toda a atenção em apregoar com sua trombeta os livros que não prestam, verdadeira obra de misericórdia [...] á qual se entregam com dedicação sublime, receosos apenas de se ocuparem dos grandes talentos, cujas obras consideram como rainhas, o que as dispensa de as lerem,... porque as rainhas são invioláveis!» Juntava que «a velha fórmula de 'O nome do autor é a me-

lhor recomendação da obra' tem porém o merecimento da comodidade, e tornou-se moda neste deplorável tempo de mandriões»[173].

Por mim, como provado fica, dedico a mesma atenção aos reis e seus clérigos, não esqueço a arraia-miúda e pergunto, em cada linha, se, num momento ou noutro, não foram – todos – anjos caídos que a divindade leitora alçou numa distracção. O paraíso das letras é um inferno.

Há segunda consideração, que tem a ver com as pavorosas cidades da crítica – acabo de inaugurar mais uma? –, secundarizada por quem a exerce.

Nas "Memorias extemporaneas / Viagem a Lisboa no seculo XX", imagina A. de Serpa duas situações interligadas, que fundam, por acaso, as razões de George Steiner ao falar de "Uma cidade secundária", em *Presenças Reais. As Artes do Sentido*[174]. O narrador encontra «doutor por não sei que instituto de provincia» («O ultimo ministro da instrucção publica, homem pouco instruido, tinha coalhado o paiz de institutos, afim, dizia, de que seus filhos e netos não ficassem, como elle, ignorantes.») – é o indiscriminado saber universitário – e, nesse tão presente e longínquo século, falho de obras, os críticos fazem a crítica da crítica, não morrendo, assim, a literatura do país, «porque se renova incessantemente sem gastar a imaginação»[175].

A ironia não calhava a meu avô paterno, que, em voz alta[176], transmitia as suas contas, adaptadas, orientando reacções, dúvidas, medos, perigos e desfazendo expectativas. Consciente das ameaças da secundarização, vigilantemente crítico, procurei, ao assumir um *eu* fluido de quem está por dentro de matéria quantiosa, exprimir-me também criador, algo como, nas palavras de Steiner, tornar «o texto passado uma

[173] J. C. Machado, "Os grandes escritores e as senhoras", *A Revolução de Setembro*, 26-I-1864.

[174] De 1989, tem tradução e posfácio de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1993: 13-53. O alerta é antecipado em Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Livraria Almedina, 1995: 12--13.

[175] *A Patria*, n.º 62, 26-II-1856.

[176] Ver, para Espanha, testemunho idêntico citado em Antonio Castillo Gómez, *Das Tabuinhas ao Hipertexto. Uma Viagem na História da Cultura Escrita*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004: 64-65.

presença presente» (ob. cit.: 24).

Não percebo, desta feita, que, para o mesmo Steiner, a imagem de marca desses 'saldos' venha exposta na culposa Imprensa. Longa, a transcrição esconde pequenos equívocos com alguma importância vindos de quem defende a literatura e a arte "sérias", a-pragmáticas, 'desinteressadas', originais, nisto opondo-se à novidade e à cobertura totalitária – pensa ele – do jornalismo:

> O génio da época é o jornalismo. O jornalismo invade todos os cantos e recantos da nossa consciência. Invade-os porque a imprensa e os meios da comunicação são muito mais do que um instrumento técnico e do que uma empresa comercial. A fenomenologia radical do jornalístico é, em certo sentido, metafísica. Conjuga uma epistemologia e uma ética de uma temporalidade duvidosa. A apresentação jornalística gera uma temporalidade do instantâneo niveladora. Todas as coisas têm mais ou menos a mesma importância; todas são apenas dia a dia. Da mesma maneira, o conteúdo, a possível significação da matéria comunicada pelo jornalismo, é 'saldado' no dia seguinte. A visão jornalística confere a cada acontecimento, a cada situação individual ou social, um máximo de impacte; mas o processo de intensificação é uniforme. (p. 34-35)

A recepção, no tempo, e na refiguração que desse presente fazemos – que o mesmo é dizer: a reencarnação no leitorado actual que eu sou –, mostra os desvios de apresentação e de níveis, a importância das coisas de antanho em sobressalto, a, pelos vistos paradoxal, sobrevivência de expressões e suportes antigos. Duas páginas à frente, há um recuo: afinal, «não é o jornalismo *strictu sensu* [*sic*] o motor do comentário, mas a crítica universitária e essa forma, imensamente influente, apesar de complexa, que é a crítica universitário-jornalística» (p. 37). Pois, complexa; agente desta crítica há mais de vinte anos, terei, por certo, uma palavra a dizer. Mas não agora.

Paralelo ao conto popular oral na minha aprendizagem, histórica e literariamente decisivo na formação do Romantismo e da mentalidade democrática através do jornalismo, ao folhetim devo parte desse húmus que me liga à vida – seja, à Cultura, e à cultura portuguesa.

CRÓNICA JORNALÍSTICA

SÉCULO XIX

Introdução

Filho do Céu e da Terra, quis o feroz deus Crono apoderar-se do universo, mutilando seu pai e lançando-lhe ao mar a virilidade. O velho anunciou, então, que os descendentes iriam depô-lo; senhor agora de medos e dos titãs, Crono exigiu que a irmã Reia, com quem casara, lhe apresentasse os nascituros: e, cruamente, engolia-os, um a um.

Grávida do sexto, e aconselhada pelos pais, foi a titânide dar à luz em aldeia cretense o que seria Zeus, ajudado, ora por ninfas que o esconderam em funda caverna, ora por sacerdotes, cujas danças guerreiras abafavam quaisquer vagidos. Sempre duvidoso, Crono engoliu, todavia, sem estados de alma, o envoltório que lhe apresentavam – uma pedra enorme. Quando, alimentado a leite de cabra, o vigoroso Zeus se vingar (recuperando, com beberagem preparada por deusa, a pedra do engano e os irmãos engolidos vivos), já nos tornámos elos de uma sucessão, entre logros e vitórias, no seio do que, segundo o nome grego, era deus do Tempo (em Roma, Saturno; na astronomia, este tem um satélite chamado… Rea, ou Reia).

Assim, passando da lição de André Bonnard[1] ao *Novo Diccionario da Lingua Portugueza* (Lisboa, 1835) e *Diccionario dos Synonymos da Lingua Portugueza*, por J.-I. Roquette[2], facilmente percebemos serem as crónicas, diz aquele, «História que refere as cousas pela ordem dos tempos», ou, diz este, «a historia dos tempos, dividida pela ordem das epocas; taes são as de nossos antigos reis e as das ordens religiosas.» Acrescentando: «A esta classe pertencem as gazetas e periodicos que relatão o que diariamente succede.»

Deixando de lado outros modos de escrever a História – anais, comentários, fastos, memórias, relações, epanáforas, anedotas, biografias… –, interessa atentar na importância que, em meados de Oitocentos, se concedia à crescente efemeroteca (útil à História maiúscula): ao

[1] *Les Dieux de la Grèce*, Lausanne, Éditions Gonthier, 1963: 20-21.

[2] Paris, 1848: 63-64.

lado dessa disciplina e do Jornalismo que se afirmava, rompia, no tão frágil suporte deste, uma modalidade literária que se mostra vivaz, ferocíssima em alguns cultores, a lembrar o gene mitológico. Vamos por partes.

História dos tempos por sua ordem é, desde abonações em Plutarco ou Plínio, o sentido de *chronica*. Nas crestomatias arcaicas, o vocábulo conhece várias grafias: chronica, cronica, corónica, coroniqua, caronica. Desta, provirá "caronista": «ca o caronista há de ser muito çerto em seu rezoar»[3]. D. Francisco Manuel de Melo confessa-se, na *Epanáfora Amorosa* (1654), «medroso para Coronista»[4]. O *Vocabulário Portuguez e Latino* (Coimbra, 1712) de Rafael Bluteau oferece *chrónica*, *chronico*, *chronista*, *chronologia* e manda ver *crónica*, etc. Admite já, portanto, a fórmula moderna, ainda hesitante no *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes (7.ª ed., Lisboa, 1877), que concede *chrónica*, naquele sentido e no de «secção das folhas periodicas destinada a noticias diversas do tempo presente». Já então se justificava "crónica escandalosa" – ou dizer-se de alguém: «aquelle sujeito tem uma chronica!» (António de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro, 1889) –, pois tais sucessos não faltavam.

A par de recolhas quatrocentistas sem atribuição de autoria, o leitor pode estudar as assinadas por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda, Rui de Pina, Duarte Galvão, Frei João Álvares, Garcia de Resende, João de Barros, Damião de Góis, António de Saldanha...[5] Mas o que, em Lopes, é «carrego dordenar estorias», após largo cuidado e diligências testemunhais, sem na crónica – di-lo no prólogo à de D. João I – devermos buscar «fremosura e novidade de

[3] *Crónica de D. João I*, II, Porto, 1946-1949: 90.

[4] Saiu nas *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, Lisboa, 1660. Cito de *Descobrimento / Da / Ilha da Madeira / Ano 1420 / Epanáfora Amorosa*, ed. de José Manuel de Castro, s. l., s. d. [1975]: 31.

[5] *Cf.* Jorge Borges de Macedo, *Cronicões, Crónicas e Cronistas na Torre do Tombo*, Lisboa, ANTT, 1993. De outro teor, Armindo de Sousa, "Os cronistas e o imaginário no século XV (Breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)", *Revista de Ciências Históricas* (Porto), vol. 9, 1994: 43-47. O subgénero medieval "crónica da cidade ou crónica urbana" é discutido em Teresa Amado, *O Passado e o Presente. Ler Fernão Lopes*, Lisboa, Editorial Presença, 2007: 25.

pallavras», são já diversas verdades e formosos entendimentos pátrios os que se nos deparam em crónicas novelescas, de um *Clarimundo* joanino à também quinhentista *Crónica do Imperador Maximiliano* só editada em 1983. Precedida, em 1978, da *Crónica de Dom Henrique*[6], significa que o género, de procurada metodologia historiográfica ou inçado de fantasia, pode ainda trazer-nos outras surpresas dessas eras pioneiras.

Não escondendo ser "rrenenbrança" (lê-se em proémio dos *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, I, 22), isto é, lembrança, memória, logo, dentro do falível e do subjectivo, os textos coetâneos jogam-se na tensão entre o processo e método historiográficos, a situação de narrador com voz própria e os ares do tempo. A quadripartição do ano, com suas qualidades físicas e humores, continua a lembrar a natureza melancólica, saturniana, do Homem. A parcialidade não será extravagância no século do florescimento da Imprensa escrita, quando nascem títulos como facções partidárias, literárias, etc. E, antes de chegarmos ao século XIX, como iria fugir à dependência régia e cortesã o primeiro jornalismo, atribuamo-lo a Manuel Severim de Faria (1626) ou a Manuel de Galhegos (1641)?

Com o *Mercúrio Português* (1663-1667), até 1666 redigido por António de Sousa de Macedo, sabemos de alguma contestação a opiniões do oficialismo reinante em cartas de António Vieira[7]. A *Gazeta de Lisboa* (10-VIII-1715) – de múltiplas aventuras e troca de títulos sob poderes vários, até ao *Diário da República* de hoje – é o exemplo acabado de coloração governamental.

Fusão das *relações* e *notícias*, bem como dos *epítomes*, *antiepítomes*, *antídotos*, *avisos*, *advertências*, *cartas*, etc., em que já suavam os

[6] Em volume, com *Jornada Del-Rei Dom Sebastião à África*, prefácio de Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro, Lisboa, INCM, 1978.

[7] *Cf.* Maria Isabel Ribeiro de Faria, Maria da Graça Pericão de Faria, *Índice do "Mercúrio Portuguez"*, Coimbra, 1975, sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII; Maria Manuela Martins Rocha, *A Promoção da Imagem do Rei D. Afonso VI e do Governo de Castelo-Melhor no "Mercurio Portuguez"*, dissert. de mestr., Lisboa, 1990; Cláudio Jorge Freixo Oliveira Moreira, *O Mercúrio Português (1663-1667): Uma Arma na Guerra da Restauração*, dissert. de mestr., Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2012.

prelos, publica-se *O Anónimo*, "repartido pelas semanas, para divertimento, e utilidade do público" (Lisboa, 1752-1754). São 44 números fora do propósito noticioso de gazetas e mercúrios. Folha ou papel (Bluteau), Marie-Helène Piwnik[8] chama-lhe *hebdomadário*, designação titular já rastreável na década seguinte. Seria seu autor o arqueólogo Bento Morganti e, como vai "com privilégio real", as ousadias não podem ser muitas, à sombra de Pombal. Nos artigos-ensaios, maioritariamente adaptações de obras e jornais estrangeiros, entrevemos um qualquer dos muitos oitocentistas que pudéramos seleccionar.

Tratando-se de exemplo heróico, urge citá-lo. Não vem definido o lugar da narrativa – espaço de identificação no pacto com o leitor – e formas verbais, locuções ou passos sintácticos rescendem a Setecentos; na prosa longa, excessivamente conceituosa, de citações e referências para raros apenas, há uma queda iluminista que circunscreve destinação limitada; mas, na apresentação de quadro conjugal e emancipatório da mulher (aqui, combatido: o cronista junta exemplos e faz-se doutrinador, qual novo Diogo de Paiva de Andrada ou D. Francisco Manuel de Melo em, respectivamente, *Casamento Perfeito*,1630, e *Carta de Guia de Casados,* 1651, quando, desde 1605, era já outro, bem moderno, o pensamento de Tomé Pinheiro da Veiga, na *Fastigínia*), no à-vontade de *causerie* e no sal dos comentários – se não viram análise e lição –, temos o jeito antecipador de quem, sem pretender à historiografia, não pode conhecer ainda as virtudes e defeitos do jornalismo. Extractos (n.º 9, 1752: 65-72):

> Como vim para este sítio tratar da minha saúde, cuido somente em me divertir, por me achar já cansado de trabalhar. Pelo que, várias tardes, pego no meu bordão e vou correr algumas aldeias que me ficam nestas vizinhanças, aonde sempre, de ordinário, encontro motivos para me divertir e para discorrer.
> Entre as coisas que se oferecem à minha especulação, topei ontem uma sobre que me demorei mais do ordinário. Passando por uma rua mais principal do primeiro lugar a que cheguei, ouvi uma gritaria doméstica e, para observar o que seria aquela algazarra,

[8] *O Anónimo. Journal Portugais du XVIII^e Siècle (1752-1754)*, Paris, FCG, 1979.

fiz que tomava tabaco e que estava cansado, para disfarçar a curiosidade; e, com um afectado descuido, me sentei no degrau da porta, mas, com toda esta diligência, não pude perceber mais do que dizer um: "Já lhe disse que não queria que fosse a essa parte e, como o tenho assim dito, quero que assim seja. Bem sei que não há nada de mal, mas, haja ou não haja, basta para ser mau ateimar contra o que eu quero". Outra dizia: "Diga o que quiser, porque hei-de ir e quero divertir-me, pois o meu génio é não estar em casa e sempre fiz o que queria. Agora não quero que você me prenda". E assim foram continuando as razões de uma parte e da outra, mas a conclusão era: "quero" e "não quero", até que, por último, o "não quero" dele cedeu ao último "quero" dela, de sorte que entendi levou a sua avante e ele não abriu mais a boca. Como ouvi tudo serenado, continuei o meu caminho e fui para a casa de um dos meus conhecidos que morava na mesma rua e contei-lhe o que tinha passado. Ouviu o tal a relação, desfechou com uma grande risada e disse: "Isto, amigo, já não causa admiração, porque é todos os dias e eu não vi mulher de condição mais ardente, nem mais voluntária, do que essa, assim como não tenho encontrado marido mais dócil nem mais prudente, demasiadamente, como é este homem, o qual entendo que, em morrendo, vai direito para o céu, porque já neste mundo tem tido o seu purgatório, e muito bom, pelo que tem sofrido àquela mulher, porque não pode haver no mundo outra semelhante, tão feita de sua vontade, pois o que quer, quer sem mais reflexão alguma, se pode ou não pode ser; se é, ou não, conveniente; e se lhe fica bem, ou mal, qualquer ideia que concebe e que, por capricho, quer pôr em execução. E assim, poucos dias se passam, que não haja naquela casa um labirinto de dize-tu, direi-eu, e o pior é que tem uma osga torrada de uma criada, que tudo isto lhe aconselha e lhe facilita outras ideias tão boas como os seus narizes. Tem tomado tanto vigor o seu atrevimento que não tem dúvida a falar mais alto do que a ama e o bom do marido sofre mais este contrapeso, sem que a faça pôr em equilíbrio, aumentando-se-lhe a dose com um bom arrocho e depois fazer-lhe cheirar o meio da rua. Mas tudo sofre, por ser do agrado da mulher e ainda depois diz que é muito boa criada".

Ao referir-me o amigo ser costume na mulher aquele modo e que, naquela casa, parece que se tinham confundido as obrigações de

ambos, porque a mulher é que tinha toda a liberdade para deliberar e o homem toda a sujeição para obedecer, lembrei-me de duas coisas. Uma foi a estampa do mundo às avessas, que se vende debaixo dos Arcos do Rossio, em que se vê pintado casal de marido e mulher, esta esgrimindo a espada no meio da rua e o homem fiando em uma roca e pensando os filhos. A outra foi o que sucedeu em certo sítio desta cidade, onde morava um homem e, se me não engano, parece que ouvi dizer era barbeiro. Era este casado com uma mulher do mesmo natural com a que acima digo e sempre andava a casa revolta por conta do seu mau génio. O bom do marido tudo sofria, ou porque o seu génio era comedido e não queria contrastar com os despropósitos da mulher, ou porque tinha medo dela, que é o mais certo, e destes não faltam, até que um dia, não sei o porquê, vieram de palavras a obras e andou tudo em uma roda-viva; e, finalmente, veio o tal barbeiro de um tombo parar à porta da rua, depois de muito bem sacudido; achando-se, daquela sorte, injuriado, para disfarçar a sua frouxidão e mostrar, ao menos com as palavras, o modo com que tinha rebatido as teimas e os atrevimentos da mulher, disse como desabafando: "Assim é que se ensinam estas voluntárias e levadas das suas opiniões; é para que saiba que esta casa cheira a homem". E, na verdade, assim era, pois, do homem, só havia o cheiro, porque a substância estava já delida com as consumições que a mulher, continuamente, lhe dava por conta do seu mau génio. [...]

A mulher, na verdade, é uma carga muito pesada, que mais se deve desviar e fugir dela do que procurá-la com instâncias repetidas e diligências cuidadosas, porque não sei que possa haver homem com discurso claro que se incline tanto a buscar o mal com tanta ânsia e puxá-lo para casa com suas próprias mãos, principalmente no tempo presente, em que se tem o matrimónio feito ambicioso, e traz consigo para casa, com o luxo, as despesas a que muitas vezes não podem chegar as forças, o perigo; de que nascem ordinariamente mais discórdias que filhos. Além de que o homem que se casa, se é moço, perde a liberdade e, se é velho, perde o juízo. Pois, se a mulher é mais bonita de aspecto que formosa de ânimo, é necessário ser o marido um Argos para a guardar; e nem ainda bastará ter cem olhos como Argos, se houver algum Mercúrio que faça correr muita prata e muito ouro,

pelo que fica certamente perdendo a liberdade, por lhe ser preciso todo o tempo para empregar nesta vigilância. Se é feia como um demónio, converte a casa em inferno e muito pior se é rica e trouxe com ela bom dote, porque, então, além do mais, reina a soberba e assim como na outra predomina o desvanecimento, a vaidade. [...]

Não me persuado que entendam os leitores que eu absolutamente me encaminho a declamar contra o estado dos casados, porque eu somente lembro as reflexões que se devem fazer para deliberação sobre ele. Sócrates, aquele grande filósofo, pedindo-lhe um mancebo conselho, se devia ou não casar, lhe respondeu que a coisa mais agradável, mais honesta e mais justa que pode fazer um homem para satisfazer a Deus, à natureza e à pátria é casar com uma mulher da sua mesma qualidade. E certo é que, das desigualdades dos casamentos, nascem, de ordinário, consequências terríveis e, pelo menos, poucas vezes, reina entre os casados a paz, porque quer sempre ser mais respeitado o excesso, atropelando as leis da obrigação mútua a um e a outro. Além disto, deve a mulher ser bem nascida e que tenham sido bons os princípios da origem e da educação, porque certamente não pode ter boa lei quem não teve boa educação. E a este intento dizem, graciosamente, os Castelhanos: *De rabo de puerco nunca buen virote*. Cada rio tem em si as qualidades de seu nascimento e todos os enxertos produzem os frutos, mais da árvore de que são cortados, do que daquela a quem se unem. E, por isso, deve a mulher ser mais virtuosa que bonita, porque a virtude é a que deve ser a formosura formal, e não material, de uma mulher. Pois esta não consiste na bem delineada simetria do rosto e na proporção correspondente do corpo, mas sim na bem temperada harmonia dos costumes e no bem temperado dos afectos. Não deve ser bacharela, com a discrição muito na superfície, mas sim sábia no fundo da sua consideração. Não como aquela que, em Heroópolis, se prezava de ser sibila, referindo e interpretando oráculos, e não queria, depois, sujeitar-se ao domínio do marido, porque entendia que era uma Minerva. E, finalmente, deve a mulher ser muito semelhante a Angerona (que a Antiguidade fingiu ser deusa do Silêncio, a quem os Romanos sacrificavam no tempo que havia Lucrécias), muito mais sóbria nos seus discursos que na sua mesa, cuidando muito em suavizar os ouvidos do marido, com o favo da prudên-

> cia, e não maltratá-lo com o agudo ferrão da iracúndia, tomando o exemplo da rainha das abelhas que, trabalhando como as outras o mel, não escandaliza. E não seja, por último, Lara, a quem seja preciso rasgar-se-lhe a língua para se lhe proibirem os comércios com os Junos. Se, com efeito, se acharem na mulher estas circunstâncias, ou juntas, ou, pelo menos, a maior parte delas, será o casamento feliz, suave e descansado. Mas, sendo pelo contrário, será terrível, aborrecido e laborioso e serão quase infalíveis as suas péssimas consequências.

A partir daqui, seria interessante desenvolver uma *crónica feminina*, em que, a pouco e pouco, vamos do ponto de vista masculino em suas publicações para mulheres à gradual entrada destas numa esfera ainda espinhosa.

A acreditar em Camilo, secundado por José Tengarrinha, «o primeiro folhetinista e crítico teatral português»[9] seria o padre Francisco Bernardo de Lima, com a *Gazeta Literária* (Porto, 1761-1762). Propondo-se, em subtítulo – e, a partir de agora, actualiza-se a grafia, além da pontuação –, dar "notícia exacta dos principais escritos, que modernamente se vão publicando na Europa", aquele cónego é, de facto, o nosso primeiro recenseador literário; crítico de teatro lírico, anota a récita *Il Trascurato*, que inaugurou o Teatro Italiano no Porto, em 15 de Maio de 1762.

Bibliografia e teatro, a par da viagem como tema, pretexto ou cenário, são a principal matéria da cronística nascente sob a designação de folhetim. Mas a notícia judiciosa daquele sacerdote está longe da prosa flexível de Morganti. Não seria por isso que o Marquês decidiu matar a gazeta...

Nem, ao tempo, se falava de folhetinistas. Antes de estes imporem as condições narrativas donde sairá a crónica moderna, provou-se, uma vez mais, o peso da História agora transitada em jornal.

Refiro-me a *O Cronista*, "semanário de política, literatura, ciências e artes" (Lisboa, 4-III/14-VIII-1827), não assinado, mas «principalmente

[9] Diz este, na *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, [2]1989: 46.

redigido» (diz "Biografia" de Almeida Garrett no *Universo Pitoresco*[10]) por este nosso visconde. *O Toucador* (Fevereiro/Março de 1822), curiosamente, aproxima-se mais do Garrett das *Viagens na Minha Terra* enquanto *crónica*. Pelos vistos, ele distinguia claramente entre crónica e o emergente folhetim, ambivalência com que lucram as *Viagens*... Pedra basilar no lançamento de *O Português*, "diário político, literário e comercial" (Lisboa, 30-X-1826/17-IX-1827), Garrett sentia necessidade de, ao lado dos escritos diários, «os quais, pela rapidez com que dão as novas, satisfazem melhor a curiosidade do momento, e ansiedade das crises», *observar*, «ou reflectir sobre o publicado». Daí, uma demorada "Crónica da semana", antecedida de explicações do foro político e doutrinário, que melhor introduzissem a variedade a tratar.

É a pressão da História num país em convulsões – nesta medida, diferentemente da cronística diferida e laudatória dos séculos idos; e, mais longe desta, em assuntos multitudinários que cintilavam, com evidente prazer e *nervo* na opinião declarada. Um novo veículo ou repositório, que o jornal era, funcionava qual breve e contingente cronicão. Ainda se liga à "Parte Política" do semanário; será assim na estreia do Eça cronista em Évora (1867).

Quando este se descobre em letra de forma, a *Gazeta de Portugal* não comporta secção de crónica; mas conhece-a do *Diário de Notícias* e, em ambos, idêntico folhetim que faltara a Garrett. Eis a poética do género no *Distrito de Évora*, n.º 1, de 6-I-1867:

> A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexo; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, [...], a crónica tem uma doidice jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da

[10] 3.º tomo, n.º 20, 1844: 303.

> China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; [...] não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; [...].

O que Eça diz – conhecendo a *crónica* de tantos periódicos – só poderia aplicar-se, então, ao folhetim. Daí, a proposta que avancei, para este, de folhetim-crónica, dentro de uma tipologia mais vasta. No n.º 5, de 20 de Janeiro, marca-se a diferenciação: «[...] nós vamos atravessando uma época em que a crónica pouca importância tem: a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, duma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; [...].»

Reforçada no n.º 13, de 21 de Fevereiro, entrevê-se o que será propósito d'*As Farpas*, em Maio de 1871:

> [...] digamos uma suprema e inatacável verdade: a crónica é de combate; há muita gente que se persuade que estas futilidades que se chamam crónica, folhetim, noticiário, variedades, não têm importância num jornal político, não pesam na opinião, não atacam e não combatem. É um erro. Num jornal de oposição a coisa que mais incomoda o governo é a crónica: ela é que é temida, evitada e seduzida; nos países bárbaros e pouco conhecidos, onde o jornalismo é uma especulação, e como tal comprado e vendido, um governo que na sua política procede por corrupção, a primeira coisa que faz é comprar os vários cronistas, folhetinistas, noticiaristas, escritores de variedades, *os amenos*, como se diz.
> E tem razão: a crónica é para o jornalismo o que a caricatura é para a pintura: fere, rindo; espedaça, dando cambalhotas; não respeita nada daquilo que mais se respeita; procede pelo escárnio e pelo ridículo; e o ridículo em política é de boa, é de excelente guerra.

Rafael Bordalo Pinheiro não estava longe. Ou seja: afastando-se da razão dorida de Garrett, implicado na História, Eça atacava por fora, fundindo os informes em regime de crónica (anónima, de puro jornalismo) e a liberdade circense do folhetinista, que assinava. Nem por

isso se deixava de, uma geração depois, fazer calmamente a assimilação da crónica ao que era específico da matriz poligonal, o folhetim.

Assim, na "revista semanal literária e charadística" *O Recreio*[11], Santos Gonçalves era claro:

> As crónicas deviam ser, como os exercícios venatórios, proibidas em certa época do ano. S. Carlos fechado, crónica interrompida até fins de Setembro ou princípios de Outubro.
> Porque a verdade é que, ao perderem-se no espaço as últimas vibrações da ópera italiana, as andorinhas das salas e as avestruzes da política logo cuidam de emigrar para onde os ares são mais puros e mais frescos, e Lisboa, reduzida à soporífera pacatez de uma cidade de província, fornece apenas aos seus cronistas… a sensaboria e o calor, obrigando-os a lançar mão, para entreterem os leitores, do triste privilégio de *maçar* e dizer banalidades, coisa que, antes de desenvolvida a cronicomania, parecia ser um dos atributos da *liberdade poética*, a muleta redentora de quase todas as tolices obrigadas a verso.

O colega D. José Carcomo[12] explicava o processo:

> Em tempos que já lá vão – tempos saudosos para os talentos medíocres –, fazer uma crónica para um jornal desta índole não era das coisas mais difíceis.
> Durante a semana, o cronista ia uma ou duas vezes ao teatro, frequentava uma certa roda, lia o último romance ou o último almanaque e depois só tinha o trabalho de expor o que lera ou de narrar o que vira.
> Com duas transcrições e três elogios, estava feita a crítica literária; com uma dúzia de personagens que entravam nas comédias ou nas contradanças, estava elaborada a revista teatral e elegante.
> Era um maná.
> Hoje, fia mais fino.
> A crónica, actualmente, *aborta* pela semana adiante, *furada* pelas *agulhas* (algumas ferrugentas) dos jornais diários.
> Eles, que mencionam quantos selos de cinco réis furtou o senhor

[11] Lisboa, 2.ª série, 16-VIII-1886/7-2-1887; n.º 4, 6-9-1886: 49-50.
[12] N.º 11, 25-X-1886: 161-163.

> fulano e quantas *indigestões* tem suportado a senhora sicrana, deixariam passar desapercebida a p*remière* de uma peça, durante a semana, ou a entorse de um pé feminino durante uma valsa?
> E, além disso, os jornais literários não podem fazer política, entreter a sede do leitor nessa fonte inesgotável de recursos, para os jornalistas sem... recursos.
> A crónica, portanto, em hebdomadários nitidamente independentes, despreocupados das convenções sociais, a que dão diversos títulos, mais ou menos pomposos, mais ou menos insidiosos; a crónica de um periódico puramente literário deve ser alegre, expansiva, muito sincera; deve ter harmonias gratas aos mais castos ouvidos, perfumes agradáveis aos olfactos mais delicados, tocar de leve e graciosamente em factos que as leis não previnem, saltitar de ramo em ramo, como as aves, pousar de flor em flor, como as mariposas.
> Deve ser isto a crónica moderna.

Luís de Magalhães, em *Notas e Impressões* (1890), retomava estes e o primeiro Eça, abrindo com imagem da crónica qual preciosa dos séculos XVII e XVIII: «Ela tem a distinção, a *allure* graciosa, o capricho feminino, o espírito vivo, a erudição superficial e ligeira, a *toilette* provocadora e artística, bordada de imagens, guarnecida dos lavores rendilhados da palavra. Tem o malicioso sorriso mordente, [...]. Tem os assuntos finamente banais, [...].» (p. 3)

Já «rapariguita sympathica, alta e boleada, branca, muito branca de olhos negros, [...] olhos a um tempo meigos e travessos que ora heis de ver relampagueando ironias, ora derramando lagrimas», é assim, «Meridional, com frouxos de riso e transes nos quaes a paixão redundará em pranto, casta e voluptuosa», que se apresenta a "Chronica" d'*O Pandemonio* / Hebdomadario Charadistico (Lisboa, 11-I-1885). Por isso, a *Encyclopedia Portugueza Illustrada – Diccionario Universal* (Porto, c. 1900) resume o esforço do século nas seguintes acepções:

> História ou narração em que os factos são registados na ordem dos tempos.
> Artigo de jornal em que encontram quer noticias, quer boatos do dia, acompanhados de comentários espirituosos, reflexões filosóficas ou humorísticas, quer um estudo sobre um assunto especial

> ou palpitante: chronica política, theatral, musical, artística, financeira.
> *Chronica escandalosa*: Os boatos maledicentes que correm a respeito de certas pessoas.

No lapso de quarenta anos entre Garrett e Eça (1827-1867) dera-se, de facto, uma revolução, que, apoiada no surto do folhetim-romance, refazia o rosto da mesma crónica. Mas esta não era «um termo vago» servindo, entre o mais, «para classificar pequenos contos», como reza o *Dicionário de Literatura*, no verbete "Crónica", com a imprecisão, ainda, de que «(os cronistas eram também chamados folhetinistas)». Explicámos como nasceu o folhetim, do vocábulo ao género, e que influência exerceu nas sociedades radiofónica e televisiva, por interposta modalidade romanesca. Articulada uma tipologia, relevámos o folhetim-crónica, menos tocado pela asfixiante importação de francesias, como um fenómeno dos anos 40, quando nasce *A Revolução de Setembro* (22-VI-1840), não só porque exemplo maior do jornalismo político (o *Diário de Notícias*, 29-XII-1864, será modelo de "noticiário universal"), mas porque nele se sucedem nomes decisivos, do pioneiro António Pedro Lopes de Mendonça ao mais quantioso cultor da especialidade, Júlio César Machado.

Narcótico do século, que inebria centenas de autores, todos se compraziam em teorizar sobre o folhetim, em termos depois reiterados para a crónica, exercício que pedia outra antologia. Aproveitemos Luís Augusto Palmeirim (*A Revolução de Setembro*, 8-VII-1862), que o dizia descuidado, brincalhão, sem pompas, nem queixumes, admirador do belo, mas fugindo da gravidade, do útil, da coerência. Consciente dos limites que também são os nossos, aceita o frívolo e ligeiro, se graciosamente dito em «clara e fluente linguagem», para citar Camilo sobre Júlio César; em vésperas de rebentar a Questão Coimbrã e suas profundas motivações, este Machadinho não tem pejo em declarar uma evidência: «O folhetinista português é talvez o primeiro escritor do século. Meio moralista e meio cortesão, só lhe é permitido ocupar-se dos assuntos que o público aceitou: não havendo assunto quase nunca, cumpre-lhe tratar

semanalmente de coisa nenhuma.»[13]

Também por aqui se estuda um país… O que nos fica, entretanto, é uma tentada definição que, de facto, responde ao tempo. O que significará "impressionista" no Portugal de 1919? Denotará um atraso no domínio estético, a par de certo diletantismo? De forma lapidar, é já depois da Primeira Guerra Mundial que se desemboca numa das melhores soluções, com defensores regulares: «O cronista é o Fernão Lopes da hora e do perfume que passa e que flutua – o escultor verbal do efémero e do fugaz. […] O cronista é um impressionista. Da vida conhece apenas a côr, a tonalidade, a 'nuance'. É um voluptuoso do frivolo e do instantâneo.»[14]

Sim; talvez fosse de lhe acrescentar uma ideia – uma ideia, ao menos, um pensamento, com que justificar "o perfil intelectual do cronista contemporâneo", citando artigo brasileiro[15]. Ou, em Outubro de 1899, a clara destrinça feita por Joaquim Leitão entre crónica e folhetim: lamentando que este (= ficção) fosse «invariavelmente pescar no lodo da litteratura estrangeira, o recheio dos seus rodapés» (p. 64), quando não faltavam Eça ou emergente Carlos Malheiro Dias – só desculpa *O Século* –, já antes celebrara os únicos cronistas do momento, Emygdio d'Oliveira (autor de *Chronicas Portuenses*, assinadas Barnaba), no *Jornal de Notícias*, e Manuel Penteado, no *Jornal do Comércio*, ambos sob o seguinte lamiré:

[13] *A Revolução de Setembro*, 29-VI-1865.

[14] Bourbon de Menezes, "Cronica", *A Voz Publica*, Porto, n.º 6, 6-IX-1919.

[15] De Luiz Carlos S. Simon, em Patricia Peterie *et alii*, orgs., *Escritura e Sociedade: O Intelectual em Questão*, Assis, FCL de Assis/UNESP, 2006: 159-168. Da já vasta reflexão brasílica sobre esta matéria, relevemos dossiê em *Boletim Bibliográfico/Biblioteca Mário de Andrade* (São Paulo), vol. 46, números 1/4, Janeiro/Dezembro de 1985 [impr., 1987] [com uma excelente bibliografia até 1986, comentada, sobre a crónica, p. 183-220]; *A Crônica. O Gênero, Sua Fixação, Suas Transformações no Brasil*, Campinas/RJ, Editora da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. Bibliografia activa brasileira e passiva também extra-fronteiriça está em Luiz Carlos Simon, *Duas ou Três Páginas Despretensiosas. A Crônica, Rubem Braga e Outros Cronistas*, Londrina, EDUEL, 2011, de quem se recomenda, igualmente, "Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso", *Temas & Matizes* (Toledo), n.º 5, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, primeiro semestre de 2004: 54-61.

> A Chronica! ella está para o jornalismo, como o romance moderno para a obra d'arte. Contém tudo: a nota alegre e o arroubo épico, a critica mundana e o estudo social, a compostura dos grandes dias festivos e a allucinação sublime dos momentos desesperados d'uma pátria, toda a escala chromatica do sentimento, da idéa, do rythmo.
> O chronista é um excellente pamphetario do senso esthetico, sem deixar de ser um arregimentador dos cérebros[16].

Esse "tudo" dir-se-á espelho instantâneo do vertiginoso século XX, em que os assuntos nascem e logo morrem: «O cronista é hoje mais do que tudo um descobridor de instantes, um fixador de instantes.» Resumo lesto das demais artes, sujeita «a alma ao ritmo, à 'toilette' da hora – – desta hora século-vintiana, vertiginosa, perturbante, momentânea»[17]. André Brun apoiou-se em Aurélien School para duas máximas. Assim, quanto à necessidade de resumir: «Escrever quatrocentas paginas não é nada. O que é difícil é escrever quarenta linhas.» Quanto à exigência diária de assunto, "chroniqueur" é igual a «une racolleuse qui fait le trottoir»...[18] Sim, todos os encontros – perdão, assuntos – são bons, ou, como diria Fernando Grade: «Tudo interessa, mas depende de quem toca a guitarra...»[19]

No rodapé de jornal ou nos continuados de revista, fazia-se o melhor da ficção e da crónica nacionais; segundo lógicas empresariais oleadas, o interesse do proprietário reunia-se à inventiva de colaborador quase sempre externo. Mas a crónica *em si*, com particulares metacronísticos, como título de ficção, de publicação e de secção, era outra coisa.

Esses particulares concorrem para tipificar 1) a primeira crónica, ou crónica-programa, "apresentação sob a forma de crónica", parafraseando Manuel António Pina[20]; 2) a metacrónica (que também se pode resol-

[16] Joaquim Leitão, *A Peste. Aspectos Moraes da Epidemia Nacional*, Lisboa, 1901: 61.

[17] Correia da Costa, "O elogio da crónica", *O Esplendor das Coisas*, Lisboa – Porto – – Coimbra – Rio de Janeiro, "Lvmen", 1926: 231-233.

[18] "Augusto de Castro", *Sumário de Várias Crónicas*, Lisboa, 1923, p. 162.

[19] "Receita para uma crónica", *O Bairro Cercado*, Lisboa, Universitária Editora, 1998: 85.

[20] *Jornal de Notícias* (Porto), 1-IX-2005, estreando 'Por outras palavras'. Essa peça

ver na inaugural), quando a inspiração não chega, e se rebusca assunto, o que pode redundar em 2.1) a regular falta de assunto qual matéria-prima, ou 2. 2) mostrar-se-nos a crónica a fazer-se; 3) a crónica final, de despedida, cujo adeus nem sempre se cumpre. A falta de coesão temática não é forçosa, embora o género celebre a indeterminação. O desenvolvimento comentativo ou reflexivo pesa, quase sempre, e, daí, alguns protocolos: pôr-se nas mãos do leitor, cuja empatia e, simulada ou não, reacção se espera ou circunscreve; recorrer ao trivial, falar do bom e mau tempo, a modos de uma familiaridade expedita. São assim os 49 "Bons dias!" de Machado de Assis (que fechava, não com nome de assinatura, mas com "Boas Noites") na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 5-IV-1888 e 29-VIII-1889[21].

Como título de ficção, temos a curiosidade de "O Chronista. / Viver e crer de outro tempo. / 1535", por A. H. [Alexandre Herculano], n'*O Panorama*, n.º 125, 21-IX-1839: 300-304, n.º 126, 28-IX-1839: 305-309[22], em que defende, para o conhecimento do passado, a *crónica-romance*, ou essa «cousa chamada hoje *romance-historico* [em que] há mais historia do que nos graves e *inteiriçados* escriptos dos historiadores» (p. 306). Camilo veria, porém, esse romance histórico ressabendo «à choruda gravidade das crónicas»[23].

Como título de publicação, cronologizemos a quase totalidade das 39 *crónicas* (1821-1890) citadas por Silva Pereira: *Crónica da Terceira* (Angra do Heroísmo, 1830), continuada por *A Crónica*, "semanário da Terceira" (1831-1832); à *Crónica dos Açores* (Angra, 1833) sucede a *Crónica Constitucional de Angra* (1834-1835), que repete as mais conhecidas, e politicamente afins, *Crónica Constitucional do Porto* (1832-1833) – dobrada pela *Crónica Constitucional da Cidade do Porto*

breve abre *Por Outras Palavras & Mais Crónicas de Jornal*, Porto, Modo de Ler, 2010: 15.

[21] Há recolha de *Bons Dias!*, por John Gledson, em 3.ª ed., em Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

[22] Esta segunda parte é o borrão do que será "O Bispo Negro", em *Lendas e Narrativas*. O cronista é Cristóvão Rodrigues Acenheiro.

[23] Camilo Castelo Branco, *Esboços de Apreciações Literárias*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [5]1969: 59.

(1834-1835) – e *Crónica Constitucional de Lisboa* (1833-1834). São, pelos incidentes políticos determinantes no curso da Nação, órgãos oficiais do Liberalismo. Mas temos outros, ao longo do século, uns sem... crónicas, outros com elas, mas sem pertinência para este trabalho: *Crónica do Algarve*, 1833; *Crónica Constitucional de Goa*, 1835?-1837; *Crónica de Bragança*, 1835; *A Crónica*, Funchal, 1838-1840; *The Lisbon Chronicle*, 1839; *Crónica Jurídica*, Coimbra, 1840; *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, Coimbra, 1840; *Crónica Nacional em Braga*, 1840-1856; *Crónica Portuguesa*, Lisboa, 1846; *Crónica Eborense*, 1847; *Crónica dos Teatros*, Lisboa, 1861, redigida por Eduardo Coelho; *Crónica dos Açores*, Ponta Delgada, 1867; *Crónica Musical*, "folha artística, literária e noticiosa", Lisboa, 1877; *Crónica Mensal*, Viseu, 1878; *Crónica Visiense*, 1878-1879: *A Crónica*, "revista mensal da crítica, literatura e artes", Porto, 1880; *Crónica Infantil*, Lamego, 1880; *A Crónica*, "revista quinzenal, literária, noticiosa e teatral", Porto, 1882-1883; *Crónica Ilustrada*, Lisboa, 1882; *Crónica Mensal*, Lisboa, 1882; *A Crónica*, "revista mensal científica, literária e bibliográfica", Santarém, 1888-1889; *A Crónica*, "crítica artística", Porto, 1890; *A Crónica*, Horta, 1892; *A Crónica*, "revista crítica as sociedade portuguesa dos Estados Unidos", São Francisco, 1895-1896; *A Crónica*, "publicação ilustrada", Lisboa, 1896, por Guiomar Torrezão. Ser-nos-á útil a excelente *Crónica Moderna*, "revista crítica ilustrada", Lisboa, 1881-1882, dirigida por Gervásio Lobato; e *O Cronista*, "jornal literário, comercial e de anúncios", Porto, 1851-1853. Acrescentemos, neste campo semântico: *Cronista Constitucional*, Lisboa, 1833; *O Cronista de Tissuary*, "periódico mensal", Nova Goa, 1866-1869, pelo nome de Cunha Rivara; *O Cronista*, Cartaxo, 1886-1888, por Marcelino Mesquita. Com resultados decepcionantes, se acreditássemos no benefício dos títulos.

A Crónica funchalense (22-9-1838/2-3-1839), por exemplo, dedica "a chronica" à entrada e saída de vapores e outras informações. *O Jornal do Povo* (Porto, 29-IV-1848/29-VII-1854, n.º 909) fá-la rainha, nos dois primeiros anos: Crónica Parlamentar, Crónica Contemporânea (biografias históricas), Crónica Teatral, Crónica da Semana, já assinada com

iniciais e divertida. Quando *A Semana* (vol. II, n.º 1, Janeiro de 1851: 3) define as suas partes, identifica assim a crónica: «todos os sucessos e boatos da semana corrente, contados e comentados folhetinisticamente.» Secção nas folhas generalistas, quando alheia ao folhetim, *crónica* reúne o heteróclito noticiário, sem particular hierarquização, que não seja a excepção de avisar logo ao cimo que «Suas Magestades e Altezas passam sem novidades em suas importantes saúdes». Quem souber que a saúde da Coroa era acompanhada (no *Diário de Notícias*) pelo calendário litúrgico, nascimento e ocaso do Sol, etc., estará já dentro do conceito *mínimo* de crónica. Poderá denominar-se *miscelânea*, *notas*, *variações*, outras, quando a matéria noticiada tiver menos de almanaque para público indistinto e mais de actualidade e diversidade para certos grupos de destinatários. É um serviço de guarnição militar, espectáculo de teatro, decreto, nótula sobre livro, n'*A Revolução de Setembro* de 1868 ou 1879. Ordenada em Eça, não se deve esquecer, pois, que as suas crónicas começam por mimar o número *politicamente admíssível* de assuntos, já praticado pelos que o precederam, e vergastou, fosse um Machado, um Santos Nazaré ou Pinheiro Chagas (o qual sonhou série de *Chronicas Brazileiras*: *A Virgem Guaraciaba*, 1866, e *A Conspiração de Pernambuco*, 1870). Com outra *maneira*, necessariamente, de pegar nas coisas.

Como secção, encontramos a "chronica" nos títulos mais díspares: no diário lisboeta *A Lei* (1849-1853), que a reduz, sempre na p. 4, a breve informativo e efemérides; *Jornal da Bibliotheca Economica* (semanário, Lisboa, 6-V / 1-VII-1854, n.º 9; n.º 7, 17-VI); *A Sentinella do Progresso* (Lisboa, 27-VII / 10-IX-1868, n.º 14): conjuga folhetim, variedades, crónica (notícias breves, em que se insere a 'Chronica das Provincias') e crónica literária; *O Valenciano* (Valença, 23-II-1880 / 14--XII-1919, a. 3, n.º 112), com uma "Chronica local"; *A Evolução* / Semanario republicano (Coimbra, 27-XI-1881 / Junho de 1882, n.º 28); inclusive, uma "Crónica semanal' n'*A Revolução Social* / Orgão communista anarquista (Porto, n.º 5, 12-II-1888).

Criada nova relação com a História *imediata*, ainda muito presa ao artigo de fundo[24] e ao registo dos debates parlamentares, ou a colunas não assinadas, o *acontecimento* caucionado por uma voz reconhecível e aceite, seja em sede de folhetim, seja na intencionalidade de um projecto (como dizer das 96 páginas de cada número d'*As Farpas* "crónica mensal da política, das letras e dos costumes"), faz-se *notícia* fora de um livro de estilo – também, por isso, largamente comentada –, anima o jornalismo e a sua indústria, cujas vicissitudes acompanha, impondo, simultaneamente, um nome, constante, retórico e cúmplice nas formulações interpeladoras. Assinatura rara, em espaço enorme para as parcas quatro páginas, o folhetinista nasce de fora para dentro: precisa de um ainda que breve passado convincente na literatura; o cronista – em princípio, redactor obscuro – vai, nessas eras, de dentro (às vezes, desce ao folhetim, como se dará com António Augusto Teixeira de Vasconcelos, na sua *Gazeta de Portugal*) para fora, tornando-se conhecido.

Anónimos, com ou sem pseudónimo, em maior ou menor grau, que nomes não terçaram armas – além de terem feito a mão, o que pedia conversa longa – no jornalismo? A lenta apropriação do rodapé pelo romanesco libertou, até ao cabeçalho, espaços para novas vozes (e cada vez mais nomes em revistas): ou seja, a revolução do olhar, a importância da paginação, a frequência e nome do cronista continuam a exigir alterações permanentes, numa ondulação à imagem, em suma, de género esquivo e descentrado.

Houve a preocupação de dar a variedade e fluidez enunciadas, em função dos anos, das publicações e dos temas. Juntando às centenas de títulos e de nomes próprios indexados neste volume – veja-se a alineação sobre os traços metafolhetinescos mais relevantes e a síntese crítica sobre o conceito de crónica –, alguns dos quais revi, consultei, outrosssim,

[24] Sentimento generalizado que percorre o século está em "O artigo de fundo": «O nosso artigo de fundo / É um perfeito *pastel*, / serve para encher papel / E p'ra mais nada, o *ratão*; / Quem o ler nada percebe / Coitado, fica a *nadar*, / mas vem mesmo a *matar* / na presente ocasião.» Etc. (*O João Ratão* / Jornal satyrico e burlesco, Lisboa, n.º 5, 7-XII-1884)

dezenas de âmbito não-literário, sobretudo entre 1880-1900. Actualizei a ortografia, regrei a pontuação e pouco mais.

Percebidas as dificuldades de continuidade da crónica conforme à de 1827, na ordem cronológica adoptada – e não aludo à constância de tomadas de posição reactivas, tão comuns em época de convulsões –, as décadas imediatas saem menorizadas, pela insipidez das colunas *em chouriço*. Com a aventura do folhetim rasgando a página de jornal em filetes horizontais, desde 1839, a História pátria cedia à história da sociedade, sobretudo à lisboeta e portuense, com derivas a outras cidades, ainda que os eventos de estremecimento nacional – desde julgamento de *serial killers* à inauguração da estátua dita de D. Pedro no Rossio –, internacional (caso Dreyfus) e até nocionais (Romantismo, Realismo, jornalismo, etc.), não faleçam ao quadro do século. Saem a ganhar, também, anos que entram mais facilmente no horizonte do leitor, ou não exigem a tradução de referências, como seria se incluíssemos a verrina do *Brás Tisana* (Porto, 1851-1869) e seu redactor, José de Sousa Bandeira (1769-1861); conhecidos *todos* os autores dicionarizados e *quase todos* os títulos jornalísticos onde colaboraram, como reduzi-los gradualmente, se textos anónimos eram igualmente importantes, sendo antologia de crónicas e não de cronistas e, destes, só entraria uma peça por autor? Por força da extensão, caíram, com desgosto, Diana de Aveleda (outro rosto de Júlio Dinis, n'*O Jornal do Porto* e em *Mocidade* / Semanario d'Instrucção e Recreio, Porto, Junho-Julho de 1867), Álvaro do Carvalhal, Maria Amália Vaz de Carvalho (*Crónicas de Valentina*, 1890), etc. Mas penso igualmente em (com passagem a livro, nalguns casos, e que animavam outras antologias) A. M. de Campos Júnior, A. Tomás Pires, Alberto Braga, Alberto de Queirós, Alfredo Angra, Alice Pestana (= Caiel, Eduardo Caiel), Amélia Janny, Ana Augusta Plácido, Angelina Vidal, António Augusto Cortesão, António de Meneses, António de Serpa Pimentel, António José Viale, António Xavier Rodrigues Cordeiro, António Zeferino Cândido, Augusto Ribeiro, Bulhão Pato, Cândido de Figueiredo, Carlos Lobo de Ávila (*Carteira Dum Viajante*, 1878), Casimiro Dantas, Costa Goodolfim (*Páginas Soltas*, 1868), Diogo de Macedo, Eduardo A. Vidal (*Guelfos e Gibelinos*, 1866), Eduardo

de Noronha, Emídio de Oliveira (*Carteira de Um Latino*, 1893; é o Barnabá das quintas-feiras e domingos, após 1891, no *Jornal de Notícias*. Ver "Os almanaques do *Jornal de Notícias*" e "O Parlamento", em Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A Memória de Um Século (1888-1988)*, Porto, 1988: 113-114 e 165-166), Eugénio de A. Sanches da Gama, Eugénio de Castilho, Evaristo Basto, Evaristo Ramalho (*Folhas de Arte. Crónica do Grupo do Leão*, 1897), Fernando de Sousa (= Nemo), Francisco Maria Supico, Germano Vieira de Meireles, Gil Mont'Alverne de Sequeira, Gonçalves Crespo, Guilherme Braga, Guiomar Torrezão (*No Teatro e na Sala*, 1881), Henrique Marques, Henrique Oliveira, J. Frederico Laranjo, J. M. B. Feio Terenas, J. M. Pereira Rodrigues (*Ensaios Literários*, 1862), Jaime de Magalhães Lima, Jaime Seguier, João Penha (*Por Montes e Vales*, 1899), João Verde, Joaquim de Araújo, Joaquim Martins de Carvalho, José Augusto Vieira, José Falcão, José Maria de Andrade Ferreira, Júlio F. de Oliveira, Júlio Lourenço Pinto (*O Algarve. Notas Impressionistas*, 1894), Júlio Moreira, Júlio Rocha, Júlio Vilhena, Ladislau Batalha, Luciano Cordeiro, Luís Garrido, Luís Jardim, Luís Trigueiros, Manuel de Moura, Mariano de Carvalho, Mariano Fróis, Maximiano Aragão, Maximiliano Azevedo, Miguel Bombarda, Oliveira Martins, Pedro Fernandes Tomás, Reis Dâmaso (*Cenografias*, 1882), Sampaio Bruno, Sanches de Frias (*Notas a Lápis*, 1886; *Quadros à Pena*, 1891), Silva Gaio[25], Silva Pinto (*Farsadas Contemporâneas*, 1871), Silva Túlio, Teófilo Braga, Tito de Noronha (*Passeios e Digressões*, crónicas humorísticas, 1870), Tomás de Melo, Urbano de Castro (ver Júlio Brandão, *Recordações Dum Velho Poeta. Figuras Literárias e Artísticas*, Lisboa, Edições Gleba, s. d.: 81-85), Vítor M. Ribeiro, Xavier da Cunha e *A Crónica* (1900-1901), Xavier de Carvalho, Xavier Marques, Zacarias d'Aça (*Paisagens e Figuras do Campo*, 1898). Custa-me, em particular, suprimir Teixeira de Vas-

[25] [Manuel da] Silva Gayo, *Um Anno de Chronica / 1888*, Lisboa, 1889, reunindo "Chronicas da quinta-feira", nas *Novidades*, e d'*O Repórter*. Dividiu-as em três partes: "Exposições d'arte", Escriptores e livros", "Chronicas, idéas e impressões". Na segunda, "Trio de chronistas" elege Luíz de Magalhães, Beldemónio e Valentim Demónio. A atenção estende-se a "Eça de Queiroz e *Os Maias*", "*Uma Eleição Perdida*", Junqueiro e Olavo Bilac.

concelos. Não lamento a ausência dos mais conhecidos como historiadores, filósofos, ficcionistas (Abel Botelho, F. J. Teixeira Bastos, L. A. Rebelo da Silva, M. Teixeira-Gomes, Queiroz Veloso, Teixeira de Queiroz, Trindade Coelho) e grandes jornalistas (António Enes, Brito Camacho, Eduardo Schwalbach, Emídio Navarro e seu Burnay d'*As Novidades* [1895], Homem Cristo, João Chagas, Magalhães de Lima). Muitos mudaram de século, em que se tornaram mais nomeados: Agostinho de Campos e as suas "crónicas etéreas" de teor linguístico, Albertina Paraíso, Alfredo Gallis, padre Fernando Augusto da Silva, Florêncio Terra, Gaspar Queirós Ribeiro (*Cartas de Longe*, 1911), Gualdino Gomes, Lourenço Cayola (ou Elcay, recenseador no *Diário de Notícias*), Ricardo Jorge (*Canhenho Dum Vagamundo*, 1923; *Passadas de Erradio*, 1924), Sérgio de Castro, Vitorino Almada, etc. Acácio de Paiva, cronista em verso, pediria demora[26].

Significa isto que, para o século XIX, temos a conversa só no princípio; e não discuto, ainda, porque fala Herculano de "crónica poética" para *Eurico, o Presbítero* e de "crónica histórica" para o *Monge de Cister*[27]; nem o porquê de "crónica da aldeia" a rematizar, isto é, a orien-

[26] Poeta e dramaturgo (1863-1944), publicou em vida *Fábulas e Historietas* (1929), com acrescentos e nova ordenação em *Acácio de Paiva, Insigne Poeta Leiriense. Poemas* (1988). Antologia poética está em Américo Cortez Pinto, *Acácio de Paiva. Um Crésus Perdulário* (1968), que nele vê "dotes prodigiosos de artista e de improvisador". De rima fácil, num regresso a primitivismo sem consequências, é, afinal, um jornalista-em-verso, com centenares de composições na 'Fita da Semana' do *Diário de Notícias* e n'*O Século* (cujo Suplemento Humorístico dirigiu desde 1898), entre outras n'*O Mundo* e no *Actualidades*, do Porto, onde começou, e se diplomou em Farmácia (1887). Sob variados pseudónimos (Belmiro, p. ex.), que nem o autor fixou, ficaram outras, com pena maior no que se refere à cronística da *Ilustração Portugueza*. Boas intenções não falecem a este funcionário da Alfândega de Lisboa, desde 1888 – como lembrar aos poderes públicos que não maltratem a gramática. Soltam-se notações emblemáticas de um estado de coisas, como naquelas "Ofensas à moral": «Três ingleses na praia do Estoril / / (Conta o nosso jornal de sexta-feira) / Banhavam-se nas ondas cor de anil, / Quando uma voz grosseira / Os intimou, de terra: estavam presos / Por ofensas às normas da moral. / [...] / E a resposta foi esta – caso estranho, / Que bem merece comentário e rima: / Por estarem os três a tomar banho / Nuzinhos da cintura para cima.» Adelino Mendes deu o primeiro *Perfil de Acácio de Paiva*, Lisboa, 1945.

[27] *Revista Universal Lisbonense*, 12-IX-1842: 7. O caso de Herculano lembra fogos

tar para *um* género, em subtítulo, *As Pupilas do Senhor Reitor* (1868), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871) dinisinos e outras obras do tempo (*O Arco de Sant'Ana*, "crónica portuense", 1845-1850; etc.); nem a crónica-ilustração de Rafael Bordalo Pinheiro. Em título e subtítulo, independentemente do género, essa prática é seguida por autores novecentistas, nacionais (*Diálogo em Setembro*, 1966, de Fernando Namora, chega a repetir o Aquilino de *A Casa Grande de Romarigães*, 1957, "crónica romanceada"[28]; João Miguel Fernandes Jorge, *Crónica*, 1977; Jorge Guimarães, *Crónicas de Maldizer*, 1999; Wanda Ramos, *Crónica com Estuário ao Fundo*, 1999; etc.) e estrangeiros (Gonzalo Torrente Ballester, Gabriel García Márquez...). Em volume autónomo, manuais de jornalismo, e novos rodapés ou altas colunas dos diários vai crescendo a bibliografia[29]. Esta colectânea torna-se, assim, primeiro balanço oitocentista desse rosto de Jano.

É bom sentir, nesta "escrita por medida" (Alexandre O'Neill) – e pedra asfixiante –, cientes de que *De Notícias & Não Notícias Faz-se a Crónica* (Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, 1974), que novos senhores, do universo e do tempo, libertando outro *corpus* do ventre enorme da Imprensa, nos hão-de vencer.

---

de José Saramago, nessa «relação com o tempo (e isto parece-nos fundamental) que coloca o sujeito da escrita numa posição polivalente de quem capta a vibração do momento que passa, prolongando as suas ressonâncias pela fundura de um passado que o promove em sabedoria reflectida e pelo projecto de um futuro que o texto pressupõe em acção transformadora, de aperfeiçoamento eficaz». Daí, entre outros pontos a reter, «uma certa coincidência de atitude entre a crónica e o poema lírico (articulação com o momento presente, brevidade do texto, possibilidade de captação das ressonâncias evocativas do seu sentido)"; [...].» (Maria Alzira Seixo, *O Essencial sobre José Saramago*, Lisboa, INCM, 1987: 13.)

[28] *Cf.* Elêsis Miriam Camocardi, *Fernando Namora. Um Cronista no Território da Ficção*, Marília, 1973.

[29] Entre recentes, ver Fernando Venâncio, *Crónica Jornalística. Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; *Forma Breve. Revista de Literatura* (Universidade de Aveiro), 8. A Crónica, Dezembro de 2010.

Nota

Suprime-se, em relação à 1.ª edição de *Crónica Jornalística. Século XIX* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2004), "A Perseguição" (*O António Maria*, Lisboa, ano III, n.º 110, 7-VII-1881), que julguei de Anónimo, e seria "Pomposa Inauguração da *Era das Perseguições Políticas*", no tomo XI d'*As Farpas*. Entra Alves Correia.

Finale

Com este volume há muito no prelo, chegou-me, oferta da editora literária, recolha excelente para este diálogo: *A Visagem do Cronista, Antologia de Crónica Autobiográfica Portuguesa (Séculos XIX-XX)*, 2 vols., selecção, introdução e notas de Carina Infante do Carmo, Lisboa, Arranha-céus, 2018.

ANTOLOGIA

Anónimo

Inauguramos a antologia com as segunda e sétima *crónicas da semana* que abrem a "parte política" d'*O Cronista* (Lisboa, 4-3/14-VIII-1827; p. 21-27, 141-143), pioneiro no nome e na oportunidade. Embora associado a Almeida Garrett, ele não recolheu quaisquer textos aí inclusos, nem os seus editores – que não se esqueceram das intervenções parlamentares. A perseguição miguelista enterrou esta aventura.

Crónica da Semana

Pouco tem a história que contar das tarefas legislativas desta semana; não pouco tem que reflectir a política sobre as transcendentes questões que, neste breve espaço, se alevantaram ou progrediram.

Pela maior parte, a Câmara electiva tratou de objectos de fazenda.

O erário está esgotado, os alcances avultam todos os dias, os pagamentos retardam-se, um *deficit* enorme aparece no balanço da receita e despesa do Estado; é preciso saldá-lo, é preciso pagar; o tesouro não tem com quê; o governo, com as mãos atadas, fica numa posição vergonhosa, falsa, indecisa entre um abismo de precisões, de um lado, e um vácuo imenso nos meios de as satisfazer, por outro. Desde a abertura das Cortes, é plena, unânime, absolutamente reconhecida a necessidade de contrair um empréstimo. Todas as autoridades do Estado vêem e acordam nela. Mas esse remédio é também um mal, importa e traz consigo um dano que doutro remédio precisa. O empréstimo solda o *deficit*, mas aumenta a despesa com os juros e a amortização do total. É forçoso aumentar a receita. Como, por que meios? Aqui, discordam os membros da autoridade legislativa. Novos impostos hão-de lançar-se; mas os que propõe uma câmara reprova a outra; os que indica o governo, a essa outra não agradam; e assim decorreram cinco meses de discussões legislativas sem se chegar a nenhum resultado, sem nada se conseguir. E, entanto, o Estado perece e definha a olhos vistos.

Não examinarei o que sobre este objecto se tem dito nas sessões anteriores a esta semana, cuja crónica rapidamente aqui lanço, não com a vaidosa pretensão de guiar a pena do historiador que, em tempos mais descansados, haja

de escrever desta nossa triste época; mas tão somente para juntar, em quadro breve, o que se acha disperso e desmembrado pelas publicações diárias.

Limitando-me, pois, ao espaço em que me circunscrevi, começarei pela sessão de cinco de Março corrente.

Um dos objectos do novo imposto que o governo propôs e a comissão da Câmara adoptou é o do selo dos papéis judiciais, das folhas periódicas, etc.

Esta ideia foi aprovada pelo sr. Girão, pelo motivo de sua fácil arrecadação e não gravame do povo. Duvido eu muito da primeira parte desta asserção e nego inteiramente a segunda. Não é a primeira vez que, em Portugal, se estabelece o imposto do selo e não deixa a experiência muito que esperar dessa medida. Quanto, porém, a não ser gravosa ao povo, parece incrível que alguém sustente hoje tal opinião. Não concebo que o sr. deputado entendesse pela palavra *povo* senão o consumidor, porque, em matéria de economia política, não pode ter outra acepção razoável. Ora, ninguém ignora hoje que os tributos vêm a cair sempre sobre o consumidor, sobre aquele que tem de fazer uso do objecto taxado.

Isto é em geral; restringindo, porém, a uma das espécies compreendidas na generalidade, outro dano maior recresce do indicado imposto sobre as folhas periódicas. Custa, a quem se dedicou a este género de escritura, ter de falar sobre a matéria, porque não faltará quem macule suas opiniões com a mesquinhez de privados interesses. Não me doera a mim entrar na questão, se não fora eu um homem obscuro, desconhecido e a quem falta um nome grande ou uma carreira longa, para opor à maledicência. Mas, conquanto me custe e pese, com o único apoio de minha consciência, direi francamente o que sinto.

Impor uma taxa aos jornais, veículo absolutamente único por onde algumas ideias se vão propagando entre o povo e desassombrando um tanto a pesada névoa com que nos acobertou a ignorância, necessária companheira do absolutismo, é querer destruir, à nascença, esse único meio de ilustração, aniquilar a liberdade da imprensa, triste pupila que ainda geme sob dura tutela, de que tarde se emancipará.

A este respeito e neste sentido opinou o sr. Morais Sarmento, a cujas razões não vejo cabal resposta nos discursos que se lhe opuseram.

Certamente que os objectos de luxo, e talvez ainda os de redundante comodidade, são os verdadeiros objectos taxáveis, quando em tudo o mais já pesam impostos e gravam alcavalas de toda a espécie e natureza.

Mas, já agora, sejam quais forem os meios que se adoptem, a tal ponto chegámos, que todos são bons, porque urge a necessidade, o tempo, as circunstâncias.

O aumento das acções do banco é, sem dúvida, avisado e prudente meio para o habilitar a entrarem mais amplas transacções com o governo.

O Estado tem, com efeito, sido o quase único negociador com quem o banco tem ganho. E não menos proveitoso auxílio tem o governo recebido dele. Certo é que essa medida encontrará obstáculos nos antigos accionistas por errada compreensão dela. É, porém, muito simples de ver que, ainda que aumentem os fractores [*sic*], crescendo o dividendo em igual ou maior proporção, não pode haver diminuição, mas, antes, aumento nos interesses.

Na sessão do dia 9, continuou esta matéria, discutindo-se novo parecer da comissão de fazenda, que substitui, com outros artigos, o sétimo e oitavo do projecto de lei para empréstimo.

Ou não se entendem os extractos dos taquígrafos ou não se pode conceber como, depois de discutida e aprovada a generalidade daqueles artigos, aparece, nesta sessão, uma substituição que inteiramente destrói a generalidade do já aprovado.

Com efeito, vem a comissão propondo: 1.º, uma décima nos bens da Coroa sobre o quinto que já pagam; 2.º, um real em cada arrátel de carne verde que se talhar em Lisboa e Porto; 3.º, cinquenta réis em cada alqueire de feijão de Portugal e ilhas adjacentes e vinte e cinco réis em cada alqueire de fava da mesma produção.

Assim foi que a Câmara teve de voltar ao já decidido, tornando a instaurar o §1 do art. 7º do primeiro projecto. E, neste círculo vicioso, andou uma Câmara legislativa por tantos dias!

Além desta notabilidade (que não é pequena), pouco dá que reflectir a discussão deste dia. Notarei sempre uma opinião do ministro dos Negócios Estrangeiros, que não é para ficar no escuro: disse ele que o impor-se tributo nos bens da Coroa e ordens era um ataque à propriedade. Em que princípios de direito natural ou escrito é fundada esta opinião não posso eu saber, mas será pouquidade minha. Que tivesse muitos inconvenientes, não há dúvida e todos vêem; mas ser um ataque à propriedade impor tributos sobre estes bens é uma espécie tão nova em jurisprudência política, que ninguém, decerto, a descobriu ainda, nem perceberá provavelmente, se o sr. D. Francisco não explicar o segredo deste seu novo invento.

A Câmara dos Deputados deu, nesta semana (sessão do dia 6), um generoso exemplo de espírito conciliador, adoptando, quase sem discussão, as emendas enviadas pelos dignos pares ao projecto de lei sobre a dotação da Casa Real. Oxalá que sempre assim obrem ambas as câmaras de nossas Cortes, preferindo a utilidade comum e economia de tempo a todas as considerações que, nestes dois pontos, não possam encabeçar-se. A proposta do sr.

Borges Carneiro e Pereira do Carmo para se erigir um monumento à memória do Sr. D. Pedro IV foi, em meu parecer, perfeitamente avaliada pela comissão e a resolução da Câmara, que a ela se conformou, a mais prudente e digna de louvor.

Assim não esqueça ao governo a patriótica lembrança da Câmara, quanto ao canal de união entre o Tejo e o Sado. E queira Deus que, a fazer-se esta obra, se imite o que geralmente está adoptado na Europa civilizada, isto é, deixando-a empreender a uma companhia de capitalistas.

O projecto de lei do sr. Borges Carneiro para se não executar nos réus sentenciados pela Relação do Porto a pena de morte, sem dar conta a El-Rei, é tão digna do século em que vivemos, quanto é bárbara e horrorosa a prática actual, que tolhe aos miseráveis a derradeira esperança de encontrarem ainda mercê na indulgência real. Esta, que é a mais nobre e mais formosa prerrogativa da Coroa, não lhe deve ser limitado o exercício às barreiras de Lisboa.

Outro projecto do sr. Bispo de Cabo Verde, para se aplicar às despesas extraordinárias das ilhas daquele nome parte do rendimento da urzela, é de sumo direito e justamente foi admitido e declarado urgente pela Câmara.

É de suma importância, pelo estado em que deixou a rebelião as províncias do Norte, a proposição do sr. Maia para autorizar o governo a diminuir ou aliviar inteiramente o direito sobre o milho estrangeiro pela barra do Porto, segundo o exigirem as circunstâncias, durante o intervalo da sessão.

Na sessão do dia 8, foi a proposta do sr. Magalhães o objecto de mais vulto que apareceu na Câmara. Não se lhe pode chamar uma acusação do ministério; mas é uma forte e positiva increpação de seus actos e sistema.

Conter-me-ei em religioso silêncio sobre esta matéria, pois que pende do juízo da Câmara; e, por muito insignificante e de pouco momento que meu voto seja, não quero, apesar disso, concorrer no mínimo ponto para prejudicar o que por ela tem de ser julgado.

À crónica da semana futura pertencerá mais propriamente esta matéria.

Na Câmara dos Pares, além do processo do deputado eleito pelo Algarve, pouco há digno de observação: aprovou-se, na sessão do dia 7, o projecto de lei de isenção para os maiorais e pastores.

A Câmara dos dignos Pares adoptou o único prudente arbítrio sobre a proposição do sr. conde da Taipa, a respeito da indicada amnistia. Não julgo, pois, necessário voltar a esse objecto, segundo havia prometido.

Entre os actos do governo, é o mais notável a portaria do Ministério da Justiça, que manda pregar e explicar pelos párocos a Carta Constitucional e punir com a suspensão de pregar e confessar aos que houverem aderido à rebelião; ou com demissão de seus cargos aos que, exercendo a autoridade delegada dos

prelados, houverem cooperado para o mesmo fim. Parece claro que o ministro não adopta a teoria das proporções entre delitos e penas. A primeira parte desta portaria contém, demais, uma medida não só útil, mas prejudicial: aqueles párocos que amam a Carta e são fiéis ao Rei não carecem de ordem para influir esse ânimo nos povos que dirigem; por este lado, é inútil. Os que o não são, fácil é de ver por que modo cumprirão o preceito forçado: por este, é prejudicial.

O conselho de guerra pedido pelo coronel Valdez vai, enfim, aclarar o mistério dos desgraçados acontecimentos de Bragança.

A rebelião de Trás-os-Montes parece caminhar a seu termo. Os rebeldes fogem covardemente; as tropas leais os perseguem com energia. E, afinal, a Espanha parece resolver-se a não admitir os rebeldes portugueses. Contudo, esta notícia, que vagou no fim da semana, precisa [de] muita confirmação. É notável (principalmente por uma comparação óbvia de fazer) a energia e actividade com que procede, assim mesmo desconforme e desorganizado, o efémero governo dos rebeldes.

A morte da imperatriz do Brasil é sucesso notável e importante: seus efeitos, segundo daquele país escrevem, hão-de ser palpavelmente sentidos.

Esta senhora morreu moça em um país tão diferente do seu e geralmente chorada de quantos a conheceram.

A falta de paquetes de Inglaterra deixa longa interpolação nas notícias estrangeiras. Alguma folhas de França, que chegam por terra, pouco mais trazem do que a longa questão continuada da nova lei de polícia de imprensa proposta às câmaras de França.

Os negócios da Pérsia, que, naturalmente, se complicam com os da Rússia, dão cuidado, e são para dá-lo, ao gabinete inglês.

O Cronista, Lisboa, 11-III-1827

Anónimo

Crónica da Semana

Esta semana há-de vir a ser, na História de Portugal, uma daquelas épocas memoráveis que estão no meio das séries dos acontecimentos humanos, como padrões egípcios nas solidões de África, de cuja grandeza infere o viajante a grandeza do objecto que memoram, mas de cujos misteriosos hieroglíficos não pode colher a natureza dele.

As mais complicadas e transcendentes questões políticas, as mais enrevesadas dificuldades diplomáticas, os mais abstrusos mistérios de gabinete se cruzaram, se agitaram, se resolveram, no curto período desta semana.

A História não deve contar senão o que bem sabe; a história periódica nem tudo o que sabe deve relatar.

Mas é lícito e necessário, até para auxílio de futuros escritores, deixar consignadas aqui as opiniões de mais vulto e consistência que, durante esta semana, vagaram quanto ao misterioso afã em que se observam ocupados os nossos homens de Estado.

Não há dúvida que o imperador do Brasil, legítimo rei de Portugal, abdicou em favor de sua filha, mas abdicou condicionalmente. Não pode, tão-pouco, haver questão que, enquanto não chega a *condição* e o *dia*, estão suspensos todos os efeitos daquela abdicação. Para duvidar disto, é necessário ignorar que coisa é uma condição *contractui adjecta*.

Destes princípios, que não carecem de demonstração nem admitem refutação, necessária e forçosamente se segue que o actual governo de Portugal não é senão uma *delegação* do poder d'El-Rei o Senhor D. Pedro IV; que toda a autoridade, força de obrigar, etc., deste governo, dele a deriva e recebe, e não de si próprio.

A própria confissão deste mesmo governo o demonstra: se a regência actual governasse na minoridade da Senhora D. Maria II, em nome dela exerceria seus actos; mas governa por delegação do Senhor D. Pedro IV, e em nome dele o faz.

Destes princípios inegáveis, muitas são as consequências que se podem tirar; mas basta pôr os princípios em sua verdadeira luz, porque as consequências são fáceis.

Tem-se geralmente pensado que esta questão, e várias outras, cuja solução delas depende, ocupa actualmente o ministério português.

Julga-se que houve, ou há, grandes dúvidas sobre a execução de actos imediatamente emanados d'El-Rei, tais como convocação de cortes extraordinárias, nomeação de altos funcionários, etc.

Estas são as questões secundárias, que, como disse, naturalmente se resolvem pela primeira.

O tempo mostrará como as resolveu o ministério português.

Um acto muito notável do governo se publicou esta semana, não por parte do ministério, mas pela da pessoa por esse acto afectada, que, ocasionalmente, o divulgou nos papéis públicos.

O governo mandou sair do reino, em comissão, [a] um deputado da nação portuguesa. Em minha opinião, nem o governo podia mandar, nem o deputado aceitar.

O pessoal das coisas é, para mim, a derradeira parte delas; mas exige a história que se declare o nome do deputado mandado sair, que é o sr. Bernardo José de Abrantes e Castro.

Mas, fosse quem fosse o deputado, a Constituição veda positivamente ao governo (art. 32 e 33) o mandar para fora do reino, ou para outra comissão, a nenhum deputado, sem que a respectiva Câmara o determine.

O deputado obedece e assim o publicou; mas pode ele fazê-lo? Permite-o a Carta?

A Carta não é, nem pode ser, um nome vão.

Sem aplicação nenhuma a este caso, do qual, talvez, nem boa informação tem o público, mas em geral e abstracto: *Antes o absolutismo puro e sem disfarce do que mascarado de liberdade, com lei para quando lhe convém, sem lei para quando lhe não afeiçoa*.

Os negócios da Grécia tomam, de dia em dia, uma face mais favorável. Os Gregos, senhores do Pireu, socorreram e abasteceram Atenas, que já está fora de perigo, apesar da estreiteza do cerco.

Uma esquadra grega de 27 velas vai defender Samos do projectado ataque dos Turcos.

Uma grande vitória foi ganha na Fócida, em Distomo, contra o exército da Porta.

Lord Cochrane fez já uma presa considerável – um navio fabricado em Marselha por conta do capitão Paxá e que, apenas lançado ao mar, se dirigia a seu destino.

O Cronista, Lisboa, 1827

Amália

Se *O Anónimo* (1752-1754) já discorria sobre modas, imagina-se o impacto do *Correio das Modas* (Lisboa, 1807), 80 páginas em cinco números quinzenais com extratextos. Sempre em Lisboa, *O Lagarde Português, ou Gazeta para depois de Jantar* versou "Modas Parisienses" nos números 4 e 5, de 1 e 5 de Dezembro de 1808. *O Toucador*, de Garrett e Luís Francisco Midosi (1822, sete números), quis-se arauto do bom gosto no ciclo novo que a Nação empreendia. A espaços, a moda servia para curar de política, embora este se dissesse "periódico sem política, dedicado às senhoras portuguesas". No ano seguinte, o *Diálogo das Duas Velhas* e, sobretudo, o *Periódico das Damas* (19-VII-1823/30--I-1824, seis números, 252 páginas) confirmam interesse crescente por matéria enfim caucionada pel'*O Recreio*, "jornal das famílias" mensal (1835-1842). A par deste, nasce *A Guarda Avançada dos Domingos* (19-IV/ 24-V-1835), "jornal de modas, teatros, assembleias, passeios, danças, música, poesia e variedades dedicado às mais belas"; mas de coetânea *A Guarda Avançada*, em 28-II-1835: 62-63, retiramos a crónica epistolar – comuníssima nos anos 30 e 40 – de uma Lisboa no feminino. A assinatura nada mais diz.

Bailes e Modas

Cartas Frívolas. – Quarta

Lisboa, 27 de Fevereiro, 4 horas da tarde

Priminha

Muito bons dias, acordo neste momento, que a minha aia acaba de vir dizer-me, sorrindo, que são horas de almoçar. Mandei-lhe correr as cortinas, pôr o chocolate sobre a mesa ao meu lado, trazer-me escrivaninha, e papel,

e vou entremeando a nossa conversa com chávenas de chocolate. Devo dar-te uma satisfação da hora a que me levanto; mas é porque hoje me deitei às 6 horas da manhã. Pedes-me sempre que te informe das *modas* da capital; a mais universal, presentemente, é a *noite*: dou as mãos à palmatória, os poetas têm razão quando se entusiasmam com as belezas da *aurora*; deves conhecer bem essa senhora, porque vós outras, as provincianas, sois todas umas terríveis madrugadoras. Confesso-te que tal *Aurora* não conhecia; que mesmo era para mim uma fábula como as outras; mas, desde que se introduziu o delicioso furor dos bailes, temos feito conhecimento; encontramo-nos quase todos os dias, mas com uma diferença, é que ela vem com tão boas cores quanto a minha é pálida, porque realmente abuso da dança e a minha deusa sai à hora a que eu me recolho, o que não impede que eu seja também uma deusa, segundo ontem me disse quem tu sabes. Breve, o dia já não é do bom-tom, visto que devo informar-te de todas as modas da capital; a moda última é a *noite*.

Estive esta noite em quatro bailes e ainda perdi dois, porque, por mais que me reparta, nem posso ser Santo Antoninho em toda a parte, nem quero abusar da complacência da minha boa mamã, que nunca nega o que lhe peço, mas que, muitas vezes, faz um sacrifício em abandonar o seu *whist* ou *écarté*. Os dois principais onde me achei foram a Assembleia, onde cheguei às 10 horas e meia, e a *Vieira Pinto*, depois da meia-noite. A Assembleia esteve insuportavelmente brilhante: faz ideia como estaríamos, quando, só senhoras, éramos mais de 400; era um vulcão, duas vezes senti faltar-me o ar e, se não fosse um copo de orchata a propósito, não sei o que seria de mim. Começou por não se poder dançar e acabou por nem se poder passear; dançou-se e passeou-se, mas a dança sem ordem e sem espaço, e o passeio muitas vezes nos obrigou a parar 10 minutos até que se vazasse, nas salas seguintes, o esquadrão de pares que nos precedia: era a última noite e deve ter sido lisonjeira, para os directores do estabelecimento, a avidez com que tantas pessoas se apinhavam, para dizer os seus adeuses a tão agradáveis assembleias. Pouco me demorei, porque acho que, mesmo no bom, deve haver limites e que não é possível gozar-se bastante de tantas coisas que merecem ser vistas com individuação, quando se não está comodamente. Cheguei a casa da V. P. já tarde, porque todas as pessoas me disseram que tinha perdido muito em não ouvir um dueto magnificamente cantado pela C. A. e o filho da dona da casa. Este baile foi soberbo; nunca a Rua da Barroca pensou ver-se naquelas alturas; as seges e carruagens atulhavam ambos os lados da estreita rua; foi, numa palavra, uma das brilhantes reuniões particulares que este Inverno se têm dado. O número dos convidados, a beleza de algumas das convidadas, a elegância do local, a variedade dos divertimentos, o bom-tom da sociedade, a urbanidade e o tacto com que as

honras são feitas pela dona da casa, tudo isto te explicará por que razão eu, com tanta repugnância, e obrigada pela mamã, fui uma das primeiras a sair, saindo às 4 horas da manhã. O vestido que eu levava era elegante, mas sem ornato algum branco, como anteriormente tinha trazido no corpo e no decote; as blondas mesmo eram pretas e ralhei à minha modista por mo ter feito demasiadamente afogado. Na Assembleia, vi eu uma senhora com um vestido branco, e cintura, e ornatos pretos. Levei penteado bastante alto e algumas flores vermelhas entremeadas nos cabelos. Deram-me um trastezinho a que os franceses chamam *porte-bouquet*; é uma pequena cornucópia de marfim trabalhado e que contém flores, que ou se traz pendente de um cordão terminado num anel, ou simplesmente na mão; mandar-te-ei um semelhante, porque está sendo um complemento indispensável de um trajo de bom-tom.

Até que chegue a melancólica quaresma te não falarei dos passeios, dos trastes, nem dos teatros, porque só se ouve falar de bailes e noitadas. Dir-te-ei que os *boás* (as tais pelatinas redondas) continuam a ser *bem trazidas*; muitos mais de pele que de penas, posto que, por gosto, eu preferia estes; os brancos são mais elegantes; os de *marabus*, que ainda por cá se não trazem, são muito usados, este Inverno, em Paris; nunca será cá uma moda muito geral, por serem infinitamente preciosos: já que te toco nos marabus, dir-te-ei que muitos se têm visto nos cabelos, e espigas, e flores; falaremos disso outra vez.

A mana J. escreve-me de Paris, a 9 deste mês, que nada há mais elegante do que a forma dos vestidos naquela capital da moda; digo-to, porque tencio-no mandar amanhã fazer um com esse risco. Lembras-te daqueles retratos do tempo de Luís XV, que estão nos livros de estampas do papá, onde se vêem saias de cetim roxo, ou verde, que começam a abrir na cintura, se separam mais e mais, deixando ver um vestido de baixo cor de laranja, ou de rosa, e guarnecido com fitas brancas, ou cor de laranja? Estas cores harmonizadas produzem um efeito brilhante, semelhante ao das flores. Ora, pois, diz ela que tem um lindo vestido semelhante. É de cetim, cor de víolas, abrindo sobre outro de cetim branco, guarnecido pelas bordas com cetim azul celeste, recortado em dentinhos. O vestido branco, ornado com três cercaduras semelhantes, e as mangas meio brancas e meio cor de víolas terminam este elegante trajo. Na mesma noite, levava ela, ao lado da cabeça, um turbantezinho de veludo, cor de víolas, e plumas azuis. Antes que outras me roubem a ideia, tenciono, como te disse, mandar fazer já já um vestido neste estilo, mas preto, abrindo sobre outro de cetim branco; imagino que será lindo e fará voga.

Adeus, amorinhos; bailes todas estas noites até quarta-feira de cinzas, sem contar muitos outros, um esta noite, sexta-feira, em casa da D. A. da C., sábado, em casa das *Arn.*, domingo, a *Marquesa de Fr.*, segunda, a *Stubs.*, terça, o *Club*;

boa notícia, diz-se que o Club continuará as suas reuniões até Junho; benza-o Deus, se assim fizer; abençoados sejam os novos directores, que deram àquilo um tom de que tanto precisava. Vou pôr-me um bocadinho ao piano; cantar a modinha *Quisera Meu Bem*, etc., de que tu gostavas, e eu também, e fazer horas para jantar às 7 e vestir-me às 8. Os meus cumprimentos ao Comendador.

Até à morte,

Amália

A Guarda Avançada, Lisboa, 28-II-1835

Z.

O *Correio de Lisboa* (23-X-1837/22-I-1842, n.º 983, p. 4 694) concorre para a reformulação da maqueta da primeira página, a três colunas, filetando rodapé, ora "Variedades" e "Miscelânea", ora "Publicações literárias", "Literatura", enfim "Folhetim", a 20-10-1841, onde doutrina sobre o Romantismo, ou "Romanticismo", a poesia «considerada como ciência», «a missão do poeta». Junte-se recensão de A. G. (Almeida Garrett; 9-XI-1839), muito presente, e antecipação do canto I d'*A Confederação dos Tamoyos*, com "Episodio do Poema Inedito do Sr. Magalhães", 18-V-1841, n.º 802, continuado nos números 803 e 804.

Romantismo

E eu metido a escritor! É forte asneira; mas como hei-de eu passar o tempo, que tão depressa corre para quem tem que fazer e tão devagar para um ocioso? Já agora não há remédio, irei avante enquanto outra distracção não tenho melhor. E é *romantismo* este meu modo de viver: levantar tarde, deitar alta noite, ou quase dia, passear, ir aos bailes, teatros, escrever ora cenas de amor, ora os horrores do crime – tudo isto é o que se chama agora o género romântico –, sem rei, nem roque.

Grande foi a revolução que o género romântico fez na sociedade, na literatura, na política e, até, na religião – como se operou essa revolução não o digo eu, todos o sabem; *todos somos capazes de tudo*, disseram alguns revolucionários, e tudo ficou *nivelado*; a sociedade quebrou seus vínculos antigos e os saraus do antigo regime foram substituídos pelos bailes dos clubes; as reuniões de família morreram, porque a família acabou; as praças, os passeios, os teatros foram os únicos lugares, onde, com fins bem diversos, e por diversos caminhos, se encontravam os maridos, as esposas, os pais, os filhos, os irmãos, as irmãs, etc., etc.; na política, cada qual seguiu seu *bando*, e cada um se fez chefe e todos deram de mão às suas obrigações, dizendo ter conquistado os seus direitos, mas, como ninguém reconheceu os alheios, vieram as guerras civis, as mudanças de dinastia, as revoluções, as *lanternas*, as *guilhotinas*…

Na literatura, ninguém se importou com Cícero, e Quintiliano, para ser orador; com Homero e Virgílio, para fazer epopeias; com Racine e Voltaire, para fazer tragédias; foram tachados os Gregos e Romanos de idiotas, e qualquer aprendiz de sapateiro se julga um Xenofonte, capaz de salvar os dez mil, contra os cem mil persas…, capaz de fazer dez *Ilíadas*, cem *Eneidas*, mil *Bramas*, como os Eurípedes, e Terêncio, etc., etc., enquanto a religião se julgou digno intérprete das leis da natureza, e das revelações do Criador… e cada homem teve a sua religião ou, antes, deixaram de a ter.

Eis aí está o que é o Romantismo. Fácil é ser romântico – em administração, ninguém mais românticos do que os portugueses, tudo se *romantizou* (perdoem-me o verbo, mas, se romantismo é pátrio vocábulo, o verbo também o é, porque a acção nasce do sujeito que a exercita). Louvado seja o Senhor!! Há nada mais romântico, não digo bem, mais *romanesco* (variedade da grande família), do que as ruas de Lisboa?… Qual é a calçada da cidade baixa (única parte que, no sentir das antigas municipalidades, era Lisboa), qual é a pedra que não tenha sentido todo o efeito do *movimento*? Sítios há que têm sido feitos e desfeitos quatro vezes, em quatro anos – quem não tem que fazer, veste-se e despe-se, diz o rifão, e o certo é que despidas estão as demais calçadas, e bem nuas.

Não será também romântico o nosso viver? Consulte-se cada um a si mesmo, meta a mão na sua consciência e lá achará punhados de romantismo, que não há mãos a medir.

E quem se há-de queixar mais do romantismo? Os homens, sem razão; que seria deles se as damas não tivessem o coração tão disposto ao romantismo? Suspirariam no *género clássico* dos antigos *Palmeirins de Inglaterra* e, só depois de muitos anos corridos, muitas lanças, e castelos quebrados, mereceriam o sorriso de uma dama; agora, um sorriso é mais barato; e se o cavalheiro aspirava à mão, e aos favores da sua dama, não eram dez anos muito espaço para tão grande cometimento: agora, é conforme… dez anos ninguém espera; dez anos é um século, e quem há-de esperar um século? Eu, não: os outros, se disserem que sim, experimentem-nos, aos quinze dias ei-los desapontados, julgam bem empregados quando a caça não é bravia – mas semelhante à do canto nono d'*Os Lusíadas*.

Bem estirado vai o artigo: para que é descrever o que todos vêem?

Romantismo – é a luz que alumia o actual século; é a *demagogia da literatura, e do coração*; seus terríveis efeitos são *a anarquia literária* e o *egoísmo sentimental*.

Correio de Lisboa, Lisboa, 15-II-1839

Anónimo

O Periodismo

O periodismo é o símbolo da civilização moderna. Nascendo, morrendo, tornando a nascer e a morrer constantemente, no meio da vertigem dos acontecimentos e da instabilidade das ideias, os periódicos se reproduzem, como os pólipos debaixo do ferro do anatómico, à medida das exigências sucessivas de uma sociedade que todos os dias os pede, para neles se ler todos os dias.

Passageiros, como o favor do povo para com os tribunos, variados como as interpretações de um mesmo princípio político por diferentes partidos, caprichosos como o amor dos peraltas, opostos e contraditórios entre si como os interesses dos pobres e dos ricos, claros umas vezes como a verdade que nunca dizem, outras vezes turvos como o porvir da Europa, destinados finalmente a passar de contínuo a mão sobre a chaga que corrói as entranhas de uma sociedade que chamam remoçada, para talvez zombar dela nas agonias de sua morte, quem não vê nos periódicos a expressão das crenças por que pugnam, o transunto das instituições que passam, a formulação incompleta dos sistemas que se sucedem, e tudo neles vago, tudo neles transitório, e tudo neles insuficiente, como as ideias fatalmente realizadas do século revolucionário, com a sua impotência para o bem, com a sua eficácia para o mal?

A história do periodismo no seu apogeu, desde o ponto em que foi um poder, uma instituição, um meio legítimo de ilegítimas influências, um órgão poderoso de todas as exigências sociais, é a história dos tribunos e dos reis, do povo e dos aristocratas, da filosofia convertida em *tormentum*, em máquina de guerra, da discussão da variedade dos direitos do homem, anunciados como panaceia social pelos saudadores da revolução; e encerra em suas páginas a descrição das bacanais celebradas pela demagogia junto aos cadafalsos, e ao resplendor dos incêndios, o hino sacrílego do banquete dos cadáveres, e dos crânios enchidos de sangue, uma vez oferecido aos povos pelos regeneradores da espécie humana no templo da liberdade, e junto às aras da liberdade. Espécie de fantasmagoria animada através de cujos vidros de cor de sangue se vê a figura, primeiro, de um pigmeu, depois, de um gigante que se chama o *povo*, imaginando em sua loucura ter soltado suas cadeias, porque com elas pôde saltar mesmo ao som delas, e impô-las também aos seus tiranos.

Se continuamos o estudo do periodismo, se queremos encontrar nele a marcha da revolução e comparar duas épocas importantes da sociedade em que

vivemos, o quadro é terrível, e no fundo está o povo como os antigos judeus em torno do Sinai, esperando as tábuas da nova lei para adorar o bezerro de ouro. Esta é a revolução que começa. Em primeiro termo, e mais próximo a nós, está o mesmo povo cansado da sua actividade e enganado em suas esperanças, com o arrependimento e a desconfiança nos lábios, com o cepticismo no coração, arrastando-se pelo chão como os israelitas acossados da sede na solidão e no desamparo do deserto. Esta é a revolução que vai expirar. E o povo que nós conhecemos, bem como o outro, é o povo que conheceram nossos pais.

Parece-nos que, às vezes (e isto acontece quando escutamos, em alguns periódicos do dia, os últimos ecos da anarquia social), parece-nos ter diante dos olhos um daqueles espelhos mágicos, poesia obscura e sublime da imaginação e das visões atormentadoras do crime, nas quais, ao contar as histórias de uma idade supersticiosa, apareciam aos visionários, que então o eram todos os homens, fantasmas ensanguentados e espectros que os perseguiam. Porém, nós já não vemos em nosso espelho aparições nem sombras, não adivinhamos nele uma verdade moral, mas apalpamos uma realidade. Ao povo é que vemos brandindo, todavia, as armas com que venceu seus contrários e recusando apartar-se do lugar da matança, onde se está infestando com a podridão dos cadáveres e com a corrupção do sangue derramado. Esta é a revolução que já não tem que vencer e volta suas armas contra si mesma.

Os periódicos, pois, são a história e o código da revolução, são a revolução escrita. A grande personagem do drama está neles retratada com a sua terrível imagem e com o seu cutelo levantado. A quem vai já ferir? A si mesmo? Os periódicos devem dizer ao povo que deponha as armas e que caminhe tranquilo por uma vereda por onde o não esperam mais inimigos que os que adulam, todavia, suas paixões.

Uma tal vocação pode preencher os periódicos, porque, participando nisto, como em outras coisas da natureza da atmosfera, tanto chegam à sala do magnata, como pousam sobre o balcão do artista. Eles são a ciência reduzida a factos, a dados, a notícias, a nomes próprios; são a ciência do século, ciência essencialmente popular, ciência que não pôde nascer senão quando o povo aprende a ler: razão por que está entre nós em meia nascença.

Símbolo do movimento perpétuo, o periódico nasce andando, correndo, voando, circulando: invade os correios, mete-se nos vapores, aproveita-se das comissões, chega a todas as partes e por todas as partes vai deixando as pegadas dos interesses de todo o género, cuja expressão está confiada às suas colunas. Filho das necessidades as mais imediatas de uma sociedade de muitas necessidades, para ele se fizeram os caminhos-de-ferro e quer dar direcção aos globos. Sustenta o comércio, ajuda a indústria, mantém a ciência, vivifica a

literatura, monopoliza todos os talentos, torna suas todas as ideias, vai gritando tudo quanto sabe e recebe, principalmente, a sua vida da política, na qual, naturalmente, vem refundir-se, e cujas formas adoptam as grandes e pequenas questões da civilização europeia. E isto sem descansar, sem parar, sem tomar fôlego, sem nunca ceder, senão ao outro periódico que vem atrás.

Desde a jovem de 15 anos que busca na novela a interpretação de um lançar de olhos e a verdade do seu primeiro sentimento de amor, até ao velho e astuto diplomático, cuja posição vai unida ao triunfo de um partido, ou à formação de um protocolo, todos têm alguma coisa que ver nos periódicos.

O artista descansa de seu trabalho lendo os periódicos que afagam as paixões populares. O empregado público, que passa metade da manhã acendendo e apagando cigarros, dedica a outra metade à leitura dos diários do ministério que lhe paga e o mantém no seu emprego. O dançarino em negócios de crédito e de fazenda pública neles busca, não tanto a subida ou baixa dos fundos, como a inserção dos artigos remetidos com que se vê obrigado a responder diariamente aos que o chamam talvez por seu nome. O pretendente aprende de cor quanto respeita a vacatura ou provimentos de empregos. O dono de casa lê os anúncios de móveis usados e géneros baratos. O artista guarda o artigo que ele mesmo escreveu gabando a sua obra. O poeta e o literato contam pelos dedos os falsos testemunhos que lhes levantaram os compositores. O taful se recreia na esperança de sair no dia seguinte tão ridículo como o figurino que tem à vista. E até é já pouco tónico, entre gentes de certa classe, não achar um papel de modas ou de literatura (que é o mesmo) sobre a elegante mesa de costura da donzela sentimental: é o mesmo que sentar-se um homem para almoçar sem poder oferecer a seus amigos, além do chá, a estatística político-literário-moral do dia.

Está dito que, para ser periodistas, tendes bastante com saber escrever. Se sabeis muito, já não servis para isso, porque para saber muito se carece perder no estudo dos livros o tempo necessário para o estudo dos homens, dos homens cujo conhecimento é a verdadeira filosofia; além disso, as meditações sobre os in-fólios comunicam um carácter de gravidade e de meditação que mal se avém com a peraltice social dos periódicos e com a rápida observação dos acontecimentos. O talento do periodista consiste em não dirigir mais ideias que as absolutamente necessárias para um artigo de duas ou três colunas. Talento, na sua maior parte, de costume.

Escrevei, pois, que logo vos costumais. Uma coisa vos advirto: fugi dessas patranhas de convicções, que são os piores e os maiores daninhos de todos os inimigos pessoais de um homem.

A ambição, a glória, os empregos, as candidaturas, a toga do magistrado, a banda do general, a reputação dos homens públicos, tudo está nos periódicos.

Neles se há-de buscar a expressão e a eles está cometido o debate de todos os interesses, de todas as opiniões. A diplomacia encontra, às vezes, nesses papéis volantes, abandonadas nas mãos do povo, as revelações do seu mais tenebroso e subterrâneo maquiavelismo. A guerra faz-se já nos periódicos: as suas colunas são as dos exércitos. Órgão disso que deu em chamar-se opinião pública, pelo gosto de pôr um nome até ao que não existe; fortificados com o alimento espontâneo de sua própria publicidade, os periódicos são um poder verdadeiro, um poder real, um poder muito elevado e muito influente na categoria dos poderes que trabalham, com sua acção incessante, a vida das sociedades modernas, gastando as suas forças e disputando-se seu domínio.

Que quereis ser? Qual é o vosso talento? O do poeta, o do historiador, o do moralista? Seja qual for, guardai-vos de anunciar-vos ao público com um poema, com uma história, com um sistema de filosofia. O público vos não lerá, porque, para se aventurar a ler tomos de cabo a rabo, é necessário estar hoje mais familiarizado com o nome de um autor e com a ideia do seu talento. Mesmo supondo que o vosso livro tenha de ser lido, e estando certos de vós adquirirdes uma reputação, é necessário que antes tenhais dito o que sois nos periódicos.

Que quereis ser? Deputado, ministro ou general? A carreira está aberta: aí tendes um periódico, escrevei nele. Fazei oposição ao governo para que caia, favorecei os homens da vossa comunhão para que subam, adulai o povo, segui a marcha dos partidos, torcei o rumo à mercê dos acontecimentos. O êxito é certo; a deputação, o ministério, o generalato, eles virão mais tarde, ou mais cedo, segundo a força das paixões, a tendência da ambição e a habilidade e eficácia dos meios que tiverdes empregado para conseguirdes vosso fim.

Porém, se ambicionais ser mais que tudo isso, se o que quereis é uma reputação honrosa, se aspirais a uma influência honrosa, propondo-vos ser nada mais, nem nada mais sejais do que periodista. Tende consciência e alcançareis justiça.

As honras e os altos empregos virão, assim, buscar-vos e nunca vos poderão lançar em rosto que estendestes a mão para os tomar. Quando não, que honra maior, que posto mais alto do que dominar todas as ambições, desde a altura de vossos princípios, e falar ao país e ser por ele escutado?

De qualquer modo, quer aceiteis vossa missão periódica (e bom é chamar-lhe missão sequer, porque não é mais espinhosa a dos missionários da Índia) como quer que sirvais, ou vos sirvais do periodismo, ao qual costumam arrastar-nos, a nosso pesar, uma espécie de signo caprichoso e certo prescrito

indefinível, por dizer alguma coisa aos que, de boa mente, nos querem escutar; ora entreis pelo bom ou mau caminho, que isso a vossa consciência, ou o vosso interesse, vo-lo hão-de marcar; muito engano será crer que ides passar uma vida de paz e de bem-aventurança.

Se sois justos e verdadeiros, tereis à frente todos os que vivem de mentiras e medram com a injustiça. A política vos oferecerá em suas imemoráveis questões outras tantas pessoas a despir, perante a opinião do manto de sua hipocrisia, e a quem arrancar a máscara de sua maldade.

Inimizades, ódios, comprometimentos, vinganças, que sufocaram alguma vez a voz de vossas razões, e vos entregaram à fúria das paixões.

Quem sabe se a ofensa do amor próprio ou o triunfo do momento vos fará tropeçar e cair alguma vez em uma vereda rodeada de tantos abismos?

No princípio de nossa carreira, e para fugir de tamanhos inconvenientes, a literatura seria um refúgio. Porém, entre nós, não há literatura: há só literatos. A publicação de um folheto bastou por muito tempo entre nós para conferir, com esse título, todas as prerrogativas do talento e alçar as pretensões da superioridade. O público, cuja docilidade em deferir a usurpação das reputações foi até agora igual à sua ignorância em achaques de literatura, se apressou em dizer que sim a todo aquele que, com um maço de tradições, ou um punhado de anacreônticas na mão, se apresentou perante seu tribunal, reclamando para si a patente de grande homem. Pois bem, dizei ao grande homem e ao público que não, e sois um pedante; e se, porventura, nascestes a tempo que o homem era já grande, se ainda não sabíeis ler, quando imprimiu aquele catálogo de obras inéditas de autores antigos, que o elevam à categoria de escritor, se sois moços, enfim, não tereis incorrido unicamente na censura de pedantaria: tereis, então, cometido um delito horrendo. Alguns vos tacharão de rebelde, outros de romântico, os mais de ignorante, e todos convirão em que não estais em idade de ter talento.

Vinde a parar nos literatos de novelas. Sr. F..., a sua comédia é má. – – Como é má? Como se entende isso? Má, uma comédia minha? Vós sois um invejoso. – Senhor, não. – Sim, senhor, um invejoso; porém, para isso tenho eu meu par de pistolas. – Mas, meu amigo, se eu o não desafiei. – Consta-me que Vossa mercê é um vagabundo. – E o bom do autor parte a cabeça ao pobre crítico e já a comédia é boa e tem já um talento atroz.

Pois refugie-se para os costumes, para não ofender pessoa alguma, e todos se darão por ofendidos.

Diga que as mulheres o amofinam quase tanto como os homens, pensamento que a cada instante lhes passa pela cabeça a todos os que estão estenden-

do sempre a mão de amigo e se querem casar. Diga-o, é de atrabiliário para cima, não há quem lhe tire de cima todas as palavras feias.

E sede periodista.

Além desses inconvenientes, que mais ou menos cercam o homem, em todas as carreiras e fortunas, porque estão como presos à vida, que as produz tão espontaneamente como a terra produz plantas venenosas, o periodismo dá em outras partes nomeada e até riqueza. Entre nós, os escritores públicos têm sucedido no gozo de todos os seus direitos aos pobres da sopa dos conventos.

E sede periodista neste país.

Correio de Lisboa, Lisboa, 15-IX-1839

António Feliciano de Castilho

Entre 22-IX-1842 e 19-VI-1845, *a Revista Universal* teve como redactor Castilho; dessa produção, reunida em seis livros sob o título de *Casos do Meu Tempo*, integrando os 80 volumes das *Obras Completas*, seleccionei um dos primeiros, não assinado (p. 569-571), e que sabemos de Castilho por comparecer no vol. II de *Casos do Meu Tempo* (por seu lado, vol. XL das *Obras Completas*, Lisboa, 1906: 37-47). Acontece que os Editores subscrevem nota deste teor na p. 45: «Vemo-nos forçados a suprimir aqui um parágrafo. As torpezas são de tal ordem, que o prelo de hoje não as admite. O que em 1842, no calor da indignação, e obrigado do dever de cauterizar, com ferro em brasa, uma pústula social, Castilho teve de escrever no seu jornal civilizador, repugna a ouvidos e olhos do século XX. Por mais que o desejemos, é-nos impossível copiar esse trecho. A pena, a mão, os olhos, indignam-se e refogem.» Trata-se de muitos períodos (e não de parágrafo) que começam em «Acompanhado deste,» e terminam em «que serei eu o primeiro a gozar delas». Meses depois, Lopes de Mendonça estreia-se com seis contarelos em *Cenas da Vida Contemporânea* (1843), sendo, talvez, o primeiro a servir-se da ficção para combater a pena de morte em Portugal, na linha d' *O Cronista* (11-III-1827) e de Alexandre Herculano ("Da pena de morte", *Diário do Governo*, 1838; *Opúsculos*, tomo VIII, Lisboa, 1901).

Argumentos Vivos a Favor da Pena Capital
(Artigo que só homens deverão ler)

Temos de escrever coisas horrorosas, mas verdadeiras: da mui fidedigna carta, que no-las refere, as vamos tomar com toda a pontualidade. Requeria-nos o coração que as sonegássemos; grita-nos mais alto o discurso que não escondamos aos médicos nenhuma das chagas do corpo social: todas elas são cancerosas; se com o ferro e fogo se não extirpam, todas elas, tarde ou cedo, lhe ameaçam morte.

O mais que podemos, e faremos, será, por livrar de abalos sobejo violentos os corações mui sensíveis e as consciências melindrosas, decotar, quanto possível, em nossas narrações, o luxo das atrocidades, cobrir as luzes por extremo vivas, enfraquecer de indústria o efeito dos nossos quadros.

Em Moimenta da Beira, está aberta a sala das audiências para um grande processo-crime: quantia imensa de povo a enche, e a cerca por fora até grande distância; o magistrado, os juízes de facto, as testemunhas, os escrivães, os guardas e todos os demais empregados da justiça delatam por seus semblantes o assombramento que, não menos que ao auditório, os senhoreia: três homens façanhosos, cujos nomes aterram largamente a província, pejam o banco dos acusados e aguardam com almas de ferro a fulminante acusação do Ministério Público, e a sentença que sua própria consciência lhes profetiza. Chamam-se estes homens, o primeiro, Manuel Pires, por alcunha o Ruço (natural da vila da Rua, de profissão carniceiro); o segundo, Nuno da Silva (da Vide); o terceiro, Luís Minhoto (do Prado). Ruço é o cabeça de uma quadrilha de malfeitores, de que os outros dois são os principais braços.

Vai começar a sessão, que tem de durar por três dias sem noite: ao sussurro sucede o silêncio mais profundo; ninguém ousa respirar; nada mais se ouve do que a pena que sobre o papel ainda branco, mas condenado a sair cheio das mais inauditas feridades, lavra o dia do mês e ano da redenção, em que tais horrores vão ser patentes e julgados. Era temerosa, era sublime aquela mudez!

Um acontecimento imprevisto a vem quebrar ao começo da leitura dos autos: cinco órfãozinhos pálidos, vestidos de luto, debulhados em muitas lágrimas, rompem pela sala, dando em altos gritos a voz de el-rei, e pedindo entre soluços vingança do sangue de seu pai, de sua mãe, de seus irmãos, de sua tia, cruamente assassinados pelos monstros aí presentes; não houve senão três homens cujos olhos se não arrasassem de água neste lance! O integérrimo juiz, enxugando os seus, e voltando-se humanamente para os pobres inocentinhos, lhes rogou se quietassem, afiançando-lhes que justiça lhes seria feita, justiça cabal e inexorável: após o que, logo o processo retomou seu andamento, pausado e majestoso.

Nós vamos colher dos depoimentos das testemunhas, e da fama, e pública notoriedade no distrito, com que organizar um sucinto resumo da biografia destes tigres de face humana.

Era o magarefe Manuel Pires Ruço o mais possante capitão de bandidos daqueles contornos: o terror que a fama de seus crimes difundia lhe aumentava de contínuo ousadia e seguro para crimes novos: furtos, roubos, espancamentos eram já venialidades para a gente do seu troço; forçamentos, adultérios, desflorações, estupros, homicídios e sacrilégios encorpavam de dia para dia os seus

fastos. D. Miguel, para nos servirmos da expressão de uma das testemunhas, não fora mais obedecido nem mais respeitado do que ele.

Mal podem sofrer os potentados quem lhes faça sombra: Ruço tinha um rival; posto que inferior em forças, em partidários, em nomeada; era Joaquim de Almeida: conviviam, mas detestavam-se. Almeida era casado; Cândida, sua mulher, deu nos olhos ao príncipe dos facinorosos, que para logo determinou possuí-la. (Foi o primeiro acto de Lucrécia pintado em ponto pequeno e a carvão.) Cândida sucumbiu ao medo e foi adúltera:

– Resistir-lhe?! – disse ela perante o júri. – Como ousaria eu o que muitas outras casadas não ousaram? O que tantos maridos haviam já antes do meu dissimulado por medo à morte, quem podia livrar o meu de o padecer?

Um fruto, que deste infame comércio resultou, deu ocasião para se descobrir ainda mais a alma tenebrosa do celerado; defendeu este à pobre mãe, sob as mais acerbas penas, o baptismo do seu próprio filho, ameaçando-a, em caso de contravenção, com a morte do padre que lho ministrasse, e de quem lhe servisse de padrinho; o que forçou a desconsolada mulher a o não baptizar senão com o maior segredo, tomando por madrinha a criada de uma senhora, a quem o facinoroso respeitava, e por padrinho a um Santo, por não haver homem vivo que a tamanha aventura se arriscasse.

Enquanto assim Manuel Pires afrontava quotidianamente a casa do ladrão Almeida, prosseguia nas horas vagas os seus exercícios do costume; e os loiros que por lá colhia os vinha vangloriosamente depor aos pés da sua conquistada. Ela mesma publica havê-lo ouvido jactar-se de ter sido nesse prazo o autor de vários latrocínios de maior vulto, tais como os da quinta do Ferro, da quinta dos Álamos, do Sarzedo, de Padrinha, e do roubo e do assassínio de Sarmento Rodrigo, a quem por sua mão abrira a cabeça com um machado, e doutras proezas semelhantes e inumeráveis.

Querendo mostrar-se generoso para com o seu rival, Ruço, um dia, o convida a tomar com ele parte em uma expedição de que espera grande despojo: o roubo de uns baús de prata no convento de Freixinha. Almeida recusa desabridamente a parceria. Ruço, mal costumado aos repúdios, e pior ainda às altivezas, enfurece-se; trocam-se de parte a parte injúrias; romperam-se as mal fingidas pazes. Confiado na superioridade de sua pessoa e bando, Ruço contenta-se de continuar, sem resguardo, o seu adúltero comércio.

O alardo torna a injúria mais pungente, e provoca as ameaças do mais fraco; o mais forte, para lhes pôr termo, e lograr-se desassombradamente dos seus amores, só aguarda ensejo próprio para este novo homicídio. Almeida determina, por via de uma cilada, descartar-se para sempre do seu importuno desonrador: pouco audaz para se abalançar por si mesmo ao íngreme de tal

facção, e sentindo a impossibilidade de o vencer em batalha, comete a um dos seus apaniguados a morte do seu, por três modos, rival: rival nos prazeres, rival na fama e, sobretudo, nos roubos.

É Leandro Gomes o seu escolhido: carrega a espingarda, sai em procura do javali; encontra-o junto à aldeia do Prado: aponta-lhe de longe, dispara, erra o tiro e foge; mas não tão ligeiramente que não fosse primeiro conhecido. Ruço jurou vingar-se; é o único dos juramentos a que não sabe faltar: agora é ele quem parte à caça de Leandro – vai acompanhado de seus dois fiéis, Silva e Minhoto. Encontram-no junto ao lugar de Carapita, desfecham em descarga cerrada e dão com ele em terra morto.

Não pára aqui: cortam as orelhas ao cadáver: Nuno, por ordem do seu maioral, parte a levá-las à mãe de sua vítima; entra, arremessa-lhas à cara, dizendo "Aí tem as orelhas de seu filho; regale-se com elas, que são delicadas", deixando a pobre velha (Joana de Castro se chamava) semimorta e estendida por terra. Retoma as fatais orelhas e corre à residência do pároco; não o acha. Voa a encontrá-lo em casa do cura: "Quereis ver umas relíquias mui devotas que trago de Roma?" Respondem-lhe que sim os eclesiásticos, balbuciando de pavor. O malvado lhes apresenta os dois fragmentos ensanguentados, acrescentando que as vai mandar encastoar.

Ainda, porém, a sede de vingança se não aplacou; toda a família de Leandro tem de passar pelo ferro do capitão: já Gabriel Gomes, seu irmão, jaz assassinado.

É noite; Ruço entra à frente da sua companhia pela povoação, espancando segundo o seu costume a quanto encontra; vai bater à porta de Joana de Castro, diz-se cabo de polícia, intima-lhe que abra para receber de boleto a três soldados de um destacamento que da cidade de Almeida acaba de chegar. Apenas entrado, crava um punhal naquela mesma, a quem já despojara de dois filhos: aos gritos dela acorre de dentro o marido, Luís Gomes; o mesmo ferro, ainda quente, e vibrado pela mesma mão, o prostra sem vida.

Joana, tornada em si (não fora mortal o golpe), e achando-se de repente viúva, sem nenhum de seus dois filhos homens para arrimo de sua velhice, e rodeada de um bando de cinco inocentinhos, que não têm já na terra outra providência mais do que ela, procura, se lhe for possível, prolongar para eles o seu incerto, o seu amargosíssimo existir: mas o nome terrível do assassino está velando ao pé de sua vítima para que ninguém lhe acuda. Pessoa nenhuma em toda a vizinhança ousa ir pensar-lhe a ferida, levar-lhe socorros ou lágrimas, porque a sua desgraça... é contagiosa; e o braço que a derribou não tardará a esmagar a todo o que pretenda levantá-la.

Só uma parenta sua não duvida cerrar os ouvidos a um terror, que, logo

se verá, não era sem fundamento: ir servir-lhe de enfermeira, de serva, de consoladora e (o que mais e sobre tudo lhe era mister) de mãe extremosíssima de seus filhos; em memória deve ficar para a posteridade o nome desta mulher generosa: chamava-se Constância de Jesus.

Poucos dias são decorridos. Ruço, informado do que passa, volta de noite com alguns dos seus à povoação: não podendo conseguir que lhe abram a porta, força a casa pelo telhado; entram. As duas mulheres, apesar do disfarce dos bandidos, logo no primeiro relance os conheceram: do sobrado, onde jazem as crianças adormecidas, descem fugindo atropeladamente para a loja; o malfeitor, apertando na direita um cutelo, e na esquerda um archote, que o Minhoto de cima do telhado lhe arremessou para dentro aceso, desce trás delas, encontra-as de joelhos, de mãos postas, pedindo-lhe a vida, a vida!, não com palavras, que o terror lhas congelava na garganta, mas com os olhos, com a postura, e com o espavorido de seus rostos... e ambas estas mulheres caíram imoladas! Assim, de toda uma família, só escaparam os cinco pobrezinhos, que a Providência guardava como anjos de vingança, para no dia do julgamento virem depor com seus choros contra os demónios homicidas.

Até aqui, pouco mais temos visto do que algumas das façanhas do carniceiro; para acabarmos de o conhecer, lancemos de relance os olhos às outras duas figuras, que aí estão junto dele infamando o banco dos criminosos.

Nuno da Silva não é só um instrumento fiel da perversidade do seu cabo: tem uma história à parte, pode alardear glórias todas suas! O que Ruço é para com ele já ele o foi para com Domingos Tomé, magarefe do Tabuaço, e personagem também célebre por malvadez.

Acompanhado deste, entra um dia em casa da velha Perpétua, na vila da Rua: "Queremos, lhe diz ele com tom imperioso, banquetear-nos aqui esta noite, comendo uma cabra. Velha, vai-nos logo buscar vinho à freguesia de Vide, que o há lá bom." Era já escuro; receava-se a velha de ir só; porém, mais temia desobedecer a tais hóspedes. Vendo-a encolhidamente aprestar-se para partir, "Eu te acompanho", diz o Silva; e sai, deixando na casa ao companheiro.

Chegados ao adro da igreja de Vide, aí (apeteceu-lhe sobredoirar a torpeza com o sacrilégio diante das portas do templo), forçadamente abusou dela; proeza de que ele próprio no dia seguinte se andou por toda a parte vangloriando.

Enquanto Perpétua assim era tratada em Vide, sofria em casa sua filha, Leonor, igual violência da parte de Domingos Tomé.

Tornados os ausentes com o vinho e fechada a porta (quem o crerá?!), não cevada ainda a bestial sensualidade dos dois infames, concebem e executam, à vista de ambas as suas prostituídas, uma nova afronta conta elas, contra a natureza, e contra si mesmos; um deleite, que santifica, se é possível, os dois

crimes que acabam de perpetrar! Não o diremos, não o podemos dizer!

A cabra, destinada à ceia, estava ainda viva!!! Eles, eles mesmos, ousaram depois banquetear-se com suas carnes e obrigar as duas assombradas a comer delas! E, depois, ainda, recomeçar, ambos, com a pobre moça o mesmo abominoso passatempo.

Ela própria, Leonor, veio depor no tribunal e perante o mundo o seu opróbrio; ela, acesa em casto pejo, aí exprobrou tudo isto na face do único verdadeiro autor de sua desgraça: "Este homem, acrescentou ela, não contente com a malfeitoria de seu companheiro contra mim, zombou igualmente da minha fraqueza, submetendo-me à força de ameaças e pancadas; eu lhe dizia, suplicando, sr. Nuno, lembre-se de que tem filhas... Não queira que a afronta que eu recebo a venham elas a pagar." "São ainda pequenas, me respondia ele, deixa-as crescer, que serei eu o primeiro a gozar delas."

Luís Minhoto, posto que sócio, era, contudo, o mínimo destes três gigantes de impiedade: a sua presença ali parecia posta para os realçar. Perpetrara flagícios, e espantosos; mas induzido, mas forçado por eles ambos: disse-o, repetiu-o, e por nenhum foi desmentido. Ali, provocava uma espécie de simpatia; ele, que em qualquer outra parte passaria sem custo por um malvado abominoso.

Por três dias com suas noites durou este processo, sem que, nem os obrigados pela lei, nem os atraídos por uma justa curiosidade, desamparassem o tribunal. O acusador público foi enérgico e sublime; as testemunhas, claras e unânimes; os jurados, circunspectos e imparciais; o juiz, valoroso, sábio, justiceiro.

Todas as máquinas dispostas por Manuel Pires para salvar a sua cabeça se viram recair-lhe sobre ela despedaçadas a roda e roda. Apareceram as promessas, apareceram as ameaças às testemunhas, apareceram as peitas propostas à justiça, apareceu (essa carta, a requerimento do delegado, lá ficou apensa aos autos) o oferecimento de pesar a oiro a consciência do magistrado.

A Manuel Pires, o Ruço, magarefe na vila da Rua, e a Nuno da Silva, do lugar de Vide, serão cortadas pelo algoz as mãos e a cabeça. Luís Minhoto, do Prado, irá curtir para Cabo Verde 16 anos de degredo.

É a esperança o "*ultimum moriens*": ainda agora na cadeia do Porto o atroz capitão blasona que possui trinta mil cruzados e, com eles, salvará a vida! Mas enganou-o, desta vez, o seu demónio; enganou-o: há ainda na terra justiça; há na sociedade o instinto da conservação; e, por cima de tudo isto, lá no alto, uma Providência.

Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 22-IX-1842

António de Oliveira Marreca

"António de Oliveira Marreca [1805-1889] – Economista e filósofo humanitário" lhe chamou António Pedro Lopes de Mendonça (in *Memórias de Literatura Contemporânea*, Lisboa, 1855: 349-369); Herculano prezava igualmente quem, seu colega n'*O Panorama*, "jornal literário e instrutivo" (Lisboa, 1837-1868, 18 vols.; daqui, n.º 54, 2.ª série, vol. II, 7-I-1843, extraímos crónica-editorial que é marca de relação cada vez mais estreita com os leitores), defendia um país industrial, sempre adiado.

Aos Leitores

Celebram os periódicos, acomodando-se aos usos sociais, a entrada do ano, como a celebra o povo com boas festa e folgares. Convém que a literatura mostre, em tudo, um reflexo de nacionalidade e que esta, mais que as outras, a que chamam popular, não o sendo em nome somente, fira uma corda ora de alegria, ora de tristeza, segundo a índole das mais notáveis comemorações anuais.

Nesta congratulação de etiqueta ao ano bom, vem disfarçada outra, caseira e mais sincera, com que cada periódico a si próprio festeja, e o cuidado com que, atento a prolongar a carreira dos seus dias, esquadrinha cuidadosamente, para fugi-los ou expulsá-los, os achaques peculiares da sua espécie. Concordam todos quantos têm versado este ponto em que o segredo ou o remédio inteiramente se cifra no agradar aos leitores, dos quais quase o mesmo dizem que diz Victor Hugo, no prólogo de *Rui Blas*, dos espectadores; e, da escritura, o que o autor francês do espectáculo. Com ele, assentam dividir os leitores em três classes: o povo, as senhoras e os pensadores – o povo que pede sensações ao escritor; as senhoras, que exigem dele, e só lhe agradecem, os lances dramáticos e as grandes emoções; e os últimos, acaso os menos contentadiços, que, à fina força, querem ideias e pensamentos e que com outra iguaria se não hão-de dar por satisfeitos. E a tantos paladares, às vezes bem estragados, tem

de lisonjear o amargurado jornal! Esforço terrível, de que, ao cabo de 52 semanas, que conta o ano, nem sempre saem inteiros os veteranos da arte e os mais experimentados.

E, todavia, a todos estes obstáculos vão superando os nossos jornais literários: os velhos não cedem o campo e os novos combatentes vêm afluindo a ele. Que significa esta concorrência? Que cinquenta mil espectadores estão animando esta luta, que cinquenta mil espíritos procuram o alimento da inteligência e que cinquenta mil cabeças estão experimentando o influxo saudável da época e acumulando para o futuro cabedais que não hão-de ser desúteis ao país. O povo lê. Faltará aos escritores – e ao maior número falta, infelizmente – – filosofia e intenção; mas isso mesmo, que se estampa e publica sem propósito moral, aproveita pela maior parte, ora ao povo que lá o converte ao seu fim, ora aos escritores de verdadeiro talento e vocação, que se desenganam a erguer-se do silêncio em que dormem, para apontar o caminho aos que vão errados.

Não desalentemos, pois, porque o passo dos melhoramentos tem sido sempre assim: remisso e gradual. A escrita veio, primeiro, dar luz, cor, forma, vida, expansão, ao pensamento humano. Esta descoberta, tão admirável e juntamente tão inocente, teve detractores – os encomiastas do tempo que, então, podia chamar-se passado. Gabavam esses o método, antigo, de aprender de cor sem o auxílio dos caracteres ou sinais da voz e atribuíam a esta novidade *perigosa* – a escrita – a decadência dos costumes e o ruim espírito da mocidade! Muito depois, no século 7.º, veio outra invenção, também muito necessária, a da pena. Seguiu-se-lhe, no meado do século 14.º, a descoberta do papel de trapos e, quase no meado do século 15.º, a da imprensa; e a imprensa ainda foi mais praguejada do que a escrita, porque os frades, a quem vinha demitir do ofício de copistas, acusaram de magia aos inventores desta arte, tão simples no processo, como prodigiosa nos resultados. Foi esta a sorte dos grandes inventos e verdades mais benéficas, que quase não houve uma só que contra si não armasse um conluio de interesses e prejuízos: foram utopias, quando proclamados à face de uma geração que os não compreendia, muitos princípios hoje triviais; e serão, talvez dentro em poucos anos, axiomas do siso comum alguns dos que agora se reputam utopias. Hoje, por mercê da imprensa, acabou o tempo em que Platão dava 100 minas (304 moedas) por uma cópia de três tratados de Pitágoras e Aristóteles 3 talentos (548 moedas) por outra cópia das obras de Speusipo: os livros, postos, pela sua barateza, ao alcance de todas as fortunas, deixaram de ser monopólio da riqueza. Introduziu-se, nas ciências, o princípio da divisão do trabalho e de cada ramo dos conhecimentos humanos se encarregaram diferentes cultores. Subdividiram-se os próprios ramos em ramúsculos sem fim e, a um tempo quase, se estendeu e simplificou a

cultura. Abolidos os feudos e os morgados na república das letras, dos vastos terrenos da ciência uma boa parte se retalharam em courelas. Dos numerosos empresários da produção literária, muitos se votaram ao trabalho de fornecer mercadorias mais apropriadas à multidão. E hoje, na maior parte da Europa, não é à falta de escritos que as gerações se definham, como outrora, de inédia moral. Dezoito mil escritores estão com a pena na mão em Alemanha. Mil e quinhentos volumes saem, não contando pequenos impressos e folhas periódicas, todos os anos, dos prelos de Inglaterra. Para cima de cem mil famílias, desde a mais humilde até à mais elevada categoria do trabalho, desde o trapeiro até ao autor, vivem, hoje, em França, dos lucros comerciais da imprensa: o que é o menos, porque o mais é que, por ministério da imprensa francesa, estão recebendo educação muitos milhões de homens, naquele país e em todo o mundo.

Com tamanha actividade, a abundância de livros é tal, que já houve quem calculasse poder-se apinhar um montão, que chegasse à Lua, dos impressos, desde Gutenberg até agora; e tanta a impossibilidade de dar-lhes saída, que alguém se lembrou já, ou de pôr de parte os inúteis, lançando-os ao esquecimento, ou de invocar contra eles o auxílio de algum novo Omar. Em nossa casa, não há, por ora, que recear do dilúvio que inunda as alheias. Aqui, é o estio literário mais aturado do que conviera; o rio que se quisera caudal, regato e pobre ainda; nem há temor de que se abram sobre nós as cataratas do céu. Cintilações da ciência vão aparecendo neste nosso horizonte: obras substanciais e duradouras, acumulação de longo trabalho e pensar, são mais que escassíssimas. Elaboram-se, contudo, e preparam-se os materiais para elas: há muita força latente. Lê-se e ama-se a leitura. Mas louva-se o bom e o mau sem descrime e corre impunemente a moeda falsa com a genuína, sem haver alma caritativa que tome sobre si o encargo de contraste.

Quem virá, que funde a crítica de que não há a mais leve sombra entre nós? Que diga, sem rebuço, ao péssimo que o é; ao mau que lhe falta alguma coisa para chegar a medíocre; ao sofrível que forceje por atingir as raias do bom; ao que está verde que dê o tempo devido ao crescimento e à cultura; ao bom que é digno de louvor, mas que ainda mais o seria se alcançasse o ser perfeito; e que ao perfeito renda então francas homenagens e não regateie coroas e ovações? É falta, muito para sentir, a da crítica. Criem-na os óptimos, que os inferiores escutarão e os ínfimos da comunidade literária aceitaremos com acatamento conselhos e correcções.

Sem embargo desta falta, a quadra promete muito. Cuida-se a linguagem e o estilo, mais do que até agora. Buscam-se, consultam-se, estudam-se e reimprimem-se os clássicos: citam-nos, elogiam-nos e vai sendo quase moda

(Deus queira que chegue a ser mania) escrever em português. Muitos, na verdade, ainda barbari[z]am; mas, contra esses, são os escritores escrupulosos uma espécie de antídoto, porque há, na memória e na consciência do povo, uma luz que lhe ensina a distinguir o trajo português, próprio da língua, dos vestidos alheios e mal ajustados com que a desfiguram; e, no ouvido e sentimento do homem mais rude, um princípio de harmonia, que lhe ensina a diferençar os estilos, como os tons, e a dar preferência, quase sempre, aos melhores.

Esta luz nos guiará, até que apareça a da crítica.

O Panorama, Lisboa, 7-I-1843

Anónimo

A Câmara Municipal de Lisboa

Lá voltamos, não sem custo, porque nossa decrepitude apenas nos dá espaço para nos arrependermos dos passados desvarios e dos presentes pecados; não obstante, ainda nos recordamos do que prometemos e já o teríamos cumprido, se não fosse uma conversa que escutámos a dois sujeitos, tão jarretas como nós, assentados no Passeio Público. Não sabemos quem eles sejam, nem eles nos viram, e, por isso, discorreram larga e livremente e de modo que nos deixaram vacilantes se devíamos contar a nossa história. Tais coisas eles disseram, tanto nos ensinaram, que entendemos por melhor relatar o que ouvimos, que, em parte, é igual ao que tínhamos para dizer e, em parte, superior a tudo que poderíamos pôr de nossa casa.

Estes dois velhos, depois de gabarem umas e de censurarem outras coisas do Passeio, travaram insensivelmente um diálogo sobre a Câmara, e, para encurtar preâmbulos, aí vai o que nos lembra dele:

– V. mercê não leu um folhetim que veio na *Revolução de Setembro*, a respeito da Câmara, das cabras e do Malafaia?

– Li, sim, senhor.

– E que lhe parece?

– O que me há-de parecer? Aquilo não deixa de ser obra de partidos.

– De partidos!... Pois aquela crueldade para com as cabras e para com os zeladores é obra de partidos? Só se V. mercê quer dizer dos partidos da razão contra a barbaridade, da verdade contra a impostura, da justiça contra a maldade!

– Não há dúvida que o tal folhetim tem alguns pensamentos bons, mas parece-me que ali ressumbra algum rancorzinho, seja qual for a causa. E, demais, meu amigo, permita-me que lhe fale francamente, a paixão não nos mostra as coisas como elas são, quero dizer, talvez V. mercê tenha algum interesse directo ou indirecto nesta matéria.

– Directamente, não, senhor, agora indirectamente, todos nós. Eu não sou zelador, nem cabreiro, nem Malafaia, nem tenho relações com eles; mas sou português com todos os direitos de cidadão e habitante desta cidade, bem como V. mercê, e, por isso, temos jus à boa administração do município; além de que devemo-nos ressentir de qualquer injustiça que se faça aos nossos concidadãos;

e eis-me aqui como eu e todos os demais temos interesse nestas coisas e saiba também que me prezo de ser imparcial.

– Estou por tudo e peço-lhe desculpa se o ofendi e mais lhe rogo me releve o génio crítico, que já agora não muda; mas sempre lhe direi que não lhe estava mal ter amizade com algum dos tais e defender causa do seu amigo.

– Para lhe falar a verdade, de toda aquela gente só um zelador conheço, o qual me parece homem inteiro, e é ele quem me tem contado alguns escândalos praticados pela Câmara e pelo Malafaia, etc., mas isto é um simples conhecimento.

– Assim será; mas V. mercê deve advertir que esse homem fala apaixonadamente, porque lhe cortaram o seu salário.

– Então isso é pouco? E, demais, se esse corte, que não é menos da quarta parte, fosse para encurtar a despesa da Câmara, não haveria que dizer; mas, para engordar o Malafaia com cujo serviço a municipalidade nada utiliza – não é insensatez? não é escândalo? A este respeito bem claro fala o tal folhetim: talvez V. mercê não o lesse todo ou não lhe desse muita atenção; pois torne a lê-lo e considere bem as injustiças que ali se referem.

– Li todo, sim, sr., e com atenção; mas aqueles procedimentos são da precedente Câmara; a actual não tem nada com isso!

– Não tem nada com tão monstruoso aborto, é verdade; mas tem obrigação de emendar o que achar defeituoso; porém, eu desconfio que nada fará, porque, segundo me dizem, influi nela o mesmo espírito maligno que inspirava a passada Câmara.

– Espírito maligno! Homem, explique-me isso.

– Eu lhe conto o que ouvi. Dizem que aparecia na última Câmara e ainda agora ali aparece um fantasma ou espectro em figura de homem alto, magro como um esqueleto...

– Um fantasma! Pois V. mercê, dessa idade, ainda acredita nessas quimeras? Ora, deixe-se de petas, vamos ao sério e às realidades.

– V. mercê é que está muito incrédulo e atrasado na ciência das coisas sobrenaturais. V. mercê não sabe o que é metafísica?

– Não entendo, nem me importa saber disso: conte-me factos e deixemo-nos de conversa.

– Eu nunca vi o tal espectro, mas nem por isso duvido que ele exista: muitas coisas não vemos nós e, contudo, devemos crer que existem e penso que V. mercê acreditará que há espíritos malignos que podem tomar corpo e aparecer em certas partes: altos mistérios são estes que não nos é dado escrutar e muito menos compreender; porém, eu já agora hei-de ser crédulo toda a vida.

– Vá que seja, mas vamos ao conto e veja se o abrevia, que são quase horas de eu marchar.

– Pois bem, como eu ia dizendo, aparece ali um fantasma com figura humana, com semblante desconfiado, assim como um fiscal do seu e delapidador do alheio, e este fantasma é quem influi nas deliberações da Câmara, é este tão aferrado a ela que dificultoso será largá-la; até chegou a influir na eleição desta Câmara para que para ali fossem camaristas a seu jeito, com receio que viessem homens que não temessem fantasmas. Dizem que o Malafaia é bafejado por este espectro e, por isso, há-se fazer o que quiser.

– Mas eu ouvi dizer que o Malafaia tinha pedido sua demissão à Câmara e isto é sinal de que ele está desgostoso do emprego.

– Pediu a demissão, é certo, mas isso foi um maquiavelismo muito fino aconselhado pelo fantasma. Eu lhe digo o que ouvi sobre este caso. O Malafaia é muito ambicioso, não lhe importam senão seus interesses; arrosta todas as dificuldades e pratica todas as baixezas para obter metal; mas creio que deve mais à manha que à inteligência: ele pediu a demissão, dando claramente a entender que queria ser absoluto senhor de despedir e admitir os empregados na fiscalização; porém, a Câmara nada decidiu e tudo ficou pior do que estava; porque ele, irritado por não poder despedir quem queria e admitir quem lhe conviesse para bem de seus interesses, apoquenta cada vez mais e mais estultamente os seus súbditos, e de modo tal, que a desordem e prevaricação vai em aumento. Nem ele, nem a Câmara sabem o que por aí vai!...

– Estou admirado do que me conta; custa-me a crer que a Câmara consinta e sofra tais injúrias: pois um chefe pede a sua demissão ou a dos seus subordinados e não há resultado algum?! É caso raro! Não posso entender o enigma, nem sei decidir qual das partes fica mais airosa, se a Câmara, se o chefe, se os zeladores e oficiais: o que é certo é que todos ficam desacreditados.

– Diz muito bem; e agora conheça quanto pode o maligno influxo de um fantasma infame.

– Mas eu tenho reparado há poucos dias que os pejamentos nas ruas são menos: isto dá a perceber que a nova Câmara é cuidadosa.

– É verdade que, nesse ponto, alguma coisa se tem feito; mas é um remédio que faz bem aos pés e arruína a cabeça: são obras do Malafaia.

– Então como é isso?

– Eu lho digo: alguns camaristas embirraram muito com os pejamentos e têm razão; pelo que o Malafaia foi esfogueteado e, não sabendo remediar o mal por outro modo, mandou postar nalguns sítios os oficiais da Câmara como sentinelas, para impedir os pejamentos, onde permanecem todo o dia; e, desta sorte, V. mercê não tropeçará em gigas, cestos e canastras, mas sentirá a falta

no peso do pão, da carne, do carvão, etc., pois que os oficiais não podem vigiar estes objectos e conservarem-se ao mesmo tempo de sentinela em determinados pontos: e aqui tem V. mercê como são as providências do Malafaia e como, por causa dele, o povo sofre e a Câmara fica culpada.

– Homem, isso vai muito mau, o caso é sério: as antigas câmaras não tinham Malafaias, nem consentiam fantasmas e a cidade estava satisfeita; é necessário que a Câmara conheça tudo isto e se faça respeitar.

– Ora! De que serve a Câmara sabê-lo, se o tal fantasma impera nela e protege tanto o Malafaia? Eu creio que é tempo perdido; sofrer e calar será o mais prudente, visto que os espíritos malignos tanto influem sobre nossa desventurada pátria.

– Sofrer e calar! essa não está má! Então nós não temos o direito de petição desde a Câmara até às Cortes?

– Ora... ora, ainda V. mercê come carochas? Tudo isso são palavras pomposas com que se iludem os parvos, mui próprias para embalar nossas esperanças e entreter nossa imaginação.

– Pois está bem; fique V. mercê certo que eu tomo a peito este negócio, porque é de utilidade pública. Eu conheço alguns vereadores que tenho por homens sensatos e rectos, que não recearão fantasmas, nem Malafaias; e estou persuadido que hão-de atender à razão. Por agora, fiquemos nisto, que são horas e vai-se juntando muita gente; daqui a poucos dias continuaremos a nossa conversa e, se não houver melhoria, não só V. mercê gritará – também eu, os desleixos, os abusos, as prevaricações,

Cantando, espalharei por toda a parte,
Se a tanto me ajudar [o] engenho e arte.

E adeus, que se faz tarde.

– Adeus, até outra vez.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 17-II-1843

Almeida Garrett

Enquanto, no número d'*O Panorama* antes referido, se estreava, em folhetins, *O Bobo* herculaniano, Garrett (1799-1854) não demorava com *Viagens na Minha Terra*, para 17 de Agosto de 1843 na *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, 1841-1859), onde uma espécie de censura política impede a continuação após o sexto capítulo. Em 1845-1846, estes capítulos e o resto da obra aí voltarão, com simultânea saída do livro em dois volumes. Demos as diferenças textuais da primeira para a segunda versão em *Mágico Folhetim*... Já folhetim notável dentro da crónica que é, para muitos, o melhor deste Garrett, propõe-se o cap. II (na *Revista*..., vol. III, série 1, n.º 1, 24-VIII-1843: 18-19; e vol. IV, n.º 2, 3-VII-1845: 17-18), olhando à edição crítica de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, INCM, 2010, mas actualizando a ortografia (e nem sempre seguindo a pontuação). O sumário, mormente no que serão as "revistas da semana", é uma prática que se vai afirmando.

Viagens na Minha Terra

Capítulo II

Declaram-se típicas, simbólicas e místicas estas viagens. Faz o A. modestamente o seu próprio elogio. Da marcha da civilização: e mostra-se como ela é dirigida pelo cavaleiro da Mancha D. Quixote, e por seu escudeiro Sancho Pança. – Chegada a Vila Nova da Rainha. Suplício de Tântalo. – A virtude, galardão de si mesma: e sofisma de Jeremias Bentham. – – Azambuja.

Estas minhas interessantes viagens hão-de ser uma obra-prima, erudita, brilhante de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso de o dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscaduras da moda que, com o título de *Impressões de Viagem*, ou outro

que tal, fatigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito da ciência e do adiantamento da espécie.

Primeiro que tudo, a minha obra é um símbolo... é um mito, palavra grega, e de moda germânica, que se mete hoje em tudo e com que se explica tudo... quando se não sabe explicar.

É um mito porque – porque... Já agora rasgo o véu, e declaro abertamente ao benévolo leitor a profunda ideia que está oculta debaixo desta ligeira aparência de uma viagenzita que parece feita a brincar, e no fim de contas é uma coisa séria, grave, pensada como um livro novo da feira de Leipzig, não das tais brochurinhas dos *boulevards* de Paris.

Houve aqui há anos um profundo e cavo filósofo de além-Reno, que escreveu uma obra sobre a marcha da civilização, do intelecto – o que diríamos, para nos entenderem todos melhor, o *Progresso*. Descobriu ele que há dois princípios no mundo: o *espiritualismo*, que marcha sem atender à parte material e terrena desta vida, com os olhos fitos em suas grandes e abstractas teorias, hirto, seco, duro, inflexível, e que pode bem personalizar-se, simbolizar-se pelo famoso mito do cavaleiro da Mancha, D. Quixote; – o *materialismo*, que, sem fazer caso nem cabedal dessas teorias, em que não crê, e cujas impossíveis aplicações declara todas utopias, pode bem representar-se pela rotunda e anafada presença do nosso amigo velho, Sancho Pança.

Mas, como na história do malicioso Cervantes, estes dois princípios tão avessos, tão desencontrados, andam contudo juntos sempre; ora um mais atrás, ora outro mais adiante, empecendo-se muitas vezes, coadjuvando-se poucas, mas *progredindo* sempre.

E aqui está o que é possível ao progresso humano.

E eis aqui a crónica do passado, a história do presente, o programa do futuro.

Hoje o mundo é uma vasta Baratária, em que domina el-rei Sancho.

Depois há-de vir D. Quixote.

O senso comum virá para o milénio: reinado dos filhos de Deus! Está prometido nas divinas promessas... como el-rei de Prússia prometeu uma constituição; e não faltou ainda, porque... porque o contrato não tem dia; prometeu, mas não disse para quando.

Ora nesta minha viagem Tejo-arriba está simbolizada a marcha do nosso progresso social: espero que o leitor entendesse agora. Tomarei cuidado de lho lembrar de vez em quando, porque receio muito que se esqueça.

Somos chegados ao triste desembarcadoiro de Vila Nova da Rainha, que é o mais feio pedaço de terra aluvial em que ainda poisei os meus pés. O sol arde como ainda não ardeu este ano.

Um imenso arraial de caleças, de machinhos, de burros e arrieiros, nos espera naquele descampado africano. É forçoso optar entre os dois martírios da caleça ou do macho. Do mal o menos... seja este.

E acolá – oh suplício de Tântalo! – vejo duas possantes e nédias mulas castelhanas jungidas a um veículo que, nestas paragens e ao pé daqueloutros, me parece mais esplêndido do que um *landau* de Hyde Park, mais elegante do que um caleche de Longchamps, mais cómodo e elástico do que o mais aéreo *briska* da princesa Helena. E contudo – oh mágico poder das situações! –, ele não é senão uma substancial e bem apessoada traquitana de cortinas.

Togados manes dos antigos desembargadores, venerandas cabeleiras de anéis e castanhola, que direis, ó respeitadas sombras, se desse limbo onde estais esperando pela ressurreição do Pegas... e do livro quinto – vedes este degenerado e espúrio sucessor vosso, em calças largas, fraque verde, chapéu branco, gravata de cor, chicotinho de cauchu na mão, pronto a cavalgar em mulinha de *Palito Métrico* como um garraio estudantinho do segundo ano, e deitando olhos invejosos para esse natural, próprio e adscritício modo de condução desembargatória? Oh que direis vós! Com que justo desprezo não olhareis para tanta degradação e derrogação!

Eu comungava silenciosamente comigo nestas graves meditações, e revolvia incertamente no ânimo a ponderosa dúvida: – se o administrar justiça direita aos povos valia a pena de andar um desembargador a pé!... Lutava no meu ser o Sancho Pança da carne com o D. Quixote do espírito – quando a Providência, que nos maiores apertos e tentações nos não abandona nunca, me trouxe a generosa oferta de um amigo e companheiro do vapor, o Sr. L. S.[1]: era sua a invejada carroça, e nela me deu lugar até à Azambuja.

A virtude é o galardão de si mesma, disse um filósofo antigo; e eu não creio no famoso dito de Bentham, que sabedoria antiga seja um sofisma. O mais moderno é o mais velho, não há dúvida; mas o antigo que dura ainda, é porque tem achado na experiência a confirmação que o moderno não tem. Jeremias Bentham também fazia o seu sofisma como qualquer outro.

Vamos percorrendo lentamente aquele mal composto marachão, que poucos palmos se eleva do nível baixo e salgadiço do solo: de Inverno não se passará sem perigo; ainda agora se não anda sem incómodo e receio. Estamos em Vila Nova e às portas do nojento caravançarai, único asilo do viajante nesta, hoje, a mais frequentada das estradas do reino.

Parece-me estar mais deserto e sujo, mais abandonado e em ruínas este asqueroso lugarejo, desde que ali ao pé tem a estação dos vapores, que são a

[1] Luís Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do Cartaxo.

comodidade, a vida, a alma do Ribatejo. Imagino que uma aldeia de Alarves nas faldas do Atlas deve ser mais limpa e cómoda.

Oh! Sancho, Sancho, nem sequer tu reinarás entre nós! Caiu o carunchoso trono de teu predecessor, antagonista e às vezes amo; açoitaram-te essas nádegas para desencantar a formosa *del Toboso*; proclamaram-te depois rei em *Baratária*, e nesta tua província lusitana nem o paternal governo do teu estúpido materialismo pode estabelecer-se para cómodo e salvação do corpo, já que a alma... oh! a alma...

Falemos noutra coisa.

Fujamos depressa deste monturo. – É monótona, árida e sem frescura de árvores a estrada: apenas alguma rara oliveira mal medrada, a longos e desiguais espaços, mostra o seu tronco raquítico e braços contorcidos, ornados de ramúsculos doentes, em que o natural verde-alvo das folhas é mais alvacento e desbotado que o costume. O solo porém, com raras excepções, é óptimo e, a troco do pouco trabalho e insignificante despesa, daria uma estrada tão boa como as melhores da Europa.

Dizia um secretário de Estado meu amigo que, para se repartir com igualdade o melhoramento das ruas por toda a Lisboa, deviam ser obrigados os ministros a mudar de rua e bairro todos os três meses. Quando se fizer a lei de responsabilidade ministerial, para as calendas gregas, eu hei-de propor que cada ministro seja obrigado a viajar por este seu reino de Portugal ao menos uma vez cada ano, como a desobriga.

Aí está a Azambuja, pequena mas não triste povoação, com visíveis sinais de vida, asseadas e com ar de conforto as suas casas. É a primeira povoação que dá indício de estarmos nas férteis margens do Nilo português.

Corremos a apear-nos no elegante estabelecimento que ao mesmo tempo cumula as três distintas funções de *hotel*, de *restaurante* e de *café* da terra.

Santo Deus! que bruxa que está à porta! que antro lá dentro!... Cai-me a pena da mão.

Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 3-VIII-1843; 3-VII-1845

António Rodrigues Sampaio

Parlamentar e ministro, conhecido como o Sampaio da Revolução, seja, d'*A Revolução de Setembro*, é, quiçá, o maior jornalista de Oitocentos, paradoxalmente assinando (12-X-1881), em vésperas de morrer (1806--1882), legislação que reprimia a Imprensa. Aquando da suspensão daquele matutino, nos meses da Patuleia, substituiu-o pelo mais significativo clandestino do século, *O Espectro*, que nos faculta texto virulento (n.º 9, 4-I-1847) contra D. Maria II.

[Programa Real]

Lisboa, 3 de Janeiro

Continua o marasmo. Esta sociedade, outrora cheia de vida, esta capital florescente aonde se reunia o precioso da nação, este centro dos prazeres, o coração do país, esta outra Palmira! A alegria dos dominadores é uma alegria feroz: o júbilo é raiva, é desesperação. O acto mais indiferente dos vencidos irrita-os; tudo lhes parece hostilidade, tudo se lhes figura conspiração.

Decretos sobre decretos, penas sobre penas – nada vale tudo isso. O governo legisla para insurgidos ou para refunctos. Aqueles mofam das disposições irritantes, estes não sentem os seus malefícios.

Que importa que uma legislação bárbara e estúpida mande que um papel depreciado se receba por determinado valor? Não sabem que essa disposição só pode ter por efeito imediato levantar o preço dos géneros? De que servem todas essas cominações? Quem pôde jamais determinar o valor das mercadorias? Porque não estendem a providência a todos os efeitos negociáveis? Porque não decretam que os títulos azuis de 4 e 5 subam a par? Tínhamos assim uma nação rica!

E isto não era novo na nossa história. Costa Cabral decretou o crédito; Sousa Azevedo devia decretar a riqueza.

Para decretar a paz, tivemos a conspiração de 6 de Outubro e essa paz vimos nós o que ela foi. O coração magoado da rainha que manda fuzilar os seus súbditos, que lhes confisca os bens, que lhes sequestra os jurados, que lhes

suspende a carta, que proclama os inauferíveis, é um coração verdadeiramente maternal!

Que lucrámos nós em tantos combates?

D. Miguel atulhou as prisões; sua sobrinha atulha as prisões e as presigangas.

D. Miguel enforcou; sua sobrinha fuzila.

D. Miguel aniquilou a representação nacional; sua sobrinha fez o mesmo.

D. Miguel acendeu a guerra civil; sua sobrinha também.

D. Miguel criou alçadas; sua sobrinha criou juízes de comissão, que significam alguma coisa de pior.

A comparação, se é favorável para algum, é para D. Miguel.

D. Miguel foi perjuro como a sobrinha – jurou a Carta para a rasgar, aceitou a mão dela para a repudiar. Mas, abstraindo desta consideração, D. Miguel não foi ingrato.

Enforcou, sim, mas os seus inimigos; sua sobrinha fuzila e enforca os que a colocaram no seu trono.

D. Miguel não foi aclamado por nós: não nos custou muitos milhões de libras, não derramámos por ele uma só gota de sangue. Fomos seus inimigos! Na perseguição que sofremos houve tirania, porque a nossa causa era a da liberdade, mas não houve ingratidão.

A rainha era uma pobre aventureira. Entrou no país alçada sobre as nossas armas. Trouxemo-lo como nossa bandeira. O trono constitucional foi o que triunfou, não foi a sua pessoa.

Como é que nos paga essa rainha? Se quer um ceptro de ferro, restitua-nos o preço, porque comprámos o seu, que era o da justiça.

E nós somos constitucionais – entendemos as teorias e as práticas desse governo –, sabemos que o rei é irresponsável e sagrado.

Mas, nesse governo, o rei não governa, não faz programas; os ministros é que os fazem. E, em 6 de Outubro, e depois dessa época, a praxe mudou: os ministros somem-se e o rei aparece.

Já o *Jornal dos Debates* notou, na sua folha de 31 de Outubro passado, que o nome da rainha intervinha sempre nas reflexões do *Diário* e citou a seguinte passagem da nossa folha oficial: "A administração actual aceitou o programa que S. M., na sua alta sabedoria, formulou." A linguagem é a mesma e ainda nestes últimos dias vimos escritas estas palavras:

"S. M. o prometeu solenemente; o governo aceitou o programa real da proclamação de 6 de Outubro." (!!!)

Eis aqui o motivo do nosso proceder. Houve tempo em que foi um crime imputar qualquer acção ao rei – era quando os programas eram dos seus mi-

nistros. Cada partido tinha o seu; hoje vemos, pela primeira vez, os programas reais.

Ora, não há programa real senão no governo absoluto. E nós aceitamos os factos, porque não os podemos negar. O *Diário* fala na expansão da sua alma, declara os cabeças da conspiração, e nós, que não respeitamos o rei absoluto nem o conspirador, retiramos-lhe a inviolabilidade que ele rejeitou, quando se decidiu a fazer programas.

O *Espectro* será lógico. A inviolabilidade de D. Maria é a de D. Miguel e Carlos X. Os exemplos são modernos.

E não chamem a isto regicídio. Um exemplo é um aviso. Também o rei, pelo seu *Diário*, cita ao conde das Antas o exemplo de Miguel Augusto. Será o rei por isto um assassino? Proclamará o *Diário* por este facto o homicídio?

Seja o que for, as nossas palavras têm o sentido das da folha d'El-Rei Fernando II, desse rei que nem o Saldanha ousou citar no seu ofício – falou em Manuel, Afonsos, Sanchos e Joões, mas calou os Fernandos e as Marias! E calou bem!

O Espectro, Lisboa, 4-I-1847

Latino Coelho

Homem dos sete ofícios, José Maria Latino Coelho (1825-1891) escreveu LACO sob esta "chronica", também secção, d'*A Semana* (Lisboa, 1850-1852; vol. II, n.º 5, Fevereiro de 1851: 61-64). Escreveu outras sem assinar, relevando-se as epistolares, dirigidos a certa senhora (ver Brito Camacho, *Os Amores de Latino Coelho*, Lisboa, 1923: 7 ss.). Figuras da época, saídas na *Revista Popular*, *A Semana*, *O Farol* e em almanaques, estão em *Typos Nacionaes* (pref. de Júlio Dantas, Lisboa, ^{2}1919).

Lisboa no Inverno

Assim como toda a gente tem um vestido para sair à rua, outro para o seu trato caseiro, assim têm os moradores das grandes cidades, para falar delas, duas linguagens diversas.

Lisboa, vista nas crónicas dos jornais, é uma Paris, para fazer inveja aos provincianos e figas aos estrangeiros. Lisboa, na linguagem desambiciosa, mas não escrita, dos autores desses mesmos folhetins, é um Limbo. No primeiro caso, alardeia-se, com todo o luxo da ênfase, a *casquinha* e inculca-se por *prata* maciça; no segundo, olha-se por dentro e vê-se o pobre *chumbo*, que, sem o querer nem o saber, está mentindo aos olhos desatentos.

Também escrevo agora para o público. Também vivo aqui; também vejo e sei o que por aí vai; também, como amigo desta nação, desejaria dizer dela maravilhas – mas como não sei dizer senão a verdade, a verdade é que cidade deste tamanho, tão sensaborona, não existe debaixo da rosa divina que nos alumia e que, tão esplendidamente, a alumia.

Este Tejo, este porto, este panorama exterior, podiam anunciar a capital do mundo inteiro; a sala vaga onde recebemos os estrangeiros, o "Terreiro do Paço", com a sua estátua, maior que a de Lord Wellington, que os ingleses, com bazófia, dizem ser a maior do mundo, até aos olhos mais costumados infunde respeito; numa palavra, o cortiço do nosso enxame é vasto e, em partes, é belo

e belíssimo; mas o pouco zumbido que lhe vai por dentro não soa nem às festas do trabalho, nem ao trabalho das festas. São mais os zangãos que as abelhas – – as abelhas mesmas fazem mais *cera* do que mel.

Na Primavera, no Estio principalmente, embora venha por aí algum "turista", os nossos "cicerones" não deixarão de lhe dizer que acertou mal, que Lisboa está ausente pelas quintas, pelas praias, por Sintra. Falando em Sintra, há-de o "cicerone" empertigar-se, olhando para o forasteiro em atitude desprezadora. Na bela estação (lhe dirá ele), a Paris do Tejo é como a Lisboa do Sena. Que quereis que se faça entre o macadame e o gás, quando os campos, alumiados pelo luar tão puro como o de Itália, estão difundindo, da sua imensa vegetação em flor, delícias, saúde, seduções, para dentro dos nossos milhares de palácios campestres, povoados de fadas e ninfas (dos sátiros não lhe fale); das sacadas bipatentes, dessas salas radiosas de luzes, de espelhos, de montes de oiro sobre mesas verdes, de álbuns e exposições sobre jardineiras, se derramam, se esperdiçam pelos bosques, pelos casais, pelos ecos dos montes solitários, pelo silvado florido da azinhaga com a sua filarmónica... de grilos, pelas eiras com a sua "*soirée* dançante" de aldeãs, as árias emigradas da ópera de S. Carlos e dos outros dois, três ou não sei quantos teatros líricos; e, com as torrentes de harmonia, o espírito, a vivacidade, a alegria, o não sei quê de *charmant* e de voluptuoso, que, em outra qualquer ocasião do ano, vós encontrareis, sem falta, a cada canto, nesta cidade. Esperai alguns meses, meu amigo, e vereis a transformação da cena. Estas ruas são estreitas para as torrentes de carruagens que as inundam. Os médicos vêem-se doidos com o espantoso número de modistas que entisicam a costurar modas, que se revezam e sucedem com uma presteza, com uma fecundidade, com um prestígio, que faz lembrar as visualidades de um "caleidoscópio" na mão de um rapaz traquina escapado da escola; um pouco mais, *mon cher ami*, e vós vereis choverem sobre vós os convites para bailes de primeira ordem, que vos convencerão de que estamos, efectivamente, não no caminho da perfectibilidade, como todos, mas já com o pé (e com pé direito) dentro da civilização!

O estrangeiro, felizmente, não há-de poder esperar pelo Inverno; verá Sintra, que lhe há-de parecer, ainda assim, mal empregada; passará de Sintra a Mafra, que lhe há-de parecer mais mal empregada ainda; de Mafra ao Teatro de D. Maria II e de lá para o paquete, levando tantas saudades como provavelmente deixará...

Não! Lisboa não é uma cidade alegre, nem o podia ser. Para haver alegria numa povoação, muitas coisas são necessárias, que todas faltam aqui. Carece-se de riqueza, ou, ao menos, de uma honesta abastança e, em Lisboa, raros têm para o indispensável. Carece-se de uma certa cultura de espírito, de um

certo hábito de sociedade e nem uma nem outra coisa existe na camada ínfima, nem na média, nem quase até na superior.

Em Itália, são todos artistas, não por inspiração de cima: o céu de Itália é o céu de Portugal; são-no porque o belo, o grandioso, o suave, cercam o italiano, desde que abre os olhos e os ouvidos ao mundo. Os monumentos arquitectónicos, as estátuas, os quadros, os museus, do antigo e do moderno, as melodias lhe falam de contínuo, o educam, o ensinam, infiltrando-lhe por todos os poros a inspiração.

O parisiense não foi talhado pela natureza para mais folgazão, para mais buliçoso, para mais repentino e subtil nas respostas, para mais afável nas maneiras, nem para mais engenhoso no inventar vestidos, penteados, perfumes, poesias, papéis pintados para salas, contradanças, lâmpadas e romances – porém, mora na fábrica de tudo isso; anda no ar, que ele respira, o pólen de todas essas artes, de todas essas prendas, de todas essas engenhocas; a sua alma acha-se involuntariamente fecundada, como uma abóbora no meio de um meloal sai cheirando a melão.

O espanhol não pode ainda esquecer a nobre gravidade, os ademanes graciosos, a expressão ardente, corada, oriental, a amante, a amorosa misticidade do árabe, de quem alcançou mais que vitórias e herança da terra – o génio poético, o falar sonoro, majestoso, aspirado, varonil, o galanteio e donaire que ele tem em ambos os sexos e imprime, como selo constante, em todas as suas obras, nos dramas como nos trajos, nas novelas como no sério da vida, nos negócios como nos amores, nas guerras como nos saraus. Debaixo da epiderme castelhana não há, piamente o creio, nervos mais delicados, nem lhe corre pelas veias sangue diverso do nosso; mas a pequena Madrid ferve, corre, vozeia, ri, canta, agita-se dia e noite no seu turbilhão científico, literário, artístico, negocioso, exagerado, poético – enquanto a grande Lisboa sonha que se diverte deitada, mal coberta com alguns farrapos da sua seda velha, que apenas lhe cobrem as carnes, desgastadas e descoradas, da pobreza. Qualquer aldeia de Espanha faz, num só domingo, mais consumo de verdadeira alegria que Lisboa nas noites de todo um Inverno.

O espanhol tem comédia, tem romance nacional, porque acha em si o que vale a pena de ser descrito – o português de hoje só vê representar, só lê e só admite a ficção francesa, os costumes franceses e em linguagem quase francesa, porque nem em si, nem nos seus vizinhos, descobre relevo que mereça ser descrito. Repito, para que me não tomem satisfações pelo que não digo – os portugueses não valem, não devem valer menos que outra qualquer gente, mas a falta de estímulos, a falta de meios, a falta de cultura e o sobejo de preguiça e o cansaço das lutas e o cepticismo político e não sei quantas outras dúzias

de causas fazem que sejam, como realmente são, de uma insipidez, de um desgracioso, de um peso, de uma nulidade, que nenhum coração bem formado deixará de contemplar com muito dó.

Esses ricos frutos de Inverno nas cidades, chamados bailes – onde os há em Lisboa? Nem os próprios estrangeiros, nascidos e criados com eles, se atrevem aqui a dá-los. Pega-se-lhes a sensaboria da terra. É tal o desamparo, que uma ária endoidece e amotina, como um fenómeno, a milhares de pessoas: produz um triunfo, umas cavalhadas nocturnas, impõe em bolsas mirradas uma contribuição que ninguém recusa e fica ressoando meses por todos os ângulos das salas, das imprensas e dos botequins, como uma revolução da Europa ou da natureza!

Fala-se do baile dos marqueses de Viana. Foi esplêndido. Mereceu ser, como foi, retratado por um dos mais elegantes pincéis portugueses. O fausto e o bom gosto disputavam primazias. Mas que é, num ano, um ou dois bailes? Que é a festa de um palácio numa babilónia de três léguas de frontaria? Que é um grupo de gente que volteia, que dança, que ri, que ostenta galas e jóias, que talvez se entusiasma, quando, à roda dessa terra de Gizé alumiada, está todo um Egipto em trevas? Quando, à roda dessa casa que logrou suprimir, em trezentos e sessenta e cinco dias, uma noite e um sono, dormem desde as avemarias, na extensão de milhas, todos os vizinhos de todos os andares – muitos sem ceia, muitos sem saber donde o almoço lhes há-de vir?

Para que é fecharmos os olhos à evidência? Dissimular, negar o mal, que é grave, mas que tem cura, não é, por certo, querer bem ao que o padece.

O Inverno de Lisboa, falando em honrada prosa e português sincero, é como todas as estações de Lisboa, é como todo o ano em todo o reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas – uma série de dias mal empregados e aborridos, em que a boca se abre mais para bocejar do que para rir, em que o espírito faz mais lamentações do que projectos. Se não fora o sol que nos derrete os nevoeiros do *spleen*, apareceriam cada manhã, pendurados pelas traves e pelas árvores, afogados nos poços, no Tejo, nos tanques do Passeio Público, estirados por essas ruas, com os miolos rotos e a pistola ainda apertada na mão convulsa, dúzias, centos, milheiros de homens, de mulheres, de crianças do alto e do baixo estado, para quem a vida é toda um fio de lã parda, sem mescla, nem de oiro nem de seda e toda embaraçada, cheia de nós, impossível de descrever e quase impossível de se aturar.

Que significam (falemos sério), que significam esses cinco ou seis bailes dados anualmente, com grande custo, à classe que menos carece de distracções? Que bem resulta daí para a indústria nacional? Tudo o que por lá se admira e o que só lá se admite é estrangeiro, desde o lustre do tecto até ao

tapete do pavimento. Que bem para a agricultura? Que bem para a moral, para a instrução, para a civilidade do povo? Que recursos, grandes ou pequenos, para os indigentes, que nem por perto dessas portas se atrevem a passar, com medo ao tropel das carruagens e com medo não menor à frieza e secura insultuosa, com que ao seu grito ou suspiro de fome respondem os convidados, os guarda-portões, os lacaios, todos os ministros dessa chamada grande festa da civilização? Não são faróis a resplandecer para encaminhar perdidos e reanimar esperanças a naufragados: são luzeiros postos no cimo de ruínas para que mais apareça todo o seu horror.

Entusiasmai-vos, embora, com o bom gosto da *toilette*, cujo preço daria de comer durante um ano a algumas famílias de artífices e de empregados públicos, privados até do pão para o filhinho mais pequeno. Descrevei, cantai isso; rendas, diamantes, não são, decerto, um crime. Mas se Deus vos liberalizou talento, aproveitai o lanço para dizerdes a essas senhoras, a esses cavalheiros, que há muita mãe lá por fora, a quem a fome secou o leite; que há lá por fora muito pai que o amor da prole vai talvez abismar da desesperação no crime; que há meninas tão gentis e tão boas como as suas irmãs mais novas, a quem a falta de educação e de tudo lançará na voragem grande de que se não ressurge; que há... que há tudo isto, que vós vedes ao entrar nos bailes e ao sair dos bailes e muito mais, do mesmo género, que não vedes, e muitíssimo mais que nem ouvis, mas que podeis, mas que deveis imaginar! Quando aos bailes derdes páginas, não recuseis ao menos linhas aos asilos, às casas de educação, aos hospitais, a tantas coisas santas, que ainda há na terra, que, se não cantam, amam; se não dançam, abraçam; se não cheiram a macáçar, rescendem a virtude e a céu! Sugeri a esses grandes senhores, que só pensam nos felizes, porque talvez nunca viram de perto os desditosos, nem sabem por experiência quanto e como doem infortúnios desmerecidos, sugeri-lhes que, sem fecharem as suas salas, abram, por baixo delas, para os pobrezinhos ignorantes, alguma escola, nos desvãos dos seus palácios uma albergaria, um asilo para a inocência foragida, uma oficina para as mãos forçadamente ociosas.

De todos os nossos opulentos, o que mais nos parece para ser citado neste lugar é o conde de Farrobo. Não comparemos haveres com haveres, não os contamos; nem salas com salas, o que seria uma questão frívola; nem alma com alma, que seria odiosa sobre absurda pretensão. Dizemos só: esse conde (a quem nunca visitámos e que nunca nos visitou) entende, mais que a generalidade dos homens de ouro, o como, debaixo do céu, se deve usar da varinha de condão. O seu nome e a sua bolsa aparecem associados a todas as empresas úteis e patrióticas. As suas quintas são passeios públicos, como as soberbas *villas* dos príncipes romanos, Borgheses, Torlónias e Dórias. As suas salas re-

cebem a aristocracia cintilante, mas a plateia do seu teatro está franca ao mais humilde operário, que não pode pagar um assento nos espectáculos públicos e a quem, deste modo, é lícito contemplar, face a face, três ou quatro horas, as divindades terrestres e os primores das artes. Que digo? Ele mesmo e a sua família, depois de desenvolverem e aproveitarem o talento artístico de todos os seus servos, vão aspirar na cena a agradar àquela triste plebe, de que ninguém parece lembrar-se senão Deus e o exactor dos tributos. Eis o culto da arte; eis o cooperar, como quer que seja, para a civilização; eis o gosto, eis o modelo para se inculcar; eis a transacção do futuro com o passado, como cabe ao meio do século XIX!

O conde do Farrobo é o primeiro, mas não é o único. A quinta modelo do Calhariz é outra absolvição à opulência. As fábricas de Pinto Bastos, com as suas escolas, com a sua música, com os seus teatros, são outra glória nacional, outra semente esperançosa de porvir.

Repeti isto pelo vosso estilo sedutor e feiticeiro, escritores, mestres que sois e deveis ser das turbas. Insinuai-vos aos privilegiados da fortuna. Pode ser que, depois de se terem saboreado nas delícias do dançar voluptuoso, alguns apeteçam experimentar também os encantos inefáveis do bem fazer. Então, quando o povo se for ilustrando realmente; quando, com a rudeza, tiver desaparecido grande parte da imoralidade; quando novos e mais bem aproveitados talentos lhe houverem criado recursos contra a penúria; quando as artes tiverem descido da esfera onde hoje as aplaudis, até onde for possível; quando elas houverem entulhado este poço profundo e anticristão que ainda, ante os olhos mesmo da liberdade, está extremando os homens em senhores e servos, isto é, quando, sem se abolirem as distinções, a plebe puder também ter quinhão nos contentamentos deste mundo; então, venhais muito nas boas horas edificar-nos com o vosso hino da civilização. Daqui até lá, o Inverno em Lisboa, como a Primavera, como o Estio, como o Outono, há-de ser sempre coisa repugnante, vil e *impoetificável*.

A Semana, Lisboa, Fevereiro de 1851

Anónimo

Como raros fazendo jus ao título, *O Cronista*, "jornal literário, comercial e de anúncios", editado no Porto, transformava o rodapé em "Chronica", aqui de 6-III-1851.

Crónica

É PRECISO! é a palavra mais iminentemente arrepiadora que pode soar ao ouvido de um escrevinhador. Ora, esta terrível palavra, funda e cavernosa, como saída do seio de um túmulo, veio neste momento ribombar-me nos órgãos auriculares com a seguinte adição – "É preciso escrever uma crónica!" Como reagir a este arrepiador "é preciso!", como sair do dédalo emaranhado em que se vê um pobre rabiscador em presença do tal "é preciso!"?

Um grande recurso poderá haver, se não fora já safada engendração, de quem quer parecer o que não é.

Dez linhas de reticências que seria o bastante para construir a *reputação* de um *sábio* ou, melhor dizendo, de um *sabão* – porém, além de ser já uma charada morta sem nunca ter tido vida, colocar-me-ia na apuradíssima posição de eu próprio a não saber explicar, como acontece aos que a tal meio recorrem.

A erudição dos pontinhos é cómoda, mas está gasta. – Que fazer? Ah! Já sei!

Achei ontem, na rua, quando do teatro me recolhia para casa, uma máscara – que é mesmo o retrato de Sócrates –, que eu nunca enxerguei, como primeiro todos acreditaram; pois encaixo-a no focinho e verei se me ajeito por alguns segundos com o papel de *sabão* – é um arremedo, porém, atendendo à atrapalhação em que me tem o tal "*é preciso!*": espero me tolerem a macaquice.

De que estilo lançarei mão? Do asiático, do ático ou do lacedemoniense? Recorrerei ao Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Demóstenes, Séneca, o Controversista, Albúcio ou Scaliger? Nada; tudo quanto estes sábios me emprestassem seria rançoso e cediço. É preciso esmolar algum trecho de eloquência nos moderníssimos *mestres* de escritura; um desses trechos sublimes, que se assemelha a esse pássaro das Índias, chamado pássaro-do-paraíso, que nunca

pousa na terra, voltejando no ar mais puro, na região mais clara e mais elevada! Uma colecção de mil pensamentos delicados, que forme, em mosaico, um quadro de grande efeito, à imitação do que se viu no triunfo do grande Pompeu, em que aparecia o seu retrato feito de diamantes, rubis, safiras, pérolas, etc., que deslumbravam a vista, sem deixar ver o retrato. Finalmente, uma nesga dessa fraseologia de furta-cores, semelhante ao rabo do pavão, que varia de colorido segundo o movimento que lhe dão; ou um ingrediente epistolar em que, como no antídoto de Mitridates, entrem cinquenta e quatro drogas em diferentes doses. – Está decidida escolha: aqui, ficam a matar as reticências que dizem *nada*; aqui, tem lugar o guindado vaporoso do enigma sem *concetti*; aqui, as hipérboles gigantescas espantarão os mais ousados críticos; e não haverá quem me diga como Dórion a Timóteo, descrevendo este pomposamente uma tempestade – *Majorem se inferventi olla vidisse – vi uma maior numa caldeira fervendo*. – Nada de receio, por aqui caminharei, com a luz do fósforo, na cauda desses planetas da literatura que *percorrem os campos imensos da eternidade com os passos do seu mérito*. – Esta nesga já é de empréstimo.

Porém, o caso é que, nesta bebedeira de erudição, ia-me esquecendo de que é preciso fazer a crónica – o caso é sério, não me ajeito com a máscara de *sabão*, não posso respirar dentro dela, é muito pesada para mim, arranquemo--la. – Ah! Agora respiro.

Subi tão alto, que ainda me anda a cabeça à roda – não nasci para ser planeta. Vamos cá indo terra a terra, para nos ouvirem os brados quando estivermos em perigo.

Vamos à crónica. Ontem de manhã, findaram os doudejantes folgares do carnaval, palavra que, segundo alguns etimologistas, vem do italiano *carnavale* (e, segundo outros, compõe-se das palavras latinas – *caro* – *vale* – adeus, carne). Lá se avenham: quando tiverem a questão decidida, que dêem parte.

O carnaval de 1851 no Porto deixa memória de si – foi muito para se ver e para se admirar. Parece-nos que só deixou de pôr máscara o Porto de pedra, que está na cimeira da casa do município – e não seria anacrónico que lha encaixassem, que não diria mal com o seu vestido de armadura (de pedra, como é o todo), porque, se a história não mente, as máscaras são mais antigas do que ele – já, a despeito das proibições do Deuteronómico, os judeus se mascararam na festa de Purim e os gregos e romanos faziam o mesmo no triunfo dos generais vencedores, com folhas de bardana e figueira, e, mais tarde, a antiguidade empregou as máscaras já aperfeiçoadas na representação das tragédias, dando--lhes a semelhança das personagens que representavam. Já se vê, pois, que o Porto de pedra podia muito bem ter usado de máscara, durante o carnaval – – mesmo para completar o quadro.

Enfim, este ano passou sem este complemento; porém, esperamos que a lembrança não seja perdida e que, para o ano, se lhe mande fazer, à custa do município, uma máscara apropriada – e talvez seja conveniente escrever-lhe a tabuada na testa. Acabou-se o papel e muito a propósito, que estávamos quase a dar parte de morto.

O Cronista, Porto, 6-III-1851

Visconde de A***

Mais um disfarce típico (*A Semana*, vol. II, n.º 38, Janeiro de 1852: 426-428). Nomes listados abaixo poderiam comparecer nesta antologia.

Crónica

Esteve hoje muita gente na Exposição? Que lhe pareceram as flores de Constantino? Que me diz daquele retrato da D. de P.? Reparou bem no naviozinho feito de aparas? Quanto vale a custódia da patriarcal? Viu aquele quadro bordado pela C.? Quantos bilhetes tem já? Que prémio deseja que lhe saia? Tem ido a S. Carlos? Gosta da Sannazaro? Ontem houve pateada? Já chegaram os deputados? Muda-se? Já tem casas? Quando se fecha a Exposição? O L. sempre casa com a P.? O que há em França? Quando sai *A Semana*?

Eram estes, até agora, os chavões, já muito ferrugentos, com que se *abriam* todas as conversações dos círculos de Lisboa e o primeiro *Deus te salve* que se ouvia quando se encontravam os amigos, quando se ia fazer uma visita, ou quando os maçadores que costumam pôr o Chiado em estado de sítio, desde as duas até às cinco da tarde, atracavam os viandantes do seu conhecimento.

A abertura da Câmara, porém, veio fazer variar o escólio destas banalidades.

Esteve na Câmara? Já há número? Quem falou hoje? O que se decidiu? Que tal foi o discurso do C. R.? Haverá muitos oradores novos?

E, com efeito, agora é que começa o "serviço pesado" para os folhetinistas. Uma Câmara onde têm de se estrear tantos escritores e bacharéis de reputação já feita, onde aparecem como ressuscitados os padres-mestres do fórum parlamentar, há-de, necessariamente, ministrar brilhantes páginas às crónicas do dia. A nossa terá sempre uma parte dedicada ao registo dos sucessos que realçarem a eloquência da tribuna de ambas as câmaras.

Confessaremos, entretanto, que, se tivéssemos aquela cisma do poeta Malherbe, já havíamos desistido do intento. Os começos saíram-nos mal agoirados. Eis aqui, pouco mais ou menos, o que nos sucedeu no dia da abertura das Cortes.

Cidadãos e redactores, tínhamos duas razões, qual a mais urgente, para desejarmos conhecer desde já a nova Câmara dos Deputados. Ainda que pouco

hábeis na ciência de Lavater, esperávamos poder inferir daquelas eleitas fisionomias alguns auspícios sobre os futuros destinos da pátria.

Os romanos prognosticavam grandes sucessos pelos gansos e patos do Capitólio. Descendentes dos romanos, não era muito que aspirássemos a tirar algum agoiro plausível de quem leva tanta vantagem àquelas "sacras aves", que, até dentre os próprios racionais, foi escolhido como a flor, a nata, o beijinho da *massa* geral da nação.

Como redactores, o nosso interesse subia ainda mais de ponto. O público havia recebido com especial agrado os fac-símiles dos que escrevem; com quanto mais agrado, com quanto alvoroço não devia, pois, receber a galeria que nós projectávamos apresentar-lhe, gravada e colorida (com as suas cores políticas), daqueles que, se não escrevem, falam, e, se não falam, votam, e, votando, glorificam a pátria, cujos pais (e, às vezes, padrastos) são?

No dia 15, acompanhados de um hábil fotógrafo parisiense, com o aparelho indispensável para tais retratos, isto é, a câmara obscura (seja dito sem calembur), nos dirigimos onde tínhamos uma certeza legal de os apanhar em acto flagrante do seu ofício, à Sé, onde deviam ali receber as inspirações do Espírito Santo. Já pelo caminho íamos blasonando com o estrangeiro sobre a guapa colecção de lâminas com que ia enriquecer a sua sala e, talvez, todos os jornais ilustrados dessa Europa. Mas, oh! desapontamento inaudito! A catedral estava deserta! Dois únicos legisladores, que pareciam Sólon e Licurgo desterrados, assistiam à solene missa – que o prelado celebrava com a tristeza de um pastor a quem o gado moscou. Um só deputado e um só par (isto é, ao todo, um par) representavam as duas câmaras – quinta-essência de cinco milhões de habitantes!

Dissemos então ao estrangeiro que se podia retirar, por não haver que fazer com a sua "câmara obscura", salvo se para não perder as passadas queria retratar os acólitos.

Corremos logo da casa do Pai do Céu ao fórum dos pais da pátria. As avenidas estavam literalmente obstruídas de semideuses condecorados, por entre os quais se apontava, de longe a longe, algum simples mortal desejoso de ver como o representavam. Mas o dia era aziago. O bilhete que nos devia dar ingresso no alcáçar da eloquência tinha-nos sido "capitalizado", talvez por algum garoto, e, por mais que fizéssemos, não nos foi possível chegar ao pé de nenhum dos cambistas de senhas que por ali as andavam negociando.

Resignámo-nos, pois, a ver de longe os nossos retratos políticos, que muitos dizem não estarem parecidos. Por nossa parte, ainda que nos chamem vaidosos, sempre nos havíamos tido em melhor conta.

Perdemos, pois, a fala... do trono e o soberbo espectáculo dos filhos primogénitos da urna, de envolta com os fidalgos *legais*, todos, uns e outros, alvejantes ou de arminhos da Sibéria, ou com arminhos de acolchoadinho e fustão (vulgo, colete branco), emblema irónico da *candidatura* com que alguns se viram *azuis*.

Retirámo-nos, pois, tão desconsolados como aquele infeliz do conto de Hoffmann, condenado a nunca ver a sua sombra, mas tencionando sermos, logo na manhã seguinte, os primeiros na galeria da Câmara.

Nos lances apertados acode sempre a Providência. O que a Sé, o que S. Bento nos recusara (oh! prodígio do século!), tínhamos à noite de o encontrar – – onde? Onde, em Lisboa, se encontram todos os *velhos espíritos*, *lait de vieille* e a Nação; ratafia e a Reforma; *cuirasseau* e o *Diário*; os literatos por grosso e miúdo, os folhetinistas, os calemburistas, os janotas – enfim, toda a população verbosa, fogosa e esperançosa da capital.

Já se vê que nos referimos ao Marrare.

Nunca aquele afunilado pandemónio apresentara um aspecto de tanta originalidade. Já não eram as cinco ou seis dúzias de caras costumadas e infalíveis; era uma verdadeira invasão e quase todos do Norte... O gás, que não tem direito de se espantar de coisa alguma, parecia atónito das caras novas e rutilantes, que estavam alumiando, das *toilettes* repuxadas de uns e empapuçadas de outros, dos movimentos peados destes e do garbo cortesão destes outros. Eram os deputados novos das províncias que tinham ido ali fraternizar com o café e com os literatos de Lisboa.

Sem ânimo de censura, nem de malsinação, consignamos aqui o facto de irmos procurar os deputados à Sé e virmo-los encontrar no Marrare. Esta preferência pode ter muitas justificações plausíveis. O *espírito* da Sé é *santo*, o do Marrare *diabólico*. Esta palavra *espírito* tem hoje várias acepções. Os deputados, pois, estão no direito de *optar*. Oxalá que, assim como foram tão livres em escolher o *espírito*, sejam tão independentes em rejeitar o *santo*...

Estava, com efeito, deliciosa aquela noite no Marrare. Assim que entrava algum não conhecido da roda-viva, que ali vai fazer horas de ir para o teatro, ou de ir passar ou perder a noite, começava logo um zunzum a inquirirem uns dos outros se era algum deputado novo. Fizeram-se ali muitas apresentações e granjearam-se mais conhecimentos naquele escaninho do que num baile das grandes salas do Clube.

Melhor apresentação esperamos nós fazer deles aos nossos leitores, à medida que, pelos seus discursos, se forem dando a conhecer ao público.

Realmente, a câmara encerra boa parte dos talentos da nossa terra. Para que isto se veja bem, poremos aqui, rigorosamente alfabetados, os nomes dos autores e jornalistas que têm assento na actual Câmara dos Deputados:

Agostinho Albano da Silveira Pinto
António de Azevedo Melo e Carvalho
António Correia Caldeira
António José de Ávila
António Luís de Seabra
António Rodrigues Sampaio
António Xavier Rodrigues Cordeiro
Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa
Carlos Bento da Silva
José Estevão Coelho de Magalhães
José Maria do Casal Ribeiro
José Maria Grande
José da Silva Mendes Leal, Júnior
Leonel Tavares Cabral
Luís Augusto Rebelo da Silva
Manuel da Silva Passos
Rodrigo Nogueira Soares
Sebastião de Almeida e Brito
Vicente Ferrer Neto Paiva
Visconde de Almeida Garrett
Visconde de Azevedo

Há ali também outros engenhos não menos dignos de menção, mas nós apenas registamos os que já são conhecidos pela imprensa, ressalvando, contudo, as omissões em que, involuntariamente, incorremos.

O que estas inteligências de per si são capazes de fazer sabemo-lo nós – – mas, reunidas, o que farão?... Não vaticinemos.

Para sinfonia de abertura já basta.

A Semana, Lisboa, Janeiro de 1852

Ernesto Biester

Dramaturgo original, adaptador e tradutor, Biester (1829-1880) funda a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865), onde impõe a "chronica semanal" (aqui, n.º 30, 26-VII-1856: 239-240).

Crónica Semanal

A notícia da revolução em Espanha foi a principal novidade da semana: quase todas as conversações versaram sobre este assunto. Cada indivíduo encarava a questão a seu modo, empenhando-se – moralmente – para que o resultado fosse de acordo com as suas crenças governativas. Mesmo nos conflitos estranhos ao país, a imparcialidade torna-se impossível; as tendências políticas preocupam sempre, mais ou menos, os espíritos e insinuam-se naturalmente na discussão.

Absolutistas e moderados, legitimistas e republicanos, progressistas e conservadores, todos se empenham pelo triunfo de sua causa e, quando vêem qualquer das bandeiras hastear-se noutra nação, divisam logo para si um lisonjeiro presságio.

Não os censuramos, mas entendemos que é triste esperar pela influência estrangeira e que mais valia contar com a própria. Nós, que já experimentámos os efeitos dela, sabemos o quanto tem de prejudicial, além de custar caro.

Deixemos, porém, o que lá vai e falemos de Espanha.

É a questão palpitante.

Decididamente, o iberismo é uma ideia irrealizável. A homogeneidade de clima não traz a homogeneidade de carácter e pode o acaso aproximar povos caprichosamente, dar-lhes os mesmos hábitos e as mesmas leis, que, contra todos os cálculos e previsões, esses povos se separarão como habitando em diversas regiões.

O reino vizinho cada dia nos dá uma demonstração dos seus ódios políticos, das suas vinganças sanguinárias; ao fanatismo religioso sucedeu o fanatismo político e, cada dia, a lista dos mártires cresce à menor perturbação intestina.

Pronunciamentos do povo ou do poder, golpes de insurreição ou de estado e uma vitória ensanguentada constituem o drama que, sem cessar, se repete

entre os espanhóis. A última cena é sempre a dos fuzilamentos; a repetição não lhes afrouxa o gosto, porque este meio aparece não só no desfecho, como nos episódios.

Diga-se o que se quiser. Sobre as analogias dos dois povos, calcule-se por cifras as vantagens económicas da sua união; todos os argumentos decairão em presença da índole universal das duas nações.

Uma, dócil e generosa, a outra, insurreccionária e vingativa; numa, vem a amnistia após o triunfo, na outra, os conselhos de guerra e o assassinato; numa, o elemento militar desaparece diariamente e a força dá lugar ao direito, na outra, a espada é o primeiro – senão o único – elemento do poder e a força que comprime todo o direito; o espanhol sonha com a vitória, não como um triunfo das ideias, mas como uma vingança de represália; e, designando sempre o adversário com o título odioso de rebelde, dá à Europa um testemunho de barbaridade que se não repete em nenhuma outra parte.

Quando examinamos as consequências funestíssimas de uma união em que a diferença de superfície e população haviam por força [de] dar o predomínio aos espanhóis, não podemos deixar de recordar-nos do importante feito de 1640 e de venerar a memória dos que asseguraram a nossa independência e nos fizeram para sempre estrangeiros.

O que naturalmente nos ocorre logo à ideia, falando de Espanha, são as *corridas de toiros*; tanto assim, que nos lembrou agora mesmo a última que teve lugar no campo de Santa Ana e de que vamos tratar.

Era o benefício do jovem capinha Sancho: os camarotes estavam quase todos guarnecidos de senhoras e as trincheiras, tanto da sombra, como do sol, apinhadas de espectadores.

É forçoso confessar que nenhum outro divertimento desperta, em Lisboa, igual alvoroço. Aquelas girândolas de foguetes produzem um efeito inexplicável. Insensivelmente atraem para aquele sítio: resoluções as mais firmes têm sido abaladas.

Perguntaremos agora: divertem-se lá? Raras vezes. Quase sempre, à volta, fazem-se protestos de lá não tornar, mas não se cumprem. É verdade que não há nada mais difícil de passar – divertido, entende-se – do que uma tarde de Verão na capital. A não ir para os toiros, o que resta? Nada. Apesar de monótono, aquele divertimento conserva sempre o espectador em sobressalto; falta-lhe variedade, mas espera-se a todo o instante o acaso. Todavia, há ali uma vida, uma animação, um entusiasmo que se não encontra em parte alguma.

Nesta tarde, os toiros eram desiguais, mas houve[ram] alguns bastante bravos. O cavaleiro Diogo Henriques Bettencourt *picou* alguns com muita felicidade e sustentou dignamente a reputação de que goza. Destemido e corajoso

em extremo, prejudica, às vezes, pelo arrojo, algumas sortes. Desejáramos que não sacrificasse os preceitos da arte ao desejo de brilhar, pelo número de farpas que crava no toiro.

Cadete é o nosso primeiro bandarilheiro e, mesmo no reino vizinho, duvidamos que haja outro mais destro, mais elegante e tão ligeiro. Com a capa, qualquer o excede, mas a *meter duas farpas* ninguém o iguala em graça ou delicadeza. Depois dele, é o *Sapateiro* – nome por que só é conhecido – o que mais se distingue hoje em dia. Nas trincheiras, tem já um grande prestígio.

Uma vez que encetámos este assunto, não sairemos dele sem contar aos nossos leitores um caso único e extraordinário que lemos na *Ilustração Francesa* e que é nem mais nem menos do que uma *Toirada a bordo*. Talvez pensem que é uma brincadeira. Pois ouçam.

Nos princípios do cerco de Sebastopólis, o almirante Hamelin tinha dado ordem ao capitão Dieudonné para ir com o vapor, que comandava, buscar algum gado à Eupatória.

Dieudonné cumpriu a missão de que foi encarregado e já cento e tantos bois se achavam a bordo, quando a nau Henrique IV e o vapor Plutão chegaram às águas de Eupatória. Dieudonné, que se dispunha a partir no dia seguinte com o seu carregamento, cedeu o seu ancoradoiro ao Henrique IV e foi dar fundo noutro ponto da enseada.

Nessa mesma tarde, rebentou a medonha tempestade, de que todos os jornais deram a fatal descrição. O Henrique IV foi à costa e o Plutão soçobrou. Quanto ao vapor do capitão Dieudonné, enquanto os seus companheiros cediam à violência do temporal, eis o que se passava a bordo:

Os bois que, conforme o uso, estavam presos e dispostos em fileiras, quebraram as cordas, espalhando-se desordenadamente pelo convés. Atormentados com o enjoo e aterrados com os silvos do vento, a invasão das vagas e os movimentos convulsivos do navio, corriam em todas as direcções, como para escaparem ao perigo que pressentiam. Desde então, principiou uma cena de confusão quase impossível de descrever. Furiosos, estes animais investiam com tudo que viam diante de si.

Não só se precipitavam sobre os marinheiros, como também se atacavam mutuamente, soltando mugidos que não eram menos atroadores do que o ribombo do trovão que estalava sobre eles. Depressa o convés se achou todo inundado de sangue e coberto de bois estropiados e com as entranhas dilaceradas. O baloiço do vapor forçava estes desgraçados animais a irem de encontro aos mastros, às amuradas e às peças; tratou-se de desembaraçar o navio destes companheiros de aventura. Mas era impossível alijar ao mar tão pesadas massas, que nem ao menos se deixavam abordar.

No meio de tal confusão, impossível era obedecer às ordens do comandante. A tripulação estava paralisada e toda transida de medo e parte dela se tinha refugiado na segunda coberta. Nunca um espectáculo tão estranho, um drama tão extraordinário, teve por teatro o convés de um navio.

O navio, porém, achava-se prestes a soçobrar, era forçoso, a todo o custo, aliviá-lo. O porta-voz do comandante fez soar a voz de se cortarem os mastros, mas ninguém ousou aventurar-se no meio dos animais raivosos e no último grau do desespero.

Então, Dieudonné, que, intrépido e com o maior sangue-frio, assistia a este horroroso drama desde o princípio do temporal, lança mão de um machado e, acompanhado do seu segundo, igualmente armado, se dirige para o centro do navio. Um boi o acomete de cabeça baixa e um golpe de machado o prostra sobre o convés; outro investe contra o segundo, que, mais infeliz ou menos destro do que o capitão, cai rolando pelo convés, conseguindo levantar-se alguma coisa contuso.

Os dois chefes, completamente abandonados pela aterrada tripulação, descarregam repetidos e vigorosos golpes na base do mastro grande, que já cede ao esforço do vento e que, caindo com um medonho estampido, esmaga algum gado que encontra debaixo de si. Um quarto de hora depois, o vapor, desembaraçado da mastreação e já mais aliviado, começava a sustentar-se melhor e a prestar-se com mais facilidade ao movimento das vagas e a lutar mais vigorosamente com os elementos. A tempestade ia terminando, os bois achavam-se uns mortos, outros feridos e alguns tão cansados que não se podiam mover. Começaram então os marinheiros a aparecer e a cumprir o seu dever.

Quando o vento acalmou, Dieudonné, sentindo a necessidade de ir repousar da fadiga daquela tremenda luta, dirigiu-se ao seu camarote; mas, abrindo a porta, recua, estupefacto, vendo a sua cama ocupada por um enorme boi, que tinha passado pela clarabóia e estava muito ferido da queda. Entra no salão e, novamente, recua ante outros quatro hóspedes, que, tendo igualmente entrado pelo rombo feito na clarabóia superior, conservavam-se tranquilamente neste elegante camarim.

De volta a Kamiesch, o capitão contou a aventura ao almirante, que se perdeu de riso.

«– Debaixo da minha palavra de honra, dizia Dieudonné, antes queria verme a braços com duas fragatas russas do que no meio de semelhantes animais furiosos, porque não imagino pior posição do que aquela em que me achei durante vinte e quatro horas.»

A espada do valente marinheiro francês transformou-se, daquela vez, na do célebre *matador* Montés.

Tínhamos interrompido aqui a crónica para irmos assistir a uma representação no Teatro de D. Maria II. Estava deserto, como sempre. E como não há-de estar, quando se apresentam espectáculos em cena tão ridiculamente ensaiados, como o que acabamos de ouvir?! Nos teatros de segunda ordem, mesmo, nunca vimos nada que se lhe possa comparar. Era uma desordem completa. Houve[ram] alguns actores que disseram e fizeram o que bem lhes pareceu, cortando aqui o diálogo, aumentando-o ali, escorchando a linguagem umas vezes, adulterando-a outras, e tudo isto acompanhado de uma desarmonia e frieza incríveis. E dizem que há no teatro normal um ensaiador! Mas de que serve ele? Que faz ali? Tudo, menos ensaiar; é o que se vê.

O nosso primeiro teatro lembra um teatrinho particular, em que o ensaiador só dispõe as figuras – igualmente mal – e depois cada actor segue a sua inspiração e faz o que entende. Nota-se igual desafinação de vozes e observam-se os mesmos defeitos na declamação. Falta-lhe a harmonia geral, que é tudo.

Mas, dirá o leitor, que culpa tem o ensaiador de que os actores não saibam os papéis e representem mal? Toda, neste caso, e vamos explicá-la. A comédia a que aludimos não ia à cena havia perto de três meses; não admira, portanto, que estivesse esquecida.

Além disso, tinha música e de um género novo para os artistas. Está claro que, para se recordar como devia ser, carecia de alguns ensaios; porém, o sr. Luís da Costa não o entendeu assim e achou que bastava só uma recordação, e essa mesma sem música. O resultado era evidente. É necessário também advertir que nem ao tal ensaio assistiu, pois, se assim houvesse feito, como lhe cumpria, tinha naturalmente observado que a comédia não estava sabida e, para a não sacrificar, cuidaria em substituí-la.

Se a comissão encarregada da reforma da nossa primeira cena dramática não trata de remediar os males que ali existem, cortando-os pela raiz, a total decadência da arte é inevitável.

Tendo-se espalhado que os desenhos da festa do Passeio Público que apareceram na *Ilustração* eram devidos ao lápis do sr. Anunciação, cumpre-nos declarar que pertencem ao sr. Bordalo Pinheiro.

No folhetim da *Civilização*, continua a ser calorosamente advogada e combatida a questão da crinoline, dos merinaques e das saias-balão. Reservamos para o seguinte número a nossa opinião em tão grave assunto. Neste, falta-nos o espaço e tais *objectos* precisam dele.

A Ilustração Luso-Brasileira, Lisboa, 26-VII-1856

Anónimo

O Comércio (2-VI-1854) passa a *O Comércio do Porto* em 2-I-1856. Após três anos sem um rodapé original, traz a novidade do "retrospecto" semanal (aqui, em 30-III-1857).

Retrospecto

Quando se nos meteu em cabeça dar todas as segundas-feiras, por atacado, o noticiário de sete dias, arreceámos que nem sempre teríamos material para a obra, que, por uma instigação secreta da vaidade, ou cousa que o parecia, resolvemos arquitectar em forma de folhetim.

Pelo que toca à mão-de-obra, já sabíamos que nos escasseava cabedal de chalaças originais, rebolidas em bom torno, como para cometimento tal se requer; porém, lembrando-nos que Voltaire disse algures

... Há certos casos
Em que x *na equação tão pouco monta,*
Que após mil inversões é zero tudo;

deu-nos menos cuidado a falta de capacidade própria para trabalhar os materiais do que a míngua destes, com que (aqui para nós) esperávamos lutar.

Já se vê que até nisto mostramos pouca esperteza. A experiência prova que o que nos falta é espírito subtil de ideias cavas (isto é emprestado) para tirar partido do grande fornecimento de episódios tristes, alegres, facetos, ridículos, etc., da crónica local.

Diz um espirituoso escritor, a quem se pode aplicar o que Voltaire disse de Pascal – *né un siècle trop tôt* –, que no Porto é tudo *chato e tudo se achata*. Não entraremos nestas metafísicas do achatamento, com medo nos escape alguma *sapiente* asneira; porém, pedimos vénia para dissentir a este respeito do aludido escritor; porque os factos têm a nossos olhos mais força do que a autoridade dos talentos privilegiados, quando estes se mostrem em oposição com aqueles.

Porém, basta de prefácio, e vamos ao noticiário, que servirá de prova ao que deixamos anunciado, isto é, de que no Porto nunca há falta de matéria para fazer espírito.

Na segunda-feira, entre os presos que estavam em custódia, e foram soltos, contava-se um pobre galego, que da prisão de Cupido passou para a do quartel da Guarda Municipal.

O episódio é galante, e de aproveitar, mesmo porque não é raro ver figurar um galego como herói de romance.

É o caso:

O homem de além-Minho servira, como criado, em uma casa em que havia como criada uma rapariga portuguesa, destas a quem cabe a qualificação – feia e forte.

O nosso homem, tendo já abdicado a *montera*, e aperfeiçoada a casca, principiou a arrastar a asa à criada, e esta, que tinha pronunciada a bossa da ternura, não pôde ser insensível às piscadelas amorosas do amoroso galego.

Pactuou-se entre ambos um espécimen da união ibérica, que tão vantajosa nos inculcam os publicistas de caixa coberta.

Os amos descobriram a íntima inteligência do criado e criada e, para não compartirem a responsabilidade do facto, empregaram a última *ratio*: *rol rua!*

Os dois amantéticos acomodaram-se depois, cada um em diferente casa; mas nem por isso desistiram do propósito de passarem juntos alguns momentos, sempre que o engenho engenhoso da Ela achasse traças para introduzir o seu Ele dentro da casa, onde novamente se acomodara. Tinha isto lugar quando os donos da casa saíam para visitas ou para o teatro. Porém, o diabo, que tanto as arma como desarma, fez que alguém da vizinhança, mordido da inveja pela felicidade do galego, denunciou aos amos da rapariga as entrevistas clandestinas desta com o seu Ele. Agora o vereis.

Os amos, tomando as precauções precisas e deixando o denunciante de sobreaviso, saíram no sábado para o teatro, sem mostrar que desconfiavam coisa alguma. Chegado o momento convencionado, abriu-se a porta e o galego foi introduzido, como de costume. Os amos são logo avisados no teatro e numa volta de mão regressam e batem à porta da casa.

A atrapalhação que lá iria dentro bem se pode imaginar. A entalação era suprema; não havia saída que não estivesse previamente impedida. O pobre galego, em tais apertos, lembrou-se que, assim como os gatos fogem pelos telhados, também ele, sem perder de quem era, podia fazer de gato em tal apuro.

Assim o pensou, assim o fez.

A criada, vendo que não tinha outro remédio, ouvindo bater segunda vez à porta, com todas as indicações de impaciência e mau-humor, foi abrir.

Procedeu-se *in continente* a uma rigorosa busca, que por algum tempo foi sem resultado; porém, a janela das águas-furtadas aberta revelou a verdade e o

infeliz amantético, depois de ter quebrado não poucas telhas, e corrido o risco de medir de um salto a altura da casa, teve de tornar a entrar por onde saíra com cara de parva aflição; e neste estado foi conduzido para o quartel do Carmo. O "rol rua!" foi ainda mais uma vez a pena infligida à pobre vítima de um amor malfadado!

Na noite de 2.ª feira, tornou a ser posto em cena, no Teatro de S. João, o *Gonçalo de Córdova*. Na plateia, podia passear-se sem estorvo.

A crónica de terça-feira é melancólica e lutuosa.

Neste dia, sofreu esta cidade uma perda, cuja grandeza mal pode medir-se. Foi a morte do snr. José Gregório Lopes da Câmara Sinval, que, como letrado, como distinto e erudito membro do magistério na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, e como brilhante e sábio orador sagrado, era uma das nossas ilustrações contemporâneas, cuja falta há-de por muito tempo fazer-se sensível.

Foi também neste dia que o nosso amigo o comerciante João Portilho Ferreira viu cair na eternidade aquela que lhe era duas vezes mãe no amor, e pelos vínculos do sangue, porque era a sua avó.

É ainda neste dia que a snr.ª D. Maria da Glória Gomes deixou de existir, desatando com o último sopro da vida o laço do himeneu, mal acabado de atar-se.

Na noite desse dia, cantou-se no Teatro de S. João a ópera *Lucia de Lamermoor*. O fastio, desgosto, ou o quer que seja, que se notava na pouca gente que se via na plateia parecia o reflexo sombrio das cenas de luto que deixamos indicadas. A frieza do público em todo o correr da representação não desdisse a melancólica feição, própria dos acontecimentos do dia.

O garridismo da snr.ª Almonti; a liberdade livre que ela tomou, sem a licença de Walter Scott, de apresentar a crinolina na Escócia, na época da *Desposada de Lamermoor*, já nada disto é bastante para combater o enjoo do público, ao ver que à fina força o querem obrigar a aprender de cor as três óperas que se conservam na cena!

Na quarta-feira, enquanto, na igreja de S. Francisco, os colegas, discípulos e amigos do snr. Sinval davam, na presença do cadáver deste, testemunho solene do muito que lhes doía a perda de tão prestante varão, representava-se, no Teatro de S. João, *S. Francisco de Paula*, que continua em cena com agrado do público, e proveito do empresário. Nestas coisas da vida anda sempre entremetida a morte. Vida e morte são o claro e o escuro de todos os quadros ao natural, que aparecem nessa grande exposição que se chama mundo.

Na quinta-feira, faleceu o snr. Manuel da Silva Santos, nascido português e depois naturalizado brasileiro, porque no Brasil adquirira ele a sua fortuna.

Tinha ido no domingo jantar com alguns amigos a uma casa de pasto no Reimão, e ali, quando esperava saborear as delícias da vida, uma repentina e violenta hemoptise lhe amorteceu o lume da existência, que se apagou de todo na quinta-feira.

Mal diria ele quando entrou, antevendo prazer, que ali o esperava a morte e que só devia sair para a sepultura!...

Foi ali mesmo tratado e não esqueceu, por isso, nas disposições testamentárias – de à última hora – as pessoas da casa, que lhe serviram de carinhosas enfermeiras.

Na sexta-feira, foi o grémio da Igreja Católica aumentado com mais um membro, filho primogénito do ilm.º snr. António Bernardo de Brito e Cunha e da exm.ª snr.ª D. Guilhermina Fornelos, sua estimável esposa.

O dia de sábado foi assinalado por um grande desastre marítimo, justamente na véspera do aniversário de outro desastre acontecido no mesmo local, e que custou a vida a setenta e tantas pessoas, a maior parte delas ligadas pelos vínculos de sangue e dos afectos com famílias desta cidade, para as quais o dia 29 de Março ficou sendo um dia todo consagrado à dor!

O desastre que teve lugar no sábado foi o naufrágio do vapor inglês *Bacante* na barra desta cidade; batendo nas pedras de Felgueiras, despedaçou-se e a muito custo puderam salvar-se as vidas – que navio e carga tudo se perdeu.

É de crer que à notícia desta nova catástrofe, de que é teatro a barra do Porto, apareçam algumas portarias, como que a inculcar grande empenho na realização das obras para melhoramento desse sorvedouro permanente de vidas e fazendas, que se chama barra do Douro; porém, destruída que seja pela acção do tempo a impressão do momento, as portarias ficarão sendo papéis com letras, e nada mais!...

É a prática seguida até aqui e não é de crer que seja agora alterada.

É já um grande favor não exigir dos navios naufragados a contribuição para as obras da barra escritas no papel. Já não é pouco!

No sábado e ontem, a feira de S. Lázaro teve muita concorrência.

Não faltavam compradores aos tambores, cornetas, espadas de folha de lata e espingardas de pau.

Esta feira, a que com mais propriedade se pode chamar arraial, oferece um espectáculo cheio de variedade, sendo ponto controverso, se os bonecos e bonifrates de pau, barro, etc., que estão à venda, são o arremedo dos bonecos e bonifrates de carne e osso, que ali concorrem, ou se estes é que arremedam os modelos que ali se exibem.

É também curioso ver a caricatura militar que apresentam os bandos de crianças com espadas, espingardas e cornetas de pau e folha de lata, pequenos

tambores, etc., tomando a coisa tanto a sério, que é muito para causar riso o aspecto marcial e arreganho de que se revestem. São miniaturas caricatas da milícia.

Os amigos da pinga, do peixe frito e das clássicas espetadas também ali acham com que satisfazer o seu gosto, dentro das barracas de pano, que afiguram tendas de campanha.

Ontem, era o dia em que costumava afluir a gente do campo. A concorrência foi em todo o dia, e até à meia-noite, a mais não poder ser, desde a Rua de S. Lázaro até ao Reimão. Em todas as ruas que davam para o jardim, isto é, para o local da feira, era um nunca acabar de povo de ida e volta.

A gente do campo estacionava mais por cerca das barracas do doce, porque é costume, tão antigo como a feira, o darem-se ali os namorados – os doces. Estes presentes, e todos os que nesta ocasião se fazem, são designados com o título de *S. Lázaro*. Para onde quer que a gente se volva, e depara com uma cara conhecida, rebenta logo a frase obrigada: Dá-me o meu S. Lázaro?

Pois as crianças! Nestas ocasiões, é preciso fugir delas. Os amantes que não querem passar por pechinchas também é do estilo darem bijutarias às suas Elas a título de *S. Lázaro*.

Já se vê que este nome nem aos ouvidos de todos há-de soar bem.

A feira principiou na quarta-feira; porém, até sábado, a chuva prejudicou-a de todos os modos. O dia de ontem apresentou-se, se não belo, sofrível, e deu azo à grande concorrência.

Ontem, saiu em procissão, e com pompa, da Igreja Catedral, o Viático aos entrevados da freguesia da Sé. Na procissão, iam uns tantos anjos ricamente adornados, segundo o costume. Uma companhia de tropa, com banda militar, fazia a guarda de honra.

Não fecharemos o noticiário sem informar os nossos leitores de que vai por aí uma azáfama extraordinária nos arranjos e preparativos para a segunda edição correcta e aumentada da cavalgada de D. Sebastião, que deve exibir-se nas ruas da Invicta no domingo de Pascoela. Esta segunda edição apresentará, segundo se diz, algumas variantes da primeira e figurará o regresso do Minho, aparecendo à noite no Teatro de S. João, no qual, e bem assim nos teatros de S. António e Camões, haverá bailes *masqués*, que já foram autorizados, e para os quais, *si vera est fama*, se engendram algumas exibições.

Até ver.

O Comércio do Porto, Porto, 30-III-1857

José Félix Henriques Nogueira

A *Obra Completa*, em três tomos eficientemente organizados por António Carlos Leal da Silva, reconcilia-nos com o municipalista (1823--1858), que se expôs na Imprensa de Lisboa e da província. Apresentamo-lo num jornal de Santarém, *O Scalabitano* (23-IV-1857).

Os Novos Franciscanos

(Esboceto Político)

Em um dos dias do passado Outono, quando a campanha eleitoral tocava o seu termo, escrevi eu fugitivamente, no meu retiro, as poucas páginas que ora dou à estampa e que não serão talvez inúteis para a história moral do nosso tempo, por isso que nelas procuro mostrar, com a possível exactidão, a fisionomia e as tendências de uma classe, cada dia mais numerosa e mais fatal, em meu entender, à consolidação do sistema representativo.

Santo Deus! A que época de corrupção e de baixeza somos chegados! Quando raiará o dia da justiça política, em que o povo castigue soberanamente, pelo desprezo, os cínicos, que houverem traficado com as suas afeições e com a sua miséria? Que pena, entretanto, não ser vivo Molière e não vir a Portugal, em quadra de eleições, para deixar à posteridade o retrato vivo de certos candidatos e de certos eleitores, como nos legou a imagem imortal dos tipos mais ridículos do seu tempo!

Eu entendo que se possa ser, varonilmente, um despejado jogador nos combates sérios da política, quando se arrisca a vida no tramar das conspirações, no pelejar das batalhas, no tumultuar das praças, ou mesmo quando, nas lides da inteligência, se propugna uma ideia elevada, dessas que acendem as iras e contrariam os interesses de muitos. Há nisto, abstraindo da questão de mérito, ou de sinceridade, um tal ou qual arrojo, que cativa, se não o respeito, pelo menos, a atenção. Mas não conheço, na longa escala dos comediantes políticos, entidade mais vil e aviltante do que o pretendente a deputado, *puro-sangue*.

Vil e aviltante lhe chamo e os termos não pecam, certamente, por acrimoniosos. Pois que há de mais indecente que ir esmolar o voto do ignorante, para o iludir e comprar a protecção do especulador, para viver mais ou menos folgadamente, à custa da bolsa de todos? Não será isto reunir, em grotesca figura, o papel do mendigo e do velhaco? Não revelará esta ausência de todo o pudor a completa atrofia dos melhores sentimentos do homem? Deixo à consciência pública a afirmativa de tão tristes verdades.

Infelizmente, está por fazer ainda a classificação rigorosa e magistral desta espécie de pretendente, que, mais baixa, se é possível, que o *onagrus baronius*, escapou à penetração e veia sarcástica do saudoso Garrett. Variadíssimo nas formas e só acorde nos hábitos, não é fácil, seguramente, marcar-lhe os caracteres. O candidato às honras da exposição parlamentar não se distingue pelas feições, nem pela estatura, nem pela idade. Tão-pouco se diferença pela jerarquia ou pelo saber. É, a capricho, nobre ou plebeu, letrado ou analfabeto. Note-se, contudo, que a maioria do grupo sai das fileiras da classe média e que os documentos de capacidade os passa cada um a si mesmo, no seu foro íntimo. Acorda o bom do pretendente, um certo dia, e lembra-se de ser deputado. Como isto não é emprego que exija legalmente habilitações um pouco difíceis, como não há para ele concurso nem júri, como, de mais a mais, a memória dos traidores das diferentes épocas desculpa todos os atrevimentos e favorece todas as comparações possíveis, o nosso homem julga-se apto, desde logo, para entrar em cena. Ei-lo, pois, que mete mãos à obra. Traça o seu plano, recenseia as suas forças e começa o ataque, escrevendo e fazendo escrever aos *amigos* eleitores. Programa não apresenta: porque isso, além de puxar pela cabeça, então grandemente preocupada, traz, por vezes, o inconveniente de produzir disparates, ou de originar disputas e desapontamentos. Não, senhores. O candidato é essencialmente caritativo. Não se esquece de si: é verdade. Mas lembra-se, também, dos outros, prometendo a este uma administração, àquele um benefício, àquele outro uma escrivaninha, àquele outro um empenho e a todos, em geral, os seus bons ofícios. Já se sabe que tudo isto é bem mais compreensível para os eleitores *independentes* do que a metafísica dos princípios políticos, como velha e relha, safada e desusada, de que ninguém faz caso. Ora, como o homem promete muito, sem que isso o empobreça, a consequência é que adquire rapidamente uma sólida e progressiva *popularidade*. É certo que, poucos dias antes, ninguém sabia de tal nome. Isso, porém, que importa? Ao génio perspicaz dos nossos fabricantes de eleições nada escapa. Era uma vocação preciosa, que de súbito se revelara e que subitamente se podia perder. Os ilustrados eleitores acudiram-lhe e ei-la salva, para glória sua e nossa!

Mas, quando a esta força da opinião pública (a opinião pública é, entre nós, além de forte, extremamente benigna) se ajunta a recomendação ministerial, o pretendente pode deitar mais uma sardinha na brasa. Então, tudo está feito e só lhe resta aceitar triunfalmente os emboras dos amigos e conhecidos. As coortes marcham compactas ao assalto da urna e o nome do ilustre candidato sai dali apregoado por centenares, ou milhares, de votos. Dentro em pouco, acha-se o nosso homem, não sem espanto seu, no salão de S. Bento e, supondo que o caso é sério, começa a ajeitar-se o melhor que pode, com a sua nova posição social. Não admira que estranhe, a princípio, a anchura das cadeiras, a moleza dos tapetes e um certo ar de gravidade que ali ficou de melhores tempos. Enfim, como com o tempo tudo se aprende, ele chega a levantar-se e sentar-se com cadência e a votar imperturbavelmente com o ministério, não por servilismo, mas por comodidade. Depois de aturadas reflexões, o consciencioso deputado descobriu que semelhante norma de procedimento trazia sempre excelentes resultados. Em primeiro lugar, dispensara esses trabalhos de cogitação, a que vulgarmente se dá o nome de *maçadas*, coisa necessária, quando ele tinha de resolver os intrincados problemas da sua candidatura, mas agora, além de inútil, fastidiosa, visto ter chegado ao período do *descanso*. Em segundo lugar, tal prática conserva-lhe sempre abertas as portas e sempre abertos os abraços e sempre visíveis os sorrisos dos nobres ministros, vantagem imensa, de que o previdente *pai da pátria* queria aproveitar-se, para obter talher permanente na mesa do Estado, temendo já, por excesso de modéstia, as inconstâncias do favor popular. Nas horas vagas (raríssimas, por via de regra, para o serviço do próximo) apresenta o ilustre deputado aos ministros este, ou aquele, dos seus mais estimados constituintes. Ao mesmo tempo, torna-se *invisível* para outros menos importantes na escala numérica dos votos, ou, quando muito, digna-se receber-lhes o memorial, para logo o deitar debaixo da mesa. Mais tarde, o dócil representante tem arranjado um emprego qualquer e, nesse caso, *perde* a sua cadeira de deputado, quando todos os outros também as deixam. Ainda depois, se não está contente, procura este incansável patriota um novo mandato e, empregados os mesmos ou mais finos e poderosos meios, está seguro de consegui-lo!

Oh! Que bem feitas eleições! Que bem vertido sangue e que bem aproveitados esforços, para plantar a liberdade neste país! Se os partidos constitucionais reconhecessem quanto descrédito lhes resulta e quanto mal vem à sociedade com a prostituição do sistema representativo, como aí a vemos, eles haviam, por certo, de atalhar este contágio recrescente. Pois é tolerável que se não instrua o povo do que é uma eleição? Pois é tolerável que as forças activas e ilustradas dos partidos não escarmentem, por uma vez, a turba dos ambicio-

sos, sem capacidade, que exploram os vícios e, às vezes, a boa-fé dos eleitores? Por é tolerável que, em regra, só os homens de ganhar, os *tartufos*, os imbecis disputem os votos das massas, ainda pouco esclarecidas, para os conhecerem e, sobretudo, muito dominadas para lhes fazerem rigorosa justiça? Pois é tolerável que os homens de bem cruzem os braços, diante da corrupção, que tudo alaga? Pois é tolerável que se deixe assim definhar e morrer talvez ignominiosamente o sistema representativo, que 30 anos de revolução ressuscitaram do fundo sepulcro de 3 séculos? Não haverá meio de purificar gradualmente o santuário da urna dos sacrilégios de que tem sido vítima? Não haverá meio de alcançar aquilo de que mais precisamos e que mais longe estamos de lograr, uma assembleia de *verdadeiros* representantes das simpatias e dos interesses do País?

Não sei decidir-me absolutamente: nem creio que o problema, no seu complexo, seja de fácil e pronta resolução. Mas parece-me que, organizados e moralizados os partidos, limitada a supremacia do Governo sobre as autoridades locais, extintas todas as *negaças* de interesse pessoal para os deputados, convertido o mandato num perfeito *ónus*, como em Inglaterra está, as eleições haviam de ser, geralmente, dignas do povo e dos eleitos, isto é, haviam de recair, não, como hoje, nos que mais pedissem, mas, pelo contrário, nos que mais merecessem.

Outubro de 1856

O Scalabitano, Santarém, 23-IV-1857

A. Marques Pereira

Pouco depois desta colaboração na *Revista de Lisboa* (n.º 5, 15-X--1858), o jornalista António Feliciano Marques Pereira (1839-1881) vai para Macau, correndo pelo Oriente a sua administração e diplomacia, de que tira alguns livros. Morre em Bombaim.

Crónica

O autor começa por engrandecer modestamente o arrojo da empresa, falando em guindastes, necrológios e outros disparates de mau gosto. – – Altercação vergonhosa de duas mulheres irreconciliáveis sobre a possibilidade de uma crónica. – Prevalece a consciência e entram dois *ginjas* em cena. – Benefício do actor Tasso. – Um romance de Camilo Castelo Branco. – O melhor desta revista.

Há por aí muita gente que se persuade que uma crónica para a *Revista de Lisboa* é assim uma coisa de pouco mais ou menos e que a imaginação, untada com as instrutivas conversações de um botequim, entumece a bossa folhetinística, a ponto de magoar, nas ânsias da gargalhada arquejante, as ilhargas espartilhadas da leitora mais sensata.

Pois não, senhor!

A contextura de uma crónica para este jornal é caso mais sério do que o alinhavo de um necrológio de barão, cuja coroa se esmigalhou nas lutas brutais de uma indigestão de legumes com cabeça de porco. Conseguir escrevê-la sem que o rosnar do bocejo enfastiado seja o eco obrigado de cada período, que o guindaste ferrugento de uma vocação forçada içou com torturas da musa andrajosa, é empresa mais difícil do que, de ordinário, se afigura aos ignorantes e profanos em literatura de folhados.

Além do que, isto de um homem espreitar o seu semelhante e armar ao efeito com a ostentação das pústulas do seu próximo é posição pouco airosa, em que não é fácil conservar a dignidade, que eu procuro atestar com a tesura gomada dos colarinhos.

Foi Júlio César Machado que, bem contra o seu costume, tarde sacudiu dos olhos, esta semana, as papoilas de indesculpável adormecimento, que me meteu nestes assados.

Deus lhe perdoe o mal que nos fez, amigo leitor!

Se este jornal não pusesse a mira especialmente na decência, e se me fosse permitido mesclar expressões imundas numa crónica circunspecta, fazendo subir o rubor da indignação às faces da donzela recatada, ensejo tinha agora de divulgar a disputa renhida que se trava entre a vaidade obstinada no esforço e a consciência envergonhada da pretensão. E um asqueroso tiroteio de polissílabos arrancados no furor da luta ao vocabulário das regateiras da Ribeira, capaz de desacreditar para sempre o autor aos olhos dos que julgam a dignidade a primeira recomendação do jornalista engravatado.

E, contudo, a *Revista de Lisboa* precisa de uma crónica!

E como, tarde ou cedo, lá hei-de chegar, ela aí vai já desprezando ambages de mau gosto que indispõem, quando não adormecem, o leitor inexperto, cuja amizade aprecio, e desacreditam o jornal de cuja morte eu não quero sentir um dia o acerbo pungir do remorso.

Reza um rifão muito antigo, mas nem por isso muito decente na forma, razão por que textualmente o não repito, que está sempre na conclusão de qualquer empresa a principal dificuldade dela.

Naqueles tempos desgraçados, não se escreviam crónicas.

Nestas, o *bus-illis* está no princípio.

Pensava eu há dias em formular este axioma, tendo uma chávena de café entre os cotovelos que fincava no mármore de uma mesa, quando dois *ginjas* dignos de Tolentino, unindo-se, com inconveniente berro, em apertado abraço, me distraíram da meditação.

– Com que então em Lisboa? – exclamava o mais volumoso, oferecendo, depois da expansão, uma pitada de rapé ao seu amigo.

– É verdade; cheguei há dois meses.

– Demónio! Já há dois meses.

– E sete dias.

– E eu sem te encontrar!

– Que queres? Andava perdido nesta Lisboa, que já não me parece a mesma que deixei há vinte e nove anos. Ruas limpas, paredes caiadas, mulheres bonitas, botequins sem balcão, consertos em passeios, carros, carrinhos, carroças, teatros, jardins, tudo… Está uma perfeita maravilha! Deve por cá haver muito dinheiro.

– Hum!…

– Não? Hein?…

– Galvanismos... aparências... rosnou o outro, que, por aqui, mereceu a minha consideração.

– Sim... percebo... pois é... o mesmo está bonito!

– E então tens visto tudo?

– Eu te digo... Tenho tomado já os meus hábitos; como sabes, fui sempre um homem de hábitos. De manhã, almoço, vou dar uma volta e encontro algum antigo amigo que me acompanha até ao jantar; daí, venho tomar o meu café e vou depois ver a *Lotaria do Diabo*, ao Teatro de Variedades.

Estávamos a 5 de Outubro de 1858, e, pela nonagésima oitava vez, subia nessa noite à cena do Teatro de Variedades a *Lotaria do Diabo*, comédia mágica em 3 actos e 19 quadros.

Estava justificado o hábito. Molière não tem tido tantas representações.

Sorvida a última pitada, os dois amigos dirigiram, para variar, os octogenários mas seguros passos para as Variedades e eu, reatando o fio das minhas reflexões sobre a dificuldade de começar uma crónica, entrei no Teatro de D. Maria II.

Representava-se, em benefício do actor Tasso, a *Caridade na Sombra*, drama em três actos, original de Ernesto Biester.

Das palmas e dos bravos a esses dois nomes conservo eu ainda o atordoamento nos ouvidos, de que felizmente resulta a paralisia da pena para a descrição do que mal se pode descrever. Lembra-me só que, nas convulsões do entusiasmo com que desmanchei a minha gravidade de cronista, me sentei sobre o chapéu de meu vizinho, que interrompeu dois berros de *fora o autor!* Com um, não menos enérgico, de *fora o malcriado*, com que mediocremente me lisonjeou. Seguiu-se calorosa altercação movida pela injusta indignação do epíteto merecido e, no proveito do leitor, os apontamentos de memória que havia tomado para o aranzel analítico de tão belo drama.

Ernesto Biester dedicou a sua *Caridade na Sombra* ao nosso exímio romancista Camilo Castelo Branco.

O último romance deste célebre escritor tem por título *O Que Fazem Mulheres*.

Lesar o editor afastando, com a insipidez da análise, a concorrência dos compradores e profanar a impressão causada pelo livro, estirando em duas colunas sem sabor a apreciação impertinente do que só lendo se avalia, decerto o não faço eu. *O Que Fazem Mulheres* é uma nova coroa e, quanto a mim, uma das mais brilhantes, para aquela robusta individualidade que, em cada pensamento, infunde a desesperação no ânimo pretensioso do romancista na estreia e a emoção estudiosa nos talentos que procuram fortificar-se com o trabalho, mostrando-lhes que, nesta terra, tanto como em qualquer outra, a nossa socie-

dade tem que observar e analisar e que o romance pode aqui ser interessante sem passar as raias da verdade. Há em todos os romances de Camilo Castelo Branco uma tão exacta observação do nosso mundo e prendem eles tanto, além de tudo, por esta originalidade tão admirável entre nós, que, em cada uma das suas páginas, se vê a consoladora verdade de que não precisamos roubar a estranhos para roubar aos nossos.

Leiam, pois, o romance, que é português, e agradeçam ao cronista que alinhavou, no apontoado, um conselho aproveitável.

Terminam aqui os estrebuchamentos da pena manhosa e atrevida.

A melhor nota de um mau cantor é sempre a última. O leitor, se por aí não adormeceu já, a meio caminho, deve achar sublime a última linha desta crónica.

Revista de Lisboa, Lisboa, 15-X-1858

A. P. Lopes de Mendonça

António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865) é considerado o príncipe dos folhetinistas, de reinado efectivo n'*A Revolução de Setembro*, onde insere o que serão pioneiros *Ensaios de Crítica e Literatura* (1849), refundidos como *Memórias de Literatura Contemporânea* (1855). Daquele ano é, igualmente, o romance íntimo *Memórias de Um Doido*, corrigido dez anos depois, cujo herói problemático retrata a janotagem de 40. Socialista utópico e co-fundador do *Eco dos Operários*, deputado e professor do Curso Superior de Letras, o também dramaturgo e poeta em prosa deixou esparsos por outra Imprensa, qual na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (Lisboa, 1859-1865), de cujo n.º 7, de Outubro de 1859: 335-339, retiro o texto abaixo, entretanto saído em *Cenas e Fantasias de Nossos Tempos* (1860: 108-115), simultâneo com o internamento em Rilhafoles.

A Sociedade e os Bailes

Se não tivessem inventado os bailes, os casamentos seriam menos frequentes. A proclamação desta verdade, que ninguém de boa fé pode contestar, deve tornar menos odioso para os pais de família as reuniões aonde se dança a polca e se bebem algumas chávenas de chá-verde, com acompanhamento de música instrumental.

Os bailes são, além disso, um meio aprazível de aproximar os dois sexos e de resolver muitos problemas de sentimento. Acaso uma mulher, com o rosto envolvido do clássico lenço branco, embrulhada num xaile que lhe oculta as formas delicadas e dissimulando a voz num esganiçado falsete, pode merecer a simpatia de qualquer terno amador, quando já se não usa namorar de escarrinho?

Os bárbaros do Oriente possuem bazares aonde, como verdadeiros brutos, que são e hão-de continuar a ser, escolhem mulheres para o harém como num mercado público se procuram bois para a lavoura. A civilização que vive pelo espírito e que soube emancipar a mulher encontrou expedientes de outro

género, para contribuir legalmente para a multiplicação da espécie e para o cruzamento das raças.

Henrique IV, que era grande apaixonado do belo sexo, perguntando a Gabriela d'Estrées por onde se entrava para o seu quarto, teve por resposta – «pela porta da igreja». Pois, na sociedade moderna, pode dizer-se que a entrada para o matrimónio é, muitas vezes, a porta de um salão aonde se dança.

Esta regra, todavia, não é infalível e as excepções são numerosas. Encontra-se, às vezes, um marido numa excursão ao campo; na missa das almas, no visitar das igrejas, durante a Semana Santa, no teatro e, para os que pertencem a essas classes de excelsa genealogia, há os contratos feudais e diplomáticos, pelos quais duas criaturas enfezadas e escrofulosas vão produzir uma progénie tísica ou idiota, com aplauso das suas ilustríssimas famílias.

O casamento pode, às vezes, ser um acto de desespero: um remédio violento para escapar à moléstia dos *diabos azuis*, que Mr. Alfred de Vigny descobriu no seu *Stello*; o meio de satisfazer credores importunos, escolhendo o mais insuportável de todos, que é aquele com quem temos de viver toda a vida; e, depois, quantos homens há que não se sentem atraídos pelas doçuras misteriosas da *lua-de-mel* e têm curiosidade de se verem ao espelho com o pitoresco *bonnet de nuit* da canção de Béranger?

Ora, um baile não é só uma agradável distracção, um exercício higiénico, um meio de consumo, um pretexto para desenvolver os músculos, uma espécie de culto aos instrumentos de sopro e de corda: é principalmente a estrada que nos aproxima da porta da igreja e das aras sacrossantas do himeneu (velho estilo!).

À luz desta ideia, a contradança é um exercício parlamentar, a polca uma perigosa sedução e a valsa um prelúdio fascinador das delícias que o amor nos promete!

É por isso, talvez, que alguns escritores maliciosos afirmam que o pudor foge dos bailes e dessas reuniões eiradas, aonde a sociedade toma chá, murmura do próximo e joga o *whist*, que, segundo Talleyrand, é a mais agradável distracção para os velhos.

Há homens que, sem se assemelharem aos Otelos, nem na cor, nem na ferocidade, se sentem trespassados de furioso ciúme. A esses aconselho que não penetrem nas salas de um baile. A inocência recua, espavorida, aos esplêndidos clarões dos lustres e bicos de gás. Qual é a virgem reservada e tímida que não tenha apertado, numa valsa, a mão de seu par? Que não mostre a ávidos olhos as torneadas linhas de uma perna tentadora, subindo para a sua carruagem? Que não ofereça distraída uma rosa meio desfolhada do seu ramalhete? Que não chegue a receber o beijo de um primo, chegando de uma viagem, beijo

traidor que devia ser dado sobre a face e que acertou por engano mui perto dos lábios?

E as espáduas nuas que tremulam, palpitam aos giros de uma valsa vertiginosa! E os seios que as rendas mal encobrem num decote aventuroso! E os braços que acendem os desejos e que cingem o par, quando os sons da música nos embriagam, o ar recende de gratos aromas e a respiração se torna apressada, pelas fadigas de tão suave movimento!

Um baile começa a estar animado (é a frase do costume) das três horas em diante. As mulheres casadas desejam retirar-se, as solteiras triunfam.

Digno de admiração é, então, esse sexo gentil, que tantos poetas, nos seus mentirosos versos, denominaram sexo frágil. Grande ilusão, na verdade! Que homem poderia mover-se horas a fio sem se despentear? Que silfo ou duende dançaria valsas intermináveis, sem cair esfalfado e desfalecido? Que fôlego de gigante sustentaria um *cotillon*, que continua, continua cada vez mais frenético, até que os clarões do dia que desponta venham anunciar que o baile expirou?

As peripécias de um baile pouco variam. As salas abrem-se, ordinariamente, às nove horas. Reina, então, uma frieza geral. Propagam-se, por contágio, os abrimentos de boca; vêem-se algumas criaturas escabeceando a um canto; certos curiosos puxam pelo relógio, arrependendo-se de terem chegado tão cedo. Os que esperam uma certa e determinada pessoa olham para a porta, suspiram, ouvem com impaciência o rodar das carruagens e, quando toca a campainha, sentem movimentos precipitados no coração.

Até à meia-noite, dança-se pouco e de má vontade; as senhoras examinam minuciosamente a *toilette* das suas rivais, para se espraiarem na crítica do dia seguinte, e o capitalista descalça a luva para mostrar os anéis que deslumbram pelo brilho dos diamantes e pedras preciosas.

Depois da meia-noite, o baile anima-se. Os noivos estabelecem-se num lugar reservado e conjugam o verbo amar em todos os modos e tempos. Os maridos começam a estar impacientes. Às duas horas, é a retirada das famílias, que receiam dores de enxaqueca por se deitarem tarde. Ouve-se o sussurrar do beijo de despedida; sibilam os adeuses esganiçados e penetrantes; os dedos estalam no mavioso e apertado *shake hands*.

Caso notável: são as velhas que, com maior denodo, afrontam as inclemências de um baile. É a providência que favorece as boas causas! Sem a paciente coragem das veneráveis matronas, como poderiam aparecer as moças?

E as mulheres casadas, cuja idade ainda não ultrapassou as terríveis fronteiras dos trinta anos? O maior número, diga-se em louvor do século, vão unicamente para se divertir. Uma minoria bem numerosa para coquetear, e

atormentarem o próximo com longos comentários sobre metafísica de sentimento. Algumas, finalmente, impelidas por essa fatal curiosidade que perdeu nossa mãe Eva; digo isto, porque houve já um erudito curioso que assim explicou a alegoria da serpente e do pomo proibido: a serpente era apenas um janota da corte infernal, Eva uma elegante enfastiada do matrimónio e Adão o primeiro marido infeliz.

Esta classificação, apesar de pouco complicada, só se refere ao pequeno reino das que possuem algum espírito, das que podem falar num baile. Reino cujos limites, como os do principado do Mónaco, a vista mais curta facilmente abrange.

Há um sem-número de senhoras que vão à sociedade, que reduzem toda a sua prosa a um tísico monossílabo, afinado em todos os tons: «Sim! Acha! É verdade! Foste!» Nunca despendem um período completo e resistem, com um certo talento, a toda a tentativa de comunicação parlamentar.

– Minha senhora, serei indiscreto se perguntar a v. ex.ª porque se tem conservado tão triste durante o baile? – Eu! – É o que leio na sua interessante fisionomia! – Acha? – Algum grave pensamento lhe preocupa o espírito! – – Ora essa! – A tristeza nunca se apodera de nós sem graves motivos. – Eu sei!

Felizes os maridos que, tendo casado com criaturas que quase se aproximam, na inteligência, a uma couve-flor, alcançam a sublime prerrogativa de só serem correspondidos por mímica.

Nos bailes, antes do marido, há o homem amável: é o verdadeiro leão das salas; as mulheres adoram-no; olham-no com um olhar mavioso quando ele guarda os ramalhetes, explica a posição dos pares, conserta o leque e sabe escolher um *óptimo vis-à-vis* e é a sua voz que chama as carruagens, é o seu braço que serve de cabide aos xailes e às camalhas. Condescendente, enfatuado, insignificante, mas *serviçal*, é um insuportável maçador para os homens de espírito, mas um herói para a sociedade elegante.

E o que é a sociedade? Em Paris, em Lisboa, em Londres, em Madrid, é exactamente a mesma coisa. São reuniões aonde figuram e dançam duzentas ou trezentas pessoas, para dizerem sensaborias, que não interessam a quem as ouve, nem mesmo a quem as diz, pela simples razão de que as pessoas que a frequentam, que vão à sociedade, não se conhecem umas às outras. Em dez bailes, em quatro ou cinco visitas, graves e cerimoniosas, é impossível que as pessoas se comuniquem de modo que possam contrair relações.

Nunca pude compreender como é que um marido se atreve a ir a um baile, quando não tem filhas para casar.

Um marido não dança e, se dança, é-lhe expressamente proibido dançar com sua mulher. Sombrio e cabisbaixo, consola-se olhando para o relógio, ou

apostando *à maior de espadas* numa mesa de *whist*. Mas não há infortúnio que não tenha a sua compensação.

Uma mulher, por mais honesta, não deixa de ouvir, pelo menos, uma meia declaração durante o baile. É claro que, com ela, só pode ganhar o marido. Renascem, na intimidade, os saudosos dias da lua-de-mel. Desponta a aurora; gorjeiam os pássaros; a natureza rejuvenesce aos eflúvios de um amor exuberante; os deuses sorriem no Olimpo!

Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, Lisboa, Outubro de 1859

Anónimo

Dito *O Panorama* do segundo Romantismo, o *Arquivo Pitoresco* (Lisboa, 1857-1868; aqui, no tomo IV, n.º 41, 1861: 324-325) reúne os melhores do tempo, em páginas – 11 volumes de 412 páginas cada – e imagens espantosas, mas sem secção propriamente cronística, se não são *Crónicas do Povo* trasladadas por Rodrigo Paganino (1835-1863).

O Orangotango

Chamam os naturalistas ao macaco grande, sem cauda, *orangotango*, que na linguagem dos índios quer dizer *homem selvagem*, e os pretos chamam-lhe *pongo*.

Também se lhe dá o nome de *mono grande*, para o distinguir de três outras variedades, que são o *mono silvano*, o *mono troglodita* e o *mono longímano*, que nenhum tem cauda, andam em pé e têm muitas parecenças externas e anatómicas com a raça humana, principalmente com os hotentotes.

É vulgaríssimo chamar-se mono a um homem feio e ao que é inerte e preguiçoso, porque o orangotango é hediondo, ocioso e não tem préstimo senão para roubar os frutos de que se alimenta.

Na escala zoológica, o orangotango segue-se logo ao homem pela sua conformidade com a nossa organização física, a tal ponto que, pondo-se a par o esqueleto de um hotentote e o de um orangotango, quem não for anatomista julgará que são esqueletos de dois indivíduos da mesma espécie.

É por isto que alguns naturalistas, e entre eles o célebre Lamarck, na sua *Filosofia Zoológica*, ousaram dizer que o género bímano (o homem e suas variedades de raça) se podia considerar como o apuramento da espécie quadrúmana (os macacos).

O orangotango, embora tenha alguma parecença com o homem, difere muito dele pelo nariz, que não é proeminente, pela testa, que é muito curta, pelo queixo, que não é relevado, pelas orelhas, que são proporcionalmente grandes, pelos olhos, muito próximos um do outro, e pelo intervalo que separa a boca do nariz, que é muito prolongado.

O corpo e as extremidades também diferem, em serem as coxas muito curtas, os braços desmedidamente compridos, os polegares pequenos, a palma da mão muito comprida e estreita, e os pés quase do feitio das mãos do homem, por isso se lhe chama *quadrúmano*. As nádegas são volumosas e carnudas; tem uma espécie de jumela ou barriga de perna, pelo que é o animal mais bem conformado para andar em pé; mas, como tem os dedos muito compridos, o calcanhar assenta no chão com mais dificuldade que o do homem, pelo que com mais facilidade corre do que anda.

A face é chata, nua de pêlo e amulatada; são igualmente nuas as orelhas, mãos, pés, peito e ventre. Tem cabelo na cabeça, que lhe desce pelos lados das fontes em ar de suíça; nas costas e nas pernas tem algum pêlo; todos os dentes são semelhantes aos nossos.

Buffon faz a seguinte descrição de um orangotango que examinou:

«Andava sempre em pé, sobre as extremidades posteriores, mesmo quando carregava com grandes pesos.

Tinha o ar triste, passo grave, movimentos compassados; era naturalmente manso, e muito diferente dos outros monos da sua espécie. Não o dominava a impaciência do cinocéfalo, nem a maldade do papião, nem a extravagância do pataz. Um aceno ou uma palavra bastava para que ele obedecesse, quando para os paipões é preciso um pau, e para os outros monos um açoite, porque nenhum destes vai senão à pancada.

Eu vi este animal oferecer a mão para conduzir as pessoas que o vinham visitar, passear gravemente com elas; vi-o sentar-se à mesa, desdobrar o guardanapo, limpar os beiços, servir-se de garfo e colher para levar o comer à boca, deitar ele mesmo o vinho no copo, e tocar com ele nos dos comensais quando lhe faziam saúdes. Vi-o ir buscar uma xícara com o seu pires, pô-la em cima da mesa, deitar-lhe açúcar, enchê-la de chá e soprá-lo para o poder beber; e tudo isto sem nenhuma instigação ou impulso mais que um sinal ou palavra do seu dono, e algumas vezes de moto próprio.

Não fazia mal a ninguém, antes se chegava com muita afabilidade e se apresentava como quem pede festas e meiguices. Gostava excessivamente de gulodices de confeitaria que todos lhe traziam; mas, como padecia do peito e tinha uma tosse frequente, esta grande quantidade de coisas doces contribuiu para lhe abreviar a vida. Só durou um verão em Paris, indo morrer a Londres no inverno seguinte.

Comia de tudo; somente preferia as frutas maduras e secas a qualquer outro alimento; bebia vinho, mas pouco, e de boa vontade o deixava por chá, leite e outras bebidas doces.»

Muitas outras habilidades provenientes do talento de imitação tem o mono grande, chamado orangotango, educado pelo homem.

Vejamo-lo agora no seu estado natural.

O orangotango anda ordinariamente em pé sobre as extremidades posteriores. Nas vizinhanças do Gâmbia, diz Froger, os monos são mais corpulentos e maliciosos que em nenhuma outra parte da África; os pretos temem-se muito deles, e não podem ir sós ao mato sem risco de serem assaltados por estes animais, que trazem uns grandes varapaus, e os desafiam e obrigam a combater com eles. Muitas vezes têm arrebatado pretinhos de seis e oito anos, fugindo com eles para cima das árvores, custando muito a tirar-lhos das unhas. Os negros acreditam que os monos são homens estrangeiros que se foram estabelecer no seu país, e que não querem falar para que os não obriguem a trabalhar!

Os zoólogos dizem que os órgãos vocais dos monos grandes são iguais aos do homem; mas que dois bolsos membranosos, que eles têm ao lado da laringe, se opõem à articulação das palavras, pela razão de que o ar, saindo da glote no momento da respiração, se engolfa nestes bolsos e não produz mais que um som abafado.

Se assim é, devia a ciência ter já tentado amputar esses bolsos a algum orangotango, por meio de uma operação cirúrgica; e depois ver se ele aprendia a falar como o papagaio. Vingando a experiência, seguia-se outra, que era pôr esse mono falante em convivência com outros também operados, a ver se ele ensinava aos seus semelhantes a linguagem que tinha aprendido ou se eles, pelo instinto de imitação, que têm em sumo grau, a adquiriam.

A prosódia da língua macaca havia de ser curiosa. Algum mono de talento faria a gramática e outros o dicionário do novo idioma. Seguir-se-ia a publicação de um jornal com seu folhetim de bugiarias; um copioso noticiário em que os monos haviam de louvar e requestar as monas; não faltando os indispensáveis necrológios para chorar as mortes macacas.

Estamos no século das maravilhas; a ciência faz milagres, isto é, coisas que parecem milagres; não devemos, portanto, rir ainda da tentativa de querer a medicina dar fala aos macacos, amputando-lhes os bolsos da faringe que dizem impedir-lhes a articulação das palavras.

Arquivo Pitoresco, Lisboa, 1861

Antero de Quental

Entre as "prosas da época de Coimbra", propomos, do Açoriano (1842--1891), uma inserta n'*A Revolução de Setembro* de 26-I-1862, assinada por Raimundo de Castromino.

Revista Literária de Coimbra

1861

Ora aí vão, casadas à face da imprensa, por mãos do grande apóstolo do século – o jornal –, duas palavrinhas de má catadura, que, ou eu me engano muito, se vêem com tão bom olhar como, em geral, os casados dos romances do Sr. Camilo.

Literatura e *Coimbra*! Paradoxo! dirá o meu leitor, pessoa honesta e amante do verdadeiro, a quem já por curiosidade mostraram um lente da Universidade: heresia! dirá ainda, se a esta ventura juntar a imensamente maior de possuir, ao canto da sua cozinha, umas cartas de bacharel.

Paradoxo e heresia: será; mas façam, por minha intenção, o sacrifício de ler o que, a tal respeito, diz o Sr. Castilho na biografia da Emília das Neves; leiam e digam-me depois se acaso viram já catálogo de livreiro mais recheadinho de nomes, destes a que, sem ofensa de mil outros, chamaria um bibliófilo – – o lustre das letras pátrias.

Não vai às Câmaras requerimento dos povos da Pampilhosa ou Carrazeda mais gordo, mais longo, mais bem nutrido de nomes votados à posteridade dos paleógrafos!

Pois tudo aquilo são literatos! e de Coimbra!

Literatos pretéritos e presentes: literatos futuros e, diga-se tudo, até destes que, por tanto sublimar-se, deixam de caber nos limites do tempo e não são, por conseguinte, nem passados, nem presentes, nem futuros... literatos infinitos!

Ora, infinito (salvo o epigrama) ia eu dizendo ser o *rol* do Sr. Castilho: pode a gente regalar-se de ver como brotam viventes e sadios os pimpolhos da árvore poética que há bons séculos se nutre nesta úbere terra da Cindazunda;

e o mesmo dito Sr. Castilho, se não fosse tão modesto como quem é e o nós conhecemos, bem nos podia ter dito que também cá teve o seu enxertozito... o maganão!

Esta autoridade, e outras que o erudito amante das coisas pátrias achará facilmente nos dicionários bibliográficos e no cartório municipal do seu concelho, vem aqui à laia de mordaça, para tapar a boca a ruins praguentos, que não sabem, como manda a civilidade e ainda a moral cristã, ter a deferência necessária para o que é por tantos títulos credor da nossa delicadeza.

Eu, por mim, pachorrento admirador de tudo quanto me cheira a génio[2]; respeitador habitual do que é, por sua velhice, digno de reverência e, como diz o poeta,

... Rude amador de antigos sonhos,

não deixarei passar este dia último do ano sem lançar um olhar de mágoa saudosa para o passado e, fazendo a resenha dos 365 dias decorridos, mostrarei à Europa inteira que 365 dias não passam debalde sobre o cérebro de uma geração; que houve por aqui muito quem aproveitasse as horas em profícuos passatempos; que a literatura, essa flor do espírito, vegeta nos areais do Mondego, qual em outro Sáara; que os rapazes são mancebos esperançosos por isso que os mancebos esperançosos são rapazes; que, finalmente, Coimbra não renega das suas tradições e é e será sempre a mesma Coimbra dos bons tempos, a leal e velha cidade do santo rei Dinis, e quem sabe mesmo se ainda a do rei Átaces, vândalo de nome, carácter e nascença: isto demonstrarei e outras mais coisas, em despeito de ruins invejas e erradas filosofias e quejandas modernices. Ver-se-ão aqui confundidos os praguentos e serão seus nomes o opróbrio e a fábula das gentes, como o do caluniador da Bíblia.

Porque são calúnias; e, se não, digam-me: já viram erguer-se sobre as cinzas mal esfriadas dos irmãos maior número de jornais? Já viram suceder-se com mais rapidez uns aos outros os projectos, os planos, as tentativas e com tal fôlego que, atropelando-se, não é possível realizar um só? Já viram mais lindos fogos-fátuos, mais graciosos pirilampos, mais efémeras e brilhantes flores?

Há viver e morrer – diziam os nossos antigos na sua prudência; pois aqui é que se realiza plenamente o grande mote da sabedoria de nossos avós; aqui é que é morrer! a morte é o termo de tudo; morramos, pois, escusamos de viver, que isso é gastar tempo!

Não se julguem estes encómios filhos da amizade e não de um justo amor da verdade e do mérito: aí vão provas.

[2] O autor destas linhas exceptua o Génio do Mal... por cheirar de mais.

Vimos, durante seis meses, brilhar no céu literário (que ele é um céu aberto!) desta boa terra, o *Fósforo*, que nos mostrou seu clarão pálido sem jamais tomar fogo, como prudente, sem soltar uma única faísca, portando-se finalmente como os melhores fósforos chamados *amorfos*, isto é, incapaz do menor incêndio: podia ser usado em todos os misteres da vida doméstica sem o menor perigo; em suma, fósforo recomendável a todas as cozinheiras assisadas e entendidas.

Curto reinado em tempo, não o foi assim nos préstimos; como a

Que depois de ser morta foi rainha,

conservou a realeza além da campa, ainda hoje faz relevantes serviços e, fósforo que foi, ainda continua a servir para mechas, valha a verdade.

Quereis, porém, de preferência, jornal galhofeiro, sem cerimónia, verdadeiro ratazana dos jornais? Aí tendes o *Tira-Teimas!* Isto, sim, que é obra asseada com que a gente pode rir-se horas e horas a bandeiras despregadas! Parece que, com ele, ressurgiu do esquecimento a boa chalaça à portuguesa velha, aquela que só de capote de portas e calças de saragoça se pode dizer, e de que ainda se lembram em Braga os bons velhos entre uma pitada de simonte e um suspiro sólido e maciço de estreme satisfação! É Filinto e José Agostinho! o verdadeiro tipo do espírito nacional, o *pendant* necessário de Manuel Mendes Enxúndia. É muito lido em Condeixa. Agora, se vos não agradam os risos, se à galhofa preferis a ciência, grave e profunda como um mocho, cujo é símbolo, as grandes questões económicas e sociais, aí tendes o *Grémio Alentejano*.

O sábio comprimento do título logo deixa adivinhar o fim a que se destina. São altos os seus intuitos. Toma à sua conta nada menos que a pobre província do Alentejo e jura que ou morrerá na lide honrosa, ou tanto tiro civilizador lhe há-de disparar sobre as nuvens de ignorância que a ofuscam, que, afinal, dissipará todo o negrume, deixando apenas escurecido o ar pelo fumo da mosquetaria. Pretende, outrossim, introduzir, na terra que tomou para a sua alma, a filosofia doutrinal, grave filha do industrialismo e da constituição inglesa. O seu estilo é sólido e elegante como a arquitectura de um celeiro inglês. Com tão rijo arado não há que pasmar se, em breve, virmos convertidas as charnecas transtaganas em belos prados... artificiais.

Mas se ainda não vos satisfaz toda esta rijeza de ideia, aí tendes *O Instituto*. Mais sólido do que isto é que não há; se, ainda assim, não vos contenta, deixai-vos de letras, que sois capazes de mastigar e digerir o granito.

O romance *Um Poeta*, aparecido em Abril de 61, é digno de ler-se pela boa colecção de cartas que encerra; há muito quem o prefira, para modelo, ao guia e conselheiro dos amantes.

Esperamos todos ansiosamente pelo livro *Os Amantes do Bosque*, produção de um membro do ilustrado clero português. Este romance eclesiástico promete imenso, pela moral que de cada página lhe há-de rescender: as cenas de amor honesto dos amantes no bosque destinam-se, principalmente, ao que parece, à edificação das meninas solteiras.

Resta falar do último livro saído dos prelos de Coimbra. O seu autor me perdoará o trazê-lo aqui em extremo lugar, mas, além de que me pedia o espírito guardar para descansar, após esta triste peregrinação, um oásis aonde bebesse com o gozo o alívio e as crenças, é uso velho despedir primeiro os importunos, para receber com mais sossego as pessoas cuja companhia prezamos. Falo das *Primícias* do Sr. Santos Valente: um livro de versos, de 200 páginas, que nos consola de termos lido certos versos em muito livro de 400 ou 500. Um ano literário que se termina com um volume como este não é certamente perdido, nem ainda desaproveitado para a verdadeira arte. É um livro de poesia; não desta que nos espalha no caminho da vida, como rosas colhidas por mão de virgem, o amor crente e ingénuo dos vinte anos, a fé cândida de uma alma que julga o mundo pelo que dentro lhe reflecte o puro espelho de uma crença confiante, as ilusões da vida, finalmente, ou melhor, essas grandes realidades do céu, belas e eternas, mas que a terra, limitada e imperfeita, não quer aceitar. Não é dessa poesia, porque sobre a face do poeta já passaram rajadas desse vento frio que varre o mundo de pólo a pólo neste século de dúvidas, mas daquela que se aprende chorando e sorrindo, entristecendo e exultando, entre a crença e a dúvida, ora voando ao céu levado nas asas de uma esperança infinita, ora caindo de chofre sobre a terra, atraído pela fascinação da voragem que se abre sob os pés.

O canto ressente-se da flutuação da alma, deste ir e vir entre céu e terra, e, por isso, mais de uma vez os sorrisos que abrem os lábios, de quem fita as alturas, gelam ante a angústia, mesmo o terror, de quem, fitando o mundo, julga ver apenas trevas e horror no fundo da voragem. Entre isto e a poesia dos vinte anos medeia a distância que vai de um monólogo de *Hamlet* a uma página de *Paulo e Virgínia*.

Mas também como é bela a crença, quando vem assim a custo de padecimentos! Que diferença entre o lábio que sorri, porque nunca soube o que seja blasfemar, e o olhar que se ergue ao céu, quando, após a treva longa e aflitiva, vê alfim a luz tão anelada! A fé ali tem toda a superioridade de ser responsável e livre, sobre o inocente sem consciência; o prémio veio, mas a troco de longo trabalho; é por isso mesmo que é prémio; o outro era apenas gozo.

"As Trevas" é uma das poesias que melhor demonstram o que levo dito: o poeta fita o mundo pelo escuro e, achando-o nu e ermo, quase o repele de si

com terror; mas, nas trevas, a ideia de morte, que a princípio lhe parecera vácuo e nada, brilha repentinamente com o clarão da imortalidade! Então, curvando o joelho, adora o Deus que desentranha da morte finita e contingente a vida superior e única, ama-O e, em nome d'Ele, abençoa a treva, que não é mais que a precursora da eterna luz:

Mistério! horror! só trevas,
No monte em grupo eterno!
Noite! lá vejo o inferno!
Noite! e ao céu me elevas!

Enquanto ao estilo, parece-me ser que o melhor vai a tais assuntos. Clareza extrema, simplicidade, transparência de frase vão bem ao amor puro e confiante, que, como o rouxinol a adormecer a sua companheira, se desentranha em ondas sonoras, estrofes luminosas e brilhantes como um dia de Primavera; mas, a esta poesia grave e profunda, mais do Norte que do Sul, mais da cabeça que do coração, por isso mesmo complexa, que melhor forma lhe caberá do que a frase concisa e enérgica, a imagem rápida mas grande, como na Bíblia, certo mistério, certa profundidade? É a forma como um vestido: tal o corpo, tal a vestimenta, que tem de o envolver.

Quanto à frase, a primeira parte do livro, aonde o autor se mostra sabedor da língua do Horácio, versificando nela, como se nascera dois séculos antes, no tempo dos Paivas e dos Macedos, é garantia segura de que os foros da língua serão respeitados com aquela veneração de quem lhe conhece os direitos. Quem tão bem sabe dos segredos da mãe, não pode ignorar a natureza da filha.

Quiséramos que o autor tivesse excluído da sua colecção certas poesias, que, sem terem falta de merecimento, contudo, pelo assunto estranho ao geral do livro, impedem que a unidade que nele reina apareça distintamente: tais são – "A Tarde", "Nem um beijo?", "O lírio".

Pesa-nos não podermos demorar mais na análise do livro, mas não terminaremos sem primeiro aspirar a poesia de uma feição particular dele. É o *Álbum* aonde, como em serão de família, juntou os seus amigos, exigindo-lhes a grata contribuição de um canto, um pensamento, uma destas flores que só mão de amigo pode ir colher numa alma de mancebo. Aquele aperto de mão, dado ali como em lugar solene, ante o público, como fazendo-o testemunha do juramento de fidelidade à bandeira santa da arte, tem tanto perfume de mocidade, de vida, que nos encanta como uma boa acção.

Ultimamente, o prólogo do Sr. Germano Meireles parece-nos digno pórtico por onde se penetre neste templozinho da arte. Há talvez ali poesia de

mais para escrito didáctico; muita imaginação, estilo amplo, como a eloquência asiática; o que, no romance, na obra de fantasia, fora belo, ali pode tolher o passo ao raciocínio, mais sóbrio sempre; mas quantos não quiseram pecar com ele, assim por excesso? É um defeito que só acusa fecundidade; antes assim!

Está fechada a revista literária. Passo em silêncio os livros da ciência, porque nem cabem neste escrito, nem tão-pouco carecem de ser lembrados em folhetins livros como os dos Srs. Macedo Pinto e Costa Simões, homens enérgicos tanto como sábios, que ainda têm força de serem aqui dos poucos a quem cabe o nome, tão belo como profanado, de *homens de ciência*.

Coimbra – Janeiro, 2 de 1862

A Revolução de Setembro, Lisboa, 26-I-1862

João de Deus

Assinado pelo redactor J. D. (1830-1896), este pouco estudado folhetim d'*O Bejense* (n.º 150, 7-XI-1863) – na sequência de outro de Ramalho Ortigão no *Jornal do Porto* – marca a história da polémica nacional, em particular do *D. Jaime ou a Dominação de Castela*, de Tomás Ribeiro (1862; "Conversação Preambular" de António Feliciano de Castilho), quais prolegómenos à saraivada de 1865-1866.

Os Lusíadas *e a Conversação Preambular*

Avelino – Acabei de ler a Conversação Preambular e se não fosse a boa-fé com que o sr. António Feliciano de Castilho se costuma exceder a todas as demasias de benevolência, quando se trata de afervorar alguém na cultura das letras, visto não poder duvidar da sua alta inteligência, duvidava da sua sinceridade.

Não digo que o *D. Jaime* não seja um grande livro: em acabando estas linhas, que o leia, estou que hei-de ser um dos seus muitos admiradores. Mas [a]os *Lusíadas* basta a sua reputação universal. E vê-los comparar com o *D. Jaime*, que fica de melhor partido, custa a acreditar.

A comparação é feita a certo respeito muito particular, a saber, qual daqueles dois poemas é mais conveniente e acomodado aos meninos que andam aprendendo a ler.

Ainda que, se algum dia, em honra do sr. António Feliciano de Castilho, se levantar alguém a combater uma crítica austera, fará o seu dever. Não foi, portanto, com medo de ofender este escritor, nem porque a minha consciência emudecesse, que me calei. A razão foi porque não tive logo o cuidado de escrever inteligivelmente e raras vezes estou de pachorra para copiar. Há dias, senti-me com algumas disposições e, até ao meio, fui indo menos mal. Peguei nisso e remeti ao meu amigo, esperando que ele esperasse pelo resto, tanto mais que a coisa acabava em ponto e vírgula. Ele, talvez dando a isto a importância do objecto e não a do seu fim, que é, puramente, um descargo de consciência, não esteve para mais e publicou. Cumpre-me advertir que eu, depois de lhe enviar essa parte, reconsiderei e vi que ao *Bejense* é que eu devia oferecer

primeiro o meu *acto de fé* (assim se lhe pode chamar). Estava agora para o fechar e meter no correio, quando recebo o *Vimaranense*. Ora, neste mundo, não há duas coisas perfeitamente iguais e, muito menos, duas cópias minhas. A parte das reflexões que eu tinha mandado ao meu amigo, vejo que diferem um pouco das que o leitor vai ler. Previno-o, pois, de que não é a segunda edição, *correcta*, é a mesma coisa escrita com outra pena ou noutro papel ou noutra ocasião, com a diferença de ser *toda*, como espero que, também, o meu amigo Avelino de Sousa me fará o favor de publicar.

Parte do que se segue foi escrito há dois ou três meses, porque há dois ou três meses que me emprestaram o *D. Jaime*, que, por sinal, não tive tempo de ler. A Conversação Preambular suscitou-me algumas reflexões e, visto o meu amigo Avelino de Sousa, redactor do *Vimaranense*, me haver oferecido muita vez o seu jornal para alguma coisa em prosa que eu quisesse escrever, pareceu-me ocasião oportuna de aceitar o favor, por me estar ditando a consciência que protestasse contra o que me parecia injusto, da parte da Conversação Preambular, com *Os Lusíadas*. Neste sentido é que os golpes da crítica mais feroz caem na maior glória literária que Portugal pôde e pode talvez nunca possuir e que o sr. António Feliciano de Castilho se inclina todo a favor de *D. Jaime*. É já uma consolação para os apaixonados dos *Lusíadas* esta circunstância atenuante, porque, a dizer a verdade, tanta obrigação têm *Os Lusíadas* de ser um bom livro de meninos, como a cartilha do Mestre Inácio de ser um bom poema.

Mas entre as razões especiais em que se funda aquela preferência, dada ao *D. Jaime* para uso das escolas (preferência que não me parece muito bem merecida se ele se eleva, como diz o sr. A. F. de Castilho, *aos últimos negrumes e terrores do romanticismo*), aparecem algumas, de um alcance geral, que são – – defeitos que *Os Lusíadas* têm, não para esta ou aquela classe de pessoas, mas, em geral, para todas, ou, como se diria em metafísica, defeitos absolutos.

Gramática, diz o sr. A. F. de Castilho, a gramática mesma é frequentes vezes ofendida nos *Lusíadas*. Mas o sr. A. F. de Castilho mesmo diz que o autor dos *Lusíadas* falava um português de lei. De modo que, por esta parte, fica uma coisa por outra e o dito por não dito.

Versos, diz o sr. A. F. de Castilho, estão tão velhos e tão fora de moda, os dos *Lusíadas*, que «nenhum bom poeta dos nossos dias se resignaria a assinar como sua uma única oitava inteira de todos os dez cantos». Mas o sr. A. F. de Castilho diz, também, que os versos eram belos no seu tempo e que mais vivazes hoje que nos dias em que nasceram. De modo que também por esta parte fica uma coisa por outra e o dito por não dito.

Há só uma acusação gravíssima a que o sr. A. F. de Castilho se não deu logo ao trabalho de responder, gravíssima, digo, porque, apesar de não ser feita aos *Lusíadas* nomeadamente, é-lhes, evidentemente, aplicável e pode a maior parte da gente, que não vê senão pelos olhos alheios, ficar pensando à sombra de tamanha autoridade que *Os Lusíadas* não só não prestam, mas, até, que era impossível prestarem, do modo como estão escritos.

Diz o sr. A. F. de Castilho, a respeito de uma forma de verso, sempre a mesma desde o princípio até ao fim de um poema, que semelhante padrão de prefixas dimensões e feitio – para todos, quantas ideias, para todos, quantos afectos possam vir – corresponde à bestial tirania do leito de Procusta, se o hóspede é maior ou se encolhe ou se mutila, se é menor ou se estira ou se desloca.

Segue-se que as ideias nos *Lusíadas*, do mesmo modo que na *Divina Comédia* e na *Jerusalém*, estão todas, umas entaladas à falta de espaço, outras desconjuntadas, ou, como diz o sr. A. F. de Castilho, deslocadas, para encher as medidas. Isto só, pondo de parte um andamento de frase, sempre o mesmo, e, portanto, ora mais apressado, ora mais vagaroso do que pede a doçura ou a veemência dos afectos, faria de semelhantes poemas a mais infame coisa que o Sol cobre.

Mas eu pergunto se, no caso do autor dos *Lusíadas*, variar de verso de modo que, por exemplo, o primeiro canto fosse todo em tercetos, o segundo em quadras, o terceiro em oitavas, o quarto em décimas e assim o mais, evitaríamos os inconvenientes do tal padrão de prefixas dimensões. De modo nenhum. Os cantos são dez, seriam dez padrões. E por que espécie de harmonia preestabelecida, admitida esta variedade, haviam de as ideias e os afectos do primeiro canto achar na terceira uma fácil e natural expressão? É evidente que o mal não está na unidade do padrão e que os mesmos inconvenientes que há para o adoptar em toda a extensão de um poema como *Os Lusíadas* subsistem para o adoptar em todo um canto. Logo, qual é o pensamento do sr. A. F. de Castilho? Que o poeta, segundo as ideias que lhe forem ocorrendo e os afectos que o vão possuindo, mude de forma, salte por todas elas, tercetos, quadras, oitavas, décimas, como lhe for mais conveniente. Esta liberdade só a concedia a sábia antiguidade aos que faziam versos a Baco. E porque a havemos de nós admitir? Porque os versos serão mais *fáceis* e mais conformes à lei geral da natureza – a *variedade*.

O argumento de facilidade não colhe em pontos de Arte. E, demais, sabe o sr. A. F. de Castilho que o poeta, em certas ocasiões, voa por cima de todas as dificuldades tão vitoriosamente, que ele é o primeiro a admirar-se de si mesmo, em descendo do Tabor e passada a Transfiguração. Agora, a variedade

da natureza não é de folha para folha de roseira que se observa, nem de rosa para rosa: é de roseira para o cedro e do cedro para o homem. Os indivíduos da mesma espécie têm todos o mesmo tipo. E a que vem a lei da natureza física? O que importa a natureza é do homem e a natureza do homem é o compasso e a música. Logo, a linguagem mais perfeita, a *verdadeira*, no sentido de Platão, a mais natural, a mais humana, será a mais compassada e musical. E teria que ver se o belo, a perfeição, inimiga inconciliável do meio termo, estava justamente em matéria de linguagem na transição da prosa para o verso, do cantochão para a música, isto é, no cantochão figurado do ditirambo.

Porque é ao ditirambo que a nova doutrina nos leva direitos como uma linha. Se eu deixo a oitava pela minha ideia caber em menos campo, porque não deixarei o verso de onze sílabas, se me basta um de seis? E se passo da quadra para o terceto pela lei da variedade, porque não passarei do verso de sete sílabas para o de nove e, deste, para o de onze? Mas para isto é que se fez a prosa. Examinemos as coisas por miúdo.

– Um verso, sempre o mesmo, sempre do mesmo comprimento, oferecerá ora espaço de mais, ora de menos à minha ideia e terei, portanto, ora de afofar e empantufar em palavras de mais, ora de a espalmar e entalar em palavras de menos.

– Um verso, sempre o mesmo, sempre do mesmo compasso, terá sempre o mesmo andamento e, portanto, a frase será, ora mais apressada, ora mais vagarosa do que pede a ideia que pretendo exprimir, faltando àquela necessária harmonia entre uma coisa e outra, que é a beleza do estilo.

– Mas supondo ainda que, ou por uma rara coincidência, ou de propósito, sacrificando-me à qualidade do verso que adoptei, nem falto ao andamento preciso, nem caio no vício de uma concisão ou prolixidade excessiva, o que resultará? Ver-me no fim com uma obra *monótona*, que é o maior defeito.

Nenhuma destas considerações tem fundamento sólido. E dir-se-ia que a inteligência do autor da Conversação Preambular fez nisto como a luz, lambendo a superfície das coisas. Seja qual for a qualidade de verso que eu adopte, ora me há-de sobrar, ora faltar. Combater, portanto, uma espécie de verso por semelhante razão, é proclamar o reinado da prosa e cair no pobre equívoco de Pelletan. E que importa que sobre ou falte? O maior verso se reduz a versos pequeninos e de versos pequeninos se faz um verso. Se é grande, fica o resto para outra ideia; se é pequeno, posso-o repetir. Pelos [*sic*] versos se escreverem debaixo uns dos outros não se segue que se não leiam em continuidade e por se lerem em continuidade não se segue que constituam um pensamento indivisível. Agora se, para nos dar compasso e música, o poeta se vê na necessidade de transtornar a ordem natural das ideias ou de as submeter a um ritmo forçado;

se, para nos dar uma linguagem mais perfeita que a prosa, falta às virtudes mais triviais da prosa e até às condições essenciais de toda a linguagem, está visto que Deus não o dotou daquela fala simétrica, que tem não sei que semelhança com o movimento periódico das esferas celestes, e nada se perde que não faça versos.

O andamento da frase não tem nada com o compasso do verso. São duas coisas diferentes, compasso e andamento. Todos os versos da mesma qualidade têm o mesmo compasso. Dar-lhes o mesmo andamento só quem não sabe ler ou quem os não sabe fazer.

Estavas, linda Inês, posta em sossego,
De teus anos colhendo doce fruto

tem o mesmo compasso que:

Picam de esporas, largam rédeas logo,
Abaixam lanças, fere a terra fogo:

o que não tem é o mesmo andamento. Um é *adagio*, o outro, *allegro*.

E já de aqui se vê que a *monotonia* é só filha da incapacidade. Bellini compôs a *Norma* a compasso quaternário. Rossini pode-vos dar à escolha o compasso em que há-de escrever, indiferentemente, *Semiramis* ou *O Barbeiro de Sevilha*. Bocage deixou a sua alma em sonetos, Camões em oitavas. E ninguém dirá que monotonamente. Agora, se nem todos compõem *Normas* nem *Semiramis*, nem sonetos como Bocage, nem oitavas como Camões, a culpa não é nem do compasso quaternário, nem do soneto, nem da oitava.

A oitava é uma excelente combinação. E nunca, em tempo nenhum, ao menos em Portugal e na Itália, se há levantado fábrica, que ao longe se pareça com *Os Lusíadas*, senão de peças daquele tamanho e daquele lavor. Andei um dia passeando por cima do telhado da Batalha com o Vieira de Castro mais o Norton e doutra vez com o Correia e o Vilhena, como se fosse por uma praça. A razão é que as telhas daquele telhado são lajes de boa mão travessa de grossura e assim devia ser. Os grandes edifícios não se fazem de seixinhos.

A oitava-rima, composta de oito versos dos maiores, que admite a nossa língua e o nosso ouvido, tamanhos que em oito deles meteu Camões a descrição do sistema do mundo, os seis primeiros sucedendo-se numa singela e grave melodia e os dois últimos fechando a oitava num acorde harmonioso que dá ao espírito do compositor o repouso da síntese, marca um passo ao leitor, convidando-o a tomar fôlego para continuar; é exactamente a mesma oitava

em que, se Camões ressuscitasse e tivesse a impudência de escrever, em nossa honra, escreveria outros *Lusíadas*.

Não sei se mais alguma coisa entra no plano das minhas reflexões, que faço em consciência, sentindo muito não ser da opinião de tão excelente prosador e poeta como o autor da Conversação Preambular, um dos nossos mais notáveis escritores de todos os tempos e dos actuais, se não o primeiro, ao menos, o segundo, que tem levado mais longe o nome português. Mas, já agora, direi sempre que *Os Lusíadas*, feitos para transmitir à posteridade as maravilhas de um povo da Idade Média, nas belas formas da antiguidade clássica, destinados a abarcar os tempos, o dogma religioso, não podia ser para eles senão relativo. Por isso é que aí as religiões se misturam e que

O falso Deus adora o verdadeiro

pensamento de uma profundidade e superficial clareza, que só conciliam homens como Camões e que nem sempre os Garretts se dão ao trabalho de compreender.

Mas se, apesar se tão vastas ambições, os *Lusíadas* caducaram «por passar a moda da conquista», *D. Jaime*, fundado no ódio de Portugal a Castela, já hoje contra o espírito da fraternidade universal; se ainda, em cima, daqui a meia dúzia de anos se "derreterem de todo os exclusivismos nacionais" de um modo que Portugal e Espanha fiquem duas províncias do mesmo reino, o que será feito de *D. Jaime*? Felizmente para os irmãos da *Ilíada*, da mesma maneira que para *D. Jaime*, as obras de Arte não as deprecia o tempo e as consequências que o sr. A. F. de Castilho tira dos trezentos anos dos *Lusíadas*, que são três dias numa vida imortal, é o contrário das que se devem tirar em boa crítica.

Mas, se isto é falso; se, realmente, o tempo dos *Lusíadas* passou; se aquela mistura de religiões é absurda e ridícula; se era tal o poeta ou a forma de verso de sua natureza tão viciosa que em todos os dez cantos se não descobre hoje uma oitava que qualquer bom poeta contemporâneo se não envergonhasse de compor; se até os erros de gramática são frequentes; eu, então, voto que a estátua – que mesmo o sr. A. F. de Castilho tem aconselhado a levantar a quem nos levantou a nós um monumento que, pelo assunto e os primores da sua construção, marca uma época na história do mundo – seja de gesso.

O Bejense, Beja, 7-XI-1863

Bernardino Martins da Silva

Deve-se a B. M. S., como assina, em folhetim inaugural – no n.º 5, a 4-I-1865 – do *Diário de Notícias* (número-programa de 29-XII-1864), o primeiro satírico ilustrado português, o *Suplemento Burlesco* (1847--1853) a *O Patriota*.

Atchis!

Acabou, deu à casca o ano de 1864. Não deixou saudades. A terra e o tabaco lhe sejam leves.

Dominus tecum!

Entrou em cena o ano de 1865, debutando pela bem conhecida canção francesa

"*J'ai du tabac dans ma tabatière*".

No dia dois do corrente, logo ao nascer da aurora, dois terços (pelo menos) da população de Lisboa galopava pelas ruas, dirigindo-se aos novos estanques para se fornecer de charutos, tabaco, cigarros e outros ingredientes *nicotínicos*.

Nas praças, nos cafés, em todos os lugares públicos, não se viam senão homens, mulheres e adolescentes, fumando e sorvendo a modesta erva-santa.

Os pais contavam aos filhos a história da descoberta do tabaco e as mães, ao ouvir tão grande feito, espirravam de prazer.

No meio de tão grande alvoroço nacional, nós éramos talvez os únicos que víamos neste contentamento geral mais um sintoma não duvidoso da nossa decadência! Cheios de mágoa, observámos um povo inteiro de charuto na boca e caixa de tabaco aberta oferecendo a pitada a amigos e a inimigos! e, de longe a longe, apenas avistávamos um cachimbo, como envergonhado de achar-se em tão grande minoria! O cachimbo posto de parte! esquecido, aviltado!

"*Oh! nódoa nos anais da fumaceira!*"

E ainda há quem se atreva a sustentar que nós, os portugueses, somos um povo democrata!

Pois o charuto, ou a pitada, podem nunca apresentar-se como tais?! O tabaco democrata! Entrai em qualquer salão de baile, ali vereis o nédio, o rechonchudo conselheiro abrir, risonho, famosa caixa de ouro ornada com o retrato do conde Cabriola-Mor, com entrada na casa do dossel, que o supra cujo conselheiro diz seu avô por parte dos Cabriolas lá da Beira, oferecer a pitada ao visconde de Cambalhota de Paialvos, o qual, com afilados dedos, sacode de cima de dez comendas algum polvilho que lhe escapou da venda. Passai para outra sala: lá vereis nuvens de fumo espalhadas pelo aristocrático charuto.

Que barulho, que escândalo não iria num desses mesmos salões, se ali penetrasse o cachimbo!

Seu introdutor seria tido como um sacrílego.

Nós, apóstolos da liberdade, inimigos do monopólio em qualquer parte que ele se apresente, vamos arrancar a máscara ao charuto e à insidiosa pitada.

Todo o movimento das ideias neste último século é devido exclusivamente à pitada e ao cachimbo; tudo mais é história.

Antes da famosa revolução de 1789, reinava a pitada; depois de sacudido o seu jugo, apareceu o cachimbo. Os peralvilhos do antigo regime tomavam tabaco; os *sans-culottes* lançaram mão do cachimbo.

O realista toma tabaco, o democrata cachimba, o romântico vive cachimbando, o clássico é tabaquista; finalmente, o tabaco não é outra coisa mais do que uma ponte pênsil de nariz a nariz ou o condutor encapelado de ideias antediluvianas. Que figura não faria el-rei D. João VI de cachimbo na boca jurando as bases da Constituição – gritariam que estava perdida a monarquia.

A nossa imparcialidade obriga-nos a confessar a pitada perfumada de bom-tom, grave, mesmo elegante; mas essa mesma imparcialidade nos leva a dizer que é cediça, de outras eras, de outros costumes, enquanto o cachimbo é jovem, laborioso, atrevido. A pitada não anda exposta ao ar com receio de constipar-se, enquanto o cachimbo expõe-se às inclemências do tempo, aspirando a liberdade.

Mas o charuto, o charuto, dirá o leitor! O charuto é o justo meio entre o tabaco e o cachimbo, representa o sistema constitucional entre a monarquia absoluta e a democracia. Uma nação que toma tabaco e fuma charutos pode ser tudo, menos democrata.

Os antigos portugueses que por *mares nunca dantes navegados passaram ainda além da Taprobana*, apesar das ideias do seu século, fumavam cachimbo

(às escondidas, é verdade); aliás, como obrar tantos prodígios de valor e patriotismo?!

Apresenta-se, pois, o cachimbo denodado e que o novo ano de 1865 brade à juventude:

Se até aqui o charuto e o tabaco têm vogado, é porque na terra dos cegos quem tem um olho é rei.

Diário de Notícias, Lisboa, 4-I-1865

Benvinda Chagas

Eis folhetim-carta de enigmática e divertida assinatura.

Alerta, Sexo Feminino!

Sr. Redactor

Uma filha de Eva ofendida na sua dignidade sob o fulgurante sol do século XIX!

Um tirânico marido desenrolando perante um público numeroso o farpado sudário de suas miseráveis misérias!

E qual foi a mão ímpia que tão grosseiramente arremessou a luva a uma representante do sexo amável?

Foi a miserável dextra de um caturra que não compreende que, no século da electricidade, do carvão de pedra, do vapor e do petroline, o fumo seja uma consequência imediata, inevitável!

Um homem que quer civilização sem fumo!!

Anátema!!! .....

Eu, sr. Redactor, sou a mísera esposa do ginja Tibúrcio Chagas, a casta Bibiana Vasques Chagas, tão injustamente increpada por ter saboreado as místicas vaporações de um havano de pataco!

O público pode avaliar qual será a vida de uma pobre senhora, cujas aspirações são grandiosas como o voo da águia, cujas ideias são desempoeiradas como o límpido céu de um dia de Maio, casada com um gebo que chama às lojas de moda «cavernas de Plutão», às modistas «enviadas do demónio na terra» e aos balões «máquinas infernais»!

Um tirano que escreve em boa letra redonda que tenho 40 anos, quando toda a minha vizinhança sabe que hei-de fazer 39 no dia de Santo Amaro!

Um pérfido que me negou há três dias uns brincos da moda e não me deixa vestir a minha casaca encarnada!

Um obtuso que não reconhece a influência da modista no marche-marche da civilização!

Um autocrata que não me quis levar antes de ontem aos macacos!!

Um marido desta laia é um ente impossível no século XIX.

Não julgue, sr. Redactor, que sou leiga nestas matérias de emancipação feminina.

Minha prima Bonifácia já leu o *Bigode*.

Minha filha mais velha aprendeu francês e geografia.

A mais nova sabe tocar piano.

Tenho um irmão empregado nos caminhos-de-ferro e um sobrinho distribuidor de jornais.

Ora, quem tem na família todo este pessoal técnico lê de cadeira em questões de direito feminino.

A mulher está apta para todos os mesteres sociais.

Que o diga a América, onde há já doutoras, guarda-livras [*sic*], empregadas públicas, deputadas, sapateiras, alfaiatas, cozinheiras, aguadeiras, carpinteiras, pedreiras e tipógrafas.

E creio firmemente que não vem longe o dia em que essa caudalosa torrente civilizadora transbordará pelos continentes do velho mundo.

A independência do nosso sexo está a despontar!

A minha lavadeira, que é freguesa de um estudante de química, disse-me ontem que a questão das gerações espontâneas está a resolver-se por estes dias. Brevemente, pois, poderemos prescindir da intervenção do bicho homem para a nossa felicidade.

Avante, pois, sexo feminino! Avancemos contra essa fera abjecta chamada homem, e, de charuto aceso e lança em riste, arranquemos-lhe o ceptro da tirania e dêmos ao universo uma nova fase toda feminina, simpática e formosa.

Que o mundo se transforme em lojas de modas, ourivesarias, teatros, bailes e folgares.

Seja a modista a nossa rainha, o prazer e o charuto os nossos reis.

Avante, granadeiras do fomento! avançai, pois cada uma de nós é a imagem viva do progresso, da civilização e dos melhoramentos materiais!

O caminho-de-ferro matou os burrinhos do José da Adiça.

O balão matará o caminho-de-ferro!

E o balão está em nós, o balão somos nós! Viva o balão!

Coragem, pois, sexo feminino!

Vamos ao parlamento mostrar os nossos direitos, patentear a nossa ilustração.

A rogo da minha mãe,
a sr.ª D. Bibiana Vasques Chagas,
por não saber ler nem escrever.

Diário de Notícias, Lisboa, 11-I-1865

Eduardo Coelho

Com dez anos de tarimba antes de se aventurar ao que foi logo uma instituição, um, a vários títulos, revolucionário Eduardo Coelho (1835--1889)[3] desvenda, em folhetim do n.º 74, de 1-IV-1865, do seu *Diário de Notícias* qual o segredo para o êxito deste.

Elogio da Moeda de Dez Réis

Inspira-me, ó génio tutelar das bagatelas, que, impregnado dos teus eflúvios, eu vou descantar em prosa tersa um alto assunto, um símbolo glorioso, um elemento de progresso e civilização – a sólida e modesta moeda de dez réis, que é a estrela do mundo e o brasão deste jornal.

Como a aguerrida Minerva brotando subitamente da magna cabeça do apavonado Júpiter, o maior espertalhão dos tempos fabulosos, o *Diário de Notícias,* que hoje vos entretém os ócios bem fadados, surgiu dos prelos subitamente e, sem se fazer preceder do mínimo pregão, começando logo em seu prurido civilizado a correr de voz em grita pelas ruas e travessas desta abençoada pátria da alface e do burrié. Dando ligeiros piparotes no fossilismo, ofereceu a todos, por um preço único, o relatório diário de todas as virtudes e crimes, nobres acções e disparates que por esse mundo de Cristo além vão praticando estes comboios de carne e osso chamados homens, arrastados pela outra querida metade da humanidade que lhes serve de máquina – a mulher, fruto das costelas do nosso pai Adão, se não mentem as sagradas letras. Um dilúvio de moedas de dez réis começou logo a chover durante quarenta dias e quarenta noites nas gavetas da empresa e com elas choveram modestas alegrias e prosperidades sobre um sem número de filhos de Eva. Uma coorte de rapazes foram nobilitados por aquela moeda – a estimada dos pobres – e, de garotos, passaram a negociantes literários; uma plêiade de filhos de Gutenberg (vulgo, compositores) foi chamada ao nosso grémio; a fábrica da Abelheira teve de produzir diariamente mais doze resmas de papel; a máquina a vapor

[3] Síntese da sua vida e obra em Antónia de Sousa, "Eduardo Coelho / Uma vida a defender os direitos do homem", *Diário de Notícias*, 14-V-1989: 5-7.

teve de derramar mais 6000 baforadas; alguns literatos (bichos importunos quando não têm que fazer, pois se ocupam em murmurar das alheias vidas!) acharam mais um entretenimento; 2000 operários e artistas, outro tantos fidalgos e negociantes; 1000 damas e outros mil entes de classes várias tiveram um honesto bisbilhoteiro que, com os olhos de Argos, vê tudo quanto se possa e, com a verbosidade de um filho do Algarve, lho participa nas 45.000 letras que formam este jornal.

O *Diário de Notícias* (permitam-lhe a juvenil vaidade, que estes seres imberbes têm um poucochinho de presunção) tem sempre regurgitado dos casos interessantes – e tantos e tão vários, que há por aí uns corsariozitos jornalísticos que vivem das migalhas do pobrezinho, pois, pela socapa, lhe devoram todos os dias sobejos do banquete, e tão simulados são, que escondem os pratos e tiram logo ao pão a marca da fábrica. Os míseros seguem a teoria do infeliz Proudhon que Deus haja e que diz que *a propriedade é o roubo*. Esta folha tem conduzido os seus leitores aos saraus do paço, às alegrias da Corte e à casa do pobre ignorado, a presenciar as angústias da desgraça ou as singelas alegrias da virtude; leva-os ao templo, instruindo-os na crónica mística, e aos teatros, a mostrar-lhes o reflexo dos vícios e virtudes sociais; agora lhes descreve um casamento, tecendo joviais epitalâmios aos noivos, logo lhes faz escutar a triste e plangente toada dos funéreos cânticos dos levitas; aqui, uma flor, ali, um cardo; já um sucesso da ventura, já um incidente da desgraça: um nascimento e um assassinato, um baptismo e um enterro; flores e dores – a imagem da vida. E tudo isto por dez réis.

Salve, ó modesta moeda de dez réis. Tu és a mais poderosa alavanca da humanidade. Era de ti que falava Arquimedes, pois só tu levantarias o Universo. Foi por causa das moedas de 10 réis que Jasão foi à Cólquida roubar o velocino. Por causa delas, Xerxes atravessou as Termópilas. Por um punhado de moedas de dez réis adquiriu Alexandre o glorioso Bucéfalo. Foi impulsado por elas que os filhos de Jacob venderam seu irmão José, como se têm vendido as consciências de muitos poderosos senhores da terra. E o vilão Judas Iscariote atraiçoou e vendeu por elas o Divino Mestre. Por elas se têm enforcado alguns agiotas. Muitos senhorios ardem nas caldeiras do inferno, por causa delas. Em certas crises, alguns janotas dariam a sua vida por uma moeda de dez réis. A economia política não existia sem ela. Quem faz as revoluções? As moedas de dez réis. Quem agita muitos políticos, quem levanta muitos potentados, quem prostitui muitas belezas, quem faz muitos casamentos, quem derriba muitos impérios? A humilde moeda de dez réis. Ela é instrumento de muitos crimes e agente de muitas virtudes. Ela consola o pobrezinho faminto pelas mãos da

caridade. Ela é, muitas vezes, o sagrado Getsémani do infeliz proletário e, outras tantas, o leito de Procusta do argentário.

Saúdo-te, ó moeda de dez réis, como facho de luz civilizadora, como elemento de vida e de prosperidade, como número consolador de aflitos, como fonte de grandes ideias, e desejo que chovas sobre mim em profusão tanta como a praga de mosquitos que caiu sobre os sitiadores de Nínive.

Diário de Notícias, Lisboa, 1-IV-1865

J. Vale

O jurista Joaquim José Maria de Oliveira Vale (1835-1893) anima, no fragor da Questão Coimbrã, a *Revista de Coimbra* (1865-1866), que também entra na polémica (n.º 2, 15-XII-1865).

Crónica

Na Crónica passada, prometi a análise do livro do Sr. Pinheiro Chagas – o *Poema da Mocidade* e o *Anjo do Lar* – e hoje, que devia ocupar-me dele para cumprir a promessa, vejo-me agora seriamente vexado por não poder fazê-lo. A hora do *despacho* chegou, e eu, que tinha dito que imaginava ser contrabando tal mercadoria, fiquei espantado de não ver os *fiscais* entregarem o objecto *apreendido*. Indagada a causa de tal desprezo pela lei, cheguei a saber que a fazenda de que se trata é das mais usuais que a indústria literária de Coimbra produz; que veio ao nosso mercado um pouco cara e que, sofrendo a concorrência dos produtos nacionais, foi retirada do mercado e ninguém comprou.

Não exagero. Eu quis ler o *Poema da Mocidade* e com desejo bastante o pedi; é incrível, em Coimbra só havia um!

Como é outro o poema da mocidade do Norte e como é diferente o anjo do nosso lar, ninguém quis indagar se aquilo era o *verbo* da inspiração dos filhos do Sul; ou se estava ali resumido o credo filosófico duma escola de *bom gosto* e *bom senso*; se aquele volume encerrava estética moderna; ou se aquelas páginas se consagravam à filosofia do belo; se aquelas letras todas se tinham reunido para formarem a lenda da mocidade, verdadeiro Ashavero, que marcha sem um momento de repouso, ou se o poema era o canto já tão ouvido de uns amores já tão usados e a expiação de dois corações vulgares, rematando pela clausura imaginada duma mulher adúltera e pela morte dum sedutor mordido de remorsos, lugar-comum, quando o escritor não sabe o que há-de fazer dos dois personagens que lhe restam.

Um poema da mocidade não é aquilo!

O poema que não move, que não deleita, que não instrui, será tudo menos *Poema da Mocidade*!

Não move, porque não há acção grande e sublime: há uma mulher que se esquece do que é o dever – e isto já não move, porque é trivial! Não deleita,

porque não atrai; e não pode atrair, porque as belezas que por lá tem não despertam a imaginação; são comuns e vulgares; e um poema da mocidade, com *acção* velha, com *caracteres* velhíssimos, com *costumes* imorais, com *elocução* esquecida e com *versificação* prosaica será o poema da decrepitude, mas nunca da mocidade!

Não instrui, porque nem é poema didáctico. Devia-o ser: filosófico, moral, crítico e artístico, todos esperavam que o fosse; ilusão!

O *Poema da Mocidade* reduz-se a uns amores – é sentimentalista; queríamos que fosse também racionalista. O autor trocou a razão pelo coração e nisto foi lógico. – Na escola que eles dizem verdadeira e que tem *bom gosto* e *bom senso*, prepondera mais o elemento sensitivo – na escola de Coimbra, mais o elemento filosófico, talvez; e é nisto, confesso, que nós provamos o nosso *mau gosto* e *mau senso*!

Um poema exclusivamente amoroso não é o poema da mocidade, é o poema da criancice; e, por fatalidade, por qualquer dos lados que o encaremos, vem ele a ser o livro ou dos velhos ou dos meninos, razão que justifica este nosso desleixo por ele; se não houvesse já a anterior razão de não termos gosto nem senso!

Dou, pois, o dito por não dito: não critico o *Poema da Mocidade*. O que atrás vai dito não é meu, é uma produção inédita dum amigo meu, que já não existe, a propósito dum poema parecido com *o da mocidade* e que eu faço minha, porque já não há quem reclame pelos direitos de autor!

Não critico, porque criticar coisas bem pouco dignas de crítica é um modo de dar-lhes merecimento: falar delas seria convencer os que nos chamaram à pugna que realmente não tínhamos nem *bom gosto* nem *bom senso*; e isso é o que eles queriam; era que nos confessássemos vencidos, dizendo-lhes: «Lemos o *Poema da Mocidade*.» Foi estratégia que nos queriam armar – não caímos na rede; ninguém lê o *Poema da Mocidade* – deveis de estar contentes, temos o *bom gosto* e o *bom senso* de nem o comprarmos!!!

Depois, é necessário protestar também contra algumas palavras que se lêem em dois números da *Gazeta*: refiro-me a uma carta do Sr. Castilho e a um artigo do Sr. Vidal. Pedem os ilustres escritores que ninguém canse na luta contra uma invasão, que pode chegar a inundá-los, se não lhe puserem obstáculos; que todos se empenhem nesta batalha, em que os pródigos da palavra têm de morrer para só ficarem existindo os *geómetras da ideia*, os defensores da *nudez celestial do pensamento*.

Se o espírito guerreiro anima os possantes filhos do Sul, nós, os bárbaros do Norte, inscrevemos em nosso pendão o *si vis pacem para bellum* e cá estamos esperando, a cada hora e a cada minuto, pelo sinal dos ataques.

Ninguém contendeu, ninguém foi insultar a escola literária de Lisboa; mas, depois de nós sermos por um deles insultados, é que oferecemos a necessária resistência; e, se estão preparados para o combate, ninguém lhes disse que os temíamos!

Seja o que for; quanto maior é a obra que tenta abalar a escola de Coimbra, tanto mais alta a vejo e cada vez me ufano mais em não pertencer a uma seita que tem por fim único ou o *elogio mútuo*, ou a apologia da «nudez celestial do *pensamento*». Analisemos a frase que expressa a teoria do Sr. Vidal sobre o *maximum* e *minimum* da palavra.

Quer o ilustre crítico que se proteste contra este *sistema* (se o é) de empregar palavras ocas; que se espalhe o gosto do pouco emprego das palavras; e leva a ambição a tal ponto, que deseja ver realizada a sua forma abstracta da «nudez celestial do *pensamento*».

Como é teoria que ainda não vi realizada; como o próprio artigo do Sr. Vidal protesta já contra ela, pelas repetições seguidas do mesmo pensamento e pelas copulativas inúteis para um homem que preconiza a forma singela da dicção, eu confesso que não entendo o que é a *nudez celestial do pensamento*; será alguma estrela que o Sr. Vidal vê despontar no céu da gramática futura?

Ex.mo Sr. – enquanto a *gramática* apontar figuras; enquanto a *arte* ordenar a digressão, como *enfeite* e *atavio*; enquanto o belo aconselhar a escolha da frase e enquanto o *ouvido* exigir a harmonia da prosa, V. Ex.ª terá como quatro inimigos da sua teoria a gramática, a arte, o belo e o ouvido!

Realmente, é levar o laconismo a um ponto tal, que V. Ex.ª, dentro em pouco, com mais uns pequenos retoques na sua teoria, verá realizada a escola mímica e daí a inutilidade da palavra!

O que será a *nudez celestial do pensamento*? O Sr. Vidal, em vez de empregar só a *nudez do pensamento*, pôs-lhe ao lado o adjectivo *celestial*, que nada diz, e que, pelo contrário, torna a frase ininteligível; contudo, como é teoria nova, respeitamos os produtos da inteligência humana e pasmamos como os que se dizem mestres se entretêm com tão pequenas coisas, como são teorias sobre pensamentos nus!...

Não sabe V. Ex.ª para quem é importuna esta nova maneira de dizer?

Eu lho explico: tudo está sofrendo, por felicidade nossa, uma transformação, que alguém julga lenta, mas que eu considero rápida; tudo é vítima desta moléstia nova e nada há que se possa esquivar à influência do princípio revolucionário. Artes, comércio, política, religião, filosofia, literatura, tudo, enfim, está entrando no cadinho para a sua purificação.

E só a língua havia de permanecer imóvel como um dogma? Só ela seria excluída da nova forma? Os *caturras* dizem que sim; os que têm os *olhos bem*

abertos e não querem negar a luz afirmam o contrário.

Dantes, Sr. Vidal, havia a monomania de criticar qualquer livro, dizendo-se, simplesmente, que estava recheado de galicismos, porque a língua francesa era quase a única conhecida e a nossa literatura nela se resumia.

Hoje, é outro o sistema de criticar; a sentença reduz-se a suas palavras – – «não entendo; é incompreensível; são palavrões» – e V. Ex.ª decerto saberá a causa disto.

A literatura e ciência alemã são, segundo penso, responsáveis por este fenómeno. São elas o elemento revolucionário de que falei.

Antes, falar em Klopstock, em Goethe, em Schiller, era só permitido aos eleitos da literatura: falava-se só em Victor Hugo, em Lamartine, em A. Chénier, em Béranger, etc., etc. Antes, poucos conheciam o *Idealismo* e *Realismo* de Jacobi, as suas cartas a Fichte, o Woldemar e a sua obra sobre as *Coisas Divinas*; o nome de Fichte poucos o pronunciavam e poucos entendiam o *Fundamento da Teoria da Ciência*, a sua *Filosofia do Direito*, o seu *Tratado do Destino do Homem*.

Os nomes de Schelling e Hegel, Reinhold e Schlegel eram ignorados pela terça parte da mocidade que estudava e o nome de Kant ninguém o conhecia como ponto intermédio do século XVIII e XIX.

E para quê citar nomes, se eles são tantos; e para quê relacionar obras se elas são quase intermináveis!

A revolução operada pela filosofia e literatura alemã são causas directas desta *nova* linguagem, que nós vemos passar para a ciência e para os escritos literários; mais intrincada e mais misteriosa, a ciência alemã necessita de muita meditação; e não é com uma apóstrofe mal dirigida que o Sr. Castilho, ou algum outro discípulo seu, pode fazer com que nós deixemos de cultivar a ciência, só por nos dizerem que chegámos ao reinado da prodigalidade da frase!...

A maneira, pois, de dizer há-de estar sujeita a nova forma, como tudo; e querer fazer da palavra dogma, querer retirá-la da acção do progresso, querer que se fale a linguagem da *idade d'ouro* até à consumação dos séculos, é irrisório, senão absurdo.

Fixos no pensar, vultos venerandos do passado, homens dogmáticos, para que tentais opor-vos ao voo? Permanecei como atestado do tempo que foi e deixai em paz a coorte dos que olham para o futuro.

E quase me esquecia de relatar os acontecimentos mais notáveis da crónica de Coimbra, onde uma noite no teatro, uma reunião de qualquer associação, um baile, um bazar, etc., devem ao noticiarista todas as considerações.

Empreguei o meu tempo e o espaço desta pequeníssima folha em futilidades do *Poema da Mocidade* e das teorias do Vidal e esqueci-me de memorar as deliciosas noites que a companhia do Teatro S. Luís e a Zarzuela de Medina nos têm dado nestes quinze dias de Inverno.

Revista de Coimbra, Coimbra, 15-XII-1865

Luciano

Entre os 12 números da *Semana Teatral* (Lisboa, 20-VIII/13-XI-1866, n.º 12), escolhemos o n.º 6, de 24 de Setembro, assinado por intrigante Luciano.

Folhetim

Enfim, como instam tanto, lá vai um folhetim. Esta palavra devia gelar-me a tinta nos bicos da pena, se eu não contasse com a benevolência do leitor e não confiasse no *audaces fortuna juvat*.

Folhetim! Todos os artistas literários, ao encararem este nome, não têm mão em si, que não comecem logo grandes variações sobre esse esplêndido tema. Eu creio que o leitor tem uma memória admirável, que sabe já de cor todas essas *fiorituri* e que, por consequência, dispensa uma nova edição do que tão bem conhece. Mas aquelas oito letras encerram em si tão grandes feitiços que não posso, até certo ponto, deixar de imitar os tais *virtuosi* e de dizer ao leitor português algumas novidades, cuja divulgação, neste momento, eu julgo tão importantes para o bem-estar da humanidade como os tratados de paz, as conferências diplomáticas e o processo dos estranguladores da Índia, dos horrorosos tugues!

Antes de tudo, acho conveniente, indispensável mesmo, dizer ao leitor quem sou; não quero que encontre o escuro *Ego sum qui sum* em resposta às perguntas que a sua curiosidade, como eu imodestamente penso, lhe ditar.

Luciano, sem mais nada, é um homem sério. E folhetinista? observa o leitor com ar de irónica incredulidade. Exactamente, sério e folhetinista; mas, meu caro, não me interrompa, senão preciso de trinta sessões de mim mesmo para me retratar. Se, depois desta afirmação, ainda duvida da minha seriedade, dou por mim Júlio Machado, secretário do Instituto Industrial e folhetinista; Pinheiro Chagas, folhetinista e chefe de família; Ramalho Ortigão, idem; idem e mais ninguém, porque o país é pobre. Sendo eu sério, e em vista da lei dos contrastes (esta fórmula denuncia-me como empregado público, o que é mais uma garantia da minha seriedade), hei-de fazer rir quem me ler, porque não há nada que mais provoque a gargalhada do que os homens sérios; sucedendo,

neste caso, a respeito da graça, o que se dá com o meu amigo S. T., que costuma estar sempre no sítio em que se não procura.

Manda a verdade que diga que ainda não dei direito a ninguém para me classificar entre os empregados-modelo; gosto de liberdade em tudo e por isso...

Chegado a este ponto, abro a *Viagem Sentimental*, de Sterne, e acerto no ponto em que ele diz que devemos falar em nós o menos possível – veio tirar-me de um grande aperto, o bom do Yorck; que grandes amigos que são os bons livros. Sigamos o conselho e passemos, leitor, a outro assunto.

Tem-se radicado entre nós um gravíssimo preconceito literário: é o de se exigir a um folhetinista muita graça e, sempre, muito espírito, como por aí se diz. Pobres folhetinistas!

De onde viria esta ideia tão singular? Fez-me cócegas na curiosidade esta extravagante exigência. Não lhe resisti e lancei-me no abismo das meditações. Resolvi comigo, sem descanso, o problema e chegaria, quem sabe, talvez... a esquecer-me disso, se, finalmente, um dia mais feliz não trouxesse consigo a desejada luz às trevas em que eu jazia. Aí vai a razão por que são repelidos os que se apresentam no *rez-de-chaussée* dos jornais sem a competente provisão de chistes.

Sabem todos que as ofensas feitas ao amor-próprio são as que mais dificilmente perdoamos e esquecemos. Ora, os que pretendem empunhar a *badine* do folhetinista sem a graça requerida ofendem o amor-próprio do público.

Como assim? Ofendem o amor-próprio! Eu me explico. O público está, ou parece estar, convencido de que é ele quem inspira os seus cronistas e, portanto, que é muito engraçado, que ninguém o pode ver sem sentir a alegria inundar-lhe a alma e o riso assomar-lhe aos lábios. A literatura, diz o tio Simplício lá consigo, é o espelho da sociedade, segundo afirmam grandes pensadores; ora, Júlio Machado anda sempre risonho e não há tristeza, por funda que seja, que resista a uma *Revolução* de terça feira; Pinheiro Chagas traja sempre aquele seu ar zombeteiro e os assinantes do *Jornal do Comércio* receitam os seus folhetins aos amigos que sofrem de hipocondria; logo, eu sou um cidadão muito alegre e galhofeiro, tenho sal às pilhas e não sou como este senhor que ainda não conheço, que me quer pintar, talvez à sua imagem – e, neste ponto, tira Simplício os óculos e lança de si o jornal com desprezo.

No meu entender, o público engana ou parece enganar-se e os culpados do seu erro são os dois escritores de que falei. As suas crónicas não reflectem a vida monótona, tristonha, da nossa terra, como ela realmente é. Como poderíamos nós rir, se assim fosse?

Assim como o diamante precisa de ser polido com outro para desentranhar de si as torrentes de luz, assim é também com o convívio, com esse atrito das inteligências, que elas se desenvolvem e aprimoram umas na grandeza das outras, outras no perfeito e acabado da forma, nas graças e enfeites da locução.

Tem sido a França a nossa mestra no folhetim; não que devamos dizer que, antes dela, ninguém o cultivara entre nós.

Muitos sermões do Padre António Vieira são verdadeiros folhetins, sagrados é verdade, com seus trocadilhos e jogos de palavras ou calembures, como hoje se diz, e rivalizando no paradoxo com o mais endiabrado escritor moderno, e assim também muitas páginas daquele grande ratão de Cavaleiro de Oliveira, mas o que podemos dizer é que eles, como Jourdain, de Molière fazia prosa, faziam folhetim sem desconfiar de tal coisa.

É nos franceses Janin, Gautier, Méry, M.me de Girardin e Afonso Karr, todos bons mestres, que estudaram todos os que em Portugal têm cultivado este género de literatura – são eles os diamantes que desgastaram e poliram os nossos; porém, o público, que ignorava a existência dos mestres, pensou, por muito tempo, que eram dele aquelas graças do dizer, seu fogo que animava as narrações do cronista predilecto, seus também o ar saltitante e juvenil, a fisionomia provocante e desenvolta daquela Musa de vinte anos que dava os cabelos soltos ao vento, o tempo à preguiça, ao dulcíssimo *far niente*, e o coração a todas as formosas!

Pobre público! Quantas ilusões não tens perdido! Com o tempo, a tua consciência tem ganho muito e já te conheces bem para te deixares lograr pelo literato vaporoso que escreve com a alma em Paris, mas, como és avesso de alma e coração à fotografia literária, ainda aparentemente te deixas embalar, mas, hoje, é por amor da arte e por costume.

Existem, contudo, no teu seio, ó público, algumas contradições vivas, alguns caturras incorrigíveis, que não juram senão por Heitor Pinto, Amador Arrais, Frei Luís de Sousa e Manuel Bernardes, e que exigem à fina força que o Machado e o Chagas escrevam exactamente como aqueles santos varões. No dia em que eles acederem a este desejo, passam a ser uns sensaborões atrocíssimos.

Se ficam sensaborões, deixam de ser engraçados, como diria o meu amigo Simplício, que em França se chama mr. Proudhomme, e, portanto, não podem escrever aquelas admiráveis páginas que tanto prazer nos dão. Isto é horrível.

Eu só encontro um meio de resolver a questão e é que os caturras escrevam os seus folhetins e que.. depois os leiam.

Nós ficamos satisfeitos com esta vingança.

Do que deixamos dito, conclui-se que… chegamos, eu e o leitor, ao fim desta viagem, que eu fiz a minha estreia e que ao mesmo tempo ganhei uma aposta.

Uma aposta?

Sim, a de encher estas meias colunas sem falar no campo de manobras, nos banhos do mar, no *Anjo da Meia-Noite*, nas *Noites de Lisboa*, de Manuel Roussado, e na admirável tradução das *Geórgicas*, mais uma jóia da coroa literária de A. F. de Castilho – assuntos, todos estes, que trazem ocupadas todas as cabeças de todos os mundos de Lisboa.

Semana Teatral, Lisboa, 24-IX-1866

Eça de Queirós

Crónica

Hoje, a crónica retoma uma importância poderosa e exclusiva e única; sente-se honrada e satisfeita; pode licença para se alargar pelo jornal, estender-se voluptuosamente pelas colunas, tomando o lugar do artigo de fundo, dos artigos políticos, das correspondências, de tudo.

Ela só quer resplandecer: hoje, o jornal é dela, os senhores tipógrafos compuseram-na com toda a sorte de carícias, os senhores revisores beijaram-na devotamente.

Ela, hoje, traz mil anedotas, toda a sorte de contos, de historietas. O que todos se vão rir! A crónica tinha projectado fazer uma partida de carnaval, contar uma mentira imensa, enredar uma intriga feroz entre as pessoas respeitáveis da terra, dizer que tinham sido assassinadas dez senhoras na Porta Nova ou na Praça, descrever miudamente as crueldades dos assassinos e, depois, no número que seguir, trazer a seguinte errata: por erro de imprensa, se disse que as senhoras fulanas tinham sido assassinadas. E, depois, rir imenso! Mas não, não quis; respeita muito o seu público para, assim, o burlar e, como os saltimbancos de feira, o mais que poderá fazer é deitar-lhe farinha aos olhos ou deslumbrá-los com jóias falsas.

Esta época do entrudo é, realmente, feliz para a crónica. A crónica encontra sempre contra si as ocupações políticas, os incómodos individuais, a preocupação das negociações financeiras, a instabilidade dos partidos; ela é sempre jovial, mas não pode respirar, viver, porque encontra em volta de si uma época séria. Senão, veriam.

Mas, quando chega o carnaval, há harmonia entre a crónica e a época; se a crónica diz *folguemos*, a época diz *desvairemos*.

E aí está porque, assim que chegam estas épocas, ela se veste de cores alegres, vem palreira e folgazã dar as boas-festas aos que têm a honra de a ler, de a ouvir, de lhe escutar as anedotas.

Hoje, nenhuma notícia dá a crónica: limita-se a contar anedotas, umas verdadeiras, outras falsas. Ela andou muito ocupada em distrair, em atirar ovos literários às faces crédulas, para saber as notícias positivas que correm a terra. Podia inventar, mesmo, porque está no entrudo. Mas hoje os que inventam são

muito acreditados; já não dá gosto inventar; o verdadeiro é contar verdades; porque, então é certo, ninguém acredita.

É bem certo que os jornais de entrudo têm um aspecto diverso: o jornal é das coisas neste mundo que mais toma a forma e a atitude das épocas que atravessa. O jornal no entrudo tem o que quer que seja de folgazão, de escarnecedor; se fala nos graves problemas sociais, é com ar ligeiro, de pouco respeito; se fala nas misérias humanas, é com voz contraída, como quem abafa o riso. Vê-se que é feito à pressa, desleixadamente revisto, pessimamente impresso.

O jornal de quaresma tem uma gravidade sinistra, fala e torna a falar em cinzas, vê o governo vestido de roxo, acha-lhe a cara patibular; se vê desperdício no orçamento, fala logo em *jejum*, fala também em *pecados* ministeriais e pede sincera *confissão*; depois, diz que é uma vergonha estar na *comunhão* do governo.

Os jornais da Semana Santa são fúnebres, a todo o momento dizem: *o som do bronze, a voz funérea, a ciprestal morada, a paixão*, etc.

Por esse tempo, acordam os poetas tristes, soltam seus *carmes sepulcrais*: é triste.

Oh! mas do que a crónica se lembrou agora, em pleno entrudo; ela faz *penitência*: promete mascarar-se e ir ao baile de máscaras. Depois disto, só se lhe desejarem o suplício de Tântalo, homem que tinha fome e comer à vista e não comia, homem que tinha sede e água à vista e não bebia.

Diz uma folha de Espanha que alguns guardas de uma capital de província prenderam uma mulher que, para não pagar os direitos às barreiras, introduzia porcos pequenos, vestindo-os como se fossem crianças.

A ideia é realmente engenhosa.

Eis um dos despachos telegráficos mais notáveis de que têm feito menção os jornais ingleses recebidos de Nova Iorque, por um cavalheiro de Londres:

«M. A. L..., rua de tal... Terceira epístola de S. João, versículos 13.º e 14.º – X. B.»

Ninguém deixará de perguntar o que significa este logogrifo. Se se abrir o Novo Testamento e se procurarem os versículos 13.º e 14.º da terceira Epístola de S. João, ler-se-ão as frases seguintes:

«13 – Tinha muito que te escrever, mas não quero escrever-te com pena e tinta:

14 – Espero poder visitar-te dentro de pouco tempo e falar-te-ei então de viva voz. Que a paz seja contigo. Saúdam-te os nossos amigos. Saúda a cada um dos amigos em particular.»

É realmente engenhoso. O despacho custou dez libras. Se o expeditor tivesse enviado o texto dos dois versículos, ter-lhe-ia custado o telegrama umas vinte libras.

Do jornal de Londres *Court Journal*, traduzimos o seguinte, que é a descrição do novo jornal que começou a publicar-se na Califórnia:

«Recebemos de S. Francisco da Califórnia um periódico escrito na língua chinesa e que tem por título *O dragão defensor da Califórnia e China*; é curioso: parece que uma porção de aranhas encharcadas em tinta andaram passeando e brigando sobre o papel. Virámos o jornal por todos os lados, achámo-lo interessante, mesmo porque, para nós, o ele estar virado para cima ou para baixo é a mesma coisa; agradecemos, contudo, a troca.»

No Porto, houve um grande *meeting* para protestar contra as medidas do governo. A agitação é extrema.

Transcrevemos os dois telegramas que se receberam em Lisboa, a respeito da reunião:

«Majestosa reunião de 6.000 pessoas. Discurso vigoroso do Sr. César Pinto, aplaudido com entusiasmo pela multidão e Câmara. O Sr. Vice-Presidente, referindo-se ao orador, disse que estava tudo no espírito da Câmara e que, se não fosse atendido, deixaria a sua cadeira.»

Outro telegrama do Porto, expedido à 1h e 10 m da tarde, diz:

«Apesar da chuva, reuniram-se, na Praça de D. Pedro, mais de 7.000 pessoas. Entusiasmo, mas sossego. Assistiu muita gente de distinção e, entre elas, industriais, sendo muito apoiados, principalmente quando verberaram os actos do governo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou que aderia absolutamente e que a Câmara só esperava por este pronunciamento para representar às Cortes contra as propostas governamentais. Está dada a plena reprovação do Porto a este governo.»

Agora que estamos em pleno entrudo, que começam as festas, as cavalgadas, os bailes, as mascaradas, todas as notícias de festas notáveis têm grande aceitação. Já que nos não podemos divertir, vejamos e ouçamos como os outros se divertem. Em Paris, a política esqueceu-se e só se lembra a folgança, a loucura, o desvairamento do carnaval. Por cá, também se dão tréguas e cada um se entrega ao prazer de atirar ovos, ou de escorregar no *cancan*. Nós cá divertimo-nos um tanto insipidamente; não é assim em Paris. Ali, as festas e os bailes sucedem-se quase sem interrupção. Todas as sextas-feiras há o mais esplêndido baile de máscaras na bela sala do teatro italiano; todos os sábados baile, na ópera; há bailes na Corte, na Câmara Municipal, nos palácios dos diferentes ministérios e nas embaixadas; finalmente, os divertimentos estão no seu apogeu. A *festa dos patins*, no Bosque de Bolonha, foi deslumbrante.

Parecia um desses grandiosos espectáculos que, nas margens do Neva, fazem o encanto da corte do Czar; ou então que os parisienses se achavam transportados a uma das alegres quermesses da Holanda.

Às sete horas da noite, o *Ice-Club*, iluminado, elevava-se, por sobre o Bosque, como uma imensa aurora boreal. As avenidas estavam repletas de carruagens e os anosos carvalhos, transformados em monstruosos candelabros, tinham suspensas centenares de lanternas venezianas, que lançavam fantásticos reflexos sobre os transeuntes. Ao longo dos caminhos e em torno do lago gelado, brilhavam miríades de candeeiros e de balões de cores, dispostos em festões presos a colunas de ferro, sobrepujadas por estrelas de gás, sustentando nos raios superiores caçoulas douradas, onde ardiam continuamente fogos de Bengala.

As cantigas dos patinadores iam confundir-se ao longe com os sons da música da orquestra.

Eis-nos no *club*; é um vasto e gracioso *chalet* suíço, todo rutilante!

Na entrada, os porteiros e a guarda civil contêm a multidão e abrem caminho aos convidados.

Três mil pessoas estão espalhadas pelos vastos salões.

Em frente do *club*, circulam exóticas figuras e os mais diversos trajos de veludo, seda, rendas e preciosas peles. O boné de Astracã encontra-se com o fez oriental, a touca escocesa com o barrete quadrado da Polónia e o casquete holandês com o chapéu da Noruega.

Vêem-se sobrecasacas de alamares, véstias suecas e capas russas, fornadas de arminhos e de martas. O que, porém, domina na multidão é, nas senhoras, o penteado parisiense e, nos homens, o fraque, o *veston* francês e o chapéu *cápsula* dos janotas da primeira classe.

Dão oito horas; e, ao mesmo tempo, a multidão dos guardas de Paris, que, entre bem- dispostos fogos de bivaque, se conserva numa eminência da ilha, solta alguns sons; e, em seguida, senhoras e homens calçam os patins e, munindo-se de lanternas de cores, avançam para o *turf* de cristal.

O espectáculo deve ter sido cheio de grandiosidade. A *Ilustração* inglesa, donde tirámos apontamentos, diz que apresentava um carácter fantástico, com tal animação e originalidade, que não se pode descrever!

O lago do Bosque de Bolonha, como uma arena imensa, cercada por uma elegante grade, ostenta, em frente do *chalet*, o gigantesco espelho de gelo que cerca o *club* dos patinadores, de que é presidente o Príncipe Murat, e onde se reúne a mais alta aristocracia. Nesta festa, o Imperador patinou por muito tempo. A Imperatriz, num magnífico trenó de forma de cisne, corria em diversos sentidos e, seguida por grande número de damas da corte, atravessava por entre diversos grupos de homens e de senhoras, que trajavam à polaca e à escocesa, e que dançavam sobre os patins, ou, em rápidas corridas, desenhavam flores ou escreviam o nome no gelo. As damas da corte imperial e grande número de outras senhoras também iam em trenós de forma de cisne, o que muito contribuía para dar um aspecto mágico a esta festa nocturna, ao ar livre, e nos rigores do Inverno.

Entre nós, basta a mais leve viração para afugentar do Passeio Público toda a gente que vai ali passar alguns momentos, nas calmosas noites de Agosto!

Entre os indivíduos que se achavam pronunciados no processo da chamada companhia do Olho Vivo, deram entrada no Limoeiro, no dia 28 de Fevereiro, o ex-tabelião, um escrivão de Direito, um do juízo eleito e outros indivíduos.

CORRESPONDÊNCIA DA CRÓNICA
Na Véspera do Carnaval
(*Conto*)

Venho hoje, ó caras leitoras,
Contar um caso fatal,
Que ficará registado
Nos anais do Carnaval.

Quando a fortuna adversa
Persegue os tristes mortais,
É dever de todos nós
Legar-lhe ao menos dois ais.

Gordo peru, enrufado,
Vivendo só de ilusões,
Foi esta manhã na praça
Vendido por dez tostões.

E a companhia fiel,
Vendo do triste a partida,
Dirige ao consorte inf'liz
Este adeus na despedida:

«Vais deixar-me, e eu não posso,
Não posso sem ti viver,
Que só tu me dás na vida
Horas de infindo prazer.

Tu que, nos dias mais tristes,
Eras a minha alegria,
Que sempre me acompanhavas,
Do princípio ao fim do dia,

Que foste também o enlevo
Lá das peruas da herdade,
Agora, de ti distante,
Sucumbo a tanta saudade.

E vais p'lo chão arrastado,
Como vão os malfeitores,
Tu, meu bem idolatrado,
Tu, sonho dos meus amores:

Ai que golpe! Eu morro aqui,
Se não me levar alguém;
Dize a teu dono que volte,
E que me compre também.»

Baldados rogos, e a esp'rança,
Pomba de meiga candura,
Fugiu nas asas do esposo,
Deixando-lhe a desventura.

Mais tarde, à praça, um sujeito
Voltou com passo apressado
E o desditoso animal
Foi por ele então comprado.

Mas quis o acaso por fim,
Fosse p'ra bem ou pr'a mal,
Que os dois consortes se vissem
Pela fresta dum quintal.

E como depois da ausência
Redobra o cândido amor,
Vereis agora o peru
Querendo o muro transpor.

Dito e feito: forma o pulo,
Bate as asas na amplidão,
Cai em cima da perua,
Parte as asas… morre então.

A desgraçada perua
Não chegou ao Carnaval,
Pois, com o peso do bruto,
Quebrou a espinha dorsal.

Abri-lhe a covas, leitoras,
Legai-lhe um canto de dor:
Gravai na lousa: *Aqui jazem*
Duas vítimas de amor!…

Distrito de Évora, Évora, 3-III-1867

Santos Nazaré

José Júlio dos Santos Nazaré (1848? 1849?-1879), um dos inimigos de estimação de Eça, assinou o romance *Eva* (1870), que tematiza o ciúme, o adultério sem crime de mulher-vampiro, para grande êxito de vendas e escândalo da crítica. Acompanhante regular dos nossos palcos, dá-se exemplo flagrante dessa actividade em folhetim na *Gazeta de Portugal* (1862-1868) de 15-VI-1867 – o jornal onde se estreou Eça...

Revista da Semana

A Sr.ª Dumont – O banqueiro Dumont e um tratante com capa de homem de bem – Porque salvou Alvarez o banqueiro do abismo da falência – – Alvarez amante da mulher de Dumont – Desconfianças e confidências – – Combinação entre os dois esposos e o *ultimatum* de Alvarez – Uma cena nova e tocante – Leitura dolorosa – Juízo final do *Suplício de Uma Mulher* – Celeuma levantada por esta peça em Paris – O drama e Émile de Girardin – Os moralistas de que eu tenho medo – Do acolhimento feito ao *Suplício de Uma Mulher* pelo público da Rua dos Condes – O que ninguém contesta e o que se nega – Matilde – Do desempenho: Emília Adelaide e Tasso.

A sr.ª Dumont é mulher de um opulento banqueiro suíço, muito conhecido em Paris e estimado de toda a gente, e tem uma filha encantadora. A sua casa tem as melhores aparências de prosperidade. A felicidade parece tela escolhida para domicílio. Mas espere o leitor: aí vai a aventura que transmudou o paraíso em inferno e fez desta vida, exteriormente afortunada, uma existência infernal.

O sr. Dumont esteve a ponto de falir há sete anos, mas um capitalista espanhol chamado Alvarez, que era muito amigo dele – que era muito amigo dele, repare bem nisto o leitor –, correu em seu auxílio no momento do perigo e salvou-o, associando-se com ele, do inevitável naufrágio em que o banqueiro ia, infalivelmente, perecer. A firma comercial Dumont & C.ª tornou-se, dentro em pouco, a mais acreditada da praça.

Alvarez, porém, era um refinado tratante, sob estas aparências de amigo dedicado, e premeditava uma má acção. Salvou o marido, porque desejava a mulher. Benfeitor por cálculo odioso, repugnante espia de uma ocasião favorável, Alvarez aproveitou o momento em que o coração comovido chorava lágrimas de gratidão, aproveitou este instante de inteira confiança no homem que nos arranca ao abismo da desgraça; o que ele queria não foi dado de bom grado; surpreendeu-o ele, roubou-o. A criança que o banqueiro cuida ser dele é filha de outro homem. Se ela fosse, ainda assim, a lembrança viva de duas almas arrastadas por uma paixão verdadeira... mas não, esse inocente que Dumont aperta contra o coração e cobre de carícias e afagos em ternas efusões de amor paterno é filho de Alvarez, é fruto de um adultério odioso.

O amante, infame ao princípio, torna-se menos amável ainda, depois da sua triste vitória. Cioso como um turco, exigente como um déspota, fazendo muito pouco caso da reputação da amante, Alvarez tem todas as fantasias de um tirano e isto com egoísta tranquilidade de consciência, sob pretexto de que ele foi «aquecido aos raios do sol de Espanha» e o seu amigo «tem o coração petrificado pelos gelos helvéticos».

E assim corre o primeiro acto, através de todos estes perigos, salvando-o ora a habilidade, ora a audácia, outras vezes o espírito do autor.

O mundo desconfia das relações da sr.ª Dumont com Alvarez e começa a murmurar. A sr.ª Dumont sabe isto da boca de uma amiga, que lhe aconselha que saia menos vezes com o espanhol, que a segue como a sua sombra. As confidências da amiga malignamente oficiosa põem em grande desassossego o espírito da sr.ª Dumont, continuamente mortificada pelo feroz castelhano, que é aborrecido e odiado por ela. Aumenta a tristeza da esposa e, com ela, a ternura do marido. Combinam ambos uma viagem de recreio e Dumont previne o sócio. Alvarez é cruel e odioso. Encarrega vergonhosamente a filhinha de entregar às escondidas a Matilde uma espécie de *ultimatum*: Matilde há-de deixar o seu marido, trazer a filha consigo e fugir com ele, Alvarez. A esposa de Dumont fica aterrada com esta nova violência e não pode dissimular diante do marido o susto provocado por ela. Dumont quer saber o que contém a carta que vê nas mãos de sua mulher. É inteiramente nova e das mais tocantes que se têm visto no teatro a cena que se segue.

Esperam todos que a esposa infiel procure pretextos para não entregar a carta ao marido e é ela mesma que estende lentamente a Dumont o infame papel que Joana lhe acaba de dar. Matilde tem horror à vida que vive há sete anos, aquela vida maldita e condenada em que Alvarez a precipitou; prefere acabar com ela confessando o crime oculto até ali na sombra da mentira e do disfarce e entregar-se nobremente ao homem ultrajado por ela.

Não adivinha o destino da carta Dumont e o tom quase indiferente em que ele primeiro fala ainda aterroriza mais que a cólera. Iluminam-se as trevas, afinal, o marido adivinha o que tudo aquilo quer dizer e, no olhar desesperado da mulher, lê a sua desonra e a revelação dolorosa de que não tem a felicidade de ser pai. Neste momento, entra Joana.

– Levem daqui esta criança, exclama ele, estremecendo todo, e diga ao sr. Alvarez que aqui o espero.

Dumont convoca Matilde e Alvarez e diz-lhes:

– Procurei na lei e não encontrei lá nada que pudesse dar a cada um de nós o que lhe é devido. Tomei a imaginação por conselheira em vista da insuficiência do código. Anunciei que tinha falido em consequência de o sr. Alvarez, meu sócio, ter retirado subitamente os seus fundos da nossa sociedade.

– Vou passar, então, por um infame?... interrompe o espanhol.

– É isso mesmo o que eu quero! replica Dumont; e voltando-se para a esposa: – A senhora volta para casa de sua família com o dote que trouxe quando casou e dirá que não quer viver mais comigo, porque estou pobre.

– Mas isso é levar o mundo a ter-me por esposa e mãe sem coração...

– É isso mesmo o que eu quero: que sejam ambos aos olhos da sociedade uns monstros de ingratidão. E, se não me obedecem, vou fechar-me no meu quarto e dar um tiro na cabeça.

– E Joana?

– Vão ver quem há-de ficar com ela.

Interrogada por Dumont, a inocente responde que antes quer participar da pobreza dele que da riqueza de Alvarez.

Alvarez sai por um lado e Matilde por outro, a um sinal de Dumont.

Dumont pega em Joana e senta-a sobre os joelhos.

A criança, quando vê sair Matilde, pergunta, acariciando o banqueiro, se a mãe se demora muito.

«Talvez não, responde o esposo enternecido.»

E eis a última frase do *Suplício de Uma Mulher*, desse drama pungente e comovedor, breve e original, que não dá ao público tempo de reflectir e que o há-de atrair pressurosamente ao teatro, porque a gente chega ao fim da peça e diz:

«Chorei, isto arrebatou-me.»

Ninguém ignora a celeuma levantada por esta peça, quando apareceu em Paris. Ao interesse excitado por ela, juntava-se a curiosidade provocada pelas revelações e ataques do autor e do colaborador, Émile de Girardin e Alexandre Dumas filho.

Se eles tivessem combinado tudo isto para alvorotar o público e engrandecer com o motim do escândalo a nomeada da peça, forçoso seria confessar que tinham ganho a partida.

No público, falou-se muito, efectivamente, dos mistérios do *Suplício de Uma Mulher* e isto com a mesma febre, com o mesmo ardor com que se seguiam os lances e peripécias do próprio drama durante a representação. O público tinha sido conquistado por este *Suplício de Uma Mulher*. Comovia-o o que estava na peça e queria saber o que lá não estava. Ia ver aqueles três actos novos e surpreendentes e não se contentava só com aplaudi-los; queria saber o que eles tinham sido, como e onde tinham sido alterados, porque é que os autores colhiam os bravos que lhes prodigalizavam para os atirarem ao rosto um do outro.

Todavia, ninguém supunha, antes da peça representada, que ela tivesse o êxito que teve. Agouravam-lhe, quando muito, um *succès d'estime*. Esta falta de confiança foi punida com um *succès d'enthousiasme*. É verdade que o prestígio do autor na imprensa não o tinha acompanhado no teatro; pode-se ser argumentador consumado, jornalista notável e não se ser Molière. Temiam que a peça se ressentisse do primeiro Paris e que a política tivesse esterilizado a imaginação do autor. Foram dissipados estes receios logo na primeira noite de representação.

A prolixidade do jornalista foi compensada pela concisão do escritor dramático. Cícero transformado em Tácito subitamente não causaria mais admiração do que esta maravilhosa metamorfose.

Tem três actos o *Suplício de Uma Mulher*, mas esses três actos desenrolam-se com vertiginosa rapidez perante o espectador.

Eu cheguei, também, a desconfiar do *Suplício de Uma Mulher*. Tive medo dos moralistas que vão logo direitos, como o porco à fanga, à parte nua do romance ou do drama, sem se importarem com as flores desabrochadas e os frutos dourados que pendem de todos os lados – o que me faz sempre lembrar um homem que não visse no *Juízo Final* de Miguel Ângelo senão o episódio dos prelados libertinos e que velasse o rosto de vergonha, gritando que aquilo era abominável.

Mas não. Foi excelente o acolhimento feito à peça pelo público da Rua do Condes, que se rendeu àquele *Suplício* logo desde as primeiras cenas. – Depois discutiremos, parecia ele dizer; agora, porém, pertenço àquela mulher criminosa que quer redimir-se, àquele homem que vê desmoronar-se, pedra por pedra, o edifício da sua felicidade e que luta para não ficar esmagado sob as ruínas dele.

E o público estava, efectivamente, conquistado. Mortificavam-no as imaginárias dores dos personagens do drama; o patético das cenas comovia-o e tudo isto lhe fazia esquecer a monótona sensaboria da sua vida quotidiana.

Ninguém contesta ao *Suplício de Uma Mulher* a originalidade e o vigor do assunto. Mas há naturezas tímidas que negam que esta nova situação seja completamente real. Ceder sinceramente ao amante e não deixar de amar o marido, não ser impelida pelo interesse ou pela devassidão, cair sem se aviltar – – eis o que perturba muitas consciências.

Eu, por mim, não vejo dificuldade alguma em compreender e aceitar Matilde, tal qual ela nos aparece no drama. Não me assusta o que quiseram para ela: torná-la interessante, porque cedeu ao amor de que não participava. Porque a audácia desta peça é querer fazer-nos aceitar, não as consequências de uma paixão, senão as consequências de uma falta aviltante. Já atrevimento era querer fazer-nos tomar o partido do amor que passa por cima de tudo para satisfazer os seus desejos, que só procura direitos de existência na sua própria sinceridade, que atropela as regras e conveniências do mundo, que ameaça a sociedade e o casamento, este nos seus privilégios, aquela nas suas precauções. Parecera monstruoso este atrevimento. E eis agora um drama que nos mostra estas coisas sagradas, direitos da sociedade, integridade do casamento, fidelidade da esposa, respeito pela fé jurada, tudo isto violado, não por um amor eterno e omnipotente, senão por uma exaltação mentirosa e de pouca duração. E a adúltera aparece-nos ferida, gotejando sangue, supliciada, mas não infamada e desprezada!

E porque não a havemos de aceitar assim? Matilde traiu a fidelidade conjugal, mas traiu-a perturbada por um amor cuja voz suplicante ela nunca deixou um só instante de ouvir, comovida pela generosidade, cedendo a uma espécie de embriaguez em que ia misturada a gratidão da esposa e o ardor do amante. Fascinou-a a aparente grandeza de alma e a fingida dedicação do salvador do marido e só reconheceu que tinha deixado roubar o que não lhe pertencia depois de o ter perdido para sempre.

Ainda fazem outra objecção à peça: é a fraqueza da heroína, fraqueza que lhe faz suportar, por espaço de sete anos, a nódoa que a envergonha, a ferida que a faz sofrer.

Confesso que não me indigna a grande duração do suplício. As almas esfomeadas de justiça hão-de ficar satisfeitas com este atroz padecer de sete anos. E, além disso, as mulheres só têm energia para satisfazer os seus desejos ou destruir-lhes os obstáculos. Encontra-as sem força, hesitando, vacilando, incapazes de fazer coisa alguma com medo de alguma catástrofe inesperada, o acidente que não preveniram, o erro que lhes destrói as crenças ou lhes der-

ruba os pontos de apoio. Acrescente-se agora a isto que uma mulher como Matilde, nascida para amar seu marido e ser-lhe sempre fiel, podia primeiro tomar por remorsos a aversão que lhe inspirava o amante. O que ela primeiro devia acreditar era que o que ela detestava não era o amante, era aquele amor criminoso.

Foi preciso que o mundo suspeitasse, que o egoísmo do amante chegasse a ser violento e feroz, até que o marido lhe aparecesse cada vez mais terno e dedicado, foi preciso tudo isto para ela ouvir a terrível verdade que havia de ser o seu suplício.

Mas agora eu reparo no encarniçamento com que estou defendendo esta vitoriosa peça. É verdade que ele precisa bem de quem o defenda, este drama a quem ninguém resiste de frente. Porque podem discuti-lo depois de descer o pano, enquanto ele estiver em cima, não. Apodera-se do espectador e fá--lo experimentar as mais extraordinárias sensações. A ferida que ele expõe ao público fá-la sangrar no mesmo público.

Quadro enternecedor e original, estudo dos mistérios do coração, invenção surpreendente e reprodução exacta ao mesmo tempo, é o *Suplício de Uma Mulher* uma das obras mais notáveis do teatro moderno francês. Vigor, espírito, coração, tudo ali tem o seu papel, menos o que é de convenção, o banal, o complicado, as amontoações de acontecimentos, a timidez de linguagem, a habilidade vulgar. É um drama copioso e sóbrio, breve e doloroso, simpático e perigoso, inverosímil e verosímil.

A interpretação é soberba. Emília Adelaide ilumina de tocante poesia a simpática figura de Matilde. Tasso eleva-se ao patético pelos meios mais simples.

Nesta peça não se ouve um grito, mas esta conversação a meia voz agita--nos mais que a berraria das paixões melodramáticas.

Gazeta de Portugal, Lisboa, 15-VI-1867

P. M. da Silva Costa

Pedro Maria da Silva Costa, que sabemos ter morrido em 1868, está até 8 de Fevereiro com os seus "Tipos nacionais" na *Gazeta Literária* (Lisboa, 5-X-1867), de cujo n.º 4 sai o texto abaixo.

O Deputado

«[...] confio que os meus constituintes me farão a justiça de acreditar que mantenho no parlamento a sua dignidade e os seus foros populares.»

No dia seguinte, o *Diário* publica o discurso improvisado, com oito dias de importuna digestão...

Latino Coelho

Desta vez é que não sei bem por onde hei-de principiar. O *deputado* é um terreno tão vasto, que a sua exploração torna-se impossível às forças humanas. Lavater tinha que dar parte de fraco se tentasse descrevê-lo. Lineu, Buffon e todos os naturalistas no mundo não eram suficientes para o analisar física e moralmente. A fotografia é uma pieguice, porque não pode abranger semelhante vulto. A Academia das Ciências uma nulidade, por não ser capaz de escrever duas palavras que sirvam de apontamento biográfico, e eu um grandíssimo tolo, pretendendo agora mostrar aos séculos futuros o que é um *pai da pátria*; ainda assim, farei diligência para que a notícia se aproxime da verdade e que seja bastante *impolítica*, para não ofender alguém. Conheço que o assunto é melindroso, mas o historiador imparcial nunca se deve prender com bagatelas e, neste caso, o adjectivo melindroso não passa de uma bagatela – portanto, mãos à obra.

Antes, porém, de entrar na descrição do tipo, é necessário saber que há duas classes de deputados: os *janotas* e os *pés-de-boi*. Vejamos o que diz a este respeito uma notabilidade literária da nossa terra e que já foi deputado. A sua valiosa opinião servirá de exórdio ao meu pequeno discurso e à sombra dela vou descrever, depois, o meu herói.

«O deputado *janota* tem ordinariamente desde a idade legal até aos quarenta anos. Traja rigorosamente segundo os figurinos mais ou menos correctos

de Paris. Entra sempre tarde. Senta-se. Vagueia pela sala. Cumprimenta frequentes vezes e com certo ar complacente para as galerias, principalmente se é deputado novo. Usa quase sempre de luneta, a que dá um uso continuado. Distingue-se pela sua turbulência e, grande parte das vezes, pela sua inutilidade.

O verdadeiro pai da pátria, o que tem direito legítimo a este título, porque parece mais velho que a pátria, o *pé-de-boi*, genuíno, o *gebo* parlamentar, é dotado de uma calva semicircular ou de um chinó variegado. Traz a cara entalada entre dois colarinhos monumentais. Usa de colete de rebuço descomunal e oculta as formas quebradas sob uma borjaca que tem assistido aos funerais de sete ditaduras. Apenas chega ao seu lugar, senta-se com gravidade senatória e recosta-se majestosamente para imitar os retratos de Carmenin ou de Guizot, que andam no frontispício das suas obras. Apenas sentado, depõe na banqueta o lápis, a caixa de tabaco, a Carta Constitucional, o regimento, o *Diário do Governo* e o parecer impresso que se discute. Responde à chamada, apoia poucas vezes e com gravidade, passa o resto do tempo a trastejar com o seu pequeno pecúlio parlamentar, conversando poucas vezes com o seu vizinho, dobrando e desdobrando, cuidadosamente, o seu lenço de tabaco. Às vezes, ressona melodiosamente ao som das discussões mais graves. Outras, escreve cartas aos seus constituintes e, algumas, também folheia um jornal de modas que lhe encomendou da aldeia a sua cara-metade. Esta imagem puríssima da candura parlamentar é, quase sempre, amiga da ordem e essencialmente ministerial. Taciturno e mudo, ordinariamente, a sua voz engrossa e troveja sinistramente, quando o debate se anarquiza e quando é preciso gritar em coro de cem vozes – – *ordem! ordem!*

O deputado *janota* representa-se ordinariamente só a si e à sua *toilette*. O deputado *pé-de-boi* representa o seu voto. O deputado *janota*, quando não é orador, é espirituoso e calemburista. O deputado *gebo* tem por expressão a sua esfera e por auditório a urna do escrutínio. . . »

Ora, eis aqui desenhadas fielmente as duas classes de deputados de que se compõe o parlamento. Vou também falar, agora, segundo a minha consciência. Desculpem-me todos os *pais da pátria* passados, presentes e futuros; os primeiros, pelo que foram, que já não lembra; os segundos, pelo que são e pelo que valem; e os terceiros, pelo que hão-se vir a ser. . . *mutatis mutandis*.

O *deputado* é um ente importantíssimo. A vida ou a morte da nação depende dele. O povo elege-o por seu procurador para advogar os seus interesses e defender os seus direitos.

O que acontece depois?

O *deputado* entra na Câmara com as melhores intenções do mundo, mas não passa daí. A senhora política chega-se a ele sorrateiramente e segreda-lhe ao ouvido coisas do arco-da-velha, que o não deixam pensar em mais nada. Desde então, conversa com os amigos, fuma e passeia pelos corredores, preparando-se para o dize tu, direi eu das questões pessoais, em que se emprega a maior parte do tempo, até que a campainha presidencial pronuncie *por hoje basta*, tocando a retirar.

O *deputado* que deseja levar o seu nome à posteridade, não querendo representar o papel de mudo, apresenta um projecto de lei, pedindo o conserto do campanário da sua terra e promete fazer disso questão ministerial; ao que, felizmente, acode logo outro da mesma força, pedindo que se julgue a matéria suficientemente discutida. É tudo aprovado e os *oradores* são cumprimentados por um grande número de *pais da pátria*, que professam as mesmas ideias e que desejam salvar o seu país.

O *deputado*, como homem político, assemelha-se à borboleta que voa de flor em flor, assim ele anda de partido para partido: hoje está pelo governo, amanhã pela oposição, no outro dia não se sabe o que é e, deste modo, passa a vida numa completa inutilidade. Os maledicentes chamam a isto falta de carácter, elasticidade de consciência, frouxidão política, moléstia de S. Bento, etc.

O *deputado*, salvo honrosas e raríssimas excepções, é, geralmente, calado. Os seus talentos oratórios limitam-se ao *aprovo* ou *rejeito* das votações nominais; chamar à ordem quando todos falam e ninguém se entende; dizer *apoiado* a torto e a direito; exclamar sentenciosamente no fim de um discurso de que não percebeu palavra: *muito bem! muito bem!* Destes conheci um, que, no fim do mês, quando recebia o seu ordenado, entregava-o à esposa, dizendo-lhe sempre: – Aqui tem, menina, não me custou uma só palavra. – E não mentia. O silêncio era o seu forte.

O *pai da pátria*, que estima deveras a sua filha, muda de cor a cada passo, não por medo, mas por conveniência própria. Reconsidera com a mesma facilidade com que pouco antes tinha considerado. Fabrica-se uma lei: discute-a, aprova-a e, depois, dá o dito por não dito. O *porquê* de semelhante procedimento é segredo de Estado... que só ele sabe... mas que se aprende assim que se entra na mansão legislativa.

O *deputado* que é novato no ofício dá-se logo a conhecer. Arranja uns ares de Cícero balofo e olha de tal modo para as pessoas que encontra, ou com quem fala, que não deixa a menor dúvida sobre o seu merecimento e posição social. Na Câmara, entra e sai frequentes vezes, batendo muito com a porta da sala, maneira indirecta de chamar a atenção dos espectadores das galerias,

e lamenta que as paredes daquela casa não sejam forradas de espelhos para ele também ter o gosto de se ver e admirar!...

Dizem que o *deputado* é um *pai da pátria*... Ora, tendo a pátria tantos pais, dá uma ideia pouco favorável da virtude de sua mãe. Isto é lógico. Que um pai tenha muitas filhas, é natural, compreende-se; mas que uma filha tenha muitos pais... não há explicação possível... sem ofender a moral.

Além disso, no meu fraco entender, *deputado* não é nome bonito para ser proferido, diante de senhoras, por um tartamudo. Mas, em compensação, tem vantagens de tal natureza, que, mesmo assim, não se me dava de pertencer à classe dos fabricantes de leis, apesar da minha insuficiência...

Desta massa é que eles se fazem.

Gazeta Literária, Lisboa, 26-X-1867

Anónimo

Eis anúncio da Internet no *Jornal do Comércio* de 25-II-1868. Prestigiado jornal lisboeta (1853), viria a morrer no pós-25 de Abril de 1974.

O Jornalismo no Ano 2000

No ano 2000, já não existirá um só indivíduo dos que vivem neste de 1868; e se algum dos que agora nascem ainda então tiver vida, contando 132 anos, não poderá recordar-se do que era este mundo nos nossos dias.

O que será o jornalismo em 2000? Considerando no que é hoje, observando as suas tendências, pode conjecturar-se, aproximadamente, o que virá a ser.

Um curioso aprofundou esta questão e lisonjeia-se de ter descoberto, com plausibilidade, as condições em que há-de achar-se o jornalismo no ano 2000.

Há fome e sede de notícias: todos querem saber tudo – o que pode e deve saber-se e o que não pode nem deve saber-se –, a máquina reproduz em minutos o pensamento, para ser transmitido a todos os pontos da terra, e já não é só a máquina para estampar o jornal, é também a máquina para compor; inventou-se o *tipógrafo-máquina* e deve esperar-se, portanto, que venha a idear-se o *redactor-máquina*.

O jornal é hoje diário e o mais é que chega a reproduzir a mesma folha em duas ou três edições, com alguns aditamentos ou notícias. Isto será atraso e fossilismo no ano 2000.

Nesse ano fatídico, nenhum jornal tomará o título de *Diário*, mas, sim, o de *Instante, Minuto, Improviso, Relâmpago*; assim, haverá o *Instante Noticioso,* o *Minuto Noticiador*, o *Improviso de Notícias*, o *Relâmpago Comercial*.

Daqui a 50 anos, os jornais publicarão uma folha, inteiramente nova, de hora a hora, e, daqui a 100 anos, de minuto a minuto, de instante a instante. Será um moto contínuo e ainda não satisfará a curiosidade pública. Cada cidadão fará um jornal: o artigo de fundo constará sempre das notícias da sua vida pública e íntima. Cada um informará o respeitável público das horas a que se levanta da cama, tendo previamente declarado como passou a noite; noticiará a que horas almoça e o que almoçou; referirá, minuciosamente, o seu jantar e

as pessoas com quem jantou; dirá se o jantar estava bem cozinhado; contará se o seu gato miou, se o cão ladrou, se o papagaio está incomodado; narrará todas as miudezas da sua casa, não escapará à publicidade a mínima dor de cabeça ou de estômago; se estiver doente, publicará um boletim das moléstias, não só a seu respeito, mas de toda a sua família; enfim, todas as circunstâncias da vida caseira, as mais íntimas, serão contadas no jornal, acomodando o estilo aos factos.

Deste modo, haverá um grande progresso, porque se dispensarão os curiosos de espreitar o que se passa na casa de cada um, para o virem dizer ao público: o cidadão contará, de instante a instante, a sua vida e, deste modo, fica completamente satisfeita a curiosidade geral.

No ano 2000, talvez ainda haja alguma testa coroada; é possível; feliz será, então, o jornal que puder contar, no número dos seus assinantes, os reis, os príncipes e os infantes.

Mas, como tudo progride, porventura, nesse tempo, os santos da corte do Céu também darão aos jornais a honra de se mandarem inscrever no número dos seus assinantes.

Ora, como cada um faz o seu jornal, isto é, dá as notícias da sua casa, é evidente que vem a faltar, aos jornais destinados a instruir o povo, um grande elemento de curiosidade; porque, quanto à instrução que resulta do conhecimento da vida caseira, lá readquire, no jornal da família, ou jornal pessoal, e nesta parte fica o povo bem provido.

Já se vê que, no ano 2000, todos hão-de ser amigos e colegas e, sobretudo, distintos, se já hoje há poucos que não sejam distintos; o que será quando todos tiverem o seu jornal?

Como o jornalismo assume tais proporções, talvez se pense que faltará papel, porque é necessário advertir que de cada jornal se tirarão, de minuto a minuto, milhares de folhas; mas a isto há-de ocorrer-se com facilidade, porque, assim como o jornal é instantâneo, instantânea há-de ser a leitura; e o papel vai, minutos depois de lido, para a fábrica, a fim de se reproduzir e, depois, há-de fazer-se papel de couve e de repolho e a cenoura produzirá o papel superfino, posto que, deste pouco consumo, se fará, porque o jornalismo adoptará o uso do papel pardo: apenas o superfino será reservado para os brindes aos assinantes, os quais, ao cabo da sua assinatura, já possuirão uma biblioteca de 525.000 volumes, pois tantos são os minutos que tem o ano; já se vê que a cada folha acompanhará um brinde.

O telégrafo eléctrico generalizar-se-á, cada cidadão terá o seu telégrafo em correspondência mútua, de maneira que em um minuto se saberá o que se passa nos pontos mais afastados e, em Lisboa, se poderá saber, de instante a instante,

até à vida caseira do mais boçal esquimó; com o que os povos hão-de folgar, deleitar-se e instruir-se.

O jornal caseiro será alheio à política; para esta haverá jornais especialíssimos e os seus redactores nem serão amigos, nem distintos, quando não forem da mesma parcialidade; quando, porém, *comungarem na mesma pia* (também em 2000 se darão destas), então serão inteligências robustas, caracteres provados... no que forem.

Mas como é de crer que no ano 2000 já exista a paz universal e a união entre todos os homens, acabará a política, os governos governarão sempre conforme... à nossa vontade, portanto, serão inúteis os jornais políticos; não haverá, pois, nem turibulários, nem oposicionistas; todos serão amigos e distintíssimos cavalheiros, unidos no pensamento comum de amarem a sua pátria. Assim seja.

Jornal do Comércio, Lisboa, 25-II-1868

Ricardo Guimarães

Deputado e par do Reino, sócio efectivo da Real Academia das Ciências, Ricardo Augusto Pereira Guimarães (Porto, 1830 – Lisboa, 1889), 1º visconde de Benalcanfor (1871), folhetinizou n'*O Portuense* (1853; título ausente de *Jornais e Revistas*...)[4], alargando a colaboração ao *Diário de Notícias*, *A Revolução de Setembro* (de que sai este folhetim; 17-III-1868), *Crónica Moderna* (Lisboa, 1881), *A Ilustração Portuguesa* (Lisboa, 1884), *Cidade de Lisboa* (número único, 13-IX-1885), etc.

Prosador da vida política nacional e viageiro por Itália, Viena, Cádis, Gibraltar, Paris, Londres, Cairo ou pela província, de que tirou alguns volumes, dele interessa, aqui, *Phantasias e Escriptores Contemporaneos*, Porto, 1874, em que parodia a Ideia Nova, evoca o Entrudo lisboeta, lembra o círculo de José Estêvão, recenseia as *Noites de Insónia* camilianas, para atentar, finalmente, num grupo de cinco nomes que titulam capítulos: Pinheiro Chagas, Júlio Dinis, Tomás Ribeiro, Bulhão Pato e Tomás de Melo.

Teatro do Príncipe Real

A Grã-Duquesa de Gerolstein

Se me não engano, já Voltaire escreveu que todos os géneros são bons, menos o maçador. Tragédia austera, comédia de costumes, drama orvalhado de paixão e de lágrimas, *vaudeville* construído sobre calembures e *coqs-à-l'âne*, ópera cómica onde a sombra de uma ideia é apenas pretexto para coplas e cançonetas, a mágica tecida de visualidades, alumiada a fogos de Bengala e luz eléctrica, tudo para nós cabe no nosso larário dramático, com a condição

[4] Atribui-se-lhe a fundação deste, com Camilo, o que Carlos de Passos, *Hamilton de Araújo (O Troveiro e a Desventura)*, Porto, Portucalense Editora, 1943: 46, nega, atribuindo-a a Custódio José Vieira.

de cada uma destas manifestações da arte cénica corresponder às condições e satisfazer às exigências que lhes são peculiares.

Os romanos da velha Roma admitiam no Capitólio os deuses de todas as seitas. Porque seremos menos tolerantes em coisas de arte do que eles o eram com as de religião?

É por isso que, abrindo mão de dissertações assopradas e arrancando ao folhetim a cabeleira pedagógica de La Harpe, julgamos corresponder a ópera burlesca *A Grã-Duquesa de Gerolstein* ao que há direito a exigir daquela índole de composições.

Tinha graça se, com imperturbável gravidade de críticos, nos desse para esgravatar erudição traduzida e qualquer livrinho, onde os sábios do *rez-de-chaussée* do jornal se provêem de opiniões *tranchantes*, incisivas, como qualquer cidadão se abastece de fato feito nos algibebes; tinha graça se nos pusésse-mos a invocar os manes de Aristóteles, as famosas unidades, a declamar contra a profanação dos preceitos horacianos, tudo isto a propósito da *Grã-Duquesa de Gerolstein*!

Seria erudição severa de mais para a jovial e caprichosa princesa, que se enfastiaria dela, como do seu noivo – aquele príncipe pascácio, que nos arranca tão sinceras gargalhadas.

A *Grã-Duquesa* é um tipo único. Afasta os olhos do noivo, que parece feito de clorofórmio, para os poisar, sôfregos, num soldado rude dos seus exércitos. Não contente com esta primeira vagabundagem do coração, não tarda em abater Fritz, o favorito que elevara a general, e sorri aos bigodes tempestuosos do mais arrogante de todos os cabos-de-guerra imagináveis, o qual, à sua vez, mergulha no ocaso de benevolência da *Grã-Duquesa*, enquanto desponta no horizonte dos olhares meigos outro astro, o barão Grog, que não tarda a eclipsar-se no céu da volúvel princesa, por ter a desgraça de ser casado e progenitor de três filhinhos, doces meio *grogs*, temperados na poncheira conjugal.

Depois destes ziguezagues do coração, a *Grã-Duquesa*, cansada do plural em assuntos de coração, dá a mão de esposa ao piegas e soporífero príncipe, que, pelo seu físico, não promete novas vergônteas à arvore dos Gerolsteins. Efectivamente, o príncipe parece pertencer àquele *sexo neutro* de que, na opinião de Théophile Gautier, fazem parte as inglesas velhas.

Sobre toda a ópera paira uma animação, uma vida, um *entrain* que só o disparate cómico, o *rire gaulois* e a música travessa de Offenbach podem sustentar. Tudo se anima, doideja, folga e ri naquelas cascatas de gargalhadas musicais em que se precipita a música do *maestro* e revestindo-se logo depois dos tons melancólicos da *rêverie* amorosa e da suave languidez.

Todos os talentos se auxiliam e se prestam a recíproco auxílio. A execução poderia ser pálida, descolorida, hesitante, quem sabe?, se não velasse solícito pela *mise-en-scène* o gosto distinto e o talento elevado de Santos, a um tempo grande actor e ensaiador consumado.

Só quem de perto conhece os nossos teatros e a ausência completa de tradições nesta espécie de espectáculos pode avaliar as fadigas laboriosas que custou àquele mestre na arte o dispor em ordem harmoniosa tão complexos e quase sempre rebeldes elementos. Que suplícios de paciência, durante tantos ensaios, não poriam à prova de santo o inteligente director da orquestra.

Santos e Rios de Carvalho não tardam a ser canonizados no consistório profaníssimo dos bastidores. Eu não sei se é mais agradável um ano de prisão celular ou dois anos de trabalhos públicos do que dois meses de ensaios de uma ópera de Offenbach em teatros onde o culto da música, nos actores, quase sempre brilha... pela ausência.

Mas o que é evidente é que a fortuna sorriu a tão obstinados esforços. O público, a despeito de todos os cursos de literatura dramática, teima em aplaudir o que lhe agrada e de concorrer em ondas crescentes ao teatro onde lhe servem espectáculos de sua predilecção. Sob este aspecto, *A Grã-Duquesa de Gerolstein* parece-se com um axioma, em não carecer de demonstração. Agradou, o público vitoria-a, frenético e numeroso, o que não deixa de ser consolador, encarado pela face financeira, que, nas nossas coisas, nem sempre é risonha e prazenteira. Serve de prova o aspecto soturno do nosso orçamento, grávido de algarismos, de encargos... e de *deficit*. *A Grã-Duquesa* venceu em repetidas batalhas de aplauso e concorrência e parece não estar disposta a pendurar na panóplia a armadura reluzente. O folhetim não canta, redige apenas o boletim da vitória.

Emília Letroublon, a protagonista, compreende delicadamente o seu papel. Dá-lhe, sobretudo, um carácter de fina distinção no tom e nos gestos, que nos agrada infinitamente. Evitou, assim, triunfalmente, o mais perigoso escolho de quantos poderiam fazer soçobrar uma actriz, apesar da imperiosidade dos seus recursos. Sobre as liberdades caprichosas de uma princesa aventurosa de ópera cómica, convém que esvoacem soberanas a graça e finura feminis. Faria é adorável de graça espontaneamente burlesca e não hesita um momento no sestro de parlapatices e arrogâncias covardes que o impele, com a mais possante energia de que pode ser capaz um pimpão de comédia. Enquanto se demora em cena, a plateia e camarotes são forçados ao consumo de gargalhadas... por atacado. Luísa Fialho não desmente o seu talento simpático a que dá realce a sua fisionomia vivamente expressiva.

O príncipe noivo é um tipo completo e inexcedível.

O barão Grog é a fotografia animada desses répteis das cortes, que se chamam diplomatas.

O preceptor da duquesa tem um cunho característico.

Numa palavra, é inquestionável o êxito obtido pela *Grã-Duquesa de Gerolstein*, tanto mais legítimo quanto vemos associados nesta ousadia lírico-dramática talentos aplaudidos calorosamente de há muito nas tábuas do palco, nos bancos da orquestra e nas lutas literárias.

Eduardo Garrido arcou com as rudes dificuldades da tradução e venceu-as, em grande parte, com a perícia de um hábil e forte lutador. A sua lima adestrada de lapidário poderá desfazer uma ou outra aspereza, menos bem soante a ouvidos minimamente susceptíveis. Para nós, a sua obra é mais uma prova das suas felizes e distintas faculdades de homem de letras e de escritor dramático.

A melhor sociedade de Lisboa presta todas as noites de representação significativas homenagens de simpatia à *Grã-Duquesa de Gerolstein*. Procura-se um lugar de plateia com o mesmo afã que uma cadeira em S. Bento. Entra-se na lotaria dos camarotes com ardor, mas nem sempre com fortuna. A gente que tem ido de boa-fé chega a ter nostalgia do Faria e devora-se de saudades pelo conjunto vivo, traquina e deslumbrante de toda a ópera. Dizer-lhes que a vimos em Paris nas Variétés e que já duas vezes a temos escutado com interesse no Príncipe Real, falecendo-nos a coragem de cortar as relações de espectador com *A Grã-Duquesa de Gerolstein*, é apenas reproduzir singelamente as nossas impressões de *amador* imparcial e estranho às rivalidades dos teatros.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 17-III-1868

Pinheiro Chagas

Pinheiro Chagas (1842-1895) foi tudo em literatura, a que ofereceu uns 79 títulos, muitos reeditados. Meses antes da Questão Coimbrã, de que foi involuntária peça central, e acamaradando embora com Teófilo Braga no rodapé do *Jornal do Comércio* (de que extraímos, já *picava* os de Coimbra, que haviam de responder na mesma moeda.

Revista da Semana

A reforma de instrução pública – Declaro-me seu apologista – O professor de árabe – Retribuição que pode esperar em Portugal um orientalista eminente – Cálculos aritméticos acerca dos minervais – Cruéis castigos dos professores que ensinam particularmente – Os professores da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal com baixa de posto – Propõe-se uma colocação para o professor de dança no Conservatório – Os médicos ilhéus – – De como Leverrier, se fosse nosso compatriota, pedia em altos gritos para ser nomeado professor de gramática portuguesa – As pessoas idóneas.

Eu, que passo a minha vida cantando as glórias dos autores e actores que regalam o público lisbonense, quero hoje, ao menos, para desfastio próprio, cantar a reforma da instrução pública, que considero, digam os praguentos o que disserem, uma das obras-primas de que, neste século, se ufana a humanidade.

Farei, contudo, algumas observações, todas, já se vê, no espírito que presidiu à reforma, e nas quais lamentarei apenas que o reformador não fosse mais rasgado no seu sistema de economia.

Exempli gratia:

«*Da instrução secundária*. – Art. 2.º §3.º: No liceu de Lisboa haverá uma só cadeira de árabe e hebraico, cujo professor, além das obrigações que nesta qualidade lhe pertencem, dará, cada semana lectiva, no Curso Superior de Letras, uma lição de literaturas orientais.»

Acho pouco, devo confessá-lo. Estar agora um mandrião ganhando o dinheiro do Estado, o dinheiro que de tão má vontade pagam os contribuintes, unicamente para ensinar árabe, hebraico e literaturas orientais! Eu entendo que devia ser obrigado a ensinar também sânscrito, zende, caldaico, siríaco, chinês, javanês e os elementos de gramática manchu! É verdade que tudo isso foi subentendido pelo sábio reformador, porque o ensino de uma literatura subentende o conhecimento da língua a que essa literatura pertence. Esperemos, por conseguinte, para o saudarmos com respeito, o aparecimento do sábio orientalista português, que vai desbancar todos os sábios alemães e ingleses.

E note-se que este homem universal, em aparecendo, há-de ter uma remuneração condigna. O estabelecimento dos minervais promete-lhe o futuro mais auspicioso. Senão, vejamos:

Art. 10.º: «Os alunos que frequentarem os liceus nacionais pagam, no princípio de cada ano lectivo, um minerval proporcionado ao número de horas semanais da aula ou aulas que cursarem. O minerval é, nos liceus de Lisboa, Coimbra e Porto, de 40 réis por cada hora semanal no curso de 2.ª e de 50 réis no de 1.ª classe.»

Advertência que escapou ao autor da reforma. – O professor de cronologia é obrigado a explicar aos alunos que as *horas semanais* têm sessenta minutos como outras quaisquer, a fim de que os sobreditos alunos não façam aldrabação no pagamento do pataco minerval. Deve-lhes dizer, também, que o termo *semanais* veio apenas para arredondar o período, adjectivando convenientemente a frase, para lhe dar a harmonia que se nota em todos os documentos emanados do ministério. É, além disso, proibido expressamente ao professor de português tomar para texto das suas lições a *Reforma da Instrução Pública*, apesar de trazer, entre outras assinaturas, a do sr. Latino Coelho, cujas obras podem ser consideradas modelos de boa linguagem.

Continuemos a nossa demonstração.

É sabido que a aula do primeiro ano de português é sempre frequentada por numerosos alunos, enquanto a de árabe ou hebraico se considera feliz quando tem dois.

Ora, como um outro artigo da reforma não permite a cada professor ter mais de cinquenta alunos, segue-se que um professor do 1.º ano de português pode contar seguramente com dois mil réis de gratificação por cada hora (*semanal*) em que está leccionando; enquanto o professor de árabe, hebraico e literaturas orientais, em anos venturosos, recebe um tostãozinho minerval por cada hora de aula, o que não deixa de ser sumamente animador para os orientalistas portugueses.

Apesar do nosso entusiasmo pela reforma, devemos confessar que, em alguns pontos, é cruel. Por exemplo:

Art. 7.º: «Os professores que recebem ordenados do Tesouro público não podem ensinar particularmente, salvo com licença do governo; aquele que o fizer julga-se haver, por esse facto, renunciado à sua cadeira. A vacatura será declarada pelo governo, ouvido o professor.»

§2.º: «O professor que, recebendo ordenado do Tesouro, ensinar particularmente sem a licença legal, não pode ser empregado como examinador e o seu ordenado, correspondente ao tempo dos exames, reverte a favor das pessoas que fizerem as suas vezes.»

Quer dizer, primeiro demitem-no e depois proíbem-lhe que faça parte do júri e tiram-lhe o ordenado. Isto não se entende lá muito bem, mas eu, depois de reflectir maduramente e de ter consultado, a esse respeito, um dos nossos mais atilados e espirituosos legistas, que me respondeu com o velho dito do tirano – – «Soldados, matai-o e, se resistir, prendei-o» –, vim a perceber optimamente a disposição do decreto. O segundo castigo é em caso de reincidência. Da primeira vez, é, simplesmente, fuzilado, mas, se reincidir, preso a pão e água.

Uma das coisas que eu mais admiro na *Reforma* é o supremo tacto e o zelo altamente louvável com que vela pelos interesses daqueles que têm de sofrer com alguma das supressões que determina. Veja-se isto:

Art. 36.º: «Fica suprimida a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, logo que termine o curso regular dos alunos actuais. Os seus professores conservam os ordenados e categorias de que pontualmente gozam, podendo ser empregados pelo governo no ensino de algumas disciplinas no liceu do Funchal.»

Isto é que é não desaproveitar as migalhas que caem no chão! Se os professores hão-de estar à boa vida, ensinem alguma coisa, seja lá o que for! Mas a que vicissitudes não está exposta uma pessoa que tem a desgraça de viver debaixo do regime das economias! Consagrou uma parte da sua vida a estudar anatomia, obteve por um concurso essa cadeira na Escola Médico-Cirúrgica e, afinal, quando menos esperava, mandam-no ensinar retórica! Outro, que rege a aula de partos, passa a ensinar geografia, cronologia e história; um distinto professor de terapêutica vê-se à testa de uma aula de caligrafia e um hábil professor de química baixa do hospital ao liceu e, de palmatória em punho, ensina os rudimentos de gramática portuguesa a uma legião de garotos, que lhe deitam a língua de fora e lhe dão mais que fazer do que uma enfermaria de epilépticos! Ó bem-aventurado liceu do Funchal, que vais ter como cabos-de-esquadra os marechais da ciência na ilha da Madeira! Bem-aventurado liceu, cujo corpo

docente se há-de compor de médicos distintos!, cujos alunos, ou estejam de saúde, ou estejam doentes, podem sempre ir à aula – quando estão de saúde, para que o professor lhes passe lição; quando estão doentes, para que lhes passe a receita. É maravilhoso.

Há uma coisa, contudo, que lamento: se me não engano, o Conservatório Real de Lisboa tem uma cadeira de dança, que fica abolida tacitamente pela reforma, que declara o seguinte: «O Conservatório Real de Lisboa consta de uma escola de música e de uma escola de arte dramática.»

Ora, aqui temos nós um professor de dança desempregado. Não seria digno do reformador da instrução pública aproveitá-lo na Escola Médico-Cirúrgica, por exemplo, a ensinar anatomia? É necessário seguir até às derradeiras consequências lógicas um princípio estabelecido. Se esse professor de anatomia há-de ensinar qualquer outra coisa, também um professor de qualquer outra coisa pode ensinar anatomia. Isto é claro, como a maior parte dos artigos da *Reforma de Instrução Pública.*

Mas o que eu vejo é que o sábio reformador tem uma decidida predilecção pelos ilhéus, como se pode ver no §3.º do mesmo artigo 36.º, que reza assim:

«Os alunos das ilhas adjacentes podem ser dispensados das disciplinas do curso de 1.ª classe dos liceus e das que constituem o curso superior preparatório do da medicina, uma vez que, perante um júri nomeado pela faculdade ou escola que se propõem a frequentar, satisfaçam a um exame de física, química e história natural, na forma dos programas que, para este fim, serão ordenados pelas respectivas faculdades ou escolas. Todavia, as pessoas que gozarem desta dispensa não poderão exercer a medicina nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto.»

Ora, uma de duas: ou as disciplinas de que os ilhéus são dispensados se tornam necessárias a um bom médico ou apenas são necessárias, em geral, a um homem instruído.

No primeiro caso, podem os ilhéus assassinar gente à sua vontade; no segundo caso, podem apenas assassinar a gramática; mas, em qualquer dos casos, quem os atura são os provincianos. Nós regalamo-nos com médicos que frequentaram português, latim e francês, seis anos, e que sabem grego e alemão; lá para a parvalheira são só os que têm três anos de português, francês e latim e que não sabem nem alemão nem grego. Aqueles lapuzes de Braga, de Évora, de Viseu, não precisam para nada de médicos sabichões e basta que saiba o latim de Esganarelo o doutor que tratar de um administrador de concelho sertanejo, enquanto se torna necessário que cite Hipócrates, no original, quem tem a insigne honra de curar um reitor de Coimbra, um barão do Porto ou um ministro de Lisboa.

Mas o curso superior preparatório esse é, sem dúvida, extremamente necessário e talvez não seja garantia muito suficiente um exame rápido, em que a fortuna pode ajudar, tanto, pelo menos, como a ciência, o examinando ilhéu. Isso que importa? Nós cá estamos ao abrigo dos seus récipes; agora, os provincianos, que os leve a breca, não fazem falta. Sempre quero que me digam para que diabo servem os provincianos. Dantes, ainda serviam para pagar os impostos; mas, agora, desde que pegou a moda de se dispensarem todos desse costume ridículo, são perfeitamente escusados.

Também era costume nomearem eles os seus deputados e esses deputados, juntamente com os de Lisboa e Porto e Coimbra, exerciam as funções legislativas do governo do país; mas, agora, quando os deputados seguem um caminho diverso do que apraz a Lisboa e Porto, Porto e Lisboa fazem barulho e o barulho de Lisboa e Porto é considerado como a expressão mais pura da opinião pública de Portugal. Logo, está amplamente demonstrado que não servem para coisa alguma os provincianos e que os ilhéus sem recurso são ainda médicos bons de mais para eles, que se podiam perfeitamente contentar com o Esganarelo de Molière ou o doutor Sangrado de Lesage.

Ainda havia muito que elogiar na reforma de instrução pública. Falta-nos o tempo para lhe tecermos todos os encómios que lhe são devidos. Não deixaremos, contudo, de citar o seguinte artigo, relativo aos estabelecimentos de instrução superior:

«Artigo 42.º: Na falta dos lentes proprietários, substitutos e demonstradores, serão chamados ao serviço pessoas idóneas, as quais receberão 1$200 réis de gratificação por dia útil.»

Comparemos este artigo com outros, relativos à instrução secundária.

«§6.º do artigo 3.º: Ficam suprimidos os lugares permanentes de substitutos em todos os liceus em que os havia. No impedimento dos professores, o reitor provê, nomeando pessoas idóneas para os substituir.»

«§8.º: Os substitutos provisórios de que tratam os §§6.º e 7.º deste artigo recebem dos alunos respectivos os minervais estabelecidos no artigo 10.º deste decreto.»

Ora, como, além disso, recebem os substitutos do liceu uma gratificação do Tesouro, que nunca pode ser menor do que 10$0000 réis, segue-se que Leverrier, se fosse nosso compatriota, metia empenhos para ser substituto de gramática portuguesa e deixava a regência da cadeira de astronomia a quem tivesse, pela ciência pura, um amor desinteressado.

Devo confessar que me causa um certo espanto a singeleza com que a reforma corta todas as dificuldades de substituição, apelando para as pessoas idóneas. Porque, enfim, suponho eu que uma pessoa idónea, para reger uma

aula na Escola Politécnica, ou na Escola do Exército, ou na Escola Médico-Cirúrgica, não passa a sua vida à espera que adoeça um professor para ir ganhar 4$800 por semana. Sim, habitualmente (isto no meu fraco entender), as pessoas idóneas para a regência dessas cadeiras são, também, idóneas para outras coisas em que se ocupam e em que empregam o seu tempo, exactamente como quem se dedicou ao professorado emprega o seu em reger a cadeira que lhe pertence. Além disso, é muito provável que a essas pessoas, por muito idóneas que sejam, não sorria a ideia de irem reger uma cadeira de um momento para o outro, sem estarem para tal preparadas, substituindo, muitas vezes, um professor distinto e costumado a leccionar. É o caso, muitas vezes, para um matemático distinto, um médico habilíssimo, um perito engenheiro ir arriscar, sem a mínima graça, a merecida reputação de que goza. Segue-se, daí, que, frequentemente, não convenha o encargo às pessoas idóneas que convém ao governo. Ora, mas como a pátria reclama esse serviço, não vejo outro meio para ele se fazer, senão estabelecer um recenseamento de substitutos, como se acha estabelecido um recenseamento de jurados, ou, então, mandar buscar as pessoas idóneas por uma escolta da guarda municipal.

Mas, ainda nisto, vejo uma dificuldade; mesmo quando há substitutos permanentes, não é pelo impedimento do professor durante dois, três ou quatro dias que se recorre ao substituto; quanto mais se ganha, tem de se recorrer a uma pessoa estranha. Logo, a tal substituição nunca é muito temporária e, por conseguinte, o pobre diabo que preste esse serviço à pátria pode estar, muitas vezes, um ano ou mais, arredado das suas ocupações. Ora, como isso seria uma barbaridade, que decerto não compensariam os 4$8000 semanais, segue-se que o governo conta já de antemão com umas pessoas idóneas que não têm mais que fazer. Façamos, portanto, e com isso concluiremos, uma rectificação no nosso dicionário.

Quando nós, por essas ruas, encontramos um sujeito de passo indolente, charuto na boca, mãos nas algibeiras, *bayant aux grues*, nós, os que vamos azafamados, dizemos com os nossos botões:

– É um vadio.

Falemos, agora, com mais respeito e digamos:

– É uma pessoa idónea.

Jornal do Comércio, Lisboa, 21-I-1869

Manuel Roussado

O recém-nascido matutino portuense *O Primeiro de Janeiro* (desde 1868) tem, enfim, entrada, com data de 10-VI-1869, num folhetim de Manuel Roussado (1833-1909), boémio e dispersivo.

O Vinho

Eis aqui um folhetim que deve ser espirituoso. Este título, posto na página de um jornal político, é como o ramo de loiro à porta de uma loja no meio de uma estrada, dizendo aos viandantes:

– Aqui se refresca a gente.

Beber é a lei geral do universo. As praias bebem as águas dos rios; a terra bebe a chuva; o amante bebe os ares pela sua namorada; mal nascemos bebemos o leite materno; os noticiaristas bem informados bebem as notícias de boas fontes; bebem as flores, as árvores, as nuvens e era lá possível que o homem deixasse de beber!

O vinho é como um jaleco de peles, refresca no Verão e aquece no Inverno.

Os poetas de outros tempos compreendiam admiravelmente a sua missão sobre a terra. Cantavam o amor e o vinho. O amor que fermentava o coração, o vinho que inflamava o cérebro.

Anacreonte, um dos mais venerandos borrachões da antiguidade, se largava a lira, era para empunhar a taça, quando não gozava ao mesmo tempo os prazeres da lira e da taça, dedilhando para a esquerda, bebendo para a direita e abrindo, assim, a estrada real do futuro por um sistema que, hoje em dia, abre, quando muito, o caminho que conduz à casa da guarda.

Anacreonte, engrinaldado de flores, aromatizado de essências delicadas, se não era um fanfarrão, se bebia tanto como dizia, passava deliciosamente a existência entre as dez e as onze, de olhar envidraçado pelos vapores do licor precioso, quando não se ia à terra como qualquer bêbado da actualidade.

O nosso Filinto Elísio, e mais era um homem sério, não se envergonha de contar em algumas de suas odes que recolhia às vezes a casa de nariz vermelho e pernas cambaleantes e que, ao despir as calças, lhe rolavam pelo sobrado os últimos vinténs, abalroava com as cómodas e pisava o rabo do gato.

Fosse lá hoje um poeta desabafar assim com os seus leitores. Daí por diante, se deitasse para fora uma dessas poesias incompreensíveis, que se inspiram no infinito, o público gritava logo:

– Aquilo é pinga de mais.

Se os versos saíssem deslavados, não faltaria quem dissesse:

– Aquilo é pinga de menos.

Hoje é lícito ao homem beber até cair, contanto que não saia à rua.

Os infelizes que se *envernizam* aos olhos de toda a gente são homens desconceituados que figuram nas partes da política e que ninguém procura para camaristas; os ditosos, esses ficam estendidos no sofá; se alguém os procura, responde-lhe o criado abaixando a voz:

– S. exc.ª não pode falar a ninguém; está sossegado, passou alguma coisa incomodado.

E há cavalheiros que ficam todos os dias incomodados depois do jantar.

O dinheiro será o rei do mundo, mas o vinho é o seu primeiro-ministro.

Quando contemplo uma pipa do magnífico néctar do Douro, digo logo comigo:

– Quantos corações irá acender esse líquido para o amor, quantos estros inspirará para a poesia!

O Porto exporta todos os anos para o estrangeiro milhares de litros de ternura e de inspiração. Se os ingleses não trazem o coração na temperatura da carapinhada, é porque bebem vinho do Porto.

Vá lá uma pessoa inspirar-se com limonada ou com salsaparrilha, para as cenas que reclamam fogo!

Um homem refrescado a capilé fica habilitado para ouvir do princípio ao fim um discurso do sr. marquês de Valada.

Os preceitos de boa sociedade permitem unicamente que um cavalheiro, em público, fique com *um grão na asa*. As pernas devem conservar a firmeza das horas normais, mas à língua é-lhe lícito atrapalhar-se na pronunciação de palavras maiores de três sílabas.

Nestas circunstâncias, o cavalheiro tem obrigação de andar sem se encostar pelas paredes; todavia, ninguém o censurará se, querendo dizer *generoso*, disser *gerenoso*.

Aqui em Lisboa, os taverneiros, conhecendo os preceitos da boa sociedade e ao mesmo tempo a tendência dos mortais para o sumo delicioso, anunciam os seus estabelecimentos por este teor:

– Novo retiro para os envergonhados.

Entre os milhares de indivíduos que frequentam todas as tardes esses retiros, de onde saem com a seriedade de quem acabou de discutir as questões

financeiras, apresentarei aos meus leitores dois amigos, que se juntam todos os dias às quatro horas da tarde, para, segundo a linguagem deles, visitarem misteriosamente as igrejas.

Passeiam pelas ruas da Baixa e entram em mais de vinte portas de escada que comunicam secretamente com os armazéns de vinhos; antes, porém, de entrar, fixam a vista no número da porta e, quando saem, verificam o número, olham para as lojas próximas, consultam um sobrescrito que trazem na algibeira, levantam os olhos para o terceiro andar do prédio, fazendo ver que procuram alguém, cuja morada lhes fora mal indicada, mas, lá de dentro, daqueles dois estômagos, é que ninguém lhes tira os copinhos de Colares, bebidos ao recanto do balcão.

Dez vezes se repete aquela cena até que principia a anoitecer e os dois entram em mais de cinco portas de escada, já sem consultarem o sobrescrito, nem olhar para o número; acabando todas as noites por transpor garbosamente as portas principais dos armazéns, saindo a limpar o bigode com as costas da mão.

Antes do novo sistema de medidas, que os bebedores deviam lamentar assim:

Com este sistema
Das novas medidas,
Lá ficam perdidas
As glórias da gente.
Litros, decilitros,
Mililitros *e tais,*
Pifões decimais
Teremos somente.

Estes dois amigos combinaram ouvir um sermão no templo dos Mártires, às quatro horas da tarde. Era orador o padre Beirão, que continuava a atrair uma concorrência extraordinária.

Às quatro horas, já os dois lá estavam de pé, a pouca distância da porta.

Diz um para o outro:

– Manuel, o pregador demora-se.

– Já são mais de quatro.

– Tenho as goelas secas.

– E eu! As minhas parecem uma lixa.

– Vamos nós beber meio?

– Está dito.

Saíram e entraram dez minutos depois.

– Ó Manuel.

– O quê?

– O sermão demora-se.

– Já é de mais.

– Vamos nós beber meio?

– Teremos tempo?

– Não vês que ainda não há sinais de pregador?

– Então vamos.

Não se demoraram cinco minutos.

– Manuel, ficamos sem sermão.

– Qual ficamos! Lá se estão acendendo as luzes.

– Pois sim, mas ainda tínhamos tempo de beber outro meio.

– Agora, não; daqui já não saio.

– Não sei se fazes bem.

– Lá vem o padre.

O pregador sobe ao púlpito e as suas primeiras palavras são estas: "Fé, esperança e caridade! Só três meios nos podem salvar."

O amigo aperta o braço do companheiro e diz-lhe ao ouvido:

– Não ouves? Por tua causa, não nos salvamos. Ficámos nos dois meios e são precisos três.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 10-VI-1869

Urbano Loureiro

Urbano José de Sousa Loureiro (1845-1880) criou várias folhas burlescas – em que multiplicava os pseudónimos – de cerrado ataque a políticos e literatos. Será mais importante a fundação, com G. Borges de Avelar, do *Diário da Tarde* / Folha Popular (Porto, 18-IX-1871 / 20-IV-1874, n.º 175), e, já a solo, de *A Lucta / Folha da Tarde* (Porto, 1874), que lhe sobreviveu (1890). Fora da sua administração esteve *O Primeiro de Janeiro*, cujo folhetim de 12-VIII-1869 segue.

Tristezas para Rir

Visita ao Cemitério do Prado do Repouso

Não nos chamem, por Deus, um povo triste! – Aprendam a conhecer-nos primeiro, estudem-nos, como se devem estudar todas as coisas sérias, e falem depois.

Triste! – O povo português triste!... Eu, e comigo todos os meus compatriotas, porque lhes faço a devida justiça, desde já protestamos contra semelhante epíteto!

Um dia, chegou a Lisboa, e demorou-se por lá algumas horas, um estrangeiro, um francês, um parisiense, o sr. Roger de Beauvoir, salvo erro...

Os franceses, em geral, e os parisienses em particular, têm a pretensão de ser a gente mais alegre do globo; e esta pretensão, no sr. Roger, tinha tomado o incremento de bazófia tola – Deus lhe fale na alma.

Ora, no pouco tempo que se demorou em Lisboa, o ilustre parisiense visitou o Passeio Público e, perguntando-se-lhe o que julgava do que tinha visto, respondeu:

– Não desgostei. É notável, porém, a tristeza do povo português. A gente penetra no Passeio Público e, a avaliar pelo ar fúnebre dos indivíduos, que lá topa, crê-se transportado ao Père-Lachaise.

Et voilà comment on écrit l'histoire – desculpem a rajada em língua estranha.

O sr. Roger encontrou, provavelmente, meia dúzia de indivíduos, que andavam a fazer horas para irem a algum enterro... fitou neles o seu olhar francês – quer dizer, superficial –, e disse logo com o entono de quem nos tinha conscienciosamente estudado por dentro e por fora:

– O povo português é um povo triste!

Não é tal um povo triste o povo português! – Eu chego do cemitério do Prado do Repouso e trago, no meu espírito, a convicção e, na minha carteira, as provas de que somos um povo alegre, divertido, mas que não tem lugares certos para rir, ou antes, para não rir, como os franceses.

Porque, segundo se colige das palavras do viajante, quem entre no Père-Lachaise deixa à porta, em vez da esperança de que fala o Dante, no seu *Inferno*, ou do guarda-chuva e da bengala, de que rezam os regulamentos internos dos teatros bem policiados, toda a vontade de rir.

O *bom humor* dos franceses esfria à vista de uma parede de cemitério! De onde se pode concluir que nem o *bom humor* dos franceses é natural, nem eles possuem a filosofia necessária para encarar esta vida como a encarou o velho Demócrito – como um assunto de riso.

Vejam! O povo mais alegre do mundo sente calafrios pelo espinhaço à ideia de morte! Diante de uma lousa funerária não acha forças para sustentar o seu papel de... francês!

E nós? – nós, o povo triste, na opinião do sr. Roger de Beauvoir, se não andamos pelas praças a passear a nossa alegria, para dizermos depois que somos um povo alegre, rimos quando bem nos parece e onde bem nos parece, no passeio, como no cemitério; apenas se exige, para isso, uma coisa, que os franceses quase sempre dispensam, e é – o motivo.

O que não sabemos, e eles sabem, é rir sem motivo. Paciência!

Em compensação, e creio que da nossa parte não há razão de queixa, possuímos a filosofia de que falei há pouco.

Entra um homem num cemitério português com ares de quem visita o Père-Lachaise – e sai de lá a rir-se.

É que, naquele, os *doridos* são os primeiros a ensinar-nos, com um gracejo ou com um disparate gravado na lousa, que lhes esconde o parente ou o amigo, a encarar as coisas deste mundo pela sua verdadeira face.

Consinta, neste ponto, o leitor incrédulo que eu abra a minha carteira e lhe dê a saborear algumas inscrições funerárias, cujo chiste é requintado na maior parte delas, pela originalidade da versificação e da ortografia.

Aqui, é um indivíduo, a quem a morte roubou alguém que lhe era caro e que exclama, ajustando a mão à concha da orelha:

Ouço ao longe uns instrumentos
Que me causam grande furor
São os anjinhos no céu
Pedindo bênção ao Senhor.

Isto, assim, sem pontos nem vírgulas, de um jacto, como deve ser tudo o que é filho da inspiração.

Ali, é uma velha, *lastimando* pelo teor seguinte, com a mesma força de pausas e maior força de rimas e de maiúsculas, posto que em número igual de versos, o desaparecimento de um neto:

Morreste-me nos braços. Neto Querido
Quantas Dores meu Peito tem sentido
Que Lágrimas, que saudades tenho sofrido
É a Paixão mais forte que tem havido.

Em abono do autor dos versos, devo dizer que sei de alguns bacharéis que não fariam coisa muito mais limpa.

Acolá, é um indivíduo explicando, numa quadra, a razão por que, na *fatal separação*, se lhe inundou de pranto as faces:

Perguntas-me porque choro?
Eu choro porque me dói,
Porque aqui dentro do peito
A saudade me rói!!

Vejam se isto não lembra aquela quadra galhofeira, que principia:

A saudade é um ratinho,
Que nos come o coração…

Além, é um marido que lamenta da seguinte forma, e em poucas palavras, a morte da sua companheira:

Morreste esposa querida
E eu fiquei a chorar
Deixaste-me 5 filhos
E todos 5 por criar!

Todos 5, em letra de conta! mas foi uma barbaridade! – Se ainda lhos deixasse criados ou, o que seria uma pechincha, se lhos não tivesse deixado!...

Mas nada de parar; que não vá arrefecer o sorriso, que desponta nos lábios do leitor sisudo.

Aqui, temos nós uma quadra que principia melancólica para acabar alegre; é no túmulo de uma criança:

Mimosa flor desabrochando linda
Outre suspiros no mundo fulaz
A-mil extremos de amizade infinda
Roubou-te a foice da pura voraz

Sem ponto final. – Uma ideia: é que o primeiro e terceiro versos são roubados e um só, o do *mundo fulaz*, e o outro, da *foice da pura voraz*, pertencem à lavra do poeta fúnebre – para rir. Compare o leitor e decida.

Vejam agora outro epitáfio, que, pela sua originalidade, merece especial menção; é em prosa rimada e diz:

Fugiste tão lin-
da flor, procu-
rar tua glória
Mas não me sais do
pensamento, meu
coração sempre
chora.
O amor de seus pais.

Eu creio que tudo isto é para fazer cócegas a um hipocondríaco!

Adiante.

Mais uma prova do quanto é divertida esta nossa gente nos transes em que a presença de espírito falece a tanta outra... incluindo a que visita o Père-Lachaise...

Versos ainda! – Notemos: é uma quadra a celebrar as virtudes de uma senhora que deixou este mundo aos 65 anos de idade:

Esta finada era dotada de muita caridade
E pelo bem que fazia à humanidade
E pelas suas muitas virtudes sem vaidade
A todos os seus parentes e amizades deixou saudades.

Ora, é de saber que um indivíduo que me viu copiar esta quadra me disse:

– Isto é uma brincadeira! A *finada* era uma usurária, Deus me perdoe, e dava dinheiro sobre penhores a 7 por cento ao mês. O irmão, que era outro que tal, e já lá está, também, na terra da verdade, foi quem lhe mandou pôr esses versos de caçoada!

E ainda dizem que... – Ó Roger de Beauvoir, porque, em vez de nos pretenderes estudar no Passeio Público da capital, não vieste ao Porto visitar o cemitério do Prado do Repouso?!

Seria de ver como a tua vaidade, mais a dos teus compatriotas, sofreria no melhor dos seus calos!

É tempo de terminar este passeio ao Père-Lachaise portuense, cujos visitantes não poderão, por forma alguma, conservar a gravidade e a tristeza dos visitantes do outro Père-Lachaise, notando que a própria vereação municipal, ao entrar naquele recinto, esqueceu o ar mesurado e sério de que anda sempre revestida cá por fora.

Num lugar do cemitério, a que foram recolhidos os ossos encontrados até certa época nas diversas escavações que ali constantemente se fazem, lê-se, numa lápide comemorativa, o seguinte:

AQUI JAZEM
AS OSSADAS DE 23.032 CADÁVERES
NÓS AS MANDÁMOS REUNIR
DEUS AS FARÁ DIVIDIR
CÂMARA N.º 1868
SENDO VEREADOR DESTE CEMITÉRIO
TOMÁS JOAQUIM DIAS.

É a coroa! – É um remate digno de tanta asneira dispersa! – É o último ponto dado na boca do insultador da nossa índole galhofeira!

Venham para cá todos esses fátuos de Rogers, de parisienses, de franceses, clamar que somos um povo triste!...

Emprazo-os para que mo repitam diante do jazigo dos 23.032 cadáveres em osso de que fala a inscrição!

POST-SCRIPTUM

Mais alguma coisa ou, o que é triste, menos alguma coisa. Dizem-me que a famosa inscrição, de que o sr. Tomás Joaquim Dias é signatário, desaparecerá

ao toque vandálico de uns picões e de umas vassourinhas de arame, apenas esse snr. deixe o cargo, que tão dignamente desempenha, de vereador do cemitério do Prado do Repouso.

Quando pensamos proclamar o picão e a vassoura de arame como vingadores do senso comum e, o que mais é, do senso municipal!!

O Primeiro de Janeiro, Porto, 12-VIII-1869

Júlio César Machado

Júlio César (1835-1890) será *folhetinex maximus* e o melhor fotógrafo da Lisboa da segunda metade do século XIX.

Cartas Lisbonenses

Lisboa, 4 de Maio de 1870.

Não se assustem...

Vou falar-lhes do grande dia – nem era lícito esquivar-me a essa jucunda obrigação de cronista, visto não aparecerem todas as semanas estátuas novas no Rossio! –, mas estou provido de tal sobriedade, que lhes dou a minha palavra de que não renovarei aqui a descrição da festa que anda em todos os jornais e que têm já lido trinta vezes de sexta-feira para cá!

Ah! Foi grande dia! E ninguém saboreia mais estas festas de que a nossa gente, que morre por funções e não é sensaborona, senão, por disfarce, quando as não tem!

A nossa gente! Mas é a alegria e a patuscada em ponto grande – o caso está em haver música e patriotismo! Temos, sim, a mania, às vezes, por fatuidade, de nos fazer casmurros, mazombos e um pouco brutos, como se fôssemos o povo mais carrancudo e austero, propenso a revolucionário, pimpão, soturno e perigoso, o beijinho da depravação humana, paspalhão celebrório que não quer ouvir falar de Roma nem dos Césares por se ter na conta de passar adiante em exorbitâncias a todas as épocas conhecidas, patarata que parece atrever-se apenas a olhar para si no espelho... não se lhe enfureça o bigode! Mas, histórias! É excelente gente que se calunia a si mesma e é cem vezes melhor do que se considera!

Gente tranquila, que vive metida pacatamente no fato com que se veste e que, sem motivo algum para se glorificar nem para se maldizer, manduca e trabuca conforme pode e não exige, senão de quando em quando, desfrutar alguma alegriazita nacional.

E é muito justo!

É tão justo que, logo que chegou o dia 29, os anúncios dos jornais, anúncios de todas as coisas e em todos os géneros, respiravam júbilo e transbordavam de suaves alegrias.

Era a qual havia de anunciar melhor a janela, a escada, a loja, a porta e a fazenda. A fazenda! Qualquer fazenda! Toda a fazenda!

Dizia um:

Para a inauguração. – Há três vestidos em bom uso para se vender: dois de transparente branco e escarlate e um de moiré cor de grão, por preço módico. Rua de S. João da Mata, 5, 2.º andar.

Acudia o outro:

Luvas azuis claras. – Próprias para o dia da inauguração da estátua de D. Pedro IV; vendem-se na fábrica de J. M. Gonçalves, Praça de D. Pedro, 33.

Apregoava este:

Monumento a D. Pedro IV. – Imprime-se o monumento em lenços de algodão, linho e seda, assim como em papel com poesias, 50 réis, cartão, 100 réis; pelo correio se recebem encomendas para as províncias na litografia Colares, Largo da Rua dos Canos, 10, 1.º.

E aqueloutro, mais eloquente ainda:

!!! Alerta, amadores!!! A taverna Amor da Pátria, Travessa da Palha, 207, tem excelente vinho do Cartaxo e Torres, a 100 réis o litro, e prepara vários petiscos económicos e com asseio para o dia 29, descobrimento da memória do senhor D. Pedro IV.

Ah! Teve que ver a ânsia com que a turba prestou ouvidos complacentes ao grito dos anúncios! Divertiu-se cada um a seu modo e em seu rumo, mas divertiram-se todos! Os que comiam, os que bebiam, os que namoravam, os que iam mostrar-se – até se divertiam os que iam ver!

Tudo saiu para a rua, tudo foi para o Rossio, para a Calçada do Duque, para o primeiro quarteirão das ruas da Baixa, passear, cirandar, girar por um lado e pelo outro, redemoinhando em todas as direcções, estabelecendo-se em palanques armados nas lojas, enchendo as janelas todas dos prédios, marinhando até às águas-furtadas e encarrapitando-se nos telhados para não perder o ensejo de, uma vez na vida, ter ares de pairar nas nuvens e merecer o *sic itur ad astra*!

Tudo falava, tudo mexia, tudo se abanava, tudo estava com jeitos de saborear a solenidade, absorvendo-a pelos olhos e aspirando-a de boca aberta! Depois, como as grandes comoções fazem sede e os vencedores não tinham mãos a medir com a bilha *clássica* e a bilha *romântica* – isto é, a bilha de água do Carmo e a bilha de água do arsenal –, rompiam, de vez em quando, ondas de famílias em procura de paragens hospitaleiras, onde as goelas se lhes refrescassem daquela sede autorizada por um sentimento patriótico e, deixando de relance a festa e a estátua, invadiam a vacaria da Rua do Príncipe e entregavam-se com a singeleza patriarcal dos costumes suíços a amplas e honestas canecas de leite *mugido*!

– Leite mugido! dizia toda a gente e dizia muito bem, porque até há leite que nunca o foi; sem nos referirmos agora ao dos botequins, que, nesse género, também merece lugar de honra! – mas, para exemplo, o que se serve aos viajantes a bordo dos vapores ingleses, beberagem peregrinamente composta, que só o que não leva é leite, no que o despenseiro se vê, às vezes, obrigado a concordar com os passageiros, advertindo-lhes apenas que, se não é leite, bem o parece e deve passar por fazer muito bem as suas vezes.

– Homem, isto é água com farinha ou com pós de goma!

– *Iess!*...

– Mas, então, não é leite!

– *Not. But is a very fine substitute!*...

Fine substitute ou não *fine substitute*, a verdade é que, mesmo por aí, cada um na sua casa, raras vezes tem bebido leite puro, leite sem farinha, sem arroz, para lhe dar gosto e peso, sem cenoura cozida para lhe armar a cor, sem mil bugiarias que têm feito sempre com que, em Lisboa, se venda o dobro... do leite que há!

Por isso, talvez, maior era ainda o júbilo das ressequidas caravanas que, durante todo o dia e noite de 29, foram pedir à vacaria da Rua do Príncipe um pouco de doce lenitivo ao calor, a todos os respeitos nacional, que os fazia andar de língua de fora.

De mais a mais, havia gelo e, além de gelo, havia mirto – beberagem oriental que prima em doçura e em aroma, espécie de orchata em leite perfumada de baunilha, que punha toda aquela gente em grande ebriedade de poesia e de ideal, pensando já em Teócrito e em Virgílio e resolvendo principiar dali em diante a sair de manhã cedo para ir fazer a corte à aurora, por entre o cheiro das flores e o orvalho, pousando, em seguida, na vacaria, a pretexto de prazeres símplices e gestos rurais!

Miravam tudo como quem atravessa um caso épico. Dentro da cancela vermelha vivia o bem-estar; a vacaria bem situada, asseadíssima, em temperatura excelente. Dava-lhes desejo de se tornarem em boi, como Júpiter. Sentadas diante do copo de leite, do covilhete com gelo, da taça de mirto e do pires com morangos, as ditosas criaturas contemplavam em tudo isto a harmonia na suavidade, a suavidade na força e parecia-lhes avistar Vénus convidando o mundo com sorrisos à refeição da sesta! Depois, erguiam a vista para as vaquinhas de alabastro, gentilíssimas, e para as que estão nos quadros, contando nove ao todo, o número das Musas, e deitando no leite três colheres de açúcar, o número das Graças!...

Em seguida, não lhes bastando já a vaca malhada no painel, nem a que está amamentando o filho, nem aquela outra gorda que se vê deitada com a

majestade de um faraó, nem o quadro da sega do feno, de Rosa Bonheur, e desejando que os não tomassem no rol de agricultores de gabinete que não entendem de raças senão nas gravuras e que, entre a vaca de trabalho e a de leite, conheçam unicamente… a do açougue, passavam a examinar, uma por uma, as catorze vacas magníficas que há hoje naquela vacaria, muito melhores que as do famoso sonho que explicou José, em que havia sete gordas e sete magras, porque estas são todas gordas e está-se mesmo a ver serem felizes, não terem inquietações, comerem e beberem a horas e terem quem trate de as limpar como se trataria de pessoas que não pudessem lavar-se nem pentear-se a si!

Não dava, até esse dia, toda aquela gente, amantes ais por vacas, creio eu, talvez por lhes parecerem pesadonas, estreitas de anca, pançudas e um pouco obtusas; mas saíram todos dali morrendo por elas e acreditando-lhes, pela primeira vez, na formosura, graças aos serviços que estão prestando a Lisboa com o leite, pobres vaquinhas, depois de haverem povoado os campos para usufruto do pintor Anunciação, que delas comeu… antes de nós bebermos delas!…

E, de novo, eles aí prosseguiam, rompiam, furavam, até chegar ao Rossio outra vez, para apanhar ainda o desfilar da divisão em continência real em frente da estátua, escutar mais uma vez a marcha *Bragança* e ficar depois na praça, de conserva, pela noite adiante, contemplando as iluminações e os palanques, ouvindo música, olhando para as janelas, namorando *a giorno*!…

Quem andava por lá? Como hei-de responder?! A leitora que tem carruagem e a leitora que anda a pé – nem sempre os anjos se servem das asas; a aristocracia e o povo; o *dandy* e o calça de coiro; as Lucrécias e as Manons; os piteireiros e os que bebem leite; os agradáveis e – em grande abundância – uns certos, que todos nós conhecemos, que representam na vida de obstáculo constante aos desejos de cada um, fonte de sensaborias, desmancha-prazeres das funções, interduo dos projectos, estacas no meio do caminho, que saem do chão quando ninguém os espera, pisam a gente, dão-nos encontrões e queimam-nos o nariz com o charuto – os maçadores!…

Gazeta do Povo, Lisboa, 5-V-1870

Gomes Leal

Este folhetim de António Duarte Gomes Leal (1848-1921) sobre o escandaloso romance de Santos Nazaré, retirado d'*A Revolução de Setembro* de 29-XII-1870, cai num momento-chave de teorização sobre o Realismo, o que, entre nós, parecia dar-se de cinco em cinco anos. Já acontecera em 1865 (com Luciano Cordeiro, sobretudo) e voltará à baila em 1875 e 1880, por causa de Eça e da suposta nova fase de Camilo.

Considerações sobre o Realismo
Duas Palavras sobre a *Eva* do Sr. Nazaré

Nada dói mais nas regiões serenas da Arte, a todos os espíritos sérios e grandes, do que ver o Belo e o Bem convertidos numa especulação de *efeitos* e a sinceridade e a verdade na Estética faiscada e reduzida a orações e períodos pautados e de convenção.

E é triste e compunge ver espíritos elevados eivados de uma inútil *trivialidade*, papagaios de períodos sonoros e guindados como torres e de frases sabidas e velhas como catedrais.

Porque a arte tem as austeridades de um sacerdócio e a religião e a liturgia de um culto, como todos os cultos têm os seus mistérios, os seus votos e o rigor severo dos seus ritos, e não deve ser convencional e de frases, mas espontânea e sincera; porque o génio não é a cópia de cópias e o Belo e o Grande não estão na falsidade do colorido, na incongruência das imagens e na deformação da Natureza.

Eu sei que as concepções subjectivas dos génios têm estragado muitos espíritos, alucinado muitas inteligências e perdido e devastado muitas consciências; mas a culpa não cabe aos inovadores e aos mestres; mas, sim, ao homem, porque a imitação está no fundo da nossa organização e a nossa natureza é toda impressionável, artística e copiadora.

Ora, nisto é que está, essencialmente, a extremação do bom e do mau escritor, do modelo e da cópia, porque é preciso que o homem abandonado só às suas impressões revele, no livro, na tela, na estátua, a sua individualidade, o seu modo de ver e de sentir, a sua psicologia.

Champfleury dizia, no *Realismo*, que, por um aturado estudo de observação, chegara a conhecer no estilo do escritor os defeitos mesmo até da organização física e se ele era tartamudo ou se coxeava. Ora, isto é um exagero e muito mais entre nós, porque na nossa terra e na nossa Arte, toda convencional, nada hoje é mais falso do que o repetido e o velho dito de Buffon.

Quando Bocage[5], em Paris, interpretava dolentemente aquele lírico e desalentado *Antony*, não se viam nos teatros, nos passeios e nas reuniões, senão *petits crevés* escrupulosos como estampas e pálidos como bistre, que andavam *blasés* e desalentados e que olhavam doce e elegiacamente para as mulheres debaixo dos *lorgnons*. Eles tinham olheiras, rugas fingidas e arrastavam-se custosamente e eram românticos e ridículos.

Ora, para mim, eu tenho assente que Schiller não teve culpa de ter feito maus sujeitos e bandidos, Goethe, infelizes e suicidados, Byron, viciosos, e Gérard de Nerval e Musset, românticos e desalentados. Góngora também para mim não era um mau poeta como Eunius ou o versejador de um Quinault e, por isso, a cópia, a imitação e os discípulos têm desacreditado muitos mestres.

Não serei eu nunca dos que condeno alguma vez um livro porque veio filiar-se na escola analítica, positiva e crítica aí inconscientemente apelidada do Mal. Só destes livros haveria um discutido e minucioso catálogo a fazer, de onde nem mesmo seria isento o retórico *virtuoso* senhor Cousin, cujos livros nem mesmo escaparam às estreitas censuras canónicas.

O velho Dumas dizia já, no prefácio do seu romântico teatro, que, na Arte, não se devia tomar conta ao escritor do assunto que tratara; mas, sim, da *forma* por que o tratara.

Ora, dos livros deste género, apregoados nas praças e nos cafés, eu só acho condenáveis os que fazem *mal* ao génio da língua; porque mesmo a gramática é uma acusação bastantes vezes elástica, como diz imparcialmente na sua *História da Literatura Francesa* Désiré Nisard.

Nestes pontos de gramática, podia muito bem dar lições a Racine, a Vigny, aquele louco de Gérard de Nerval e, a Musset, o retórico Malherbe, que morreu, dizem os seus biógrafos, horrorizado de um solecismo. Ora, isto não prova que Malherbe fosse um génio.

A gramática tem sido a terrível arma que se tem assestado contra os inovadores e que os clássicos atiravam contra os românticos, nas suas conhecidas e celebradas lutas académicas, arma tão terrível como a bênção apostólica de que se fala no *Lutrin* de Despreaux.

[5] Bocage, o célebre actor francês.

Pobre Despreaux! Não te bastavam os teus remorsos; nos tempos do romantismo, crucificaram-te em rimas e lavrou-te o teu epitáfio em prosa o irónico Gautier.

Na Arte, se formos atender a todas as objecções virtuosas de certos minuciosos, chegar-se-ia a suprimir a própria Arte, como Champfleury, na sua *rage* do realismo, acabava por abolir a Música e a Poesia.

Na escultura, velariam a estátua da Noite, que Miguel Ângelo deitou num túmulo da capela Sistina, só porque algum filho mais exaltado da noite se enamorasse das suas formas esculturais; por decência aos costumes das virgens de Roma, acabar-se-ia com o Apolo de Belveder e, na Estética, inutilizariam as *Orientais* de Victor Hugo e o *René* do senhor de Chateaubriand. Ficariam só de pé nesta inquisição estética – a Moral em Acção, o *Paulo e Virgínia* de Bernardin de Saint-Pierre e o jovem e aventuroso *Telémaco* de Fénelon.

Dos livros prejudiciais dizia ironicamente Balzac que não havia nenhuns mais perigosos do que aqueles que se podiam escrever do que os homens diziam ao ouvido e as mulheres por baixo do leque.

Ora, eu não tenho visto que o mundo se tenha regenerado com a Moral de Platão e as utopias de Moore, a *Imitação* do reverendo Kempis e aquela fantástica e ideal Salento que arquitectou Fénelon. Por isso, não serei eu nunca dos que condene as *Trevas*, as *Flores do Mal*, o *Caïn* e o *Corvo* de Leconte de Lisle, *Madame Bovary, La Vieille Maîtresse* d'Aurevilly, as poesias de Edgar Poe, os *Lieder*¸ o *Livro de Lázaro*, o *Neveu de Rameau* e aquele cru, terrível e pungente realismo de Gustavo Flaubert.

Todas estas criações pertencem àquela escola positiva, crítica e analítica aí chamada tenebrosamente do *Mal*. A maior destas concepções são poemas. Mas cada um destes escritores tem uma individualidade distinta, cada um deles é uma escola. Poe é misterioso, Heine é irónico, Leconte de Lisle é trágico, Flaubert é um filósofo e um trágico.

Beaudelaire inaugurou em França a tendência para o realismo na poesia, Leconte de Lisle é um exagerado. Byron é tenebroso, selvagem; Diderot, o chefe do realismo em França, é *quase* um cínico.

Não é assim Flaubert, o maior *realista* conhecido na prosa, que ele maneja hábil e magistralmente; o seu estilo é o estilo moderno, fácil, crítico, é frio como uma lâmina, pungente como um bisturi.

Ele esfacela, retalha, disseca uma alma como um cadáver à mesa da autópsia e põe e mostra à luz os buracos de uma consciência, como se fosse um velho farrapo por onde se vissem as constelações. Não tem aquela ironia cínica de Diderot, cujos heróis falam como forçados apodrecidos na humidade das galés,

nem aquela fantasia suave de Champfleury, naquele admirável poema das *Sensações* de Josquin. Não é também um observador de excepções fisiológicas, como quer Saint-René de Tallandier.

Ele pega numa alma como numa *coisa* e narra-nos com um poder satânico de observação todos os dramas, todas as aspirações, todos os lirismos, todas as torpezas que se passam no fundo dela, como num lago de que se remexe o lodo à superfície. É Flaubert que, mais do que nenhum, abriu aquela janela que deita para a alma e que nós trazemos tão cuidadosa e hipocritamente cerrada e trancada a todas as vistas e a todas as lentes.

Não sei se lembram, no *Âne Mort* de Júlio Janin, aquele homem que segue uma mulher desde que a viu na flor da mocidade e da alegria, num campo cheio de flores e de luz, até que se arruinou, se desmoralizou e se corrompeu ao contacto do lodo moral de Paris. Aquele homem segue-a por toda a parte, no teatro, na igreja, na casa de prostituição e, enfim, ao pé da guilhotina; é ele, com uma curiosidade de vampiro, que se disfarça em cocheiro, uma noite ao pé do hospital, e que aluga um banco ao carcereiro para a ir estudar, a espreitar ainda pelo postigo que deita para a sua prisão húmida e escura.

Ora, assim faz Flaubert com um poder analítico, descritível e infernal. Segue-a de minuto a minuto, espreita-lhe a menor impressão, o mínimo sentimento, grande, bom ou torpe; e, enfim, como Júlio Janin, ele abre o postigo daquela consciência e diz-nos tudo o que lá viu dentro com uma serenidade, um sangue-frio e uma limpidez de análise, até, finalmente, ao extremo estremecimento da agonia e do delírio, em que ele ajunta que *já não existia. Elle n'existait plus.*

Em Portugal, o Romantismo tem estragado, falseado e corrompido todas as inteligências. Cá, poucos mesmo conhecem o nome de *realismo*, que julgam apanágio de um *partido*, porque, em Portugal, só se vive de *partidos*. O Realismo anuncia-se apenas no *Galego* e no *Pároco da Aldeia* de Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, aquele bom talento que flutua apenas entre o romantismo e o realismo. Todos os seus fidalgos são devassos, poetas *tolos* e líricos e as suas mulheres românticas tísicas e escrevendo, algumas, com ortografia, o que é raridade entre nós.

Nós temos, porém, um grande *realista*, aí quase esquecido e pouco laureado entre os vultos da nossa literatura, que é Júlio Dinis. Não é um Flaubert, é um Champfleury; é suave, é poeta; precisa [de] ser mais alguma coisa, ser um filósofo e um crítico. Tem a *sinceridade na Arte*; mas, como é poeta, apaixona-se, enamora-se das suas heroínas; não é bastante imparcial para com os seus heróis. Ora, neste desprendimento, nesta verdade é que está a perfeição na Estética, porque, para se ser um grande fisiologista, releva quase ser sem entra-

nhas para com as suas criações, como importa ter uma grande serenidade e um grande sangue-frio, para se vir a ser um grande médico, um grande fisiologista, ainda que se tenha de morrer como Bichat entre os cadáveres das suas análises.

Ultimamente, apareceu um livro em Lisboa, que apelidaram *realista* e que é a *Eva* do sr. Nazaré.

Um localista chegou mesmo a fazer a aproximação do sr. Nazaré com Gustavo Flaubert!!!

(Deixem-me abrir aqui um parêntesis, para manifestar a minha surpresa por esta assimilação do localista entre o sr. Nazaré e Flaubert!!)

Eva é um livro simplesmente filiado na escola do romantismo, escola que lá fora já passou ao estado do *souvenir*, e de que hoje os românticos de então falam com um sorriso, que se concede aos verdores da mocidade.

Houve quem chamasse romance realista. Eu começo por negar: 1.º, que seja romance; 2.º, que seja realista.

Não apresenta novidade, nem na forma, nem na concepção, nem até mesmo no título.

Não apresenta novidade na forma, porque o seu estilo é moldado por outros românticos, sonoros e *sensíveis*, e as suas imagens são quase todas convencionais, falsas e conhecidas, de mau gosto[6]; não apresenta novidade na concepção, porque é já *usada* e sabida em todos os romances e o seu herói foi recortado e talhado pelos heróis *blasés* de Musset, ora irónicos, ora sensíveis, ora violentos; não apresenta, enfim, novidade, nem no título, porque já aquele saudoso Méry baptizou com o nome de Eva um romance seu, que breve vai sair traduzido, segundo me consta.

Não tem por fim resolver também nenhum problema social ou psicológico, afirmar alguma verdade, discutir alguma teoria, algum princípio. Começa por dizer que não afirma, nem nega, que duvida, o que já passou de moda num século científico e observador, e acaba pela palavra *Nada*, que nada quer dizer e que nada conclui.

Ora, o ideal do romance do século XIX não é, com certeza, este.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 29-XII-1870

[6] Entra elas, cito a *lua banhando as tranças em luxuriante oceano de vegetação*. Ora, a lua com *tranças*, ainda que sejam de *prata*, não é já romântico, é *rococó* e de mau gosto. Na Estética, deve-se olhar mais de face a Verdade e o Belo.

Alexandre Herculano

O Historiador (1810-1877) já agricultava em Vale de Lobos, quando D. Guiomar Torrezão o desinquietou para o seu *Almanaque das Senhoras* de 1871: 83-89. Ramalho Ortigão aproveitaria essa colaboração em tão insólito lugar para nova farpa em quem desadorava.

O Campo

(Fragmento de um livro inédito)

. . . . . .

A alma a quem repugna a vida rural pode ser boa, talvez inteligente, mas é decerto vulgar e prosaica. Cada situação, cada fase desse viver, ao mesmo tempo singelo e complexo, monótono e variado, tem doçuras e amarguras, esperanças e desalentos; tem o seu vago cismar e o seu profundo sentir, a sua placidez e as suas tempestades; mas nem é o ideal, nem uma abstracção da realidade: é um teor de vida que a poesia rodeia, que a poesia invade, porque é a forma de existência mais congénita com a poética infância dos povos e tem, em grande parte, o vigor dessas eras; porque aceita da civilização urbana o que modera a rudeza do homem, porém, não o transforma e apouca; porque, como os poemas homéricos ou os dramas de Shakespeare, conserva os contrastes, as tintas indecisas dos longes, sobre os quais avultam os traços preciosos e enérgicos e as cores vívidas do quadro.

Os poetas de idílios fizeram um excerto da vida do campo para uso das cidades: roubaram os espinhos aos tojos áridos das charnecas, aos ribeiros as suas cheias arrebatadas, lodosas, destruidoras, aos pântanos as suas exaltações deletérias, aos prados e espessuras os répteis, à atmosfera o granizo e as ventanias e os longos dias e mais longas noites da miséria e da doença ao que, desde a primeira mocidade até à velhice, viveu curvado sobre a terra pelo trabalho. Os poetas de idílios tingiram os campos, quando lhes foi possível, de uniforme e desbotado cor-de-rosa.

Há duas espécies de poesias, ambas atinentes ao campo e, todavia, contraditórias entre si. Uma crê elevar a natureza até ao seu tipo ideal; outra toma

os próprios sonhos como norma da vida rústica. Uma diz-se arte; outra diz-se ciência prática. É a primeira a dos árcades, dos Titiros e Melibeus; poesia tão campestre como os tapetes das academias ou as estantes envidraçadas da loja de modas; é a segunda a do livro agronómico, poesia pesada e sensabor, mas que, ao menos, tem a vantagem de não ser legível senão para os adeptos; poesia didáctica em prosa arrastada e dormente, onde aqueles que buscam converter a charrua em pedra filosofal, no cadinho da ciência, facilmente encontrarão os métodos mais perfeitos de fazer jus a um grabato no Asilo da Mendicidade[7].

O idílio e a agronomia reinam sem rivais nos afolhamentos e plantios que se dilatam sobre as mesas do *whist*, pelos bancos e coxias das escolas agrícolas, pelos balcões dos mercadores e pelas mesas das secretárias. Nas granjas da realidade é que são desconhecidos.

Falta-nos ainda uma concepção literária inspirada pela vida do campo como ela é; com os seus gozos e com as suas tribulações; com os seus aspectos risonhos do natural e do ideal; mas também com as suas sombras do truanesco e do brutal, do doloroso e do terrível[8].

Embotado, ou antes, consumido o espírito por fundas amarguras, coberto o coração de úlceras, insanáveis porque invisíveis, já não saberei nem poderei fazer o livro; mas alcanço bem ainda como ele deveria ser feito.

. . . . . .

II

. . . . . .

A hora do crepúsculo, na entrada do Inverno, quando a brisa ainda não vem gelada, mas já são húmidas a terra e a atmosfera, é no campo uma hora de melancolia, sem o ser de tristeza. A tristeza gera-a o anoitecer das cidades; tristeza tediosa e irritante, que se manifesta em aborrecimento e mau humor. No campo, a essa hora, a melancolia, enlaçada na saudade, tem doçura, repouso, poesia, quando os pulmões bebem a largos tragos o ar da noite que desce; quando o raio visual, galgando de eminência em eminência pelas crespas assomadas das serras ou pelos topos flexuosos da colinas e tesos, vai correndo ao longo desses perfis fantásticos, recortados no semicírculo alaranjado e depois alvacento, deixado, no ocaso, pela última claridade do dia. Nos fins do

[7] Isto, que, há anos, podia passar por aforismo, tem hoje muitas e honrosas excepções. Começou-se, enfim, a perceber que, em agricultura, é mais fácil à experiência dispensar a ciência do que à ciência dispensar a prática.

[8] A obra de L. de Lavergne sobre a agricultura de Inglaterra, que eu não conhecia então, tem capítulos onde, às vezes, acho realizado o meu pensamento.

Outono, a essa luz indecisa, o musgo dos alcantis, enegrecida já pelos relentos a cor acinzentada de que o revestira o ardor do estio, imita os lavores singulares que as antigas gerações do Indostão cinzelaram nas fachadas dos templos meio subterrâneos de Brama. As sombras da noite que vem, estirando-se e despenhando-se de arrife em arrife, podem comparar-se aos vultos que dançam, durante acesso violento, ao pé do leito do febricitante. A superfície inclinada da montanha é como vasta objectiva de caleidoscópio gigante, posto em rotação lenta e perene, em cujos reflectores se repintassem os objectos só com as gradações da morte cor.

Como a hora do anoitecer, a da alvorada tem inefáveis mistérios. Enquanto, porém, os do crepúsculo da tarde nos apertam brandamente o coração, que bate apressado com vagos terrores, ou fazem com que os olhos se nos arrasem de mal sustidas lágrimas, reconcentrando-nos o espírito em íntimo cismar, os sentimentos que suscita o espectáculo da madrugada campestre, sobretudo nos fins da Primavera, como que nos arrancam a nós mesmos para nos imergirem no oceano da natureza. No horizonte, que começa a tingir-se de vermelhidão dourada, e no leve ciciar dos ulmeiros, e do doudejar das folhas dos choupos, onde brinca a aragem ténue do alvorecer, e no balouçar sonolento dos freixos e salgueiros que povoam a beira do rio, e no murmúrio quase imperceptível do pinhal distante, murmúrio que se assemelha ao zumbir dos insectos e que se confunde com ele numa harmonia só, e no frescor do ar, e no brilho da relva orvalhada, e nos chilros agudos do sol, e nas ondas dos eflúvios que desatam as giesteiras e os rosmaninhais; nesse imenso concerto do que os olhos vêem, e os ouvidos escutam, e o olfacto respira, a nossa alma como que forceja por abandonar o corpo e ir, ir, ao rés da erva orvalhada, envolta nos eflúvios, derivando com a aragem, até ao viso da serrania oriental, e ali, face a face, de súbito com o astro do dia, atufar-se nos mares insondáveis da luz.

. . . . . .

III

As nossas vacas bravas parecem livres, como Deus criou as alimárias, ora pelos vales e recostos das terras cultivadas, ora à sombra das corpulentas sobreiras ou sob as profundas arcadas do velho pinhal manso que orla a nordeste os horizontes da granja, ora pelos declives da serra que se alevanta ao sueste, como padrasto que nos esconde o oceano.

A residência, porém, mais ordinária desses animais semi-selvagens demora pelas agruras da serrania. É aí que, no Inverno, os primeiros gomos do

mato tenro das queimadas lhes subministram sadio alimento: é aí onde, primeiro, na Primavera, rebentam algumas ervas por entre as carvalhiças, ao agasalho dos rochedos anfractuosos, ou nas clareiras que os lentiscos, os zimbros, as aroeiras cedem às gramas: é aí que, nos ardores do Estio, a manada impaciente encontra, nos bosques seculares, sombrios refúgios contra os tavões e moscardos, que espalham no meio dela o terror e quase a insânia. A solidão e a aspereza das fragas empinadas, dos baldios montuosos, harmonizam, além disso, com a índole esquiva da vaca brava, melhor que o chão relvoso das várzeas e assentadas, onde a charrua que as sulca renova, de ano em ano, o selo da servidão.

No Outono, quando começa a noite a rolar do nascente e uma ou outra estrela a cintilar no céu, ou quando o nevoeiro húmido, anúncio, mais ou menos remoto, das ventanias do sul, flutua à tardinha no cimo da montanha, donde há-de vir a horas mortas reclinar-se nos vales, a manada desce das fragas calcâneas e, costeando os olivedos da encosta, atravessa pela borda da albufeira e vai desaparecendo na penumbra do pinhal, que se dilata na estrema de sudoeste a noroeste como cortina semicircular. Do alto dos outeiros, vê-se mover aquele renque de vultos à luz do sol-posto, que os desenha com tintas escassas na superfície das águas dormentes, onde se reflecte a ténue e duvidosa claridade. Depois, quando a longa tira do rebanho se vai embebendo na bastura do arvoredo, ouve-se ainda os grossos chocalhos e as esquilas argentinas, que soam com bárbaras e lentas harmonias adoçadas pela distância, até que a noite e o silêncio escondem aos sentidos essas imagens, esse reflectir baço do pego e esses ruídos que esmoreceram, esmoreceram e cessaram.

. . . . . .

IV

. . . . . .

Quem, pela primeira vez, ao romper do sol de formoso dia de Inverno, começa a subir a montanha, afigura-se-lhe que, além daqueles cumes, outras vertentes, como as do norte, se inclinam para o meio-dia; que ladeiras penhascosas ligam a serra com outras planícies; imagina que daquelas alturas se vão descortinar vales, campinas, ribeiros, gandras, florestas, dilatando-se até as raízes de longínquas montanhas; imagina tudo, menos a realidade. Continuamos a subir: trepamos aos derradeiros arrifes; de repente, lá em baixo, diante de nós, a nossos pés, para a direita, para a esquerda, está um espelho incomensurável, movediço, crespo à superfície, que reflecte em milhões de breves planos milhões de raios solares. É o mar, abismo dormente ao rés da montanha, que o

resguarda dos ventos setentrionais, cinzelado, faceado e, enfim, cavado por estes, à medida que se expande para as solidões do horizonte. Deitados de bruços sobre um rochedo que boja, quase imperceptivelmente inclinado, no vértice do despenhadeiro, como um fragmento de tímpano de fachada colossal, vemos, lá, a cem pés abaixo de nós, o topar das ondas rolando sonolentas e fracturando-se e escumando e lambendo em mil repuxos a penedia. Os olhos, seguindo, até ali, uma linha vertical mas tortuosa, como que vão repousando nos pedregulhos que ressaltam a trechos com formas singulares e fantásticas naquela muralha de titãs. Aqui, acolá, um carrasqueiro, uma esteva, um alecrineiro, nascidos, radicados nas fendas da pedra, debruçando-se das beiras dos precipícios. Nalguns pontos, a face quase perpendicular do despenhadeiro socava-se em cavernas que a imaginação nos engrandece. O senso íntimo como que apalpa e crê os imensos lôbregos subterrâneos que jazem debaixo de nós; como que ouve o murmurar do vento nos fojos insondáveis sobre os quais se arqueia a serra. O coração aperta-se quando se pensa na possibilidade de abater alguma das suas abóbadas irregulares, ou de que seja chegada a hora de estalar e despegar-se o rochedo sobre que nos debruçamos, como outras rochas que, desatadas do fraguedo, tem ido formando uma linha de parcéis à raiz dele. Então, as bagas de suor começam a rebentar da fronte e arrastamo-nos para trás pouco a pouco, por irresistível impulso interior; pelo instinto da vida animal, instinto misturado com uma espécie de fascinação que nos arrasta para o precipício e que nos triplica o terror. E recuamos sempre, sem ousar erguer-nos, até que, diante dos olhos, nos desaparece o abismo e só, ao longe, descobrimos o mar onde a brisa faz doudejar as águas feridas pelos raios, já menos inclinados, do Sol.

Almanaque das Senhoras, Lisboa, 1871

Luís Augusto Palmeirim

«Dizer que o sr. Luiz Augusto Palmeirim é o mais popular dos nossos poetas modernos, é repetir apenas uma convicção recebida» – escrevia Lopes de Mendonça em *Ensaios de Critica e Litteratura* (1849: 111), quando Garrett e Castilho ainda praticavam. Chefe de fila da geração de 50, com que se quebravam dois séculos de esterilidade em versos dedicados a freiras, as suas *Poesias* (1851), declamatórias, foram aclamadas; legislador e censor teatral, ferozmente anti-ibérico (*Portugal e os Seus Detractores*, 1877), é como jornalista que L. A. Palmeirim (1825-1893) se torna figurinista da vida alfacinha (*Os Excêntricos do Meu Tempo*, 1891). Este reedita-se em *Galeria de Figuras Portuguesas* (1879; por Vítor Wladimiro Ferreira, 1989), recolha, por seu lado, representativa de colaborações desvairadas, que na nova edição suprime "Dois quadros da vida militar" e "A poesia popular nos campos". Agora, os títulos--quadros misturam ruralidade, tradição e tipicismos lisboetas. Seleccionei trecho da revista *Artes e Letras* (Lisboa, 1872-1875), de Agosto de 1873: 122-123.

O Barbeiro da Aldeia

O barbeiro é geralmente o sábio das aldeias, o amigo íntimo do cura, o conselheiro áulico do regedor da paróquia.

À roda do barbeiro gravitam os mais sérios interesses da localidade. É na loja dele que se firmam e aniquilam reputações, que se lê o jornal que o deputado do círculo manda gratuitamente ao mais verboso dos seus eleitores; que se faz a barba ao morgado em decadência pela abolição dos vínculos; que se introduz a ordem no caos da grenha anárquica do ovelheiro; é lá, finalmente, que se arrancam dentes e queixos ao freguês, que pede ao mestre força, em vez de lhe exigir jeito, e o gratifica com um murro ao ver satisfeitos os seus imprudentes desejos.

Prendado em escala desconhecida numas poucas de léguas em circunferência, o barbeiro lê, manquejando mas sem soletrar, as circulares do governador

civil, as pastorais do bispo da diocese, os editais da câmara municipal do concelho e, ainda por cima, toca cavaquinho e flauta, ajuda à missa, faz contas de cabeça e desce (magnanimidade que nem todos lhe reconhecem) a diagnosticar sobre as enfermidades dos gados atacados da gafeira ou morrinha, negando-se, por modéstia, a pôr em execução as regras da alveitaria, que ele sabe mais a fundo que conhece a parentela que traz espalhada pelos sertões da África e do Brasil.

Na consciência da sua valia intrínseca, o barbeiro da aldeia dispensa o aparato dos instrumentos cirúrgicos, os elixires que os seus colegas das cidades recomendam como correctivo contra os achaques de boca.

Acumulando conscienciosamente as duas artes, a de barbeiro e dentista, e anexando-lhe como complemento as de sangrador e astrónomo, ao barbeiro basta uma turquês, uma lanceta e uma navalha, para satisfazer às exigências dos seus fregueses mais melindrosos, tendo como aforismo da profissão o *mais vale quem quer do que quem pode*, com que se desculpa, e honra, de fazer tudo sem ter aprendido nada.

Com a mão calosa, com que na alta dos salários não desdenha dar meia dúzia de enxadas na vinha de um vizinho, ou na horta de um compadre, e dispensando o pincel com que os mais cautos dos seus colegas distribuem o sabão pelas bochechas dos fregueses, o barbeiro rural é com a própria mão lixosa que põe em combustão a cara das vítimas, mas tão inocentemente, que ninguém se julga com direito a queixar-se daquela lava que, de repente, lhe invade a epiderme e a torna salamandra entre a espuma frígida do sabão e o calor vulcânico da esfregadela do artista.

Fiel às tradições da classe, o verdadeiro barbeiro nacional enfeita os umbrais da locanda com as clássicas sanefas de baeta verde orladas de encarnado, pendurando-lhe por cima as lustrosas bacias de arame e o bicheiro onde, em contínuas evoluções, se agitam as sanguessugas, condenadas mais tarde à manobra artesiana de fazer com que o sangue irrompa da pele cetácea das gargantas dos saloios atacados de anginas, ou molestados pelo marmeleiro de um rival no mercado do último domingo.

Sempre vendido em todas as eleições, ainda assim o voto do barbeiro significa, para as populações sertanejas, a consciência auxiliada pela sabedoria e pobre do candidato que não o tiver pelo seu lado ao *deitar dos papelicos*, frase que representa, para o saloio, o acto solene da eleição, acto que o barbeiro ordinariamente dirige, fazendo-se Ganimedes dos meios quartilhos que a aldeia bebe, como votou, dando com a língua os mesmos estalidos de dúvida, à qualidade do vinho, e ao empréstimo e à competência do candidato.

A civilização, de que o nosso século tanto blasona e de que já o senhor Guizot escreveu a história, chega tão desfigurada à loja do barbeiro, que, comentada depois por ele no adro da igreja à saída da missa, antes se lhe pode chamar retrocesso do que caminho desbravado para melhores futuros.

Os caminhos-de-ferro, as máquinas de lavoura, o gás e até o petróleo, são aplicações da indústria moderna que o barbeiro considera abaixo da agudeza que lhe é precisa a ele para não errar com a veia artéria de quem lhe reclama uma sangria, ou com a sagacidade, filha da prática, com que anuncia chuvas para o S. Miguel, ou afirma que as páscoas hão-de aquele ano ser molhadas.

O barbeiro, instado diariamente a dizer a sua opinião sobre tudo o que ignora, reconhece afinal em si uma tendência inata para profeta e é por isso que se aventura a aconselhar que se lance ou deixe de se lançar a semente à terra, quinze ou vinte dias antes ou depois dos marcados pela rotina, que é a que se reduz nos campos toda a ciência de Luís Figuier e todas as lucubrações chanternais do padre Teodoro de Almeida.

Celibatário por segurança e com horror aos brinquedos turbulentos da infância, que o distrairiam do estudo das ervas medicinais e do conhecimento das nocivas, com o que julga ter posto embargos a muitos passaportes para o outro mundo, o barbeiro ocupa os raros instantes que lhe sobejam das suas múltiplas cogitações em tirar do ingrato cavaquinho sons que ele cuida serem o desespero dos rouxinóis que a ama do cura traz engaiolados e postos a arejar à porta da ermida, por cima da lista dos festeiros e mordomos da procissão que vem mais próxima.

Nem tudo são rosas na vida do homem.

O barbeiro é, às vezes, chamado pelo administrador à cabeça do concelho e, se é tempo de eleições, não volta de lá com as mãos abanando. Acontece, porém, também ser incomodado para testemunha, ou convidado (vilipêndio administrativo!) para se incumbir das árduas funções de cabo geral, serviço que ele repele como incompatível com a liberdade de acção de que carece para, oficiosamente, harmonizar as desavenças locais.

Costumado a ver concentrados todos os poderes nas mãos de um só, as dele próprio, o barbeiro é absolutista por instinto, apesar de se haver avezado às fórmulas constitucionais e de tirar delas o proveito que lhe compete, como a quem tem um olho na terra dos cegos.

Aos domingos, e logo antes da missa das almas, está o barbeiro no seu posto, tendo reforçado a toalha que fez o serviço de toda a semana com uma outra que lhe deve ser auxiliar, para não enxovalhar as belbutinas domingueiras dos fregueses.

A navalha, essa é que se transformou em foice roçadoura, no repetido e escabroso exercício de transplantar as sedas das caras dos escanhoados para o papel pardo que, na aldeia, substitui, mais económica do que asseadamente, o paninho da barba de que geralmente se usa para igual aplicação.

Na loja de um barbeiro, como nas tendas, é indispensável um chamariz para as moscas, que costuma ser, de ordinário, o jornal político do dia, retalhado em tiras no melhor da polémica com os adversários, e servindo de poiso aos insectos que, sem aquele derivativo, espicaçariam a calva do abegão que se barbeia, ou lamberiam as roscas e os especiones macróbios, já impregnados do cheiro do bacalhau, a que o tendeiro ainda, pelo hábito, alcunha de doces, engodando os rapazes que saem da escola.

O barbeiro, se não é, podia bem passar por haver sido o inventor da bisca e dos três setes, jogos em que primam todos os da sua profissão, dando às cartas formas arquitectónicas desconhecidas a Vinhola, mas características dos baralhos que envelheceram no trato nocturno de seis ou mais invernos consecutivos, ungidos pela saliva pouco conservadora dos parceiros.

Nas festas da aldeia, o barbeiro, como os actores cómicos, representa, cumulativamente, uns poucos de papéis diferentes, saindo-se de todos eles a contento do público. Armador e pirotécnico nas vésperas dos dias dúplex, quem teve a fortuna de o ver em mangas de camisa forrando de escarlate o púlpito da ermida, ou obtendo a certeza da combustão rápida da pólvora de uns foguetes, desconhece depois a gravidade com que o vê ajoujado às varas do pálio, ou cantando no coro uma lição, com uma voz digna do mais monumental dos fiascos, se ousasse erguer-se no palco de um teatro de terceira ordem.

Pachorrento e laborioso, não há quem se avantaje ao barbeiro da aldeia na pouco invejável indústria nacional de adestrar pintassilgos a abrirem com o bico as tampas do comedouro e a morrerem esfalfados na empresa de tirar água aos dedais do reservatório insidioso, que é para as avezinhas ignorantes o suplício de Tântalo.

Quando o jornalismo vivia ainda na nossa terra a vida enfezada dos enjeitados, o barbeiro resumia em si a crítica cáustica do chamado artigo de fundo, a bisbilhotice do noticiário, as lágrimas fementidas do necrológio, a amenidade casual do folhetim e a versatilidade dos que, depois, fizeram profissão do que nele era simples instinto.

Suponho ser da abundância de estabelecimentos desta espécie que houve em Portugal que nasceu o anexim popular "não tarda uma loja de barbeiro", como significação de uma coisa que vem próxima da outra. Para bem se compreender a prodigalidade de nossos avós e a freguesia que tinham os barbeiros, é preciso aqui recordar que o bigode era ainda então considerado como um

atestado de imoralidade no lojista, no médico e no negociante; e que, por compensação a este horror capilar, os reais exércitos usavam de rabicho e bolsa, e de polvilhos as classes a que se negava o direito de disporem da cara a seu contento.

O antigo barbeiro reservava sempre a um canto da sala de trabalho o espaço necessário para acomodar o rebolo, onde afiava as navalhas e o estro, aquelas para martírio das caras dos fregueses, este para as empreitadas poéticas que já lhe haviam dado renome nos arraiais, como cantador.

No meado do século passado, a classe nobilitou-se na pessoa do mavioso poeta pastoril Domingos dos Reis Quita, cabeleireiro lhe chamam os seus biógrafos por compostura, mas a quem racionalmente devemos supor barbeiro, sendo como eram ainda anos depois da sua morte uma novidade as pomadas e os elixires, que Nicolau Tolentino meteu à bulha em uma das suas chistosas sátiras.

Como não maldiria a sorte o melancólico autor do suave idílio *Tircea*, obrigado a escanhoar um marçano, ou a renovar a coroa de algum cónego da sé patriarcal, enquanto a poesia lhe borbulhava lá por dentro, e aproveitava os momentos de ócio para lançar no papel versos como estes:

Só por ti meus suspiros serão dados;
Só por ti chorarão de amor meus olhos,
Meus olhos, que por esses tão formosos
Agora estão chorando tão saudosos!

Pobre Quita! Que de cabeças ocas te não passaram pelas mãos, enquanto a tua ardia na febre da inspiração poética e o coração te ia ao encontro da morte que te colhia no vigor da idade!

Artes e Letras, Lisboa, Agosto de 1873

Camilo Castelo Branco

Antes da amizade, a sova: *A Actualidade* portuense (1-II-1874/31-VII-1891) recebeu mal os fascículos d e *Noites de Insónia*; Camilo (1825-1890), no n.º 3, de Março de 1874: 51-58, desfaz António José da Silva Pinto (1848-1911), que teria sido acirrado por Teófilo Braga (1843-1924)...

Desgraçado Balzac!

À Actualidade

Tantas vezes o noticiarista repete que eu sou assinante do seu papel, que parece estar-me convidando a declarar a razão por que assinei.

Eu lha digo, ao noticiarista. Foi para me regalar com as inépcias do folhetinista.

Quer-me parecer que os dois são um e mesmíssimo tolo (com licença: não diga que sou incivil).

Se os dois não são homogéneos, então tenho centauro pela frente. Em cima, no noticiário, está a porção humana do aborto; em baixo, no folhetim, está (com a devida cortesia) a porção bestial do mesmo centauro.

Mas há lanços em que o centauro se cabriola de feitio que a metade de baixo esperneia em cima; e a gente, a meia volta, não sabe já onde está o homem, nem onde está (com a devida vénia) a besta.

O noticiarista, que me dizem chamar-se Silva Pinto, consinta que eu, por conveniência da composição e da variedade da forma, lhe não chame sempre centauro e tolo. Obriga-me a pedir-lhe licença todas as vezes em obséquio à urbanidade. O melhor é chamar-lhe, como variante, Silva Pinto.

O Sr. Silva Pinto começou no n.º 16 da *Actualidade* a traduzir romances de Balzac.

Ai da nomeada do eminente explorador da alma, se Balzac pudesse espehar-se na fusca fotografia que lhe tirou este encarvoador de paredes caiadas!

Eu não me despendo em considerações banais acerca das dificuldades que empecem trasladar a português os livros de Balzac.

Quem entende as galas dos clássicos franceses, e as encontra condensadas no autor dos *Contes Drolatiques*, ainda que lhe sobre igual saber da linguagem portuguesa, há-de ver-se em apuros para moldurar em estilo vernáculo as concisões, os idiotismos, a energia, o aticismo de Balzac.

Quem se afoitaria aos espinhos da empreitada? Um sujeito ignorantíssimo de ambos os idiomas: o Sr. Silva Pinto.

E, sem mais delongas, vou provar-lho. O leitor faça-me o obséquio de se prover do n.º 16 da *Actualidade*, e abrir isso onde começa o martírio de Balzac. Não me demoro a mostrar-lhe que tudo aí tresanda bafio francês, sem um torneio de frase portuguesa, sem um ressalto que denote primor, ou sequer um dizer que não venha gafado de construção galicista. Isso é o menos. Vamos às tolices mais lerdas:

Balzac, descrevendo um sujeito, dá a razão do epíteto nestes termos:

Il ne se rencontre en effet chez lui ni lumière trop vive, ni obscurité complète.

E vai agora o Sr. Silva Pinto, parvoejando, traduz:

Efectivamente, estão banidas por ele de sua casa tanto a luz demasiado viva como a escuridão completa.

Viram? *Chez lui* – de sua casa. Incrível!

Balzac, interpretado por um português medianamente versado na sua língua, quis dizer:

Não há que esperar deste homem grandes luzes nem grandes trevas.

Mas… *a casa do homem*! Quando quis Balzac saber se o sujeito tinha luz ou estava às escuras em casa? Quem estava em escuridão completa sabemos nós.

Adiante.

Balzac descreve uma senhora rodeada de homens desvanecidos, gentis, espirituosos, de notável fama ou nome ilustre, de baixa e alta condição, e acrescenta:

Auprès d'elle tout a blanchi.

O Sr. Silva interpreta assim a frase:

Tudo isto via embranquecer à beira dela os próprios cabelos.

Quer dizer: *àqueles homens, quando conversavam com aquela senhora, embranqueciam-se-lhes os próprios cabelos*.

Esta sandice faz-me compaixão. Se vejo outra assim, emigro.

Balzac queria dizer: todos estes homens de prestígio, de galhardia, de renome, aos olhos dela, *tout a blanchi*, «eram como se fossem velhos». Não lhe inquietavam o coração, não lhe perturbavam a serena indiferença, etc.

Adiante.

Referindo-se à insensibilidade desta dama, acrescenta Balzac: *Certaines femmes coquettes sont capables de suivre ce plan-là.* O autor quer dizer: *Certas mulheres galanteadoras têm artes de dissimular os mesmos jeitos*; mas o Sr. Pinto, subtraindo o *coquettes*, que dá o relevo ao confronto, diz espalmadamente:

Há mulheres capazes de seguir... aquele plano.

Chatíssimo.

Balzac diz que Eugène de Rastignac *avait plus d'une fois regardé la marquise de manière à l'embarrasser*.

Tradução do centauro:

Olhava de quando em quando a marquesa de modo capaz de embaraçá-la.

Há aqui um fartum de rapaz de escola, que faz engulho. Como é que os olhos embaraçam a dama? Com os rudimentos da língua, um tradutor menos soez diria:

Fitou-a algumas vezes de modo que a inquietou, ou *enleou*, ou *perturbou*. Abstenho-me de extrair dos dicionaristas as indecências subentendidas na frase *embaraçá-la*.

Adiante.

Balzac diz que o personagem *était commodément assis, et avait les pieds le plus souvent sur ses chenets que dans sa chancelière*.

O tal Pinto estraga desta arte:

Estava comodamente sentado e aquecia mais frequentemente os pés no braseiro do que no traste forrado de peles, destinado para tal fim.

No traste forrado de peles!

Chancelière – uma palavra diluída em nove!

Podia ele, avizinhando-se da índole da língua, traduzir *capacho*, ou *ceirão de felpo*, ou guarda-pés, ou *peliça*, por analogia com os mantos forrados de peles; mas... *traste*! Salvo seja!

E traduzir *chenets* por *braseiro*!

Este braseiro deu-lhe provisão para tolejar à larga, e afogar no tinteiro as palavras que não percebeu.

Logo em seguida, escreve Balzac:

Oh! Avoir les pieds sur la barre polie qui réunit les deux griffons d'un garde-cendre, etc.

Querem ver o que é uma tradução sovina?

Oh! Conservar os pés junto ao braseiro... E acabou-se

Aqueles *grifos* embucharam-no, ao bom do Pinto! Passou por aquilo como o leitor e eu pelas legendas árabes da Sé Velha de Coimbra. Com a sua cristalina ignorância, privou o leitor de entender o suave sibaritismo do persona-

gem que, refestelado na poltrona, recostava os *pés no varandim lustroso que entreune os dois grifos do cinzeiro*. Percebeu ele que os fogões têm um receptáculo, que recebe a cinza, ao través de uma grelha, e que os há ladeados de figuras que formam entre si o apoio dos pés? Não percebeu nada.

Senhores leitores de Balzac, segundo *A Actualidade*:

O homem que nos vai apresentar o autor da *Comédia Humana* vestido de farrapos bordalengos é esse que aí fica... às *moscas*, até ao número seguinte.

Agora, duas palavras graves.

O Sr. Teófilo Braga mandou acorrentar este *house dog* à porta da *Actualidade*. Fez mal. Eu tinha-me recolhido mansamente ao silencioso espanto das arrancadas que os cafres faziam no campo arroteado pelos Castilhos, Garretts, Herculanos, e outros somenos lidadores dessa ala que aí está exposta às injúrias de tanto biltre. Era meu propósito deixá-los cavar a sepultura deles com o seu próprio escoucear frenético.

Logo, porém, que o rafeiro mais refilado da matilha me latiu à sombra, quando eu nem sequer o estremava dos anónimos que desprezo, sacudi-lo-ei à cara dos que o açulam e fá-lo-ei portador das minhas carícias aos que o alimentam, em conformidade com o provérbio: *An hungry dog will eat dirty pudding*.

Noites de Insónia, Porto, Março de 1874

Alberto Pimentel

Camiliano de gema, e de bibliografia variada, Alberto Pimentel (Porto, 1849 – Queluz, 1925) passou d'*O Primeiro de Janeiro* ao *Diário Ilustrado*, também jornal notável (Lisboa, Junho de 1872 a 1910), donde retirou alguns textos para a composição de *O Capote do Snr. Braz* (1899). Uma das "Cartas da Foz" (15-VII-1875) torna-se, no livro (p. 84-90), "(Carta ao *Diário Ilustrado*)".

César ou João Fernandes?

De como o autor, estando na Foz do Douro, viu o país hesitante entre o snr. bispo de Viseu e o snr. Anselmo Braamcamp.

Meus amigos: – Agora mesmo acabo de espraiar a vista por esta formosa vastidão do oceano que se estende desde o princípio do Cabedelo até à praia de Leça, e ainda me sinto surpreendido de ver que, sendo tão harmoniosas as criações divinas, o mundo físico se conserva plácido e desanuviado à hora em que terríveis evoluções políticas agitam profundamente o mundo social! Diz-se que o homem é o rei da criação, que o homem domina a natureza por meio da electricidade, do vapor e do pensamento, que logrou converter em alavanca de Arquimedes, e, santo Deus!, a natureza, que ele em verdade conseguiu dominar cavando as rochas do monte Cénio e as areias do istmo de Suez, revolta-se num momento contra a ditadura humana, como o duque de Saldanha contra o governo histórico e o volscos contra Tito Lárcio, e estadeia-se formosa e serenamente, livre do jugo opressor, zombando tacitamente da antiga tirania!

Pois tu, ó mar, que estremeceste sob as quilhas das naus descobridoras, tu, que tiveste de sujeitar-te resignado ao domínio português desde a Europa até à América, tu, que aprendeste a amar o pavilhão das quinas desfraldado tantas vezes na solidão majestosa das tuas águas, tu, ó sublime revoltoso, esqueces num momento a tua velha sujeição amorosa à nossa bandeira e ao nosso nome, e não entoas uma ténia sentimental, e não te cobres com os crepes do luto à hora em que a política portuguesa treme no pedestal vacilante do snr. bispo de Viseu! Se eu fosse frei Pancada, havia de fustigar-te agora com o açoite da

minha cólera! E olha que, sendo eu Pancada, havias de ficar moído. Não, meu pobre oceano, mas, por agora, deixar-te-ei em paz, porque tu és obra de Deus, do Deus todo bondade e amor, cuja existência tu pregoas e louvas, e porque tu és a riqueza dos infelizes pescadores que neste momento enfileiram as suas velas brancas na linha azul do horizonte, e porque tu és proveitoso à humanidade doente desde que ela vem lavar os seus apostemas na tua onda medicinal. O certo é que tens razão! Para que havias tu de preocupar-te com a dissolução do centro reformista de Viseu, tu, o grande fenómeno eterno, a sublime majestade das águas, que só deves render culto ao que também é grande, eterno e majestoso?

Algumas evoluções políticas há que são bolas de sabão e se desfazem no ar. Todos nós estamos agora a olhar para cima à espera de ver cair o snr. bispo de Viseu, com o seu centro ou sem ele, no meio de uma grande esfera transparente e luminosa, feita de espuma de sabonete inglês. Ainda tinhas motivo para te deixares impressionar, ó formoso Atlântico, se lesses os jornais da oposição atentamente, e ponderasses a gravidade dos acontecimentos que se preparam no Porto, manifestações terríveis contra o ministério, evoluções políticas das mais graves e funestas para a situação, tal como é a convocação de um grande *meeting* popular, caso estupendo que deixa a perder de vista a dissolução do centro reformista de Viseu, e de todos os centros, incluindo o da própria Terra e o do Teatro da Rua dos Condes. Por isto ainda valia a pena incomodares-te, porque, enfim, tu deves ao Porto a delicada paciência de te perdoar todos os sinistros que tu causas na foz do seu Douro, e o Porto periga, ó temeroso Neptuno, e o Porto agita-se, e o Porto revoluciona-se, porque já ouve à distância os clarins dos dois regimentos que vêm reforçar a sua guarnição militar para estrangularem na garganta do *meeting* o verbo audaz que há-de fulminar o governo regenerador.

Ah, meus caros colegas, não se imagina aí o alvoroço que vai no Porto por causa do *meeting* e da tropa. Fecham-se as janelas, trancam-se as portas, e os estabelecimentos bancários, visto não poderem sustentar-se por mais tempo, aproveitam esta ocasião para... fechar-se de vez. Não há transacções, não há bailes, não há teatros, e até um deles, o da Trindade, preferiu arder a ver-se fechado, tamanho foi o seu desgosto! Há nos olhos de toda a gente as mais dolorosas interrogações, e no espírito geral uma ansiedade imensa e profunda. Todos se compreendem sem se falarem. Um sujeito que cumprimenta outro, tão expressiva e lugubremente tia o chapéu, que parece dizer-lhe:

– Quando chega a tropa?

E o outro, cumprimentando-o não menos sinistramente, parece perguntar-lhe:

– E o *meeting*, quando se faz?

Dentro dos *americanos* toda a gente lê avidamente os jornais, e, quando os olhos se encontram com os dois regimentos que a oposição equipou, descoram as faces, intumesce-se o seio, acelera-se a circulação, como se aqueles soldados não fossem simplesmente de... papel.

Oh, horror!

Quem irá falar ao *meeting*?

Ainda que se não fale, é o mesmo; basta lá ir toda a gente para dar cabo da *regeneração*. Há-de ser pior que uma montaria aos lobos.

O *meeting* há-de fazer-se, o governo há-de cair, e a oposição há-de triunfar.

Isto está escrito.

A tropa entrará arrogantemente, guiada pelos seus tambores-mores barbaçudos e negros, e os soldados vergarão ao peso das mochilas, e as mochilas ao peso dos cartuchos, e os cartuchos ao peso de... si mesmos.

Há-de ser mesmo assim.

Francamente, tudo isto é ridículo, e parto monstruoso da mais canhota fantasia política.

Nem o Porto, em cujos muros a artilharia portuguesa escreveu desde o princípio deste século as mais gloriosas façanhas da nossa história militar, baixava à fraqueza de se intimidar com a invasão de dois regimentos, nem o snr. Fontes, cujo tino político e superioridade governativa são proverbiais, ousaria arremessar à face da leal cidade tão pungente insulto.

O que é verdade, meus amigos, é que o Porto está tranquilo e contente de ver nas cadeiras do poder um ministério desde muito empenhado em beneficiá-lo quanto possível. Diga o que disser a oposição. O silvo das locomotivas, que atravessam as campinas verdejantes do Minho, e as paragens um tanto agrestes do Douro, fala mais alto que todas as paixões políticas, e, se isto não bastasse, e se isto ainda fosse pouco, a resposta mais eloquente e completa a todas as acusações seria a espontaneidade com que a praça do Porto concorre a depositar nas mãos do Estado os seus capitais. Ao mesmo passo que grandes melhoramentos materiais, realizados nas províncias do Norte, ainda têm o bom povo portuense, para assim dizer, na surpresa do primeiro momento, chegam, e são lidas avidamente, as notícias das providências sabiamente adoptadas para atalhar a terrível crise que se anunciava no Algarve. Tudo isto é grandemente consolador.

Depois, o povo sabe também que o exército deixou de ser uma fantasmagoria para se volver uma realidade; que o serviço público é feito com uma

regularidade que jamais atingiu, e que os funcionários, estimulados pela actividade dos ministros, não vêem já cerceado o pão de seus filhos pelo facalhão viseense de sanguinolenta memória.

É por estas razões ponderosíssimas que o povo não chorará uma única lágrima de saudade política sobre a memória do snr. bispo de Viseu, se efectivamente o centro reformista o levar para o seu santo reino, nem foi às Devesas esperar a comissão do Partido Histórico que veio assistir ontem às exéquias do snr. duque de Loulé, e vai hoje, como os jornais anunciam, tomar parte no espectáculo que deve realizar-se no Teatro do Príncipe Real.

Ó deuses imortais! Que triunfos que não irão esta noite no teatro da Rua de Santo António, quando o *excelentíssimo presidente e mais membros do Partido Histórico*, segundo a frase dos anúncios, receberem em seus braços, trémulos de comoção, as níveas pombas e as gloriosas coroas que os espectadores e os artistas hão-de arrojar delirantemente para o fundo do camarote, armado de paninho vermelho, em que suas excelências hão-de tomar assento!

Amanhã, os arames comunicarão para Lisboa a bambochata do Teatro do Príncipe Real, e de amanhã em diante o país, finalmente convencido, estremecerá de ansiedade e impaciência pelo governo do folgazão Partido Histórico, o nosso bom país, unicamente vacilante neste momento por não saber se há-de chorar o senhor bispo de Viseu ou aplaudir o senhor Braamcamp.

Foz do Douro, 11 de Julho de 1875

Diário Ilustrado, Lisboa, 15-VII-1875

Cristóvão de Sá

Pseudónimo de António Manuel da Cunha Belém (1834-1905), o mais conhecido Cristóvão de Sá foi retratado por Bordalo Pinheiro (*O António Maria*, vol. I, nº 6, 17-VII-1879).

A Moda

Caprichosa, leviana, fútil em aparências, se quiserem, nem ela mesmo tem consciência do seu enorme poderio! A moda é uma religião e um culto, é um código político e um tratado de diplomacia, é um compêndio de moral social e, ao mesmo tempo, um dos mais erguidos padrões de civilização. A moda é um barómetro do progresso, um documento da perfeição da humanidade, uma bandeira arvorada triunfantemente sobre o grande edifício da história.

Se o homem nasce mau, como diz Hobbes, tem a moda para o corrigir; aquele fino esmeril pule o diamante bruto do espírito, que serviria só para cortar com as suas arestas duras, antes de ser cuidadosamente facetado em mil brilhantes superfícies, em que a luz se reflecte e se refrange nos mais vistosos cambiantes. A moda é o elo que prende os homens à sociabilidade pela civilização, é uma alavanca poderosa da economia política, que coopera suavemente para o equilíbrio dos valores, é uma grata preocupação do espírito, que o afasta de cogitações más ou de pensamentos ruins, é pretexto para muitas aproximações de onde surge o bem, é simultaneamente filha e mãe da civilidade, que é a higiene das relações sociais.

Citam, por vezes, uns entes, lamurientos, tenebrosos e pessimistas, o exemplo de alguns a que a moda perdeu ou transviou, e daí inferem argumento para a condenar! Deplorável argumentação! Por tal raciocínio, também o Sol, que nos aquece e aviventa o mundo, que nos dá luz e alegria, deverá ser apagado do firmamento, visto que a mais de um têm prejudicado os seus raios dardejados com imenso calor; também o pão, que é, porventura, o nosso maior sustento, deverá ser banido das nossas mesas, visto que mais de uma pessoa tem tido com ele indigestões; também o mar, o imenso tesouro do mundo, se deverá secar, porque não são poucos os que nele têm perecido afogados. Do abuso ou do mau uso de uma coisa boa não se pode inferir a sua ruindade; boa é a faca como instrumento de trabalho, péssima como arma de homicídio;

bom, excelente é o petróleo que ilumina a oficina e detestável se torna quando incendeia cidades, derramado pelas mãos das fúrias da revolução ou vomitado pelas fauces dos canhões devastadores.

Mas se a moda é uma benéfica divindade, porque há-de ser, na essência e na índole, tão volúvel e caprichosa? O bem é imudável como a verdade, de onde dimana, como Deus, de que é um sorriso.

É porque a moda é a mulher e à mulher fadou a providência e a natureza para o capricho e versatilidade. O *souvent femme varie* do rei francês, que mostrou ser tão mau galanteador, como detestável poeta no segundo verso que segue este; o *souvent femme varie*, que tem sido decorado pelas gerações como estigma e censura ao sexo feminino, é apenas a afirmação de um facto, que a ciência, nos seus processos desapaixonados, explica e que é, porventura, a mais adorável qualidade da mulher. Varia o progresso, varia a civilização, todo o adiantamento moral ou material é uma perene variedade. Só o remorso, o fanatismo ou o crime são estacionários; varia o Sol de posição na abóbada celeste pelas diversas horas do dia, pelas diferentes estações do ano; variam as flores que esmaltam os prados, as verduras que revestem os campos, as folhagens que embelezam os arvoredos; varia a face pálida e suavemente melancólica da lua, que cada noite nos filtra na alma comoções dulcíssimas; variam os trilos do rouxinol, os gorjeios da toutinegra, o doido adejar das avezinhas; variam as mariposas nas suas constantes metamorfoses e só não varia o aspecto lúgubre da pedra sepulcral ou a coroa de perpétuas que engrinalda a cruz dos mausoléus; só não varia o pio agourento do mocho ou o lutuoso crocitar do negro corvo, só não varia o gusano dos túmulos! A variedade é a alegria e o bem, a tristeza e o mal é que são estacionários. Variam os coros dos anjos, não variam as imprecações de Lúcifer.

Se a Grécia antiga, no seu poético sensualismo, não prestasse tão absolutamente o culto à beleza natural, não faria sair Vénus, em completo estado de nudez, das alvas espumas do Mediterrâneo; e daria por berço à divindade, que simboliza a moda, a elegância e o bom gosto, o cálice de uma rosa, de onde saísse uma borboleta de asas iridiadas. O conjunto da frescura, do perfume, da versatilidade, do colorido: a aliança da flor que passa e do insecto que voa; um vegetal com asas e um animal com pétalas; a seiva que vem da terra e a cor que vem da luz; o movimento ligado à evolução, a metamorfose associada com o capricho; o voo que fascina e o aroma que voa; a púrpura e as gemas, o efémero na rosa que se reproduz cada ano e na borboleta que se transforma em cada período; duas fascinações sem monotonia e duas versatilidades harmónicas.

Mas o que não fez a mitologia pagã fê-lo a civilização hodierna e a moda completou a mulher. O grande romancista-pensador Alphonse Karr demonstrou, com as esplêndidas cintilações do seu génio, que não havia mulheres novas, nem velhas; que só havia mulheres de espírito. Ora, se o espírito é o adorno da alma, a moda é o espírito do corpo. Na plástica, também não há mulheres novas nem velhas, há apenas mulheres que trajam com gosto ou sem ele. A moda é o realce da beleza e a prudente dissimulação da fealdade. Realçar o que é belo, que melhor ocupação? Disfarçar o que é defeituoso, que mais assisado empenho?

Mas se a moda, como culto do bom gosto, é uma religião, carece de sacerdotisas, como tem neófitas, sectárias, energúmenas e até fanáticas. O fanatismo é o mau exagero do bem, que só pode ser condenado. As energúmenas da moda são as pretensiosas, as ridículas, as que não têm a sublime intuição do belo para lhe saberem apreciar o alcance dos ditames e a significação moral; não é para essas que a moda campeia no seu trono de luz, de flores e de risos. É para as outras, para as que têm por evangelho a elegância, na sua simplicidade artística. São essas que recorrem com eficácia à catequese da sacerdotisa, da iniciada nos mistérios do culto.

É para elas que o templo tem abertos de par em par os seus áditos.

As verdadeiras crentes, as fervorosas adoradoras da divindade, que têm sempre, perante os seus altares, acesa a pira inextinguível, conhecem onde se celebram os mistérios da arte, onde se pratica o ritual do culto e sabem como, em Portugal, país civilizado de iniciativa própria no bom-gosto, se encontra quem possa competir primazias com as famigeradas celebridades francesas. Houve uma senhora que quis aclimatar a moda, planta exótica, tornada indígena à força de perseverante cultura; essa senhora, não o ignoram as damas elegantes, é a sr.ª D. Maria Cecília de Almeida Fernandes, cujo estabelecimento, na Travessa de Santa Justa, 61, reúne o que há de mais belo, de mais cómodo, de mais novo, de mais variado, de mais pronto e de mais pontual. A moda, que não pára, é exigente de tempo. A ocasião passa, quase tão rápida como chega, e a presteza em aproveitá-la é uma condição essencial. Também a moda, como culto universal, não pode ser apenas privilégio das classes favorecidas pelos sorrisos da fortuna e, por isso, a variedade de sortimentos e de atavios ao alcance de todos os haveres – porque a moda é a elegância e não a riqueza, porque deve ser compatível com a opulência, tanto como com a mediania – é a circunstância essencial das preferências com que é favorecido aquele estabelecimento bem-fadado, onde se operam maravilhas de criação, de transformação, de reparação e de celeridade. O que hoje era peça de fazenda é amanhã traje completo; o que era hoje velho parece novo amanhã; o que eram

hoje elementos dispersos é amanhã sistema harmónico, artístico. É escolher ou deixar a escolha à directora e proprietária do estabelecimento, é fixar o tempo em que se deseja ver realizado o capricho ou a necessidade e, por mais fabulosamente curto que pareça, a maravilha há-de realizar-se, porque as operárias daquela casa de trabalho têm, como o Argos, cem olhos para velarem sempre, como o Briareu, cem braços para não descansarem nunca.

Se servem o culto da moda que não adormece um instante, que não repousa um momento! A actividade é o seu timbre e por ela se realiza o segredo da religiosa e encantadora pontualidade.

Mas, por ser um sacerdócio, não deixa de ser uma indústria este serviço prestado à religião da moda. A artista paira nas regiões ideais do bom gosto, o industrial vive na esfera positiva das leis honradas do comércio. Este conjunto harmónico seria indispensável ao bom andamento do estabelecimento. Enquanto a modista, de que tantas vezes e com tão subido elogio se têm ocupado os principais jornais do país, cuida do corte, dos preparos, da feitura, dos enfeites, do trabalho artístico, seu marido ocupa-se desvelado dos fornecimentos de fazendas, de adornos, de flores, de fitas, da pontualidade dos seus compromissos comerciais, do alargamento da sua auspiciada indústria e ora enriquece o estabelecimento primitivo, ora funda casas filiais, como a que acaba de abrir na cidade do Porto, na Calçada dos Clérigos, 84 a 88, para maior comodidade e mais pronta satisfação das encomendas das suas numerosa freguesas nas províncias do Norte, e o sr. Marcos Maria Fernandes, que tem o justo desvanecimento da cooperação eficaz no progresso e bons créditos do estabelecimento, que é seu e de sua esposa, nobilita-se e enobrece-se por essa coisa boa, santa, honesta, que se chama o trabalho, que é sentença comum da humanidade, que é alegria e dever, que faz bem ao espírito e levanta a consciência.

Aquele templo da moda é templo do trabalho também; simboliza a civilização e o progresso; o bom gosto e a actividade, o sentimento artístico e a actividade industrial. É a um tempo frívolo como a moda e sério como o comércio, tem simultaneamente flores e frutos, tem utilidade e deleite, é oficina e salão, agrada às elegantes e proporciona o pão às operárias, é estabelecimento de modista e serve a causa da civilização, é casa de trabalho e serve a causa da sociedade e, por tal motivo, é duplamente digna de toda a estima e preferência com que, de há muito, o favorece a opinião pública e com que o tem festejado a imprensa, na sua missão de divulgar e apregoar o que é útil e bom e merecedor das simpatias gerais.

A Revolução de Setembro, Lisboa, 9-VI-1878

Guilherme de Azevedo

Guilherme de Azevedo Chaves (1839-1882), poeta e jornalista, é um modelo do género, sobretudo na "Crónica Ocidental" (que editei com este título, em volume, Lisboa, 2016) da "revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro" que se pretendeu *O Ocidente* (Lisboa, 1-I-1878/30-XII--1914). Extraio uma do n.º 50.

Crónica Ocidental

Continuamos a escrever sob uma temperatura de oito acima de zero, fantasiando o que poderá ser esse frio polar de que tanto as crónicas de Paris, como as da cidade da Guarda, nos dão conta todos os dias!

Em Paris, o Sena ora descongela, ora torna a gelar e em Trás-os-Montes acontece a mesma coisa com as autoridades e com os rios. Os srs. coronéis mandam adiante de si um troço de soldados praticar um caminho por entre as avalanchas de neve e os lobos chegam à extremidade de vir pedir providências aos governadores civis, que respondem a estas súplicas organizando montarias contra as feras, tal qual, de quando em quando, costumavam fazer contra os eleitores.

Entretanto, diga-se, em abono da verdade, que Paris sabe tirar mais partido da calamidade do que as autoridades da Guarda, tanto sob o ponto de vista pitoresco como sob o administrativo, tendo chegado quase a fazer do gelo um artigo de moda, um artefacto para uso de gente de bom-tom. O frio começa mesmo, por assim dizer, a vir nos figurinos, de forma que, daqui a pouco, será quase uma coisa indigna usar o sol. Tomar-se-á isso como uma prática burguesa, própria de gente sem educação e sem peliças.

É esta a grande força de Paris, fazer de uma calamidade um passatempo, coisa que as outras cidades ainda não chegaram a conseguir.

Quando são vítimas de uma catástrofe, o mais que fazem é uma subscrição.

Lisboa, neste momento, está na posse de todos os encantos que de ordinário lhe mantêm a sua fama – na província. Além do esplêndido sol do Aterro,

que vários dos seus habitantes se comprazem ainda em tomar uns dias por outros, as casas de espectáculos proporcionam à população todos os passatempos sugeridos pela fantasia que fingem ter.

S. Carlos, D. Maria, o Ginásio, a Rua dos Condes, o Príncipe Real, o Circo, desafinam o apetite da imaginação popular por todas as formas honestas prometidas pelos regulamentos, patenteando tudo o que o génio e a invenção humana têm produzido de mais elevado e de mais cómico, passando por todas as gradações da fantasia, desde o *Profeta* de Meyerbeer até aos cães sábios de Mr. Bellonini.

Há, ainda, casas de espectáculo que vão mais além e entram pelos domínios do bizarro e do burlesco sem restrições. *Verbi gratia*, os Recreios e o Parlamento, aonde o *preto de olho branco* e a nova *fornada* de pares dão, quotidianamente, pasto à hilaridade pública, com os esgares das suas atitudes imprevistas.

É certo, e eu sou o primeiro a reconhecê-lo, que o espectáculo da *fornada* tem certas qualidades que lhe dão um lugar à parte no mundo da bambochata, bastando ser um espectáculo que entra na ordem das instituições para ser feito com um esplendor a que não podem chegar uns modestos empresários sem subsídio consignado na Carta. Entretanto, o *preto do olho branco*, na ordem das coisas excêntricas, não me parece menos apreciável, se bem que seja apenas um preto teórico, tal qual muitos outros que nós conhecemos.

As pugnas parlamentares ainda não começaram; todavia, debaixo do ponto de vista político, as rixas partidárias continuam a ser, nos jornais, o que as partes de polícia dizem que as particulares são, de quando em quando, no bairro de Alfama.

Parte do jornalismo, principalmente nos artigos de fundo, continua a achar-se intransitável. Ninguém por lá pode passar sem ir munido de apito e especialmente as senhoras vêem-se na impossibilidade de chegar... ao folhetim, para não ouvirem as descomposturas desbragadas que as vizinhas dos andares superiores trocam entre si!

Cada tinteiro de redacção política devia ter dentro, pelo menos, uma patrulha. Fazemos este pedido às autoridades constituídas em nome dos chefes de família que, às vezes, tristes incautos, assinam para uma folha e vêem entrar pela porta dentro um artigo de polémica de ponta e mola!

Estamos, enfim, no pleno gozo de uma esquadra inglesa, prazer por que há tanto tempo suspiravam todos os que, além de uma afeição profunda pela Grã-Bretanha, nutrem no fundo da alma uma casa de roleta.

Havia quem desconfiasse de que a Inglaterra, a dominadora dos mares, depois de afrontar a senha da Rússia, cansada dos desastres do Afeganistão e da Zululândia, se não atrevesse a mandar mais couraçados ao Tejo, receosa de perder o seu predomínio na *branca* contra a *preta*. Como se vê, era uma previsão infundada e, se a *altiva Albion* porventura foi um momento acometida por esse receio vão, o couraçado *Minotauro* aí está para nos certificar de que a Inglaterra ainda se sente com ânimo de afrontar o próprio *zero* que seja!

Havia já sentimentalistas que exigiam o extermínio das casas de jogo, como meio único de restabelecer a confiança no ânimo vacilante da nossa *fiel aliada*. Realmente, é levar muito longe a *diplomacia do coração*! Dir-se-ia que os couraçados ingleses são tripulados por coros angélicos e que o pavilhão que a gente supõe ser o do almirante Hood é apenas o do arcanjo Gabriel!

Que desgosto para a polícia se ela, entretanto, se visse um dia obrigada a praticar esse acto de crueldade, simplesmente para salvaguardar a bolsa da *inocência* inglesa! Sim, porque se pode dizer da polícia o que um poeta, num excesso de entusiasmo, já uma vez disse da Ristori e da tragédia: a batota e a polícia morrerão no mesmo dia!

Meus caros srs. O verdadeiro é deixarmos a Inglaterra jogar à sua vontade. Quem dá o exemplo é o Lord Disraeli, o primeiro batoteiro do nosso século, logo depois de Bismark. Doutra forma, a querermos impedir que ela resvale no caminho do vício, teremos de impedir que ela nos beba o nosso vinho e nos coma as nossas possessões.

Nós damos-lhe um magnífico sol, proporcionamos-lhe um magnífico lago para as suas esquadras vogarem como cisnes, recolhemos carinhosamente os seus filhos ébrios nos fofos arminhos das esquadras policiais, sustentamo-la com bocadinhos da Índia para lhe entreter a debilidade, projectamos bailes em seu louvor, que muito é, pois que os seus lobos-do-mar arrisquem o soldo de um dia na *dama* contra o *rei*!

Também os seus estadistas apostaram pela Turquia contra a Rússia e ganharam a ilha de Chipre.

Se ganharem por cá meia libra já não perdem o tempo.

Agora que tanto se discute o futuro das nacionalidades e que a independência dos povos está em *jogo* – como tudo o mais –, não será fora de propósito mencionar um facto que, de certa forma, se relaciona com a nossa autonomia, no que ela tem de mais *ruidoso*, nos tempos modernos.

Só em Lisboa e seus arredores se contam cento e sessenta filarmónicas, legalmente constituídas! Não representará tão grande soma de trombones reunidos um verdadeiro penhor da nossa independência? Não representará se-

melhante massa de instrumentos de vento e de pancada a mais sólida garantia contra os desígnios perversos que o leão de Castela nutria, porventura, a nosso respeito?

Com cento e sessenta filarmónicas na fronteira, não há país algum que tema uma invasão. Agora se vê que não têm sido improfícuos os esforços que os governos de todos os matizes políticos têm empregado para encorajar estes beneméritos da pátria, servindo-se das pugnas eleitorais para os ensinarem a acertar com o caminho da glória, errando o compasso.

O Ocidente, Lisboa, 15-I-1880

João de Azevém

Da lisboeta *Crónica Moderna*, "revista crítica ilustrada do ano de 1881", aqui, n.º 6, 6-II-1881, trago à luz autor escondido, que nenhum dicionário de pseudónimos desvela.

Crónica Parlamentar

I

Na segunda feira à noite, anunciou-se que o sr. Vaz Preto prometera dizer *as últimas coisas* ao sr. José Luciano, na sessão da Câmara dos Pares.

E, como todos sabiam que aquele nobre par arremessara, a este nobre ministro, há um ano, tudo quanto pode lembrar de mais ofensivo em português, esperava-se que, na terça feira à tarde, s. ex.ª enriquecesse o *idioma* de José Agostinho de Macedo – aliás, neste género, riquíssimo – com alguma *praga* nova.

Encheram-se as galerias. Mas o sr. José Luciano não apareceu.

Por isso, o sr. Vaz Preto amarrotava entre os dedos uma lista de *novíssimos impropérios parlamentares*, que levara para aplicar àquele ministro, enquanto enchia de inextricáveis orações incidentes os períodos de cogulo da sua eloquência constituinte, por exemplo, entre os quais se via, a espaços, passar, esgrouviada, a figura do sr. Braamcamp.

Por tal forma cortês e inocente falou o sr. Vaz Preto, que, no dia seguinte, o *Progresso* lhe dirigia, filha da longa experiência desta folha, no género, a seguinte frase:

«As paixões irritadas prejudicam muito mais quem se deixa apossar delas do que as pessoas contra quem se expandem.»

Em seguida, ergueu-se a figura seráfica do sr. Pires de Lima. A cara deste novo par daria, em França, um excelente jesuíta de exportação.

S. ex.ª lamentou que a Câmara, havendo tanta questão importante a estudar, perdesse tempo em discutir a *resposta ao discurso da Coroa* e, por isso, passou hora e meia a falar da sua própria pessoa.

O sr. Pires de Lima, que estava, ao começar o seu discurso, de paletó, e que tinha as calças um pouco enlameadas, disse que vinha do magistério da Universidade e da Travessa da Horta, n.º 13, 2.º andar: S. ex.ª preparara-se em Coimbra, com a discussão teológica das *Provas da Existência de Deus*, para a votação do Caminho-de-Ferro de Torres Vedras.

Neste ponto interessante do discurso, várias pessoas tossiram nas galerias: o sr. duque de Ávila demonstrou imediatamente que o regulamento da Câmara, prevendo a entrada próxima no pariato do sr. Pedro Franco (Xarope James, da melhor qualidade, em Belém) não permitia uma tal demonstração.

Ao passo que o sr. Pires de Lima, como ele mesmo o declarou, enchia o mundo de utilíssimos trabalhos na Cadeira de Teologia e na Bula da Santa Cruzada, o sr. visconde de Chanceleiros – então o soube a Câmara – apenas conseguira ser filho de seu pai.

S. ex.ª o sr. cónego Pires de Lima, esmagando o nobre visconde de Chanceleiros com aquele rancor e aquela ausência de caridade cristã que caracterizam os sacerdotes de fisionomia seráfica, demonstrou mais que ele, cónego, sim, fora um cidadão prestante; as suas obras estão hoje espalhadas pelo país, sem que possa bem saber-se já se é mais celebrado, no Minho, *o útil Pires* ou, no Algarve, *Lima, o profícuo*.

Em seguida, o sr. Pires de Lima disse dezassete vezes que era o *Filho do Povo*. (Drama em cinco actos e um prólogo, representado com aplauso no Teatro da Rua do Condes.)

Terminou o sr. Pires de Lima por misturar habilmente o cavalo branco de Napoleão, o sr. visconde de Seabra, o cavalo de Tróia, o sr. Manuel de Assunção, o chefe do Partido Regenerador e alguns outros sendeiros históricos.

O sr. visconde de Chanceleiros falou então (dada sempre a importância da resposta ao discurso da Coroa e o muito que é necessário discutir em administração pública), falou então apenas da sua pessoa, informando a Câmara sobre o lugar de onde vinha:

(S. ex.ª não disse que era da Cortegana, concelho de Alenquer; mas eu sei que é de lá.)

Asseverou, em seguida, aos nobres pares – mostrando documentos encadernados que mandou buscar por dois contínuos –, e sempre a propósito do discurso da coroa:

1.º – que era, com efeito, filho de seus pais;

2.º – que já tinha sido deputado, que não fora só o sr. Pires de Lima, surriada, etc.;

3.º – que era muito honrado;

4.º – que era muitíssimo independente;

5.º – que era *um alho* (estilo da Câmara hereditária);

6.º – que não só José Estevão o tinha dito, mas também várias pessoas do seu conhecimento.

José Estevão levou, com efeito, a sua excentricidade até ao ponto de profetizar que o sr. visconde de Chanceleiros seria, em Portugal, um segundo Passos Manuel. Parece que o digno par, por motivo de negócios de família, ainda não teve tempo de realizar esta profecia, mas que tenciona fazê-lo logo que possa.

Terminou o sr. visconde de Chanceleiros por dar dois socos sobre uma mesa.

Notou-se com curiosidade, nos discursos dos srs. Pires de Lima e visconde de Chanceleiros, que, tendo os dignos pares dito de onde vinham, se esquecessem de noticiar para onde iam.

A Câmara dos Pares, delicada e prudentemente, absteve-se de lho perguntar.

Seguiu-se o sr. António de Serpa[9], o *grande* ministro da Fazenda do Partido Regenerador.

S. ex.ª, seco, de preto e de pé por trás do sr. Fontes, com aquela voz fanhosa que as altas finanças exigem, falou longamente.

Então, deu-se um caso extraordinário: as galerias estavam cheias de espectadores e a sala não foi acusticamente bem construída. A maior parte da

[9] Sintomaticamente biografado, com retrato, pela *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859), António de Serpa, como era mais conhecido António de Serpa Pimentel (Coimbra, 1825 – Lisboa, 1900), colabora n'O *Trovador*, entrevisto por A. P. Lopes de Mendonça qual «poeta pensador» e «socialista», crente «na emancipação das classes laboriosas» (*Ensaios de Critica e Litteratura*, Lisboa, 1849: 134). Assina, depois, em inúmeros títulos: *Revista Académica* (Coimbra, 1-VII-1845; «Mas é principalmente à escola literária moderna que cabe a glória de fazer da literatura um meio e não um fim, – um meio de aperfeiçoamento moral.»), *A Aurora* (1846), *Revista Popular* (1848), *O Farol* (1848; aí, destila crítica sarcástica), *A Época* (1848), *O Ateneu* (1850), *A Semana* (1850), no diário anticabralista *O País* (1851), *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856), *A América* (1868).

Político sempre em vista e com cargos sucessivos, escreveu sobre finanças no *Jornal do Comércio*. N'*A Pátria* (1856), deixou curiosas "Memórias extemporâneas. Viagem a Lisboa no século XX", profetizando que a nossa vida de sociedade se passaria no botequim, sob o «vapor da civilização» e já não do incenso, «como noutra época» (29-III-1856). No número de 26-II-1856, antecipou discurso sobre a literatura segunda – o artigo intitulava-se "Uma cidade secundária": enquanto o ministro da instrução pública coalha o país de institutos e doutores, num indiscriminado saber universitário, falho de obras originais, os críticos fazem a crítica da crítica, não morrendo, assim, a literatura indígena, «porque se renova incessantemente sem gastar a imaginação».

gente via apenas a face esquálida de velho descrente, de antigo precito, de antepassado réprobo, que o romantismo, os maus versos e os maus orçamentos fizeram ao sr. António de Serpa. Muitos ouviam apenas os sons da sua voz cavernosa e plangente. Por isso, à distância, o ilustre financeiro parecia estar contando uma lamentável tragédia, sucedida em Veneza, ou na Rua do Olival a Alcântara, contra o Doge, ou contra Pacheco, surpreendida pelo Conselho dos Dez – ou pelo hábil Antunes, mas, em todo o caso, terrível e fatal.

E cada vez que o célebre estadista arrancava dos íntimos recessos da alma estas vozes:

– O orçamento, sr. presidente...

– A dívida flutuante...

– O Ministério da Fazenda.

– As alfândegas... Oh! As alfândegas, sr. presidente!

Todos estremeciam, como se escutassem, sinistramente:

– Duas órfãs...

– Os assassinos...

– A mãe debulhada em prantos...

– A tenra criancinha...

O sr. António de Serpa demonstrou, entretanto, que, ao entrarem os progressistas no poder, as finanças portuguesas estavam numa excelente situação. Não disse s. ex.ª, em sua modéstia, que, por isso, ele, orador, se apressara a deixá-las, mas todos o compreenderam.

Dessas *ricas finanças* fugiu o sr. António de Serpa a sete pés – mais 3 do que o que se pode, razoavelmente, exigir de um financeiro português.

O discurso do ilustre par teve, todavia, períodos de uma singular riqueza: nalguns se acumulavam os 2000 contos daqui, com 7000 contos dali e os 18.000 contos de acolá.

O sr. Barros Gomes tomava notas, entretanto, preparando-se a concluir, no dia seguinte, dos mesmos números, as opiniões contrárias.

Depois de todos os seus difíceis cálculos, o sr. António de Serpa referiu à Câmara dos Pares o seguinte caso inesperado:

Os *progressistas* têm-se referido com aleives à Penitenciária.

Editou *Poesias* (1851); *Casamento e Despacho* (1856) e *Dalila*, comédias; *A Questão do Oriente*, 1877; *Alexandre Herculano* e *o Seu Tempo*, 1881; *Questões de Política da Nacionalidade e do Governo Representativo*, 1881; *O Anarquismo* (recenseado no *Arquivo Bibliográfico* [Lisboa, Janeiro de 1895], nº 3); *Napoleão III*, 1895; *Portugal Moderno – A Queda do Antigo Regime*, 1896.

Bibl.: Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautal", *Revista de História das Ideias*, I, Coimbra, 1977: 41-118.

– Pois sabe v. ex.ª, sr. Presidente, e sabe a Câmara – disse o sr. António de Serpa com uma comoção crescente –, sabe a Câmara o que todas as comissões concluíram do exame da Penitenciária? Que aquele edifício *vale muito mais do que o que custou*.

Esta declaração do sr. António Serpa, que é textual e que poderá procurar-se dentro em poucos dias no *Diário das Câmaras*, deu que pensar aos espectadores das galerias. Hoje, correm, a tal respeito, duas explicações:

1.ª – que tinha de mistura prata e ouro o ferro fornecido pelo sr. Burnay, sem que este o soubesse;

2.ª – que, tendo, nestes últimos tempos, aumentado o número dos tratantes, subira correlativamente o das penitenciárias.

O sr. António de Serpa deve dizer ao país qual destas duas versões é a sua.

II

Mas essa primeira sessão foi apenas um prólogo.

Os *grandes* falaram depois, na sexta-feira e no sábado.

Primeiro, o sr. Barros Gomes, ministro da Fazenda.

Toda Lisboa lá estava para ouvir: havia gente escarranchada nas grades das tribunas, sobre os capitéis das colunas, na própria sala das sessões, entre os deputados, pelos degraus da escada da presidência, de cócoras ao lado do sr. duque de Ávila e dentro do *cache-nez* de s. ex.ª.

Sobre cada uma das amplas orelhas do sr. visconde de Soares Franco via-se um espectador. E o sr. Vaz Preto, gordo e magnífico, mal disfarçava, dentro do seu paletó, todo o curioso Partido Constituinte.

O Ministério estava completo desta vez e tinha ares de companhia lírica em noite de ópera de *grande reportório*, com o sr. visconde de S. Januário por barítono, o sr. Barros Gomes por tenor e o sr. Braamcamp por dama – ligeira.

Falou o sr. Barros Gomes.

E, durante duas horas, os mil, e mil, e mil, e mil, e mil, e mais mil e, outra vez, mil e ainda mil e sempre mil e, insistentemente, mil e, de contínuo, mil contos, passavam por diante dos ouvintes. Depois de uma agradável leitura de trechos de relatórios, voltaram, de novo, os mil, os mil, os perpétuos mil contos.

Esta primeira parte do discurso do ilustre ministro fez o efeito de uma sova, dada... Na oposição? Não – nas galerias.

A segunda parte da oração foi menos aritmética, mas mais instrutiva.

O sr. Barros Gomes disse que a aristocracia inglesa *remontava* ao século XV.

(Esta *remonta* foi, sem dúvida, aplicada no sentido em que se emprega a respeito dos corpos de cavalaria.) Pedimos ao nobre ministro que melhore esta sua opinião histórica, quando publicar o seu discurso (*que o orador não reviu*) no *Diário das Câmaras*.

Mais disse s. ex.ª quem era Lord Wellington, tendo, por esta ocasião, sobre Napoleão I (tudo a propósito da última fornada de pares) esta opinião original: que fora *um grande capitão do século*.

Onde, porém, a excentricidade do sr. Barros Gomes mereceu rumores das galerias foi quando asseverou que o nível da Câmara dos Deputados, *comprovado pelas discussões e pelos relatórios*, era *alto*.

Depois de haver falado sobre as finanças e sobre a história de Inglaterra, o nobre ministro da Fazenda falou de si e contou cenas da sua infância, no tempo em que s. ex.ª fora, ainda de fatos curtos, deputado reformista.

Um dia, o sr. marquês de Sá (aquele vulto que etc.) chamou-o e disse-lhe:

– Estude, estude, que há-de vir a ter *algum futuro*.

Algum futuro, confessemos, não era animador. Pois foi assim que o nobre marquês falou ao ilustre Barros.

Sob o peso da própria maçada e sob o ódio de mais de mil pessoas que dormitavam, o sr. Barros Gomes sentou-se.

Então, ergueu-se o sr. Fontes, de preto, correcto, quase diplomático, mas com aquela cara que, apesar do tosão de ouro, há-de negar ao ilustre político a entrada definitiva numa qualquer aristocracia. É, como todos sabem na Europa, por se parecer com o 2.º baixo Reduzzi, que o sr. Fontes nunca será um grande estadista, assim como é por se parecer com o sr. Fontes que o 2.º baixo Reduzzi nunca será um grande cantor.

O sr. Fontes começou, felizmente, estranhando que o governo o acusasse com documentos que não publicava. Mas logo, com aquela ausência de ideias e de imagens que caracteriza o nosso primeiro homem de Estado, s. ex.ª encheu um quarto de hora com as seguintes frases autênticas:

«– Tranquilo no cumprimento do meu dever;

Sossegado na tranquilidade da minha consciência;

Consciente de ter cumprido os deveres do meu cargo;

Sereno em face da Câmara e do país;

Idem; idem; idem.»

III

Na última sessão das três, falou só o sr. Fontes, durante cerca de 4 horas, cheias, muito bem cheias de palavras, que o ilustre par ia acomodando, conscienciosamente, aos pacotes, atados com nastro cor-de-rosa, uns sobre os outros.

S. ex.ª citou vários assuntos e espalhou, a mãos largas, numerosíssimos substantivos.

Que ele não disse coisa alguma é perfeitamente autêntico: consta, porém, que foi por cálculo e por tacto político.

Numa das partes do seu discurso, em que foi mais explícito, orou por este teor:

«– Sr. Presidente: Sobre a legalidade da última *fornada*... *nada* direi;

– Sobre o carácter das pessoas nomeadas pares... também *nada* direi...»

Pois, apesar disto, no resto do discurso, s. ex.ª conseguiu dizer – menos.

Diz-se, geralmente, que o sr. Fontes prometera a várias famílias do seu conhecimento ter, na Câmara, uma imagem mimosa.

Isto não lhe sucedia já há talvez dez anos. Mas, neste discurso, o nosso primeiro estadista fez um esforço, dois esforços, titubeou levemente... e teve-a. Foi assim:

– Sr. Presidente: Na Europa levanta-se uma aura... uma aura... uma aura (8 vezes) vem do sul, sopra do sul... do sul (9 vezes). Essa aura, di-lo-ei com a maior independência a v. ex.ª e à Câmara, em face do meu país e da minha consciência e esta assembleia decidirá depois, em sua alta sabedoria, essa aura... essa aura – (10 vezes) sim, sr. presidente, essa aura vem do sul.

Por vezes, o discurso do sr. Fontes parecia traduzido do francês: assim, s. ex.ª disse:

«– Nós podemos fazê-lo, mas do outro lado do estreito...»

E ninguém sabia se ele se referia a Marrocos, a Inglaterra ou mesmo a Cacilhas.

Por fim, confessou – e o meu país que tome nota – que ele nunca cairia em fazer eleições livres, porque era muito ridículo.

Todo este discurso foi escutado por numerosas senhoras e por cerca de duzentos polícias, que tinham ordem expressa de não aplaudir.

IV

E alguém, à saída, relembrando o nada que havia a lembrar deste grande discurso incerto, disse a um amigo:

– Sabe v. quem é deveras lamentável, uma vez que o Fontes é o nosso primeiro estadista? É o segundo.

Crónica Moderna, Lisboa, 6-II-1881

Alexandre da Conceição

Fino contendor de Camilo, a quem este respondeu em falsete, foi Alexandre da Conceição (1842-1889), ora num folhetim escrito em 2-II-1881 e saído no n.º 50, 6-III-1881, do recém-nascido *O Século*.

O Sr. Camilo Castelo Branco e A Corja

Espíritos sinceros e delicados que terão seguido com desgosto esta violenta polémica levantada entre mim e o Sr. Camilo Castelo Branco a propósito do seu último livro da *Corja*, atentando na maneira cortês e decente como eu encetei esta discussão e na resposta grosseira e brutal que esse pequeno artigo mereceu ao autor do livro tão benevolamente criticado, conceder-me-ão talvez atenuantes à violência das retaliações, mas acharão que esta questão, no fundo, é um pouco questão de copo de água, onde não poderia desencadear-se tão rijo temporal.

É a esses espíritos sinceros e despreocupados que hoje nos dirigimos, para lhes expor que, debaixo desta simples aparência duma dissidência entre escolas literárias, há, para nós, uma elevadíssima questão de princípios, cuja defesa o simples acaso da nossa posição isolada e obscura, como a de uma sentinela nocturna perdida na escuridão de uma floresta, nos impunha o dever de sustentar até à consumpção do nosso último cartucho.

Sob esta etiqueta frívola de *realistas* e *românticos*, está para nós não só uma questão capital de crítica de arte, mas, principalmente, toda a grande luta moderna do velho espírito autoritário, humanista e católico, contra a difusão crescente do espírito científico, austero e disciplinado da filosofia positiva, que vai revolucionando as consciências e que se acha iniciada em Portugal pelos seus mais juvenis e inteligentes trabalhadores.

Esse conflito anda aí latente em todas as manifestações da nossa actividade nacional e esta pendência com o Sr. Camilo Castelo Branco não passa de uma pequena crise parcial desse estado patológico da mentalidade portuguesa.

O Sr. Camilo Castelo Branco é, hoje, em Portugal, o representante mais autorizado do antigo formalismo retórico do velho espírito humanista e letrado que coloca por ideal às literaturas de hoje o *fetichismo* quinhentista e por modelo à produção artística actual o cultismo clássico, as sonoridades ocas, como

as ressonâncias de um túmulo vazio, do estilo académico e obsoleto dos cronistas fradescos.

Toda a sua imensa obra de romancista está sacrificada a esta despótica preocupação da forma. O estilo não é para ele um meio, é o próprio fim de todos os seus livros.

Para o Sr. Camilo Castelo Branco, escrever um romance não é vazar numa obra de arte uma sugestão moral, uma convicção do nosso espírito, uma verdade da nossa consciência, o resultado de uma elaboração intelectual que adquiriu em nós a forte tensão de um entusiasmo, é fazer habilidades de estilo, é vestir com as lantejoulas oxidadas do classicismo as coisas mais pueris e banais, as ideias mais comuns e lorpas, é diluir a mais homeopática dose de concepções na maior porção de água chilra de palavreado obsoleto, é, finalmente, escrever para fazer estilo e fazer estilo para não dizer nada.

Ora, isto que, como caso particular, não passaria de um defeito deplorável em qualquer escritor, é importante como sintoma patognomónico do estado patológico da nossa sociedade. Há três séculos que vivemos na imbecilidade deste cultismo literário e há três séculos que somos a lástima da Europa em todas as manifestações da nossa actividade mental.

Padecemos de uma verdadeira glossite literária, que nos faz inchar a língua, mas que nos esteriliza o cérebro e que nos paralisa os braços. Com pouco mais de nada, temos contribuído para o grande trabalho de emancipação intelectual do espírito europeu.

A nossa vida científica é nula ou estéril, a nossa fecundidade literária não tem dado de si um único produto viável, a nossa vida política é um formalismo hipócrita de declamadores banais e, muitas vezes, desonestos e ignorantes. Não possuímos nem arte nem indústria. Temos o arroteamento do solo entregue à rotina pré-histórica e a educação dos espíritos à narcotização jesuíta do catecismo católico.

Mas temos estilo.

E, então, o estilo dá-nos em ciência o bacharel, no professorado o doutor, em administração pública as portarias palavrosas, na política os salvadores baratos, no parlamento os discursadores ocos, os relatórios altissonantes, a legislação teórica, as reformas inscientes e estéreis, os discursos de estreia, os mancebos esperançosos e a corrupção eleitoral.

Na literatura dá-nos os folhetinistas líricos, os romancistas sentimentais, os localistas pelintras e os vates incompreendidos e vadios. Na arte dá-nos Delguim Fedes, na crítica o elogio mútuo ou o consagrado *recebemos e agradecemos*.

É contra esta crosta de parvoíce monástica e de imbecilidade jesuítica, é contra esta enorme pressão de três séculos de estilo que começa a reagir a ala gloriosa dos dissidentes. É contra este inimigo secular do nosso desenvolvimento intelectual que reage Eça de Queirós como romancista, Bento Moreno como literato, Ramalho Ortigão como crítico, Oliveira Martins como historiador e como economista, Rodrigues de Freitas como deputado e como publicista, Antero de Quental e Guerra Junqueiro como poetas, Bordalo Pinheiro como propagandista, Guilherme de Azevedo como folhetinista, Júlio de Matos, Augusto Rocha, Manuel Garcia, Correia Barata, como homens de ciência, Teófilo Braga, como literato, como crítico, como filósofo, como professor, como publicista, como democrata, e tantos outros espíritos ilustres e disciplinados, cuja enumeração felizmente já seria longa.

E é justamente contra esta falange gloriosa de revolucionários entusiastas, inteligentes e dignos, que o Sr. Camilo, dando largas aos seus pequenos ressentimentos pessoais e arvorando-se em porta-bandeira dos descontentes, que se sentem já sem forças para arcar com este movimento de renovação, se insurge e se irrita, lançando-lhe as suas flechas mais ervadas de insinuações e de ridículo.

Mas qual tem sido a influência do Sr. Camilo Castelo Branco no desenvolvimento intelectual e moral da sociedade portuguesa? Que deve a religião da Pátria a este hierofanta do classicismo?

Como escritor, o Sr. Camilo Castelo Branco, sem que o justifique a sinceridade das suas convicções ortodoxas, colocou sempre a sua pena e o seu talento ao serviço do autoritarismo católico, procurando manter o espírito nacional na imbecilidade da obediência a mais passiva e idiota à disciplina bestial da igreja de Roma, causa primordial da nossa decadência histórica.

Como romancista, o Sr. Camilo Castelo Branco, além da influência perniciosa da sua enérgica propaganda em favor do *fetichismo* clássico, que esterilizou todas as nossas faculdades criadoras observando-as no êxtase sensual do estilo, na adoração pueril da forma erudita e obsoleta, no cultismo académico, convertendo a produção literária num artifício de escola e afastando-a totalmente das simpatias e da colaboração popular, tornou simpático, em muitos dos seus romances e nos seus pequenos trabalhos dramáticos, o adultério das esposas sentimentais e líricas vitimadas à boçalidade dos respectivos maridos e lançou no espírito da sociedade portuguesa o mais injusto, o mais bestial e o mais ingrato dos ridículos contra o *brasileiro*, contra o português repatriado.

Perante esta grande corrente de vida moderna, perante este grande facto económico, que domina toda a nossa história contemporânea, a emigração portuguesa para o Brasil, o Sr. Camilo Castelo Branco, cheio de adjectivos

picantes e de ignorância audaz, não vê mais do que uma aventura quixotesca, fecunda em peripécias cómicas!

Um homem, na plena florescência da vida, abandona o seu país, as doçuras do clima pátrio, a sua aldeia, os seus amigos, os carinhos da sua família, tudo o que o cerca como uma atmosfera de amor, e vai para o Brasil, pobre e desprotegido, pôr todas as forças do seu braço e toda a energia da sua vontade ao serviço da legítima e santa ambição de melhorar de sorte e de ser útil aos seus. No Brasil, tudo se conspira para o esmagar, para o aniquilar: a ardência mordente do sol, a insalubridade do clima, as febres, as epidemias, a pobreza, a concorrência brutal do trabalho, a má vontade dos naturais, todas as resistências e todas as contrariedades. A maior parte das vezes, esses heróicos lutadores sucumbem obscuramente ralados de saudades da pátria, consumidos pela febre ou esmagados pelo trabalho, sem um rosto amigo que os console na extrema agonia. Os que não sucumbem ou que conseguem resistir a esta luta de morte de cada hora contra tudo e contra todos regressam impreterivelmente à pátria, para lhe entregarem fielmente o fruto regado com sangue das suas fadigas em largos anos de exílio e de trabalho brutal! E quando, com os sobressaltos indescritíveis do regresso à pátria, os olhos rasos de lágrimas de alegria, saltam em terra, encontram de frente a figura esguia e aristofânica do Sr. Camilo Castelo Branco de luneta assestada, como um sátiro travesso, a jogar-lhes chufas, a botar-lhes ditos, a disparar-lhe epigramas, a dizer-lhes graçolas, a fazer-lhes troça, a medir-lhes a saliência dos joanetes, a calcular-lhes a espessura dos dedos, a contar-lhes o número dos anéis, a escarnecer-lhes a *gaucherie* dos gestos!

Depois, quando o País quer estradas, é o *brasileiro* que lhas constrói, quando quer caminhos-de-ferro, é o *brasileiro* que lhos subscreve, quando quer compradores para as suas inscrições, é o *brasileiro* que lhas toma, quando quer salvar-se da bancarrota, é o *brasileiro* que o ampara, quando quer esmolas para os seus pobres, é o *brasileiro* que lhas oferece, quando quer monumentos para os seus heróis, é o *brasileiro* que lhos levanta, quando quer finalmente venda para os seus livros, é o *brasileiro* que lhos compra.

E, no entanto, o País, com uma profunda ignorância dos seus mais elevados interesses, bestializado pela tutela sacerdotal e pervertido no seu senso moral pela praga dos líricos, dos românticos, dos sentimentalistas, dos bacharéis, de todos os nulos e de todos os malandros, aplaude as chocarrices do *primeiro romancista da Península* e vai vivendo ao sol, de ventre para o ar, como um lazarone cheio de vermes, do trabalho honrado e heróico do ridicularizado *brasileiro*.

E hão-de os homens novos, as consciências limpas, os caracteres honestos, as inteligências disciplinadas, os democratas severos, consentir por mais tempo nesta perversão do senso moral do País pela retórica palavrosa e pela sentimentalidade estéril e falsa dos literatos piegas?

Não consentem, e isso é que irrita o Sr. Camilo Castelo Branco e todos os Camilos indígenas menos inteligentes do que ele.

Protesta-se lealmente e energicamente contra tudo isso, contra todos esses restos insepultos do jesuitismo nacional, conservado nas instituições, na política, no ensino, nos costumes, na moral, na literatura e na arte.

Fora, pois, os jesuítas que expulsámos e abaixo os jesuítas que conservamos.

O Século, Lisboa, 6-III-1881

Gervásio Lobato

O romancista (1850-1895) de *Lisboa em Camisa* (1890; primeira parte, 13 folhetins n'*O Progresso* / Jornal do Partido Progressista [Lisboa], entre 11-XI-1880 e 1-III-1881, e, segunda parte, outros treze, entre 5-II e 28-V-1882, n' *O Figaro* / Diario Portuguez e Brazileiro [Lisboa]), e teatrólogo cómico, foi também jornalista emérito, sucedendo, por exemplo, a Guilherme de Azevedo na revista *O Ocidente* (aqui, n.º 84, 21-IV-1881).

Crónica Ocidental

Se ainda estivessem compostos os primeiros períodos da nossa última crónica, poderíamos empregá-los aqui perfeitamente, sem que eles perdessem nada da sua actualidade.

O Abril continua com as suas *águas mil*, que lhe deu o rifão antigo e que ele entorna sobre nós com uma prodigalidade que faz corar o sr. Pinto Coelho, mesmo depois do Alviela.

À última hora, porém, a Primavera, que nos vai molhando, apresentou um suplemento de trovoada que, apesar do que diz o sr. Gomes Leal, faz muito mais bulha lá em cima que o sr. Magalhães Lima a orar, cá por baixo.

Um Inverno tenebroso, noites escuras como breu, dias escuros como noite e todas essas escuridões cortadas amiúde pelo clarão faiscante dos relâmpagos e acompanhadas da solfa da trovoada e do estribilho, constante e monótono, das rijas bátegas de água caindo sobre as ruas encharcadas e luzidias.

Os poetas líricos viram-se obrigados a fechar a lira na gaveta e a abrir o chapéu de chuva e apenas o sr. Joaquim de Araújo, um poeta de muito talento, se atreveu a sair à rua, por este tempo, com a sua *Lira Íntima*, que tem tido uma venda extraordinária, como se se tratasse, eu sei lá, de galochas de borracha, por exemplo.

A Semana Santa foi toda molhada, à excepção da quinta-feira, que o sol teve a curiosidade de aparecer lá em cima a espreitar quem andava a visitar as igrejas.

Andava pouca gente e o sol retirou-se logo desgostoso. A Semana Santa em Lisboa passou a ser um pretexto de passeio ao campo. Dantes, era elegante, de bom-tom, visitar os templos e os confeiteiros. As ruas, nestes dias, estavam apinhadas de gente e entrar numa igreja era muito mais difícil do que entrar na Academia. A moda veio acabar com isto, começou pela mocidade, livre-pensadora, que achou *chic* ir, nestes dias, jogar para o Victor, em vez de comer amêndoas no Baltresqui e ouvir sermões em Santa Justa, e acabou pelo povo, que, em vez de aproveitar a enfiada de dias santos para visitar as igrejas e ver procissões, os aproveita em correr as hortas e em visitar a famigerada Perna de Pau.

Na quarta-feira de trevas, à noite, na ocasião em que as matracas estouravam nas igrejas ao apagar da última vela do galo, os *chars à bancs* e as carruagens carregadas de gente fugiam pelas portas da cidade e, por isso, na quinta-feira, se andava muito à vontade pelas ruas e se entrava na Encarnação e em S. Domingos sem se ficar esmagado à porta. E se o tempo inspirasse mais confiança, menos gente haveria. Assim, com as nuvens a chorarem abundantemente, como se estivessem a ouvir os sermões de lágrimas do sr. Conceição Vieira, houve muito quem preferisse a porta da Havaneza aos Seteais e o Castelar à Lawrence.

As procissões fizeram-se quase sem espectadores e sem actores. Poucos irmãos com capa, poucas senhoras pelas janelas, poucos basbaques pelas ruas.

Ainda assim, sempre houve quem representasse o espírito lisboeta e os bons ditos tradicionais, que sempre são inspirados pelo pendão, disseram-se, ouvimo-los no Chiado, no Domingo de Ramos.

S.P.Q.R.

– Senhor, o povo quer república, dizia um.

– São propostas que rejeito, dizia outro.

E, por fim, houve um terceiro que teve o espírito originalíssimo de lhe dar esta interpretação perfeitamente nova e graciosíssima:

Salada, Pão, Queijo e Rábanos. – Depois disto, compreendem bem que não assistimos ao resto da procissão, viemos para casa rir com o bom dito para não darmos escândalo na rua.

As novidades teatrais destes dez dias são escassíssimas. O Teatro de D. Maria deu duas comédias novas em benefício da actriz Maria Adelaide, uma actriz inteligente e modesta, que esteve em tempos no Ginásio e que regressou há pouco do Brasil. As duas comédias – uma delas é *reprise* – não

são positivamente obras-primas e, sobretudo, não nos parecem estar muito no género que deve ser cultivado no primeiro teatro do nosso país.

Nos outros teatros, não houve novidade alguma. Não acontecerá assim para a próxima crónica, em que já teremos de ocupar-nos do novo drama, *O Luxo*, do sr. António Enes, que está em ensaios de apuro e sobe à cena na sexta-feira, e do *Mestre d'Obras*, a peça que o Ginásio prepara para o benefício do actor Montedónio.

Ao passo que acontece isto em Lisboa, Madrid acaba de ter um ruidoso êxito teatral com o *Gran Galeoto*, drama em verso do sr. Echegaray.

Temos a peça sobre a nossa mesa e não nos parece que, em Lisboa, onde se vai representar em breve, lhe esteja reservado o mesmo êxito que teve em Madrid. Não quer isto dizer que o *Gran Galeoto* não tenha muito merecimento, quer dizer simplesmente que o nosso meio literário difere muito do meio literário espanhol e que a nossa literatura e o nosso gosto são inteiramente diferentes da literatura e do gosto literário do vizinho reino.

Partiu para Paris, onde vai estudar pintura histórica, o nosso amigo, o sr. Columbano Bordalo Pinheiro, irmão do ilustre caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro. Columbano tem muito talento, uma individualidade artística já acentuada e cremos que nos virá do estrangeiro um artista completo.

Não tendo sido despachado no último concurso de pensionista do Estado no estrangeiro e não podendo entrar noutros concursos por ter já passado a idade exigida, o sr. Columbano Bordalo foi para Paris a expensas de algumas pessoas admiradoras do seu talento e protectoras das belas-artes, à frente das quais figura o nome da sr.ª condessa d'Edla.

Columbano Bordalo é um dos artistas novos em quem Portugal tem direito a fundar as suas mais brilhantes esperanças: cremos piamente que as realizará.

Vão adiantados os ensaios para o primeiro concerto da série de concertos clássicos, que a Associação 24 de Junho vai dar no salão da Trindade, sob a direcção do sr. Olivier Metra.

Há muita curiosidade no público e nos amadores de boa música por estes concertos, que, se tiverem o êxito esplêndido que há dois anos com Barbieri, serão um verdadeiro acontecimento.

Os artistas da Associação 24 de Junho merecem do público os maiores elogios e os mais rasgados incentivos.

O julgamento dos niilistas russos tem causado na Europa tão profunda sensação como o assassinato do czar. Dizia, há tempos, um escritor alemão,

que, no dia em que rebentasse na Rússia a revolução social, o sangrento 93 da França passaria a ser um *idílio*. As coisas vão-se encaminhando de modo a dar plena razão ao escritor germânico.

O julgamento dos niilistas implicados no atentado é extraordinário e levanta um pouco o véu que encobre aquela sociedade perfeitamente fantástica na Europa de hoje.

Há, sobretudo nas sentenças do tribunal russo, uma coisa profundamente medonha e trágica, é aquele adiamento da execução de uma mulher que está grávida, até ao dia em que tiver seu filho. Aquela justiça que espera o único momento sagrado que há na vida humana – o momento em que a mulher passa a ser mãe – para exercer a sua vingança, aqueles juízes que dizem a uma criatura "vais morrer e o sinal da tua morte será o primeiro sinal de vida do teu filho, o teu dobre funerário será o primeiro vagido da criança que trazes no teu ventre", são uns juízes e uma justiça perfeitamente inverosímeis, em pleno século dezanove, dias depois de a Europa inteira ter passado debaixo das janelas de uma simples casa burguesa, para aclamar o velho sublime que escreveu *O Último Dia de Um Condenado*.

A Rússia está dando um espectáculo estranho, curioso e terrível a toda a Europa estupefacta, como se acordasse em plenos tempos bárbaros, e que espera ansiosa o epílogo desta tragédia tremenda, o resultado dessa luta titânica, em que o czarismo e niilismo se esfaqueiam furiosamente, cegamente, como dois americanos irreconciliáveis nos seus originais duelos.

O Ocidente, Lisboa, 21-IV-1881

Ramalho Ortigão

Enquanto Ribaixo (Guilherme de Azevedo era Rialto), Ramalho (1836-1915) subscreveu, no *Álbum das Glórias* (Março de 1880/Abril de 1902; agora, n.º 32, Setembro de 1882) a crónica do *tipo* nacional imortalizado por Rafael Bordalo Pinheiro.

Zé Povinho

Brinca brincando, esta criança tem hoje perto de cinquenta anos de idade!

Não consta que jamais as graças da infância se houvessem conservado por tão longo tempo num homem, como fenomenalmente se conservam no sujeito que hoje biografamos.

Nele concorrem em feliz conjunto todas as partes que nos enlevam e encantam no *bom menino*: casta inocência, temor de Deus, obediência a seus mestres, nariz por assoar, dor de barriga às segundas-feiras e santíssima ignorância.

Aos carinhosos desvelos de sua extremosa mãe, a Carta, e de seu galhofeiro pai, o Parlamentarismo, se deve o estado miraculoso de infantilidade que tão vantajosamente recomenda este vulto à simpatia e ao espanto de todo o mundo.

Eis, em resumo, a instrutiva história de portento tão admirável e prodigioso:

Zé Povinho começava apenas a ter-se nas pernas, cambadas pelos esforços feitos para se pôr em pé antes de tempo, quando os poderes seus pais, pondo-o à porta das instituições na franca direcção do olho da rua, lhe fizeram este memorável discurso:

«Zezinho, vai passear.

Nós, teus pais, depois de havermos cogitado com diurna e nocturna aplicação sobre o que mais convém à tua felicidade, resolvemos, de comum acordo, que o melhor dote que se te podia dar era a liberdade, pois que a liberdade é, como bem dizem os filósofos, o maior dos bens, superior ao próprio ouro.

Sê, pois, livre, e capacita-te de que vais muito mais bem convidado com a licença que para isso te conferimos do que com três ou quatro pintos que te metêssemos no bolso!

Escola, não a tens, porque te poderia fazer mal o puxar muito pela cabeça nos estudos e lá diz o ditado que antes burro vivo, como tu estás, do que doutor morto, como tão frequentemente se tem visto.

Tenhas tu a graça de Deus Nosso Senhor, que é o que se pretende! e essa divina graça lá está o reverendo pároco da tua freguesia encarregado de ta dar, se lhe pagares a côngrua e te chegares a ele pelas festas com o competente folar, ou seja, em bebida engarrafada, em lombo de animal suíno, em pão-de-ló coberto ou em outro qualquer mimo comestível e de estimação.

Para manter o teu direito e defender a tua justiça, encontrarás também os tribunais competentes, com advogados idóneos para discursarem a teu respeito pela gratificação de seis moedas, vestindo-te a túnica alva e luminosa da inocência ou amarrando-te à perna a grilheta do forçado, segundo sejas tu que dês as seis moedas ou seja a parte contrária que as dê.

Para guardar tua pessoa e bens, concedemos-te o exército, a armada e a polícia civil.

Por meio do exército, terás uma ou duas paradas por ano, se o tempo permitir essa recreação honesta, sem perigo de se deterioraram com a chuva os ventres dos majores.

Por meio da armada, terás as salvas reais por ocasião dos aniversários patrióticos e tiros no Tejo de quarto em quarto de hora, sempre que morra príncipe, para o fim de lembrar aos viventes que não foi esse mesmo príncipe que em vida inventou a pólvora que se lhe consagra em morto.

Por meio da polícia, enfim, te será mantido o direito sagrado de receber como um dom dos céus toda a bordoada que te apliquem e que ninguém mais ousará retirar-te do corpo, levando-se a delicadeza contigo, nestas questões, até ao ponto de não somente se te não exigir que retribuas com o menor tabefe todas as tundas que te dêem, mas até de te sepultarem no fundo de uma masmorra, caso insistas indelicadamente em qualquer ideia de troco a dar aos cascudos com que liberal e desinteressadamente te mimoseiem.

Quanto ao governo incumbido de assegurar a manutenção e a persistência de toda esta caranguejola tão engenhosamente concebida para tua satisfação e recreio, serás tu mesmo que, por tua mão, o elegerás, metendo escrito num papel o nome daquele que destinares para poder executivo dentro de uma caixa, que, para esse fim, tomará por vinte e quatro horas a designação de *urna*, a fim de que tu possas dizer que *vais à urna*; pois, se dissesses que *ias à caixa*, o acto eleitoral perderia de sua gravidade e tornar-se-ia jocoso em demasia. Para o fim de te dar o papel com o nome do sujeito que hás-de meter na urna e que nós nos encarregamos de te confeccionar, lá está um funcionário especial intitulado o regedor.

Para continuares a gozar o sumo bem da liberdade que te outorgamos, tu não tens que ter senão o pequeno incómodo de pagar tudo o que isto custa e de dar os vivas do estilo, sempre que a ocasião se ofereça, ao príncipe, à real família e às instituições que vivem à tua custa.

Finalmente, sempre que precisares do que quer que seja, trata de o ganhar, porque ninguém te dá nada. Adeus, Zezinho! Vai-te com Nossa Senhora!»

Crescido, Zé Povinho correspondeu perfeitamente às esperanças que nele depositaram os solícitos poderes do reino. Como desenvolvimentos de cabeça, ele está pouco mais ou menos como se o tivessem desmamado ontem.

De músculos, porém, de epiderme e de coiro, engrossou, endureceu e calejou como se quer e, cumprindo com brio a missão que lhe cabe, ele paga e sua satisfatoriamente.

De resto, dorme, reza e dá os vivas que são precisos.

Um dia virá, talvez, em que ele mude de figura e mude também de nome para, em vez de se chamar *Zé Povinho*, se chamar simplesmente *Povo*. Mas muitos impostos novos, novos empréstimos, novos tratados e novos discursos correrão na ampulheta constitucional do tempo, antes que chegue esse dia tempestuoso.

Por tudo isto, ao resumirmos nestes leves traços a interessante história de Zé Povinho, o nosso parabém cordial a seus sábios e carinhosos pais, os Públicos Poderes.

Álbum das Glórias, Lisboa, Setembro de 1882

Lino de Macedo

Redactor e proprietário d'*O Campino* (Vila Franca de Xira, 20-IV-1879 [de facto, até ao n.º 126, de 1-X-1881, em Alhandra, onde foi fundado por Manuel Pereira Lobato] / 27-XI-1896, a. 8, n.º 902), Lino de Macedo (1858-1919?) ofereceu-nos divertido folhetim em 30-VI-1883.

As Orelhas

Na língua portuguesa, andam hoje perdidas, dispersas, locuções empregadas por todos e cuja origem poucos conhecem. É na linguagem popular, principalmente, que elas mais abundam e que se têm conservado, atravessando, de geração em geração, de século em século, em toda a sua pureza e originalidade.

Todos os dias, principalmente entre o povo, estamos ouvindo dizer: *olha que te corto uma orelha*, *olha que te arranco uma orelha*, e, contudo, a maior parte das pessoas ignoram que esta frase provém de uma lei ditada e aprovada pelos nossos antigos monarcas.

O corte de uma orelha era o estigma mais aviltante que se podia infligir ao plebeu da Idade Média.

Os ladrões, diz Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, que, segundo as diferentes leis do território, já eram privados da vida, já marcados na testa, já lanhados com açoites e desterrados, não tiveram, por algumas vezes, como um dos menores castigos o ficarem sem orelhas.

No foral de Santa Cruz de Vilariça, documento antiquíssimo e de todo o crédito, lê-se, por exemplo, o seguinte:

«De furto descoberto det a suo dono totu suo haver dapplato et novenas partiant cum Palatio: et prendant illos alcaldes las orelias. Et si allia vive furtauerit matent illum.»

Em uma ordem régia de 22 de Fevereiro de 1499, lê-se também o seguinte:

«Toda e qualquer pessoa que for tomada cortando ou desatando bolsa, ora na bolsa se ache dinheiro, ora não, se for peão, seja açoitado e desorelhado.» Vide *Or.* Liv. *V*., III 50 §11.

Pelo que se vê, os legisladores da meia-idade tinham declarado uma guerra tão cruenta às orelhas dos pobres vilões como os muçulmanos ainda hoje declaram ao toucinho.

A pena de *orelhas cortadas* foi sempre muito aceite pelos antigos, principalmente contra os ladrões dos templos e coisas sagradas.

São Luís, rei de França, ordenou que todo e qualquer larápio, pela primeira vez que fosse encontrado em delito, fosse desorelhado. Ainda no século XVI, se praticava, em França, esta pena. Infelizmente, esta lei não passou à posteridade e é certamente esse o motivo por que hoje os ladrões exercem, com tanto descanso e regalo, a sua rendosa indústria.

Agora o que o leitor não sabe, certamente, é a razão por que os antigos cortavam as orelhas aos criminosos, em lugar de lhes cortarem um beiço ou a ponta do nariz, o que os tornaria mais conhecidos, porque daria mais nas vistas. Pois nós lha vamos dizer, com o auxílio do erudito Viterbo, onde vêm coligidas estas coisas, com que a maioria do vulgo hoje não se preocupa.

Supunham os antigos que, nas orelhas, existia uma veia que, depois de cortada, tornava o homem impotente. E, querendo os antigos exterminar da sociedade os ladrões, proveram a que, deles, não houvesse mais geração, para que, mais tarde, não ressuscitassem as tendências dos seus pais.

Desgraçadamente, a tal *veia* estava muito longe das orelhas e a geração prolongou-se até aos nossos dias e com tal vantagem, que a ladroeira chega quase a ser reconhecida como uma necessidade.

Já que estamos falando de orelhas, não vem fora de consonância dizermos alguns costumes que os romanos tinham, a respeito delas.

Quando eles se queriam vingar das injúrias dos grandes, iam-se às suas estátuas e cortavam-lhes as orelhas. Assim fizeram à de Galba, segundo diz Juvenal na *Sátira VIII*: «*Galbam auriculio naso que carentem*.»

Também, ainda hoje, está em uso de puxarem as orelhas às crianças, para que não se esqueçam das lições ou do que se lhes ensina. Este costume que, à primeira vista, parece naturalíssimo, provém de uma crença que os romanos e os gregos tinham, de puxarem as orelhas em honra da *Deusa Memória*, a quem as consagravam.

Alguns povos antigos também costumavam levar as testemunhas à presença do juiz *pelas orelhas*.

As coisas, hoje, têm mudado muito e, por isso, já das orelhas ninguém faz caso, senão os professores de instrução primária, para corrigirem os discípulos, e os srs. tasqueiros para... fazerem as de porco com feijão branco.

O Campino, Vila Franca de Xira, 30-VI-1883

Beldemónio

Eduardo de Barros Lobo (1857-1893), mais conhecido por Beldemónio – inspirado, acaso, em Bel Demonio, herói de *Les Compagnons du Silence*, de Paul Féval, 1857 –, teve uma vida dramática. Sem recursos para grandes voos na discência, é episódico docente na sua terra, Gouveia, e no Porto, onde namora o teatro, vê morrer um filho, salta de jornal em jornal, e passa a Lisboa (1880). Contista (*A Musa Loira*, *Contos Imorais*, ambos de 1890, agrupados em vol. prefaciado por Albino Forjaz de Sampaio, em 1917; naquele, com tradução sueca, vemos as fases comportamentais da mesma criança que as Parcas lhe iam roubando nos filhos mortos), é também tradutor de Balzac, Zola, Daudet, Maupassant[10], afirmando-se como satírico e panfletário: criou revistas e folhetos como *Vespas* (parco número único de um luso Alphonse Karr, 12-X-1879, folheto em 1880), *Rebeca do Diabo* (18-I-1880), *O Arauto* (7-I-1886), *A Má Língua* (1889), *A Cega Rega* (1891), mas, especialmente, *O Mandarim* (2-IX/21-IX-1881; 2.ª série, 2 números, em 1883), onde Beldemónio sobreleva as demais assinaturas em que se encobriu, sempre preocupado em reformar o Estado e as mentalidades, mais próximo da lição corrosiva de um Fialho amigo ou Gomes Leal – considerava, no editorial deste, ser urgente «reformar a Constituição do Estado e a composição dos pasteis de nata» – que de um Ramalho amiúde farpeado (tal como se mostra agreste para Teófilo Braga, que, antes, o apoiara), embora todos se obrigassem à crónica da vida parlamentar e lisboeta (*A Volta do Chiado*, 1887; *Viagens no Chiado*, 1887, continuado por *Do Chiado a S. Bento. Apontamentos de Jornada de um Lisboeta atravez de Lisboa*, 1890)[11].

[10] Ver, n'*O Concelho d'Estarreja*, 2, 17-X-1901, Folhetim / Guy de Maupassant, *A Sereia* // Trad. de Beldemónio.

[11] Resumo dos meus verbetes em *Biblos*, 3, 1999, e *Dicionário de Literatura*, 2, 2003. *Cf.* Mayer Garção, *Os Esquecidos*, Lisboa, 1924; Carlos Sombrio, *Beldemónio*,

Crónicas do Chiado

VI

A Crónica do Chiado tem de se dar hoje – ela, a doidivanas, a fantasista, a estonteada de nariz ao vento e de olhos míopes no azul – uns ares pedagógicos de prelector, a explicar doutoralmente um bocadinho da fisiologia da Imprensa. Um bocadinho – só; porque o assunto, vastíssimo, daria para um grosso volume compacto, desses que os sábios escrevem para as valentes encadernações de sola e vira que são o orgulho das bibliotecas e a providência dos ratos. A Crónica escolhe, nesse *mare magnum*, a gota que se refere especialmente às *gralhas*. Mas creio que não sabem o que é uma *gralha*…

Gralha é, em ornitologia, um pássaro que Esopo acusa de se ter enfeitado com as penas do pavão; em terminologia tipográfica, é o erro de composição que transtorna uma palavra que o autor escreveu numa palavra que o desleixo ou a malevolência do compositor inventou e que a negligência ou a ignorância do revisor deixou passar nas *provas*. Outras vezes, a gralha é causada pela caligrafia do *original*; porque certas dessas caligrafias – meu Deus! – são tudo que há de mais cabalístico e de mais hieroglífico. Assim, por exemplo, o cronista que precisamente neste instante lhe está falando, leitor, tem uma letra única em pequenez, agravada pela exiguidade da distância a que as linhas estão umas das outras – distância que nunca é superior a dois milímetros e em que as hastes, os caracteres e as próprias vírgulas se emaranham inextrincavelmente. O seu manuscrito, termo médio, dá uma coluna deste jornal nas costas de um cartão-de-visita. Dir-se-ia que é um caso pensado e rixa velha de perversidade contra os olhos dos compositores, subsidiada pelo dr. Vander Laan. Não; é uma necessidade absoluta, sem cujo cumprimento o cronista se possuiria do espírito do caixeiro que se preocupa em ser garrafal na escrita e se surpreenderia a escrever as suas crónicas com dizeres do *Manual de Escrituração Mercantil*. De resto, assim como o príncipe de Talleyrand dizia, com toda a sua finura diplomática, que a palavra fora dada ao homem para ocultar o seu pensamento, talvez se possa dizer que a escrita foi inventada para o não transmitir.

Mas foi assim, entretanto, que a Crónica, aliás tantas vezes desnaturada ao passar pela mão-de-obra do tipógrafo, ainda anteontem falou numa *anatomia*

Figueira da Foz, 1942; Pedro da Silveira, *Ler*, 7, 1952; José Osório de Oliveira, "Uma vítima do Chiado", *O Comércio do Porto*, 14-I-1958, e "Perfis meio-apagados. III – Eduardo de Barros Lobo ("Beldemónio")", *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, n.º 28, Abril de 1964: 59-60; Vergílio Ferreira, "Recuperar Beldemónio", *Espaço do Invisível. IV*, Lisboa, 1987.

nacional que nunca esteve nas intenções do cronista. Era *autonomia nacional* que estava escrito; o senhor compositor, que tão estranhamente crismou aquela palavra, podia certificar-se disso, aplicando ao manuscrito um microscópio de Foucault, aperfeiçoado. E o senhor revisor – para cuja cumplicidade no erro tomo a liberdade de pedir a Deus um raio dos mais fortes, ou dois – podia também ter reconhecido a *gralha*, ao menos pelo sentido, se, por acaso, a essa hora não cabeceasse com sono sobre as *provas*, como um sentimental traindo o depósito sagrado do seu posto. Contudo, se soubessem através de que barafunda é feito um jornal, sobretudo o jornal que sai pela madrugada e cujo agenciamento se executa no meio de um ciclone doido de actividades desencadeadas e desencontradas, à última hora, num frenesi de actualidade, sacrificando tudo ao ideal de dar a notícia de um facto da véspera, da hora passada, do simples minuto anterior... Se soubessem tudo isso – como achariam justificado o compositor e o próprio revisor, esses santos e mártires da fisiologia da Imprensa!

Santos..., precisamente santos..., enfim..., não são! Às vezes, mesmo, são o menos santos possível; mas... apresso-me a dizê-lo, para evitar represálias! – mas não chegam nunca a ser demónios. Há o compositor que inventa *gralhas*, por brincadeira, o trocista que não pode resistir à tentação, quando se lhe depara, no *original*, a compor uma dessas palavras que se transformam em grotescas ou mesmo em obscenas, com a simples inversão de uma letra. É assim que, às vezes, aparece, em vez de *atroz, arroz*; em vez de *para uso*, *parafuso*; em vez de *abóbada, abóbora*; em vez de *Aníbal Carrache, animal borracho*, e outras... mil outras *gralhas* espantosas...

É conhecida aquela lendária *gralha* do antigo *Diário do Governo*, que, um dia, publicava um decreto de Sua Majestade, a *Tainha*, e que, no dia seguinte – – rectificando –, avisava para se ler, em vez daquelas palavras, Sua Majestade, a *Bainha*. Mas há casos mais extraordinários e seria um nunca acabar, se a Crónica não estivesse resolvida a declarar os senhores compositores resgatados de todas as suas fantasias, pela bem-aventurada *gralha* daquele compositor, que faz, de um verso idiota, um verso encantador, transformando, numa elegia à morte de uma menina chamada Roselle, «*Et Roselle a vécu ce que vivent les roses*» em «*Et, rose, elle a vécu ce que vivent les roses*». Adoráveis vírgulas aquelas, que até puderam dar alma e coração a um verso que não tinha senão retórica!

Diário Ilustrado, Lisboa, 17-XI-1884

Rui

Não corresponde este Rui aos indicados em dicionários de pseudónimos. Este folhetim-crónica é um modelo no género. Saiu no *Diário de Notícias* do Funchal (desde 11-X-1876), em 5-V-1885.

A Semana

Resume-se nesta palavra: *Nada*.

Nem um escandalozinho sequer.

Estes calores afugentam tudo, até os escândalos. Toda a gente boceja, toda a gente se abana, toda a gente fica mole.

Reina, por essas ruas, uma pasmaceira entorpecedora, por esses ares, uma fulguração imobilizadora e quente.

Capacetes brancos surgem, a cada esquina, como bandeiras de paz e de preguiça e, efectivamente, há uma paz excessivamente maçadora em tudo e em todos, menos entre a poderosa e miúda nação das moscas. A natureza previdente criou a mosca no Verão, para não ficar a humanidade, durante o tempo de calor, no estado dos habitantes do palácio da história para meninos – – a dormir.

Se não fossem as moscas, com os seus zumbidos insuportáveis e com os seus ainda mais insuportáveis e atrevidos passeios pela cara do rei da criação, estaria sua majestade, a esta hora, estendido na cama, dormindo e suando.

A mosca é a salvação da humanidade.

Podem capacitar-se disto, que o mais que lhes poderá acontecer é acharem que não é verdade.

Contudo, não suponham que esta minha asserção é imposta como um dogma. Não, senhores. Tenho razões para afirmar que a mosca é a salvação da humanidade e razões *reais*.

Não sei se estão lembrados daquela história ou lenda que nos ensina a grande verdade de que todo e qualquer bicho, inclusive o micróbio, é de utilidade para o homem.

Se não se recordam, vou contá-la, declarando, desde já, que não me responsabilizo pelo sono proveniente da leitura dela.

Era uma vez um rei, um grande rei e um rei grande, como todos os reis daqueles tempos em que ainda não havia tísicas nem niilistas, que lhes impossibilitassem o crescimento e a duração.

Em compensação, rareavam as fileiras reinantes, devido às indigestões apanhadas naquelas bambochatas esplêndidas, prolongadas durante muitos dias, que os ingénuos cronistas de então chamavam banquetes.

Verdadeiras reinações de reis.

Havia também uma outra doença, espécie de filoxera real, que os enviava, muitas vezes no melhor da vida, para o mundo onde ninguém reina.

Era a excessiva gordura de algum vizinho, que, para pôr-se à larga, dizia ao parceiro: tira-te, que eu quero pôr-me à vontade.

Este sistema não está inteiramente em desuso entre os políticos indígenas.

Este senhor rei, herói da história, não sei se engordou ou se algum colega alargou. O que sei dizer é que ele e o outro se engalfinharam figuradamente, isto é, engalfinharam-se por eles os exércitos de ambos, que não tiveram a boa lembrança de os deixarem sós a brigar, visto que o proveito era deles.

Depois de muitas batalhas, o nosso herói viu-se na dura necessidade de achar razão ao vizinho, entendendo bem que era desnecessário ir dizer-lho.

E pôs-se a fugir com toda a velocidade do seu cavalo de guerra, percorrendo planícies, subindo e descendo montanhas, atravessando rios, riachos e ribeiras. Andava, já havia uns poucos de dias e umas poucas de noites, naquele importante trabalho de livrar a cabeça de alguma queda pelos ombros abaixo e achava-se moído e tonto de sono.

Resolveu aproveitar a sombra mais agradável que poética e mais segura do que agradável de um bosque, para retemperar as forças perdidas.

Desmontou-se, prendeu pela rédea o cavalo a uma árvore, arranjou um colchão de folhas, estirou-se em cima e adormeceu.

Adormeceu e sonhou.

Sonhava o homem que, de espada em punho, (ele só) punha em debandada o exército do colega e que (ó suprema ventura!) o atravessava, de lado a lado, como um cozinheiro atravessa uma galinha para assar.

Mas… perdão!… Eu, afinal de contas, esqueci-me do prólogo, que, podem ficar certos, é indispensável neste meu caso. Não é como os prólogos dos romances, que são as coisas mais dispensáveis deste mundo, incluindo na lista os artigos de fundo-proclamações-prólogos do *Correio da Manhã.*

Tenham paciência, vão ter o prólogo no meio.

Este rei dizia que as moscas não prestavam para outra coisa, senão para o incomodar, o que já não era ter pequeno préstimo; porque (devem sabê-lo), naqueles tempos, um rei não se incomodava por qualquer coisa.

Mas, como ia contando, o rei dizia aquilo antes da guerra e creio mesmo que durante a guerra o dizia.

Como lhes contei, o homem andava fugido do outro e adormecera no bosque, principiando a sonhar que matava o parceiro, etc., etc., quando uma mosca lhe deu uma ferroada na testa. Mas ele dormia a bom dormir e nem sequer se mexeu. Segunda ferroada mais forte e o bom do rei ficou meio acordado e meio escamado, mas não abriu os olhos. Terceira e o homem acordou furioso, porque tinha sido de mosca-mestra aquela terceira picada. A mosca não o largava e ele decidiu-se a abrir os olhos. Sentou-se na cama improvisada, esfregou os olhos e preparava-se para apanhar a mosca pelo mesmo sistema dos pequenos de escola, quando dá com a vista em dois alarves inimigos que o procuravam, naturalmente, para o fazerem em postas.

Montar a cavalo e pôr-se a andar foi obra de um momento, como diria qualquer colaborador da secção de cartas de namoro do *Diário de Notícias* de Lisboa, ao referir-se ao desenvolvimento rápido da sua paixão pela bela de vestido cor de café, encontrada, na véspera, em viagem de americano para o Rato.

O Rei lembrou-se, então, do que dissera antes da guerra e viu que dissera uma tolice.

Logo que se pôs a salvo, no seu palácio, mandou construir uma estátua às moscas.

De onde se vê que o bicho *mosca* é necessário aos reis e aos povos, assim como todos os brutos.

Hão-de ter-se admirado de eu dizer que esta semana era um bagaço de cana-de-açúcar, uma coisa sem sumo, quando as novenas do Monte têm posto em agitação os moradores dos rés-do-chão da Rua das Queimadas e os das restantes ruas do Funchal.

Hão-se alcunhar-me de cego por não os ver passar alegres para o Monte em carro, a pé e a cavalo.

Estão enganados. Tenho-os visto e podem acreditar que os achei bonitos e muito engraçados, escarranchados nos seus cavalos.

Hão-de dizer-me, também, que aquilo lá por cima tem estado deliciosamente animado.

De acordo. Creio firmemente que o paraíso terrestre se tenha descoberto, mas eu é que não lhe gozei as delícias e, por isso, não lhas posso contar.

Agora, se têm muito gosto em ver isso escrito, tenham a bondade de pegar na pena e de preencher este espaço, que me tem custado o suor do rosto, para não o deixar em branco.

E podem ficar certos que hei-de ler com muita atenção as suas descrições. E... boa noite.

Diário de Notícias, Funchal, 5-V-1885

Luís de Magalhães

Amigo, estudioso e editor dos homens da Geração de 70, o filho (1859--1935) de José Estêvão ficou mais conhecido como romancista em *O Brasileiro Soares* (1886), embora assumam outra actualidade as colaborações n'*A Província* portuense: do lapso de 1884 a 1889 coligiu algumas em *Notas e Impressões. Artes e Letras – Política e Costumes* (Porto, 1890; reed., Maia, 1999). Sigo as p. 113-118, relativas a Julho de 1885.

A Moderna Babilónia

Há duas semanas que um jornal inglês, a *Pall Mall Gazette*, prevenia as pessoas pudicas e melindrosas de que não lessem os números imediato da sua folha, pois tinha de revelar coisas terríveis sobre a moralidade da capital britânica – coisas de fazer corar um alentado *horse guard*, até aos pêlos da sua enorme barretina...

Se bem o prometeu, melhor o cumpriu; e esses números da *Pall Mall Gazette* ficarão como as páginas cruas e brutais do mais torpe capítulo das depravações da vida contemporânea.

Os nossos costumes não nos consentem que acompanhemos o diário londrino nas suas denúncias monstruosas, nas minuciosidades abjectas desse colossal processo de imoralidade, que ele instaurou, perante a opinião pública, contra a sua própria metrópole. Tais factos, pelo seu carácter e pela sua pluralidade, não são o caso mesquinho de uma crónica ligeira – são o assunto de uma sátira juvenalesca; não pertencem ao *courriériste* e ao folhetim – pertencem ao profeta e ao seu apocalipse.

Nessas histórias quase fantásticas, que se referiram com toda a brutal nudez de um testemunho judiciário, envolvem-se os nomes dos principais personagens da alta-vida inglesa, os quais o jornalista velou tenuemente com a gaze indiscreta das iniciais. O escândalo enorme estalou no meio da sociedade europeia, como a mina de dinamite de um niilista, de um devastador da imoralidade aristocrática e burguesa.

E esses pobres ingleses, de quem a política internacional acabava de demonstrar a fraqueza e a debilidade externa, eram despojados, aos olhos do mundo atónito, da sua máscara de austero puritanismo moral. Londres – a moderna Babilónia! Londres mais corrupta do que Paris – o proclamado lupanar da Europa!... Ó golpe cruel no orgulho da vaidosa Albion! Sobre a prova da pusilanimidade política, a prova da mais bestial desmoralização!

O que há de mais repelente, de mais torpe, de mais criminoso, nessas misérias trazidas arrojadamente para a luz pública, é o largo tráfico da tenra virgindade, o negócio abjecto da jovem carne branca, de que o jornal citado arquiva inestimáveis documentos. Há casas, aparentemente de educação e ensino, que não passam, no fundo, de encobertos mercados de odaliscas em botão. Os paxás da finança vão ali molemente, escolhem à vontade, debatem o preço, fazem escritura sendo preciso, pagam e são escrupulosamente servidos de frutos intactos, com a pureza da coroa de laranjeira atestada em regra por um médico – ou uma médica... E tudo isto se faz friamente, vulgarmente, banalmente, como o contrato da compra de um poldro, do aluguel de uma casa ou do serviço de um *groom*... E tudo isto se faz nos limites da estrita legalidade, porque a lei singela declara a mulher livre e senhora absoluta do seu corpo desde a idade dos treze anos!

Firmando nesta disposição imoral, o comércio da prostituição tomou em Inglaterra um carácter monstruoso. Há sibaritas eróticos como sátiros, que se fazem servir, por contrato firmado, duas ou três pequenas vítimas por quinzena. O famoso Sardanápalo, o imundo Tibério, de quem Suetónio regista os delírios sensuais de Capreia, eram dois ascetas, dois castrados, ao pé de certos lordes e de certos banqueiros londrinos. A devassidão doirada tem os seus *gourmets*, de paladar difícil, gastando milhões por ano para sustentar os caprichos mais extravagantes do gozo. O oiro traz aos pés dos sátrapas do Milhão essas escravas desejadas e belas, que eles poluem sem amor, com um orgulho de senhores e de donos, como as armas dos janízaros traziam aos pés dos califas as cativas cristãs, que se arrebanhavam nos haréns atulhados. Um Oriente sem paixões e sem violência – uma Babilónia de gelo e de lama!

Perante esta luxúria infrene e brutal, a desmoralização francesa é quase casta.

Aí, o amor livre, mais radicado nos costumes, não é, contudo, tão repelente. É ligeiro, é gracioso, é artístico, é até quase simpático na sua espécie de espontaneidade cândida, de depravação ingénua... É um naturalismo brando, temperado pelo espírito, pela alegria e pela liberdade, um sensualismo que o amor faz perdoar e cujas culpas a paixão fervente e nobre resgata muitas vezes.

A *cocotte* não é escrava asiática, é antes a cortesã grega, a Aspásia espirituosa e livre, que se dá a quem quer, sem se vender absolutamente como um animal. Ao contrário, as pequenas vénus inglesas são um despojo da grande luta do Milhão e da Miséria, são as cativas escravizadas, vendidas pela fome ou algemadas à corrupção pelos nossos grilhões de oiro do Capital triunfante.

Em França, a corrupção tem o carácter helénico – leve e não perverso. Em Inglaterra, porém, reproduz-se o tipo das grandes dissoluções asiáticas; e aí o amor livre é pesado, brutal, despótico e escravizador, como nos impérios opulentos do antigo Oriente.

E, ainda assim, na confrontação das orgias tradicionais da velha Ásia, com a actual orgia anglo-saxónia, não é possível deixar de reconhecer que esta é mais torpe, mais ignóbil e mais condenável. A prostituição, nas grandes cidades da Caldeia ou da Fenícia, tinha, ao menos, uma raiz religiosa, um fundo mítico e sagrado, que a tornavam como que um reconhecimento ético e social dos instintos ingénitos da raça. Esse naturalismo desbragado e bestial dos cultos orgíacos, como o da Balaath fenícia, revestido pelas fórmulas religiosas e ligado a um pensamento interpretador de certos fenómenos do mundo físico, toma uma fisionomia particular, majestosa e transcendente, como a de todas as teogonias, que mascara, até certo ponto, a abjecção e a baixeza imunda dos seus ritos.

Os delírios religiosos e sensuais do templo de Biblos, essa prostituição sagrada, em que a virgindade se perdia junto dos altares fálicos como um sacrifício feito aos deuses, eram, na sua absoluta bestialidade, uma coisa relativamente santa. Mas esta devassidão de hoje não tem, a desculpá-la, uma crença religiosa e tem, ao contrário, para a condenar, a culminante grandeza da moral contemporânea, constituída por todas as largas conquistas do espírito humanitário e da ciência dos costumes. A orgia asiática era franca e conforme ao pensamento ético da raça e do seu particular momento histórico. A orgia inglesa é oculta, clandestina – criminosa perante a consciência do homem civilizado e perante os princípios morais do indo-europeu do século XIX.

E, já fora desta significação transcendente, no seu carácter puramente humano, a diferença não é a mais favorável para a dissolução contemporânea. O tributo das virgens, na velha Babilónia, era um tributo de guerra, imposto pela força das armas. Hoje, porém, na Babilónia moderna, é apenas um foro da riqueza, um pacto comercial garantido por dinheiro e por uma folha de papel selado. Separa-os o abismo que se cava entre o épico espírito bárbaro e o baixo mercantilismo dos povos podres de civilização ...

Perante estes factos, a nossa consciência alarma-se e o coração dos últimos crentes, ferido pela desilusão cruel, sangra lágrimas compungidas...

Todas as grandes e generosas ideias da perfectibilidade moral, da purificação dos costumes, da elevação ética da nossa espécie, dos transcendentes destinos do homem são abaladas, no pedestal do nosso espírito, pela realidade bruta, como as imagens de um templo às mãos de um iconoclasta irreverente e satânico!

Sim: somos mais sábios, somos talvez mais penetrantes, somos mais engenhosos e mais fecundos, somos mais fortes e mais senhores do meio natural que nos rodeia. A nossa razão tem caminhado no tempo, como a luz de um astro caminha no espaço! Mas a nossa consciência ficou para trás, muito para trás, nessa marcha que, se fosse simultânea e equilibrada, nos teria transformado em deuses. Moralmente, estamos como há três ou quatro mil anos – – submergidos numa podridão miserável, porque, enquanto a inteligência seguiu a sua recta ideal e progressiva, a vontade tem-se perdido num labirinto escuro, num círculo vicioso, onde, mal se aproxima a saída libertadora, é logo desnorteada e trazida ao centro fatal por um novo caminho enganador.

Por isso, entre os destroços das crenças ingénuas e luminosas, do optimismo consolador, da fé no largo destino humano, por entre esses escombros da cidade ideal do Bem, o nosso pobre espírito vagueia atribulado, entoando os trenos sentidos do desalento, as elegias solenes da dor suprema, as estrofes veementes da condenação austera – como um profeta que chorasse ou cantasse sobre as ruínas de uma pátria mística, destruída e escravizada pelas hostes inimigas do Mal...

A Província, Porto, Julho de 1885

João Costa

Há dois dramaturgos com este nome. Um deles, ou nenhum, colaborou em *Lisboa Elegante. Chronica Mensal*, de cujas p. 286-287, em Outubro de 1887, extraio a seguinte.

Crónica

Não há como os dias de Outono para passear. A aragem fresca que anuncia próximo o Inverno e os últimos raios quentes do sol de Verão, que foge, dispõem a humanidade a partir. Por isso, quando chegam os últimos dias de Setembro, quando Lisboa principia a movimentar-se, na sua vida aristocrata de Avenida às 5 horas e teatro às 8, quando começa a ser *chic* andar pela porta da Havaneza e discutir o elenco de S. Carlos, é que mais me apetece fugir da capital, é que me sabe bem ouvir dizer amiúde aos eternos *affairés – Tive hoje um trabalho insano* – e poder responder-lhes, acenando com um bilhete de comboio, seja para onde for, contanto que me vá embora.

Adeus e a caminho.

Desta vez, entrei em Alcântara uma fria manhã de Setembro, em que grossas nuvens pardacentas despejavam sobre as folhas prestes a caírem das árvores os primeiros chuviscos de Inverno. Entrei em Alcântara, notem v. ex.^{as}, minhas senhoras, dois dias depois de uns decantados descarrilamentos e, com a maior serenidade de ânimo, comprei um bilhete para as Caldas.

– Você por aqui, onde vai? perguntavam-me. E, quando eu lhes mostrava o bilhete, rompiam em exclamações:

– Já lá não está ninguém. Fechou já o clube. Agora as Caldas estão desertas – como a quererem por força que eu perdesse o comboio, o bilhete e a paciência.

Eu limitava-me a sorrir e a encaminhar-me sempre para o *wagon*. Podia confundi-los, mas preferi guardar a lógica e os argumentos para outra ocasião. Ia encontrar as Caldas desertas, mas eu não ia lá para ver gente, nem para ir ao clube, nem para curar o reumatismo.

Eu ia passear. E fui e passeei imenso, na melhor disposição do meu espírito e na melhor americana deste mundo, com esplêndidas molas e com umas fofas

almofadas, onde eu me sentava, saboreando o fumo do meu charuto, sentindo-me um paxá pequenino e andando sempre, por essa estrada real, em que a antiga mala-posta voava dantes, no tempo da mocidade dos nossos pais, quando 1851 não tinha chegado e a primeira locomotiva não havia atordoado os ares pátrios com os seus silvos agudos. Porque, devo dizê-lo, a parte mais importante do meu passeio foi por essa estrada, ao longo dessas serras encantadoras que se elevam constantemente no solo português, avistando amiúde os castelos arruinados que foram teatro das nossas mais gloriosas façanhas guerreiras e que hoje jazem abandonados nos píncaros das montanhas, à espera que um abalo de terra, ou antes, muitos abalos, os destruam por completo e os vendavais de Janeiro arremessem pela encosta abaixo os montões de pedras que os godos levaram lá para cima.

E que trabalho essas pedras não representam! Que força de vontade elas não fazem adivinhar! Chega, por vezes, a parecer sobrenatural essa tarefa extraordinária de colocar, no cume mais alto de uma montanha, tão grande porção de pedra, formar com ela esses fortíssimos castelos que constituíam, então, como mais tarde as igrejas o foram, quase a única preocupação dos nossos antepassados.

Das Caldas a Pombal, isto é, de uma estação do caminho-de-ferro de Torres até uma outra da linha no Norte, eu encontrei, nada mais nem nada menos, atravessando apenas três povoações mais importantes, três desses castelos e todos arruinados, e arruinados, tanto uns como os outros, o velho castelo de Óbidos, que desfruta um panorama encantador, dominando de um lado o Oceano e, do outro, velhas serranias resplandecentes de vegetação, o castelo de Leiria e o de Pombal. E, ao encontrarmo-nos lá em cima – e nem por sombras quero com isto, e de mais a mais nas páginas de uma ligeira publicação literária, acordar a fibra patriótica dos nossos leitores –, quando, depois de muito andar, eu me acercava do ponto mais culminante desses castelos, com que tristeza eu não olhava para baixo e via passar pelas estradas fora, em ordem de marcha ou em uso de licença, um garboso soldado de qualquer regimento de infantaria, carregado com o seu saco e com a sua mochila. Na minha imaginação estonteada, talvez um pouco pela majestade da altura em que me encontrava, erguiam-se então figuras invisíveis de antigos guerreiros da arma branca, assaltando, com as suas lanças heróicas, os diversos lados do castelo e logo atrás deles eu via, como por escárnio, a figura boçal do nosso recruta de hoje. Então percebi bem a razão por que os governos conservam em ruínas esses castelos e dei-lhes razão.

Alcobaça é uma pequenina vila muito asseada e alegre. Quase em frente do antigo convento, onde ainda se admiram os esplêndidos grupos sagrados, no

cimo dos altares que o tempo e o vandalismo estrangeiro se encarregaram de destruir, desdobram-se, resplandecentes de verdura, dois lindíssimos jardins, que dão um *cachet* especial àqueles sítios tão falhos de bom gosto e de civilização que aproveitem com utilidade as riquezas do solo e da profusa vegetação em que já falei. É por isso, minha senhora, que a crónica se sentiu realmente satisfeita em Alcobaça. Livre já daquelas vielas estreitas e becos das Caldas, do perfume especial do sulfúreo das águas termais, que nos inunda todo o sistema nasal, Alcobaça presenteia os pulmões dos passeantes de um ar sadio e puro, que abre o apetite a um belo caldo de galinha, servido com supremo asseio no único hotel, talvez, que em vila portuguesa, à excepção de Sintra, se encontra hoje nos termos razoáveis de se passar lá uma noite. Porque não conheço nada mais incómodo do que dormir em quarto de um desses hotéis, situados quase sempre em becos sem saída ou em ruas imundas, onde se respira a custo ou se respira mau.

Alcobaça tem, nesse ponto, o meu aplauso. O Hotel Alcobacense, se é bem este o nome dele, é propriamente o estabelecimento que convém às vilas pequenas. Não tem pretensões, foge-se lá da cozinha francesa a sete pés, como se deve fugir sempre de tudo quanto se não pode fazer bem, não há cortinados negros nas janelas, como se encontram em muitos outros, a atestar a afluência de mosquitos, e até, por felicidade, não se encontram criados de bigode e mangas de camisa que discutam com os hóspedes o entusiasmo com que eles recebem um prato de espinafres ou um bife com batatas.

O serviço desse hotel é todo feito por raparigas desenxovalhadas e sadias, com os seus vestidos de chita, muito frescos e muitos lavados, um lencinho branco à roda do pescoço, pregado com um alfinete e um belo sorriso amável, que faz adivinhar uns dentes brancos e fortes, capazes de fazerem inveja a muitas damas elegantes da capital.

Na mesa desdobra-se uma toalha muito branca, que faz extraordinariamente honra à engomadeira. A louça brilhante e os vidros reluzentes miram-nos através da vidraça do guarda-louça, como se estivéssemos a jantar em casa de nossos burgueses avós. Sente-se ali um bem-estar que não se encontra nos outros hotéis, onde a atmosfera é pestífera, a toalha foi branca e os colchões são duros.

Não é para admirar, portanto, que eu guarde do Hotel Alcobacense a recordação mais grata. Se havia sete dias que eu não saboreava uma canja apetitosa, um guardanapo lavado e um copo de vinho bom! Havia dias que o meu estômago entrara em luta aberta e constante com a minha vontade de comer, vencendo-a quase sempre e deixando-a a morrer de saudades por um belo prato de feijão branco e um bife com batatas.

Nesses hotéis que têm pretensões a chiquismo, o que mais impressiona é a disposição da mesa. Se v. ex.ªs entrarem aí alguma vez e volverem atentamente os seus olhos para a mesa, encontrarão, decerto, tudo o que se exige nos primeiros hotéis para ornamentar uma boa *table d'hôtel*. Somente, procurando uma bilha com água, um pêssego verde num fruteiro ou uma rosa murcha na jarra do centro, v. ex.^{as} encontrarão um guardanapo já servido, um garfo mal lavado e uma faca detestavelmente areada, que, por força, lhes há-de roubar a vontade de jantar e as deixará, no fim da sobremesa, fartíssimas, sem haver comido coisa alguma, enjoadas como se tivessem comido imenso. Está nisto o segredo principal de criar hotéis que têm a suprema virtude de arranjarem às organizações mais fortes duas fortíssimas doenças: o fastio e a insónia.

Quem quiser sofrer delas, faça uma jornada pelos hotéis portugueses.

Lisboa Elegante. Crónica Mensal, Lisboa, Outubro de 1887

Fialho de Almeida

De *Pasquinadas (Jornal Dum Vagabundo)*, 1890, sai impagável crónica judiciária de Fialho (1857-1911) n'*O Repórter* (Lisboa, 24-XII-1887) de 2-I-1888. Mas recomendo, igualmente, "Os Jornalistas" (7 de Junho) ou "Decadência" (12 de Julho) – «Somos por excelência um país de curiosos. Poucas pessoas em Portugal estão no seu lugar, e mais raras ainda parecem dignas do destino a que foram erguidas.» –, no ano em que saem *Os Maias*, que pedem crónica a 20 de Julho: «São o trabalho torturante, desconexo e difícil dum homem de génio que se perdeu num assunto, e leva 900 páginas a encontrar-lhe saída, [. . .].»

A Boa-Hora Cómica

Subo a Rua Nova do Almada um tanto aborrecido – acabo de pagar uma enorme conta no livreiro e de ser apresentado ao orador que eu mais detesto, depois do cornetim. O dia é pardo, nuvens no alto, o vento a erguer da rua redemoinhos dum pó corrosivo à pele; e com um milhão de diabos!, não tenho hoje visto senão raparigas barbudas nos asfaltos!

Estas picuinhas todas irritam-me; e, como o Férin não tem novidades, enfio pela espécie de saguão estreito, que a Câmara Municipal convencionou chamar o Largo da Boa-Hora. À esquerda, há uma rampa bordada de vadios e mulheres públicas, nos dias de audiência; um sumidouro público no centro; carros das obras públicas a um canto; do lado direito, uma sentina pública com letreiro por cima – e, enfim, como pano de fundo a todo este cenário público de caserna e de alcouce, aí temos o maravilhoso Palácio da Justiça de Lisboa! Ao subir as escadas, acho-me numa espécie de átrio com bancos de pedra em circuito, um rodapé de azulejos gastos, o pavimento das lajes e um cheiro inquietador de ralé que me faz náuseas. Ao fundo, há um portal que dá acesso a uma pequena escada de pedra, até ao claustro; no meio do átrio, duas ou três miseráveis mobílias de mansarda, que os esbirros da lei vão penhorar e que duas outras pobres mulheres estão velando, enrodilhadas em xales, despenteadas, com sapatos de ourelo e tendo no ar esmagado alguma coisa de horrível que leva ao Tejo, ao Casal dos Ossos ou à cadeia.

Felizmente que a polícia está de guarda ao desespero que elas esgatanham em si próprias, rasgando os xales mais, dizendo baixo a sua vida lúgubre de *ménage*, com maridos bêbedos, pancadas, filhos, a casa de *prego*, o senhorio e quatro ou cinco libras de cão nos armazéns de provisões.

Sobre um dos bancos, um cego ouve-as chorar as suas grandes dores e sorri-se, aconselhando meio decilitro de *marufo* àquelas três princesas... o *marufo* ali da Tendinha, que alarga a coragem e espairece.

Tipos esquálidos que atravessam o átrio detêm-se olhando as cadeiras coxas, os bancos de cozinha imundos e os baús pelados como consciências de juízes.

Num dos montões, há um retrato a óleo, primitivo, representando um figurão de farda a ouro, colarinhos estrangulados por uma gravata de coleira, manto de Cristo, meia justa – o qual, todo risonho numa barba em passa-piolho, cheira uma flor com dengosidades de fruste, segundo a tradição galante dos estoiradinhos lisboetas do século passado. Mais longe, um espelho de cómoda assenta sobre um lavatório de ferro enferrujado.

Alguns fadistas entram, zangarreando a aravia rútila dos arrabaldes; e, por pândega, caricaturando *os casacas*, vão fazer *toilette* diante daquele espelhinho de casebre operário, que se envergonha e treme de pudor, por ser trazido assim, brutalmente, à hasta pública, em meio das chufas cínicas de quem passa. Mas, nesse momento, uma mulher desce do claustro, ruidosa de gomas e pendurica-lhos escarlates. Outras a seguem, gesticulando, espaventosas, numa gralhada de codornizes fugidas da gaiola.

Um dos fadistas chega-se:

– Então? – diz ele.

A moça alumia na cara um destes júbilos bestiais de bacante esparvoada, bate as palmas, atira-lhe ao pescoço os braços esticados.

– Aqui estou livre! O juiz estava com telha. Saíram-me só três meses de multa, a tostão.

Há uma alegria que atravessa o âmbito e salpica de nódoas os três grossos montões de mobília – chalaças, risadas, berros; enquanto as outras choram silenciosamente as suas cadeiras empenhadas.

– Saíram-lhe só três meses de multa. Que dito mais flagrante! Como se na Boa-Hora a justiça não passasse duma lotaria!

Subidos oito ou dez degraus da pequena escada de pedra, aparece um pátio quadrado, com toscos arcos que restam do antigo claustro do convento. Nos dias de audiência, uma tropa de polícias, mulheritas do povo, vagabundos, simples *flâneurs* e informadores de jornal, acumula-se ali numa gralhada de

feira; e saltam das palestras revelações de arrepiar os cabelos ou fazer rebentar às gargalhadas. O dia em que por lá passei fora destinado ao julgamento das parteiras.

Com muito custo, atropelando massas de gente lacrimosa, que se aglomerava pelo corredor que leva à sala de audiência, lá conseguimos captar as atenções dum cavalheiro, o qual, untuoso, trocando o b pelo v e vice-versa, condescende a ouvir os nossos títulos de jornalista interessado na questão... oh!, pelo lado pitoresco simplesmente!

O cego do átrio viera subindo também, pela mão duma rapariguita esguedelhada.

– O senhor escrivão Carvalho, meu senhor?

– Não conheço, meu amigo. E vossemecê que vem fazer aqui?

– Saiba Vossa Senhoria que sou testemunha.

– Testemunha... testemunha ocular?

– Assim, assim...

Lá conseguimos entrar na sala de audiência: é uma casa oblonga, baixa de tectos e com o pavimento imundo de escarros secos, palitos quebrados e poeira em crostas de meia polegada de espessura. Vai-lhe ao redor um rodapé de azulejos pálidos, recortando vasos de flores sobre a caliça parda das paredes. Uma grade de rampa separa o banco dos réus do espaço reservado aos curiosos. Entre duas janelas, ao fundo, fica o púlpito do senhor juiz, um pesadão, de cabeça em pêra, sangue nos olhos, a palavra difícil, a elocução atarantada. À direita, os senhores jurados amesendam, num velho banco, a sua sagacidade bronca de hipopótamos. Um deles, grosso, obeso, glabro, com lunetas de tartaruga e olheiras papudas – cinquenta anos de honra em panos crus –, é um austero mercador da Rua Augusta, cuja mulher, muito mais nova, há seis anos começa a preferir a esse marido apático de sessenta anos dois rapagões de trinta que há em casa, sob o pseudónimo adorável de caixeiros. À esquerda deste, um outro verde, a suíça dura, a mão peluda, um prognatismo feroz de australiano, parece ir criticando na sala os temperamentos, através da factura do calçado, sobre que ele esparge um olho torto, minaz, desorientado, de sapateiro cúpido e facínora. E mais longe quatro têm cara de cretinos e riem vagamente um riso em navalha, escorrido dos beiços lívidos, sem comissuras, imóveis, como o das caraças de pataco.

Ainda um quinto jurado é digno de *croquis*. Traz um bigodão colado no beiço, o qual se despenha em catarata, até lhe ocultar o queixo e o colarinho. Sob uma tinta lúgubre, ressaem-lhe, em pirâmide, as maçãs do rosto, acidentadas; duas rochas-tarpeias por onde os globos dos olhos parece que vão precipitar-se; e, inquieto, como um malandro feroz que a polícia espicaça, ei-lo

corre com a vista a sala inteira, saca do bolso papelinhos sebentos, raspadeiras, canivetes, boquilhas, que fica a mirar e depois embrulha e depois guarda, para logo em seguida os tornar a exibir sobre os joelhos, esbugalhando os olhos contra as acusadas, como se aquela camaradagem de infâmia o fascinasse e o banco onde elas se acurvam estivesse reclamando a intimidade dos fundilhos das suas calças pretas.

E este é o sinédrio de inteligências claras e consciências aplicadas, que decidirá se acaso as *tecedeiras de anjos* incorreram no crime, picando com estiletes de meio metro os ventres inflados das criadas ladinas e das *chics* esposas que, sob a aquiescência dos maridos, fizeram da fecundidade uma vergonha.

Ficam da esquerda, perto do púlpito do senhor juiz, as carteirinhas destinadas ao ministério público e advogados. A sala é tão estreita, que todos estes funcionários se acotovelam uns aos outros, as rés, advogados, juiz e mais comparsaria da sala, incluindo os jornalistas, que escrevem sobre tiras de almaço as suas impressões. Toda esta família sua, e se permite exalar *patchoulis* de fábrica própria, a ponto de parecer que a comédia da audiência transmutou de cenário e que o segundo acto já não decorre no templo da Justiça, senão nuns irmãos unidos que há no largo, com o seu letreiro municipal por cima da porta.

Os russos dizem: é necessário que a cabana cheire ao dono. E na Boa-Hora assim sucede; a Justiça cheira, efectivamente, ao tribunal.

Depois do juiz, a fisionomia que mais fere é o delegado, os *crocs* do bigode recurvos em proa de saveiro, os seus anéis de oiro fosco, a sua falta de vista e a sua beca. Nunca vejo estes togados elegantes, com mãos de bispo, o ar vitorioso e rescendendo a perfumes de *White-rose* e *Peau-d'Espagne*, que a mim mesmo não pergunte se eles irão cantar alguma ária na audiência, tão familiarmente se abraçam, no meu espírito, a noção da justiça oficial contemporânea com o teatro, que já hoje nos dá a magistratura uma ilusão bem mais emocional.

Entre os advogados, um gordo, baixote, apesunhado, com pequeninas feições perdidas a um canto da sua enormíssima cara macilenta, tem dois olhitos que luzem no fundo duns buracos, sob uns sobrolhos hirsutos, como pedaços de hulha ao pé de dois molhos secos de carqueja. Oh, não tenham medo que haja fogo! Este advogado é de acender na caixa e nem mesmo a dizer banalidades produz chama.

Um outro é rabulista, ele azougado, com saracoteios maganos de compadre; e os olhos gotejando resina, como duas ameixas engelhadas.

Este defende a esmo os criminosos, mostrando um álbum pelos corredores, à clientela, com as amostrinhas dos discursos, os argumentozinhos, os

preços – e levando a garrafa faz-se abatimento. O seu truque é já hoje quase corriqueiro. Começa recordando ao júri as tremendas responsabilidades que impendem dum *veredictum* leviana ou malevolamente formulado.

Durante os interrogatórios, põe-se a estudar as caras dos jurados. Júri em que haja, pelo menos, dois tolos, pertence-lhe – porque este domínio boquiabre um asno, pelo mesmo sistema por que um sapo fascina e estarrece uma doninha!

Ora, num curro de nove jurados, mesmo escolhidos a capricho, a contribuição de dois tolos é duma tal benignidade!... Lombroso disse uma vez que, num grupo de seis cidadãos assembleiados para a discussão de coisa pública, quase era certo poder-se arrebanhar aí a sua dúzia e meia de patetas, sem menoscabo à toleima que cada um deles pudesse desenvolver pessoalmente.

O certo é que o meu sacripanta triunfa. Os assassinos passam-lhe todos por bêbedos, os larápios por famintos; e, quanto ao adultério... histerismo!

Da sua boca loquaz, amachucada, granizam, jactitando, as frases da defesa, feitas de tudo, sentimentalidades da Biblioteca das Damas, truques forenses, partidas, trapalhadas. E aquilo admite-se, os juízes sabem, o ministério público sorri-se, todos lhe acham graça – o alma do diabo!, o rabulista! – e, indulgente, o tribunal encolhe os ombros e deixa-lhe passar a cambada de clientes, porque se não conseguiu afinal provar o roubo, ou porque não parece ter havido premeditação no assassinato.

A justiça antiga, de gládio e balança, as grandes mamelas turgentes sob o *peplum*, amachucou-a a Boa-Hora, numa caricatura soez de alcoviteira, cúpida e manhosa, que pede cinco tostões por conta das fianças e vai, de porta em porta e influência em influência, entregar a carta de empenho que faz vergar a consciência dos juízes e que, ao mesmo tempo, espapaça a lei, como uma cataplasma de pêros, no sentido cobarde do perdão.

A piedade que, hoje, move a simpatia do homem diante de todas as espécies de crimes, em vez de dirigir exclusivamente sobre as vítimas os seus focos de sensibilidade lírica, nevrótica, excessiva, por vezes, teima em abraçar, no mesmo jorro, também, os criminosos, que ela desculpa chamando-lhes revoltados, heróis talvez, larvados, doidos e procurando, enfim, explicar, pelo bom lado, os seus impulsos cruéis de bestas-feras.

No nosso tempo, a honra é conforme. Revolta-se a gente, aos vinte anos, contra coisas que, aos sessenta, legitima sem a mais leve hesitação de consciência. Um processo caminha até deparar com o dinheiro que o asfixia na poeira dum arquivo. Tem-se razão, conforme a argúcia do advogado que nos serve. Desmandos imperdoáveis a classe baixa são leviandades apenas na classe média e, daí para cima, qualidades!

Lassa de tudo, sob um democrático e igualitário regime que lhe tirou o carácter, a sociedade de hoje é chata e medíocre, fora dos seus acessos de febre convulsiva, e quase não tem lucidez para demarcar fronteiras entre a desonra e a probidade.

Pranzini e D. Bosco nos parecem igualmente interessantes. No fundo da nossa alma, nenhuma solidez de convicções, nenhuma crença, respeito algum. Por exemplo, a religião serve de escárnio à populaça. A lei é letra morta. Não há aristocracias de classe, impondo-se às rebeliões, como grandes portas brônzeas de fortaleza. E, por outro lado, nenhuma ilustração, nenhuma cultura a escorar a consciência histerizada por todos estes desmoronamentos!

Ora, desde que a ilusão daquelas sagradas coisas se perde, nós não podemos deixar de pôr a *blague* ao serviço dos nossos desalentos.

E é singularíssima a impressão que o Tribunal da Boa-Hora já começa a produzir em toda a gente. A princípio, ainda se percebe a distância que medeia entre os magistrados, os réus e os oficiais de diligências. Porém, pouco a pouco, o ar enturva-se, os olhos vão perdendo a percepção contornada das imagens, baralham-se as figuras, cabriolam – e aparecem depois os réus com as togas dos juízes, os advogados sobre os bancos dos réus, os juízes de oficiais de diligências... E, enquanto o cego aconselha *marufo* à sociedade, ouve-se no átrio a voz dos contratadores oferecendo senhas de absolvição para todas as espécies de crimes, mais baratas que na casa, e a gralhada das moças que esbracejam, regougando:

– O juiz estava com telha, ó Daniel! *Saíram-me só três meses de multa.* – – *Saíram-me*, entenderam? Como se, na Boa-Hora, a justiça fosse uma questão de lotaria!

O Repórter, Lisboa, 2-I-1888

Jaime Batalha Reis

Era enquanto J. Teixeira de Azevedo que Batalha Reis (1847-1935) enviava as suas crónicas para *O Repórter* lisboeta (entre 2-I/11-XII-1888) e para a *Gazeta de Notícias* carioca (entre 18-VI-1893 e 18-II-1896). Dessa "Revista Inglesa", agora em livro (ed. de Maria José Marinho, Lisboa, 1988), fica uma de 23-I-1888.

Revista Inglesa

A semana de névoa em Inglaterra – O *Fog Pea's Sup* – Através de Londres durante o nevoeiro – Luzes na névoa – Exalações e pestes – Figuras visionárias – A grande imobilização do trânsito de Londres – Aspectos fantásticos da névoa – O East End – A miséria e o nevoeiro – Figuras sinistras – Os perdidos – Os *rough* de Londres – O carácter inglês, a literatura, a arte, a religião e a névoa – Nos campos, nos rios, nos caminhos-de-ferro, no mar – O rico céu azul de Portugal.

Londres, 17 de Janeiro de 1888

Esta será a mais inglesa de todas as minhas *Revistas*. A impressão que ela deixar no espírito deverão os leitores conservá-la sempre, tê-la sempre presente, para a imaginarem, como um pano de fundo teatral, sobre que se destaquem todas as cenas que eu for sucessivamente contando.

Quem tem navegado sabe que a terra se avista, quase sempre, como uma nuvem negra no horizonte: evaporação condensada à superfície dos sólidos. Quando se desembarca, porém, a nuvem desaparece ou atenua-se, na aproximação.

Se essa terra é a Grã-Bretanha, o nevoeiro espessa-se, amarelece, acinzenta-se, opaca-se, desluz-se, resfria-se; nos melhores dias de Verão, tolda os horizontes e esfuma os contornos distantes; no mais alegre momento da *Season*, condensa-se, sujo, nos topos das ruas de Londres.

Mas, no Outono e no Inverno, formam-se os grandes nevoeiros: são eles o mais interessante assunto de toda esta semana.

Há seis dias, às 11 horas da manhã, ainda eu trabalhava no meu gabinete à luz de um candeeiro de gás, perdida a noção do tempo, sem saber se era dia, se era noite. A casa que eu habito está colocada numa rua estreita de Londres; e, todavia, ao chegar à janela, descobri que as casas fronteiras, a rua, as casas dos lados, tudo desaparecera; julguei-me assomando a uma altíssima torre, isolado nas bordas dum mar insondável, ou, antes, viajando sobre um aeróstato, entre nuvens, amarelas as mais próximas, bronzeadas as mais distantes, se é que realmente a ideias de "distância" me era dada, pela quase completa uniformidade da cerração que eu tinha em frente a mim.

Era o *Fog* de Londres, a *Sopa de Ervilhas*, como cá lhe chamam, o célebre nevoeiro inglês, mais cerrado e, como vamos ver, mais trágico que nunca.

É no meio do nevoeiro de Londres que se compreende o carácter dos ingleses, as formas do seu viver, todas as suas manifestações sentimentais. A névoa espessa, gelada, suja, uniforme, penetrante, implacável e como que mansa, numa imobilização atmosférica quase absoluta, retrai as expressões, estupefica [estupidifica] os movimentos, apaga os ruídos, difusa as luzes, aleita os olhares, fluxa as cabeças, nasaliza as vozes, adormece as fisionomias e dá-lhes um vago aspecto ictiológico.

No dia 11 do corrente Janeiro, às 11 horas da manhã, enquanto eu considerava da janela do meu quarto a névoa que enchia Londres, a minha vizinha da direita cantava ao piano, com uma voz indiferente, hinos religiosos – *God is my love!* –, e o meu vizinho da esquerda cantava, com timbre fanhoso, uma romança de amor – *My sweet heart*. Para quem não entendesse as palavras das duas árias, ambas pareciam tratar do mesmo assunto: ambas consistiam num recitativo monótono, que se tornava solene na música sagrada e sem sabor na canção amorosa.

Vesti-me, saí, quase encostado às paredes, comecei, incerto, vagaroso, a divagar pelas ruas.

Não se viam as casas e era impossível distinguir a gente, os veículos cujo ruído se sentia. Não se via a rua, nem as próprias pedras que se pisavam, e os meus pés indefiniam-se, refractados na lama e esbatidos no vapor de água, penetrado numa luz difusa que se condensava junto ao chão. Bastava estender o braço para perder de vista a mão, diluída, dilatada fantasticamente na névoa.

Eu tinha a sensação de caminhar pelo fundo do mar, extraindo penosamente, por meio de guelras especiais mas insuficientes, o pouco oxigénio dissolvido em tanta água. Essa água escorria-me pelos cabelos, pela barba, pelas luvas, sobre o fato; condensava-se nos vidros mais frios da luneta, sobrepunha na atmosfera, em volta, nuvens a nuvens, véus a véus, incertezas a incertezas;

e formava vesicularmente um fluido grosso, viscoso, amarelo, negro, prolongado até muito alto, sem solução de continuidade apreciável, a lama espessa e cintilante da rua. Nas vesículas cristalinas dessa água, quase plástica, havia todos os corpos suspensos e todos os corpos dissolvidos, dos excretos de quase 5 milhões de seres humanos e de muitos mais milhões de outros animais quase tão fétidos como o homem. Todo o carvão, todo o enxofre das combustões e dos apodrecimentos, todos os sulfídricos, todos os hidrocarbonetos, todas as carbilâminas, todas as naftalinas, todos os micróbios, todos os miasmas, todas as pestes.

Nesse dia e em muitos outros dias desta semana, o gás tem-se conservado sempre aceso, nas ruas e nas casas de Londres, e os polícias e muitas pessoas trazem nas mãos lanternas com fortes reflectidores. Mas as luzes da névoa tomam um carácter estranho que desvaira: o lugar de cada candeeiro é apenas discernível por um resplendor, um nimbo, uma zona mais amarela, mais alaranjada que o resto da cerração, atenuada, esfumada, na uniformidade do nevoeiro como um toque claro e quente, numa aguarela francamente lavada. E esses nimbos, vagamente luminosos, vêem-se indefinidos no ar, até uma grande altura, e reflectidos no chão até uma imensa profundidade aparente.

À distância de um metro, entrevia eu, apenas, passar figuras obscuras, sombras fantásticas, cambaleantes, incertas, temendo sem dúvida ir de encontro a quaisquer outros vultos mais fortes ou ainda mais cegos, a uma carruagem rápida, ou a um desses poderosos cavalos *Clydesdales*, esmagadores como elefantes, que arrastam vagões tremendos e maciços, como montanhas tenebrosas que, a cada momento, tapam completamente, nas ruas de Londres, as vagas claridades e se esfumam, ilimitados, na nevoaça.

No Strand, em Fleet Street, em Ludgate e já no centro da *City*, o trânsito estava em muitos pontos impedido, a circulação detida: os carros, os *vans*, os vagões, as carroças, as carruagens, os *cabs*, os ónibus, enchiam as ruas parados; os respectivos cavalos, condutores, cocheiros, *cabmen*, carroceiros, carregadores, resfolegando e juntando à névoa gelada a fumaça dos seus hálitos ou dos seus cachimbos, imóveis, fleumáticos, pacientes, esperavam.

Cada vez que eu, circulando penosamente por entre os obstáculos, parava a contemplar aqueles vultos formidáveis e indistintos, já a curta distância, sentia uma sobrenatural impressão de terror: é que julgava ver toda a humanidade espectral sair a custo da noite, passar junto a mim, vagamente, num sonho, e mergulhar, fatal e lenta, num abismo silencioso.

De espaço a espaço, distinguia-se um vulto mais negro que todos, enorme e movediço – uma espécie de colossal estátua romana, coberta de um capacete de bronze ou de azeviche, perdida inferiormente num pedestal invisível, esten-

dendo os longos braços atléticos, esquadrando os largos ombros apartados –, a figura poderosa de um *policeman.*

Nas ruas laterais, mais solitárias, passava gente, exclamando, desvairada; mulheres fazendo gestos aflitivos e, logo, desaparecendo, desfeitas, diluídas, incorporadas na espessa neblina; alguém se perdera que essas gentes buscavam ansiosas, ou alguém se encontrara, esmagado pelas rodas dos veículos, ou asfixiado, nos bairros miseráveis, pela espessura da atmosfera que o último fôlego de dez gerações de esfomeados não pudera, enfim, vencer.

E, tenteando na algibeira da minha peliça a coronha dum revólver, embrenhei-me, vagarosamente, nas ruas trágicas do East End. Aí, os raros habitantes que se encontram podem dividir-se em três [*sic*] classes: em primeiro lugar, os que se deixam morrer e os que se deixam matar. A névoa é, muitas vezes, o fim de uma longa miséria.

Não se resiste mais: nem há haustos para aquele ar grosso e fétido, nem há músculos para combater os mais fortes. E, enfim, eu via passar, a espaços, sinistros, os *rough*, os terríveis exploradores daquelas pulverizações de humidade e de noite, onde tudo facilmente se extravia e se esquece atrás da neblina como atrás duma parede, à esquina das ruas e à esquina das cerrações. De dentro da névoa, um braço anónimo, impossível de reconhecer ou de descobrir nunca mais, estende-se para empolgar: ferido ou morto, roubado sempre, só muito tarde se é colhido por um polícia sereno, gigante, solícito, protector, mas tardio.

E é, repito, num dia de névoa espessa que a parte íntima e sentimental do carácter inglês se compreende e que as obras valiosas da arte inglesa se sentem.

É desta névoa que é feita a religiosidade da raça anglo-saxónica; é desta névoa que é feito o *Edda,* a *Faery Queen*, o *Hamlet*, Sterne, Shelley, Dickens, Carlyle, Wordsworth, Browning e Swinburne; e é contra esta névoa que apareceram os *Canterbury Tales*, Ben Johnson, *Robinson Crusoe*, *Gulliver* e Byron. São feitas desta névoa as formosas catedrais inglesas e só a educação no meio dela pode fazer os céus, as vegetações e as águas dos quadros de Turner, o único grande artista da Inglaterra.

E, detrás desta névoa, como detrás dos panos de gaze que, nos teatros, se colocam diante das pantominas fantásticas, uma vasta tragédia se desenvolvia em toda a Inglaterra.

Durante dois dias, os tribunais de Londres não puderam celebrar sessões regulares: os advogados, as testemunhas, os jurados não apareceram, apesar de

saber-se, depois, que muitos saíram de suas casas, em direcção à audiência – – onde nunca chegaram.

Nos campos, as diligências, as mala-postas, perdidas pelas estradas, transviadas, rodaram durante um dia inteiro em direcções opostas às que deveriam ter seguido. Carros saídos dos caminhos trilhados, sem que os seus condutores tivessem disso consciência, foram precipitados por despenhadeiros.

A navegação dos rios – no Tamisa em Londres, no Mersey em Liverpool, no Tyne em Newcastle – parou completamente. Nas costas do mar, os barcos mais atrevidos vagueavam incertos, tocando nos baixios, naufragando, a um tempo perdidos nas vagas e na cerração. Nos portos do canal de Bristol, os navios não se atreveram a partir; no canal da Mancha muitos, durante três dias, não puderam chegar. Os vapores de França não sabiam por onde penetrar na nuvem colossal que tinham por oeste; e os de Dover e Folkstone não ousaram largar terra.

Nos portos, ouviam-se, repercutidos no nevoeiro, até uma grande distância, os sons roucos e poderosos das grandes buzinas de alarme, anunciando, de todos os lados, um obstáculo, um perigo próximo. E muitas mulheres, vagueando pela costa, ansiosas, olhando na direcção do mar oculto, sentiam, de repente, faltar-lhes o chão sob os pés e eram precipitadas nos abismos invisíveis, cavados junto às ribas.

Nas docas de Londres, nos canais, nos rios e nos pântanos de todo o país, muitos viajantes transviados, julgando seguir os seus destinos para terra firme, entraram nas águas e afogaram-se. Gente caminhando pelos caminhos-de-ferro, sem saber, ao acaso, foi esmagada pelos trens, principalmente pelos expressos rapidíssimos; homens trabalhando nas linhas, junto das estações, foram mortos pelas locomotivas que não haviam podido ver à distância.

Eis a crónica, resumidíssima, de 3 dias de nevoeiro em Inglaterra.

E agora que me agradeçam aqueles, dentre os meus compatriotas, que mais se orgulham de ser portugueses, de descender a 3 séculos de sono, dos antigos navegadores audaciosos e de jardinarem «à beira-mar plantados», o eu não terminar esta *Revista* por um paralelo entre o que se trabalha, se produz, se cria sob estas névoas sujas e o que não se faz sob o céu azul e luminoso do nosso belo Portugal.

O Repórter, Lisboa, 23-I-1888

Conde de Ficalho

Francisco Manuel de Melo Breyner, 4.º Conde de Ficalho (1837-1903), académico, conselheiro de Estado, par do Reino e catedrático amante da botânica, ensaiou-se em trabalhos valiosos sobre *Os Lusíadas*, Garcia de Orta, os Descobrimentos, e nos contos de *Uma Eleição Perdida*, 1888. Membro dos Vencidos da Vida, esse círculo de amizades, agora com o redactor d'*O Repórter* (4-IX-1888), Oliveira Martins, vê-se numa das "Cartas do Campo" remetidas de Serpa para o jornal lisboeta.

Cartas do Campo

Meu caro Oliveira Martins

Por estas horas, de sobre o letreiro vermelho e oiro do *Repórter*, domina você as vastas solidões do Loreto: o gás alumia tristemente a praça vazia; os serenos assaltam com avidez os raríssimos fregueses e, de longe em longe, passa uma pálida frequentadora do Coliseu, recolhendo a casa. Porque Lisboa está deserta – é esta a frase consagrada. Todos afivelaram as malas e todas partiram para o campo.

Para o campo é um modo de dizer, um delicado e gracioso eufemismo, destinado a significar tudo quanto há de menos campestre no mundo.

Os ricos e elegantes foram para Sintra, ou para uma praia qualquer, continuar a vida de Lisboa: as carruagens conhecidas cruzam-se no passeio da tarde, como se cruzavam durante o Inverno na Avenida; e, à noite, às mesmas *soirées* reúnem as mesmas pessoas, com os mesmos *flirts* e a mesma ponta de má-língua – que, no fim de contas, sempre é uma consolaçãozita na vida.

Os que não são ricos ou elegantes e não podem ir *para* o campo, mas vão *ao* campo, esses empilham-se de manhã em um compartimento de segunda, ou em um Ripert, e voltam à noite de Sintra, de Queluz, ou de Caneças, mais enxovalhados do que partiram, e trazendo, como impressão bucólica e rústica, a lembrança de um almoço de bife e ovos, comido sobre a toalha de uma mesa de hotel, mais ou menos manchada de molho e de Colares.

Há, na verdade, homens ousados, de génio aventuroso, que, tomando o guarda-pó e a família, chegam até ao Bom Jesus, ou até ao Gerês. Estes exploradores, passando pelas alturas da Azambuja, entrevêem rapidamente das janelas do comboio umas eiras claras, batidas de sol, onde a corda das éguas gira no calcadoiro e uns homens suados lançam ao vento a palha desfeita. Algumas vezes, na volta, ali pelas longínquas regiões de Nine ou de Ermesinde, eles descobrem as moças minhotas, colhendo, do alto das suas escadas, os cachos de enforcado de entre o rubro das parras outoniças. Ficam assim com uma ideia vaga, muito vaga, de que há gente que trabalha no campo e morre no campo.

Porque, louvado Deus, não existe cantinho do mundo sublunar onde se viva menos na intimidade dos campos e dos seus habitantes do que nesta nossa boa terra de Portugal. Para muitos dos que lêem, e mesmo dos que pensam, é menos conhecida uma saloia de Mafra ou do Turcifal do que a *Lise* ou a *Françoise* do mestre Zola. E, na invasão da literatura russa, que aí nos veio, coada pelas traduções francesas – e não me queixo da invasão, porque a literatura é boa –, chegou a ser-nos mais familiar a fisionomia de uma *yamchtchik* ou de um *starosta*, do que a de um almocreve ou de um regedor.

Este desprezo pelas coisas do nosso desconhecido e rude povo faz-me recear que estas minhas cartas percam todo o interesse, quando eu declarar que são escritas do verdadeiro campo e que nelas se não encontrarão notícias das praias civilizadas ou das elegantes águas; nem a menção da amabilidade com que o Sr. Fulano recebeu em sua casa, deixando todos penhorados; nem elogios aos versos que o Sr. Sicrano recitou ao piano; nem comemoração da maneira magistral por que a Sr.ª D. Beltrana cantou a sua cavatina. Mas, como eu sou, antes de tudo, escravo da verdade, devo fazer desde já essa declaração, prevenindo abusos de confiança e advertindo honestamente aqueles que tivessem a infeliz tentação de as ler.

Escrevo-lhe, pois, de uma aldeia, perdida no fundo de uma das nossas províncias. De que aldeia e de que província?... É o meu segredo.

Imagine-se, se quiser, em um vale do Minho – um valezito assombrado e fresco, não belo, mas bonito, um pouco japonês no recorte das suas culturas pequeninas e nítidas. O horizonte é curto; o verde amarelo do milho em flor acaba logo ali no verde negro dos carvalhos ou no verde quente das parras queimadas. Do alto do vale, de trás de um véu de árvores, vem-nos a voz forte de uma rapariga invisível, cantando um daqueles estranhos cantos minhotos, cortados, quase sem ritmo, lançados livremente ao ar como a modulação de um melro amoroso. Mais perto, trabalham outras raparigas, graciosas e sujas, plantando firmemente os pés nus sobre a sua terra, aquela terra negra e fofa,

mexida e remexida pelas suas avós e trisavós. Pela estrada funda, chiando, sacudido sobre as lajes de granito, vem um carrito pequeno, puxado por dois bois pequenos, conduzidos por uma rapariguita de dez anos. E os boizitos, lustrosos e nédios, com os cornos desmesurados e inofensivos, com o olhar terno, com o largo focinho babado, são como a imagem da sua província – – doces e mansos, até que um dia, num terror inexplicável ou numa fantasia louca, atropelam a criança que os guia, do mesmo modo que o dócil Minho se levanta e toca a rebate, sem às vezes saber porquê.

Se o Minho lhe não agrada, coloque-me em uma vilazita branca e bem caiada da planície ribatejana. A lezíria estende-se sem uma prega até à linha distante dos choupos; lá em baixo, o salgueiral marca por uma orla verde acinzentada a curva doce do Tejo; e, no combro próximo de uma vala, os cardos secos, enormes, recortam-se no céu, tomando naquela chata uniformidade proporções de árvores. Às vezes, à noite, quando o luar se alastra sobre a lezíria, velando de gaze as formas indistintas, ouve-se muito ao longe o ruído das picadeiras dos cabrestos – é um curro de bois que vem pela estrada. O ruído aproxima-se e o curro passa lentamente: o abegão e outro moço adiante, ao boi de guia; depois o gado caldeado, toiros e cabrestos; atrás, quatro ou cinco campinos, direitos sobre os altos aparelhos, com os seus cavalos a passo, deixam-nos a impressão de verdadeiros homens, fortes e singelos no seu desembaraço inconsciente. Num momento, a uma cornada, faz-se um rebuliço, reprimido pelo Ohá! prolongado de um dos moços. O curro afasta-se; as varas dos campinos traçam linhas escuras sobre o céu pálido; o ruído das picadeiras vai-se morrendo ao longe; a lezíria fica silenciosa e só, banhada pelo luar, que acorda espelhos de prata nos remansos de água do Tejo.

Se prefere, pode mesmo admitir que me refugiei em uma aldeola do Alentejo. É a hora da calma. No horizonte, corre a charneca, escura e chata. Pelas colinas próximas alvejam os restolhos amarelados. As rolas plangentes cantam os seus amores nas azinheiras. Numa sombra magra, cisma um pastor, queimado, ardido, calcinado como o solo que pisa; enquanto, ao lado, as suas ovelhas acarradas, de cabeça baixa, se grupam à volta de um tronco de azinheira. Por um carreirito das encostas, as moças voltam do trabalho, em fila, com os lenços traçados a tapar-lhes a boca, como o véu negro dos tuaregues do deserto. E, do céu metálico, enfumaçado das roças que ardem em volta, o sol domina e abrasa tudo, como um Deus implacável e vingador.

Estou, pois, em qualquer destas províncias, ou na Beira ou no Algarve, ou em peregrinação de umas para outras, como quiser.

Em todo o caso, vivo nas aldeias, longe do importuno contacto do meu semelhante civilizado, sem jornais e quase sem notícias, não recebendo comuni-

cações da Sociedade de Geografia, nem da Sociedade Protectora dos Animais. Vivo um pouco só, um pouco com este povo, que nós conhecemos mal e nos conhece pior, com este pobre povo, que nós reunimos periodicamente nas igrejas, não para ouvir missa – o que ainda assim seria razoável –, mas para deitar em uma urna uns papelinhos, que ele não leu, onde está escrito o nome de um bacharel qualquer, empregado na alfândega ou na secretaria da Justiça, o qual, regular e conscienciosamente, lhe paga, votando-lhe uns adicionais.

E vivo bem, tranquilo e adormecido, numa sonolência do espírito, embalado por uns sonhos do passado, longe das tristes realidades do dia. Giram em volta de mim umas ideias novas à força de serem velhas, umas ideias portuguesas, vindas dos avós e dos bisavós, que não foram importadas nem bebidas em livros traduzidos, nem incutidas em compêndios mal compilados, nem ensinadas em artigos de fundo de fancaria. Rodeia-me o que ainda nos resta de nacional.

Porque, no fim de contas, isto de ser nacional, de ser português, ou sueco, ou árabe, ou o que quer que seja, significa simplesmente ser uma coisa à parte, sem imitação e sem cópia; significa ter uma língua própria e um traje especial e um modo de pensar e de sentir particular, lentamente fixado pela tradição. É isto que o povo ainda tem, ao menos cá pelos desvios da província. E se, um dia, chegarem a desnacionalizá-lo, sob o fútil pretexto de o civilizar, hão-de talvez perceber que ele fica sem grande razão de existir.

E sobre isto – como dizia aquele pobre e encantador Alfredo de Musset – – que Deus vos tenha na sua santa guarda e vos livre dos romances modernos.

O Repórter, Lisboa, 4-IX-1888

Camilo Pessanha

O poeta (1867-1926) de *Clepsydra* foi um cronista breve, mas inesperado, o que justifica apresentar *O Novo Tempo*, de Mangualde, onde as "Crónicas da Alta" coimbrã surgiram entre Dezembro de 1889 e Novembro de 1890. Eis a primeira.

Crónicas da Alta

Coimbra – dia de Natal de 1889

O mais importante da semana foi a visita do ex-imperador do Brasil. Percorreu a cidade ao lado do Senhor Bispo-Conde, entre poucas pessoas da sua comitiva, seguidos de multidão de curiosos ávidos de o conhecerem, de espiarem notas do seu íntimo viver – tocante de simplicidade.

A todos enternecia, pobre coração alanceado ao cabo da sua vida imaculada e serena – imaculada como a alvura das suas barbas brancas, serena como o seu olhar bondoso e simples.

Percorreu tudo, deteve-se a analisar tudo. E, com um tamanho interesse despreocupado, que se nos afigurava esquecer de todo a sua grande dor, decerto incurável! – este desengano vibrado à sua alma entusiasta, ao pé da sepultura.

Pobre velhinho! que ainda tem sorrisos de benevolência e de perdão sincero para a injustiça flagrante dos que serviu tantos anos de tanto amor e que, um dia, o desterraram humilhado, na idade em que todos os conselheiros de todo o mundo, rodeados de considerações e desvelos, se retiram para o fundo das suas aldeias natais, para o aconchego das aposentações gloriosas.

O velho monarca foi acolhido com um murmúrio de simpatia espontânea. Apenas, a discordar, produzindo uma sensação gélida de facada – um *viva* aos Estados Unidos do Brasil. Alguém que, no desejo heróico de bem afirmar as suas convicções, não teve pena de ir agravar uma ferida recente, nem de magoar um velho.

O *viva* perdeu-se no espaço sozinho e envergonhado. Foi a nota odiosa, que há-de sempre embaciar, nesta cidade clássica das arruaças, o lustre de todas as manifestações, por muito sinceras, por muito íntimas que sejam.

De resto… passou o dia de Natal – um dia de Natal todo claro de belo sol absorvente. Não imagina como isto é doce, mesmo aqui por Coimbra. Alexandre da Conceição escreveu uma vez que Coimbra só é bonita em férias. E eu creio mais que só é bonita em férias de Natal ou de Páscoa.

Os estudantes foram-se quase todos. Eu vi-os partir, muito saudoso das jornadas em diligência, ruidosas – com seminaristas empoleirados no tejadilho, alegres de poderem tomar sol quinze dias, nos mesmos cabeços donde saíram, pastores, para o frio claustral que os descora e lhes faz frieiras. Conheço bem, por essa estrada da Beira fora, os cantoneiros que se perfilam à borda das valetas, reluzindo ao sol a chapa de metal e os vivos encarnados; ranchos de pequenitos pelos balcões de cada casebre; pastoritos seguindo-nos longamente das ribanceiras, com o olhar dos seus olhos pretos, meigos; conheço bem tudo isto; sinto bem saudades de tudo isto… E o alvoroço com que se é esperado, a efusão com que se é recebido em um casalejo – no meu casalejo –, todo escondido entre sobreiros e pinheirais!

– E em Coimbra mesmo, não imagina como isto é doce! As famílias pobres, os que ainda sentem a poesia das grandes festas anuais, espanejando-se, penetradas de sol, os corpos satisfeitos do contacto de roupas lavadas… Isto perdeu o seu ar habitual de caserna: das casas vem uma alegria de consoada, ruidosa, bem cheirosa – com avozinhas, com pequenitos, com tudo.

Coimbra é outra de todo, principalmente para os estudantes que ficam – – sem o pesadelo da cabra e sem o pesadelo da sebenta. Eu, por exemplo, que posso dispor do meu dia em absoluto, para tomar sol e para sentir saudades. A missinha, mesmo, ouvi-a ontem: a Missa do Galo, constelada, lucinante, perdida no meio da noite, como um sonho.

O Novo Tempo, Mangualde, 28-XII-1889

Mariano Pina

Curta vida (1869-1899) para larga actividade jornalística, além de tradutor. Em Paris entre 1884 e 1891, aí lança *A Ilustração*, onde mantém uma "Chronica". Segue a de 20-II-1890: 50.

A Pátria

Neste mesmo lugar, em 1886, contava eu aos meus leitores as impressões de uma viagem que fizera a Portugal, depois de uma ausência de quatro anos em Paris.

Tinha ido muito novo para o estrangeiro, na idade em que todo o rapaz imagina que basta passar a fronteira, voltar as costas a Elvas ou a Marvão, para ser um grande homem. E eu ia para Paris!... Para o ponto do mundo onde todo o estrangeiro desejaria viver, viver até à morte; e deixar mesmo por lá os ossos, na esperança que a sombra do chorão, na sepultura de Musset, também lhe conceda a esmola de lhe descobrir uma parte da cova...

Tinha ido para Paris, naquela época em que os portugueses parece que tinham vergonha de ser portugueses; e em que os lisboetas consideravam como um desterro infame e um inferno sem tréguas viver numa linda cidade que o Tejo anima de uma vida sem igual em toda a Europa...

Nesses tempos, o patriotismo era um arcaísmo ridículo, uma palavra cómica, que ninguém se atrevia a escrever ou a pronunciar sem provocar uma gargalhada.

O patriotismo era uma velharia apenas cultivada por uns velhos da associação *Primeiro de Dezembro*. E as gerações novas, essas famosas gerações saturadas de um saloio e infecto cepticismo, riam dos que tinham a coragem de ser patriotas – porque essas gerações não sabiam o que é arriscar a vida por uma ideia, ou mesmo por um partido...

Também eu, levado na onda da geração nova, ri à barba longa dos patriotas!... Também eu ri daqueles que nos falavam da bandeira das quinas! Também eu tomei parte em conciliábulos de irreverentes, em que era prova de grande independência de espírito considerar *Os Lusíadas* como a expressão da estopada nacional!...

O que eu quisera é que todos os novos patriotas da última hora tivessem a coragem de fazer o seu acto de contrição; – tivessem a coragem de dizer que andaram iludidos!...

Em Paris, a minha primeira surpresa foi ver, na Praça da Concórdia, a estátua de Estrasburgo, desta cidade francesa que hoje está nas mãos dos alemães – coberta de bandeiras tricolores, de crepes e de coroas de perpétuas...

E todos os anos, por ocasião do terrível aniversário da ocupação estrangeira, eu vi as comissões de patriotas irem pôr novos crepes, novas bandeiras, novas coroas de perpétuas sobre a estátua de Estrasburgo, em cujo pedestal se lê esta extraordinária inscrição:

1870 – 18...

A reticência é o futuro... é a desforra... é a libertação da Alsácia e da Lorena!

Quando?... Em 18...!!

Uma noite, entrei num teatro onde se representava uma peça patriótica, tão má como as que em Portugal se têm escrito acerca de 1640. E todo o público – – este público parisiense que nós, no estrangeiro, imaginamos impressionar-se apenas com o gozo material da vida, que nós fantasiamos céptico e trocista –, todo o público, de pé, ouvia o hino nacional e todo o público rompeu nos mais entusiásticos vivas à França, num ímpeto indescritível de satisfação e de orgulho, quando surgiu dos bastidores uma bandeira azul, branca e encarnada!

Nos jornais, nas revistas e nos livros que se publicam em Paris, nunca encontrei uma frase menos respeitosa para a dignidade nacional. A arte francesa é, para os franceses, a primeira arte do mundo, a literatura a primeira de todas as literaturas, a ciência está acima de todas, a sua indústria é a primeira de todas as indústrias. O francês considera a França o único país da Europa!

Que significa esta união de crítica, esta solidariedade de ponto de vista, no terreno da dignidade nacional?... Que, acima de todas as divergências de partido, a pátria é um património que se deve defender e fazer respeitar até à morte!

E então volvi os olhos para o meu país... E foi com tristeza que eu vi uma geração, uma sociedade inteira, confessar alegremente a decadência da nossa pátria e rir dos raros espíritos que ousavam defender o nosso país e colocá-lo ao lado dos mais ilustres pela sua história, pelo seu passado, pelo contingente que ele deu para o conhecimento e civilização de novos mundos.

Em 1886, depois de quatro anos de ausência num país em que cada cidadão é um patriota, volto a Portugal. E, ao entrar a barra do Tejo, ao ver de novo terras de Portugal, à proporção que os meus olhos reconheciam os sítios onde outrora eu havia vivido e amado, sentia que os meus olhos se humedeciam de lágrimas...

Essas impressões deixei-as eu impressas numa crónica da *Ilustração*, com a sinceridade e com a franqueza com que costumo escrever – não para lisonjear leitores, mas para satisfazer aos ímpetos do meu coração e da minha consciência...

Pois essa crónica, porque era uma oração balbuciada em honra da Pátria, causou uma explosão de gargalhada no mundo onde se escreve!

E um grande poeta, o poeta do cepticismo e da irreverência, foi o primeiro que, num cavaco amigo, me crivou de ironias e de facécias, porque eu ousei escrever que a alegria de me ver no meu país se havia traduzido em sinceras lágrimas, à proporção que o vapor em que eu vinha avançava pelo Tejo acima!

E, hoje, que também o vejo à frente do movimento patriótico que agita todo o país, hoje que também o vejo empunhar uma bandeira azul e branca e lutar e combater pela honra desse bocado de pano, que diria ele hoje se eu risse da sua nobre comoção e do seu nobre entusiasmo?...

Ainda há três anos – que digo eu! –, ainda há três meses, ser *patriota* era a pior recomendação que um português podia dar da sua pessoa.

– O sr. não é *regenerador*? nem *progressista*? nem *esquerdista*? nem *republicano*? nem *miguelista*? nem *socialista*?... Não?... Então que diabo é o senhor?...

– Sou *português*, amante da minha pátria!...

– Ora, meu amigo, retórica! O senhor vive na lua... Não nos serve!

Efectivamente, não servia, não convinha a nenhum partido político todo o indivíduo que apenas pensasse na Pátria, no seu engrandecimento interno e na sua fama no estrangeiro; todo o indivíduo que não tivesse a mais leve disposição para uma negociata com o Estado ou para uma trica eleitoral.

Quem se ocupasse de defender as artes, as indústrias, a agricultura portuguesa, o nosso engrandecimento colonial, a necessidade de reformar a instrução pública, era posto fatalmente à margem.

A vida da sociedade portuguesa estava circunscrita a estes dois géneros de actividade: negociatas e máquina eleitoral...

E foi por isso que a Inglaterra nos surpreendeu brutalmente, para nos roubar as nossas colónias!

E foi por isso, pelo desleixo e pela bambochata em que vivemos há vinte anos, pela ausência de patriotas esclarecidos nas regiões do poder, que nós nos achamos na mais triste das anarquias, na mais dolorosa das situações, exaltados, perdidos, implorando com grandes berros a aliança com a Espanha e com a França!

Foram as negociatas e a máquina eleitoral que nos levaram a este estado de ansiedade, não sabendo nós mesmos o que, neste momento, mais risco está correndo: se as instituições, se a Pátria!...

A situação actual é das mais graves e das mais solenes...

Não é agora o momento de fazer recriminações, nem de apontar o dedo à indignação pública, os homens ou os partidos que mais contribuíram para a nossa decadência.

A triste verdade é que todos são os responsáveis da actual situação, todos quantos pregaram optimismo, todos quantos pregaram anarquia e todos quantos evitaram intervir nas questões políticas, abstendo-se, enterrando-se num isolamento pessimista.

Ponhamos de parte rivalidades, ódios, antipatias, vaidades, orgulhos, tudo quanto separava e desmoralizava a família portuguesa.

O que é necessário pensar é que não morre uma nacionalidade como a nossa e que um país que tem em África o prestígio que nós temos e que conta tantos elementos de riqueza e de vida não pode, não deve morrer!

Diz-se agora que, em Portugal, o que falta é um Homem, uma cabeça para pensar e para dirigir; mas que esse homem, desgraçadamente, não existe...

Tenham confiança, porque esse homem há-de fatalmente aparecer. Se não é hoje que ele surge, é porque o Destino quer que nós ainda soframos maiores provações...

Mas no dia em que realmente a Pátria estiver em perigo, esse homem surgirá, produto de uma revolta e de um grito de socorro da alma portuguesa, para nos dirigir, para nos governar:

Ou seja pela Razão!

Ou seja pela Força!

Nesse momento supremo e angustioso, todos os portugueses curvarão a cabeça, para obedecer.

É a salvação da Pátria que assim o exige.

A Ilustração, Paris, 20-II-1890

Alves Correia

Nasceu em Vila Real (25-V-1861), falecendo, tuberculoso e pobre, em Lisboa (5-I-1900). Dele disse Sousa Brandão «o mais intemerato jornalista republicano», alma de, entre outros títulos, *Os Debates* (1-VIII--1888/31-I-1891, n.º 894), *A Vanguarda* (9-III-1891/31-VII-1929, 3.ª série, n.º 3754) e *O Paiz* (1-XI-1895/19-VII-1898, n.º 982)[12].

O sr. Luciano e os Romancistas

Lemos em alguns jornais que o distinto advogado, vereador e deputado da maioria sr. Luciano Monteiro pedira na última sessão camarária que se *providenciasse no sentido de evitar que nas bibliotecas municipais haja romances.*

As providências requeridas pelo simpático advogado fazem-nos lembrar as que se costumam pedir à polícia sanitária quando nos julgamos ameaçados por alguma epidemia.

Ora, se sua Ex.ª dissesse que desejaria ver nas bibliotecas não só romances, também bons livros de ciência, de artes, ofícios, enfim, de conhecimentos úteis, além dos que, por felicidade, já lá existem, estaríamos plenamente de acordo. Seria até um bom serviço que prestaria aos munícipes, dotando ainda mais as *negregadas* bibliotecas com essas obras que se tornam indispensáveis; mas, condenando em absoluto o pobre romance, como se depreende das suas palavras, perdoe-nos o ilustre advogado a nossa discordância.

Naturalmente, o sr. Luciano Monteiro está convencidíssimo que disse muito bem; nós, porém, estamos que disse muito mal, sem que pretendamos com isto *anavalhá-lo nas colunas de um jornal.*

Vamos, pois, provar-lhe que não tem razão, parecendo considerar, qual outro Auger, o romance como um *monstro*.

O grande crítico francês H. Taine, no seu belo livre *De l'Intelligence* (cremos que o distinto advogado o não desconhece), aconselha-nos a leitura dos romancistas onde se podem tirar conclusões do ponto de vista da psicologia.

[12] *Cf.* Ernesto Rodrigues, *O Jornalista Republicano Alves* Correia, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real, 2012.

Há romances, como os de Diderot, Stendhal, Balzac, Flaubert, Zola, Daudet, irmãos Goncourt, etc., etc., que são verdadeiros estados físio-psicológicos. Isto para não citarmos senão alguns franceses, porque, se formos à literatura russa, encontraremos o que há de mais belo e surpreendente, instrutivo e utilíssimo, sob este ponto de vista.

O romance é a pintura do homem em particular, como a história é a dos homens em geral, e romances há, por exemplo, os do Walter Scott, que são tão verdadeiros como a história, no dizer do V. Cousin.

Rigauld também dizia desse *monstro* de Auger e do sr. Luciano Monteiro que ele é uma arma poderosa; que pode ser uma influência; e Millevoye afirmou algures que um bom romance vale mais do que um tratado de moral.

Os romances de Balzac são grandes estudos sociais; esse gigante modificou a sociedade, criou, por assim dizer, novas almas.

Mas nós perder-nos-íamos em citações e em observações tendentes a evidenciar ao simpático vereador da instrução o seu erro, pedindo providências contra a invasão de romances nas bibliotecas do município.

Sua Ex.ª, que é um habilíssimo advogado, não tem obrigação de saber destas frioleiras – a que Zola chama a *natureza vista através de um temperamento*, e que Taine aconselha aos estudiosos que desconhecem o Coelho da Rocha e outros de não somenos importância, para quem tem de seguir uma carreira nobre ou ser alguma coisa na vida pública.

A nós, uns visionários, que andamos aí por esse mundo de Cristo a pregar às turbas, é que deveras nos interessa[m], à falta de coisa melhor, as obras de arte, como único refrigério aos nossos males quotidianos, ou por outra, ao nosso pessimismo um tanto irritável. E estamos inteiramente convencidos que o sr. Luciano Monteiro não deixará de considerar o monstruoso romance como obra de arte, prima ou não, e como uma das mais belas manifestações de literatura.

Se tivermos tempo, ainda havemos de conversar mais largamente com sua Ex.ª sobre este assunto, sem que pretendamos, com isso, convencê-lo. No entretanto, vá esperando pelos sinceros agradecimentos, pelo menos dos romancistas cá da casa, muito nossos conhecidos, e que se chamam Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Eça de Queirós, Teixeira de Queiroz, Júlio Lourenço Pinto, José Augusto Vieira, Fialho de Almeida, etc., etc., decerto a estas horas muito admirados de que haja um luminoso espírito moderno que os ponha à margem.

Os Debates, Lisboa, 31-V-1890

Sá de Albergaria

António da Costa Couto Sá de Albergaria (São Miguel, Arouca, 1850 – – Porto, 1921) foi comediógrafo e romancista de costumes, atento às relações entre amor, política e dinheiro no seio da sociedade portuense. Um «escriptor fluente, humoristico e despretencioso», reza o *Jornal do Comércio* (29-XI-1879), ao apresentar o fascículo 6 de *Galeria do Sorvete*, onde colabora. Afirma um longo e diário magistério na primeira página do, firme desde 2-6-1888, *Jornal de Notícias* – entre 1890 e 1921 –, através das crónicas *De Raspão*, parcialmente coligidas em 2 vols. (Porto, 1900, 1909, este prefaciado por Sampaio Bruno). Escolheu-se a de 1-VII-1891, ausente desses volumes.

De Raspão

– Pois, menino, digo-te que isto vai uma bizarria! Até aqui, era só o pão que encarecia... Agora, até o fumo – o consolo do pobre, o prazer do rico, a distracção do ocioso, a alegria do triste – sobe de preço!

– Ora essa!

– É o que te digo... O monopólio, de hoje em diante, começa a carregar nos calos – como aquele diz – no vício à gente! Macinhos de cigarros de 8, tísicos e brejeiros, que a *régie* nos impingia a vintém e já ganhava dinheiro, agora ninguém os chupa a menos de trinta réis cada macinho de 10. Os cigarros de 12 passam a ser 15 por 30 réis! Tabaco em fio, maço de 10 gramas, que custava 40 réis, passa a custar 45... Enfim, é um enterrar a unha nos tabacos, que, de duas, uma: ou temos que deixar de fumar ou deixar de comer... porque, se a gente fuma, não come e, se come, não fuma, visto que o dinheiro não é elástico e não pode chegar para tudo!...

– Pois olha, eu cá não me ralo com isso... Deixo de fumar e acabou!

– Isso és tu, que o podes fazer... Mas eu, que, quando não fumo, parece que nem vejo nada, que fico aí macambúzio, que não dou uma palavra...

– E os que tomam a sua pitada? O monopólio não lhes vai também às ventas?

– Olaré! Rapé que se comprava por um vintém, agora custa 25 réis...

– Oh, com os diabos! Esses é que hão-de *espirrar*!

– Tu parece que achas graça a isto!

– Pois, então, não hei-de achar? ... Meu amigo, é preciso castigar o vício... Dantes, havia os jejuns, os cilícios, as penitências para os viciosos... Agora, em tempos de progresso e de civilização, essas coisas já se não usam... foram substituídas pelos monopólios... e, aqui para nós, que ninguém nos ouve, eu acho que foi muito bem feito... Pois o que vinha cá a ser andarem aí meninos de colégio, de paivante na boca, a deitar baforadas de fumo às ventas das pessoas grandes, pelo meio dessas ruas? Agora, com os cigarros caros, há-de haver menos vício!...

– Mas eu, que só principiei a fumar aos 25 anos, quando me casei, é que não tenho culpa do que fazem as crianças para pagar mais caros os cigarros que fumo...

– Pois não fumes...

– Mas se eu não posso deixar de fumar!

– Ah! que bela ideia que eu tive agora!

– O que foi?

– É uma fortuna... decididamente é uma fortuna!...

– Mas o que foi?

– Assinantes... accionistas... uma grande companhia... Oh! Que bela ideia!

– Mas o que foi, homem?

– Levas-lhe a casa... encanado... uma torneira... um tubo...Mas que boa coisa!

– Mas diz, homem, que ideia é essa que tu tiveste agora?

– Eu, director... tu, director... um ordenado bom... Que rica ideia!

– Mas, com mil diabos!, acaba por uma vez, diz-me que ideia é essa!

– Uma ideia para dar cabo do monopólio...

– O quê?

– Sim, para dar cabo do monopólio... pois então!?

– E como é que tu queres arranjar isso?

– Muito bem... Desafazendo os consumidores de fumar...

– Mas como?

– Como? Organizando uma grande companhia de fumo...

– De fumo?

– É claro. De fumo de alcatrão, que é muito bom para a saúde. Os que quiserem desafazer-se de fumar, assinam, pagam um tanto por mês... por exemplo... dois tostões e têm duas horas de fumo, uma de manhã, outra de tarde...

– Mas como é isso? Explica-te!

– A companhia arranja uma grande caldeira de alcatrão que produz fumo... Este fumo é encanado para casa dos consumidores como o gás ou como a água. A uma hora determinada, abrem-se as torneiras... O fumador sente imediatamente a casa cheia de fumo... Já se vê, respira fumo até abafar... tosse... engasga-se, vomita e foge para a rua. Nesse dia, não tenhas medo que ele se lembre de fumar. À tarde, depois de jantar, quando lhe apetece o cigarrinho... zás! Torna-se a abrir a torneira e nova engasgadela... No fim de dois meses, o fumador perde o vício e a Companhia tem recebido um dinheirão!

– Ó homem, olha que essa ideia não é má... O pior é...

– É o quê?

– O pior é que, por esse processo, dentro em pouco a Companhia tem de acabar, por falta de fregueses...

– Ora essa...

– Pois se eles deixam todos de fumar dentro de dois meses...

– Deixam os pais; mas depois começam os filhos e, quando estes estiverem *curados*, já uma nova camada tem aparecido para os substituir...

– Também pode ser, também...

– Então, que tal? Aprovas a ideia?

– Aprovo e vamos já tratar disso...

– Aqui, a primeira coisa que há fazer é pedir a concessão...

– Está dito...

– Nesse caso, marchamos amanhã para Lisboa e quando for daqui a um mês... temos a companhia organizada.

– Valeu. Que rica ideia tu tiveste!

– É para que saibas... Eu cá sou o homem das boas ideias...

Jornal de Notícias, Porto, 1-VII-1891

Alberto de Oliveira

O criador (1873-1940) da palavra "neogarrettismo", cujas *Palavras Loucas* (1894) perderam o brilho do tempo, era íntimo do autor do *Só*, que saúda n'*O Primeiro de Janeiro* de 21-IV-1892.

António Nobre

Quando eu, ultimamente, em um sereno artigo da revista[13], me referia à necessidade de renovar a nossa poesia, socorrendo-a com sangue português e dando-lhe a beber das fontes poéticas que, pelo País fora, transbordam de água pura – sabia já (embora de um modo confuso) que teria agora de vir encontrar em António Nobre o campeador audaz e altivo de um tão oportuno movimento e, no seu admirável livro *Só*, fácil me seria registar ideias novas, felizes ressurreições de velhos usos, intensa visão de Portugal por um exilado triste, ritmos e motivos poéticos empurrados ao sucesso, pelo empurrão do talento da alma, e que, nem por deixarem o grosso público boquiaberto, correspondem menos a uma necessidade da Arte portuguesa e documentam com menos vigor um temperamento literário que dá carácter e brilho à geração de que faz parte.

Tendo entre mãos, sobre o poeta do *Só*, um trabalho mais largo, não quero, entretanto, deixar de mostrar rapidamente aos vinte mil leitores do *Janeiro*, em termos curtos e sintéticos, mas de nenhum modo levianos, o que constitui o alto valor de tal livro e as qualidades salientes que o recomendam ao aplauso entusiasmado dos entendidos.

Direi primeiro que o *Só*, numa época de hipocrisia literária e de almas secas e parnasianas – é um livro humano, simples, cristão, escrito com febre, regado de uma alta e comunicativa emoção e intensamente revolvido pela Dor, como a leiva de um campo pela enxada de um cavador beirão. António Nobre, vê-se logo, não é um trovador feliz e amoroso, nem um dourado boémio dos vinte anos; é um triste, um desalentado, um Antero precoce, vinte anos com um passado cuja evocação já faz lágrimas, olhos grandes de criança iluminando uma testa que já tem rugas. A sua primeira obsessão, por isso, ao embebedar tamanha tristeza no vinho dos seus versos, é evocar a meninice, o colo da ama cheio

[13] *Revista de Portugal*, nº 22, quarto volume.

de tranquilidade, tempos de aldeia comungando com os pobres de espírito, repartindo juntos a mesma broa rude de felicidade. Lá de Paris, o nostálgico, só como o título do seu livro, só como a cabeça alta do seu orgulho e a maneira esquisita do seu temperamento, evoca (com uma intensidade de imaginação extraordinária) a época em que era "menino e moço" e desenterra, do vale do Passado, as suas memórias. Memórias de um rapaz que é tal qual um velhinho, pela doce tristeza com que se lembra. E isso constitui o encanto da admirável poesia "António". O seu verso ladainhado (posto em uso por António Nobre, a primeira vez em Portugal, depois das endechas dos Românticos) dá à evocação como o ritmo de um soluço humano que se prolonga. Atravessam cada estrofe, dando-lhe um tom de música onde o mesmo acorde triste vem periodicamente interromper a melodia, certos harmoniosos refrães que são também uma inovação literária de António Nobre. Poesia simples, humana, os seus episódios são populares, a sua emoção (transcrita com talento) é a de toda a gente que chora e que sofre. Entendê-la-ão os avós que rezam rimances ao lume, chorarão com ela os poveiros que vão para o mar «buscar as dores», como diz meu irmão Adolfito. Quem a não compreenderá, a não sentirá? Só os brutos, por Deus!

Não posso, num artigo tão rápido, citar mais que as poesias salientes do *Só*. Assim, no mesmo motivo evocador da infância, que é dominante no volume, tereis vós de ler certos sonetos maravilhosos das "Terças-Feiras" e a melhor poesia do livro "Males de Anto". A doçura lírica de António Nobre, o seu cristianismo de alma, têm documentos excepcionais nos versos piedosos da "Purinha" e da "Elegia" e nas endechas da "Certa Velhinha", feita no metro introduzido por Junqueiro na moderna poesia; o seu sofrimento e desespero chocaram poesias febris e exacerbadas como o "Ao Canto do Lume" e a "Vida". O *Só* não tem uma sinfonia cor-de-rosa, nem uma papoila a cantar no meio da sua tristeza. É desesperado, desalentado, doente e as desgraças do poeta desfilam, como uma procissão do Enterro, entre olhos comovidos e húmidos de espectadores.

Não julgueis que o *Só* é um livro extravagante ou exótico. O excentrismo de António Nobre é simples e todo exterior; o seu temperamento vê as coisas e a vida de um modo singular, mas vê-as fundo, vê o mar até ao fundo do mar. Por serem ditas numa linguagem bizarra, por vezes, as suas dores não são menos intensas nem menos choradas e, no conjunto, o livro é humano, popular, o alcance das suas imagens compreende-se logo e a sua tristeza insinua-se, insinua-se como gotas de água que não cessam de cair. O *Só* não tem um figurino literário, não tem um vitral, não tem um catolicismo de custódias que esplendem, nem adjectivos rebuscados, nem símbolos misteriosos de liturgia. É corredia a sua linguagem, fresca como fontes a correr, despretensiosa como

uma desgarrada de campónios ao luar, e, mesmo nas poesias mais excêntricas, a alma infantil e piedosa do poeta aparece textual, bem como as suas maneiras singelas e comunicativas nunca ficaram geladas dentro dos trajos bizarros, que tanto atrapalharam o Porto no Verão passado.

A evocação de Portugal é permanente e isto tem de se acentuar, não só pelo senso crítico que revela em António Nobre, mas por se dar num rapaz vivendo num meio enorme e absorvente, cheio de seduções e ímanes de encanto e que, entretanto, resiste, não se desnacionaliza por vaidade, nem se deixa levar na onda por covardia, mas, pelo contrário, tem sempre diante da imaginação, na sua cela de solitário perdido entre o niágara doido de Paris, a visão intensa da Pátria, à qual, apesar de tudo, não deve muitos favores. O seu céu azul de Portugal, a sua paisagem amada de Coimbra, o seu mar infinito de Leça não lho fazem esquecer nem ruídos de bulevar, nem imprevistos ataques de uma civilização diferente e aguda, nem sequer as extravagâncias e as novidades da cor local, que tanto alucinam o sr. Ramalho Ortigão. António Nobre prefere ao absinto baudelairiano das cervejarias do Bairro Latino, às nevroses literárias e exóticas dos poetinhas decadistas da última hora, a Humanidade que sofre, os ceguinhos que vão às romarias portuguesas, os pescadores que remam para o mar alto, os jantares do Sr. Abade com arroz branco como a sua alma e a enxada cristã do Zé da Teresa, enterrando os mortos. No *Só*, não há literatos nem duquesas histéricas, nem mobiliários raros, como nas cidadelas dos parnasianos. A população do *Só* é de almas e de simples: coveiros, raparigas de Coimbra, abades santos, olhos negros de portuguesas, pobres tísicas, velhos e desgraçados, paisagens tristes, Amigos distantes... Nem anglómano, nem janota da poesia, nem envolvendo-se no mar da humanidade egoísta onde a sua almadia não gosta de navegar, António Nobre nisso tudo mostra ser um verdadeiro poeta e não um *virtuose* da rima que vence dificuldades. A resistência do seu temperamento ardente e lusitano aos meios que atravessa faz-me lembrar Garrett, português sempre, e apesar de tudo, perpétuo viajante pelas sete partidas do mundo e, no entanto, escrevendo apenas, orgulhosamente, um livro de viagens... na sua terra.

A "Lusitânia" é composta em verso livre, por sinal executado com magistral euritmia. O público, por enquanto, compreende mal o encanto desta forma assimétrica, impondo aos poetas muito mais talento na procura da harmonia, mas (desde que a conseguem) dando resultados admiráveis. Junqueiro, em certas canções da agonia, maneja, com mão de mestre, o ritmo livre; alguns dos poetas novos o têm empregado também. Quando o leitor se encontra em frente de uma metrificação simétrica e igual, vai para diante, empurrado pelo próprio

andamento do verso; mas se as combinações métricas começam de variar, o leitor não compreende do primeiro lance e desgosta-se. Enfim, é uma educação nova do ouvido que resta a aconselhar, bom público...

E a verdade é que cada vez se encontra entre gente, aliás, lida, menos quem entenda e goste de versos. Compreende melhor uma balada qualquer antiga criada de lar, que tal funcionário público diligente ou tal bacharel sabido em textos. Para amar a poesia é condição indispensável ser capaz de a sentir, ter talento de alma; ora, nestes tempos positivos, as almas dos inteligentes são cada vez mais secas e estúpidas e é até curioso observar como alguns prosadores portugueses de valor dizem disparates únicos quando querem falar de versos. Por isto mesmo, acontece que o grande poeta Guerra Junqueiro ainda não encontrou um crítico que interpretasse a sua obra com exactidão e Antero de Quental mão encontrou senão o seu amigo Oliveira Martins. De qualquer desses dois poetas, tirando apoteoses quentes de admiradores, não há escrito em letra redonda nada que valha a pena ir consultar. É um trabalho que os novos terão de fazer um dia.

Tinha muito mais que dizer do *Só* e não deixarei de o fazer em ocasião conveniente. Quero terminar este artigo lembrando aos vinte mil leitores do *Janeiro* que, sendo uso, em Portugal, as gerações literárias nascentes fazerem primeiro obra de demolição, deitarem abaixo com farpas todo o existente e só depois mostrarem a sua habilidade em reconstruir, este núcleo de escritores novos que, agora, começa a ver-se, resolveu fazer justamente o contrário. Aborrecendo declamações, escreveu os seus livros, tem já uma obra que se não confunde com a dos outros e pode falar com sobranceria, pois que mostrou que tinha ideias e sabia pô-las em prática.

Como receberam os velhos esta geração, tão pouco batalhadora, toda de poetas e temperamentos doces? À troça, ao desdém, à chalaça, como já haviam recebido *A Morte de D. João* e todos os livros que não são tirados pelos seus moldes. Do alto das adormecidas cátedras da sua glória, ouvimos o seu riso exterior, mas adivinhamos o seu receio íntimo de serem envolvidos na onda e raptados à coroa de loiros protectora.

Descansai! Chegou a ocasião de demolirmos, com crueldade, tudo o que, sendo de latão, passa por de ouro e de diamantes aos olhos ingénuos. Velhos sem talento. Mediocridade Áurea! A vossa tranquilidade, o vosso fingido desprezo custar-vos-ão muito caro. Nós temos por nós a mocidade, o sangue na guelra, o cérebro esperto e agudo: vós tendes, só, coitados!, a Consagração Pública! A influência foge-vos, sois consagrados, mas ninguém vos lê: ao passo que o nosso movimento literário dia-a-dia conquista prosélitos. Já não há cole-

gial literato que não comece a soletrar pelos nossos livros e a procurar entender a nossa estética. Dois empurrões mais e a vossa porta férrea, ó velhos!, terá cedido. Então, no meio da aluvião medonha de tudo isto, ver-se-á uma luzida Renascença literária subindo em nimbos de apoteose e Portugal não morrerá, ao menos, como um idiota!

O Primeiro de Janeiro, Porto, 21-IV-1892

Pinto de Carvalho

O segundo volume de *Lisboa d'Outros Tempos* (1899; reed., 1991), sobre os cafés, recolhe crónicas n'*O Correio da Manhã* e no *Diário da Manhã*. As abaixo transcritas p. 139-147, cap. XIX, do livro de Tinop, nome que se acrescentava o jornalista João *Pinto* Ribeiro *de Carvalho* (1858-1936), correspondem, na edição de 11-III-1897 do primeiro jornal, ao cap. XVII da série "Os velhos botequins (Descrições e notas intercalares)". Suprimo notas de rodapé.

XIX

Pasquins. – Protestos e protestantes. – Revolta de infantaria 4. – Alexandre Herculano. – O chapéu alto em Portugal. – O inventor do chapéu alto. – Este chapéu alto no século XV. – O chapéu armado. – Uma pirraça feita a José Agostinho de Macedo.

Lisboa era uma terra semi-barbaresca. A civilização chegara cá e emperrara; fora atacada de reumatismo articular. Em compensação, a alegre musa do povo fartava-se de dar à luz versos pasquinários. Quando, em 1820, o papel-moeda baixou muito de preço, apareceu numa janela do muro do Passeio Público a décima seguinte:

Nação palpava, e coitada,
Teu ouro deste aos ingleses,
Dás tua prata a malteses,
Que te resta? Papelada.
Olha que ficas sem nada,
Grita com grandes clamores:
Vós que sois governadores
Fazei valer o papel,
Ponde a pregão e cordel
Os ladrões rebatedores.

Em 1823, entre os pasquins políticos, apareceu este:

Prometer, esquecer passado,
Mas usar com ingratidão,
Só o fez em Roma Nero,
E em Portugal D. João.

(*Papéis Diversos*, maço 11)

Outro, afixado no Largo de S. Paulo, dizia:

Que polícia!!! Que governo tem Portugal!
Consentir-se que se peça para a carta constitucional,
Ora, para tal governo e para quem eu sei... e...

Ó padre José Agostinho de Macedo
Se as rédeas te lançam de mão
Conta que não vais só para o Ramalhão.

Se aos dois não dás grande trambolhão
Conta que não vives pobre João.

Se te queres salvar e à Lusa Nação
Larga tudo e agarra-te à Constituição.

(*Correspondências dos Ministros dos Bairros*, maço 135)

Outros, em prosa, tinham um sabor trocista. Por exemplo, o que encontraram pregado nas esquinas do distrito policial de S. Pedro de Alcântara: «O padre guardião de S. Francisco da Cidade convida a todas as pessoas que quiserem criar porcos, vão contratar com ele, porque tem feito na Igreja Nova todos os arranjos necessários para estarem, e por preços cómodos, atendendo às presentes circunstâncias.» (*Papéis Diversos*, maço 11)

As manifestações desta ordem continuaram, mas, de todos os manifestantes, só foi preso um, Manuel José Rodrigues, soldado que fora dos voluntários reais do comércio, que teve o atrevimento de colocar uma cabeça de pato no patíbulo do Cais do Tojo, facto que coincidira com a aparição de pasquins incendiários nas ruas da capital. Preso, confessou o delito, que o intendente classificava de grande transcendência política, alvitrando que, sem discussão

judiciária, fosse o delinquente mandado para as possessões ultramarinas no primeiro navio que se fizesse de vela (*Livro 22 das Secretarias*).

Os protestos desta sorte continuaram em tempos do *usurpador*. Parodiando a frase de Mr. Salvandy no baile do duque de Orleães ao rei de Nápoles, podia-se dizer que se andava sobre um vulcão. As manifestações armadas tiveram o seu momento. A do de infantaria 4, que estalou a 21 de Agosto de 1831, teve tristíssimas consequências. Albino Francisco de Figueiredo, o *agente incógnito*, iniciador deste pronunciamento militar, conseguiu escapulir-se, deitando-se do muro que fechava o lado direito da Cotovia para o Largo das Taipas, porque então não havia saída por esse lado, nem para a frente, pelo chafariz da Alegria. Passava um cavalheiro acompanhado de duas damas, quando Figueiredo resvalou pelo muro e lhes implorou a salvação.

O cavalheiro recolheu-o em sua casa e o *agente incógnito* salvou-se, apesar do conto de réis que o governo miguelista oferecia a quem o denunciasse. Albino de Figueiredo era irmão do Figueiredo, que foi lente de botânica na Escola Politécnica.

Dezoito soldados do infantaria 4 foram passados pelas armas em Campo de Ourique e deu-se a circunstância curiosa de um deles se agarrar vivamente ao frade que lhe levara as consolações da religião e lhe havia dito que se preparasse para bem morrer, porque ia cear com Deus nessa noite. O soldado não queria largar o frade e pedia-lhe que o acompanhasse no tal repasto de além-túmulo.

Alexandre Herculano – Aretusa da política portuguesa – achou-se envolvido nesta conspiração e teve de refugiar-se em casa do capelão dos alemães, de onde passou para bordo da fragata francesa *Melpomene*, ancorada no Tejo, e, daí, para um paquete inglês que o conduziu a Inglaterra. Transportando-se para a França, alistou-se como soldado raso – o 35 da 3.ª – no batalhão de voluntários da rainha e fez parte do troço de Mindeleiros, dos valentes que, mais tarde, poderiam dizer com as maneiras altivas e castelhanas do Cid: *Desembarquei no Mindelo*, como, na antiga Grécia, os *Maratoneiros* podiam exclamar com orgulho: «*Estive em Maratona!*»

E, agora, permitimo-nos fazer uma pausa de suspensão na nossa narrativa, para referir um acontecimento da primeira mocidade deste grande homem. Três anos antes da revolta do Infantaria 4, estava Herculano na feira das Amoreiras, quando, sem se saber como, nem porquê, foi ferido. Esta ocorrência, como se diria em moderna linguagem policial, teve sua notação nos documentos da Intendência-Geral de Polícia. Transcrevemos, fielmente, o aviso que a menciona:

«Em observância do aviso de V. Ex.ª de 12 de Julho último incorporado no sumário a fl. 4, procedi a este para averiguações da conduta, vida e costumes de Joaquim António Rodrigues Galhardo e seu irmão João Rodrigues Galhardo, presos na cadeia da cidade, do qual sumário nada resulta contra os ditos presos, nem também da devassa que tirei pela desordem acontecida na feira das Amoreiras no dia 29 de Maio, em que foi ferido Alexandre Herculano de Carvalho, que declara no auto da mesma devassa não terem sido os ditos Galhardos quem o ferira, mas sim outro homem que não conheceu, acrescentando que, nem àqueles nem a este, quer ser parte em juízo. Os referidos Galhardos, nas perguntas constantes dos apensos n.ºs 1 e 2, negam o terem entrado na dita desordem e confessam terem-se retirado para o termo de Almada e Quinta do Cheira-Ventos, pelo motivo de, na noite de 29 de Maio, recolhendo-se para sua casa, os seus vizinhos lhes dizerem que soldados da Guarda Real de Polícia os haviam procurado para os prenderem. Consta-me que os ditos Galhardos não são pessoas da melhor conduta política; porém, não aparecem factos contra eles. Envio a V. Ex.ª todo o processo e ordenará o que for servido. Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos.

Lisboa, 23 de Julho de 1828.

Il.mo e Ex.mo Sr. Intendente-Geral da Polícia da Corte e Reino.

O Juiz do Crime do Bairro de Andaluz.
Joaquim Carreira Barreiros de Carvalho.»

Este documento tem a seguinte nota escrita a lápis: «E reverte o sumário e devassa para pronunciar segundo for de Direito, dando conta e assinando o dedo da segunda testemunha da devassa.»

(*Correspondências dos Ministros dos Bairros*, maço 24)

Os dois Galhardos eram constitucionais e chegaram a estar presos por esse motivo (*ibidem*). Um deles, o Joaquim, casou com uma irmã do grande historiador.

O chapéu alto era tido como um símbolo revolucionário em 1820. Foi neste ano que o *penante* entrou em Portugal, como diz Herculano e Oliveira Martins repete. Usavam no conteúdo, de copa mais baixa que o modelo francês, e com a aba quase direita e sobre o largo. O chapéu alto de pêlo, o *chapéu gadelhudo*, é de uso muito anterior, visto que a ele se refere Tolentino nas suas quintilhas.

O chapéu alto de seda (*silk hat*) já se usava em França no princípio do século (1803).

Os ingleses sustentam que o chapéu alto é de origem insular e que foi introduzido na moda londrina por um capitalista do Strand, Sir John Hetherington, o qual, em 15 de Janeiro de 1797, arvorou uma *cartola* novinha do trinque, fabricada por *Whukle and Company*, de Fleet Street. Referia o *Times* da época que, havendo aquele comerciante saído da sua loja, o aspecto do fenomenal *quico* despertou a curiosidade dos *mirões* e determinou ajuntamento, que degenerou numa ingresia diabólica.

O tempo contra a chapeleta manifestou-se e o homem por um triz que não anda em rifão.

Quer seja anedota, quer não seja, o facto é que os franceses teimam, por seu lado, que o sombreiro de copa alta é devido à sua invenção, apresentando como prova uma tela de Carle Vernet, intitulada *Un incroyable de 1796*, onde a *urna* já figurava triunfante.

Em todo o caso, essa forma de chapéu foi adoptada pelo príncipe de Gales – que, vaidosamente, se intitulava o *primeiro gentleman da Europa* – e generalizou-se, entre os *maccarroni* (pouco depois chamados *pandies*), entre os *londoners* mais sécios, entre *a jovem Inglaterra*, como se dizia então, ou a fina flor da *gentry*, como diriam os brichotes de agora, à qual pertenciam o Marquês de Anglésia, Lord Wilham Russell, Mr. Lambton, Lord Jersey e o pai, Lord Durham, ainda há pouco mancomunados contra o uso dos polvilhos. E Georges Brummel, o líder das elegâncias, o protótipo liró, o peralta que fazia a chuva e o bom tempo nas regiões superiores da alta-vida, a coqueluche dos salões. Brummel, que se demitira de capitão de hussardos só por causa do uso dos polvilhos no cabelo, também gastou a *claque* ou o chapéu cilíndrico, que lhe dava novo realce à prosápia de grão-senhor, novo relevo à bazófia de casquilho de alto lote e que lhe ia ao pintar com a casaca azul *wrig* de gola de veludo e botões de ouro, o colete amarelo, as esguias calças pretas, as luvas claras, os afiambrados sapatos de polimento, o amplo colarinho – que era um mundo, e a gravata de nó artístico – que era um poema (*The Life of Brummel,* by Captain Jesse).

O chapéu alto não podia deixar de ser querido e respeitado na *Old England*. Tem um certo ar grave, ordeiro, conservador e, como todos sabem, o espírito inglês é eminentemente conservador. Refere-se até que Gladstone hesitou muito tempo em conceder o título de lorde a Tennyson, o poeta laureado, por temer que ele se apresentasse com chapéu desabado, como habitualmente usava, e não com o chapéu alto – polido e brilhante como um sabre – na Câmara dos Lordes.

Ainda este ano (Janeiro de 97), os investigadores ingleses e franceses deitaram a prateleira abaixo, para consultarem os cartapácios pulverulentos, enegreceram resmas de papel, falaram de papo, deram quinau uns aos outros, com o louvável intuito de provar a quem de direito cabia a invenção do chapéu alto. E, vai-se a ver, o chapéu alto, ou coisa parecida, já figurava num quadro do século V, existente no nosso Museu de Belas-Artes, às Janelas Verdes. Lá se encontra uma figura masculina com um chapéu *haut de forme* branco. E eis aqui está como se escreve a história... do vestuário!

Antes de 1820, e mesmo depois, usou-se muito o chapéu armado. D. Miguel também o trazia quando vinha a cavalo, à desfilada, de Queluz a Lisboa, ou nas suas correrias pelas ruas da cidade.

Conta-se que, achando-se José Agostinho de Macedo numa loja de chapeleiro, ao Rossio, entrara um indivíduo e pedira para mandar fazer um chapéu armado, perfeitamente igual ao daquele padre.

José Agostinho acedeu a emprestar o seu para modelo.

Dias depois, representava-se na Rua dos Condes uma peça (que, segundo supomos, era o *Mau Amigo*, de António Xavier), uma comédia de grande sainete ribaldeiro, e nela aparecia o actor Inácio Caetano dos Reis, imitando soberbamente a José Agostinho. Este, que estava na plateia, viu-se obrigado a retirar do teatro, vexado com a zombaria da peça. Depois, reclamou ao intendente contra a exibição da sua pessoa no palco e a personagem foi mudada para o *Pax-Vobis*, um mentecapto que vadiava pelas ruas.

O homem do chapéu era o actor Caetano, que pôs o sal na moleirinha ao frade pimpão, conseguindo reproduzir em cena, de uma maneira, por assim dizer, gráfica, o tipo grotesco do padre roncador, ferrabrás. E nós, dado o carácter assanhado do canónico, pendemos a acreditar que ele se desataria em destampatórios agros como mingaus brasileiros, picantes como caril indiano, em bravatas ousadas como investidas de bicho chavelhudo, que está pedindo uma pega de caras.

O Correio da Manhã, Lisboa, 11-III-1897

Sousa Viterbo

De Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910), publicista infatigável, notarei a colaboração no *Diário de Notícias* de Lisboa, que o homenageou com a recolha de *Cem Artigos de Jornal* (1912). Eis o de 22-VIII-1898.

A Vida Portuguesa na Realidade e à Superfície

Muita gente imagina que o país é Lisboa e que o Terreiro do Paço é a capital desta espécie de Principado do Mónaco.

Desta aberração centralizadora é que provêm, em grande parte, os erros da nossa política e, sobretudo, da nossa administração.

Legisla-se especialmente para as secretarias, em vez de se legislar para todo o país, e desta preponderância quase exclusiva do funcionalismo em todos os actos da vida pública se deriva a indiferença com que as outras classes olham para os mais graves interesses e negócios do Estado.

O povo português, para ser bem compreendido, deve ser estudado separadamente no campo e nas cidades, porque é notabilíssima a linha divisória que separa a vida urbana da vida dos campos, embora haja uma grande afinidade de carácter entre o cidadão e o camponês.

Em geral, o nosso povo é trabalhador, parcimonioso e, sobretudo, resignado. Sofre com paciência e contenta-se com pouco. Quem percorre algumas das nossas províncias, as do Norte, especialmente, deleita-se com a beleza da paisagem idílica e acha tudo risonho. Através da verdura despontam alvinitentes os casais como que a atestar um bem-estar invejável. No entanto, um cavador como Zola havia de desenterrar muita imundície moral daquele sono, que parece abençoado por Deus. A ignorância com a pobreza, para não dizer a miséria, passeiam frequentes vezes de mãos dadas por aqueles atalhos ínvios cavados no granito.

Mas, na rudeza da sua existência laboriosa, a população dos campos mostra-se satisfeita, ou porque a domina a inconsciência da sua inferioridade perante os esplendores da civilização moderna, ou porque se conforma, vencida, com as leis imperiosas do fatalismo. O trabalhador português é frugal: o seu

alimento não pode ser mais parco. Uma tigela de caldo feito com uns pingos de azeite ou com um pedaço de unto, migadas umas folhas de couve galega, constitui o seu prato principal de resistência. Sobre a côdea de pão de milho um rabo de sardinha ou um pedaço de bacalhau já se pode considerar um manjar delicioso. Quando falta o peixe, uma rodela de cebola mata a fome, satisfazendo o paladar. Sobre tudo isto, uma pingazita do *verde* refaz a energia e dá um pouco de vivacidade.

O homem é ainda um tanto ambicioso e devaneador e nos seus momentos de concentração pensa no Eldorado, que vê em sonhos, além-mar, nas terras longínquas do Brasil. Emigrando, a mulher é quem o substitui no amanho das terras e no tráfego da casa. Quando atravessais no comboio as risonhas veigas e escarpas do Minho, ouvireis de contínuo a voz feminina, que sai dos canaviais do milho enfestoados do feijoal. Pelas estradas, os ranchos vão cantando acompanhados da toada melancólica dos carros que chiam monotonamente. Chega-se a pensar que todos os dias são dias de romaria e que a festa do solstício do Verão é uma festa permanente.

A população campesina portuguesa pode-se dizer que está simbolizada no boi, o amorável companheiro de todos os seus trabalhos, o mais comezinho e prestadio instrumento de tracção animal. O nosso trabalhador do campo tem as virtudes daquele excelente quadrúpede, mas, como ele, é tardio e moroso, sem iniciativa, sem arrojo, desaproveitando a vivacidade nativa.

A população das cidades tem um aspecto muito diferente, vê-se que está eivada da vertigem do progresso, assim como está contaminada pelos seus vícios, mas o exame superficial não é desanimador nem tão-pouco repugnante. Não há aqui as grandes fortunas: os extremos da riqueza e da pobreza não se tocam como na Inglaterra, antes, pelo contrário, mediania remediada é quem predomina. As classes propriamente populares entregam-se sem descanso à sua faina de todos os dias e as ruas de Lisboa oferecem quadros pitorescos, não tanto pela variedade dos trajos e costumes, como pela variedade dos pregões. Nada mais agradável do que ouvir logo pela manhã cedo o grito ritmado da vendedeira, que oferece os figos para o almoço, enquanto o varino de pé descalço, de uma ligeireza de andarilho, desafia o apetite da curiosidade com o clamor dos jornais que vende a troco de dez réis.

Quem vai às estações dos caminhos-de-ferro vê-as quase sempre cheias de passageiros que embarcam para as suas estações de águas, para os seus recintos de frescura, para os seus chalés e quintarolas num diâmetro de léguas em roda de Lisboa.

Respira-se por toda a parte um ar de comodidade, senão de felicidade completa, embora os taciturnos proclamem que o coeficiente de todas estas aparên-

cias enganadoras está nos montepios e casas de penhores. Isso é verdade, não se pode contestar, mas prova também que há que empenhar e quem tenha dinheiro para essas transacções, que, na maior parte das vezes, são de levar couro e cabelo.

Consideradas as coisas à superfície, não haveria ninguém que não nos julgasse um povo feliz, porque, na verdade, não somos demasiado exigentes e, contanto que tenhamos um certo número de cómodos, já nos consideramos satisfeitos. Quase até se nos poderia passar o diploma de filósofos, porque toda a nossa ambição se cifra em gozar pacificamente e sem grande trabalho, na expectativa de um bilhete da taluda, de um talher à mesa do orçamento, de uma gratificação extraordinária ou de uma pontazinha numa companhia africana. Uma corrida de touros, um sorriso andaluz, uma noite de S. Carlos, uma passeata ao campo, pouco mais constitui o ideal do lisboeta que se preza. Uma viagem ao estrangeiro por conta do Estado – isso então é ouro sobre azul!

Por certo que não é simplesmente com estes predicados que um povo se caracteriza acentuadamente e mantém com firmeza a sua individualidade nacional e internacional; outros são os deveres que nos incumbem para podermos competir sem desdouro com os povos mais adiantados, mas, ainda assim, a nossa sorte não seria de todo para lamentar, antes, em alguns casos, seria para invejar, se os altos poderes do Estado compreendessem melhor a sua missão e não comprometessem tão desastradamente, com o seu péssimo sistema administrativo, a vida económica da nação.

Aí é que me dói – pode exclamar com toda a razão o país, que já não sabe para quem há-de apelar em último recurso e, por isso, se esquece também dos seus mais instantes deveres cívicos, entendendo de si para si que o melhor meio de curar a doença é não pensar nele e ir gozando conforme pode.

É a filosofia da canção popular:

Quem canta seu mal espanta,
Quem chora seu mal aumenta!

Diário de Notícias, Lisboa, 22-VIII-1898

Padre Sena Freitas

Um dos ecos mais salientes do caso Dreyfus, entre nós, ouviu-se nas dez colunas do *Diário de Notícias* (25-IX-1899). Assinava o padre [José Joaquim de] Sena Freitas (1840-1913).

Dreyfus

Ainda Dreyfus! Não se tolera mais semelhante assunto. Tornou-se uma obsessão e sufoca. Tornou-se cegarrega e aturde. Desencalhar a pena e pôr em foco a atenção do leitor para, mais uma vez, lhe submeter semelhante objectivo, é mais que simplesmente pleonástico, é importuno às mãos cheias. Tranquiliza-te, porém, fiel leitor do folhetim do *Notícias,* que eu não tenho jeito para puxar à nora no sulco monótono e laudanizante do mesmo círculo, só para dar ao público o gosto bem equívoco de ver cair dos alcatruzes o jorro das mesmas reflexões e dos mesmos protestos. Levantarei apenas alguma espiga [que] escapa depois da ceifa, mas seguirei rumo diverso do que se pensa.

Não me deterei a observar que nunca a absolvição ou a sentença condenatória de um homem trouxe a Europa e o Mundo numa tal agitação hipnótica e febricitante, quando é certo que, se das campas pudessem surgir as cinzas de centenares de inocentes, franceses ou não, injustamente condenados, clamariam contra a flagrante parcialidade de que foram vítimas e invejariam a sorte actual de Dreyfus.

Fugirei de dizer que, nesta arrevesada questão, de quem menos se tratava e quem menos importava, senão para todos, para muitos, era o próprio Dreyfus, que não passava de um pretexto e do rótulo de um partido.

O que importava era a vitória de um princípio, que variava conforme o campo a [que] cada um pertencia. Onde o galo francês cantava não era no poleiro onde se julgava que estava grimpado. É, além disso, positivo que, juntamente com os advogados Labori e Demange, havia um terceiro, habilíssimo, cujo nome Rothschild conhece muito bem. A ninguém, de facto, surpreenderá que eu afirme que o olhar com que uma grande parte da opinião pública encarava esta pendência não era recto, como por muitos meneios se deduzia, mas oblíquo; as obliquidades, confesso, repugnam-me; gosto hoje muito menos do leão, desde que soube que o seu andar é oblíquo. São feitios.

Do mesmo modo, pouco monta agora recordar que esta odisseia famosa, que fica nos anais da *curiosidade humana* como um desmentido solene de que… a mulher seja mais curiosa de que o homem, pouco monta, digo, recordar que a odisseia francesa abrangeu, realmente, três fases ou actos, nos espíritos rectos e imparciais. Primeiro acto: o julgamento e sentença primeira de Dreyfus, como traidor à pátria, julgamento e sentença que a todos, moralmente e naturalmente falando, fez crer na culpabilidade do semita agaloado, porque se supôs a rectidão dos seus juízes militares. Segundo acto: a suspeita repentinamente lançada sobre a justiça da sentença, divulgada pela imprensa fortalecida por penas hábeis, agravadíssima pela confissão de Esterházy de ter sido ele próprio o autor do célebre *bordereau*.

Mas como a suspeita suscitada caía sobre espíritos diversamente afectados, a uns deixou incrédulos sobre a inocência do prisioneiro da ilha do Diabo, a outros perplexos, a outros convictos, segundo o grau relativo de boa-fé, de rectidão, de paixão e, também, de perspicácia de cada um. Terceiro acto: a grande ansiedade causada pelas peripécias da revisão do processo, tornada imprescindível, e do seu desenlace final; a convicção, a princípio ténue, a breve trecho mais sólida, daí por diante sempre crescente, atingindo, por fim, a certeza da inculpabilidade, ao menos jurídica, de Dreyfus, perante a ausência completa de toda e qualquer prova demonstrativa da nocuidade do pretenso réu; o sentimento de um vivo interesse e uma intensa compaixão pelo infeliz, escolhido para ser o bode expiatório dos crimes inconfessáveis dos seus colegas de classe.

E este acto termina-se por um vulcão de protestos universais e justíssimos, por um anátema estridente da consciência pública, pronunciado contra a inqualificável sentença de um tribunal que renova e confirma a condenação de um homem, de um francês, de um soldado, sem documento algum convincente da traição de que fora acusado e pela qual já por anos triturara o *fiero pasto* do galé. Outrora, podia-se ainda, com mais ou menos plausibilidade, ser antidreyfusista, dreyfusista por palpite, ou mesmo dreyfuseiro por paixão, por cálculo, por mania. Hoje, não há mais do que uma opinião possível. A verdade está aclarada para todos os que não arrastam a grilheta de nenhum preconceito que lhes tolde o juízo acromático da equidade.

Há um facto que emerge da onda de revolta de todo o processo e se impõe na sua brutal evidência, um facto que ressalta e se destaca de todas as influências antinómicas que o encobriam – anti-semitismo, maçonismo, semitismo, catolicismo, nacionalismo, militarismo, outras tantas questões colaterais; ora, este facto é que, às faces de Dreyfus, a própria má vontade das testemunhas e dos juízes de Rennes não pôde atirar um só documento verdadeiramente comprometedor para a sua inocência. Documentos *secretos* nada provariam, da

parte de um júri que tem de se justificar perante outro também respeitável, o da opinião pública, que tem direito a ser esclarecida, porque também tem de julgar. Presunções... são presunções e dessas talvez eu ainda hoje nutra algumas (não no terreno jurídico) contra Dreyfus.

O carácter conhecido do acusado, as antipatias de que era objecto no exército francês, os seus hábitos dissolutos de outrora, não são de natureza a fazer desaparecer em mim toda a nuvem de suspeita no terreno puramente moral, nem tão-pouco a circunstância de que nunca seus lábios souberam soltar a nota vibrante, comovedora, esmagadora, que a inocência perfeitamente consciente não pode recalcar e que cai ardente e incendiada, como uma faísca de nitroglicerina, no instinto justiceiro da consciência pública. Mas presunções não passam de coisa que anda no ar, não tocam o terreno sólido, como o pé mítico de Anteu tocou um dia a terra.

Não era aqui, todavia, que eu queria chegar. Atrai-me uma questão impessoal, diria mesmo, filosófica, se não ouriçasse os nefelibatas dessorados da ciência e da literatura e que, não obstante, têm toda a relação com a questão precedente. É uma questão que tem permanecido na sombra e como que em fundo de cenário, uma bela questão que nem por um momento polarizou ainda, que eu saiba, a atenção pública.

Enquanto o supremo tribunal da cassação não faz plena justiça a Dreyfus, reabilitando-o e reparando a honra da sua farda, façamos nós um bocadinho de crítica filosófica. Dreyfusistas e antidreyfusistas, todos concordam que seria um grande crime, um crime monstruoso, se aquele militar francês tivesse cometido a vilíssima apostasia de atraiçoar a sua pátria, denunciando (sem mesmo a isca do interesse venal, porque é rico) os manejos governamentais de preparativos para uma guerra possível, declarada à Alemanha. Os próprios dreyfusistas, compostos, em grande parte, de libérrimos pensadores, de discípulos de Canabis e Spencer, de Büchner e Hecket, afinam pelo mesmo diapasão dos Drumonds, dos Déroulèdes e Rocheforts, no sentido de que seria esse um delito para punir, no qual não se poderiam admitir as tais «atenuantes» calculadas, mas néscias, dos juízes de Rennes, atenuantes absurdas e ridículas, tratando-se de um soldado denunciador do seu governo e insultador da sua bandeira.

É esta a linguagem da *Aurora* e congéneres e neste ponto é também a minha. Neste mundo, contudo, não há mal algum que possa adjectivar de absoluto e que não seja ressarcido por algum bem, embora pequeno. No caso sujeito, o bem resultante de um mal deu-se no terreno científico e foi o progresso ou a evolução favorável que sofreu a psicologia espiritualista, que tendia mais e mais a ser reduzida à mera psicologia; foi um retorno, nas apreciações da

imprensa e mesmo dos homens de ciência, às puras e lídimas noções da «liberdade humana» cada vez mais eviscerada pelos dogmatizadores filósofos da matéria pura. Incontestavelmente, a doutrina da liberdade psicológica está ainda longe de ser um arcaísmo científico. Seria distracção do espírito sistemático? Excelente documento de que a distracção é, por vezes, amiga do bom senso.

Para guelfos e gibelinos é, pois, um facto que seria um enorme delito, capaz de infligir a Dreyfus o ferrete de canalha, se a sua horrível traição se provasse.

Ora, se semelhante procedimento, embora provado, fosse unicamente o produto do meio, do clima, de uma certa organização físico-cerebral, de uma hereditariedade viciosa, de uma fatalidade biológica individual, de tudo, *menos* de uma determinação consciente e mais ou menos livre e livremente adoptada, portanto, *responsável*, os qualificativos de infame criminoso, de vil traidor, para cuja punição não se admitiriam atenuantes possíveis e a quem só esperava a vindicta da suprema reprovação pública, não teriam sentido algum. Não se é vil, nem infame, por uma traição que se não pode evitar, da qual se não é responsável, para a qual militam todas as atenuantes acima apontadas, como a válvula de segurança de todos os crimes.

Não se é responsável por um acto que foi tão fatal como a queda de uma pedra desprendida de uma pedreira e atraída para a terra pela sua força de gravidade. O factor da liberdade humana é, pois, irredutível, embora seja e devam ser admitidos alguns outros, para a explicação completa de um acto humano[14]. Quando a paixão sectária não alucina os filósofos, aquele factor apresenta-se logo naturalmente como cúmplice na trama complicada de uma aberração moral, porque, superior à demonstração que, por vezes, ilude, sentimo-lo, iniludivelmente, agitar-se nos recessos profundos da consciência.

Diário de Notícias, Lisboa, 25-IX-1899

[14] É escusado observar que me refiro aqui ao homem no seu estado normal e não gravemente lesado nas suas faculdades mentais.

Agostinho Fortes

Agostinho José Fortes (1869-1940), do Curso Superior de Letras – e da Faculdade de Letras, que lhe sucedeu –, dirimou n'*A Pátria* (Lisboa) algumas posições de republicano socialista que se pretendia. O texto, de 8-II-1900, foi seleccionado para a *Antologia do Jornalismo Português*, Tomo Primeiro. 1900-1909 (ed. de Frederico Cruz, Lisboa, 1964: 19--21).

Educação da Mulher

Eis um dos assuntos mais dignos da atenção de todos e que, vergonha é confessá-lo, tem sido entre nós objecto do mais profundo desprezo. Se a iniciativa oficial pouco, ou nada, tem feito em prol da educação dos homens, sem dúvida tem lançado ao mais degradante olvido tudo quanto diga respeito à educação da mulher.

A iniciativa particular, por seu lado, presa, talvez, a um espírito de rotina prejudicialíssima, também nada tem produzido neste assunto; ou antes melhor fora que nada houvera feito, tão mau e desastroso é o quadro que nos oferece.

A mulher portuguesa, punge-nos dizê-lo, está, na generalidade, muito inferior ao ponto que deve ocupar como factor e modificador importantíssimo do nosso modo de ser social. Em regra, não é instruída e, o que é ainda muito pior, não é educada de maneira que seja um elemento de progresso e de harmonia na dinâmica da família portuguesa.

Percorramos o país em todas as direcções; perscrutemos com o máximo cuidado as condições de existência da nossa mulher e sentiremos o coração confranger-se-nos ante um quadro tão desanimador e tão tétrico, que talvez em nenhuma outra nação da Europa consiga ter par. A mulher do campo, com o espírito mergulhado no pélago da mais alta ignorância, apresenta-se-nos como simples máquina sem ideais, incapaz mesmo de elevar a sua sentimentalidade além do mesquinho âmbito da torre da sua freguesia natal.

Ajoujada ao peso de um trabalho insano, sem quase nenhuma compreensão do que deve ser e valer, a nossa mulher do campo é, ordinariamente, vítima de qualquer lavrador ricaço, que nela ceva os seus bestiais instintos de lubricidade,

julgando-se quite para com a mísera de lhe fornecer, em suas propriedade, trabalho que, por duro e vilmente pago, constitui uma nova exploração. Se chega a formar família e ser mãe, essa mulher é, geralmente, incapaz de educar a sua prole, nutrindo por ela apenas esse amor cego, mas, ainda assim, apreciável, que qualquer fêmea manifesta pela sua descendência.

Examinando o que se passa nas cidades, não é mais animador, nem mais elevado, o espectáculo que se nos antolha. Aqui poderemos, para o nosso estudo, agrupar as mulheres em três grandes classes: as pobres, as ricas ou nobres e as médias.

A mulher pobre, nas cidades, vive, com pouca diferença, nas mesmas condições intelectuais e morais em que encontrámos a mulher do campo; se é que, por vezes, mesmo essas condições se não agravam. Desconhecedora quase da benéfica atmosfera da família, porque, de muito criança, as necessidades imperiosas de uma vida cheia de agruras e misérias a arremessaram para a luta terrível da conquista do pão, a mulher proletária, na cidade, atravessa a sua existência num meio em que as asas brancas da sua castidade bem cedo se queimaram no fogo da volúpia. Vivendo nas fábricas em contacto com outras mulheres, já tristemente experimentadas, indo para a modista, seguida de qualquer D. Juan ousado e atrevido, seduzindo-se com as sedas que vê rojar a outras mulheres, a bonita fascina-se e raro é que não caia no vórtice que a chama, para figurar como hetera na cena da vida.

A mulher rica ou nobre, entre nós, é também vítima de uma falsa educação que faz dela tudo, menos uma mulher. Desconhecedora ainda, embora por outro motivos, dos doces afagos domésticos, a mulher rica ou nobre é, em regra, educada num meio defeituoso, entregue ao cuidado de mercenárias aias que consideram como única obrigação ensinarem às suas pupilas meia dúzia de banalidades, destinadas a fazê-las brilhar nos salões, onde se apresentarão já senhoras.

Ermas de afectos, apresentam-se nos salões, ou em S. Carlos, e, aí, procuram um noivo, captando-o não pelos dotes do espírito e do coração, que lhe não desenvolveram, mas pelas futilidades e bagatelas da exterioridade.

As mulheres da chamada classe média fornecem-nos alguns exemplos dignos de apreço e de veneração. É aqui que ainda, embora não tanto como seria preciso, se encontram mais vívidos e intensos os sentimentos da família, os únicos que hão-de proporcionar à mulher o desempenho da sua nobilíssima missão social.

Todavia, também a lepra de uma falsa educação já aí penetrou, e com tal virulência o mal se alastrou, que muito é de recear o rompimento dos elos que nesta classe ligam a mulher nobremente à família. Já, por um pernicioso

espírito de imitação, vemos aí a mulher aspirando a ombrear, em luxo e aparato, com aquelas que, devido ao meio em que vivem, podem só tratar de tais inutilidades.

Em todos os lugares públicos pretende ela chamar a atenção pelo espalhafatoso do vestido e pela desenvoltura do porte. Para ela, o casamento não representa o alvo sacratíssimo a que toda a mulher deve pretender, mas apenas o alcance de uma situação que a preserva das contingências da vida.

Habituada à leitura de novelas deprimentes, com a sensibilidade estragada por Terrail, Montépin e quejandos romancistas, a mulher não é, nem pode ser, o anjo bom e tutelar da família; é apenas um ser doentio e inferior, que irá inocular as gerações vindouras.

É já tempo, pois, de olharmos para este assunto com a atenção que requer, lançando ombros a uma tarefa que, poderosa e extraordinariamente, há-de contribuir para o melhoramento da nossa sociedade. Não é empresa fácil, bem o sabemos, mas, para a levarmos a cabo, temos que contar com um auxílio importante: a índole boa da nossa mulher, que só uma educação falsa tem pervertido.

Os nossos esforços não devem dirigir-se a masculinizar, permita-se-nos o termo, a mulher, como pretendem alguns inovadores propagandistas de um falso movimento feminista. O que devemos é desenvolver-lhe o sentimento, fazer dela a boa filha, a esposa casta e honesta, a mãe carinhosa e meiga, que invoquemos, como doce bálsamo e suave refrigério, nas horas amargas e de rude desilusão.

Façamos da mulher a educadora por excelência dos nossos filhos, tornando-os aptos e fortes para as grandes lutas da vida; façamos dela o sacrário augusto de todos as nossas mais puras afeições, o ser bom e afável diante do qual todos nos descubramos com reverência e ajoelhemos com veneração. Mas, oh vós todos, que andais embrenhados nas lutas tendentes ao aperfeiçoamento sucessivo da humanidade, não masculinizeis a mulher, que isso, moralmente, seria uma infâmia e, esteticamente, um crime!

A Pátria, Lisboa, 8-II-1900

João da Câmara

Fecho o século XIX com regresso à revista *O Ocidente* e terceira "Crónica Ocidental", de 10-II-1900, agora por D. João Gonçalves Zarco da Câmara (1852-1908), só conhecido como dramaturgo. Integra, também, a citada *Antologia do Jornalismo Português*, p. 25-29.

Crónica Ocidental

Um bocadinho do Padre Manuel Bernardes, chave de diamantes, para abrir uma crónica, que talvez haja de tratar de muita coisa da vida vulgar:

«Dizem que os Cursistas de Artes no primeiro ano são Doutores, no segundo Licenciados, no terceiro Bacharéis e depois são nada; porque, quanto mais vão estudando, tanto melhor sabem que não sabem e, quando era menos a luz, era mais a presunção.»

O mesmo parece querer acontecer à maior parte dos generais ingleses na campanha do Transval, bem como sucedeu ao Fritz ao cair das boas graças da Grã-Duquesa de Gerolstein.

De entrada agaloados generais, no primeiro encontro medíocres majores, maus sargentos depois e, por fim, nem cabos-de-esquadra, assim se mostraram os afamados cabos-de-guerra.

E, entretanto, parece que ainda não de todo é perdida a esperança nos ânimos dos ingleses. Há muito amor da pátria em Inglaterra, muita coragem no peito dos soldados, muito dinheiro. E tudo isso são elementos de vitória.

Mas o orgulho inglês, esse detestável orgulho, que tantas malquerenças e antipatias tem conquistado aos filhos da velha Albion, esse, sim, tem levado mais golpes do que um desastrado cavaleiro andante nos fantásticos torneios dos romances de cavalaria.

E outra vez citarei Bernardes:

«Amontoar virtudes, devoções e exercícios pios sem primeiro fazer cabedal de humildade? Pois supõe que levas pó nas palmas das mãos contra o vento.

Conhecer-se por miserável não é logo ser humilde; é não ser bruto.»

Vitória e logo derrota é a história de sempre. Depois das derrotas, outra vez vitórias é a história às vezes.

Também a Cavallieri foi delirantemente aplaudida no Teatro de S. Carlos, quando se estreou nos *Palhaços*. E, no dia seguinte, uma trovoada pôs em debandada todas as vaidadezinhas que já haviam eleito pouso naquela alma de má artista, como pardais nos ramos despidos das acácias da Avenida.

Foi-se, a toque de caixa, a Cavallieri, entre muitas troças, muita gargalhada e muita indignação de gente séria. Para contraste, chegou a Bellincioni e a *Safo* de Massenet fez esquecer de todo o horrível fiasco da famosa beleza de caixas de fósforos a vintém.

Gemma Bellincioni esteve, há muito anos, em S. Carlos, quando no princípio da sua carreira. Já então começava revelando os dotes que breve a haviam de transformar numa das mais notáveis artistas líricas italianas. Foi agora recebida com grande ovação justíssima. E ela, que nada tinha com isso, ajudou a lavar uma nódoa.

Quem dera aos ingleses uma Gemma Bellincioni que resgatasse tanta desafinação de Cavalieros!

Em S. Carlos, está agora a vitória por de cima.

Por toda a parte lutas!

A mais notável, agora, em Portugal, é a dos agricultores vinícolas, pretendendo vender seus vinhos, que nas adegas abarrotam os tonéis. Para esse fim, reuniram congresso, cuja abertura, na presença d'El-Rei e da Rainha, sr.ª D. Amélia, se realizou às duas horas da tarde do dia 5, na grande sala Portugal da Sociedade de Geografia.

Têm continuado as sessões, discutindo-se acaloradamente os diferentes pareceres.

«Eu sou dos que mais crêem no futuro, disse o Conde de Bertiandos, no discurso que dirigiu a suas majestades. Na história, vejo que nunca em feitos nossos valeu a desesperança e a fé sempre valeu.»

É assim. Com muita confiança é que deve trabalhar-se. O problema de que se trata é dos mais difíceis. Há mais de um século que se começou labutando nele e cada vez mais se complicaram as equações. À sua resolução consagrou o melhor do seu talento o Marquês de Pombal. Hoje, o caso é diferente, mas a incógnita continua a chamar as atenções, porque o problema é vital, a luta é pela vida.

Foi realmente um grande homem esse Marquês, que viu de longe os pontos de interrogação e a todos procurou suas soluções. Não lhe podem negar o altíssimo valor nem aqueles a quem sua vida, ideais e processos são antipáticos, ainda depois de tão longos anos após sua morte. Foi grande até nos ódios

que criou, grande nos entusiasmos que ainda inspira. Demonstra-o o livro do meu querido António de Campos Júnior, um dos romancistas mais notáveis da moderna literatura portuguesa. Os folhetins do *Século*, agora reunidos em volume, são a maior homenagem, mais brilhante, que um coração cheio de entusiasmo pode oferecer à memória desse grande homem. E comparável ao seu coração patriótico de António de Campos só o seu formosíssimo talento.

O romance histórico estava um pouco abandonado entre nós e a verdade é que, desde a obra famosa de Alexandre Herculano, ninguém achava o segredo de comover profundamente o público com a leitura dos grandes factos da nossa história, até que *O Século* começou publicando os primeiros capítulos encantadores do *Guerreiro e Monge*.

Cresceu o entusiasmo do público com a leitura do *Marquês de Pombal*. Breve teremos o *Camões* e então o aplauso há-de ser sem precedentes. O livro de António de Campos será digna homenagem ao autor dos *Lusíadas*, livro para damas, para cavalheiros e para todos, como deste dizia o Telmo Pais.

A história que, durante tantos anos, pouco interessou os romancistas, inspirou entretanto os dramaturgos, que, desde que Lopes de Mendonça escreveu *O Duque de Viseu*, a ela foram buscar por muita vez assunto. Quando foi do centenário do descobrimento da Índia, quantos, só nessa ocasião, apareceram!

A velha sociedade portuguesa, depois do drama, inspirou a comédia e tanto nela os autores foram felizes, que duas festas em teatro português se realizaram, há dias, muito infelizmente, ambas na mesma noite. Festa ao Marcelino Mesquita com *Peraltas e Sécias* no Teatro de D. Maria, festa a Eduardo Schwalback com o *Poeta de Xabregas* no Teatro da Rua do Condes.

Assim vão os teatros tendo concorrência e já duas novas festas se anunciam para que o público se vai preparando: estreia de Ângela Pinto na *Lagartixa*, que breve veremos no Teatro D. Amélia, e reaparição da Lopiccolo em teatro de Lisboa, representando na revista *O Suplemento do Século*, já em ensaios na Trindade.

Alegrias! Alegrias! Vamos rir, rir muito, isso é que é certo.

E para alegria hebdomadária, mais certa que as previsões do tempo do velho padre Ferreira na folhinha a cada lua, aí temos agora *A Paródia*, o novo jornal de caricaturas de Rafael e de Manuel Gustavo.

Quatro números saíram, que foram quatro primores!

Já dos dois primeiros foi preciso fazer nova tiragem, tamanha foi a venda, para além de todo o cálculo.

Que alegre página a do último número, troca de ameixas na Ameixoeira!

Diz a folhinha que o entrudo está próximo e que nos devemos divertir. Divertir! O que quer isto dizer? Se há nada mais aborrecido do que essa

alegria bulhenta com que muitos se embebedam e que aos outros só causa dores de cabeça e comichões nas pontas dos pés!

Divertir!… Andar alegres, sim. Mas, para isso, precisa quem não tenha alegria dentro na alma que um outro lha traga.

E o Bordalo se encarregou disso. Pois bendito ele seja e que *A Paródia* não envelheça nunca, para que dê alegria a filhos, netos e bisnetos.

É o tempo das festas, dos teatros, dos bailes.

Para alegrias de maior mansidão, alguns concertos tem havido, entre eles, notável, o de Alfredo Napoleão, no salão da Trindade.

Vai-se o gosto pela música felizmente desenvolvendo entre nós. Todavia, não tanto como por nosso bem deveríamos todos desejar. Lembra-me ainda de como friamente o público de Lisboa concorreu ao último concerto de Vianna da Motta, uma glória portuguesa, cujo nome fora já aclamado pelo público de algumas das primeiras capitais da Europa e nas principais cidades da América.

Outros nomes merecem nossa veneração e respeito e, para não citarmos senão os últimos que aplaudimos, lembraremos apenas os de Rey Colaço e da sua gloriosa discípula, exímia intérprete de Schumann, de Chopin e de Grieg, sr.ª D. Elisa Baptista de Sousa.

Que belo refúgio a música e que bálsamo para dores o doce esquecimento da alma, baloiçada em mar de harmonias ao sopro do génio!

A arte é a suprema consoladora.

Quisera sobre o assunto dizer alguma coisa do último livro de Severo Portela, *Terra de Exílio*. Ele mo proibiu com as amabilidades que a meu respeito escreveu. Ao livro dele e ao seu artigo na *Tarde* responderá um santo, a quem dou procuração: «Non quam multis placeas, sed qualibus stude.» Disse-o S. Martinho Dumiense: «Vê a quais agradas e não a quantos.»

O tempo é de alegrias e o mesmo santo escreveu: «A tristeza proíbe-lhe a entrada no coração; se já entrou, proíbe-lhe a saída ao rosto.»

O Ocidente, Lisboa, 10-II-1900

BIBLIOGRAFIA

1. **História, teoria e crítica**

AA. VV., *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*, Vila Nova de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos,1993.

AA. VV., *Curso de Jornalismo*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963.

AA. VV., *Da Semiótica Literária*, Lisboa, Editorial Vega, 1988.

AA. VV., *Estética do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974.

AA. VV., *Jornalismo e Literatura*, Lisboa, Editorial Vega, 1988.

AA. VV., *Que Pode a Literatura?*, trad. de Urbano Tavares Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1968.

AA. VV., *Théorie des Genres*, Paris, Seuil, 1986.

Alexandre, Valentim, *Os Sentidos do Império. [. . .]*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.

Almada Negreiros, José de, *Obras Completas. Ensaios I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971.

Almeida, Mário de, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, Rodrigues & C.a – – Livreiros Editores, 1917.

Alves, Ricardo António, "A propósito do Repórter X", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13-IV-1993.

Aranha, Brito, *Factos e Homens do Meu Tempo – Memórias de Um Jornalista*, tomo III, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1908.

Araújo, Silva, *Vamos Falar de Jornalismo*, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social, 1988.

Archambault, F.; Ambault, M., *Un Journal pour 30 Centimes! Mythes et Réalités de la Presse Moderne*, Paris, Julliard, 1966.

Bachellier, Jean-Louis, "Les combles du mélodrame. *Les Mystères de Paris*: Roman-feuilleton et mélodrame", *Revue des Sciences Sociales* (Lille), tome XLI, nº 162, avril-juin 1976.

Balbi, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve. . .* , tome second, Paris, 1822.

Baptista, Jacinto, *Alexandre Herculano Jornalista*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977.

— e Valdemar, António, *Repórteres e Reportagens de Primeira Página*, 2 vols, Lisboa, 1991-1992.

Barreto [Marquês de Fronteira e d'Alorna], D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias*, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1932), Lisboa, INCM, ^{2}1986.

Barthes, Roland, *Essais Critiques*, Paris, Seuil, ^{2}1971.

Basto, Artur de Magalhães, *Três Fases do Jornalismo Portuense*, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. II, fasc. III, Setembro de 1939.

Bastos, [F.] Leite, "Carta-Folhetim", *O Século das Luzes* (Lisboa), nº 1, 20-VIII-1866.

Belchior, Maria de Lourdes, "A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX" [1971], *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série Filologia, vol. I, 1973 [em sep., 1974; = = "Temas de Cultura Portuguesa. (Séculos XIX-XX)", *Os Homens e os Livros. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980].

Bellemin-Noël, Jean, "Avant-texte et lecture psychanalytique", *Colloque International de Textologie à Mátrafüred* (Hongrie), 1978, Budapest / Paris, Magyar Akadémiai Könyvtára/CNRS, 1978.

Berlanga, Jorge, "Vida de telenovela", *in* "Culebranos de verano", *ABC* (Madrid), 14-VII-1990.

Bessa, Alberto, *O Jornalismo. Esboço Historico da Sua Origem e Desenvolvimento até aos Nossos Dias*, Lisboa, 1904.

Boileau, *Oeuvres, I, Satires-Le Lutrin*, Paris, Garnier-Flammarion, 1969.

L'Art Poétique, Paris, Librairie Larousse, coll. Nouveaux Classiques Larousse, 1972.

Borque, José María Diez, *Literatura y Cultura de Massas. Estudio de la Novela Subliteraria*, Madrid, Alborak, S. A. de Ediciones, 1972.

Bory, Jean-Louis, *Eugène Süe – Le Roi du Roman Populaire*, Paris, Hachette, 1962.

"Premiers éléments pour une esthétique du roman-feuilleton", *Tout Feu Tout Flamme. Musique II*, Paris, Julliard, 1966: 13-41.

Boyer, Alain-Michel, "Questions de paralittérature. [...]", *Poétique*, 98, Avril 1994.

Braga, Teófilo, *História do Romantismo em Portugal*, Livro II, Lisboa, 1889.

Braudeau, Michel, "La solitude du feuilletoniste", *Le Monde* – Spécial Salon, 20-III-1992.

Brilhante, Maria João, "Le roman-feuilleton est-il un objet ittéraire?", *Ariane. Revue d'Études Littéraires Françaises* [(Lisboa), L'Objet Littéraire, org. Teresa Almeida], 14/15, 1996-1997: 85-98.

Brunetière, F., *Manuel de l'Histoire de la Littérature Française*, Paris, Delagrave, [6]1987.

Bruno, Sampaio, *A Geração Nova (Ensaios Críticos). Os Novelistas* [1886], Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão – Editores, 1984.

Bryson, Lyman, *The Communication of Ideas*, New York, Harper, 1948.

Cabral, Fernanda Damas, "A sedução do fantástico e do humor. Uma leitura de 'Os Canibais"', *Vértice* (Lisboa), II série, 10, Janeiro de 1989.

Cabrujas, José Ignacio, *in* "Los 'culebrones' son cultura?", *El País* – Babelia, 26-X-1991.

Calcagno, Giorgio, "Uma notte a Verona nacque Sandokan", *La Stampa* – – Tuttolibri (Turim), 4-V-1991.

Caparelli, André J. C., *Les Mystères de Paris (1842-1843) d'Eugène Sue: Enjeux Médiatiques d'Une Écriture au Rez-de-Chaussée du Journal*, mémoire de master II, Montpellier III, Université Paul Valéry, 2007-2008.

Cardet, Ricardo, *Manual de Jornalismo*, Lisboa, Editorial Caminho, [2]1979.

Castelo Branco, Camilo, *Esboços de Apreciações Literárias* [1865], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [5]1969.

Boémia do Espírito [1886], Porto, Lello & Irmão – Editores, [5]1975.

Castelo Branco, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Livros Horizonte, [4]1990.

Castro, Aníbal Pinto de, *Balzac em Portugal. I (Contribuição para o Estudo da Influência de Balzac em Portugal e no Brasil)*, Coimbra, 1960.

Castro, Mário de, *O Alentejo, Terra de Promissão*, Lisboa, Seara Nova, 1933 [no frontispício, 1932].

Catalogo do Jornalismo Portuguez Antigo e Moderno, Lisboa, 1897.

Chagas, João, *Vida Literária (Ideias e Sensações)*, Coimbra, 1906.

Chagas, Manuel Pinheiro, "Recordações de Um Jornalista", *A Illustração Portugueza*, 2º ano, nº 41, 26-IV-1886; nº 42, 3-V-1886.

"Revista da Semana", *Gazeta de Portugal*, 25-X-1863.

Chalon, Jean, "Découvrez... Eugène Sue", *Le Figaro Littéraire*, 13/14- -VIII-1977.

Chartier, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.

Cochofel, João José, *Críticas e Crónicas*, Lisboa, INCM, 1982.

— dir., *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

Coelho, Jacinto do Prado, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* [1946], I, Lisboa, INCM, ^{2}1983.

— dir., *Dicionário de Literatura*, Porto, Figueirinhas, ^{3}1979.

Coelho, Latino, *Cervantes*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, ^{2}1919.

Connoly, Cyril, *Ce Qu'il Faut Faire pour ne plus Être Écrivain*, Paris, Fayard, 1992.

Couégnas, Daniel, *Introduction à la Paralittérature*, Paris, Seuil, coll. Poétique, 1992.

De Marchis, Giorgio, *E... Quem É o Autor Desse Crime? Il Romanzo d'Appendice in Portogallo dall'Ultimatum alla Repubblica (1890-1910)*, Milano, LED, 2009.

Defoe, Daniel, ['Introduction'], *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner. As Related by Himself*, London, Paris, New York & Melbourne, Cassel & Company, s. d.

Duchêne, Roger, "Lettres et gazettes au XVII^{eme} siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XVIII, Paris, Armand Colin , octobre--décembre 1971.

Dupuit, Christine, "Presse et littérature à la fin du siècle", *Europe* (Paris), nº 751-752, novembre-décembre 1991.

Derouet, Luís, "Uma vez por outra (Pequenas notas de Lisboa)", *O Primeiro de Janeiro*. Cadernos do Centenário, 7-VIII-1969.

Eco, Umberto, *Apocalittici e Integrati*, Milano, Bompiani, ^{3}1982.

"Elogio do *Monte Cristo*", *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*, trad. de Helena Domingos e João Furtado, Lisboa, Difel, 1989.

Eliot, T. S., "Jornalismo e literatura", *Diário de Lisboa* – Vida Literária, 17-V-1958: 17.

Erbolato, Mário L., *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979.

Erlich, V., *Il Formalismo Russo*, Milano, Bompiani, ^{2}1973.

Estrela, Edite, *Dúvidas do Falar Português. III*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988.

Eurico, Pedro, *Figuras do Passado*, Lisboa, 1915.

Europe (Paris), nº 542, Juin 1974.

Fernán-Gómez, F., "Nuevo género literario", *El País Semanal*, 24-VI--1989.

Fernandes, Joaquim, "*Gazeta Literária* (1761-62): reflexos e sombras de um jornal das 'Luzes"', *Revista da Faculdade de Letras* / História (Porto), II

série, vol. X, 1993: 205-231.

Ferraz, Maria de Lourdes A., *A Ironia Romântica – Estudos de Um Processo Comunicativo*, Lisboa, INCM, 1987.

Ferreira, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*, Lisboa, Moraes Editores, 1980.

– e Marinho, Maria José, *Bom Senso e Bom Gosto. [...]*, vol. IV, Lisboa, INCM, ^{2}1989.

Ferreira, José Maria de Andrade, "Jornalismo litterario em Po[r]tugal", *Archivo Pittoresco*, tomo I, nº 12, 1857.

O Baile Nacional e Seus Mysterios. Physiologia das Lorettes de Lisboa e dos Seus Amantes, Lisboa, 1860.

Litteratura, Musica e Bellas-Artes, Lisboa, 1872 [1871, no frontispício].

Ferreira, Vergílio, "Crónica sobre a crónica", *Expresso*, 21-II-1981: 16.

Ferreras, Juan Ignacio, *Estudios sobre la Novela Española del Siglo XIX. La Novela por Entregas. 1840-1900 (Concentración Obrera y Economía Editorial)*, Madrid, Taurus Ediciones, 1972.

Ferroni, Giulio, *Storia della Letteratura Italiana. Dall'Ottocento al Novecento*, Milano, Einaudi, 1991.

Figueiredo, Cândido de, "João de Lemos", *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporaneos*, Lisboa, 1881.

Figueiredo, Fidelino de, *L'Arcadia e il Romantismo in Portogallo*, trad. de G. C. Rossi, Firenze, Casa Editrice Le Mounier, 1941.

A Critica Litteraria em Portugal (Da Renascença á Actualidade), Lisboa, 1910.

"Do gothico e das cathedrais na litteratura", *Estudos de Litteratura*, quarta série, Lisboa, Portvgalia, 1924.

Estudos de Literatura, primeira, segunda, terceira séries, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917-1918-192.

História da Literatura Romântica (1825-1870), Lisboa, Liv. Clássica Editora, ^{2}1923.

Flaubert, G., *Dictionnaires des Idées Reçues*, *in Oeuvres Complètes*, 2, Paris, Seuil, 1964.

França, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal*, I-VI, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

Quinhentos Folhetins, 2 vols., Lisboa, INCM, 1984, 1993.

Garção, Mayer, *Os Esquecidos*, Lisboa, 1924.

Garcia, José Martins, "Acerca de História literária", *Linguagem e Criação*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1973.

Genette, Gérard, *Palimpsestes. La Littérature au Second Degré*, Paris, Seuil, coll. Poétique, 1982.

Gomes, Adelino, "Jornalismo, Literatura / A Relação Ambígua", *Público* – Leituras, 4-VI-1994.

"Arte inferior, mas humana", *ibid*., 28-V-1993.

Guerreiro, Fernando, "Literatura industrial – um paradoxo romântico", *Vértice*, 67, Julho-Agosto de 1995.

Guimarães, Fernando, "O «texto a seguir» em Mário Cláudio", *A Poesia Contemporânea Portuguesa e o Fim da Modernidade*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

Guirado, Maria Cecília, *Relatos dos Descobrimentos do Brasil. As Primeiras Reportagens*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

Hall, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água, 1986.

Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX. 2 vols. Coord. e org. de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998-2002.

Lapa, Albino, *A Palavra 'Lisboa' na História do Jornalismo*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1967.

Lawton, R. A., *Almeida Garrett. L'Intime Contrainte*, Paris, Didier, 1966.

Leite, Luís Filipe, "A Imprensa politica e a Imprensa litteraria", *Archivo Pittoresco*, nº 13, 2-III-1857.

Lima, Alceu Amoroso, *O Jornalismo como Género Literário*, Rio de Janeiro, Agir, 1969.

Lisboa, Eugénio, "José Régio e a Cultura Francesa ou as Afinidades Relutantes", *Letras & Letras* (Porto), nº 96, 2-VI-1993.

"[Con]Viver com Camilo", *O Escritor*, nº 2, Dezembro de 1993 [reprod. em João Camilo dos Santos, ed., 1995].

Luz, Nuno Henrique, "Evolução na continuidade", in AA. VV., *Retratos de Ontem*, Lisboa, Editorial Notícias, 1994.

Machado, Álvaro Manuel, *Les Romantismes au Portugal. Modèles Etrangers et Orientations Nationales*, Paris, FCG/CCP, 1986.

Magnien, Brigitte, ed., *Hacia Una Literatura del Pueblo: del Folletín a la Novela (El Ejemplo de Timoteo Orbe)*, Barcelona, Anthropos, 1995.

Maia, Matos, *Telefonia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

Malraux, A., *O Homem Precário e a Literatura*, trad. de António Tavares-Teles, Lisboa, Edições António Ramos, 1978.

Marques, Henrique, *Memórias de Um Editor*, Lisboa, Livraria Central Editora, 1935.

Martins, Fernando Cabral, "Os Canibais", *Vértice*, 2ª série, 10, Janeiro de 1989.

Martins, José V. de Pina, "*O Portuguez Constitucional* e a Revolução de Setembro de 1836", *Cultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

Martins, Rocha, *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1942.

Memorias de Litteratura Portugueza, Lisboa, Real Academia das Ciências, 1792.

Mendes, Manuel, *Retratos de Alguns Portugueses*, Lisboa, Edições António Ramos, 1977.

Mendonça, A. P. Lopes de, *Ensaios de Critica e Litteratura*, Lisboa, 1849.

Memorias de Litteratura Contemporanea, Lisboa, 1855.

Notícia Historica do Duque de Palmella, Lisboa, 1859

Meyer, Merlyse, *Folhetim: Uma História*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1996. (Rec. de Gabriela P. Soares, in *Penélope*, 23, Lisboa, 2000: 195-198); [2]2005.

Moisés, Massaud, *Dicionário de Termos Literários*, S. Paulo, Editora Cultrix, 1974.

Moix, Terenci, "Basura para el espíritu", *El País*, 30-I-1993.

"Lágrimas de folletín", *El País Semanal*, 23-I-1994.

Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, *Viajando com Garrett pelo Vale de Santarém (Alguns Elementos para a História Inédita da Novela de Carlos e Joaninha)*, sep. do vol. IV do *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966.

Muresanu, Marina Ionescu, "Narration et (typo)graphie", *Cahiers Roumains d'Etudes Littéraires*, 2, Bucarest, Editions Univers, 1981.

Nemésio, Vitorino, "Júlio César Machado e os folhetinistas", *Ondas Curtas*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. [1945].

"O folhetim", *Diário Popular* (Lisboa), 22-3-1950.

Neves, Henrique das, *Esbocetos Individuais* [*Individualidades*, 2ª série, 1º vol.], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1911.

Neves, Mário, *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

Nogueira, José Félix Henriques, *Obra Completa*, tomos I-III. Ed. de António Carlos Leal da Silva. Lisboa, INCM, 1976-1980.

Olinto, António, *Jornalismo e Literatura*, Rio de Janeiro, 1955.

Oliveira, A. Lopes de, *Como Trabalham os Nossos Escritores*, Lisboa, Editorial Proença, 1950.

Oliveira, César, *O Socialismo em Portugal. 1850-1900*, Porto, Afrontamento, 1973.

Oliveira [Carneiro], Maria do Nascimento, *O Fantástico nos Contos de Álvaro do Carvalhal*, Lisboa, ICALP, 1992.

Olivier-Martin, Yves, *Histoire du Roman Populaire en France*, Paris, Albin Michel, 1980.

Oscarsson, Ingemar, "Le feuilleton dans la presse française dans les années 1790 et au début du 19e siècle. Du supplément indépendant aux rez-de-chaussée sous le filet", *Dix-Huitième Siècle* (Paris), nº 25, 1993.

Outeirinho, Maria de Fátima, *O Folhetim em Portugal no Século XIX. Uma Nova Janela no Mundo das Letras*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, 2003.

Pato, Bulhão, *Sob os Ciprestes. Vida Íntima de Homens Ilustres* [1874], Lisboa, Perspectivas & Realidades, [2]1986.

Pereira, A. X. da Silva, *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, 1895.

Picard, Michel, "Pouvoirs du feuilleton ou d'Artagnan anonyme", *Littérature*, nº 50, Mai 1983.

Pimentel, Alberto, *Entre o Caffé e o Cognac*, Porto, 1873.

Vinte Annos de Vida Litteraria, Lisboa, 1890.

"A propósito do jornalismo lisbonense". *Fotografias de Lisboa* [1874], Lisboa, Frenesi, 2005: 93-102.

Poirot-Delpech, Bertrand, "Questions à la critique", *La Règle du Jeu* (Paris), 4e Année, nº 11, sept. 1993.

Portugal Antes e Depois de 1846 ou Apontamentos para a Historia Contemporanea, Lisboa, 1847.

Prostes, Henrique de Carvalho, *Statistique de la Presse Périodique Portugaise. 1641 à 1872*, Lisboa, 1873.

Queffélec, Lise, *Le Roman-Feuilleton Français au XIXe Siècle*, Paris, PUF, coll. Que sais-je?, 1989.

Queirós, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, vol. primeiro, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1980.

Correspondência, 1º vol. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho. Lisboa, INCM, 1983.

Da Colaboração no "Distrito de Évora" – I (1867), Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

Páginas de Jornalismo. "O Distrito de Évora" (1867), vol. II, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1981.

Quental, Antero de, Obra Completa. *Prosas da Época de Coimbra*, Lisboa, Sá da Costa, 1973.

Textos Doutrinários e Correspondência, col. 'A Geração de 70', I vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1987.

Régio, José, "Álvaro de Carvalhal e a literatura fantástica", *O Primeiro de Janeiro*, 6-III-1968 [reprod. em *Crítica e Ensaio* / 2, Lisboa, Círculo de Leitores].

Páginas de Doutrina e Crítica da 'Presença', Porto, Brasília Editora, 1977.

"Sobre o estilo de Álvaro do Carvalhal", *O Primeiro de Janeiro*, 27--III-1968.

Reis, Carlos, [recensão], *Colóquio/Letras*, nº 34, Novembro de 1976.

O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários, Coimbra, Livraria Almedina, 1995.

Renouveau, Pierre, "Préface", *in* Claude Bellanger *et alii*, *Histoire Générale de la Presse Française*, tome I, Paris, PUF, 1969.

Rial, Horacio Vázquez, "La novela popular", *El País* – Babelia, 25-IX--1993.

Ribeiro, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, tomo VII, Lisboa, 1878.

Ricardo, Daniel, *Manual do Jornalista*, Lisboa, *O Jornal*, 1990.

Rocha, Clara, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa, INCM, 1985.

Rocha, João L. de Moraes, *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM, 1998.

Rodrigues, Ernesto, "Introdução", *in* Ramalho Ortigão, *Farpas Escolhidas*, Lisboa, Editora Ulisseia, 1991.

Rosado, Nuno, *A Imprensa*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1966.

Sá, Maria das Graças Moreira de, "Literatura e Cultura (Breve Apontamento)", *Românica. Revista de Literatura*, 1-2, Faculdade de Letras de Lisboa – Departamento de Literaturas Românicas / Edições Cosmos, 1992-1993.

Sabry, Randa, "Les lectures des héros de romans", *Poétique*, 94, Avril 1993.

Sampaio, Albino Forjaz de, *Homens de Letras*, Lisboa, Livraria Editôra Guimarães & C.ª, 1925.

Santos, João Camilo dos, ed., *Camilo Castelo Branco no Centenário da Morte*, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies at the University of California, 1995.

Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

Para Uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XX, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983.

Santos, Rogério, "Jornalismo Português em Finais do Século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar", *Media & Jornalismo* (Lisboa), 6, Primavera/Verão de 2005: 83-94.

Saraiva, António José, "Civilização e cultura", *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8-XII-1981.

A Escola – Problema Central da Nação, Lisboa, 1947.

O Que É Cultura, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.

Saraiva, José António, *Bertrand – A História de Uma Editora*, Lisboa [Amadora], Ed. Bertrand, 1979.

Serra, Tania Rebelo Costa, *Antologia do Romance-Folhetim (1839 a 1870)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

Serrão, Joel, *Temas Oitocentistas* – I, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

Silva, Inocêncio Francisco da; Aranha, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomos I, VIII, XII, XX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, 1867, 1884, 1911.

Simões, João Gaspar, *História do Romance Português*, II, III, Lisboa, Estúdios Cor, 1969-1972.

"*O Malhadinhas* – Novela picaresca nacional", *Diário de Notícias* – – Artes e Letras, 14-XI-1974.

"Perspectiva da colaboração literária de *O Primeiro de Janeiro*: do folhetinista do século XIX ao articulista do século XX", *O Primeiro de Janeiro*, 1-I-1968.

Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa. Das Origens ao Século XX, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

Soares, Fernando Luso, *A Novela Policial-Dedutiva em Fernando Pessoa*, Lisboa, Diabril, 1976.

Sousa, Maria Leonor Machado de, *Fernando Pessoa e a Literatura de Ficção*, Lisboa, Editorial Novaera, 1978.

A Literatura 'Negra' ou de Terror em Portugal (Séculos XVIII e XIX), Lisboa, Editorial Novaera, 1978.

Steiner, George, *Presenças Reais. As Artes do Sentido* [1989], trad. e posfácio de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

Stern, Irwin, "A limbo of liberal thought: portuguese newspapers 1760- -1820", *in Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Faculdade de Letras de Lisboa / ICALP, 1990: 165-183.

Tengarrinha, José, "Uma importante obra inédita sobre o jornalismo português", *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV, 2, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1963: 42-352.

História da Imprensa Periódica Portuguesa, Lisboa, Editorial Caminho, [2]1989. Refundição: *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2013.

Teyssier, Paul, "Le Brésil primitif et magique de Guimarães Rosa", *Etudes de Littérature et de Linguistique*, Paris, FCG/CCP, 1990.

Todorov, T., *Les Genres du Discours*, Paris, Seuil, 1978.

Introdução à Literatura Fantástica, Lisboa, Moraes Editores, 1977.

– ed., *Teoria da Literatura*, I, Lisboa, Edições 70

Veloso, Lúcia Mariano; Sousa, José Manuel Motta de, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para Uma Bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

Venâncio, Fernando, *Concepções de Língua Literária em Portugal na Época de Castilho (1835-1875)*, tese [policópia], Amsterdão, 1995.

Villa-Moura, Visconde de, *Vida Litteraria e Politica*, Porto, 1911.

Wittmans, Luzia Helena, [recensão], *Expresso* – Cartaz, 7-I-1989.

Zéraffa, Michel, *Romance e Sociedade*, Lisboa, Estúdios Cor,1974.

1.1. *Dicionários*

Aulete, Caldas, *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* (continuado por António Lopes dos Santos Valente), Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Bescherelle aîné, M., *Dictionnaire National ou Dictionnaire Universel de la Langue Française*, par –, tome premier, quatorzième édition, Paris, Garnier Frères, Libraires – Éditeurs, 1871.

Bloch, O.; Wartburg, W. Won, *Dictionnaire Etymologique de la Langue Française* [1932], Paris, [9]1991.

The Concise Oxford Dictionary of English Literature, second edition, revised by Dorothy Eagle, London – Oxford – New York, Oxford University Press, 1970.

Constâncio, Francisco Solano, *Diccionario Critico Etymologico da Lingua Portugueza*, Paris, 1836.

Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza, [...] precedido de huma introducção grammatical por –, Paris, [4]1852.

Dauzat, Albert; Dubois, Jean; Mitterrand, Henri, *Nouveau Dictionnaire Etymologique et Historique*, Paris, Librairie Larousse, 1964.

Diccionario Manual e Ilustrado de la Lengua Española, Madrid, Espasa-Calpe, 1927.

Echegary, Don Eduardo de, *Diccionario General Etimologico de la Lengua Española*, t. 3, Madrid, 1888.

Faria, Eduardo de, *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* [1835, 1855], Lisboa, Imprensa Nacional, ^{3}1857.

Figueiredo, Cândido de, *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*, I, Lisboa, 1899; nova edição, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1913.

Fonseca, Joseph [José] da, *Nouveau Dictionnaire Portatif Français-Portugais et Portugais-Français* par –, nouvelle édition, corrigée et augmentée, partie française-portugaise, Lisbonne, De l'Imprimerie de Rolland, 1839.

Diccionario da Lingua Portugueza, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J. I. Roquette, Paris, Em casa de V.ª J. P. Aillaud, Guillard e C.ª, 1867.

Novo Diccionario Francez-Portuguez, Paris, 1879.

Freire, F. de Castro, *Novo Diccionario Francez-Portuguez...*, Lisboa, 1879.

Larousse, M. Pierre, *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, par —, tome huitième, Paris, 1872.

Machado, José Pedro, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenação de —, III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

Nascentes, Antenor, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*, Rio de Janeiro, 1955.

Silva, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portugueza*, Lisboa, ^{2}1813 [edições subsequentes: 1823, 1831, 1844, 1858, 1878 [II t.], 1891...].

Trésor de la Langue Française / Dictionnaire de la Langue Française du XIXe et du XXe Siècle, tome huitième, Paris, Editions du CNRS, 1980.

Vieira, Dr. Fr. Domingos, *Grande Diccionario Portuguez...*, terceiro volume, Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

2. **Literatura**

2. 1. *Portuguesa*

Abelaira, Augusto, *O Único Animal Que?*, Lisboa, *O Jornal*, 1985.

Almada Negreiros, José de, *Nome de Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, ^{3}1971.

Baptista-Bastos, "Fragmentos da idade da construção", *O Escritor* (Lisboa), nº 3, Março de 1994: 15-19.

Braga, Mário, *As Rosas e a Pedra*, Editorial Escritor, 1995.

Nevoeiro / Caminhos sem Sol, *ibid*., [2]1996.

Brandão, Raul, Obras Completas. *Memórias*, vol. I, Lisboa, Jornal do Fôro, 1969.

Obras Completas de Raul Brandão, volume sexto, *Húmus*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

Carvalho (Tinop), Pinto de, *Lisboa d'Outros Tempos*, I-II, Lisboa, Fenda, 1991.

Carvalho, [António] Silva, "A aventura", *in* AA. VV., *Ruínas*, Lisboa, Quatro Elementos Editores, 1990.

Castelo Branco, Camilo, Obras Completas de –, dir. de Justino Mendes de Almeida, vol. I [*Anátema*], Porto, Lello & Irmão – Editores, 1982.

A Sereia, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [6]1968.

Scenas Contemporaneas, Lisboa, 1855.

Castilho, Júlio de, *Memorias de Castilho*, tomos III, IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, [2]1929-1930.

Chagas, Manuel Pinheiro, *Poema da Mocidade Seguido do Anjo do Lar* [1865], Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [2]1901.

Coelho, Eduardo Prado, *Tudo O Que não Escrevi. Diário I*, Porto, Edições Asa, 1992.

Coelho, Henrique Trindade, *Prosas e Versos de Belchior da Nóbrega*, 1922.

Correia, Hélia, *A Fenda Erótica*, Lisboa, *O Jornal*, 1988.

Dias, Duarte, *Várias Obras em Língua Portuguesa e Castelhana*, Paris, FCG / CCP, 1991.

Emílio-Nelson, José, *Poesia Vária*, Porto, Gota de Água, 1991.

Ferreira, José Gomes, *Passos Efémeros. Dias Comuns – 1*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.

Gama, Sebastião da, *Diário*, Lisboa, Edições Ática, [4]1970.

Gonçalves, Orlando, *Enredos da Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993.

Lisboa, Irene, Obras Completas, vol. IV, *Voltar atrás para Quê?*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

Lourido, José F., *O Príncipe Que Se Transformou em Sapo*, Lisboa, Contexto, 1993.

Machado, Júlio César, *À Lareira*, Lisboa, 1872.

Amigos... Amigos..., 1853.

Aquelle Tempo, em *Cláudio*, Lisboa, [2]s. d. [1875].

Apontamentos de Um Folhetinista, Porto, 1878.

Contos a Vapor, Lisboa, 1863.

Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos Humoristicos, Lisboa, 1871.

Histórias para Gente Moça, Lisboa, 1863.

Recordações de Paris e Londres, Lisboa, 1863.

A Vida Alegre (Apontamentos de Um Folhetinista), Lisboa, 1880.

A Vida em Lisboa [1857-1858], 2 vols., Lisboa, ^{2}1901.

Melo, D. Francisco Manuel de, *Carta de Guia de Casados*, Lisboa, Editorial Presença, 1965.

Melo, Tomás de, *Modesta. Memorias de Um Degredado*, Lisboa, 1874.

Mendonça, A. P. Lopes de, *Memórias de Um Doido* [1849], introd. de José-Augusto França, Lisboa, INCM, ^{4}1982.

Scenas da Vida Contemporanea. Primeira Serie, Lisboa, 1843.

Scenas e Phantasias de Nossos Tempos, Lisboa, 1860.

Meneses, Albino de, *A Noite Bizantina*, sel., pref. e notas de Nelson Veríssimo, Funchal, DRAC, 1991.

Miguéis, José Rodrigues, *Aforismos e Desaforismos de Aparício*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

O Espelho Poliédrico, Lisboa, Estúdios Cor, 1972.

Onde a Noite Se Acaba [1946], Lisboa, Estampa, ^{6}1985.

O Pão não Cai do Céu [1981], Lisboa, Estampa, ^{4}1982.

Moutinho, José Viale, *A Sala dos Espelhos*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1993.

Navarro, António Rebordão, *A Praça de Liège*, Venda Nova, Bertrand Editora, ^{2}1996.

Nazaré, Santos, *Eva*, ed. de Álvaro Manuel Machado, Lisboa, INCM, 1987.

Ortigão, Ramalho, *Correio de Hoje*, II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1948.

Costumes e Perfis, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1944.

Farpas Escolhidas, ed. de Ernesto Rodrigues, Lisboa, Ulisseia, 1991.

Figuras e Questões Literárias, II, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1945.

Folhas Soltas. 1865-1915, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1956.

Pacheco, Fernando Assis [entrevista], *Ler*, nº 26, Primavera [de] 1994.

Pato, Bulhão, *Paquita*, Lisboa, 1866.

Pessoa, Fernando, *Poemas de Álvaro de Campos*, ed. de Cleonice Berardinelli [Série Maior da Edição Crítica de F. P.], Lisboa, INCM, 1992.

Pinto, Alberto Oliveira, *O Saco dos Livros*, Porto, Afrontamento, 1991.

Praça, Afonso, *Um Pouco de Ternura e Nada Mais*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.

O Coronel Que Morreu de Sentido, Lisboa, Editorial Notícias, 1996.

Queirós, Eca de; Ortigão, Ramalho, *O Mistério da Estrada de Sintra* [1870], Porto, Lello & Irmão – Editores, s. d.

Rebello, Sílvio, *Poesias*, Lisboa, 1991.

Régio, José, *Confissão Dum Homem Religioso. Páginas Íntimas*, Porto, Brasília Editora, 1971.

A Velha Casa. I. Uma Gota de Sangue, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Ribeiro, Aquilino, Obras Completas. *Um Escritor Confessa-se*, Amadora, Livraria Bertrand, 1974.

Ribeiro, Tomás, *D. Jaime* [*ou a Dominação de Castela*, 1862], Porto, Lello & Irmão – Editores, s. d.

Saramago, José, "Viagens na Minha Terra", *Deste Mundo e do Outro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971.

Sena, Jorge de, *Antigas e Novas Andanças do Demónio*, Lisboa, Edições 70, 1978.

/ Régio, José, *Correspondência*, org. e notas de Mécia de Sena, Lisboa, INCM, 1986.

Serrano, Miguel, *Estátua Alada*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993.

Silva, Agostinho da, *Lembranças Sul-Americanas*, Lisboa, Edições Cotovia, 1989.

Sousa, Franco de, *As Irmãs Sete-Pecados*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993.

Valente, Vasco Pulido, "O modo da vida", *K* (Lisboa), 4, Janeiro de 1991.

Vasconcelos, A. A. Teixeira de, *Viagens na Terra Alheia. De Paris a Madrid*, Lisboa, 1863.

Verde, Cesário, *Obra Completa de CesárioVerde*, ed. de Joel Serrão, Lisboa, Portugália Editora, [3]s. d.

2. 2. *Estrangeira*

Allende, Isabel, *Eva Luna*, trad. de Carlos Martins Pereira, Lisboa, Difel, 1988.

Andrade, Mário de, *Poesias Completas*, São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1974.

Assis, Machado de, *Quincas Borba*, Paris – Rio de Janeiro, Livraria Garnier, [2]s. d.

Bazin, H., *A Morte do Cavalinho*, trad. de António Ramos Rosa, Lisboa, Unibolso, s. d.

Bruckner, Pascal, *O Remorso do Homem Branco*, trad. de Emanuel Lourenço Godinho, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.

Camus, Albert, *Primeiros Cadernos*, 'breve nota prefacial' de António Quadros, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

Cendrars, Blaise, *Rum*, trad. de Eduardo Valente da Fonseca, Lisboa, Unibolso, s. d.

De Amicis, Edmondo, *Cuore. Libro per i Ragazzi*, Milano, Fratelli Treves Editori, 1919.

Dell'Aira, Alessandro, *O Mocho e o Mago*, trad. de Alessandra Balsamo e Maria Nella Vercesi, Porto, Afrontamento, 1993.

Dumas, A., "Avant-Propos", *La Comtesse de Charny* [1852], Paris, R. Laffont / Bouquins, 1989.

Figueres, Josep; Seabra, Manuel de, *Antologia da Poesia Visual Europeia*, Lisboa, Editorial Futura, 1977.

Flaubert, G., *Novembro*, trad. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Edições Cotovia, 1991.

Gallo, Max, *Belle Époque*, trad. de Ana Luísa Faria, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

Gattai, Zélia, *Anarquistas, Graças a Deus*, Lisboa, Publicações Europa-América, ^{2}1984.

Um Chapéu em Viagem, Lisboa, Publicações Europa-América, ^{2}1986.

Jardim de Inverno, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988.

Gracq, Julien, *En Lisant, En Ecrivant*, troisième impression, Paris, José Corti, 1981.

Kafka, F., *Os Aeroplanos em Brescia e Outros Textos*, trad. de Ana Maria Freire Damião, Lisboa, Livros do Brasil, 1988.

Krleza, Miroslav, *O Grilo sob a Cascata*, trad. de Irondino Teixeira de Aguilar, Lisboa, Livros do Brasil, s. d.

Kundera, Milan, *A Imortalidade*, trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.

Llosa, Mario Vargas, *Conversa na Catedral*, trad. de José Teixeira de Aguilar, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

A Tia Júlia e o Escrevedor, trad. de Cristina Rodriguez, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

Mauriac, François, *Journal*, I, II, Paris, Grasset, 1944.

Modiano, Patrick, *Vestiaire de l'Enfance*, Paris, Gallimard (Folio), 1989.

Orsenna, Erik, *A Exposição Colonial*, trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

Pasternak, Boris, *Ensaio de Autobiografia*, trad. e pref. de João Gaspar Simões, Lisboa, Editorial Inquérito, s. d.

Romains, Jules, *Les Hommes de Bonne Volonté*. III. *Les Amours Enfantines*, Paris, Flammarion, 1932.

Roth, Joseph, *Fuga sem Fim*, trad. de José Sousa Monteiro, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

Sartre, Jean-Paul, *As Palavras*, trad. de J. Guinsburg, rev. por Fernanda Botelho, Amadora, Livraria Bertrand, ^{3}s. d.

Seabra, Manuel de, *Antologia da Poesia Britânica Contemporânea*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

ÍNDICE DE JORNAIS E REVISTAS

Omitem-se alguns títulos duvidosos ou factícios, dando o benefício da dúvida a poucos: se não os encontramos, não significa que não tenham existido; outros são reconduzidos ao (supostamente) verdadeiro título. Face à homonímia – que, em 1998, aconselhava I, II, III, etc. –, optou-se por incluir cada título de local e tempo diferentes sob a mesma designação, com parcas excepções. O leitor acha logo o que pretende. Os estrangeiros, à parte em 1998, são absorvidos pelo índice geral. Total: 1 247.

A 1.ª edição comportava índices onomástico (p. 467-489) e de assuntos (p. 457-466). Como, agora, triplicava o onomástico – Camilo Castelo Branco, por exemplo, tem mais de duzentas entradas –, não se justificavam quatro cadernos de 16 páginas em papel, quando se torna fácil a busca na simultânea edição digital.

À suivre 561
À Volta do Mundo 277
ABC [Espanha] 370, 393, 396, 397, 733, 734, 736, 1048
ABC 58, 73
ABC-zinho 719
A Abelha 109, 110, 156
A Abelha / L'Abeille, 234, 285
Abelha do Meio Dia 99
Abelha Portuguesa 113
A Abelha Portuguesa 110
A Academia 208, 247
A Academia de Coimbra 248
O Académico 204, 245, 246, 248
O Açafate de Costura 237
O Açoriano Oriental 286
O Açoute dos Periodiquistas 119
Actualidades 772
Afonso Henriques 298
O Agapito 294
Águia 270
A Águia 486
A Águia do Ocidente *ver* A Águia
Álbum Literário 208, 239
Álbum Teatral 166
All Story 739
Alma Nova 248, 267
A Alma Nova 266, 302
Alma Pátria 269
Almanaque de Lembranças 442, 454, 457
Amazing Stories 739

A América 209, 273, 277, 587, 961
O Amigo da Infância 129
O Amigo da Pátria 504
O Amigo da Verdade e da Infância 129
O Amigo da Religião 496
O Amigo do Estudo 209, 239, 477
O Amigo do Povo 273
O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade 110
Amigo do Príncipe 113
O Amigo do Rei e da Nação 282
Amusement Périodique 124
Anais da Sociedade Literária Portuense 149
Anais das Ciências, das Artes e das Letras 91, 95, 109, 198, 245
Anais das Ciências e Letras 198, 288
Anais do Município da Horta 130
Anais Marítimos e Coloniais [Anais de Marinha] 152, 287
Anais Tauromáquicos 296, 587
Analecto de Recreação e Erudição 140, 141
Análise Social 91, 107, 126, 127, 129, 157, 242, 244, 615
Anátema 241, 248, 264, 348
O Angrense 287
Annali 84
A Anona 285
O Anónimo 117, 124, 142, 229, 754, 783
Antiquário Conimbricense 287
O António Maria 774
O Anunciador Comercial 276
O Anunciador Literário 167
Annuncios rurais 272
Apolo 152, 236, 474
Apologia do Periódico que tem por título "Reflexões sobre o Correio Brasiliense" 102, 281
O Arauto 480
Argus Lusitano 99
Ariane 470, 1048
O Aristarco Português 159, 213
O Armazém Interessante 109, 142
Armazém Interessante e Recreativo... 109
O Arquipélago 416
O Arquivista 151, 474
Arquivo Bibliográfico 250, 267, 962
Arquivo Comercial 273
Arquivo Contemporâneo 215, 476
Arquivo de Peças Divertidas e Científicas 96
Arquivo Democrático 126
O Arquivo Lisbonense 153
Arquivo Literário 215, 221
Arquivo Nacional 61, 73, 80, 364, 581
Arquivo Pitoresco 71, 121, 177, 197, 199, 225, 244, 287, 288, 582, 613, 619, 719, 852, 854, 1050, 1051
Arquivo Popular 149, 215, 233, 287, 288
Arquivo Português 215
Arquivo Romântico 175
Arquivo Teatral 162, 287
Arquivo Universal 184, 189, 200, 202, 598
A Arte 254, 278
A Arte Musical 166
Arte Portuguesa 266
A Arte Portuguesa 258
A Arte Tipográfica 505
Artes e Letras 177, 216, 321, 938, 942
O Artilheiro 149, 285, 286, 299
L'Assemblée Nationale 738

A Assembleia Literária 189, 235, 584
Astro da Lusitânia 91, 110, 116
Atalaia 296
Atalaia Nacional dos Teatros 163
O Ateneu 126, 190, 204, 246, 263, 266, 288, 468, 961
O Átila 144, 206, 246
Atlântico 297
Atlântida 671
O Atleta 287, 486, 487
Aurora 208
A Aurora 186, 239, 248, 255
Aurora Académica 247
Aurora Comercial 296
A Aurora do Lima 461
Aurora do Liz 504
A Aurora do Tâmega 482
Aurora Lisbonense 155
A Aurora Literária 209, 246, 481
L'Aurore 401
The Author 649

A Bandeira dos Operários 126
Bandeira Portuguesa 275
O Baratíssimo 119
O Barbeiro 286
O Bardo 72, 161, 172, 339
A Batalha 482
O Beija-Flor 152, 160, 234, 471
O Bejense 254, 267, 317, 329, 491, 492, 861, 866
Belém 285, 286
O Bem Público 339
A Beneficência 235, 585
O Berro 168
Bibliografia 167
Bibliografia Portuguesa e Estrangeira 166
Biblioteca dos Pobres 275
Biblioteca Familiar e Recreativa 149, 285, 287
Biblioteca Universal 91, 137, 140, 229
O Bico de Gás 161
O Bijou 156
O Biógrafo 150, 581
Bocage 118, 160, 512, 513
Boccaccio 160
Boletim 100
Boletim Anunciador 167, 300
Boletim Bibliográfico 102
Boletim Bibliográfico / Biblioteca Mário de Andrade 744, 764
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto 1048
Boletim Cultural do Ginásio Vilacondense 133
Boletim da Academia das Ciências de Lisboa 65
Boletim [da] Associação Cultural Fialho de Almeida 58, 364
Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra 753
Boletim da Faculdade de Direito 130
Boletim da Faculdade de Farmácia 130
Boletim de Bibliografia Portuguesa 256
Boletim do Banco Popular Independência 277
Boletim do Centro Republicano Português no Pará 280
Boletim do Exército de Operações 128
Boletim do Instituto Menezes Bragança 131
Boletim do Núcleo Cultural da Horta 130

Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira 90, 121, 152, 182, 216, 220, 256, 264, 270, 1056
Boletim Municipal 262
Borboleta 114
A Borboleta 239, 249
Borboleta Constitucional 113
A Borboleta dos Campos Constitucionais 113
Borboleta Duriense 114
Bordadeira e Moda Portuguesa 238
A Bordadeira 238
Boudoir 158, 237
La Bougie du Sapeur 465
O Bracarense 293, 586, 615
Brados Literários 271
Branco e Negro 129, 268, 314, 348
Brás Tisana 60, 161, 292
O Brasil 273, 278
Brasil-Portugal 270, 276
O Brasileiro em Lisboa 279
O Brigantino 299
Brotéria 161, 315

O Cábula 303
O Cacete 89, 119
Cadernos AEL 468
Cadernos Aquilinianos 657, 671
Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS 489
Cahiers Roumains d'Études Littéraires 1052
O Caixeiro 654, 656, 662
Câmara Óptica 96
Cambio 16 392
[O] Camões 160
Campeão Lisbonense 114
O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo 91, 110, 147, 445
O Campino 372
O Campo d'Ourique 303
Canção do Sul 304
A Capital 57, 74, 90, 243, 314, 413, 505, 640, 651, 718, 730
A Caridade 302
A Caricatura 286
O Cartão de Visita 243, 299
O Católico 128
O Católico Terceirense 128
O Cenáculo 219, 266
Centenário do Bom Jesus 278
O Chaveco Liberal 60
O Cidadão 295
Cidadão Artista Constitucional 110
Cidadão Astuto 113
O Cidadão Filantropo 178
O Cidadão Literato 114
Cidade de Lisboa 260
Cidade do Rio 283
A Ciência Infantil 128
Ciências, Artes e Letras 262
Ciências e Artes 250
O Cisne do Tejo 153
A Civilização 216, 298
Civilização e Progresso 504
O Civilizador 262
Clamor Académico 206, 246
Clamor / O Clamor do Povo 294
Clamor Militar 128
O Clamor Público 193, 292
Claro-Escuro 55
Clarim Português 321
Clio 127, 305
A Coalizão 474
Colecção de Novas Modinhas 169
Colecção de Trajes que usam todas as Nações do Mundo 100
Colóquio/Artes 562

Colóquio/Letras 126, 194, 251, 349, 406, 468, 486, 518, 563, 577, 584, 591, 607, 626, 681, 686, 1054
Colóquio. Revista de Artes e Letras 120, 198, 982
O Comércio 622
O Comércio d'Elvas 504
O Comércio d'Escalhão 302
O Comércio da Guarda 299
O Comércio de Coimbra 518
Comércio de Lisboa 294, 310
O Comércio de Penafiel 297
O Comércio do Porto 145, 163, 313, 314, 315, 329, 339, 350, 382, 471, 472, 477, 481, 504, 563, 586, 588, 619, 834, 838, 982
O Cometa 285
Communications 720, 742
O Compilador 486
O Compilador ou Miscelânea Universal 114
O Concelho d'Estarreja 304
O Concelho de Valpaços 547
O Conciliador do Reino Unido 283
A Concórdia 630
O Conimbricense 289, 292, 305, 550
O Consciencioso 295
O Conservador 293
O Constitucional 287
Le Constitutionnel 580
O Contemporâneo 218, 239, 277
O Contemporâneo Político e Literário 91, 110
Contrariedades a Um Excelente e Novo Periódico Imaginado… 114
Convergência Lusíada 271
Corneta do Diabo 338
O Correio 286
Correio Brasiliense 95, 97, 100, 102, 104, 105, 108, 143, 281, 282
Correio Brigantino 505
Correio da Europa 277, 479
O Correio da Europa 273
Correio da Estremadura 301
Correio da Europa 277
O Correio da Europa 272
O Correio da Manhã 331, 482, 985, 1027, 1032
Correio da Península, ou Novo Telégrafo 99
Correio da Tarde 99
O Correio das Damas 160, 233, 285, 287
Correio das Modas 96, 228, 230, 783
Correio de Lisboa 105, 157, 266, 287, 434, 487, 504, 574, 623, 787, 788, 794
[O] Correio de Londres 100
O Correio do Ave 133
Correio do Brasil 275
O Correio do Funchal 295
Correio do Outro Mundo 98
O Correio do Pombal 588
Correio do Porto 110, 112
Correio do Ribatejo 301
O Correio dos Açores 111
Correio Geral do Comércio 108
O Correio Macaense 132
Correio Mercantil 421, 505
Correio Mercantil e Económico de Portugal 91, 102
A Correspondência de França 282
A Correspondência de Roma 282
Correspondência do Norte 218
Correspondente *ver* Novo Correspondente
Correspondente Constitucional 114

O Corretor Lisbonense 167
O Corsário 150
O Cosmorama Literário 183
Courrier de la Nouveauté 228
Court Journal 886
O Crepúsculo 141, 188, 207
A Crisálida 205, 239, 246
O Cristianismo 128, 161
A Crítica 267
A Crónica 256, 263, 767
Crónica Constitucional de Angra 766
Crónica Constitucional de Lisboa 144, 766
Crónica Constitucional da Cidade do Porto 766
Crónica da Terceira 766
Crónica Constitucional de Goa 767
Crónica Constitucional do Porto 766
Crónica de Bragança 767
Crónica do Algarve 767
Crónica dos Açores 766, 767
Crónica dos Teatros 165, 767
Crónica Eborense 767
Crónica Ilustrada 767
Crónica Infantil 767
Crónica Jurídica 767
Crónica Literária da Nova Academia Dramática 183, 192, 245, 287, 767
Crónica Mensal 258, 767
Crónica Moderna 257, 767
Crónica Musical 767
Crónica Nacional em Braga 767
Crónica Portuguesa 767
CrónicaVisiense 767
O Cronista 62, 160, 192, 206, 481, 767, 776, 780, 782, 795, 822, 824
O Cronista [Brasil] 144, 443
O Cronista de Tissuary 767
Cronista Constitucional 767
A Cruz 161
O Cruzeiro do Sul 653, 654
O Cruzeiro ou a Estrela constitucional dos portugueses 111
O Cubense 300
Cultura 136, 243
Cultura – História e Filosofia 127, 198
Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias 132
Czas 416

D. Quixote 268
Daily Courant 101
The Daily Telegraph 732
Le Débat 120
O Debate 339
O Defensor 287
Defensor do Catolicismo 289
O Defensor do Trabalho 294
Delibros 736
As Delícias da Vida 155
Democracia 296
La Democracia 499
Democracia do Sul 304, 498
Democracia Portuguesa 588
Despertador Nacional... 114
Dez Réis 287
Desenjoativo Teatral 163
O Dia 581
Dia de Juízo 286
O Diabo 408, 675, 676
O Diabo Coxo 296
Diálogo das Duas Velhas 231
Diálogo dos Cegos 113
O Diário 712, 715
Diário Constitucional 283
Diário Crítico sobre os Erros dos Falsos Filósofos 242
Diário da Câmara dos Deputados 114

Diário da Manhã 74, 338, 1027
Diário da República 67, 70
Diário da Regência 81, 114
Diário da Tarde 918
Diário das Câmaras 963, 964
Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa 114
Diário de Avisos
Diário de Badajoz 99, 100, 101
Diário de Juízo
Diário de Lisboa 51, 81, 318, 350, 352, 364, 383, 384, 386, 389, 538, 581, 593, 640, 648-650, 670, 673, 674, 724, 730, 1050
Diário de Notícias [Funchal] 329, 331, 332, 493, 587, 984, 987
Diário de Notícias 23, 33, 35, 36, 47, 54, 60, 61, 64, 66, 70, 119, 161, 168, 170, 184, 236, 242, 259, 286, 320, 321, 335, 336, 338, 339, 351, 352, 375, 378, 379, 381, 382, 384, 386, 387, 397, 401, 407, 410, 413, 430, 436, 438, 440, 441, 442, 454, 476, 480, 482, 483, 493, 495, 499, 506, 532, 538, 570, 572, 581, 582, 583, 585, 587, 588, 591, 619, 621, 623, 624, 625, 626, 636, 640-646, 650, 653, 663, 664, 671, 687, 709, 714, 726, 728, 740, 743, 744, 759, 763, 772, 867, 869, 871-874, 904, 986, 1033, 1035, 1036, 1039, 1055
Diário de Portugal 361, 499, 587
Diário do Funchal 297
Diário do Governo 81, 110, 124, 285, 286, 338, 339, 795, 814, 815, 827, 897
Diário do Governo da Corunha 100
Diário do Governo Brasileiro 282
Diário do Porto 73, 99
Diário do Povo 193
Diário Económico 729
Diário Extraordinário da Europa 114
Diário Fluminense 283
Diário Ilustrado 243, 289, 296, 339, 477, 479, 483, 570, 743, 947, 950, 983
Diário Lisbonense 70, 71, 91, 99, 101, 105
Diário Mercantil 273, 512
Diário Nacional 110, 112, 338
Diário Popular 21, 24, 33, 34, 36, 52, 58, 127, 338, 339, 343, 365, 366, 407, 640, 650, 651, 676, 677, 678, 680, 687, 725, 1052
Diário Popular [Funchal] 379
O Direito 623
Disparates Literários 105
Discursos 729
A Discussão 292, 493
A Distracção Instrutiva 244
O Distrito de Braga 536
Distrito de Bragança 131, 304
Distrito de Évora 92, 124, 359, 360, 498, 506, 615, 759, 890, 1054
Distrito de Santarém 298
Distrito de Viana 304
Dix-Huitième Siècle 435, 1053
Os Dois Mundos 198, 250, 274, 281, 282
O Domingo 304
O Domingo Católico 275
O Domingo Ilustrado 269
O Doze de Agosto 587, 588
O Dragão 286
O Dramaturgo Português 162
Le Droit 201

[O] Duende 154, 237

Eclasiasterium 274
Eco 285, 286, 304
Eco Académico 248, 256
O Eco Académico 248
O Eco da Beira e Douro 292
O Eco da Verdade 250
Eco de D. Chama 304
Eco de Portugal 273
Eco de Portugal e Brasil 274
Eco de Santa Cruz 297
Eco dos Operários 126, 190, 191, 292
Eco Literário 155
O Eco Literário 194
Eco Lusitano 280
O Eco Metalúrgico 303
O Eco Popular 161, 192, 290, 354, 475, 503
O Eco Viseense 302
O Economista 103
Efemérides Náuticas… 282
O Elenco 164
Elle 380
O Elmano 160
Emancipação da Mulher 239
Enciclopédia Literária 80, 155
Ensaios Literários 498
O Ensino 194
O Entre-Acto 163, 489
Época 376
A Época 177, 189, 288, 294, 499
A Escola Transmontana 304
Escolástico Eborense 294
O Escolástico Politécnico 193
O Escritor 42, 482, 500
A Esmeralda 148, 191, 492, 599
O Espectador Português 91, 108
O Espectro 195, 305, 307, 337, 813, 815
O Espectro de Juvenal 168
O Espelho 283, 355, 462
O Espelho do Palco 164
Espelho Político e Moral 106
A Esperança 239
O Espião Patriota 103
Esprit 120
O Estado de S. Paulo 424
Estrada Larga *ver* O Comércio do Porto
Estreia Literária 205, 239, 246
Estrela d'Alva 304, 481
A Estrela do Norte 338
O Estremocense 581
Estudantina 588
Estudio 530, 533
O Estudo 242, 247
Eurico 258
Europe 470, 476, 720
Europeu 42, 59, 384
A Evolução 298, 768
Évora e o Mais 736
Exame dos Artigos Históricos e Políticos… 102, 281
L'Express 120
Expresso 27, 35, 51, 351, 375, 377, 378, 381, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 394, 407, 518, 562, 585, 652, 675, 705, 710, 721, 723, 726, 728, 730, 735, 737, 741, 1050, 1056

Facho Literário 206
A Fama 164
O Farol 188, 288, 500
Farol do Alentejo 339
As Farpas 39, 74, 120, 168, 245, 258, 297, 370, 378, 477, 498, 591, 620,

624, 627, 635, 669, 760, 769, 774, 1054, 1059
As Farsas 168
O Fauteuil 156
O Favorito 503
Os Fazedores de Letras 249
La Femme d'Aujourd'hui 419
Le Figaro 243, 338, 339, 349, 400, 401, 724, 725, 727, 736, 1049
O Figaro 274, 298, 303, 587
O Filarmónico Português 98
Flama 561
Fliegende Blatter 719
A Flor 262
Flor do Oceano 74
Flores Dispersas 239, 263
Flores Literárias 153
A Folha 125, 168, 177, 210, 216, 239, 247, 309, 550
Folha Comercial da Praça de Lisboa 285, 287, 310
A Folha de Chaves 546-547
Fôlha de São Paulo 729
Folha do Comércio *ver* Folha Comercial da Praça de Lisboa
Folha do Sul 206
Folha dos Curiosos 124, 210, 227, 228
Folha Medicinal do Maranhão 283
Folha Mercantil da Cidade do Porto 109, 110
A Folha Popular 300
Folhetim 438
O Folhetim 505
Folheta dos Preço Correntes 116
Folheta Mercantil 116
Folheto Cotovia 82
Folheto de Ambas Lisboas 124
A Fonte 190
Forum 131
O Fósforo 205, 246, 468
France-Soir 401
Frutos Académicos 246
A Fusão 295
O Futuro 263, 338, 339

Gabinete de Leitura 176
Os Gafanhotos 167, 168, 211, 472
Galeria Anunciadora 300
Galeria Teatral 163
Galeria Militar Contemporânea 128
Galeria Republicana 259
Garrett 161
Os Gatos 74, 538
Gávea-Brown 676
Gazeta d'Almada ou O Telescópio Português 99
Gazeta da Figueira 300
Gazeta da Madeira 494
Gazeta das Damas 231
Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal 105
Gazeta de Braga 295
Gazeta de Bragança 302
Gazeta de Goa 114
Gazeta de Lisboa 5, 57, 67, 70, 73, 80, 81, 91, 96, 97, 98, 99, 101, 105, 110, 114, 137, 338, 753
Gazeta de Lisboa Ocidental 81
Gazeta de Notícias [Brasil] 260, 282, 289, 332, 1002
Gazeta de Notícias 300, 331, 332
A Gazeta de Oeiras 132
Gazeta de Portugal 55, 66, 160, 238, 275, 286, 288-289, 317, 318, 319, 352, 356, 361, 434, 439, 461, 477, 478, 494, 500, 501, 537, 568, 611, 619, 634, 675, 759, 769, 891, 896, 1049

A Gazeta Democrática 193
Gazeta do Chiado 338
Gazeta do Pará 283
A Gazeta Popular 474
Gazeta do Porto 97, 339
Gazeta do Povo 295, 587, 927
Gazeta do Rio de Janeiro 102, 271, 282
Gazeta do Rossio 97
Gazeta dos Teatros 147, 165
Gazeta dos Tribunais 287
Gazeta em Que Se Relatam... 55, 63, 66, 69
Gazeta Ilustrada 338
Gazeta Instrutiva 107
Gazeta Literária [1761-1762] 5, 57, 66, 82, 83, 84, 85, 91, 125, 435, 484, 1050
Gazeta Literária 68, 83, 141, 239, 301, 897, 900
Gazeta Literária do Porto 83, 211, 237, 478
Gazeta Médica [de Lisboa] 338
Gazeta Ministerial do Chile 95
Gazeta Musical e de Todas as Artes 673
A Gazeta Popular 474
A Gazeta Portuguesa 280
A Gazeta Teatral 165
Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil 114
La Gazette de France 60
Génio Constitucional 111
O Génio Constitucional 111
A Geração Nova 303
O Gigante 268
Gil Brás 269
Gil Vicente 160
Giraldo sem Pavor 303
O Globo 504
O Globo Ilustrado 279, 299
La Grande Soirée 156
A Granja 278
O Grátis 287
Grémio Alentejano 123, 484
A Grinalda 125, 172, 173, 174, 338, 509
O Grito Nacional 290
A Guarda Avançada 233
A Guarda Avançada dos Domingos 232
O Guilherme de Azevedo 160
Guttenberg 160

A Harpa 218, 239
Harpa do Mondego 173
Hebdomadário Lisbonense 91
O Heitor Pinto 262
A Hera 263
Herculano 253
Hércules Lusitano 286
High-Life 156
Hinos e Flores 205, 237
Historia 33, 61
História 81, 83, 91, 126, 127, 132, 133, 305, 307
Hoje 269
O Homem Livre. Amigo do Povo e do Príncipe 113
Horas d'Ócio 265
Horas Dominicais 129, 276

Ideal e Verdade 269
Idade d'Ouro do Brasil 282
A Ideia 262
A Ilustração 177, 187, 198, 258, 260, 281, 282, 288, 331, 338, 339, 1013,

1015, 1016
Ilustração Brasileira 198
A Ilustração da Infância 129
A Ilustração de Portugal e Brasil 198, 275
A Ilustração Feminina 239, 240
Ilustração Francesa 831
Ilustração Ibérica 275
A Ilustração Luso-Brasileira 177, 196, 198, 200, 203, 272, 276, 288, 498, 499, 628, 630, 833, 961
A Ilustração Moderna 270
A Ilustração Popular 278
A Ilustração Portuguesa 73, 199, 238, 259, 260, 319, 472, 479, 653, 657, 672, 904, 1049
A Ilustração Universal 278
La Ilustración Ibérica 250
O Íman 175
O Imparcial 164, 250
O Importador de Portugal e do Brasil 275
A Imprensa 63, 90, 124, 255, 260, 321, 498, 581
O Improviso 293
O Incentivo 296
O Incentivo / O Incentivo Faialense 293
Indagador Constitucional 114
Independência 615
A Independência 296, 615
A Independência Nacional 295, 495
Independente 615
O Independente 35, 114, 115, 298, 350, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 385, 388, 481, 730, 735, 736
Indústria e Comércio 270
O Industrial Civilizador 285
O Industrial Português 275
A Infância 129
O Inferno 267
O Informador 300
O Instituto 177, 192, 193, 245, 249, 288, 338, 468, 474, 479, 550
A Instrução Primária 295
O Instrutor Portuense 157
Intercâmbio 481
O Interesse Público 261
Internacional 276
O Internacional 266
O Investigador Português em Bombaim 131
O Investigador Português em Inglaterra 91, 95, 103, 104, 105
O Íris 153
Irurac Bat 505

O Japonês 167
O Jardim das Damas 169, 235
Jardim das Musas, e dos Sábios… 140
[O] Jardim Literário 152
JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias 131, 270, 372, 380, 383, 385, 406, 411, 460, 493, 518, 538, 585, 639, 640, 651, 705, 709, 713, 714, 728, 732, 1047
João de Deus 267
O João Ratão 769
A Jornada 264
O Jornal 339, 384, 493, 518, 730
Jornal Académico 247, 248, 260
O Jornal Académico 247
Jornal Comercial 295
Jornal da Biblioteca Económica 768
Jornal da Madeira 731
Jornal da Noite 73, 338, 628

Jornal da Associação Industrial Portuense 130, 194
Jornal da Sociedade Católica 128, 473
Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa [Jornal das Ciências Médicas de Lisboa] 129, 287
Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras 144, 178, 184, 287
Jornal da Sociedade Farmacêutica de Lisboa 285, 287
Jornal das Belas-Artes [Jornal de Belas-Artes] 108, 186, 198, 288
Jornal das Crianças 128
Jornal das Damas 239
Jornal de Belas Artes ou Mnemósine Lusitana 91, 108, 198
Jornal de Calíope 248, 259
Jornal de Coimbra 81, 91, 95, 105, 106, 125, 284, 549
Jornal de Comédias e Variedades... 162
O Jornal de Estremoz 126
Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias de Lisboa 129
Jornal de Jurisprudência 119
Jornal de Lisboa 360, 481
Jornal de Modinhas Patrióticas 106
Jornal de Notícias 69, 84, 110, 126, 322, 329, 335, 336, 338, 339, 350, 382, 383, 393, 727, 740, 765, 771, 1019, 1021
Jornal de Torres Vedras 372
Jornal do Brasil 276
Jornal do Comércio 73, 265, 302, 310, 311, 313, 320, 338, 339, 340, 378, 390, 470, 476, 477, 480, 495, 619, 653, 881, 901, 903, 908, 913, 961, 1019
Jornal do Comércio [Brasil] 283, 471
Jornal do Comércio do Funchal 297
Jornal do Conservatório 164
Jornal do Domingo 258
Jornal do Exército Português 127
Jornal do Fôro 364, 1058
Jornal do Norte 213
[O] Jornal do Porto 168, 254, 315, 316, 361, 457, 458, 465, 469, 476, 481, 491, 501, 569, 581, 606, 612, 624, 660, 770
[O] Jornal do Povo 109, 290, 354
[O] Jornal dos Debates 338, 339, 436
Jornal dos Estudantes 248, 267
Jornal dos Facultativos Militares 127, 290
Jornal dos Novos 263
Jornal dos Operários 292
O Jornal dos Romances 176, 268
O Jornal dos Sargentos 646
Jornal Enciclopédico [de Lisboa] 81, 91, 111, 125, 136, 149, 227, 235, 286
Jornal Literário 216
Jornal Mensal de Educação 245
Jornal Militar 127
Jornal Novo 390
Jornal para Todos 153
Jornal Poético... 105, 141
Journal de Lisboa, ou Folha Diária 99
Journal de Variedades 285
Journal des Connaissances Utiles 179
Le Journal des Dames 228
Le Journal des Débats 156, 338, 435, 436, 443, 463, 470
Journal des Demoiselles 229
O Judeu Errante 236
Júlio Dinis 161, 266-267

A Justiça 201

K 408

O Laço-Branco 471
O Lagarde Português, ou Gazeta para Depois de Jantar 73, 97, 229, 783
A Lâmpada 296
A Lanterna 302, 504
A Lanterna: Boletim do Mundo Fantástico 286
Lanterna Mágica 109
A Lanterna Mágica 95, 634
Lanterna Mágica, ou Relação... 99
O Leal Português 97, 98
[A] Lei 286, 291, 474, 768
A Leitura 266, 302
Leituras 57, 132
Leituras Amenas 504
Leituras Populares 128
O Leme 303
Ler 28, 384, 408, 719, 722
Letras & Letras 388, 639, 1051
O Liberal 111, 388
Libération 400
A Liberdade 300
O Libertador 471
O Liceu 245
Línguas e Literaturas 535
A Lira da Mocidade 170
Lira d'Euterpe. Jornal de Música para Guitarra 102
Lire 476, 731
O Lisboa – Coimbra 504
Lisboa Elegante 588
The Lisbon Chronicle 767
Lisbon Mail 285
O Lisbonense 215
Le Lisbonnin 158
O Liz 478
A Literatura 265
Literatura Ilustrada 153
Littérature 120
O Livre Pensamento 278
O Livreiro 167
Os Livres 268
The London Post 445
Luís de Camões 160
A Luneta 285
Lusbel 295, 570
Lusitania Sacra 128
The Lusitanian 468
O Lusitano 298
O Lusitano [Brasil] 279
O Luso Liberal 286
Le Lutin 158
A Luta 283
A Luz 297, 301
Lysia Degenerada 111

A Madeira Liberal 296
A Madrugada 266
Magasin Pittoresque 179
Le Magazin des Familles 179
Le Magazine Littéraire 33, 405, 732, 738
O Mandarim 168, 278, 360, 362, 981
Manifesto da Razão 111
Mapa Político 100, 101
A Maria da Fonte 299
A Marselhesa 248, 298, 303
Le Matin 717
A Medicina Contemporânea 130
Memorial Histórico, Político e Literário 125
Mendigos de Lisboa 286
O Mensageiro 100

O Mensageiro das Damas 236
Mensageiro de Bragança 304
O Mensageiro Português 276
Mentor da Moda 101
O Mercúrio 151
Mercúrio da Europa 57, 89
Mercúrio Gramatical 82
O Mercúrio Lisbonense 284, 285, 286
Mercúrio Lusitano 105
Mercúrio Português… 5, 57, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 753
Microscópio de Verdades… 91, 107
Minerva Constitucional 111
Minerva Lusitana 98, 140
A Minerva Lusitana 152
Miniaturas 262
Miosótis 269
Miscelânea Curiosa… 108
Miscelânea Curiosa e Proveitosa 118, 135
Miscelânea Histórica e Literária 145
Miscelánea Ilustrada 159
Miscelânea Literária 145
Miscelânea Poética 171
Miscelânea Recreativa 295
A Missão Portuguesa 128
Mnemósine Constitucional 111
Mocidade 208, 770
A Mocidade 155, 239
A Mocidade de Hoje 250
A Moda 237
Moda Portuguesa 238
A Moda Portuguesa 237
La Mode Illustrée 228-229
La Mode Nouvelle 229
Le Monde 243, 396, 400, 401, 402, 403, 486, 537, 562, 718, 732, 736, 738, 1048
O Monitor 287, 300
Monitor dos Interesses Económicos 274
O Monitor Português 238, 568
The Morning Post 338-339
Mosaico 83, 518
O Mosaico 151, 218, 239, 287
O Mosquito 263, 299
O Mudo com Fala… 113
A Mulher 239, 242
Munda 182
O Mundo 74, 298, 320, 772
O Mundo Elegante 161, 237, 501
O Mundo em Casa 129
O Mundo Ilustrado 274
O Mundo Legal e Judiciário 278
O Mundo Literário 297
O Mundo Musical 276
Murmúrio 196
Murmúrio do Oeste 297
Le Musée des Familles 179
O Museu 149
Museu Ilustrado 251, 252
Museu Literário 147, 194, 228
Museu Literário, Útil, e Divertido 145
Museu Pitoresco 287
O Museu Portuense 150

A Nação 309, 338, 339, 473, 592
A Nação e o Rei 113
O Nacional [Lisboa] 122, 143, 193, 284, 286, 301, 337, 486
O Nacional [Porto] 62, 85, 171, 284, 289, 318, 483, 490, 500
A Navalha de Figaró 115
Navegações 96, 271
O Negociante Perfeito, ou Jornal de Comércio e de Geografia 108
O Neófito 265
New York Weekly 739

New Yorker 43
Nitheroy 142, 143, 144
Niva 415
O Norte 504
[O] Norte Trasmontano 302, 472
Notícia Exacta do Acontecido na Praça de Cádis e Ilha de Leão, 102
Notícia Histórica das Cortes Gerais e Extraordinárias... 115
Notícia Oficial das Operações do Exército Libertador 127
Noticiador Comercial 285, 287
O Noticiarista 274
Notícias Agrícolas 588
Notícias de Portugal 274, 278
Notícias do Estado do Mundo *ver* Gazeta de Lisboa
Notícias Oficiais... 100, 101
Le Nouvel Observateur 120
Nova Renascença 586
Novela Mensal 176
Novela Sucesso 175
Novidades 299
As Novidades 339, 771, 772
Novidades Literárias... 91, 136, 445
Novo Correspondente 286
Novo Diário de Lisboa 100
Novo Grátis 167
O Novo Hércules 286
Novo Mestre Periodiqueiro... 116
Novo Suplemento... 100, 101
O Novo Trovador 125, 172, 174, 245--246
Novos Anais das Ciências e das Letras 198
Novos e Velhos 268
Novos Horizontes 126
Nuova Arena 419

Obras Constitucionais de Espanha e Nápoles... 111
O Observador Lusitano em Paris 91, 108
Observador Português 109, 272
Observador Viajante 151
Ocidente 364, 581
O Ocidente 90, 236, 252, 955, 958, 972, 975, 1043, 1046
O Óculo 242
O Oculto Instruído... 67, 124, 134
Operário 82, 301
O Operário 295, 297
Opinião 338, 582
Opinião Nacional 82
A Opinião Popular 295
A Ordem 283, 292
Ordem do Dia 100, 127
Ordem do Exército *ver* Ordem do Dia
Ordens da Armada 127
A Orgia 168
Orpheu 314, 379
Ortigões 168

O Padre Amaro... 91, 111, 112
El País 22, 42, 43, 48, 350, 380, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 498, 499, 724, 732, 736, 738, 739, 1049, 1050, 1052, 1054
O País 303, 309, 476, 518, 548, 576, 656, 658, 663, 668, 669, 961
Palavra 545
O Pandemónio 762
Panfletos 145
O Panorama 6, 55, 71, 72, 92, 93, 119, 123, 125, 148, 177, 178, 179, 180,

181, 182, 187, 189, 199, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 233, 244, 287, 338, 339, 347, 446, 471, 486, 528, 574, 586, 617, 766, 801, 804, 809, 852,
O Panorama Contemporâneo 259
O Pantheon 256
O Pantólogo 186
O Paquete Comercial 310
Parábolas Acrescentadas ao Portugal Regenerado 112
O Passatempo 301
A Pátria 243, 248, 299, 302, 303, 339, 372, 482, 485, 503, 576, 746, 1040, 1042
Patrie 499
O Patriota 112, 282, 664, 867
O Patriota Funchalense 115, 128
O Patriota ou Amigo da Independência de Portugal 100
Patriota Portuense 115
Pena e Lápis 259
The Penny Magazine 148, 179
A Península 125, 148, 159, 193, 614
O Pensamento 141, 298, 339, 503, 623
O Pensamento Social 125
Pequeno em Tudo 301
Peregrinação 81
O Peregrino 216, 239
Perfis Literários e Artísticos 259
Periódico das Damas 231
Periódico do Pobre 285
O Periódico dos Pobres 140, 160, 225, 285-287, 586
Periódico dos Pobres no Porto 161, 287, 338, 470, 486, 489, 622
A Pérola 277
Pesti Hírlap 499
Petit Français Illustré 719
Le Petit Journal 644
Le Petit Niçois 492
Le Petit Parisien 644
O Petiz 128, 298
Philosophica 129
Picture Post 649
O Pirata 150, 164
Pirilampo 255
A Plateia 166
Le Plénipotentiaire de la Raison 110
Poétique 120, 337, 446, 1048, 1054
O Ponto 675
Os Pontos nos ii 39
[O] Popular 286, 339
O Porto Ilustrado 125
Portuense 286
Portugal 301
O Portugal 281, 292
Portugal Artístico 153
Portugal e Brasil 276, 279
Portugal Literário 154, 267, 294
Portugal Moderno 280
Portugal Pitoresco 255
Portugal Velho 287
O Português 72, 126, 127, 143, 222, 338, 489, 495, 574, 591, 605
Português Constitucional 115
O Português Constitucional 112, 143, 366, 1052
O Português Constitucional Regenerado 115
O Português na China 131
O Português, ou Mercúrio Político… 95, 107
Portvcale 474
O Positivismo 125, 252
Postilhão de Lisboa 100
O Povo 155, 208, 278, 295, 548

O Povo de Aveiro 131
Póvoa de Varzim 133, 519
O Povoacense 300
Praça Velha 132
A Praia 504
Preços Correntes em Lisboa 112
O Pregoeiro 303
Pregoeiro Literário 167
O Pregoeiro Lusitano 112
Prelo 611
Prelúdios Literários 202, 239, 246, 468
Presença 389
La Presse 144, 400, 442, 443, 444, 458, 624
A Primavera 243, 298
Primeira Pedra 280
O Primeiro de Janeiro 51, 84, 174, 188, 220, 258, 322-329, 336, 350, 352, 382, 383, 405, 438, 458, 479, 482, 499, 502, 505, 518, 519, 522, 529, 530, 531, 532, 534, 537, 541, 550, 584, 593, 648, 914, 917, 918, 923, 1022, 1026, 1050, 1054, 1055
O Prisma 186, 246
Pro Patria 280
O Profeta 286
O Progressista 119
O Progresso 195, 241, 242, 297, 299, 972
O Progresso [Brasil] 279
Prosa e Verso 262
O Proscénio 265
A Província de São Paulo *ver* O Estado de S. Paulo
O Provinciano 274, 285, 286
Proviseu 133
A Pugna 299
Público 33, 38, 40, 141, 352, 378, 380, 381, 386, 387, 388, 395, 735, 1051
O Purgatório 193

Quadrant 510
Quaterly Review 469
O Quinquilheiro 119
A Quinzena 192

O Radical 298
O Raio 277, 286
O Raio Teatral 164
O Ramalhete 149, 233, 287, 489
Ramalhetinho de Puerícia 129
Rassegna Iberistica 535
A Razão 259
Reader's Digest 223
O Rebate 297
Rebeca do Diabo 570, 981
O Recopilador 150
Record 377
Recreação Familiar 129
O Recreativo 150, 301
O Recreio 135, 149, 154, 232, 239, 246, 261, 285, 287, 321, 761
Recreio Académico 248
Recreio Literário 216, 239
O Redactor 91, 138, 141
Reflexões sobre o Correio Brasiliense 100, 102, 281
A Reforma 128, 293, 297, 494
A Regeneração 494
Regeneração de Portugal 112
La Rêgle du Jeu 349
Registo Bibliográfico e Filológico 167
Rei e Ordem 472, 481, 503, 582, 594

Relação do que vem de mais notável nas Gazetas de Londres 101
Relação Universal… 54, 55, 59, 60, 63, 67, 68, 69
O Relâmpago 279
Relation 61
A Renascença 72, 123, 194, 252, 253
Rendez-Vous en France 720
O Repórter 300, 771, 996, 1001, 1002, 1006, 1007, 1010
O Repórter dos Teatros 588
Repositório Literário 134, 144, 147, 149, 155
República 383, 388, 411, 621, 640, 646, 647, 678
A República das Letras 156, 220
República Portuguesa 280
A República Portuguesa 291, 301
A República Portuguesa [Brasil] 280
O Republicano 298
Repúblicas 259
O Respigador 169
A Restauração 474
A Restauração da Carta 366
Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa 96
Retratos e Elogios de Varões e Donas… 96
A Revista 198, 281
Revista Académica 118, 187, 194, 246, 247, 248, 473, 961
Revista Académica Literária 247, 253
Revista Africana 132
A Revista Camões 256
Revista Científica e Literária 271
A Revista Contemporânea 194
Revista Contemporânea de Portugal e Brasil 121, 177, 203, 214, 238, 273, 277, 370, 584, 586, 594, 616, 629, 829, 847, 851, 961
Revista Crítica de Ciências Sociais 729
Revista Crítica de Literatura Moderna 214, 573
Revista da América 277
Revista da Biblioteca Nacional 57, 142, 159, 177, 220, 249, 260, 282, 385, 518, 581
Revista da Faculdade de Letras [Lisboa] 618
Revista da Fac. de Letras da Univ. do Porto [Série Filologia] 367
Revista da Fac. de Letras da Univ. do Porto [História] 84, 1050
Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil 124, 201, 227, 245, 273, 277, 497
Revista das Colónias 294
Revista de Arte e de Crítica 254
Revista de Braga 205
Revista de Ciências Históricas 81, 752
Revista de Coimbra 72, 207, 208, 247, 512, 537, 547, 622, 875, 879
Revista de Estudos Anglo-Portugueses 241
Revista de Estudos Livres 252
Revista de História 92, 228
Revista de História das Ideias 91, 125, 128, 157, 190, 252, 962
Revista de História Literária de Portugal 84, 628
Revista de Lisboa 201, 250
Revista de Luso 304
Revista de Portugal 72, 264, 1022
Revista de Portugal e Brasil 156, 273
Revista del Mediodía 157
Revista de Chile 499

Revista do Conservatório Real de Lisboa 164
Revista do Norte 256
Revista do Retiro Literário Português 279
Revista do Século 207
Revista dos Dois Mundos 338, 339, 424
Revista dos Espectáculos 163, 165
Revista Eborense 300
Revista Económica 130
Revista Enciclopédica Popular 269
Revista Estrangeira 119, 125, 157, 199, 227, 469
Revista Ilustrada 283
Revista Intelectual Contemporânea 261
Revista Literária 72, 125, 182, 227, 250, 259, 488
Revista Literária do Porto 250, 287
Revista Militar 128
Revista Moderna 303
Revista Municipal 89
Revista Nova 266
Revista Ocidental 71, 72, 118, 159, 177, 195, 219
Revista Peninsular 72, 159, 195, 288, 614, 621
Revista Política 120
Revista Popular 165, 188, 288, 509, 605, 816
Revista Portuguesa 675
Revista Recreativa 152
Revista Semanal 120, 154, 155, 227
Revista Teatral 163, 164, 227, 489
A Revista Teatral 164, 166
Revista Universal *ver* Revista Universal Lisbonense
Revista Universal Lisbonense 6, 72, 119, 123, 148, 152, 177, 184, 185, 186, 190, 221, 223, 224, 225, 226, 244, 287, 288, 326, 453, 471, 476, 511, 576, 577, 578, 579, 585, 605, 628, 772, 795, 800, 809, 812
A Revolta 248
A Revolta de Janeiro 322
A Revolta Literária 265
O Revoltado 504
A Revolução de Janeiro 302
[A] Revolução de Setembro 15, 71, 72, 92, 123, 124, 128, 163, 189, 190, 206, 218, 223, 287, 293, 304, 305, 307, 330, 333, 338, 339, 352, 355, 357, 397, 452, 457, 475, 478, 480, 489, 490, 493, 494, 505, 509, 510, 513, 514, 522, 536, 568, 574, 581, 582, 583, 585, 586, 587, 589, 591, 592, 613, 614, 615, 619, 623, 633, 746, 763, 764, 768, 805, 808, 813, 847, 855, 860, 904, 907, 928, 932, 954
A Revolução Social 768
Revue Britannique 469
Revue d'Histoire Littéraire de la France 243, 624
Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine 61, 443, 623
Revue de Littérature Comparée 514
Revue de Paris 144, 446
La Revue de Paris 501
Revue des Deux Mondes 310
Revue des Sciences Sociales 452, 1047
Ribaltas e Gambiarras 256
O Riomoinhense 269
O Romancista 92, 151, 235
Românica 367

Romantismes 505
A Rosa Oferecida às Belas 235
Rossi 165

O Salamaleque 167
O Salsifré 299
O Santareno 300, 588
O Santelmo 203
A Sátira 299
A Saúde Pública 299
Seara Nova 411, 636, 661, 675, 677, 678
O Século 276, 293, 332, 333, 335, 339, 372, 383, 459, 581, 743, 764, 967, 971
O Século das Luzes 573, 1048
O Século Ilustrado 332, 649
O Século XIX 468
O Século para o Brazil e para as Colónias 276
A Semana 118, 177, 191, 238, 244, 262, 268, 288, 494, 501, 584, 607, 608, 609, 768, 816, 821, 825, 828, 961
A Semana de Lisboa 265, 302
A Semana Literária 263, 266
Semana Teatral 165, 475, 477, 485, 498, 880, 883
Semanal das Musas 169, 235
Semanário 561, 710, 725, 728
Semanário Cívico 283
Semanário de Instrução, e Recreio 105, 142
O Semanário de Oeiras 113
Semanário Harmónico 285
Semanário Lusitano 100
Semanário Patriótico, traduzido do Espanhol 98, 101
A Sentinela do Palco 164
A Sentinela do Progresso 295, 768
Sentinela Política 115, 116
O Serão 266
Serões 533, 534, 655
Sete 705
O Setubalense 133
Le Siècle 144, 442, 444, 447, 458, 470
Sílex 15, 352
Sillages 615
O Sindicalista 126
Slowo 416
O Sorrir da Mocidade 304
La Stampa 380
Strand Magazine 739
Studium Generale 91
O Sul do Tejo 505
Suplemento ao Correio de Londres 100, 101
Suplemento às Notícias Espanholas 100, 101
Suplemento Burlesco *ver* Patriota
Suplemento Extraordinário ao Correio Inglês 100, 101

Ta Nea 380
O Tagarela 575
Tal & Qual 351, 734
Tam-Tam 168
A Tarde 338
Tardes Divertidas 125
Teatro de Sala 165
Teatro e Sociedade 166
Teatro Nacional 107
O Teatro Universal 151
O Tejo 159
[O] Telégrafo 130
O Telégrafo Português… *ver* O Lagarde Português…

Telescópio Brasiliense nos Açores... 279
Telescópio Português *ver* Gazeta d'Almada...
Temas & Matizes 764
Tempo 26, 27, 384, 388
O Tempo 119, 252
Tempo Presente 96-97
Temps 401
Les Temps Modernes 425
O Templo 153
O Templo da Memória ou Observador Constitucional 113
The Times 157, 321, 338, 339, 340
Tira-Teimas 468
O Toucador 160, 229, 245, 601, 759, 783
O Toureiro 285, 286
Trabalho e União 126
A Tradição 270
Tradução do Correio de Londres 100
Tradução Fiel da Folha Inglesa 100, 101
Tradução Fiel do Diário do Governo da Corunha 100, 101
O Traquinas 129, 300
Tribuna 270, 403, 624
A Tribuna 109
Tribunal da Razão 107, 108, 286
Tribuna do Povo 297
A Tribuna Popular 295
O Tribuno 293
O Tripeiro 218
A Trombeta 89, 95
Trombeta Lusitana 107
A Trombeta Lusitania 107
O Trovador 125, 148, 169, 170, 171, 174, 245, 288, 308, 316, 961
O Trovão 286
Tuba da Verdade 285, 286
Tutti Li Mundi 299

União Académica 246
União Nacional 19
A União Portuguesa 280
A União Progressista 491, 505
L'Union 401
O Universal 265
Universo Artístico 483, 490
O Universo Ilustrado 167
Universo Pitoresco 151, 287, 759

O Vai-Vem 299
O Valenciano 768
A Vanguarda 301, 636, 653, 657, 658, 663, 672, 1017
Vária Escrita 132, 652
Variedade 108
Variedades 262
As Variedades 91
Variedades Literárias 125
Variedades Literárias (Brasil) 489
A Vedeta da Liberdade 285, 286
O Velho Liberal 115
A Verdade 296, 338, 339
O Verdadeiro Liberal 115
Verdades 89
Verdades Cruas 472
A Vergasta 296
El Veridico Español 105, 106
Vértice 453, 536, 540
Vespas e Mariposas 168
A Vigília 250
O Vimaranense 194
24 Heures 401
Viriato 587
Voz Académica 207, 246

A Voz da Infância 206
A Voz da Mocidade 246
Voz da Pátria 504
A Voz da Razão 113
Voz de Torres Vedras 318, 372, 465, 588
A Voz do Comércio 504
A Voz do Descarregador 303
Voz do Distrito 339
A Voz do Povo 270, 498, 622
A Voz Escolar 247
A Voz Feminina 239, 242, 483
A Voz Popular 339
Voz Pública 339
A Voz Pública 656, 764

Zacuto Lusitano 84, 484, 490
Zodíaco Lusitânico 73

Weird Tales 739

Ernesto Rodrigues

Obras

I. Criação literária

1. Poesia
2. Ficção: Contos, Novelas, Romances
3. Ficção: Romances
4. Teatro
5. Crónica
6. Diário, Memórias

Biobibliografia

II. Ensaio, Crítica, Edição, Tradução

1. Ensaios de Cultura
2. Estudos de Literatura Portuguesa
3. Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*
4. Cultura Literária Oitocentista
5. *A Queda Dum Anjo* e Novas Páginas Camilianas
6. Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal
   Crónica Jornalística. Século XIX
7. Da Corte Luso-Brasileira à República
8. Verso e Prosa de Novecentos
9. Literatura Europeia e das Américas
10. *Hungarica*

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto «UIDB/00077/2020»